REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA, dos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

REVISTA 0 -2011 (ITENS 15 e 16 ANO 2011)
ISSN 2183-9115

ÍNDICE REVISTA 0 2011 ITENS 15 E 16

ÍNDICE COLABORADORES REVISTA 0 2011 ITEM 15

ÍNDICE COLABORADORES REVISTA 0 2011 ITEM 16

TEMAS REVISTA 0 2011 ITEM 15

Macau: quatro séculos de Lusofonia - Passado, Presente e Futuro

1. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO:

1.1. Autores lusófonos (Macau) esquecidos

Graciete Batalha (1925-1992), Adé dos Santos Ferreira (1919-1993), Deolinda da Conceição (1914-1957), Henrique Senna Fernandes (1923-2010) etc.... Rodrigo Leal de Carvalho (1932-) (bibliografia em http://www.acvl.pt/titulos.php?seleccao=aut&id=1847) e outros.

1.2. Autores lusófonos esquecidos

2. LUSOFONIA E MACAU

2.1. AÇORIANOS EM MACAU

D. Arquimínio da Costa,

D. Manuel Bernardo de Sousa Enes,

D. João Paulino de Azevedo e Castro,

D. José da Costa Nunes e

D. Paulo José Tavares (todos bispos açorianos em Macau)

João Paulino de Azevedo e Castro

http://pt.wikipedia.org/wiki/João_Paulino_de_Azevedo_e_Castro

José Machado Lourenço http://pt.wikipedia.org/wiki/José_Machado_Lourenço

Silveira Machado http://www.revistamacau.com/rm.asp?id=014020

Fernando Gomes do Restaurante Fernando em Hac Sá

http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=253808100

2.2. PRESENÇA CHINESA E MACAENSE NOS AÇORES

2.3. A LÍNGUA PORTUGUESA NA ÁSIA E EM MACAU (no passado e no séc. XXI)

3. O Estado da LUSOFONIA:

3.1. Questões e raízes da Lusofonia.

3.2. 2º Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico de 1990

3.3. Vocabulários unificados, gramáticas, a uniformização da nomenclatura científica e técnica (onomástica, toponímia, química, física), a norma culta.

3.4. Língua Portuguesa como língua segunda e como língua estrangeira

3.5. Situação do uso da língua portuguesa no mundo

3.5. Lusofonias e Insularidades

3.6. Literatura de língua portuguesa

4. TRADUÇÃO:

4.1. Tradução de autores portugueses no estrangeiro.

4.2. Tradutores CHINESES e autores portugueses

4.3. Tradução Monocultural e intercultural

4.4 Tecnologias e Tradutologia

1. ÍNDICE REVISTA 0 2011 ITEM 15

2

	Nome	Instituição	Título
1.	ANA FRANCO	FAC. DE LETRAS, UNIV. DE LISBOA PORTUGAL	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MACAU ATRAVÉS DA LITERATURA: FICÇÃO OU REALIDADE?
2.	ANABELA MIMOSO	CEI-EF UNIV. LUSÓFONA DE HUMANIDADES & TECNOLOGIA PORTO, PORTUGAL	RODRIGO LEAL DE CARVALHO: ENTRE OS AÇORES E MACAU
3.	ANABELA LEAL BARROS	UNIV. MINHO, DEPTº ESTUDOS PORTUGUESES E LUSÓFONOS, BRAGA PORTUGAL	VARIAÇÃO E DESVIO NA PRODUÇÃO ESCRITA EM PORTUGUÊS PARA O PÚBLICO DE MACAU
4.	ANABELA NAIA SARDO	UID-, INSTº POLIT.º GUARDA, PORTUGAL	INTIMIDADES E AMBIENTES LITERÁRIOS E ARTÍSTICOS NA OBRA DE ANA TERESA PEREIRA
5.	CARLOS BOTÃO ALVES	ESC. SUP. DE LÍNGUAS E TRADUÇÃO, IPM MACAU, RAEM, CHINA	ANÁLISE DE UM CASO PARADIGMÁTICO DE TRADUÇÃO CULTURAL: O BUDISMO ANTERIANO
6.	CHRYS CHRYSTELLO	UNIV BRIGHTON UK/UNIV Helsínquia FINLÂNDIA,	AÇORIANIDADES
7.	CONCHA ROUSIA	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA	MUDANÇA DE NARRATIVA II, ANÁLISE DOS DISCURSOS APARECIDOS DESDE A CRIAÇÃO DA AGLP.
8.	EDMA ABDUL SATAR	INSTº DA EDUCAÇÃO, UNIV LISBOA, MOÇAMBIQUE	UM "BRANCO" EM TERRAS MOÇAMBICANAS
9.	EDUARDO BETTENCOURT PINTO	EDITOR REVISTA LITERÁRIA SEIXO REVIEW VANCOUVER, CANADÁ,	ESCRITOR CONVIDADO A REPRESENTAR A DIÁSPORA AÇORIANA NO CANADÁ
10.	EVANILDO BECHARA	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, BRASIL	AO 1990
11.	FERNANDA Mª MELO ALVES	UNIV CARLOS III DE MADRID ESPANHA	A LÍNGUA PORTUGUESA NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE ALGUNS PROJETOS
12.	FERNANDA SANTOS	CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS DA UNIV. LISBOA PORTUGAL	O COLÉGIO DE S. PAULO E O PROJETO MODERNO DE GLOBALIZAÇÃO RELIGIOSA DOS JESUÍTAS A ORIENTE
13.	J.EDUARDO FRANCO	CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS DA	O COLÉGIO DE SÃO PAULO E O PROJETO MODERNO DE

		UNIV. DE LISBOA PORTUGAL	GLOBALIZAÇÃO RELIGIOSA DOS JESUÍTAS A ORIENTE
14.	FRANCISCO MADRUGA	EDITORA CALENDÁRIO DE LETRAS, PORTUGAL	A IMPORTÂNCIA DO LIVRO NA PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS NO CONTEXTO DA LUSOFONIA
15.	HELENA ANACLETO-MATIAS	ISCAP, INSTº CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO, PORTO, PORTUGAL	FERNÃO, MENTES? – SINTO! ECOS D' "A PEREGRINAÇÃO" NA VIAGEM COMO APRENDIZAGEM EM RICHARD ZIMLER.
16.	ILYANA CHALAKOVA	UNIV. SÓFIA "ST. KLIMENT OHRIDSKI", BULGÁRIA	FRENTE FEMININA: O COLETIVO E O (DES)IGUAL
17.	ISA SEVERINO	UDI/ INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA., PORTUGAL	REPRESENTAÇÃO E LINGUAGEM NA OBRA POÉTICA DE FLORBELA ESPANCA E DE ALEJANDRA PIZARNIK: A IMPORTÂNCIA DO OUTRO NA CONFIGURAÇÃO DO EU.
18.	JACEK MATUSZAK	DIVISION OF ENGLISH STUDIES UNIVERSITY OF NOTTINGHAM NINGBO, R P CHINA/POLÓNIA	DIVERGÊNCIAS NA PERCEPÇÃO DA ESTADIA DOS PORTUGUESES NA CIDADE DE NINGBO NO SÉCULO 16 BASEADAS NO LIVRO "PEREGRINAÇÕES" DE FERNÃO MENDES PINTO E EM FONTES CHINESAS CONTEMPORÂNEAS
19.	JOHN MCKENNY	DIVISION OF ENGLISH STUDIES UNIVERSITY OF NOTTINGHAM NINGBO, R P CHINA/REINO UNIDO	DIVERGÊNCIAS NA PERCEPÇÃO DA ESTADIA DOS PORTUGUESES NA CIDADE DE NINGBO NO SÉCULO 16 BASEADAS NO LIVRO "PEREGRINAÇÕES" DE FERNÃO MENDES PINTO E EM FONTES CHINESAS CONTEMPORÂNEAS
20.	LEONG CHEOK I	Centro de Estudos das Culturas Sino-Ocidentais IPM, MACAU, RP CHINA	O Ensino da Gramática e o Dicionário de Verbos Chinês-Português
21.	LUCIANO PEREIRA	ESE INSTº POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL	O CONTRIBUTO AFRICANO PARA O FABULÁRIO DE EXPRESSÃO PORTUGUESA
22.	LUÍS GAIVÃO	EX-ADIDO CULTURAL, PORTUGAL	CULTURAS LUSÓFONAS E INTERCULTURALIDADE.
23.	LURDES ESCALEIRA	INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, RP CHINA	ANTOLOGIA BREVE DE AUTORES MACAENSES
24.	Mª CÉLIA LIMA-HERNANDES	UNIV. DE SÃO PAULO BRASIL	GRAMATICALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO COGNITIVO: ESTRUTURAS X-QUE NO PORTUGUÊS DO BRASIL.
25.	Mª DO CARMO MENDES	UNIV. DO MINHO BRAGA, PORTUGAL	AS PAIXÕES ORIENTAIS: CAMILO PESSANHA E MACAU
26.	Mª ROSÁRIO GIRÃO	, UNIV. DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL	HOMENAGEM A HENRIQUE DE SENNA FERNANDES
27.	Mª HELENA ANÇÃ	UNIV. DE AVEIRO, PORTUGAL	EM TORNO DA LÍNGUA PORTUGUESA: SABERES E CRENÇAS DE AFRICANOS
28.	Mª JOSÉ REIS GROSSO	UNIV. DE LISBOA PORTUGAL	REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM SENNA FERNANDES
29.	MANUEL JOSÉ SILVA	INVESTIGADOR, UNIV. DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL	CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS 'DESVIOS' DA NORMA LINGUÍSTICA PORTUGUESA
30.	MÁRIO MOURA	, CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE, AÇORES	HISTÓRIA DE DOIS AÇORIANOS NO MUNDO
31.	ORLANDO BELO	UNIV. MINHO, GUALTAR, BRAGA PORTUGAL	EXPLORAÇÃO DE UM SISTEMA DE DADOS TEI DE CORPORA TEXTUAIS EM CRIOULOS ORIENTAIS DE BASE PORTUGUESA
32.	PERPÉTUA SANTOS SILVA	CIES, ISCTE-IUL LISBOA PORTUGAL	APRENDER PORTUGUÊS NA RAEM:
33.	RAUL LEAL GAIÃO	--- LISBOA, PORTUGAL	ADÉ: REPRESENTAÇÕES DE *DÓCI PAPIAÇÁM DI MACAU*
34.	ROLF KEMMLER	CEL/UTAD UNIV DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, VILA REAL, PORTUGAL/ALEMANHA	UMA QUERELA LUSÓFONA COM FINAL FELIZ: A ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA 1990
35.	PAULO ANTUNES	UNIV. DOS AÇORES,	NEMÉSIO E O SER AÇORIANO
36.	SUSANA ANTUNES	EBI MAIA AÇORES	IDEM
37.	TIAGO ANACLETO-MATIAS	PARLAMENTO EUROPEU, BÉLGICA	O ESTADO ATUAL DA LÍNGUA NA COMUNICAÇÃO À ESCALA EUROPEIA E MUNDIAL. EM QUE POSIÇÃO ESTRATÉGICA SE ENCONTRA E ENQUADRA O PORTUGUÊS? – VISÕES E REFLEXÕES
38.	VASCO PEREIRA DA COSTA	ESCRITOR CONVIDADO, AÇORES	"ANGRA DO HEROÍSMO – ESCALA UNIVERSAL DA LITERATURA"
39.	ZAIDA FERREIRA (PINTO)	ESC. SUP. TURISMO E HOTELARIA IPG – UDI, INSTITUTO POLITÉCNICO GUARDA PORTUGAL	JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS E LESLIE SILKO - DOIS AUTORES, DUAS VOZES NA DEFESA DA PRESERVAÇÃO DO PLANETA

COLABORADORES REVISTA 0 21011 ITEM 15

1. ANA CRISTINA DE AGUILAR COSTA FRANCO, CEAUL, UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL

TEMA 1.1. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MACAU ATRAVÉS DA LITERATURA: FICÇÃO OU REALIDADE? ANA AGUILAR FRANCO, UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL

A literatura enquanto testemunho de vivências, sentimentos, história e estórias de povos desempenha um papel relevante na construção e manutenção do património identitário de qualquer grupo sociocultural. Não obstante a importância da tradição oral na preservação de uma cultura, a forma escrita, seja ficção, seja realidade, é garante de permanência para além do tempo dos seus fazedores. A presente comunicação visa abordar aspetos pertinentes observados em contributos literários sobre o território de Macau, bem como na sua relação com visão sociocultural que lhes está subjacente. Que Macau é dado a conhecer ao leitor nos textos de José dos Santos Ferreira (Adé), Luís Gonzaga Gomes, Padre Manuel Teixeira, João de Melo, Deolinda da Conceição, Maria Pacheco Borges, Maria Ondina Braga, Henrique Senna Fernandes ou Rodrigo Leal de Carvalho? E nos romances de João Aguiar ou Agustina Bessa Luís? E no soneto "Macao" de W. H. Auden, ou nas crónicas de Ian Fleming sobre Macau, inseridas na sua obra *Thrilling Cities*, onde também encontrou matéria para a criação de James Bond? Ou ainda nos contos de Macau selecionados e traduzidos de português para inglês por David Brookshaw? Macau surge então mesclada por luzes inspiradoras diversas que no seu conjunto vêm construindo e fazendo perdurar a riqueza do mundo lusófono, neste caso específico, luso-chinês.

A terra perfumou-se
com o aroma celestial de A Má
e a poesia ficou para sempre
naquele lugar...
Jorge Arrimar, novembro de 1985

Todos os lugares têm magia; uma magia construída pelos olhos e pelo coração de quem a sente. O autor do poema, que deixou as brumas dos Açores para se aventurar por terras do Oriente, revela Macau como um espaço marcado desde o início pela ação dos deuses, pairando entre o profano e o sagrado, um espaço de mistério. Pela mão da literatura se caminha à descoberta do outro e de nós. O título da comunicação associa a criação literária ao processo que está subjacente à construção da identidade de um povo, que deixa aos coevos e aos vindouros uma miríade de imagens oscilando entre a lenda, o sonho e a realidade. Como Alice Vieira afirmou (1996: 1600-1619):

> *É a escrita que nos traz a história das terras, da civilização, do mundo.*
>
> *Antes que das terras nos chegue um testemunho escrito é quase como se existissem – ou se existissem apenas na lenda, nas histórias que vão passando de boca em boca.*

A afirmação, que dá início ao seu livro *Macau, da Lenda à História,* salienta a importância do registo escrito, quer sob a forma de ficção, quer sob a forma de relato histórico, pois desempenha um papel ímpar na construção da memória coletiva, e é garante de permanência para além do tempo dos seus criadores, não obstante, a importância da tradição oral, em certos casos. A literatura contém em si a possibilidade de funcionar como testemunho de vivências, sentimentos, da História e de estórias de povos, desempenhando um papel crucial na construção e manutenção do património identitário de qualquer grupo sociocultural. Que Macau é dado a conhecer, por exemplo, nos textos de Venceslau de Morais, Ferreira de Castro, José dos Santos Ferreira (Adé), Padre Manuel Teixeira, Padre Benjamim Videira Pires, Deolinda da Conceição, Maria Ondina Braga, Henrique Senna Santos? E em romances de Eça de Queirós, Miguel Torga, João Aguiar, Rodrigo Leal de Carvalho, Agustina Bessa Luís? E no soneto "Macao" de W. H. Auden, ou nas crónicas de Ian Fleming sobre Macau? Ou ainda nos contos de Macau selecionados e traduzidos de português para inglês por David Brookshaw?

As questões ligadas à identidade suscitam discussão, fruto da vivência de cada indivíduo *per si* e enquanto elemento de um grupo sociocultural específico. No caso deste território que foi recebido por

Portugal, em vez de conquistado, em agradecimento por parte da China pela ação dos portugueses na defesa da região contra os piratas, os naturais de Macau vivem de forma distinta esse facto.[1] Um artigo, de 2007, no suplemento em português do jornal *Tai Chung Pou*[2] aborda a questão da identidade macaense na perspetiva das gerações mais jovens.

O artigo apresenta quatro jovens, quatro vivências diferentes, quatro respostas diferentes: "*Acho que sou macaense*"; "*Macaense. Sou filha de mãe chinesa e pai português, sei falar as duas línguas e vivo em Macau, que é a mistura de duas culturas*"; "*Não me sinto macaense simplesmente por ligação à terra, se tenho uma origem é portuguesa, e a cultura europeia sempre me fascinou [...] Sou um cidadão do mundo e sinto-me mais livre nesse aspeto. Gosto de saber que estou à vontade entre dois mundos*"; "*Os macaenses mais velhos têm um ar diferente, não me sinto igual a eles, mas sei que pertenço à comunidade*". Se acrescermos a estas perspetivas as daqueles que, não obstante terem nascido noutro país, em Portugal por exemplo, escolheram esta península para seu lar, ou daqueles que nascidos em Macau têm raízes chinesas, é fácil concluir como esta "Cidade do nome de Deus" encerra em si uma riqueza cultural imensa.

A partir das letras de alguns escritores e poetas que, entre finais do séc. XIX e ao longo do séc. XX, estiveram de algum modo ligados a Macau, e cuja ligação se reflete na sua criação, é possível observar facetas da identidade deste território. Neste sentido, há que destrinçar o contributo de quem nasceu em Macau, de quem ali permaneceu e, ainda, de quem o imaginou sem nunca o ter visitado, mas que em determinado momento tornou Macau o centro da sua criação. Este é precisamente o caso de Eça de Queirós, cuja capacidade descritiva n' *O Mandarim* poderia fazer crer que o escritor tivesse estado na China e em Macau. Na verdade, não foi esse o caso. Além da expedição ao Egito e à Palestina, que realiza em 1879, para assistir à inauguração do Canal do Suez, dos livros que leu sobre a China, o seu interesse pelo Oriente parece ter sido ampliado pela sua atividade enquanto cônsul de Portugal em Cuba.

No artigo "A emigração como força civilizadora", o escritor aborda a situação dos *coolies* na Ilha de Cuba, as circunstâncias do recrutamento feito em Macau, seguindo todos as normas, para que ninguém embarcasse contra vontade, as "*expedições de chinos*" com todas as condições de higiene (pois os contratos trespassados aos novos proprietários tinham preços que variavam de acordo com a robustez), as condições desumanas em que eram depois obrigados a trabalhar nas plantações. O contacto com a realidade destes chineses saídos da China via Macau com passaporte português permitiu ao escritor obter informações em pormenor sobre o percurso destas pessoas, sobre as circunstâncias e a forma de vida nas regiões de onde provinham na China, cultura e modos de vida. No artigo, o escritor traça o quadro de todas as situações irregulares que acompanhavam um processo que Portugal havia criado corretamente, mas perante as quais o diplomata português no terreno não conseguia opor-se. Segundo Carlos Reis (2010:1-4), o lado oriental de Eça, está ainda presente na personagem Teodorico d '*A Relíquia* e surgem laivos em Carlos da Maia, Basílio ou Fradique Mendes.

Além destes aspetos do domínio literário, a cabaia oferecida pelo seu amigo Bernardo Pinheiro de Melo (Conde de Arnoso) aquando da sua deslocação a Pequim, em 1887, para a assinatura do primeiro tratado luso-chinês, com que se fez fotografar, realça o apelo que o exótico exercia sobre ele. Parafraseando Carlos Reis. "*Ele* (Eça) *dizia que vestindo aquela cabaia ganhava usos, mentalidade e salamaleques chineses*." Outro caso seguiu o mesmo percurso criativo. Agustina Bessa-Luís inspirada pelo virar de uma página tão importante na História de Portugal e de Macau, publica em 1999 o romance *A Quinta-essência,* em que um europeu vai descobrindo a essência feminina através das mulheres orientais com quem se cruza, acabando por se ir descobrindo também.

[1] Para um estudo mais aprofundado sobre esta questão, cf. o artigo "Fronteiras da Identidade: O caso dos macaenses em Portugal e em Macau, de Francisco Lima da Costa.

[2] *Tai Chung Pou,* que significa "Diário para todos" é o jornal mais antigo de Macau.

A ação, que decorre num ambiente de mistério, entre as duas culturas, explorando a herança chinesa do macaense, remete para um aspeto do panorama literário em Macau que se prende com a ausência de autores chineses a escreverem sobre Macau. Tal é a opinião manifestada por Henrique de Senna Fernandes em entrevista concedida a Inácia de Morais, em 2005: "*Não há nenhum chinês que escrevesse sobre o viver de Macau do ponto de vista de um chinês, as referências às ruas, às histórias, à História de Macau*" E interrogava-se também: "(*Tenho curiosidade em saber como é que os chineses identificam Macau, como cidade europeia ou chinesa?)"* Esta será uma pergunta que merece encontrar resposta.

Ao universo imaginado, contrapõe-se o universo vivenciado, obviamente modelado pela natureza dessa experiência, como já foi referido. Da sua permanência na baía da deusa A-Má, deixou registo Venceslau de Morais, para quem o Japão foi a paixão de uma vida, mas que antes de se japonizar, aí desempenhou funções de oficial da marinha e de magistério, aí viveu o tempo suficiente para casar com uma macaense chinesa, de quem teve dois filhos. O seu livro *Traços do Oriente* inclui contos, crónicas e textos diversos. O conto "A outra mamã" aborda um episódio da vida da jovem Atchan comprada ainda criança por outra chinesa algures numa feira em Cantão, para ser criada e ensinada a ser gentil, em Macau. "*O facto é vulgaríssimo*" e "*a dona tratava-a bem",* como comenta o narrador. Mas o ponto central passa-se quando Atchan, então com quinze anos, num momento de extrema fragilidade e tristeza, fala de quanto gostaria de ver a "*luco maman"* (a outra mamã) e chora "lágrimas de fel". Explica o narrador que a revelação desse episódio visa contrariar vozes que dizem serem "*as filhas do celeste império: entes abjetos para quem as delicadezas do sentimento são dons defesos; contam-no em conversa os que visitaram a china, dizem-nos os livros de viagens".*

Prosseguindo o périplo, desta feita sob a forma de crónica de viagem, refira-se Ferreira de Castro que em resultado das suas viagens inclui, no seu livro *Volta ao Mundo,* um capítulo à sua estada em Macau. Neste, o leitor entra em Macau via Hong Kong, sob o risco da pirataria e a beleza da paisagem. Fala do passado de piratas e a chegada dos portugueses, mas defendendo o povo chinês:

> *Mas tanto se ouve falar em pirataria e tão assombrosos se apresentam, ainda, certos hábitos da China, que o leitor longínquo de narrativas sobre o velho país chega a arrecadar a impressão de que o todo o povo chinês vegeta em prazer de remotas crueldades e selvajarias. Ao contrário, não existe em toda a Ásia gente mais afável e de tão grata convivência. Há piratas na China como há salteadores na Europa, gangsters na América, ladrões no mundo inteiro*. (1002)

A descrição continua com o casario nortenho salpicando a encosta a que se sucede o estilo puramente chinês, a traça da cidade que, mantendo o oriente e o ocidente, encerra em si a cidade portuguesa e o bairro chinês. O escritor comenta a este respeito: "*os portugueses, que amam impor o seu critério onde quer que se encontrem, fizeram aqui uma exceção à regra – e respeitaram a estética e os hábitos chineses*." A crónica menciona ainda a situação da língua portuguesa, a presença de Camões, a origem do nome de Macau, a religião e o jogo. Os espaços descritos ganham uma dimensão psicológica ao serem descritos por meio de personificações ou animismos: "*o navio...arrogante", "os juncos deixam-se ficar desdenhosos", "os declives [...] sob os quais serpejam românticas veredas"*, "*depois entramos nas verdes sendas da colina de Camões. É um admirável parque, cheio de amáveis recantos*." Outros visitantes deste canto no Oriente foram inspirados, deixando essa evidência nos seus textos literários.

Além dos romances de João de Aguiar, inspirados no espaço de Macau, nomeadamente *Os Comedores de Pérolas* e *Dragão de Fumo,* considere-se ainda Maria Ondina Braga com *A China fica ao Lado, O Jantar Chinês, Noturno em Macau.* Lendo os contos "A morta" e "A doida", inseridos na obra *A China fica ao Lado,* que a autora constrói a partir de factos reais a que tem acesso em primeira mão, o leitor está perante duas ficções que interpretam Macau como um espaço de refúgio para os chineses em fuga. No primeiro caso, Mei-Lai, refugiada da China continental, conta à narradora a história de coragem da sua

avó que após uma vida de sacrifício para, depois de viúva, criar dez filhos, enviá-los para a América onde prosperaram, conseguir fazer face à revolução em que perdeu tudo o que tinha, dar alento às outras mulheres e decidir fugir para Macau, morrendo a caminho de Coloane, em dia de tufão. Os foragidos lograram sepultá-la no seu destino: "*por causa dela, do seu exemplo, do seu valor, é que eles chegavam à terra da liberdade*." No segundo conto, "A doida", passado em Coloane, tudo gira em torno da personagem principal, cujo mistério em vão a narradora e a amiga conseguem desvendar:

> *aparecia de repente sobre as pedras, sem ruído, como um lagarto. [...] Doida, fugira da China continental com o filho, que morrera já em terra de exílio. O marido que a devia seguir, nunca aparecera. Enterrado o filho na praia, vinha ela ao anoitecer esperar o marido. Ela própria fugira de noite. Era também de noite que o marido devia escapar. De noite, os mortos ressuscitavam. E, todas as noites, a doida ali, à espera...*

O espaço de refúgio associado a um universo de extremos, de morte, loucura e mistério, contrasta com as impressões do poeta W. H. Auden, inglês naturalizado americano. Das suas viagens para escrever, juntamente com Christopher Isherwood, um livro sobre o Extremo-Oriente, que lhes havia sido encomendado pelas editoras Faber & Faber e Random House, passa por Macau em 1938. Dessa experiência resultará o poema "Macao":

A weed from Catholic Europe, it took root
Between the yellow mountains and the sea,
And bore these gay stone houses like a fruit.
And grew on China imperceptibly.

Rococo images of Saint and Saviour
promise her gamblers fortunes when they die;
Churches beside the brothels testify
That faith can pardon natural behaviour.

This city of indulgence need not fear
The major sins by which the heart is killed,
And the governments and men are torn to pieces:

Religious clocks will strike; the childish vices
Will safeguard the low virtues of the child;
And nothing serious can happen here.

O viajante de raízes protestantes dá início à descrição de Macau com a expressão "a erva daninha da Europa católica". Os versos oscilam entre campos opostos, entre o pecado fácil e o perdão igualmente fácil, entre o jogo e a virtude, entre os ventos da guerra sino-japonesa e a paz ali vivida, naquela cidade de indulgência. O tom irónico que vai pontuando a descrição pode ser exemplificado pela palavra indulgência que tem implícita uma crítica à prática das indulgências, um dos fatores que subjaz aliás à cisão da Igreja de Roma, dando origem à Igreja Protestante, e que torna mais evidente o ambiente de falsas moralidades em que se viveria. Ainda a nível do contexto religioso, o leitor fica a conhecer a sua influência na arte sacra, ao mencionar a arte barroca, mais precisamente ao rococó, e as representações dos santos, também aqui contrastando com a formação religiosa de Auden, ao merecer-lhe o realce. Mas nada de verdadeiramente grave aqui acontecerá.

Curiosamente, alguns versos foram alterados em edições posteriores, como assinalou o professor e investigador George Monteiro ao identificar, na edição de 1976, alterações que podem ser lidas como reinterpretações do sentido do poema, à distância de quase quarenta anos. Assim, os 3º e 4º versos passaram a: "*Its gay stone houses an exotic fruit/A Portugal-cum-China oddity*" estabelecendo uma relação direta entre Macau e Portugal, e surgindo este como direto responsável pela realidade de Macau. Curiosamente "city" evolui para "town" deixando perceber o crescimento da urbe, ou quiçá, da dimensão do estado de indulgência. As marcas da religião católica que tanto impressionaram Auden, e que noutros registos surgem a caraterizar a paisagem, dão início estão também presentes no poema "Macau" do Padre Benjamim Videira Pires, de 1950, segundo outra perspetiva:

Macau, de igrejas e ermidas

voltadas ao mar profundo
foste o guião da Cruzada
de Portugal pelo mundo...

A chegada dos portugueses trazendo consigo a revelação de um outro credo

Lembra um campo de papoilas
a "Rada" cheia de velas
E o sol espalha-se em riso,
ao dar em tuas janelas.

Macau, mirante de sonho,
com longínquos horizontes,
quantas façanhas se escondem
nas repregas dos teus montes!
Macau, terra de sonho, aventura e descoberta inspiradora
As ilhas que te rodeiam
são um colar de cristal
para o marfim do teu busto
de princesa oriental.

Macau, das cercas floridas
a cantar à luz do dia,
de noite, embala-te o sono
o berço da ventania.

Parece, à luz do poente,
a tua figura esbelta
um bago que se desprende
do cacho de ilhas do Delta.

Macau feminina, sobressaindo por entre o mar e as ilhas, como a princesa do oriente

Macau, dos hotéis e barcos
sempre em adeus e em viagem,
nas águas da Praia Grande
revês-te em tua miragem.

Aguarela impressionista
de ruas que são bazares;
adejam pregões e pombas
de mistura, pelos ares...

Macau, Padrão glorioso
de descoberta final...

E se mais mundos houvera,
lá chegara Portugal!

Mas Macau é ainda a terra de contrastes, de chegada e partida, dos jogos de azar, a terra de mistura com o exotismo oriental, a descoberta suprema que enriquece o património português.

Camões, soldado e poeta,
vigia a noite calada:
Uma das mãos toca lira
e a outra segura a espada.

Macau, da névoa infinita
e das noites de luar,
és caravela perdida
nas ondas mortas do mar.

A presença do Poeta de Portugal, símbolo de outro sonho, "soldado e poeta" mescla de força e virtude, perdido para lá do fim do mundo conhecido.

As Ruínas de S. Paulo,
voltadas ao mar sem fim,
lembram a face de Cristo,
no Sudário de Turim...

Macau, dos montes suaves,
- em cada monte uma ermida -,
o manto azul de Maria
seja o Céu da tua vida!

"Senhora, do alto da Guia,
avistais o bom e o mau:
Na hora incerta que passa,
sede a Estrela de Macau"!

Por fim, tal como nos primeiros versos, a referência à religião católica, ao manto da proteção divina a envolver a natureza. O poema é construído em torno das marcas culturais que estão na base da formação desta terra, marcada por uma dimensão onírica, abençoada pela Igreja de Roma, paradoxalmente complementada pelo colorido do culto oriental e pelas práticas culturais chinesas. Este ambiente diferente conquistou Ian Fleming que na sua viagem para redigir

crónicas sobre algumas cidades do mundo para o jornal *Sunday Times,* e que serão posteriormente publicadas em livro com o título *Thrilling Cities,* visita Macau, em 1959. Afirma Rogério Miguel Puga (2010),"O famoso viajante chega a Hong Kong, e a secção dedicada a essa cidade termina abruptamente, dando lugar à descrição de viagem-descoberta a Macau".

A sua passagem foi tão eficazmente inspiradora que ali encontrou material para a construção do seu agente secreto 007. Segundo Puga, Fleming descreve Macau, à semelhança de Auden, como um espaço luso-chinês, com peculiaridades próprias de uma miscelânea de costumes, num ambiente de espiões, casinos, tráfico de ouro durante o pós-guerra, que dá origem a um comentário interessante sobre o modo como ocidentais e orientais se relacionam com este metal precioso, "*pois os asiáticos não confiam no dinheiro em papel e acreditam que sem se ter ouro nunca se é rico*". Puga menciona o autor Philipe Pons (Macao, 2000:118-122) que afirma "*que o Dr. Lobo, então com 70 anos, natural de Timor, com ascendentes malaios, chineses e portugueses serve de base para a personagem Goldfinger*". Menciona ainda Bertil Lintner (Blood Brothers: Crime, Business and Politics in Asia, 2002: 402) que "*afirma que Lobo pode ainda ter servido de influência para outra personagem, Oddjob no filme Goldfinger*. Fleming descreve a Macau dos anos 50 e 60 do séc. XX como

> "*um local misterioso e um dos mercados financeiros mais interessantes do mundo [...] uma imagem sui-generis não apenas a cidade pitoresca e histórica, mas também o seu lado negligé*".

Curiosamente, Fleming encontrou também inspiração para o seu primeiro livro sobre James Bond, Casino Royale, na Lisboa do tempo da guerra, ninho de espiões, porta de saída da Europa para os refugiados.

Aos de cá e aos lá, Macau inspirou à medida da vivência de cada um. No caso dos escritores naturais de Macau, as temáticas centralizam-se em questões mais próximas da perspetiva de quem integra pertence o espírito do lugar. As obras de José dos Santos Ferreira (Adé), Henrique Senna Fernandes e Deolinda da Conceição constituem textos incontornáveis exprimindo a memória do local e contribuindo para a construção da identidade de Macau. No caso de Adé, os seus textos constituem um testemunho etnográfico significativo, procurando pintar quadros de Macau e promover a defesa do patois (patuá). No caso de Deolinda da Conceição, os seus contos, compiladas num único livro Cheong-Sam – A Cabaia, de 1956, evidenciam uma preocupação com a temática macaense, o amor e o espaço cultural macaense.

Quanto a Henrique Senna Fernandes, as crónicas da vida macaense recriam o ambiente de Macau, entre o meio chinês e o europeu, estão presentes no livro de contos *Nam Van.* David Brookshaw ("entrevista" 2006), autor de um estudo crítico sobre literatura portuguesa com referência a Macau, intitulado *Border Gates: Perceptions of China and Modern Portuguese Literature e tradutor de* contos e crónicas de autores portugueses e macaenses para inglês considera que Senna Fernandes se refere ao território de Macau do passado, "*enraizado na memória de um Macau do princípio do séc. XX*". Trata-se de uma paisagem que perdura no imaginário dos escritores macaenses, alimentada por uma memória coletiva, bem como pela preocupação em recuperar o lado mais provinciano. Brookshaw, na entrevista conduzida por Vanessa Sérgio, em 2006, admite também a associação de Macau a uma aura de decadência, romanceada, que parece tratar-se de um estereótipo, uma vez que Macau, é segundo ele, de igual modo um centro cultural.

Macau surge então mesclada por luzes inspiradoras diversas que no seu conjunto vêm construindo e fazendo perdurar a riqueza do mundo lusófono, neste caso específico, luso-chinês. Algumas facetas são transversais a vários textos, como sejam uma aura de sonho e mistério, aprimorada pela presença material ou imaginária dos piratas, a paisagem marcada pela tradição católica, a cidade portuguesa e a cidade chinesa. Ao leitor cabe a aventura da descoberta por entre as visões que lhe são oferecidas pelas palavras mágicas da literatura.

BIBLIOGRAFIA

Auden, W.H. "Macao" (2009) disponível em http:// macauantigo.blogspot.com/2010/09

Araújo, Luís Manuel (2000)"A Viagem Oriental de Eça" in *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas.* nr.9-10, 68-74.

Beja, Helder **(2010**) "Essa China que ele sentiu" entrevista a Carlos Reis. Disponível em http:// pontofinalmacau.wordpress.com/2010/10/22

Braga, Maria Ondina (1996) "A morta" e "A doida" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas,* 1545-1559.

Brookshaw, David (2000) "Imperial Diasporas and the Search for Authenticity: the Macanese fiction of Henrique Senna Fernandes" in *Lusotopie* 2000, 271-282.

Brookshaw, David (2006) Entrevista a David Brooksaw in *Plural Pluriel: Revue des cultures de langue portugaise.* Disponível em www.portugalpluriel.org

Caniato, Benilde Justo (1997) "Literatura de Macau em Língua Portuguesa" in *Via Atlântica*, nr.1, 174-178.

Castro, Ferreira de (1996). "A volta ao mundo" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas,* 991-1009.

Conceição, Deolinda da (1996) "O calvário de Lin Fong", Sai Iong Cuai: 'Demónios do Ocidente', significando os Portugueses", "O romance de Sam Lei" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas,* 1339-1352

Espadinha, Maria Antónia (2010) "A Literatura Macaense em Língua Portuguesa: Rutura ou Continuidade?" Disponível em www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/sl06/01 23.10.2010

Fernandes, Henrique Senna (1996) "Varapau-de-osso" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas,* 1439-1457.

Ferreira, José dos Santos (1996) "História de Maria e Alferes João" e Macau, in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas,* 1401 -1418.

Júnior, António Conceição (2011) "Deolinda Conceição: a mulher e a obra". Disponível em www.archives.com/deolindaconceicao/comunicacao1.asp

Lages, Alexandra (2007) "Conceito de identidade macaense nas novas gerações" Disponível em http://taichungpou.blogspot.com/2007/10

Monteiro, George (2011). Disponível em http://www.thefreelibrary.com/Auden+on+Macao.-a0185166824.

Morais, Venceslau de (1889, 1890) "A Outra Mamã" e "A Gruta de Camões" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas,* 673-693

Pires, Padre Benjamim Videira. (1996) *poema "Macau", de 1950 in De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas,* 1367- 1398.

Puga, Rogério Miguel (2010) disponível em www.revistamacau.com

Queirós, Eça de (1996) "A Emigração como força criadora" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas,* 646-658

Rogers, Pat (2001) *The Oxford Illustrated History of English Literature.* Oxford: Oxford University Press.

Vieira. Alice (1996) "As mãos de Lam Seng" e "Macau, da lenda à História" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas,* 1601-1619.

2. ANABELA DE BRITO FREITAS (MIMOSO), CEI – EF, ULHT, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO, PORTUGAL

TEMA 1.1. AUTORES LUSÓFONOS (MACAU) ESQUECIDOS RODRIGO LEAL DE CARVALHO: ENTRE OS AÇORES E MACAU, ANABELA MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO PORTUGAL

Nascido em 1932, nos Açores, Rodrigo Leal de Carvalho viveu quase 40 anos (até 1999) em Macau, desempenhando aí funções de delegado do procurador da República.

Foi em Macau que escreveu os seus oito romances (*Requiem para Irina Ostrakoff* -1993; *Os Construtores do Império* – 1994; *A IV Cruzada* – 1996; *Ao Serviço de Sua Majestade* - 1996; *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres* – 1999; *A Mãe* – 2000; *O Romance de Yolanda* – 2005; *As Rosas Brancas de Surrey* – 2007), que revelam ambientes e personagens macaenses.

Pretende-se, através da leitura destes romances perceber como Rodrigo Leal de Carvalho entendeu a mulher nesta cultura: relações sociais, conflitos, adaptações, estilos de vida...

1. INTRODUÇÃO

A obra de Rodrigo Leal de Carvalho não sendo muito vasta, é sobretudo muito rica em problemáticas e temas. Dado que não podemos aprofundar todos eles (esperamos fazê-lo em outra(s) ocasião(ões), optamos por centrar a nossa atenção no tratamento da figura feminina. Mas, e porque mesmo assim a fonte era quase inesgotável, tivemos de restringir a nossa análise a um determinado grupo de mulheres. Pela sua importância na obra, impunha-se que fosse a mulher oriental. Ora, como a mulher oriental, especialmente a chinesa, foi também a companheira eleita pelos portugueses da metrópole (reinóis) para com elas se unirem, dando assim origem à sociedade macaense cujos elementos femininos conservam a graça, a delicadeza, o bom trato das suas mães, serão também as macaenses alvo da nossa análise. Esta vocação do português para a miscigenação

é um dos mitos da nossa História que encontra na beleza, na sensualidade e na feminilidade da mulher asiática a sua justificação plena.

2. A VIDA DE RODRIGO LEAL DE CARVALHO

Rodrigo Leal de Carvalho nasceu em 1932 nos Açores, na Praia da Vitória, ilha Terceira.

Foi delegado do procurador da República na ilha do Pico, em S. Tomé e Príncipe e depois pediu a transferência para Macau, onde foi recebido por Henrique Senna Fernandes, então substituto nomeado e em exercício nesse cargo.

Foi juiz de direito em Macau e Luanda; ajudante do procurador da República e depois procurador da República em Lourenço Marques; desembargador do tribunal da relação e juiz do tribunal administrativo de Lourenço Marques; diretor do gabinete de assuntos jurídicos do Ministério da Coordenação interterritorial; procurador da República e depois procurador-geral adjunto em Macau; presidente do Tribunal de Contas de Macau; juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, já na situação de jubilado.

Viveu em Macau entre 1959 e 1999 (com pequenos interregnos). A sua atração por Macau está bem patente na frase que profere, aquando do *in memoriam* de Senna Fernandes: «*Macau, a minha pátria de adoção*», ou como dirá em *Os Construtores do Império*: «desde a primeira hora, filho adotivo de Macau» (p. 223).

A sua devoção a este pequeno território foi reconhecida em 1998, quando recebeu a medalha de ouro do Governo de Macau. Em 1999, pouco antes da transferência de soberania, deixou Macau para nunca mais lá voltar.

Pelo tempo que viveu no Extremo Oriente, pode dizer-se que o seu orientalismo se pode comparar ao de outros autores, como Wenceslau de Moraes, para quem, segundo Machado «*ele correspondeu, como correspondera para Fernão Mendes Pinto, a uma funda experiência pessoal*» (1982: 82).

No entanto, podemos dizer que R.L.C. foi bem mais além do «*impressionismo jornalístico*» de Wenceslau, como lhe chamou Machado (*Id.*: 83), conforme verificaremos.

3. A OBRA

Todos os oito romances de Rodrigo Leal de Carvalho revelam ambientes e personagens macaenses: *Requiem para Irina Ostrakoff* - 1993; *Os Construtores do Império* – 1994; *A IV Cruzada* – 1996; *Ao Serviço de Sua Majestade* - 1996; *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres* – 1999; *A Mãe* – 2000; *O Romance de Yolanda* – 2005. O autor publicaria ainda, em 2007, uma outra obra (esperemos que não seja a última, como nos garantiu), *As Rosas Brancas de Surrey*, enquadrada na iniciativa editorial do diário macaense *Ponto Final*, "*Cinco anos – cinco livros*", lançada em 2004, em colaboração com a Editora Livros do Oriente (editora de Rodrigo Leal de Carvalho, dirigida pelo Dr. Beltrão Coelho).

Consistia na publicação semanal de capítulos de cinco obras inéditas de temática macaense de cinco autores portugueses e que seriam editadas pela Livros de Oriente na íntegra, depois de publicadas em folhetim. Estes textos foram também disponibilizados na Internet.

Curiosamente, foi o *Requiem*, a primeira obra, a que teve maior sucesso, muito embora, não nos pareça a mais brilhante do autor que explica assim este êxito:

> *«Talvez o elemento surpresa tenha alguma coisa a ver com isso, pois eu era conhecido em Macau havia cerca de 40 anos como magistrado, discreto, pouco amigo de dar nas vistas, até um tanto apagado. De repente, surjo, aos 60 anos, com um romance. E, ainda por cima, com tema familiar ao leitor de Macau e, segundo convicção que se criou, retratando* ***gente conhecida****! O livro teve um êxito considerável, proporcional ao reduzido mercado de Macau…»* (entrevista ao *Expresso;* sublinhado nosso).

Este êxito significou a sua tradução para chinês, por iniciativa do Instituto Português do Oriente, que lhe atribuíra também o prémio Camilo Pessanha de 1992, bem como a publicação de uma segunda edição. Segundo Ana Paula Laborinho, não será ao elemento surpresa que se deveu este sucesso, pois, «*embora nele apareçam alguns caminhos perdidos, soluções mal encontradas de escrita, desconcertos* – ***a história é poderosa***» (1992, sublinhado nosso).

Poderosa é também a história do seu segundo livro, *Os Construtores do Império,* que o próprio autor considera o livro «mais conseguido» (entrevista ao *Expresso*). Mas aqui a história, habilmente tecida, é servida por uma técnica narrativa amplamente baseada na ironia que o autor serve com gosto. Aliás, esta ideia de Império é a base, a coluna vertebral, de outros livros, nomeadamente do terceiro – *A IV Cruzada* – que versa uma outra faceta de construtor do Império: a eliminação do crime organizado em Macau.

Curiosamente, agora é o próprio narrador/autor que assume o seu papel de construtor do Império. Esta intervenção de um "eu" na narrativa que a torna altamente credível, os conhecimentos prévios do leitor sobre as tríades, o recurso a personagens de outras narrativas (ex.: "Mae West") contribuem ainda mais para criar essa convicção de que se retrata na obra factos e gente real, "gente conhecida". O contacto direto que o autor teve em Macau com as gentes deste submundo propriamente chinês, ter-lhe-á despertado essa mesma curiosidade, essa «*vontade de descoberta, mais: uma paixão da descoberta, paixão paralela à experiência*», em tudo semelhante àquela que Álvaro Manuel Machado encontrou nos escritos de viagem do Humanismo português (1983: 19).

Construtor de impérios é também o Conde de Barca d'Alva (*O Senhor Conde e as suas três mulheres*) e Mr. Blackfoot, protagonista da obra que, embora intitulando-se *As Rosas Brancas de Surrey*, também nos relata a vida do construtor de um outro Império, desta feita o britânico. Construtores do império britânico são também várias das personagens de *Ao Serviço de Sua Majestade,* obra cujo subtítulo (Uma história de amor), bem podia ser mudado para "os construtores do império britânico", possibilidade que o próprio narrador certamente não desdenharia (não fosse já ter emprestado esse título a outra obra), pois ele próprio retrata McGuire, efetivamente, como um "*construtor do Império*" (p. 53).

Muito embora R.L.C. não escreva para dar corpo a um mito, não é para admirar que sejam postos em paralelo os dois Impérios – o português e o britânico – já que em Macau, devido à proximidade com Hong Kong, ambas as administrações se cruzam e entrelaçam. Do confronto entre as duas formas de colonização sobressai a bondade da colonização portuguesa, realizada através da aceitação do Outro, sobretudo quando o Outro é a Outra. Não são só os enredos que se cruzam na obra do nosso autor, também as personagens perpassam de uns para outros livros, algumas delas com existência real, porque vários destes livros são efetivamente baseados em histórias reais, pois a especificidade da sua profissão colocava-o numa posição privilegiada para conhecer muitos dramas vividos nesse longínquo pedaço do "Império".

É o próprio autor a admiti-lo em entrevista ao Jornal Tribuna de Macau:

«- Quase todas as suas histórias têm uma fundamentação real…

- …ou foram inspiradas em acontecimentos reais que conheci. Simplesmente a vida real só raramente nos aparece como uma história ordenada.

Por outro lado, os casos de que tomei conhecimento vinham lacunosos, cheios de "*loose ends".* Ora, o que eu pretendia não era fazer crónicas, mas ficção, com toda a liberdade que assiste ao ficcionista.

Daí que a realidade conhecida tivesse sido manipulada à medida do necessário ou conveniente ao interesse romanesco da história. Naturalmente que os factos reais tiveram intérpretes reais, mas as personagens das histórias de ficção são, naturalmente também, personalidades fictícias. Ainda que possam ser inspiradas em gente de

carne e osso, ainda viva ou falecida, são de tal modo deformadas pela liberdade do romancista que caem no domínio da pura imaginação. As minhas são, pois, imaginárias e não pretendem retratar seja quem for.

Em qualquer caso, não deixaria de parafrasear a injunção do grande Eça a Bulhão Pato que se vira retratado no João da Ega: «*Meus senhores, queiram sair das minhas personagens!*» - (nº 3287 - nova série).

Logo o primeiro romance *(Requiem para Irina Ostrakoff*) parte de um facto real. O autor conta-o assim:

> «*Em 1960 ou 61, faleceu subitamente em Macau, no Consulado Geral Britânico e na altura do cocktail (nem por isso muito bem servido) pelo aniversário da rainha, uma senhora, russa de nascimento, que não deixava herdeiros conhecidos em Macau. De acordo com a legislação então vigente, o tribunal da Comarca procedeu ao arrolamento do seu espólio. Foi desta forma que tomei conhecimento dos traços gerais da sua história que, pelo inusitado e romanesco, se revestia de grande conteúdo dramático. Logo nessa altura se me suscitou o interesse em a relatar. Circunstâncias profissionais impediram-me de imediatamente o realizar e só muito mais tarde – primeiro em Moçambique e em Portugal, numas férias judiciais de verão, o passei ao papel*» - *Jornal Tribuna de Macau*, nº 3287 (nova série).

Ou como dirá com mais pormenores, numa outra entrevista:

> «*A minha primeira comissão em Macau (1959/63) revelou-se decisiva. Fiquei "marcado" pela terra e pelas suas gentes. Foi nessa altura que tomei contacto com o drama de Irina — que na vida real teve outro nome — e formei o desígnio de um dia o contar. Chegou tarde. Só quando, passados mais de dez anos, já então juiz-desembargador na Relação de Lourenço Marques, pude gozar de verdadeiras férias, retomei o projeto e, em poucos dias, escrevi um pequeno esboço da história. Esse papel foi para o fundo de uma qualquer gaveta e cá ficou de novo esquecido por mais de 20 anos. Em meados da década de 80, a atividade editorial em Macau despertou e isso relembrou-me o rascunho. Consegui descobri-lo e retomei-o. O êxito do livro levou-me a relembrar outras histórias de Macau*». Expresso.

De resto, nos paratextos da própria obra se pode confirmar os anteriores depoimentos. Em "Duas palavras em jeito de prefácio" pode ler-se: «*Quantas histórias saborosas a relatar... Ouvi algumas delas: por razões de profissão tive mesmo de contactar com protagonistas de outras*» (*Requiem para Irina Ostrakoff:* 6).

E mais à frente refere mesmo que, a partir «*de factos que eu, pessoalmente, verifiquei ou que pessoas de boa fidedignidade me contaram parti para compor uma história plausível, saborosa, divertida ou tocante*» (p. 7).

Por isso mesmo, Ana Paula Laborinho terá dito a propósito de *Irina Ostrakoff*: «*À primeira leitura apresenta-nos uma história de escrita realista, reconstituição mais ou menos fiel de tempos e espaços. E o mérito não seria pouco: através de Irina e subsidiariamente de Igor, apareceriam recortados fabulosos e contundentes períodos e lugares que constituem as memórias mais traumáticas da nossa História recente: da Rússia czarista, ao Paris do fim da belle époque, à cosmopolita Xangai, ao fim do mundo de Macau*» - (1993: 58)

Foi precisamente o que aconteceu em relação a *A Mãe.* Os factos que deram vida a esta obra foram relatados ao autor por interposta pessoa: «*Quando uma amiga de Macau me contou um episódio ali ocorrido logo após a guerra do Pacífico, apercebi-me do seu potencial dramático e, imediatamente, o título que me ocorreu foi o de A Mãe*» (Entrevista ao *Expresso*). Esta circunstância já tinha, aliás, sido assinalada também no seu i*ncipit*, onde se lê que, sendo uma obra de ficção, foi «*inspirada embora numa ocorrência verídica em Macau, no pós-guerra do Pacífico, e contada por Gabi Andrade Borges*» (p.5) e é ela também uma história de imigração de russos brancos.

No entanto, em relação a *O Senhor Conde e as suas três mulheres* e a *O Romance de Yolanda* o autor adverte nos respetivos i*ncipit* para o facto de as situações e as personagens serem imaginários. Contudo,

para o leitor, e uma vez que nestas obras as personagens se entrecruzam com personagens de obras anteriores, mas mantendo as suas caraterísticas, elas são percebidas como reais, tal a força e a coerência que mantêm. Este facto também acontece nas outras obras (e é, algumas vezes referenciado pelo próprio autor em notas de rodapé), pelo que muitas das personagens extravasam de umas para outras obras. Os Penha, os Senna-Fernandes, os Guterres, são figuras transversais a várias obras e todos aparentados entre si na restrita sociedade macaense.

Logo na sua segunda obra, figura Tarcísio Guterres, cônsul honorário da Islândia, que tivera um papel importante na primeira obra, aparece, na festa do Skylight, a pensar em Irina que ali cantara (p. 70). Volta a ser referido em *O Romance de Yolanda,* tal como a sua primeira mulher, D. Mafalda. Também aí aparece Big Bertha, a prostituta tornada quiromante, ex-companheira de profissão de Mui e estará também em *A IV Cruzada*. D. Beta, figura importante em *Os Construtores do Império,* figura também em *O senhor Conde*. O cadete inglês McGuire e Detty, figuras centrais de *Ao serviço de sua majestade* estão novamente presentes em *Senhor Conde*.

Por exemplo, os Penha-Nantes (O Comodoro e *nhonha* Patri), figuras centrais em *O Senhor Conde*, voltam a figurar em *O Romance de Yolanda* (p.15). Até o costureiro chinês, Cara-de-Gato, veste personagens em várias obras (*O Senhor Conde, O Romance de Yolanda*).

O Padre Percival, o anjo da guarda dos imigrantes, apesar de apreciador de uísque e raparigas, atravessa vários romances. Mr. Blackfoot e o cadete McGuire (*As Rosas Brancas de Surrey*) irão também figurar em *Ao Serviço de Sua majestade*, sendo McGuire, desta feita, o herói.

A vida dos Ostrakoff (*Requiem para Irina Ostrakoff*) cruza-se ainda com a dos Yacovitch em *A Mãe*. E estes são apenas alguns dos muitos exemplos que poderíamos apontar. Ora, é nesta permanência, nesta insistência, que cabe a "certeza" da "existência palpável" destas personagens, "certeza", reiterada ainda quando o narrador faz sentir a sua presença, o que acontece em algumas das obras.

Esta coerência contribui para criar uma sociedade verosímil, bem localizada no espaço e no tempo (a Revolução russa, a II Guerra, anos 50...). Porém, ao manter a presença das mesmas famílias macaenses (obviamente respeitando a passagem temporal) gera-se no leitor a expetativa, a ilusão de que pode ir a Macau e aí deparar com o Conde de Barca d'Alva, com o Pe. Percival e de que pode ir comer jarga de ovos nos Starches & Scones.

Através deste jogo de realidade/ficção consegue-se criar, mais do que verosimilhança, a ilusão de realidade, de um mundo nosso conhecido, ao alcance da nossa mão, facto que é acentuado pela presença de personagens verdadeiramente reais e sobejamente conhecidas, como o Sr. Stanley Ho, «*que ainda não era Sir, mas ansiava sê-lo*» (*Yolanda*: 54) ou como o Dr. Senna-Fernandes (*O Senhor Conde*: 488). Como vimos, podemos dizer, de um modo geral, que a construção do império, aliada ao cruzamento (possível ou não) dos povos, leia-se miscigenação e imigração, são as temáticas abordadas por Rodrigo Leal de Carvalho. Que pretende o autor com a sua obra? No prefácio de *Irina*, o autor refere, com uma certa modéstia, que a obra

> «*não contém qualquer tese nem pretende transmitir, de forma declarada ou encoberta, qualquer mensagem... Mas se, por ventura, quiserem nelas ver alguma intenção de crítica a uma sociedade em vias de extinção... ou um apelo pela situação dolorosa dos refugiados... be my guest*» (p. 7).

Ora, mesmo sem assumir essa pretensão, o autor consegue traçar um quadro poderoso de Macau, cadinho de povos e culturas, exemplo de miscigenação e liberdade num Oriente exótico, sedutor, mas problemático. Se o autor admite na sua escrita eventuais influências da literatura anglo-saxónica (em entrevista a José Pedro Castanheira, no *Expresso*), a verdade é que ela tem um caráter marcadamente macaense pela temática abordada, medianamente insular-açoriana pela vocação das suas personagens para a emigração e para a construção de impérios, vincadamente português pela ironia recorrente, mas manifestamente universal pela profundidade de

análise das personagens (a que não é indiferente a sua passagem de um para outro livro, possibilitando o acrescentamento de pormenores, o vê-las sobre outro ângulo ou apenas o reforço das caraterísticas já apontadas na primeira vez que apareceram), pela riqueza, pela seriedade e pela perenidade das problemáticas tratadas.

4. MACAU

Em conformidade com o princípio «um país, dois sistemas», consignado no art. 31 da Constituição da RPC, Macau foi considerada Região Administrativa Especial da República Popular da China, retomando a China o exercício da soberania sobre Macau em 20 de dezembro de 1999.

No entanto, Macau foi durante mais de 450 anos ponto de encontro da cultura oriental e da ocidental, de salutar convívio e enriquecimento mútuo, onde as duas culturas predominantes - a portuguesa e a chinesa -, se encontraram. As relações óbvias e pacíficas entre os dois povos criavam uma situação excecional que o autor explica assim: «nas teias das leis e do relacionamento das comunidades de Macau, os chineses não eram bem estrangeiros, eram... eram... eram chineses» (*O Romance de Yolanda:* 60). A frase é bem eloquente.

Macau, cidade cosmopolita, ponto de encontro de desvairadas gentes, foi também «*sempre um porto de abrigo para os fugidos às guerras, à miséria, à fome. E aos problemas políticos também. No passado recente abrigou russos brancos, chineses, indonésios, vietnamitas, filipinos e até portugueses perseguidos pelos credores ou por mulheres ciumentas. E alguns, poucos, pelas ideias políticas*» (Entrevista ao Expresso). Este aspeto já tinha sido denunciado em *Os Construtores do Império,* para uma época bem determinada: «*As autoridades da China Continental tinham permitido a fuga de mendigos, narcodependentes – pakfanistas, como o macaense mais cruamente os batizara – vagabundos, tuberculosos, deficientes físicos ou mentais; em suma, os improdutivos*» (p. 54) que, sem outra porta que se lhes abrisse, aportavam a Macau.

Acolhidos num território tolerante que permitia uma saudável relação entre os povos, deram azo à formação de uma *half-caste* de portugueses ambientados – os macaenses. Não admira, portanto, que o autor aí encontrasse suficiente matéria ficcional:

> «*Arribado na década de cinquenta à então província ultramarina de Macau, fui de imediato conquistado pela cidade, pela sua maneira de viver e, principalmente pela sua gente. Fadado (ou condenado), pela sorte ou pela geopolítica, a cadinho de culturas e etnias, o minúsculo enclave acabou por ser um porto de abrigo para gente de mundos vários que aqui vieram parar por desvairadas razões: espírito de aventura e ambição pelo lucro fácil, refúgio às convulsões político-sociais da região e à loucura de uma guerra que lançara o mundo em fogo, evasão a problemas sociais ou familiares ou inútil fuga aos demónios próprios de cada um*» (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 5). «*Encravado como um grão de arroz*», ou «*como um espinho*» - *O Senhor Conde*: 144) na China, o «*minúsculo rincão português*», tão pequeno que, «*Quando a China espirra, Macau treme*» (p. 59), revelou-se local importante nas relações do Ocidente com o Oriente em variadas ocasiões.

No entanto, esta sociedade miscigenada possuía uma identidade própria que era vital para a sua sobrevivência. A construção desta identidade fora *«instalada, desde sempre, na educação das classes superiores da sociedade macaense, como processo de autonomização à imensa mole demográfica circundante que, pela simples força dos números, os ameaçava submergir*» (*Ao Serviço de Sua Majestade:* 377).

A compreensão, a aceitação do Outro passou assim pela incorporação de algumas das suas caraterísticas na cultura do Mesmo, aquelas que, num dado momento, mais necessárias eram para a sua coesão e mesmo para a sua sobrevivência. Aliás, essa miscigenação institui-se na obra como um fenómeno tipicamente português, pois a administração britânica de Hong Kong «*reprovava terminantemente as ligações dos seus homens com mulheres asiáticas»* (Id. p. 26), ainda que tivessem sangue e nacionalidade portugueses.

Diga-se de passagem, que é notório na obra o desprezo dos ingleses pelos portugueses não só por parte das autoridades inglesas, mas também pelos próprios súbditos de sua majestade, como Lady Agatha Allenby, mãe de McGuire, que até sentia «*suspeita e desprezo pela validade das distinções e títulos portugueses nobiliárquicos ou militares*» (ib: 72).

Por isso, lamentava amargamente o gosto do filho que queria casar com uma "*half-caste*" e, por conseguinte, viria a ter filhos mulatos, confusão de etnia, já que sua senhoria entendia que «*para além da Mancha, eram todos mais ou menos a mesma coisa*» (p. 75) e anunciou ao marido que o filho iria «*casar com uma preta*» (p. 105) e que quando lhe fazem notar que era com uma macaense e não com uma preta, ela responde «*é a mesma coisa*» (p.106).

Se bem que, segundo a lógica do marido, bem mais tolerante, não fosse bem a mesma coisa, uma vez que, se Macau ficava na China, isso queria dizer que ela era chinesa, o que «*sempre é melhor que uma preta»* (p. 106). A ligação com qualquer pessoa que não fosse anglo-saxónica significava sempre «o *desprestígio para a Administração Colonial e até para o Governo e, daí, para a Coroa*» (p. 108).

O Governo de sua majestade tudo fazia (embora sub-repticiamente) para desencorajar os casamentos mistos. Quando aconteciam, além de implicarem a perda do cargo público, era uma vergonha para a sociedade que ostracizava o casal (p. 253), o que era visível em todas as classes sociais (p. 304).

As explicações para esta política são dadas pelo superior hierárquico de McGuire:

> «*as recomendações de Londres são no sentido de não encorajar a confraternização com os locais porque prejudica os estudos... Além de que a familiaridade excessiva gera o desprestígio da raça e compromete o perfil de autoridade que os cadetes, como futuros oficias públicos, representantes do Rei e da Pátria, devem manter!» (As Rosas Brancas de Surrey: 181). Assim a política seguida, «embora jamais expressa em regulamento – era a de não permitir o casamento dos Colonial Service officers com nativas, mesmo incluindo as mestiças de raça oriental*» (p. 186).

Esta proibição é também visível em *As Rosas Brancas do Surrey*, onde se diz taxativamente que «*Londres não vê com bons olhos os britânicos com famílias nativas*» (p. 68). Curioso é o facto de o protagonista, Mr. Blackfoot, inglês sim, mas filho de um mineiro, pobre ainda por cima, aspirasse a ser *gentleman,* «*-Se é que havia gentlemen de outras nacionalidades*» (p. 99), considerava ele. E nem mesmo no Oriente as diferenças étnicas se esbatiam, já que Blackfoot temia a sua ligação com uma nativa, pois *«deixaria de ser recebido em qualquer clube britânico de Singapura ou mesmo de outras nacionalidades e só lhe restaria mesmo, o acesso à sociedade nativa ou, quando muito, ao Club Lusitano porque os sócios, já de si miscigenados, não estranhavam a união entre europeus e indígenas*» (p.118).

O seu desdém pelos *half-caste* leva-o a comentar em relação a Winslow: «*És mestiço! Não enganas ninguém...*» (p. 147) e mais adiante haveria de o insultar, acusando-o mesmo de macaquear um *gentleman* inglês (p. 150). Obviamente que a não-aceitação do Outro por parte da administração inglesa e dos súbditos de "sua majestade", reflexo provável do medo da perda de autoridade sobre ele, serve bem de contraste com a política colonial que o autor entende ser a reinante em Macau.

Curiosamente esta bondade da miscigenação de portugueses e chinesas não funciona quando se trata de chineses, conforme parecem revelar os preconceitos étnicos do Sr. Lau

> «*chinês puro, da etnia Han, sem gota de sangue estrangeiro*», uma vez que esta personagem «*nutria um dissimulado desdém pelos de sangue mestiço, como Lito, filho de uma chinesa violada por um brutamontes de Cabrelas do Alentejo – assim o imaginava o Sr. Lau por não admitir que uma compatriota se pudesse encantar pelo urso do Pedrosa – ou Yolanda produto também de uma miscigenação tão complexa que ninguém sabia destrinçar*» (*O Romance de Yolanda*: 90).

Falava de barriga e de boca cheia, pois o seu dinheiro permitia-lhe a independência no país do Outro (que, desta feita, somos "nós", logo, é o Mesmo), permitia-lhe, inclusive, uma certa superioridade que, sendo económica, ele entendia como total. Diga-se, porém, em abono da verdade, que a miscigenação só parece ser bem aceite se se der em Macau. Fora deste contexto, ela levanta problemas, embora não prejudiquem a sua consumação: é o que parece acontecer em *Os Construtores do Império:* Maria Mafalda, açoriana branca e loira, estava em vias de casar com Tarcísio, moreno macaense de olhos amendoados. Ora, esta ligação afetava a família de Mafalda, embora não a ponto de impedir o enlace. Ao contrário, a própria o considerava Tarcísio um galã.

Também em *Ao Serviço de Sua Majestade,* nos Estados Unidos onde viviam, na eminência de ver Detty casada com um chinês, Maggie, sua parente, propôs-se intervir, refugiando-se na desculpa de que Detty nunca seria aceite pela família dele, tradicional e muito fechada, e fazia-o «*um pouco inconscientemente, ignorando os seus próprios preconceitos, radicados na infância de macaense da primeira sociedade onde, mesmo só quanto aos homens, se admitiam as mal secretas aventuras e ligações ilícitas com chinesas, mas nunca os casamentos na igreja*» (p. 384).

Paradigmática é Leonor, de *As Rosas Brancas de* Surrey, que bem pode ser a representante da integração e da miscigenação: «*tão nova e dotada de tamanha compreensão, produto de uma tolerante civilização que soubera absorver a adaptar-se a tantas etnias e costumes de tão desvairadas latitudes e longitudes que aceitava, sem receio nem rebuço, a miscigenação a até adotava os estranhos costumes das populações nativas*» (p. 271).

Este convívio inter-racial tinha reflexos na moral e nos valores da comunidade:

> «*A moral social local, quer da comunidade macaense quer ainda mais da chinesa, consentia essa liberal sofisticação de costumes, manifestação viva da interpenetração dos valores culturais da região*...» (*O Senhor Conde:* 396),

mas também fruto da emigração de lindas mulheres, que confundiam os olhares dos latinos, sobretudo as de Xangai.

Assim, alguns dos costumes orientais eram bem sedutores para os machos lusos, que lamentavam apenas o facto de as «*sucessivas Administrações Portuguesas não terem sabido aproveitar a lição de quatrocentos anos de contacto com a milenária cultura chinesa, mais antiga, mais sábia, mais realista, que admitia, na harmoniosa estrutura familiar e sob o austero império da Primeira Esposa, um número indeterminado de concubinas e até "bichas", solução muito cómoda e prática*» (Os *construtores do Império*: 137), diz o autor com não-disfarçada ironia.

Várias vezes é salientada esta "liberalidade" da cultura oriental:

> «*A interpenetração dos valores culturais das múltiplas comunidades locais, a flexibilidade dos códigos morais ou sociais do Oriente, a influência no meio macaísta dos usos e costumes chineses que instituíra na Colónia o concubinato com o reconhecimento social e legal, o contacto frequente com a sexualidade liberal dos aventureiros de outros mundos e etnias... o temperamento fácil das gentes do Sueste Asiático, as noites quentes e sensuais dos Trópicos... tinham adoçado a rigidez de fachada vitoriana e marialva, da moral sexual de importação lusíada e conferido à sociedade macaísta uma tolerância e sofisticação que comportava... a admissibilidade de pequenas infrações sexuais, aventuras pré-maritais com ou sem sequência matrimonial, recatados adultérios*» (*O Senhor Conde*: 214).

A queda inevitável pelas belezas asiáticas, bem como a flexibilidade dos costumes sexuais funcionam assim como forte motivação para a aceitação de alguns dos costumes do Outro.

5. A MULHER

Nesta panorâmica, não admira, portanto, que a mulher tenha um lugar privilegiado na obra de R.L.C. Aliás, as personagens femininas são personagens poderosas na obra do autor e, se bem que esta galeria

seja muito grande e abranja mulheres de várias nacionalidades, incluindo ocidentais (entre as quais as portuguesas), são as mulheres orientais, de uma maneira geral, as que mais interesse despertam ao autor. Por isso, são essas que aqui nos merecem algumas palavras de reflexão. Por orientais entenda-se, especialmente as de origem chinesa e destas, talvez as de Xangai, sejam as mais louvadas devido à brancura da sua pele (O *Senhor Conde*: 278).

A verdade é que a atração pela mulher oriental não é específica de Macau. A sexualidade desenfreada do Dr. Saraiva, o seu gosto por asiáticas ou apenas mestiças, já se manifestara na Beira (Moçambique), onde ele tivera a sua primeira aventura com uma indiana (era uma cliente), bela, sem dúvida, de

> «*pele mate e olhos de corça, aveludados e medrosos (…) de sari colorido que se colava às formas arredondadas e lhe deixava a descoberto uma mão-travessa de estômago cor de chocolate, claro*» (*Os Construtores do Império*: 18).

Mas, seria mais tarde, então sim, em Macau, no *Paramount,* restaurante e *nightclub,* que tivera a grata surpresa de encontrar alguns casais mistos - ele ocidental, ela oriental – surpreendendo-se com o facto de a mulher ser sempre *«nova, esguia, bem torneada, na sua cabaia muito justa e brilhante, colarinho duro e alto, e grandes aberturas laterais até meia-coxa*» (p. 52).

Afinal, outros homens como ele sentiam o mesmo fascínio por aquelas mulheres. É que, elas dançavam bem, estavam perfumadas, tinham «*peles perfeitas e corpos esculturais, de feições enigmáticas, escondendo sabe-se lá que emoções ou sentimentos»* (p. 53) ...

Várias vezes, ao longo deste livro e dos outros, é ressaltada a beleza serena e um tanto enigmática da mulher oriental, a sua sensualidade e a suavidade da pele: «*as senhoras chinesas tinham uma complexion de pétala de rosa»* (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 602), caraterística que as macaenses herdariam.

O manifesto desprezo pelo Outro e o prazer próprio levava a que a mulher oriental servisse mais para refrear a concupiscência do homem ocidental (não só a dos portugueses) do que para os sagrados laços do casamento, sobretudo em relação aos não-portugueses. É assim que Mr. Grossmit não hesita em aconselhar Blackfoot a nunca se envolver com uma mulher oriental. «*Nem mesmo com uma mestiça. Isso seria o fim da sua carreira. Se precisar de mulher, procure uma por aí, pague* e *bye-bye*» (*As Rosas Brancas do Surrey*: 59), pelo que não admira que, fruto das sucessivas ondas de imigração em massa e, para seu mal, fruto da sua beleza, muitas figurarem na obra como prostitutas (*taxi-girls*). *Taxi-girl*, de agradável presença, alegre e capitosa, oriunda de Xangai, era a célebre (na obra) Mae West (não a atriz hollywoodesca, obviamente), que fazia as delícias dos clientes do Café de Paris, gerido por Igor Ostrakoff.

A prostituição terá sido o destino não apenas de orientais, mas também de ocidentais, no fundo será a história de sobrevivência de muitas mulheres arribadas em anos conturbados, como conta a história pungente da mãe russa (*A Mãe*) que é obrigada a vender a orientais ricos a virgindade das filhas.

Algumas, as mais belas, as mais afortunadas, as que encontraram macaenses ou reinóis poderão ser amantes destes (se já casados) ou ascender à categoria de esposas, se solteiros ou viúvos. Por exemplo, Annie Chan, refugiada de Xangai, primeiro aparece como amante de Tarcísio Guterres, ainda em vida da mulher Mafalda, depois acaba por casar com ele, tornando-se assim consulesa. Também Nancy (em *O Senhor Conde*), bela, de «*pele clara de marfim novo*», era amante do gerente do Banco Nacional Ultramarino, o que se devia ao facto de ser proveniente de Xangai (e «*era sempre de Xangai que vinham as melhores»* - p.253 -, por serem brancas, como vimos).

Claro que também aparecem muitas asiáticas como empregadas de restaurantes ou bares, cozinheiras domésticas ou em restaurantes, camareiras. Muitas são bem industriosas. Em *O Senhor Conde*, Siu-Fá, recolhida pelas irmãs Abranches, de «*belo cabelo liso, a cair-lhe pelas costas como numa pequena cascata negra e brilhante*», tem uma sexualidade bem atrevida que a autoriza a sonhar com o amor de

algum reinol, a partir com o conde, a trair a sua protetora e a casar com ele (p.278). Com 23 anos tinha uma ideia bem clara do que queria da vida, uma vez que «*não estava disposta a casar com qualquer um que fizesse dela sua criada, a enchesse de filhos e depois arranjasse outras mais novas, como faziam os chinas... E os portugueses também!»* (O *Senhor Conde*: 279). Viria a ser herdeira do império económico da primeira esposa do conde, tendo-se vindo a revelar uma ótima administradora.

Também não faltam casos de algumas destas raparigas a quem lhes interessa o casamento com um português para obter a nacionalidade portuguesa. Assim, Mui Mui (*Os Construtores do Império*), ex *taxi-girl,* casou com um macaense, mas nunca amou o tirânico marido, embora tenha sentido verdadeira ternura pela sogra que a entendia bem. Não será para admirar que o homem português não fosse visto por ela com muitos bons olhos, e que ela passasse «*a demonstrar certa relutância em ligações com portugueses macaenses ou metropolitanos*».

Desta maneira, passou a preferir os seus coétnicos menos exigentes e mais realistas (p. 237). O que quer dizer que se a mulher asiática ou macaense é escolhida para vir a ser boa esposa e boa amante, o mesmo não se poderá dizer do homem macaense.

Fruto da sensualidade, da beleza destas mulheres orientais ou fruto do interesse dessas belas mulheres, ou ainda de um outro atributo não menos interessante - «*a resignação ancestral da mulher oriental, habituada à natureza traiçoeira dos homens em geral e dos europeus em particular*» (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 323) - fizeram-se muitos casamentos com reinóis, donde provieram os macaenses.

A longa ausência dos colonos, a solidão, o clima e a beleza da mulher asiática incitam à sua procura, garantindo uma provisão razoável de mestiças (*half-caste*), belas, de «*olhos negros, vivazes e tentadores»* (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 28), sedutoras devido *«à suavidade do sotaque»* ou ao «*calor do temperamento»* (p. 29). Estas macaenses acabaram por assumir lugar de destaque na sociedade local.

Em *Os Construtores do Império*, Maria Barros é a mulher do delegado de saúde, *«baixinha e esguia, com poucos traços orientais e grandes olhos castanhos, só ligeiramente amendoados, de cabelo preto, curto e bem tratado, era alegre e comunicativa, faladora, com doce sotaque macaísta, abundância de interlocuções britânicas*» (p.44). Figura ainda gentil «*que a múltipla maternidade ainda não deformara, a cara redonda de nariz pequenino, a boca bem desenhada, de lábios carnudos, e olhos grandes e muito escuros e alimentados de um fogo que ele* [Dr. Saraiva] *não sabia ler»* (C.I: 143). Estimada por quantos a conheciam, era «*por demais conhecida a sua bondade, a gentileza, a educação, o encanto do seu convívio*» (p. 74).

Suzie de Penha-e-Nantes é ela também *«bem torneada, de pulsos e tornozelos finos», depois «tinha uns lindos olhos escuros, cujo amendoado acentuava por um pródigo recurso ao lápis de carvão… simpática, alegre e comunicativa*» (Id., p.45), «franca e aberta» (p. 66), «*demasiado expressiva, demasiado desinibida», segundo pensava o traidor tenente Bernardes, seu namorado a prazo, apesar do seu romantismo incurável. Para mais tinha «um coração de ouro*» (p. 47). Ela própria reconhece que «as orientais têm mais encanto» (p. 47).

Figura tão simpática, o autor não resiste a fazê-la aparecer novamente, em *O Romance de Yolanda*, onde se fica a saber que o seu traidor tenente viria também a gozar dos prazeres desta desenvolta macaense (p. 32), senhora de um excessivo à-vontade (p. 83), «*sensual, fogosa e apaixonada»* (p. 74). Detty, de que já falámos, (*As Serviço de Sua Majestade*) era «*bonita, alegre, desinibida*» (p.8).

Vale a pena ler a descrição dos seus atributos:

> *«pequena de estatura, mas esbelta, sem prejuízo das redondezas de formas, com todas as curvas nas adequadas proporções e devidos lugares, exibia uns olhos travessos, muito escuros e acentuadamente amendoados, num palminho de cara redondo e gaiato, emoldurado dum corte de cabelo preto, luzidio, "asa de corvo"... a par de um narizito retroussé, um pouco mais carnudo do que estimaria, e uns lábios cheios e sensuais*» (p. 8).

Mesmo que não fossem belas, nem jovens, havia encanto nestas mulheres. Assim, Cesaltina Santos, primeira-ajudante do registo civil, «*era uma macaense de meia-idade bem conservada, pequena e redondinha, de feições agradáveis, lindos olhos vivos e negros e lábios carnudos sempre pronto a abrir-se num sorriso divertido*» (Surrey: 262).

Assim, Aline, que «*sem ser exatamente uma beldade macaísta, não lhe faltavam, ainda assim, atrativos físicos capazes de cativar alguns dos militares da Marinha ou do Exército em serviço na Colónia*» (*Sr. Conde*: 115).

Até Mr. Blackfoot, apesar do seu desdém pelos *half-caste,* «*reconhecia, porém, que as moças da terra* [de Macau] *eram atraentes e disponíveis*» (*As Rosas Bancas de Surrey*: 176).

Sobretudo pela beleza e suavidade da pele: *«-Pois estas macaístas têm a sorte de ter uma pele!...»* dirá Maria Belmira, personagem de *O Senhor Conde* (p. 514). É uma galeria de mulheres belas, gentis e femininas que o autor nos apresenta.

Mulheres alegres, modernas, desinibidas, cheias de vontade de viver, bem distanciadas das austeras portuguesas continentais, tinham um grande grau de liberdade de ação:

> «*os breves love affaires das senhoras de Macau eram considerados com a bem-disposta tolerância de uma pequena comunidade de harmoniosa miscigenação, descendente de europeus meridionais, comerciantes e/ou aventureiros, e mulheres orientais de temperamento quente e disposição condescendente.*
>
> *Desta conjugação, fermentada ao calor tropical e humidade ambiente, resultara alguma liberdade de costumes que se aproximava da elegante sofisticação das classes privilegiadas das grandes capitais do Ocidente»*» (*O Romance de Yolanda:* 7-8).

Não se pense que a sociedade não era ciosa do seu recato. Na verdade, «*apesar disso e ainda que os pequenos "arranjos" sentimentais dos nhuns macaístas, rotundos, sólidos e respeitáveis pilares da comunidade, fossem aceites sem reserva e praticamente à luz do dia, já se exigia às filhas da terra, nhonhas ou nhonhonhas, aquele mínimo recato imposto pelo respeito da opinião dos outros, codificadas nas assaz lassas convenções sociais locais*».

Bom, a liberdade era mais ou menos semelhante para ambos os sexos, pois também as senhoras dispunham de algum espaço e, assim, embora muito «*condignamente, como era timbre das mulheres macaenses», organizavam Ladies' Nights em contrapartida às noites machistas dos rotários* (*Construtores do Império*: 75).

Importava era não escandalizar. Daí que tenha causado perplexidade o comportamento de Yolanda, *half-caste*, logo com um esperado comportamento dócil e submisso. Logo é-lhe censurado o seu comportamento em relação ao ex-marido: «*Uma mulher chinesa nunca se atreveria a rebaixar um homem, assim em público»,* (p.132). Mas este comportamento já tinha antecedentes, já que ela saíra a D. Mísia, sua mãe, (p. 123).

Pelos vistos, ambas tinham herdado o temperamento insubmisso dos progenitores ocidentais. Até Mrs. Bellows, macaense, casada com um inglês (caso único na obra), haveria de lamentar o romance que Yolanda mantinha com o filipino, não tanto pelo romance em si, pois eles eram comuns, «*mas o seu caráter mais do que declarado, ostensivo, descarado!»* (p. 22). Daí que a pior ofensa que se podia fazer a uma rapariga fosse chamar-lhe "garrida", já que, a atrevida, dava nas vistas, atraía as atenções.

Apesar do recato exigido, esta flexibilidade de costumes era, contudo, bastante do agrado dos machos lusitanos, sendo a mais entusiasta de todos, o Dr. Saraiva Marques (*Os Construtores do Império*), que apreciava «*desde a chinesinha silenciosa, delgada, introvertida, quase assexuada, até à macaense vivaça, de formas abundantes e desinibidas»* (p. 63).

De uma maneira geral pode então dizer-se que as «*raparigas macaenses, de todos os níveis ou classes sociais eram hospitaleiras e gentis, bem-dispostas, divertidas, com uma desinibição sofisticada que não ficava a dever à juventude americana dos anos vinte»*. Eram

sobretudo muito disponíveis e, *«para algumas, até o estado civil não era muito significativo, não era conditio sina quo non. Não tinham qualquer preconceito contra viúvos ou divorciados. E, quanto aos casados, o divórcio era sempre possível*!» (Surrey: 174).

Mas, não há dúvida que esta relação inter-racial pode-se revelar muito complexa – daí as suas potencialidades narrativas. É que os próprios macaenses não estavam isentos de preconceitos étnicos ou rácicos em relação a outros asiáticos não chineses.

Em *O Romance de Yolanda,* D. Misia, mãe de Yolanda, escandalizava-se com a paixão da filha por um filipino «*que ninguém sabe quem é nem donde vem! Um filipino! E preto, ainda mais preto que os landins das Portas-do-Cerco!*» (p.29) e mais à frente dirá: «*Toda a gente sabe que filipino ou é músico ou é chulo»* (p. 30).

Preconceito a que a própria Annie Chan (chinesa ela própria), casada com um macaense, perfilhava: «*Metida com um filipino'! E ainda por cima, tão escuro, quase preto! Parece incrível*!» (p.31).

Orgulhosas das suas origens, que afinal são mestiças, as macaenses veem as chinesas com algum desdém. Assim, D. Beta, confrontada com o casamento do filho com uma chinesa, acabaria por a aceitar com resignação: *«- Que pena ser china!... Mas vá lá, é tão branquinha!» (Os Construtores do Império.* 91) e acabaria por amar como filha e por desejar que o neto tivesse a pele clarinha como a mãe e não escura como o pai, que afinal era seu próprio filho (p. 100).

Integrada numa sociedade branca que, se bem que minoritária, era hegemónica, D. Beta aspirava a ter uma descendência fisicamente cada vez mais próxima do Outro (que aqui é o Mesmo – o reinol).

Curiosamente, é por intermédio do régulo mandinga, Babahoo, que o autor melhor exprime a sua ideia de preconceito racial. Assim, quando McGuire declinou o casamento com uma das suas filhas, o régulo entendeu perfeitamente, já que «*ele também não autorizava o casamento das suas filhas com qualquer boçal balanta ou salum-salum do Senegal*» (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 479).

No fundo, as divergências seriam mais étnicas do que rácicas. O que ressalta é que, apesar dos preconceitos, o que nos ingleses é uma posição consciente de repulsa pelo Outro e de não-aceitação, entre os macaenses parece-nos ser apenas uma fugaz mostra da sua "superioridade" de mestiços que o sangue ocidental, a proximidade do Mesmo, segundo eles, justifica.

6. DOS AÇORES A MACAU

Os Açores, terra de origem do autor, têm uma presença explícita diminuta na obra de R.L.C. Mas, na verdade, os Açores estão lá, como um dado adquirido, como as ilhas mal-amadas e mal-conhecidas. Em primeiro lugar, através das personagens. Assim, logo na sua primeira obra, aparece Maria Mafalda.

Esta personagem figurará em várias outras obras do autor. Ela «*nascera nos Açores, ligada por laços de afinidade a uma família da pequena nobreza ilhoa, os barões de Nordela»* (*Requiem para Irina Ostrakoff:* 15).

O amor pelos Açores e a saudade de Mafalda pela sua terra-mãe são sublimados no restauro que ela fará da casa onde vai habitar em Macau com o marido: pinta-a de branco com persianas verde escuras «*à semelhança da casa dos pais nos Açores*» (I: 26).

Em *Ao Serviço de Sua Majestade*, além da presença de Mafalda, também aparece D. Venceslau Goulart de Bettencourt, bispo de Macau, Malaca e Singapura, natural de Urzelina, S. Jorge que, segundo o autor/narrador foi «*um distinto príncipe da Igreja»* (p. 114).

Em outra obra, figura ainda outro clérigo: «*O padre Fabião, um açoriano de Urzelina, S. Jorge, trazido para o seminário em criança, por sua Excelência Reverendíssima, o então Bispo de Macau, D. Venceslau Goulart de Bettencourt, tinha pouca vocação religiosa*» (*A Mãe*: 155).

Um padre pouco exemplar, mas disso «*não tinha culpa, era o seu temperamento, misto de sensualidade latina e apetite flamengo,*

herança de algum ancestral ido da Flandres nos longínquos anos de quatrocentos, como servidor de Wilhelm Van der Hagen, o donatário da Ilha» (155).

Passado marcado pela colonização flamenga, pelo domínio de algumas famílias privilegiadas. Na segunda obra, *Os Construtores do Império,* logo nas primeiras páginas, fala-se, com uma certa ironia, nas «.*nossas ilhas adjacentes, tão verdes e lindas, que eles* [ministros salazarentos] *ainda não conheciam mas onde, todos e cada um projetavam deslocar-se na primeira oportunidade» (p.10), retratando assim o esquecimento a que os Açores foram votados durante o Estado Novo.*

Quase no final dessa mesma obra, com saudade e quase por acaso, haverá o autor de falar nas «revistas americanas da minha infância nos Açores» (p. 226).

Mas a presença açoriana não se fazia sentir só em Macau. Também nas Bermudas se faz sentir essa mesma presença numa abundante e ancestral colónia portuguesa (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 562), justificando assim, mais uma vez, a vocação do açoriano para construtor de impérios, se bem que uma significativa maioria dos seus membros já tivesse nascido aí (p. 566). E foi exatamente nessa comunidade que uma moça

«*em trajo regional das ilhas portuguesas, de lenço campesino, blusa branca e saia de lã caseira, vermelha barrada a preto, cantou a alma açoriana, que é a alma bem portuguesa, hino de todo um povo:*

- Os teus olhos
Pretos, pretos,
São gentios,
São gentios
Da Guiné...
Da Guiné
Por serem pretos,
Da Guiné
Por serem pretos,
Gentios
Por não terem fé»
(Ao Serviço de Sua Majestade: 607-8).

Parece-nos, contudo, que, de algum modo, os Açores são vistos com um certo olhar autocrítico: é assim que se brinca com a pronúncia de uma professora micaelense de Rabo de Peixe que, destacada em Macau, não logrou pôr os seus alunos a exprimirem inteligivelmente em português (*O Romance de Yolanda*: 25), o que é também a expressão da rivalidade (saudável) interilhas.

Autor açoriano, se não há uma presença explícita muito relevante na obra, sempre que o narrador coincide (?) com o autor, através da presença do "eu", os Açores estão lá também presentes, tal como está presente uma caraterística bem açoriana: a emigração, de que o próprio autor é um ótimo exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Carvalho, R.L. (1993). *Requiem para Irina Ostrakoff*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R.L. (1994). *Os construtores do Império*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R.L. (1996). *A IV Cruzada*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R.L. (1996). *Ao Serviço de Sua Majestade*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R.L. (1999). *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres.* Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R.L. (2000). *A Mãe*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R.L. (2005). *O Romance de Yolanda*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R.L. (2007). *As Rosas Brancas de Surrey.* Macau: Livros do Oriente.
Passiva:
Laborinho, A.P. (1993). *Requiem por Irina Ostrakoff. Revista de Macau.* Fevereiro 1993, pp. 57-62.
Lourenço, E. (1982). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
Expresso. Entrevista de José Pedro Castanheira, disponível em 02/02/2011 em:
http:// group.xiconhoca.com/2009/01/17/rodrigo-leal-de-carvalho-do-oriente-ao-romance-autor-de-a-mae/
Machado. A.M. (1983). *O mito do Oriente na Literatura Portuguesa*. Lisboa: ICALP.
A Cultura em Portugal — Teoria e História, Livro I — Introdução geral, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982, p. 118.
Tribuna de Macau, nº 3287 (nova série), sexta-feira, 9 de outubro de 2009.

3. ANABELA LEAL BARROS, DEPTº DE ESTUDOS PORTUGUESES E LUSÓFONOS DA UNIVERSIDADE DO MINHO

TEMA: 2.3. VARIAÇÃO E DESVIO NA PRODUÇÃO ESCRITA EM PORTUGUÊS PARA O PÚBLICO DE MACAU, ANABELA LEAL DE BARROS, UNIVERSIDADE DO MINHO, ANABELA LEAL DE BARROS, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

Pois é preciso saber que a palavra é sagrada
Que de longe muito longe um povo a trouxe
E nela pôs sua alma confiada
(Sophia de Mello Breyner Andresen, *O nome das coisas)*

É muito abundante por todo o território de Macau o material escrito em português e destinado à população, especialmente a utilizadora desta sua língua oficial (ao lado do chinês): nas ruas, serviços públicos, meios de transporte, estabelecimentos comerciais, etc. Essa omnipresente e comunicativa produção escrita não acha paralelo ao nível da produção oral, o que explica as suas caraterísticas.

Tratando-se essencialmente de material linguístico traduzido a partir de um original em chinês (ou inglês), ou diretamente produzido por falantes de língua materna chinesa com distintos graus de domínio do português, evidencia elevado grau de erro, tipologicamente variado (mais raro nos escritos antigos de mão portuguesa).

O estabelecimento de uma tipologia desses erros, que abarcam todos os subsistemas do código linguístico, é muito esclarecedor para o estudo da aquisição do português como língua não materna, para a história da língua portuguesa em geral, e em particular da língua conservada em Macau. Essa produção linguística é ainda de interesse para a história do léxico, em aspetos como a conservação de vocabulário antigo, o intercâmbio com línguas exóticas, uma evolução semântica própria, enriquecendo o leque da variação diatópica e diacrónica do português.

Por outro lado, revela divergências e peculiaridades pragmáticas dignas de investigação. Para muitos desses desvios acharemos raízes nas caraterísticas das línguas chinesa e inglesa, seja por serem, respetivamente, a língua materna dos emissores do texto em português e a estrangeira que melhor dominam, seja porque um falante de língua materna portuguesa sucumbiu às suas fortes interferências no momento em que transpunha ou compunha o seu discurso, em qualquer dos casos eventualmente traduzindo a partir daquelas línguas.

Outros, contudo, acham melhor explicação em aspetos antigos do próprio português, que conservou ou ganhou em Macau traços peculiares, convidando à dilucidação etimológica, semântica e fonológica (histórica) das unidades lexicais ou estruturais em causa.

1. INTRODUÇÃO: O PONTO DE CHEGADA: ESCRITO DE UMA LÍNGUA ROMÂNICA NA CHINA

Ao contrário do que acontece na China continental, é extraordinariamente amigável a paisagem linguística de Macau, na qual os enigmáticos carateres chineses têm convivido lado a lado, por ruas, becos e travessas, ao longo de mais de quatro séculos, com as letras portuguesas. Língua de tradição peregrina, com origem remota nas línguas indo-europeias de povos que ao longo dos tempos se foram deslocando desde as regiões do Cáucaso até à extremidade ocidental da Hispânia, o português chegou a Macau no século XVI, pela boca dos seus falantes, e com eles se instalou e foi evoluindo e preenchendo o espaço público, sobretudo na sua vertente escrita, que perdura. Essa língua escrita, apesar de constantemente renovada ao ritmo da construção e da reconstrução urbanas, revela ainda hoje traços peculiares, sinais de antiguidade, de modernidade, e sobretudo de mudança e de desvio, fruto do contexto geográfico, histórico, sociológico e linguístico em que veio a achar-se, tal como canta a poesia de Sophia (Breyner, 2011: 653):

Cruzam-se muitas e diversas gentes
Vindas de muitos e diversos mundos
Vestindo muitas e diversas roupas
Falando muitas e diversas línguas
Vêm de muitos e diversos ritos
E cultos e culturas e paragens

2. DA VARIAÇÃO

Em termos lexicais, é possível surpreender no português escrito em Macau traços antigos como os deixados pelos vocábulos *algibebe* ou *silo* (*autossilo),* que aí têm tido grande acolhimento:

1. Algibebes
2. Loja de Algibebe
3. LOJA DE ALGIBEBE VENG SANG

Algibebe, aljabebe ou *aljabeba* proveio do ár. al-jabbāb, 'o que vende *jubâ'* (em port. *aljuba,* de al-jubbâ, 'vestido, manto; espécie de loba que usam alguns orientais', mas também *jubão/gibão,* 'tipo de casaco curto'). Designando *algibebe* o 'vendedor de roupas feitas' é arabismo comum em Portugal desde o séc. XVI, e muito disseminado por toda a Romania. De tão estranha que deveria ser a forma para o utilizador do chinês, e talvez mesmo o português, ela passou a surgir como *Algibebes* no nome de várias lojas de artigos de vestuário. Curiosamente, algumas, como é o caso de 3 (vd. acima), são, conforme indica o nome em chinês, lojas de Vestuário para defuntos. As exclusivas, de roupa pronto-a-vestir e específica para os finados[3].

1. *AUTO-SILO DO JARDIM COMENDADOR HO YIN*
2. *AUTO - SILO DE NAM VAN*

Silo é forma pré-romana, aparentada com o basco *zilo, zulo* ('buraco', com o sentido primitivo de 'cova para guardar grão'), provavelmente do celta sīlon, 'semente' (Corominas, 1982). Chegado ao português provavelmente através do castelhano (em que se documenta desde o séc. XI), usava-se em português no séc. XIII como sinónimo de *fossa, cova, poço* (Machado, 1952), contudo, o sentido original, relacionado com o grão, é o que perdura no seu uso geral como 'tulha', 'celeiro'.

Os silos, covas ou subterrâneos cavados ou aproveitados para guardar cereais, eram elemento autóctone e antiquíssimo na Hispânia, achando-se disseminados por todo o território, o que explica o uso local e exclusivo desta palavra, que só depois se terá disseminado por outras línguas românicas. Tendo-se transitado da designação do cereal para a da cova em que este se guardava, silo surge documentado igualmente para nomear qualquer cova, subterrâneo ou masmorra. É, pois, legítimo o emprego macaense do termo para batizar os parques automóveis, ora escavados na terra, ora elevados nos céus. Curiosamente, esta mesma mudança ocorreu na Península Ibérica no armazenamento dos cereais, tendo os silos passado de covas subterrâneos a cones que riscam os ares.

Autossilo, no português moderno e contemporâneo em Macau, coloca, contudo, problemas, pois com semelhante composição teria de designar um parque que se ocupasse automaticamente de arrumar os veículos; pretende-se, porém, significar parque automóvel, com abreviatura imprópria em português, mas que também ocorre com outros adjetivos: *porta auto* (a automática do autocarro). O uso de abreviaturas incomuns em português é, aliás, mais alargado, imitando por vezes o inglês: *Linha info* (abreviatura de *informativa,* em vez de *linha de atendimento* ao público).

Um apontamento lexical curioso é o da superabundância atual de nomes técnicos, fruto dos progressos nas áreas da construção e da segurança, na maior parte dos casos facultando-se a tradução em português, embora nos mais diversos graus de fidelidade e correção (veja-se, por exemplo, como até *Drencher* merece, em várias placas, um equivalente português com lusa cedilha, DRENÇHER):

1. *JUNÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASPERSORES SPRINKLER INLET*
2. *F.S. INLET*

BOCA DE ALIMENTAÇÃO DA B.I.

3. *ENTRADA DE DRENÇHER*

[3] Devido ao tamanho e número das imagens, revelou-se impossível a sua inclusão neste trabalho.

DRENCHER INLET
4. FIRE HOSE REEL
SARILHO DE MANGUEIRA

Por outro lado, é tal a proliferação de indicações linguísticas relativas à segurança nas ruas e nos edifícios que já em Macau se tratam por tu muitos desses dispositivos, muito parcamente assinalados em Portugal; assim, a *Boca-de-incêndio* é comummente *B.I.,* o que poucos leitores de português estariam aptos a descodificar de imediato:

1. *FIRE HYDRANT*
B.I.
2. *SAAM B.I.*
EXTERNAL/FIRE HYDRANT

Quanto aos eloquentes *sarilhos de mangueira,* foi preciso que os Portugueses viessem para, ou a Macau para poderem contactar com eles mais intimamente. Anunciam-se por todo o lado, e com honras de parede e pedra nobre, em carateres dourados. Em Portugal escasseiam quase tanto os próprios sarilhos de mangueira, mais circunscritos ao ambiente dos bombeiros, como os letreiros que deveriam identificá-los em língua local. O substantivo *sarilho* acha-se documentado no português desde o séc. XIII; do lat. serĭcŭla ('pá de dobar'), diminutivo de sera ('tabuinha', 'tranca'), para além dos seus outros significados, designa vários tipos de instrumento ou dispositivo para fazer meadas ou enrolar fio ('dobadoira'), corda ou mangueiras, sendo ainda sinónimo de *nora,* 'sistema para tirar água de poços'. Um fenómeno recente e digno de nota, nos últimos dez anos, foi o aparecimento de traduções com vocabulário caraterístico do português do Brasil, que em Macau surge historicamente deslocado. É o caso do *ónibus* por *autocarro* (ex. 1)*, venda a varejo* por *venda a* retalho (ex. 2) ou *toalhas-de-papel* por *lenços de papel* (ex. 3): 1. [papel colado no vidro do autocarro]

Aviso a passageiro

De acordo com o aviso da Direção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, de 11 horas da manhã do dia 26 de outubro de 2010, os ônibuses de rotas No. 9 e No. 16 da minha companhia, será reintegrado "Mercado S. Lourenço" (Abrir espaço na frente da temporária).

Os passageiros que requer tomar o ónibus da rota No. 9 e 16 da minha companhia, Você pode usar o ónibus acima de embarque e subindo e descendo através. Pedimos desculpas por qualquer inconveniência causada.

Transmac S.A.R.L.--- 25/10/2010

Diante de tal aviso, não irão longe os falantes de português que não possam socorrer-se do seu chinês para melhor compreender o que fazer nessa inconveniente ocorrência, mas muito agradecem certamente ao Senhor Presidente da Transmac a simpatia do aviso que em pessoa lhes dirige, e em língua portuguesa, ainda que seguindo alternadamente as normas de Portugal, do Brasil e, essencialmente, a "norma de Macau"!

2. *ST- 1*
ESCADARIA ST- 1
PARA VENDERA VAREJO 1/F E 2/F
STAIRCASE ST- 1
TO RETAIL 1/F & 2/F

Os habitantes e transeuntes de Macau que leem português e conhecem *varejo* – derivado regressivo de *varejar* documentado desde 1407 (Machado, 1952) – sobretudo como 'ação de bater nas árvores para fazer cair os frutos', ficarão agradecidos pelo inglês *retail,* que os esclarecerá mais do que esse equivalente português, usado em contexto comercial apenas no Brasil: *Venda a varejo,* venda por miúdo, correspondendo a *venda a retalho* em Portugal. *A varejo,* a retalho. *Loja de varejo,* a que vende a retalho (Morais, 1990).

[*INSTRUÇÕES DE HIGIENE AO PASSAGEIRO]*
[...]
•*. Quando espirrar ou tossir, deve tapar a boca e o nariz. Deve embrulhar com toalhas-de-papel as expetorações e secreções e deixá-las dentro dos recipientes de lixo com tampa.*

Em Portugal, a toalha de papel existe apenas para cobrir mesas, não para designar *guardanapos* de café, de folha interligada para puxar; *toalhetes* de vários tipos; *lenços* descartáveis, os *lenços de papel* que aqui fariam falta, sejam de pacote, dobrados, ou de caixa, interligados. É verdade, porém, que seriam bem insuficientes os lencinhos portugueses, diante de tão épicas *expetorações* (por *expetoração),* agravadas pelas demais *secreções* a *embrulhar* conjuntamente e a *deixar dentro* dos caixotes de lixo (e perante tão explícitos conselhos até o português se ressente: sendo antecedente mais próximo as *expetorações e secreções,* são estas as deixadas dentro dos recipientes, não as toalhas nas quais se embrulharam; mas não leve o conselho demasiado à letra: não meta a mão nos recipientes para as deixar mesmo lá dentro, deite os lenços de papel nos caixotes de lixo com tampa! Até porque nem no original chinês o verbo é *deixar,* mas sim *deitar, lançar, atirar,* como em português. Mas agora perguntemo-nos: o português que foi definido como língua oficial em Macau, língua da comunidade portuguesa, macaense e chinesa com raízes no século XVI, não foi o português de Portugal, ou seja, seguindo a norma portuguesa? Esta mistura de normas no século XXI, indissociável do forte espírito multicultural e plurilingue que reina em Macau, não sobrestimará as capacidades universalistas e poliglotas do público leitor?

3. DO DESVIO

O tipo e a amplitude do desvio linguístico em Macau mereceriam maior atenção por parte dos destinatários da literatura que aí se disponibiliza em língua portuguesa, e merece sem dúvida estudo aprofundado e detalhado por parte dos linguistas, para benefício da língua, da linguística contrastiva e da metodologia de ensino do português como língua não materna (interlíngua, interferência, análise do erro).

Como ponto de partida, limitámo-nos a recensear e coligir elementos, com os quais esboçámos uma tipologia de erros. No dia-a-dia, o leitor de português encolhe os ombros ao erro, sorri reconfortado pela presença nas placas da língua sua conhecida, mas ampara-se no inglês ou no conhecimento prático da rotina da cidade para corrigir o sentido deturpado que interferências e erros de vária índole conferiram ao aviso. Não fosse essa boa vontade e entendimento tácito entre gentes, credos, culturas e línguas, ou interlínguas, no seu estado cristalizado de aprendizagem incipiente, e todos andariam a contrapelo da lei, da norma, do aviso. Vejamos um simples exemplo; na passagem da Taipa para Macau, à entrada da ponte Nobre de Carvalho, o leitor de português fica a saber o seguinte:

Só é permitida a passagem de autocarros e táxis na Ponte Nobre de Carvalho

Não sendo taxista, limita-se a sorrir e a encolher os ombros; vê todos os dias os táxis e autocarros a circular em qualquer das três pontes... poderia, apoiado no aviso, dirigir o seu automóvel particular à velha e querida ponte, mas sabe que o aviso não pretende dizer o que de facto diz.

A simples troca na ordem dos sintagmas leva-o a significar que autocarros e táxis só podem passar nessa ponte e não em outra, todavia, o leitor interpreta o espírito do texto, não a letra: *Na ponte Nobre de Carvalho só é permitida a passagem de autocarros e táxis.* E não costuma haver infrações a tão sensata norma, ainda que a tradução portuguesa a elas convide. Apontemos, então, alguns tipos de erros comuns no português escrito para o público em Macau:

3.1. ASPETOS GRÁFICOS

- Simples falha de grafemas, por falta de familiaridade do redator do anúncio ou do operário que fabricou a placa:

1. *RESTAURNTE 'MOU KEI'*
2. *SERRDURA [em todas as lojas da mesma cadeia]*
3. *ESTABELECIMNTO DE COMIDAS TIN TIN FO WO*
4. *ESTABELECMENTO DE COMIDAS/MENG MUN KOI HOI SIN SEC FU*
5. *VÁLVULA DE CORTE GERAL DE GÁS*
   TELE. DE FORNECEDOR: 28413232
   TELEFONE DE EMERGENCIA DO CORP DE MBEIROS: 28572222

TELEFONE DE SCCORRO: 999

- Excesso de outros, pelo mesmo motivo:

1. *ESTABEELECIMENTO DE COMIDAS KU NAM H M MEI SEK*
2. *SUPPERMERCADO GOOD LUCK*
3. *Boca de alimnentação de/boca de incentdio (Saida)*[4]

- Troca de alguns:

Telefone de Emdrgenda do CB: 28572222
Telefone de Emergenda do CB: 999

- Reprodução apenas aproximada de um grafema ou mesmo palavra inteira, substituindo um por outro semelhante, em imagem especular ou simplesmente invertida, não raras vezes em placas, letreiros e mesmo estampada em toda a superfície de um veículo:

1. CONƧERTO DE TAK KEI
2. *ESTABELECIMENTO DE CONIDAS/HUNG PUN KEI*
3. *ESTABELELIMENTO DO COMIDAS PO KEI*
4. *Associação de amizade de conterrâncos de Longjiang de Shunde de Macau*

5. *BOUTIQUS SENG-HENG*
6. *ASSOCIACAO DE BENEFICIENCIA "QUATAOPAGODES" COLOANE*

- Separação e junção erradas de palavras, no ex. 1 por interferência da forma inglesa *(Sport – De Sportivo)*[5]*:*

1. *Black Cat Sport Association Macau*
Clube De Sportivo HakMao[6] *Macau*

2. *CENTRO DE EXPLICA SÕES "HOI SAM UN TEI"*

- Metáteses gráficas várias, revelando desconhecimento da língua em que se produzem as placas, por vezes figurando lado a lado:

1. *JUNÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS/DE ASPERSOR-1º. 2º ANDAR*
2. *JUNÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS/DE SAPERSOR-3º. 4º.5º. 6º. 7º. 8º ANDAR*

- Ausência ou colocação errada de diacríticos (acentos, cedilhas, hífen), por não existirem no chinês, podendo igualmente surgir afastados dos grafemas ou da palavra, tal como a própria pontuação (*saida, veiculo (passim); sexta-feira),* ou troca de uns por outros: *chã* (chá), *ás:*

Mamacare – CUIDADOS DE MATERNOS/PRODUTOS PARA/CRIANCAS

3.2. ASPETOS FONÉTICOS E GRAFOFONOLÓGICOS

Alguns aspetos espelham processos fonológicos comuns na produção oral em português de indivíduos de língua materna chinesa, outros são comuns na história da língua portuguesa:

- Escrita fonética, imitativa do som ou realização oral, não etimológica (em 1 com a normal diferenciação da vogal *e* para *i* e posterior semivocalização):

1. *Edifício Orquídia Florida*, 2010 [nome esculpido na fachada]
2. *FIRE EXTINGUISHER*

[4] Palavras com grafemas trocados, aproximados, em falta ou em excesso são repetidamente esculpidas em valiosas pedras de modernos edifícios, figuram aplicadas em placas ou surgem pintadas em material nobre, mas nunca feitas em série, podendo num mesmo espaço evidenciar grande variedade de formulações

[5] É tal a distância que vai de uma língua como a chinesa até línguas indo-europeias como o português e o inglês que não somente a primeira é vítima destes desvios, mas também a segunda. Mas essa não é, pelo menos, língua oficial no território:

[6] Coloca-se ainda neste letreiro o problema da tradução não equivalente, na versão inglesa Black Cat – na portuguesa mantendo-se o chinês *Hak Mao,* sem separação de adjetivo e substantivo, por *Gato preto.*

ESTINTOR DE FOGO[7]

- Reprodução escrita da pronúncia elíptica da preposição *para,* apenas esperável no discurso oral:

AREA PRA PROFESSORES E FUNCIONARIOS[8]
FOR STAFF ONLY

- Epêntese de uma vibrante em final de sílaba, em palavras com outra(s) vibrante(s), provavelmente por analogia com palavras possuindo sílabas terminadas em vibrante:

1. *OURIVERSARIA E JOALHARIA SINCERO LDA.*
2. *OURIVERSARIA LEONG KEI*
3. *JUNÇÃO DE ALIMNETAÇÃO DOS SERVIÇOS/DE ASPERSOR-CAVE R/C SORBRELOJA*

- Assimilação ou harmonização vocálica (*longividade* por *longevidade):*

ESTA BELECIMENTO DE COMIDAS PARA SAÚDE E LONGIVIDADE U POU VO

- Paragoge, ou influência do inglês (*chinese* por *chinês)* e ainda, no ex. abaixo, simples epêntese de semivogal ou caso de analogia por contaminação (MEDICIONAL, como *dicionário, adicional...):*

CHÃ DE MEDICIONAL CHINESE HOI TSING

3.3. ASPETOS MORFOLÓGICOS

- Falta das necessárias preposições, já que na língua chinesa essa relação se estabelece com base na posição dos elementos a relacionar:

1. *LOJA MOBILIA TIN MAN*

São muito abundantes os casos em que se alinham apenas lado a lado os elementos com conteúdo semântico, sem preposições nem concordâncias que aclarem a lógica dos sintagmas:

2. *PRONTO-A-VESTIR CIDADE PELE ITÁLIA*
3. *HING WA COZIMENTO EQUIPAMENTO CO.*
4. *VICÓRIA SISTEMA COMPANHIA*
VICTORY SYSTEMS CO.
5. *CENTRO CANCER DE INVESTIGAÇÃO DE MACAU*

- Inclusão desnecessária das mesmas, por ser o seu uso estranho à língua materna:

1. *Mamacare - CUIDADOS DE MATERNOS*
2. *CHÃ DE MEDICIONAL CHINESE HOI TSING*

- Utilização da preposição errada:

1. *ESTE ELEVADOR DÁ ACESSO AO:*
Cave, R/C, 1º e 2º. andares
2. *RESTAURANTE JUNCO DAS ILHAS*
Segunda ás domingo
business hour
monday to sunday

- Ausência de artigo em estruturas no qual é indispensável, mas presença do mesmo naquelas que não o admitem, devido à sua inexistência no chinês:

1. *. Tenha cuidado com carteiristas*[9]
Beware of pickpockets

[7] Também com desvio lexical, por *Extintor de Incêndio.*
[8] No espírito elíptico do inglês, e de qualquer anúncio: Reservado a professores e funcionários.
[9] Neste caso, o inglês poderá ser a fonte direta do erro, ainda que o chinês não possua artigo, o que contribui para a sua desconsideração. Neste caso o conteúdo linguístico da advertência pública no original chinês também é possível em português, embora menos comum, de facto: *Acautele os seus pertences.* Sendo toda a tradução um ato intercultural, é correta e recomendável a preferência pelo mais popular *Cuidado com os carteiristas,* mas elíptico quanto ao verbo e exigindo a presença de artigo, materializando e especificando estes amigos do alheio, em vez de os manter como categoria vaga.

2. *FUMAR PREJUDICA SUA SAÚDE E SAÚDE DE OUTRA/SS-SERVIÇOS DE SAÚDE*
3. *Café de / Amizade*[10]
4. *TELE. NO. DE FORNECEDOR: 28413232 [na mesma placa]*
5. *VÁLVULA DE CORTE GERAL DE GÁS*

TELE. DE FORNECEDOR: 28413232

- Artigo em excesso quando se refere um tipo de objeto, a sua natureza ou identidade, sem que se forme frase ou teçam outras considerações a seu respeito (caso em que se imporia a sua individualização pelo acrescento do artigo):

O MANIPULO DA PORTA DE EMERGÊNCIA

Artigo excedentário também quando o substantivo ou sintagma implicam "algum", não todo o produto ("Fugas de gás", não "Fuga do gás"):

LINHA DE EMERGENCIA DE 24 HORAS ESCAPE DO GAS: 28923456

- Referência no singular a substantivos que representam toda a sua classe ou tipo, género, em vez do plural:

1. *MOTOCICLO KUN KEI LDA.*
2. *P*
   AUTOMÓVEL LIGEIRO

←

- Uso no plural de substantivos cujo singular já contém essa informação de variedade:

Outros Lixos
Other Waste [no caixote do lixo verde]

3.4. Aspetos sintáticos e morfossintáticos

- No que respeita à ordem dos elementos no sintagma e na frase, evidencia-se abundantemente em Macau a colocação do adjetivo ou outro sintagma modificador do nome antes do mesmo:

1. *ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS AZUL CEU CAFÉ*
2. *Exact fare (no refunds)*
   Exacta tarifa
3. *[INSTRUÇÕES DE HIGIENE AO PASSAGEIRO]*

De acordo com as instruções dos Serviços de Saúde de Macau, para prevenir a gripe e outras doenças contagiosas, a TCM apela aos Srs. Passageiros para tomarem as abaixo indicadas medidas de prevenção. [...]

- A colocação do complemento determinativo antes do substantivo ("Tele. no." por "n.º de tel.", embora fosse mais económico simplesmente *Tel.):*

TELE. NO. DE FORNECEDOR: 28413232
TELE. NO. DE EMERGENCIA DO CORPO DE BOMBEIROS: 28572222
TELE. NO. DE SCCORRO: 999
LINHA DE EMERGENCIA DE 24 HORAS ESCAPE DO GAS: 28923456

- Estrutura que copia a chinesa e a inglesa, por exemplo, nas placas comerciais, começando pelo nome do estabelecimento e só depois se indicando o tipo de estabelecimento ou produto comercializado:

MEI FONG GAS

- Não raras vezes, a colocação de substantivos ou adjetivos lado a lado substitui-se completamente a qualquer harmonização gramatical:

Dr. Wong Wing Ping (Médico Dentista)
Licenciado de Estomatologia (J.N.U.)
Diploma de Prótese (S.U.M.S.)
Certificado de Ortodontia (S.U.M.S.)

[10] Afinal, em 3 é a Amizade que dá o nome a este Café, e em 4 e 5 refere-se especificamente o fornecedor concreto deste gás, com um número de telefone específico.

(Digito intra-oral câmara equipamento)

- Falta de concordância de número, inexistente no chinês (no ex., o substantivo indicando tipo de produto é visto como singular, apenas enquanto indicador da natureza do produto):

ARTIGOS PARA SAPATO MENG KEI

- Falta de concordância de género do adjetivo com o substantivo que qualifica, por interferência do chinês, isento de variação de género:

1. Associação Desportivo de Energicos de Macau
2. MESTRE DE EXERCICIO "HEI KONG" TRADICIONAL CHINESA / LEONG KEI SON
3. RESTAURANTE 'VEGETARIANA FAVORÁVEL'

É por isso muito frequente, na interlíngua escrita de Macau, cristalizada ao longo do tempo neste ponto incipiente de familiaridade com a língua portuguesa, muito influenciado pelo chinês, a falta simultânea de concordância de género e de número:

LOJA DE MOBILIAS-EUROPEU HONG KEI

- Concordância com o substantivo errado (no ex. com o sujeito, e não diretamente com o qualificado, dentro do Complemento determinativo: *aço inoxidável),* não sendo esse sequer o mais próximo:

OBRAS DE ACO INOXIDAVEIS CHON YIP

Tratando-se de anúncios, placas dirigidas ao público, a linguagem deveria ser concisa, elíptica, económica, mesmo porque os espaços em que se escrevem, esculpem ou colam são de dimensão reduzida. No entanto, frequentemente incluem elementos gramaticais em excesso e ainda palavras e sintagmas redundantes:

1. FAVOR DE SAIR PELA PORTA CENTRAL
2. FAVOR DE NÃO ESTACIONAR AS VIATURAS

Aparentemente, entende-se *estacionar* como verbo capaz de aceitar um CD que não fosse um veículo automóvel, ou viatura, um ser humano. Veja-se, por exemplo, este caso de profunda redundância, em que o passageiro não teria tempo para prestar atenção à sua entrada ou saída do autocarro e ainda ler até final o aviso a tempo de poder seguir a tão amável advertência nele incluída:

Senhor Passageiro. Para a sua segurança por favor não estacione junto ás portas de entrada e saida do veiculo. Obrigado.

1. Uma vez que o leitor será alguém parado do lado de fora ou de dentro do autocarro, é desnecessária num aviso a presença do destinatário (Senhor Passageiro).

2. Se o autocarro tiver duas portas, uma para entrada e outra para saída, a advertência servirá para aquela em que se acha colado o aviso e ainda poderá ser alargada a qualquer outra pelo leitor. Além disso, só se assegurará que o utente terá esse cuidado em mente se estiver colado o texto em cada uma das portas, pelo que é redundante qualquer redação que inclua mais do que "junto à porta".

3. A existência da advertência já será interpretada como sinal de cortesia por parte do utente, sendo desnecessários "por favor" e "obrigado". Sobretudo quando a frase ainda inclui "para sua segurança". O desejável caráter elíptico dos avisos não significa que estes não devam ser delicados; no entanto, o excesso de cortesia fica muitas vezes a dever-se, não ao original chinês, mas ao tradutor, como neste caso.

4. Este sintagma é geral, não se centra e detém na segurança de cada utente, como objeto ou tópico da frase, caso em que seria acompanhada de artigo (a segurança...). Neste caso, é expressão fixa, tradicional, *para sua segurança.* É que, na origem da língua portuguesa, o determinante possessivo excluía o artigo, substituindo-o, só gradualmente tendo começado a coexistir com ele, no período arcaico ou galego-português.

5. Por fim, o verbo *estacionar* só pode ter como sujeito um ser humano quando ele conduzir um veículo. O corpo humano não estaciona, apenas permanece, para ou se detém. Assim: *Não permaneça junto à porta.*

3.5. ASPETOS LEXICAIS, SEMÂNTICO-PRAGMÁTICOS E SOCIOCULTURAIS

- Uso de abreviaturas incomuns no português europeu:

1. *Linha info*
Info Line
2. *CUIDADO PORTA AUTO*

- Confusão de diferentes termos existentes no português *(trás, atrás):*

SAIA PELA PORTA DE ATRAS
OBRIGADO PELA COLABORAÇÁ

- Uso na tradução de equivalentes equivocados:
1. *OBRAS DE ACO INOXIDAVEIS CHON YIP* (por Portas de aço...)
2. *OLEO DE OSTRA VENG SANG* (por Molho de ostra...)
3. *JUNÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS* SERVIÇOS *DE ASPERSOR – RESTO DE CHÃO E CAVES DO CASINO* (por rés-do-chão...)
4. *BAR COM KARAOKE PRIMEIRO* (por Bar de Karaoke)
5. *Serviço de Incêndio* (por Alarme de incêndio)
FIREMAN'S SWITCH

- Uso de vocabulário, construções e formulações que decalcam o inglês (em diversos casos, pede-se desculpa pela "inconveniência causada", "the inconvenience caused", em vez do simples *Pedimos desculpa pelo incómodo):*

AVISO
Serve o presente para informar os inquilinos deste prédio, que a nossa técnica irá proceder a manutenção do sistema de alarme do incêndio no dia 16 / 12 / 2010, pelas --- horas.
Pedimos a imensa desculpa pela conveniência causada.
Macau, 15 de 12 de 2010

A Companhia,

- Quantidade de informação desigual nas várias línguas:
1. *Associação Desportivo de Energicos de Macau* (em chinês apenas *Energia,* sem inclusão do topónimo)

Por vezes, impõe-se desde logo a necessidade de um diálogo interlinguístico que ultrapassa as duas línguas oficiais, pois a tradução em inglês é a mais informativa:

2. *ESTACIONAMENTO PROIBIDO*
LP-GAS ROOM
NO PARKING
2. *Recipientes de Plástico*[11]
Plastic Bottles

- São igualmente comuns as traduções equívocas e não equivalentes entre línguas:

RESERVADOS PARA PASSAGEIROS INVÁLIDOS, DOENTES OU IDOSOS E SENHORAS GRÁVIDAS OU TRANSPORTANDO CRIANÇAS AO COLO. [no vidro de alguns bancos do autocarro]

Isto é, homens com crianças ao colo têm apenas o direito a permanecer de pé. Ora, o original chinês refere literalmente "inválidos, doentes, grávidas, idosos e pessoas com crianças ao colo", ou "crianças de colo".
PROIBIDO PARAR NOS DEGRAUS [autocolante de ambos os lados da porta]

Ou seja, ficar na fila à espera de pagar ou de conseguir entrar não seria o pão nosso de cada dia, como é. Surge, contudo, noutros autocarros a versão correta (embora tão cortês que já não proíbe, apenas solicita por favor), desperdiçando-se, portanto, o esforço profissional da tradução ao produzir avisos díspares:

[11] Equivalente excessivo, conduzindo a resultados práticos indesejáveis; o original chinês, tal como a tradução inglesa, admite apenas *garrafas de plástico* no caixote do lixo; somente o leitor de português irá, por isso, deixá-lo repleto de caixas de comida, pacotes de iogurte, etc.

1. *FAVOR NÃO PERMANECER NOS DEGRAUS*
2. *FAVOR NÃO ABRIR A PORTA / (DE PRÓPRIA RESPONSABILIDADE)*[12]
3. *. Seja atencioso*

Para maior conveniencia dos passageiros em pe e dos que queriam descer do autocarro quando este esteja completo. Pede-se o favor de não ocupar estes lugares. Excepto em caso de manifesta necessidade.

Eis, pois, lugares que estarão sempre ocupados, diante da humana e imperativa necessidade de descansar! Afinal, quanto pode a conveniência de uns (que até queriam descer, mas já não querem) diante da necessidade de todos?

4. *Segure-me bem no corrimão quando utilizar as escadas rolantes.*[13]
Hold the handrail.

Individualizemos ainda algumas questões pragmáticas:
- Tratamento do público de modo excessivamente familiar, pelo plural "vocês", com recurso à terceira pessoa do plural dos verbos, numa espécie de substituição moderna da 2.ª pessoa do plural:

APAGUEM AS BEATAS, NÃO DEIXEM FOCOS DE INCÊNDIO[14]

A oscilação entre registos acha-se ainda patente no uso do coloquial *beata, pelo corrente cigarro,* para designar mais expressivamente a extremidade do dito, sobretudo quando já apagada ou descartada.

- A redação ou, neste caso, tradução de placas, avisos e outra literatura sucinta exige uma linguagem elíptica, mais eficaz. No tocante à redundância, podem surgir avisos com o dobro das palavras esperáveis:

ATENÇÃO
ESTA ÁGUA ESTÁ IMPRÓPRIA
PARA CONSUMO HUMANO
NÃO BEBER

O adjetivo *humano* foi acrescentado devido à falta de transparência, para o emissor, do substantivo *consumo,* que neste contexto já tacitamente implica a 'ingestão por pessoas'. Achando-se a placa mesmo ao lado do fontanário (o FONTENÁRIO DA FLORA), elimine-se também o demonstrativo "esta" e elimine-se o verbo "está", já que se dispensa a frase completa, retire-se *humano* e *Não Beber,* já que o leitor alfabetizado está ciente do que se deve fazer diante de um líquido impróprio para consumo.

SAIR SÓ DEPOIS DE ABERTA APORTA [aviso na porta automática, no interior de autocarro]

Para certas formulações excessivas *(vd.* 1) existe, contudo, noutros locais e nos mesmos contextos a alternativa curta (mas em 2 ainda com preposição excedentária):

1. *FAVOR UTILIZAR PORTA CENTRAL PARA SAÍDA*
2. *FAVOR DE SAIR PELA PORTA CENTRAL*

São também extremamente comuns em Macau os excessos de amabilidade, somente em alguns casos por interferência do chinês,

[12] A porta do autocarro teria, assim, responsabilidade própria; ou então significaria tal sintagma que pode abrir a porta, se se puder atribuir a responsabilidade a outrem...
[13] Ou seja, apenas a criança pediria ao pai que a segurasse bem ao corrimão. Ou a já perfeita amabilidade de tão longa advertência, nada elíptica, seria ainda requintada pelo eventual dativo ético, "segure-me", no meu interesse, não caia, tal como coloquialmente dizemos aos filhos: "Tu come-me já essa sopa!". E, mais uma vez, o chinês é especialmente demorado e amável na advertência, não se poupando a palavras; literalmente, "Quando utilizar as escadas rolantes deve agarrar bem o corrimão", embora a escada esteja em circulação e o tempo escasseie para tanta leitura, recomendando um económico *Segure bem no corrimão.*
[14] Melhor: Apague o seu cigarro antes de o depositar no caixote do lixo, ou Apague o seu cigarro, evite incêndios.

língua mais dada a doces e explicativos conselhos paternalistas, ou maternais:

1. [cartaz temporário na paragem de autocarro]
Aviso a Passageiro
De acordo com regulamento da DSAT, durante feriados entre 22, 24 e 25 de dezembro de 2010, ónibus MT3 vai parar, peço atenção aos passageiros.
Os passageiros podem levar a empresa a outras rotas de autocarros para o destino. Nós desculpamo-nos por todas as inconveniências causadas!
[Transmac, S.A.R.L.--- 20/12/2010]
2. [cartaz temporário na paragem de autocarro]
Aviso a Passageiro
De acordo com regulamento da DSAT, durante feriados entre 1 de janeiro de 2011, ónibus MT3 vai parar, peço atenção aos passageiros.
Os passageiros podem levar a empresa a outras rotas de autocarros para o destino. Nós desculpamo-nos por todas as inconveniências causadas!
[Transmac, S.A.R.L.--- 30/12/2010]

Aspeto inverso a evitar, mas comum na tradução de anúncios, placas e avisos públicos, é, não já no âmbito da sua correção, mas em termos pragmáticos, o do caráter negativo ou disfórico do discurso equivalente: NÃO SUJAR [no interior do autocarro] é mais vulgar e menos construtivo do que MANTENHA LIMPO O AUTOCARRO, como, aliás, reza o original chinês.

4. CONCLUSÃO

Macau é, com toda a evidência, uma Babel de línguas (*vd.* 1. MIRADA TRAVEL LIMITED; 2. SUPPERMERCADO GOOD LUCK), tal como uma Babel de luxuosos edifícios rivalizando com os astros; um jardim de pedras que falam, tão comunicativas como as gentes.

Mas por que razão falha unicamente, nestes hotéis e condomínios de cinco estrelas, nestes edifícios luxuosos, o orçamento para uma boa e homogénea tradução?

1. *ESCADARIA PST- 1*
ATÉ O ASSOALHO DO REFÚGIO 8/F
USE POR FAVOR
A ESCADARIA RST-2 EM 8/F
PARA QUE O ACESSO À TORRE 1
STAIRCASE PST- 1
UP TO 8/F REFUGE FLOOR
PLEASE USE STAIRCASE
RST-2 AT 8/F
FOR ACCESS TO TOWER 1

2. *PULL HANDLE TO FULL EXTENT*
TO SHUT OFF EMERGENCE VALVE GAS BUTANO
PUXE ASA A PLENO EXTENTTO PERIGO DE EXPLOSAO
FECHA FORA VÁLVULA DE SURGIMENTO PROIBIDO FUMAR OU FAZER LUME

3. *AVISO*
COMUNICAMOS QUE COMO É DE FERIADOS, NOSSO BANCO NÃO SE ABRE NOS DIAS 24 A 27 DE DEZEMBRO (SEXTA - FEIRA A PRÓXIMA SEGUNDA - FEIRA)
BANCO TAI FUNG

Diante do notório e comovente esforço governamental e individual para manter nas ruas uma língua falada e compreendida por poucos, mas uma língua indubitavelmente com direitos de cidade, só está em falta a crítica construtiva.

Enquanto língua oficial da RAEM, é à comunidade que a trouxe, que a fala e compreende, que o português se destina, é a ela que homenageia. Tal implica também, todavia, que o estado em que se acha e em que se vai achando depende antes de mais do seu público leitor.

Por outro lado, uma língua oficial merece tratamento oficial... Assim, deixamos apenas uma pergunta: não teria esta terra de abundância, este epifânico local de confluência de múltiplas gentes,

línguas e culturas, no qual o português e os portugueses se acham desde sempre simbioticamente entrelaçados com o chinês e os chineses, e com a origem da cidade, orçamento e sensibilidade política para a criação e manutenção de um Gabinete para os assuntos da língua portuguesa?

Ou seja, de um gabinete em prol da imagem e da concretização digna do papel do português enquanto língua oficial da RAEM?

"não sabes tu q' a lingua Portuguesa / não tem o Mundo igual outra em nobreza [?] (D. Próspero dos Mártires, Pegureiro do Parnaso, Biblioteca da Ajuda, ms 49-III-52, 227)

Contra os portuguezes, q. escrevem em castelhano[15]
Não he justo compor em castelhano
Quando esta nossa lingoa he tão divina,
Que por ser natural era so digna
De engrandecela em verso soberano.

Cantou o grão Virgilio Mantuano
Na sua mesma lingoa, q. he latina,
O grego Homero a grego a lira afina,
O mesmo fez Petrarcha Italiano.

Se estes q. tanto as Musas sublimarão
Nas proprias lingoas suas, lhe importara
Cantar em outra lingoa diferente,

Na nossa Portugueza só cantarão
Por ser compendiosa, doce, e clara,
Fecunda, rara, vnica e excellente.
(Anónimo, Biblioteca Nacional, ms. 10894, 314)

Em nobre e antigo português se leem em Macau duas placas, a primeira à entrada da Fortaleza do Monte:

ALTO! SENTIDO! / RECORDA POR UNS INSTANTES A HISTÓRIA LINDA DA NOSSA / PÁTRIA. ENTRA ALTIVO E DE / CABEÇA ERGUIDA PORQUE ÉS / SOLDADO DESSA PÁTRIA.

A segunda inspirando os milhares de turistas de variegadas nacionalidades que nos últimos séculos têm entrado diariamente na China:

A PÁTRIA HONRAI QUE A PÁTRIA VOS CONTEMPLA

A pátria, ali na China e à entrada da China, é Portugal, e é a língua portuguesa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Andresen, Sophia de Mello Breyner (2011), *Obra poética,* Edição de Carlos Mendes de Sousa, Lisboa: Caminho.

Corominas, Joan (1983), *Breve Dicionario Etimológico de la Lengua Castellana*, 3ª edición muy revisada y mejorada (1ª, (1961). Madrid: Editorial Gredos.

Corominas, Joan e José Pascual (1980), *Diccionario Etimologico Castellano e Hispánico.* Madrid: Ed. Gredos.

Corriente, Federico (2008), *HdO, Dictionary of Arabic and Allied Loanwords – Spanish, Portuguese, Catalan, Gallician and Kindred Dialects,* Leiden: Brill.

García de Diego, Vicente (1989), *Diccionario Etimológico Español e Hispánico,* 3ª ed. aumentada, Madrid: Espasa-Calpe.

Machado, José Pedro (1952), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.* 5 vols. Lisboa: Livros Horizonte.

Morais Silva, António de (1990), *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa,* Lisboa: Ed. Confluência (1961).

Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (1971), *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa,* Coimbra: Centro de Estudos Românicos.

[15] A valorização das excelências da língua portuguesa feita neste soneto inscreve-se no âmbito do movimento de apologia da língua pátria relacionado com a rejeição da castelhana como língua literária dos escritores portugueses, com motivação política, mas também intenções de demarcação relativamente a certos códigos literários (Aguiar e Silva, 1971: 127-128).

4. ANABELA OLIVEIRA DE NAIA SARDO, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA PORTUGAL

TEMA 3.6. INTIMIDADES E AMBIENTES LITERÁRIOS E ARTÍSTICOS NA OBRA DE ANA TERESA PEREIRA, ANABELA SARDO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, GUARDA, PORTUGAL

O objeto de análise deste texto é a obra de uma das autoras mais interessantes da narrativa portuguesa contemporânea, a escritora madeirense Ana Teresa Pereira, cuja produção literária tem vindo a ocupar um lugar invulgar no âmbito da nossa literatura. Esta singularidade fica a dever-se a diversos fatores como, por exemplo, a possibilidade da leitura cruzada de cada uma das suas narrativas (contos, novelas e alguns romances), jogando, à semelhança do que afirma Sara Figueiredo Costa a propósito do livro *Contos* (2003), "*com os elementos e as referências presentes nos outros contos e construindo uma teia de significações que funciona como um espelho, movendo-se a cada momento para permitir a leitura de situações e personagens de um outro ângulo, sempre mais inesperado do que o do conto anterior*" (2004: 1).

A originalidade advém, igualmente, da recorrência das personagens que, em cada texto, avocam uma outra maneira de recriar o seu passado. E, ainda, dos elementos espaciotemporais. Por si só, estas duas caraterísticas estruturais fazem, da obra em questão, um exercício de leitura fora de comum, permitindo um percurso fragmentário, mas infalivelmente global pelo conjunto da obra, conferindo à mesma uma unidade forte e imprevista que só a leitura de todos os livros permitirá atingir. Para reforçar a ideia de que a obra pereiriana ocupa um espaço incomum na literatura portuguesa, lembramos a opinião de Duarte Pinheiro (que surge apenas no seguimento de outras anteriores, como a de Rui Magalhães, a de Eduardo Prado Coelho ou a nossa), quando afirma que esse facto se fica a dever a dois aspetos essenciais: a questão do género e a forma como o mesmo é explorado pela escritora.

Destarte, a peculiaridade advém não tanto "*porque as suas histórias constituem um género novo*" (Pinheiro, 2009: 13), embora a própria autora o diga claramente numa entrevista que deu a Maria Leonor Nunes (2008): "*parece pretensioso, mas acho que os meus textos constituem um género.*" O parecer de Duarte Pinheiro vem na sequência dos estudos de Rui Magalhães, que se havia debruçado sobre a questão do género dos textos da autora funchalense, partindo da conceção todoroviana de fantástico (Magalhães, 1999), e da nossa própria opinião, quando admitimos uma certa dificuldade em classificar os textos de Ana Teresa Pereira, uma vez que o registo neles verificado se coloca entre "*o real e o onírico, a objetividade e a subjetividade, o realista e o fantástico*" (Sardo, 2001a: 120).

Logo, a originalidade resulta muito mais, como muito bem assevera Pinheiro, do facto das histórias pereirianas *"darem voz a um género até agora explorado esporadicamente ou, pelo menos, remetido a pequenas incursões estilísticas levadas a cabo por alguns dos melhores prosadores da história literária portuguesa – o fantástico. Eça de Queirós, Gomes Leal, Álvaro de Carvalho e até o próprio Camilo Castelo Branco (…) criaram histórias de cariz fantástico, mas nunca assumiram o fantástico como género literário; estas narrativas, sobretudo curtas, devem ser entendidas como obras fantásticas isoladas, não constituindo um percurso literário contínuo neste género que se possa equiparar àquele da escritora Ana Teresa Pereira.*" (2009: 13). A narrativa pereiriana, excetuando a produção literária juvenil, é, pois, marcadamente fantástica de acordo com a opinião deste estudioso.

Para além dos aspetos e dos níveis de recorrência mencionados, uma outra caraterística nos parece fundamental para distinguir a obra de Ana Teresa Pereira, conferindo à sua produção literária aquilo que gizámos chamar "escrita obsessiva". Trata-se das alusões sistemáticas à literatura, ao cinema, à música e à arte, em geral, que se situam num plano de intimidade com os textos, que faz delas componentes narrativos indispensáveis para a compreensão dos mesmos. Por esta razão, podemos afirmar que a linguagem cinematográfica (tal como a linguagem poética para além da técnica, como em Tarkovsky, David Linch ou Hitchcock) é inerente à forma de escrever de Ana Teresa

Pereira, na medida em que, como refere Sara Costa, o leitor consegue aperceber-se "*de temas e topoi caraterísticos de diferentes cinematografias*" (Costa, 2004: 19).

Podemos, portanto, dizer que o universo literário de Ana Teresa Pereira se construiu a partir de intimidades e ambientes literários e artísticos que revelam o mundo em que a escritora madeirense cresceu e continua a viver, um universo repleto de livros e filmes. A análise das suas narrativas permite perceber que a forma como a escritora encara e entende a vida tem a ver com a sua leitura dos livros e de que toda a sua experiência é feita não só de factos, do que lhe acontece, mas também do que acontece nos livros que leu e lê, traçando um território muito seu, que explora de um modo obcecado, criando um universo literário à sua imagem e semelhança.

O ambiente e a convivência literária e artística, que marcaram a vida da escritora desde a sua infância, parecem justificar as relações intertextuais e os diálogos que estabelece com os grandes criadores que subtendem as suas criações. Poetas e escritores como Enid Blyton, Hans Christian Anderson, Henry James, Nathaniel Hawthorne, E. A. Poe, para referir apenas alguns dos mais representativos, acompanham a escritora desde a infância.

Foram entrando na sua existência muitos outros escritores, poetas, filósofos, pintores, músicos e realizadores de cinema que a fascinam e influenciam, de uma forma muito intensa, a sua escrita. É o caso, por exemplo, de William Irish (Cornell Woolrich), W. B. Yeats, R. M. Rilke, Iris Murdoch, Wilkie Collins, Anne Rice, Nietzsche, Freud, Dante Gabriel Rossetti, M. Rothko, Klimt, Klee, Bach, Tarkovski ou Nicholas Ray, que descobrimos ao longo dos seus livros numa permanente, insólita e obsessiva associação. A complexidade das referências revela a erudição de Ana Teresa Pereira e coloca-nos diante da sua habilidade como escritora para além de atestar, de uma forma inquestionável, a importância da arte no seu universo literário.

De todas as alusões literárias que Ana Teresa Pereira faz ao longo das suas histórias, gostaríamos, no âmbito deste artigo, de destacar-se algumas das que consideramos basilares. Comecemos por relembrar aquela que perpassa grande parte da obra: a imagem da escritora e filósofa irlandesa Iris Murdoch (1919 – 1999)[16], conhecida pelos seus romances filosóficos.

Esta afinidade ultrapassa a mera relação autor/leitor ou mesmo a de uma escritora que influencia a outra, como se pode aferir, por exemplo, no livro *Se Eu Morrer Antes de Acordar*: "*– You were once adored. Tu és adorada…"* (Pereira, 2000a: 184). A forma como a escritora irlandesa emerge no texto revela a imensa admiração, quase uma forma de veneração por parte de Ana Teresa Pereira.

A elegia começa com a presença das citações preliminares, que servem de epígrafe ao primeiro e terceiro contos, e culmina no conto que dá título ao livro, porquanto se une, na personagem Iris, a história de Iris Murdoch (ou, melhor, a interpretação que Ana Teresa Pereira faz de parte da vida da autora de *O Tempo dos Anjos*) com as suas próprias histórias e obsessões. Iris, de *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, é Iris Murdoch, mas é, também, Ana Teresa Pereira, na medida em que as personagens e os textos parecem revelar a imagem da escritora, como se pode verificar em diversos momentos da obra, dos quais se destaca, por exemplo, este excerto de *Se Eu Morrer Antes de Acordar*: "*E não havia nenhum escritor vivo que lhe fizesse falta. Ted Hughes morrera, e Marguerite Duras, e a escritora que mais amava, e nenhum deles escreveria um próximo livro (...)" (*Pereira, 2000a: 170), e pelas entrevistas dadas pela escritora: "tudo o que escrevemos é autobiográfico" (Nunes, 2008: 11).

16 Dame Jean Iris Murdoch frequentou a Badminton School, em Bristol, e, entre 1938 e 1942, estudou, em Oxford, no *Somerville College*, Literaturas Clássicas, História Antiga e Filosofia, tendo efetuado uma pós-graduação também em Filosofia. Deu aulas no *Royal College of Art*. A partir de 1963, dedicou-se à escrita, tendo produzido vinte e seis romances em quarenta anos, os últimos escritos já enquanto sofria da doença de Alzheimer. A sua história está retratada no filme *Iris*, dirigido por Richard Eyre em 2001. O filme é baseado no livro de John Bayley *Iris – A Memoir and Elegy for Iris* e conta a história da vida da filósofa e romancista, fazendo contrastar o retrato de uma jovem e vibrante mulher, intelectualmente brilhante, com a sua vida posterior, quando os efeitos da doença de Alzheimer, de que foi vítima, começaram a devastá-la, acabando por ficar completamente dependente do seu marido John Bayley.

Assim, a menção constante a Iris Murdoch, acompanhada por muitas outras referências e citações, de que destacaremos apenas algumas daquelas que se nos afiguram como as mais importantes, transformam a obra numa imensa antologia de afetos e fruições pessoais.

Outra alusão recorrente é William Irish (1903 -1968)[17]. Paira em *Até Que a Morte Nos Separe* como noutros textos da autora, nomeadamente logo no primeiro livro *Matar a Imagem*: "*E William Irish... Eu era ainda menina quando lera If I Should Die Before I Awake*" (Pereira, 1989: 22). O mesmo acontece em *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, que tem exatamente o título do conto de William Irish, publicado em 1937.

Outro escritor que influenciou, de forma indelével, a obra de Ana Teresa Pereira foi Henry James, em especial através do seu livro *A Volta no Parafuso*, cujo universo subjaz ao da escritora ao nível dos aspetos temáticos (os temas da identidade e da solidão, fundamentais na obra pereiriana), e, concomitantemente, ao nível dos aspetos formais, como é o caso da perspetiva narrativa, relação muito bem estudada por Duarte Pinheiro no subcapítulo 1. 1 do capítulo III da sua tese de doutoramento (2010).

A própria escritora faz referência, na entrevista dada a Maria Leonor Nunes (2008), à perspetiva usada por Henry James em toda a sua obra literária e, em particular, em *A Volta no Parafuso*. Pelo que a conclusão de Pinheiro nos parece muito bem conseguida quando condensa, num parágrafo, a ideia de que "*da perspetiva narrativa à descrição espacial, da temática à construção da personagem, tudo nas narrativas pereirianas parece ter origem em Henry James. A escritora madeirense e o escritor anglo-americano coexistem no mesmo campo literário, partilham e vivem de modo profundo e apaixonado a mesma escuridão*" (Pinheiro, 2010: 194).

O mesmo se passa com Daphne Du Maurier, principalmente através do livro *Rebecca*. O espaço deste romance povoa de imagens algumas narrativas pereirianas. Manderley faz parte "*do vasto leque de elementos de ficção que têm marcado a escritora madeirense ao longo da sua carreira*" (Pinheiro, 2010: 264). Neste caso, até aquela que é considerada como uma das mais belas e fantásticas primeiras linhas de toda a literatura, a que dá início ao romance de Du Maurier, "*A noite passada sonhei que voltava a Mandereley*" (Maurier, 2009: 7), aparece nas narrativas de Ana Teresa Pereira.

O ambiente de Manderley, perturbante e ermo, torna-se o cenário de algumas das histórias pereirianas e habita o imaginário de certas personagens, desde o seu segundo livro, *As Personagens,* até *A Noite mais Escura da Alma* ou *Histórias Policiais* (no conto "Numa manhã fria"), por exemplo. Todavia, é no texto que consideramos ter um dos mais belos títulos de toda a obra de Ana Teresa Pereira, *O verão selvagem dos teus olhos*, que acontece aquilo que Manuel Freitas chama "*um ato extremo de criação"* (2009: 33). Como afirma, não se trata de "*palimpsesto, dialogismo ou intertextualidade*", mas de "*um livro que nasce literalmente de um outro livro"* (Freitas, 2009: 33).

17 William Irish, pseudónimo de Cornell Woolrich, é chamado "o poeta das sombras", escritor de contos misteriosos de tristeza e horror, e comparado, por muitos, a Edgar A. Poe.
Alguma da sua extensa bibliografia foi adaptada ao cinema. A partir de livros seus foram realizados cerca de doze filmes. Por exemplo, La Mariée était en noir – The Bride Wore Black, em 1967, de François Truffault ou Rear Window, de 1954, de Alfred Hitchcock.
Foi um dos principais escritores do que se chamou "romans noirs", "black novel" ou "dark or black fiction", que fazem parte do "noir style", do cinema e da literatura, que tanto parece agradar a Ana Teresa Pereira.
O termo "roman noir" foi usado, pela primeira vez, pelos franceses no século XVIII para descrever o romance gótico britânico. No século XX, adquiriu um novo significado e foi usado para nomear um movimento de literatura e cinema americanos, que teve início em criações que se intitulavam "hard boiled thrillers". Começou com as histórias de Raymond Chandler, John Carrol Daly, Dashiell Hammett e todos os escritores de "Black Mask", dos anos vinte e trinta, e incluía desde os filmes com Humphrey Bogart até aos romances de Jim Thompson e James M. Cain. Estendeu-se até aos anos noventa com escritores como Lawrence Block e Thomas Harris, entre outros, que descrevem o lado negro da sociedade americana, mas também dão uma interpretação vital e profunda da mesma. *Em Até Que a Morte Nos Separe*, fazem-se diversas referências que revelam o gosto da escritora por obras e autores que têm a ver com este movimento de literatura e cinema americanos. Ver, por exemplo, nas páginas 36, 53, 54, 58 deste livro.

É, pois, através da escrita referencial, por "*ligações subterrâneas"* (Pereira, 2004: 84) que somos transportados através do labiríntico universo artístico que está subjacente ao de Ana Teresa Pereira. É pela escrita referencial que chegamos autores, a imagens, e temáticas obsessivas. Diluem-se, nos livros, citações e evocam-se, continuamente, discursos literários, cinematográficos e pictóricos mais ou menos ocultos. Numa constante associação, somos confrontados com alusões a muitos outros escritores e, também, poetas, filósofos, pintores, realizadores de cinema e músicos, mas, também, somos surpreendidos com excertos ou sínteses de narrativas, de livros e de filmes (verdadeiros ou inventados por Ana Teresa Pereira), bem como referências a situações e a personagens.

Assim, com o mesmo sentido de harmonia com que a aranha constrói a sua teia, o pintor junta as cores ou o compositor as notas musicais, a escritora liga e enreda enunciados, leituras e estéticas num jogo desconcertante que nos leva, obsessivamente, às obras e aos autores que as personagens dos seus livros amam e que são, afinal, aqueles que moldam o universo literário de Ana Teresa Pereira: "*As minhas personagens fazem aquilo que me interessa, aquilo que compreendo melhor*" (Nunes, 2008: 11). E é a essas personagens que, direta ou indiretamente, dedica os seus livros.

As dedicatórias explícitas nem sempre acontecem, como se pode constatar em livros como *Matar a Imagem*, *As Personagens*, *A Última História*, *Num Lugar Solitário*, *O Vale dos Malditos*, A *Linguagem dos Pássaros*, *O Sentido da Neve* ou *O Fim de Lizzie*, por exemplo. Grande parte dos livros tem inscrições iniciais que deixam transparecer outras afeições da escritora madeirense.

Alguns são "*dedicados a um cão"* como a própria confessa numa entrevista dada a Alexandra Lucas Coelho (1999a: 1). Consagra, "Ao Charlie", livros como *Fairy Tales*, *A Noite Mais Escura da Alma*, *A Coisa Que Eu Sou*, *O Rosto de Deus* e *Se Eu Morrer Antes de Acordar* e, "Para o Charlie", *Quando Atravessares o Rio*. Aos seus gatos, destina *As Rosas Mortas*.

Estas dedicatórias vêm mostrar uma das relações fundamentais que distinguem a obra de Ana Teresa Pereira: o amor aos animais, em especial aos cães e aos gatos, uma das caraterísticas que herdou de seu pai. A outra, a paixão pelos livros e pelos filmes, também lhe foi incutida através da ligação que manteve com o progenitor durante a sua infância:

> "*O meu pai acompanhou-me, foi quem me ensinou a ler (…). Lembro-me dele ler 'Os Cinco' comigo… era com se vivêssemos aquilo tudo em conjunto (…). A relação com o meu pai era muitíssimo importante, passava sobretudo pelos livros e pelo cinema. (…) É algo que em mim é visceral"* [sic] (Coelho, 1999a: 1).

E esse amor profundo aos livros e aos filmes assoma, desde logo, nas histórias que dedica a alguns dos seus escritores de eleição. A Iris Murdoch ("*para Iris Murdoch"), "a escritora que mais amava"* (Pereira, 2000a: 170), consagra *Intimações de Morte*, *Se Nos Encontrarmos de Novo* e o conto "O tempo dos fantasmas" de *O Ponto de Vista dos Demónios*. "Para Nicholas Ray e William Irish" foi escrito *Até Que a Morte Nos Separe*. E, "*para Silver Kane (Francisco González Ledesma), que criou o material de que são feitos os [seus] pesadelos"* (Pereira, 2001a), compôs *A Dança dos Fantasmas*.

Finalmente, como não poderia deixar de ser, dedica, de igual modo, livros a personagens literárias: *A Cidade Fantasma*, por exemplo, "Ao Dr. Gideon Fell", o detetive criado por John Dickson Carr; e *O Mar de Gelo*, "para Tom", *a personagem* que perpassa a obra pereiriana[18]. É ainda de referir que *A Neve* tem como dedicatória "*para a Quinta do Palheiro Ferreiro, onde nasceram tantas histórias".*

À medida que nos embrenhamos nas narrativas de Ana Teresa Pereira, descobrimos claramente que a leitura que a escritora faz da

[18] A este respeito, leia-se a dissertação de Rosélia Fonseca (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*.

vida tem a ver, em grande medida e especialmente, com a sua leitura dos livros, como já afirmámos, mas, igualmente, com a interpretação que faz dos quadros dos pintores, que tanto aprecia, dos filmes dos seus realizadores de eleição e, ainda, de determinadas composições musicais que vai evocando, numa espécie de melodia de fundo, ao longo da sua obra.

Como já foi referido, Ana Teresa Pereira cresceu no meio de livros de autores de língua inglesa que marcaram decisivamente a sua vida e a sua obra, como a própria afirma em mais do que uma entrevista. É de realçar que este pormenor circunscreve, também, o universo existencial das personagens das suas histórias como as próprias anunciam. Atente-se, por exemplo, na seguinte citação de *A Última História*: "*Lera novelas de Henry James e vira filmes de Hitchcock, estudara criminologia, histórias de crimes célebres. E lera muitos poemas negros, sobre a morte e os fantasmas*". (Pereira, 1991a: 47).

A referência aos criadores e artistas que moldam o universo literário das personagens (e o seu próprio) é, então, uma marca fundamental da obra da escritora que utiliza ou se refere ao discurso e à obra do "outro", numa acumulação de planos distintos de uma mesma realidade. Os textos aduzidos passam a constituir o seu próprio texto, resultando o enunciado de outros enunciados, mas, essencialmente, da leitura muito pessoal das obras dos criadores que foram preenchendo a sua existência desde a infância, bem como de experiências e de estéticas que a autora interliga.

Podemos afirmar que Ana Teresa Pereira vai muito para além da mera intertextualidade (que encontramos, claramente, nas epígrafes dos livros, nas citações, nas paráfrases e na recorrência a caraterísticas dos géneros policial e fantástico, numa espécie de *pastiche*), porquanto refere constantemente as suas inspirações. Fala dos escritores, pensadores e artistas de que gosta sem qualquer presunção, citando-os com à vontade na língua original, sobretudo os ingleses. Como já asseverámos anteriormente, a cosmovisão, que molda a existência de Ana Teresa Pereira, delimita, analogamente, a das personagens das suas diegeses, cujos universos existenciais são marcados pela arte e por referências obsessivas ao mundo dos livros, dos quadros, da música e dos filmes. Este aspeto revela-se logo no primeiro livro, *Matar a Imagem*, que funciona, de diversas formas, como uma espécie de iniciação ao percurso literário desta escritora madeirense.

À semelhança da sua criadora, as personagens das narrativas pereirianas são seres especiais e têm caraterísticas peculiares. Sempre artistas, sobretudo escritores, mas também escultores, pintores, atores ou realizadores de cinema, constroem a sua existência peculiar à volta do mundo da arte, revelando, dessa forma, um universo cultural amplo e complexo que se manifesta na constante referência a nomes e obras (ou excertos de obras) mais ou menos conhecidos do leitor. Porém, nos livros de Ana Teresa Pereira, acontece mais do que a mera intertextualidade que ocorre entre textos e outras formas de expressão artística, como composições musicais, quadros ou filmes. Esta caraterística vai ter reflexos na relação que o leitor passará a manter com as narrativas, uma vez que ao mesmo é exigido, para além de um mais ou menos amplo conhecimento do mundo, em geral, um saber prévio acerca do universo da arte que permita identificar as alusões sistemáticas, tendo em conta que, ao contrário do texto científico em que há a referência explícita das obras e dos autores citados, as menções são, nos textos literários, normalmente implícitas.

Desta forma, entre os textos de Ana Teresa Pereira e o seu leitor deverá ocorrer, obrigatoriamente, a partilha de um conhecimento comum ao nível do mundo artístico, especificamente no que diz respeito às áreas da literatura, da pintura, da música e do cinema. Por outro lado, as referências constantes funcionam como uma forma de persuasão do leitor que se vê compelido a pesquisar sobre os autores ou as obras que desconhece, mas que as personagens destes textos mencionam reiteradamente e que moldam os seus universos existenciais, processo que leva também o leitor a amar esses criadores e essas obras, sistematicamente referidas.

Podemos afirmar que, em Ana Teresa Pereira, a repetição de nomes, a recorrência a intertextos e a influências admitidas funcionam como elementos fundamentais do seu modo de escrita. A este respeito, Rui Magalhães chama a atenção para a questão da análise destas

influências, afirmando que há *"um curioso mecanismo de projeção" que leva a autora a ler as obras que refere "de uma forma absolutamente pessoal que lhes confere uma dimensão que não está presente nelas ou, se o está, não constitui o seu modo natural de ser*" (Magalhães, 1999b: 24).

Este tipo de procedimento pode ser entendido, com maior facilidade, se recordarmos uma espantosa "teoria hermenêutica", enunciada, pela narradora de *As Personagens*, no seguinte excerto: *"À tarde, ficavam na biblioteca. Ele fazia-a ler durante horas, e depois ensinava-a a representar. E à noite fazia-a ver os seus filmes, todos os que ele amava, forçava-a a amá-los também. Mostrava-lhe as histórias paralelas, invisíveis, que eles escondiam. E forçava-a a amá-los também*" (Pereira, 1990: 132).

O que aqui se afirma, relativamente às personagens deste segundo livro escrito por Ana Teresa Pereira, assenta perfeitamente no que parece ambicionar a escritora em relação aos seus leitores. Os seus textos induzem os leitores a descobrir a identidade e a obra dos autores constantemente referidos, a ver os filmes dos realizadores mencionados, a apreciar os quadros dos pintores de eleição e a ouvir a música que tanto impressiona as personagens.

Nesta escritora, este aspeto reveste-se de um significado particular, uma vez que a mesma convoca, para o âmbito dos seus livros, os autores que ama, referindo-os e citando-os obsessivamente.

Um outro tópico que não poderá deixar de ser realçado é que, inúmeras vezes, para além da referência e da citação, a escritora imagina e fantasia a partir da leitura que faz dessas obras. Entretece, desta forma, realidade e ficção num jogo de subtil fingimento e encanto arrebatador.

Noutras situações (recordemos as suas crónicas, por exemplo), escreve sobre livros e filmes que nunca existiram, como confessa numa entrevista dada em 2008: "*Não sei se é visível a importância que Borges teve para mim, aprendi com ele a escrever sobre livros que não existem, sobre filmes que não existem. Uma vez escrevi uma crónica sobre ele e mencionei um livro que não existia (…)" (*Nunes, 2008: 11).

O título do nosso artigo "*Quando a ficção vive na e da ficção*" (2000), esclarece a importância que a ficção possui na construção do universo narrativo de Ana Teresa Pereira uma vez que, como aí afirmamos, "*a ficção vive dentro da ficção e as histórias vivem de imagens literárias (e artísticas) que condicionam a construção."* Deste modo, Duarte Pinheiro, concordando com a nossa opinião, declara que

> "na *origem narrativa dos textos pereirianos parecem estar outros textos literários, as personagens pereirianas parecem assemelhar-se a outras personagens desses mesmos textos, e as imagens literárias e artísticas obsessivamente presentes nas obras da escritora funchalense provocam a sensação no leitor de terem sido entrevistas num outro momento*" (Pinheiro, 2010: 154).

A arte é fundamental para uma criadora que se dedica, de alma e coração, à leitura e à escrita, que gosta de conviver com os seus "fantasmas", como afirma, e que imagina o universo como uma infinita biblioteca, à semelhança de Jorge Luis Borges, escritor que tanto aprecia.

Recorde-se o que pensa um dos protagonistas da série de contos de aventura juvenil, de que é autora, que considera a biblioteca como um "paraíso", de tal forma está contagiado por essa obsessão, quando se aventura a descobrir o segredo escondido numa biblioteca, que se revela magicamente como uma "floresta" (Pereira, 1991c: 48) de livros.

O mesmo se passa em *A Última História*, quando a narradora atesta: "*O paraíso, pensou, tinha mesmo de ser uma biblioteca. Onde ela passaria a eternidade com Tom. Ou com Charlie. Era quase o mesmo*" (Pereira, 1991a: 147).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. LIVROS DE ANA TERESA PEREIRA

(1989*) Matar a Imagem*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
(1990) *As Personagens*. Lisboa. Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.

(1991) *A Última História*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
(1993) *A Cidade Fantasma.* Lisboa: Editorial Caminho, SA Coleção Caminho Policial.
(1996a) *Num Lugar Solitário.* Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
(1996b) *Fairy Tales.* Black Son Editores, (53 pp.).
(1997a) *A Noite Mais Escura da Alma.* Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.
(1997b) *A Coisa Que Eu Sou.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(1998a) *As Rosas Mortas.* Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(1998b) *A Noite Mais Escura da Alma.* Lisboa: Círculo de Leitores
(1999) *O Rosto de Deus.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2000a), *Se Eu Morrer Antes de Acordar.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2000b) *Até Que a Morte Nos Separe.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2000c) *O Vale dos Malditos.* Black Son Editores.
(2001a) *A Dança dos Fantasmas.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2001b) *A Linguagem dos Pássaros.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2002a) *Intimações de Morte.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2002b) *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2003) *Contos.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2004) *Se Nos Encontrarmos de Novo.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2005a) *O Mar de Gelo.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2005b) *O Sentido da Neve.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2006a) *Histórias Policiais.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2006b) *A Neve.* Lisboa: Relógio d' Água Editores, (108 pp.).
(2007) *Quando Atravessares o Rio.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2008) *O Fim de Lizzie*. Lisboa, Relógio D' Água Editores.
(2008) *O verão Selvagem dos Teus Olhos*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2009*) As Duas Casas*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2009*) O Fim de Lizzie e Outras Histórias*, Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2010) *Inverness* Lisboa: Relógio D' Água Editores.

LITERATURA JUVENIL

(1991a) A Casa dos Pássaros. (78 p.).
(1991b) A Casa dos Penhascos. (85 p.).
(1991c) A Casa das Sombras. (75 p.).
(1991d) A Casa da Areia. (83 p.).
(1992) A Casa do Nevoeiro. (85 p.).
Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Labirinto.

II. OBRAS E ARTIGOS SOBRE ANA TERESA PEREIRA

COELHO, Alexandra Lucas (1999a), "Eu estive aqui antes". *Público*, 17/07.
COELHO, Eduardo Prado
(1999) "Intimidações de Morte". Público, 17/07.
(2002), "A Ficção de um Absoluto". *Público*, 5/01.
(2005) "O que morrerá comigo quando eu morrer". *Público, Mil Folhas*, 10/09.
(2006) "Onde tu estás é sempre o fim do mundo". *Público, Mil Folhas*, 21/01.

COSTA, Sara Figueiredo (2004), "Seleção de contos de uma das autoras mais interessantes da narrativa portuguesa". Disponível em www.canaldelivros.com, (http://anateresapereira.blogspot.com/2004/08/seleco-de-contos-de-uma-das-autoras.html), consulta em 16/11/2010.

FONSECA, Rosélia Maria Ornelas Quintal (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Funchal: Universidade Católica Portuguesa.

FREITAS, Manuel (2009), "O verão selvagem dos teus olhos". *Expresso* (revista *Atual* n.º 1896), 28/02, pp. 33 a 34.

HORTA, Maria Teresa
(1991b) "'A Última História'. Um policial diferente". Diário de Notícias, 28/07.

LUZA, Vera, (2007), "Ana Teresa Pereira confessa-se". *Jornal da Madeira, Revista Olhar*, 30/06.

MAÇO, Tomás
(1993a), "A noite dá-me um nome". *Jornal da Madeira*, 05/07.
(1993b), "Eu Escrevo Contos de Fadas". *Jornal da Madeira*, 22/05.

MAGALHÃES, Rui
(1992), "O Jardim das Sombras Inquietas". *Vértice 50*, setembro - outubro.
(1996), "Para além do possível: o poder criador da palavra em António Ramos Rosa e Ana Teresa Pereira". *Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas*, Aveiro: Atas do 2º Encontro de Estudos Portugueses, outubro.
(1999b), *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Braga: Ed. Angelus Novus.

NEVES, Pedro Teixeira (2002), "O Universo Mágico de Ana Teresa Pereira". *Agenda Cultural*, fevereiro.

NUNES, Maria Leonor (2008), "O outro lado do espelho", *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 13 a 26 de agosto.

PINHEIRO, Duarte Manuel (2009), "O fantástico em Ana Teresa Pereira". *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,* Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502, pp. 10 a 16.
(2010), *Além-sombras: Ana Teresa Pereira.* Tese de Doutoramento, Porto: Universidade Fernando Pessoa.

PIRES, Jorge P. (2002), "Os Mundos Paralelos". *LER Livros & Leitores*, n.º 54, primavera.

SARDO, Anabela,
(2001a), *A temática do amor na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Aveiro: Universidade de Aveiro.
(2001b) "Ana Teresa Pereira: histórias de amor e solidão". *CIBERKIOSK*, *Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (http://www.ciberkiosk.pt/livros/index.html, junho).
(2001c), "A Sedução do diabólico". *CIBERKIOSK*, *Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/atp.html, 3 de agosto).
(2001d), "O Rosto de Ana Teresa Pereira". *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 18.
(2002), "Quando a ficção vive na e da ficção". *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (http://www.ciberkiosk.pt/ensaios/sardo.html, 19 de maio).
(2005), "Ana Teresa Pereira: uma 'geografia interior' de sombras e cores". *Românica, Revista de Literatura*, Cores, n.º 14, Universidade de Lisboa, Edições Colibri.

(2010), "A obra de Ana Teresa Pereira: velhas histórias, contos de fadas ou pesadelos?" *Atas/Anais 2010 do 13º Colóquio da lusofonia – 5º encontro Açoriano*, abril; 2010, ISBN 978-989-95891-4-8, pp.51 a 64.

(2010), "Os anjos e outras temáticas recorrentes na obra de Ana Teresa Pereira". *Atas finais do IXº Colóquio da lusofonia – Bragança*, setembro-outubro, ISBN 978-989-95891-5-5, pp. 25 a 34.

III. OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland, (s/d), *Literatura e Realidade*. Publicações D. Quixote.

BORGES, Jorge Luís, (1989), *Obras Completas*. S/l., Círculo de Leitores, ISBN 972 – 42 – 1791- 4.

BRESSIÈRE, Irène (1974*), Le Récit Fantastique*. Paris: Librairie Larousse.

CAILLOIS, Roger (1965), *Au cœur du fantastique*. Paris: Gallimard.

CHEVALIER, Jean e CHEERBRANT, Alain (1982), *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Ed. Teorema.

COELHO, Alexandra Lucas,

(1999a) "Eu estive aqui antes". *Público*, 17/07.

(1999b) "Normalmente sou vampiresca*". PÚBLICO*, 17/07.

CUDDAN, J. A., (1991), *Dictionary of Literary Terms and Literary Theory*. London: Penguin Books

ELIADE, Mircea,

(1952), *Images et Symboles, Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris: Editions Gallimard.

(S/d), *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70.

(1963), *Myth and Reality*. Illinois: Harper & Row, Publishers, Inc.

IÁÑEZ, Eduardo

(2002), *História da Literatura Universal*. vol. VI, *O Século XIX Literatura Romântica*. Lisboa: Círculo de Leitores.

(2003a), *História da Literatura Universal*. vol. VII, *O Século XIX Realismo e Pós-Realismo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

JAMES, Henry

(1996), *The Turn of the Screw*. Edited by Paul Roberts

. (2003), *A volta no parafuso*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.

MAURIER, Daphne Du (2009), *Rebecca.* Lisboa: Editorial Presença.

MURDOCH, Iris, (2000), *O Tempo dos Anjos*. Mem Martins: Publicações Europa - América, (título original: *The Time of the Angels*, 1966)

THOMPSON, Jim - Editor, (1997), *Crime Novels: American Noir of the 1950s. Library of America*. (ISBN-10: 1883011493; ISBN-13: 978-1883011499).

TODOROV, Tzevetan

(1965), *La Séduction de l'Étrange. Étude sur la Littérature Fantastique*. Paris: PUF.

(1966), «Les catégories du récit littéraire», *Communications*, 8, pp. 125 a 151.

(1970), *Introduction à la Littérature Fantastique*. Éditions du Seuil, Coll. Poétique.

VAX, Louis

(S/d.*), A Arte e a Literatura Fantástica*. Lisboa: Editora Arcádia, S.A.R.L.

XAVIER, Leonor (2008), "Histórias submersas". *Máxima*, Ano 20, N.º 232, janeiro, pp. 28 a 30.

5. CARLOS MIGUEL BOTÃO ALVES, ESCOLA SUPERIOR DE LÍNGUAS E TRADUÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, RAEM, CHINA

TEMA 4.1 UM CASO PARADIGMÁTICO DE TRADUÇÃO CULTURAL: O BUDISMO ANTERIANO: O BUDISMO INDIANO NA OBRA POÉTICO-FILOSÓFICA DE ANTERO DE QUENTAL, CARLOS MIGUEL BOTÃO ALVES, (INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU) RAE, CHINA

"*Translation is aliais a shift not between two languages but between two cultures."* In "Experiences in Translation", Umberto Eco.

É nossa intenção neste ensaio apresentar, argumentar e discutir aspetos vários em torno da complexa problemática do alcance da tradução e do ato de traduzir nas suas implicações de cariz tanto linguístico, como cultural na obra poética de Antero de Quental. Estes dois aspetos, aliás, logo à partida, não se excluem, mas sim implicam--se de forma intrínseca: língua é cultura, e esta não se desenvolve, manifesta e desvela senão por meio daquela. O ser e o pensar são efetivamente (faces d) o mesmo, e é nas múltiplas relações que λόγος tem com όντος que se estabelecem os limites epistemológicos do entendimento humano, o qual se manifesta, desde os alvores da tradição ocidental, e de modo muito peculiar na escrita de Antero de Quental, de uma forma filosófico-poética. (Não nos esqueçamos neste particular que todo o pensamento pré-socrático é expresso sob a forma de poemas, em cuja concisão e profundidade desabrocha tanto o pensar teórico-lógico, como a sugestão plural e metafórica da linguagem poética).

É, pois, na (e pela) relação estreita entre a lógica e a ontologia que a poesia concetual, de espessura metafísica e com densidade existencialista, de Antero de Quental se apropria, por meio de um elaborado e multifacetado processo de tradução cultural, de elementos da tradição budista indiana, integrando-os na sua muito peculiar cosmovisão, tentando desvendar o sentido do existir e do pensar humanos. Interessa-nos o esclarecimento de como este processo de apropriação se desenvolve, e de como esses mesmos elementos ganham um novo sentido (e sentir) no polissistema

filosófico-poético anteriano pois que, por meio dela, poderemos encontrar caminhos novos de entendimento do texto (cultural) fonte e do texto (cultural) de chegada. Pela nossa análise, pretendemos fazer ressaltar com uma nova frescura, quiçá surpreendente, um aspeto pouco aprofundado de textos da literatura portuguesa no seu pendor filosófico, e nas relações que, pela filosofia, estabelecem com outras grandes tradições culturais.

Tentaremos fazer ressaltar aspetos da atividade tradutória em geral, e da tradução cultural em particular, tendo por foco a receção, transformação e ativação que Antero de Quental faz de um conjunto de conceitos importados da tradição budista indiana. Incidiremos a nossa atenção no processo de deteção, transformação e receção que uma cultura faz de elementos de uma outra, quando, em determinado momento, ambas entram em contacto e, daí, analisaremos as formas através das quais esses elementos recebidos e "traduzidos" ganham novo sentido pelo novo contexto em que foram colocados.

Macau, fevereiro, 2011.

***

Interessa-nos neste ensaio averiguar e analisar as condições e as interferências que agem e coagem na transferência de uma cultura a outra e tentar desvelar um pouco acerca daquilo que nos parece ter acontecido com a apropriação e reconstrução que Antero de Quental faz do budismo indiano. Se quisermos usar uma linguagem kantiana, diremos que nos interessa conhecer as condições transcendentais de possibilidade de uma cultura incorporar aspetos de uma outra, percebendo-se assim como se tornou tão profícuo o termo "Tradução Cultural" para o Estudo da Cultura (e para os Estudos de Tradução muito em particular), quando já tem basta e longa voga entre etnólogos em geral e antropólogos culturais em particular.

Neste ensaio encaramos a Tradução Cultural como o enquadramento epistemológico dentro do qual tentaremos esclarecer e lançar luz sobre os desenvolvimentos e transmissões interculturais, investigando especialmente novos aspetos e fenómenos culturais que são originados pelo contacto, "trans-missão" e "trans-posição" entre diferentes línguas, sociedades e culturas. Estamos, pois, em face de um campo de "con-fluência" de várias disciplinas (os Estudos de Tradução são eles mesmos "interdisciplinares), tais como a antropologia, a economia, a história, a linguística, os media, a música, a filosofia, a religião, a sociologia, as artes e a literatura, que é o caso que agora nos interessa para esclarecer o caso do "budismo anteriano".

***

Analisaremos alguns dos elementos e termos que, sendo originalmente próprios do budismo, foram absorvidos e "traduzidos" por Antero e estão presentes em toda a sua obra, constituindo uma das suas traves centrais (essa é uma parte da nossa tese) tentando explicitar ao longo do nosso texto como a subsunção destes conceitos pela cosmovisão anteriana é uma forma elaborada de tradução cultural pois que o conteúdo desses conceitos ganhou novas formas quando transitou do contexto indiano e foi importado por Antero. Faremos uma explanação mais demorada dos termos que nos parece terem tomado uma posição central no novo contexto cultural, parecendo-nos ser este um caso paradigmático de tradução cultural. De referir, contudo desde já, que esta matéria nos ocupa há vários anos, e que sobre ela continuaremos a investigar, pois que a consideramos um ato de tradução cultural muito complexo quanto profundo muito raro na cultura portuguesa no concernente a elementos literário-filosóficos orientais.

***

Diz Antero em carta a A. Jaime de Magalhães Lima que a sua obra, e muito especialmente os sonetos, são uma tentativa de condensação das suas reflexões seguindo a fórmula "um Helenismo coroado por um Budismo", querendo com ela significar uma aliança entre duas correntes de pensamento (ambas orientalizantes) que tendem para uma explicação da Realidade com um projeto semelhante: a elevação do sujeito gnosiológico e ético, num processo de transformação ascética da consciência. Assim, poderemos desde já estabelecer uma relação fundamental entre o pensamento e a expressão literária e filosófica de Antero: a disciplina na linguagem (sobretudo na sua

condensação na forma do soneto) acarreta uma concomitante disciplina de pensamento que implicará concisão e profundidade – duas das traves mestras da "ética budista" resumida na "via das oito regras (óctuplo caminho)" dentro dos conceitos de *shila* (discurso correto) e de *samadhi* (visão de profundidade). Para Antero, e nas palavras de Nuno Júdice, nesta confluência do Poeta com o Homem racional consiste num "intersecionismo pessoal". Observamos que esta via alia a escrita à vida, tornando a poesia um verdadeiro "romance autobiográfico", "um processo de viver por dentro a historicidade do Poético".

Desta feita, poderemos compreender que a tradução cultural, entendida na esteira do Romantismo (irmãos Schlegel), tome o conhecimento de si próprio como o género primeiro de tradução, uma forma de tradução que verte o (auto-)conceito e as práticas do sujeito em equivalentes que, nas palavras de Octávio Paz, "formam o nosso próprio *vocabulário*": a aprendizagem da língua é uma aprendizagem de tradução (em primeiro lugar de si para si).

Também para Antero a poesia tende a ser, cada vez mais, um prolongamento da reflexão, aspeto que, na linha de Eduardo Lourenço, poderíamos exprimir da seguinte forma: dada a natureza ideal e intemporal da inspiração anteriana, e o conflito que a alimenta, que sendo uma pura interpelação do espírito por si mesmo no meio de um mundo incompreensível, necessita (também para si próprio) de ser traduzido. Antero reconhece a originalidade da sua escrita literária visto que é simultaneamente tão individual - porque é lírica – mas, afinal, o que ali interessa é só o que tem de geral e humano, ou, se se quiser, o que tem de filosófico. Tanto assim é que, um interessante "jogo de tradução" de correspondências se pode estabelecer entre as "noções" budistas que se tentarão encontrar e fazer sobressair sobretudo nos sonetos e as mesmas em textos de caráter marcadamente discursivo e filosófico, tais como as "Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX", "O Sentimento da Imortalidade", "Ensaio sobre as Bases Filosóficas da Moral ou Filosofia da Liberdade", e também, porque não dizê-lo, as "Cartas".

***

Um dos princípios básicos do Budismo que Antero usa para perspetivar a nível ontológico a Realidade é a afirmação do sofrimento universal ou *duhkha*.

Só males são reais, só dor existe:
Prazeres só os gera a fantasia:
Em nada, um imaginar, o bem consiste,
Anda o mal em cada hora e instante e dia.

A realidade é toda ela um espetáculo de *duhkha* na medida em que toda ela devém incessantemente e em si não tem a sua razão de ser. Nada é absolutamente na realidade, pois nada é simples, sendo só absolutamente Não-ser. A inquietação de Antero vai no sentido de aspirar ao intemporal, num desejo – *trishna* - que é o motor do devir universal. Numa perspetiva ontológica todos os seres, e o Homem por razão de causa, procuram o que ainda não são e/ou têm, sendo essa procura, à partida, inatingível. Daí que, em termos ontológicos, Antero tenha "traduzido" este devir universal num sofrimento búdico: um correr sem alcançar, sabendo que não se alcança:

Se buscamos o que é, o que devia
Por natureza ser não nos assiste;
Se fiamos num bem, que a mente cria;
Que outro remédio há aí senão ser triste?

Mostra-se aqui o fundo búdico da conceção da realidade: o sofrimento é a essência da realidade que, contudo, aparenta ser prazer e o bem é nada, já existir é negativo:

Que sempre o mal pior é ter nascido!

Neste eco do peso do *karma* no ato de gerar ou de vir a ser, temos paradigmaticamente um exercício de tradução cultural na procura (quiçá por paráfrase) do equivalente de um elemento de outra cultura que de facto valha e funcione na cultura própria do Poeta. Poder-se-á objetar, dizendo que (como fica claro na estrutura circular do soneto "A Germano Meireles") o que se sublinha é somente um dos aspetos

do movimento dos seres em tornarem-se algo diferente, dado que, a par do sofrimento, poderá existir igualmente prazer.

Contudo, este aparece sempre como somente um momento daquele, pois todo o prazer contém em si a semente do seu fim, e, portanto, do sofrimento. Se perspetivado o sofrimento em termos absolutos, diremos que, por um lado é a morte o limite em que todos os desejos e esperanças se tornam nada; e/ou, por outro lado, o mero pensamento dela nos conduz à consciencialização da relatividade da existência ou da existência em devir, produzida pelo desejo. O conceito de *duhkha* é, muitas vezes, em Antero "traduzido" num puro sentido existencial como sofrimento, mas o Poeta imprime-lhe igualmente um sentido ontológico (que nos interessa aqui sublinhar) como a consciência de que tudo o que é, o é de forma relativa ou impermanente (outro termo que Antero usa na tentativa de traduzir a verdadeira dimensão ontológica do termo budista).

Noite, vão para ti meus pensamentos,
Quando olho e vejo, à luz cruel do dia,
Tanto estéril lutar, tanta agonia.
E inúteis tantos ásperos tormentos…

Ao realçar a antítese noite/dia – limites dentro dos quais se produz a reflexão no soneto "Nox" – sublinha Antero o caráter contingente da realidade, patente igualmente em todo o léxico usado que parafraseia a referida *duhkha* (estéril, agonia, inúteis, tormentos, que continua na segunda quadra com lamentos, trágica, suportados a nível da pontuação por um uso repetido das reticências). Assim, se por um lado o Poeta se dá conta da essência de efemeridade que é o real - a *anitya*- (ou impermanência em termos búdicos), anseia, por outro, pela noite, pois nela a existência tende a esbater-se. A *anitya* é uma caraterística fundamental – diz Antero em termos ocidentais "a essência" – de tudo quanto existe e por nós é captado, quer pelos sentidos, quer pela mente.

Se buscamos o que é, o que devia
Por natureza ser não nos assiste;

É a *anitya* o fundamento do espetáculo da realidade.

Oh! Antes tu também adormecesses
Por uma vez, e eterna, inalterável,
Caindo sobre o mundo, te esquecesses,

E ele, o mundo, sem mais lutar nem ver,
Dormisse no teu seio inviolável,
Noite sem termo, noite do Não-ser!

O Poeta, seguindo a profundidade do termo oriental, não se contenta com o alívio dado pelo descanso do esquecimento originado pela noite, pois que, não sendo, de facto, uma solução para a questão ontológica, não é senão uma etapa no caminho da conceção do real como Não-ser: um Não-ser que é, no fundo, a verdade da realidade. Desta feita, Antero tenta traduzir a total impermanência da realidade na inevitável fixidez do conceito e, consciente desta antítese, tenta oferecer a este o sentido de impermanência daquela: a impermanência da realidade manifesta-se num vasto e contínuo devir que concretamente se estabelece por um essencial nexo de relações; ou, em termos búdicos, por *pratityasamutpada*, que se poderia traduzir por "linha de origem dependente":

Pedindo à forma, em vão, a ideia pura,
Tropeço, em sombras, na matéria dura,
E encontro a imperfeição de quanto existe.

Recebi o batismo dos poetas,
E assentado entre as formas incompletas
Para sempre fiquei pálido e triste.

Neste excerto do soneto "Tormento do Ideal" – uma clara paráfrase da *duhkha* - podemos constatar como, de forma condensada, se exprime um conjunto de ideias búdicas que neste ensaio tentamos fazer ressaltar. Aqui está a *duhkha* (a tristeza), fruto da *trishna* ("Pedindo à forma, em vão, a ideia pura") que mostra a realidade essencialmente como *anitya* ("encontro a imperfeição de quanto existe"), mas que deixa entrever a verdade da realidade ("a Beleza que não morre"), que, todavia, deixa o Poeta triste, porque também ele existe e "participa" dessa imperfeição: irremediavelmente se encontra (é essa a sua condição) "assentado entre as formas incompletas". Inicia-se o soneto com a afirmação da tristeza face ao mundo, após o

conhecimento do que verdadeiramente é, e, encerra-se com essa mesma tristeza, que é a chave do soneto e a sua baliza ideológica.

Quanto a esta, encontra paralelo e explicação no primeiro verso do primeiro terceto: o "Tormento do Ideal" é-o da "ideia pura", da "Beleza que não morre" e que (só) é dada a conhecer a alguns como o "batismo" de exceção (interessante a equivalência também por termos do Cristianismo que criam neste jogo semântico-ideológico uma síntese original e muito anteriana): um verdadeiro renascer para uma nova existência, pois que tudo quanto existe é imperfeição ("formas incompletas").

Note-se como, nos exemplos apontados, a definição é feita pela negativa (usando repetidamente prefixos de negação) como que para realçar por oposição a tal "Beleza que não morre". Delimitam-se os contornos do conceito pela negativa, pois que, assim parece, tudo o que se disser do seu conteúdo na língua de chegada, é insuficiente. Antero questiona implicitamente a tradutibilidade total do conteúdo cultural, tocando a questão dos limites da linguagem. Em vez de afirmar que o Mundo ou a Realidade está em mudança, Antero leva-nos a afirmar que o Mundo ou a Realidade É a mudança. A "linha de origem dependente" (*pratityasamutpada*), no fundo, é a formulação ontológica da impermanência da realidade: já que nada é absolutamente, a Realidade mais nada é do que um conjunto de fenómenos que se interligam num dado momento e num dado espaço, e é assim por nós apreendida como tal (um eco das categorias transcendentais a priori da Razão Pura). A *duhkha* tem, pois, uma causa ontológica (não é do domínio do arbitrário e do absurdo) que é a origem dependente que carateriza incontornavelmente os fenómenos e o seu devir.

Já sossega, depois de tanta luta,
Já me descansa em paz o coração.
Caí na conta, enfim, de quanto é vão
O bem que ao Mundo e à Sorte se disputa.

Penetrando, com fronte não enxuta,
No sacrário do templo da Ilusão,
Só encontrei, com dor e confusão,
Trevas e pó, uma matéria bruta…

Não é no vasto mundo – por imenso
Que ele pareça à nossa mocidade –
Que a alma sacia o seu desejo intenso…

Na esfera invisível, do intangível,
Sobre desertos, vácuo, soledade,
Voa e paira o espírito impassível!

No soneto "Transcendentalismo", com forte cunho narrativo e seguindo um esquema de dialética espiralar, Antero de Quental tenta espelhar todo o percurso ético-metafísico do budismo: declara-se inicialmente não já a tristeza (como antes vimos traduzido), mas o "sossego", o "descanso" e a "paz", porque se percorreu sem ilusão a realidade tomando-a por aquilo que ela é: "Ilusão" – o Mundo (e a Sorte) como "sacrário da Ilusão" (mais uma vez o reforço da aceitabilidade da tradução pela síntese com o vocabulário cristão). Há um "envelhecimento" sábio do Poeta, após uma "mocidade de ilusão" que, para além do Mundo e da Sorte, entrevê a verdade que sacia a alma: o "desejo intenso" culmina na impassibilidade que "sossega" (ou que "já sossega"). Um sossego impassível encontrado no "coração", na "alma" ou no "espírito" – interior, portanto – que é indefinido (as reticências) e que, em termos búdicos, é uma tradução do "Nirvana", a que voltaremos mais à frente. Tudo no mundo é um "composto de partes" (*skandhas*), formando um plural em termos ontológicos de onde decorre o seu relativismo e movimento. O fluxo é exatamente a relação de mudança que os agregados estabelecem incessantemente entre si. Nada é, embora por meio da linguagem que usa conceitos universais, se tenha a ilusão de encontrar essências permanentes.

Em nada, um imaginar, o bem consiste,
(…)
Se fiamos num bem, que a mente cria;
Que outro remédio há aí se não ser triste?

A mente cria a ilusão da permanência, mas o que o termo linguístico traduz não é mais do que a ilusão da continuidade e da unidade do conteúdo das experiências, tomando várias etapas das mesmas como uma unidade quando, no fundo, são simplesmente uma sucessão numa linha de origem dependente. Assim sendo, não há

qualquer identidade para além dos *skandhas*; a mudança e a realidade dão-se, pois, num fundo de Não-ser (*anatta*).

Longo tempo ignorei (mas que cegueira
Me trazia este espírito enublado!)
Quem fosses tu, que andavas a meu lado,
Noite e dia, impassível companheira…
(…)
Mas não te amava então nem conhecia:
Meu pensamento inerte nada lia
Sobre essa muda fronte, austera e calma.

Luz íntima, afinal alumiou-me…
Filha do mesmo pai, já sei teu nome,
Morte, irmã coeterna da minha alma!

Neste soneto ("Elogio da Morte" IV) caraterizado fortemente pelo diálogo e comunicação direta, a Morte de tudo o que existe no Mundo é vista como um meio para o Poeta se dar conta de como o Morte de si é ganhar-se. Num exercício de tradução daquilo que parece uma contradição Antero perspetiva, num primeiro momento, a Morte como uma primeira reação à *duhkha* da realidade: um desejo niilista a que corresponde uma ascensão numa visão superior de conceção da realidade (ascese).

Atravesso, no escuro, a névoa fria
Dum mundo estranho, que povoa o vento,

A negação da realidade é uma forma de morte que dá "Luz" e é afirmação do verdadeiro conhecimento. Já no soneto "Elogio da Morte" II, se afirmava o fundo de Não-ser da realidade pelo qual ela deve ser concebida a nível interior (é a "Luz íntima" que alumia); porém, tal fundo de Não-ser para o Homem não corresponde a uma afirmação de irresponsabilidade a nível moral. Antes pelo contrário, ao negar a permanência para além dos compósitos que interagem, destrói-se o desejo e o interesse individuais e aponta-se este como o caminho ético a seguir. A conduta humana deve ser orientada segundo uma disciplina que implica a cessação do desejo e, portanto, do sofrimento.

Que místicos desejos me enlouquecem?
Do Nirvana os abismos aparecem
A meus olhos, na muda imensidade!

Nesta viagem pelo ermo espaço,
Só busco o teu encontro e o teu abraço,
Morte! irmã do Amor e da Verdade!

Neste "Elogio da Morte" há a enunciação de um percurso iniciático de desprendimento da realidade: para além "dos sonhos", do "vago esquecimento", da "fantasia", acede a consciência à imensidade da Realidade; "muda imensidade e ermo espaço", "Morte" do que Não-É, mas que cria o "Amor" (e não já o mero desejo) da "Verdade": o "Nirvana" que é a imensidão, o silêncio e a solidão que permite o abraço e a libertação da Verdade.

Como objetivo de toda a ação está o fim de qualquer ação em si própria: o Nirvana que na sua indefinição e intradutibilidade é usado como tal por Antero. Refere-se a uma ataraxia em face do que é impermanente e a uma extinção da ação por força do interior do próprio Homem e não por qualquer agente exterior. Esta disciplina atinge-se por meio de um processo de rigor ascético:

Tu que crês, nem amas, nem esperas,
Espírito de eterna negação,
Teu hálito gelou-me o coração
E destroçou-me da alma as primaveras…

Atravessando regiões austeras,
Cheias de noite e cava escuridão,
Como um sonho mau, só ouço um não,
Que eternamente ecoa entre as esferas…

- Porque suspiras, porque te lamentas,
Cobarde coração? Debalde intentas
Opor à Sorte a queixa do egoísmo…

Deixa aos tímidos, deixa aos sonhadores
A esperança vã, seus vãos fulgores…
Sabe tu encarar sereno o abismo!

Num primeiro momento esta via conduzirá o Homem à consciencialização da causa do sofrimento fruto do desejo, e Antero tenta traduzi-la por meio de um processo que contém um marcado

paralelo com o pensamento socrático e estoico: *duhkha* tem uma causa e, portanto, pode ser superada. Tal superação far-se-á por meio daquilo que poderíamos chamar uma maiêutica da sabedoria, que acontecerá como uma consequência da disciplina mental (*samadhi*). Não se trata de uma vida ascética de afastamento do mundo tal qual é entendida no Ocidente e Antero não usa esse paralelo para evitar um equívoco de tradução.

Sonho de olhos abertos, caminhando
Não entre as formas já e as aparências,
Mas vendo a face imóvel das essências,
Entre ideias e espíritos pairando…

Que é o mundo ante mim? fumo ondeando,
Visões sem ser, fragmentos de existências…
Uma névoa de enganos e impotências
Sobre vácuo insondável rastejando…

Aqui, no soneto "Contemplação", a via ascética consiste exatamente no controlo da mente – e da linguagem como instrumento da sua expressão, a que aludimos no início do ensaio – para que esta considere a Realidade e os seus elementos tais como são. Que tome o impermanente e o compósito como tais e não os confunda com o Absoluto e com o Uno. A disciplina mental leva a uma visão profunda da realidade com "Outra luz, outro fim…", para além da aparência, a qual primeiro só se pressente, mas que, quando atingida com um grau elevado de permanência, eclipsa o sofrimento e mostra o Não-ser nas coisas.

Este estádio de verdadeira conceção está além do nível fenoménico ("formas/rumor/lida/forças/desejos/vida…") e, mais uma vez, é traduzido como sendo em si um além, "vácuo". Atente-se, sobretudo na segunda quadra do soneto "Nirvana", à oposição que é feita entre a definição da vida do Mundo (com palavras de forte movimento) e a delimitação pela negativa da quietude do Nirvana.

No primeiro terceto há um paralelo evidente com o percurso da saída da caverna platónica ou do percurso das parábolas de Buda da "Vela" e da "Corrente": o momento de superior visão que requer um novo caminhar, que aqui é vista como uma emergência ("o pensamento (…) emerge a custo" para a "bela luz da vida, ampla, infinita", num paralelismo também com a luz da verdade do mito prometeico), é fundamentalmente um nível superior de consciência.

Para além do Universo luminoso,
Cheio de formas, de rumor, de lida,
De forças, de desejos e de vida,
Abre-se como um vácuo tenebroso.

A onda desse mar tumultuoso
Vem ali expirar, esmaecida…
Numa imobilidade indefinida
Termina ali o ser, inerte, ocioso…

E quando o pensamento, assim absorto,
Emerge a custo desse mundo morto
E torna a olhar as cousas naturais,

À bela luz da vida, ampla, infinita,
Só vê com tédio, em tudo quanto fita,
A ilusão e o vazio universais.

É, portanto, o caminho do Nirvana (apontado neste soneto com o mesmo título) o estádio que permite a penetração nos compósitos da realidade e atinge o seu âmago de Não-ser. De sublinhar que o meio para caminhar nesta via é o conhecimento: uma redefinição gnosiológica que está na base de uma conduta ética e que Antero tenta traduzir, nos limites mesmo da linguagem, num registo poético de forte pendor filosófico.

Para terminar, gostaríamos de sublinhar o facto de termos tido o cuidado de fazer uma reflexão a partir dos textos de Antero, tentando mostrar como, nos limites epistemológicos enunciados inicialmente acerca dos aspetos da tradução cultural que se nos mostram relevantes, vários princípios e ideias do budismo enformam a visão anteriana da realidade, para além de constituírem, não só uma reflexão acerca dos limites da tradução cultural, mas sim, e sobretudo o suporte da sua síntese poético-filosófica; aquilo a que o próprio Antero chamou de "budismo como corolário do helenismo", como no início referimos.

***

Fica pois claramente explanado no nosso ensaio como a transmissão de conteúdos culturais que são apropriados defetivamente de outras tradições culturais, simultaneamente enriquecem a visão própria, mas, para que possam ser de todo "lidos", implicam um trabalho de "trans-missão" para o contexto cultural da receção (os referidos aspetos do limite da tradução e de, na nova língua e cultura, certos conteúdos e termos poderem ser compreendidos), fazendo com que o fenómeno da tradução seja de facto relevante sobretudo para a cultura de chegada.

Com este caso paradigmático de Tradução Cultural para a Cultura Portuguesa (o da tradução de elementos budistas na cultura nacional num registo poético-filosófico) quisemos colocar questões dentro dos limites teórico-epistemológicos que inicialmente desenvolvemos: as crenças, os sentimentos, os elementos, as referências e as reflexões de cariz filosófico e mesmo religioso são os elementos que constituem o cerne de uma cultura e, por isso mesmo, são aqueles que levantam mais obstáculos e problemas à tradução (cultural).

Em jeito de conclusão, quisemos, portanto, deitar alguma luz sobre as questões que se levantam à tradução cultural, pois que com o escolhido caso anteriano, esta implica um duplo processo de "des-contextualização" e de "re-contextualização": de "leitura" do Outro e sua possível (parcial) apropriação e de "domesticação", em que a tradução linguística não é senão a sua parte mais visível e que torna manifesto este complexo trabalho de "trans-missão".

Da análise das condições de possibilidade (re-perspetivação cultural) sublinhámos os fatores de ordem cultural como o conjunto de determinações (constrangimentos) que atuam sobre a atividade tradutória, fazendo com que deva ser pela descrição do impacto (sempre plural, a vários níveis e complexo por natureza) que ela tem na cultura de chegada que a tradução é relevante.

Foi de forma paradigmática, utilizando o texto anteriano que há vários anos nos ocupa, que tentámos esclarecer os processos desta dupla perspetiva que sempre acarreta a tradução cultural: um processo de "trans-codificação" (linguística, poética, filosófica…), que encerra a descodificação, a recodificação e a nova codificação e que culmina dialética e enriquecedoramente numa transposição cultural, em que os agentes maiores são exatamente os tradutores: em nosso entender, Antero foi-o de forma paradigmática. Macau, março de 2011.

BIBLIOGRAFIA (ANTERO DE QUENTAL E BUDISMO):

QUENTAL, Antero de, *Cartas I, II*, col. Obras Completas de Antero de Quental, organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, ed. Comunicação, Lisboa, 1989.

QUENTAL, Antero de, *Filosofia,* col. Obras Completas de Antero de Quental, organização, introdução e notas de Joel Serrão, ed. Comunicação, Lisboa, 1991.

QUENTAL, Antero de, *Sonetos*, organização, introdução e notas de Nuno Júdice, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1994.

AA.VV., *Antero de Quental (1891-1991)*, in revista Portuguesa de Filosofia, Braga, abril - junho, 1991.

AA.VV., *Poesia Romântica Portuguesa*, antologia organizada e prefaciada por Álvaro Manuel Machado, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

CIDADE, Hernâni, *Antero de Quental*, ed. Presença, Lisboa, 1988.

CARVALHO, Joaquim de, *Evolução Espiritual de Antero de Quental e Outros Escritos*, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1991.

COIMBRA, Leonardo, *O Pensamento Filosófico de Antero de Quental*, Guimarães ed., Lisboa, 1991.

LOURENÇO, Eduardo, *Antero ou a Noite Intacta,* ed. Gradiva, Lisboa, 2007.

SILVA, Lúcio Craveiro da, *Antero de Quental – Evolução do Seu Pensamento Filosófico*, Livraria Cruz, Braga, 1959.

AA. VV., BORGES, Paulo & BRAGA, Duarte (orgs.) *O Buda e o Budismo no Ocidente e na Cultura Portuguesa*, Ed. Ésquilo, Lisboa, 2007.

CHATTOPADHYAYA, Debiprasad, *Indian Philosophy*, People's Publishing House, New Delhi, 1993.

COOMARASWAMY, Ananda K., *Buddha and the Gospel of Buddhism*, Munshiran Manoharlal Publishers, Nova Delhi, 1985.

PULEO, Mev, *The Struggle is One: Voices and Visions of Liberation*, Albany, State University of Nova Iorque, 1994.

PULIGANDLA, R., *Fundamentals of Indian Philosophy*, Abingdon Press, Nova Iorque, 1975.

RADHAKRISHNAN, S., & RAJU, P. T., *The Concept of Man*, Harper Collins Publishers – India, Nova Delhi, 1988.

RADHAKRISHNAN, S., *Eastern Religions and Western Thought*, Oxford University Press, Nova Delhi, 1988.

SHARMA, Chandradhar, *A Critical Survey of Indian Philosophy*, Abingdon Press, Nova Iorque, 1975.

BIBLIOGRAFIA (TRADUÇÃO):

AA.VV., *Comparative Literature Worldwide: Issues and Methods,* Lisa Block de Behar, Montevideu, 2000.

AA.VV., *Cultural Translation: Reclaiming a Metaphor,* University of Hyderabad, Mumbai, 2004.

APTER, Emily, *The Translation Zone*, A New Comparative Literature, Princeton an Oxford, Princeton University Press, 2006.

AUERBACH, Erich, *Mimesis: The Representation of Reality in Western Literature*, Tr. Willard R. Trask, Princeton, University Press, 1953.

BASSNETT, Susan, *Comparative Literature: A Critical Introduction*, Oxford, Blackwell, 1993.

----------, *Translation Studies*, Rev. ed. London, Routledge, 1991.

BENJAMIN, Walter, *"The Task of the Translator"*, in *Illuminations*, ed. Hannah Arendt, tr. Harry Zohn, 69-82, Nova Iorque. Repr. In Venuti, *The Translation Studies Reader*, 15-23.

BOURDIEU, Pierre, *"L'identité et la répresentation",* Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 35, 63-70, 1980.

BURKE, Peter, *"Languages and Communities in Early Modern Europe,* Cambridge University Press, Cambridge, 2004.

CASANOVA, Pascale, *La République mondiale des letters*, Paris, Seuil, 1999.

DAMROSCH, David, *What is World Literature?* Princeton, University Press, 2003.

DERRIDA, Jacques, *The Ear of the Other, Otobiography, Transference, Translation,* University of Nebraska Press, New Ed edition, 1988.

DUARTE, João Ferreira, (org.), *A Tradução nas Encruzilhadas da Cultura,* Colibri, Lisboa, 2001.

EVEN-ZOHAR, Itamar, *"Polysystem Theory",* Poetics Today, v.11, n.1, 1990.

EVEN-ZOHAR, Itamar, *"The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem."* Poetics Today 11 (1990). HALL, S., & Du Gay, P., *Questions of Cultural Identity,* Londres, Sage, 1996.

GUILLÉN, Claudio, *The Challenge of Comparative Literature*, Tr. Cola Franzen, Cambridge, Harvard University Press, 1993.

HERMANS, Theo, (ed.), *The manipulation of Literature: Studies in Literary Translation,* Leuven/Lovaina, 1985.

HERMANS, Theo, (ed.), *Translating Others,* Leuven (Lovaina), 2006.

HERMANS, Theo, *Translation in Systems: Descriptive and System Oriented Approaches Explained*, St. Jerome, Manchester, 1999.

KARAMANIAN, Alejandra Patricia, *"Translation and Culture"*, in *Translation Journal*, vol. 12, nº1, Nova Iorque, 2008.

LEFEVERE, André, (ed.), *Translation/History/Culture: A Sourcebook*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 1992.

LONGINOVIC, Tomislav Z., *Fearful Asymmetries: A Manifesto of Cultural Translation*, University of Wisconsin-Madison, 2002.

MINER, Earl, *"On the Genesis and Development of Literary Systems, I"*, in Critical Inquiry, v,2:339-353.

NIDA, Eugene A., *Language, Culture and Translating,* Shanghai Foreign Language Press, Shanghai, 2001.

PREMPATI, D., *"Why Comparative Literature in India?"*, in Dhawan, *Comparative Literature*, 53- 65.

ROBYNS, Clem, *"Defending the National Identity",* in Andreas Poltermann (ed.) Berlim, Erich Schmidt Verlag, 1995.

ROBYNS, Clem, (ed.), *Translation and the (Re)production of Culture. Selected Papers of the CERA Research Seminar in Translation Studies, 1989-1991,* Leuven/Lovaina, 1994.

SAUSSY, Haun, *Comparative Literature in an Age of Globalization*, John Hopkins University Press, Baltimore, 2006.

SHUSTERMAN, Richard, (ed.), *Bourdieu: A Critical Reader*, Blackwell Critical Reader, 1999.

TOURY, Gideon, *Descriptive Translation Studies and Beyond,* John Benjamins, Amesterdão e Filadélfia, 1995.

TOURY, Gideon, *"In Search of a Theory of Translation"*, Telavive, Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980.

THRIVENI, C., *"Cultural Elements in Translation. The Indian Perspective",* in *Translation Journal,* vol 6, nº1, Nova Iorque, 2002.

VENUTI, Lawrence, (ed.), *The Translation Studies Reader*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel, *The Modern World-system*, Nova Iorque, Academic Press, 1976.

WELLEK, René, *"The Crisis of Comparative Literature"*, in *Concepts of Criticism*, ed. Stephen G. Nichols, 282-95, New Haven, Yale University Press, 1963.

6. CHRYS CHRYSTELLO, AICL, AUSTRÁLIA

TEMA 3.5. DAS CRISTANDADES CRIOULAS LUSÓFONAS DO ORIENTE À LITERATURA AÇORIANA CONTEMPORÂNEA CHRYS CHRYSTELLO, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, UNVERSIDADE DE BRIGHTON REINO UNIDO, UNIV. DE HELSÍNQUIA, FINLANDIA/AUSTRÁLIA

1. INTRODUÇÃO

Da colonização britânica e holandesa nasceram Estados. Da portuguesa nasceram comunidades de afeto. A língua portuguesa era língua franca; "portugueses" eram todos os que professassem a fé católica; amigos e aliados, todos, os que aceitassem um quinhão nessa comunidade.

As "lusotopias" não eram da Coroa, mas das comunidades que se formavam, cresciam e prosperavam, na unidade religiosa das igrejas e

na entreajuda das misericórdias. Resistiram aos ventos e tempestades da história. Teimosamente, mantiveram a língua, os costumes, a memória da linhagem. A língua crioula falava-se nas Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente (Korlai, Birmânia, Malaca, etc.).

Foi usada na Tailândia (Ayuthia / Ayutthaya) e, Banguecoque até aos anos 50 do séc. XX, onde permanecem vocábulos correntes no relacionamento familiar e nas práticas católicas. Os fados da Humanidade, desde que Vasco da Gama unira o Ocidente ao Oriente, não se prendiam a um só reino, uma só nação ou um só hemisfério. Somente gente surda e fechada, não reconheceria que, escancarado para sempre o Caminho das Índias, o mundo se globalizaria cada vez mais, tornando-se algo único, entrelaçando para sempre povos e continentes num destino comum. Ainda hoje estamos rodeados dessa gente mouca e empedernida.

O mesmo se passou com os Colóquios. Isto de Lusofonias e Lusotopias tem muito que se lhe diga. Acolhemos nos Colóquios, como premissa, o conceito de açorianidade formulado por José Martins Garcia que, «por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura», admite a existência de uma literatura açoriana «*enquanto superstrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*».

Há vários tipos de autores, os açorianos nascidos e vividos no arquipélago (ausentes ou não), os emigrados, os descendentes, os insularizados ou ilhanizados e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores.

Falta destrinçar se os podemos incluir a todos nessa designação açórica, literatura de significação açoriana, escrita que se diferencia da de outros autores de Língua portuguesa com especificidades que identificam o autor talhado por elementos atmosféricos e sociológicos descoincidentes, justaposto a vivências e comportamentos seculares sendo necessário apreender a noção das suas Mundividências e Mundivivências, e as infrangíveis relações umbilicais que as caraterizam face aos antepassados, às ilhas e locais de origem.

***

Em 1973, a caminho de Dili, Timor Português, rumei por Banguecoque de ar irrespirável com mais de 40 ºC e 95% de humidade. Na pista ruminavam búfalos de água que era preciso afugentar à chegada de cada avião.

Nesse tempo, a capital do antigo reino do Sião era uma pacata urbe que não sofria da massificação turística nem de grandes confrontos armados. Sobre ela escrevera

1. NO REINO DO SIÃO

é já dia
os arrozais me espreitam
verde o país
castanho é banguecoque
em plena pista búfalos pachorrentos
a banhos de lama
camponeses debruçados
nos pântanos colhem o arroz
pequenas árvores dividem o asfalto
chove lá fora
sob 42º C de sol
lufadas de calor húmido nos penetram
densa respiração no ar por condicionar
lentas formalidades num inglês arrevesado
a vida possui aqui uma lenta ritmia
todo o tempo nos espera
nas autoestradas camionetas com jovens
patrulhas militares
todos os veículos se cruzam dos lados todos
coloridos templos incrustados de pedrarias
ouro maciço de budas
descalços com cintos sagrados
nos embasbacámos
este o país do mistério
igrejas e fortes portugueses
memórias de tratados reais siameses e lusitanos
o mercado flutuante é uma cidade imensa
longos canais pútridos nesta veneza oriental
sente-se o aroma do dólar nas ruas
por entre golpes de estado adiados
a cem quilómetros se combate

é o apelo do futuro
os thais são simpáticos e ardilosos
milhares de anos de sabedoria a explorarem europeus
os preços função da nacionalidade
no faustoso erawan hotel
o luxo grandiloquente oriental
a sofisticada comodidade do ocidente
uma volta rápida pela cidade dos mil-e-um-templos
para lá das faces mudas
se encerra
o mistério
o convite
voltarei
um dia.

Ao lado ficava a Birmânia (Myanmar) por onde os Portugueses andaram, embora poucos o saibam hoje e mais a sul era a cidade mais desejada, Malaca.

Fernão Mendes Pinto voltou para Malaca, onde estava o seu capitão, e ao seu serviço começou uma nova aventura. Tantos caminhos fez, tantas guerras viu e tantos países visitou, que é impossível contá-los. Fora enviado a Martavão no golfo de Bengala onde foi aprisionado e feito escravo com os companheiros por um general do rei da Birmânia. Subindo o Ganges e o Bramaputra acompanharam o general até à capital do Calaminhão (Tibete?), observando as suas extraordinárias práticas religiosas. Sucedem-se batalhas, cercos, marchas de exércitos em que os soldados se contam às centenas de milhar. Há revoltas, traições, suplícios no país devastado pela Guerra. Um dia, na confusão da batalha, os Portugueses escapam-se. Descendo numa jangada os rios que correm para o golfo de Bengala...para Goa. (Excertos do prefácio de António José Saraiva à "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto, ed. Sá da Costa, 1961)

Fernão Mendes Pinto regressou a Portugal, pobre como um Job e apelidado de mentiroso. Voltara do Japão e de Goa em 1557. Fixara-se numa quinta no Pragal, perto de Almada e requerera uma tença como prémio dos seus serviços no Oriente. Esta foi-lhe concedida vinte e seis anos mais tarde, em carta de janeiro de 1583, mas em 8 de julho seguinte falecia. Quando estava apoquentado pela nostalgia do Oriente, no fim da vida, sentava-se na margem do Tejo. Esperava as caravelas com a Cruz de Cristo, de velas desfraldadas ao vento, para que as tripulações lhe transmitissem coisas do Oriente. Foi acusado de "intrujão" pela retrógrada mentalidade portuguesa da época e acossado pela censura demolidora da Santa Inquisição, mas reportou a realidade do Oriente como nenhum português até hoje na sua Obra em dois volumes "A Peregrinação".

Os portugueses chegados ao sudeste asiático, não fugiram à regra da época. São humildes, ordeiros, fiéis aos Reis que servem, como soldados mercenários, fossem estes do Sião ou do Pegú (Birmânia). Lutaram homens lusos, irmãos de sangue, em campos adversos, embrenhados na poeira provocada pelas patas, as bestas de guerra, dos elefantes...os gemidos desses portugueses, feridos na peleja, encontraram o apoio moral e espiritual do irmão, inimigo, no campo de batalha em Lampang. Passados 450 anos, da coragem dos soldados portugueses o feito, ainda se encontra na memória dos locais. A seiscentos quilómetros de Banguecoque, os canhões portugueses, estão expostos em um jardim público na cidade de Lampang, num fortim, no templo Budista, "Prakaew Dao Tao". No museu do templo, estão duas armas ligeiras da grande peleja... O templo foi murado e no cimo foram montadas as tradicionais ameias portuguesas que foram trazidas para a Banguecoque moderna; imortalizadas no Grand Palace, na Montanha Dourada, e em outros sítios. Portugal transforma o mundo depois de 1500 como elo de ligação entre o Ocidente e o Oriente. As armas, as especiarias, a cruz e o amor são fatores importantes para a fixação do homem luso no Oriente. Assimilou-se a outras etnias com facilidade. Não abandonou os filhos que as mulheres lhe deram, casara sob os preceitos da Igreja Católica. Formara comunidades lusodescendentes, que ainda estão vivas, em Malaca e Singapura. Adaptara-se ao meio que o acolheu, amado pela magia da submissa mulher oriental.

(Excertos *Monumentos de Portugal na Tailândia, José Gomes Martins* http://portugalnatailandia.blogspot.com/2010/06/soldadosarmasa-cruz-e-o-amor.html)

Da colonização britânica e da holandesa nasceram Estados, mas da portuguesa nasceram comunidades de afeto. Praticamos o monopólio, destruindo a concorrência, mas contando com fidelidades regionais que extravasavam o interesse diplomático, comercial e político da coroa. A língua portuguesa era língua franca, "portugueses" eram todos os que professassem a fé católica, amigos e aliados todos os que aceitassem um quinhão nessa comunidade. As "lusotopias" não eram da Coroa, mas das comunidades que se formavam, cresciam e prosperavam, na unidade religiosa das igrejas e na entreajuda das misericórdias. Resistiram aos ventos e tempestades da história. Teimosamente, mantiveram a língua, os costumes, a memória da linhagem. Na Birmânia, no Sião, na Malásia, na Indonésia há populações que orgulhosamente afivelam o nome de Portugal. Os outros passaram. Ficámos lá, sem apoios e sem estímulo do Portugal distante, abúlico e "europeu", que regrediu para a visão tardo-medieval dos contactos internacionais: a Bruxelas, a costa da Guiné e pouco mais. A "Ásia Portuguesa" está para além das Portas do Cerco, do bazar de Díli e dos limites de Goa. Pede-se que os decisores de Lisboa abram os olhos e tirem partido da imensa vantagem que foi, é e será se o quisermos, a grandeza em terras da Ásia.
© Miguel Castelo Branco
http://www.alamedadigital.com.pt/n1/portugueses_oriente.php

Em 1511, Malaca era um centro económico transbordante de riqueza.

O Sultão foi mandado para o exílio depois de Albuquerque a conquistar facilmente pois sonha já com a fundação do vasto império português na Ásia e conquista Ormuz, no estreito que liga o Indico ao Golfo Pérsico (1507) e Goa (1510). O Mar Vermelho está na posse da navegação portuguesa com o controlo marítimo em direção ao Mediterrâneo. As embarcações do Império Otomano transportando mercadoria de Malaca pelo Golfo Pérsico e Mar Vermelho, já não assustam Albuquerque. Pretende ir mais além: o senhorio absoluto do comércio da Costa do Coramandel na Baía de Bengala, Reino do Pegú, Malaca, Samatra e Sião. No pensamento do grande português, estavam outras terras no sul dos mares da China estendendo-se até ao Japão.

Albuquerque não é só um guerreiro indomável, é um diplomata, negociador inteligente que prefere tratar dos assuntos pacificamente que servir-se das armas. Não pretende conquistar países, deseja apoderar-se dos grandes pontos estratégicos de comércio onde todos vivam na melhor das harmonias. Falta, para concretizar o seu objetivo a administração do empório de Malaca.

À península malaia chegam têxteis da Índia, sedas e cerâmicas da China, cravo das Molucas, noz-moscada de Banda, papel de arroz de Samatra, cânfora do Brunei, madeira de Sândalo de Timor, pau-santo, benjoim, chifres de Rinoceronte, marfim, pérolas, carpetes, adagas, batiques de Java. Os mercadores árabes do Cairo, Meca, Adén, Ormuz e da África Oriental, chegavam carregados de armas, tapeçarias, talheres de cobre, ópio, água de rosas e incenso. Juncos chineses aportavam com seda em bruto para manufaturar vestidos brocados, drogas aromáticas, coralina e marfim. Do reino do Sião aportam, todos os anos, 30 barcos com carregamentos de laca, madeira de teca, pedras preciosas, roupas, pimenta e metais que permutam por escravos ou por mercadorias. Da Birmânia vinha arroz, produtos agrícolas, rubis, estanho e prata. De Palembanque (Samatra) *escravos, ervas medicinais e produtos alimentares conservados. A presença portuguesa foi particularmente forte na região* (séc. XVI e XVII). *Muitas palavras birmanesas são de origem portuguesa: Lelain (Leilão); Tauliya (Toalha); Natatu (Natal); Balon (Bola, Balão); Waranta (Varanda).*
In Carlos Fontes *http:// lusotopia.no.sapo.pt/indexOP.html*

Um interessante guia para a Birmânia é o *Further India* de Hugh Clifford (ed. White Lotus Co. Banguecoque 1990).

Publicado pela primeira vez em 1904, o autor, acérrimo defensor do sistema colonial britânico, descreve de um modo isento para a época, a epopeia do desbravamento destes territórios pelos ocidentais, desde os árabes aos primeiros

portugueses como Albuquerque e outros (the Filibusters). Fala dos exploradores, desconhecidos para os portugueses, António de Faria, António de Miranda, Duarte Fernandes, Ruy de Araújo, Francisco Serrano, António de Abreu, Pedro Afonso de Loroso, o conhecido Fernão Mendes Pinto, dos franceses Mouhot e Garnier a quem se atribui erradamente a descoberta dos templos de Angkor Vat, dos holandeses e dos ingleses.

O termo flibusteiros aplicado aos portugueses deve-se a serem, de todos os que exploraram o sueste asiático, os únicos que construíram fortes, impuseram a religião e comercializaram pela força.

> *Até à sua chegada, eram os árabes os únicos cuja influência se alastrava até ao oriente e nunca se imiscuíam na política local. O posterior sucesso dos holandeses e ingleses deveu-se ao facto de só quererem o comércio, nunca as terras nem as almas das gentes. A colonização veio depois. Essa perspetiva é nova, para os que nasceram e cresceram no mundo paroquial da epopeia quinhentista da História de Portugal de Adolfo Simões MÜLLER. Muitos sentem-se afrontados ao lerem opiniões sobre Vasco da Gama diferentes das que o ensino da Ditadura inculcou nos jovens portugueses.*

Como acontece com a Birmânia, também a religião predominante no Sião (Tailândia) e o alfabeto servem de prova da forte influência cultural indiana durante o primeiro milénio, embora os primeiros relatos históricos só comecem no séc. X. A religião é a mesma, os alfabetos são distintos, mas de inspiração comum.

> *No ano de 849 foi criado* um reino Thai cuja capital era Pagan (hoje Bagan). O *seu santuário fica na China* (Iunão), *de onde se deslocam para Sul* (séc. X e XII) *desalojando o reino khmer para sudeste e atual Camboja. Um príncipe funda a capital em Ayuthia (1350) e ganha a supremacia no Sião. Foi um reino com elevado grau de sofisticação, como os portugueses descobriram quando se tornaram vizinhos ao conquistarem Malaca quando o Sião esteve envolvido em luta épica com os birmaneses.*

Do contacto ficou a norma, que perdurou por mais de 300 anos, da corte siamesa empregar o português como idioma diplomático, para desconcerto do embaixador norte-americano que ali apresentou credenciais no séc. XIX. Sob o tema da presença portuguesa na Ásia. Jorge Morbey (ex-Presidente do Instituto Cultural de Macau) escreveu (Jan.º 2006) ao então Presidente Jorge Sampaio, longa missiva da qual se extraem excertos:

> *Como referiu o descendente de portugueses, Arcebispo Emérito de Mandalay* (Birmânia) *U Than Aung, onde a maioria do clero católico é de origem portuguesa com origem em Pegú* (1600), *quem nunca recebeu a mais ténue manifestação de solidariedade nada tem a esperar. Que poderão as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente esperar de Portugal? A sua incapacidade nesta matéria tem sido uma evidência secular, filha da ignorância e do preconceito. A pequena Cristandade Crioula Lusófona de Korlai* [Chaúl]*, na Índia, somente em 1982 seria revelada ao Mundo pelo etnólogo romeno Laurentiu Theban. A Cristandade Crioula Lusófona da Birmânia já não usa a língua crioula e perdeu os nomes e apelidos cristãos, apesar de permanecer fiel à religião católica. As Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente mantidas na ignorância dos conflitos entre Portugal e a Santa Sé lutaram anos sem fim contra as novas autoridades eclesiásticas por as considerarem estrangeiras. Clamaram sempre pelo envio de clero, de Portugal, Goa ou Macau. Em vão. A transferência de domínios entre países europeus, de Portugal católico para a Holanda protestante, constituiu o pano de fundo em que emergiram as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente. Com a substituição da dominação portuguesa, permanecendo nas terras que as viram nascer, deportadas para outras paragens, ou forçadas à emigração, essas comunidades mestiças talharam a sua identidade própria que perdurou até aos nossos dias, assente em dois pilares principais: a religião católica e a língua crioula. A religião fora trazida de Portugal ou de Goa. Convertidos ou nascidos nela, com ela haveriam de morrer, geração após*

geração. A sua língua, o crioulo, era a língua portuguesa que lhe garantira o estatuto de língua franca no litoral da Ásia e da Oceânia, desde o séc. XVI até à sua substituição pelo inglês, no séc. XIX. Holandeses, ingleses, dinamarqueses e franceses não podiam prescindir de um "língoa" *[intérprete] a bordo para poderem comerciar nos portos do Oriente, na língua que as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente falavam e, muitas, ainda falam. Tratados, entre países europeus e poderes locais, foram firmados nessa língua, por ser a única a que os europeus podiam recorrer para comunicar no Oriente. Hoje, Cristão" [*Kristang] *e "Português" [*Portugis] *são sinónimos. A profanação e a destruição de igrejas e mosteiros, a expulsão dos padres, a proibição do culto católico, as deportações maciças, a redução de muitos à condição de escravos, compeliram os membros dessas cristandades à clandestinidade e à emigração: Macau, Índia, Insulíndia, Sião e Indochina. Tais irmandades permaneceram até aos nossos dias e conservam determinadas prerrogativas que limitam a autoridade dos párocos. Perdida a confiança que a Santa Sé depositara desde o séc. XV no Rei de Portugal, na sequência do corte de relações diplomáticas do Governo liberal em 1833 e a extinção das ordens religiosas por decreto de 31 de maio de 1834, o Padroado Português do Oriente sofreu um golpe mortal, na Índia, no Ceilão, no Sudeste Asiático, na China e na Oceânia. Os missionários do Padroado não seriam substituídos. O clero secular de Goa acorreu em socorro das Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente que iam ficando sem religiosos. A língua crioula falava-se nas Cristandades Crioulas da Tailândia (Ayuthia / Ayutthaya) e, Banguecoque até aos anos 50 do séc. XX, onde permanecem vocábulos correntes no relacionamento familiar e nas práticas católicas. Na Indonésia, além de Java, nas Flores* [Larantuka e Sikka], *ilhas de Ternate, Tidore e Bali. Em Timor* [Lifau e Bidau]. *No Bangladesh - Chittagong e Daca – até aos anos 20 do séc. XX era muito viva a presença da língua crioula nas Cristandades locais. © Jorge Morbey http:// combustoes.blogspot.com/2006/01/os-crioulos-portugueses-no-oriente.html*

O homem português na Ásia nunca esqueceu a pátria. Tomemos o exemplo de Venceslau Morais, Escondia as suas misérias no exílio nipónico e tendo escrito e enviado dezenas de cartas e postais ilustrados à irmã Francisca Paul, para Nelas (Beira Alta), *nunca lhe referiu a intenção de regressar a Portugal. A memória do Cônsul de Portugal em Kobe, no longínquo Sol Nascente, ficou nos anais das relações culturais entre Portugal e o Japão. http://www.portugal-linha.pt/legado/voriente/psiao3.*

Por tudo o que atrás ficou dito recorde-se o grande universalista português. No último canto de "Os Lusíadas", Vasco da Gama, o almirante herói, é recebido pela deusa Tétis na Ilha dos Amores. Lá, naquele espaço encantado, ela lhe descortinou a Máquina do Mundo, a visão do Cosmo e dos continentes da terra recém-descoberta pelos lusos, cena que coloca o poeta português como quem por primeiro, no campo das letras europeias, percebeu os efeitos irreversíveis da globalização que então dava os seus primeiros passos.

"Vês aqui a grande máquina do Mundo,
Etérea elemental, que fabricada
Assim foi do Saber, alto e profundo,
Quem é sem princípio e mete limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e superfície tão limada,
É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende"

(Canto X, 80)

É então que a deusa, abrindo os braços para enfatizar a amplidão, a magnitude do reino augusto, aponta ao Gama as mais diversas regiões do mundo.

Povoam-na "gente sem lei", a bruta multidão, "bando espesso e negro de estorninhos", do império do Benomotapa (Zimbabué) *à Taprobana* (Sri-Lanka). *Todos à espera da chegada da cruz, desenhada na vela principal da nau dos argonautas lusitanos. Mostra-lhe o Mar Vermelho, o Monte Sinai, a secura dura e arenosa da Arábia, o Tigre, o Eufrates, o planalto dos cavaleiros da Pérsia, o estreito de Ormuz, o Sind,*

a terra dos Brâmanes onde S. Tomé tentara a conversão dos gentios, o Ganges e o Indo, a terra da Birmânia, o império do Sião, Sumatra, a ponta estreita de Singapura, o Camboja e o rio Mekong no qual Camões naufragou, mas salvou os versos. Em seguida, margeando com os olhos a costa da Cochinchina (o Vietname), *mostrou-lhe a China e mais longe o Japão, de onde vinha a maravilhosa seda e o ouro fino. De tudo se desprendia o aroma do cravo, da noz-moscada, do licor perfumado do benjoim, do coco do mar, do incenso, da mirra e do raro âmbar, de onde se extraem fragrâncias mil. Tétis, voltando-se para o outro lado da Terra, apontou-lhe as partes recentemente conquistadas pelos castelhanos, que lançaram o seu rude colar sobre as gentes cativas do Novo Mundo. Da Terra de Santa Cruz, do litoral do Brasil, o braço lusitano já carregava o tronco vermelho, o Ibirapitanga dos nativos, para dele extrair as tintas para os panos. Reembarcados os portugueses, partindo da Ilha dos Amores, aos adeuses no convés, velas soltas ao vento em mar tranquilo, carregados de refrescos e iguarias deliciosas, navegaram de volta à boca do Rio Tejo.*

De então em diante estavam todos convencidos de que os fados da Humanidade, desde que Vasco da Gama unira o Ocidente ao Oriente, não se prendiam a um só reino, a uma só nação ou a um só hemisfério. Somente gente surda e endurecida, fechada, teimosa, não reconheceria que, escancarado para sempre o Caminho das Índias, o mundo se globalizaria cada vez mais, tornando-se algo único, entrelaçando para sempre povos e continentes num destino em comum. Ainda hoje estou rodeado dessa gente surda e empedernida.

2. O MESMO SE PASSOU COM OS COLÓQUIOS. ISTO DE LUSOFONIAS E LUSOTOPIAS TEM MUITO QUE SE LHE DIGA.

Falta aos Estados a visão, o amor e a dedicação que só alguns indivíduos conseguem ter pela língua e cultura de um povo. Governos e governantes estão de candeias às avessas para a defesa desses valores, tal qual a população de S. Miguel está sempre de costas para o mar, enquanto outras não vivem sem ele, como no Pico. Falarei brevemente de dois autores que lutam contra os Fados da Humanidade mostrando a globalização da língua portuguesa através da sua visão açoriana do mundo. Vozes críticas ou arredadas dos estereótipos não abundam nem são benquistas. As elites dominantes e os poderes caciqueiros logo se insurgem. A ingratidão, vergonha e falta de patriotismo são epítetos comummente usados para denegrir os que ousam. Citam-se páginas relevantes da heroica gesta açoriana, com destaque para as guerras liberais e desventuras de emigrantes que triunfaram. Surgem editorais e recensões violentas nos jornais locais. Os caixeiros-viajantes da cultura logo se arrogam o direito de defender a açorianidade ofendida pois nela assenta exclusivamente o seu currículo. Tais declarações de repúdio raramente extrapolam os cantos do arquipélago pois falar dos Açores ainda não é moda na grande capital do Império.

Foi isto que, por mais de uma vez, aconteceu ao meu amigo escritor Cristóvão de Aguiar. Apodaram-no de tudo e mais alguma coisa, pois convém sempre ser mais papista que o papa. Em meios pequenos é consabida a tendência para apoucar aqueles que das leis do esquecimento se desembaraçaram, como diria o vate, enquanto o imperador e seu séquito distribuem viagens e mordomias. É uma questão de tempo até começarem a zurzir nos forasteiros que ousam opinar sobre o arquipélago dos Açores. Quando se perora sobre as nove ilhas, filhas de Zeus, urge não melindrar os interesses estabelecidos. As visões críticas ou não conformadas aos cânones podem acarretar sérios riscos para a saúde mental dos seus autores. Terras pequenas, invejas grandes ou a reprodução literária do mote popular "*a minha festa é maior que a tua".* Para o comum dos mortais a vida prosseguiria o seu rumo, mas os Açores são uma réplica miniatural da corte lisboeta. As elites não perdoam aos que não comungam da verdade única com força de dogma que os sustenta e valida.

Cristóvão escreve com uma pluma incómoda. Reservou-se um papel de narrador que pensa, fala e escreve sem recorrer aos lugares comuns que tamanho gáudio causam na população. Não reivindica verdades absolutas ou duradouras, limita-se a (d)escrever o que sente e vê. Criaram-lhe a fama de irascível. Quantas vezes com justas e

fundadas razões? Recebi *"avisos amigos"* para tais perigos quando o convidei a estar na Lagoa (março 2009) para o 4º encontro açoriano. Congratulo-me que, relutantemente, Cristóvão tenha acedido. Ao longo de meses trocamos correios eletrónicos e telefonemas criando uma amizade saudavelmente aberta e crítica durante a qual aprendi imenso com a personagem que tantos cuidados incutia aos arautos e defensores da paz podre açoriana.

Cristóvão é um permanente **Passageiro Em Trânsito**, título do seu mais benquisto livro, sempre na rota do inconformismo. Ele é a voz que se não cala e tem o direito a tal. Chama os bois pelo nome sem se deter nas finuras das convenções do parece bem ou mal. É crítico impiedoso dos destinos que alguns queriam que fosse eterno, o da subserviência e submissão aos senhores das ilhas, descendentes diretos dos opressores da gleba. Grandes narrativas que se assemelham a uma técnica de *travelling* em filmagem, com grandes planos, zooms, e paragens detalhadas nos rostos e nas mentes dos atores principais das suas crónicas e outros escritos. A câmara detém-se e escalpeliza a alma daqueles que ele filma com as suas palavras aceradas como vento mata-vacas que sopra do nordeste.

Cristóvão de Aguiar, já o disse, não é um autor fácil nem facilita, exige quase tanto dos seus leitores como de si mesmo, ele é o magma de que são feitas as gentes de bem destas ilhas. Tal como as palavras sentidas, gravadas fundo num granito que não existe nas ilhas, mas que encontro na Relação de Bordo I. Verdade seja que ando imerso na sua escrita tateando como um recém-nascido às escuras fora do ventre materno.

Ele é um escritor que se crê maldito porque outros o fizeram assim, e porque é de si mesmo um ser acossado por tudo e por todos, mas sobretudo por si mesmo. Para ele, a escrita nunca será catarse pois ela é fruto de amores incompreendidos entre si e a sua ilha... psicanalisando as gentes e a terra que o viram nascer adotou o Pico como nova ilha mátria em 1996. Como ele diz (Relação de Bordo II pp. 199-200) *Primeiro foi a ilha, nunca mais a encontramos como a havíamos deixado...trouxemos somente a imagem dela ou então foi outra Ilha que connosco carregámos*...

A escrita lávica de Cristóvão fica a boiar no nosso imaginário. Ninguém consegue escrever da forma única e inimitável como só ele sabe e sente sobre os Açores. Essa a sua forma de amar e de recompensar a terra que o viu nascer...para que desate as grilhetas que a encarceram no passado e ele se desobrigue finalmente da tarefa hercúlea de carregar a ilha como um fardo ou amor não-correspondido, que nisto de ilharias há muitas paixões não correspondidas. É um lídimo representante da mundividência açoriana na escrita contemporânea e é tarefa dos Colóquios da Lusofonia torná-lo benquisto e conhecido no mundo inteiro. Com a literatura os autores açorianos iam chegar mais longe. Libertar-se. Para isso teriam de mondar mercados novos e virgens, como a selva amazónica antes dos novos bandeirantes. Se não chegassem às novas gerações açorianas, poderiam alcançar descendentes, expatriados e os que aprendem o orgulho da nação açoriana, na sua cultura, tradição e outros valores primordiais que tão arredados das escolas andam hoje. Mas os colóquios queriam levá-los a mercados e leitores insuspeitos, até à velha Cortina de Ferro onde há apetência para escritores lusófonos.

A ilha para **Natália Correia** é Mãe-Ilha, para **Cristóvão de Aguiar**, Marilha, para **Daniel de Sá,** Ilha-Mãe, para **Vasco Pereira da Costa**, Ilha Menina, para mim nem mãe, nem madrasta, nem Marília nem menina, mas Ilha-Filha, que nunca enteada. Para amar sem tocar, ver engrandecer nas dores da adolescência que são sempre partos difíceis. Toda a vida fui ilhéu, perdi sotaques, mas não malbaratei as minhas ilhas-filhas. Trago-as a reboque, colar multifacetado de vivências dos mundos e culturas distantes. Primeiro em Portugal, ilhota perdida da Europa durante o Estado Novo, seguidamente em mais um capítulo naufragado da História Trágico-marítima nas ilhas de Timor e de Bali, seguido da então (pen)ínsula de Macau (fechada da China pelas Portas do Cerco), da imensa ilha-continente denominada Austrália, e nesta ilhoa esquecida de Bragança no nordeste transmontano, antes de arribar à Atlântida Açores.

Cumes de montanhas submersas que assomam, a intervalos, aqui no meio do Grande Mar Oceano onde se mantêm gentes orgulhosas e ciosas das suas tradições e costumes, em torno da família nuclear

dizimada pelo chamado progresso. Os políticos ocupados na sua sobrevivência sempre se olvidaram da presença mágica destas ilhas de reduzidas proporções e populações. Como se fosse uma espécie de triângulo das Bermudas, onde tudo o que é relevante desaparece dos telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou quanto à visibilidade real destas ínsulas, apenas evocadas pelas catástrofes naturais e pelo anticiclone do bom ou mau tempo.

3. FALEMOS DA LITERATURA.

Acolhemos nos Colóquios, como premissa, o conceito de açorianidade formulado por **José Martins Garcia** que, «*por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura»,* admite a existência de uma literatura açoriana *«enquanto superstrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência»*[19].

No 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, **Cristóvão de Aguiar** rejeitou o rótulo de literatura açoriana, por considerar que faz parte da produção literária lusófona. «*O título (*literatura açoriana*) é equívoco, porque pode parecer que é uma literatura separada da literatura portuguesa*», afirmou à agência Lusa o escritor.

Machado Pires sugeriu em tempos *"literatura de significação açoriana"*. Outros preferem o termo "matriz açoriana". Há vários tipos de autores, os açorianos nascidos e vividos no arquipélago (ausentes ou não), os emigrados, os descendentes, os insularizados ou ilhanizados e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores.

Falta destrinçar se os podemos incluir a todos nessa designação açórica. Lentamente, todos encontraram o seu espaço, não havendo míngua de quantidade, mas, frequentemente sem projeção fora das ilhas, com exceções contemporâneas como as de **João de Melo, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Vasco Pereira da Costa e Dias de Melo,** para citar alguns.

Tarefa inglória tem sido a de os tentar convencer que a sua universalidade é de matriz açoriana e só assim os conseguiremos levar ao grande púlpito do mundo, a eles, autores que se contentam em ser portugueses.

Quedemo-nos, doravante, na perspicaz apreciação que faz Cristóvão de Aguiar da obra, intitulada *Nas Escadas do Império* de Vasco Pereira da Costa, autor que hoje é aqui homenageado:

> *"Não é por acaso que Vasco Pereira da Costa, poeta de mérito, mas ainda no silêncio da gaveta, se apresenta no mundo das letras sobraçando uma coletânea de contos. Numa terra onde quase todos sacrificam às (as) musas e se tornou quase regra a estreia com um livrinho de poemas, a atitude (ou opção) do autor de Nas Escadas do Império não deixa de ser de certo modo corajosa como corajosos são os contos que este livro integra.*
>
> *Não fora o receio de escorregar na casca do lugar-comum, e eu diria que esta mancheia de contos vivos, arrancados com mãos hábeis e um sentido linguístico apuradíssimo ao ventre úbere, mas ainda mal conhecido, da sua terra de origem, vem agitar as águas paradas, onde se situa o panorama nebuloso e um tanto equívoco da literatura de expressão açoriana.*
>
> *O conto que abre esta coletânea, Faia da Terra, é bem a prova do telurismo, no sentido torguiano do termo, de que o jovem escritor (Angra do Heroísmo, junho de 1948) está imbuído, sem cair no pitoresco regionalista, tão do agrado de muitos escritores açorianos.*
>
> *Não resta a mínima dúvida de que o Gibicas, A Fuga e outras peças de antologia que aqui figuram vêm contribuir para o enriquecimento do conto português de especificidade e caraterística açoriana.*
>
> *Contudo, Vasco Pereira da Costa corre o risco (e ele mais do que ninguém disso está consciente) de vir a ser queimado nas labaredas inquisitoriais de certos meios ideológico-literários açorianos que têm tentado, oportunisticamente, mas sem raízes verdadeiras, edificar [...] uma literatura açoriana em oposição à*

[19] http:// lusofonia.com.sapo.pt/acores/acorianidade_pavao_1988.htm#_ftn11#_ftn11

Literatura Portuguesa. Nas Escadas do Império, quer queiram ou não os arautos da mediocracia, vem dizer-nos exatamente o contrário."

Com efeito, não podia deixar de ser mais justo o juízo de valor supracitado.

1) **EM PRIMEIRO LUGAR,** estreia-se Vasco Pereira da Costa, em 1978, com a coletânea de contos, *Nas Escadas do Império*, à qual se seguirão a novela *Amanhece a Cidade* (1979); a memória *Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo* (1980); os poemas de *Ilhíada* (1981); *Plantador de palavras Vendedor de lérias*, antologia de novelas galardoada com o prémio Miguel Torga no ano de 1984; *Memória Breve*, (1987); *Risco de marear* (Poemas em 1992); e, por fim, três obras poéticas, a saber *Sobre Ripas Sobre Rimas*, *Terras* e *My Californian Friends*, (respetivamente publicadas em 1994, 1997 e 1999).

2) **EM SEGUNDO LUGAR**, urge referir a originalidade de Vasco Pereira da Costa, evidente tanto na sua obra poética como na sua prosa, que vem, segundo o Autor de *Raiz Comovida*, agitar as letras açorianas. Assim sendo, e numa perspetiva temática, cumpre realçar o telurismo genuíno patente em "Faia da Terra", história do enamoramento de Teresa por um americano da Base, da sua subsequente partida para o Novo Mundo, já com o nome de Mrs. Teresa Piel, e da secagem da faia, dois meses após a descolagem do avião da *Pan America*.

   Nesta novela inaugural perpassam vivamente, como que fotografadas ao vivo, as rotineiras fainas insulares que, pela via da repetição, regem o quotidiano do ilhéu: "*Era sexta-feira e a mãe amassava o crescente com a farinha de milho. No forno estalavam a rapa, o eucalipto e o loiro: [...] lavou depois as folhas de botar pão e veio sentar-se ao pé dos meus socos de milho – bois de veras, espetados com palhitos queimados arremedando os galhos – no estrado do meio-da-casa. Arrumou as galochas no sobrado [...]"* (1978: 11).

   Por vezes, é a loucura insular que faz a sua aparição em cena, na figura do poeta Vicente, "*um Côrte-Real impotente, tacanho e degenerescente" (*1978: 71), o qual, volvido esse tempo em "*que escrevia coisas tão lindas, de tanto sentimento"*, tem o despautério de acumular guarda-chuvas na falsa e de publicar no jornal da Ilha desairosos alinhavos poéticos: "*Prometeu/Prometeu/Não cumpriu/A promessa/Homessa!//"* ("A Fuga", 1978: 74).

3) **EM TERCEIRO LUGAR**, e ainda na ótica de Cristóvão de Aguiar, a coragem de Vasco Pereira da Costa, que a sátira, nas suas diversas vertentes, revela à saciedade. Assim sendo, atente-se quer na crítica ao salazarismo, regime repressor, totalitário e punitivo dos que ousam transgredir as regras impostas –
   "*Como vim aqui [à ilha] parar? É simples: por ser anarquista e não peitear o Manholas de Santa Comba*" ("O Manel d'Arriaga", 1978: 31) -, quer na crítica à mentalidade medíocre, cuja pequenez constrangedora se espraia, em espaço íntimo e público, pela vida de outrem tão sigilosamente resguardada quanto violada de supetão –
   "[...] cada qual dava a sua sentença, todos em grande pensão, e não havia alcatra de couves que, à hora da ceia, não fosse temperada com palpites de desenlace." ("primavera", 1978: 59) -, quer na crítica ao jornalismo barato e ao provincianismo dos articulistas, cujo discurso, pouco inovador, se vai ritualizando - "*Começou então o embaraço. No jornal de amanhã, por entre os aniversários da gente fina [...] as partidas e as chegadas, os partos e as notícias do País e do Estrangeiro, os casamentos e os pedidos de, os horários de barcos e de aviões, as orações ao Menino Jesus de Praga e ao divino Espírito Santo [...]"* ("A Fuga", 1978: 82-83) -, quer, por fim, na crítica a uma certa 'cultura de superioridade' que 'Mestre' Gibicas se apresta a denegar:
   " [...] estávamos de língua entre os dentes para sibilar o th. O professor fazia empenho pois [...] era uma vergonha virem por aí abaixo os americanos e nós sem sabermos agradecer. [...] até que foi a tua vez [Gibicas]. *[...] agarraste na caixinha vermelha, azul e branca, com as estrelinhas desse people para o nosso povo e, sem esperar o afago da farda grandalhona, gritaste-lhes alto, como*

ninguém ainda o fizera: - SANABOBICHAS!" ("Gibicas", 1978: 137-138-141).
Em asterisco de rodapé, explica o Autor o neologismo: "Son of a bitch".

4) **EM QUARTO LUGAR**, a variedade genológica em que se move o Escritor homenageado, desde o conto e a novela, até à memória e à "crónica" breve, passando pela Poesia. E, a este propósito, não resistimos à tentação de transcrever alguns excertos.

O PLANTADOR DE PALAVRAS

"Ah, meus senhores, mas isto aqui não é a Itália. É a mui nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, ao tempo em que o Autor nela carregava a sua adolescência de amores, temores e rancores.

Como podem observar, uma cidade espartilhada entre mar e mar, com dois castelos a estrangulá-la; com suas casas, nobres por fora e burguesíssimas por dentro; praças com estátuas e engraxadores; lojas sonolentas, comerciantes lentos e clientes ensonados; automobilistas imprevidentes nos seus vinte à hora, que quase atropelam a distração dos peões; um governador civil e três governadores militares; cinquenta e sete prostitutas; dezanove bombeiros voluntários que voluntariamente vão de borla ao cinema; vinte e cinco meninas que namoram à janela e, estatísticas de ontem, catorze desfloradas nos saguões; um bispo, dois monsenhores, sete cónegos na sua Catedral; três parvos oficiais, que fornecem o riso oficial e obrigatório nos dias úteis e inúteis; um Presidente para a sua Câmara, com o seu secretário e um contínuo – que, por ser funcionário público, não está incluído no número dos três parvos oficiais que o quadro comporta. Esta cidade tem trinta e quatro velhas de lenço e três senhoras idosas de chapéu; quarenta e sete bêbados e oito senhores que andam às vezes alegrinhos; cento e vinte e nove rapazes, cento e trinta e duas raparigas, vinte e dois meninos e trinta e uma meninas; o número de naiões – invertidos encartados e Sócios de Mérito da Corporação das Criadas de Servir – é de setenta e sete, mas nunca foi feito o recenseamento dos homens com pitafe; quarenta e três professores do Liceu, dos quais vinte são professores do Seminário Maior, onde há quinhentos e setenta e oito seminaristas menores, dos quais oitenta e nove vírgula seis por cento oriundos da cristianíssima ilha de São Miguel o Arcanjo e do Senhor Santo Cristo dos Milagres e ainda de outros Senhores, que se passeiam no Jardim Duque da Terceira, todas as quintas, entre as duas horas e sete minutos e as quatro horas e quarenta e oito da tarde, em bandos de estorninhos; quinze chauferes, um cauteleiro, sessenta e nove caloteiros identificados com o indicador da mão direita, noventa e seis donas-de-casa e igual número de maridos operacionais; quarenta e sete viúvas praticantes, vinte e seis viúvas protestantes e oito viúvas de fresco ainda indecisas; sessenta e oito cavalheiros são simultaneamente irmãos devotos da Confraria de Nossa Senhora do Monte Carmelo, da Irmandade do Senhor dos Passos e da Ordem Terceira de São Francisco; quatro agiotas dissimulados, que vestem de preto e usam chapéu, e que se sentam, para o negócio, na terceira banqueta do Pátio da Alfândega; cinquenta agentes da Polícia de Segurança Pública, dos quais três são da Secreta e, por isso, para não serem conhecidos, trajam à paisana: o Cebola, o Tombado e o Zarolho; dois vendedores de milho torrado, pevides e caramelos sugardady; duzentas e nove beatas de novena, quarenta e oito de terço e mantilha, vinte devotas de enfeitar capelas, dezassete de sacristia, catorze irmãs de padre e meia dúzia de sobrinhas; um batalhão de soldados do Castelo, que aparecem à boquinha da noite triste, arrastando as botas tristes pelo empedrado tristonho; três namoradas de aspirantes, que fazem todas as recrutas; uma média de um vírgula oito por mil de americanos da United States Air Force Azores Pochugal por dia, facilmente reconhecíveis pelo tamanho dos pés e por uma garrafa de Matiós Rossé dançando na mão direita; quarenta e três indivíduos usam gravata verde porque são adeptos do Lusitânia e trinta e nove põem gravata vermelha porque são sócios do Angrense, havendo que mencionar ainda dois laços – um poeta e um boticário. A cidade tem dezoito tabernas, seis cafés e duas pastelarias.

Vamos agora mudar o cenário..."

VENHO CÁ MANDADO DO SENHOR ESPÍRITO SANTO

"[…] …e o Imparador que se desempenhe do seu ofício em obrigação ao Senhor Espírito Santo, e festejemos nós com ele, […] Antes de mais, o Imparador dar-lhe-á três pancadinhas na porta do meio e dirá:

'– Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo convidar o dono da casa para acompanhar o Senhor Espírito Santo e a mim, na sexta-feira, para matar o bezerro, e, no sábado, para ajudar a levar a carne, e, no domingo, para me acompanhar de casa até à Igreja, da Igreja até a casa, jantar comigo e levar o Senhor Espírito Santo ao Imparador novo.'

É de ir!

A coisa promete, e olhe que não terá alcatrinha de coives apanhadas no bacelo… O Imparador sabe da sua função e lá por casa, que a Imparatriz tem brios, há de ter Mestra que faça umas sopas a preceito, com olores de hortelã, pão de mesa, bom vinho velho, arroz doce e… alcatra!…

Alcatra!… Alcatra!…

*Se cada terra tem o seu manjar peculiar, se a **Paella** é valenciana, o borrego alentejano, a **Lasagna Stuffata** dos italianos, o **Roast-beef** das Inglaterras, as esquisitices francesas, as enguias da Murtosa, a Alcatra – é nossa!*

Já dizia Tia Livramento que para fazer uma boa Alcatra era preciso uma boa gueixa. […] E o Imparador já separou um cambulhão de cebolas doiradinhas, e já mandou o pequeno mais moço à quinta das Medeiras apanhar loiro cheirosinho, e já despachou a pequena do meio para a Venda do Linhares buscar uma baratinha de pimenta em grão e pau-de-cravo, e já provou e aprovou um vinho de cheiro velho e encorpadinho, que guardava sacramente na loja de trás-de-casa, e já disse à Sua Senhora que haverá de ser daquele toicinho fumado mais largo que se tirariam as taliscas, e já aventajou ao Prudêncio Sacristão para avisar amanhã na missa da manhã que queria falar com a Tia Machada, e já apanhou uma rama de calibres e de faias e já rachou e pôs a secar umas achas bem asseadas para não se babarem como babões e que façam um fumo incensador […]"

(Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo. Angra do Heroísmo, 1980. pp. 6-7.

O PLANTADOR DE PALAVRAS

"A ilha, para ele [Ti Fausto], não são freguesias, canadas, casas, faias, inhameiros, macieiras, pastos, gado e todo o povo. É uma namorada antiga, que ele afaga nos dias ensoados e que ama com paixão maluca nas noites curtas e eternas. […] Amar a Ilha Menina, de olhos puros como dois torrões de lava fresca e vidrada e gotejante da seiva da terra. Ir na dança do seu meneio de baile, dedilhado nos bordões do violão mais cantante. […]

Amar a Ilha Mulher, inteiriça e possante, arranhar uma pétala de perfume e lume, sentir-lhe os requebros, o bafo quente da boca fogosa, gostar na ponta da língua o cerúmen das orelhas fugidias, […] Amar a Ilha Mãe, regaço acolhedor e cálido. Pousar a cabeça no repouso do seu ventre largo. Deixar que a sua mão se esqueça e se abandone na nuca sonolenta. Abrir então os olhos e animar esta pietá com um beijo lento na palma da mão e o sorriso abrindo-se devagar, desatento à estátua que ora forjo - Ti Fausto e a Ilha, […] Ti Fausto serve-me de verdelho. Saudamos a comoção que nos amarra a esta mesa.

Uma gota boia num sulco de madeira. […] Ti Fausto estala a língua e estende-me o olhar cínico de deus incréu:

- E aí está como um neto de lavradores, filho de comerciantes, tem as mãos finas… Plantador de palavras… Vendedor de lérias…

Cá estou eu, Ti Fausto, o doutor da letra redonda, com a gana de invocar o teu amigo Arquimedes, com quem

deambulaste em Antioquia, e de quem recebeste nos ouvidos divinos o grito da descoberta.

Cá estou eu, Ti Fausto, buscando a justificação que me dê o contentamento de mim. Porque, com a minha lavoira de palavras, consegui explicar-me toda (…?) a verdade familiar. E absolvo-me. O meu eureka é este: o ser capaz de, pelo domínio da palavra, encontrar a remissão para a renúncia… imperdoável. Com esta esfera que escreve […] tudo me parece verosímil e tão cheio de verdade! Como ser eu o filho de Manuel Terra Policarpo, arribado na chalupa Esperança à baía de Angra com uma trouxa de linho, uma saquinha de trapos donde roera o último biscoito de raiz de feto, e a carta ao desconhecido. Era o ano de 1920. Meu pai tinha dez anos.

Por saber estão ainda os segredos da sua infância – nunca revelados: o sofrimento está entranhado nas nervuras mais profundas do esquecimento desejado.

O menino perdeu-se nas canseiras impiedosas de uma ilha com fome. E apenas o conheço homem feito, fazendo a vida na Terceira, que é ilha de festas e panzoada – no dizer dos velhos picarotos que lavram as águas do mar e cravam os arpões da vontade no negro mais sáfaro das lavas arrefecidas."

(" Plantador de palavras", Plantador de palavras Vendedor de lérias. Coimbra, Serviços Culturais, 1984 – "Prémio Miguel Torga", pp. 18-19-35- 36**).**

- Transcreve-se, por fim, o poema **"ROSE ERA O NOME DE ROSA"**:

A mãe disse não mais
não mais eu não mais tu filha
não mais nomes na pedra do cais
não mais o cortinado da ilha

não mais Rosa sejas Rose agora
não mais névoas roxos ais
não mais a sorte caipora
não mais a ilha não mais

Porém Rose o não mais não quis
e quis ver a ilha do não mais
o cortinado roxo infeliz
os nomes na pedra dos cais

Pegou em si e foi-se embora.
Não mais Rose.
Rosa outra vez agora.
*(My Califor*nian Friends ed. Gávea Brown: 1999)

Não será esta a universalidade da açorianidade?

chrys chrystello

lomba da maia, açores, agosto 2010

5.BIBLIOGRAFIA

Aguiar, Cristóvão de, (1978) Raiz Comovida (A Semente e a Seiva), 1.ª ed., Centelha, Coimbra, 1978 (Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa); 2.ª ed. Bertrand, 1980 (esgotado)

Aguiar, Cristóvão de, (1988) Passageiro em Trânsito, novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai acrescentando mais um conto), 1.º ed. Editora Signo, Ponta Delgada, 1988;

Aguiar, Cristóvão de, (1999) Relação de Bordo (1964-1988), diário ou nem tanto ou talvez muito mais, Campo das Letras, Porto, 1999 (Grande Prémio APE/CMP, 2000)

Aguiar, Cristóvão de, (2000) Relação de Bordo II (1989-1992), diário ou nem tanto… Campo das Letras

Aguiar, Cristóvão de, (2003) Raiz Comovida, Trilogia Romanesca, Lisboa: Publicações Dom Quixote (Edição revista e remodelada).

Aguiar, Cristóvão de, (2003) Trasfega, casos e contos, Publicações Dom Quixote, Prémio Miguel Torga 2002, 1.ª ed. 2003; 2.ª ed. 2003

Aguiar, Cristóvão de, (2004) Nova Relação de Bordo (III Volume), diário ou nem tanto… Publicações Dom Quixote

Aguiar, Cristóvão de, (2004) Nova Relação de Bordo (III Volume), diário ou nem tanto… Publicações Dom Quixote

Aguiar, Cristóvão de, (2005) Marilha, sequência narrativa, Publicações D. Quixote

Aguiar, Cristóvão de, (2007) A Tabuada do Tempo, a lenta narrativa dos dias, Prémio Miguel Torga 2006, Livraria Almedina, Coimbra

Aguiar, Cristóvão de, (2007) Miguel Torga, O Lavrador das Letras, um percurso partilhado, Livraria Almedina

Aguiar, Cristóvão de, (2008) Braço Tatuado – Retalhos da guerra colonial – Nova versão, P. D. Quixote, 2008; 2.ª ed. 2008

Aguiar, Cristóvão de, (2008) Charlas Sobre a Língua Portuguesa, Livraria Almedina, 2008

BRASIL, Luís António de Assis, (1994) "A Narrativa Açoriana pós-Vinte e Cinco de abril", in Organon, vol. 8, n.º 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Chrystello, J. Chrys, (2009) ChrónicAçores: uma circum-navegação. (vol. 1), Ponta Delgada: Ver Açor, Lda.

Da Costa, Vasco Pereira, (1978) Nas Escadas do Império: Contos. Coimbra, Centelha, 1978.

Da Costa, Vasco Pereira, (1979) Amanhece a Cidade, romance. Coimbra ed. Centelha

Da Costa, Vasco Pereira, (1980). Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, novela; ed. Banco Espírito Santo c Comercial de Lisboa. Lisboa

Da Costa, Vasco Pereira, (1981) Ilhíada, (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. "Gaivota".

Da Costa, Vasco Pereira, (1984) Plantador de Palavras Vendedor de Lérias, Coimbra, Câmara Municipal, 1º Prémio Miguel Torga 1984

Da Costa, Vasco Pereira, (1987). *Memória Breve*, contos. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura

Da Costa, Vasco Pereira, (1992) Riscos de Marear; (poesia) Ponta Delgada: Eurosigno

Da Costa, Vasco Pereira, (1994). Sobre ripas sobre rimas, Coimbra: Minerva, 1994

Da Costa, Vasco Pereira, (1997) Terras (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras

Da Costa, Vasco Pereira, (1999) My Californian Friends, ed. Gávea Brown

De Almeida, O. T., (org.) (1983), A Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação Angra do Heroísmo, SREC. (org.)

De Almeida, Onésimo Teotónio, (1986), *Da Literatura Açoriana Subsídios para um Balanço*. Angra do Heroísmo, SREC. (org.)

De SÁ, Daniel, (1992) Ilha Grande Fechada (romance), Lisboa, ed. Salamandra,2ª ed VerAçor 2010

De Sá, Daniel, (1995) *Crónica do Despovoamento das Ilhas* (e Outras Cartas de El-Rei) (crónicas históricas), Lisboa, ed. Salamandra

De Sá, Daniel, (2007) O Pastor das Casa Mortas, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

De Sá, Daniel, (2007) Santa Maria, Ilha-Mãe, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

Dores, Victor Rui, *Ilhas do Triângulo - coração dos Açores* ed. VerAçor.

Garcia, José Martins (1974) Katafaraum é uma Nação, col: Peninsulares Literatura. Editor: Assírio & Alvim

Garcia, José Martins. (1987), Ainda a questão da Literatura Açoriana *In Para uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 9-32.

Garcia, José Martins (1992) Katafaraum ressurreto, Edição do Autor

Garcia, José Martins (1997) Contrabando original, Lisboa, ed. Salamandra col. "Garajau", 2ª ed.

Nemésio, Vitorino. (1923). Por que não temos Literatura Açoriana [entrevista com Vitorino Nemésio, por Rebelo de Bettencourt] In Almeida O. T. (org.) (1983), A *Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação*. Angra do Heroísmo, SREC

NEMÉSIO, Vitorino. (1932) "Açorianidade" in Insula, n.º 7-8, Ponta Delgada, julho, 1932

NEMÉSIO, Vitorino. (1994) Mau Tempo no Canal, 7.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994.

NEMÉSIO, Vitorino. (1994) Mau Tempo no Canal, 7.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994.

Pavão, J. Almeida. (1991), Constantes da insularidade numa definição de Literatura Açoriana, *In Caminheiros da Cultura*. Ponta Delgada, Instituto Cultural Ponta Delgada: 133-152

Pires, A. M. B. Machado. (1983) Para a Discussão de um Conceito de Literatura Açoriana. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLI: 842-858

Pires, A. M. B. Machado. (1983) Para a Discussão de um Conceito de Literatura Açoriana. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLI: 842-858

Pires, A. M. B. Machado. (1987), *A Identidade Cultural dos Açores*, Sep. De *Arquipélago* (série Línguas e Literaturas), IX

Valadão Serpa, Caetano. (1978) A Gente dos Açores, ed. Prelo 1978

Valadão Serpa, Caetano. (2000) Uma Pessoa só é pouca gente, Lisboa, ed. Salamandra col. Garajau

7. CONCHA ROUSIA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA

TEMA 3.5. LÍNGUA NA GALIZA: MUDANÇA DE NARRATIVA II, ANÁLISE DOS DISCURSOS SURGIDOS NA GALIZA DESDE A CRIAÇÃO DA AGLP. CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Este estudo parte do conceito de mudança de narrativa que se tem produzido na conceção da língua na Galiza desde a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Inclui, portanto, uma introdução do ponto de vista teórico deste fenómeno sociolinguístico que está a ter lugar na Galiza no momento atual e conclui com a análise dos diferentes discursos que confirmam a hipótese da mudança desta narrativa linguística que está a ter lugar.

Neste trabalho tratar-se-á de ver como na prática se está a produzir essa mudança antecipada já desde o momento da criação da AGLP. Desde a criação em 2008 da Academia Galega da Língua Portuguesa, na Galiza tem-se produzido uma mudança na narrativa linguística. O discurso dominante que havia sobre a língua da Galiza afirmava que era uma língua diferente da língua portuguesa; com a criação da AGLP, esse discurso fica obsoleto e começa um período que

podemos denominar de período de aparição de novos discursos. Hoje em dia proliferam os discursos que contemplam a língua da Galiza como uma língua não diferente da língua portuguesa.

Os políticos, as personalidades sociais fazem afirmações que corroboram que a mudança, mesmo que lenta, estão a ter lugar. A hipótese apriorística afirma que os novos discursos fogem de afirmar que galego e português são línguas diferentes, e todos eles põem de manifesto a nova conceção de galego e português serem a mesma língua. Alguns discursos afirmarão isso de forma explícita e outros afirmarão de forma implícita. Também se analisará como esta mudança na conceção da língua incrementa o poder da língua portuguesa na Galiza.

1. INTRODUÇÃO

No estudo 'Mudança de Narrativa Linguística', publicado no Boletim da AGLP (Rousia, 2009) analisei a mudança de narrativa linguística que está a ter lugar na Galiza desde a criação em outubro de 2008, da Academia Galega de Língua Portuguesa (AGLP). O presente estudo trata de dar conta da mudança que está a ter lugar na situação linguística na Galiza, tal e como se vai resumir no parágrafo a seguir:

> *Com a aparição e implantação definitiva do discurso da AGLP na sociedade, independentemente da magnitude da audiência para este discurso, rompe-se a unicidade do discurso dominante que até esse momento fora considerado como o único válido. Desde o nascimento da AGLP o velho discurso fica visivelmente debilitado ao se mostrar de forma aberta que não consegue satisfazer a inteira realidade linguística na Galiza. No estudo citado prognostiquei a aparição de uma fase que denominei fase de 'aparição de discursos intermédios'. Pode-se agora afirmar que o prognóstico se está a cumprir e na atualidade estamos em plena fase de surgimento de discursos intermédios para definir o que é a língua na Galiza. Com a mudança de narrativa muda a distribuição das quotas de poder na questão da língua na Galiza; antecipando que o modelo de língua reintegracionista na Galiza, agora com a AGLP à cabeça, se vai ir reforçando socialmente dentro do território galego; levando os diferentes setores da sociedade galega a assumir maiores quotas de responsabilidade respeito de seu rol em prol da defesa da língua na Galiza, independentemente de que denominemos essa língua galego ou português*.

2. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE NARRATIVA

Entender-se-á o conceito de narrativa linguística como o conjunto de histórias a ter em conta à hora de definir o que na Galiza somos desde o ponto de vista linguístico. Mudança de narrativa fará referência às mudanças nas conceções, e, portanto, nos discursos que definem o que somos os galegos e galegas desde o ponto de vista linguístico, e o que não, (Rousia, 2009). Estas mudanças de discurso têm repercussões tanto na escrita como na oralidade, que não são bem a mesma cousa; tal e como conclui "a linguagem escrita não representa diretamente a linguagem falada. Como se deriva de vários factos, é evidente que os dous sistemas são, quando menos, parcialmente autónomos" (Stubbs, 1980).

Claramente, fala e escrita são diferentes; mesmo que estabeleçamos que a palavra falada precedeu a palavra escrita num sentido histórico, e mesmo que esta foi baseada naquela, não são o mesmo. Haverá que ter também em conta que a escrita não é ouvida mais sim vista, com tudo o que isso implica no mundo ocidental, no que a visão está considerada por cima dos outros sentidos. A escrita permite a incorporação da dimensão temporal, onde as pessoas podem determinar o tipo de organização que vão dar à informação e às experiências, e podem também, com efeito, produzir relatos marcadamente diferentes dos eventos (Chafe, 1985).

Por esta razão a narrativa privilegia a escrita sobre a oralidade, e por tanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que provir do campo da escrita. Então conseguiremos uma mudança de narrativa linguística do que é ou não é a língua na Galiza na medida em que sejamos capazes de o fazer no âmbito da escrita, é dizer, na medida em que sejamos capazes de que se "veja" com os olhos. Não é suficiente com que se fale na mudança é preciso que se escreva, que se criem discursos, que se veja essa mudança.

3. MAS, POR QUE A NECESSIDADE DUMA MUDANÇA DE NARRATIVA?

Quando uma narrativa deixa de ser satisfatória para abarcar com suas definições a realidade vivida por alguns membros do coletivo linguístico, provoca mal-estar nesses indivíduos e/ou coletivos. Isto acontece quando as histórias nas que narram as suas experiências os indivíduos, tal e como eles ou outros as contam, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos que são importantes, mas que de ser incluídos na narração iriam contradizer a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos (White & Epston, 1990). Antes de conceber qualquer mudança há dous conceitos a ter em conta, e que condicionam tanto uma narrativa como a sua mudança; são o conceito de "poder" e o conceito de "conhecimento", conceitos que devem ser considerados inseparáveis (Foucault, 1980). O discurso linguístico dominante na Galiza, tem sido escrito por instituições como a Junta da Galiza, a Real Academia Galega (RAG), e o Instituto da Língua Galega (ILGa), ao longo dos últimos 30 anos.

Nessa narrativa tenta-se convencer o falante, especialmente quanto que leitor, de que o galego é uma língua diferente do português. Analisar os motivos desta atitude que podíamos chamar de desviada do ponto de vista linguístico, fica fora do objetivo deste estudo. Trata-se de uma decisão política que nos afasta das ideias do galeguismo histórico, que pretendeu sempre a confluência, ou a fusão do galego com o português. Nesta linha a elaboração da escrita do galego vai tentar afastar-se ao máximo do português; porque se galego é diferente de português, é necessário que isso se veja na escrita. Portanto, independentemente de considerações históricas da língua e considerações acerca de qual era a ortografia mais adequada para representar as diversas falas, dado que a língua oral era a principal forma de língua que se tinha na Galiza, se escolheu uma ortografia que fosse diferente da do português; naturalmente se a ortografia escolhida fosse uma coincidente com a do padrão português, se estaria contradizendo a ideia central do discurso dentro do próprio discurso; que afirma que o galego é uma língua diferente do português.

Ora bem, este discurso criado e imposto desde as Instituições para que se aceite que o "galego" é uma língua diferente do "português", mostra-se incapaz de dar conta da totalidade das experiências dos falantes, quando descobrem como podem não apenas compreender português escrito, mas também falado, e por tanto o discurso não acaba nunca de coalhar. Com o passo do tempo este discurso vai-se fazendo mais poderoso, mas não consegue varrer da realidade linguística a insatisfação e o mal-estar nos diversos setores da sociedade galega, que veem negada a sua experiência real. Impõe-se apenas porque tem poder. Esse poder, a narrativa linguística que na Galiza, dita o que é e o que é não a língua, tenta-nos levar a aceitar como único conhecimento válido que o galego é uma língua diferente do português. E assim é como o reintegracionismo passa a ter que sobreviver nas margens do sistema. E quando falamos de poder temos necessariamente que falar de conhecimento porque são inseparáveis; se um domina uma área de conhecimento retém o poder sobre essa área; e também, se um tem o poder sobre uma área, controla o conhecimento nela, (Foucault, 1980). No campo da narrativa linguística na Galiza desde os poderes estabelecidos institucionalmente vai-se pedir a todo aquele que se expresse por escrito na nossa língua, que o faça usando a norma da Real Academia Galega.

Ora, como bem sabemos, quem retenha o poder sobre um domínio define também o conhecimento sobre esse domínio. Mas apesar destes esforços dos organismos de poder para impor o seu discurso, a cada vez mais pessoas se mostram insatisfeitas com ele, e as tentativas de criar um novo discurso desde o movimento reintegracionista vão ser constantes. Mas para que um discurso alternativo possa surgir tem que haver uma forma de conhecimento alternativo capaz de se erigir como tal conhecimento rendendo como ineficaz o conhecimento "unitário" para de explicar algumas questões importantes para o discurso linguístico. (Rousia, 2009).

Foucault sugere que será através da recuperação dos conhecimentos autónomos, que sobrevivem nas margens da sociedade e da sua união com os conhecimentos eruditos, que os

conhecimentos subjugados conseguirão a sua insurreição contra o efeito do conhecimento dominante que se acha vestido de "verdadeiro" com seu discurso institucional (Foucault, 1980). E quando isto acontecer aparece, uma história alternativa. O passo seguinte será o de atribuir significado a esse fenómeno que não pode ser explicado dentro do discurso dominante. Com a criação da AGLP, que é fruto dos esforços de todo o movimento reintegracionista ao longo de décadas, (Durão, 2008), os conhecimentos linguísticos que vinham sendo subjugados polo poder estabelecido, tanto os conhecimentos eruditos como os indígenas ou locais, passam a ser salientados de forma a não poder ser ignorados nunca mais. Portanto uma nova narrativa que satisfaça esta nova informação que agora a sociedade tem, faz-se imprescindível. Com a elaboração desse discurso fica patente que o discurso oficial não podia explicar algum aspeto essencial para a língua da Galiza.

Com a criação da AGLP consegue-se uma separação total do discurso unitário e dominante; não só se afirma que o "galego" não é diferente do "português", contradizendo a premissa central do discurso da RAG, senão que se afirma que se deve chamar "português", e nasce assim o novo discurso que derruba a unicidade do discurso dominante, ficando estabelecida a existência de uma narrativa.

A partir do momento em que o novo discurso se faz visível, o velho discurso perde a sua força, perde a sua qualidade de discurso único; isto é, a partir do momento em que um discurso alternativo que contradiz o discurso oficialmente estabelecido permeia o suficiente na sociedade, passamos a um período no que se pode dizer que ficamos sem paradigma que possa satisfazer a essa sociedade.

Isto acontece também nas teorias científicas, o que Kuhn denomina como mudança de paradigma (Kuhn, 1972). Aqui a AGLP, e o movimento reintegracionista em geral, têm o lavor de continuar a fazer visível a existência desse novo discurso e, se possível, ampliar a audiência a que chegar; mas nem o reintegracionismo, nem a AGLP, são já os únicos no "jogo" que consiste em atribuir significado a realidade, encaixando essa nova informação.

O que acontecerá a partir deste momento será o surgimento de discursos narrativos para tentar explicar esses novos dados. Ou seja, uma vez que a AGLP foi criada, e a essência do seu discurso, que podemos resumir com "galego igual a português", foi capaz de penetrar na sociedade, rendendo como ineficaz para explicar esse evento o discurso até então único, que afirmava justamente o contrário: "galego diferente de português", o que acontecerá será a aparição de novos discursos que tentem explicar o que acontece.

O que nunca em nenhum caso se vai passar, como já se afirmou, é que o novo discurso passe a substituir o velho.

4. APRESENTAÇÃO DOS DISCURSOS LINGUÍSTICOS SURGIDOS NA GALIZA DESDE A CRIAÇÃO DA AGLP EM 2008

Como eu já anunciara no meu estudo de 2009 (Rousia, 2009), desde a criação da AGLP têm aparecido diversos discursos que tratam de explicar esta nova realidade linguística na Galiza; dentro destes discursos temos uns que são explícitos, ou seja, textos escritos afirmando literalmente que galego e português são a mesma língua; e temos outros que fazem essa afirmação de forma tácita, discursos que, sem expressá-lo diretamente, permitem, porém, que isso seja intuído. Finalmente temos os acontecimentos práticos que sem fazer um discurso escrito explicito para definir a unidade da nossa língua, atuam afirmando implicitamente a premissa de que galego e português são uma mesma língua.

A função de todos estes discursos é a de catalogar e acomodar a nova informação que foi criada com o discurso da AGLP, que segue a ser mantido vivo e com força, tanto na sociedade como no âmbito internacional da nossa língua; esta presença de força do discurso da AGLP é imprescindível para que o processo de mudança na sociedade continue, mas este é já, como já foi dito, um processo que pertence ao contexto global da sociedade galega. Assistimos atualmente ao momento mais importante da mudança de modelo linguístico para a língua na Galiza, no que se está a produzir a geração de significado, é com esse fim que os novos discursos são criados, sejam os seus autores conscientes ou não de tal processo. Destes novos discursos e da sua

adequação e aceitação vai depender o caminho que tomem as futuras tendências linguísticas na Galiza.

5. DISCURSOS INTERMÉDIOS

Naturalmente não se vão incluir aqui, porque já foram amplamente apresentados, nem o velho discurso dominante, que mesmo que enfraquecido segue tendo a sua vida, nem o novo discurso da AGLP. O discurso da AGLP vai incrementando a sua força na medida em que os novos discursos surgidos se aproximam dele e se distanciam do velho discurso. Nove discursos vão ser apresentados; deles salientaremos aquelas partes que fazem referência a questões relacionadas com a nossa língua. Estes discursos não são a totalidade dos aparecidos desde outubro de 2008, quando se inaugurou a AGLP, mas são uma amostra bastante ampla deles, e são também representativos dos diversos setores da sociedade. Começaremos com os discursos mais diretos e explícitos para logo tratar dos indiretos ou implícitos.

5.1. DISCURSO 1

Aníbal ++: "*Afastar o galego do português foi um erro propiciado pola direita.*"

Este escritor galego com residência em Madrid, com uma obra literária muito extensa, e que recebeu os prémios Xerais e García Barros respondia numa entrevista com o jornalista Macos Useiro, no Xornal.com, com essa frase, em 16 do 10 de 2010. A entrevista tratava também doutros temas para além da língua e a ortografia, mas aqui transcreve-se apenas os que têm relevância para a língua. No contexto de falar do galego e sua inferioridade fronte ao castelhano na Galiza argumenta este escritor:

"*O galego tem três milhões de falantes potenciais, e o castelhano muitos milhões mais. O que se passa é que tivemos um erro político já há muitos anos fomentado pola direita,* ***que foi afastar o galego do português, que é a nossa língua****. Nós pertencemos a cultura galego-portuguesa. É dizer, o galego* (em referência ao modelo de galego RAG) *em si mesmo é uma criação. Quanto a medidas de discriminação creio que a superveniência de um alimento que só nasce entre três milhões de habitantes não deve ser mantida. É dizer, ou colhemos e nos fazemos portugueses – que seria a minha postura política - ou não há nada a fazer.*"

5.2. DISCURSO 2

O intercâmbio pendente: "O da ortografia distinta foi uma ótica castelhana para manter o galego afastado do português"

José Rodrigues dos Santos da Universidade de Évora, Portugal, respondia assim na sua entrevista com Montse Dopico, para o jornal Galicia Hoxe:

"*O português pode ser unha oportunidade para reforçar o galego fronte a pressão do castelhano. Assim o crê o antropólogo José Rodrigues dos Santos, investigador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, que ontem participou na Conferência Internacional de Tradição Oral de Ourense*."

- Falou de conservação e preservação das culturas orais. Pode aclarar as diferenças?

"*Conservamos algo quando o guardamos nos registos, memórias, arquivos. Mas preservar é fazer que a prática se mantenha viva. Se fosse a música de gaita, preservá-la-íamos criando escolas de gaiteiros...*

O legado da cultura oral preserva-se hoje de distintos jeitos: através da música folk, por exemplo. Aqui está a haver iniciativas nesse sentido... A noção principal que eu utilizei na minha intervenção é a de forma cultural. Formas culturais são a música, a dança, a língua...

Cada uma tem a sua estrutura própria, uma coletividade que é portadora dessa forma cultural e mecanismos de regulação que impedem que se torne noutra coisa. Esse é o perigo, o contágio, a contaminação. É o problema do galego com o castelhano, ou do francês do Québec com o inglês. Porque o que se passa é que se dão relações desequilibradas. O castelhano é o dono do espaço ibérico, domina o galego porque é mais forte, e então exerce um papel opressivo sobre o galego. Isso mesmo ocorre coa música: a que vem da tradição oral compete com o rock, o pop.... que é o que mais se escuta nos media. O francês do Québec pode apoiar-se na referência da França, e o galego poderia fazer o mesmo com o português"

- Como poderia, então, o galego apoiar-se no português?

"Há uma historia linguística comum, o português é filho do galego, ainda que eu prefiro falar de galego-português. Há várias estratégias. Primeiro, que a Galiza entrasse na comunidade de países de língua portuguesa. E que houvesse mais intercambio cultural."

- Já há intentos disto: projetos conjuntos como o Filminho, e associações que trabalham nesse sentido: AGAL, AGLP, o grupo Galabra..., mas também há receios. Por quê?

"Eu penso que o problema são os estados espanhol e o português. Mas é um problema do curto prazo. Poderiam fazer-se intercâmbios de estudantes... é necessário criar um sentimento de comunidade linguística. Seria bom que houvesse estâncias linguísticas em Portugal. O galego está isolado e seria um jeito de reforçá-lo.

Eu observo que aos galegos lhes saem expressões como bueno.... Tampouco estão justificadas muitas das diferenças ortográficas. O galego teria que manter formas próprias, pero eu penso que deveria integrar-se no acordo ortográfico luso-brasileiro... O da ortografia distinta foi unha ótica castelhana para manter o galego afastado do português."

- Que lhe parece o projeto de 'Ponte nas Ondas' de promover o património imaterial comum para a sua declaração como património da Humanidade pola Unesco?

"Que nunca vai ir adiante porque a Unesco sempre escolhe coisas mais concretas. O património imaterial é um conceito muito amplo. A música poderia passar, ou a língua, pero o Estado espanhol nunca vai propor o galego para isso, eu acredito."

- Que traços comparte essa cultura oral comum?

"Encontramos os mesmos contos dos dois lados, a mesma poesia popular...

Teria que haver uma cátedra de literatura galego-portuguesa. Seria um jeito de prestigiar o galego, pois o problema é que foi tradicionalmente uma língua de pobres, de labregos, ao contrário do castelhano, que tem uma burguesia que o apoia.

Os galegos poderiam fazer seu o património da língua portuguesa: considerar sua a música ou a literatura em português. Para isso, os portugueses também têm que abandonar a ideia de que são os proprietários do português, igual que pensam os franceses do francês"

5.3. DISCURSO 3

"Ainda hoje a projeção exterior da cultura galega passa pola intermediação dos cenáculos madrilenos, onde está o poder" Vítor Freixanes, escritor, intelectual galego e diretor da Editorial Galáxia, **15,11,2010, entrevistado por Xurxo Fernandez, para o jornal Galicia Hoxe, afirma:**

"A língua galega tem identidade de seu, muito fundamentalmente porque a língua é a consciência que os falantes têm dela. A língua é um espaço no mundo: espaço de identidade, no que nos reconhecemos. Mal assunto se nos despojámos dos falantes, que a vivificam decote e som a razão da sua existência. Mais também é certo que o galego forma parte duma grande irmandade: galego-luso-brasileira, que mesmo inclui as nações ou territórios de África que falam este idioma, ou variantes destas falas. Há que aprofundar nessa relação, entre outros argumentos porque nos resulta útil (também economicamente), porque amplia o nosso espaço objetivo de relação, mas tendo em conta a primeira parte desta resposta: a língua tem que ser reconhecida como tal polo conjunto da sociedade galega, não por um grupinho de especialistas mais ou menos expelidos. A língua não se produz nem se desenvolve num tubo de ensaio, senão na dialética do grupo social que a fala."

5.4. DISCURSO 4

Intervenção de Henrique Monteagudo no FestLatino de Lisboa, 27 abril de 2010.

Este discurso é feito em nome do Conselho da Cultura Galega, e nele o Professor da Universidade de Santiago de Compostela e Académico RAG (embora nessa altura ainda não fora proclamado) começa com uma análise do nascimento da nossa língua, o que ele denomina:

"...comunalidade de origem do galego e do português atuais, e que dá uma posição determinada ao galego e à Galiza na história da língua portuguesa. Uma posição que ainda não está corretamente refletida, ao meu entender, no relato canónico dessa história e menos ainda no imaginário cultural dos povos de expressão portuguesa."

A continuação Monteagudo abordou a divergência no caminhar desta língua comum, que chega ao momento atual no que começou a...

"desenhar-se um horizonte de futuro, o processo de recuperação da plena normalidade social e cultural para o galego se devia apoiar no português e devia orientar-se no sentido de ***uma progressiva integração da Galiza na ampla rede de comunidades culturais de expressão portuguesa".***

Finalmente o seu discurso progride em relação às aspirações e às iniciativas para um estreitamento de contactos culturais, humanos e de todo tipo, da Galiza com os países de expressão portuguesa em tempos mais recentes e para o futuro. Neste sentido, Monteagudo salienta que se deveria fazer menos ênfase nos aspetos puramente ortográficos ou formais da língua e se deveria intentar procurar uma abordagem mais compreensiva...

"um pouco na linha do que antes dizia a professora Isabel Pires de Lima, de pôr a ênfase nos 'contidos', e levantar um pouco a ênfase nos aspetos formais. Uma abordagem que julgamos que pode ser mais frutífera e não privilegiando a perspetiva filológica que se tem revelado escassamente produtiva ao nosso entender. E com esse espírito de colaboração ativa e construtiva no horizonte de um maior conhecimento e reconhecimento mútuo das distintas e ricas culturas que constituem o ***nosso património espiritual comum****, que nos apresentamos aqui oferecendo da nossa parte às entidades e organismos destas culturas de* ***expressão portuguesa*** *toda a nossa boa vontade, o nosso muito ou pouco saber e as nossas possibilidades para difundi-las na Galiza."*

5.5. DISCURSO 5

O Bloco Nacionalista Galego (BNG) e o Bloco de Esquerdas de Portugal comparecem juntos no Parlamento Galego em data de 18 de janeiro de 2011 para promover a receção da RTP na Galiza, e para solicitar do Governo Galego a implantação do ensino de português nos centros de ensino na Galiza.

O discurso de Bieito Lobeira em representação do BNG, é uma novidade, já que representa o apoio explícito deste partido, o mais importante no seio do nacionalismo galego, para o reintegracionismo. Resumo dos discursos de Bieito Lobeira e de Catarina Martins:

Bieito Lobeira:

"Um idioma, um sistema linguístico que falam 220 milhões de pessoas no mundo... Entender a reintegração linguística no espaço comum galego-português como um fator do nosso idioma, a que lhe atribuímos utilidade universal, mas também como elemento de desenvolvimento económico e social da Galiza... O feito de nos achegar à lusofonia, ao galego-português, vai-nos enriquecer culturalmente, linguisticamente, mas também economicamente, do ponto de vista económico, comercial ou laboral. Abre novos caminhos".

Catarina Martins:

"Os direitos culturais das várias nações da Europa são essenciais … Partilhamos, Portugal e a Galiza, um mesmo espaço cultural e linguístico, o espaço do galego-português …. Partilhamos um mesmo sistema linguístico …. Sabemos bem que a televisão é hoje um dos instrumentos mais importantes de afirmação da cultura e da língua … Esta ligação entre Norte [de Portugal] e a Galiza é uma reivindicação da Galiza, mas é também uma necessidade de Portugal, da Região Norte, de afirmação cultural, e de desenvolvimento".

5.6. DISCURSO 6

A presidenta do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, entrevista-se com o Conselheiro de Educação do Governo Galego e assina um convénio de colaboração com o Conselho da Cultura Galega, 11,11,2010.

A presidente do Instituto Camões Ana Paula Laborinho, assinou com o presidente do Conselho da Cultura Galega (CCG), Ramón Villares, um convénio de colaboração que, sem estabelecer atuações concretas para já, representa uma "amostra da colaboração" entre estas instituições para "a promoção exterior da cultura galega", que "forma parte historicamente da cultura expressada em língua portuguesa", as palavras entre aspas são de Ramón Villares. Trata-se, pois, de um interesse mútuo de divulgação da cultura galega tanto em Portugal

como no Brasil, e lá onde o Instituto Camões conseguir chegar, e da promoção da cultura Portuguesa na Galiza. Ana Paula Laborinho celebrou este acordo, que permitirá a "aproximação destas duas culturas". "*São moitas as culturas de expressão portuguesa, e esta aproximação permitirá fazer mais ricas essas culturas*", entre aspas as palavras literais de Laborinho.

Na linha destas ações o conselheiro de Educação, Jesus Vázquez, aposta por introduzir o português no ensino galego através duma matéria optativa como língua estrangeira. Esse foi outro dos temas que a presidente do Instituo Camões, Ana Paula Laborinho, tratou na sua viagem a Compostela. Ao esse encontro, dirigido a trabalhar no estabelecimento de mecanismos de colaboração em matéria de atividades de formação e promoção da língua portuguesa, assistiram também o secretario geral de Política Linguística, Anxo Lorenzo; o representante do Instituto Camões na Galiza, Samuel Rego, e a conselheira de Educação da Embaixada portuguesa na Espanha, Filipa Maria Paula Soares. Entre os objetivos deste encontro, figura também que o departamento de Jesús Vázquez reconheça as atividades de formação permanente do professorado do Instituto Camões.

5.7. DISCURSO 7

As centrais sindicais galegas solicitam que a língua portuguesa seja oferecida como segunda língua estrangeira nas escolas galegas. Publicado em O Xornal.com 17 de dezembro de 2010. Os sindicatos CIG-Ensino, FE-CC OO, FETE-UGT, ANPE, STEG, CSIF e CNT uniram-se para apresentar no Registo Central da Junta da Galiza um escrito ao Diretor Geral de Educação no que reclamam um novo impulso à docência de língua portuguesa na Galiza.

"A língua portuguesa é falada no mundo por mais de 200 milhões de pessoas e Galiza tem uma vantagem competitiva nesta área a respeito do resto de autonomias", portanto, os sete sindicatos demandam "uma correta e normativa implementação da especialização do ensino do português... No seu argumentário, as centrais destacam o aumento da demanda do ensino do português, a deficiência dos serviços para esta docência, a necessidade de potenciar os estudos desta língua ou o mandato que a Carta europeia de línguas regionais e minoritárias lhe dá aos Estados sobre o ensino de idiomas..."

Segundo os assinantes, a implantação do português...

"seria a forma de concretizar a potencialidade do galego, já que ao estudar unha língua próxima e útil dar-se-ia visibilidade e competitividade à sociedade galega aumentando a sua capacidade de comunicação efetiva e significativa com um grande número de países e falantes do mundo. Abriria muitas novas portas e daria novas perspetivas económico-produtivas á nossa comunidade".

5.8. DISCURSO 8

Unidade de Comunicação Cientifica do CEER

A esta instituição estão associadas as três universidades galegas, a de Santiago, a de Corunha e a de Vigo e as universidades portuguesas de Porto, Minho, e Trás-os-Montes, e alguns outros centros de investigação.

A divulgação científica na Eurorregião Galiza-Norte de Portugal, como podemos ver na sua página web, leva implícita a aceitação de que galego e português são a mesma língua. Os diversos apartados desta página web, e as notícias que nela aparecem, estão escritas numa normativa ortográfica ou outra dependendo do país de origem de quem escreva; as escritas por portugueses estão em norma padrão português, quanto que as escritas por galegos estão maioritariamente escritas em norma RAG. E os usurários que estão cadastrados recebem todas as notícias diretamente, afirmando, pois, na prática a intercompreensão e a legibilidade absoluta das duas variantes da língua.

5.9. DISCURSO 9

Abertura de um Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta de Lisboa em Rianjo, janeiro de 2011.

O dia 24 de janeiro, às 13h00, no Salão de Plenos da Câmara Municipal de Rianjo, o seu Presidente, Pedro Piñeiro Hermida assinou um protocolo de colaboração com o Reitor da UAb, Carlos Reis, polo

qual a entidade universitária vai instalar um Centro Local de Aprendizagem (CLA) nesta vila galega, o que vem a representar a primeira instituição deste teor que se erige fora de território português.

O ato foi inaugurado pola autoridade municipal que, em presença de representantes da vida política, cultural e económica, mostrou a sua satisfação por a prestigiosa entidade universitária se projetar a toda a Galiza desde o concelho que preside.

A seguir interveio o professor doutor Carlos Reis que começou afirmando que se sentia em casa e que o regozijava estar na vila onde nascera Castelão que, para as pessoas da sua geração, era a porta de entrada da Galiza cultural moderna. Durante a sua intervenção Carlos Reis agradeceu a presença dos "seus amigos" da Academia Galega da Língua Portuguesa e, a seguir, citou Ernesto Guerra da Cal, seu mestre em estudos queirosianos. Para o professor, não se trata do primeiro centro no estrangeiro, mas “para cá do Rio Minho”. Os cursos que vai oferecer serão acessíveis, de todos os pontos de vista, aos galegos e às galegas. O ensino a distância, em seu parecer, é altamente sofisticado e deixou ser a porta traseira de acesso ao ensino superior. Aqueles que na Galiza procurarem os serviços da UAb estarão em casa própria. A Academia Galega da Língua Portuguesa esteve representada no ato pelo seu presidente, o catedrático José-Martinho Montero Santalha. Estiveram também em representação da academia Concha Rousia, Joám Trilho e Isabel Rei. Ainda, o académico Valentim R. Fagim assistiu ao evento em representação da Associação Galega da Língua e Alexandre Banhos, sócio da Pró Academia, esteve em representação da Fundaçom Meendinho. Os discursos feitos nesta celebração foram realizados nas variantes linguísticas de cada um dos oradores, o mesmo que os documentos assinados, afirmando-se deste jeito que se trata de uma mesma língua com suas variedades.

6. CONCLUSÃO

Estes nove discursos são intentos da sociedade galega, através de suas instituições, de atribuir significado à nova realidade linguística na Galiza, explicar os novos dados. A sociedade vai ir provando estes novos discursos e vai ir aceitando-os ou rejeitando-os dependendo de multitude de fatores. Um desses fatores vai ser, quem é que escreve esses novos discursos.

O mesmo discurso, com as mesmas palavras, vai ter maior ou menor aceitação dependendo de quem o defenda. Também vai ser importante o seguimento, o que acontecer logo destas primeiras afirmações, mas esse será o passo seguinte, ver quais discursos tiveram mais efeito na sociedade, isto vai necessitar um período de tempo mais amplo.

A AGLP vai ter que continuar a manter vivo, e com força, o seu discurso para que esses novos que surjam, se propaguem e permeiem nas distintas capas da sociedade. Na medida em que a AGLP se fortaleça, tanto na Galiza como na Lusofonia, maior será a força e capacidade de triunfar dos novos discursos que se assemelhem ao discurso desta Academia.

De aqui em diante se esses novos discursos surgidos passam a ser aceites polas estruturas de poder nas instituições galegas, então o modelo reintegracionista se irá fortalecendo, irá aumentando o seu poder na sociedade galega, e, portanto, também a sua responsabilidade na questão da língua na Galiza. Quantas mais pessoas, setores da sociedade galega, e outros organismos internacionais se envolvam na defesa deste modelo de língua, mas poder vai ir adquirindo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chafe, W. (1985). Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In D. R.

Durão, C. (2008). *Síntese do reintegracionismo contemporâneo*: *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa.* Santiago de Compostela: Tórculo Artes Gráficas.

Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings.* Nova Iorque: Pantheon Books.

Khun, T. (1972). *Structure of the scientific revolutions. Seg. Ed. Chicago: University of Chicago Press.*

Rousia, C. 2009. *Mudança de Narrativa Linguística*: *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa.* Santiago de Compostela: Tórculo Artes Gráficas.

Stubbs, M. (1980). *Language and literacy: The socialinguistics of reading and writing*. London: Routledge, Kegan, Paul.

White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to Therapeutic Ends*. New York – London: W.W. Norton & Company.

8. EDMA SATAR, INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DE LISBOA/MOÇAMBIQUE, ESATAR@HOTMAIL.COM

TEMA 3.6. UM "BRANCO" EM TERRAS MOÇAMBICANAS, EDMA SATAR, UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL, MOÇAMBIQUE

Mais do que uma homenagem contra o esquecimento, neste *XVº Colóquio da Lusofonia* em terras bem distantes do palco, no qual se desenrolam os acontecimentos descritos nesta obra, pretendo dar a conhecer um escritor que deve ser desconhecido para muitos. Não se integra no rol dos escritores portugueses nem nos mais badalados moçambicanos e, da sua autoria, conhecem-se apenas dois livros. Os acontecimentos, enquadrados num realismo que ultrapassam as caraterísticas deste movimento literário, têm como pano de fundo a Zambézia, uma das províncias mais ricas de Moçambique.

A sua descrição é de tal forma realista, que considera as coisas como são e, a tal ponto, que não esconde os nomes dos personagens, nem os lugares são fictícios. A fiel imitação das narrações dos factos não esquece o pormenor da data nem da hora, numa relação mimética entre os personagens e os cenários da pequena Nicoadala, vila situada a vinte quilómetros da capital. Que o ateste quem lê a descrição da traição da mulher do Muanavila, "pequena" do Fortunato, o assalto da "pretalhada" à loja deste desafortunado amante e a visita da mulher ao "macangueiro".

A. Lopes Marques era um português da "metrópole" que escolheu a terra moçambicana para trabalhar e onde se sentia bem, longe das lembranças da bomba lançada pelo seu pai em terras do Barreiro. Nessa terra, onde a palavra "política" ganhou sentido na "liberdade" que encontrava na casa de Nunes, e onde o grupo de camaradas se reunia sem medo, a favor da oposição. Afinal, ali não havia apenas colonialistas, mas homens que adotaram as terras africanas como suas.

[20] O ruído dos tiros da espingarda, p.265.

Descritores: Literatura, Literatura portuguesa, Língua portuguesa, Literatura africana, Língua Chuabo / Etchwabo.

1 ENQUADRAMENTO LITERÁRIO DA OBRA

As descrições desta narrativa intitulada "O feitiço do branco" enquadram-se no movimento literário caraterizado por "realismo". Desprovido de qualquer romantismo, o conteúdo deste "romance" foge às cenas idealizadas ou romanceadas, que tocam os contornos do naturalismo, com paisagens observadas na situação real. Na verdade, Lopes Marques vê objetivamente o que se passa à sua volta e observa com frieza cada reação dos fatos humanos vividos e dos acontecimentos nos meios e ambientes naturais, sociais e políticos.

O realismo que o Reis acrescentou à descrição do tiroteio entre o enfermeiro e o Cesário, "*Peh… pah……*"[20] é prova disso.

2
2.1. CENÁRIOS

Para além de os principais fatos narrados decorrerem na pequena vila de Nicoadala, vários outros cenários embelezam as narrações dos acontecimentos passados na casa ou na cantina do Fortunato e na serração, outros pequenos cenários, tais como a salina, o hospital, a taberna do "monhé", e as paisagens, são descritos com pormenor.

A descrição da ampla paisagem que os protagonistas gostavam de admirar ao fim da tarde, quando regressavam do passeio domingueiro, o coqueiral abrindo-se no horizonte, as plantações de chá do Gurué e de Milange, as acácias floridas, o mar de plantas de cana-de-açúcar, enriquecem a obra e obriga a uma recordação grata para os que reconhecem aqueles lugares. As plantações de arroz, qual seara de ouro a estender-se ao longo das duas margens da estrada que liga Quelimane a Nicoadala.

Essa terra que antigamente era de penúria, daí o significado "morro de fome", é atualmente a fornecedora de produtos frutícolas e onde se encontram as melhores laranjas, tangerinas e suculentos ananases! Assim como Nhamacata que significa "carne" levada num recipiente de barro preto. O mato verdejante de Mopeia a Morrumbala, Maganja da Costa e Pebane, onde os caçadores se perdiam na caça ao "palave" e enfrentavam algum leão que se lhes cruzasse no caminho, que os obrigava a puxar pela espingarda, muitas vezes com a ajuda da zagaia de algum machileiro.

Finalmente, o Clube onde se reuniam para jogar à canasta, onde as peneirentas, que tanto enjoavam a Clotilde, aproveitavam para mostrar os seus vestidos novos, e onde se refugiavam no tempo do calor e das chuvas de dezembro! Chuva, que era também abençoada como seiva necessária, para que o capim e os caniços da cana-de-açúcar voltassem a verdejar.

2.2. PERSONAGENS

Como em todos os romances, existem personagens principais, secundários ou meros figurantes que preenchem os espaços da narração. Fortunato, o cantineiro forte que os negros acreditavam ter feitiço no corpo, por ter conseguido vencer uma tentativa de assassínio, é o personagem principal. A Clotilde, filha do protagonista, educada em colégio de freiras, que sofria calada as traições do seu marido Cesário, sofrimento que a levava a procurar alívio e apoio nas madres que tanto a queriam.

A Madre Luísa, a Madre Purificação e esse Alguém a quem se dirigia constantemente, quando apelava à Sua bondade e tolerância para os pecados da cidade. A Sufiana, negra bonita que trazia Fortunato às voltas, por quem ganhara a alcunha de "tadúa muzungo"[21] . O Dualina, que não entendia porque Fortunato andava sempre no encalce da negra, "*porque é que branco quere mulher de preto*"![22] O macangueiro que socorria os aflitos que o procuravam e que preparara a poção que curara o Muanavila.

As brasileiras que, chegadas para divertir a cidade num *show* de revista se comportaram de modo tão leviano e louco. Não fora o mergulho de um dos presentes que tirara a Aracy de dentro do rio, para onde caíra às três horas da manhã, ter-se-ia afundado no Licuar. Mergulho que, depois de salva, foi classificado de "bobaje"[23], naquela noitada da "caipira" e "sucúri". Não falta, nesta obra, o triângulo amoroso.

O Cesário, marido de Clotilde, que andava feito com a Leopoldina, noiva e mais tarde mulher do enfermeiro Colaço, o Fernando com a Angelina, casada com o Pascoal, de quem tinha duas filhas. Um brutamontes que fazia levantar murmúrios por toda a cidade, por passar o tempo com mulheres e cerveja, a ponto de gastar todo o dinheiro que não chegava para a família.

2.3. AÇÕES

As ações que dão vida às descrições desta narrativa estão relacionadas com o assalto dos negros à cantina do Fortunato, a traição e vingança do Muanavila ao desafortunado, a permanência e restabelecimento deste no hospital, após o tremendo acidente. A visita de Sufina ao feiticeiro e a experiência que este fizera com o gato. "*Aquela manobra do gato nunca falhava (…) e se o gato morresse, havia de ser verdade tudo quanto saíra da boca dele*"[24]. O macangueiro não falhava! O esconderijo de Muanavila na machamba, a fugir dos cipaios. O vulto que ele vira por detrás de uma moita de espinheiras.

As duas ensinadelas ao Cesário, a primeira, quando do ataque do enfermeiro que, pela calada da noite rondava a casa para se encontrar com a Leopoldina. Quando sentindo-se "atingido por uma pancada brutal em plena cara, o deixou entontecido e o fez cambalear"[25]. Pobre

[21] Tradução da expressão regional ["branco maluco"].
[22] p. 108.
[23] Bobagem. Termo brasileiro que significa disparate, tolice, p. 182.
[24] p. 221.
[25] p. 231.

Cesário! Embora tivesse dado troco vingado ao enfermeiro espezinhando-o vertiginosamente, o tiro que levara no palmar, junto à casa do marido da amante fazia-o lembrar que não devia meter-se com ele.

A morte dos dois filhos de Cesário, o da amante e o da mulher, ainda por nascer! Que desgraça! Desgraça que levara o Cesário *"oito dias e oito noites de constante fervilhar"*[26], e que o levara a admitir: *"resigna-te"! "só tu és o culpado"*[27]. Mas, apesar disso, o seu íntimo reconhecia que "*ele era o pai que fora mutilado também (…)* e *era "o marido a quem competia abeirar-se da mulher, sofrer com ela, reconfortá-la* (…)"[28].

Restava-lhe voltar à tarimba de solteiro e esquecer o passado. Tinha que olhar em frente para a nova África que se "*vai vestindo, alindando e arrebicando maneiras*"[29], a compasso dos escândalos da produção do arroz e das questões políticas.

O resto tinha sido "*bebedeira de África*"! [30] que, apesar dos infortúnios e dos desgostos, tivera um final feliz. Para fechar o cenário das frivolidades, não faltou o arrojo político no encontro dos camaradas em casa do Nunes, no Torrone, para a tão desejada reunião da Oposição, que o Rama preparara com "*lágrimas nos olhos*"[31] e "*um viva ao valente que desafiava a tirania*", numa *"tremenda ovação"*[32].

Assim se viu o Fortunato metido na Política, ele que nada conhecia da Constituição e se indagava, afinal, "*O que era isso dos vexames ao Artigo 8º*", "o que era isso do Consenso Público", "*o que era isso dos Cadernos Eleitorais*"?[33]. Agora, o Fortunato já podia fazer política à vontade, sem medo…

2.4. CONTORNOS SOCIOPOLÍTICOS

Encontramos nesta obra expressões que nos parecem chocantes no modo como são identificados os personagens consoante a sua etnia, tais como branco, indiano, mulato, e negro, todas elas eivadas de grande conotação racista.

Excluindo a designação suave de "o muzungo" como que a respeitar as "intenções do branco", as outras expressões são sempre acompanhadas com um sentimento, às vezes, indefinível. Mas, não deixam de ilustrar a estratificação social moçambicana, fruto do sistema político-social de então.

O início do primeiro capítulo descreve a perda da mulher de Fortunato, num misto de raiva e dor, cujas causas ligadas às condições climáticas e ambientais, o calor e os mosquitos, se junta a causa pior, "o negro"[34]. "Raça de negros" que me tiram anos de vida, "mulato de uma figa" que por cima é safardana e burro, a tasca do "monhé" onde se juntavam para beber uma loirinha e comer mariscos, são outras expressões das identificações sociais.

Estas designações caraterizam a estrutura social do país, onde o lugar do negro correspondia ao estrato mais baixo. Esta realidade da estratificação verifica-se ainda hoje em Moçambique, mas de forma inversa, pois o negro tomou o lugar do branco, como é natural.

Estas referências, enquadradas no sistema da época, estavam longe de serem ofensivas e desprezíveis, se atendermos a outros factos como o que protagonista expressa, ao encontrar no Chiposse" um negro fiel, a quem quero como a um irmão"[35], o preto como leal, amigo e irmão, ou mesmo o sentimento que demonstra o seu fraquinho pela negra Sufiana, que fazia o Dualina perguntar-se, sem encontrar respostas, "*porque é que um branco quere mulher de preto, (…) se o branco tem comida de branco, tem casa de branco, tem roupa de*

[26] p. 278.
[27] Ibidem.
[28] ib.
[29] p. 282.
[30] p. 283
[31] p. 236.
[32] p 237.
[33] p. 236.
[34] p. 7.
[35] p. 211.

branco, e tem mulher de branco"![36], porque é que aquele branco que tinha feitiço no corpo queria uma preta que vivia numa casa maticada e vestia capulana?!.

3. RIQUEZA LEXICAL

O texto está impregnado de grande riqueza lexical, com vocábulos de língua portuguesa e de língua regional. Muitos dos termos portugueses apresentam uma grafia diferente, quer devido a erros ortográficos ou mesmo por terem sofrido uma alteração espaciotemporal.

Algumas expressões do texto merecem tradução, por exemplo, "Mio dinotucula murrobué paká"[37], ou "ueio uloga, mokuka muéne"[38].

3.1. VOCÁBULOS DO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

Como vocábulos da língua regional apresentamos alguns exemplos, cujas definições podem ser consultadas na Lexicopédia Contrastiva da Língua Portuguesa[39]:

Balalaika (balalaica) (s. f.) - peça de vestuário masculino, constituído por calções e camisa de manga curta, em geral em tons de cinzento ou caqui.

Boçal (adi.) – ignorante; grosseiro; estúpido

Capinar (v.) – retirar o capim

Capulana (s. f.) – peça de roupa feminina, constituída por um pano enrolado em todo o corpo ou apenas na parte inferior do corpo e segurado pelas ancas.

Chibante (adi.) – enfeitada; bem vestida; bem arranjada

Cipaio (s. m.) – agente da polícia regional

Fazer "à-jour" (v.) – fazer uma espécie de renda em volta de uma toalha de mesa ou um lençol

Macangueiro (s. m.) - feiticeiro; curandeiro

Machamba (s. f.) – terreno de cultivo

Machileiro (s. m.) – empregado que carregava a machila, espécie de liteira usada nos anos quarenta e cinquenta. Atualmente designa o trabalhador acompanhante e encarregado de carregar e descarregar a carrinha ou o camião.

Mainato (s. m.) – empregado doméstico encarregado de passar a roupa

Mata-bicho (s. m.) – primeira refeição da manhã, a garfo e faca

Matabicho (s. m.) - gorjeta

Mataca (s. f.) – terra (areia) amassada com água

Matope (s. m.) – terra (areia) muito molhada

Monhé (s. m.) – designação pejorativa aos indianos, que significa "senhor", numa das línguas regionais da Índia

Peneirenta (adi.) – vaidosa; pedante; convencido; presunçoso

Quinhenta (uma) – moeda antiga portuguesa que valia cinquenta centavos

Saguate (s. m.) - gorjeta

Samaçoa (s. m.) – a figura mais idosa e com mais poder num regulado

Sarna (s f.) – doença da pele causada pela falta de higiene

Temba (s. f.) – zona habitacional dos negros

Zagaia (s. f.) – arma de caça semelhante a uma lança

3.2. VOCÁBULOS DA LÍNGUA REGIONAL CHUABO

Bia – panela (s. f.)

Budu – saco (s. m.)

Dila – pequeno (adi.)

Luane – pedaço de terra para cultivar produtos hortícolas, em geral, com uma casa rural (palhota) (s. f.)

Macubar – folha de palmeira seca (s. m.)

Maningue – muito (adi.)

Milando – zaragata; discussão (s. f.)

[36] p. 108.

[37] Tradução da língua regional para o português ["eu levei o remédio do gato"], p. 221.

[38] Tradução da expressão em língua regional para o português: ["você disse (que ele) bebia "], p. 223

[39] Pereira, Luciano; Satar, Edma, coord (2007) – Lexicopédia Contrastiva da Língua Portuguesa, http//: www.diciopedia.org.

Muana Mutchuabo/Mwana N'chwabo – filho de Quelimane; filho da Zambézia
Munge (peixe) – peixe-pedra (s. m.)
Murrobué – remédio (s m.)
Muzungo – senhor (referido a "branco") (s. m.)
Namedorro – pássaro africano (s. m.)
Nharrugué – leão (s. m.)
Nhumba/Numba – casa maticada (palhota) (s. f.)
Nipa – bebida feita com arroz moído e água, depois de fermentada (s. f.)
Oova – medo (s. m.)
Ovanéne – aqui mesmo! (interj.)
Palave – animal selvagem da família da gazela (s. m.)
Kizumba (s. f.) - hiena
Tadúa – maluco; louco (adi.)
Tomondo – traseiro (s. m.)

3.3. ACORDO ORTOGRÁFICO

Os vocábulos que aparecem com a grafia diferente podem ser fruto de erros próprios de quem não possui muita instrução ou mesmo da forma de escrita fora de uso, como podemos constatar nos exemplos que se seguem:

Alfim, (adv. tempo) - no fim
Alquilador (s.m.) – alugador
Assentuar (v.) – acentuar (p. 177)
Consumição (s. f.) – consumação
Despreso (adi.) – desprezo
Falazar (s. m.) – falar sem nexo, atabalhoadamente.
Fortalhaz (s. m.) – fortalhaço
Paresser (paressessem) (v.) – parecer
Quere (v.) – quer (querer)
Restoiçar (retoiçar) (v.) – divertir-se brincando
Surpreza (surpresa) (s. f.) – admiração

4. CONCLUSÃO

Para um indivíduo branco deslocar-se para terras distantes e desconhecidas significava, na época, mais do que uma aventura, a que não podia esquivar-se, já que não podia suportar mais a situação política da "metrópole" por um lado, e a esperança de uma vida melhor, por outro. Vencida a primeira impressão da terra, os mosquitos, o calor, os negros, o protagonista foi-se acostumando ao ramerrame do trabalho naquela pequena cidade de Quelimane que ele via crescer, bem pertinho daquela Nicoadala, onde decidira assentar arraiais!

Protagonista em cenas que ora o faziam sentir-se infeliz ora contente consigo próprio pelo trabalho que desenvolvera naquela terra e lhe dera dinheiro, o Fortunado representa o grupo de portugueses que deixaram para trás uma vida de sacrifício que não lhes trazia muitas alegrias, no continente europeu, para enfrentarem uma vida dura de más condições, mas com trabalho que os enriqueceram e dignificaram.

Aos poucos, foram-se adaptando no convívio do grupo de portugueses que, às vezes, matavam saudades da terrinha com vinho, ginjinha, chouriço, cervejinha, as febras… Mas nada que os levasse a trocar o convívio com a carilada, o frango à cafreal, as chamuças, as mangas, as rodelinhas louras de ananás, as tangerinas, o coco e os passeios ao longo dos palmeirais e dos arrozais.

Dizia-se que, quem bebesse água de coco já não regressaria à terrinha. Ali, sim! Tinha-lhes sido também dada oportunidade para viajarem pela selva, pelo mato verdejante, pelo capim seco, ou desfrutarem da sombra dos mangueirais. Apesar de todas as desgraças que teve de enfrentar, tudo lhe fora grato. Em África, era assim!

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Marques, A. Lopes (s.d.) – *O feitiço do branco: (tadúa muzungo).* Romance de África. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola. – (Coleção Ultramar;1)

Academia das Ciências de Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian (2001) – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.* Com o apoio do Ministério da Educação e do Instituto Camões. Lisboa: Editorial Verbo.

9. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR, VANCOUVER, CANADÁ

.

TEMA 3.5. LITERATURA AÇORIANA CONTEMPORÂNEA, A RUA DAS GAIVOTAS, EDUARDO BETTENCOURT PINTO, VANCOUVER, CANADÁ

Organizar a Antologia *Os Nove Rumores do Mar* foi um privilégio e uma homenagem aos Açores. Terra da minha mãe, andou sempre comigo mesmo nos meus dias africano.

A sua voz vinha das ilhas com o seu vincado timbre micaelense, e que me levava com frequência a imagens antigas – às casas da minha avó Irene na Rua da Vila Nova, à dos meus tios Veneranda e Guilherme na Rua de Lisboa, ao sombrio e etéreo Campo de S. Francisco e à transcendência do mar. Mas foi na poesia que toda essa carga simbólica repercutiu num imenso e harmónico cenário. Aprendi que uma antologia é uma mesa de convívio e de nutrição da alma, e que nas suas páginas ressoa o canto, o chão de um povo e as suas mais elevadas palavras.

A RUA DAS GAIVOTAS, EDUARDO BETTENCOURT PINTO

Hoje é o último dia de setembro. O sol, fraco, esvoaça como uma grinalda na tarde que termina. Esta cadeira, que alberga o corpo deste homem sentado na sua ausência, põe-no defronte da janela, de vidros duplos, pois este clima não contemporiza com ninguém. O outono chega aqui já cheio de navalhas. Tenho-a fechada aos sons do quintal: ao rumor dos pinheiros, que amo como se fossem meus filhos, e aos pássaros, evadindo-se ao frio que se aproxima. Esperá-los-ei em abril, como sempre. É nessa altura que Beethoven nasce no meu jardim. Soterrado nas dunas da distância, e neste computador, poema a poema foi crescendo a Antologia *Os nove rumores do mar*. Não há trabalho mais ingrato e solidão maior que passar incontáveis dias juntando palavras. Mas existe uma dignidade única, elevando-se da silenciosa voz dos nossos dedos, esses instrumentos de ternura e raiva que despertam, de quase nada, um sortilégio de ressonâncias.

Ainda muito novo já privilegiava a ideia de um lugar, um ponto geográfico, mátria que fosse também templo mítico de permanente regresso emocional. Para mim, que desde os quatro anos de idade tenho atravessado a vida com uma mochila de memórias e vivências às costas, nos últimos anos mais sedentária nesta terra canadiana de Pitt Meadows, as errâncias, cíclicas, têm-me permitido reter um caudal de experiências novas, e, através delas, um aprendizado vivificante e um enormíssimo somatório de afetos. Trago no sangue o mar dos Açores e as oliveiras de Verride. No espírito, a transcendência de África. Há um orgulho superlativo nestas afinidades e vivências telúricas, indissociável do meu subconsciente e da minha empatia. Não pretendo com isto esconder-me numa clareira semântica com saída labiríntica para lugar algum, como se fosse mero estratagema para requisitar os serviços beneméritos de um decifrador de enigmas. Quero antes salientar as minhas influências culturais e o porquê de uma antologia açoriana organizada por mim.

Comecei a escrever poesia na Rodésia, tardio ia já o ano de 1975. No papel, amargas linhas confessionais traduziam em palavras tímidas o meu alvoroço e a minha insatisfação perante a catástrofe angolana — a guerra, a destruição da alma do país e o desmembramento do seu tecido social e familiar. Para um jovem de vinte anos, a canga era demasiado pesada. A poesia, correndo sob o pulso como um regato, levava-me para margens outras que não as da sensaboria sentimental. Havia nela segurança, refúgio, a companhia de um interlocutor. Quando cheguei aos Açores, março cantava sobre as águas do mar. Contido, apaguei-me dentro de mim em busca de ecos, tão destroçado estava o coração, ardida e traumatizada resfolegava a memória dos meus últimos e atribulados dias angolanos. O abalo e a opressão que sentia digladiavam-se com a sobrevivência de um ideal: a paz na minha terra, a justiça, o reencontro de uma geração da qual partiriam para o futuro descomplexadas vozes e atitudes sãs, no respeito pelo Outro, até ao mais frágil osso da sua integridade. Levei alguns meses fechado dentro de jornais, virando páginas, buscando num parágrafo um resquício de esperança, uma pomba de luz. A ilha corria-me sob os pés, gritando, acariciando os meus passos naquelas breves e desarticuladas passagens pelo meu quotidiano insular, transformado num degredo interior. Mas eu não ouvia o chamamento, cego e surdo, tão perdido estava na chuva da minha própria tempestade.

Quando finalmente me libertei, foi como se navegasse num sopro de luz. A ilha era um poema rodeado de água por todos os lados. Entrava na minha casa, grudava-se às paredes com o seu odor de espumas, trazia-me novos amigos, o gosto pelas coisas mais simples. Nas estantes, que minha avó Irene religiosamente guardava, estavam os livros do meu avô, Rebelo de Bettencourt, poeta dos Açores. Li-os todos. Depois mergulhei na poesia de Antero de Quental, Natália Correia — amiga de infância de minha mãe —, Roberto de Mesquita, Álamo Oliveira, J. H. Borges Martins, J. H. Santos Barros, Emanuel Félix, entre tantos outros. Na verdade, através dessa poesia, corria por inusitados caminhos do espírito, ao mesmo tempo que encetava um percurso de aprendizagem da alma ilhoa, da sua vida, complexidades, referências psicológicas, harmonias e dissensões. Só um dia, avançada ia a minha vivência açoriana, dei comigo no centro da ilha, no mitológico mês de setembro, que entrou nas minhas palavras com o seu vinho novo e seus cantares híbridos.

Se o gosto pela palavra se torna num vício, para mim nunca o foi. Já o disse em poesia: a minha estância é entre o folguedo das heras, rente à respiração das coisas, na ternura que se adensa com as causas do espírito. Por elas me bato, com as ferramentas pobres, é certo, do meu entusiasmo. "*O poeta* — escreveu Eugénio de Andrade no seu modo inconfundível — *é um homem de bruscas iluminações, não tem fórmulas para chegar à poesia; ninguém lhe pode apontar caminhos; chega-se lá como os cegos, tateando (…)".*

O espaço do poeta não é apenas o do seu universo criativo, normativo nos hábitos, alcandorado às pirâmides do exílio da casa, habitat e sacrossanto refúgio. Tem que sair do seu casulo e dar as mãos ao mundo em solidariedade. Ainda nos Açores, pareceu-me insuficiente a pequena luz da claraboia do meu quarto, nem bem isso, uma falsa com teto baixo (no qual, de vez em quando, ia uma cabeçada desprevenida), os papéis da escrita sobre a secretária da minha avó, a precária máquina de escrever aguardando a pressão dos dedos indecisos. Então, de parceria com o poeta Emanuel Jorge Botelho, envolvi-me no projeto da revista *Aresta*, Artes & Letras. A par dela, codirigi a página literária *Seixo*, com Laurindo Cabral, jornalista do Gabinete do Ministro da República nos Açores.

Anos depois, no Canadá, decidi criar uma pequena editora, *Seixo Publishers*, de reduzido alcance comercial. Foi sob esta chancela que saiu a primeira edição da Antologia *Os nove rumores do mar*, agora tão carinhosamente reeditada pelo Instituto Camões, graças, sobretudo, à nobre e pronta recetividade de Armandina Maia. Ocorreu-me a ideia deste projeto estava eu em Tulare, Califórnia, pequena cidade no Vale de San Joaquin, como participante num ciclo de conferências que todos os anos, em maio, congrega razoável número de académicos e escritores.

Pareceu-me importante e culturalmente urgente organizar uma antologia da poesia açoriana atual, e promovê-la junto da Comunidade Portuguesa nos Estados Unidos e no Canadá. Contudo, deparava-se-me o problema de apresentar o produto — um livro — em ambiente assaz alienígeno, que é o comércio da saudade. Que perspetivas teria de venda, em direta competição com postas de bacalhau e latas de azeite, pois na diáspora podem-se contar pelos dedos as livrarias existentes. Felizmente, o apoio e a disponibilidade de pessoas amigas, organizações sociais e culturais, me resolveu o problema, proporcionando-me condições para vários lançamentos, nos quais se escoaram razoável número de exemplares. Recordo com gratidão o apoio de Onésimo Teotónio Almeida, Universidade Brown, Casa dos Açores da Nova Inglaterra, Biblioteca Casa da Saudade em New Bedford, Diniz Borges em Tulare, Goretti Silveira em San José, Califórnia e, finalmente, Regina Calado em Vancouver.

A poesia traduz a alma e a essência de um país e de um povo. Levar à comunidade açoriana na América do Norte a voz dos seus poetas afigurou-se-me como uma causa maior, espalhar de ecos na desertificação social que é, em muitos casos, o viver cercado de vazios por todos os lados. A antologia *Os nove rumores do mar* foi, e agora volta a ser com a sua reedição, uma das mais vivificantes experiências editoriais da minha vida. Sinto, por outro lado, que os poetas açorianos não têm tido o espaço e a atenção que merecem.

O debate sobre haver ou não uma Literatura Açoriana encontra-se asfixiado se compararmos, por exemplo, com o privilégio mediático

que as literaturas africanas usufruem, aliás merecido. São literaturas pujantes, dinâmicas, já com dois prémios Camões — Pepetela (Angola) e José Craveirinha (Moçambique). Creio que, em parte, esta falta de diálogo se apresenta minada por fatores políticos, mais que por questões de puro exercício ensaístico e de teoria literária, que só ela deveria ter aqui expressão. O particularismo cultural, a postura psicológica e filosófica, os mecanismos emocionais inerentes a uma vida a meio do mar, são fatores determinantes para uma diferença dentro do corpus da Literatura Portuguesa. Sendo parte integrante desta, o imaginário do escritor açoriano é, no entanto, único. Não é questão, sublinhe-se, de se atirar displicentemente para o cesto dos papéis amarrotados.

As diferenças e os opostos, na sua génese, existem como íman de atração e nunca como polo de energias antagonistas. O esplendor das palavras açorianas deverá servir como mote para um cantar de mãos dadas, e não como veículo de possíveis incompatibilidades, sejam quais forem as suas motivações. Queria que esta Antologia servisse de ponte entre os Açores e o Continente, e fosse recíproco o movimento de esforços. Eu estou de fora. Não nasci nos Açores, sou um africano branco a viver no Canadá. Contudo sinto-me açoriano no meu amor pelas ilhas, e lisboeta nas memórias que retenho. Tenho por Portugal a paixão e a lealdade do filho adotivo; por Angola, minha pobre terra, um afeto infinito e sem remédio. Queria, como quem pede do deserto um copo de água, olhos para esta poesia dos Açores. Tão portuguesa de Portugal e tão insular dos Açores. Estas vozes múltiplas e açorianas dos Nove rumores do mar são raízes de água, alma do mar, das viagens míticas e imaginadas, da terra, queda no sonho gravitante. E das gaivotas também. São elas que elevam para os céus das ilhas o seu coração mais branco, o inefável horto da alegria.

(*Texto que serviu de base à apresentação da Antologia "Os nove rumores do mar", reeditada em Lisboa, pelo Instituto Camões, na coleção Insularidades.). Esta antologia foi lançada em Toronto, no dia 13 de outubro de 2000, com o apoio do Instituto Camões e dos departamentos de língua portuguesa das Universidades de Toronto e York.*

10. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, BRASIL/ PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007

RESUMO DA PALESTRA SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990 AGORA EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO ESPAÇO DA CPLP, *EVANILDO BECHARA,* RIO DE JANEIRO – ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Quando se começaram no século XIX, as primeiras tentativas com base científica para a simplificação e unificação do então anárquico sistema ortográfico da língua portuguesa, o propósito maior da reforma era oferecer condições para melhor e mais racional aprendizagem de alfabetização e escrita das palavras às crianças que iniciavam os cursos primários.

Hoje, além de continuar este mesmo propósito educacional, associam-se motivações culturais e políticas para atender às novas exigências de maior difusão da língua portuguesa no mundo e, por meio dela, participar das crescentes oportunidades de política cultural, comercial e tecnológica, de um bloco de jovens nações emergentes, que procura maior presença no campo internacional que se iniciou no século XXI, fortalecendo-se vigorosamente no futuro próximo.

Começaremos por encarecer as qualidades do texto do Acordo Ortográfico de 1990, por guardar os princípios alcançados pelas reformas anteriores, especialmente com o Acordo de 1940, vigente no sistema ortográfico dos signatários luso-africanos. Dentro desta perspectiva, procuraremos afastar algumas críticas desarrazoadas à iniciativa de implementar o novo Acordo já em 2009, na preparação da 5ª edição do *Vocabulário Ortográfico* da ABL.

Na implantação das Bases do Acordo a um universo de quase trezentos e sessenta mil vocábulos, foram adotados pela Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL os seguintes procedimentos metodológicos que garantem fiel compromisso aos propósitos dos signatários oficiais:

a) respeitar a lição do Acordo;
b) estabelecer uma linha de coerência do texto como um todo;
c) acompanhar o espírito simplificador do texto do Acordo;

d) preservar a tradição ortográfica refletida nos formulários e vocabulários oficiais anteriores, quando das omissões do texto do Acordo.

Em face destes princípios, a Comissão houve por bem ir mais além do que está expresso nas Bases do Acordo. Por outro lado, acrescenta a mesma Comissão outras sugestões como possíveis acréscimos para a 6ª. edição do VOLP da ABL e, se aprovadas pelos signatários oficiais, integrar o texto revisto do Acordo de 1990.

11. FERNANDA MARIA MELO ALVES UNIVERSIDADE CARLOS III DE MADRID, ESPANHA

TEMA 3.1. A LÍNGUA PORTUGUESA NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE ALGUNS PROJETOS FERNANDA MARIA MELO ALVES, UNIVERSIDADE CARLOS III DE MADRID, ESPANHA

1. INTRODUÇÃO

Ultrapassada a época da dominação colonial, a língua portuguesa representa uma garantia fundamental de identidade para os povos que falam português. No atual contexto internacional, o reconhecimento da dimensão política e económica da língua[40], mesmo para as nações estabilizadas, impõem uma reflexão aprofundada que permita estabelecer objetivos claros e uma estratégia adequada para os atingir. Por outro lado, o desempenho do seu papel de comunicação, requer uma atualização constante que a torne funcionalmente capaz de transmitir as novas ideias e os novos conhecimentos científicos.

A língua carece também de difusão suficiente que justifique a sua escolha como veículo de comunicação, como segunda língua, razão pela qual a modernização do idioma e o aumento da eficácia do ensino de português constituem vias indispensáveis para que o português ocupe um espaço digno no universo cultural globalizado. Iniciamos a abordagem ao tema com uma referencia a algumas reflexões de Fernando Pessoa (1889-1935) sobre a política da língua portuguesa, que consideramos oportunas para a análise a realizar. É por demais conhecido o valor da sua obra e a sua defesa da língua como pátria, dada a sua divulgação e reconhecimento nacional e projeção internacional, mas o uso abusivo e estereotipado de algumas expressões descontextualizadas desvirtua, algumas vezes, e simplifica uma obra e uma personalidade tão complexa e contraditória.

Alguns dos seus textos doutrinários em prosa revelam as suas reflexões sobre conceitos linguísticos, tais como estatuto, sobrevivência, uso, utilizadores, difusão, didática, flexibilidade e outros, e sobre estratégias linguísticas. Em relação à sua época, consideramo-los uma autêntica política diplomática, inovadora e projetada para o futuro. Transcrevemos um texto do autor em estudo sobre a projeção da língua, ressaltando a respetiva atualidade:

> *A primeira condição para uma permanência de uma língua no futuro é a sua difusão natural, o que depende do simples fator físico do número de pessoas que a fala naturalmente. A segunda condição é a facilidade com que poderá ser aprendida; se o grego foi fácil de aprender, todos nós teríamos, hoje, o grego como segunda língua. A terceira condição é que a língua terá de ser o mais flexível possível, de modo a poder responder na íntegra, a toda as formas de expressão possíveis, e de consequentemente ser capaz de espelhar com fidelidade, através da tradução, a expressão de outras línguas e assim dispensar, do ponto de vista literário, a sua aprendizagem. Ora, falando não só do presente, mas também do futuro imediato, na medida em que este possa ser considerado como fator de desenvolvimento das condições embrionárias do nosso tempo, só há três línguas com um futuro popular – o inglês (que já tem uma larga difusão), o espanhol e o português* (Pessoa, 1997: 148-149)[41].

[40] Albuquerque, Alexandra; Esperança, José Paulo. El valor económico del portugués: lengua de conocimiento con influência global (em linha), 2010. Real Instituto Elcano (RIE). Disponível em: ww.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari127-2010. Instituto consultado a 8 de março de 2011.

[41] Pessoa, Fernando. *A Língua Portuguesa*. Assírio & Alvim. Lisboa, 1997: 148-149.

2. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) E A ESTRATÉGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

O estudo que apresentamos pretende analisar vários projetos que patenteiam diferentes iniciativas e as soluções encontradas para potenciar a promoção do português no mundo, refletir sobre os resultados alcançados, bem como propor outras iniciativas e ações concretas com objetivo comum.

> *Um dos grandes marcos da identidade dos povos lusófonos foi a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*[42] *em 1996, baseada em vínculos histórico-culturais, sendo a Língua Portuguesa, o mais significativo. A instituição norteia-se pela concertação política e pela cooperação em todos os domínios. Uma das primeiras iniciativas dos países da comunidade foi criar em 1990 o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)* [43] *que se destina à promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais.*
>
> *Com a criação da CPLP em 1996, a quem o instituto está vinculado, realizaram-se várias reuniões e diligências destinadas a atualização da instituição, entre as quais se destacam em 1997, a I Conferência de Ministros da Educação da CPLP, da qual resultaram várias conclusões referentes ao IILP: a revisão do seu enquadramento jurídico, a apresentação de um plano de atividades e a localização da sua sede em Cabo Verde. Em 1998, na Cimeira da Praia, foram aprovados os novos Estatutos do IILP*[44]*. De então até hoje, foram feitas várias revisões dos Estatutos, eleitos vários diretores e elaborados vários Planos de Atividades. Neste momento, a instituição está em fase de reforma, tem um novo plano de ação, para o qual lhe foram atribuídas as condições propícias para o cumprimento adequado dos respetivos objetivos*[45]*.*

Tendo como tema a Língua Portuguesa, a VII Cimeira da CPLP em Lisboa, realizada em 2008, aprovou uma declaração final[46], que se refere, entre outros aspetos, às estratégias a tomar sobre a promoção e divulgação da Língua Portuguesa. Dando continuidade às recomendações nela apresentadas, a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial[47], realizada em Brasília, em 2010, contou com a participação dos oito estados membros e dos representantes dos Estados observadores associados.

Numa primeira etapa, o evento decorreu com a realização de debates entre escritores, professores, académicos, editores, jornalistas e outros profissionais diretamente vinculados à difusão da língua, para reflexão sobre amplo leque de questões, desde o fortalecimento do ensino do idioma e sua implantação em organizações internacionais, até à sua importância para as diásporas de nacionais dos países da CPLP.

A segunda etapa culminou com a realização da Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, durante a qual se analisaram as estratégias e ações para a projeção da língua portuguesa,

[42] Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Disponível em http://www.cplp.org/. Consultado a 8 de março de 2011.

[43] Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Disponível em http://www.iilp-cplp.cv/. Consultado a 8 de março de 2011.

[44] Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Conheça o IILP. Disponível em: http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=54. Consultado a 8

[45]. *Suplemento do JL* n.º 1041, Número 155, 25 de agosto de 2010, ano XXX. Novo Fôlego para o IILP. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/novo-folego-para-o-instituto-internacional-de-lingua-portuguesa.html. Consultado a 8 de março de 2011.

[46] Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP. *Declaração de Lisboa* (em linha). VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Lisboa, 25 de julho de 2008. Disponível em http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=163. Consultado a 8

[47] Ministério dos Assuntos Exteriores. Brasil. I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, Brasília, 25 e 31 de março de 2010. Disponível em http://www.dc.mre.gov.br/box-02/brasilia-conferencia-internacional-sobre-o-futuro. Consultado a 8 de março de 2011.

com vistas à formulação de recomendações destinadas à VIII Cimeira da CPLP de Luanda, em 2010[48], a última realizada.

A institucionalização da norma de escrita do português, com a adoção do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa[49] constitui um exemplo medida, relativamente recente, do que pode ser feito em conjunto.

Outra estratégica é a participação conjunta dos países lusófonos na Feira do Livro de Belgrado em 2011[50], que se realiza no último trimestre de cada ano, capital da Sérvia, na qual a Língua Portuguesa é a convidada de honra. A partir da experiência adquirida em Belgrado, podem-se organizar futuras iniciativas destinadas a satisfazer o interesse que a língua portuguesa desperta na região, designadamente entre os países da área de influência da antiga União Soviética, como é o caso a futura criação de Centros Culturais CPLP[51].

3. AS ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS DE PORTUGAL E DO BRASIL

Os únicos países da CPLP que têm ação de política externa institucionalizada, em matéria de promoção da Língua Portuguesa, são Portugal e Brasil. Em Portugal, a atuação do Instituto Camões (IC) abarca vários cenários que correspondem a variados programas, ações e atividades, que passamos a descrever[52]:

> *O relevo e a projeção da língua portuguesa enquanto país membro da CPLP (intrafronteiras dos países CPLP; e das Organizações Internacionais e Regionais em que a LP é língua de trabalho, de que é exemplo o espaço ACP (África, Caraíbas e Pacífico).*
>
> *A definição de estratégias de promoção da língua portuguesa, da cultura portuguesa e das culturas em língua portuguesa por Portugal enquanto Estado-Membro da UE, pugnando por fazer valer a língua portuguesa como Língua de Oito Vozes Culturais, nomeadamente através das suas expressões literárias.*
>
> *A promoção da língua e cultura portuguesas em correlação com os seus próprios interesses sociopolíticos, sejam eles relacionados com o mundo da economia sejam com o universo das diásporas portuguesas, ou melhor, de língua portuguesa, apostando na promoção do ensino da língua portuguesa em três áreas geográficas (África, no Magreb; Ásia, na China e na Índia; América, nos Países OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos); nos EUA e no Canadá. No Brasil, compete ao Departamento Cultural a política de divulgação e de ensino da língua portuguesas no estrangeiro, bem como a difusão internacional da cultura brasileira[53], através da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, uma unidade responsável pela gestão da Rede Brasileira de Ensino no Exterior, que se estende por mais de 50 países e é composta por:*
>
> *Os Centros Culturais Brasileiros constituem o principal instrumento público de promoção da Língua Portuguesa. Na atualidade funcionam 21 centros, estando distribuídos doze no continente americano, seis na África e três na Europa. Os Institutos Culturais são entidades locais de direito privado. Os sete institutos existentes neste momento complementam as atividades dos centros. A rede de Leitorados reúne professores*

[48] Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Declarações finais.* VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Luanda, 23 de julho de 2010. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/info_462. Consultado a 8

[49] Portugal. *Diário da República* nº 193, Série I-A, 4370-4388. Disponível em http://dre.pt/pdfgratis/1991/08/193A00.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

[50] City of Belgrade. Events. Disponível em: http://www.beograd.org.rs/cms/view.php?id=201299. Consultado a 8

[51] Entrevista de Paula Laborinho, atual presidente do Instituto Camões, ao *LusoJornal* n°019/II de 19/01/2011. Disponível em http://www.ccpf.info/articles/lusojornal_on019.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

[52] Fundação Luso-Americana. Promoção da Língua Portuguesa no Mundo. Anexo I. Lisboa, 2007: 46-53. Disponível em http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

[53] Ministério das Relações Exteriores. Brasil. *Promoção Cultural - Língua Portuguesa,* 2011. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa/view. Consultado a 8 de março de 2011.

especialistas em Língua Portuguesa e em cultura brasileira, selecionados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e por instituições estrangeiras de nível superior para atuação nestas últimas. Atualmente estão em funcionamento 60 leitorados, distribuídas por instituições de ensino superior de todo o mundo. Além de Cursos de Português junto a Vice-Consulados.

Recentemente foi criado o Instituto Machado de Assis (IMA)[54], cuja missão é propor e executar a política de divulgação e de ensino da língua portuguesas no estrangeiro.

- Formular e coordenar as políticas de promoção da Língua Portuguesa no Brasil e no mundo.
- Induzir, catalisar e organizar a pesquisa em Língua Portuguesa.
- Ser referência em Língua Portuguesa para o ensino e formação de professores.
- Promover atividades científicas e culturais, no Brasil e no mundo, visando à promoção e difusão da Língua Portuguesa.

4. A LÍNGUA PORTUGUESA NO CIBERESPAÇO: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS LUSÓFONAS COROADAS DE ÊXITO

Para dar continuidade a todo o esforço já realizado, organizaram-se estratégias e concretizaram-se projetos institucionais no espaço lusófono, com modelos de cooperação internacionais adaptados às necessidades identificadas, e com o objetivo de partilhar o conhecimento, projetar a Língua portuguesa no ciberespaço e divulgar as culturas dos povos lusófonos.

4.1. ALGUNS PROJETOS A NÍVEL DA CPLP

Tivemos o cuidado de selecionar algumas experiências aplicadas a diferentes áreas do conhecimento, tais como o desporto, o livro, a saúde e a documentação, e que resultaram da articulação de políticas de língua, de informação e de comunicação a nível da CPLP. Para facilitar a perspetiva global, apresentamo-las por ordem cronológica em relação às respetivas criações:

- *A Rede de Informação Desportiva da CPLP (CPLP Sport) de 2002.*
- *O portal e-livro em português (o alargamento para a língua portuguesa do e-livro) de 2003.*
- *O ePORTUGUESe de 2004.*
- *O Programa Global de Valorização do Património do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) de 2005*.

A CPLP Sport é um portal de informação desportiva situado no Brasil, na linha das diretrizes da CPLP, buscando a integração desses países também por meio do desporto[55].

No momento da sua criação, foram definidos os seguintes objetos no momento da sua criação:

- *Desenvolver um sistema de intercâmbio de informações, ações e programas desportivos.*
- *Defender e promover o uso da língua portuguesa como código de comunicação privilegiado na divulgação de informação desportiva.*
- *Prevenir e corrigir fenómenos de exclusão, diretamente relacionados com o acesso à informação desportiva.*
- *Promover o desenvolvimento dos sistemas desportivos.*
- *Harmonizar os processos de recolha, tratamento e divulgação de informação desportiva.*
- *Proceder de forma sistemática e criteriosa à recolha, tratamento de informação desportiva e à sua divulgação.*

[54] Instituto Machado de Assis. Ministério de Educação. Brasil. Disponível em http:// portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=820&id=13443&option=com_content&view=article . Consultado a 8 de março de 2011.

[55] Rede de Informação Desportiva da CPLP (CPLP Sport). *Objetivos* (em linha). Disponível em http:// portal.esporte.gov.br/cplp/objetivos.jsp . Consultado a 8 de março de 2011.

- *Facilitar o acesso à informação desportiva em língua portuguesa aos cidadãos lusófonos espalhados pelo mundo, em particular os residentes nos países africanos.*
- *Caraterizar a oferta e a procura de formação de agentes desportivos e de atividade física, bem como as estruturas desportivas.*
- *Caraterizar o grau e a natureza da utilização de novas tecnologias por parte dos agentes desportivos.*
- *Potencializado o desenvolvimento dos sistemas desportivos.*
- *Desenvolver mecanismos interativos de participação generalizada na coleção de informação a tratar e divulgar.*
- *Estimular o desenvolvimento dos projetos de cooperação por parte das federações desportivas.*
- *Rentabilizar os processos de cooperação bilateral e multilateral no domínio do desporto nos países de língua portuguesa, aumentando a velocidade e a qualidade de recolha da informação, produzindo também, desta forma, uma redução dos custos relativos a essa cooperação.*
- *Promover processos de formação à distância via Internet*.

Esta rede nasceu em 2002, numa reunião de Ministros responsáveis pelo Desporto da CPLP, que teve lugar em Cabo Verde[56], tendo-se iniciado, no ano seguinte, o funcionamento da Website institucional, e instalado a estrutura e as missões técnicas em todos os países membros. Atualmente o portal tem apenas disponível a informação brasileira e alguma portuguesa e angolana, mas irá integrando gradualmente a documentação dos outros países lusófonos. O e-Book[57] é um portal que funciona como biblioteca virtual, dando acesso a publicações em inglês, espanhol e português de cerca de 150 editoras, mundialmente prestigiadas, que publica livros, conteúdos académicos, investigações científicas de formato eletrónico para comercializar com as bibliotecas. Os objetivos deste projeto orientam-se para:

- *Permitir às bibliotecas aumentar as suas coleções de um modo lucrativo e eficiente, ganhando dinheiro, espaço de armazenamento e tempo de trabalho.*
- *Oferecer também um banco de dados para integrar o catálogo da biblioteca.*
- *Oferecer aos usuários uma documentação considerável, variada, atualizada e sempre disponível através dum poderoso motor de busca.*

Os resultados alcançados com a participação neste projeto de numerosas bibliotecas dos Estados Unidos, de Espanha e da América Latina, permitiram o alargamento do e-livro para a língua portuguesa, através de um acordo realizado na 3ª Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (Comest), efetuado em 2003 no Rio de Janeiro, ao qual se seguiu uma Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia da CPLP[58] sobre a disseminação de conhecimento e que contou, a partir desse momento, com o apoio da UNESCO.

Para o e-livro em português foram definidos os seguintes objetivos[59]:

- *Dar acesso a livros em língua portuguesa (no futuro cerca de 20.000).*
- *Beneficiar os países lusófonos que têm acesso restrito à informação científica e de qualidade.*
- *Possibilitar a publicação da produção científica dos pesquisadores de todos os países lusófonos criando, a médio prazo, uma rede de intercâmbio de conhecimento.*

[56] Comunidade de Países de língua Portuguesa. Reunião de Ministros, responsáveis pelo Desporto da CPLP. Praia, 2002. Disponível em http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcplp%2Fredes%2Fdesporto%2FConDesporto_Praia02.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

[57] E-Book. Disponível em http://www.ebook.com/. Consultado a 8 de março de **2011.**

[58] e-livro. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Disponível em http://listas.ibict.br/pipermail/bib_virtual/2004-May/000116.html. Consultado a 8 de março de 2011.

[59] e-livro em português. Disponível em http://www.e.livro.com. Consultado a 8 de março de 2011.

Outro exemplo de cooperação institucional a nível dos países de CPLP é o ePORTUGUESe, uma Rede de Informação de Saúde em Português, criada em 2004, com origem no projeto Desenvolvimento de redes de informação em Ciências da Saúde para os países de CPLP. O apoio da Health-EIP/KMS-WHO da OMS permitiu promover redes de informação em línguas não oficiais da organização e a criar a Biblioteca Global em Saúde/Global Health Library. Os participantes no projeto ePORTUGUESe são a BIREME, o Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, com experiência do modelo da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e os Ministérios de Saúde dos países membros da CPLP. A gestão compartilhada do conhecimento tem como objetivos:

- *Facilitar o acesso à informação atualizada em saúde, removendo a barreira do idioma.*
- *Capacitar, adaptar e desenvolver o modelo da Biblioteca Virtual em Saúde nos países de língua portuguesa.*
- *Dar visibilidade e facilitar o acesso à produção técnica e científica nacionais.*
- *Contribuir para a transferência do conhecimento, favorecendo ações e políticas de saúde.*
- *Criar comunidades de práticas, revitalizando a produção e compartilhando o conhecimento.*
- *Cooperar com os esforços da OMS para promover o multilinguismo.*

E para dar continuidade ao projeto foram programadas algumas atividades futuras, tais como:

- *A preparação da Biblioteca Azul/Blue trunk library-BTL em português que, numa primeira fase, abarca os documentos considerados prioritários.*
- *A continuação da publicação de documentos, livros, etc.*
- *A mobilização de recursos para garantir a sustentabilidade do projeto.*
- *A continuação do planeamento e desenvolvimento de estratégias para a implementação da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) nos países envolvidos no projeto.*

A cooperação do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) com os outros países da CPLP tem origem na riqueza e variedade do acervo bibliográfico na base de dados bibliográficos do seu Centro de Documentação e Informação (CDI) e na vasta documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), pertencente ao referido instituto. Este arquivo tem obtido resultados positivos com experiências de trabalho colaborativo com os países lusófonos no que toca particularmente o património arquivístico comum, caso do Projeto Resgate (Brasil) e do Projeto Reencontro (Portugal).

Durante a fase preparatória do Projeto de Digitalização do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) constatou-se que a sua concretização global passava por permitir o acesso e a utilização aos outros países lusófonos do seu fundo documental aos outros países lusófonos, com prioridade para a informação e documentação que lhes diz diretamente respeito. Neste sentido, foram tomadas várias resoluções nas Reuniões de Ministros de Educação, de Ciência e Tecnologia, e de Cultura para:

- *Desenvolver um processo de intercâmbio entre os museus, arquivos e instituições científicas dos Estados membros da CPLP.*
- *Apoiar a iniciativa portuguesa de disponibilização do acervo bibliográfico e documental do IICT aos outros países da CPLP.*

Para alcançar estes objetivos, o Instituto de Investigação Científica Tropical realizou, em 2005, um Programa Global de Valorização do Património com a finalidade de tratar informaticamente e promover o acesso digital ao património para tornar acessível aos países da CPLP o único e valioso património cultural da Instituição, disponibilizando conteúdos em português e aumentado o conhecimento da cultura e da história lusófonas.

4.2. OUTRO TIPO DE INICIATIVAS

Outro exemplo digno de referência é o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)[60]*, constituído em 1988, uma unidade de investigação científica portuguesa, sediada em Lisboa, sem fins lucrativos e de natureza privada, cujos associados são a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa. É financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT).*

O seu principal objetivo é promover a investigação nas áreas da linguística teórica e computacional, em cooperação com empresas ou instituições nacionais e internacionais, a formação de investigadores, e a divulgação dos resultados para a comunidade científica e um universo mais abrangente. Na última década, os investigadores da instituição têm-se dedicado à produção e disponibilização gratuita de recursos linguísticos úteis, a maioria dos quais estão reunidos no Portal da Língua Portuguesa[61], e são destinados ao público em geral.

Esses recursos incluem o Vocabulário Ortográfico do Português, um grande léxico flexionado, dicionários de gentílicos, de nomes verbais e de estrangeirismos e um vocabulário com todas as palavras que mudam com o Acordo Ortográfico de 1990, além de recursos externos como o texto dos acordos ortográficos e das nomenclaturas gramaticais de Portugal e do Brasil, e também um conjunto de materiais de apoio ao ensino do português como língua segunda.

Também são dignos de referência, o Observatório da Língua Portuguesa[62]*, o Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*[63]*, os Museus da Língua de S. Paulo*[64] *e de Bragança*[65]*, de criação recente, e um grande número de outras iniciativas, mas que de momento, não são objeto deste estudo.*

4.3. O PROJETO DA BIBLIOTECA DIGITAL LUSÓFONA (BDL)

A proposta que vamos apresentar dá continuidade aos exemplos cooperativos que acabámos de enumerar e tenta organizar estratégias comuns que possibilitem um projeto institucional a nível das Bibliotecas Nacionais dos Países Lusófonos, instituições com grandes responsabilidades a respeito do património cultural dos povos que habitam nesses países. A partir do estudo de diferentes projetos internacionais, tais como a European Digital Library (EDL)[66], a Biblioteca Virtual Iberoamericana y Caribeña (BVIC)[67] e a Biblioteca Virtual Andina (BVA)[68], pretendemos promover e estabelecer modelos dinâmicos de cooperação internacional no espaço lusófono, adaptados às necessidades identificadas nas instituições participantes e dos respetivos países, tendo em vista a projeção da língua portuguesa no ciberespaço e a divulgação das culturas dos povos lusófonos.

O projeto da Biblioteca Digital Lusófona é o resultado de uma investigação realizada para a obtenção do grau de Doutor em Documentação com Menção Europeia, denominada Articulación y complementariedad de las políticas de la lengua portuguesa, de cooperación y de información en los países lusófonos: guía metodológica para la implantación de la Biblioteca Digital Lusófona (BDL)[69]*, dirigida pelo Porf. Moreiro González, que*

[60] Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC). Apresentação. Disponível em: http://www.iltec.pt/iltec/index.html. Consultado a 8 de março de 2011.

[61] Portal da Língua Portuguesa. Disponível em: http://www.portaldalinguaportuguesa.org/. Consultado a 8 de março de 2011.

[62] Observatório da Língua Portuguesa Disponível em: http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt. Consultado a 8 de março de 2011..

[63] Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em: http://ciberduvidas.sapo.pt/.

[64] Museus da Língua de S. Paulo. Disponível em: http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/. Consultado a 8 de março de 2011.

[65] Colóquios da Lusofonia. Conclusões do 8º Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, 30 set-3 out, 2009. Disponível em: http://groups.google.com/group/observatorio-lp/web/concluses-do8-colquio-da-lusofoniania-em-bragana. Consultado a 8 de março de 2011.

[66] The Europeana Library. Disponível em: http://search.theeuropeanlibrary.org/portal/en/index.html. Consultado a 8 de março de 2011.

[67] Biblioteca Virtual Iberoamericana y Caribeña. Disponível em: http://eldorado.ucol.mx/. Consultado a 8 de março de 2011.

[68] Biblioteca Virtual Andina. Andina. Disponível em http://www.comunidadeandina.org/bda/encales_bibliotecas.htm. Consultado a 8 de março de 2011.

[69] Melo Alves, Fernanda Maria. *Articulación y complementariedad de las políticas de la lengua portuguesa, de cooperación y de información en los países lusófonos: guía*

apresentámos em 2007 no Departamento de Biblioteconomia y Documentación da Universidad Carlos III de Madrid (UC3M). O texto está disponível no arquivo aberto da universidade.

Vários são os fundamentos justificativos para um projeto desta envergadura, alguns negativos, mais numerosos e que é necessário melhorar, e outros positivos, altamente motivadores, dos quais devemos tirar partido.

Quadro Nº 1: Fundamentos justificativos para a criação da Biblioteca Digital Lusófona (BDL)

Negativos	*Positivos*
A falta de acesso às TICs da maioria das bibliotecas nacionais dos países lusófonos. *A inexistência de uma Associação de Diretores das Bibliotecas Nacionais Lusófonas, habitualmente impulsionadora de cooperação, como a Conference of European National Librarians (CENL) e a Associación de Estados Ibero-Americanos para el Desarrollo de las Bibliotecas Nacionales de los Países Ibero-Americanos (ABINIA).* *A inexistência de um consórcio representante das bibliotecas nacionais lusófonas, como a The European Library (TEL), a European Digital Library (EDL) e a Biblioteca Virtual Iberoamericana y Caribeña (BVIC).* *O facto da Língua Portuguesa estar em 5º lugar na Internet[70].*	*O contexto internacional dinâmico na criação de produtos digitais.* *A necessidade de divulgação na Internet da língua portuguesa e das culturas dos povos lusófonos, segundo os objetivos da CPLP e de outras organizações.* *A continuidade das Políticas de Informação da CPLP de acordo com os Objetivos do Milénio.* *A existência de duas destas instituições acessíveis por Website, a Biblioteca Nacional de Brasil http://www.bn.br e a de Portugal http://www.bn.pt., ambas com biblioteca digital.* *A existência de algumas associações de profissionais de informação no espaço da CPLP.* *A existência de alguns consórcios bibliotecários no espaço da CPLP.*

Fonte: Elaboração própria.

Nesta investigação incluímos uma Metodologia para a Implantação da Biblioteca Digital Lusófona (BDL), um modelo criado a partir de projetos similares, que consiste em criar um portal de acesso livre e gratuito aos conteúdos digitais e digitalizados de coleções nacionais dos países lusófonos, cujo público-alvo potencial ultrapassa 240 milhões de lusófonos [71] e um número infinito de possíveis cibernautas. Para poder concretizar-se, apresentámos o referido projeto a vários financiadores e organizações, tendo sido aprovado pela UNESCO no final de 2010.

Esperamos iniciar as atividades do mesmo dentro de poucos meses. A brecha digital nos países e nos grupos que ainda não puderam acompanhar a nova sociedade da informação e do conhecimento, com as consequências sociais inerentes, implica políticas de informação adequadas às necessidades de cada país ou região e, sobretudo, à implementação e ao acompanhamento das mesmas políticas de modo a alcançarem os objetivos desejados.

A proposta que pomos à disposição da comunidade lusófona e ao mundo em geral, e que denominámos Biblioteca Digital Lusófona, cujo site é www.bdlusofona.org, pretende ser um modelo teórico, concetual e metodológico construído especificamente para o consórcio das bibliotecas nacionais lusófonas, mas disponível à cooperação com outras instituições patrimoniais.

Finalizamos a comunicação apelando para o entusiasmo e o esforço de todos os que falam a língua de Camões para ultrapassar o desafio da promoção da Língua portuguesa na sociedade em rede em que vivemos, no avanço global da Sociedade do Conhecimento no espaço lusófono, na projeção e dignificação da Língua Portuguesa no Ciberespaço.

5.BIBLIOGRAFIA

metodológica para la implantación de la Biblioteca Digital Lusófona (BDL). Disponível em: http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/10016/2540/7/TESISDOCTORAL-Fernanda_1.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

[70] Internet World Starts. Disponível e: http://www.internetworldstats.com/stats7.htm. Consultado a 8 de março de 2011.

[71] United Nations. Disponível em: http://esa.un.org/unpp/. Consultado a 8 de março de 2011.

Albuquerque, Alexandra; Esperança, José Paulo. El valor económico del portugués: lengua de conocimiento con influencia global (em linha). Real Instituto Elcano (RIE), 2010. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari127-2010. Consultado a 8

Colóquios da Lusofonia / Encontros Açorianos da Lusofonia. *Conclusões do 8º Colóquio Anual da Lusofonia.* Bragança, 30 set-3 out, 2009. Disponível em: http://groups.google.com/group/observatorio-lp/web/concluses-do8-colquio-da-lusofoniania-em-bragana. Consultado a 8 de março de 2011.

Comunidade de Países de língua Portuguesa. Reunião de Ministros responsava pelo Desporto da CPLP. Praia, 2002. Disponível em http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcplp%2Fredes%2Fdesporto%2FConDesporto_Praia02.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Declaração de Lisboa* (em linha). VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Lisboa, 25 de julho de 2008. Disponível em http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=163. Consultado a 8

Fundação Luso-Americana. *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo. Anexo I.* Lisboa, 2007. Disponível em http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

Instituto Camões. Apresentação das conclusões do relatório preliminar do Estudo sobre o valor económico da Língua Portuguesa (em linha). Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/destaques/apresentao_estudo_valor_lngua.pdf Consultado a 8 de março de 2011.

LusoJornal n°019/II de 19/01/2011. Entrevista de Paula Laborinho, atual presidente do Instituto Camões, Disponível em http://www.ccpf.info/articles/lusojornal_on019.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

Ministério dos Assuntos Exteriores. Brasil. I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, Brasília, 25 e 31 de março de 2010. Disponível em http://www.dc.mre.gov.br/box-02/brasilia-conferencia-internacional-sobre-o-futuro. Consultado a 8 de março de 2011.

Pessoa, Fernando. *A Língua Portuguesa*. Assírio & Alvim. Lisboa, 1997: 148-149.

Portugal. *Diário da República* nº 193, Série I-A, 4370-4388. Disponível em http://dre.pt/pdfgratis/1991/08/193A00.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

Rede de Informação Desportiva da CPLP (CPLP Sport). *Objetivos.* (em Lin *Suplemento do* ***JL*** n.º 1041, Número 155**,** 25 de agosto de 2010, ano XXX. Novo Fôlego para o IILP. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/novo-folego-para-o-instituto-internacional-de-lingua-portuguesa.html. Consultado a 8 de março de 2011.

6.WEB CONSULTADA

Biblioteca Virtual Andina. Comunidad Andina. Disponível em http://www.comunidadeandina.org/bda/encales_bibliotecas.htm. Consultado a 8 de março de 2011.

Biblioteca Virtual Iberoamericana y Caribeña. Disponível em: http://eldorado.ucol.mx/. Consultado a 8 de março de 2011.

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em: http://ciberduvidas.sapo.pt/. Consultado a 8 de março de 2011.

City of Belgrade. Events. Disponível em: http://www.beograd.org.rs/cms/view.php?id=201299. Consultado a 8

Colóquios da Lusofonia. Disponível em: http://www.lusofonias.net/coloquiostodos.htm. Consultado a 8 de março de 2011.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Disponível em http://www.cplp.org/. Consultado a 8 de março de 2011.

E-Book. Disponível em http://www.ebook.com/. Consultado a 8 de março de 2011.

e-livro. Disponível em http://www.e-livro.com/. Consultado a 8 de março de 2011.

Fundação Luso-Americana. Promoção da Língua Portuguesa no Mundo. Anexo I. Lisboa, 2007: 46-53. Disponível em http://www.flad.pt/. Consultado a 8 de março de 2011.

Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Disponível em http://www.iilp-cplp.cv/. Consultado a 8 de março de 2011.

Instituto Machado de Assis, Ministério de Educação. Brasil. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=820&id=13443&option=com_content&view=article. Consultado a 8 de março de 2011.

Internet World Starts. Disponível e: http://www.internetworldstats.com/stats7.htm. Consultado a 8 de março de 2011.

Ministério das Relações Exteriores. Brasil. *Promoção Cultural - Língua Portuguesa,* 2011. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/. Consultado a 8 de março de 2011.

Museus da Língua de S. Paulo. Disponível em: http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/. Consultado a 8 de março de 2011.

Observatório da Língua Portuguesa Disponível em: http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt. Consultado a 8 de março de 2011.

Portal da Língua Portuguesa. Disponível em: http://www.portaldalinguaportuguesa.org/. Consultado a 8 de março de 2011

Rede de Informação Desportiva da CPLP (CPLP Sport). Disponível em http://portal.esporte.gov.br/cplp. Consultado a 8 de março de 2011.

The Europeana Library. Disponível em: http://search.theeuropeanlibrary.org/portal/en/index.html. Consultado a 8 de março de 2011.

United Nations. Disponível em: http:// esa.un.º.rg/unpp/. Consultado a 8 de março de 2011

12. FERNANDA SANTOS, CLEPUL – CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL E DOUTORANDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, BRASIL

13. EDUARDO FRANCO, PRESIDENTE, DIREÇÃO DO INSTITUTO EUROPEU DE CIÊNCIAS DA CULTURA PADRE MANUEL ANTUNES (FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PARCERIA COM A ESAD - FUNDAÇÃO RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA), PORTUGAL

.

TEMA 3.13 O COLÉGIO DE SÃO PAULO E O PROJETO MODERNO DE GLOBALIZAÇÃO RELIGIOSA DOS JESUÍTAS A ORIENTE. JOSÉ EDUARDO FRANCO. FERNANDA SANTOS

Pretende este trabalho estudar o Colégio de São Paulo, considerado a primeira instituição universitária de tipo ocidental no Oriente, em Macau, que contava com um programa académico extenso, equivalente ao currículo de uma universidade. Este programa inclui muitas disciplinas, tais como Teologia, Matemática, Geografia, Chinês, Português, Latim e Astronomia. O objetivo deste estudo é analisar como o Colégio se tornou um centro asiático de formação de missionários católicos e contribuiu significativamente na difusão do Catolicismo na China, no Japão e em todo o Extremo Oriente, contribuindo para elevar a cidade de Macau como um importante ponto de partida de missionários católicos para os diferentes países da Ásia. Dentro do projeto moderno de globalização religiosa dos Jesuítas, o trabalho missionário em Macau foi crucial na difusão do Catolicismo no Extremo Oriente, permitindo também um maior intercâmbio cultural, científico e artístico com outros povos e outras culturas. O Colégio também oferecia uma instrução básica para os habitantes da Cidade, ensinando-lhes coisas simples, mas muito importantes, como por exemplo a ler, a escrever e a contar.

O Colégio de São Paulo, em Macau, constitui, juntamente com a Igreja da Madre de Deus, as famosas Ruínas de São Paulo. Da Igreja, restou apenas a fachada e a escadaria monumental. Não se sabe ao certo qual é a data da fundação do Colégio de São Paulo, mas a sua fundação deu-se provavelmente na segunda metade do século XVI. Em 1594, esta instituição universitária já contava com mais de 200 estudantes e 59 professores Jesuítas.

Dentro do nosso estudo, pretendemos ainda mostrar como os Jesuítas levaram a preocupação pedagógica e o projeto de ensino que os caraterizava a Macau. No campo científico, os missionários da Companhia efetuaram observações que vieram enriquecer o conhecimento das regiões que percorreram. A preocupação de aprender as línguas dos povos que evangelizavam levou-os a elaborar gramáticas e dicionários e a publicar obras de catequese e outras nas mais variadas línguas.

> *O Portugal dos séculos XV e XVI realiza-se como os olhos e os ouvidos do mundo na Europa e da Europa no Mundo. Esta condição epocal de maior mensageiro planetário permite a Portugal a constituição duma CULTURA literária, científica, técnica, doutrinária, filosófica e artística orientada para o encontro e troca pluricivilizacional, centrada na realidade e ideia de humanidade planetária-universal.*
>
> Luís Filipe Barreto, *A Herança dos Descobrimentos*

1. A COMPANHIA DE JESUS NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

A Companhia de Jesus nasce no contexto da modernidade de Quinhentos, enraizada no humanismo da Reforma. O advento da modernidade traz consigo um afinado sentido do religioso, não menos mobilizador do que na Idade Média. A nova era da protoglobalização proporcionava a universalização do Cristianismo nos mundos recém-descobertos, mas também fazia surgir um tempo de acesa concorrência e debates no seio universo religioso, nomeadamente no contexto do catolicismo, entre as ordens católicas, quer pelo monopólio do ensino, quer pela disputa de territórios de missão. Ao mesmo tempo, com a afirmação das Igrejas reformadas, em particular as luteranas e as calvinistas, desencadeia-se um conflito fraturante no seio da Cristandade, que envolve não só intelectuais em disputas teológicas, como também a confessionalização de sociedades e estados, responsáveis políticos, diplomáticos desembocando em situações de violência persecutória e, mais tragicamente, em guerras, de entre as quais a Guerra dos Trinta Anos foi o resultado mais emblemático.

À semelhança do que acontecia com Espanha, a estratégia política expansionista do Império Português, com os seus objetivos religiosos e económicos, encontra na Igreja Católica e nas suas multinacionais Ordens Religiosas (em particular os Franciscanos, Dominicanos,

Agostinhos, Carmelitas e depois fortemente os Jesuítas) um instrumento de expansão, povoamento e colonização. O Cristianismo começou e é estruturalmente missionário. É, tal como o Islão, uma religião por mandato do fundador expansionista à escala global e, por isso, é construtora de uma dada universalidade e de uma mundividência nova.

Essa caraterística marcou a sua caminhada histórica ao longo dos séculos, sendo que o seu estatuto missionário se alimenta da palavra e do mandato do Evangelho (Mourão, 2008: 229). As missões nascem com naturalidade no solo da Igreja em geral e das Ordens em particular. A criação do Império Português deve-se, em grande medida, à Igreja e à sua assessoria espiritual, intelectual e até mesmo técnica, fazendo assim do Cristianismo um dos elementos essenciais de expansão. (Colla, 2008: 403).

O século XVI humanista é especialmente marcado pelo desenvolvimento de diversos domínios do saber, por um interesse progressivo pelas fontes, um movimento de revitalização original. Os autores gregos e latinos são a fonte do conhecimento, bem como os primeiros autores cristãos. Cultiva-se o estudo das línguas antigas, como latim, grego e hebraico. É uma época que assiste ao investimento crescente na educação e na formação teológica e retórica das novas gerações de prosélitos da *militia Christi.* Se a Europa aparece como um espaço dilacerado pelas cisões religiosas das reformas, fragmentada também pelos nacionalismos emergentes, mantém, no plano ético, uma unidade cultural de fundo, assente no Cristianismo e na herança da cultura clássica, que apontava, em última instância, para uma consciência do universal. Nos séculos XV e XVI dá-se um alargamento das fronteiras do universal, com as grandes navegações e a expansão europeia. Os Jesuítas, em especial, mas sem esquecer o papel importante das outras ordens católicas, quiseram levar o mais longe possível o seu esforço utópico de universalização do Cristianismo, motivados por um ambiente de militância proselitista impulsionada pela Contrarreforma, consagrada no Concílio de Trento (1543-1563) (Urbano, 2009: 27-28).

É neste contexto que se afirma a ação educativa dos Jesuítas, sobejamente importante, tendo em conta a sua doutrina, o seu projeto educativo e a sua pedagogia. As instituições que fundaram, dirigiram e fizeram proliferar estavam alicerçadas em um ideário religioso cujo objetivo primacial era ganhar uma nova consciência e compromisso cristão dentro da Igreja Católica. No contexto histórico, o desenrolar da Reforma protestante e sua expansão na Europa levaram a uma tentativa de fortalecer as bases do Cristianismo romano nos reinos que haviam resistido às investidas do protestantismo, como França, Espanha, Portugal, Itália. Essa será também uma missão a que os Jesuítas assumiram como frente de intervenção prioritária. A aposta na criação de uma rede internacional de colégios não pode ser desligada desta militância antiprotestante, ou seja, como instrumento fundamental para preparar novas elites católicas mais bem formadas em ordem a suster o movimento protestante mais alfabetizado e até mais intelectualizado.

A Companhia de Jesus elege-se como um grupo missionário de elite para prosseguir o escopo de luta contra o protestantismo (Franco, 2006: 155). Podemos, em certa medida, aventar que a primeira tentativa de criar redes globais de ensino está associada aos colégios dependentes de congregações religiosas. Neste sentido, é pioneira e emblemática a rede de colégios intercontinental dos Jesuítas, com a mesma estrutura, o mesmo ideário, os mesmos manuais e até o mesmo método de ensino [72], por vezes até com um conceito arquitetural mimeticamente reproduzidos nas diferentes paragens do globo onde implantavam os edifícios colegiais, embora com as devidas adaptações à cultura arquitetural das regiões onde se instalavam. Com efeito, a Companhia de Jesus faz dos colégios uma realidade internacional, expandindo-os de Ocidente a Oriente, imprimindo-lhes uma dinâmica nova, aprofundando técnicas pedagógicas e institucionalizando novas modalidades no ensino. As discussões acerca da proveniência histórica dos modelos educativos atuais quase sempre se ancoram entre os séculos XVI e XVIII, onde estão grande parte das mutações estruturais da educação, como o abandono da conceção

[72] Vide a edição da *Ratio Studiorum* em 1599.

medieval de ensino, com toda as suas implicações na estrutura curricular e na organização escolar, ou as estratégias de gestão da sala de aula. (Ramos do Ó, 2003: 165-167). Produz-se uma rutura em relação às universidades e instituições medievais, cuja autoridade do professor se baseia fundamentalmente na posse e na transmissão de determinados saberes[73].

2.1. OS JESUÍTAS A OCIDENTE E A ORIENTE

A vinda dos Jesuítas para Portugal deve-se à iniciativa de D. João III, a quem o Doutor Diogo de Gouveia, responsável pelo Colégio de Santa Bárbara em Paris, indicara a existência de um novo grupo de clérigos que considerava aptos para converter toda a Índia. Conforme afirma Jorge Couto: *Apesar do relevo que o ensino veio a assumir no seio da Companhia de Jesus, este múnus não se encontrava entre os objetivos iniciais do "grupo de Paris", ou seja, dos seus fundadores (Inácio de Loyola, Pedro Fabro, Francisco Xavier, Simão Rodrigues, Diogo Laínez, Afonso de Salmeirão e Nicolau de Bobadilla).* Santo Inácio de Loyola acedeu ao convite do rei português e enviou para Portugal, em 1540, dois dos seus primeiros companheiros: o navarro Francisco Xavier e o português Simão Rodrigues. O primeiro partiu no ano seguinte para a Índia, enquanto o segundo ficou na Europa, lançando as bases da Província de Portugal, ereta como primeira província de toda a Ordem, em 1546.

Graças a numerosos benfeitores, com destaque para a família real, o crescimento da Companhia de Jesus em Portugal foi extraordinariamente rápido. Em 1542, foi fundado o Colégio de Jesus, em Coimbra, para formação dos membros mais novos da Ordem. Seguiu-se-lhe, em 1551, em Évora, o Colégio do Espírito Santo e, em 1553, a casa professa de S. Roque, centro das atividades apostólicas na capital. O primeiro colégio em que os Jesuítas deram aulas públicas foi o de Santo Antão, em Lisboa, inaugurado em 1553. Em 1559, foi fundada a Universidade de Évora e, progressivamente, a atividade pedagógica dos Jesuítas foi-se estendendo às principais cidades do país. Os Jesuítas portugueses foram educadores, confessores e pregadores dos reis e da corte, mas dedicaram-se com igual entusiasmo a um vasto leque de outras tarefas. A comprová-lo está o apelo pela dedicação ao ensino do catecismo e pela abnegação com que se entregaram aos ministérios sacerdotais e a obras caritativas. Ocupavam-se dos encarcerados, visitavam os hospitais, assistiam os condenados à morte e, indiferentes aos perigos, excediam-se em generosidade por ocasião de epidemias e calamidades.

A expansão em Portugal foi acompanhada desde o início por grande empenho missionário. Em 1542, S. Francisco Xavier desembarcou em Goa com dois companheiros e depois de percorrer vastas regiões da Índia, esteve em Malaca e nas Molucas, chegando ao Japão, em 1549. Veio a falecer em 1552, quando se preparava para entrar na China. A evangelização do Oriente continuou a cargo de sucessivas levas de missionários que diversificaram as regiões alcançadas: Macau (1565); império do Grão-Mogol (1579), China (1583), Pegú e Bengala (1598), Cochinchina (1615), Camboja (1616), Tibete (1624), Tonquim e Sião (1626), Laos (1642). Em África, os Jesuítas estavam no Congo, em 1547, e em Angola, em 1560; em 1557, chegavam à Etiópia e, em 1560, penetraram em Moçambique, na região do Monomotapa. Em 1604, iniciaram a missão de Cabo Verde donde passaram à Guiné e Serra Leoa. A primeira expedição ao Brasil, em que ia como superior o P. Manuel da Nóbrega, data de 1549 e foi seguida por numerosas levas de missionários.

[73] O professor medieval dirige-se a um amplo auditório de estudantes, sem importar a idade. O conjunto de alunos é considerado um ser com autonomia, que não tem de ser estimulado nem tutelado. A ação do professor cessa quando acaba a lição. A *Ratio Studiorum* regulamenta a ocupação do espaço e do tempo de forma tal, que o aluno dificilmente questiona os métodos a que está submetido: a separação por secções, os frequentes exercícios escritos, os distintos níveis de conteúdo, os prémios, as recompensas, etc. O objetivo é que o aluno se mantenha ocupado e ativo. A aprendizagem toma a forma de um contínuo, dividindo os alunos de cada classe em campos opostos, num sistema de competição. Todo este processo competitivo e de emulação reforça-se com debates e exames públicos, aos quais assistem as autoridades locais e as famílias dos colegiais. Compreende-se facilmente que o mérito individual e o êxito escolar encontram aqui terreno fértil, ao contrário do ensino praticado nas Universidades medievais, onde o esforço individual não obtinha recompensas imediatas e os escassos exames eram tão só uma formalidade para os que assistiam aos cursos. (Varela e Alvarez-Uría, 1991: 32-34)

Inseridos no Padroado português, os religiosos da Companhia partilhavam espontaneamente da mentalidade da época, segundo a qual o apoio das autoridades civis constituía o caminho mais seguro e eficaz para a cristianização. Ao mesmo tempo, contudo, alguns Jesuítas mais ousados, animados pelo espírito de missão até ao risco do martírio, dispuseram-se a ultrapassar as zonas diretamente controladas pela administração portuguesa, tornando-se até exploradores europeus pioneiros de regiões inóspitas e desconhecidas. São quase lendárias as figuras do P. António de Andrade e do Ir. Bento de Góis: o primeiro viajou até ao Tibete, sendo o primeiro europeu a atravessar os Himalaias; o segundo foi o primeiro explorador português do caminho terrestre da Índia para a China através da Ásia Central. A todas as regiões que missionaram, os Jesuítas levaram a preocupação pedagógica que os caraterizava. Principalmente no Brasil, fundaram uma rede de colégios, seminários e escolas primárias e oficinais com ensino gratuito sustentado por explorações agropecuárias e outras propriedades legadas para património dos centros de ensino. No campo científico, os missionários da Companhia efetuaram observações que vieram enriquecer o conhecimento das regiões que percorreram. A linguística foi outro campo em que se tornaram beneméritos. A preocupação de aprender as línguas dos povos que evangelizavam levou-os a elaborar gramáticas e dicionários e a publicar obras de catequese e outras nas mais variadas línguas.

Toda esta atividade foi bruscamente interrompida por decisão de Pombal, em 1759, ao ser decretada a expulsão dos Jesuítas de todos os territórios portugueses. A expulsão dos Jesuítas causou um significativo vazio no ensino e Portugal e nas suas colónias. Uma situação idêntica deu-se em Macau. Os colégios de São Paulo e de São José ficaram abandonados (Azevedo, 1984: 23). As causas desta decisão parecem encontrar-se, sobretudo, em motivos de natureza ideológica e política.

A Companhia de Jesus era um obstáculo ao projeto político que se pretendia implementar: um sistema que Carvalho e Melo considerava mais moderno, centralizado no poder absoluto e inquestionável do Estado. Dominando o sistema de ensino, em Portugal e no Ultramar, vinculados por uma ligação especial a Roma e possuidores de um grande influxo cultural, os Jesuítas formavam um corpo facilmente visto como ameaça para um sistema absolutista que ambicionava controlar todos os aspetos da vida social, incluindo uma Igreja mais submetida ao Estado. Se a esta moldura ideológica, juntarmos a apetência pelo património considerável na posse dos Jesuítas, teremos reunidas as condições para o desencadear da perseguição. A campanha antijesuítica montada por Pombal levou à formulação de uma série de acusações publicitadas em toda a Europa. Entre essas acusações, encontravam-se: a resistência dos Jesuítas à aplicação do Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e a Espanha para a delimitação de fronteiras na América do Sul; a oposição, no Brasil setentrional, às leis que regulavam a administração das aldeias de índios; o exercício de atividades comerciais proibidas a religiosos; a decadência dos Jesuítas portugueses; a difamação do rei no estrangeiro; e a participação pelo menos moral no atentado contra D. José e na revolta popular do Porto ocorrida em 1757. A luta de Pombal contra a Companhia de Jesus não se limitou aos domínios da Coroa portuguesa. Prolongou-se, em conjunto com as cortes bourbónicas, até alcançar o fim pretendido: a extinção da Companhia de Jesus, em 21 de julho de 1773, por breve do papa Clemente XIV.

2.2. EVANGELIZAÇÃO A ORIENTE

O caráter universalista que estrutura a dinâmica de transmissão do Cristianismo contribuiu imenso para legitimar a atividade expansionista, levando os missionários a aproveitarem essa oportunidade para espalhar a palavra do Evangelho pelo mundo (Oliveira e Costa, 1998: 3). Os universos culturais e mentais das sociedades do Extremo Oriente afiguraram-se aos olhos dos missionários, muito mais difícil e complexa natureza em comparação com a missionação tradicional europeia. Na China e no Japão, os missionários *[d]epararam-se aí com culturas, de forma mais patente e ampla no Japão e na China, que não mostravam quaisquer sentimentos e atitudes de inferioridade ou de espanto em relação à cultura dos ocidentais, diferentemente do que se tinha verificado ao longo da costa africana ou na parte já conhecida das Américas ditas Índias Ocidentais* (Franco, 2006: 194).

Decorre daqui a primeira grande dificuldade dos missionários: como persuadir estes povos, cujas tradições religiosas eram milenares, detentores de uma cultura aperfeiçoada e elaborada, acerca das vantagens da religião cristã. Alguns missionários tiveram o discernimento para perceber, em pouco tempo, que estavam perante um campo de missão radicalmente distinto, que necessitava de uma reavaliação dos métodos e estratégias de evangelização, e até uma revisão da seleção e da organização no processo de transmissão dos conteúdos doutrinais. (Ibidem: 195). Procurando levar o mais longe possível a realização da utopia da universalização do cristianismo, alguns Jesuítas agiram movidos pelo ambiente de militância proselitista impulsionado pela Contrarreforma, consagrada pelo Concílio de Trento (Oliveira e Costa, 1998: 195).

3.MACAU, O IMPÉRIO DO MEIO: INTERFACE ENTRE A EUROPA E O ORIENTE

Os portugueses atingiram a China pela primeira vez em 1513, muito antes de quaisquer outros povos europeus. Por esses anos, possuíam já bases seguras em Goa, em Malaca e em outros pontos da Ásia marítima, a partir dos quais intervinham de forma cada vez mais regular no comércio asiático. A viagem à China revelou-se lucrativa, e os portugueses passaram a frequentar regularmente o litoral meridional chinês, dedicando-se a frutuosos intercâmbios mercantis e também a contactos culturais enriquecedores. A partir da sua base em Malaca, onde se estabeleceram em 1511, os portugueses exploraram todas as potencialidades do mar do Sul da China. A escolha da localização de Macau foi feita por volta de 1555 por mercadores portugueses familiarizados com as costas meridionais da China. (Manguin, 1999: 41).

Por volta de 1557, graças a uma auspiciosa conjugação de fatores, os portugueses conseguiram autorização das autoridades chinesas para fundarem uma base permanente na pequena península de Xiangshan, na embocadura do rio das Pérolas. Assim nasceu Macau, estabelecimento português em território do Império do Meio, que em poucos anos se transformou num dos maiores e mais ativos centros portuários do mar do Sul da China. Por volta de 1583, os portugueses estavam firmemente implantados em Macau, graças à cumplicidade de certos funcionários locais, mas também com o aval tácito do Imperador Wan Li. Depois da fundação de Macau, a Companhia de Jesus passou a utilizar este estabelecimento português essencialmente como base de apoio à missionação do Japão, que conhecia então um estrondoso sucesso, com a vertiginosa multiplicação das conversões. A atenção dos padres Jesuítas dada à China irá transformá-los em observadores privilegiados, ao mesmo tempo que mantinham um eficiente sistema epistolar que permitiu a difusão de notícias cada vez mais amplas e seguras sobre a realidade chinesa (Loureiro, 1999: 34-37).

Macau foi, ao longo da sua história, um local privilegiado de encontro de povos e culturas. Os portugueses trouxeram para o território os seus hábitos e a sua língua, as suas crenças e as suas instituições, as suas técnicas e o seu saber. E encontraram em Macau a milenar civilização chinesa. Em mais de quatro séculos de convívio entre portugueses e chineses, verificaram-se constantes fenómenos de simbiose e de aculturação. Desde a instalação dos portugueses, entretanto, Macau transformou-se num dinâmico centro de intercâmbio cultural. Para além de desempenhar o papel de centro difusor do Catolicismo na Ásia Oriental, a povoação funcionou também como centro de recolha e de divulgação de notícias sobre a China. Os portugueses e outros europeus que passavam pela cidade luso-chinesa recolhiam avidamente informações do mais variado teor sobre a China: as caraterísticas geográficas, as formas de organização administrativa e política, as crenças e as filosofias, as práticas sociais e as atividades produtivas. Numerosas relações e informações preparadas por portugueses, sobretudo missionários Jesuítas, deram a conhecer à Europa a realidade chinesa, quase sempre de uma forma positiva. A primeira monografia impressa na Europa sobre o mundo chinês foi o *Tratado das Coisas da China*, do dominicano português Gaspar da Cruz (Évora, 1570).

Até meados do século XVIII, os destinos de Macau foram positivamente influenciados por pressões exercidas junto da Corte imperial chinesa pela missão jesuíta de Pequim, fundada por Matteo

Ricci, em 1601. Embora a religião católica nunca tivesse alcançado grande popularidade, os missionários Jesuítas souberam conquistar estratégicas posições no interior da burocracia imperial chinesa, nomeadamente como especialistas em astronomia e em matemática. E como Macau foi desde sempre o seu único ponto de ligação com a Europa, acorreram regularmente em defesa dos interesses do território em momentos de especial crise, como aquele que se viveu no período conturbado de transição da dinastia Ming para a dinastia Qing. Macau desenvolveu-se na confluência entre o mundo chinês e o mundo ocidental, recebendo contributos de ambos para a formação de uma identidade cultural muito própria, que se enriqueceu ainda mais através do intercâmbio com outras regiões asiáticas. Diferentes comunidades em presença contribuíram para um ativo diálogo intercultural, que produziu ao longo dos tempos curiosos fenómenos de simbiose, sobretudo a nível social, a nível institucional e a nível patrimonial (Loureiro, 2005: 666).

4.O COLÉGIO DE SÃO PAULO: CENTRO DE MISSIONAÇÃO E CULTURA

A Companhia de Jesus aceitou a responsabilidade de lecionar e dirigir espiritualmente o estabelecimento que se viria a transformar, em 1548, no grande Seminário de Santa Fé, anexo ao Colégio de São Paulo, o mais importante centro de formação jesuítica a Oriente. A decisão de exercer esse ministério revelou-se um precedente importante para desencadear uma reflexão no seio da Companhia sobre a instrução e o múnus de ensinar. O Colégio de São Paulo, em Macau, também conhecido como Colégio da Madre de Deus, tornou-se instituição de nível quase universitário (Couto, 2008: 13). É considerado como a primeira instituição universitária de tipo ocidental na Ásia Oriental, contando com um programa académico extenso, equivalente ao currículo de uma Universidade. Fundado por Alessandro Valignano, quando em 1594 ampliou a antiga escola da Madre de Deus com o objetivo de criar uma escala para preparar os missionários Jesuítas que viajavam para Oriente. O seu programa académico incluía disciplinas fundamentais, como a teologia, a filosofia, a matemática, a geografia, a astronomia, e as línguas, Latim, Português e Chinês, além de uma escola de música e de artes, o trabalho missionário levado a cabo pelos Jesuítas de Macau foi crucial na difusão do Catolicismo no Extremo Oriente, permitindo também um maior intercâmbio cultural, científico e artístico, com outros povos e outras culturas.

O Colégio também oferecia uma instrução básica para os habitantes da cidade, ensinando-lhes coisas simples, mas muito importantes, como por exemplo a ler, a escrever e a contar (Loureiro, 1999: 38). O Colégio conferia graus académicos e eclesiásticos a clérigos e a leigos e continha no seu programa de estudos um tal número de atividades letivas que o transformaram no maior instituto católico do Extremo-Oriente. Ali estavam incorporados dois seminários para seculares, uma Universidade, dotada de Faculdade de Letras, Filosofia e Teologia, uma escola elementar e escola de Música e Artes Plásticas. Assim, ensinavam-se em Macau as primeiras letras até aos mais altos conhecimentos da Sagrada Teologia. Tinha um mestre de ler, escrever e contar; dois mestres de Latim e um de Filosofia; dois de Sagrada Teologia; um de Moral e Casos de Consciência e um Prefeito de estudos. Na Igreja do Colégio conferia-se um grau em Artes aos que mereciam. O Colégio dispunha de outra dependências como uma Farmácia, ou "Botica", a melhor de Macau, e até de uma tipografia de carateres móveis, a primeira que os Jesuítas trouxeram para Macau e para o Japão (1588). A primeira obra impressa nesta oficina foi o relato de uma embaixada que os japoneses enviaram ao Papa Gregório XIII (1572-1585). No Colégio também se guardava o Arquivo da Província Jesuíta e instalara-se uma biblioteca com mais de 5.000 volumes. O colégio acompanhava o progresso de estabelecimentos de ensino similares (Azevedo, 1984: 12-13).

Em 1594, esta instituição universitária já contava com mais de 200 estudantes e 59 professores Jesuítas. O número de estudantes continuou a aumentar devido à intensificação do trabalho missionário no Oriente. Inúmeros estudiosos de mérito reconhecido passaram pelo Colégio: Alessandro Valignano (1578-1606), fundador do colégio e promotor do estudo das línguas japonesa e chinesa. O padre Valignano, Visitador jesuíta no Oriente, logo depois da primeira visita efetuada a Macau, em 1577-1578, delineou uma estratégia mais adaptada às realidades locais, sugerindo aos missionários uma prévia aprendizagem da língua e dos costumes chineses (Loureiro, 1999: 38),

assinalando, numa das suas cartas que *era coisa muito acertada que alguns dos nossos aprendessem a língua mandarim*, adiantando que dois dos padres residentes em Macau já se dedicavam a tal tarefa (Valignano, 1960: fl. 75. apud Loureiro, 1999: 38) Graças às suas qualidades humanas e teológicas excecionais, Valignano foi escolhido, em 1572, para encabeçar a implementação da Missão do Japão e mesmo de todo o Oriente remoto, e em 1589 compilou um vasto compêndio narrativo intitulado *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales*[74] (Gonçalves, 2008: 355; 357). A Valignano se deve a visão estratégia e sábia de dissociar os missionários da Companhia da imagem de estrangeiros europeus bárbaros. Ao definir os princípios gerais para a missionação no país, elegeu como primacial a atenção aos valores intelectuais e espirituais dos chineses; o domínio perfeito da sua língua e a manipulação de conhecimentos científicos e técnicos (Valignano, 1944: 214 e ss. apud Franco, 2006: 221).

De entre as figuras ligadas ao Colégio, destacam-se Michelle Ruggieri e Matteo Ricci, coautores do Dicionário Português-Chinês, o primeiro Dicionário europeu de Chinês. O padre Matteo Ricci foi um grande pioneiro dos estudos sinológicos, estabelecendo em Pequim as bases de uma missão jesuíta, que num lento e elaborado processo de aculturação, passava pela adoção pelos missionários de práticas sociais chinesas e pela aprendizagem da língua sínica. (Idem, Ibidem). Foi também o Padre Matteo Ricci quem se preocupou em encontrar nas tradições chinesas os elementos que se podiam harmonizar com os preceitos cristãos, iniciando-se um processo de inculturação que levou a introduzir na China arquétipos mentais que de uma certa maneira lhe eram estranhos (Colla, 2008: 409). Matteo Ricci, juntamente com outros Jesuítas italianos e portugueses (António de Almeida, Álvaro Semedo, Francisco de Petris, António Magalhães, Lazzaro Cattaneo, João Soeiro, etc.) foram os precursores de tantos outros Jesuítas, como os mais conhecidos Longobardi, Schall, Le Comte, Verbiest, Gaubil, Amior, entre tantos outros, que ensaiavam um diálogo com a cultura sínica, pela qual ficaram fascinados.

O jesuíta italiano Michelle Ruggieri, escolhido pelo Visitador Alessandro Valignano, foi um dos jesuítas que conseguiu, no ano de 1579, penetrar no interior da China pela via da feitoria portuguesa de Macau, abrindo assim caminho a Matteo Ricci para que este iniciasse, em 1583, a introdução do Cristianismo no Império celeste, ao receber a primeira autorização por parte das autoridades chinesas para fixar a sede da sua empresa em Shiu-Hing, da província de Kuan-gkung (Franco: 2006, 221-222). Outras figuras ligadas ao Colégio foram

João Rodrigues, que organizou o primeiro Dicionário europeu de japonês, o Nippo Jisho;

Johann Adam Schall von Bell, conselheiro do Imperador Shunzhi, diretor do Observatório Imperial e do Tribunal das Matemáticas;

Alexandre de Rhodes (1630-1640), autor do Dicionário Vietnamita-Português-Latim, publicado em Roma, em 1651;

Michal Boym (1643), professor no Colégio, autor de numerosas obras sobre a fauna, flora e geografia asiáticas;

Ferdinand Verbiest (1659), matemático e astrónomo, corrigiu o calendário chinês, foi Chefe do Conselho de Matemática e Diretor do Observatório;

Tomás Pereira, considerado o introdutor da música ocidental na China, emissário do Imperador Kangxi no Tratado de Nerchinsk;

Manuel Dias (Yang MaNuo), introdutor do telescópio na China apenas três anos após Galileu o ter divulgado;

Martino Martini, cartógrafo e historiador; Giulio Alenio; Xu Guangqi: mandarim católico, agrónomo, astrónomo e matemático.

Alguns dos trabalhos produzidos pelos religiosos Jesuítas e pelos seus colaboradores chineses foram impressos em Macau, que por processos xilográficos, quer em tipografia de carateres móveis. (Loureiro, 2005: 664). Obras como o extenso tratado *De Missione Legatorum Iaponensium*[75], elaborado sob a responsabilidade do padre Duarte de Sande e impresso em Macau em 1590, relatava a jornada

[74] Valignano, Alessandro. (1944) *Historia del Principio y Progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales*, Josef Wicki, s.j., (Ed.), Roma.

[75] Sande, Duarte de S.J. (1590) De missione legatorum Iaponensium ad Romanam curiam, rebusq, in *Europa, ac toto itinere animaduersis dialogus*, Macau: Companhia de Jesus.

efetuada a alguns países europeus por quatro jovens embaixadores japoneses. Mas a determinada altura incluía um largo capítulo sobre a China, no qual figuravam já algumas novidades recolhidas por Matteo Ricci. Outras publicações contribuiriam em breve para difundir em Portugal, e na Europa, as informações recolhidas pelos missionários Jesuítas, que circulava eficazmente através de um elaborado sistema de *Cartas Ânuas* (Loureiro, 1999: 39). O Colégio de São Paulo de Macau teve enorme influência na aprendizagem pioneira das línguas e culturais orientais, abrigando os primeiros sinólogos ocidentais, como Matteo Ricci, Johann Adam Schall von Bell e Ferdinand Verbiest, entre muitos estudiosos notáveis da época. Tornou-se um centro asiático de formação de missionários católicos e contribuiu significativamente na difusão do Catolicismo na China e em todo o Extremo Oriente. Neste processo, os missionários funcionaram como mediadores culturais, incluindo no programa de "evangelização" do Extremo Oriente a vontade de sublinhar as semelhanças entre o mundo ocidental e o mundo oriental, facilitando de alguma forma uma assimilação religiosa (Colla, 2008: 403).

Funcionando como um importante ponto de partida de missionários católicos para os diferentes países da Ásia Oriental, principalmente o Japão e a China, desenvolveu-se interligado com o próspero comércio entre Macau e Nagasáqui, no que ficou conhecido como Período Nanban. Em 1639, depois de uma revolta atribuída à influência religiosa, o Catolicismo foi banido no Japão e os portugueses foram expulsos. O Colégio tornou-se então um refúgio para os sacerdotes em fuga. Os Jesuítas abandonaram-no em 1762, quando foram expulsos pelas autoridades portuguesas, durante a extinção da Companhia de Jesus. Em 1835, os edifícios foram destruídos por um incêndio. Da Igreja, restou uma imponente fachada de granito e uma escadaria monumental, mas pouco do colégio. Em 2005, as Ruínas de São Paulo, nomeadamente a fachada da Igreja da Madre de Deus, foram incluídas no Centro Histórico de Macau, por sua vez incluído na Lista do Património Mundial da Humanidade, da UNESCO.

4.1. ARQUITETURA DO COLÉGIO: TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Em termos arquitetónicos, é curioso observar que até 1930, quase todos os edifícios de estilo ocidental em Macau foram concebidos por homens sem qualificações académicas adequadas, tendo estes criado edifícios segundo padrões e modelos culturais e arquitetónicos que não compreendiam na sua totalidade. O resultado foi uma excessiva preocupação pelo estilo, o que entrou em conflito com a integridade das edificações e com a coerência de todas as interpretações das regras estabelecidas para a composição e design. Os edifícios eram sobretudo exercícios de gosto pessoal, mais do que uma abordagem técnica correta e erudita. Estes edifícios, combinados com arquétipos locais e tradições arquitetónicas, como o *fengshui*, construindo o discurso arquitetónico sobre uma mistura viva, rica e por vezes irónica pelos seus contrastes. É necessário ter em conta que os planos arquitetónicos eram discutidos em chinês, português e muitas outras línguas, muitas vezes com incorreções linguísticas e gramaticais. A Igreja de São Paulo, ou aquilo que restou desta, é o *ex-libris* de Macau.

As ruínas de hoje são aquilo que restou da segunda igreja jesuíta, construída entre 1602 e 1638. Julga-se que foi arquitetada pelo padre Carlos Spínola, um jesuíta italiano. O desenho da fachada é puramente europeu, a composição inspirada pelas igrejas construídas na segunda metade do século XVI em Milão e Génova, mas os detalhes e alguns recursos são chineses. A fachada, com a sua composição invulgar, foi construída com granito local e dividida em quatro vãos horizontais, coroada por um frontão triangular. As outras paredes, destruídas no fogo de 1835, foram construídas com decorações de granito. O teto da catedral era de madeira, coberto de telhas de cerâmica. Esta fachada europeia, contudo, é ricamente decorada com relevos, como cenas litúrgicas, pictogramas chineses e monstros mitológicos (Marreiros, 1987: 98-100).

A Igreja divide-se em ordens, numa harmonia perfeita, cada uma delas apoiada em colunas dóricas, com a sua decoração própria. Entre os diversos elementos da simbologia que a ornam destacam-se, no segundo plano, aberto por três largas janelas, as estátuas de São Francisco de Borja, Santo Inácio de Loyola, São Francisco Xavier e São Luís de Gonzaga. Na terceira ordem, à esquerda, lê-se em carateres chineses a seguinte inscrição: *Lembra-te da morte e que não deverás*

pecar (Azevedo, 1984: 16). A mistura entre a arquitetura ocidental e a chinesa é caraterística de Macau. A razão principal para esta emergência é que o arquiteto europeu não podia, ou não queria, controlar todos os detalhes da construção que eram executados pelos trabalhadores chineses e japoneses. No caso de São Paulo, o arquiteto Spínola permaneceu em Macau somente entre 1602 e 1604, deixando a catedral para ser completada na sua construção por locais (Marreiros, 1987: 98-100).

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à atividade realizada pelos Jesuítas nos espaços extraeuropeus, a Companhia de Jesus foi a ordem religiosa com maior impacto na propagação do Cristianismo durante os séculos XVI e XVII. A presença franciscana, dominicana ou agostiniana não tiveram a mesma amplitude e influência no Oriente, ou pelo menos, a sua influência não foi tão mediatizada. No caso do Japão, e também no caso de Macau, os Jesuítas transpuseram o plano religioso, intervindo no plano político e económico. O estabelecimento de estreitas relações e de alianças com os poderes centrais permitiram aperfeiçoar e regular estratégias de conversão (Oka, 2008: 359). Conforme afirma Rafael Ávila de Azevedo: *Os Jesuítas, com o seu extraordinário ardor missionário, o elevado nível da sua cultura humanística, e da sua formação pedagógica, podem ser considerados os pioneiros da expansão da cultura portuguesa em Macau* (Azevedo, 1984: 10).

Paralelamente, os Jesuítas envolveram-se no trato comercial entre Macau e o Japão, aproveitando os ganhos destas atividades para estabelecer uma base económica de sustentação e expansão da missionação no Extremo-Oriente (Oka, 2008: 359). A ousadia da Companhia de Jesus revelou-se particularmente frutífera no campo de missão da China. Em nenhum outro campo de missão se revelou tão amplo e tão consequente como ali. Os missionários Jesuítas tentaram conquistar a simpatia, a admiração e o acolhimento dos chineses não só pelos interesses comerciais, mas também pela revelação de conhecimentos nas áreas da matemática, da astronomia, da geometria, que eles ainda não possuíam. Em particular pela ciência, os missionários Jesuítas conseguiram ganhar, num longo e acidentado percurso, a confiança dos letrados da corte chinesa, sendo chamados a prestar destacados serviços no campo da ciência, da técnica e até no plano da diplomacia, como acontecera, de modo análogo, no Japão (Franco, 2006: 222-223).

Esta missão jesuíta, instalada em território imperial, permitiu a obtenção de renovadas informações sobre todos os quadrantes da realidade chinesa, contribuindo assim decisivamente para alargar e aprofundar o conhecimento europeu do Império. Os padres da Companhia de Jesus assumiram o papel de informadores oficiosos, canalizando para Portugal um inesgotável manancial de dados factuais, largamente aproveitados pela literatura ultramarina portuguesa (Loureiro, 1999: 38). Como afirma Elisabetta Colla: *A história da China na época moderna, até 1773, era sem dúvida nenhuma a história da Companhia de Jesus no Império do Meio* (Colla, 2008: 407).

O Colégio de São Paulo revelou-se um expoente máximo da atividade de globalização educativa dos Jesuítas, transformando-se no mais prestigiado instituto católico do Extremo-Oriente. Na perspetiva de universalização do Cristianismo da Companhia de Jesus insere-se também a rede de colégios Jesuítas. Para os inacianos, a mais alta finalidade das Descobertas é a conversão dos povos ao Catolicismo e a integração no corpo místico e institucional da Igreja na qualidade de batizados. Na plena consciência do seu perfil maleável, a Ordem de Santo Inácio percebeu que estava vocacionada para uma ação concertada em vários cenários de missão, investindo na formação intelectual dos seus membros, reinventando soluções para os novos desafios missionários que a modernidade lançou à Igreja (Pécora, 1994: 50).

Assim como aconteceu em outros campos de missão, a abertura de um Colégio às Portas da China, que se veio a revelar tão qualificado e qualificador pelo seu nível de ensino e pelos professores e alunos que ali conviveram e produziram saber, revelou-se um facto histórico da maior importância para história das relações culturais e religiosas entre o Oriente e o Ocidente. Além de qualificar o labor missionário dos Jesuítas, preparando os seus membros para dialogar com as culturas muito aperfeiçoadas da China e do Japão e também de outros povos

circunvizinhos do Extremo-Oriente, este colégio permitiu a formação de homens de cultura que vão contribuir para um intercâmbio significativo de produtos civilizacionais da maior relevância nesta época charneira da protoglobalização. Traduzem-se obras científicas e pedagógicas quer da cultura portuguesa e europeia, quer dos povos missionandos, nomeadamente da China, elaboram-se histórias desses povos à luz da metodologia historiográfica ocidental, adaptam-se manuais didáticos conformes às práticas locais, destacando-se em todo este processo figuras intelectuais pioneiras no pensamento e no estabelecimento de uma visão moderna das relações entre os povos e culturas, dos quais Matteo Ricci é a mais emblemática. Só um colégio com um programa de ensino bem estruturado, exigente, atento aos desafios das culturas e dos povos para onde teria de enviar os seus formandos poderia produzir uma plataforma de trocas culturais que se veio a tornar da maior relevância para a história do encontro e intercâmbio entre povos e culturas.

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

6.1. LIVRO:

Amaro, Ana Maria. (1998) *O Mundo Chinês. Um longo diálogo entre culturas*, Volume 1, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Azevedo, Rafael Ávila de. (1984) *A Influência da Cultura Portuguesa em Macau*, Biblioteca Breve, Série História, Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, Ministério da Educação.

Barreto, Luís Filipe (2006), *Macau: Poder e Saber – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Presença.

Boxer, Charles Ralph. (1991) *Estudos para a História de Macau, Séculos XVI a XVIII*, 1.º Tomo, Lisboa: Fundação Oriente.

Franco, José Eduardo. (2006) *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX), Das Origens ao Marquês de Pombal*, vol. 1, Lisboa: Gradiva.

Loureiro, Rui Manuel. (1999) *Guia de História de Macau, 1500-1900*.

Mesquitela, Gonçalo. (1996) *História de Macau*. Volume I – Tomo I. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Oliveira e Costa, João Paulo. (1998) *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís de Cerqueira*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, Lisboa.

Pécora, Alcir. (1994) *Teatro do Sacramento: A Unidade Teológico-Retórico-Político dos Sermões de Antônio Vieira*, São Paulo, EDUSP.

Ramos do Ó, Jorge. (2003) *O Governo de Si Mesmo: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX)*, Lisboa: Educa.

Sande, Duarte de S.J. (1590) De missione legatorum Iaponensium ad Romanam curiam, rebusq, in *Europa, ac toto itinere animaduersis dialogus*, Macau: Companhia de Jesus.

Valignano, Alessandro. (1944) *Historia del Principio y Progresso de la Compañía de Jesús en las Índias Orientales*, Josef Wicki, s.j., (Ed.), Roma.

Valignano, Alessandro. (1960) *Livro das Cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia*. Edição de Francisco Paulo Mendes da Luz, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Varela, Julia e Alvarez-Uría, Fernando. (1991) *Arqueologia de la Escuela*, Madrid, Ediciones Endymion.

6.2. CAPÍTULO/ARTIGO DE LIVRO:

Colla, Elisabetta. (2008) "Estudar o impacte do Cristianismo na China: comparações por analogias versus saber ver, In Pinto, Paulo Mendes, Teixeira, Alfredo (Dir.), *Revista Lusófona de Ciências das Religiões, Vieira e a possibilidade de um novo mundo: Missionação no Império Colonial Português*, Ano VII, n.º. 13/14, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Couto, Jorge. (2008) "A difícil aceitação pela Companhia de Jesus do múnus da instrução", in Henrique Leitão (coord.), *Sphaera Mundi*: *A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*. Lisboa: BNP, pp. 12-19.

Gonçalves, Rui Coimbra. (2008) "Alessandro Valignano, teólogo e missionário", in Pinto, Paulo Mendes, Teixeira, Alfredo (Dir.), *Revista Lusófona de Ciências das Religiões, Vieira e a possibilidade de um novo mundo: Missionação no Império Colonial Português*, Ano VII, n.º. 13/14, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Loureiro, Rui. (2005). "História de Macau". In Cristóvão, Fernando (Dir. e coord.), Maria Adelina Amorim, Maria Lúcia Garcia Marques, Susana Brites Moita. *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 663-666.

Marreiros, C. (1987) "Traces of Chinese and Portuguese Architecture". In Cremer, R. D. (Ed.). *Macau, City of Commerce and Culture*, Hong Kong: UEA Press Ltd, 1987, pp. 87-102.

Mourão, José Augusto. (2008) "Gramatização e Missão", In Pinto, Paulo Mendes e Teixeira, Alfredo (Dir.), *Revista Lusófona de Ciências das Religiões, Vieira e a possibilidade de um novo mundo: Missionação no Império Colonial Português*, n.º 13/14, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Oka, Mihoko. (2008) "Os Jesuítas e o comércio entre Macau e o Japão", in Pinto, Paulo Mendes e Teixeira, Alfredo (Dir.), *Revista Lusófona de Ciências das Religiões, Vieira e a possibilidade de um novo mundo: Missionação no Império Colonial Português*, n.º 13/14, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Urbano, Carlota (2009). "O Padre António Vieira e a Companhia de Jesus", in José Eduardo Franco (coord.), *Entre a Selva e a Corte: Novos Olhares sobre Vieira,* Lisboa / Florianópolis, Esfera do Caos.

6.3. ARTIGO DE REVISTA:

Barreto, Luís Filipe (2006). "A Herança dos Descobrimentos", Revista ICALP, Instituto Camões, edição online, pp. 1-13:

14. FRANCISCO FERNANDES MADRUGA, EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS *HTTP://WWW.CALENDARIO.PT*

,

TEMA 3.6 A IMPORTÂNCIA DO LIVRO NA PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS NO CONTEXTO DA LUSOFONIA- FRANCISCO MADRUGA, EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS, VILA NOVA DE GAIA, PORTUGAL

Várias vezes tenho sido questionado por muitos sobre a importância destes colóquios, o que fazemos, o que discutimos, o que concluímos e mais importante do que isto, que resultados práticos para a "dita preservação das línguas no contexto da lusofonia". Nem sempre é fácil explicar a pessoas tão diversificadas a importância dos Colóquios e ainda mais difícil traduzir por palavras o enorme esforço de investigação que muitos dos participantes fazem no estudo de autores e da sua obra, das tradições e da interrelação entre os vários países da Lusofonia.

Juntar tudo isto não é fácil nem será no futuro atendendo às enormes disparidades entre estes países. O trabalho desenvolvido nas Universidades e Politécnicos conduzirá a resultados palpáveis no aprofundamento destas realidades que como é sabido tem interessado académicos dos mais diversos países fora do contexto da Lusofonia. Se é verdade que todo este trabalho está compilado não é menos verdade que não basta traduzir obras de autores para eles estarem automaticamente disponíveis.

De igual modo a recolha, registo e publicação de trabalhos de investigação em torno dos dialetos enriquece em grande medida o estudo das diversas línguas. É verdade que estou a ir por um caminho polémico de uma área que não domino, mas que pretendo refletir com todos vós e dar o salto para aquilo que verdadeiramente me fez estar aqui a partilhar experiências. Não vos vou falar de mercado, do valor da língua (a língua não tem preço), da edição dos livros, da distribuição dos livros. Pretendo nesta curta intervenção deixar espaço para o diálogo se assim o entenderem. Ou talvez vá, quem sabe não acabaremos inevitavelmente a conversar sobre isso mesmo.

Nesse contexto poderia iniciar o diálogo "o que faz falta":

O que faz falta é uma política cultural de incentivo às trocas entre os diversos países onde se fala português.

O que faz falta é o apoio aos autores, editores e distribuidores que permita fazer chegar aos quatro cantos do mundo o que de melhor se escreve e edita.

O que faz falta nem sempre se resolve com dinheiro ou com mais dinheiro.

O que faz falta pela experiência das ténues trocas dentro do mercado lusófono são no fundamental as seguintes:

- Preços de transporte comparticipados.
- Facilidades aduaneiras na entrada dos livros.
- Apoio em cada país à distribuição e comercialização de livros em língua portuguesa.
- Constituição de um fundo de garantia a estas trocas comerciais.
- Apoio a deslocação de autores para promoção das suas obras.
- Organização de Feiras do Livro que permita dar a conhecer o que de melhor se faz em cada país.

É que não basta subsidiar para publicar. Talvez na última década o governo português através do IPLB selecionou um conjunto vasto de autores e de obras de clássicos de língua portuguesa a cuja edição puderam concorrer as editoras portuguesas. Obras de autores publicados estavam há muito esgotadas. Toda esta ação foi acompanhada de uma intensa campanha de divulgação nos órgãos da comunicação social e com suportes nos próprios locais de venda. Apesar de esta ação constituir uma importante contribuição para a divulgação dos clássicos isso não foi decisivo para o êxito dos princípios enunciados. E tal aconteceu atendendo a que não existiu uma atitude concertada entre os ministérios da Cultura e da Educação.

Enquanto a Cultura dava um empurrão à Edição, a Educação continuava a insistir nos programas com autores estrangeiros e autores mais mediáticos. Mais recentemente o PNL (Plano Nacional de Leitura) recentemente alargado a todo o território nacional veio consolidar uma parceria público privada para disponibilização de meios para aquisição de livros e audiovisual para bibliotecas

municipais e escolares. Mesmo neste contexto a seleção de livros da responsabilidade de um comissário nacional não tem tido em conta a proteção e o incentivo aos livros de autores lusófonos. O caminho que se está a seguir é o inverso e tende a concentrar estas trocas comerciais com os grandes grupos editorais que se vão instalando nos países mais desenvolvidos, como o Brasil, ou naquelas com mais oportunidade de negócio no futuro como Angola ou Moçambique. Nesta área também tem estado completamente esquecida a relação com a Galiza e as relações preferenciais com as suas Universidades, nomeadamente Santiago de Compostela, berço de Encontros, Tertúlias, estudo de autores e suas obras de um e de outro lado da fronteira.

Nada se fará sem o apoio efetivo dos governos dos diversos países. Basta lembrar o protocolo assinado com o governo da Galiza para a realização do Salão do Livro Galaico Português. Realizou-se o I na Gare Marítima de Vigo e até hoje nada mais foi feito. Nos últimos 20 anos a APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) tentou em vão atrair para as suas feiras Editores e Autores do País Convidado no contexto da CPLP. Nada se conseguiu por falta de apoio das Embaixadas apesar das boas intenções. A continuação desta estratégia conduzirá inevitavelmente a que países com menos potencialidades, não de âmbito cultural e riqueza dos seus escritores, fiquem de fora desta dinâmica.

Neste contexto deve ser obrigatoriedade da CPLP o incentivo a politicas de inclusão no âmbito cultural e da edição a par do que já está a ser feito no âmbito da consolidação da língua portuguesa com apoios vários. Só desta forma o livro chegará ao público a preços aceitáveis para o cidadão comum. Talvez por isso ou melhor na falta disso, se perceba o porquê de se venderem tão poucos livros portugueses no Brasil e tão poucos livros brasileiros em Portugal. Não me esqueço dos restantes países, mas aí temos que investir ainda mais pois teremos que começar a construir desde a base. O livro terá que deixar de ser o parente pobre nas relações entre os nossos países. Não entender esta importância no nosso século conduzirá inevitavelmente a um afastamento progressivo depois de 5 séculos de história comum.

No século em que as novas tecnologias surgem como um avanço nos conteúdos e em que a informação circula a uma velocidade vertiginosa isso não significa que a mesma esteja disponível para a grande maioria das pessoas. Neste século o fenómeno da destruição dos livros vem pelo lado económico enquanto em séculos anteriores vinha por motivos religiosos, políticos ou de outra índole.

Neste século e no último ano venderam-se em todo o mundo 20 milhões de IPOD's cuja desatualização está aí com um mais poderoso instrumento a ficar disponível dentro de meses. A tudo isto o livro em suporte de papel tem resistido e é com este suporte que vamos ter que continuar a conviver com as novas tecnologias e com a incerteza de sempre:

- Depois de escrever o meu livro quem mo vai editar?
- Quantas cartas e e-mails terei que enviar para alguém me responder?
- Valerá a pena partilhar conhecimento?

Estas são algumas das questões que penso continuam atuais, mas que depende de todos nós sabermos transformar as mentalidades e exigir que no plano cultural se nivele por cima os conteúdos e não se permita uma politica de consumo imediato que não dá inserção histórica ao conhecimento.

15. HELENA ANACLETO-MATIAS INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO HANACLETO@ISCAP.IPP.PT; MHELENAMATIAS@HOTMAIL.COM

TEMA 3.6. – FERNÃO, MENTES? – SINTO! - ECOS DA "PEREGRINAÇÃO" NA VIAGEM COMO APRENDIZAGEM EM RICHARD ZIMLER, HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO POLITÉCNICO DO PORTO

Os relatos fantásticos da "Peregrinação" (1614) na Ásia formaram uma escola de pensamento filosófico no imaginário europeu ou pelo menos no imaginário ibérico e, por extensão, no norte-americano.

A partir de um relato de viagem, Fernão Mendes Pinto conseguiu acordar as consciências para novos saberes, novas

nomenclaturas e novas mundividências a Oriente, através do contar das suas aventuras.

De que forma é que hoje a "Peregrinação" pode ser tida como responsável por um subgénero literário que é a Literatura de Viagens?

Quais os contornos que a viagem como aprendizagem tomou com o contributo de Fernão Mendes Pinto? Em particular, qual a influência de Fernão Mendes Pinto na obra "Unholy Ghosts" de Richard Zimler?

Com uma breve análise comparativa da obra deste autor norte-americano com passaporte português, procurar-se-á defender a ideia de que ambas fazem parte de um subgénero literário, o do "Romance de Evolução" (*Entwicklungsroman*).

Pretende-se, também, trazer um contributo para os Conceitos da Viagem como aprendizagem individual e coletiva e de como esse conceito foi influenciado pela "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto.

1 – LITERATURA DE VIAGENS COMO SUBGÉNERO

Quando a Literatura Comparada emancipou a Literatura de Viagens como subgénero literário[1], concedeu à Viagem um estatuto de objeto de estudo de importância assinalável. Particularmente no âmbito dos Estudos Pós-Colonialistas, a Literatura de Viagens tem desenvolvido cada vez mais o interesse de estudiosos na perspetiva de análise da relação do Eu com o Outro, em que há, infelizmente, a tendência para o Europeísmo no que toca ao ponto de vista do Sujeito que estuda. Na realidade, os Estudos Pós-Colonialistas vieram focar-se nos povos ex-colonizados nos locais onde antigamente se via apenas o Outro como diferente do Europeu colonizador.

A tendência para o etnocentrismo europeu é, portanto, relegada para segundo plano na ótica dos estudos Pós-Colonialistas, havendo, assim, um deslocamento da mesma: as comunidades africanas, do Extremo Oriente, das Américas e da Austrália ganham um novo interesse para os antropólogos, sociólogos, linguistas e, obviamente, também para os estudiosos da Literatura, enquanto Sujeitos que já não são o Outro, mas sim um Eu, com valor autónomo. Homi Bhabha atacou a produção da civilização Ocidental que defende as oposições binárias. Em *The Location of Culture*[76], Bhabha defendeu que essas relações binárias incluem o centro/margem, o civilizado/selvagem, e o esclarecido/ignorante. No dizer de Homi Bhabha, estas relações binárias são prejudicadas pelo facto de os primeiros pretenderem dominar os segundos termos dos pares binários. Além disso, para Bhabha a noção de "hibridismo cultural"[2] propõe o conceito das relações interculturais serem interativas, pelo que se influenciam em várias direções e não só binariamente.

Propõe-se aqui uma perspetivação metodológica dos Estudos Literários Pós-Colonialistas para a abordagem do conceito da viagem como aprendizagem.

A "Peregrinação" foi escrita em Portugal, vinte e um anos depois de Fernão Mendes Pinto ter viajado pela Ásia enquanto mercador, missionário e aventureiro; "Unholy Ghosts" foi publicado nos Anos Noventa nos Estados Unidos da América por Richard Zimler, um escritor norte-americano naturalizado português, e constitui a preocupação central do trabalho de doutoramento que se tem levado a empreender desde 2008.

A "Peregrinação" tem sido apontada como um *"tipo de escrita, sem grande pretensão estética e de caráter essencialmente prático e noticioso, [que] saciava a sede de conhecimento dos europeus"*[4] e tinha a intenção didática de ensinar a um europeu como deveria proceder no desempenho mercantil no Oriente. Por outro lado, "Unholy

1 Especialmente a partir dos anos 90.
2 Bhabha, Homi, The Location of Culture, Nova Iorque: Routledge, 2004 (1ª edição 1994).

3 In Rutherford, Jonathan, "The Third Space. Interview with Homi Bhabha" in Lawrence and Wishart (eds), Identity: Community, Culture, Difference, Londres: Lawrence and Wishart, p. 216 et alli.

Ghosts" tem não só um conteúdo estético-erótico, mas também didático, pois chama a atenção para uma problemática que ainda, escusadamente, constrange muitos leitores, e que reside essencialmente na exposição da relação entre SIDA e homossexualidade, de caráter interventivo e desmistificante.

Aparentemente, muito separa estas duas obras: quase quatrocentos anos separam a escrita das duas, uma é um relato que se diria de intenções jornalísticas nos dizeres de hoje e a outra é um produto ficcional construído. Mas também há outra caraterística que as une: ambas são um *Entwicklungsroman* – "romance de desenvolvimento" – através do crescimento, no dizer dos alemães.

O propósito deste artigo é articular as duas obras como havendo ecos da "Peregrinação" em "Unholy Ghosts" no que toca ao tema da viagem como aprendizagem – uma enquanto aprendizagem do Outro (aquele que vive no Oriente) e a outra enquanto aprendizagem do Eu (neste caso, a personagem principal, que não o Narrador, aliás autodiegético, o António de "Unholy Ghosts").

Em ambas as obras existe a noção fundamental da viagem enquanto temática: se em "Peregrinação" a viagem é *pelo* Oriente, em "Unholy Ghosts" é *para* Oriente; de Portugal para um centro cultural da Europa – Paris. Em ambas as obras, o desenvolvimento das aventuras faz-se por meio da viagem: se em "Peregrinação" a viagem é demorada e por paragens nunca dantes vistas, em "Unholy Ghosts" a viagem faz-se de carro americano pela Europa, através da dimensão psicológica das personagens com rumo a um desfecho inesperado da revelação "pecaminosa", num dizer pequeno burguês dos fins do século XX.

2 – VIAGEM: TEMA E NOÇÃO

Na realidade, o tema da viagem está no imaginário cultural de qualquer ser comum, pelo menos na civilização ocidental: quando os estudantes terminam os seus cursos, confraternizam numa viagem de finalistas, que marca o ritual de passagem do estatuto de estudante para o de profissional, na idade adulta. A viagem de lua de mel, que muitos casais recentes experimentam juntos, marca igualmente o ritual do estado de solteiro, viúvo ou divorciado para casado ou unido de facto.

Nas culturas chamadas do Novo Mundo, nomeadamente nos Estados Unidos da América do Norte, a viagem adquire uma simbologia evocativa própria: foi a partir de uma longa viagem por mar que os primeiros colonos europeus se deslocaram para os territórios americanos. Foi também através de uma viagem, aliás involuntária e desumana, que muitos homens africanos se viram obrigadas a emigrar para as colónias europeias nas Américas, sob a condição de escravos dos colonizadores brancos.

Mas a viagem enquanto fomentadora de progresso surgiu na simbologia da noção do conceito de “Go West”. Tendo em conta que a colonização europeia dos territórios dos Nativos-Americanos, vulgo Índios, começou pela costa Leste da América por ser a mais próxima do mar, aquela foi-se expandindo em direção ao interior continental, no sentido de ir para o Oeste. Nasceu a noção da conquista do novo território, que foi, horrivelmente, aniquilando os povos autóctones à sua passagem. A descoberta e a colonização dos planaltos e planícies do interior dos estados da União até chegar à fronteira com o Oceano Pacífico tornaram-se uma experiência de vida, aliás tornada Mito pelo imaginário cinematográfico de Hollywood.

O objetivo era sempre ir na direção do ocidente na conquista de território até à Califórnia. A construção dos caminhos de ferro e a descoberta da existência de ouro nos rios e minas californianos atraiu outro tipo de imigração, a chinesa, no século XIX, para o Novo Mundo. O chamado "Gold Rush" atraiu muitos milhares de imigrantes a apostar nos EUA.

Mas também já no século XX, a tendência para ir para o Ocidente nos Estados Unidos da América foi um princípio que moveu alguns intelectuais, nomeadamente pintores e escultores, bem como poetas e romancistas norte-americanos. Referimo-nos, nesta instância, às décadas de 50 e 60 e à "Beat Generation". Alguns dos principais nomes da “Beat Generation” eram, na poesia, Allen Ginsberg, com "Howl" (1956) e, no romance, Jack Kerouac com “On the Road” (1957).

Este romance influenciou os jovens dos anos 60, que punham uma mochila às costas e partiam à descoberta do mundo. Os princípios pelos quais se regiam filosoficamente os membros da Geração Beat eram sexo livre, drogas e música. "On the Road" retrata a viagem de dois jovens – Sal Paradise e Dean Moriaty – que atravessaram os EUA da Costa Atlântica à Costa do Pacífico. Acredita-se que Sal Paradise, a personagem principal, seja o próprio Jack Kerouac. Também são encontrados no livro alguns escritores na forma de personagens, como Allen Ginsberg, como Carlo Marx, e William Burroughs, como Old Bull Lee. Este livro influenciou a música, desde o rock ao pop, os movimentos hippies e, mais tarde, até o movimento punk [5].[77]

2.1 – RITO DE PASSAGEM: A VIAGEM

Quanto à noção da viagem como rito de passagem, no dizer de William Almeida de Carvalho em "O Rito de Iniciação: uma Abordagem", há diversos ritos que podem ser estudados,

> *"tais como: da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, da gravidez e parto, do nascimento, da infância, da puberdade, da iniciação (…), da ordenação, do noivado, do casamento, dos funerais, das estações, etc. (…) o esquema completo dos ritos de passagem admite em teoria ritos preliminares (separação), liminares (margem), e pós-liminares (agregação) (…) Nas nossas sociedades modernas só há separação um pouco nítida entre a sociedade leiga e a sociedade religiosa, entre o profano e o sagrado... Entre o mundo profano e o sagrado há incompatibilidade, a tal ponto que a passagem de um ao outro não pode ser feita sem um estágio intermediário (...); esta passagem é acompanhada por atos especiais que, por exemplo, constitu-em, para os nossos ofícios a aprendizagem."*[6]

E historicamente a noção de viagem também é controversa: apesar de haver a ideia, errónea, aliás, de a Idade Média ter sido uma era fechada, sem viagens, havia os Monges peregrinos que andavam de Mosteiro em Mosteiro. Segundo Ana Paula P. Dias, da Universidade do Minho:

> *"Com essas viagens, surgem relatos que podem ser agrupados em três grandes grupos de textos, nos quais é possível identificar os motivos principais do respetivo imaginário: o dos mareantes, mercadores e populações urbanas (de que o Livro de Nicolau Venetto ou o Livro de Marco Polo são exemplo), o dos nobres e o dos clérigos e dos letrados. Estas narrativas de viagem*

4 In Maria Alice Arruda. (2007). "O discurso sensorial da *Peregrinação*," Revista de Filología Românica, Madrid: Univ. Complutense. Anejo V, Jóvenes Investigadores, Los sentidos y sus escrituras, pp. 80-98, p. 81.

5 In http://pt.wikipedia.org/wiki/On_the_Road (consulta: 14/fev/2011).

6 In www.thegoatblog.com.br/cadenafraternal/.../087_inicia_o_almeida.doc (consulta: 14/fev/2011).

7 In http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/ensaio40.htm (consulta: 14/fev/2011).

8 http://www.iep.uminho.pt/aac/hsi/a2005/Descobrimentos/viagens_de_descoberta.htm (consulta: 14/fev/2011).

9 In Lima, Francisco Ferreira. (1994-95). "De Caminha a Mendes Pinto: Brasil, Extremo Oriente e Outras Maravilhas" in Revista de Filología Románica. Madrid: Univ. Complutense. Nr 11-12, pp. 81-96.

10 Idem, p. 92.

11 In Maria Alice Arruda, op cit

12 Sá da Costa, "'Peregrinação' de Fernão Mendes Pinto", 1961.

medievais distribuem-se, pois, por diferentes quadrantes e encontram-se ligadas a diferentes motivações mas, no geral, são um terreno de exploração difícil, suscitando problemas no que se refere às suas origens, variantes, receção, transformação e mesmo significação. No entanto, todas parecem implicar verdadeiros códigos de conduta, explicitando modelos de comportamento e construindo paradigmas de virtude, cristalizados nos seus heróis.

Em termos do imaginário clerical, é possível encontrar uma literatura hagiográfica constituída por relatos de vidas de santos e de peregrinações. Estas últimas, como prática cultural que se sobrepunha à vida terrestre, exprimiam a inutilidade deste mundo, constituindo-se como uma procura e uma demanda."[7]

Quanto às viagens das Descobertas do século XV, nomeadamente da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, D. João II não chegou a ver concretizado o seu projeto de atingir a Índia por mar. Foi no reinado do seu sucessor, D. Manuel, que esse objetivo foi atingido.

Em julho de 1497, partiu de Lisboa uma armada comandada por Vasco da Gama. Depois de uma escala em Cabo Verde, que já era comum nestas viagens, a armada afastou-se da costa ocidental africana, aproveitando os ventos e as correntes favoráveis. Em 1498, depois de dez meses de viagem, os navios atingiram *Calecute*, na Índia. Ficou, assim concluída, a ligação marítima entre os continentes europeu e asiático.[i8]

Mas a viagem é por si só uma aventura de descoberta e a descrição da mesma constitui a Literatura de Viagens. Afirma Francisco Ferreira de Lima:

"Para cada Marco Polo, que foi, olhou e viu, há dezenas de Mandeviles que vão – quando vão –, olham e não veem, viajantes para os quais prescinde-se [sic] a viagem. Aquele viaja para ver o que ainda não viu; estes, para ver o já visto. O não visto para eles será sempre rigorosamente simétrico ao já visto. E quando tal simetria não puder ser engendrada – na verdade ela jamais o é – tanto pior para o novo, obrigado a travestir-se de velho e familiar conhecido."[9]

3 – A VIAGEM COMO APRENDIZAGEM: COMPARAÇÃO BREVE ENTRE "PEREGRINAÇÃO" E "UNHOLY GHOSTS"

Também Richard Zimler é como um Marco Polo: vai e vê o que nunca foi visto antes, ao relatar a viagem das três personagens pela Ibéria e por França, a bordo de um automóvel norte-americano. Com a visão de um nova-iorquino, o triângulo do Professor-Miguel-António faz, à medida que avança nos quilómetros, uma incursão pelo interior da densidade de sentimentos dos três homens.

Mais adiante, afirma ainda Lima: "Fernão Mendes Pinto não é nenhum deslocado no tempo; (…) prefiro vê-lo como um homem do seu tempo, e profundamente vinculado ao seu tempo, (...) imerso no seu tempo, [foi] capaz de olhar e ver o seu tempo como nenhum outro homem."[10] Também o Narrador autodiegético de "Unholy Ghosts" fala do que o preocupa na década de 90 do século XX: a problemática da epidemia da SIDA, o tal "eclipse viral" no dizer de Zimler, que mudou a sexualidade naquela década.

Segundo Maria Alice Arruda, a "Peregrinação" causou "[*u*]*ma espécie de abertura para um novo mundo, um retrato elaborado por meio da linguagem, descrevendo, conceituando economicamente, digamos assim, as terras novas, aliando o exotismo das paisagens ao interesse económico*"[11].

Dizia António José Saraiva, no seu prefácio à edição Sá da Costa de 1961 da "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto:

> *"Hoje em dia, Fernão Mendes Pinto pode considerar-se um desconhecido. Não só porque a Peregrinação deixou de ser lida fora de Portugal, mas porque os leitores portugueses nem sempre se dão conta do rico conteúdo que o livro encerra. Os eruditos continuam a discutir o problema da veracidade ou autenticidade da informação geográfica da "Peregrinação". Uns batem-se a favor, outros contra. E esquecem o essencial: que a "Peregrinação" é, antes de mais, uma obra de arte de grande classe, uma das maiores criações romanescas saídas da Península Ibérica. É como obra de arte ou, mais precisamente, como expressão de uma consciência e de uma realidade através da ficção, que me parece que importa considerá-la, marcando o seu lugar com o seu significado dentro da história do romance na Península Ibérica e dentro da história das ideias na literatura europeia."*[12]

E se "Peregrinação" influenciou a literatura de viagens, estas encontram eco no essencial do enredo de "Unholy Ghosts", pois é à medida que a sua viagem decorre, que o Triângulo Professor-António-Miguel vão encontrando a sua identidade sexual, a sua relação psicológica triunívoca e a descoberta de si próprios enquanto elementos que preferem viver nas margens e não no centro do sistema, o tão chamado *establishment*.

Em "Unholy Ghosts," o tema da viagem é central e é o essencial de "Peregrinação". Atentemos num episódio desta obra de Mendes Pinto: numa missão, Mendes Pinto chegou à cidade de Patane, que era localizada num porto da costa malaia, junto ao golfo de Sião (que é hoje a Tailândia). A comunidade portuguesa local dedicava-se ao comércio no Sião. António de Faria navegou num barco de mercadorias, mas logo que atracou no porto, o navio foi assaltado e afundado pelo pirata Coja Acém. António de Faria jurou vingar-se e foi logo em busca do corsário, levando Fernão Mendes na tripulação. Segue-se a descrição de uma viagem de aventuras extraordinárias pelos mares e pelas costas do Sião, e também da Cochinchina, pelas margens do Anão, do Tonquim e da China, pelo sul. O capitão António de Faria luta com as tempestades e os piratas daquelas águas, fez e refez em combates que se sucedem três vezes em fortunas. Consegue encontrar o tal pirata de quem se quer vingar e vence-o em batalha naval. Essa conquista, com os despojos, tornou-o riquíssimo.

O enredo de "Unholy Ghosts" também relata aventuras de viagem, mas uma viagem que é não só física, pela Ibéria até Espanha; ela é, também uma viagem sentimental, à semelhança de "Viagens na Minha Terra", de Almeida Garrett, que entrelaça acontecimentos históricos com uma novela sentimental entre Joaninha, Carlos e Georgina. "Unholy Ghosts" relata uma viagem em que as três personagens principais se debatem com os seus próprios sentimentos internos e, em simultâneo, se descobrem numa relação triunívoca.

A sinopse poderia ser apontada da seguinte forma: a história passa-se nos anos 90, quando um rapaz portador do vírus VIH descobre que está infetado. Impõe-se a consciencialização que a vida dele terá, necessariamente, uma duração mais curta, pois, mais tarde, poderá vir a sofrer de sintomas de uma doença dita terminal.

O seu professor de música, que é o Narrador da história, quer acompanhá-lo nos momentos que se seguem à notícia de que é portador do dito vírus; além de anteriormente ter estado envolvido com António, o Narrador tem uma larga experiência de perda de contacto com entes queridos que morreram vitimados pela SIDA, a começar pelo seu irmão, Harold.

O Professor quer apoiar António em todos os sentidos: tolera a sua revolta e todos os maus-modos deste no período pós-traumático de consciencialização que vai ter uma morte prematura. O Professor luta com a noção da esperança que não quer que o seu aluno a perca e é seu objetivo que António faça uma audição de guitarra clássica com um determinado professor, José María Landero, que trabalha no Conservatório de Paris.

Então, o Professor decide alugar um automóvel americano de grande porte, um Thunderbird, modelo de 1965, para empreender a viagem com António para a capital francesa, onde solicitará a tal audição no Conservatório.

O Professor escolhe um carro americano porque é originário do seu país, porque se parece com o automóvel do *Batman* e esse pormenor transporta-o para o seu sonho de infância, quando lia a banda-desenhada e via filmes de desenhos animados. O Professor olha para o futuro que pretende que seja promissor para o seu aluno e antigo namorado, mas com os olhos das próprias recordações da infância perdida, no dizer de Sophia de Mello Breyner, do estado de inocência versus o de experiência, no dizer de William Blake e das recordações de uma década (1970-80) em que ainda não se falava no flagelo da SIDA.

Para encetar a viagem entre o Porto e Paris, diferentemente dos colonos americanos que iam para Oeste, o Narrador, António e o pai, Miguel, que insiste em acompanhá-los, vão para Leste, em direção ao Nascente, como que em busca de uma redenção e uma nova vida para António, com aulas de música com um professor que o Narrador considera melhor do que ele.

Por outro lado, o facto de irem para o Nascente, prende-se não somente com o facto óbvio de Portugal se situar no extremo ocidental da Europa, mas, simbolicamente, com a tradição enraizada no espírito nacional, no imaginário coletivo português de o país "estar de costas voltadas para a Europa", num período da pré-adesão à União Europeia, e com o estar "orgulhosamente só", nos tempos da ditadura salazarista. A personagem do Professor de guitarra, ao mesmo tempo um Narrador autodiegético, é um Norte-Americano fugido do Novo Mundo para o Velho Continente devido às memórias que o atormentam, os tais "Espíritos Profanos", e quer recomeçar uma nova vida, refugiando-se também este, no Leste – daí que, simbolicamente, a nova vida redentora de António, que o resgatará da morte certa e próxima, terá que se dar a leste de Portugal.

Por outro lado ainda, Paris é um grande símbolo de referência cultural e oportunidades de carreiras artísticas muito maiores que no Porto, motivo pelo qual o Narrador quer levar António para França.

Daí que o tema da viagem permeie toda a obra de "Unholy Ghosts": a nível psicológico, o Narrador vê a ida de carro para Paris como uma lua de mel com António, que afinal é condenada ao fracasso, já que Miguel insiste em constituir um triângulo, paródia do tradicional triângulo amoroso, em que há tradicionalmente dois elementos do mesmo sexo em competição pelo amor do terceiro elemento, do outro sexo. Na realidade, o pai de António, Miguel, quase exige acompanhá-los nessa viagem, a qual se torna numa viagem de aventura e liberdade; é uma "viagem de finalistas" já que António interrompe os estudos na fase final do ano académico, propondo ao seu professor que se submeta aos exames finais na Época de setembro.

Assim, a viagem é como que um rito de passagem do seu estatuto como aluno no pequeno centro cultural, que é o Conservatório de Música do Porto, para o Conservatório de Paris, a "cidade-luz"; é um rito de passagem da idade da inocência, em que António pratica guitarra no seu quotidiano, para a idade da experiência, no dizer de William Blake, com as suas Canções de Inocência e de Experiência. Aí, António conquistará uma formação musical para ser

concertista de guitarra clássica; é um rito de passagem da juventude pré-síndroma da imunodeficiência humana adquirida para a idade adulta, condenada a uma morte prematura eminente.

4 – CONCLUSÃO

Com este breve estudo, pretendeu-se desenvolver a ideia de uma análise comparativa entre a "Peregrinação", de Fernão Mendes Pinto (1614) e "Unholy Ghosts", de Richard Zimler (1991) enquanto romances de "Desenvolvimento" (*Entwicklungsromane*). A viagem foi vista como um rito de passagem de uma idade para um outro estádio e, especialmente, a viagem como aprendizagem. A "Peregrinação" é uma viagem fabulosa para o Oriente e "Unholy Ghosts" é uma viagem para o interior dos sentimentos de um triângulo amoroso complicado que se vai desenhando com destino final Paris.

A relação entre o Eu e o Outro processa-se de maneira diferente nas duas obras: na mais antiga o Outro está ainda a ser descoberto no Oriente por um Eu eurocêntrico; na obra mais moderna, o Eu e o Outro estão em confronto permanente devido à dimensão psicológica das personagens principais. Além disso, a primeira cria uma sociedade com informação sobre um outro mundo, um mundo que se adivinhava novo e diferente na sua dimensão cultural entre a Europa e a Ásia. Na segunda obra, a sociedade opõe-se, com os seus preconceitos do "sistema instituído" pelo senso comum, à noção de conceção de vida marginal, no sentido da fuga do centro para as extremidades do cânon e padrões sociais. Acima de tudo, a sociedade cria estereótipos a partir do modelo proposto pelo Narrador da primeira obra e na segunda há uma assunção da perspetiva desviante e, sobretudo, transgressora dos preconceitos instituídos.

Em "Peregrinação," Fernão Mendes Pinto foi acusado de mentir nos seus relatos extraordinários do que viu no Oriente; a viagem em Richard Zimler adquire a dimensão do sentimento. Mendes Pinto abriu portas para a viagem; Zimler viajou com as suas três personagens também para o Oriente e, principalmente, mostrou uma viagem dentro dos sentimentos daquelas.

Se com a "Peregrinação", Fernão Mendes foi acusado de mentir, pela sua descrição poder parecer fantasiosa demais (e daí a pergunta do título: "– Fernão, mentes?"), a resposta quanto à viagem do Narrador de Richard Zimler, por ser uma viagem pelos sentimentos de três homens em busca de si próprios, poderia ser "– Sinto!"

5.BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA:

Pinto, Fernão Mendes, "Peregrinação", Lisboa: Sá da Costa, 1961.
Zimler, Richard, "Unholy Ghosts", Nova Iorque: Gay Men's Press, 1991

5.1. BIBLIOGRAFIA CRÍTICA:

Arruda, Maria Alice. (2007). "O discurso sensorial da *Peregrinação,*" Revista de Filología Românica, Madrid: Univ. Complutense. Anejo V, Jóvenes Investigadores, Los sentidos y sus escrituras, pp. 80-98;
Bhabha, Homi. (2004). *The Location of Culture.* New York: Routledge, (1st edition 1994);
Carvalho, William Almeida (1997) "O Rito de Iniciação: uma Abordagem Antropológica", in *Cadernos Antropológicos*. Brasil Ed. Nr 6, pp 14-26;
Lima, Francisco Ferreira. (1994-95). "De Caminha a Mendes Pinto: Brasil, Extremo Oriente e Outras Maravilhas" in *Revista de Filología Románica*. Madrid: Univ. Complutense. Nr 11-12, pp. 81-96;
Rutherford, Jonathan. (1990). The Third Space. Interview with Homi Bhabha in Lawrence and Wishart (eds.). *Identity: Community, Culture, Difference.* London: Lawrence and Wishart, pp. 207-221;

5.2. VIDEOGRAFIA ACONSELHADA:

http://www.youtube.com/watch?v=j13OdLX0lew (1 de 5 partes) (consulta 26/set/2010);
http://www.youtube.com/watch?v=5knEZsr5y4c&feature=related (2 de 5 partes) (consulta 26/set/2010);
http://www.youtube.com/watch?v=pA-Ag7oVhqk (3 de 5 partes) (consulta 26/set/2010);
http://www.youtube.com/watch?v=X11IZGTKYkk (4 de 5 partes) (consulta 26/set/2010);
http://www.youtube.com/watch?v=8Y8sgwaEW2Q (5ª. e última parte) (consulta 26/set/2010).
http://vimeo.com/2647142 (consulta 26/set/2010)

5.3. WEBGRAFIA (POR ORDEM CRONOLÓGICA DA CONSULTA):

http://www.google.pt/#hl=pt-PT&source=hp&biw=1276&bih=606&q=Fern%C3%A3o+Mendes+Pinto+-+A+Peregrina%C3%A7%C3%A3o&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=636de7b2b72d9bc9 (consulta 26/set/2010)

http://www.google.pt/#q=Fern%C3%A3o+Mendes+Pinto+-+A+Peregrina%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-PT&biw=1276&bih=606&prmd=vno&source=univ&tbs=vid:1&tbo=u&ei=DUefTOWmFZWTjAeq092aDQ&sa=X&oi=video_result_group&ct=title&resnum=11&ved=0CE4QqwQwCg&fp=636de7b2b72d9bc9 (consulta 26/set/2010)
http://www.vidaslusofonas.pt/fernao_m_pinto.htm (consulta 26/set/2010)
https://lojas.ci.uc.pt/imprensa/product_info.php?products_id=341 (consulta 26/set/2010)
http://pt.wikipedia.org/wiki/Fern%C3%A3o_Mendes_Pinto (consulta 26/set/2010)
http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=74&p=85&o=p (consulta 26/set/2010)
http://bibliotecajoanina.uc.pt/obras_raras/perigrinacao (consulta 26/set/2010)
http://www.artmuseum.gov.mo/showcontent.asp?item_id=20051022010200&lc=2 (consulta 26/set/2010)
http://carreiradaindia.net/seccao/peregrinacao-fernao-mendes-pinto/ (consulta 26/set/2010)
http://www.amigosdolivro.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=5621 (consulta 26/set/2010)
http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/fpinto.htm (consulta 26/set/2010)
http://www.rtp.pt/gdesport/?article=88&visual=3&topic=1(consulta 26/set/2010)
http://ocastendo.blogs.sapo.pt/428275.html (consulta 26/set/2010)
http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/en/Homi_K._Bhabha (consulta 08/fev/2011);
http://pt.wikipedia.org/wiki/U.S._Route_66 (consulta 09/fev/2011)
http://pt.wikipedia.org/wiki/Easy_Rider (consulta 09/fev/2011);
http://www.legendsofamerica.com/66-info.html (consulta 09/fev/2011)
http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/ensaio40.htm (consulta 14/fev/2011)
http://www.iep.uminho.pt/aac/hsi/a2005/Descobrimentos/viagens_de_descoberta.htm, (consulta 14/fev/2011)
http://pt.wikipedia.org/wiki/On_the_Road (consulta 14/fev/2011)

16. ILIYANA CHALAKOVA, UNIVERSIDADE DE SÓFIA "ST. KLIMENT OHRIDSKI", BULGÁRIA

TEMA 3.5. FRENTE FEMININA: O COLETIVO E O (DES)IGUAL OU SERÁ O FEMINISMO BRANCO MAU PARA A ESCRITORA NEGRA? ILIYANA CHALAKOVA UNIVERSIDADE DE SÓFIA "ST. KLIMENT OHRIDSKI" BULGÁRIA

O presente trabalho parte, como princípio de análise, do comparativismo literário, questionando a possível transportação de conteúdos do ensaio literário de Virginia Woolf para o universo romanesco de Paulina Chiziane. O experimento analítico estabelece paralelismo entre as considerações socioliterárias da autora inglesa e as temáticas ficcionais da primeira romancista moçambicana.

O que, para além da comparação textual, o foco do trabalho pretende é dar resposta, positiva ou negativa, à pergunta: é possível empregar um inventário, marcada e marcantemente ocidental, na interpretação de fenómenos e vivências palpantemente africanos?

Mais, até que ponto é lícito, genuíno, tal paralelismo interpretativo dentro da diferenciação genérica global, isto é, pensando a mulher por oposição ao homem, e na subdiferenciação introgenérica regional, isto é, refletindo as várias faces de Eva no contexto dos seus mais variados habitáculos?

e ainda, será definível um debate ou alguns debates que nos possam servir de fio intercomunicador entre os problemas na instância dos universos femininos distintos ou cada um deles persiste em estado imutável e intransitável, renegando desta forma a ideia da fluidez? O pensamento analítico nesta pequena digressão serve-se dos ensaios Um Quarto que Seja Seu, Três Guinéus e Profissões para Mulheres de Woolf, procurando a transposição explicadora no romance Niketche. Uma História de Poligamia de Chiziane.

Palavras-chave: escrita no feminino, universo feminino, feminismo negro, género, coletivismo.

1. A CONTRIBUIÇÃO DE UMA PERSPETIVA MARGINAL

O empenho que o feminismo, especialmente o da primeira e o da segunda vaga, empregou na definição da mulher por diferenciação do homem, onde apenas o título do trabalho emblemático de Simone de Beauvoir, O Segundo Sexo, é significativo da instituição da tal diferença, induziu obviamente à imprecisão da generalização. O espírito universalista no feminino, que via o seu principal inimigo no sexo oposto, tentou definir a opressão da mulher separadamente da especificidade das suas condições sociais de classe ou originalidade.

O objetivo foi claramente universal: "*To assume that all women irrespective of background have more in common with each other than with men*" (Humm 1986: 105).

A generalização, como é óbvio, foi feita a partir das limitações de um debate feminino quase exclusivamente branco e de classe média-alta e/ou alta, baseando-se na experiência de um ponto de vista largamente partilhado, mas não exclusivo, e ignorando a riqueza de outros tipos de experiência da condição de mulher.

O olhar politicamente centrado da mulher branca marginalizou o tratamento do tema da mulher por outros grupos, como o da mulher negra. Já que partiu do lugar do marginalizado, é natural que o(s) debate(s) negro(s) sobre a mulher se tenha desenvolvido em forma de uma recusa à moldura cultural dada pelas pioneiras brancas.

Desta maneira, "*the process of analysing the historical and contemporary positions of Black or lesbian writing, in itself, challenges some of the central categories and assumptions of mainstream feminist criticism*" (Humm 1986: 104).

Ou seja, as mulheres negras viram necessidade em falar sobre as suas próprias experiências e assinalar algumas das diferenças que podiam propor uma perspetiva diferente de significação que complete o leque da crítica feminista ou lançar uma plataforma distinta, totalmente nova, de apreciação da vivência feminina.

1.1. BLACK FEMINISM

O que ficou denominado como *Black Feminism* parece ter abraçado tanto a primeira ideia – a de criar uma visão completa de mulher, como a segunda – a da elaboração de uma teoria feminina nova. A primeira linha tinha como principal desafio provar às outras mulheres negras que o feminismo não era propriedade exclusiva das mulheres brancas. Em segundo lugar vinha a demanda de poderes partilhados e reconhecimento com posterior afirmação da diferença.

A tarefa política que se punha ao feminismo negro era o combate contra as tendências de misoginia do nacionalismo negro. É indicativo que nos primeiros dois casos as considerações surgiam sempre em relação ao agente feminino branco que era simultaneamente *seu* porque feminino e *alheio* porque branco. De modo que se consciencializava um estado de pertença a uma frente comum, feminina, mas de caraterísticas internas distintas e parece que, sim, desiguais. Quanto ao segundo braço do feminismo negro, será, na nossa opinião, mais que contestável a definição de um novo ser, isto é, a mulher negra, que não partilhe caraterísticas suficientes para fazer parte da frente comum feminina e constituindo, por conseguinte, um novo ponto que expanda a luta feminista à forma de triângulo[78]. A definição de Patricia Hill Collins apresenta-se como mais conciliadora visto que sublinha as caraterísticas de uma espécie de filosofia que representa o feminismo negro, cujo esforço concentra-se em oferecer um ângulo único do pensamento das mulheres negras acerca do *eu*, da comunidade e da sociedade. Ou seja, a discussão das políticas da identidade torna-se um importante constituinte da perspetiva negra do feminismo.

Precisamente o debate identitário revelaria algumas tendências, paradoxais como é óbvio, de marginalização e ignorância dentro do próprio feminismo negro à semelhança da contraparte branca. Uma parte considerável do discurso do *Black Feminism* revela-se embebida dos problemas das mulheres negras, na sua condição de imigrantes, isto é, reduzindo a perspetiva ao círculo de tais mulheres e a sua participação na vida social nos estados de caraterísticas e tradições ocidentais. Ao mesmo tempo, a *corrente* muitas vezes reflete sobre as questões da singularidade étnica e cultural, como sendo exclusivas e explicativas de todas as espécies de obstáculos que as

[78] A ideia que Alice Walker e outras *womanistas* defendem que as mulheres negras experimentaram uma opressão diferente e mais intensa em comparação com as mulheres brancas, não é bastante para introduzir um novo conceito de matéria, já que o paralelismo se constrói à volta do mesmo ser – a mulher, além de ser, à partida, equívoca a comparação de estados como a opressão. Reconhecemos, porém, que no que se refere à discriminação, o elemento feminino negro tende a acumular mais desfavorecimentos, ou sofrer da assim chamada múltipla discriminação.

mulheres negras enfrentam (no ambiente branco! sublinhe-se mais uma vez).

Exatamente esta especificidade do discurso do feminismo negro, ao restringir a *geografia* dos acontecimentos e as *razões* para os mesmos, acaba por ser ela própria discriminativa, já que se esquece muitas vezes que o que é *negro* no feminismo pertence, à partida, à expressão das visões e preocupações das mulheres negras do continente africano e no continente africano. É daquele espaço que se originou e origina o âmago da singularidade e daí os problemas de distinção e as tendências centrífugas.

As manifestações culturais lusófonas, neste sentido, oferecem uma possibilidade relativamente completa de aproveitamento das questões. Por um lado, dá-se a oportunidade de a condição de mulher ser refletida no seu estado primordial, isto é, no espaço de pertença – África; por outro, a imigração feminina das ex-colónias para a ex-metrópole, nestes tempos pós-coloniais, possibilitam o olhar específico sobre o sujeito/objeto feminino *descontextualizado* e sobre todos os problemas sociais, culturais e étnicas que disso decorrem. Visto que as narrativas dos romances de Paulina Chiziane ainda não *imigraram*, a perspetiva do *Black Feminism* que a análise de Niketche claramente privilegiará será a primeira.

O cruzamento do olhar interpretativo sobre o romance com a apreciação das considerações da obra ensaística de Virgínia Woolf justifica-se pela convicção na impossibilidade de se decidir definitivamente a favor ou contra o pensamento essencialista, e a quase certeza que o estado mais provável de persistir é o da alternância das ideias sobre a essência com as outras sobre a individualização, as duas vertentes na tentativa de satisfazer o objetivo da transformação dos objetos femininos em sujeitos e a dignificação dos mesmos a fim de alcançarem o estado de igualdade das oportunidades e o melhoramento da condição de mulher.

1.2. O RÁDIO VERSUS O TAMBOR

O facto de a literatura ser um método pacato de oposição e luta, ou como a própria Virgínia Woolf assinala "*a única profissão que aparentemente não passou por combates ao longo do século XIX*" (1978: 81), por si só já explica a preferência desta matéria para a reflexão no ensaio. Mas, se dentro do feminismo negro nos vamos centrar na condição da mulher moçambicana no seu ambiente de origem, logicamente se põe a seguinte questão: porque ouvir o rádio quando se tem o tambor?[79] Ou porque usar o pensamento ocidental sobre a mulher quando o caso concreto que está em causa é africano e já mencionámos a existência de uma perspetiva de feminismo negro, se não autónoma e oposta então pelo menos específica e complementar? Parte da resposta a esta pergunta, que aliás foi aludida na introdução anterior, contém-se na urgência da prática abstração da míope oposição com base em traços de diferença étnica e cultural, e a necessidade de se reconhecer, às vezes, a razão dos fundamentos das posições essencialistas, mesmo sem serem abraçados de forma absoluta; outra parte da mesma resposta prende-se com questões de cariz temporal no que diz respeito ao conteúdo da agenda feminina num determinado espaço cultural físico, a sua correspondência com fenómenos semelhantes ou mesmo iguais já passados para a perspetiva de outros espaços e a possibilidade da troca de conhecimento e, acima de tudo, experiência a fim de se chegar ao principal resultado que o feminismo de qualquer cor pretende obter – a dignificação da mulher. O paralelismo a seguir vem justificar estas nossas expetativas.

2.O CORPO FEMININO COMO SITUAÇÃO

Em "Variações sobre Sexo e Género: Beauvoir, Wittig e Foucault", Judith Butler relembra a sugestão de Simone de Beauvoir de que o

[79] Aludimos aqui à reflexão poética de José Craveirinha, no seu poema "Quero ser tambor", sobre a função do instrumento na África para a propagação da informação, para a discussão dos problemas e a partilha das ideias.

corpo faculta possibilidades de ser entendido como "situação" e isto, por si, representa "*uma alternativa para a polaridade de género da desencarnação masculina e a escravização feminina ao corpo*" (1985: 145). A alternativa consiste na duplicidade do corpo em termos de significado. Por um lado, o corpo é material que se define dentro de um contexto social, carregado de significados sociais cuja interpretação é recebida em blocos estáveis. Por outro, o corpo, preenchido de significados culturais, permite operar escolhas de interpretação entre as tais sugestões de análise.

Ou seja, o corpo contém um determinado conjunto de interpretações culturais de base, de entre as quais se opera uma escolha de reaproveitamento, ou reescrita, a partir de um ponto de vista, claro, subjetivo. Sendo o conteúdo do corpo um conteúdo cultural, o corpo então engloba o leque das construções sociais que se inter-relacionam com a cultura, inclusive as construções de género. A suspeita que Beauvoir lança, por meio da ideia da duplicidade do corpo anteriormente exposta, recai sobre a naturalidade do corpo na sua vinculação com o sexo entendida como convenção cultural.

> "*Se o género é um modo de existir o próprio corpo, e esse corpo é uma situação, um campo de possibilidades a um tempo recebidas e reinterpretadas, então género e sexo parecem ser questões inteiramente culturais*", conclui Butler (1985: 145-146).

No caso concreto do romance de Paulina Chiziane teríamos igualmente uma questão cultural complexa baseada na apresentação de um *corpo-situação* que nos fornece tanto construções sociais de género feitas como margens para uma reinterpretação subjetiva dessas *latências* de género. A subjetividade da presente interpretação centrar-se-á nas questões envolventes a condição feminina que não suportam a carga específica do étnico e do cultural, mas que se alargam a generalização de fenómenos que o agente social no feminino experiencializa na sua vivência com o agente social masculino. Niketche oferece-nos uma vasta gama de problemas do feminino cujo conjunto podemos denominar de **corpo de inscrições socioculturais**.

Dentro deste conjunto, e improvisando a *partitura* lançada por Molly Hite com o ensaio "Virginia Woolf's Two Bodies", distinguimos duas espécies de corpos, nomeadamente **o corpo social**, tido como presente, ou seja, as especificidades correntes da condição feminina, e o **corpo visionário**, ou seja, aquilo que ou presentemente é, existe, mas permanece oculto, oprimido, subjugado, silenciado, por construções tradicionais sociais, inclusive os de género, ou ainda não existe mas tem capacidade latente de se desenvolver gradualmente ou até mesmo de explodir numa reivindicação inesperada. Mais um corpo intrometer-se-á na *apreciação ocidental* do texto moçambicano, que é **o corpo erótico**, ou seja, o corpo da experiência carnal, que sofre em maior grau as reflexões especulares das inscrições socioculturais. Como Hite assinala, partindo das palavras de Lily Briscoe em Rumo ao Farol *"It was one's body feeling, not one's mind"*, ao sublinhar as preferências pelas sensações físicas na obra de Woolf, o corpo é que permite a mais ilimitada experiência de êxtase. Este corpo recebe o nome de "corpo modernista feminino" (Hite 2000) [80]. Independentemente da perspetiva exclusivamente literária e estética, sobretudo da segunda parte do ensaio, a distinção que faz, como refere em função com o próprio ponto de vista de Woolf, tem importância vital para o nosso paralelismo, já nos fornece os dois principais lados da ótica ocidental pela qual será lida uma experiência de vida e de escrita moçambicana no feminino.

2.1. O CORPO DE INSCRIÇÕES SOCIOCULTURAIS

A leitura rápida do penúltimo romance de Chiziane deixa a sensação de realidade controversa em termos de temporalidade. Por um lado, são várias as referências, especialmente a objetos de uso pessoal do dia a dia e à organização do quotidiano, que remetem para uma contemporaneidade inquestionável; por outro, o texto constrói um pano de universalidade dos acontecimentos que nem a intromissão dos pormenores étnicos e culturais conseguem apagar. Podemos dizer

[80] "In effect this body was a second physical presence in fundamental respects different from the gendered body constituted by the dominant social order. This «visionary» body, a term I adopt following Woolf's own distinction between novels «of fact» and «of vision» was especially the subject of Woolf's most experimental modernist fiction." (Hite 2000)

que este primeiro ponto, o do universalismo, constitui o primeiro grau de abstração a favor das ideias essencialistas. A suspensão do tempo que, defendemos aqui, é observada em Niketche, remeterá os problemas de cariz social a tempos não necessariamente equiparáveis ao tempo físico do romance, aos anos em que foi publicado. As caraterísticas sociais expedirão o debate da condição feminina para o círculo das conversações do despontar da consciência feminina, ou seja, da assim chamada primeira vaga do feminismo. Se aceitarmos o convite de Woolf de "*encarar criticamente a pobreza do nosso próprio sexo"* (1996: 33), física e também metafórica, teremos que principiar a reflexão por uma observação à primeira vista muito primitiva – a comida.

> "*Para a estrutura humana, formada por uma mistura de coração, corpo e cérebro, unificada e não dividida em compartimentos separados, como acontecerá sem dúvida dentro de mais um milhão de anos, um bom jantar é extremamente importante para o desenvolvimento de uma conversa. Quando não se jantou bem, não é possível pensar bem, amar bem, e dormir bem. A lâmpada da inspiração não se acende, quando alimentada por bife e ameixas*." (Woolf 1996: 33) avisa-nos Um Quarto que Seja Seu.

A alerta que nos é dada acentua tanto o lado da subsistência em vida do corpo físico da pessoa como a garantia da despreocupação que permitirá o desenvolvimento intelectual. Vem sublinhado o facto que o "bom jantar" assegura tanto o progresso espiritual (o "pensar bem") como a expressão do lado afetivo (o "amar bem"). A descrição que a autora inglesa faz do jantar a que textualmente assiste e a subsequente reflexão sobre o significado dos símbolos que o integram dialoga com a distinção de Chiziane de *"comidas masculinas e femininas. Na galinha, as mulheres comem as patas, as asas e o pescoço. Aos homens servem-se das coxas de frangos. A moela*." (2008: 45). Embora se trate de duas diferentes práticas culturais, o paralelismo entre a galinha de Chiziane e o bife com ameixas de Woolf é significativo dos mecanismos discriminatórios, socialmente construídos, dessas mesmas práticas em relação às mulheres. A distribuição qualitativa da comida que é feita entre os dois sexos é ilustrativa da distribuição do poder que se estabelece pelo eixo masculino-feminino na esfera privada, como é o caso de Niketche, ou no espaço público, o que nos dá a conhecer o jantar em Um Quarto que Seja Seu.

A construção patriarcal das relações sociais reserva o poder para o homem, representando as *perturbações de ordem nutritiva* uma ameaça ao *status quo* do sistema. Tais perturbações correm o risco de restrição severa no mundo ocidental, ou de punição[81], no terreno africano, visto que tendem a inverter construções sociais e paradigmas culturais que favorecem o polo masculino do eixo em detrimento do feminino. Ou seja, a subjugação do último ao primeiro pretende ser conservada quer pelo ocidente quer pela África, o que equipara a este ponto o que de branco ou negro existe nas buscas do feminismo. Woolf logicamente põe a questão dos efeitos que esta subjugação tem no bem-estar íntimo do feminino e da repercussão desta pobreza no espírito feminino[82]. Por um lado, assistiremos a efeitos visíveis no espaço privado, que refletem diretamente na vida conjugal; por outro, a capacidade de síntese intelectual feminina e a sua expressão no espaço público será fortemente ameaçada pela falta de recursos e pela fraqueza física. Os traços de prisão que o casamento tem para o feminino explicam-se principalmente com o problema das fontes de subsistência. Portanto, convém expor e debater primeiro a questão da independência económica da mulher, enquanto uma das "filhas dos homens educados" ou feiticeira do norte de Moçambique à caça do homem rico do sul. "*A nossa surpresa ante a pobreza das filhas dos homens educados ou a sua economia é, no entanto, neste caso, uma emoção decididamente desagradável*" (1978: 59) reconhece com pena Woolf em Três Guinéus. A pena é principalmente devido à elevada educação dos progenitores que mesmo assim não conseguia abrir-lhes os horizontes para a captação e compreensão das debilidades do

[81] Inclusive correndo risco de morte, tendo em conta a carga mágica de Niketche.

[82] "Por que é que os homens bebiam vinho e as mulheres água? Por que era um sexo tão próspero e o outro tão pobre? Qual o efeito da pobreza na ficção? Quais as condições necessárias para a criação de obras de arte? – umas perguntas faziam surgir outras." (Woolf 1996: 39)

sistema patriarcal que, de tal maneira preso às convenções sociais, privava-se do uso de todo o recurso humano que o tecido nacional possuía. O apoio e o esforço femininos durante os anos da guerra são à pressa sufocados pelas reclamações masculinas contra a participação das mulheres no mercado de trabalho e a reivindicação dos territórios profissionais perdidos.

A digressão que Três Guinéus faz por este cenário, vislumbra na saudade de Tony em Niketche dos tempos em que as suas mulheres não trabalhavam nos negócios, tratavam das casas, das crianças, mas principalmente das suas comodidades enquanto homem. Quer dizer, a liberdade que se deu ao feminino, por uma ou outra razão e de uma ou outra forma, tende a retirar-se-lhe por obstinação do masculino que vê o seu poder social, por meio puramente material, ameaçado. Tanto no contexto moçambicano como no ocidental à mulher é facultada a responsabilidade complexa pelo espaço privado enquanto ao masculino cabe atuar na esfera pública. Esta última, porém, é a que gera a riqueza expressa em condição material suficientemente boa para garantir a independência. O espaço privado procria, mas nada produz em termos de valor monetário:

> *"o mundo, nos seus moldes atuais, se encontra dividido em dois serviços: o serviço público e o privado. Num mundo, os filhos dos homens educados trabalham como funcionários públicos, juízes, soldados, e são pagos por esse trabalho; noutro mundo, as filhas dos homens educados trabalham como esposas, mães, filhas – mas não são pagas por esse trabalho? O trabalho de uma mãe, de uma esposa, de uma filha nada vale em dinheiro a pronto?"* (Woolf 1978: 70)

A última frase oscila entre a indignação da dúvida e a amargura de uma realidade que se confirma. É também real para o conjunto das mulheres que povoa o romance de Chiziane[83]. A parte introdutória do texto apresenta-nos as esposas de Tony num estado de extrema dependência do marido polígamo que construiu e sustenta em termos económicos os respetivos lares. As esposas são por exclusivo dedicados aos trabalhos domésticos, isto é, aos papéis sociais a que Woolf se refere. A força do coletivismo, no entanto, é o que impele as mulheres a sair de casa e ir à procura de subsistência e, digamos mesmo, de realização profissional. Um acontecimento que já nos desenha os contornos de um corpo visionário no feminino, capaz de submeter à prova a ordem social e invertê-la até, já que depois de dado como morto, o marido vê-se privado da possibilidade de exercer o seu papel de gerador de riqueza para a família.

> "*Em resumo, podemos alterar a nossa posição de vítimas do sistema patriarcal, pagas além de cama e mesa, para as de campeãs do sistema capitalista, detendo um rendimento anual de muitas libras que, aplicadas devidamente, farão com que ao morrer fiquemos na posse de tantos milhões que nem seja possível contá-los*." (Woolf 1978: 86)

O lançamento profissional no espaço público, porém, terá o sucesso garantido se tiver como pressupostos uma educação sólida e competências específicas. Se, como Ana de Castro Osório em As Mulheres Portuguesas nos relembra, "*está provado pela ciência que intelectualmente não há sexos privilegiados*" (Castro Osório 1905: 15), ou seja, ainda nos princípios do século passado, está a dar-se por desmentido o *equívoco* da superioridade intelectual do homem enquanto fundamentada no peso do cérebro, não se apresenta

[83] Niketche é talvez, de entre todos os seis, o romance de Paulina Chiziane que mais completa imagem constrói de um feminino em coletivo. Por muito discutíveis que sejam as considerações de Simone de Beauvoir acerca da força do coletivo, como são postas em causa pelo raciocínio individualista de Hélène Cixous e Julia Kristeva, a partilha do mesmo destino e a dor similar com que a desgraça é experimentada, contêm em si a força da união a que assistimos no texto moçambicano. Independentemente da zona de origem, que gera muitas e variadas discussões em termos etnoculturais ao longo dos diálogos no romance, as mulheres da autora conseguem fluir numa corrente de compreensão e ajuda mútua, partilha e dedicação. Esta união não passa sem as iniciais disputas de posse e confrontos físicos, mas acaba por enraizar-se na convicção da força do unido que afinal confirma, nestes parâmetros específicos, a tese de Beauvoir e suporta em parte as ideias essencialistas: "*If her functioning as a female is not enough to define woman, if we decline also to explain her through «the eternal feminine», and if neverthless we admit, provisionally, that women do exist, then we must face the question: what is a woman?*" (Beauvoir 1993: 438).

nenhum obstáculo de natureza biológica que impeça o sexo feminino de ingressar e completar estudos de qualquer grau. Os obstáculos, no entanto, surgem ao passar da perceção de sexo (biológico) à perceção de género (sociológico). Quer dizer que mesmo que as escolas já estejam igualmente abertas aos dois sexos, ainda faltam condições para que a mulher ande pelos "caminhos" a não pelo "relvado" das universidades, e entre sozinha nas bibliotecas em vez de ser obrigatoriamente acompanhada por um homem, inclusive às breves visitas à vida académica (Woolf 1996: 18-20). A formação "deve ser igual para todos" assinala Olympe de Gouges no sexto artigo da sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã no longínquo ano 1791.

A igualdade de género na instrução na sociedade moçambicana contemporânea não parece posta em questão por Chiziane. Nenhuma das mulheres que constituem a força motriz do texto padece de uma discriminação direta em termos de educação. São visíveis, porém, os impedimentos indiretos para a receção de uma boa instrução. Os últimos prendem-se com as questões culturais, quer ocidentais quer africanas, de a mulher ser predestinada a ser boa esposa e mãe, o que pressupõe que a educação fique presa no espaço familiar e se limite aos ensinamentos mais práticos e menos científicos. Outras questões que explicam a discriminação indireta nesta área são as condições económicas, ou as questões de classe, que impelem a mulher dos estratos menos favorecidos, desde uma idade muito pequena, para o trabalho.

Os dois tipos de impedimentos indiretos são representados em Niketche no corpo social da mulher, isto é, na condição de mulher atual. Rami exemplifica o caso da filha que ainda recebeu ensino secundário por pertencer a uma família de relativas posses, ou pelo menos de estabilidade em termos financeiros. Mesmo assim, a educação tradicional em privado esbarra, quase apaga a importância e impõe-se sobre o que foi edificado pela escola. Ou seja, assiste-se a uma crise da possibilidade de as mulheres serem instruídas por se entrar em conflito com as tradições que, sublinhemos aqui, não são exclusivamente étnicas visto que transparece o mesmo confronto no patriarcado ocidental. As rivais de Rami são na maioria o oposto a ela: descendem de famílias menos favorecidas e, por conseguinte, não tiveram acesso ao ensino escolar limitando-se a receber a educação marcada pelos costumes e crenças étnicas[84]. O contraste, então, dentro do corpo social quanto à educação constrói-se entre as mulheres que carecem de ensino fora de casa e a mulher que passou por este, mas que vê a sua utilidade em grande parte aniquilada pelo que é tradicionalmente imposto em termos de papéis sociais de género. O romance, em qualquer caso, oferece-nos ideias visionárias no que diz respeito ao tema da educação, no *corpo* de quem é apenas amiga de Tony – Eva.

O conceito da amizade, só por si, já introduz a figura de uma mulher suficientemente independente, em termos financeiros e profissionais; é uma condição que tanto a possibilita de escolher o homem com quem conviver, contando com a afetividade, quanto estabelecer relações com um homem somente em base da partilha entre amigos. Tudo isto seria impossível para a mulher educada para servir o homem enquanto esposa e dar-lhe descendência como mãe, ou para a mulher que se vê obrigada a *ir à caça* do homem a fim de garantir a sobrevivência física esquivando-se ao trabalho de exploração ou à prostituição. Ao tratar o tema da mulher enquanto boa esposa e boa mãe, Niketche introduz a complexidade do problema da colonização do corpo feminino através do casamento. A consideração que "*o casamento é o túmulo da confidência e do amor*" de Olympe de Gouges (1995: 309) vem suportada pelo desencadear dos acontecimentos no texto de Chiziane onde o feminino coletivo discute as razões do envolvimento pessoal, do estatuto da instituição, do perpetuar temporal da ligação.

Uma grande parte da reflexão sobre o casamento, obviamente, passa pelo debate pró e contra a instituição da poligamia, e faz uma avaliação crítica das novas relações monogâmicas trazidas pelo

[84] A comparação entre o modo e tipo de educação que as mulheres em Niketche representam é exemplificativo das diferenças de caráter étnico e social que existem no país entre as zonas do sul e as do norte.

ocidente. O ponto fraco que o romance sublinha nestas práticas é o conjunto das possibilidades ilimitadas de criar relações extraconjugais sem responsabilidades rigorosamente estipuladas como é frequente nos costumes poligâmicos. O casamento monogâmico na sociedade em debate é introduzido com as duas deficiências ocidentais, visto que lhe falta o espírito e a forma de um contrato social entre o homem e a mulher, de acordo com as aspirações de Gouges. O corpo feminino no casamento em Chiziane subjuga-se por inteiro à colonização masculina [85]: "No casamento, as mãos das mulheres são conchas abertas sobre a areia do mar, mendigando amor, pão, sal e sabão. O casamento significa subir para um trono de lenha e aguardar a hora da fogueira. O casamento é romântico. Nos homens, inspira mel e doçura. Inspira felicidade e ternura. Nas mulheres, inspira lágrimas, mágoas, desterro e morte. Inspira um mundo de loucura como este que estou a viver agora." (Chiziane 2008: 244). Revela-se aqui a crítica à construção social do casamento romântico que aprisiona a mulher numa instituição que simultaneamente dá a vida e ameaça com morte. Sublinha-se a condição de hiperfavorecimento em que se encontra o *colonizador* masculino. As conclusões são acerca da avaliação positiva que tal instituição tem para o homem e na conotação negativa que representa para a mulher.

> "*Ela era intensamente sensível. Era imensamente encantadora. Era profundamente dedicada. Ela dominava todas as difíceis artes da vida familiar. Sacrificava-se diariamente. Se era galinha, ela ficava com a pata; se havia uma corrente de ar, ficava nesse lugar – resumindo, ela era tão condescendente que nunca tinha uma ideia ou um desejo próprio – em vez disso preferia concordar sempre com as ideias e desejos dos outros.*" (Woolf 2008: 43)

Todas estas caraterísticas estão presentes na figura do "anjo da casa" que frequenta as casas de Tony. São várias casas com várias figuras de mulheres, mas que convergem num só anjo quando avaliados os seus traços e as suas capacidades femininas, construídas por fora, quer dizer pelo *criador* masculino:

> "*Meu Tony, a tua voz sempre ditou o que eu devia fazer. O que eu devia pensar. Tu desenhavas o meu presente e o meu futuro. Foste construindo-me, grão a grão, meu divino criador. Mas as paredes que me deste são de palha, por onde passam o vento, o frio e a chuva. Construíste em mim alicerces de areia que desabam ao sabor da gravidade. Cobriste-me com um teto de vento, de ar, poroso, permeável, vulnerável. Agora que foste dado como morto, veja com os teus próprios olhos que sobrou de ti.*" (Chiziane 2008: 230)

A voz de Rami que fala aqui lança-nos em simultâneo as perspetivas do corpo social e do corpo visionário em termos de postura feminina perante o casamento. Em primeiro lugar vem apresentado o papel da mulher enquanto esposa, como socialmente construída por uma ordem patriarcal, que neste caso contém em mistura a tradição moçambicana e as influências ocidentais. Este papel aniquila a personalidade humana do feminino reduzindo-o à mancha parda, ao fantasma que costuma aparecer, que incomoda, que rouba o tempo de autorreflexão.

Combater este fantasma, matá-lo em legítima defesa é uma tarefa difícil mais do que lutar contra a realidade, mas o que a segunda parte da citação em cima deixa perceber é que o feminino já juntou autoestima suficiente para se opor ao colonizador, para estabelecer a diferença em si entre aquilo que lhe foi imputado pela construção social e aquilo que realmente sente ser por dentro. O *empowerment* [empoderamento] da figura da mulher-esposa em Niketche é feito através das personagens de Rami e Luísa. A primeira, que é a legítima mulher, representa o primeiro passo – o da tomada de autoconsciência, consolidação das forças femininas e imposição dos valores e vontades ao agente masculino. A segunda personifica a mulher que dispõe da liberdade de escolher o homem com quem casar e mais, escolher selar um contrato social com este homem ao contrário de assinar um casamento patriarcal. As duas afirmam-se como personagens visionárias. Portanto, a primeira questão foi resolvida.

[85] Nos termos sociais do conceito.

O anjo da casa em Chiziane foi morto: as mulheres da escritora moçambicana conseguiram o quarto só para elas, garantiram as despesas mensais, interrogaram a sua condição e papel social. Ainda falta, no entanto, mobilar o quarto, decorá-lo, convidar alguém com quem partilhar (Woolf 2008: 52).

Era o momento de lançar em cena um novo corpo, desinibido de inscrições sociais.

2.2. O CORPO DE INSCRIÇÕES ERÓTICAS

A passagem do corpo das inscrições socioculturais para um estado visionário, que além de questionar já opera a diferença, põe na agenda o problema da superação do *status quo* quanto às experiências do corpo e à capacidade do feminino de as contar: "*ela tinha pensado em algo, algo sobre o corpo, sobre as paixões que para ela, como mulher, não seria apropriado dizer. Os homens, a sua razão dizia, ficariam chocados*." (Woolf 2008: 49). A exploração do tema do sensacional em Niketche tem o seu ponto de partida na descrição física da figura feminina que tem como processo principal a apreciação do belo:

> "*A Eva veio visitar-me. Apresentou-se e arrastou-me para um canto. A conversa que traz não tem nada a ver com mortos nem pêsames. Surpreendeu-me. Aproveito a ocasião para descobrir o que encantou o meu Tony. Aprecio-a. A boca dela é um caju fresco, vermelho, colhido no divino cajual. O sorriso dela brilha mais que o diamante. A sua voz solta cantos, solta pombos brancos, pérolas, pepitas de ouro. Tem a pele mais lisa que o vidro polido. Como é bela, meu Deus! Sinto por ela uma torrente de fraternidade, uma atração tão mágica como o amor à primeira vista. Trocámos confidências como velhas amigas, como irmãs gémeas.*" (Chiziane 2008: 213)

A apreciação que é feita à beleza da figura feminina é clara, construída com base em comparações com a natureza – as referências mais próximas ou mesmo as únicas que uma mulher com pouca ou limitada instrução tem. A descrição em causa reforça a importância da beleza para o êxito na realização da mulher no contexto patriarcal: o homem precisa de ser encantado. O que de interessante tem esta apreciação é o agente que a faz – outra mulher, um facto que nos leva a fazer algumas observações importantes no que diz respeito ao conceito do belo. Por um lado, a estimação da beleza feminina por outra feminina pode não implicar necessariamente sentimentos de ciúme, mas sim, pode conduzir a partilha da condição, a "fraternidade" (ou melhor, irmandade). Esta consideração reconhece e sublinha a força atrativa que o belo contém e exerce sobre o recetor, independentemente do seu género social. O ato da apreciação em si representa uma demonstração dos conteúdos sedimentados pelas práticas patriarcais. Seja como for, a contemplação da figura bela da mulher a que se dedicam numerosas passagens em Niketche, vem lançar o corpo em cena como o lugar privilegiado para o debate das emoções e sentimentos que constituem parte da experiência feminina, mas que, por causa do seu caráter erótico, são inapropriados, nas palavras de Woolf. Ou seja, o *quarto* metafórico, como aqui entendemos o corpo feminino, apresenta a sua primeira mobília – o sofá das emoções e a mesa dos sentimentos.

É claramente visível que a emancipação do corpo, própria do feminismo ocidental da segunda vaga, no romance moçambicano opera em conotações amplamente eróticas. Basta só alegar que o facto que o título vem emprestado do nome de uma dança de iniciação sexual feminina das regiões de Zambézia e Nampula no norte de Moçambique. Existe no texto uma abertura relativamente forte em termos de expressão do sensacional por meio da erotização do corpo, por exemplo no episódio da partilha do amante entre Rami e Luísa. As descrições das práticas de costumes étnicos, as aulas de iniciação, os conselhos sexuais contribuem para o mesmo efeito. Esta abertura verbal afinal obedece à observação foucauldiana, parafraseando, que nunca até agora se falou tanto em sexo.

A explosão da palavra sobre as experiências sexuais e a vivência erótica tem o significado da revolta contra a exclusividade do paradigma do amor romântico construído nos moldes patriarcais e influído na mulher. O corpo de desejo, se assim se pode denominar este corpo de expressão sexual extrema, comporta dois modelos

distintos de sexualidade feminina: o amor conjugal e o amor livre, representados respetivamente por Rami e Luísa. Levada pela amargura do abandono erótico por Tony, Rami, que aliás contém todas as caraterísticas da esposa exemplar (antes da mudança), experimenta também o amor livre incentivada por Lu[86]. O ato desta experiência tem a qualidade de uma visão de mulher que terá o direito e a possibilidade de escolher as suas práticas sexuais guiando-se por exclusivo pelos ditames do próprio corpo. Desta maneira, a personagem de Rami veste o corpo do desejo tanto nos seus traços sociais de boa esposa como nos traços visionários de livre vivência erótica.

A segunda experiência, porém, é uma latência ainda, segundo Niketche, já que sentimos o êxtase como marcadamente solitário; é preciso esperar ainda pelo futuro do êxtase partilhado. Seja como for, o primeiro passo foi feito: foi cancelada a importância religiosa da castidade que rodeava a mulher de tantos nervos e instintos, e impedia que a sua sexualidade seja libertada e trazida à luz do dia (Woolf 1996: 66)[87].

Um fenómeno interessante a que em Niketche se assiste é a inversão dos papéis em termos de poder de posse exercida sobre o corpo de inscrições eróticas. Com as histórias da sua aldeia, Lu conta que aprendeu que

> *"a vida de uma mulher é agradar. Agradar até morrer. No amor é importante conjugar um verbo de posse: ter. Eu tenho um marido polígamo, embriagado, vagabundo, enlouquecido. Mas tenho. O verbo ter é mágico. Insufla na alma poder e força. Se eu conjugo, não tenho, a força se vai e a alma vaza. O desespero vem. É o fim. Por isso eu agrado, só para poder conjugar o verbo ter*." (Chiziane 2008: 161)

O princípio das palavras confirma as construções patriarcais acerca da mulher sexuada entendida como objeto sobre o qual se tinham todos os direitos. Estas configurações machistas, porém, não comportavam a possibilidade da passagem do feminino de objeto a sujeito por meio da mesma partilha de posse: o homem tem uma mulher, e esta mulher também o tem ao homem. A ênfase que Chiziane põe acima é que independentemente da qualidade do homem que se tem, um poder sobre o seu corpo é exercido. De alguma maneira, a mulher, a partir da condição de objeto, transforma-se em sujeito que chega mesmo ao grau de dominar o masculino subjugando-o precisamente por meio das fraquezas carnais que experimenta. Logo a seguir da descoberta das relações extraconjugais, Tony é obrigado a aceitar aos costumes poligâmicos e obedecer à ordem que as suas mulheres impõem à conduta e à organização da vida em conjunto. Para desfrutar da sua condição de sujeito no relacionamento amoroso, o masculino subjuga-se de livre vontade embora reclame de certas condições. Algumas delas começam a revelar-se como claramente incomodativas quando, ao impor a tal ordem de conduta patriarcal, o feminino em vez de simplesmente reproduzir o socialmente construído para o papel da mulher, começa a desenvolver caraterísticas de agente suficientemente independente para se desprender, em primeiro lugar, do domínio masculino, e, se quiser, subjugar o masculino, em segundo.

A subjugação do masculino nunca acontece em Niketche, visto que o coletivo feminino opta por seguir pelos caminhos da independência recentemente conquistada. Neste sentido, observamos uma potência de inversão dos papéis e não uma real inversão. A potência significa que o feminino já possui a possibilidade da escolha que é própria do sujeito. Esta novidade é demonstrativa das marcas visionárias que trespassam todo o conjunto de representações do corpo erótico.

Ou seja, o último pode ser utilizado como meio de conquistar terreno para autorreflexão a fim de se ganhar a autoestima e consciência de um ser igualmente poderoso em termos sociais. Deste modo, o corpo erótico como que se subjuga ao sociocultural, mas a subjugação talvez tenha o efeito do engrandecimento do que foi

[86] Merece mencionar aqui o efeito erótico que a própria abreviatura do nome de Luísa exerce.

[87] "Foi essa relíquia do sentido de castidade que ditou o anonimato às mulheres até uma época tão tardia, como o século dezanove. (…). Corre-lhes o anonimato no sangue. O desejo de passarem despercebidas ainda as domina." (Woolf 1996: 66)

secularmente subvalorizado quanto ao significado e à força do impacto. A colonização do corpo feminino, tanto em termos de inscrições socioculturais como sensacionais, em Niketche conjuga a racionalidade da Europa com o misticismo de África. As instituições ocidentais e os ritos tribais entrelaçam-se no questionar da condição da mulher e este entrelaçamento, da escolha da própria Paulina Chiziane constitui a primeira razão da leitura do texto africano pelo prisma ocidental.

A discussão dos temas atrás revelou parecenças, senão mesmo igualdades, no ponto de situação dos problemas que o feminismo, em geral, branco ou negro, ainda tem por resolver. O realce que foi dado ao corpo nesta reflexão teve a pretensão de investir o veículo mais imediato da vivência humana do valor que lhe foi tradicionalmente retirado, da mesma maneira da qual o papel igual da mulher lhe foi sempre negado pelo sistema patriarcal. Despir o corpo feminino das vestimentas do tradicionalismo de género é o processo privilegiado de revolta contra o vigente e aspiração por uma ordem social nova. Contemplar a nudez do corpo é uma maneira de despir a carne para contemplar a alma [88], numa tentativa de autocompreensão e autodefinição: *"Ah, mas o que é, «ela mesma»? Quer dizer, o que é a mulher?"* (2008: 46) Woolf assegura que não sabe dar resposta a esta pergunta essencialista. A única possibilidade que a ensaísta vê é desenvolver práticas em mais variado leque de profissões e artes a fim de ficarem visíveis as capacidades e dignidades da mulher.

3. A MULHER ESSÊNCIA E/OU DIFERENÇA OU A COMPLEXIDADE DO ANDRÓGINO

A mulher essência que nos é dada a conhecer em Niketche é

> *"um ser solitário na marcha da multidão. Mulher é a dor coletiva que cobre o mundo inteiro. É passado, presente e futuro, lugar e distância, ligados ao mesmo grito. Em cada passo há mulher que se dá, para dar vida à vida. Em cada instante há uma mulher que se espalha como o vento, fertilizando os campos, para transformar o planeta numa alcofa de rendas."* (Chiziane 2008: 217)

A metáfora da romancista moçambicana encontra materialização, de descrição carregadamente social, nas generalizações da ensaísta que alerta para

> *"um ser muito estranho e complexo. A nível imaginativo, é da maior importância; na prática, é totalmente insignificante. Invade a poesia de uma ponta à outra; na História verifica-se a sua ausência quase absoluta. Na ficção, domina as vidas dos reis e conquistadores; na realidade, era a escrava de qualquer jovem, e a quem os pais metiam uma aliança no dedo. Algumas das palavras mais inspiradas, alguns dos pensamentos literários mais profundos saem-lhes dos lábios; na vida real, raramente sabia ler, tinha dificuldade em se expressar, e era propriedade do marido."* (Woolf 1996: 60)

A perspetiva ontológica[89] que se recusa de integrar a imagem de tempo daria uma possível resposta à dúvida essencialista de Simone de Beauvoir, anteriormente exposta, pela conjugação da *pulsação* de mulher expressa por Chiziane num estado social de tensão assinalado por Woolf. Os marcadores dos paradigmas culturais e étnicos, porém, levariam, suscitados ou não pelo ativismo do *Black Feminism*, à crise da impossibilidade de se atingir a situação de igual dentro do feminino e daí à urgência de se ultrapassar o abraço sufocante do coletivismo assimilatório. Esta ultrapassagem garantiria a resolução das fraquezas do essencialismo para chegar a um estado de diferenciação, não em base racial, mas antes em base sexual:

> *"The exploitation of women is based upon sexual difference, and can only by resolved through secual difference*." (Irigaray 1993: 21).

[88] "Quero ver a nudez do meu corpo. Será que me vai assustar? Quero também ver a nudez da minha alma." (Chiziane 2008: 149)

[89] O presente trabalho baseou-se precisamente na anulação da dimensão temporal e a consideração do ser como em si, sem temporalidade, tal como proposto por Zília Osório de Castro (2002: 17).

O diferencialismo, sendo uma tentativa de a especificidade feminina se autodefinir por oposição à posição dominante da sexualidade masculina, comportaria assim as forças misturadas dos agentes dentro do feminino, sem, porém, estrangular as vozes dos "grupos pequenos e populares de mulheres" e sem desrespeitar as urgências das suas questões específicas.

Terá o feminismo ocidental de reconhecer o facto de que a defesa mais liberal dos direitos dos grupos insiste na necessidade dos indivíduos de uma cultura própria e de que apenas nesta cultura eles conseguem desenvolver a autoestima e a capacidade de tomada de decisões acerca da própria vida. Terá o feminismo negro de reconhecer que "*most cultures have as one of their principal aims the control of women by men*" (Moller Okin 1999), como os nossos dois exemplos de cultura ocidental e cultura africana.

Portanto, não será mais prolífero pôr a ênfase com o dobro da força sobre o problema social do "mito da mulher" imposto pelo opressor masculino, como convida Monique Wittig (1993: 23-24)? E não será mais justo virar a máquina da reflexão para o *ser* em si, para aquela fluidez andrógina composta pelos dois conceitos: feminina-masculino e masculino-feminino?

E sim zelar para restituir o valor que à parte feminina foi roubado, lembrando sempre que

> "*existem dois sexos na mente correspondentes aos dois sexos em corpo" que "necessitam de estar unidos para a mais total satisfação e felicidade. (…) de maneira a que dentro de nós residissem duas forças, uma masculina e outra feminina*" (Woolf 1996: 115-116)

Ou seja, não esquecer que "*Não há homem sem mulher. Nem mulher sem homem. Não há um sem outro*." (Chiziane 2008: 191), sendo a caraterística da complementaridade reveladora da abertura do espírito e da democracia da perspetiva interpretativa, e produtora de *paralelismos não discriminados*, isto é, de cruzamentos de experiências e considerações de diferentes paradigmas culturais que não sofram da arrogância da renegação infundamentada. Este paralelismo possibilitará talvez que mais cedo se chegue à admiração do novo ser de recuperadas caraterísticas femininas, aquele ser que por agora ainda continua visionário na figura da Lu que Rami admira pela

> "*forma prática como ela resolve os problemas da vida. A sua sinceridade. A frontalidade. Ela não teme as bocas do mundo. É senhora de si e faz tudo o que lhe apetece. Resiste. Luta. Decide. Escolhe. E conquista da vida o seu pedaço de chão. Um chão estéril, mas o seu pedaço de chão. Ela sabe escolher a terra fértil onde germinará a flor, perfumada e sem espinhos. E escolhe as mãos delicadas que a irão colher: as que agradam e as que cuidam*." (Chiziane 2008: 251)

17. ISA SEVERINO, UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA. INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, isaseverino@ipg.pt

TEMA 3.6 TEMA 3.6 REPRESENTAÇÃO E LINGUAGEM NA OBRA POÉTICA DE FLORBELA ESPANCA E DE ALEJANDRA PIZARNIK: A IMPORTÂNCIA DO OUTRO NA CONFIGURAÇÃO DO EU. ISA VITÓRIA SEVERINO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA/UDI, GUARDA, PORTUGAL

1.

A escritora portuguesa Florbela Espanca e a escritora Alejandra Pizarnik são, numa primeira análise, figuras dissociáveis, não tendo além do facto de serem escritoras, qualquer ponto de ligação. Os períodos que balizaram as suas vidas, separadas por décadas de distância, bem como os contextos em que as mesmas decorreram, parecem distanciar as duas mulheres escritoras-poetas. Florbela de

Alma Conceição Espanca é natural de Vila Viçosa, onde nasceu a 8 de dezembro de 1894.

O estatuto insólito que marcou o seu nascimento, pois, de acordo com os registos, era "filha ilegítima de pai incógnito", aliado à sua vida atribulada – morte do único irmão, Apeles, por quem nutria um profundo afeto; a presença de Florbela na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde apenas se encontravam catorze mulheres, num universo de 347 inscritos, suscitou estranheza entre os pares, uma vez que, naquele tempo, a condição da mulher estava confinada ao espaço do lar e a participação na vida social era restrita, sendo a sua instrução relegada para segundo plano. Florbela colaborou em jornais e revistas, nomeadamente em *Portugal Feminino.*

Também os três matrimónios contraídos granjearam à autora uma reputação pouco favorável naquela época. Tudo isto impulsionou a autora a um exílio, um exílio ontológico, que procurou alento nas palavras e se repercute nas obras poéticas *Trocando olhares*, *Livro de mágoas*, *Charneca em flor*, de entre outras. Cavou, no entanto, distâncias entre o eu e o outro, fundou-se no silêncio, numa comunicabilidade que se afigura impossível, pois ao afirmar-se num meio predominantemente masculino, pretendeu quebrar as amarras e evadir-se de clima de opressão. Florbela suicidou-se na noite de 7 para 8 de dezembro de 1930, com 36 anos de idade, em Matosinhos, com uma dose excessiva de veranol.

A poetisa argentina, Alejandra Pizarnik, é natural de Buenos Aires, onde nasceu a 29 de abril de 1936, 42 anos depois de Florbela Espanca, numa família de emigrantes da Europa oriental. Estudou Filosofia e Letras na Universidade de Buenos Aires e, mais tarde, pintura. Entre 1960 e 1964, Pizarnik viveu em Paris, numa tentativa de se exilar, espraiando-se numa atmosfera mais cosmopolita. Aí colaborou na revista *Cuadernos* e com algumas editoras francesas. Durante esse período, publicou poemas e críticas em vários periódicos.

Traduziu Antonin Artaud, Henri Michaux, Aimé Césaire e Yves Bonnefoy. Estudou Historia da Religião e Literatura Francesa na Sorbonne. Quando regressou a Buenos Aires, Pizarnik publicou três das suas principais obras poéticas, *Los trabajos y las noches*, *Extracción de la piedra de locura* e *El infierno musical*, e ainda a obra em prosa, *La condesa sangrienta*. Em 1969 recebeu uma bolsa Guggenheim e em 1971 uma Fulbright. No dia 25 de setembro de 1972, enquanto passava um fim de semana fora da clínica psiquiátrica onde estava internada, Pizarnik morreu, aos 36 anos de idade, com uma sobredose de seconal que tomara intencionalmente.

A obra das duas autoras tem sido alvo de uma mesma prática levada a cabo por alguns estudos críticos - a excessiva imbricação biográfica. Assiste-se a uma tentativa de analisar os seus textos como consequência e reflexo do *modus vivendi* das autoras, contribuindo para angariação do mito de poetas "malditas" em seu torno. Vistas as distâncias que entre Florbela Espanca e Alejandra Pizarnik se erguem, verificamos que é justamente nesta diferença que se torna cada vez mais curiosa, insólita e interessante a análise comparatista. Efetivamente, as divergências que as separam, e que foram suscitando interrogações e apreensões da parte de críticos literários e de especialistas, sobretudo da obra florbelina, não inibem o cotejo dos textos, bem pelo contrário, agudizam a curiosidade e norteiam-nos numa pesquisa, que se afigura, profícua.

Florbela e Alejandra debatem-se, quer a nível ontológico quer a nível poético, com uma relação conflituosa entre identidade e alteridade, entre o eu, si mesmo e ou outro. Ambas se revelam através da palavra, ocultando-se. Isto é utilizam a palavra, através da qual se transfiguram para assim revelar a sua existência; uma existência também ela transfigurada e, por isso, intencionalmente oculta:

> *Tivemos a ocasião de verificar que o discurso literário é geralmente figurado e que as figuras são deformações intencionais da transparência linguística. Daí que seja lícito apontar a intencionalidade como fator determinante da literariedade, já que é em virtude de uma intenção literária que o discurso se metamorfoseia num estado específico de linguagem em que o processo de significação conta mais com o significado ou o referente (Rocha, 1997: 30).*

E é neste ponto precisamente que é importante insistir na distinção entre o real e o poético, ou a realidade que advém do poético. Clara Rocha refere que o modo privilegiado do eu é a poesia e, "[t]al como o poeta, o autobiógrafo transpõe para a obra literária a sua interioridade" (Rocha, 1997: 62). O exercício da escrita, porém, pressupõe a transmudação da matéria vivida para a matéria literária que irrompe crivada de subjetividade, não só devido à seletividade da memória, que valoriza determinados acontecimentos em prol de outros, como também ao estilo da própria escrita que denota a subjetividade do autor.

Florbela Espanca e Alejandra Pizarnik nas suas construções poéticas e Pizarnik, ainda, nos seus diários, revelam um eu em sofrimento; um eu em luta e em colisão com o mundo e, outras vezes, um eu em relação com o outro, exterior a si – o amado, objeto de desejo –, que aponta para a problemática do eu, neste caso específico da relação do eu com o outro, numa procura de si, através do outro. O outro assume, assim, diversas formas, pode ser a saudade, o amor, a vida, o desejo (Depetris, 2005: 43), constituindo um *leitmotiv que* permite ao sujeito olhar-se, afastar-se de si, para voltar a si, de forma a perceber o que em si reside. O outro ajuda a confinar os limites do eu e a validar o seu caráter – "Yo *me levanté de mi cadáver, yo fui en busca de quien soy. Peregrina de mí, he hido hacía la que duerme en un país al viento. /Mi caída sin fin a mi caída sin fin en donde nadie me aguardó pues al mirar quién me aguardaba no vi outra cosa que a mí misma*" (Pizarnik, 2005: 243).

2.

A relação do eu com outro é um dos pontos que aproxima Pizarnik e Florbela e que é transversal nas suas obras poéticas e ainda nos diários da escritora argentina. Normalmente, esta relação é pautada pela ausência, pela carência, pela falta, pela falha e pela frustração. O desejo aqui – elemento importantíssimo em qualquer uma das duas autoras, nomeadamente o desejo erótico – não é saciado e manifesta-se de forma diferente nas duas autoras, como iremos analisar, observando ainda o modo como o eu se configura em relação à presença/ausência do outro e ainda como representa o corpo no corpus textual.

Carolina Depetris refere que "*lo otro está presente en quien desea (por eso es deseado) pero está necesariamente ausente para ser así deseado*" (Depetris, 2005: 58), o que explica o conceito de desejo em Espanca e Pizarnik que desejam, mas não concretizam a sua satisfação. Pizarnik recupera as palavras de Octávio Paz, considerando que o desejo transmuda a realidade em imaginário, mas também o imaginário se torna real (Pizarnik, 1966, 2-3). A relação com o outro pauta-se pelo desejo e é marcada pela espera, pela ausência, ou no caso de Florbela, por exemplo, caso tenha sido possível foi-o apenas no passado e o sentimento que permanece é a saudade, a falta, a ausência, a solidão.

Na poetisa portuguesa o desejo, a relação com o outro e o amor, reveste-se de formas diversas, mas podemos, de alguma maneira, intuir nesta descrição da relação amorosa e do desejo, um motivo comum, um enorme sentimento de frustração. Alguns dos poemas de Florbela caraterizam-se por um grande erotismo; um profundo sensualismo; um forte desejo sublimado, muitas vezes, através de uma descrição que recorre, mais do que a um tom confessional ou excessivamente pessoal, a uma comparação com as forças da natureza, com a sua energia criadora, com a primavera e a explosão que ela representa para os sentidos, como sucede no soneto "Horas rubras":

HORAS RUBRAS
Horas profundas, lentas e caladas
Feitas de beijos sensuais e ardentes,
De noites de volúpia, noites quentes
Onde há risos de virgens desmaiadas...

Oiço as olaias rindo desgrenhadas…
Tombam astros em fogo, astros dementes,
E do luar os beijos languescentes
São pedaços de prata p'las estradas...

Os meus lábios são brancos como lagos...
Os meus braços são leves como afagos,
Vestiu-os o luar de sedas puras...

Sou chama e neve branca e misteriosa...
E sou, talvez, na noite voluptuosa,
Ó meu Poeta, o beijo que procuras!
(Espanca, 2005: 196)

Neste poema, como se pode constatar pelo próprio título, o desejo erótico impera, abandonando o lamento, que domina outras construções da autora, desencadeado pelas desilusões causadas pela relação com o outro. Assim, o sujeito poético entrega-se a uma enorme sensação de euforia que se desenrola numa ambiência de voluptuosidade que incita a um descontrolo dos sentidos. Repare-se que a descrição das horas pode ser encarada como a metáfora do próprio ato de entrega sexual, como se pode constatar pelos adjetivos que as caraterizam com forte pendor erótico-sensual, "profundas, lentas e caladas", feita de beijos "sensuais e ardentes". O meio envolvente, os elementos naturais comungam em êxtase do frenesim do eu lírico. Nos dois últimos tercetos assiste-se a um movimento inverso, parece que é o eu lírico que se incorpora nos elementos naturais, constituindo uma sinédoque da natureza, como expressa a comparação - "os meus lábios são (…) como lagos", "Sou chama e neve".

Há ainda uma exaltação do eu que é uma força centrípeta, detentor de um poder inebriante, reunindo o calor (do fogo), a luz da chama, a candura da neve e o mistério que advém desta capacidade convergente e conciliadora de elementos antiéticos chama (fogo) / neve. Atendendo à interpretação de Jean Chevalier (1969), podemos sugerir que este poético se assume como símbolo do amor, uma vez que o fogo é o ato sexual em si, mas pode ainda remeter para símbolo da criação, como sucede na poesia da escritora argentina. O soneto termina com a invocação ao poeta, a quem o sujeito poético diz ser o beijo por que ele, o tu amado, anseia. Neste soneto opera-se a transformação que ocorre do livro *Soror Saudade* para *Charneca em Flor,* aliás como elucida a própria autora no poema que abre este primeiro livro, sob a mesma efígie:

CHARNECA EM FLOR
(...)
E, nesta febre ansiosa que me invade,
Dispo a minha mortalha, o meu burel,
E, já não sou, Amor, Sóror Saudade...

Olhos a arder em êxtases de amor,
Boca a saber a sol, a fruto a mel:
Sou a charneca rude a abrir em flor!
(Espanca, 2005: 209)

Em "Charneca em flor", o sujeito poético parece entregar-se à euforia e abandona a análise fria e desiludida das relações com o outro que até aqui o acompanharam. O signo que preside ao desejo é o da falta, da não-concretização, da sede, da insaciabilidade. Este desejo não é concretizado ou concretizável, os lexemas que o prefiguram são o anseio, a "febre" e também a procura, pois ainda que nestes dois excertos o tu pareça quase ausente, ele não deixa de surgir como uma sombra, um pressentimento, e acima de tudo, como aquele que se procura, mas que não se alcança, não chegando, por isso a satisfazer a sede. A volúpia e este imenso desejo configuram-se de uma outra forma na poesia de Florbela, sob o motivo da entrega total ao outro. Vários são os poemas em que o sujeito poético se abandona completamente, abdica de si para se entregar ao outro, perdendo totalmente aquilo que constitui a sua identidade, ao mesmo tempo que reconhece essa entrega alucinada, como patenteia o soneto "O meu desejo":

O MEU DESEJO

Vejo-te só a ti no azul dos céus,
Olhando a nuvem de oiro que flutua...
Ó minha perfeição que criou Deus
E que num dia lindo me fez sua!

Nos vultos que diviso pela rua,
Que cruzam os seus passos com os meus...
Minha boca tem fome só da tua!
Meus olhos têm sede só dos teus!

Sombra da tua sombra, doce e calma,
Sou a grande quimera da tua alma
E, sem viver, ando a viver contigo...

Deixa-me andar assim no teu caminho

Por toda a vida, Amor, devagarinho,
Até a Morte me levar consigo...
(Espanca, 2005: 282)

Aqui, o sentimento amoroso transmuda-se, o desejo panteísta e desenfreado, cede lugar a uma entrega exclusiva e abnegada a apenas um tu, a um abdicar da vida própria, na procura de seguir sempre os passos do outro. Também Pizarnik, em *Los trabajos y las noches,* o tu-amado surge, pela primeira vez, mais próximo do sujeito poético, participando da sua solidão, fundando o silêncio, como sucede em "Poema": *Tu eliges el lugar de la herida/En donde hablamos nuestro silencio. / Tú haces de mi vida/Esta cerimonia demasiado pura* (Pizarnik, 2005*a:155*). O tu surge, deste modo, como um elemento protetor com capacidades regeneradoras. Transforma o lugar da ferida em silêncio e faz da vida do eu lírico uma cerimónia demasiado pura, daí se poder inferir que existe o desejo implícito deste eu, de atingir o explícito e verbalizado pelo eu florbeliano, de se entregar ao amado. O advérbio de intensidade demasiado associado a pura aponta para o caráter inverosímil desta possibilidade. E quando o amado parte, deixa no eu o vazio, a solidão e pulsões negativas, como sucede em "Cenizas" (Pizarnik, 2005*a*: 82-83). Assim, a entrega ao amado, não tem qualquer garantia de satisfação, ou de reciprocidade, pois há, ao mesmo tempo, a perceção que ela tem algo de autodestrutivo, um peso negativo, na medida em que implica o abandono de si mesmo:

ESCRAVA
Ó meu Deus, ó meu dono, ó meu senhor,
Eu te saúdo, olhar do meu olhar,
Fala da minha boca a palpitar,
Gesto das minhas mãos tontas de amor!

Que te seja propício o astro e a flor,
Que a teus pés se incline a terra e o mar,
P'los séculos dos séculos sem par,
Ó meu Deus, ó meu dono, ó meu senhor!

Eu, doce e humilde, escrava, te saúdo,
E, de mãos postas, em sentida prece,
Canto teus olhos de oiro e de veludo.

Ah! Esse verso imenso de ansiedade,
Esse verso de amor que te fizesse
Ser eterno por toda a Eternidade!...
(Espanca, 2005: 282)

Ao mesmo tempo que se constitui formalmente como um poema em louvor ao outro, este soneto revela a consciência que o sujeito poético tem que a sua entrega ao outro é da ordem da submissão. Este ato de entrega está também patente em Pizarnik, como analisaremos mais à frente, mas além da entrega a um tu, há, na escritora argentina, uma entrega total à arte, à escrita e à poesia, numa tentativa de fundir o corpo com a escrita. Ligada a este abandono de si e a esta submissão ao outro, está a temática da espera, tão presente em ambas as autoras. O tu é sempre alguém por quem se espera e que não vem, o ausente, aquele que produz a falta, a carência, a frustração. Aquele que se deseja mas com quem qualquer tipo de concretização feliz parece impossível.

ESFINGE
(...)
E ansiosa desejo – ó vã miragem –
Que tu e eu, em beijos e carinhos,
Eu a Charneca, e tu o Sol, sozinhos,
Fôssemos um pedaço de paisagem!

E à noite, à hora doce da ansiedade.
Ouviria da boca do luar
O De Profundis triste da Saudade...

E, à tua espera, enquanto o mundo dorme,
Ficaria, olhos quietos, a cismar...
Esfinge olhando, na planície enorme...
(Espanca, 2005: 185)

Em "Esfinge" surgem mais uma vez as palavras anseio, espera, desejo, miragem, ansiedade, denunciando a atitude expetante de um eu, que anseia pela chegada do sujeito amado, mesmo sabendo que o encontro e a presença com o outro lhe está vedada. Também o poema "Cenizas" patenteia sentimentos semelhantes aos vivenciados pelo sujeito poético florbeliano:

CENIZAS

Hemos dicho palabras,
para despertar muertos,
palabras para hacer un fuego,
palabras donde poder sentarnos
y sonreír.

Hemos creado el sermón
del pájaro y del mar,
el sermón del agua
y el sermón del amor.
(…)

Este poema reforça a importância e o papel criador e transfigurador da palavra – a palavra desperta os mortos; faz o fogo e cria um espaço onde é possível ao eu e ao tu sentar-se e sorrir. A expressão "*palabras para hacer el fuego*" reporta-nos à analogia já feita no soneto "*Horas rubras" da escritora portuguesa, pois também aqui, remetendo ao simbolismo do fogo "fazer o fogo"* (Chevalier 1969), e às técnicas mais remotas de fazer fogo, por fricção, num movimento que remete ao do ato sexual. O simbolismo do fogo alcança significados polissémicos, surgindo ainda ligado à criação, podendo ser entendido como metáfora da poesia. "Cenizas" é uma das poucas construções de Alejandra em que o eu e o tu desenvolvem uma ação conjunta, como expressa a forma verbal "hemos". Assim, a palavra permite a este eu e a este tu estabelecer uma relação dialógica, daí a expressão "*palabras donde poder sentarnos/y sonreír*" E o poema prossegue numa espécie de enumeração gradativa – "*Hemos dicho/Hemos creado/Nos hemos arrodillado/Hemos inventado*" – salientado a ação conjunta desenvolvida por este eu e por este tu.

No entanto, quando se refere a uma esfera mais terrena, ao campo social, marcada pelos olhares dos outros e ainda pelo adjetivo "terribles", com uma forte carga negativa, para se referir às interpretações dos olhares que cada um pode fazer e aos múltiplos caminhos que é possível eleger, a ação conjunta do eu e do tu cede lugar à solidão, tema central da composição poética:

Hemos inventado nuevos nombres
para el vino y para la risa,
para las miradas y sus terribles
caminos.

O sujeito poético depara-se, à semelhança do que sucede com o eu lírico em alguns sonetos de Florbela, com a solidão, vendo aniquilada toda a possibilidade de criação e de construção que havia desenvolvido com o outro, o sujeito amado, remetendo para o próprio título do poema - "Cenizas", isto é, cinzas, que remete para a destruição do ato comunicativo e consequentemente para a devastação do eu:

Yo ahora estoy sola
- como la avara delirante
sobre su montana de oro -
arrojando palabras hacia el cielo,
pero yo estoy sola
y no puedo decir a mi amado
aquellas palabras por las que vivo
(Pizarnik, 2005a: 82-83).

A ação conjunta cede, como já dissemos, lugar ao desalento e solidão do sujeito poético que se representa com uma certa insanidade a "avara delirante" que, na sua montanha de ouro, se assume, ironicamente, detentor de algo valioso – a palavra. A palavra, apesar de ter um valor inestimável, porque é simultaneamente criação e refúgio, não constitui, porém, salvação para o eu lírico, uma vez que não o salva da solidão e, apesar de poder usar a palavra, não pode usá-la para expressar ao amado aquela(s) por que vive. O sujeito poético de "*Cenizas*" estabelece uma próxima relação com o sujeito de "Esfinge" de Florbela Espanca, pois também ele anseia estabelecer com o tu, o sujeito amado, uma comunhão – "*Que tu e eu, em beijos e carinhos, / Eu a Charneca, e tu o Sol, sozinhos, / Fôssemos um pedaço de paisagem*!" – mas ao perceber que não é possível concretizar o seu desejo, nada mais resta que redimir-se à solidão e à espera.

Apesar de haver uma similitude na forma como irrompem os sujeitos líricos de "Cenizas" e de "Esfinge", o primeiro encarna a imagem de algum devaneio, da "avara delirante"; o segundo a saudade, mas ambos expressam o desalento da solidão – um arroja palavras ao céu; o outro fita, fixo, a languidez da planície alentejana. Parece, no entanto, registar-se atitudes diferenciadas, que desembocam no

mesmo sentimento de resignação: o eu lírico pizarnikiano consciencializa-se da impossibilidade de patilha com o outro, numa espécie de lamentação resignada; já o eu lírico florbeliano continua, à espera, de olhos fixos na planície, como remete o uso da forma verbal "olhando", no gerúndio, e que valida a continuidade da espera, mesmo sabendo que é inviável a presença do tu.

3.

Existe uma relação entre erotismo e poesia, porque como afirma Octávio Paz,

> *El erotismo es sexualidad transfigurada: metáfora. El agente que mueve lo mismo al ato erótico que al poético es la imaginación. Es la potencia que transfigura al sexo en ceremonia y rito, al lenguaje en ritmo y metáfora (…) Como todas las metáforas, designa algo que está más allá de la realidad que la origina, algo nuevo y distinto de los términos que la componen (Paz, 1994: 10).*

Ao considerar que o erotismo é uma sexualidade transfigurada estabelece uma relação entre erotismo e poesia, como o próprio autor refere "*el primero es una poética corporal y la segunda una erótica verbal*" (Paz, 1994: 10). E este facto é sobretudo evidente em Alejandra Pizarnik em cuja obra se estabelece uma dialética entre o corpo (do sujeito) e o corpus textual. Se por um lado o corpo escreve o corpus, por outro o corpus representa o corpo. Como refere Cristina Pinã, assiste-se a um "*movimiento de estetizar la vida y hacer obra con el cuerpo, en una especie de trabajo de lanzadera que tiende a fusionarlos*" (Pinã:173), chegando, em alguns casos a revelar essa tendência de fundir, como refere Pinã, a vida e a arte; a obra e o corpo e, acrescentamos nós, a criação e a morte. Há uma passagem de "*La palabra del deseo*" que ilustra bem esta fusão:

> *Ojalá pudiera vivir solamente en éxtasis, haciendo el cuerpo del poema con mi cuerpo, rescatando cada frase con mis días y con mis semanas, infundiéndole al poema mi soplo a medida que cada letra de cada palabra haya sido sacrificada en las ceremonias del vivir (Pizarnik, 2005a: 269).*

Tentaremos, pois, desconstruir esta linguagem de Pizarnik, recorrendo à metáfora, de forma a encontrar possíveis leituras e a alcançar "sentidos mais além daqueles que designa". O eu lírico deseja viver, num total arrebatamento, fazendo o corpus com o seu corpo, assim a linguagem corporal (imagem da fertilidade feminina) daria lugar à linguagem textual. Por sua vez, os dias e semanas resgatavam as frases (quais veias por onde circula o sangue que alimenta o feto); o eu (útero materno) gera, com o sopro, o poema, resultado de cada letra, cada palavra sacrificada; a criação (o nascimento do feto/arte) é resultado do sacrifício da vida. Se em algumas construções poéticas de Florbela, aqui analisadas, o eu se entrega ao outro, numa ânsia de fusão, gerando uma autodestruição, um peso negativo, na medida em que implica o abandono de si, também aqui se percebe que este ato entrega à escrita, numa total fusão, do corpo e da poesia, num ato de sacrifico, de destituição e destruição de si, como a própria confessa no *Diário* – "*La vida perdida para la literatura y por culpa de la literatura. Quiero decir, por querer hacer de mí un personaje literario en la vida real fracaso en mi deseo de hacer literatura com mi vida real, pues ésta no existe: es literatura* (Pizarnik, 2005*b:* 200).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema, do amor, do desejo, da relação com o outro, como já dissemos, é talvez aquele em que é possível estabelecer mais paralelismos entre as obras das duas autoras, já que, em ambas, surgem problemáticas semelhantes retratadas de forma similar, e, em alguns casos, dissemelhante, ainda que estilisticamente muito diferentes. Esta proximidade temática e estrutural é desde logo evidente quer nos poemas quer nos diários de Pizarnik, e no lugar central que este tema ocupa. Pizarnik assume, em especial nos seus Diários, um tom confessional que os aproxima do tom da poesia de Florbela, como nos diz Ana Becciu, são lugares mais do que de autobiografia, de construção poética e de si mesma, considerando que a presença do tema do amor é central:

De esto tratarán sus diarios hasta el final de su vida: de amor y de sexo, de angustia, (…) Habla del deseo, de las formas del deseo en ella, analizándolas y nombrándolas con tanta lucidez y claridad que la convierten innegablemente en nuestra contemporánea.

Pizarnik, de modo análogo a Espanca, estabelece uma relação difícil e ambígua com o outro e com o desejo. Também ela o sente com toda a veemência, à semelhança de Florbela, mas aqui não há tentativa de sublimar esse desejo através duma construção poética que o liga aos ciclos da natureza, Pizarnik afirma o seu desejo e a sua carência:

Es muy tarde. Estoy excitada. Deseo un cuerpo junto al mío. Cualquiera! Cualquier sexo, cualquier edad. Eso es lo de menos! Basta un cuerpo a quien tocar y que me toque. Mi sangre galopa! AH! Deseo fervientemente! Me disuelvo en deseos eróticos. Nada de amor. No. Nada de eso. Sí! Lo que yo quisiera es vivir mi vida diurna entre libros y papeles y pasar las noches junto a un cuerpo. Ése es mi ideal. Es lascivo? Es lujurioso? Es imposible? Es mío!!! Y con eso basta (Pizarnik, 2005b: 56).

Mais do que o desejo, anuncia ainda a sua necessidade de perversão, de conflito incontido, reiterado pela linguagem torrencial e pelo tom entusiasta e imperativo conferido pelo uso de substantivos e verbos do campo semântico do prazer e do erotismo "*estoy excitada; deseo, cuerpo; sexo; tocar; toque; lascivo; lujurioso*", pela pontuação utilizada e pelas interrogações retóricas, em tom provocatório, pretendendo questionar/chocar uma ordem instituída, ao mesmo tempo que reafirma a sua forma de estar "*Es mío!!!".* Segundo Nuria Girona, o corpo, e acrescentamos nós o desejo, irrompe em Pizarnik como

"*un lugar de conflicto entre pulsiones y relaciones sociales, naturaleza y cultura, en especial el cuerpo de las mujeres, vigiado, sufocado, constreñido por los discursos patriarcales".*

Não deixa de ser curioso que também nesta temática da representação do eu, da representação do corpo, através do outro, e nos motivos que lhe são subjacentes, há uma forte aproximação entre as duas escritoras. Também aqui Florbela, na relação que o eu poético estabelece com o outro, parece manifestar não-desejo por ele, mas o desejo da libertação desse outro, numa sociedade rigidamente cristalizada:

É também interessante, na sua poesia, como o confronto da sua ideia de mulher é radicalmente um confronto face à convenção do homem. E isto é muito interessante porque vai mostrar que esta poesia é uma poesia que deseja o homem, mas o homem que deseja não é o homem da ordem simbólica. É aqui irrompe o sofrimento do desejo na obra de Florbela. Não estou a falar da biografia, da biografia não quero saber. Outras mulheres poderão reivindicá-la em função do seu desejo específico de mulher. No caso dela, há um desejo de um homem que não seja o daquela ordem simbólica, e é por aqui esta poesia pode irromper como exemplo, de, porque não dizê-lo, libertação. De libertação do próprio homem que não é o desejado por Florbela. (...). Mas ela representa um combate (…). Porque ela combateu uma das coisas mais tenebrosas que se podia combater no tempo em que escrevia. Era mais tenebroso, era mais difícil, ou, se me deixarem pôr as coisas ao contrário, era menos difícil a Carlos de Oliveira, a Manuel da Fonseca, combaterem o Estado Novo, era menos difícil a Fernando Pessoa combater a República, do que era difícil a Florbela combater o patriarcado (Magalhães, 1999, 29-30).

Além da temática ser comum às duas autoras, é curioso analisar as imagens do eu sofredor que projeta de si, através da relação do eu-outro: a de um eu inconformado, carente, expetante, em ânsia; um eu que deseja e expressa o seu desejo, através da escrita do corpo no corpus textual. Mas não deixa de ser curioso que, por detrás da escrita, existe um conjunto de forças, de intenções, revelações, omissões e vontades que não são possíveis de apreender, porque, o texto "É um entre" (Magalhães, 2007: 27), tal como estes "entre" eus.

5.BIBLIOGRAFIA

5.1. ATIVA

Espanca, Florbela (2005) *Poemas,* (Maria Dal Farra ed.,) São Paulo: Martins Fontes.

Pizarnik, Alejandra (1966) "Una tradición de la ruptura", *La Nación,* 26 de junho, pp. 2-3.

_____(2005*b*) *Diarios* (Ana Becciu ed.,) Barcelona: Lumen.

_____ (2005*a*) *Poesía Completa (Ana* Becciu ed.,*)* Barcelona: Lumen.

5.2. PASSIVA

Alonso, Cláudia Pazos (1997) *Imagens do eu na poesia de Florbela*, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Chevalier, Jean (1969) *Dictionnaire des Symboles: Mythes, rêves, coutumes, formes, figures, couleurs, nombres,* Paris: R. Laffont.

Fibla, Nuria Girona (2008) "Ser de escritora, ser de escritura: Memorias de Juan Manuela Gorriti" *in Férnandez, P. & Ortega*, M-L (eds), pp 309-324.

Depetris, Carolina (2004) *Aporética de la muerte: estudio crítico sobre Alejandra Pizarnik*, Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.

Magalhães, Joaquim (1999) "Demasiado poucas palavras sobre Florbela" in *Rima pobre. Poesia portuguesa de agora,* Lisboa: Edição Presença, pp. 18-30.

Magalhães, Rui (2008) "O vazio, o absoluto e o intenso" *in Literatura e Vida* (Rui Magalhães org.,) Aveiro: Universidade de Aveiro.

Paz, Octávio (1994) *La llama doble. Amor y erotismo*, 4ª ed., Barcelona: Seix: Barral.

Pinã, Cristina "Formas de morir: de Alberto Greco a Alejandra Pizarnik", www.raco/cate/índex.php/Arrabal/articule/view/140520/192902, em 10/03/2011.

Rocha, Clara Crabbé (1977) *O espaço autobiográfico em Miguel Torga:* Coimbra: Almedina.

Thomas, Marcelo Guajardo, "Lo erótico como réplica de la muerte. Una aproximación, http://plagio.cl/home/index.php?option=com_content&task=view&id=156, em 10/03/201.

5.3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Beauvoir, Simone de (1967), *O Segundo Sexo, vol. 1*.

Beauvoir, Simone de (1993), "The Second Sex", in Stevy Jackson (ed.), *Women's Studies. A Reader*. Harlow: Prentice Hall, pp. 438-439

Butler, Judith (1985), "Variações sobre Sexo e Género: Beauvoir, Wittig e Foucault", *in* Seyla Benhabib, Drucilla Chiziane, Paulina (2008), *Niketche. Uma História de Poligamia*. Lisboa: Caminho

Cornell (coord.), *Feminismo como Crítica da Modernidade*, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, pp. 139-154

Castro Osório, Ana de (1095), *As Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora

Gouges, Olympe de (1995), "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã", in Gabriella Bonacchi e Angela Groppi, *O Dilema da Cidadania*. pp.297-312

Hill Collins, Patricia (), *Black Feminist Thought*.

Hite, Molly (2000), "Virginia Woolf's Two Bodies", in *Genders*, nº 31, http://www.genders.org/g31/g31_hite.html

Humm, Maggie (1986), *Feminist Criticism: Woman as Contemporary Critics*. Brighton, Sussex: The Harvester Press

Irigaray, Luce (1993), "Women: Equal or different", in Stevy Jackson (ed.), *Women's Studies. A Reader*. Harlow: Prentice Hall, pp. 21-22

Moller Okin, Susan (1999), "Is Multiculturalism Bad for Women?" in Joshua Cohen and Matthew Howard (ed.), *Is Multiculturalism Bad for Women?* Princeton University Press

Osório de Castro, Zília (2002), *Ideias Políticas (Séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Livros Horizonte

Walker, Alice (),

Wittig, Monique (1993), "One is not born a woman" in Stevy Jackson (ed.), *Women's Studies. A Reader*. Harlow: Prentice Hall, pp. 22-25

Woolf, Virginia (1978), *Três Guinéus*. Lisboa: Editorial Veja

---------- (1996), *Um Quarto que Seja Seu*. Lisboa: Veja

---------- (2008), *O Estatuto Intelectual da Mulher, seguido de Profissões para Mulheres*. Lisboa: Padrões Culturais Editora

18. JACEK MATUSZAK, UNIV. DE NOTTINGHAM, NINGBAO, CHINA/POLÓNIA, JACEK.MATUSZAK@NOTTINGHAM.EDU.CN VER

19. JOHN MACKENNY, DIVISION OF ENGLISH STUDIES UNIVERSIDADE DE NOTTINGHAM NINGBO, CHINA/REINO UNIDO

TEMA 3.1. DIVERGÊNCIAS NA PERCEÇÃO DA ESTADIA DOS PORTUGUESES NA CIDADE DE NINGBO NO SÉCULO 16 BASEADAS NO LIVRO "PEREGRINAÇÕES" DE FERNÃO MENDES PINTO E EM FONTES CHINESAS CONTEMPORÂNEAS. JOHNMACKENNY, R.P. DA CHINA/UK E JACEK MATUSZAK, R.P. DA CHINA POLÓNIA

Este estudo foi concebido por dois colegas da Universidade de Nottingham Ningbo China e é fruto de uma serie de sincronicidades. Vindo de países diferentes (Irlanda, Polónia, Brasil), o único ponto que temos em comum é a nossa lusofonia. Trabalhamos junto em Ningbo há mais de três anos e durante esse tempo passamos muitas vezes por uma pequena igreja na beira do mar. A arquitetura dela remete a Igreja da Nossa Senhora da Batalha em Portugal. Os clérigos e o bispo nos contaram que a igreja foi fundada por padres franceses.

De fato, existe uma placa (em forma de pedra parecendo uma lápide) com nomes desses padres implantada do lado esquerdo do altar. Hoje em dia a igreja chame-se Igreja do Sagrado Coração, nome

que coincide com as datas dos supostos padres franceses, e as visões de Margaret Mary Alacocq na segunda metade de século 19. Tudo mudou quando começamos a ler a obra-prima da literatura portuguesa e universal *Peregrinação.* Desde já, pedimos desculpas por nossa utilização desse grande livro como um mero repositório de fatos históricos, geográficos e sociológicos.

No entanto, reparamos que muitos dos capítulos do livro referiram se as ruas e becos do distrito da nossa igrejinha. Houve capítulos descrevendo o comércio e o dia a dia da nossa cidade adotiva há cinco séculos. Poderia a nossa igreja ser a Igreja da Nossa Senhora da Imaculada Conceição descrita com tantos detalhes nos capítulos iniciais de Mendes Pinto? Seria por acaso a razão da discrepância o abandono da igreja (ou, melhor dizendo, da China) por Portugueses nos tempos de *Peregrinação* e uma restauração feita três séculos depois por padres franceses? Decidimos investigar seguindo as pistas deixadas na grande obra de Mendes Pinto: os eventos e tormentos, as ilhas e montanhas, os muitos personagens mencionados. Alguns fictícios e outros verdadeiros, ocidentais e orientais.

Nossa fonte de triangulação serão historiadores chineses que podem fornecer informação sobre qualquer escrito, relato, ou alusão referindo se aos Portugueses, sejam eles em Ningbo ou nos arquivos da capital da província, Hangzhou, ou até mesmo na ilustre biblioteca dos Jesuítas em Xangai, XujaHui. Através do persistente questionamento das fontes disponíveis, esperamos chegar ao congresso com uma coerente historia da "nossa" cidade e do bairro Lao Waitan ("praia dos estrangeiros") onde encontra se a igreja e onde transcorreram muitos dos eventos do grande livro.

Pretendemos também apresentar, com todo respeito, uma razoável avaliação do nível de correspondência entre as secções de *Peregrinação* que tratam de Ningbo (Liampó ou Ningbó em português) e o que pode ser averiguado com a ajuda de historiadores e informadores contemporâneos da região.

***

Na época da suposta estadia de Mendes Pinto na cidade de Ningbo, o imperador da China era Zhengde da dinastia Ming. Segundo professor Tianze Wang, ele não passava de um playboy que não se preocupava muito com o seu país. Ele recebeu os embaixadores de Portugal, que tentavam estabelecer relações diplomáticas entre os dois países, mas ligou muito mais para os presentes trazidos por eles do que a missão deles.

Logo depois da morte do Zhengde, as discussões sobre o possível inicio de contactos oficiais entre os dois países também foram sepultadas.

O motivo era o ressentimento existente no país por causa do domínio Português sobre o sul da Ásia naquela época, agravado pela crescente animosidade e desconfiança que ele causava. Os eventos acontecendo em Ningbo foram registados numa espécie de crónica que contém relatórios mandados regularmente por oficiais locais a corte.

Essa crónica é hoje acessível pela internet no site do governo local (http://gtoc.ningbo.gov.cn/art/2010/9/13/art_3193_187595.html).

Segue em baixo um resumo de eventos envolvendo Portugueses em tradução de Jiajia Xu:

> **自** 1524 **年(嘉靖三年)起，葡萄牙人擅入双**屿港搞海上走私贸易。是年，闽人李光头、歙人许栋窜至双屿港，勾结葡萄牙人、日本人和中国沿海走私官员、商人，私相贸易，一时船舶云集，多至港塞，结聚至万人。
>
> *Since 1524 (Emperor Jiajing 3), Portuguese broke into the Double Island and started smuggling business in the sea. The same year Li Guangtou from Fujian province, and Xu dong went to the Double Island. They worked with the Portuguese, Japanese and Chinese government officials, businessmen to smuggle and trade. In a short time, there were so many ships that the port was crammed. There were as many as ten thousand people at that time.*

[It should be noted that the Portuguese name which was thought to refer to Ningbo, i.e., Liampo, is a calque of the Chinese expression 'double island'.]

葡萄牙人侵占双屿港后，筑馆舍、教堂，岛上住户 3000 **人**，**内葡人** 1200 **人**。**葡人常在**"货尽将去之时，每每肆行劫掠"。

After the Portuguese broke into the Double Island, they built houses and churches. There are about 3000 residents, including 1200 Portuguese. It was said that 'the Portuguese often attempted to rob when the goods were almost sold out, and people were leaving.'

1548 **年（嘉靖二十七年）**
1548 (Emperor Jiajing 27),

四月 朱纨遣都指挥卢镗进攻双屿港，擒获李光头、许栋，俘获日本人稽天破等，击杀数百人。许栋余党歙人王直率众遁。卢镗尽毁岛上建筑，并用木石填塞双屿隘口水道，尽驱葡萄牙殖民者出港。

April, Official Zhu Wan directed Lu Tang to attack the Double Island, and Li Guangtou, Xu Dong, and Ji Tianpo (Japanese) were caught. Several hundred people were killed. Lu Tang destroyed all the buildings and constructions on the island, stuffed wood and stone in the neck of the waterway and drove away all the Portuguese colonists.

五月 朱纨至双屿港巡视填塞及毁平实情。

May, Zhu Wan went to the Double Island to check the filling of the waterway and the destruction of the buildings.

1549 **年（嘉靖二十八年）**
1549(Emperor Jiajing 28)
朱纨遭诬罢官，引鸩自尽，倭势复张。

Zhu Wan was made a false charge and resigned. He took the poison and committed suicide. The Japanese force was built up and became strong again.

Usando as informações contidas nos arquivos e outros documentos históricos, é possível estabelecer que vários detalhes no livro do Pinto são de fato errados, portanto não podem ser verdade.

Segue uma lista de exemplos:

1) Ele descreve uma batalha entre Portugal e China dizendo que tinha mais de 400 navios em Liangpo. Segundo os dados da defesa costal chinesa daquela época, o numero de navios não poderia passar de 120. Além disso, seria fisicamente impossível juntas um numero de navios tão expressivo no espaço limitado do porto de Liangpo.

2) Pinto menciona também tais frutas como bananas e líchias. Ele descreve pessoas que estariam supostamente com posse delas em janeiro e fevereiro. Essas frutas não foram cultivadas nessa região da China naquela época e menos ainda poderiam ser achadas em pleno inverno.

3) No livro do Pinto, há descrições de pessoas locais andando a cavalo e veado, além de brincar com falcões. Isso também é impossível. Falcoaria não era praticada nessa parte da China e é impossível imaginar que essas formas de entretenimento seriam aceitáveis para os locais.

4) Mendes Pinto menciona também uma ilha norte de Ningbo onde 17 imperadores seriam sepultados. Isso é impossível para um Chinês já que a ideia de ser enterrado numa ilha é repugnante dentro da cultura chinesa.

5) Professor Wang afirma que as políticas das dinastias Song (960-1279) e Ming (1368-1644) eram bem distintas. Durante a primeira, existia na China uma abertura muito grande para o mundo afora: tanto a política externa, quanto o estabelecimento de relações diplomáticas com exterior eram encorajados. Entretanto, durante a dinastia Ming, por causa dos ataques frequentes das tropas Japonesas, a política externa se tornou por necessidade muito mais cautelosa e houve um fechamento notável do país.

Professor Wang publicou vários trabalhos sobre o Mendes Pinto, ou Pinto, como os Chineses gostam de se referir a ele. Os pesquisadores chineses, mesmo apontando muitas discrepâncias entre os relatos dele e os fatos históricos da época, afirmam que as descrições de Mendes Pinto se destacam entre os escritos por vários Portugueses na época.

Um dos comentários comuns feito aqui é que considerando as energias e atenção que deveriam ter sido dedicados aos interesses comerciais dele, foi formidável Pinto conseguir escrever uma crónica riquíssima em detalhe e informação.

LIGAÇÕES ÚTEIS:

http://www.macaudata.com/macauweb/book165/html/10801.htm
http://filebox.vt.edu/users/jojacks2/words/sinoportuguese.htm

20. LEONG CHEOK I, INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, CHINA. CHEOK.I.LEONG@GMAIL.COM

TEMA 2.3. O ENSINO DE GRAMÁTICA E O DICIONÁRIO DE VERBOS CHINÊS – PORTUGUÊS. LEONG CHEOK I, (INSTITUTO POLITÉCNICO MACAU), MACAU, RAEM, RP CHINA

No contexto de Macau, o processo de ensino/aprendizagem de português como língua estrangeira é sempre um grande desafio colocado tanto aos professores que ensinam, como aos alunos que aprendem. Sendo uma docente dedicada a esta missão durante quase vinte anos, e que já foi também aluna da língua de Camões, gostaria de partilhar com os participantes deste encontro reflexões insignificantes sobre o ensino de português aos alunos chineses, realizado num contexto de ensino superior. Estas reflexões vão ser feitas à volta da área de ensino de gramática num curso de licenciatura, destinado à formação dos alunos especializados em Português como língua estrangeira.

Por outro lado, também vou aproveitar esta ocasião para mencionar um instrumento, que está no processo de elaboração, e que é importante para o processo de ensino/aprendizagem que está em análise. Nas referidas reflexões sobre o ensino da gramática vão ser analisados vários aspetos, nomeadamente a relação entre o ensino da gramática e a meta final da aprendizagem, a relação entre o ensino da gramática com o ensino de outras disciplinas, os requisitos para uma aprendizagem com sucesso nomeadamente a importância da introdução de conteúdos certos nos momentos propícios e as condições situadas no campo psicológico. No fim vai ser explicado como surgiu a ideia da elaboração do Dicionário de Verbos Chinês-Português, inclusivamente a utilização que se pode fazer deste novo instrumento para o ensino/aprendizagem de português pelos alunos chineses.

1.INTRODUÇÃO

Devido aos quatrocentos anos de administração portuguesa em Macau e sendo o português e o chinês as duas línguas oficiais da RAEM, atualmente há, nesta pequena cidade chinesa, grandes necessidades de bilingues chinês/português, tanto nos domínios administrativo e jurídico, como nos âmbitos comercial e cultural. Tem-se registado, no entanto, um certo desequilíbrio entre a procura e a oferta sobretudo de profissionais bilingues com alta qualidade, o que tem implicações em assuntos diversificados e prejudica, de certo modo, o desenvolvimento do Território.

Neste contexto, a formação de bilingues chinês/português reveste-se, em Macau, de um significado muito especial, pois o sucesso dos respetivos cursos torna-se indispensável para o progresso e a evolução da RAEM como um lugar estratégico no processo de abertura e reforma da China, nomeadamente na sua relação com os países da língua portuguesa.

2.NECESSIDADE DE ENSINO DA GRAMÁTICA

A necessidade de lecionar a gramática e a forma de ensino da mesma no processo de ensino-aprendizagem de uma língua

estrangeira, têm a ver principalmente com duas variáveis: o objetivo da aprendizagem e as caraterísticas do público-alvo. No contexto de Macau, num curso de licenciatura destinado exclusivamente ao ensino de português, o objetivo principal da aprendizagem é claro: os alunos dotados de capacidades de comunicação suficientes para poderem satisfazer as exigências colocadas pelo mercado de trabalho, sobretudo pelo mercado de tradução. Com efeito, independentemente do facto de o respetivo curso ser declaradamente um curso de tradução ou não, ser tradutor é sempre uma grande vocação e saída profissional dos seus alunos.

Em relação à segunda variável, o público-alvo que normalmente existe para estes cursos são alunos de língua materna chinesa, cuja competência de comunicação em português, antes do curso, é nula ou bastante limitada. Condicionado pelo objetivo definido, pelo tempo permitido para a sua realização e pelo público-alvo cuja língua materna é bem distante da língua portuguesa, neste tipo de curso, a par da progressão comunicativa e funcional que carateriza a maior parte dos cursos de português, não se pode negligenciar a importância da progressão gramatical, pois na experiência de dezenas de anos de ensino de português a chineses, há numerosos exemplos que podem provar que, o não-domínio pelos alunos das regras morfossintáticas da língua-alvo, é uma das razões principais que levam ao insucesso da aprendizagem.

Só em raros casos o aluno pode construir indutivamente, por si só e de uma forma satisfatória, uma gramática inferida como padrão orientador nas suas performances da utilização da língua-alvo. Depois de afirmarmos a necessidade de lecionação da gramática nos cursos mencionados, passaremos em seguida à discussão sobre a forma de ensino da mesma.

3.VÁRIOS PONTOS CHAVES PARA O SUCESSO

As experiências de sucesso e fracasso demonstram que, para poder levar a bom termo o processo de ensino-aprendizagem de português no contexto específico supramencionado, o ensino da gramática tem os seus próprios princípios que precisam de ser respeitados. O primeiro ponto a focalizar seria a decisão a propósito dos momentos certos, durante o decorrer do curso, em que deve ter lugar o ensino da gramática. Não são poucas as solicitações dos profissionais bilingues para aperfeiçoarem os seus conhecimentos gramaticais, apresentadas quando reconhecem a importância que estes conhecimentos possuem para alcançar boas práticas profissionais comunicando em português. Porém, o resultado dos esforços dispensados para este fim queda-se sempre aquém daquele que é almejado. De facto, é muito difícil corrigir os conceitos errados sobre o funcionamento da língua que já se foram enraizando com as múltiplas repetições de atos de comunicação, durante o curso ou mesmo no exercício das atividades profissionais.

Por outro lado, como todo o conjunto de conhecimentos linguísticos foi sendo adquirido, desenvolvido e consolidado com base nestes conceitos pouco apurados ou mesmo incorretos, é de facto impossível reconstruí-lo e/ou aperfeiçoá-lo. É sempre muito mais fácil construir um modelo novo do que corrigir o modelo errado. Sendo assim, nos primeiros dois anos destinados à construção da base linguística para as etapas posteriores de aprendizagem, o controlo do processo desenvolvido pelos alunos de descoberta e assimilação das regras de funcionamento da língua-alvo, tem que ser total, processo esse que precisa de ser orientado pelo professor segundo uma evolução razoável para a aprendizagem e um ritmo adequado aos alunos. Para conseguir isto, é importante inclusivamente a carga horária semanal do professor, sobre a qual ainda voltaremos a analisar.

Em segundo lugar vamos falar da articulação entre o ensino da gramática e o ensino da língua em geral. Quanto aos materiais de ensino, existem livros organizados em vários níveis com o respetivo caderno que é composto por exercícios predominantemente gramaticais. A utilização deste tipo de material permite a harmonia entre os dois géneros de atividades didáticas em termos de temas e léxico. Existe, no entanto, a desvantagem de que estes exercícios não são suficientes ou totalmente adequados para a concretização dos objetivos gramaticais do referido curso, que tem as suas caraterísticas muito peculiares. No que diz respeito à progressão, para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais eficiente, a introdução de

novos conteúdos gramaticais deve ser imediatamente anterior à sua utilização nas aulas de língua. Porém, há casos em que, devido à peculiaridade da matéria a ensinar (como por exemplo, a estrutura da língua, cuja aprendizagem dura um período bastante alargado e é desenvolvida em conformidade com a progressão comunicativa e funcional dos alunos, sendo os mesmos conceitos reaplicados em situações progressivamente mais complexas), pode não haver um paralelismo tão evidente entre os dois tipos de atividades.

O terceiro aspeto toca a seguinte questão: Que gramática é que se deve ensinar? Relativamente a este assunto, somos de opinião de que nem todas as regras gramaticais precisam de ser explicadas. A aula da gramática não consiste na exposição do conteúdo de um livro de gramática. Há regras que podem ser muito bem assimiladas nas aulas da língua. A par disso, há múltiplos aspetos da língua sobre os quais não se encontram explicações, e a sistematização da sua regra, porém, apresenta-se com grande utilidade para a aprendizagem pelos alunos. Este seria o desafio fulcral colocado ao ensino da gramática, o qual tem a responsabilidade de acelerar o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, a gramática que se ensina deve consistir nas regras indispensáveis para a transmissão da mensagem, assim como nos meios gramaticais, cujo significado os alunos têm dificuldades em perceber. Tal como foi mencionado, o ensino da gramática deve acompanhar de perto a evolução da aprendizagem, vigiando as descobertas feitas pelos alunos acerca das regras de funcionamento da língua-alvo, fornecendo a tempo as explicações necessárias, para além de fazer a apresentação de novos conteúdos nas ocasiões propícias. O professor encarregado desta função deve ser o amigo mais íntimo dos alunos, que lhes possa proporcionar todo o tipo de apoio na solução dos problemas surgidos igualmente noutras disciplinas.

De facto, se os sentimentos de empatia e confiança dos alunos para com o professor são sempre importantes para o sucesso em quaisquer disciplinas, neste caso é mesmo a condição *sine qua non*, pois é mediante a exposição, sem reserva, pelos alunos dos conceitos que eles têm do funcionamento da língua-alvo, que o professor pode dar as melhores orientações e esclarecimentos sobre o assunto, dialogando e discutindo com eles. Para isto, a carga horária semanal do professor precisa de ser suficiente. Por outro lado, o professor deve dar explicações em língua materna dos alunos para facilitar a compreensão, a comunicação, e mesmo para os alunos poderem estar suficientemente à vontade. No curso referido, o ensino da gramática nunca deve ser lecionado isoladamente nem deve ser considerado uma componente acessória, abordando apenas a parte gramatical da língua. O professor de gramática deve ser também o professor da língua que acompanha toda a progressão comunicativa e funcional. O que ele tem são caraterísticas específicas para poder dar mais apoios no aspeto gramatical, quando esta necessidade surge em momentos diferentes do processo de ensino-aprendizagem.

4. O DICIONÁRIO DE VERBOS CHINÊS-PORTUGUÊS

Foi no contexto referido que surgiu a necessidade de elaboração do Dicionário de Verbos Chinês-Português, um dicionário bilingue que tem como base teórica o conceito da valência verbal, isto é, o verbo funciona como o núcleo na estruturação da frase determinando quais elementos é que a frase tem que conter e quais são as propriedades sintáticas e semânticas de cada um destes elementos. Como corolário e complemento de tudo o que antes referi, e a fim de o demonstrar de forma prática, vamos observar em detalhe uma entrada contida neste dicionário de verbos: o verbo "糾纏 *jiuchan*".

1. 你別再跟我糾纏了。

*Deixe de me **aborrecer/chatear**.*

2. 每次這孩子都糾纏個沒完。

*Em todas estas ocasiões/momentos esta criança **fica a incomodar/importunar** sem parar.*

3. 大家不要再在這個問題上糾纏了。

*Não **percamos** mais **tempo** nesta questão.*

4. 這件事已糾纏了一年多了。

***As disputas relativas a** este assunto já **duraram** mais de um ano.*

5. 我不想再在這件事上糾纏不清。

*Não quero continuar a **ficar envolvido** neste assunto.*

6. 我今天下班後被一件小事糾纏住了。

Hoje, depois de sair do emprego, ***fiquei presa/retida*** *por um assunto insignificante.*

Neste exemplo podemos verificar que, a um único verbo em chinês, correspondem várias formas verbais em português, à volta das quais às vezes se constroem frases com estruturas sintáticas muito diferentes, o que se pode verificar na quarta frase. Trata-se de uma propriedade idiossincrática do verbo que não se pode prever através das regras gramaticais. Foi neste sentido que no ensino da gramática se sentiu a falta de material de apoio para a expressão livre dos alunos, quando estes já dominam as regras básicas de funcionamento da língua-alvo. E foi assim, adentro deste contexto, que se tomou a iniciativa da elaboração do mencionado dicionário que contém entre mil e trezentas entradas. Com o apoio do Instituto Politécnico de Macau, o trabalho de elaboração deste dicionário já chegou à fase final. Esperamos que a publicação deste instrumento possa contribuir, de modo eficaz, para o ensino de português a alunos chineses. Muito obrigada.

5.BIBLIOGRAFIA

FRIAS, Maria José. (1992). *Língua Materna – Língua Estrangeira, uma Relação Multidimensional*. Portugal: Porto Editora.

LEGENDRE, Renald. (1993). *Dictionnaire Actuel de L'Éducation*. 2ª edição. Montréal: Guérin; Paris: Eska.

SCRIVENER, Jim. (2005). *Learning Teaching*. Edição: Macmillan Education.

VILELA, Mário. (1992). *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*. Coimbra: Almedina.

21. LUCIANO PEREIRA, DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, SETÚBAL, PORTUGAL, LUCIANO.PEREIRA@ESE.IPS.PT,

3.6. O CONTRIBUTO AFRICANO PARA O FABULÁRIO DE EXPRESSÃO PORTUGUESA, LUCIANO PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL

1. SINOPSE

Em África, a fábula europeia confrontou-se com um substrato local de tradição oral pujante e vigoroso. A sua transmissão fez-se em línguas indígenas e em crioulos. As suas origens são tão variadas quanto os seus povos e suas mitologias.

São famosas as histórias de pequenos animais ardilosos: a lebre, o sapo, a aranha ou a tartaruga, dependendo da sua região de origem. "Sã Taltalugua e sualei" são algumas das personagens mais familiares de São Tomé e Príncipe. A lebre é seguramente o animal mais ardiloso da costa atlântica do continente africano. Inúmeras são as histórias de astúcia e matreirice desta verdadeira "raposa" africana.

O fabulário africano encontrou no Brasil, e em particular na Baía, um espaço de eleição que lhe permitiu desempenhar uma das suas funções nucleares: a da resistência e a da denúncia social, reforçando a sua dimensão política e revolucionária. Tal como a capoeira, a fábula tornou-se a expressão artística da luta do povo negro, oprimido e escravizado.

Em Portugal a sua receção foi mais modesta. As nossas lendas encerram, é certo, uma viva memória de um povo mouro encantado, mas o repertório dos nossos contos tradicionais, tão imbuídos de orientalismos, permaneceu quase indiferente à sabedoria da fábula africana.

É sobretudo no século XX que antropólogos e etnólogos a divulgam em recolhas mais ou menos eruditas e que autores como António Torrado a souberam integrar no tesouro da nossa literatura para a infância.

2. REMOTAS ORIGENS

Esopo, seis séculos antes de Cristo é tradicionalmente tido pelo pai da fábula, todavia duzentos anos antes, Sócrates fabulava com intenções pedagógicas ou satíricas. Na índia permanece a memória de um fictício Pilpai e de um não menos fictício Locman. Cada fabulista,

tradutor, intérprete ou criador (Fedro, La Fontaine, Florian, Yriarte, Samaniego, Gellert, Filinto Elísio, Curvo Semedo, Bocage, João Cardoso de Menezes e Sousa…), contribuiu para fixar a ética e a estética do género. Universal por excelência, nenhum povo a desconhece, a sua origem e a sua expansão apaixonaram os sábios, os críticos, os literatos, antropólogos e etnólogos, tal como a fonte do Nilo sempre obcecou geógrafos e aventureiros.

Esta minha comunicação pretende apenas dar singela notícia do contributo africano para o fabulário de expressão portuguesa. Sabemos que já as fábulas esópicas estavam imbuídas de caraterísticas orientais e africanas e que La Fontaine voltou a valorizá-las, regressando, em particular, às universais e diversificadas lições de Pilpai. O Império romano procedeu a um primeiro encontro de culturas percorrendo as costas de África. O diálogo intercultural reforçou-se, mais tarde, disseminando-se pelo vasto continente graças à expansão do Islão. O rico imaginário animista permitiu a fusão de mitos, contos e fábulas. O negro, escravo de África, transportará consigo o produto dessas primeiras sincresias, aculturamentos e miscigenações.

3. DIFUSÃO E CARATERÍSTICAS DA FÁBULA AFRICANA

Os primeiros africanos a chegar a Portugal e ao Brasil, no século XV e XVI, pertencem aos grandes grupos culturais sudaneses e bantos. Em primeiro lugar os iorubas, haussás, tapas, mandingas e fulas, em seguida os povos do Congo, de Angola e de Moçambique. A influência muçulmana era antiga e fortemente enraizada no primeiro grupo.

Gente berbere ou moura se havia diluído no Senegal e no Sudão Oriental. Gente essa que havia ocupado um vasto espaço entre o Egito e o Atlântico, o Mediterrâneo e o Níger Mouros esses que, dominados pelos árabes, foram os aliados de Tarik e de Mussa e que disseminaram pela quase a totalidade da Península Ibérica, antes de se retirarem para o litoral africano e de se espalharem pelo centro do continente numa estratégia de sobrevivência. Quem não reconhece no presente conto do povo cabila (Argélia) o conto do lobo e dos três porquinhos:

"O Chacal e os Cordeirinhos"

Uma ovelha teve dois cordeirinhos numa gruta que lhe servia de casa. Todo dia a ovelha ia para o pasto, comia e depois cortava grama e a levava para casa entre os chifres. Quando chegava à gruta, ela batia na porta e dizia:

- O pote entre as pernas (a teta) e o feno entre os chifres!

Essa frase era a senha. Quando os cordeirinhos ouviam-na, sabiam que a mãe estava do lado de fora. E então abriam a porta e a mãe entrava carregando o feno entre os chifres. A ovelha disse muitas vezes a seus filhos:

- Vocês nunca devem abrir a porta para ninguém além de mim. Vocês podem me reconhecer pelo que digo e pela minha voz.

Os jovens cordeirinhos prometeram obedecer.

Certo dia, a ovelha chegou em casa como de costume, com o feixe de feno nos chifres, bateu na porta da gruta e disse:

- O pote entre as pernas e o feno entre os chifres.

Os cordeirinhos abriram a porta. Nas proximidades, escondido atrás de um arbusto, estava um chacal. Ouviu o que a ovelha disse e falou consigo mesmo:

- Puxa, que bela refeição para mim. Vou visitar esses cordeirinhos amanhã.

No dia seguinte, o chacal foi até a gruta, bateu na porta e disse:

- O pote entre as pernas e o feno entre os chifres. (…)

(Frobenius e Fox, 2005, 77)

As fábulas africanas apresentam fortes semelhanças com as fábulas indígenas do continente americano, tal como as brasileiras, enquanto resultado dos contactos entre culturas originais e irredutíveis do ponto de vista das estruturas do imaginário. Do ponto de vista da velha antropologia cultural, estamos perante grupos miscigenados, aculturados e metamórficos. Os processos de criação e de recriação da sua literatura oral são bastante semelhantes. O coelho e a tartaruga de África encontram os seus correspondentes em fábulas ameríndias. Todavia, o fabulário tradicional brasileiro apresenta um grupo significativo de fábulas com origem inequivocamente africana. Luís da Câmara Cascudo apresenta vinte e duas dessas fábulas no Grande Fabulário de Portugal e do Brasil, embora lhes aponte variantes na Europa, na Ásia, e nos distantes mares da Oceânia:

"A fábula que dá ao coelho, ou ao cágado o engenho de conseguir que dois animais fortes (o elefante, rinoceronte, hipopótamo, anta, baleia, urso, gigante), puxem os extremos de uma supondo tê-lo como concorrente, é uma das mais populares em toda a América continental insular, na África ou Oceânia. Gregos e romanos que tiveram o "cabo de guerra" como elemento desportista, não puseram a fabulação animal para exemplo da arteirice matreira. Aparece nos desenhos tumulares do Egito Médio e os berberes teriam sido os seus divulgadores no continente negro porque ainda empregam le jeu de la corde como um rito agrário, provocador de chuvas. É infinitamente menos sabida na Europa embora não ignorada, ocorrendo como um dos elementos hilariantes na festa da "Tarasque" em Tarascon, à margem do Rhône, no sul da França; passou de competição desportiva a divertimento infantil na Península Ibérica, embora com pouca insistência. A fábula é muito mais negra que europeia." (Cascudo, V. in Grande Fabulário do Brasil:20-21).

Veja-se a seguinte versão congolesa:

"Kabundji, le Buffle et l'Hippopotame

(…)

Kabundji vint se planter devant lui et de sa petite voix l'interpella:

- Bonjour, camarade!

Le gros brouteur baissa vers le flâneur minuscule sa tête aux redoutables cornes et, le regardant de ses grands yeux:

- Tu n'as pas peur de m'accoster ainsi? Que me veux-tu?

- Ah, mon ami! Sois sûr qu'il ne faut pas avoir ta taille pour être fort. Ainsi, moi, je parie que suis aussi solide que toi!

Le buffle, à cette ridicule jactance, partit d'un formidable éclat de rire; ses fanons bavaient, son ventre énorme était tout secoué. Et il mit longtemps à se reprendre.

Mais Kabundj, nullement impressionné:

- Tu ne me crois pas? Eh bien, nous allons tirer à la corde. Celui qui entraînera l'autre será déclaré vainqueur et aura droit à vingt croisettes.

Le buffle secoua sa grosse tête et répondit:

- Mon pauvre Kabundji, c'est bien dommage. Toi, si mâlin, voilà que ton esprit t'a quitté. Viens avec moi, je connais un sorcier dans ce village proche; il pourra peut-être te rendre la raison.

Mais Kabundji se fâcha:

- Tu vas tirer à la corde avec moi, sinon ce soir même tous les animaux de la plaine et de la forêt sauront que le buffle a reculé devant Kabundji.

Le buffle s'emporta à son tour.

- (Tufi na we!) Espèce d' excrement, s' écria-t-il, je ne sais ce qui m'arrête de te piétiner! Mais tu veux absolument perdre vingt croisettes? Où est la corde? Vite, attache-la moi aux cornes, et quand tu crieras: "J' y suis", je t'emporte à l'autre bout de la savane. As-tu compris? (…) (Haddad, 1984, 240-241)

Na Guiné cabe à lebre essa façanha:

"A Lebre, o Elefante e o Cavalo-marinho"

A lebre não se entendia muito bem com o elefante e o cavalo-marinho e esse desentendimento vinha, ao que parece, de questões de comida: a lebre, mais fraca, ficava sempre mal.

Depois e magicar durante alguns dias, a lebre foi junto ao elefante e disse-lhe:

- Vou fazer-te uma proposta: amarras uma ponta desta corda que aqui trago a uma perna, e eu faço o mesmo com a outra ponta e cada um puxa para o seu lado. Aquele que arrastar o adversário ganhará um monte de milho que aqui está perto.

O elefante aceitou a proposta. A lebre amarrou o elefante com a corda e seguiu com a outra em direção ao rio. Ali encontrou o cavalo-marinho (hipopótamo) a quem fez a mesma proposta que tinha feito ao elefante. O cavalo-marinho aceitou. A lebre passou-lhe a corda e disse-lhe que iria amarrar-se com a outra ponta depois do que começaria a competição.

A lebre desapareceu e o elefante e o cavalo-marinho começaram a puxar, cada um para seu lado. (…)" (Grande Fabulário de Portugal:326-327)

Uma das caraterísticas das fábulas, tais como as lendas e os contos, é fixar usos, costumes e tradições. As expressões, os provérbios e os ditados populares, mesmo os aparentemente mais regionalistas e locais, são frequentemente heranças universais, memórias de povos que nos visitaram em tempos idos, contributos de terras distantes, ecos de outras formas de pensar e de falar. Tudo o que temos de mais português é profundamente universal:

> *"Todos nós, brasileiros, conhecemos o ditado de macaco velho não mete a mão na cambuca", também sabido em Portugal (Pedro Chaves, Rifoneiro Português), e que Couto de Magalhães registou em nhengatu: - macaca tuiué inti omundéo ni pó cuimbúcá. Prender o símio por um cabaço cujo orifício único não permitisse a retirada da mão contendo algum objeto, é tradição imemorial e não a tivemos senão através dos contos nativos. A existência do ditado numa língua indígena é a expressiva demonstração da sua vulgaridade*." (Cascudo, V – Grande Fabulário do Brasil: 21)

Com exceção da tartaruga e da aranha, os protagonistas da maioria das fábulas portuguesas e brasileiras de origem africana são os mamíferos. Todavia, é sempre a inteligência dos mais pequenos, tais como a da lebre, que derrota a força e a brutalidade das feras e das bestas mais colossais. Luís da Câmara Cascudo identifica, com grande perspicácia, as duas grandes áreas temáticas da aranha: a africana, astuciosa, cruel, pérfida, invencível e sem escrúpulos, irradiando da Costa do Ouro, na atual República do Gana, inspiradora dos Anansiasen (fábulas da aranha); e a compassiva e bondosa que salva o Menino-Deus, nas tradições luso-brasileiras, muçulmanas e sudanesas, sem esquecer a sua presença, atestada por Danhardt, em Natursagem, no meio inóspito da Lapónia.

4. AS FÁBULAS AFRO-BRASILEIRAS

As fábulas africanas que encontramos dispersas pelo Brasil, embora com maior concentração no Estado de Salvador da Baía, testemunham da universalidade do pensamento e da mentalidade que alguns consideravam ser legitimamente regional ou originalmente popular. São memórias que viajaram com os escravos e que por eles foram transmitidas até se tornarem património dos indígenas e dos outros povos que fizeram o Brasil. Algumas dessas histórias terão sido eventualmente transmitidas em português, veiculadas pelo português, que as perfilhava segundo a sua pragmática narrativa, pertinência e coerência ambiental. Mais delicado será defender a origem e a autenticidade exclusivamente africana do conjunto de fábulas que no fabulário de expressão portuguesa conservaram as suas marcas inequivocamente africanas.

A cultura helénica formou-se no diálogo entre a Magna Grécia e o vetusto Egito. O Império romano estendeu-se pelo litoral africano, com maiores ou menores permanências e osmoses culturais. O português viu o continente africano como um prolongamento natural e estrategicamente vital para a sua sobrevivência. Em África, e por esse mundo fora, ouviu e contou histórias, contribuindo para o reforço e para a compreensão das estruturas antropológicas do imaginário universal. As águas do mediterrâneo foram as primeiras a permitir as trocas, as fusões, as osmoses dos sonhos e dos imaginários. Mas foi no século XV que o Atlântico permitiu aos portugueses a redescoberta de velhos contos, mitos e lendas em troca de uma nova cultura universalista e universalizante. A fábula "A Menina e o Quibungo", popular em todo o Brasil, prolonga a versão algarvia de "O Surrão" divulgada por Teófilo Braga em "Contos tradicionais do Povo português, vol. I, 89-90":

> *"Um quibungo, macacão peludo, antropófago, andava rondando as casas durante a noite e por isso os pais aconselhavam aos filhos que não andassem nas horas escuras. Umas crianças atendiam e outras não davam importância às advertências. Uma menina tinha o hábito de fugir de casa e visitar os parentes durante as primeiras horas noturnas, embora sua mãe a ameaçasse constantemente com a presença do quibungo. A menina não prestava atenção e continuava andando de noite. Numa dessas ocasiões o quibungo encontrou-a e, pondo-a às costas, saiu correndo. A menina cantou:*
>
> *Minha mãezinha,*
> *Quibungo terêrê,*

Do meu coração,
Quibungo terêrê,
Acudi-me depressa,
Quibungo terêrê,
Quibungo quer-me comer!

A mãe da menina, zangada pela sua desobediência, respondeu:

Eu bem dizia,
Quibungo terêrê,
Que não andasses de noite,
Quibungo terêrê!...

Debalde a menina cantou pedindo auxílio a todos os de sua casa e vizinhos, mas, passando próximo à residência de sua avó, esta ouviu o lamento e quando a menina cantou

Minha avozinha,
Quibungo terêrê!...

A velhinha saiu ao encontro do quibungo, jogou-lhe água quente nas pernas, fazendo o monstro atirar fora a menina que levava. E não escapou de morrer porque a avozinha atravessou-lhe o pescoço com um espeto em brasa. A menina nunca mais andou de noite." (Grande Fabulário do Brasil:72)

"O Surrão

Era uma vez uma pobre viúva, que tinha só uma filha que nunca saía da sua beira; outras raparigas da vizinhança foram-lhe pedir, que na véspera de São João deixasse ir a sua filha com elas para se banharem no rio. A rapariga foi com o rancho; antes de se meterem no bano, disse-lhe uma amiga:

- Tira os teus brincos e põe-nos em cima de uma pedra, porque te podem cair na água.

Assim fez; quando estavam a brincar na água passou um velho, e vendo os brincos em cima de uma pedra, pegou neles e deitou-os para dentro do surrão.

A rapariga ficou muito aflita quando viu aquilo, e correu atrás do velho, que já ia longe. O velho disse-lhe que entregaria os brincos, contanto que ela os fosse buscar dentro ao surrão. A rapariga foi procurar os brincos, e o velho fechou o surrão com ela dentro, botou-o às costas e foi-se de vez. Quando as outras moças apareceram sem a sua companheira, a pobre viúva lamentou-se sem esperança de tornar a achar a filha. O velho, ao passar a serra, abriu o surrão e disse para a pequena:

- Daqui em diante hás – de – me ajudar a ganhar a vida; eu ando pelas ruas, a pedir, e quando disser:

Canta, surrão;
Senão levas com o bordão…
Tens de cantar por força. Toma tento. (Braga, T., 1999, 89)

A fábula "A Galinha e o Urubu" é a variante brasileira de uma fábula com provável origem entre os Haussas do Sudão segundo Basset:

"A galinha era bem tratada pelo seu dono porque lhe dava um ovo por dia. Tinha milho farto e dormia agasalhada.

O urubu, trepado num galho perto do quintal, falou para a galinha:

- Você é o tipo da sorna, idiota e tola. Vive trabalhando para o homem e quando não lhe entregar um ovo por dia passam a faca na sua garganta e vai para a panela.

- Mas tenho comida à vontade e durmo sossegada.

- Vida de escrava! Melhor é a liberdade de ir para onde quiser, como eu, e dormir escolhendo o canto.

Vai a galinha, de boba, acreditou na amizade do urubu e fugiu de casa. O dono procurou-a muito, mas sem resultado.

Achou muito pouco de que comer e à noite foi uma batalha para encontrar recanto para repousar. Finalmente subiu para um arbusto e fechou os olhos.

Lá para as tantas a raposa veio em cima do faro. Enxergou a galinha desprotegida e foi com ela ao papo sem demora.

Ficaram uns restos de ossos que o urubu aproveitou na manhã seguinte." (Grande Fabulário do Brasil:73)

A fábula "Os olhos da Onça" relembra uma outra ugandesa em que o coelho joga areia aos olhos do corvo, é muito popular entre os

indígenas do Brasil e entre os indígenas e negros das Antilhas e norte americanos:

"O coelho estava em luta com a onça, vencendo-a pela astúcia e atrevimento. Furiosa com as vantagens do pequenino adversário, a fera jurou matá-lo no primeiro encontro e de qualquer maneira.

Numa tarde a onça vinha furando mato e quase esbarrou com o coelho que jantava capim verde. Parou, franzindo o focinho numa alegria:

- Até que afinal, camarada coelho, estamos olhando um para o outro! Temos muito que conversar…

Ia aproximando-se para o salto. O coelho, imóvel, fazendo cara de susto e pavor limitou-se a dizer baixinho:

- Camarada onça! Pode agarrar-me e matar-me, mas não me olhe com esses olhos esquisitos! Todo bicho sabe que olho de onça encanta a caça!

Vai a onça, vaidosa, e escancara os olhos faiscantes para ainda mais perturbar o atemorizado inimigo.

O coelho voltando-se num relâmpago meteu as patinhas na areia solta da estrada e sacudiu uma nuvem de poeira no focinho da onça.

Enquanto esta, roncando de furor, tentava abrir os olhos, o coelho desapareceu como uma sombra…" (Grande Fabulário do Brasil:76)

Mais cruel é a imagem da coelha que na seguinte fábula, retirada de uma obra para a infância, aparece na sua faceta mais sórdida e desumana:

"A ama-seca

Certa vez a Onça andava procurando uma ama-seca para criar a filhinha. Ofereceu o lugar a uma porção de bichos, mas nenhuma queria emprego tão arriscado. Até que um dia veio a Coelha, e aceitou.

- Pois sim, disse a Onça. Entre aí e vá tomar conta da menina.

A Coelha entrou num buraco pequeno, onde estava a Oncinha, e lá ficou.

Todos os dias a Onça trazia comidas gostosas e entregava à Coelha para ela dar à filhinha.

E o tempo foi passando, foi passando até que um dia a Onça pediu à Coelha que lhe mostrasse a filha. A Coelha mostrou. A filhinha da Onça estava tão magra, que todos os ossos apareciam; e a Coelha estava gorda, que nem podia andar…" (Magalhães, P. R.,S. D., 8)

A fábula "A sedução do beija-flor" reflete a fixação humana pela melodia. No imaginário clássico, a música amansa as feras (Orfeu), no imaginário medieval, e em particular de origem celta, a música tem a capacidade de parar o tempo, no imaginário baiano, a música prende toda a família, libertando-a do chicote opressor, lembrando o poder libertador do transe induzido pelos ritmos africanos:

"Preparando uma festa de casamento, uma escrava foi à fonte com um pote buscar água. Lá encontrou um beija-flor cantando:

Helena, calena
Do papo lundu,
Cajila, muquila,
Zengue, zengue, zengue…
Tuíte!

A negra deitou o pote no chão e começou a dançar sem se lembrar mais do que viera fazer. Demorando seu regresso, outra escrava foi à sua procura e viu a companheira em pleno samba, cantando para ela:

Parceira da minha alma,
Venha ver Zizi cantar,
Quindaí,
Quindaí!
(…)" (Grande Fabulário do Brasil:82)

5. O FABULÁRIO DA ÁFRICA LUSÓFONA

Foi em meados do século XX que José Osório de Oliveira empreendeu uma primeira coletânea de contos tradicionais da África

dita então portuguesa. Já nessa altura se queixava que a matéria estava excessivamente dispersa e que uma grande parte devia ser simplesmente ignorada pela falta de rigor e qualidade das traduções. Manuel Ferreira, também ele, em "o Fabulário do Ultramar Português", inserido no "Grande Fabulário de Portugal" (p.295) lamenta a incúria dos que desperdiçaram a oportunidade de prestar um inestimável serviço à literatura tradicional dos povos com que nos entrelaçámos, deixando de participando assim "num dos contributos mais válidos para a psicologia e condição humana dos povos". Os poucos contos recolhidos em português nos territórios do ex-ultramar não nos permitem então qualquer tipo de reflexão sobre a condição humana dos seus povos.

Nas diferentes coletâneas, lá vamos reconhecendo alguns pontos de contacto com o fabulário português. Para lá da diversidade das narrativas, vislumbram-se as mesmas intencionalidades, os mesmos significados, as mesmas morais e os mesmos valores humanistas. Nos contos da Guiné topamos, a todo o momento, com a hiena (o lobo) matreira, desgraçada, safada, arrogante, fanfarrona, quezilenta, estrategicamente submissa, mas sempre vencida por mais astuciosos, mais ardilosos, mais espertos, mais humildes. "Assim como, de igual modo, é vulgar a astúcia ou o engenho escaparem à bruteza. Ou, frente ao perigo comum, a solidariedade dos fracos opor-se ou esquivar-se à prepotência dos poderosos. A lebre fina, carregada de esperteza, a ingénua cabrinha, tudo isto são pontos de contacto com o fabulário lusitano, interpretando ou simbolizando, ao cabo, virtudes, defeitos, sentimentos do homem universal." (Manuel Ferreira in Grande Fabulário de Portugal:303)

5.1. AS FÁBULAS DE CABO VERDE E DA GUINÉ

A mestiçagem das ilhas levou à formação dos crioulos de base portuguesa, mas também levou à formação de um imaginário híbrido que ora ostenta elementos tipicamente europeus, e portugueses em particular, ora ostenta elementos tipicamente africanos, com predominância para as ricas tradições guineenses. A um bestiário tipicamente cabo-verdiano (chibinho, galinha, bezerro, garça, coruja, baleia, gato, coelho, cavalo…) junta-se outro, oriundo do continente africano (elefante, peixe-cavalo ou hipopótamo). O lobo, inexistente no arquipélago, ora apresenta caraterísticas portuguesas, ora evidencia traços guineenses (hiena). Enquanto na Guiné o lobo não passa de um safado, comilão e charlatão, em Cabo Verde, embora mentiroso, lambareiro, manhoso, quezilento, não deixa de por isso ser um elemento de valorização humana e tornar-se um artista, refinado tocador de violão:

> *"E vai a tal ponto essa humanização que de uma vez Ti lobo é enganado por ser um grande amante de música. Para ouvir cantar a galinha, que o enfeitiçara com a sua voz melodiosa, soltou-a da gaiola onde a tinha a engordar, deixando que ela se pisgasse para nunca mais. Aliás, todas as páginas principalmente deste ciclo, estão recheadas de bailes, de música, de danças, de folias, violas, pândegas e farras, a dar-nos vivências de um povo bom, despreocupado e folião, resistindo às secas e às fomes tradicionais, sem que sobre elas encontremos referências significativas."*
> (Grande Fabulário de Portugal:332)

Recolhidas, na sua maior parte, num dialeto crioulo, pertencente à mesma base do grupo dialetológico de Cabo Verde donde foi transplantado e, em menor parte, diretamente recolhido nas línguas autóctones da Guiné; contrariamente às fábulas portuguesas, as fábulas guineenses prolongam-se bastante, ricas em facécias, apresentando diversas origens; revelam um povo sedentário, dedicado à arte e à poesia; afirmam-se como verdadeiros bálsamos para as feridas provocadas pela luta pela sobrevivência. Grande parte delas, independentemente das morais e dos valores que transmitem, apresenta um epílogo que justifica certos usos e costumes do reino animal. Em "O mocho, o macaquinho do nariz branco e o Corvo", o corvo descobre a falsidade dos cornos do mocho que a partir dessa data torna-se inseguro, refugiando-se para todo o sempre na floresta, permitindo-se apenas breves saídas noturnas. Em "A Tartaruga e a Carapaça", ficamos a saber a razão pela qual a tartaruga possui uma carapaça:

> *"Conta-se que, certa vez, uma tartaruga andava perdida pela floresta onde havia muitas palmeiras, à procura do litoral. Por*

acaso, foi ter a uma clareira, escondida no mato, onde os «cabaros» se encontravam a pagar grandeza, sofrendo com submissão as vergastadas sem conto dadas pelos poderosos.

A presença da tartaruga num local só destinado a determinadas classes, causou o descontentamento e o ódio dos tiranos que resolveram sujeitar o animal à dura prova. A tartaruga, que até àquele momento vivera sem carapaça sentiu calafrios por não ter defesa. O mesmo não aconteceu com os «cabaros», que cobriam a cabeça com chapéus de palha, feitos de fibra resistentes, e defendiam o corpo com os braços envolvidos em mangas de toros de bambu. Em tal situação, a tartaruga teve a feliz ideia de se defender com um grande tacho de tagarra que lhe estava à mão, cobrindo as costas com ele enquanto fugia e se lançava ao mar. Daí em diante a tartaruga passou sempre a usar carapaça e de vez em quando põe a cabeça de fora da água, antes de saltar para terra, a ver se topa no litoral aqueles grandes que a sovaram e perseguiram até ao mar." (Grande fabulário de Portugal:305)

Algumas parecem apresentar aspetos comuns a todas as literaturas tradicionais de expressão oral, segundo o princípio das estruturas antropológicas do imaginário (G. Durand). Já Henry Junod observava que existia uma "semelhança na mentalidade das diversas raças durante a fase primitiva do seu desenvolvimento, sendo todas (as histórias) inventadas ao mesmo tempo, independentemente uma das outras." A fábula da Raposa de Consiglieri Pedroso (1985,197) apresenta fortíssimas semelhanças com a de "O homem e o lagarto" apresentada por A. Gomes Pereira. Todavia, a presença do hipopótamo, inexistente nos rios portugueses, e do cipó (de indubitável origem brasileira) convida-nos a concluir que a sua origem é seguramente tropical e muito provavelmente guineense:

"Em tempos que já lá vão, um homem encontrou um velho lagarto deitado na margem de um rio. O lagarto pediu ao homem que o levasse à água, porque se sentia bastante velho e sem forças para se deslocar por si próprio. O homem quis prestar auxílio ao pobre lagarto, mas como não pode carregar às costas um bicho tão grande, resolveu amarrá-lo com uma corda e arrastá-lo até chegar à água. Quando chegaram ao meio do rio, o lagarto pediu ao homem que o desamarrasse e logo pegou por um pé, dizendo que o ia comer, porque o homem ensinava ao mundo que a bondade deve ser paga com o mal. (…)" (Grande Fabulário de Portugal:328)

Recentemente Pereira-Müller, M. M. (1998:21-22) incluiu uma versão da fábula em "Os contos da Lusofonia na coleção juvenil de Os mais belos contos tradicionais editados pela Editora Civilização:

"O Julgamento do Coelho (Conto Guineense)

Um dia um crocodilo foi dar um passeio, mas perdeu-se. Encontrou uma menina a quem perguntou qual era o caminho para o rio.

- Não confio em ti – respondeu-lhe a menina.

- Eu não te vou comer. Se não acreditas em mim, ata-me os pés e as mãos.

A menina assim fez e levou o crocodilo à cabeça até ao rio. Quando lá chegou, desatou-o, mas mal a menina virou as costas para se ir embora, o crocodilo saltou para cima dela.

- O que é que queres agora? – Perguntou-lhe a menina admirada.

- Agora vou comer-te – retorquiu o crocodilo.

- Espera um pouco – pediu a menina. – Deixa-me ir chamar o coelho para ele ser testemunha da tua ingratidão.

Assim que o coelho ouviu o que se tinha passado, ficou para vida não ter.

- Tu foste muito corajosa! Como é que conseguiste levar o crocodilo até ao rio?

- Foi fácil – respondeu a menina. – Atei-lhe os pés e as mãos.

- Não acredito! Mostra-me lá como foi.

A menina pegou na corda e prendeu novamente os pés e as mãos ao crocodilo.

- E depois, como fizeste? – Quis ainda saber o coelho.

- Também foi fácil. Pu-lo à cabeça – respondeu a menina, pondo o crocodilo de novo à cabeça.

- Ouve lá – perguntou-lhe o coelho. – Os teus pais não gostam de carne de crocodilo?

- Gostam até muito.

- Pois bem, leva-lhes o crocodilo para que eles façam uma boa refeição. É o que merece quem não sabe ser agradecido."

5.2. AS FÁBULAS DE SÃO TOMÉ, DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE

Apesar de algumas afinidades ao nível da formação social, São Tomé e Cabo Verde apresentam poucas e discretas semelhanças culturais. Para além das muitas histórias da carochinha legadas pelo nosso romanceiro já assinaladas, em 1895, por Almada Negreiros em História Etnográfica da Ilha de São Tomé, a protagonista, por excelência, do fabulário santomense é a mesma "raposa" matreira que diverte universalmente todos os povos, aqui revestindo a aparência de uma tartaruga, relembrando para a maior parte as caraterísticas do vagaroso cágado angolano. As histórias de "Sã Taltalugua e sua lei" constituem certamente o núcleo fabulístico de São Tomé que o terá herdado do continente africano, tal como o indicia a seguinte fábula queniana:

"Há muito tempo atrás, em África, vivia uma velha tartaruga que tinha um sonho muito estranho e maravilhoso sobre uma árvore mágica que dava todos os frutos da terra. Ela contou o sonho aos seus amigos e partiram todos em busca do local secreto onde se encontrava a árvore. A Tartaruga ia à frente, seguia-se o Leão, depois o Hipopótamo, por toda a parte até que um dia chegaram ao local secreto onde a árvore crescia. Era a visão mais linda que os animais já tinham tido, uma árvore com todos os frutos da terra. A Tartaruga disse uma palavra mágica para que os frutos caíssem e os animais comeram tanto quanto conseguiram.

Quando estavam prestes a voltar para casa, a Tartaruga declarou:

- Cada um de nós tem de levar uma semente diferente e plantá-la na terra para que árvores de fruto de todas as variedades cresçam por todo o mundo.

E foi exatamente isso que os animais fizeram." (Adler, N. 2002, 56-57)

As fábulas angolanas foram transmitidas nas suas línguas aborígenes, apresentam caraterísticas específicas das suas diferentes culturas e uma fauna diversificada à imagem da diversidade geográfica angolana. Sobressaem a filosofia e a lentidão do insignificante cágado; a esperteza, a manhosice e a sabedoria vivencial da irrequieta lebre e, não nos esqueçamos, da prepotência, da força e do poder do leão, rei dos animais que, por regra, são iludidos pela inteligência e pelas artes das mais vulneráveis e insignificantes criaturas:

"O Leão e a Lebre

Um leão encontrou uma lebre e quis comê-la

A lebre aflita disse-lhe:

- Não me comas porque sou pequena e mostrar-te-ei um lugar onde te podes encher de carne.

Então a lebre, depois de ter concordado, prendeu uma corda ao pescoço e seguiram em busca do local. Chegados lá encontraram algumas palancas que admiradas vieram ver o bicho que acompanhava a lebre, perguntando como se chamava.

A lebre disse-lhes que se juntassem muitas para poder divulgar o nome. As palancas obedeceram e enviaram portadores a determinar o ajuntamento. Nessa altura a lebre disse para o leão:

- Vês o que te proporcionei para te poderes satisfazer? Se me tivesses comido, pequena como sou, não te fartavas."

(Grande Fabulário de Portugal:378)

Também em Moçambique o leão é símbolo de prepotência e o cágado incarna a inteligência, a esperteza e a sabedoria. Em "O Cágado e a Gazela" todos os cágados se confundem uns com os outros para lograr a gazela, afirmando, deste modo, o poder mítico conferido pela capacidade de pertencer, tais como os homens, tanto à esfera do coletivo quanto à do mundo individual:

"Um cágado foi ter com uma gazela para apostar a ver qual corria mais. A gazela, espantada, disse que estava pronta para a aposta e combinaram logo ali o dia da corrida, que ficou para daí a quinze dias, e o sítio onde se haviam de encontrar. O cágado foi para casa e chamou todos os cágados, irmãos e patrícios. Contou a aposta e combinou com os cágados para se porem na estrada à distância de um quilómetro uns dos outros.

Chegou o dia marcado. O cágado foi ter com a gazela para lhe lembrar que era aquele o dia da corrida e combinaram o sítio em que deviam de parar. Começaram a correr. A gazela no fim de um quilómetro chamou um amigo cágado e perguntou-lhe:

- Então vens ou não vens?

O cágado que estava parado naquele ponto respondeu:

- Vai andando, vai andando que eu já te apanho.

E assim por diante. A gazela em todos os quilómetros, quando perguntava pelo amigo, recebia a mesma resposta. Até que por fim já não pôde mais, e disse ao cágado.

- Não posso correr mais. Tenho de considerar a você como um «homem» de respeito.

E foi assim que o espertalhão do cágado ganhou." (Grande Fabulário de Portugal:400)

O coelho é outro dos mestres dos engenhos e das artes de ludibriar as restantes animálias. Não tem nem a dignidade, nem a nobreza do cágado,

"Ladino como a Raposa, é certo, mas, em momentos de apuro capaz de lançar mão de expedientes pouco próprios de um cidadão que se preza: choraminga, lamenta-se, implora clemência, para, apenas se ver livre de apertos, se lançar em nova partida." (Idem, 387):

"A partida do coelho

O coelho e o macaco eram muito amigos. Ora o macaco tinha uma noiva que o outro, em segredo, cobiçava. O coelho pensou em romper com aquele noivado. Começou a visitar as irmãs da noiva, na ausência do amigo, e procurava diminuí-lo aos olhos delas.

- A vossa irmã está muito enganada. Ela julga que vai casar com uma pessoa importante, mas está muito iludida! O macaco é o meu burro.

As irmãs preveniram logo a noiva, mas ela como gostava muito do macaco, não lhes deu ouvidos.

Chegou o dia do casamento e o macaco foi buscar o amigo para o acompanhar à festa. O coelho tinha trepado a uma árvore, e ao ver o macaco, deixou-se cair.

Levantou-se a cambalear, queixando-se de dores temíveis nas costas. Mal podia mover-se.

-Ai, ai que me matei! Acode-me!

O macaco, muito aflito, não sabia o que fazer e tentou animá-lo.

- Ai, que não posso andar! – Gemia o coelho. – Vai-te embora se não chegas atrasado.

Mas o macaco não queria que o seu grande amigo deixasse de assistir ao casamento, e não arredava pé.

Por fim, o coelho concordou em ir mesmo assim, mas como não podia andar pediu que o levasse às costas.

- Está bem – disse o macaco. – Não me importo de te levar. Mas, quando chegarmos à povoação, desces e vais aquele bocadinho, amparado a mim, mas pelo teu pé. O que diriam os meus sogros se me vissem chegar contigo escarranchado às costas?

Lá foram.

A meio do caminho, passaram por uma cantina e o coelho então pediu que o deixasse ir comprar remédios pois estava a sentir-se muito mal. Entrou na loja e comprou um cavalo-marinho. Escarranchou-se outra vez no macaco e continuaram a jornada. À entrada da povoação, o coelho rapa do chicote e dá tamanha chibatada no macaco que ele cego pela dor, desatou a correr e enfiou pela palhota da noiva. Ao verem-se chegar naquela figura, todos se convenceram que o macaco era de facto o burro do coelho. A noiva ficou furiosa que desmanchou o casamento e o macaco, envergonhado, fugiu muito depressa para o mato e nunca mais apareceu."

5.3. O FABULÁRIO DE ORIGEM AFRICANA NA LITERATURA PARA A INFÂNCIA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

Ao longo deste trabalho fomos fazendo abundantes referências as incursões do fabulário africano nas literaturas para a infância de expressão portuguesa. Terminamos recordando que o próprio Bocage, embora tendo-se inspirado sobretudo em La Fontaine, teve uma preferência pelas fábulas que encenavam bichos africanos ("O Macaco

declamando", "Os dois Burros e o Mono", "O leão velho", "O elefante e o Burro", "O leão vencido pelo homem"). Os nossos contos tradicionais adaptados para a infância deram, por sua vez, um espaço muito especial ao divertido macaco, arremedo do próprio homem, tanto no Brasil quanto em Portugal:

"Era uma vez um macaco com uma grande cauda. Julgava-se muito lindo, fazia a barba todos os dias, vestia-se todo janota, punha o chapéu alto, pegava na bengala, acendia o charuto, e assim ia para a rua passear e conversar um pouco para as lojas. Os rapazes faziam-lhe grande surriada, atirando-lhe com pedras, e dizendo-lhe:

- Se não fosse o rabo, era bem lindinho aquele macaco, mas assim, que feio que ele é!

Um dia, estando o barbeiro a fazer-lhe a barba, disse-lhe o macaco:

- Ó mestre barbeiro, você corta-me o rabo?

- Pois não! Ora essa! Tudo o que o senhor quiser.

Com o rabo cortado, foi então o macaco todo alegre para a rua, mas esperava-o um grande dissabor, porque os rapazes, mal que o viram, ainda lhe fizeram maior surriada, dizendo:

- Olha que tolo que o macaco é! Para ser bonito cortou o rabo, é afinal está na mesma, ou ainda mais feio ainda.

- Que desgraçado que sou! – Dizia ele. Para que mandei eu cortar o meu pobre rabo, se fiquei na mesma?

E assim triste e zangado foi a casa do barbeiro e diz-lhe

- Ó mestre, venho aqui para que você me dê o meu rabo e mo pegue.

- Como queres que eu to dê, se os gatos o comeram?" (Oferecida por D. Ana de Castro Osório. Vasconcellos, J. Leite de, 1963, 89).

José Leite de Vasconcellos (1963, 92) refere uma variante Lisboeta, recolhida por A. Tomás de Pires, em que as crianças da rua perseguem o mono massacrando-o com os seguintes versos: "Larga o rabo que não é teu, é do filho do judeu (…) Do meu rabo fiz navalha, / Da navalha fiz sardinha, / Da sardinha fiz farinha, / Da farinha fiz menina, / Da menina fiz viola: / Furrum-fum-fum, / Que eu vou pra Angola.

"Macaco Simão havia chegado da África. Por falta de dinheiro, viera escondido no porão do navio. Quando desembarcou, estava sujo e com a barba muito crescida. Lavou-se como pôde e entrou na primeira barbearia que encontrou. Fez a barba, bem feitinha, pôs pó de arroz, água de cheiro, e disse ao dono da barbearia que não tinha dinheiro para pagar a despesa, mas que podia deixar o rabo, como garantia. No dia seguinte, Simão arranjou emprego. Pediu dinheiro emprestado ao patrão e foi buscar o rabo. O barbeiro pediu muitas desculpas por não poder ser muito feio e assustar os fregueses, fora atirado à lata do lixo. Macaco Simão deu ao barbeiro o dinheiro que lhe devia e exigiu uma navalha como compensação. O barbeiro aceitou a proposta…" (Magalhães, P., R. de, s.d., 44).

Algumas obras fazem questão em não deixar esquecer as caraterísticas intrínsecas de cada ser, afirmando um estranho determinismo, embora com ligeiras variantes, veja-se "A rã e o escorpião" e "O Gato e o Rato" (Conto Moçambicano):

"Um escorpião precisava de atravessar um rio, por isso pediu a uma rã que o levasse às costas até à outra margem.

- Nem pensar! – respondeu a rã. – Conheço-te bem e sei que, se te levasse, me picavas para me matar.

- Mas nesse caso eu morreria afogado – respondeu o escorpião.

Então, a rã aceitou transportá-lo. Porém, quando estavam a meio do caminho, o escorpião picou-a com o seu veneno mortal.

- Que fizeste? – gritou a rã. – Agora tu também morrerás.

Não pude evitá-lo – disse o escorpião. – É assim a minha natureza." (Fábulas do Mundo:5)

"Era uma vez um gato que era amigo dum rato. Um dia, decidiram fazer uma viagem até ao lago Tanganica. Quando lá chegaram, o gato exclamou admirado:

- Tanta água! Como é que vamos conseguir atravessar o lago?

- Não te preocupe – sossegou-o o rato. – Podemos construir um barco.

- Mas como?

- É fácil. Vês além aquelas mandiocas? As raízes são ótimas para os barcos.

Construíram um barco duma raiz de mandioca. Quando ficou pronto, empurraram-no para a água e saltaram para dentro. A dada altura, sentiram fome.

- Tenho tanta fome – queixou-se o gato. – O que havemos de comer?

- Não te preocupes. O próprio barco vai alimentar-nos – respondeu o rato… (Pereira-Müller, M. M. 1998,19-20)

Para terminar esta incursão pela literatura para a infância, gostaríamos de relembrar o coelho Kálulu que encantou a geração dos anos 50 e 60 e as criações de António Torrado:

"Aventuras do Coelho Kálulu

Por detrás do Mundo, longe muito longe daqui, estende-se uma região para todos desconhecida: Lagos de água azul, choupos prateados, loiros em flor, formam uma paisagem encantadora. E no meio dum terreiro, como que se quisesse abraçar toda a sua beleza, existe um carvalho enorme, ladeado de pedras ao alto, brancas como a prata e que ali estão alerta, transformadas em airosas sentinelas! É aí que vive o «Coelho Kálulu». Tudo o que os nossos olhos avistam é maravilhoso, como são extraordinários os animais que aí vivem. E assim vão passar diante de nós, uns janotas, com requinte, outros no seu aspeto guerreiro. Vão de braço dado com todas as épocas, vão de braço dado com todas as eras. A indumentária que usam, é vistosa, garrida, colorida, dada pela própria natureza, polida com a luz do Sol e da Lua, que com os seus brilhantes reflexos, lhes dão o esplendor e a vida! (…)" (Constança, A., 1948)

Em 2004, António Torrado tornou apresentou a versão comercial de um conjunto de fábulas que já havia inserido num Boletim Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian (1996) e que se revestem de um imenso interesse por se afirmarem como algumas das nossas fábulas contemporâneas para a infância mais originais, embora espelhem diversas origens e mitologias, com destaque para as brasileiras e africanas: "O leão estava cansado. Não que se sentisse velho, mas isto de correr mato atrás de uma gazela, que capricha em não se deixar apanhar, puxa muito pelo corpo e acrescenta mais fome a que já se trazia. Sobretudo se a gazela ficar a perder de vista…" (Inspirado de uma fábula guineense) (Torrado, A., 2004, 12)

6. BIBLIOGRAFIA

ADLER, Naomi (2002) Contos de Animais, Lisboa: Livros Horizonte.

ALMEIDA, de Vieira; CASCUDO, Luís da Câmara (1961) Grande Fabulário de Portugal, Lisboa: Fólio.

ALMEIDA, de Vieira; CASCUDO, Luís da Câmara (1962) Grande Fabulário do Brasil, Lisboa: Fólio.

ARDAGH, Philip (1999) Mitos e Lendas de Africanas, Lisboa: Círculo dos Leitores e Editorial Estampa.

BRAGA, Teófilo (1999) Contos Tradicionais do Povo Português, Lisboa: Publicações Dom Quixote vol. I.

BOCAGE (2000) Fábulas de Bocage, Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.

CONSTANÇA, Aurora (1948) Aventuras do Coelho Kálulu, Lisboa: Litografia de Portugal.

FÁBULAS DO MUNDO – exóticas, europeias, orientais, universais (2002) Lisboa: Editorial Estampa.

FROBENIUS, Leo; FOX, C. Douglas (2005) A Génese Africana – contos, mitos e lendas da África. Brasil: Landy Editora.

HADDAD, Adnan (1984) Fables de La Fontaine d'origine orientale, Paris: Sedes.

MAGALHÃES, Paulo Ribeiro de (s.d.) Histórias da Mata-Virgem, São Paulo: Edições Melhoramentos.

OS NEGROS EM PORTUGAL (1999) sécs. XV-XIX, Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

PEDROSO, Consiglieri (1985) Contos Populares Portugueses, Lisboa: Veja.

PEREIRA, Luciano (2005) A fábula, um género alegórico de proverbial sabedoria – forma breve - Revista de Literatura. Univ. Aveiro.

PEREIRA, Luciano (2007) A Fábula em Portugal – Contributos para a história e caraterização da fábula literária, Porto: Profedições.

PEREIRA-MÜLLER, M. Margarida (1998). Os mais belos contos tradicionais, Barcelos: Civilização,

TINHORÃO, José Ramos (1988) Os Negros em Portugal, Lisboa: Caminho.

TORRADO, António (2004) Fábulas Fabulosas, Porto: Civilização.

VALE, Fernando (2001) Contos Tradicionais dos Países Lusófonos, Lisboa: Instituto Piaget.

VALE, Fernando (2004) Histórias Portugueses e angolanas para as Crianças, Lisboa: Instituto Piaget.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1963) Contos Populares e Lendas, Coimbra: Universidade vol. I.

22. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, MESTRE EM LUSOFONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS LISBOA, PORTUGAL

TEMA 3.5. CULTURAS LUSÓFONAS E INTERCULTURALIDADE. - LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, MESTRE EM LUSOFONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS PELA ULHT (LISBOA)

A expansão portuguesa iniciou no século XV uma globalização pelo encontro de culturas, de trocas comerciais e por diversas formas de exercício do poder político e religioso, numa colonização temperada pela interculturalidade mais do que por formas de colonialismo puro e duro, na exploração do Outro. As caraterísticas culturais dos portugueses, atravessadas por diferentes influências de muitos povos e culturas que passaram pelo seu território esbateram a dureza das doutrinações e passaram além do racionalismo, construindo especiais formas de convivência, com defeitos e qualidades próprias, mas distintas de outros colonialismos mais assertivos e duros.

Trata-se de refletir sobre os aspetos interculturais que foram específicos do colonialismo português, das caraterísticas diferenciadas reveladas pelos povos dos novos estados de língua portuguesa, que se seguiram, e de verificar, apesar de tudo, os sinais evidentes da colonialidade que ainda vigoram nalgumas dessas sociedades. Uma reflexão sobre o pensamento abissal imposto pelo eurocentrismo que originou a reação do pensamento pós-abissal, bem como a necessidade de uma prática da ecologia dos saberes e da tradução intercultural, tendo em conta, por exemplo, o pensamento ontológico africano ou outras formas de pensar, levam-nos à conclusão de que a lusofonia e a CPLP são bons exemplos do caminho para a humanização das práticas políticas e culturais. Ou seja, é na interculturalidade que se reencontram, no caso da história da colonização portuguesa, os processos para que a humanidade prossiga, apesar dos erros, um caminho de maior esperança.

1. AS ORIGENS INTERCULTURAIS DA LUSOFONIA: A EXPANSÃO PORTUGUESA.

À partida para a expansão marítima no princípio do século XV, contava Portugal com cerca de um milhão de habitantes, uma população manifestamente diminuta para a dimensão incomensurável do domínio abarcado nos 150 anos subsequentes, em terra e no mar. Começou-se, então, pelo aproveitamento económico dos arquipélagos da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, locais desabitados, onde vigorou o sistema de capitanias-donatárias, logo seguido no imenso Brasil, habitado por índios em estádio cultural e civilizacional diferentes. Prosseguiu-se pelo recurso às conquistas, manutenção e construção de praças-fortes militares que percorriam a costa de África, primeiro a Noroeste até à Guiné, em Ceuta, Tânger, Arzila, Azamor, Safim e na feitoria de Arguim, e depois com entrepostos comerciais e portos pelo golfo da Guiné e costa ocidental, geralmente fortificados, em São Jorge da Mina, Benim, Fernando Pó, São Tomé, São Salvador do Congo, logo prosseguidos na costa oriental africana, tendo, aqui, como rivais acérrimos, variados povos islamizados, árabes, indianos e africanos, em Sofala, Moçambique, Quíloa, Zanzibar, Mombaça. E a ação expansionista dos descobrimentos, conquistas e de relações comerciais continuou estendendo-se ao Médio Oriente. Agora os adversários eram egípcios, turcos e persas, na Etiópia, Adén, Socotorá (entrada do Mar Vermelho), Mascate e Ormuz (embocadura do Golfo Pérsico), os quais levaram à necessidade de construção de fortalezas nos pontos-chave estratégicos para o comércio. Seguiram-se a Índia e o Extremo Oriente, desta vez contactando com indianos, chineses e japoneses em Calecute, Cochim, Ceilão, Bombaim, Diu, Damão, Chaúl, Mangalor, Cananor Cantão, Macau, Sucheu, Liampó, Tanegashima e, finalmente, na Oceânia, o contacto com javaneses, indonésios e malaios, em Malaca, Sião, Papua Nova Guiné, Macassar, Timor, Ternate e Molucas. Plum (2001, p.1) afirma: "*em meados do século XVI, os Portugueses dominavam parte do mundo e do comércio superior a qualquer outro país. A África, com as cadeias de postos comerciais e de fortes que chegavam ao Oriente e, para Sul, às costas ocidentais; o domínio de grandes portos em Ormuz e Goa deu-lhes o controlo do valioso comércio do golfo Pérsico e do oceano Índico. Feitorias em Ceilão e na Indonésia colocaram o comércio das especiarias nas suas mãos. Firmemente estabelecidos na China e no Japão, traziam para a*

metrópole navios carregados com as suntuosidades do Oriente – sedas, porcelana, laca."

A partir do século XVI, com a transformação de Goa em centro capital do império oriental e de domínio do comércio marítimo das especiarias, os portugueses realizaram uma ação de trocas multiculturais (muitas delas de espécies agrícolas e pecuárias e conhecimentos científicos) sem paralelo na História do Mundo que viriam a metamorfosear-se em trocas interculturais. Ou seja, de toda a panóplia de relações comerciais, militares, de proselitismo cristão e de políticas de alianças se teceram, aqui diferentemente dali e de forma global, os relacionamentos interculturais, estando presentes do outro lado variadíssimas culturas e civilizações até então desconhecidas. Tornava-se, entretanto, impossível aos portugueses a manutenção de tão extensas áreas de ocupação territorial e marítima, até porque, tendo, já anteriormente, em 1494, celebrado com a Espanha o Tratado de Tordesilhas, que dividia o globo terrestre ao meio entre as duas nações ibéricas no que dizia respeito ao domínio dos mares e terras descobertas e a descobrir, denunciava já no horizonte, a discordância das nações que ficavam de fora e a abertura de várias zonas de conflito. De facto, quando holandeses, ingleses e também franceses, com início nos finais do século XVI, resolvem imitar portugueses e espanhóis lançando-se ao mar, na cobiça das riquezas americanas, africanas e asiáticas, aquelas potências não tiveram qualquer rebuço em menosprezar "os direitos" adquiridos por quem chegou e se instalou primeiro. Para tal, invocam a caducidade da teoria do *mare clausum* de que Portugal e Espanha exerciam o usufruto e que atribuía às duas potências o domínio exclusivo dos mares nas zonas demarcadas por Tordesilhas. Foi, então, proposto pelo holandês Hugo Grócio (1606) no tratado *De Mare Liberum* novo conceito de que o mar oceânico era livre de ser navegado por todas as nações, o que imediatamente fez seguir o ataque de corso e pirataria holandesa e inglesa às rotas e barcos espanhóis e portugueses, por parte, sobretudo, das novas companhias majestáticas formadas para comércio transoceânico.

Para agravar, a situação interna de Portugal atravessou uma gravíssima crise dinástica que provocou a união com a Espanha, de 1580 a 1640. Deste facto resultou um enfraquecimento geral das defesas dos territórios da coroa portuguesa, pois que a Espanha mantinha, precisamente, com holandeses, ingleses e franceses um aceso contencioso bélico, uma vez que esses povos eram inimigos do pretenso hegemonismo espanhol – europeu e dos mares – tendo-se tornado esta questão mais um forte motivo para que, do ponto de vista militar e administrativo, os depauperados territórios portugueses ultramarinos, em alguns casos, não se pudessem defender dos ataques perpetrados pelos inimigos da Espanha, respaldados nesse mesmo conflito. Assim, várias regiões do Brasil[90], São Tomé e Príncipe e Angola, por exemplo, caíram sob domínio holandês e só foram recuperadas após a restauração da independência, em 1640. De igual modo, muitas praças portuguesas no Oriente foram atacadas por holandeses e outras ainda, alienadas por tática, ou por alianças estratégicas. Esta cidade de Macau foi, igualmente, em 1601, 1603, 1604 e 1607 atacada por frotas holandesas, porém, sem efeito. Boxer (2001, p.118-119) relata: "*O conflito luso-holandês (…) começou com os ataques a Príncipe e a São Tomé, em 1598-1599 (…) entretanto, os holandeses devastaram sistematicamente o comércio português asiático desde o golfo Pérsico até ao Japão, e destruíram grande parte da longa cadeia de colónias costeiras portuguesas, conquistando-as uma a uma. Malaca (…) caiu finalmente em janeiro de 1641. Entre 1638 e 1658, conquistaram os entrepostos portugueses situados na costa de Ceilão; e as suas conquistas asiáticas terminaram com a tomada de Cochim e de outras posições portuguesas na Costa do Malabar, em 1663*." Durante os séculos XVII e XVIII continua a desagregação do império português oriental, com a exceção de Goa – a Roma do Oriente – foco irradiador de miscigenação cultural, através da conversão, embora muitas vezes forçada, ao catolicismo e da utilização da língua portuguesa. Macau, inclusivamente, perde o fulgor comercial que até então ostentava. E a atenção do Reino voltou-se para a grande colónia do Brasil. Aí se desenvolveu a cultura do açúcar, com o recurso à mão de obra escrava trazida de África pelos traficantes negreiros, ao mesmo

[90] Apesar de os holandeses dominarem 7 das 19 capitanias do Brasil em 1630, nunca conquistaram todo o território do Brasil.

tempo que se foi formando uma nova realidade cultural, fruto da mestiçagem de índios, portugueses e africanos.

Gilberto Freyre reclama para o tipo português o conglomerado das caraterísticas geográficas, étnicas, religiosas, culturais que dele fizeram o descobridor-aventureiro-colono, individualizado e especial, diferente de todos os outros europeus. E passa revista pelo passado intercultural que levou à formação do povo português, reconhecendo o papel das invasões "*de celtas, germanos, romanos, normandos – o anglo-escandinavo Homo Europaeus, o feudalismo, o cristianismo, o direito romano, a monogamia*", mas explicando que esses elementos sofreram "*restrição ou refração num Portugal influenciado pela África, condicionado pelo clima africano, solapado pela mística sensual do islamismo.*" (Freyre, 1957, p.18). Os fenómenos de miscigenação cultural no Brasil, porque tiveram a ação concomitante de três identidades civilizacionais (ameríndia, europeia e africana), como maior país lusófono e o primeiro que ascendeu à independência política, merecem uma atenção especial. Convém, igualmente, deixar aqui uma outra caraterística muito típica da colonização portuguesa e não verificada do mesmo modo e com tal profusão nos outros povos colonizadores: dada a necessidade extrema de administrar e povoar terras e não tendo braços suficientes para tal tarefa, os portugueses, de imediato se predispuseram a fazer casamentos com as mulheres nativas, e assim, por todos os territórios de expansão, apareceram os mestiços, os verdadeiros motores da mestiçagem intercultural desencadeada nos espaços que hoje são os da Lusofonia. E Macau não foi exceção, como referem Cabral e Lourenço (1992, pg.11) "*os macaenses surgem no espaço cultural e económico que é criado pelo contacto entre as duas civilizações profundamente díspares.*"

Freyre (1957, p.22) refere: "*A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses se compensaram da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas*", ou, com mais pormenor, "*pelo intercurso com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele, puro, ao clima tropical*" (Freyre, 1957, p.25), embora, não se possa esquecer que na Índia, também aconteceu essa miscigenação com as mulheres indianas, como, aliás, a política e o exemplo de Afonso de Albuquerque se encarregam de provar. E, voltando ao Brasil, que resultou disso tudo? No final do século XVI a colonização do índio era um facto. Já havia perdido a sua liberdade selvagem gozada antes da chegada dos portugueses, mas ainda conservava, mesmo assim, algumas das suas prerrogativas civilizacionais e morais: os seus interesses vitais pela caça, a pesca, a guerra, o seu misticismo com as águas, a mata, os animais. O desenraizamento total viria, apenas, com a introdução colonial da monocultura latifundiária do açúcar. Freyre (1957, p.159) sentencia, mesmo, que "*o açúcar matou o índio".*

O terceiro elemento cronológico – que não em importância cultural e sociológica – da miscigenação levada a cabo no Brasil, foi a chegada dos escravos provenientes de África. Enders (1997, p.44) afirma que "*entre 1502 e 1860, nove milhões e meio de africanos são deportados para as Américas*", sabendo-se, no entanto, que não foram todos para a cultura do açúcar brasileiro, pois muitos deles eram destinados às explorações de prata e ouro nas possessões sul-americanas espanholas ou às Antilhas e América do Norte. O que releva, aqui, neste Brasil gigante, é toda a carga cultural que os escravos negros trouxeram e souberam adaptar e miscigenar com índios e com europeus. Freyre (1957, p.278) pinta deste modo as aportações culturais trazidas pelos negros: *"na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de embalar meninos pequenos, em tudo o que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra*." Nos primeiros contactos costumavam os portugueses deixar nos locais onde tocavam, alguns "lançados" ou "tagomãos" que, geralmente, como escreve Freyre (1957, p.47) "*foram completamente assimilados pelos nativos, prescindindo de roupas, tatuando-se, falando os dialetos locais e participando até em ritos e celebrações fetichistas*". A facilidade dos contactos, por vezes, vai até à completa imersão social.

Já em Cabo Verde o mesmo autor Freyre (1953, p.239) comenta que o seu contacto inicial com o arquipélago o faz pensar "*na miscigenação que aqui foi ensaiada de modo intenso pelo português,*

com judeus e, notadamente, com negros, antes de ser desenvolvida, na América tropical, sobre o lastro ameríndio. O primeiro caldeirão de ensaio dessa aventura étnica foi esta ilha de São Tiago…" Na Guiné a imposição da autoridade portuguesa foi complicada, pois existiam muitos grupos e etnias diferentes em conflito constante entre si, o que, se por um lado transformou a região em lugar de fácil tráfico de escravos, igualmente a tornou local de dificuldade para a ocupação portuguesa, passada a época da escravatura e iniciada a colonização moderna, situação que exigiu um elevado número de campanhas de pacificação.

Em Angola, os portugueses estabeleceram relações políticas, diplomáticas, comerciais e religiosas primeiro com o Rei do Congo, que foi cristianizado, e depois com o reino Mbundu de Ndongo e com o reino de Ngola. Em todos estes casos, as relações foram pautadas por períodos de concórdia seguidos de períodos de guerra, num xadrez de interesses complicados, na generalidade favorável à presença dos portugueses, mas sempre com grande instabilidade latente. Desta instabilidade, no entanto, resultou uma maior facilidade para o comércio de escravos, geralmente resultante dos despojos humanos dos vencidos nas guerras. Em Moçambique, onde a colonização se processou em contacto com nativos e com indianos islâmicos que ali se tinham estabelecido, a presença portuguesa fez-se sentir sobretudo na costa, em pontos-chave de apoio marítimo às navegações da carreira das Índias. Na Índia, particularmente em Goa, sede do poderio português no Oriente, a aliança entre o poder político e o eclesiástico, onde a Coroa Portuguesa se assumia com o inelutável direito de espalhar a fé católica apostólica romana e o poder secular do Estado podia ser utilizado para sustentar o poder espiritual da Igreja, foram cometidos muitos abusos, tais como a demolição de templos hindus, proibições de culto muçulmano, expulsão dos não-cristãos, destruição de livros sagrados como o Alcorão e proibidas certas práticas religiosas não-cristãs, ou seja, existiu, a par da miscigenação cultural, uma intransigência religiosa que não se verificou noutros locais colonizados ou ainda em locais de estabelecimentos comerciais, nas Molucas, China e Japão.

Convém não deixar de referir o papel de extrema importância desempenhado pelos membros da Companhia de Jesus, os jesuítas, por toda a extensão dos territórios do império português: nos arquipélagos atlânticos, no Brasil, na Índia, na China, em Macau, no Colégio de São Paulo, por exemplo, berço de missionários, no Japão (meados do século XVI) e na África também. O papel dos jesuítas passava pela catequese e doutrinação e pelo ensino das letras e das ciências e da língua portuguesa – língua do comércio –, na formação de sacerdotes e missionários, com uma boa preparação intelectual, embora também, muitas vezes com a atração e apetência pelo poder que, por ter sido levada a algumas formas de exagero, os desacreditaram politicamente, até serem extintos, de 1773 (Papa Clemente XIV) até 1814 (Papa Pio VII). No entanto, outras ordens religiosas participaram igualmente nesta global evangelização, como os franciscanos e os dominicanos. Pela Declaração da Independência de 4 de julho de 1776, nascem os Estados Unidos da América e abrem-se as portas às independências do Brasil (1822) e das colónias americanas espanholas. As colónias portuguesas em África, entretanto, permaneciam quase abandonadas e tornava-se necessário redistribuir os territórios coloniais de África, manancial de matérias-primas necessárias à industrialização da Europa e Estados Unidos. A miscigenação física e cultural, fazia, entretanto, o seu caminho pelas vias da interculturalidade, sobretudo no Brasil, enquanto a África se mantinha adormecida.

2. ASPETOS INTERCULTURAIS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS.

Reúne-se em finais de 1884 e em 1885, a Conferência de Berlim. Enders (1997, p. 65) explica que a conferência se contentou em definir a "colonização efetiva pela *«existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e, se necessário, a liberdade de comércio e de trânsito.»* Ao lado da noção de *«colonização efetiva»* emergia a de *«esfera de influência»*" e foi graças a esta última que se tornou possível "*a partilha de territórios ainda desconhecidos."* O mapa de África é o resultado desta divisão feita a régua e esquadro e que dividiu o mesmo povo por várias soberanias. Dava-se início oficial ao colonialismo moderno. Os povos que ficaram debaixo da «*ação civilizadora europeia*» foram submetidos ao colonialismo económico

das respetivas potências coloniais, com o recurso da mão de obra indígena barata para o trabalho, o desenvolvimento de uma economia de tipo capitalista, e com atitudes menosprezadoras das respetivas etnias, culturas, tradições e civilização. Assim se passou a tentar administrar as colónias portuguesas no final da monarquia e, a partir de 1910, com a natural continuidade de processos, após a instauração da república. Os povos autóctones não são tidos nem achados e tentam, quando possível, resistir às arbitrariedades a que as potências coloniais os sujeitam. O espírito do colonizador é capitalista e este sente-se com um mandato «civilizador».

A visão era eurocêntrica e o resto do mundo (sobretudo África) era «selvagem». Tornava-se necessário «civilizar» e «desenvolver» - o fardo do homem branco – e para isso, «ocupar» e «dominar». Portugal, cuja fraqueza política, militar e económica, no contexto europeu das grandes potências era menosprezado, reagia na medida das suas possibilidades para não ser esbulhado do seu «império» de vários séculos. Enders (1997, pp.70-72) refere esse esforço por parte de Portugal e assinala: "*Entre 1841 e 1920, René Pélissier recenseou pelo menos 72 campanhas na Guiné e 160 em Moçambique, de 1854 a 1916. No decurso do último decénio do século XIX, 45% do orçamento de Angola, que é a colónia onde o esforço de guerra é mais importante, é gasto com as operações militares. A pacificação exige aí a presença de 40.000 homens entre 1848 e 1926. A submissão do Sul de Angola, e particularmente dos Ovambos, necessita das expedições metropolitanas até 1915*". E, depois de afirmar que as grandes rebeliões em Moçambique foram até ao fim do século XIX, informa que a pacificação só terminou "nos anos 20 em Angola e na Guiné, mas o exército português teve ainda que acabar com alguns casos isolados, como no arquipélago dos Bijagós (Guiné) em 1936, ou intervir contra as populações Herero no sul de Angola, em 1941", ambos já durante o Estado Novo. De facto, a instabilidade da I República chegou ao fim com a revolta militar de 28 de maio de 1926 e a posterior instauração do Estado Novo, um regime de ditadura que apregoava a indissolubilidade do império português, do Minho a Timor.

Entretanto, nasce a chamada bipolarização do pós-guerra e a consequente guerra fria, definida por Aron como período de guerra impossível e paz improvável. Proclama-se na ONU (criada em 24 de outubro de 1945), designadamente no artigo 73.º da Carta, uma política descolonizadora, que seria confirmada pela Resolução 1514 (14 de dezembro de 1960) sobre o direito de todos os povos à autodeterminação e as duas superpotências esmeram-se na procura da hegemonia mundial, pretendendo atrair para a sua órbita de influência os países do terceiro mundo que acederam à independência através da manipulação política e económica a que se dá o nome de neocolonialismo. Em Portugal, o regime do Estado Novo jamais permitiu a discussão das independências e, numa tentativa de justificação da «perenidade» de pertença das colónias ao espaço nacional, criou, em 1946, o Estado Português da Índia e, depois, em 1951, atribuiu às outras colónias, a designação de «províncias». Começaram as guerras de libertação nacional/colonial: Angola (1961), Guiné-Bissau (1963), Moçambique (1964) que se arrastaram até à queda do regime, em 25 de abril de 1974, em Portugal, e seguiram-se as independências.

Convém refletir, agora, sobre as caraterísticas deste colonialismo português, de convivências várias, díspares e globais, de uma ponta à outra do globo: amistosas aqui e agora, ali já guerreiras e imperiais, comerciais sempre, de cristianismo católico proselitista permanente, culturais em essência e civilizacionais, pela grandeza dos factos. Como nação inserida no ocidente europeu, Portugal, tendo tido um berço onde se cruzaram tantas e tão variadas culturas, teve condições para ser uma potência especial na sua atuação pelo Mundo. É unânime esta constatação sobre um colonialismo que, com alguma razão, podemos aceitar incluir-se no chamado por Moreira (1976, p. 33) "colonialismo missionário", em que o fim do poder político colonizador *"pretende exercer uma ação civilizadora sobre o território e os seus indígenas, aceitando, por isso, a legitimidade dos interesses destes".* Encontramo-nos, portanto, longe da noção de "*colonialismo de espaço vital*", que Moreira igualmente define e distingue como aquele que se pratica quando o colonizador apenas reconhece o caráter instrumental do povo colonizado e a que Césaire (1978) se referia como coisificação do colonizado. Este colonialismo português foi temperado pelas influências que recebeu, transportou e retornou e que todas juntas moldaram de arabescos, indianismos, africanismos e orientalismos a

sua matriz europeia e cristã e que nunca mais foi a mesma, sempre em mutação, sempre se cruzando, sempre curiosa e adaptável, permitindo o diferente, predisposta à amizade, ao cruzamento de culturas e ciências e à criação do Mundo global.

Venâncio (1999, pp.12-13) esclarece que a colonização portuguesa sempre foi privada do grande capital e que os colonizadores emigrantes eram pobres e não exerciam nem distinções de classe, nem rácicas e "*daí que se tenha, então verificado uma mestiçagem, quer biológica, quer cultural, particularidade que se constitui em fator de diferenciação entre o colonialismo português e os seus parentes europeus ricos, o caso do colonialismo britânico, já aqui referido, e do francês*", embora reconheça muitas semelhanças entre o francês e o português. No que diz respeito à atualidade, Braga (1999, p.204) refere que as "*civilizações luso-afro-brasileiras teriam sabido preservar formas de convívio fundamentadas na sensibilidade, que muito podem acrescentar ao novo homem do século XXI*" e identifica "*o espaço da Comunidade e o espaço do convívio fraterno e generoso, em que a afirmação da afetividade, longe de ser sentimentalismo piegas, é um ato de grandeza*." Não se deve, por ser errado, considerar que o colonialismo, mesmo nos seus aspetos mais negativos de imposição colonial dura, não revelasse, no caso português, algumas vantagens que não se podem menosprezar. O que escreve Cardoso (2005. P.27), embora se refira mais a Angola pode-se tomar como extensivo às outras colónias, pois que, o desenrolar das guerras coloniais, trouxe um crescimento vertiginoso na evolução socioeconómica das províncias: "*Tempos houve em que os benefícios da colonização foram inegáveis. A erradicação das epidemias, o fim da escravatura, a melhoria das condições socioeconómicas de algumas populações, evolução significativa nos hábitos de vestir, alimentar e habitação foram alguns dos mais significativos. Mas, a par desta ação positiva, a colonização revestiu-se de enormes defeitos e fracassos. Entre eles avultam a imposição dos costumes europeus de moralidade duvidosa, a injustiça das trocas comerciais, os preconceitos rácicos, a exploração do trabalho indígena*."

3. INDEPENDÊNCIA E COLONIALIDADE

Os efeitos da colonização e da dominação, no entanto, não desaparecem no momento da conclusão da fase de transição de poder, muito menos quando o tempo do exercício colonial se reveste da grande duração como é o caso português. Pode-se, então, introduzir neste trabalho o termo «colonialidade». Este conceito é tratado por Quijano (2009, pp.74-75), ao estabelecer as ligações de nexo entre capitalismo, eurocentrismo e colonialidade. Segundo ele, a colonialidade representa um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista que se sustenta "*na imposição de uma classificação racial/étnica da população do Mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal*." Ainda de acordo com Quijano, a origem desta colonialidade de pensamento, terá sido no século XVII, a Holanda e Inglaterra, não lhe sendo alheios os filósofos que então evolucionavam o sistema medieval tomista, substituindo-o por novas filosofias e teorias do conhecimento – Descartes, Espinosa que era português, Locke e Newton. Desse universo de intersubjetividades, nasceu um novo modo de produzir conhecimento que estava de acordo com as necessidades do capitalismo: a medição e a objetivação do cognoscível em relação ao conhecedor, para que fosse possível o controlo das relações dos indivíduos com a natureza e com a propriedade dos meios de produção. Quijano afirma que o eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a postura cognitiva dos europeus ou capitalistas, mas também do conjunto dos educados sob a sua tutela. Esta constatação reveste-se da maior importância para a compreensão do fenómeno cultural presente nos países que no seu passado sofreram as consequências do colonialismo e hoje acederam à independência política.

Moreira está em sintonia com este pensamento quando, rigoroso, afirma (2006, p.166): "*Existe uma herança colonial que se traduz em fronteiras físicas artificialmente impostas pelo colonizador, a tradição curta de menos de um século de sujeição de populações diferentes a uma autoridade exterior unificadora, a necessidade de comunicar dentro desse espaço usando uma língua alienígena. Se quisermos usar a conhecida distinção entre comunidades e sociedades temos em cada território algumas centenas ou milhares de comunidades sem qualquer*

fenómeno de sociedades que estabeleçam um tecido social conjuntivo entre elas." No caso dos países lusófonos africanos e de Timor, confirmou-se a regra da herança dos territórios sem discussão, como Moreira igualmente refere, quando afirma que os novos regimes de forma nenhuma aceitaram alterar as fronteiras herdadas do colonizador, e passaram a dirigir um território independente, onde se incluem as populações que as potências coloniais ali consentiram, sem qualquer tradição comum, a não ser a da própria sujeição colonial. Moreira chama a atenção, igualmente, para um outro facto da maior relevância para a formação de uma nação e que consiste na coexistência no espaço nacional, de variados grupos heterogéneos que não são possuidores de uma língua geral comum e que, por esse motivo, tem de aceitar a língua do colonizador como meio de comunicação. Trata-se do fator língua como fator de unidade nacional. E, naquilo que diz respeito à formação cultural dos quadros governantes dos PALOP, é público e sabido que, tendo esses dirigentes dos movimentos de libertação, enquanto estudantes, realizado os seus estudos em universidades e meios ocidentais, sobretudo europeus, foi aí que apreenderam a importância dos nacionalismos e os adotaram como ideias matrizes dos seus pensamentos ideológicos. Quando passaram à ação contra os colonizadores, *"assumiram, então, uma herança colonial que não incluía a nação"* (Moreira, 2006, p. 350).

Tendo em conta o panorama acabado de descrever e os fatores económico-capitalistas da globalização, faz sentido aceitar a tese de Santos (2009, pp. 7-13) de que as relações sociais são sempre culturais (intraculturais ou interculturais) e políticas, isto é, representam distribuições desiguais de poder, de que não há epistemologias neutras e que o colonialismo se traduziu numa dominação epistemológica, muito desigual de saber-poder, que refere como o que "*conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade*". Porém, no caso da Lusofonia e das respetivas e variadas culturas lusófonas que a compõem, parece correto aceitar a tese que para lá do multiculturalismo[91] a colonização portuguesa juntou a interculturalidade[92] quando pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para o enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural –, pois só assim se pode compreender a identidade lusófona como especial entre todas as comunidades internacionais. Ou seja, partindo dum fraco capitalismo, a colonização portuguesa não se apresentou tão racista e segregacionista como outras.

4. PENSAMENTO ABISSAL E PÓS-ABISSAL

Parece pacífico aceitar o princípio defendido por Boaventura Sousa Santos[93] de que a dominação económica, política e cultural, fruto do capitalismo e aplicada pelo colonialismo, conduziu a determinadas hierarquias de conhecimentos, e ainda mais, a tese de que o capitalismo global é hoje mais um regime cultural e civilizacional do que um modo de produção, abarcando domínios sociais impensáveis há pouco tempo: a família, a religião, a gestão do tempo, a capacidade de concentração, o mérito a moral, etc., com reflexos nos comportamentos societais contemporâneos. A realidade social encontra-se dividida entre dois polos: «o deste lado da linha» e o «do outro lado da linha» que se poderiam traduzir, por sinonímia, por «sociedades metropolitanas» *versus* «territórios coloniais». O primeiro polo esgota o campo daquilo que conta e é importante – o Estado, a legalidade e a ciência moderna –, detém a verdade, a paz e os valores e mantém um paradigma da sociedade ocidental, baseado numa tensão constante entre um pilar da regulação social – e princípio de Estado, princípio de comunidade e princípio do mercado – e o outro pilar da emancipação com três lógicas da racionalidade: a estético/expressiva: artes e literatura; a cognitiva: ciência e tecnologia; e a moral: prática da ética e do discurso. Uma outra caraterística deste polo é a posição de que o seu direito é que demarca o que é legal ou o que é ilegal, isto é, é esse direito que define o que existe e o que não existe, e a ciência moderna que desse polo também faz parte, monopoliza a distinção entre o verdadeiro e o falso, subalternizando os outros conhecimentos alternativos, como a Filosofia e a Teologia.

[91] vd. Santos (2009, p.9; nota 1)
[92] Idem.

[93] Este princípio é apresentado em Santos (2009, pp. 23-71).

No «outro lado da linha» nos tais «territórios coloniais» aplica-se uma outra dicotomia: a da "apropriação/violência". Aqui não existe conhecimento real: existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos. Tudo o que acontece e se produz ali, no «outro lado da linha», é invisível não-aproveitável, não existe, não tem lei. Ora, tudo isto tem a ver não só com a justificação da posse dos territórios coloniais, pois que nas teorias filosóficas do contrato social dos séculos XVII e XVIII, onde o estado de natureza é silenciado, é dado seguimento ao pensamento que já vinha de trás e que tentava justificar a posse dos territórios de conquista e descoberta – situados do «outro lado da linha» – em favor dos povos «deste lado da linha» como também se atingia o limite de procurar chegar a uma conclusão sobre se os autóctones dos territórios coloniais teriam ou não uma alma, situação de que a controvérsia de Valladolid (1551) constituiu, sem dúvida, o ponto mais representativo.

Com as lutas anticoloniais desencadeadas na sequência da II Guerra Mundial, e com o fenómeno, mais recente, do terrorismo global, o «outro lado da linha» iniciou o seu movimento de expansão em direção ao interior «deste lado da linha», vindo a perturbar a clareza da lei e a segurança, ou, por outras palavras, originando uma nova forma de cidade e de Estado, uma vez que as questões de segurança passaram a impor a «este lado da linha» uma forma de governo indireto, de tipo colonial: privatização e despolitização de emergências sociais, fracos à mercê dos fortes, cidades com zonas selvagens e zonas civilizadas e defendidas. As consequências são, evidentemente, maléficas e torna-se necessário acudir a estas novas formas de «fascismo do apartheid social», «fascismo contratual», «fascismo territorial», em crescimento acelerado, embora o termo «fascismo» não deva ser confundido com a designação sinónima que o regime italiano viria a conhecer. Configura-se, então, o aparecimento do «cosmopolitismo subalterno», um contramovimento de oposição cultural e política contra-hegemónica. Chama-se «pensamento pós-abissal» e fundamenta-se no pensamento de que a compreensão do Mundo vai muito além da visão ocidental. O «pensamento pós-abissal» trata, então, de aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul e passa a dar relevo a uma ecologia de saberes.

Neste contexto, e dadas todas as reflexões até aqui realizadas, é lícito considerar-se que, no que respeita ao modelo colonial português, nem sempre foram aplicadas as fórmulas mais extremadas deste pensamento abissal. A escravatura teve fim, a miscigenação cultural e étnica deu-se, as manifestações culturais provam-no. As literaturas, as músicas, as danças, as gastronomias, as ciências e os sentimentos desenvolvem a «identidade lusófona».

5. ECOLOGIA DE SABERES

Torna-se, então, muito urgente recuperar algumas das experiências de outras epistemologias. Para isso, Santos (2009, p. 52) fala da «ecologia de saberes» a qual "*recorre ao seu atributo pós-abissal mais caraterístico, a tradução intercultural. Embebidas em diferentes culturas ocidentais e não-ocidentais, estas experiências não só usam linguagens diferentes, mas também distintas categorias, diferentes universos simbólicos e aspirações a uma vida melhor.*" A ecologia de saberes, segundo o mesmo autor (2009, p.469) está atenta à diferença epistemológica que "*só pode ser minimizada através de comparações recíprocas entre saberes na busca de limites e possibilidades cruzadas*". Ainda segundo o mesmo autor, esta ecologia de saberes confronta-se com dois problemas. O primeiro tem a ver com a dúvida sobre a forma de comparar saberes dada a diferença epistemológica e o segundo prende-se com a dificuldade relacionada com a forma de criar o conjunto de saberes que participa de um dado exercício de ecologia de saberes já que a pluralidade de saberes é infinita. A solução encontrada pelo autor para estes dois problemas não é unívoca porque, para confrontar o primeiro, propõe a tradução e para confrontar o segundo propunha "a **artesania das práticas**" (Santos, 2009, p. 469).

6. O PENSAMENTO ONTOLÓGICO AFRICANO

Sobre a filosofia africana Hountondji (2009, p. 121) escreve: "por filosofia africana entendo um conjunto de textos", e na nota 5 da p. 123, indica que considera mais produtivo prestar atenção aos "modos e dispositivos concretos através dos quais o conhecimento é transmitido sem recurso à escrita tal como ela é usada no Ocidente.

Por esta razão, devem ser chamadas, como sugeriu o linguista francês Maurice Houis (1971), *civilisations de l'oralité* – civilizações da oralidade." Já Ramose (2009, p.135) esclarece, referindo-se a Ubuntu, duas palavras numa só, ou seja, o prefixo *ubu* e a raiz *ntu*, sendo que "*Ubu evoca a ideia de ser, em geral. Este conceito ético enfatiza as alianças entre as pessoas e as relações entre estas. Trata-se de uma categoria epistémica e ontológica fundamental do pensamento de África dos povos que falam a língua Bantu*."

Para Ramose, a epistemologia do africano encara a afirmação do ser humano através do reconhecimento da humanidade dos outros, ou seja, o indivíduo é sujeito com valor intrínseco em si mesmo – não objeto – e torna-se humano apenas na esfera das relações reais que entretém com os outros seres humanos. Partindo desta premissa, pode-se concluir o alto conceito que assume a dignidade humana entre os ubuntu e a rejeição de dogmatismos pela sua visão do universo e remata, afirmando que a Filosofia ocidental dos direitos humanos "*enfatiza a ideia do ser humano como uma entidade fragmentada sobre a qual os direitos são agregados de maneira contingencial, enquanto a conceção africana sublinha a ideia do ser humano como uma totalidade, tendo seus direitos assegurados como tal*" (Ramose, 2009, p. 170).

De qualquer modo, deverá ser prestada muito maior atenção ao conhecimento local, ao conhecimento diferente e, evitando a consideração abusiva dum qualquer complexo de superioridade, evitar a todo o custo o entendimento preconceituoso de que o local é unânime, muito longe disso. Retenha-se o que escreveu Masolo (2009, p.514) sobre esta matéria do conhecimento e sistema cultural local: "*Deve ser-lhe dado espaço para ser complexo e diversificado, dialógico e inclusivo. (…) cada sistema cultural (de pensamentos e práticas) tem um passado e um presente, em que o peso da História requer aos habitantes que o presente seja acentuadamente diferente do passado. E o papel dos hábitos intelectuais é o de fornecer os métodos e as interrogações a partir dos quais a diferença entre passado e presente emergirá.*"

7. PENSAMENTO DE FRONTEIRA

E chega-se, ao pensamento de fronteira que Grosfoguel (2009, p.385) explica como sendo uma resposta crítica aos "*fundamentalismos, sejam eles hegemónicos ou marginais [pois] o que todos os fundamentalismos têm em comum (incluindo o eurocêntrico) é a premissa de que existe apenas uma única tradição epistémica a partir da qual pode alcançar-se a Verdade e a Universalidade.*" O pensamento de fronteira ao posicionar-se como anti-hegemónico e antifundamentalista, parte da premissa de que uma perspetiva de epistemologia descolonial exige um pensamento mais amplo que a norma ocidental, deve ser o resultado de um diálogo crítico entre diversos projetos políticos, éticos, epistémicos que reflitam um Mundo pluriversal – antidesígnio universal abstrato –, e pressupõe, igualmente, que a descolonização do conhecimento traz consigo a exigência de que passem a ser tomadas a sério as cosmologias e perspetivas de pensadores críticos do Sul global, inseridos em espaços étnico-raciais subalternizados.

Ou seja, trata-se do reforço na procura de respostas alternativas de outros saberes e epistemologias que combatam o desfasamento cultural e a hierarquia de conhecimento estabelecidas pela europeização e a globalização, ou, como sintetiza o próprio Grosfogel (2009, p.407): "*aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações económicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno*". Por isso, considera que se trata de uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica.

8. TRADUÇÃO INTERCULTURAL

Que fazer, então, perante estas dicotomias epistemológicas? Será possível a tradução entre dois sistemas culturais e o exercício fecundo da interculturalidade? Como se realizará? A linguagem é um instrumento chave para estas questões de tradução e o desenvolvimento de uma ecologia dos saberes só se efetuará se a tradução se efetivar no nível linguístico e no nível cultural. A tradução

cultural assume-se como um desafio imenso e inadiável a filósofos e a sociólogos neste século XXI. Deve ser realizada através de procedimentos de busca de proporções e correspondências, dada as diferentes epistemologias.

É que, segundo Santos (2009., p.470) os procedimentos da tradução, *"ainda que basicamente os mesmos, variam consoante os diferentes saberes que pertencem à mesma cultura ou a culturas diferentes. Neste último caso, a tradução assume a forma de tradução intercultural e o seu exercício é particularmente complexo."* No que se refere à artesania das práticas, Santos afirma que a ecologia de saberes é uma opção epistemológica e política, com direito à cidadania, tanto como a opção pelo «fascismo epistemológico». Rematando, Santos (2009, p. 473) conclui que: "*a douta ignorância e a ecologia dos saberes são as vias para enfrentar uma das condições de incerteza do nosso tempo: a diversidade infinita da experiência humana e o risco que se corre de, com os limites de conhecimento de cada saber, se desperdiçar experiência, isto é, de se produzir como inexistentes experiências sociais disponíveis (sociologia das ausências) ou de se produzir como impossíveis experiências sociais emergentes (sociologia das emergências*)."

Utopia? Pode ser, mas serve de orientação a seguir.

9. CONCLUSÃO: INTERCULTURALIDADE – FATOR ESSENCIAL DOS QUE SE EXPRIMEM EM PORTUGUÊS – CPLP.

Huntington (2009) afirma que a civilização e a cultura se referem ambas ao modo de vida global de um povo, sendo que uma civilização é uma cultura em sentido amplo e afirma também que nas sociedades não-europeias os povos tentam preservar a sobrevivência e a integridade das suas culturas indígenas, face à histórica hegemonia ocidental. É, igualmente, sua opinião que os elementos centrais de qualquer cultura são a língua e a religião.

O crescimento da língua portuguesa apresenta tal pujança que em breve ultrapassará o castelhano e se aproximará do inglês, em número de falantes. Ou seja, o português é, hoje, igualmente, uma língua global. Esta língua é utilizada para a expressão das mais variadas culturas dispersas por todos os continentes, assumida como língua global pela CPLP e a ela está reservado um futuro garantido. As ricas e crescentes literaturas dos oito países da CPLP são a prova cabal da demonstração de que a língua portuguesa é muito mais do que língua oficial, é língua de sentimento e amizade, de interculturas, projeta-se muito para lá do uso prático dado à utilização da maior parte das outras línguas de expansão mundial.

Aparecido de Oliveira afirma na entrevista a Braga (1999, pp.47-50) que a primeira das preocupações na CPLP foi a de "*instituir uma sociedade rigorosamente entre iguais, de tal maneira que as dimensões físicas e políticas dos países participantes não influíssem na formação do grupo nem na sua orientação futura" porque considerava que existia "um fator transcendental, que nos iguala e elimina preocupações de hegemonia: a alma comum fundada pela nossa língua."* Depois referiu que, com a língua, "*podemos e devemos trocar as nossas experiências científicas e técnicas, realizar projetos económicos em parceria, exercer a nossa influência conjunta no horizonte do Mundo. Temos uma riqueza incalculável com a presença de, na atualidade, quase todas as chamadas raças humanas*" (p. 51). O Mundo atravessa um período de mudanças sociais rápidas e as identidades estabelecidas dissolvem-se ou substituem-se em ritmo alucinante. Mais ainda, os problemas do declínio moral, do suicídio cultural e da desunião política são bem mais importantes do que a economia e a demografia. É necessário redefinir e criar novas identidades. O pensamento de Huntington reflete-se na oportunidade da criação da CPLP e da sua coesão cultural (2009, p.145): "*Os alinhamentos definidos pela ideologia e pelas relações com as superpotências estão a ceder o lugar a alinhamentos definidos pela cultura e pela civilização. As fronteiras políticas são redesenhadas para coincidirem cada vez mais com as fronteiras culturais, isto é, étnicas, religiosas e civilizacionais. (…) Todavia, no Mundo moderno a identidade cultural é o fator decisivo para determinar as associações e os antagonismos de um país*."

Grosfoguel (2009, p. 402) incentiva: "Para serem capazes de intervir eficazmente no sistema-Mundo capitalista, as agências coletivas da periferia precisam de ter um âmbito global", pois, segundo

Goody[94], citado por Santos (2009, p. 445): "*uma verdadeira 'história global' só será possível na medida em que for superado tanto o eurocentrismo como o antieurocentrismo eurocêntrico, tanto o ocidentalismo como o orientalismo. Uma tal história é mais correta no plano epistemológico, mais progressista no plano sociopolítico e cultural. Só ela permitirá que o Mundo se reconheça na sua infinita diversidade a qual inclui também a infinita diversidade das influências cruzadas, das semelhanças e continuidades.*"

A realidade impõe-se, categórica, na condenação dos resultados catastróficos decorrentes do espírito de ganância absoluto, com o menosprezo de biliões de seres humanos no decurso da história, porque pertencem a outras culturas, outras civilizações. Torna-se curial aceitar, neste caso, a lei nº 7 do decálogo de Bertrand Russell: "*Não tenhas medo de possuir opiniões excêntricas, pois todas as opiniões hoje aceitas foram um dia consideradas excêntricas*" (Cunha, 2008, p.49).

9. BIBLIOGRAFIA

Braga, J. A. (coord.) (1999). *José aparecido – o homem que cravou uma lança na lua.* Lisboa: Trinova Editores.

Boxer, C. R. (2001). *O império marítimo português.* Lisboa: Edições 70.

Cabral, J. P. e Lourenço, N. (1992). *A questão das origens – As relações interétnicas e a condição feminina em Macau*. In Sociologia - Problemas e Práticas, nº 11, pp. 9-25. Disponível em: http:// repositorio-ind.iscte.pt/handle/10007/1069. Consulta em 26.10.2010.

Cardoso, A. S. (2005). *Angola, anatomia de uma tragédia.* Cruz Quebrada: Oficina do Livro.

Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo.* Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. Trad. Noémia de Sousa. Prefácio: Mário de Andrade.

Cunha, P. F. (2008). *O essencial sobre filosofia política contemporânea (1887-1939).* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Enders, A. (1997). *História da África lusófona.* Mem Martins: Editorial Inquérito. Trad: Mário Matos e Lemos.

Freyre, G. (1953). *Aventura e rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* Lisboa: Livros do Brasil.

Freyre, G. (1957). *Casa grande & senzala.* Lisboa: Livros do Brasil.

Goody, J (2006). *The theft of history.* In Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Almedina. P. 445.

Grosfoguel, R. (2009). *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. In B. S. Santos & M. P. Meneses (2009). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Almedina.

Hountondji, P. J. (2009). *Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspetivas sobre os estudos africanos.* In B. S. Santos & M.P. Meneses (2009). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Almedina.

Huntington, S. P. (2009). *O choque das civilizações.* Lisboa: Gradiva. 4ª ed.

Masolo, D. A. (2009). *Filosofia e conhecimento indígena: uma perspetiva africana.* In B. S. Santos & M. P. Meneses (2009). *Epistemologias do sul.* Coimbra: Almedina.

Moreira, A. (1976). *A Europa em formação (A crise do Atlântico).* São Paulo: Editora Resenha Universitária.

Moreira, A. (1999). *Estudos da conjuntura internacional.* Lisboa: D. Quixote.

Plum, J. H. (2001). *Introdução.* In C. R. Boxer (2001). *O império marítimo português.* Lisboa: Edições 70. pp. 11-17.

Quijano, A. (2009). *Colonialidade do poder e classificação social.* In B. S. Santos & M. P. Meneses (2009). *Epistemologias do sul.* Coimbra: Almedina.

Ramose, M. B. (2009). *Globalização e ubuntu.* In B. S. Santos & M. P. Meneses (2009). *Epistemologias do sul.* Coimbra: Almedina.

Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do sul.* Coimbra: Almedina.

Venâncio, J. C. (1999). *Literatura versus sociedade.* Lisboa: Vega.

[94] Goody, J. (2006). The Theft of History. In Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Edições Almedina. p. 445.

23. LURDES ESCALEIRA INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, R. P. DA CHINA

.

TEMA 1.1 BREVE ANTOLOGIA DE AUTORES MACAENSES, MARIA DE LURDES NOGUEIRA ESCALEIRA, (INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU) RAEM, R P CHINA

Tendo como pano de fundo a missão dos Colóquios da Lusofonia, pretendemos apresentar, perante uma plateia de académicos das mais variadas partes do mundo lusófono, os escritores de Macau e que se expressam em Língua Portuguesa. O nosso principal objetivo consiste em transmitir elementos sobre a vida e obra dos autores de Macau de forma a sensibilizar para o seu estudo e divulgação. Sem dúvida que o recente desaparecimento do escritor Henrique de Senna Fernandes despoletou a discussão acerca do que tem sido escrito em Macau, sobre Macau e por gente de Macau.

Algumas iniciativas têm vindo a ter lugar, no entanto, consideramos que é necessário fazer um estudo sério e profundo para que estes autores não caiam no esquecimento e a sua obra contribua para o enriquecimento da literatura de expressão portuguesa e dê novo alento aos que lutam pela sobrevivência da "cultura macaense". Assim, iremos, de forma sumária, fazer uma viagem pela vida e obra de vários autores que nos deixaram a sua vivência e descreveram Macau, nos seus mais variados aspetos, permitindo-nos reconstituir a história e descobrir o "sentir" de Macau e das suas gentes.

Trata-se de uma abordagem descritiva que parte da conceção de que não existem escritores macaenses, mas sim escritores portugueses que nasceram, viveram e "escreveram sobre a sua terra". Muitos outros escritores, de grande valor, escreveram sobre Macau e devem ser estudados, no entanto, como o tempo limita sempre as nossas opções, nesta fase do estudo, damos primazia aos autores "macaenses". Entendemos o termo "macaense" no seu sentido mais restrito, isto é, os "filhos da terra", os descendentes do cruzamento entre portugueses e chineses, portadores de uma cultura e de uma forma de estar que os evidencia como grupo e que lhes confere uma identidade particular e muito própria.

***

Macau tem servido de inspiração e de mote a escritores e poetas que aqui nasceram ou que por aqui passaram e se apaixonaram pelo exotismo de um pequeno pedaço de mundo onde o Oriente e o Ocidente se encontraram e têm coexistido, durante mais de quatro séculos. São muitas as páginas de livros, revistas, jornais e, mais recentemente, da internet que trazem até nós o pulsar de Macau, o viver e o sentir das suas gentes, mais parecendo peças de um puzzle que nos levam de volta à Macau antiga. Estudar todo este legado é, quanto a nós, do maior relevo, contudo, nesta circunstância, por questões de tempo e, até, de metodologia, sentimos a necessidade de restringir o campo de estudo, daí que, iremos apenas centrar-nos nos escritores que nasceram e viveram em Macau e retratam as suas vivências e a história da sua terra na língua de Camões.

Não nos iremos deter a descrever, de forma sistemática e pormenorizada, a vida dos autores e a sua obra; esta encontra-se dispersa por páginas de jornais (Ponto Final, Tribuna de Macau, Hoje Macau), artigos variados e nos prefácios dos livros dos autores, ou mesmo, em sites da internet, como é o caso do site de António Conceição Júnior sobre a vida e a obra da mãe, Deolinda da Conceição ou, mais recentemente, nas redes sociais. Assim, iremos, de forma sumária, fazer uma viagem pelos vários autores que nos deixaram a sua visão e descrição de Macau, nos seus mais variados aspetos, permitindo-nos reconstituir a história e descobrir o "*sentir*" de Macau e das suas gentes.

É nossa opinião que, apesar da dispersão dos elementos, é necessário desenvolver estudos profundos e sistemáticos sobre os autores de Macau, não devendo, quem por ventura o fizer, negligenciar os autores que apenas publicaram um ou poucos livros, porque a intensidade das palavras, das personagens e dos factos irão, por certo, absorver o espírito atento e aberto a novas visões do mundo e do homem. Para além disso, estes parecem-nos ser o tempo e o lugar certos para falar dos autores de Macau, visto que o recente desaparecimento de Henrique de Senna Fernandes e de Leonel Barros despertaram consciências para a necessidade de divulgar as obras de autores de Macau e, por outro lado, porque estamos perante uma audiência de académicos e estudiosos de várias partes do mundo que podem contribuir para o estudo e divulgação da escrita de Macau, em língua portuguesa. Iremos, assim, apresentar cinco ilustres "*macaenses*" que se atreveram a escrever em Língua Portuguesa, o que é, sem dúvida, um número muito reduzido, no entanto, como o próprio Senna Fernandes reconhecia, há algum tempo atrás,

> *[o]s autores macaenses foram sempre muito esporádicos. Em Macau nunca houve condições para desenvolver uma verdadeira literatura macaense. A pequenez do território e, por conseguinte, da comunidade portuguesa, aliada ao facto de Macau ter uma parca importância para Portugal, não proporcionava a existência de uma comunidade literária". (...). Sempre me senti solitário nessa senda da escrita em português, na Ásia. A falta de incentivo*

e a indiferença do público desencorajavam sobremaneira quem tivesse o sonho de singrar pela escrita. Atrevo-me a dizer que escrever em português neste canto do mundo é puro desporto, que só a paixão o pode justificar. Quem tenha pretensões para voos mais elevados, a escrita em português não lembraria ao diabo!
Senna Fernandes, Henrique em entrevista inédita (O Globo)

Após estas breves considerações, passamos, então, a apresentar os seguintes escritores de Macau: Luís Gonzaga Gomes, Deolinda da Conceição, Adé dos Santos Ferreira, Henrique de Senna Fernandes e Leonel de Barros.

1. LUÍS GONZAGA GOMES (Macau, 1907-1976)

personagem plurifacetada e autor de uma obra diversificada, a qual representa um importante contributo para os estudos e a história de Macau. Desde novo se assume como detentor de um bom conhecimento da língua e da cultura chinesas e como tradutor e intérprete, traduzindo tanto do Português para o Chinês como no sentido oposto.

Na sua faceta de tradutor dedica-se à tradução de obras chinesas, consideradas importantes para o entendimento da história de Macau, das quais se destaca a tradução, em 1945/6, do livro "*Ou Mun Kei-Leok*", de Tcheng U Lám e Jan Kuong Iâm, dois altos funcionários chineses que, no século XVII, visitaram Macau e procederam a um detalhado levantamento sobre a administração, os usos e os costumes dos residentes estrangeiros. É, ainda, a sua vertente de tradutor que o leva a coligir e publicar, em 1941, o "*Vocabulário Cantonense-Português*" e, em 1942, o "*Vocabulário Português-Cantonense*". Para a língua chinesa traduziu "*Os Lusíadas, contados às crianças*".

É autor de vários artigos nos quais regista memórias e descreve aspetos da vida e da história de Macau e que, posteriormente, foram reunidos em "*Chinesices, Macau: factos e lendas*", "*Curiosidades de Macau antiga*", "*Lendas Chinesas de Macau*" e "*Efemérides da História de Macau*".

É autor de um grande número de estudos etnográficos[95] e integrou a direção de revistas especializadas e de instituições culturais, tendo desempenhado um papel ativo na sociedade de Macau e sendo, ainda, reconhecido como um musicólogo de relevo. Através da sua vasta obra tenta contribuir para o intercâmbio entre portugueses e chineses dando a conhecer, aos portugueses de Macau, os usos e costumes chineses:

Há muita gente que, de vez em quando, sonha em voz alta, facto este que os chineses consideram como uma doença, mas de pouca importância, por não afetar sensivelmente nenhum dos cinco principais órgãos da estrutura humana que para eles são: o ouvido, o olho, o nariz, a boca e o tronco. Porém, se o caso se repete com mais frequência, a medicina chinesa classifica-o com o nome de LEI-UÂN-PÈANG, isto é "doença do afastamento da alma", quando a não atribuam a travessuras de súcubos, e amaldiçoado será aquele que padece de tal doença, pois será tido como portador de impendentes infortúnios e de calamidades iminentes para a sua família.
Gonzaga Gomes, L. Chinesices

Luís Sá Cunha, num artigo intitulado "*Luís Gonzaga Gomes: filho-rei-da-terra*", descreve-o como a "*mais misteriosa personagem nascida e vivente em Macau durante o século passado*", um homem que amava a sua terra e que teve como lema da sua vida "*dedicação e serviço*".

Com serena dedicação tenaz, foi sendo tudo, em tudo intervindo, participando, influenciando, repuxando em mãos os

[95] "*Incansável na curiosidade e na investigação, escreveu mais de cento e cinquenta estudos de temática etnográfica para dar a conhecer à cultura portuguesa e à comunidade portuguesa de Macau as tradições, contos, lendas, memórias, costumes, festividades e mundividência chinesas*". Luís Sá Cunha em http://www.revistamacau.info/index.php/cultura/luis-gonzaga-gomes-filho-rei-da-terra.html (07/03/2011).

fios de manipulação de todas as peças de uma cidade como num teatro de fantoches: ele foi professor, investigador, historiador, etnógrafo, jornalista, tradutor, poliglota, sinólogo, escritor, bibliotecário e arquivista, colecionador de arte e museólogo. Ele foi tudo e em toda a parte: filho-rei-da-terra.
Sá Cunha, Luís in Revista Macau

É ainda Sá Cunha que realça uma importante faceta do Gonzaga Gomes quando nos refere:

Luís Gomes nasceu em Macau, pequeno ponto amuralhado no mapa do globo terrestre; teatro de encontro de dois grandes universos culturais, ainda tão distantes e desconhecidos. E logo pensou lançar pontes, transcender limites, ir respirar mundo para o trazer intramuros. Para tanto foi antena de receção e transmissão de notícias, novidades, de informações, fontes documentais e memórias, da herança musical da humanidade.

Gonzaga Gomes participou, enquanto homem de cultura e sinólogo, de forma ativa no Círculo Cultural de Macau, criado em 1950 com a finalidade de "*promover a divulgação da cultura artístico-literária, especialmente a portuguesa… e tornar Macau, sob todos os seus múltiplos aspetos, melhor e mais perfeitamente conhecida na Metrópole, nas restantes colónias portuguesas e em todos os pontos do mundo onde se fale a língua-pátria*".

Para além de um variado leque de atividades (atuações em palco, organização de debates e exposições, promoção de atividades desportivas e emissões radiofónicas, etc.) o Centro Cultural de Macau publicava, mensal ou trimestralmente, a revista trilingue "*Mosaico*", Português, Chinês e Inglês, (último número data de dezembro de 1957) e na qual participaram vários escritores, entre os quais, Graciete Batalha, Luís Gonzaga Gomes e Henrique de Senna Fernandes.

2.DEOLINDA DA CONCEIÇÃO (Macau,1914-1957)

Primeira escritora e jornalista de Macau, professora e tradutora. A sua vida está marcada pelo sofrimento causado pela Guerra do Pacífico, facto que está bem presente na sua obra, repleta de descrições de quadros de extrema pobreza e de luta pela sobrevivência.

Que lhe importavam os preconceitos, as tradições, a decência e a dignidade e tudo quanto faz parte da vida normal se aquela que viviam fugia a todas as regras que conhecera até ali? Se ele não conseguia trabalho ela saberia prover os meios para ao sustento da família, ainda que para isso tivesse que vender a alma e o próprio corpo.
Conceição, Deolinda. (1995). Cheong-Sam,18

Deolinda da Conceição viveu numa Macau onde o preconceito predominava e a mulher era subjugada ao homem, trazendo para a escrita muita da sua vivência de mulher divorciada, que luta para sustentar dois filhos e que se afirma num mundo de homens. Brookshaw identifica-a como uma mulher do seu tempo e, também, uma mulher à frente do seu tempo, apesar de ter vivido as consequências da guerra e numa cidade pequena e conservadora como era a Macau daquela época. "*She was the lone female voice among a group of Macanese intellectuals which emerged after the austere war years and flourished during the 1950s*".

A mulher é o tema central e recorrente em toda a sua escrita e, em quase todas as suas crónicas, a mulher assume, direta ou indiretamente, o lugar central, quer na luta contra o preconceito, quer no sofrimento devido à pobreza que grassava na época ou ainda como a alma que sofre por amor.

Estamos perante uma escritora que mergulha até ao limite nesse pulsar plural que é Macau escolhendo para as suas histórias mulheres que, pela sua determinação, pela sua força, pelo modo como lidam com o sofrimento, saem do anonimato para se transformarem em heroínas, sujeitos principais de um mundo onde aparentemente apenas se podem mover nos bastidores.
Laborinho, Ana Paula *in* Conceição, Deolinda. (1995). *Cheong-Sam*

Tendo vivido em Macau, Hong Kong e Xangai revela um profundo conhecimento dos usos e costumes chineses e portugueses, bem como, da teia de sentimentos que assola os que nasceram do cruzamento entre portugueses e chineses. Ao lermos o conto "*A Esmola*" ficamos atónitos ao perceber que a escritora, em apenas 3 páginas, nos transporta para uma Macau dos tempos antigos e, de forma simples, mas densa, nos fala de um turbilhão de sentimentos vividos por personagens caraterísticas da Macau da época.

> *O pai, sabia-o ele, tinha vindo de longe, da velha Europa, (...). A mãe era aquela pobre mulher chinesa, ignorante, de pé descalço, (...) que o pai levara para casa um dia e que ali se encontrava ainda numa situação indefinida (...) a mãe que ele amava no seu intimo e de quem se envergonhava na sociedade.*
> Conceição, Deolinda. (1995). *Cheong-Sam*, 27-28

O amor tem lugar na sua obra, mas, também, este é abalado pelas consequências da guerra, como por exemplo, no conto "*Cheong-Sam*", A-Chung mata Chan Nui, a esposa que ele ama e admira, mas a autora vai dando ao leitor uma justificação para os atos das personagens, mesmo para o crime, pondo na boca de A-Chung a justificação para aquele terrível ato: "*Maldita guerra! Maldita guerra, que tudo lhe levara e que fizera dele um criminoso, um assassino, um pai sem coração, um homem sem raciocínio*". O amor entre os homens portugueses, normalmente soldados, e as mulheres chinesas ("*O Calvário de Lin Fong*") falam da felicidade do encontro, das dúvidas e incertezas, dos choques de costumes e da submissão da mulher chinesa que obedece à vontade do homem e que, mesmo quando este parte para a sua terra natal com promessas de regresso, fica à espera que ele regresse de *Sai Iong* (Portugal) para poderem viver a felicidade prometida. Deolinda colaborou com os jornais Voz de Macau, Diário Popular e Notícias de Macau onde publicou vários artigos e, neste último, trabalhou de forma regular tendo integrado a redação e orientado o suplemento feminino. É enquanto responsável pelo suplemento feminino que reflete sobre a situação da mulher que (Conceição:19-12-1949) ...

> (...) *vivera condenada durante muitos séculos (...), que só saía de casa aos domingos, acompanhada pela sua ama, para ir à Missa ou à procissão onde ia expor uma piedade muitas vezes forçada e que não tinha senão o brilho do verniz da capa do livro que ela folheava distraidamente a fim de esconder a sua abstração de momento*"

… e apela para que a mulher use a sua liberdade e dê o seu contributo em

> *"quase todos os ramos da vida onde o homem imperava sem rival" sem* que, no entanto, perca "(...) *a sua sensibilidade feminina ou tornem o homem isento das suas responsabilidades que lhe eram impostas pelo código social até então"*.

Em 1949, num texto visado pela censura, a autora afirma:

> *A liberdade, sobretudo quando é usada excessivamente, não liberta verdadeiramente a mulher. Prende-lhe aos pés uma grilheta, e toda a mulher de bom senso sabe que o seu uso discreto e limitado a colocará em situação não só de superioridade perante o homem, como fará dele o seu mais dedicado servidor.*

"*Deolinda da Conceição, mulher, escreve sobre mulheres, dando a conhecer essa ignorada metade do céu que na sombra ajuda a construir o infinito*" (Laborinho:1995), uma mulher que enfrenta o preconceito, assume a sua liberdade e chama a si a responsabilidade de dar a conhecer a Macau de então através do sentir no feminino. A autora, quer através das personagens que vão desfilando nas suas crónicas, quer nos artigos publicados nos jornais, tece uma lúcida crítica à sociedade da época, revelando uma profunda reflexão sobre o contexto social e político de Macau e do mundo. Em 1952, num artigo intitulado "*A época do Carnaval e o Carnaval da época!*" escreve:

> *A Humanidade, vivendo constantemente escondida por detrás duma máscara imposta pelas convenções e pela praxe, descansa durante os dias do entrudo, pois que ninguém leva a sério os atos, ainda que maliciosos, praticados durante estes dias.*

(...), mas a época do Carnaval passa célere e não deixa senão uma lembrança muito vaga de quanto se disse e se fez.

Porém o Carnaval da época, esse que preside a tantos atos sérios da vida, esse que domina até as nações e impera como déspota na Sociedade, esse jamais passará, descansa apenas durante três dias, porque o mundo teria de ser outro e bem outro para que ele desaparecesse completamente.

O carnaval de todos os dias, o carnaval das relações de conveniência, o carnaval das mentiras ditas com serenidade, o carnaval da hipocrisia mascarada de virtude, do vício vestindo o hábito da santidade, da intriga e da inveja, o carnaval dos apertos de mão escondendo intenções reservadas, dos sorrisos a encobrir projetos maldosos, da honestidade a disfarçar ambições ilegais, enfim o carnaval que a época presente vive, esse é que é o verdadeiro carnaval.

Olha-se em roda e o cortejo carnavalesco não tem fim. (...) O carnaval de todos os dias, o carnaval de uma vida incompatível com a doutrina pregada, o carnaval das máscaras reluzentes de boa vontade, escondendo projetos criminosos, impera nesta época de mentiras e falsidades, de constantes afirmações feitas sem intenção reta. A época do carnaval não é senão uma pausa feita para tomar fôlego, para que o carnaval de todos os dias possa continuar sem interrupção forçada.

Conceição, Deolinda. (1952). Jornal "Notícias de Macau"

Deolinda da Conceição, escritora e jornalista, dedicou a sua vida à crítica literária e artística, escreveu crónicas, editoriais e alguns ensaios de ficção. Contos e crónicas da escritora foram reunidos em "*Cheong-Sam. A cabaia"*, livro publicado em 1956, em Portugal, e reeditado, em Macau, em 1995, pelo Instituto Cultural de Macau[96]. As suas crónicas, publicadas nas páginas do Notícias de Macau, são (Brookshaw)

"(...) a popular genre widespread in the press of the Portuguese-speaking world given its focus on a moral theme or contemporary issue, illustrated by the narration of an incident drawn from everyday life". A simplicidade, intensidade e a riqueza das suas (Brookshaw) *"(...) stories, and the role she played in the rebirth of the Portuguese-language press after the War, make her a unique figure in the literatures of Macau, China and the Portuguese-speaking world".*

Deolinda da Conceição era uma Macaense de identidade portuguesa, transportando em si, como a maioria dos seus conterrâneos, a capacidade de, desde o berço, conviver e falar o cantonense, e bem assim o inglês. A condição de macaense permitia-lhe compreender o Outro, pois desde pequena se habituara à multiculturalidade desta cidade, aos odores e sons caraterísticos que povoavam Macau do seu tempo.

Júnior, António C. (2008)

3.JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA OU ADÉ (Macau, 1919 – 1993)

Funcionário público e, mais tarde, secretário da STDM (Sociedade de Turismo e Diversões de Macau) foi, ainda, professor e, na sua faceta de escritor, colaborou em vários periódicos portugueses editados em Macau, foi cofundador de alguns e Chefe de Redação de "*O Clarim*", "*Diário Popular*", "*Diário do Norte*" e da Revista "*Volante*". A sua colaboração com a imprensa passa, também, pelo "*China Mail*" de Hong Kong e pela Agência "*Associated Press*".

O nome Adé transporta-nos, contudo, para uma Macau de tempos antigos que se teme venham a desaparecer e para memórias guardadas por quantos tiveram a felicidade de ouvir o doce embalar do dóci *papiaçám di Macau* (dialeto de Macau). De facto, a simbiose entre o *dóci papiaçám e* Adé é, por um lado, o resultado de uma vida em defesa do patuá e, por outro, o reconhecimento do valor e do esforço de um homem que se multiplica em desvelos e traz para as luzes da ribalta a voz que está a esvair-se e que é preciso revitalizar, dar uma nova vida e um carinhoso alento.

[96] O livro "*Cheong-Sam*" está traduzido em Chinês e vai na 5ª edição e alguns dos contos foram traduzidos para Inglês.

Autor de peças teatrais, contos e poesia, é também ele que toma a seu cargo o ensaio e a direção das peças em patuá. Embora tendo dedicado uma grande parte da sua vida a defender e divulgar o patuá, abraçou, também, outras causas, sociais, culturais e desportivas, e colaborou em programas de rádio. Poeta e prosador, Adé escreveu, na língua maquista, "*Poéma di Macau*" (1983) e "*Macau, Jardim Abençoado*" (1988), tendo a Fundação Macau editado, em 1996, as obras completas do autor. Alguns dos poemas, escritos em patuá, foram musicados e reunidos em CD. Sobre a sua obra "*Macau: O Jardim Abençoado – Dialeto Macaense*" o autor, na dedicatória aos leitores, na Edição do Instituto Cultural de Macau – 1988, refere que se trata de...

> *(...) um livrinho simples e despretensioso, como o são, afinal, a terra de sonhos e o bom povo de quem fala. Tudo que há nele, página a página, de verso em verso, foi ditado pelo coração, escrito com o amor que Macau nos inspira em todos os momentos e atos da nossa vida*". E acrescenta que a maior parte "*(...) é apresentado na doce "língu maquista ", esse aliciante dialeto antigo criado pelos nossos maiores e que constitui, sem dúvida, uma das mais caraterísticas tradições desta terra repassada de glórias e sentimentos cristãos, bem orgulhosa da Pátria que jurou amar para todo o sempre*.

É ainda Adé que, na referida dedicatória, nos fala do objetivo que pretendia atingir ao escrever o "*livrinho*":

> *O mavioso dialeto entrou em vias de completa extinção. Dentro de escassos anos, dele nada mais restará senão uma pálida lembrança, como o tanger nostálgico duma suave melodia cheia de reminiscências. Será então talvez, que este livrinho e outros pequeninos trabalhos por nós trazidos a lume começarão a ser acolhidos como coisa útil deixada à posteridade. É com este pensamento que hoje nos damos por felizes com a oferta que fazemos a Macau. Jardim Abençoado, terra de encantos que nos foi berço, de mais um contributo nosso para a divulgação do seu fascinante dialeto antigo.*

Ainda na dedicatória de "*Macau: Jardim Abençoado*", Adé deixa transparecer a sua preocupação com a transferência de soberania: "*Enlevo do nosso coração, Macau, pequenina e graciosa, gentil e acolhedora, está prestes a perder algo de muito importante que religiosamente guardou através da sua existência quatro vezes secular - a sua própria identidade como filha de Portugal*". Dirigindo-se aos leitores dá conta da sua visão sobre a atitude dos homens que aqui nasceram ou passaram algum tempo:

> *A Cidade do Nome de Deus foi sempre olhada com carinho por muitos dos que tiveram o ensejo de compartilhar as suas alegrias, nas horas felizes, e sentir os embates das suas vicissitudes, nos transes difíceis. É certo, é triste ter ela sido também, e não poucas vezes, tratada com assomos de arrogância e insinceridade, levianamente lograda por espíritos interesseiros que dela se têm servido para alimentar ambições desmedidas. Os espíritos mesquinhos vêm movidos pela ganância, colhem avidamente os frutos cobiçados e regressam fartos, falando, ainda por cima, mal da terra e das suas gentes. Desses, porém, nos devemos esquecer, diligenciando por apagar da memória laivos de façanhas repugnantes.*

Macau é o tema central da obra de Adé, uma "*Macau pequenina, Filha de uma Pátria grande!*" a que o autor chama "*berço*" e por quem nutre um "*Amor ardente*". (Poema: Macau Pequinino/Macau Pequenina)

Macau cristám,	*Macau cristã,*
Iou-sa único riquéza,	*Minha única riqueza,*
Minha tudo ancuza na vida.	*Meu tudo na vida;*
Tera di Nómi Sánto	*Urbe de Nome Santo*
Qui Mai di Deus, co ternura,	*Que a Mãe de Deus, com ternura,*
Cubrí co Su quimám di séda.	*Cobriu com o Seu manto de seda*

O mesmo amor é dedicado a Portugal a quem reconhece a valentia e a coragem de cruzar os mares e vir a terras longínquas trazer a fé cristã.

Portugal,	*Portugal,*

Di más grándi na Estória di Mundo,
Di más cristám na Mundo Cristám...
Pátria di gente corajoso,
Qui cruzá mar medonho,
Já vai tera estranho,
Cavá, vêm estuhga vánda, Assi lóngi,
Criá vôs, Fazê vôs cristám,

Dos maiores na História do Mundo,
Dos mais cristãos no Mundo Cristão...
Pátria de gente destemida
Que, cruzando mares temerosos,
Demandou terras estranhas,
Veio a estas paragens longínquas,
E te criou e te fez cristã,

A lealdade de Macau a Portugal, mesmo nos momentos mais difíceis, é exaltada e louvada dando a Macau e às suas gentes, que amam Portugal, uma nobreza de caráter e um amor inabalável pela Pátria distante.

Macau qui na mau tempo,
Na ora di calmaria,
Sempri têm na su coraçám
Acunga quirido di tudo nôs:
PORTUGAL!

Macau, que na tempestade,
No tempo de bonança,
Jamais deixou de aconchegar no coração
O querido de todos nós:
PORTUGAL!

A temática da transferência de soberania de Macau e o sonho de que Macau conserve as suas caraterísticas e continue a sua ligação a Portugal estão presentes nos versos que Adé dedica à Macau, "*beleza dos meus olhos, Sol da minha vida*..." quando a questiona...

Qualunga di nôs dôs
Lôgo vai más aZinha, iou nom sabe:
Si iou,
Di estunga váli di lágri,
Co tudo iou-sa pecado,
Si vôs,
Di grándi Família Lusitano,
Co vôsso obra meo-ramatado.
Intrestánto, Macau,
Bérço abençoado,
Farol alumiado di iou-sa fé;
Dessá iou vêm pedí co vôs:
Qui na chuva, qui na dia bonito,
Na alegria, Ó na tristéza,
Guardá sempri na vôsso coraçám,
Quente, respetado,
Nómi di nôsso quirido Portugal.

De nós os dois,
Qual abalará primeiro, não sei dizer:
Se eu,
Deste triste vale de lágrimas,
Com todos os meus pecados,
Se tu,
Da grande Família Lusitana,
Com a tua obra inacabada.
Entretanto, Macau,
Berço abençoado,
Farol luminoso da minha fé;
Deixa que te implore:
Quer chova, quer faça tarde linda,
Na alegria ou na tristeza,
Guardarás sempre no teu coração,
Aquecido, respeitado,
O nome do nosso querido Portugal.

... e humildemente lhe faz um pedido...

Intrestánto, Macau,
Bérço abençoado,
Farol alumiado di iou-sa fé;
Dessá iou vêm pedí co vôs:
Qui na chuva, qui na dia bonito,
Na alegria, Ó na tristéza,
Guardá sempri na vôsso coraçám,
Quente, respetado,
Nómi di nôsso quirido Portugal.

Entretanto, Macau,
Berço abençoado,
Farol luminoso da minha fé;
Deixa que te implore:
Quer chova, quer faça tarde linda,
Na alegria ou na tristeza,
Guardarás sempre no teu coração,
Aquecido, respeitado,
O nome do nosso querido Portugal.

4.HENRIQUE DE SENNA FERNANDES (Macau, 1923-2010)

Advogado, bibliotecário, professor e escritor é, sobretudo, recordado como um exímio contador de histórias e um homem comprometido com os desafios do seu tempo, de Macau e dos "*macaenses*".

> *Ensinou-nos a estudar com prazer a disciplina que para muitos não passava de uma grande chatice ou mesmo um mero soporífero! Ele empolgava-nos com as suas discrições das guerras, das invasões francesas, até mesmo da pormenorizada escalpelização ou discrição anatómica da estatua da Deusa Vénus de Milo que de facto nunca ouvi tão perfeita e tão rigorosa apresentação! (...) estas aulas que para nós eram melhores do que sessões de cinema nos Teatros Apolo, Nam Van, Vitória, Império ou Lido (...).*
> *Luís Machado "Ao meu grande Mestre Henrique",*
> *Jornal Tribuna de Macau, 06-10-2010*

É com grande naturalidade que Henrique de Senna Fernandes, excelente contador de histórias, vai dando a conhecer a sua história de vida, os seus amores e desamores, os seus encantos e desencantos, como se tudo fosse surgindo ao acaso e ele fosse aproveitando o melhor de cada momento da vida. É esse acaso que o leva a escrever desde os 11 anos quando o comentário do professor à sua redação, "*tinha ideias, continua... e que era preciso ler mais*", o motivam e lhe dão confiança para se aventurar no mundo da escrita. A incursão pelo romance surge (Tai Chung Pou, 30-09-2007) de um desencontro daqueles que decidem a vida de uma pessoa:

Como todas as histórias que realmente merecem ser contadas, foi uma história de amor que esteve no início de tudo. Andava no liceu, adolescente, tinha começado então o primeiro ano da década de quarenta do século passado. Ela era "tão bonita, tão realmente bonita", uma das mulheres mais bonitas de Macau, e ele apaixonou-se. Ao contrário dos filmes, a história não teve um final feliz. "Foram desencontros e mais desencontros, más compreensões" e aquele "amor platónico" nem sequer vivia das palavras, que não se falavam. Mas há um dia no liceu em que desceu do primeiro andar para o rés-do-chão e cruzaram-se. "Deitou-me um olhar rápido, mas tão perturbador. Mas este parvo não fez mais nada, não soube atuar", recorda. "São esses pequenos desencontros que decidem a vida das pessoas". Este foi, talvez, o mais decisivo. As aulas acabavam às 4h30, antes das seis já estava em casa. "Estava tão inspirado, já estava na minha mente fazer uma história. Fui para a sala de jantar, papel branco almaço e lápis, escrevi 'capítulo primeiro'. E fiz uma história, o meu primeiro volume".

Os primeiros escritos não foram publicados, nem restam manuscritos ou cópias "*O livro acabou por se perder, juntamente com outros*", *"Deu-se na vizinhança um incêndio (...). O baú apanhou água. Quando fui tirá-lo, bem como os livros que lá estavam, já não se aproveitava nada*". "*Cheguei a publicar nos anos 40 do século passado no semanário diocesano "O Clarim" três contos, infelizmente não fiquei com nenhuma cópia*[97]".

Desempenhando um importante papel no panorama cultural e na esfera social de Macau, era um defensor da cultura macaense e do patuá, tendo o seu recente desaparecimento desencadeado várias iniciativas, entre as quais a homenagem, organizada pela Universidade Nova de Lisboa e, no âmbito da qual realizámos um inquérito por questionário (11-10-11 e 10-11-11, total de 319 respostas) do qual iremos destacar alguns dos aspetos mais significativos sobre o autor e a sua obra.

H. de Senna Fernandes é uma figura amplamente conhecida e, simultaneamente, reconhecido como escritor, no entanto, no que concerne à questão relativa ao nível de conhecimento da sua obra, deparámo-nos com um cenário diferente, visto muito poucos terem lido todos os livros e cerca de metade dos inquiridos nunca ter lido nada que consiga identificar como sendo deste autor.

Sem dúvida que as obras mais lidas são "*Amor e Dedinhos de Pé*" e "*Trança Feiticeira*" sendo que este facto se deve, em nosso entender e em grande parte, à influência dos filmes baseados nestas obras, os quais foram filmados e, posteriormente, exibidos em Macau, o que despertou o interesse pela leitura destas duas obras. Os Contos "*Nam Van - Contos de Macau*" e "*Mong Há - Contos de Macau*" são pouco conhecidos e os artigos publicados pelos jornais raramente são referidos.

Através dos vários relatos de entrevistas ao autor, transparece uma certa mágoa por não ter conseguido publicar nenhuma das suas obras em Portugal e é devido a esse desencanto que passa a identificar-se como um escritor de Macau sem, no entanto, deixar de afirmar o seu amor a Portugal.

Em Macau, foram editados e traduzidos, para Chinês e Inglês, "*Amor e Dedinhos de Pé*", "*Trança Feiticeira*", "*Nam Van – Contos de Macau*" e "*Mong Há – Contos de Macau*". A coletânea de fascículos sobre cinema, publicadas na década de 70 do século passado na Revista "Confluência", e reunidos no livro "*Cinema em Macau*", publicado em 2010 pelo Instituto Internacional de Macau, revelam-nos a sua paixão pelo cinema, uma das suas facetas menos conhecida, e dão-nos a conhecer o estilo de vida da época.

No prelo um livro que reúne fascículos publicados no Jornal Hoje Macau "*A Noite caiu em dezembro*", e cuja publicação está prevista para abril do corrente ano. O Instituto Cultural de Macau *"(...) editou e*

[97] http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2010/10/25/entrevista-inedita-com-henrique-de-senna-fernandes 334732.asp (8-03-2011).

coeditou várias obras do escritor nas línguas chinesa, portuguesa e inglesa, a saber, "Amor e Dedinhos de Pé" (em chinês), "A Trança Feiticeira" (em chinês e inglês – "The Bewitching Braid"), "Nam Van" (em português), "Mong-Há" (em português). Fora de Macau, (Rangel, 2009) o nome do escritor tomou algum destaque na sequência da rodagem dos dois filmes baseados nas suas obras "*Amor e Dedinhos de Pé*" e "*Trança Feiticeira*" e com o lançamento, no Brasil, em 2009, das obras "*Amor e Dedinhos de Pé"* e "*Nam Van - Contos de Macau*" sendo anunciada a publicação, ainda no decurso do mesmo ano, de "*Trança Feiticeira*[98]". Colaborou com os jornais A Voz de Macau, Notícias de Macau, O Clarim e Gazeta Macaense, e com as revistas O Mosaico e a Revista de Cultura de Macau.

A sua colaboração com a rádio é-nos referida por Luís Machado (JTM:06-10-2010) que nos dá conta da presença de H. Senna Fernandes na Rádio Macau onde gravou "*(...) muitas horas com as suas crónicas (...) relatadas em encontros mensais de uma hora nos estúdios, e depois passadas em episódios de 10 minutos (...)*". A sua obra revela-nos um autor profundamente conhecedor da sua terra, que o inspira e lhe serve de cenário e de tema para os seus romances, indo buscar as personagens às memórias de pessoas reais com as quais se cruzou nos seus inúmeros passeios por Macau, que são a mistura de várias pessoas ou, apenas, fruto da sua imaginação.

Os seus livros falam de histórias de amor, das diferenças sociais e dos preconceitos que transformavam os amores vividos entre diferentes etnias, macaenses e chineses, numa complicada trama de sentimentos. O amor e a mulher são sempre o foco da sua escrita revelando uma profunda admiração pela figura feminina e cantando o amor que afirma ter uma enorme influência na vida das pessoas, que leva a cometer imensos erros, mas que, por vezes, é a salvação. Sobre o autor, Isabel Castro, no artigo "*As palavras que queremos não morrem*", Jornal Ponto Final, do dia 5 de outubro de 2010, escreve:

> *Quero acreditar que Henrique é imortal, que não foi embora, que os livros dele vão mesmo ser reeditados, que as obras que deixou por publicar vão ser dadas à estampa e que o esquecimento que o marcou em vida vai dar lugar à maior homenagem que pode ser feita a um escritor: os seus livros estarem nas livrarias, nas mãos dos leitores, nas estantes das pessoas que gostam do passado que vai além do que está nos livros de História, de perceber como chegámos aqui. Senna Fernandes era uma casa, uma cidade, várias cidades, um mundo grande que merece ser lembrado na lusofonia.*

Este facto relembra-nos que, apesar de existirem já alguns estudos, embora raros, como é o caso dos artigos publicados por José Carlos Venâncio e David Broockshaw, bem como a obra de Yao Jingming e Lúcia Lemos, existem ainda muitos cantos da "*casa*", da "*cidade*", das "*várias cidades*" e do "*mundo grande*" à espera de serem descobertos e revelados.

5.LEONEL DE BARROS (Macau, 1924-2011)

Escritor, pintor, desenhador, músico, escreve sobre as histórias de Macau, as lendas e as tradições que a sua curiosidade e memória foram descobrindo e arquivando e que, a partir de 1980, saltam para as páginas da Tribuna de Macau (mais tarde JTM, com quem manteve uma colaboração regular desde 1982 a 2011) e, posteriormente, são reunidas e publicadas em livros.

Apaixonou-se pela escrita e afirma escrever, à mão, diariamente porque a escrita é um vício e uma paixão que partilha com outros dois grandes amores: o desenho e os animais. O seu interesse por animais levam-no a tirar um curso de veterinária, por correspondência, e a adquirir bons conhecimentos, tanto de botânica como de ciências médico-veterinárias, o que lhe permitiu ter um importante papel na instalação do Museu Marítimo, no minizoo do Jardim da Flora e na antiga Granja do Parque de Seac Vai.

[98] Informações retiradas da página online do ICM http://www.icm.gov.mo/pt/News/NewsDetail.aspx?id=9108 (24-10-2010)

A fauna e a flora são retratadas em vários desenhos e pinturas tendo-lhe dado, também, a oportunidade de, num livro[99] sobre aves e cobras de Macau, aliar a escrita ao desenho sendo, simultaneamente, autor do texto e das ilustrações.

Os usos, costumes e as lendas chinesas são contados para dar a conhecer aos portugueses a cultura e as tradições chinesas. Leonel de Barros vai desfiando as suas memórias e, pouco a pouco, as peças vão-se amontoando e alinhando, dando forma a uma parte da história vista a partir de Macau:

> *Portugal declarava-se assim um país neutro. Macau, porém, não ficou indiferente. Logo após a ocupação japonesa das três províncias do Nordeste da China, os habitantes de Macau reuniram apoios materiais e espirituais. (...). Foram criadas associações de assistência que enviaram para o interior da China várias equipas para reforçar a resistência chinesa e dar apoio às vítimas da guerra.*
> *Barros, Leonel, JTM 01-09-2011*

Publicou, com o apoio da Direção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), em 1999, "*Macau - Coisas da Terra e do Céu*" e, posteriormente, editados pela Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM) "*Templo, Lendas e Rituais – Macau*" e "*Memórias Náuticas*", em 2003, "*Tradições Populares*", 2004, "*Memórias do Oriente em Guerra - Macau*" 2006, "*Homens Ilustres e Benfeitores de Macau*", 2007, "*Igrejas de Macau e Cerimónias Religiosas*", 2010.

6.CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão gostaria de deixar algumas das ideias que apresentei relativamente a H. de Senna Fernandes e que, em nosso entender, se estendem a todos os autores que acabamos de citar, bem como a todos os outros que escreveram em e sobre Macau. A presença em Macau do Português e do Chinês, como línguas oficiais, e do Inglês como língua de comércio e de comunicação no quotidiano social e de trabalho, obrigam a um esforço acrescido para que todos possam ter acesso a estas obras.

Se bem que a tradução para Chinês e, também, para Inglês seja já uma realidade em alguns casos, pensamos que esta deve contemplar todos os escritores sendo esta uma tarefa que se nos afigura urgente e necessária para que Macau, onde a maioria da população não domina a Língua Portuguesa, possa "*ler*" sobre Macau e conhecer pedaços da sua história. Tudo o que vier a ser publicado deveria seguir a estratégia de pensar sempre nas duas línguas, em Português e em Chinês, porque, desta forma, fomenta-se a convivência cultural e "*convidam-se*" os leitores de Língua Chinesa a conhecer as "estórias" de Macau.

O Instituto Cultural de Macau tem um importante papel a desempenhar, cabendo-lhe, em nossa opinião, a tarefa de reeditar tanto as obras que se encontram esgotadas como as restantes, bem como editar as que, eventualmente, possam sair do fundo das gavetas e conhecer a luz do dia.

Às instituições governamentais e não-governamentais de Macau e de Portugal cabe a missão de desenvolver e apoiar iniciativas de divulgação, dos autores e das suas obras, nos Países de Língua Portuguesa (PLP. Uma das iniciativas do governo de Macau poderia passar pela oferta às bibliotecas escolares dos livros destes autores, acompanhando esta iniciativa com a organização de seminários sobre a vida e a obra dos mesmos.

A introdução da leitura dos escritores de Macau nas escolas é uma iniciativa que nos parece adequada por parte das instituições de ensino, públicas e privadas, onde se ensina o/em Português aconselhando-se o recurso, para além dos livros, a meios audiovisuais, à internet, documentários, filmes, etc. de forma a motivar os jovens. De realçar o

[99] Barros, Leonel. *Guia ilustrado de cobras venenosas de Macau e das ilhas, da Taipa e Coloane com recomendações para os primeiros socorros sobre mordeduras / por L. Barros.* Macau: Centro de Informação e Turismo, 1978.

trabalho da historiadora Teresa Sena, "*Macau nas Palavras*", disponível em CD-ROM, no Museu de Macau, que nos convida a uma viagem pelos autores de Macau.

As instituições competentes devem promover e apoiar o debate e estudos sobre a literatura de Macau, mas, em nosso entender, os investigadores têm que chamar a si a tarefa de dar os primeiros passos e de se assumirem como "guardiões" e difusores de um importante legado para a história de Macau.

7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barros, L. (2009). "Um conflito visto de Macau: Macau isolada do mundo", Jornal Tribuna de Macau, 01 de setembro de 2009.

Brookshaw, D. "*Introduction to Deolinda da Conceição*". Disponível em http://www.arscives.com/deolinda/introduction.htm

Caniato, Benilde J. (2005) Percursos *pela África e por Macau*, Cotia, S.P: Ateliê Editorial.

Castro, Isabel (2010) "*As palavras que queremos não morrem*", Jornal Ponto Final, 5 de outubro de 2010.

Conceição, D. (1949) "A Mulher Moderna" in Jornal "Notícias de Macau", 19 de novembro de 1949.

Conceição, D. (1952) "A época de Carnaval e o Carnaval da época" in Jornal "Notícias de Macau", 23 de fevereiro de 1952.

Conceição, D. (1995) Cheong-Sam, Macau: Instituto Cultural de Macau e Instituto Português do Oriente.

Escaleira, M. L. (2011) Henrique de Senna Fernandes: Um legado a não esquecer... Comunicação apresentada na Homenagem a HSF, Lisboa: Universidade Nova.

Júnior, A. C. (s.d) Deolinda *da Conceição*. Disponível em: http://www.arscives.com/deolindaconceicao/comunicacao.asp

http://rpdluz.tripod.com/projectomemoriamacaense/henrique-s.fernandes.html entrevista inédita (O Globo)

Sá Cunha, L. *Luís Gonzaga Gomes: filho-rei-da-terra" Disponível* em http://www.revistamacau.info/index.php/cultura/luis-gonzaga-gomes-filho-rei-da-terra.html

24. Mª CÉLIA LIMA-HERNANDES UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BRASIL

TEMA 3.5 GRAMATICALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO COGNITIVO: ESTRUTURAS X-QUE NO PORTUGUÊS DO BRASIL., Mª CÉLIA LIMA-HERNANDES, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

0.RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo a discussão do processo de identificação das rotas de gramaticalização no português do Brasil à luz de uma subjacente categorização cognitiva de estruturas X-que. Em especial, detém-se no estudo da rota de surgimento das locuções conjuntivas adverbiais. Essa rota tem sido explanada em termos de mudança gramatical sem, contudo, considerar o mecanismo que deflagra esse processo.

Apresento evidências de que há mecanismos sociocognitivos (metonímia e metáfora) pressionados por aspetos pragmáticos da comunicação; assim, na decisão do falante sobre o que pretendeu codificar sintaticamente, é mobilizada a memória de longo termo, que traz a estruturação *advérbio + que* como sinônimo de conjunção subordinativa. Mostro que, na verdade, o que se tem é *advérbio + pronome relativo*, alvo de reanálise.

Palavras-chave: gramaticalização; locução conjuntiva; mudança sintática.

1.INTRODUÇÃO

Desde os momentos mais tenros de aquisição, a língua reflete um exercício contínuo de aprimoramento de capacidades cognitivas do indivíduo. Por meio de uma palavra dita somada a conhecimentos e hábitos, podem-se compreender a informação global e os objetivos do interlocutor. A língua é, assim, um sistema organizador de objetivos e intentos comunicativos, via empacotamento cognitivo. E a sintaxe, como sistema operacionador, é a forma de codificação desses intentos numa esfera linguística.

A linguagem – e aí estamos num campo mais amplo de discussão – deve ser vista, como atividade sociocultural[100], cujas estruturas linguísticas correspondentes a cada atividade e intenção estão a serviço de funções cognitivas e comunicativas em constante variação/mudança de sentidos contextualmente dependentes e não-atômicos. Servindo-se de categorias não-discretas, a estrutura revela-se maleável, amoldando-se continuamente a novos intentos e objetivos de quem interage, daí dizer que a gramática é sempre emergente[101].

Nesse quadro de emergências contínuas, as decisões de intercompreensão são sempre contextuais, e entra como dispositivo ativador ou desativador de informações codificadas o fluxo de atenção dos interlocutores combinado ao estatuto informacional. É justamente o contexto que permite aproximar mais objetivamente, conforme defende Givón (2005), aspetos pragmáticos de aspetos cognitivos. Uns e outros dependem de julgamentos contextuais. Vejamos aqui algumas dessas aproximações.

Relevância e *importância*, noções parcialmente sobrepostas, dependem da atividade cognitiva da abdução na situação de uso. O reconhecimento de *similaridade*, *analogia* e *metáfora* é sempre dependente de um processamento mental e requer a ativação de elementos do contexto comunicativo. O próprio processo de *categorização* e de *classificação* requer o julgamento contextual além do reconhecimento de traços e peculiaridades em termos de (des)semelhança. *Inferência abdutiva* e *raciocínio analógico* têm em sua base experiências acumuladas que funcionam como evidências para todo o processamento mental.

Explanação e *entendimento* são noções pragmáticas que produzem raciocínio abdutivo e permitem selecionar ou elidir aquilo que já se supõe conhecido pelo outro.

Teleologia, objetivo e *função* remetem a motivações adaptativas, determinadas pelo contexto as quais culminam com a busca de um mesmo propósito, no caso dos itens sob análise, comunicar de modo eficiente sem redundar nem suprimir informações relevantes.

Fundo/figura (*saliência*, *frequência* e *marcação*) revelam aspetos de percepção mental intencionais ou não, guiados pelo contraste entre o que é mais perceptível (saliência), pela repetição e hábito (frequência) e pela marcação linguística, sempre com alta vinculação ao contexto comunicativo (relações de prototipicidade). *Gradação*, *continuum* e *não-discretude* revelam que usuários da língua lançam mão das virtualidades dos itens e das construções para se comunicar, e a dependência contextual percebida é fundamentalmente uma ação cognitiva.

Todos esses aspectos considerados tanto pragmáticos (e sociais) quanto cognitivos por Givón auxiliam a compreender como o contexto age na situação comunicativa. Da mesma forma, são ferramentas eficientes para descrever os usos linguísticos. Esta é a exata relação entre gramaticalização, foco de meu interesse nesta discussão, e cognição/pragmática: enquanto a pragmática volta-se ao estudo das relações existentes entre língua e contexto, gramaticalizadas ou encadeadas na estrutura da língua (Levinson, 1983), a cognição parte de operações dependentes da memória, da atenção e da interpretação de contextos específicos amplificados para a comunicação e reorganização da informação tendo em vista pressões do contexto.

A combinação de efeitos pragmáticos e comunicativos pode desencadear a gramaticalização de construções fora dos movimentos típicos dos processos de gramaticalização lineares. Uma ruptura da linha sucessiva esperada entre os estágios A - B> AB> B (Heine, Claudi & Hünnemeyer, 1991) pode gerar um efeito A – B> AB> C, preservando-se, contudo, a unidirecionalidade do processo em si.

[100] Ideia em conformidade com Givón (1995).

[101] Hopper (1991) propõe cinco princípios para apreender a dinâmica da gramática em estágios mais tenros de mudança.

Este é o lugar de onde parte este trabalho para buscar evidências de que a gramaticalização pode ser efeito de mecanismos cognitivos e pragmáticos em associação. Rompe-se, assim, com a linearidade de evolução de itens, mas corrobora-se a unidirecionalidade do processo. Para materializar essa ideia, recorro a dados do português do Brasil.

1. A LÍNGUA E SEUS PARADOXOS: *A MENOS QUE*, UMA LOCUÇÃO NÃO-PROTOTÍPICA

Parto do consenso de que, sob a perspectiva histórica, poucas foram as conjunções herdadas do latim[102], mas, como essa explicação não repousa no fato de existirem poucas conjunções subordinativas no latim escrito[103] (raras são as informações sobre o latim oral), senão na não-manutenção dessas no português, encaminho as discussões para a hipótese de que a expansão dessa categoria atenderia a necessidades comunicativas não somente de usar um item em uma nova função (como advérbios na função de conjunção, por exemplo)[104], mas também a necessidades informativas em face do conhecimento que o falante considera ter da bagagem discursivo-pragmática de seu interlocutor. E esse conhecimento considerado compartilhado, por sua vez, favoreceria a elisão de segmentos informacionais no segmento sintático produzido.

Um efeito previsível é o estabelecimento de novas junções pela aproximação de elementos que normalmente estariam distantes. Surge, assim, um novo segmento informativo, que é reanalisado em nova paradigmatização: na classe das conjunções. Nesse sentido, pode-se considerar a conjunção uma categoria metaestável[105] e os mecanismos que explicam sua evolução derivariam de atividades cognitivas que aproximam usos estruturalmente semelhantes e os inserem numa única categoria linguística.

Falantes, ao se comunicarem, projetam o conhecimento do interlocutor e, em face do que precisam dizer, lançam mão de estruturações às vezes inovadoras (mas de forma inconsciente quanto ao efeito disso para a gramática da língua). É certo que, para compensar a perda (Nunes, 1930) ou empobrecimento (Coutinho, 1962)[106] da classe de conjunções na passagem do latim ao português, a língua vulgar recorreu principalmente a advérbios e preposições (Nunes, 1930; Coutinho, 1962) em nova função conjuncional[107]; é certo, também, que esse processo de renovação é recursivo e, como afirma Coutinho, teria sido similar ao do latim no passado.

A explicação para a expansão de locuções conjuntivas adverbiais no português repousa no uso de uma classe aparentemente problemática desde o latim. Nas mudanças de que a palavra *que* foi a pivô – dentre as quais as mudanças cujo efeito no português é a expansão locucional –, a base ou gatilho é exatamente o mesmo: o processamento cognitivo (ou psicológico, como queriam os neogramáticos).

Nunes (1930:268)[108] afirma que um item funcionando como relativo e, ao mesmo tempo, como interrogativo [*qui* (masc.) e *quae* (fem.)] propiciou a confusão entre as formas, resultando em mudança

[102] Segundo Bueno (1967) mantiveram-se algumas explicativas (e, ergo) e comparativas (como, nem, ou, que, quando, se, vel). Para Nunes (1930), mantiveram-se as condicionais (*si,* se), causais (*quia*, ca), finais (*ne,* nem), temporal (*quando*) e comparativas (*quam,* ca).

[103] "O latim, principalmente em sua língua escrita, desenvolveu ampla e complexamente a estruturação de orações subordinadas por meio de conjunções" (Câmara Jr., 1979:183)

[104] "Obscura é a origem de certas conjunções latinas; porém (...) a linguagem não teria criado vocábulos especiais para constituir a nova categoria. Serviriam a este fim advérbios que, de modestos determinantes de um conceito único, se usaram como determinantes de toda uma sentença; e serviram também pronomes do tipo relativo-interrogativo, ou temas pronominais acrescidos de novos elementos." Said Ali (1964:220)

[105] Apropri-me de conceito da Física para argumentar que a evolução das conjunções locucionam de base adverbial tem-se implementado graças a forças externas. Uma categoria *metaestável* equivale a um elemento de um sistema físico que pode perder a estabilidade por meio de interferências externas ao próprio sistema.

[106] Mais recentemente, Tarallo (1994) apoia-se nesse autor, ecoando essa afirmação.

[107] A lista completa, segundo Bueno (1967), é a seguinte: adjetivos, pronomes relativos e conjunções.

[108] "Em virtude de confusão que, nos séculos III e IV, veio a dar-se na língua vulgar, aquele *qui* suplantou o feminino *quae*, e assumindo a si a designação dos dois géneros *[sic]*, contribui para o desaparecimento do feminino, mas também, pela semelhança de forma, do nominativo plural e juntamente dos restantes casos deste número; mais tarde ele

no latim. Em período posterior, a confusão entre *quod* (pronome relativo neutro que se liga a verbos declarativos e sensitivos) e *quid* manifestou-se.

Em situação de resposta, *quod* era demandado por uma pergunta encabeçada pelo item *quid* (Quid credis?), que tinha em sua sequência esse mesmo tipo de verbo (vide estrutura da *pergunta-resposta 1*).

Dado que o tipo de verbo na pergunta era o mesmo da resposta e, ainda, que as formas integravam um mesmo par de turno conversacional, então, ao se responder à questão, passou-se a ignorar a exigência de uma resposta encabeçada por *quod*. O resultado foi que a resposta também passou a ser encabeçada por *quid* [109] (vide estrutura da *pergunta-resposta 2*):

Pergunta-resposta 1: Quid credis? Resposta: *quod*...> *Pergunta-resposta 2*: Quid credis? Resposta: *quid*...

O resumo desse processo de mudança sofrido pela palavra *que* pode ser lido em Câmara Jr. (1979:112), segundo o qual o pronome relativo primário do português (*que*) foi fruto do nivelamento do nominativo *qui* (masc.), *quae* (fem.), *quod* (neutro) e dos acusativos (*quem, quam, quod*). Essa explicação ecoou nas obras que lidam com o tema e tornou-se lugar-comum para as explicações sobre expansão ou remodelação do quadro de conjunções subordinativas no português da seguinte forma: houve o aparecimento da partícula *que* como conjunção subordinativa por excelência em homonímia com o pronome relativo que".[110] É assim que o pronome *que* passa a integrar locuções conjuntivas subordinativas. Outros fenômenos fonéticos vão se impondo simultaneamente (aglutinação de locuções em formas simples, como ocorreu, por exemplo, com a causal *porque*). Efeito desses processos são os seguintes tipos de estruturas x-que:

(i) Advérbio + que: ainda que (concessão), logo que, sempre que (tempo simultâneo), depois que, antes que (seguimento e precedência temporal), já que (causa) etc.

(ii) Preposição (*a* ou *de*) + nome + que: de sorte que, de modo que, a fim de que, ao passo que, à medida que etc.

Muitas são as conjunções que vão nascer dos usos cotidianos da língua portuguesa. Nunes (1930) reconhece que a expansão pode ter-se dado pelo desenvolvimento de novas funções (*mas, logo, ora, u, mentre, como, per inde, porende, porém, segundo, conforme, quer, non embargante*) e também pela constituição de locuções com itens que funcionavam de forma diferente anteriormente (aglutinando-se ou não)[111]. Anos mais tarde, também Bueno (1967) interessa-se pela questão e afirma que os recursos para a criação de conjunções foram variados e que não se poderia considerar somente a manutenção dos usos latinos[112] como característico da passagem latim-português.

Também Coutinho (1962:270) havia já dito que fora produtiva a extensão de uma classe para funcionar em outra classe. Referia-se à

próprio desapareceu também e, segundo parece, em época anterior à fixação da língua pela escrita (...) " (Nunes, 1930:268).

[109] Barreto (1944) a esse respeito afirma que "Em latim, nas proposições indefinidas, sejam interrogativas (diretas ou indiretas), sejam relativas, não se admite o infinitivo elíptico, que se usa em português, mas sim o subjuntivo: a) Interrogação direta: Quid faciam? Que fazer, que posso fazer?) – Quid fácerem? (que fazer, que podia fazer?); b) Interrogação indireta: Nescio quid faciam (não sei que fazer) – Nesciebam quid fácerem (não sabia que fazer); c) Proposição relativa indefinida: Nihil habeo quod faciam (nada tenho que fazer) – Nihil habebam quod fácerem (nada tinha que fazer). Bueno (1967), voltando-se para o latim vulgar, afirma que essas formas já tinham um uso mais simplificado: a) *qui* (equivalendo a *quis* e *quae*), invariável em número, com referente humano e não-humano; b) quem (equivalendo a *quam*), invariável e com referente humano; c) *quid* (equivalendo e substituindo *quod*); d) *qualis* (*qualem*> qual) admitindo plural; e) *unde* (oriundo de *d'unde*>onde).

[110] O advento da conjunção subordinativa *que* resultou primordialmente de um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra *quĭd* do pronome indefinido-interrogativo (cf. parágrafo 11, IV) e sua coalescência com a outra forma neutra *quod*, reservada ao pronome relativo. Secundariamente, houve a convergência da evolução fonética do português da conexão comparativa *quam* e da conjunção causal *quod*. De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional *que* para os mais variados padrões frasais. (Câmara Jr., 1979:184)

[111] O autor cita, dentre outras, as seguintes: *per hoc, pero* (arc. e seu composto empero, ao lado de perol e emperol), *embora, todavia, também, porque, quer, sequer, salvo se, por quanto, visto como, como quer que, quando quer que, com quanto, quanto quer que*.

[112] "Na dialetação para o português, podemos dizer, de maneira geral, que muito poucas conjunções latinas entraram em nossa língua. Valeu-se o idioma de outros recursos para constituir o conjunto das línguas" (Bueno, 1967:166)

palavra *que* (proveniente de *quid*), que em função causal origina-se de *quam* (comparativo) e de *qua* (derivado de *quia*, que já era causal no latim). Apresenta, ainda, a conjunção *em que* (concessiva), que seria um vestígio de *ende* (<*ĭnde*) em construções, como *Em que pêse a fulano*... (*sic*).

Depreende-se dessas observações que, em sendo a mudança gradual, vestígios são susceptíveis de identificação em nichos sociais específicos e, por vezes, restritos. Essa constatação fortalece a decisão de se consultar a *internet (*ferramenta de busca *google*) como recurso de localização de dados, pois nesse espaço virtual é favorecido o contato com nichos comunicativos diversos, inacessíveis fora do plano virtual ao linguista.

A propósito dessa expansão de funções da palavra *que*, retomemos os argumentos de dois grandes historiadores da língua. Said Ali (1966) e Câmara Jr. (1979), cujas afirmações ecoaram em Tarallo (1994), em Ilari (1992) e na maioria dos linguistas contemporâneos. O argumento central desses autores é a polifuncionalidade[113] da palavra *que*.

Seria a polifuncionalidade efeito ou causa? Ao que parece, só se pode ter a consciência de que várias funções são assumidas por um item quando se reconhece o fato já ocorrido. Note-se: posteriormente às mudanças operadas, encontra-se a palavra *que* como uma partícula polifuncional, mas não há nesse fato a explicação do que deflagrou essa mudança. Câmara Jr., em suas intuições sobre a "contaminação" [114] de usos ou, ainda, sobre "o aparecimento da partícula *que* como conjunção subordinativa por excelência, em homonímia com o pronome relativo *que*" prende-se prioritariamente aos mecanismos linguísticos e estruturais.

Nesse momento, interessa-lhe, sobretudo, tratar do que possa ser o antecedente do relativo. A despeito disso, reveste sua descrição de intuições acerca das razões da mudança quando afirma haver uma confusão entre formas mediando o seguinte desenvolvimento em três fases:

- Esvaziamento da significação pronominal da forma neutra *quĭd* do pronome indefinido-interrogativo e coalescência de *quĭd* com a outra forma neutra do relativo *quod*;
- Convergência da evolução fonética da partícula conectiva comparativa *quam* e da causal *quod*.
- Surgimento da partícula polifuncional *que* para variados padrões frasais.

Na base desse prévio afunilamento e depois ampliação de usos conjuncionais a partir da palavra *que* esteve em plena atuação um processamento cognitivo. Essa é a razão por que me sinto confortável para hipotetizar que seria possível recuperar dos usos (situações comunicativas) as causas para a confusão entre um pronome relativo e uma conjunção.

Explico: as forças atuantes na interação, como a economia linguística e o estatuto informacional, compõem a fórmula primordial para atender às necessidades comunicativas. Se se supõe que o outro já saiba uma informação, evitar repeti-la num encadeamento posterior será de bom-tom. Elidindo-a, aproximam-se unidades informacionais antes distantes no encadeamento sintático. Said Ali (1966) reforça essa perspetiva quando diz considerar difícil que apenas a evolução fonética fosse responsável pela aproximação de dois itens (o pronome relativo e a conjunção integrante) em uma única forma, mas admite que uma espécie de "esquecimento" afetou os usos.

[113] A polifuncionalidade aqui referida não equivale ao mesmo sentido empregado por Sweetser (1990). Aqui polifuncionalidade é empregada pelos autores como equivalente a uma mesma forma que assume duas funções, sem que se possa reconhecer um liame entre as duas. Para Sweetser, polifuncionalidade refere-se ao fato de que conjunções podem desempenhar funções distintas em três domínios diferentes: do conteúdo, epistêmico e conversacional. Também não equivale ao termo *multifuncionalidade* empregada por Braga (2003), que aproxima esse termo do que Hopper (1991) chama de *divergência*.

[114] Epiphânio Dias (1930:336) define contaminação sintática como "*a fusão irregular de duas construções que, em separado, são regulares*." Exemplifica com a fusão das seguintes duas construções: *Parecem nunca brando pêntem ter conhecido + Parece que nunca brando pêntem conhecerem = Parecem nunca brando pêntem conhecerão*.

É o que demonstra com a competição entre *quod*, *quia*, *quid*, formas tidas como concorrentes e depois não mais sendo distinguidas na linguagem "vulgar". Mesmo que não se considere um problema o uso da palavra *que* nas orações relativas[115], a origem da confusão está justamente nos tipos oracionais *relativos* em situação comunicativa. Antes que seja iniciada a discussão das motivações para o surgimento de conjunções no português, é oportuno apresentar uma síntese daquelas conjunções já integrantes do português desde o período arcaico.

Como base de dados, utilizei as informações contidas nos autores citados no início desta seção. Deles recolherei o rol de conjunções locucionais, propondo uma organização em blocos semânticos e formas correlacionadas, com os respetivos exemplos apresentados.

Os quadros que se seguem são uma tentativa de se desenhar um retrato das locuções conjuntivas do português histórico. Tenho consciência da limitação dessa tarefa, pois sei que os estudiosos trabalharam com documentos específicos também limitados pelo acesso a esse tipo de material.

Não há nessa exposição que faço qualquer intenção de se projetar a linha de tempo evolutivo. As datas ao lado dos autores refletem tão somente a data de publicação da obra. Voltemo-nos ao conjunto das locuções condicionais:

	Nunes (1930)	**Dias (1959)**	**Barreto (2002)**
a não ser que	x		
contanto que /com tanto que	x	x	
(no) caso que/em tal caso que	x		x
sem que	x		
se é que		x	
uma vez que		x[116]	
a tanto que		x	
em tal que		x	
com tal que		x	
posto que		x	

Tabela 1 – conjunções de condição

(1) *E **caso que** estas palavras cõ as obras, de que outros podem dar testemunho, mostrem aver em mỹ a obidiencia que digo, todavia não me acabo de satisfazer, por que mayor e muito mays contẽ em sy do que posso escrever* (CM, CLXXI, l. 10-5, apud Barreto 2002)

(2) *E **em tal caso** que a terça fiqua à duquesa, tome sse ẽ cousa junta e que Renda, assy como em Carnelhaã, se couber* (CJ, CXIX, l. 77-8, apud Barreto 2002)

(3) *E o dito Senhore lha perdoou **com tanto que** fosse estar em nossa cidade de Cepta dous anos* (Doc. de 1439, Doc. de Chancelaria Real, 99 *apud* Dias, 1959)

(4) [...] *Onde vós virdes desejo| que desejo deva sser | **posto que** seja sobejo | quer com pejo, quer sem pejo | sospiros podereys ter* (João Gomes, Canc.Geral, 1, 38 *apud* Dias, 1959)

(5) *Não podiam ter os filhos em seu poder, **com tal que** fossem havidos de mulher romana* (Arraiz, Dial., IV, cap. XI, apud Barreto, 174 *apud* Dias, 1959)

(6) *O christão pode viver em paz, guardando as mais crenças e as mais leis, **uma vez que** solva o tributo ao vencedor, e não attente contra a ordem publica affrontando acintosamente a religião dos dominadores* (Gama Barros, Hist., 1, 40 *apud* Dias, 1959)

(7) *Acabai de conhecer quam mal entendido he o vosso escrupulo, e o vosso temor, **se he que** o tendes* (Vieira, VII, 65)[117] (*apud* E. Dias, 1959)

A conjunção prototípica condicional, segundo todos os autores, desde o português antigo é *se*, mas, para as dubitativas, havia a possibilidade de se combinar *se é que,* o que provocaria, segundo Dias (1959), a ênfase nesse caráter de dúvida. Há, ainda, uma outra conjunção que marca uma intenção adicional de exceção a uma hipótese, mas que, *lato sensu*, poderia compor o quadro das

[115] Refiro-me exclusivamente ao encadeamento oracional.

[116] raro.

[117] Segundo Epiphânio Dias, a palavra SE podia funcionar como temporal, equivalendo a "todas as vezes que": *Se deixava Moysés cahir os braços, logo os seus hião de vencida* (Mon. Lusitana, I, 46, Cl.1, *apud* Bluteau).

condicionais. Somente Epiphânio Dias a separa das restantes. Trata-se da locução *a menos que*[118], alvo mais específico desta discussão por não ser prototípica e ser pouco citada entre os autores, mas muito usual hoje no português do Brasil.

2. MOTIVAÇÕES DA MUDANÇA

As motivações da mudança que prevê a passagem de uma estrutura *x-que* a conjunção perifrástica adverbial não são inéditas no desenvolvimento das línguas: ser claro e preciso enquanto se diz o que deve ser dito é um dos objetivos da comunicação em qualquer parte do mundo. As forças atuantes nessas motivações também não são novidades no cotidiano comunicativo: *estatuto informacional* (informação velha, nova, inferível) e sua relação com as *memórias* (de longo e de curto termo serão engrenagens dessa mudança). Há três anos, enquanto refletia sobre esse processo de mudança, investi em algumas hipóteses, que serão retomadas nesta seção. São elas: a ***hipótese do subjuntivo*** (que explicaria por que algumas locuções conjuntivas correlacionam-se com esse modo verbal); e a ***hipótese do relativo*** (que explicaria por que algumas estruturas x-que compostas por pronome relativo seriam levadas a uma recategorização como conjunção). Aqui, deter-me-ei na explanação da hipótese do relativo para estudar as locuções condicionais.

De acordo com Coutinho (1962:305), o pronome relativo tinha, em latim, três formas: *qui* (masculino), *quae* (feminino) e *quod* (neutro)[119]. A partir do século III, *qui* substitui *quae*[120]. O mesmo se dá com *quem* em relação a *quam*[121]. Sobrevive a toda essa reformulação de usos o pronome relativo clássico, segundo Maurer Jr. (1959), ainda que desprovido de formas plurais e da distinção entre feminino e masculino. Mesmo o neutro, que se manteve por mais tempo em uso, também acaba por desaparecer[122]. Os usos dos pronomes relativos do latim clássico, portanto, ainda têm preenchidos todos os casos e números, como bem demonstra Peter (1943:57), em seu quadro-resumo de três colunas.

Na primeira coluna, estão os casos: no singular, tem-se uma primeira coluna referente à declinação de *qui* (qual), uma segunda, referente à declinação de *quae* (quem), e a terceira, referente à declinação de *quod* (que). São usos complexos que serão perdidos na fala popular cotidiana. No latim vulgar, o quadro é mais simplificado, conforme demonstra Grandgent (1952:242) a partir de dados recolhidos em inscrições cristãs do séc. V. Nele é possível constatar que o pronome *quī* ocupa o lugar de *quĭs* e do feminino *quae*.

Nota-se também que o genitivo sofre drástica simplificação. O autor complementa que, na língua escrita, a complexidade se mantém. O autor (Grandgent, 1952:78) afirma que, ao invés de se utilizarem construções com acusativos e infinitivos, escritores de um período mais tardio utilizavam com alta frequência as conjunções *quod, quia, quoniam*[123]. Ao qu[124]e [125]parece, quod[126] , em ampla[127] . Além desses pronomes, Peter evidencia que já eram encontrados no latim os usos pronominais em estrutura composicional para sinalizar seu valor relativo indeterminado: ***qui****cum****que***, ***quae****cum****que***, **quod**cum**que** (os três codificando *qualquer que*), compostos a partir dos pronomes relativos anteriormente apresentados. Chama a atenção a presença da partícula ***que*** ao final de cada uma dessas palavras para gerar o efeito de indeterminação, agregado a outro pronome relativo preposto (***qui***, ***quae***, ***quod***). O mesmo se dá com *quisquis* (quem quer que) e *quidquid*

[118] E. Dias (1959) aproxima essa locução da francesa *á moins que,* equivalente a *a não ser que*, mas não apresenta exemplos. Acrescenta, contudo, que essa expressão caiu em desuso é passou a ser considerada galicismo no português.

[119] Bourciez (1946, *apud* Coutinho 1962:305), tendo em vista a igualdade das formas singular e plural *qui,* essa se estendeu aos contextos em que ocorriam os acusativos plurais *quos* e *quas*[119]. Processo similar ocorreu com a expansão de *quid* sobre *quod*, em textos da baixa latinidade. Já no final do Império, era clara a redução dos relativos para as seguintes formas: *qui*, *que*(m)[119], *cui*, *quid* ou *quod*.

[120] bruti suae qui vixit (C.I.L., III, 12377, *apud* Bourciez (1946:95).

[121] Faustina cum quem vixit (C.I.L., IX, 2880, *apud* Bourciez (1946:95)

[122] "é provável que o plural neutro, *quae*, se tenha mantido por mais tempo na língua vulgar, mas acabou também por perder-se." (Maurer Jr. 1959:114).

[123] baseia-se no trabalho de H. Rönsch, *Itala und Vulgata*, 1869, p. 445-446.

[124] baseia-se no trabalho de A. Audollent, *Defixionum Tabellae,* 1904, p. 549.

[125] *Peregrinatio ad loca sancta.* (

[126] no latim tardio, contraía-se em *qui* ou *qua*.

[127] baseia-se em A. Regnier, *De la latinité des sermons de Saint Augustin*, 1886.

(tudo o que) além do advérbio *quoquomodo* (de qualquer modo que). A presença do relativo na formação de novas palavras com traço de imprecisão ou indeterminação, então, já era fato no latim.

Essa partícula, ao que parece de função altamente pragmática, também se juntava às conjunções coordenativas[128] e, embora fosse um uso recorrente no latim, como descreveu Peter (1943:140-1) na constituição de conjunções subordinativas[129], *não* aparecia nas condicionais. Também no português quinhentista, Barreto (2002:166-7) evidencia que as condicionais não incorporam a partícula *que,* apesar de Quadros (1966) ter identificado essa base semântica e formal em dados do século XV:

(8) O appostolico de Roma ouuio dizer como prendera ssa madre e que a trazia comsigo pressa e mandou-lhe dizer pollo bispo de Coinbra que ssacasse ssa madre de prisson e **ssenom que** o escumũgaria. (...) (p.79: O Bispo Negro – séc. XV *apud* Quadros, 1966)

O que reforça a hipótese do relativo é justamente a elisão de segmentos por haver informação compartilhada ou mudança de fronteira sintática por ambiguidade interpretativa. Reforça essa explicação Said Ali (1964)[130]. Percebe-se que há a subtração de uma informação já explicitada anteriormente (talvez por questão de economia). Esse procedimento de elisão da informação compartilhada acaba por aproximar termos que originalmente estariam distantes. O que resulta é uma sequência comum que pode ter sido reanalisada como locução conjuntiva. Observem-se os mesmos trechos com os segmentos informativos, antes elididos, agora explicitados entre colchetes:

(8a) O appostolico de Roma ouuio dizer como prendera ssa madre e que a trazia comsigo pressa e mandou-lhe dizer pollo bispo de Coinbra que ssacasse ssa madre de prisson e **ssenom** *[sacasse ssa madre de prisson]* **que** o escumũgaria. (...) (p.79: O Bispo Negro – séc. XV *apud* Quadros, 1966)

Torna-se relevante mencionar que, no português antigo, a locução *senão que* introduzia uma restrição a um asserto, tal como visto no exemplo (8) e, mais claramente, nos exemplos (9) e (10). Note-se que, nesse valor mais abstrato, a locução *senão que* desempenha duas funções em planos diferentes: no plano gramatical, codifica a ligação e hierarquia sintática entre as orações; e também desempenha função relevante no plano discursivo-pragmático (uma intenção está embutida nesse uso).

(9) Os pretendentes das Cortes em seus requerimentos são como os nossos Argonautas, e primeiros descobridores da Índia: **senão que** navegam ao revez, e fazem a viagem ás aveças (Vieira, 11, 89 *apud* Dias, 1959)

(10) Bom amigo é o gato, **senão que** arranha (Prov. *apud* Dias, 1959)

Portanto, uma oração adverbial e sua subordinante, desde que tenham sujeito comum, propiciam contexto favorável para uma mudança de fronteira sintática. Nas situações em que o usuário da língua pretenda sinalizar que está ali uma *exceção a uma hipótese*, naturalmente empregará a locução *a menos que* no português antigo[131] e também hoje no português do Brasil. Se a intenção,

[128] Com relação às conjunções coordenativas, também é registrada por Barreto (2002:175) a adição da partícula *que* à moda de locuções adverbiais atuais.

[129] Em muitas conjunções, há o emprego da partícula *si*, como em: etsi, etiamsi, tametsi (concessivas); si, nisi (condicionais).

[130] *Quod* tinha seu antecedente demonstrativo (hoc, illud, id), com que à guisa de sumário se antecipava um enunciado, como em *hoc uno praestamus vel máxime feris, quod exprimere dicendo sensa possumus*. O antecedente podia, sem prejuízo do sentido, omitir-se, e sendo esta prática mais simples, tornou-se ela pouco a pouco em costume ao mesmo tempo que se ia obliterando a consciência da função pronominal de *quod*. O enunciado *non prigitia facio, quod non mea manu scribo* era a alteração semântica de outro que, reconstituído, equivaleria a "não faço por preguiça isto (=o seguinte), *que* não escrevo de próprio punho". O esquecimento, fator essencialíssimo na evolução da linguagem, transformou, em tais construções, o valor primitivo de *quod* ora em conjunção causal, ora em partícula tão inexpressiva que já no latim da decadência veio a servir de mero expoente das orações subordinadas cujo caráter não se definisse por meio de outra partícula. Herdeira de *quod* assim diferenciado é a conjunção portuguesa que, com a variante *ca* (qua) usada no falar antigo para exprimir o sentido causal. (Said Ali, 1964: 221)

[131] E. Dias não cita exemplo desse uso no português antigo.

contudo, fosse, no passado, sinalizar a *condição de validade de um enunciado* contido na oração subordinante, então as locuções ideais eram: *contanto que, uma vez que (raro), a tanto que, em tal que, com tal que, posto que:*

(11) E o dito Senhor lha perdoou **com tanto que** fosse estar em a nossa cidade de Cepta dous anos (Doc. de 1439, Docum. das Chancel. Reaes, 99 *apud* Dias, 1959)

No exemplo (11), a ação de perdoar era condicionada à realização de uma segunda ação. Portanto, a locução *com tanto que* revela a imposição de uma condição necessária a uma outra ação ser realizada. Duas funções novamente se revelam: conectar e hierarquizar orações; condicionar a realização de uma ação à de outra. A intenção do falante novamente é, assim, codificada. Esse emprego ainda é recorrente no português do Brasil, porém está em rota de gramaticalização que permite reconhecer, pelo princípio de divergência (Hopper, 1991) uma ampliação do estatuto funcional:

a) a menos que 1: a expressão está incorporada num evento comparativo, é antecedida por uma expressão quantificadora, e o efeito comunicativo é indicar que há uma desproporção temporal constatada com relação ao tema ou tópico da conversa. Pode codificar pragmaticamente lamento ou regozijo.

(12)Segurança contará com mil policiais *a menos que* - CBN - A rádio ...

19 horas atrás - Segurança no carnaval contará com mil policiais *a menos que* em 2010; Quinta, 03/03/2011. Baleada em assalto, mãe do jogador Roger deve ser operada hoje...

*cbn.globoradio.globo.com/.../seguranca-contara-com-mil-policiais-**a-menos-que**-em2010.htm*

(13)Audi feito para suportar ataques tem botão que detona fixação de ...

10 horas atrás - "É 18% *a menos que* o antecessor e a melhor média nesse segmento", diz Dietz. O A8 L Security vai de 0 a 100 km/h em 7,3 segundos e atinge uma velocidade...

www.progresso.com.br/.../audi-feito-para-suportar-ataques-tem-botao-que-detona-fixacao-de-portas

(14)Alexandre Slaviero diz que Armandinho terá final feliz em 'Ti ...

10 horas atrás - 25 Responses to Alexandre Slaviero diz que Armandinho terá final feliz em 'Ti Ti Ti'. a cada dia que passa um dia *a menos que* vivo disse: ... *ocanal.org/.../alexandre-slaviero-diz-que-armandinho-tera-final-feliz-em-ti-ti-ti/*

(15) FENAPEF - Mensagem que circula na internet avalia uso de algemas

17 horas atrás - ... nesta terça-feira a seis anos de prisão, quatro *a menos que* o máximo permitido, depois de se declarar culpado em um acordo feito com a promotoria.

.fenapef.org.br › Home › Notícias › Geral

a menos que 3: a expressão está incorporada num evento de base condicional, que envolve dois eventos ou fatos altamente correlacionados. Encabeça a oração que representa a condição necessária para que o fato codificado na oração com que se combina se torne realidade. Por ser uma condição hipotética, apresenta-se acompanhada do modo subjuntivo.

(16)PortalCT.com.br - Geral - Rebeldes: Oposição diz que só negocia ...

20 horas atrás - Rebeldes no leste da Líbia disseram que não negociam com o governo *a menos que* o coronel Muamar Khadafi deixe o poder e o país. Houve relatos de que Khadafi ...

www.portalct.com.br/.../oposicao-diz-que-nao-negociam-**a-menos-que**-khadafi/

(17)GOMAD - A dieta do Leite • FISICULTURISMO.COM.BR

1 Postagem - 1 autor - Última postagem: 15 horas atrás

A menos que você seja muito ativo, você precisará de cerca 5000kcals/diarias para ganhar peso. Faça uso do GOMAD até que você esteja na sua meta de peso. ... www.fisiculturismo.com.br/forum2/viewtopic.php?f=4&t=116930

As emergências contínuas de funções decorrem não apenas do item formalmente identificado, pois as fronteiras não são sinalizadas

tão claramente. Esse reconhecimento depende de decisões de intercompreensão que são contextuais, e o fluxo de atenção vai sendo guiado pelo estatuto informacional que lima essa relação. Por conseguinte, aspetos pragmáticos pedem a contraparte linguística. Intenções pedem codificação sintática específica. A forma sozinha é incapaz de dar conta da cena comunicativa e das intenções. Todas as operações cognitivas - reconhecer a relevância, estabelecer analogias, categorizar, inferir o objetivo do outro assim como o jogo de saliências e marcações – garantem o resultado de intercompreensões.

CONCLUSÕES

As estruturas x-que parecem ser um perfeito exemplo das relações entre gramática e pragmática, porque língua é interação, é sociedade e é uma forma de cognição. Gramaticalizar é um processo cognitivo-social, por isso discutir o papel da memória de longo-termo e da memória de curto-termo na organização das informações codificadas sintaticamente torna-se imprescindível. Até onde pude chegar, resta fortalecida a convicção de que duas são as motivações para o processo de deslizamento funcional em três instâncias: conversacional, linguística e cognitiva.

Na instância conversacional, agiriam motivações internas (expressividade) e externas (bagagem pragmática do interlocutor); na instância linguística, a motivação interna atuaria no campo das categorizações, e a externa, no do contexto; na instância cognitiva, a motivação interna abarca o campo das inferências e das explicaturas, enquanto a motivação externa abarcaria o campo do entre-sentidos (ambiguidades) e de suas consequências para a língua (reanálise). Cada uma dessas instâncias integra um só espaço interativo. A ele deve-se recorrer para entender o processo e seus efeitos, porque é nele que se surpreende a mente agindo na língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Mário. (1944) *Últimos estudos*. Rio de Janeiro: Epasa.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. (2002) Observações sobre as conjunções no século XVI. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia & MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (orgs.). *O português quinhentista – estudos linguísticos* Salvador: EDUFBA. (pp.161-193)

BUENO, Francisco da Silveira. (1967) A formação histórica da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. (1979). História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão.

COUTINHO, Ismael de Lima. (1962) *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

Epiphânio Dias (1930)

DIAS, Augusto Epiphanio da Silva (1959). *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: livraria clássica editora.

GIVÓN, Talmy. (1995) *Functionalism and grammar.* Amsterdã: John Benjamins.

_____. (2005) *Context as other minds:* the pragmatics of sociality, cognition and communication. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.

GRANDGENT, Charles Hall (1952). *Introduccion al latin vulgar*. Tradução de Francisco de B. Moll. Publicaciones de la revista de filologia espanõla.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friedderike. (1991) *Grammaticalization: a conceptual framework.* Chicago e London: The University of Chicago Press.

HOPPER, Paul J. (1991) On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs & ILARI, Rodolfo. (1992) Linguística românica. São Paulo: Ática.

LEVINSON, Stephen. (1983) *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

MAURER JR., Theodoro Henrique. (1959) *Gramática do latim vulgar.* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmia.

NUNES, José Joaquim. (1930) Compêndio de gramática histórica do português. Lisboa: Livraria Clássica Editora

PETER, José Ladislau. (1943) Gramática latina. Remodelada, revista e aumentada por Marques da Cruz. São Paulo: Melhoramentos.

QUADROS, Jânio. (1966) Gramática histórica. In: Curso Prático de Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Formar.

SAID ALI, Manoel. (1964) Gramática Secundária e Gramática histórica da língua portuguesa. 'Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____. (1966) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos.

TARALLO, Fernando. (1994) *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa.* São Paulo: Ática.

25. Mª DO CARMO PINHEIRO E SILVA CARDOSO MENDES, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL, MCPINHEIRO@ILCH.UMINHO.PT

TEMA 2.9 - AS PAIXÕES ORIENTAIS: CAMILO PESSANHA E MACAU, CARMO MENDES, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

Considerado como o mais alto expoente do Simbolismo português, Camilo Pessanha viveu em Macau o mais longo período da sua vida. Poder-se-ia pensar que a estadia prolongada, de 1894 a 1926, se traduziu numa experiência dolorosa do exílio. Tal não se verificou, todavia, pois Macau representa, na vida e na obra de Camilo Pessanha, o prazer de múltiplas paixões:

- A *paixão afetiva, traduzida em envolvimentos com mulheres orientais e nas convivências com escritores que aí conhece (com destaque para Venceslau de Moraes);*
- *A paixão profissional, expressa no exercício publicamente reconhecido das funções de professor, advogado e Conservador do Registo Predial;*
- *A paixão cultural, revelada em traduções de elegias chinesas e na realização de estudos sobre a língua e a cultura desse país, cujos resultados se encontram reunidos no volume póstumo China. Estudos e Traduções (1944);*
- *A paixão literária, manifestada na intensificação, na sua única coletânea poética, Clepsidra (1920), de algumas tendências estilísticas de cariz simbolista: a procura da musicalidade; a desarticulação lógico-sintática; o gosto pelo grafismo; e o elemento visual.*
- *A comunicação pretende demonstrar, numa reconstituição da vida e da obra de Camilo Pessanha, que em Macau, não obstante a "irremissível tristeza de todos os exílios" e a penosa existência de um homem marcado por um sentimento pessoal que em muito ultrapassou a consciência generalizada de crise, o poeta e estudioso da cultura oriental viveu uma experiência humana e literariamente capital, porque aí, como o próprio confessaria ao pai, "A vida é cheia de impressões novas cada dia, ou eu me finjo que o é, num delírio artificial de grandezas, que me serviu de coragem para partir, e ainda me vai servindo para não esmorecer de todo".*

1. INTRODUÇÃO

Embora não seja meu propósito fazer uma reconstituição da biografia do decadentista português Camilo Pessanha (1867-1926), importa considerar alguns elementos de uma vida indissociavelmente ligada à obra literária e aos interesses culturais mais fundos do poeta. Pretendo ainda demonstrar de que modo Macau, onde Pessanha passou a maior parte da sua vida, realizou em grande medida tais interesses. Em Coimbra se passaram os anos de infância, adolescência e juventude. Se os primeiros foram dolorosamente marcados pelo estigma da ilegitimidade paterna, os de juventude, com a realização do Curso de Direito, foram sobretudo pautados pela boémia, mas também pelas primeiras publicações de poemas em revistas pouco conhecidas. Já nesse período, todavia, se revela a adesão de Pessanha ao ideário decadentista e simbolista, com a colaboração na revista *Os Novos* (1894).

O início da carreira profissional foi também penoso: a fragilidade física e a instabilidade psíquica, aliadas ao exercício de um trabalho mal remunerado e à consciência, cada vez mais lúcida, de um sentimento pessoal de crise (porventura a refletir uma crise europeia generalizada), explicam que o jovem magistrado decida concorrer a uma vaga de professor no Liceu de Macau. Aí permanecerá de 1894 até ao ano da sua morte (interrompendo a estadia para curtas vindas a Portugal).

No território, Pessanha desempenhou vários cargos: o de professor de diversas disciplinas, o de Reitor de liceu, o de Conservador do Registo Predial, o de advogado e o de juiz. O reconhecimento público das suas capacidades profissionais não corresponde, todavia, a uma autoimagem favorável. A já referida debilidade física é agravada pela atração pelo ópio, uma espécie de fuga para "paraísos artificiais" que provocam no poeta uma oscilação permanente entre euforia incontida e prostração absoluta.

A morte precoce, em 1 de março de 1926, com apenas 59 anos, em consequência de uma tuberculose pulmonar, interrompe uma existência marcada pelo sofrimento que a sua única coletânea poética, *Clepsidra* (1920), traduz. Emocionalmente, Pessanha conheceu a frustração do amor não correspondido pela escritora Ana de Castro Osório. A ausência de correspondência amorosa determina, possivelmente, a sua atração efémera por diversas mulheres orientais

de que rodeia em Macau. De uma dessas relações com uma mulher chinesa nascerá o único filho, João Manuel, em 1896.

2. AS PAIXÕES ORIENTAIS

Não obstante a vivência de sentimentos íntimos de decadência e a degradação física intensa, Pessanha encontrará em Macau diversos pretextos que desafogam o exílio voluntário: a tranquilidade económica; a convivência com escritores e amigos (com destaque para Alberto Osório de Castro e Wenceslau de Moraes); a adaptação aos costumes orientais; o fascínio pela cultura, pela arte e pela língua chinesas. Num texto originalmente publicado em *A Capital* (1915) com o título "Camilo Pessanha em Macau", Alberto Osório de Castro relata as impressões vividas na casa macaense do amigo: um amplo espaço ocupado por um apaixonado pela arte chinesa, um homem cuja descrição evidencia o estado de debilitação física e de apatia quase nirvânica:

> "*No seu curioso casarão antigo (…) tão lindo nas suas galerias ou altas varandas, abrindo sobre as águas em que deslizavam lorchas amareladas ou cor de sépia; casarão em cujas espaçosas salas e largos corredores se desenrolava a suave e ridente fantasmagoria do seu museu chinês. (…) enconchado no seu leito espartano (…), sonolento e de joelhos à boca… uma folhecazita encarquilhada e amarelecida de salgueiro ao cair da folha*" (*apud* Ramos, 2001: 103).

O fascínio de Pessanha pela cultura chinesa revelou-se sobretudo na realização de traduções-recriações de elegias e de estudos sobre a língua e os costumes orientais. Compilados no volume póstumo *China. Estudos e Traduções* (1944), esses trabalhos demonstram não apenas um interesse genuíno, mas também uma forma de superar um estado continuado de sofrimento, porventura avivado, de quando em quando, pela nostalgia da pátria. As traduções de oito elegias chinesas da dinastia Ming são antecedidas por um prefácio, onde Pessanha confessa as motivações para este trabalho: as traduções são encaradas como modo de contrariar um estado de apatia permanente, mas também como homenagem a uma língua e a uma literatura que admira:

> "*Satisfazendo uma antiga dívida para com o ilustre diretor d'O Progresso, entrego hoje ao mesmo semanário umas poucas dúzias de pequenas composições chinesas com cuja decifração tenho entretido os ócios dos últimos seis anos de residência em Macau – os primeiros da velhice –, tirando desse esforço horas dum tão suave prazer espiritual que dele o não esperava tamanho*. (…)
>
> "*Traduzi literalmente – tanto quanto a radical diferença entre o génio das duas línguas o permite. Esforcei-me por não suprimir nenhuma das ideias contidas no original, por adjetiva e acessória que fosse – embora tendo por vezes de sacrificar a essa imposição de fidelidade os longes de ritmo e a relativa simetria de forma que eu desejaria dar à tradução de cada quadra chinesa, na impossibilidade de as traduzir em quadras de versos portugueses. Menos ainda acrescentei fosse o que fosse, no intuito de relevar pormenores, ou com a preocupação de falsos exotismos*" (Pessanha, 1988: 156-7).

Pessanha empenha-se numa tradução tão fiel quanto possível, sem perder a consciência das suas limitações de tradutor e das peculiaridades da língua:

> "*o elemento sensorial ou musical, resultando de uma técnica métrica especialíssima (…), é absolutamente inconversível*" (*idem*, 157).

Sublinhe-se esta observação sobre o valor da musicalidade – que, em Pessanha, demonstra também a adesão ao princípio simbolista da *Art Poétique* verlainiana: "*De la musique avant toute chose".* E sublinhe-se ainda que a escolha, para tradução, de composições poéticas elegíacas não é insignificante. Pessanha seleciona um género dedicado à expressão estados de mágoa e de prostração, estabelecendo-se deste modo uma articulação com o tom geralmente sofredor que marca as composições inseridas na *Clepsidra.* De facto, uma observação mais atenta das oito elegias chinesas traduzidas – "*Ascensão ao miradouro de Kiang", "À noite, no pego-dragão", "Sobre o terraço", "Em U-Ch'ang", "Evocações do passado", "Fantasia da*

primavera", Soledade" e *"Queixumes da esposa do 'Hsiang'"* – mostra que a escolha não é acidental.

Em cada um dos textos perpassam motivos decadentistas: a suntuosidade associada a cenários de um passado irrecuperável e a ferida da recordação (no primeiro e no quinto); a solidão melancólica proporcionada pelo ambiente noturno e a saudade (no segundo), as evocações funéreas e a antropomorfização do entorno físico (no terceiro), o ambiente outonal tão caro aos poetas decadentistas (no quarto), o pôr do sol e os palácios em ruínas (no sexto), as recordações dolorosas de "*vozes amigas*" (no sétimo), o entardecer e o choro (no oitavo). Contêm ainda as elegias selecionadas para tradução metáforas recorrentes da obra poética de Pessanha: a metáfora aquática, que reforça o sentido doloroso da efemeridade da vida, e a metáfora da luz, projetada no passado, como exemplarmente se mostra no breve poema, "Inscrição", que abre *Clepsidra*: "*Eu vi a luz em um país perdido. /A minha alma é lânguida e inerme. /Oh! Quem pudesse deslizar sem ruído! / No chão sumir-se, como faz um verme…*" (*idem*, 1992: 27).

Por outro lado, a coleção de arte chinesa de Pessanha (exposta em 1915 no Palácio do Governo e depois oferecida pelo poeta ao Estado português) inclui numerosos objetos: exemplares de pintura e caligrafia, bordados, indumentária, joalharia, esculturas em madeira e marfim, pedras duras e vidro, embutidos em madeira e cerâmica. Trata-se, segundo Daniel Pires (1992: 23) de uma coleção eclética, estimada em cerca de trezentas peças, onde se destacam *"obras relevantes de grandes mestres da pintura chinesa".* Ao mesmo tempo, o interesse de Pessanha pela arte oriental terá reforçado algumas tendências estilísticas reiteradas na obra poética: a musicalidade (favorecida no chinês pelo monossilabismo e pela presença de tons), a desarticulação lógico-sintática do período; o gosto pelo aspeto gráfico; o elemento visual (que levou Pessanha a considerar que a escrita chinesa tem um elevado poder de evocação)[132].

A atração de Pessanha pela arte chinesa é explicitamente manifestada em vários momentos: no relato, feito pelo próprio, de uma conferência proferida em 1910; no prefácio ao livro de J. António Filipe de Morais Palha, *Esboço Crítico da Civilização Chinesa*; ou ainda numa outra conferência, datada de 1915, onde se confessa um "*dilettanti* da sinologia" que "*apenas tem traduzido, dos principais monumentos literários da China, alguns escassos trechos avulsos*" (*idem*, 1988: 149-150). Seria, no entanto, redutor, aceitar sem reservas a ideia de que a longa estadia de Camilo Pessanha em Macau significou uma completa hostilização ou esquecimento de Portugal. Foi, isso sim, uma experiência que evidenciou múltiplos e, por vezes, contrastantes sentimentos. Neles se incluem referências literárias e culturais à presença de Portugal no território.

Num texto intitulado "*Macau e a gruta de Camões"* (escrito em junho de 1924), o poeta simbolista confessa não se rever naqueles documentos que exaltam o exotismo apenas para reforçar o sentimento pessoal de exílio da pátria. Pessanha desvincula-se assim de uma tradição que se mostra incapaz de avaliar e apreciar um território muito diferente nas suas coordenadas mentais, culturais e civilizacionais:

> "*Notáveis prosadores têm celebrado condignamente os encantos dos países exóticos. Poetas, nenhum. Os poucos que vagueiam e se definham por longínquas regiões, se acaso escrevem em verso, é sempre para cantar a pátria ausente e se neles se encontram dispersos alguns traços fulgurantes de exotismo, é só para tornar mais pungente pela evocação do meio hostil e inadequado pela sua estranheza à perfeita floração das almas – a impressão geral de tristeza – da irremissível tristeza de todos os exílios*" (*idem*, 182).

Sobre Macau e a sua relação com Portugal, sustenta no mesmo texto que o território é "*o mais remoto padrão da estupenda atividade portuguesa no Oriente. Note-se que digo padrão, padrão vivo; não digo relíquia*". E acrescenta uma longa meditação:

[132] cf. Spaggiari, 1982.

"*Em Macau é fácil à imaginação exaltada pela nostalgia, em alguma nesga de pinhal, menos frequentada pela população chinesa, abstrair da visão dos prédios chineses, dos pagodes chineses, das sepulturas chinesas, das misteriosas inscrições chinesas, destacando a cada canto em retângulos de papel vermelho, das águas amarelas do rio, onde deslizam as lentas embarcações chinesas de formas extravagantes, com as suas velas de esteira fantasmáticas, e criar-se, em certas épocas do ano e a certas horas do dia, a ilusão de terra portuguesa. (…) Ainda é Macau a única de todo o ultramar português, em que se pode ter até certo ponto a ilusão de se estar em Portugal"* (*idem,* 183-4).

Em carta ao primo José Benedito (datada de 1905), Pessanha, numa das curtas estadias em Portugal que interrompem a existência macaense, confessa essa inapelável saudade do país natal. Podemos entender esta manifestação nostálgica em alguém que há muito vive num território distante:

"*Parti de Macau sem esperança de arribar a este torrão das minhas saudades, ao qual exclusivamente a minha alma pertence, como bem sabes… Os ossos, mesquinhos, esses pertencem, por um destino invencível e absurdo, ao chão antipático do exílio. Tantas vezes o tenho dito: quanto eu desejaria vir a morrer aí, nessa velha e afetuosa casa de Marmelos*" (*idem*, 69).

Mas deveremos também aceitar que este desconforto é justificado por uma longa permanência e pelo desaparecimento do sentimento de descoberta e de surpresa que, anos antes, o haviam fascinado em Macau, tal como relata ao pai: "*A vida, por aqui, é cheia de impressões novas cada dia, ou eu me finjo que o é, num delírio artificial de grandezas, que me serviu de coragem para partir, e ainda me vai servindo para não esmorecer de todo*".

Partilho, com Barbara Spaggiari, as convicções de que Pessanha não sofreu desse sentimento provinciano que o levaria a hostilizar um país, o seu, onde não encontrou reconhecimento social e profissional. Em Macau, não deixa de se sentir "*um português orgulhoso da ilustre tradição de viagens e de conquistas dos seus compatriotas*"; o exílio voluntário não foi semente para um fascínio frívolo pelo exotismo. Em sintonia com Barbara Spaggiari, Ester de Lemos defende no seu estudo sobre a *Clepsidra* que "*o ambiente [oriental] não está na obra enquanto (…) fonte de inspiração pictural, decoração exótica. Se aqui e além passam certos vislumbres de magia, certos ritmos dolentes e fulgores estranhos – isso não autoriza a concluir por um exotismo na poesia de Pessanha*" (Lemos, 1981: 47).

Profundo conhecedor da biografia de Camilo Pessanha, António Dias Miguel sublinharia, já em 1956, a duplicidade de sentimentos vividos pelo poeta em e sobre Macau: "*na Europa sentia saudades da China; em Macau, porém, era sempre o europeu*" (Miguel, 1956: 177). É possível deslindar nesta duplicidade uma angústia permanente que em Pessanha refrata tanto uma consciência de crise europeia – representada no Decadentismo – quanto uma experiência íntima de um ser às avessas com o mundo que o rodeia. De facto, no contexto *fin-de-siècle,* onde impera o culto do exotismo, Pessanha constitui, como assinala Álvaro Manuel Machado (2003: 40-1) uma exceção (a que se juntam tão só António Patrício e Fernando Pessoa). O grande exemplo finissecular de exotismo é Wenceslau de Moraes, para quem o Oriente correspondeu "*a uma funda e decisiva experiência pessoal" limitada a uma "certa cultura enciclopédica, ávida de exótico e, ao mesmo tempo, de conhecimento científico*" (*idem*: 40).

Já para Camilo Pessanha, o orientalismo é interiorizado e é anterior à própria experiência oriental. Manifesta-se, por exemplo, no poema "Lúbrica", escrito nos tempos de estudante em Coimbra, através de um orientalismo "*fatalista, cheio de premonições*" (*idem*: 41). Já em Macau, a "*imprecisão de linguagem"* que Pessanha reconhece na língua chinesa e que analisa na coleção de textos póstumos *China* (1944), o poeta insurge-se contra "*a banal exploração do exotismo oriental"* (*ibidem*).

Por isso, o Oriente existe em Pessanha:

"a partir da ideia dum exílio, pessoal e voluntário, é certo, mas simbolizando o exílio mítico de todo um passado coletivo, voltado para uma poética da decadência que, em Camilo Pessanha, é obsessiva, ultrapassando o Decadentismo como tendência

finissecular. Uma poética da decadência que é lúcida consciência da perda do passado glorioso e irrecuperável do país, elaborada a partir do elemento mais puro da poesia simbolista europeia, o sentido do vago, mas transpondo-o para um Oriente português tão concreto como interiorizado" (idem, 41-2).

Como Reitor do Liceu de Macau e professor de diversas disciplinas (Filosofia, História, Economia Política, História da China, Português, Geografia e Direito Comercial), Camilo Pessanha manifestou-se profundamente interessado pela educação e, mais especificamente, pelos problemas educativos de Macau.

Defende em 1919, a este propósito, a aplicação de medidas legislativas permitam que as escolas de Macau *"não se hostilizem umas às outras, antes cada uma corresponda a um fim determinado e desempenhe uma missão especial"* (Aresta, 1999: 72). Sobre a missão específica do Liceu de Macau, sustenta que ele deveria desenvolver atividades de preservação da identidade nacional no Extremo Oriente. E chega a estabelecer um vínculo entre os sistemas educativos de Portugal e de Macau:

> "*O que falta a Macau é o meio educativo: são essas tradições, a língua que as traduz, o espírito que as anima, os princípios que as informam. (…)*
>
> *Em Macau, como em Portugal, a enorme maioria dos pais não vê na frequência dos liceus senão um estádio de preparação obrigatório, para se ser admitido à frequência dos estudos superiores, como não se vê nesta última senão um meio de se obter um diploma que habilita a ganhar a vida em condições vantajosas.*
>
> *Tal critério – triste sintoma, por sinal, de decadência (…) – é, sem dúvida, erro funesto*" (*idem*, 73).

3. CONCLUSÃO

Ainda que imposta por circunstâncias pessoais, a duradoura permanência de Camilo Pessanha em Macau permite concluir pela experiência de múltiplas paixões. Anteriores à ida do poeta para o território, elas podem ser lidas como tentativas (ainda que não totalmente realizadas) de superação de um sentimento ininterrupto de crise. A chegada do poeta ao Oriente representa, de imediato, um esforço de compreensão da língua chinesa, que confessa em carta ao pai e que o anima a escrever sobre a China.

As suas funções profissionais, em particular as que se relacionaram diretamente com a lecionação, revelam uma constante preocupação com questões educativas, propondo métodos de ensino nos liceus de Macau. A sua vasta e heteróclita coleção de arte chinesa não é uma simples acumulação de objetos. Prova, pelo contrário, uma necessidade de compreensão de uma cultura. Sem jamais abandonar a sua condição de português voluntariamente isolado, Camilo Pessanha procurou em Macau um lenitivo para um estado íntimo de sofrimento persistente.

O exílio de Pessanha não correspondeu, por isso, a uma "moda" de atração pelo exotismo oriental. Termino, por isso, com um arguto comentário de Arnaldo Saraiva onde se destaca a influência de Macau na vida do poeta que em Portugal melhor conseguiu cumprir os princípios da estética simbolista:

> *"Andou por aí a moda chinesa, mas quase ninguém se lembrou de um homem que decidiu viver (e morrer) em Macau, que aprendeu uma das principais línguas chinesas, que traduziu poetas chineses, que escreveu sobre a civilização chinesa, que viveu em companhia de mulheres chinesas (uma das quais lhe deu um filho), que colecionou preciosíssimas peças de arte chinesa (algumas das quais ofereceu ao Governo português, que por muito tempo se não deu conta da valia material e cultural da oferta). (…)*
>
> *Andou por aí a moda de festejar exílios e promover exilados, mas quem se lembrou de um antigo advogado, conservador do registo predial, juiz, professor e poeta que viveu não no exílio mais ou menos forçado, e próximo, da França ou da Argélia, mas no exílio voluntário do Oriente, que também seduziu Camões*?" (Saraiva, 1984: 3)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aresta, António (1994) (1984) "Camilo Pessanha, professor no Liceu de Macau", AA.VV. (1999) *Camilo Pessanha. O fazedor de estrelas*, Macau: Direção dos Serviços de Educação e Juventude, pp. 63-74.

Lemos, Ester de (1981) *A 'Clepsidra' de Camilo Pessanha*, Lisboa, Verbo.

Machado, Álvaro Manuel (2003) *Do Ocidente ao Oriente. Mitos, Imagens, Modelos*, Lisboa: Editorial Presença.

Miguel, António Dias (1956) *Camilo Pessanha. Elementos para o estudo da sua biografia e da sua obra*, Lisboa: Edição de Álvaro Pinto ('Ocidente').

Pessanha, Camilo (1988) *Contos, Crónicas, Cartas Escolhidas e Textos de Temática Chinesa*, Organização e Notas de António Quadros, Lisboa: Europa-América.

(1992) *Clepsidra e Outros Poemas*, 7ª edição, Lisboa: Edições Ática.

Ramos, Maria Manuela Delgado (2001) *António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português*, Lisboa: Fundação Oriente.

Saraiva, Arnaldo (1984) "Fonte contínua de exaltação estética " *Persona*,10, pp. 3-4.

Spaggiari, Barbara (1982) *O Simbolismo na Obra de Camilo Pessanha*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

26. Mª DO ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

TEMA 1.1. HOMENAGEM A HENRIQUE DE SENNA FERNANDES. ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

1.

No seu *Ad Memoriam* o escritor açoriano Rodrigo Leal de Carvalho recorda a "saudável amizade" por Henrique de Senna Fernandes, revisitando o gosto comum pela literatura, pelo cinema, pela História e pela vivência de um passado de Macau que, nesse tempo, "falava alto" à embrionária "imaginação do romancista". Quedando-nos nas quatro obras legadas pelo escritor macaense (já que três ficaram inconclusas), difícil se torna não salientar

- *A sua vertente autobiográfica ou de autoficção, patente nos Contos de Macau (Mong-Há e Nam Van), de entre os quais destacamos, partindo da distinção estabelecida pelo advogado entre conto e romance, "Um encontro inesperado", "Uma pesca ao largo de Macau" e "Candy" (a sua novela favorita);*
- *A sua socialidade, no âmbito da sociocrítica, vazada nas páginas dos romances Amor e dedinhos de pés e A trança feiticeira (ambos adaptados ao cinema), patente quer no contraste entre o "europeu" e o "macaense", quer na antinomia entre a cosmopolita Xangai e a provinciana "cidade cristã", quer no gosto pela hodologia que tanto reforça a separação entre línguas, hábitos e mentalidades como gera a indignidade de reputações e se deleita, por fim, nesse inferno de curiosidade pela vida de outrem;*
- *A sua temática recorrente ou, mais bem dito, o percurso iniciático de cunho algo picaresco dos protagonistas, a assunção compungida dos seus erros e vícios, o subsequente amadurecimento espoletado por escolhos sucessivos e o renascimento final por via do amor, traduzindo quer o renascimento da personagem, quer a fusão sino-ocidental na antiga cidade de Macau, encarada como um espaço de invejável harmonia, apesar da sua interculturalidade;*
- *A sua perspetiva narratológica, revelada com mestria tanto pelo recuo temporal de uma ação que se vem encaixar no tempo presente da intriga como pela ocorrência, a par e passo, de resumos que relembram ao leitor as vivências e mundividências das personagens.*

Na "Conclusão", e após recapitularmos os itens supracitados, abordaremos esquematicamente algumas afinidades estéticas e literárias entre os dois "contadores de histórias": o Autor homenageado e Rodrigo Leal de Carvalho (autor de Requiem por Irina Ostrakoff, de Ao Serviço de Sua Majestade e de A IV Cruzada).

No seu "ad memoriam" publicado no blogue *Macau Antigo*, o escritor açoriano Rodrigo Leal de Carvalho recorda a "saudável amizade" por Henrique de Senna Fernandes, revisitando o gosto comum pela literatura, pelo cinema, pela História e pela vivência de um passado em Macau que, nesse tempo, "falava alto" à embrionária "imaginação do romancista".

Quedando-nos nas quatro obras legadas pelo escritor macaense (já que três ficaram inconclusas), difícil se torna não salientar

1. a sua vertente autobiográfica ou de autoficção, patente nos *Contos de Macau* (*Mong-Há* e *Nam Van*), de entre os quais destacamos, partindo da distinção estabelecida pelo advogado entre conto e romance, "Um encontro inesperado", "Uma pesca ao largo de Macau" e "Candy" (a sua novela favorita);
2. a sua socialidade, no âmbito da sociocrítica, vazada nas páginas dos romances *Amor e dedinhos de pé* e *A trança feiticeira* (ambos adaptados ao cinema), patente quer no contraste entre o "europeu" e o "macaense", quer na antinomia entre a cosmopolita Xangai e a provinciana "cidade cristã", quer no gosto pela hodologia que tanto reforça a separação entre línguas, hábitos e mentalidades como gera a indignidade de reputações e se deleita, por fim, nesse inferno de curiosidade pela vida de outrem;
3. a sua temática recorrente ou, mais bem-dito, o percurso iniciático de cunho algo picaresco dos protagonistas, a assunção compungida dos seus erros e vícios, o subsequente amadurecimento espoletado por escolhos sucessivos e o renascimento final pela via do amor, traduzindo quer o renascimento da personagem, quer a fusão sino-ocidental na antiga cidade de Macau, encarada como um espaço de invejável harmonia, apesar da sua interculturalidade;
4. a sua perspetiva narratológica, revelada com mestria tanto pelo recuo temporal de uma ação que se vem encaixar no tempo presente da intriga como pela ocorrência, a par e passo, de resumos que relembram ao leitor as vivências e mundividências das personagens.

Na "Conclusão", e após recapitularmos os itens supracitados, abordaremos esquematicamente algumas afinidades estéticas e literárias entre os dois "contadores de histórias": o Autor homenageado e Rodrigo Leal de Carvalho (autor de *Requiem por Irina Ostrakoff*, *Ao Serviço de Sua Majestade* e *A IV Cruzada*).

"Tera di fé, qui Dios j'abençoá,
Casa qui têm sosségo, têm pam;
Fogo sandido pa vêm lumiá
Alma fichado n'iscuridám. [...]

Tera di fé qui tem coraçám,
Têm alma, inchido di beléza.
Sã Macau! Nôsso bérço cristám.
Di Portugal chistosa princésa."
(Adé, 1985: 81-83)[133]

Foi numa segunda-feira, dia 4 de outubro, véspera das comemorações do Centenário da República: a notícia do falecimento de Henrique de Senna Fernandes desencadeou uma série de reações pesarosas[134] na Imprensa macaense e portuguesa, designadamente na revista *Bravo*[135], no *Clarim*[136], no Jornal *Tribuna de Macau*, no *Ponto Final*[137] e no *Jornal i*.

[133] "Aquela língua estranha e perdida ficou com um nome: '*patois*'. E ele, o moço poeta, que tinha tanto para dizer nessa '*língua estranha*', ficou Adé, nome que o faz sempre sorrir e lhe lembra um tio poeta e uma avó que o embalava em canção '*patois*'." (Garizo, 1985:5).

[134] Ver, no Jornal *Tribuna de Macau* de 7 de outubro de 2010, artigo de Carlos Frota intitulado "Homenagem a um amigo que parte": "Henrique de Senna Fernandes teve a intuição – que nunca o abandonou – de responder aos novos tempos sendo igual a si próprio, fiel à língua portuguesa, fiel à cultura do seu berço, das suas origens."; cf., também, artigo de Raquel Carvalho intitulado "Era como um íman" e publicado no *Tribuna de Macau* de 6 de outubro de 2010, assim como os testemunhos de Fátima Almeida, Eduardo Ribeiro e Jorge Rangel no mesmo periódico com data de 5 de Outubro de 2010; cf., ainda, os depoimentos de Wu Zhiliang, Maria Amélia António, Anabela Ritchie e Yao Jing Min no *Tribuna de Macau* de 5 de Outubro de 2010.

[135] De destacar, na Revista *Bravo*, de fevereiro de 2009, o artigo de Rinaldo Gama, segundo o qual a "obra do autor é um paradigma da expressão identitária de Macau, moldada a partir da fricção entre as tradições portuguesa e chinesa, disso resultando uma 'cultura de encontro'."

[136] Lemos, no Jornal *O Clarim* de 8 de outubro de 2010, que "O IC encara as obras de Senna Fernandes como 'uma importante herança cultural de Macau. As personagens que criou consubstanciam as caraterísticas da fusão cultural sino-ocidental e a sua descrição do velho Macau integra a memória coletiva da cidade."

[137] Ver, no *Ponto Final*, extrato do artigo de Rui Rocha intitulado "A biblioteca que arde" (5 de outubro de 2010): "Recordaria o que escrevi com o gratíssimo prazer para um catálogo do pintor Lio Man Cheong e que, de algum modo, está contido também na narrativa de Henrique de Senna Fernandes: uma abertura dialógica à intervisualidade do espaço

Dos vários testemunhos respeitantes à figura carismática do escritor-causídico-professor, bem como à sua obra de estro multifacetado que a sétima arte imortalizou, sobressaem os de Miguel de Senna Fernandes e de Rodrigo Leal de Carvalho.

Para o primeiro, advogado e diretor do grupo de teatro *Doci Papiaçam di Macau*, "*Henrique de Senna Fernandes é assumidamente um autor da terra. Tem a sua linguagem, um uso muito peculiar do português. Era bom que fosse lido nas escolas onde se aprende português em Macau. [...] Toda a gente diz que ele é um escritor de Macau. Mas porque é que as suas obras não são lidas nas escolas de Macau onde se aprende português? Quem fala aqui não é o filho, é uma pessoa que se preocupa com a cultura*."[138]

Quanto ao segundo, escritor nascido nos Açores e Juiz Conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça, urge transcrever alguns breves fragmentos do seu "ad memoriam":

> "*Quando, há mais de 50 anos, passageiro do ferry Tai Loy, desembarquei pela primeira vez em Macau como jovem advogado do procurador da República, o Henrique, então substituto nomeado e em exercício nesse cargo, estava à minha espera, [...]*
>
> *Foi ele quem me abriu o álbum de recordações macaístas que ainda hoje folheio com saudade. [...] encantaram-me as crónicas regulares que escrevia para o então 'Notícias de Macau': críticas de filmes, pequenos estudos sobre escritores que eu também tinha lido, recordações da guerra do Pacífico, ou de um passado macaísta que eu não vivera, mas com tão vívida nitidez que me parecia perceber-lhe a cor, os cheiros, os ruídos e os sabores de Macau, a minha pátria de adoção*."[139]

Fundindo o segundo e o primeiro depoimentos – mau grado o evocativo retrato sinestésico da Macau antiga pintado por um "português de Macau", Henrique de Senna Fernandes não tem sido alvo preferencial de estudo nas instituições macaístas – e transitando doravante para a obra legada, forçoso se torna verificar que vários trilhos hermenêuticos se oferecem, desde logo, à curiosidade analítica do leitor, não raro invocado e convocado.

1. A perspetiva autobiográfica, manifesta nas novelas de *Mong-Há* e nos "Contos de Macau" que fazem parte integrante de *Nam Van*, mas também presente nos seus romances. Quedemo-nos, pois, no "Frontispício" de *Mong-Há*, paratexto que firma um protocolo de leitura genologicamente dilucidativo:

> "*Mong-Há, hoje descaraterizada pelo avanço implacável da cidade, a caminho do norte do Território, é uma vasta área que, grosso-modo [sic], se estende da zona de Flora e de Montanha Russa até ao Porto Interior, [...] Nos anos da minha infância era uma planura recortada de hortas e várzeas de arrozal, [...] enchia-se de gente de cidade quando se anunciava o circo que nos visitava diversas vezes, [...] O leitor poderá estranhar o título da obra, [...]*
> *No entanto, a sua gestação nasceu precisamente na Pousada de Mong-Há, [...]. Aqui estão [...] as minhas estórias em que se misturam recordações, experiências vividas e páginas de pura ficção*." (1998: 5-6-7).

Do mesmo modo, a "Nota de Abertura" da 2ª edição de "Contos de Macau" esclarece que "*Nam Van é o nome chinês da Praia Grande" que "alimentou o fundo da minha sensibilidade e imaginação, com a nostalgia dos seus crepúsculos e a tristeza das suas neblinas de inverno*." (1997:5-6).

Emergem dos volumes supracitados retalhos de vida destilados a conta-gotas pela memória afetiva de um sujeito escrevente que, fragmentariamente, revisita a sua infância e juventude, movendo-se, com uma impressionante agilidade mnemónica, entre o passado em fuga e um presente fugaz: como se de quadros vivos se tratasse,

polifónico, sincrético, mas simultaneamente ambíguo e culturalmente polissémico que é Macau [...] ".

[138] "O meu pai foi um gajo porreiro" in *Ponto Final* de 5 de outubro de 2010.
[139] "Henrique e eu" no blogUE *Macau Antigo* de 11 de outubro de 2010.

entramos, pela via da etopeia, na privacidade do Avô Conde que, depois de uma pescaria ao largo de Macau, acode a um pirata perseguido pela Alfândega Chinesa, salvamento este que lhe assegura pela vida fora a amizade profunda deste *Homo Duplex* "*seu irmão* e *seu escravo*": "*Em Macau, era um cidadão pacífico, de bem com a lei e com os homens, que vivia numa casa ajardinada da Praia do Manduco, [...] Na terra-china, era um fora da lei, cuja cabeça, posta a prémio, estava chorudamente alvissarada. [...]. Nunca faltou ao meu Avô [...] requintadas peças de caça nem peixe maravilhoso, [...].*

Esta, uma faceta da vida de Macau, nos fins do século XIX." (1997:46); assistimos à sua Primeira Comunhão (a instâncias da Avó Condessa), a 5 de dezembro de 1934, um dos dias mais venturosos da sua existência (1998:71); visualizamos a loja de antiguidades chinesas, *"Pessanha Curios*", na Rua de S. Domingos, bem como o seu proprietário, "*um homem magro, pálido, meão de altura, feições macaenses fortemente orientais e pouco cabelo. [...]. Perguntei quem era. O meu pai respondeu: - É o filho de Camilo Pessanha*." (1998:73); indagamos as relações entre a família Pessanha e a família Senna Fernandes, sendo brindados com a conceção de um Poeta para um ser humano em embrião: "*Camilo Pessanha era um nome que ouvia muitas vezes em casa. Não sendo íntimo, o meu pai era amigo dele. Admirava-o como advogado e jurista. Taquigrafara-lhe e datilografara-lhe muita coisa - o meu pai era um perito em taquigrafia e datilografia -, mas desses papéis nada existe que eu saiba. Ao meu pai contava as suas extravagâncias e os seus hábitos e o vício do ópio, e dizia que era um poeta. Poeta para mim nessa altura era um homem que não vivia nem procedia como um ente vulgar. Daí que, talvez por este motivo, tivesse ficado para todo o sempre a silhueta desse filho*." (1998:73-74); acompanhamo-lo no seu itinerário de ida e regresso da Escola Primária, ritmado pelo pavor do mítico "Gato Bravo" que, não acometendo os adultos, investia contra gente miúda: *"Nunca vi o gato Bravo nem sombra do que parecesse. Aliás, nunca houve qualquer gato bravo por aquelas bandas, [...] O que teria existido era um gatarrão solitário, nascido ou abandonado na mata, que a noite e a imaginação tornaram descomunalmente enorme, [...]"* (1998:78); entramos na Livraria Paulo e/ou na Livraria Oriente, onde com ele nos abastecemos de autores clássicos ou de obras em voga, já que "*a fome de leitura devorou-me desde pequeno, animada por meu pai." (*1998, 91); penetramos, em 1942, num prédio de dois pisos assombrado, sito no fim da Rua Sacadura Cabral, onde a mãe cumpre a crença macaísta "*de que, se os fantasmas vagueavam no mundo dos vivos, era porque necessitavam de orações para o descanso das suas almas*." (1998:141); conhecemos não só o Fernando que, ao não convidar o Júlio para a festa, leva o narrador, indignado por tão condenável atitude, a autoexcluir-se do festim, mas também o Heitor, que tratava o protagonista com a mesma indiferença por este votada a Júlio; anos mais tarde, o 'marginalizado' Júlio torna-se Diretor-Geral, presta, por amizade, um serviço ao narrador e casa, por vingança, com a noiva de Fernando: "*Eles amavam-se muito, diziam que tinham nascido um para o outro. Não o perdi de vista. Consegui que uma menor se pusesse por baixo dele. Era uma rapariga do povo e engravidou-a. [...] foi obrigado a casar com ela, [...] A desilusão da Virgínia quase a matou. Descobri que o pai dela, agora meu sogro, estava em graves e criminosos apuros financeiros. Ofereci-me para ajudá-lo. Caso a filha casasse comigo. [...]. Casou comigo."* (1998:211); a par destes ódios antigos e velhas amizades que nunca se atenuam, antes se agudizam, e por alturas natalícias, deambulamos com o narrador pelo Chiado, pelo Rossio e chocamos casualmente, no "Café Suíça" – "*café onde sempre e invariavelmente encontrávamos gente de Macau ou quem em Macau tivesse estado, por muito ou pouco tempo"* (1998:9) –, com o Alberto, cujos pais se reencontram após sete anos de separação, provocada pelo seu nascimento; por fim, somos confrontados com a aparição de uma mulher enigmática, que viaja no mesmo comboio e elétrico que o narrador e que este julga estar-lhe predestinada, prometendo defendê-la como Dulcineia o fora por Dom Quixote e obstinando-se a segui-la qual D. João lusitano de pacotilha.

O *acmé* da novela é tão ou mais humoristicamente inesperado quanto platónicas e quintessenciadas haviam sido as múltiplas conjeturas tecidas em torno da 'deusa' de perfil delicado:

> "*Na porta, junto do guarda-freios distraído, ela atrasou o andar. Girando a cabeça levemente para mim, murmurou baixinho*:
>
> - *São cem 'paus'.*

-

Aturdido, como se recebesse uma vergastada, repliquei:

- *Só tenho quarenta...*
- *Ora, bolas!..."*
- (1998:30).

O *explicit* desta novela [140], pelo seu caráter inopinado e surpreendente [141], aparenta-se ao de Yasmine, heroína da novela epónima pela qual John Bradley – com quem o narrador-protagonista trava conhecimento, no Hotel Bela Vista, no decurso do primeiro ano do decénio de 60 – nutre paixão tão profunda que se não coíbe nem de lhe pintar o retrato, fazendo jus à sua formosura de indiana, nem de organizar uma receção em sua honra, tendente para um almejado reconhecimento social.

Bem pode a sociedade de Hong-Kong aguardar pela diva, porquanto tal espera será vã. Yasmine não comparece, optando por confessar ao narrador quer o seu amor por John, quer a razão do seu afastamento:

> "*Desenvencilhou-se do sari e despiu-se. Mostrou-me a nudez do seu corpo. Eu olhei, tropecei para trás e caí na poltrona, totalmente siderado, cobrindo o rosto com as mãos*." (266).

De peripécia em peripécia, e no decorrer do tempo, deparamos com o narrador de férias nessa ilha da Malásia chamada Penang, onde vive, desde a data da receção gorada, John Bradley:

> "*- Ela disse-me que havia um dia de voltar a Penang. É, por isso, que aqui estou* [John]. *Não importam os anos, ela há de aparecer. [...]. Eu [o narrador] não podia desfazer aquele amor. [...]. Porque a formosíssima Yasmine, de olhos tristes e expressão melancólica, nascera desventuradamente... homem.*" (1998:273).

Sobressai ainda, neste contexto, a novela "Candy", história do reencontro, vinte e quatro anos decorridos sobre a separação, de Candy, agora "*Mrs. Morris-White, da fina-flor de Hong Kong, com uma casa no Peak, um Jaguar, um Cadillac*" (1997:84), e do protagonista, que, há vinte e quatro anos, dela abusa, por vingança e ciúme, no "Repulse Bay".

No *explicit* da novela, ela, a pseudo-inglesa - mãe de três filhos anglossaxónicos como o pai - que se aculturou, mas sente a nostalgia das raízes macaístas, decide partilhar com o amigo viúvo, que gostaria de ter tido uma filha –

> *"[...] tens uma coisa que eu não tenho. Uma filha. Os meus rapazes são meus amigos, mas são bruscos. [...]. Uma filha encher-me-ia a casa de amor e ela não estaria tão vazia."* (1997:90) -, um segredo que data, precisamente, de há vinte e quatro anos:

> "*Naquela noite, tu engravidaste-me. Fui a Macau à tua procura quando descobri o meu estado, mas tinhas partido. Tentei abortar, mas não tive coragem. Para ocultar a minha vergonha, parti para Cantão. Suportei uma vida infernal naquela cidade. E a criança veio, [...]. Era uma rapariga. Num momento de desespero, e porque não podia justificá-la, dei-a a um casal de chineses a quem faltavam filhos. Ela, a criança, parecia-se comigo, era o nosso retrato, e dei-a a desconhecidos. [...]. Perdi a minha filha... a nossa filha."* (1997:102).

[140] Segundo Grojnowski (2005: 7-11), "*Récit raconté, la nouvelle comporte fréquemment des marques d'oralisation. [...] De là aussi l'équivalence entre les termes de nouvelle et de conte: [...] Le roman orchestre un nombre important de personnages [...] Selon la même logique le chronotope du roman (ses références temporelles et spatiales) est d'une extension tout à fait vaste et flexible. [...] En revanche, la nouvelle limite le nombre des personnages, des événements, des données spatio-temporelles*: [...]".

[141] Na perspetiva de Andrès (1998: 80-81), "*La fin [...], elle aussi, est particulièrement soignée par les nouvellistes. Elle doit laisser une trace dans le souvenir du lecteur, et par conséquent, surprendre ce dernier. [...] Plus la nouvelle est brève et plus la surprise, si tel est le ressort narratif final, doit être ouvragée avec soin. [...] la nouvelle porte en elle une exigence de perfection.*" Ver, também, a diferença entre romance e conto estabelecida por Henrique de Senna Fernandes: "*No romance, o final tem que satisfazer o leitor. [...]. No conto, a solução tem que ser choque. Provocar o choque no leitor, um fim inesperado. No conto é mais difícil. Tem que haver uma história muito bem contada, em poucas palavras.*" (Jornal *Tribuna de Macau* de 5 de outubro de 2010).

2.

A par dos contos e das novelas autobiográficas[142], limítrofes, talvez, da autoficção[143], e ditadas por uma avalancha de reminiscências que se intenta cristalizar, surgem as crónicas, assim 'rotuladas' pelo Autor[144], que definimos como registos circunstanciais, osmose de jornalismo e de literatura, da responsabilidade de um narrador-repórter que, sob uma aparência de superficialidade (não isenta de desconhecimento de artifícios literários), vai captando, de modo breve e lábil, os eventos e situações na sua transitoriedade[145].

Tais crónicas, que até podem estar na génese de um romance[146], configuram a sociologia do literário, pelo que doravante nos debruçaremos não sobre o estudo socio-histórico da Macau antiga - visitada, segundo Fok Kai Cheong, em 1513, pelos Portugueses, primeiros navegadores europeus com quem os Chineses se cruzaram[147] -, mas sobre a socialidade emanada pelas obras de Senna Fernandes e filtrada, por conseguinte, pela mundividência do Escritor. Nesta sequência, a cidade do nome de Deus subdividia-se em "cidade cristã" - cuja tranquilidade era tão-somente quebrada pelo estrépito festivo do Entrudo (2008:3) -, onde "se fixava em massa a comunidade portuguesa"", e em "cidade chinesa", abrindo-se ruidosamente para o Porto Interior: "Ali estavam os mercados, as boticas, os estabelecimentos de todas as artes e ofícios, as hospedarias, os ervanários, os algibebes e as casas de penhor, os fumatórios de ópio, as casas de *fan-tan* e das lotarias chinesas, os *cou-laus* (restaurantes), os *fan-tims* (casas de pasto), os lupanares da Rua da Felicidade e das transversais, o teatro do 'autochina." (1998:221-222).

Se a Rua Central constituía, então, o centro nevrálgico da vida coletiva, conhecendo o "Hotel Central", com o seu restaurante no rés-do-chão e "os seus andares de jogo e cabaret" (1998:97), um protagonismo cosmopolita, a Rua da Praia Grande era a artéria onde os *dandies* fervilhavam ao cair da tarde, "*caracolando os seus alazões ou a pé, até ao Passeio Público que era o Jardim de S. Francisco, na época, um jardim fechado e muito frondoso, [...]"* (1997:32). Quanto à Rua da Felicidade de antanho, ela era o coração do "bairro de amor" de Macau, fazendo parte do "Bazar": se, durante o dia, as casas tinham as janelas fechadas, à boquinha da noite os lampiões acendiam-se e as *pei-pa-chais* começavam a "florear-se de carmim, a perfumar-se." (1997:53). Transitando para as salas de cinema, urge assinalar que havia, na época, o Cinema Victória, onde se demorava o narrador a contemplar os cartazes dos filmes (1998:75), e o Capitol, "a melhor casa de cinema de Macau", na Rua de S. Domingos, metonimicamente conhecida pela Rua das "Mariazinhas": "*Não há português que chegue, para ficar ou que se demore apenas uns escassos dias que não ouça falar das Mariazinhas, as suas lojas e lojecas. Ali se compra tudo o que é útil, barato, acessível e de confeção aprazível ao gosto. Assim diz a fama*." (1998:73).

[142] "[...] l'*autobiographie*, *genre longtemps sous-estimé et qui, ces dernières années, n'a cessé d'affirmer son importance croissante, sur la scène internationale, tant par l'ampleur de la production littéraire que par la qualité des travaux critiques qu'il inspire*." (1988: 5).

[143] "*Ante el nuevo panorama no es extraño que haya quien considere la autonovelación como simple modificación del discurso autobiográfico, y quien, [...] reconociendo la particularidad de la novela autobiográfica, manifieste la necesidad de diferenciar los diversos subgéneros autobiográficos a partir de un género común. [...] nos enfrentamos a dos hechos constatables: por un lado, que lo autobiográfico ha experimentado una explosión a partir de los setenta, y este furor por el sujeto ha movido al novelista a la autoficción, por otro que la forma que adopta el discurso y su contenido están ya muy alejados de la autobiografía clásica, con la que se identificó el hombre moderno*." (2000:29-30).

[144] "O presente escrito [Hotel Riviera] é a reprodução mais desenvolvida da crónica anterior [publicada em 1969 no extinto jornal *Notícias de Macau*] com acrescentamentos e correções de pormenor." (1998:215).

[145] *"Com o seu toque de lirismo reflexivo, o cronista capta esse instante brevíssimo que também faz parte da condição humana e lhe confere (ou lhe devolve) a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos, transformando a simples situação no diálogo sobre a complexidade das nossas dores e alegrias*." (Sá, 2008:11).

[146] "Esta [*Amor e dedinhos de pé*] é *uma obra de ficção, [...] Da crónica verdadeira, tal como ela se passou, ficou-me apenas um borrão na memória." (2008:s/p); "Eis a crónica de uma velha história de Macau, [...]" (*2008:286).

[147] Na perspetiva de Fok Kai Cheong (1996: 13), "*Os atos violentos e homicidas de que foram acusados os primeiros portugueses incluíam o rapto de mulheres e crianças para o tráfico de escravos, a captura de crianças para alimento e o desprezo pelas leis chinesas e pela intervenção social."*

Desta digressão turística pela Macau de antigamente, ressalta, mais do que o Hotel europeu "Bela Vista", o "Hotel Riviera", inaugurado com este nome em 1928, mas existindo desde 1880, altura em que é conhecido por "King kee's Hotel", e passando a chamar-se, aquando da sua remodelação em 1924, "New Macao Hotel".

Agente catalisador da saudade de tempos idos e espaço mítico hoje inexistente, não deixam a sua bem documentada história bem como o seu inglório 'passamento' de ser trazidos do olvido para as luzes da ribalta numa crónica homónima: *"Um dos edifícios sacrificados ao camartelo dos construtores civis foi o decrépito "Hotel" Riviera [...] É que, para o velho residente da terra e para os seus naturais, aquele edifício hoteleiro estava irmanado a muito evento social e histórico e todas as figuras importantes dos últimos cem anos pisaram os seus salões, ponto obrigatório onde antigamente convergiam todos os estrangeiros e todos aqueles que vinham da Metrópole ou doutras partes do Ultramar prestar serviço a estas paragens."* (1998:216).

Após um "zoom" genérico conducente à reconstituição topográfica do pequeno burgo desde os primeiros quartéis do século XX até à atualidade, Senna Fernandes desce a bem gostosos pormenores, incidindo quer nos transportes em voga - o riquexó e a bicicleta, "*veículo muito popular, numa terra com poucos automóveis.*" (1998:92) -, quer na deficiente iluminação pública - "*excetuando as artérias principais, o movimento do burgo morria cedo. Havia assim muito espaço imerso no negrume e sombras*." (1998: 78) -, quer nos "*vendilhões ambulantes de comidas e sopas de fita*." (1998:83).

Até as sucessivas epidemias que grassaram antes e ao longo do decénio de 30 na cidade de Macau não escapam à análise denodada do Autor, que traça o seu historial e procede à sua tipologia em função das suas conotações sociais e sentimentais - "*A tuberculose foi também aqui rapidamente uma doença romântica"* (1998:84) -, *dos seus períodos sazonais de eleição - "No verão sufocante [...] era o chamado Hong Kong foot, dolorosas pústulas nos dedos dos pés, [...]"* (1998:85) -, das suas eventuais procedências ou contágios - "*A doença* [meningite cerebrospinal] *teria vindo de Xangai e doutras regiões da China, [...]*" (1998:85) - e do silenciamento da sua denominação tabu: "*Outras doenças que constituíam um verdadeiro perigo, mas que ninguém se atrevia a bramar em alta voz, eram as doenças venéreas*." (1998:89).

Neste contexto específico, óbvio se torna que a mentalidade da época, configurada pelos códigos sociais em vigor, é recorrentemente abordada, a começar pela simbologia pouco criptográfica de uma certa missa de domingo: de facto, Chico Frontaria, "*Todo enfarpelado no traje de linho branco, magnífico chapéu colonial, tipo inglês, passeou com ela [a equilibrista alemã de circo], ao domingo, depois da chique missa das onze horas da Sé, pela Rua Central, a visitar as lojas dos 'mouro-mouros'*, [...] " (2008:22); a mesma situação é detetável em *A Trança feiticeira*, quando o narrador nos informa que Lucrécia, a esposa de Santerra, "*tornou-se fisicamente uma soberba mulher, para quem os homens se demoravam a olhar quando ia à missa chique à Sé Catedral, às onze horas dos domingos."* (1993:56).

Não parece despiciendo um relance, superficial que seja, pelo estatuto social da mulher, vivendo na total sujeição ao companheiro ou marido. Destarte, a dócil tancareira A-Chan (protagonista de uma novela galardoada com o Prémio Fialho de Almeida dos Jogos Florais da Queima das Fitas de 1950 da Universidade de Coimbra), depois de engravidar do marinheiro Manuel, não se coíbe de lhe entregar, meses decorridos, a filha de ambos, já que o futuro, internamente focalizado mediante o discurso indireto livre, não carreará alterações substanciais ao seu parco *modus vivendi*: "*Que existência lhe guardava o porvir? O rio, o eterno e inalterável rio a exigir-lhe as forças até ao alento final. O tancá, os remos, o vaivém na superfície barrenta do porto. Dias incertos, privações. A velhice insegura, a perene escravatura do ofício. Sim, ele tinha razão. Se a filha ficasse, que seria do seu futuro? Ela* [A-Chang] *podia sofrer porque fora criada no sofrimento, vendida pelos pais a mãos empedernidas. Mas nunca a Mei-Lai, que era tão bonita e se parecia tanto com o marinheiro de olhos azuis*." (1997:19).

Nos antípodas de A-Chang, a adúltera Pou In troca a vida prestigiante com o seu marido Cheong, na qual avulta como sujeito dominador, por uma existência atribulada com o ator Wong, ao longo da qual mais não conhece do que a escravidão: "*Wong tornara-se um*

autêntico sorvedouro. As exigências de dinheiro não findavam. As quantias eram cada vez mais vultuosas e ela tinha de dar tratos à inteligência para satisfazer as suas dissipações. [...]. Quando o dinheiro não chegava, o amante batia." (1997:128).

No que diz respeito à portadora da "trança feiticeira" de nome A-Leng, a sua coragem e determinação vão-se paulatinamente revelando: se, no início, caminha sempre atrás do companheiro, não se inibe de cortar o ar com o varapau em riste, defendendo o belo Adozindo dos zaragateiros de Cheok Chai Un: "A-*Leng não era nenhuma escrava amorfa e inteiramente submissa, refilava quando não concordava e dizia da sua lógica*." (1993:120).

De realçar, neste contexto, o entronamento da sociedade patriarcal, o olhar nostálgico apontado ao casticismo do passado e veículo do presente atípico – *" [...] numa uniformização dolorosa, monótona e inestética*" (1993:4) – e o cosmopolitismo da Cidade do Nome de Deus, louvada pela sua tolerância civilizacional, aplaudida pela sua dinâmica de culturas híbridas e/ou pela harmoniosa coexistência de mentalidades distintas desaguando em mútuas cedências: *" [...] Macau, terra bendita de todos os refugiados políticos e de filhos pródigos, [...] "* (1993:55); "*Eram usos e costumes de duas culturas que se misturavam, sem imposição, como se fossem a coisa mais natural deste mundo*." (1993:130); "*Com o girar do tempo e como resultado de duas culturas, procurando entender-se numa linguagem comum, os filhos falavam ora em português, ou em chinês ou em chinês e português misturados*." (1993:134); "*A união das suas almas, de formação e cultura tão diferentes, não devia constituir surpresa para ninguém. É Macau..."* (1993:172). Aliás, segundo David Brookshaw, tradutor inglês de Senna Fernandes,

"*Fernandes is a unique figure, for his stories are set in an entirely Macanese world, from which the Portuguese, whether as colonial oficials or other representatives of the 'metropolis' are largely absent, and even when they to appear, they are essentially background figures. His fiction evokes not only the relationship between the Macanese and Chinese on both a social and a cultural level, but it also focuses on the internal dynamics of social change among the Macanese themselves,* [...]" (2004: vii).

3.

Convencional no que concerne ao 'padrão' de escrita, na qual alternam um cru realismo de base (a que o *patois* confere um gosto aliciante[148]) e um inegável romantismo sentimental, oscilando entre uma trama camiliana e um estilo queirosiano, o tema dos dois romances de Henrique de Senna Fernandes poderia, à partida, resumir-se a uma história de amor entravada por escolhos de ordem vária e redundando num "happy end", sinónimo de ausência dessa contradição irreconciliável configuradora do trágico.

Na verdade, Francisco Frontaria e o "belo Adozindo" (atente-se na recorrência voluntária do epíteto homérico...), caraterizados por um invejável estatuto genealógico, por um letárgico desafogo financeiro, por um culto idiossincrático do facilitismo e por uma inegável tendência para o hedonismo, vão conhecendo, de incidente em incidente inscritos num crescendo dramático, a desqualificação ignominiosa, da qual paulatinamente se redimem graças à ação salvífica da mulher (A-Leng) que um [o belo Adozindo] havia ferido pela

[148] Veja-se, por exemplo, o seguinte extrato de *A trança feiticeira* (1993: 117): "Sobretudo, um grupo de chachas-velhas que, por entre o boquizar de orações, comentava:

- *Sang obra di amuirona abusadera di Cheok Chai Un! Ferá chá di má-niong-pó. Eloutro ficâ ôlo torto, vangueado.*
- *Qui saião! Certo sang bagate... Coitado di Beba qui tanto lágri já chorâ.*
- *Eu dizê bem fêto! Chubi rabo-sarangong virá rabo capido!*"

Ver, também, Ferreira (1985:8): "*A docí língu di Macau di tempo antigo* é também obra de Portugal. Criaram-na os descendentes que viram o sol brilhar sobre Macau; utilizaram-na pela vida fora os sucedâneos desses grandes portugueses. A cativante *língu maquista* revela não apenas o poder de criação e de assimilação dos nossos maiores, como ainda os bons sentimentos, a índole, o espírito cordial e feitio bonachão dum povo inconfundível. São predicados que identificam o dialeto com a alma macaense. Maravilha pensar como esse dialeto, criado por necessidade em tempos bem distantes, se pôde ir conservando e desenvolvendo através de tantos anos sem perder o que quer que fosse do seu chiste natural."

sua indignidade ou à ação maléfica da amásia (A-Tai) que rebaixara o outro [Chico] na sua autoridade.

Os seus anos juvenis são determinados quer pela aprendizagem exemplar negativa - suscetível de ser definida em termos de ineficácia do "destinateur bénéfique" e de inautenticiade do "objeto" (1979:35) -, da qual são responsáveis a Titi Bita (e não o tio Timóteo) de Francisco e as mulheres da casa - *" [...] a mãe, a avó e as tias maternas, uma solteira e outra viúva, uma prima, filha desta, e três criadas*" (1993:9) - que idolatram Adozindo, quer pelo ferrete da formosura que fixa o destino de ambos: "- *Oh, Deus, obrigado por me fazeres tão bonito!"* (1993:10); "*Era também uma criança formosa, asseada, cheirando a sabonete, os cabelos bem penteados* [...]" (2008:8).

No fluir do tempo, a estúrdia carateriológica, acrescida do sabor a interdito de companhias desaconselháveis, do desafio tentador de apostas em mulheres (manipulando sentimentos fingidos e acalentando esperanças falsas de conúbio) e do gosto pela boémia dissipadora de fortunas conduzem Francisco Frontaria e o "belo" Adozindo à total denegação dos valores morais e sociais inicialmente aprendidos. Assim é que Adozindo, embalado pela doce melodia do *mundus mulierum*, seduz Lucrécia que "*Jamais levara a sério*" (1993:60), desonra A-Leng, pensando erroneamente tratar-se de um "*capricho que a seu tempo arrumaria"* (1993:60), é expulso pelo núcleo familiar, desdourado pelo labéu e, desenganado pelo próprio tempo que desmente o suposto "capricho", acaba por contrair matrimónio com a aguadeira A-Leng, que havia lançado no descrédito, mas que aprendera a amar.

Quanto a Francisco, ele conhecerá tanto a privação humilhante de independência, ao lado da despótica A-Tai, que lhe esportula o magro salário, como a perda de respeitabilidade, ao negociar a transação de A-Sao, filha de Pao-Sok, vendida a Lam Sang. Esta adulteração do *eu* moral, mais visível em *Amor e dedinhos de pé* do que em *A trança feiticeira*, é corroborada pela degenerescência do *eu* físico, que a doença, hodologicamente identificada com a lepra, e o crescimento imundo da barba traduzem, bem como pela evolução algo sórdida do nome próprio reduzido a uma alcunha: com efeito, Francisco da Mota Frontaria (tenha-se em atenção a preposição de cariz nobiliárquico) passa a ser conhecido por Chico Frontaria, vulgo Chico, diminutivo ao qual, numa última etapa, se vai juntar o sintagma depreciativo "Pé-Fede". Além do mais, toma o protagonista consciência clara desta descida ao Hades, questionando-se não raro sobre a eventual superação do seu aviltamento: *"Descera tão baixo* [...]" (2008:63); "[...] *sem esperança de regeneração." [segundo o Padre Serafim]* (2008:69); "*Resvalara para um estágio de degradação, muito pior que nos tempos do beco, ao lado da bruta vendilhã ambulante."* (2008:77); "*Sempre tivera o pavor de morrer sozinho, [...]. Mas agora, amarfanhado pelo inferno dos tormentos, era-lhe indiferente*." (2008:78); "*Vacilou. Estava nas últimas,* [...]" (2008:203); "*Chico debatia-se para apagar toda a indignidade do seu passado."* (2008:217).

Vai-se, desta feita, aproximando a fase da morte/renascimento, específica do romance de iniciação: após a expulsão do espaço originário e familiar, após as 'provas' preliminares, físicas e morais, que o herói defronta, moldando o apelo da aventura, e após os confrontos sucessivos com os seus opositores ou antagonistas, conducentes à prostração letal, assiste-se à transformação/metamorfose do eu.

Adozindo, depois de uma vivência infernal ao longo de três meses, "*Aprendera a conhecer melhor os homens, amadurecera*" (1993:94), modificara-se devido à provação por que havia passado e, do ponto de vista de Valdemero, fora transformado por A-Leng: *"Homem de temperamento tão polígamo, reduzira-se a querer e a desejar uma só!"* (1993:143).

Esta modificação radical, mais patente em Francisco, é sobejamente revelada pelo campo lexical da ressurreição: "*Então, apreciou* [Francisco] *o jardim, a passarada, a calma dormente da paisagem, a branda blandícia do mar. [...] Como se transformara"* (2008:233); "*Durante a minha doença e convalescença tive muito tempo para meditar. [...]. Modifiquei-me, nem me conheço.*" (2008:235); "*Não basta dizer que me modifiquei."* (2008:236); "*Já não era o mesmo*." (2008:250); "*Tinha de suportar os teimosos que persistiam em arrastá-lo, não reconciliados com a sua metamorfose*." (2008:251); "*Aquele dia era especial, o da reabilitação*." (2008:267).

Interessante se torna assinalar que esta metamorfose do *eu* veicula a expansão do espaço, tendo como ponto de partida a sua diminuição/restrição e como meta o alargamento ou dilatação do seu horizonte, até então fechado, denso, opaco. É só folhear *A trança feiticeira* e passar em revista o quarto da hospedaria - "*Não era um lugar respeitável, mais uma casa de passe do que outra coisa.*" (1993:81) -, a *"casinha, ali para os lados do Hospital Kiang-Wu, dum só piso, mas com sótão*." (1993:83) e, por fim, a ampla casa da Rampa dos Artilheiros, na qual Adozindo viu "*o símbolo da sua própria ascensão e saboreou melhor a sua nova situação*." (1993:158).

Por seu turno, Chico Frontaria transita do beco sórdido para a casa de Vitorina Vidal, culminando a sua convalescença na "Areia Preta" bordejada pelo mar:

> "*Lá fora, havia a chilreada alegre da passarada. O galo da capoeira soltava um longo trinado de sultão, zeloso do seu harém. [...] O mar era apenas um murmúrio de confessionário.*" (2008:232).

Ora, se o romance de iniciação preconiza a separação indivíduo-família, segundo um ritual mais ou menos dramático, bem como a experiência da tortura, implicando uma morte simbólica à qual se segue o renascimento; se o paradigma iniciático privilegia quer o itinerário circular, entrecortado pela viagem, quer o tempo de crise, sinónimo de clímax narrativo, vivido pelo herói; se o romance iniciático enfatiza, por fim, a metamorfose do "self" passível de extensão às demais personagens do romance que se movem em seu redor, parecem não restar dúvidas de que os dois romances de Henrique de Senna Fernandes são romances de iniciação e não de formação, porquanto este último se aparenta a "*la historia de una educación, de un irse haciendo un hombre, de las experiencias, sacrificios, aventuras, por las que viaja hacia la búsqueda, la conquista de su madurez*." (2001:35).

Fazendo jus à tríade equilíbrio inicial/desagregação do equilíbrio/reconstituição do equilíbrio (1983:40-41), Francisco e Adozindo comprazem-se nos "*maëlstroms*" da baixeza e da vilania e, influenciados por Vitorina e A-Leng que descem à cloaca para os resgatar, conseguem ressarcir o mal infligido ou desagravar a afronta passada pela via de um matrimónio por amor, do perdão da família ultrajada e da esperança depositada nos filhos que irão perpetuar simbolicamente a sua regeneração:

> "*Os noivos [Vitorina e Francisco] guardaram as convenções. [...]. Era preciso que se acreditasse, Vitorina ia virgem para o matrimónio. Só os dois sabiam dum deslumbrante segredo. Ela estava grávida.*" (2008:283) / "*Aurélio não sabia se devia partir ou ficar. Os netos mais velhos palravam, com mil perguntas. [...] A-Leng viu o sogro, o coração pulsando precipitadamente. [...]. Suavemente, toda enternecida, murmurou: - Entra, pai. Está em sua casa*." (1993:177).

4.

Uma questão que não pode deixar de ser levantada aponta para as caraterísticas cinematográficas dos dois romances, adaptados para o cinema, de Henrique de Senna Fernandes. Quedemo-nos, nesta ordem de ideias, na descrição de planos que se sucedem numa gradação crescente, partindo do ponto mais baixo e próximo para atingir o mais elevado e longínquo, firmando, desta feita, a visualidade de uma escrita rica em sinestesias:

> "*O Largo de Camões dormitava, no rescaldo da canícula. Aqui e ali, nos bancos verdes, velhos e mulheres gozavam os últimos resquícios do sol da tarde. Uma cabeça de rapariga espreitava a rua, [...] Doutro lado, a Casa de Beneficência das madres Canossianas destacava-se no seu recolhimento conventual, [...] Matraquear longínquo de pedras de 'má-cheok'.* [...]. Nos *cimos da vegetação frondosa do Jardim do Poeta, incandesciam revérberos doirados*." (1993:156).

Como é manifesto, nota-se uma representação da realidade um tanto ancorada numa visualidade de cariz fílmico ou. por outras palavras, um "travelling" ascendente que permite pontuar a imagem de planos de detalhe (ou macroscópicos, como diria Edgar Morin).

Do mesmo modo, a cinestesia do seu estilo adequa-se na perfeição a uma cena cinemática de movimento: "*Já se ouviam murmurações, cada vez mais crescentes. [...] Meia hora depois, magotes de convidados espreitavam pelas janelas, farejando escândalo. [...]. Passava outra meia hora quando, no fundo da rua, rebentou o estardalhaço dum gonzo chinês e pífaros, acompanhado de explosões de panchões. [...]. Animou-se a casa, [...] às janelas, os convidados eram aos molhinhos. Mais pessoas afluíam e espalhavam-se na rua. Em frente da porta, entre palmas, a cadeirinha estacou. Chico pôs-se em pé, casaco azul e calças vermelhas*." (2008:37).

Neste caso, como é bom de ver, o efeito plástico provém de uma acumulação de imagens razoavelmente estáticas, que, no conjunto, ou seja, numa sintaxe em movimento, engendram um dinamismo que faz lembrar técnicas cinematográficas como aquelas a que o cinema soviético (Kuleshov, Eisenstein) deu particular ênfase (imagens estáticas postas em movimento pela sua acumulação, numa operação sintática em que a soma das partes excede a parcelaridade de cada uma).

Também a focalização interna, a par do discurso indireto livre, voz dual congraçando a voz do narrador e da personagem, se revela propícia à eventual intrusão da "voz off", reforçando a aproximação do leitor relativa ao universo anímico da/do protagonista:

> "*Chamava-se Vitorina Cidalisa Padilla Vidal, com uma irritante profusão de 'is'. Vitorina Cidalisa! Se havia nomes mais execrandos! Nenhum apelido acrescentar-se-ia a Vidal, com 32 anos, com aqueles malares que pareciam querer furar a pele, o olho vesgo e aquele corpo chato que os vestidos de saias abundantes não disfarçavam de todo. Como saíra assim magra, não entendia! O pai fora um homem cheio, sem ser gordo, a mãe franzina, enquanto solteira, engordara depois de se casar. Apenas ela não mudara de compleição.*" (2008:83).

Por fim, nesta exegese constrangedoramente sucinta, urge abordar a estrutura do romance *Amor e dedinhos de pé*: a primeira parte, *in media res*, intitulada "Chico Pé-Fede", constitui um "flash-back" cuja amplitude é aproximadamente de trinta anos; a segunda parte, "Varapau-de-Osso", numa simetria magistralmente calculada em relação à primeira, mais não é do que uma analepse, com duração similar, colmatando as lacunas do passado de Vitorina: a 'armadilha' maquiavélica em que cai Hipólito, o casamento forçado deste com Cesaltina Padilla, o nascimento de Vitorina, a morte de seu irmão Paulinho, e, por fim, o triplo falecimento de seu avô Pablo, do seu amigo Gonçalo Botelho e de seu pai Hipólito Vidal; a terceira parte, aproximando no presente de enunciação os protagonistas Vitorina e Francisco (cujo passado foi significativamente explorado na segunda e na primeira parte), incide nas relações entre "Chico Pé-Fede e Varapau-de-Osso", posto que, consoante assevera o autor, "*As alcunhas são uma praga, colam-se à pessoa, de modo que, para as apagar...*" (2008:220); a ascensão social é tão-somente consolidada na quarta parte, que se intitula "Francisco e Vitorina", despindo as personagens os seus epítetos depreciativos para reconquistarem a autoestima perdida do *nome*: "*Pouco a pouco, amorteceu a curiosidade em volta do casal, perdendo-se as alcunhas de Varapau-de-Osso e Chico Pé-Fede da memória dos vindouros.*" (2008:285).

5.

Não deixará de ser interessante proceder, conquanto de um modo lamentavelmente sucinto, a um estudo comparativo, no âmbito da intertextualidade, das obras de Senna Fernandes e de Rodrigo Leal de Carvalho, detetando tanto as afinidades como as divergências estético-literárias.

Para começar, o pano de fundo histórico, cenário de guerra e conflito: em Senna Fernandes, deflagra a "nova guerra entre chineses e japoneses, numa região longínqua chamada Manchúria", uma "guerra não declarada sino-nipónica" (1993:82-87); no romance *Requiem por Irina Ostrakoff*, somos informados de que "*Nem com o termo da ocupação nipónica cessara a turbulenta efervescência no continente chinês.*" (1993:241); o protagonismo do tema da mulher e do amor, emblematizado por *Amor e dedinhos de pé* e *A trança feiticeira*, bem como por *Ao serviço de Sua Majestade* (1996); o retorno

das personagens, preconizado por Rodrigo Leal de Carvalho, em *A IV Cruzada* (o reencontro do leitor com Igor Ostrakoff, marido de Irina, no "Hotel de France"), não verificável nas obras de Senna Fernandes.

Retomando o início deste texto, e pelas razões que temos vindo a apontar e que passaremos, de ora em diante, a resumir, a obra de Henrique de Senna Fernandes deveria ser obrigatoriamente estudada nas instituições onde se aprende a língua portuguesa.

A. Em primeiro lugar, e numa perspetiva genológica, pelo seu estro multifacetado, que tanta o leva a escrever, com invejável agilidade, uma crónica e uma novela como um romance.

B. Em segundo lugar, e numa dimensão temática, pela arte de saber contar estórias, autobiográficas ou não, repassadas de temas universais e, detentoras, por conseguinte, de uma indiscutível modernidade.

C. Em terceiro lugar, e do ponto de vista sociológico, pela pintura magistral que faz desse lugar de memória que é a Macau antiga - nunca olvidando o burgo atual num paralelismo/contraste que oscila entre a nostalgia do passado e a fé no porvir -, espaço intercultural e sincrético por excelência.

D. Em quarto lugar, pelo estilo acessível, e não hermético, que convida o leitor a penetrar numa diegese em que pululam personagens caraterizadas pela sua humanidade, bipartidas entre o vício e a virtude, mas capazes de sublimarem os seus instintos e de sobrelevarem a indignidade passageira.

Por fim, não resistimos à tentação de dar a palavra ao Escritor:

"Em qualquer dos casos, nós temos os nossos símbolos e não é pelo facto de ter nascido em Macau que deixei de amar uma pátria. Eu preciso de uma pátria, que tenho, e da qual sempre gostei e fui criado a amar. Nas escolas aprendíamos a amar Portugal. Aprendíamos coisas portuguesas, e a conhecer o seu significado. Mesmo coisas agrícolas, como o adro ou o arado... sabia lá eu o que era o arado! Temos sempre presentes os símbolos portugueses, como a bandeira e a pátria em si. A pátria é muito mais do que apenas aquele retângulo." (Jornal *Tribuna de Macau* de 5 de outubro de 2010).

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Andrès, Philippe (1998) *La Nouvelle*, Paris: ellipses, col. "thèmes & études".

Brookshaw, David. (2004) '*Introduction*'. In Senna Fernandes, *The Bewitching Braid*: Hong Kong University Press, v-x.

Cabibbo, Paola/Goldonio, Annalisa. (1983) '*Per una tipologia del romanzo d'iniziazione'*. In Paola Cabibbo (a cura di). *Sigfrido nel nuevo mondo. Studi sulla narrativa d'iniziazione*, Roma: Editrice universitária di Roma – la goliardica, col. "Lett(erat)ura, 13-51.

Carvalho, Rodrigo Leal de (1996) *A IV Cruzada. Novela*, Macau: Livros do Oriente, col. "Macau / Leituras".

Carvalho, Rodrigo Leal de (1996) *Ao Serviço de Sua Majestade (Uma História de Amor)*, Macau: Livros do Oriente, col. "Macau/Leituras".

Carvalho, Rodrigo Leal de (1993) *Requiem por Irina Ostrakoff*, Macau: Livros do Oriente, col. "Macau / Leituras".

Cheong, Fok Kai (1996) *Estudos sobre a instalação dos Portugueses em Macau*. Nota de apresentação de Jorge Manuel Flores. Revisão da Tradução de Isabel Flores, Lisboa: Gradiva.

Doubrovsky, Serge (1988) *Autobiographiques: de Corneille à Sartre*, Paris: Presses Universitaires de France, col. "Perspectives critiques".

Ferreira, José dos Santos [Adé] (1985) *Macau di tempo antigo* (*Poesia e Prosa*), *Dialeto Macaense*, com "prefácio" de Verónica Garizo, Macau: Edição do Autor.

Goyanes, Mariano Baquero (2001) [1989] *Estructuras de la novela actual*, Madrid: Editorial Castalia.

Grojnowski, Daniel (2005) *Lire la nouvelle*, Paris: Armand Colin, Lettres Sup, col. "Lire".

Molero de la Iglesia, Alicia (2000) *La autoficción en España*, Peter Lang SA.

Sá, Jorge de (2008) *A Crônica*, São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 6ª edição.

Senna Fernandes, Henrique de (1993) *A trança feiticeira*, Fundação Oriente: Tipografia Mandarim.

Senna Fernandes, Henrique de (1997) *Nam Van. Contos de Macau*, Instituto Cultural de Macau: col. "Rua Central".

Senna Fernandes, Henrique de (1998) *Mong-Há*, Instituto Cultural de Macau: col. "Rua Central".

Senna Fernandes, Henrique de (2008) *Amor e dedinhos de pé. Romance de Macau*, Rio de Janeiro: Gryphus; Lisboa: Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas.

Suleiman, Susan (1979) '*La structure d'apprentissage. Bildungsroman et roman à thèse'* in *Poétique. Revue de théorie et d'analyse littéraire*, Paris: Seuil, Nº37, 24-42.

27. Mª HELENA ANÇÃ, CIDTFF, UNIVERSIDADE AVEIRO, PORTUGAL, (MARIAHELENA@UA.PT)

TEMA 3.4. "EM TORNO DA LÍNGUA PORTUGUESA: SABERES E CRENÇAS DE AFRICANOS NÃO ESPECIALISTAS", Mª HELENA ANÇÃ, CIDTFF/UNIVERSIDADE DE AVEIRO (PORTUGAL)

1.INTRODUÇÃO

Portugal, ao longo destas últimas décadas, na sequência de acontecimentos nacionais e internacionais, consolidou a vocação de país de imigração, mantendo, no entanto, a sua vocação de emigração. Segundo o último Relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteira, SEF, o total da população estrangeira legalizada corresponde a 451.191 cidadãos, em Portugal, com um crescimento, em 2009, de 3,16%.

As comunidades cabo-verdiana e angolana ocupam respetivamente os 2º e 3ª lugares em termos de comunidades lusófonas mais representativas, sendo a brasileira a primeira (SEF, 2010).

No contexto de partilha da Língua Portuguesa (LP), estes sujeitos têm desta língua conhecimentos próprios, advindos de muitos lugares e tempos, não só das aulas de LP, mas também de reflexões pessoais desenvolvidas interiormente, ou entre pares, ou ainda em interações com nativos. Numa perspetiva educativa, defendemos a importância de aceder e rentabilizar esses conhecimentos, ou 'saberes vulgares', normalmente afastados dos contextos formais, onde unicamente são privilegiados os saberes eruditos. Pela presença de cabo-verdianos e angolanos na sociedade e na escola, e tendo como referência os saberes de '*real people*' (Niedzielski & Preston, 2003: vii), um pouco na linha da *Folk Linguistics*, interrogamo-nos:

- Que perceções têm sobre a LP e sobre a sua aprendizagem? Como constroem crenças sobre esta língua? Que diálogos estabelecem com/entre a LP e a língua materna/língua nacional/outras línguas?
-

Neste cenário, e com base em entrevistas semiestruturadas, analisámos os discursos de quatro cabo-verdianos e de quatro angolanos, adultos, residentes em Lisboa e Aveiro. Os saberes vulgares, de sujeitos não especialistas, sobre a LP e sobre a sua aprendizagem, têm uma relevância social e educativa evidente, sendo conhecimentos fundamentais quer para o professor de Português, quer para a área da Didática do Português Língua Segunda (DPL2), em geral.

1.REFERENCIAL TEÓRICO

Num contexto de Portugal multicultural, em que a presença de africanos se faz sentir 'desde sempre', mas, com especial evidência, a partir da descolonização dos territórios ultramarinos em África, a questão da educação em português ganha uma dimensão primordial. Parece-nos, contudo, que importa compreender inicialmente as perceções destes sujeitos sobre a LP e sobre a sua aprendizagem, antes de encetar reflexões 'no abstrato' sobre modalidades de ensino da língua. Desta forma, este texto[149] recupera os 'saberes vulgares' (*naifs*, Jodelet, 1989), assim como as representações metalinguísticas vulgares, de Beacco (2001, 2004), cruzando a *Folk Linguistics* (Niedzielski e Preston, 2003; Preston, 1993, 1996; Paveau, 2008). Assim, é focalizada a LP e a sua aprendizagem, convocando dois conceitos-chave: RM e *Folk Linguistics*/linguística *folk*. O primeiro conceito assenta na possibilidade de qualquer indivíduo, independentemente do seu conhecimento mais ou menos académico/erudito, possuir saberes 'naturais' sobre o mundo e sobre as línguas.

Quando a reflexão se debruça sobre a língua, esses saberes, explicitados ou não, conscientes ou não, controlados ou não, convergem em RM. Aliás, como nos diz Trévise (1996: 24), qualquer aprendente tem atividade metalinguística e exercita-a independentemente do grau de sofisticação das suas RM e da adequação desta atividade e dessas representações à realidade

[149] Este texto retoma alguns aspetos de Ançã (2009) e Ançã (2010).

linguística. Para contextualizar o conceito de RM, convém situar a sua origem na linguística, tendo sido, mais tarde, apropriado pela didática das línguas, de início com autores muito próximos da linguística (Trévise, 1996; Véronique, 1990, entre outros).

O campo das RM, contudo, foi recobrindo aspetos sociolinguísticos (Deprez, 1997) e o conceito foi necessariamente alargado. Mais especificamente, no que se refere à apropriação de línguas, definiremos RM como o conhecimento (entre o epilinguístico e o metalinguístico[150]), que o sujeito tem/julga ter sobre a língua, ou línguas, sobre o seu funcionamento e sobre a sua apropriação (dificuldades autopercecionadas, por exemplo). Assim, qualquer discurso metalinguístico (descritivo-explicativo) se integra neste âmbito. As RM englobam o 'saber não erudito' e/ou 'saber metalinguístico ordinário', não se esgotando nele, e inscrevem-se ainda num tipo de saber mais geral (sobre o mundo, sobre as coisas), – o saber 'naif' ou vulgar (Beacco, 2001, 2004; Jodelet, 1989).

É nossa convicção que, no quadro da educação em português, a integração dos saberes do sujeito 'vulgar', no que respeita às RM e à sua construção/desconstrução será uma mais-valia. Associadas a estas, podemos encontrar as representações sociolinguísticas, naquilo que Dabène (1994) designou por: i) 'consciência normativa', quando focaliza as representações do sujeito sobre a gramaticalidade e a aceitabilidade dos discursos, seus e dos outros; ii) ' consciência sociolinguística' ao posicionar a língua em sociedade, tendo em conta as representações do sujeito sobre as línguas (materna e segunda), as suas áreas de emprego, de divulgação que vão determinar certas atitudes face a essas línguas. Uma perspetiva desta índole, movendo-se entre fronteiras sociolinguísticas, e recuperando as vozes de sujeitos leigos em linguística, autodefinidos como não especialistas, parece não estar desligada da linguística *folk*.

O interesse pela linguística *folk* surgiu nos EUA, na década de 60, do século passado, essencialmente com Hoenigswald (1966), no âmbito da sociolinguística, realçando este autor a importância dos saberes espontâneos em qualquer tipo de ciência. Esta abordagem na época não acolheu grandes ecos, sendo necessário aguardar pelos anos noventa para o interesse se renovar, com autores como Preston (1993, 1996). Para Niedziestski e Preston (2003) e Preston (1993, 1996), a linguística *folk* procura descobrir o que os não-linguistas sabem da linguagem, procurando 'ensinamentos' sobre as teorias linguísticas *folk* subjacentes. Estas estariam na base de "*conscious reactions to and comments on language*", enquanto as atitudes linguísticas, reações inconscientes, seriam mais do âmbito da psicologia social. No entanto, entre as reações conscientes e as não-conscientes existe um *continuum*, e não propriamente uma fronteira, não sendo possível determinar onde exatamente se inicia a zona de afastamento entre ambas. Para finalizar, estes autores advertem que a linguística *folk* será fundamental no caso de estudos de etnografia da linguagem, a realizar com um dado grupo/comunidade. Aliás, sem as crenças de não-linguistas sobre a linguagem perder-se-iam vários dados do grupo em análise, nomeadamente dados culturais[151].

2.O ESTUDO

Justificando metodologicamente o objeto de estudo (os discursos) e o instrumento de recolha utilizado (as entrevistas), daremos voz aos conceitos de: 'percursos identitários' (Gérin-Lajoie, 2002: 78-79) e 'trajetórias de apropriação' [de uma língua] (Jeanneret, 2010). No primeiro conceito, a identidade linguística é uma construção social, resultante das experiências dos participantes, evidenciada nos seus discursos e no significado que estes lhes atribuem. Pelo segundo conceito, o sujeito/aprendente considera a apropriação de uma língua como um todo, uma experiência que modificou a sua personalidade e a sua identidade, e, por esse facto, as circunstâncias de ocorrência

[150] As atividades e conhecimentos do sujeito diferem no grau de controlo, explicitação e reflexão, sendo metalinguísticos os conhecimentos com estas caraterísticas e epilinguísticos aqueles cujo grau de controlo, explicitação e reflexão é embrionário ou inexistentes; distinção inicialmente devida a Culioli (1968).

[151] Na mesma linha, na Europa, citamos Stegu (2008) e Paveau (2008).

podem/devem ser narradas. Segundo Jeanneret (2010:36) a *trajetória* pode ser vista como:

> *un dispositif symbolique, par lequel le sujet fait d'une série d'événements un ensemble significatif pour l'appropriation: la façon dont le sujet reconstruit son passé d'apprenant dans et par des discours.*

Por conseguinte, considerámos os discursos dos sujeitos e, nos discursos dos sujeitos, o significado atribuído por estes à LP e à sua aprendizagem, e ainda a outras línguas, que com ela se cruzam.

2.1. OS SUJEITOS DO ESTUDO

Este estudo parte de discursos de 8 africanos (4 cabo-verdianos e 4 angolanos), obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de analisar os 'saberes vulgares' destes sujeitos, adultos, e residentes em Portugal. Estes oito africanos têm em comum o facto de não serem estudantes de línguas ou de linguística, nem profissionais destas áreas, e, por isso, qualificados como 'não-especialistas'. Consideram, por este facto, os seus saberes nesses domínios como não legítimos. A maioria, aliás, diz não ser 'a pessoa indicada' para se pronunciar sobre questões linguísticas, ou porque 'já esqueceu a gramática', ou porque 'não fala Português corretamente'. O grupo de cabo-verdianos é constituído por três sujeitos do sexo masculino (A, H e I) e um do sexo feminino (M), e o grupo angolano por dois sujeitos do sexo masculino (J, C) e dois do sexo feminino (Ma, Ha). No que respeita a profissões/ocupações profissionais, no caso cabo-verdiano, A e I são trabalhadores-estudantes, em Aveiro, H é estudante, e M, auxiliar de educação, na periferia de Lisboa. Têm entre 24 e 34 anos, residindo M em Portugal há 12 anos, enquanto os restantes rondam os 7 anos. Todos referem o Crioulo Cabo-Verdiano (CCV) como sua língua materna (LM). O grupo angolano é composto por dois estudantes-trabalhadores, situando-se na faixa etária dos 30: C e Ma, residentes em Lisboa, e dois estudantes de pós-graduação em Aveiro: Ha de 27 anos e J na faixa etária dos 50, ambos residentes em Portugal há um ano; os restantes estão em Portugal há mais de 10 anos. Quanto à LM, há algumas divergências: J afirma ser o Kimbundo, C diz ser a LP, mas a sua língua afetiva é o Umbundo, Ma elege a LP como materna, e 'esconde' o Kimbundo, – apenas no final da entrevista consegue assumir que as suas raízes étnicas assentam nesta língua. Ha, por seu lado, refere três línguas: Kioko, língua da mãe, Nhanheca, língua da região onde vivia em Angola, e. Umbundo, a língua do pai, e sua LM (por ser aquela mais utilizada no seio da família e a que domina melhor).

2.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Sem pretender separar, nas entrevistas, as RM das representações sociolinguísticas, desenharemos os seguintes itinerários investigativos, assentes na grande temática: Perceções/crenças sobre a LP e sobre a sua aprendizagem, e sobre outras línguas

i) discurso metalinguístico (descrições, explicações/exemplificações; julgamentos normativos)
ii) dificuldades linguísticas
iii) diálogos entre os sujeitos e as línguas

Começando pelos cabo-verdianos, e analisando os seus *discursos metalinguísticos*, verificamos que estes vão refletindo sobre questões linguísticas pontuais, utilizando ou não alguma terminologia. Aliás, só quando se libertam da terminologia gramatical ficam mais soltos para falar sobre as línguas e conseguem discursos menos circulares e menos hesitantes. Isso é visível, sobretudo, na locutora M, que teve um percurso académico mais curto. Utilizam especificamente um discurso interlinguístico, dado convocarem as duas línguas para a obtenção de explicações dos fenómenos em LP, ou ainda nas duas línguas. No caso específico de descrições/explicações/exemplificações, estes sujeitos dão exemplos e explicações breves, num vai e vem entre CCV e LP. Exercitam ainda a tradução quase palavra a palavra, registando palavras iguais nas duas línguas ("cabra, branco", I; "*kossa*, que é coçar", M), ou palavras diferentes ("falar que é *papiar,* nós é *papiar*[152]",

[152] O infinitivo é *papia* e não "papiar".

M), ou ainda parecidas ("comer, *kume*", M), tendo uma grande dificuldade em alongar o discurso explicativo e ficando quase por palavras soltas ou frases copulativas.

Relativamente a A, – o único que reflete sobre a LP –, este tenta dar uma explicação, com exemplos curtos, da utilização das preposições 'para' e 'a' com verbos de movimento. Por outro lado, A reflete sobre os deíticos espaciais em CCV: *kel-li* e *kel-la* que não exibe a mesma distribuição espacial do que em LP, esta com um sistema ternário (aqui, aí, ali), ao contrário do sistema binário do CCV (*li, la*).

Retomando o grupo *angolano*, e no que respeita ao *discurso metalinguístico*, destacam-se dois tipos de comentários: o primeiro, no quadro da linguística *folk*: a LP é caraterizada pelas imposições da gramática tradicional (J), ou comparada com outras línguas europeias, em termos de dificuldades, sendo a LP "a mais difícil" a nível de pronúncia e de gramática e a "mais rica", em termos lexicais (Ma); o segundo tipo de comentário, numa perspetiva 'estética': "bonita de ser falada", "elegante nos seus sons" (C). No que diz respeito exclusivamente às *descrições das línguas nacionais* de Angola, as perspetivas também não convergem, remetendo para as duas vias: a 'estética' e a 'linguística'. Na primeira, o Umbundo é uma língua "única" pelo "encanto e musicalidade", pelos jogos de sons, muito "nasais e muito africanos" (C), completada por uma vertente cultural ("língua riquíssima") e concetualmente transcendendo a LP (existência de conceitos intraduzíveis para Português, C). Na 'linguística', a perspetiva é oposta à primeira, dado apresentar o Kimbundo por omissão de "palavras e de significados", e porque se trata de "uma língua às vezes primitiva", precisando de recorrer ao Português (Ma); para J, os Umbundos tendem a transpor traços fonéticos específicos da sua língua para a LP, fenómenos que não sabe explicar, por exemplo, a tendência dos seus locutores para transporem a nasalação caraterística desta língua para os sons da LP, [153] aspeto que unicamente os linguistas poderão explicar. No que toca a Ha, o Umbundo, por ser a língua nacional que melhor domina, é mais fácil em termos de pronúncia e de vocabulário: "[O Kioko e o Nhanheca] têm pronúncias bastante difíceis, e eu lido com estas línguas há bastante tempo…PRONÚNCIA[154] difícil e com vocabulário mais rico, têm mais palavras do que …o Umbundo".

Quanto aos *julgamentos normativos* dos cabo-verdianos, há uma preocupação grande em todos eles em dominar com correção a LP, dado em termos profissionais, a LP ser imprescindível, quer em Portugal quer em Cabo Verde. Estas representações normativas também estão presentes no que consideram ser o 'Crioulo padrão', i.e., o "verdadeiro", o do interior de Santiago[155] (A, H, M). Os sujeitos dizem falar um Crioulo 'misturado', admitindo ainda a existência de variedades dialetais bastante diversificadas. É esta diversidade, segundo H, que vai dificultar a escolha de uma variedade de Crioulo padrão.

Os *julgamentos normativos* dos angolanos consubstanciam-se em comentários sobre a variedade de Português mais correta, em Portugal, Brasil, África, sempre na busca da "pureza da língua" (J), "mas Português só é um: o correto", não importando os espaços onde é falado. Paradoxalmente, a 'correção', – acabam por confessar –, encontra-se no Português Europeu e o país africano que mais se aproxima deste padrão é Angola. Quanto à pronúncia, esta deve ser neutra, próxima daquilo que eles idealizam como padrão. Aliás, J demonstra bem esta preocupação ao utilizar o verbo *pecar*: "eu posso pecar no sotaque, é verdade…".

Relativamente às línguas nacionais, Ha afirma que o Umbundo é uma língua com muitas variedades, "muito diversificada", o que tem a ver "com a pronúncia…e com as palavras". Mas é no Huambo que se fala o "Umbundo puro": "eles é que são mesmo os donos, entre aspas, do Umbundo". Outro aspeto focalizado foi o facto de terem sido desvalorizadas as línguas nacionais em Angola, no passado,

[153] Acrescenta ainda que estes pronunciam [d] em vez de [t], i.e., a consoante oclusiva sonora pela surda ("Há sempre esta, esta tendência de, por causa da influência da LM (…) sei lá, os linguistas podem explicar isso, em termos desse *d*").

[154] PRONÚNCIA – as maiúsculas correspondem à transcrição de uma palavra acentuada, neste caso, a falante Ha eleva o tom da sua voz para pronunciar esta palavra.

[155] Santiago é a ilha mais populosa e onde se situa a Cidade da Praia, a capital do país.

consideradas 'menores', "dialetos", o que originou certos preconceitos visíveis "até à independência do país". Não obstante a designação "dialeto" remeter para o tempo colonial, estes angolanos utilizam-na nos seus discursos, oscilando com a designação "língua", mas, sem qualquer conotação pejorativa. Nesta perspetiva de desvalorização linguística, mas, também, social, Ma afirma que o Kimbundo "não é falado pelas classes altas, só pelo povo".

Quanto às *dificuldades autopercecionadas*, nos cabo-verdianos, elas vão muito a par nos quatro entrevistados: a oralidade/pronúncia, a escrita, a estrutura da frase, a preposição com as suas contrações. M tenta justificar o fraco desempenho em LP, por um lado, porque o seu meio sociocultural é relativamente baixo, por outro, porque tem falhas desde a base ("falhas que no meu caso trouxe desde a escola"). Em Cabo Verde, a LP para ela tinha um papel muito restrito, só quando imigrou para Portugal tomou consciência de que escrevia e falava 'mal'. No seu discurso refere alguns itens gramaticais que não explora (géneros dos nomes, "concordância", "morfologia da frase e sintática", "conjugar os verbos no presente e no passado", "os modos"), exceção para a pronúncia da vibrante uvular/R/em que exemplifica: "Também os *erres*. Também essa dos *erres* … garrafa, nós garafa"). Uma lacuna denunciada claramente foi o vocabulário reduzido que a conduziu a mal-entendidos: "[porque] desconhecia as palavras". I, por sua vez, fala nas suas dificuldades na oralidade, maiores do que na escrita, embora a escrita também apresente alguns problemas, sobretudo a nível da estrutura da frase, talvez porque pense em CCV e tente traduzir ("no início metia palavras crioulas no meio do Português"), na preposição e na colocação da vírgula ("sinceramente não sei porquê"), talvez por não ter hábitos de leitura.

A, quando refere as dificuldades da estrutura da frase, também levanta a hipótese da interferência do CCV poder não ser benéfica. No entanto, o problema não será tanto a nível sintático, "sinto que às vezes quero escrever uma frase bem elaborada"; pois, A, assim como I, pretendem obter um perfecionismo tal que caem em frases rebuscadas e talvez com um vocabulário pouco adequado ao contexto. Além disso, como referido em cima, as preposições e, mais exatamente, as contrações[156], são obstáculos que A justifica: "Há algum tempo que não revejo a gramática". Aliás, este distanciamento da gramática encontra-se igualmente em I.

Relativamente às *dificuldades em LP*, os angolanos entrevistados invocam brevemente alguns aspetos pouco especificados: vocabulário, pronúncia e gramática. Ha, porém, contextualiza as dificuldades em aula de LP: estrutura da frase e sinonímia/antonímia: "tivemos sempre muita dificuldade quando o professor punha um texto, textos com sinónimos e antónimos, que eram sempre palavras bastante complexas…". Em relação à seleção e colocação do pronome pessoal complemento (Ex: 'eu lhe vi no sábado' por 'eu vi-o no sábado'), Ma diz apenas tratar-se de uma "troca", enquanto J, C e Ha atribuem à interferência da LM, ao pouco contacto com a norma escolar, o que acontece em famílias monolingues de línguas bantu, não se tratando do caso de J nem de C.

O outro ponto de análise coloca a tónica no *diálogo entre o sujeito e as línguas*, podendo este diálogo ser construído em meio informal (interações em sociedade, com nativos e não nativos) ou formal (na escola). Assim, que estratégias de aprendizagem e de comunicação são mobilizadas por estes dois grupos nos dois tipos de contexto?

No que concerne aos quatro *cabo-verdianos*, estes baseiam-se no 'modelo do nativo', para aprender a LP ("ouvindo as pessoas, estar atento"); o professor (em Cabo Verde e em Portugal), mas também os colegas ("lidar diariamente com os colegas"; I; "no trabalho, a conversar com alguém, nos serviços públicos," M), a prática ("A língua é prática", I), assistência a programas na televisão, sobretudo aqueles dedicados à LP (A, I). Se a LP não beneficiou quase nada do recurso ao CCV, o mesmo não sucedeu com o Italiano e Espanhol, para quem o Português foi uma via facilitadora (I)[157]. Existe, ainda, um recurso remoto a gramáticas (I e A). Podemos concluir que as estratégias privilegiadas por estes sujeitos se situam mais no âmbito das estratégias sócio-afetivas, nomeadamente no diálogo com os nativos

[156] Em CCV, as preposições são simples, não admitindo contrações.

[157] Não se partiu da 1ª língua para compreender a 2ª (LP), mas, desta para a 3ª e 4ª línguas.

(não só como modelo linguístico, mas, também, como possibilidade de correção dos seus enunciados); por outro lado, apostam, mas em grau menor, na interação entre o sujeito e a língua quando fazem recurso à tradução, comparação, uso de gramáticas.

Por sua vez, as *estratégias de comunicação e de aprendizagem* mencionadas pelos angolanos dizem respeito à apropriação da LP em interação com os pais "porque a LP é língua oficial de Angola", mas, também na interação com portugueses (apenas referida por M e Ha). Na aprendizagem formal, destacam a escola como o local privilegiado, porque é neste espaço que a aprendizagem é consciente. A importância do aspeto gramatical é acentuada por todos, a par da "fonética", o primeiro aspeto a apreender numa língua. Como utensílios imprescindíveis estão a gramática e, sobretudo, o dicionário onde se buscam "sinónimos" e se aprende a traduzir. Quando confrontados, então, com estratégias específicas, nomeiam a tradução ("sempre que se aprende uma língua, faz-se a tradução", C), ou seja, aprender uma língua é desvendar os seus significados, mas também refletir e relacionar ("às vezes relaciono", Ma), assim como consciencializar-se, usar a memorização, o registo escrito e apostar na interação com portugueses (referidos por Ma e Ha). A comparação entre línguas foi uma estratégia mencionada, mas, sem grande convicção. J diz recorrer primeiro "à língua base", i.e., à LP para entender o Francês, nunca entre LP e Kimbundo "porque são línguas que cresceram em mim paralelamente". Ma também afirma partir do Português para o Francês e Espanhol, em termos de vocabulário, dada a proximidade linguística, e do Português para o Inglês, pela distância morfossintática e, ainda, do Português para o Kimbundo: "às vezes quando conto". C diz não recorrer muito a comparações entre línguas, no entanto, na entrevista fala que quando estudou Inglês encontrou alguns sons que não existem na LP e foi, efetivamente, com o Inglês que se apercebeu das diferenças entre as línguas anteriormente aprendidas. Para Ha, as comparações que estabelece em termos de línguas nacionais, só passam pela pronúncia (no entanto, anteriormente, dizia-nos que o Umbundo era mais fácil do que as outras línguas angolanas, em termos de pronúncia, mas também de "vocabulário"). Quando compara o Umbundo e a LP, constata que "para dizer uma coisa, as frases parecem ser muito mais curtas…relativamente ao Português". Mas, comparações conscientes e pontes entre as línguas, só as fez entre as duas primeiras línguas europeias que aprendeu: a LP e o Inglês. Sintetizando, importa sublinhar que as referências dos cabo-verdianos à sua LM são mais abundantes do que à LP, embora o diálogo entre estes sujeitos e as línguas esteja em permanente (re)construção. Os angolanos colocam a LP no centro, para daí partirem para as línguas nacionais/maternas e regressarem à LP, donde efetivamente começa o diálogo, – talvez pelo peso de ser a língua oficial e, consequentemente, por ter sido a primeira língua aprendida em contexto formal.

2.3. CONCLUSÕES DO ESTUDO

Da reflexão sobre este estudo, podemos destacar algumas questões emergentes e comuns aos dois grupos:

- A existência de uma língua nacional (materna ou quase materna) a par da LP, vivendo os sujeitos entre estas línguas, com as quais constroem, mais conscientemente ou menos conscientemente, pontes/diálogos entre ambas.

- A presença de uma forte *atitude normativa e prescritiva* dos entrevistados. Esta é também uma das constatações de Preston, no âmbito das teorias *folk*: os sujeitos são marcadamente prescritivos, encarando a norma, não como uma abstração linguística, mas como uma realidade.

- A extrema preocupação com a correção, particularmente com a *pronúncia*; preocupação também salientada por James (1998): os locutores nativos são tolerantes com os estrangeiros em matéria de morfologia, sintaxe e semântica, mas bastante severos em termos de fonologia, sendo este domínio visto como um sinal de incompetência.

- O reconhecimento que algumas *línguas/variedades não oficiais são sentidas como inferiores* e suscitam preconceitos, sobretudo nos angolanos que se organizam em torno da LP, 'língua de prestígio', tentando justificar as ligações 'maternas' a essas línguas/variedades. O eixo linguístico dos cabo-verdianos, por sua vez, é assumidamente o CCV, surgindo a LP a um nível mais organizativo e académico, embora concorrendo sempre a primeira língua para o sucesso da segunda (Ançã, 2010).

3.COMENTÁRIOS FINAIS

Quando iniciámos este texto, salientámos que, numa perspetiva educativa, defendíamos a importância de rentabilizar conhecimentos/ 'saberes vulgares', normalmente ausentes dos contextos escolares formais.

A nossa escolha recaiu sobre os cabo-verdianos e angolanos que representam na sociedade e na escola portuguesas, comunidades lusófonas fortes, em termos de visibilidade. A educação em português, em geral, e a DPL2, em particular, ganhará, sem dúvida, se considerar os 'saberes' destes sujeitos, os seus comentários, as suas crenças que serão partilhadas, certamente, por outros cabo-verdianos e angolanos.

São estas convicções culturais e linguísticas comuns a um grupo e a outro grupo que podem levar a esboçar algumas teorias *folk* e a fazer-nos recolocar a questão da aprendizagem da LP por estes grupos lusófonos.

4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ançã, Maria Helena (2009) "Discursos sobre as línguas – O papel dos 'saberes vulgares' na Educação em Português". *Seminário Português Língua Não Materna. Metodologias e Materiais*. Lisboa: ILTEC, Associação de Professores de Português, 37-43.

Ançã, Maria Helena (2010) "Contributos dos 'saberes vulgares' para a Educação em Português". *Comunicação apresentada ao 13º Congresso Brasileiro de LP/4º Congresso Internacional de Lusofonia IP-PUC/SP*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes/PUC (Brasil).

Beacco, Jean-Claude (2001) "Les savoirs linguistiques *ordinaires* en didactique des langues: les idiotismes" in Langue *Française*, 131, 89-105.

Beacco, Jean-Claude (2004) "Trois perspectives linguistiques sur la notion de genre discursif" in *Langages*, 153, 109-219.

Culioli, Antoine (1968) "La formalisation en linguistique" in *Cahier pour l'Analyse*, 4, 106-117.

Dabène, Louise (1994) *Repères sociolinguistiques pour l'enseignement des langues*. Paris: Hachette.

Deprez, Christine (1997). "L'apprenant et ses langues: représentations métalinguistiques dans les entretiens autobiographiques". In Geneviève Zarate et Michel Candelier (org.) *Les représentations en didactique des langues et des cultures. Notions en Question*, 2, Paris: CRÉDIF/LIDILEM, 113-127.

Gérin-Lajoie, Diane (2002) "L'approche éthnographique comme méthodologie de recherche dans l'examen du processus de construction identitaire" in *La Revue Canadienne des Langues Vivantes*, 59, 1, 77-96.

Hoenigswald, Henry (1996) "A Proposal for the Study of Folk-linguistics". In William Bright (ed.) *Sociolinguistics.* The Hague: Mouton, 16-26.

James, Carl (1998) *Errors in Language Learning and use*. London: Longman.

Jeanneret, Thérèse (2010) "Trajectoires d'appropriation langagière et travail identitaire: données et analyses" in *Bulletin Suisse de linguistique appliquée*, nº spécial 2010/1, 27-45.

Jodelet, Denise (1989) "Représentations sociales: un domaine en expansion" in Denise Jodelet (dir.) *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 47- 78.

Niedziestski, Nancy and Preston, Dennis (2003/2000) *Folk Linguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

Paveau, Marie-Anne. (2008) "Le parler des classes dominantes, objets linguistiquement incorrect? Dialectologie perceptive et linguistique populaire" in *Études de Linguistique Appliquée*, 150, 137-156.

Preston, Dennis (1993) "The uses of folk linguistics" in *International Journal of Applied Linguistics*, Vol.3, 2, 181-259.

Preston, Dennis (1996) "Whaddayaknow? The Modes of Folk Linguistics Awareness" in *Language Awareness*, Vol.5, 1, 40-74.

SEF/ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2010). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2009*. SEF. http://se

Stegu, Martin (2008) "Linguistique populaire, language awareness, linguistique appliquée: interrelations et transitions" in *Pratiques*, 139/140, 81-92.

Trévise, Anne (1996) "Réflexion, réflexité et acquisition des langues". *AILE*, 8, 5-39.

Véronique, Daniel (1990) "À la rencontre de l'autre langue: réflexion sur les représentations dans l'apprentissage d'une langue étrangère" in *Le Français dans le Monde*, nº spécial, 17-24.

28. Mª JOSÉ GROSSO, UNIVERSIDADE DE LISBOA FLUL PORTUGAL AUSENTE REPRESENTADA POR RAUL LEAL GAIÃO

TEMA 1.1. A PROPÓSITO DE SENNA FERNANDES: REPRESENTAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA, (HOMENAGEM), MARIA JOSÉ REIS GROSSO, UNIVERSIDADE D ELISBOA, PORTUGAL

SINOPSE

Embora a língua portuguesa tenha tido em Macau uma presença na comunicação oral pouco significativa, o seu papel no território, ao longo dos anos, tem sido objeto de reflexão em várias áreas do conhecimento, áreas que se cruzam e que incidem frequentemente na

divulgação, tradução e no ensino da língua portuguesa. Não abunda a referência aos textos em português feitos por *escritores filhos da terra,* e são escassos os trabalhos que destacam a sua escrita como transmissora do conhecimento sobre a língua e a cultura portuguesa. Acresce ainda o facto de se desconhecer a imagem que estes autores têm da língua portuguesa no território. Este texto surge na sequência de outros[158] que tentam ser um contributo para o conhecimento das referências às línguas em presença, em Macau (RAEM), particularmente à língua portuguesa e à sua representação por quem era ou vivia neste território e se relacionava direta ou indiretamente com a cultura e a educação. É neste âmbito, e mais como simples homenagem, sem pretensão académica, que se escreve a propósito de Senna Fernandes. Senna Fernandes, o homem que tinha duas vocações, diferentes profissões e atividades, além de escritor era professor, "*a minha vocação realmente era para ser professor*"[159], professor de várias áreas de ensino, designadamente de Português, *"Oferecia-me o lugar vago de professor de Português dos dois últimos anos do curso que ali se ministrava"*, lidando com públicos de várias idades, integrando na prática pedagógica aspetos fundamentais para uma identidade plurilingue, pluricultural, elementos como a motivação e o prazer de aprender, o afeto, a alegria, a capacidade para uma maior abertura aos outros, a capacidade para ser mais feliz. Em Guedes e Machado (1998:11), Senna Fernandes relata:

> *"Já era professor interino da Escola Primária, ensinando a 2ª Classe masculina. Estava habituado a lidar com garotos de verdes anos, nunca enfrentara rapazes e moças, alguns dos quais eram mais novos que eu uns seis anos. O desafio era grande, mas fui feliz no primeiro embate, soube conduzir-me daí para diante, alcancei o interesse e a atenção dos alunos. Pela vida fora, colhi o carinho desses mesmos alunos e a amizade que perduram até hoje".*

Realmente as suas palavras eram inesquecíveis para quem foi seu aluno. Muitos o consideram um modelo, não só na escrita, mas nas múltiplas atividades desempenhadas (escritor, professor, advogado, bibliotecário), uma referência na vida, como testemunha Jorge Rangel no jornal *Tribuna de Macau* em 5 de outubro de 2010[160]:

> *"Penso que todos os jovens que foram alunos dele o têm como referência. Para todos nós, se ele não foi o maior, foi certamente um dos maiores, pelo seu entusiasmo, pela sua capacidade de comunicação, pela forma de lidar com a juventude, pela sua presença assídua e pela sua disponibilidade."*

Concomitantemente ao seu papel de educador e de *escritor português de Macau* é de realçar o de comunicador entusiasta da identidade macaense, em todas as atividades que desenvolveu. Dentro das correntes atuais do ensino-aprendizagem das línguas, diríamos que é um dos promotores da diversidade linguística e cultural no território, escritor da sua identidade como espaço onde confluem muitas culturas, muitas gentes e se entrecruzam gerações, antiguidade e modernidade. É o elo entre as várias gerações, o que confirma o facto de ser conhecido como figura pública por 95% *dos naturais de Macau, ou apenas residentes,* conforme os dados referidos por Lurdes Escaleira em 3 de dezembro de 2010. Para Senna Fernandes, a língua portuguesa é *pátria* e também *mátria*, sendo a sua pátria *todo o mundo português*[161].

> *"Não é pelo facto de ter nascido em Portugal que deixei de amar uma pátria. Eu preciso duma pátria, que tenho, e da qual sempre gostei e fui criado a amar".*

A identidade pelas línguas não se restringe à língua mais falada, à língua oficial ou de escolarização, mas é influenciada por um cruzamento de fatores. Castellotti e Moore (2002) sublinham a importância das representações como traços constitutivos da própria construção identitária, *traços da ligação entre si e os outros e da construção de conhecimentos,* assim a identidade pelas línguas envolve

[158] cf. Grosso (2010), Grosso (2009).

[159] In *Jornal tribuna de Macau*, *on-line*, nº3575 (Nova série) de 5 de outubro de 2010. Disponível em http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=357503007

[160] Jorge Rangel in *Jornal Tribuna de Macau*, Terça-Feira, 5 de outubro de 2010, N°3575 (Nova Série). Disponível em http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=357503007

[161] In *Jornal Tribuna de Macau*, *on-line*, nº3575 (Nova série) de 5 de outubro de 2010. Disponível em http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=357503007.

um conjunto de representações como as sociais e linguísticas que constituem princípios orientadores para interpretar convicções e esclarecer opiniões, perceber a função das línguas na diversidade linguística e vê-la como componente vital da diversidade cultural. A importância das representações tem sido mencionada em várias áreas disciplinares destacando-se, na linguística aplicada e na didática das línguas (Língua Estrangeira/Língua Segunda), a consciencialização do estatuto e funções duma língua, como expressão cultural, dentro dum determinado contexto linguístico e sociocultural. Os textos de Senna Fernandes surgem, neste âmbito, como espaços privilegiados de promoção da cultura tradicional de Macau, de divulgação da língua portuguesa, do falar macaense e do chinês (cantonês), fontes de riqueza imaterial, repositórios do viver e de saberes tradicionais na memória de um longo e continuado diálogo sem palavras entre culturas. No quadro das representações, os textos filtrados pelo afeto a Macau são identificadores duma realidade diversificada linguística e histórico-cultural, com valor evocativo que Senna Fernandes sabiamente cria e divulga.

A presença da língua portuguesa constituiu, até aos dias de hoje, um tema recorrente de conversa entre os portugueses que vivem ou residem em Macau. Um lugar-comum de diálogo de culturas, mais feito de silêncios, de isolamento, de expetativas do que de uma interação comunicativa oral ativa e escrita fluente. Culturas e línguas que convivem diariamente, silenciosamente, presas no seu isolamento e que raramente dialogam. É possível dizer que se trata de duas personagens que *"continuavam a falar pouco, isolados em mundos opostos"*[162] . Também o isolamento, o espaço fechado durante muito tempo, a repetição das conversas e o fraco desenvolvimento lexical dos jovens naturais de Macau (referido pelos professores de português) são aspetos intrinsecamente associados às caraterísticas contextuais geossociais de Macau. O indivíduo bilingue terá a tarefa privilegiada de pôr em contacto as duas realidades, portuguesa e chinesa, trabalho indispensável na comunicação entre os serviços públicos e os utentes, geralmente desempenhada por macaenses[163] que tradicionalmente dominam também o cantonês (compreensão e produção oral). O insucesso do ensino aprendizagem das matérias, designadamente do português é encarado também como uma das consequências da exiguidade do território:

> *"A terra é dois palmos; as pessoas conhecidas com as quais se pode conversar são parentes com quem não há que dizer; se não são parentes, têm os mesmos hábitos, fazem as mesmas monótonas cousas; o que uns sabem, sabem os outros."*[164]

O meio ambiente e as condições de vida são, ao longo dos anos, apontados como fatores que contribuem para o sucesso reduzido da aprendizagem da língua portuguesa no território. A sociedade com a qual os jovens contactam está longe da representada nos materiais didáticos e no sistema de ensino. Leia-se, como exemplo, a página sete do *Macau, Boletim informativo da repartição Central dos Serviços Económicos,* nº 24 de 31 de julho de 1954, a propósito do público jovem referido:

> *"O aluno fica mudo, não percebeu nada do que leu, desconhece as palavras empregadas. Ouviu-as na escola pela primeira vez (…), é necessário repetir dezenas de vezes o mesmo assunto para que a criança o compreenda ou o decore"*[165].

Sobre esta realidade é dito que Senna Fernandes "contextualiza a dificuldade que era, para os miúdos de Macau, com forte influência da língua chinesa, aprender o português que vinha do outro lado do mundo.", Situação que é frequentemente referida não só por professores, intelectuais e também pelos que lidam com as questões do ensino da língua portuguesa. Não é só a escassez vocabular, mas também a *"grande indisciplina gramatical"* e ainda os "vícios de

[162] In Senna Fernandes (1997:17).

[163] cf. Conceito de difícil definição, empiricamente referido como "euro-asiáticos naturais de Macau, de ascendência portuguesa", mas que Cabral e Lourenço (1993:20-21) veem como "uma identidade étnica no interior do contexto histórico da complexidade cultural e genética que tem caraterizado as sociedades marítimas do sul da Ásia, ao longo dos séculos". A propósito deste conceito, vejam-se, entre outros, Amaro (1988:101), Batalha (1987:71), Batalha (1995:10).

[164] Mendes (1979:13-14).

[165] *Macau*, Boletim Informativo da Repartição Central dos Serviços Económicos - Secção de Propaganda e Turismo, 31 de julho de 1954, nº 24, p.7.

linguagem, morfológicos e construcionais"*;* para isto contribuiu a forte influência da língua chinesa; o principal problema, frequentemente referido, era o facto de as crianças locais, macaenses, que aprendiam as primeiras letras, não compreenderem o que o professor dizia, visto que falavam "um misto de português e chinês"[166], e o conhecimento da língua chinesa também geralmente não ser muito desenvolvido.[167] Em lugares de não-imersão linguística, a língua portuguesa muitas vezes separa-se totalmente duma realidade local e mostra uma existência desprovida de sentido para quem a desconhece e a estuda, aprendendo palavras que não correspondem a nenhum referente, pois inserem-se num outro conhecimento do mundo, a este propósito Senna Fernandes diz: "*Aprendíamos coisas portuguesas, e a conhecer o seu significado. Mesmo coisas agrícolas, como o adro ou o arado…sabia lá eu o que era o arado!".*[168] Embora o domínio de um repertório lexical amplo seja fulcral para a comunicação, em Macau é mencionado que esse repertório é limitado, principalmente quando tem de ser expresso um pensamento mais complexo. Sobre esta questão, Manuel Mendes (1979-13) escreve a propósito do *Ensino da Língua Portuguesa* em Macau:

> "*Para se adquirir extenso vocabulário é indispensável que o meio seja complexo: população numerosa, diferentes classes, diferentes profissões, fauna e flora abundantes, conflitos sociais políticos artísticos, etc. Sem um meio assim dizem-se sempre as mesmas cousas, não há variedade no falar, não se espevitam ideias, não se variam as formas de linguagem, não se criam locuções novas"*

A juntar-se à dificuldade de compreender a forma, significado e uso do vocabulário, associava-se a conjugação verbal. Para as crianças nascidas em Macau, que vivenciavam o seu quotidiano em cantonês, a flexão era um dos principais problemas, designadamente a conjugação verbal. Para o jovem Senna Fernandes, os verbos eram também uma das dificuldades da aprendizagem da língua portuguesa, como é recordado pelo próprio:

> *"O drama do jovem Senna Fernandes eram os verbos, com todos os imperfeitos, perfeitos e mais-que-perfeitos que a língua exige na conjugação. «Aprendi os verbos à força, na terceira classe» recorda»"*[169]*.*

Ler e escrever, motivação e treino fazem esquecer qualquer lapso na conjugação verbal; o gosto pela leitura foi-lhe incutido no ambiente familiar, como refere no Tai Chung Pou: "Eu era um dos melhores a português, lia muito desde pequenino, o meu pai incutiu-nos o gosto pela leitura". [170] Para escrever bem, dominar a palavra através do conhecimento profundo da língua portuguesa foi decisivo o papel interventivo dum professor que teve na escola primária:

> *"Um professor da escola primária, do quinto ano, opcional para os alunos que se queriam preparar melhor para o liceu. Foi decisivo para a minha vida nas letras. Era um profundo conhecedor da língua portuguesa, um homem muito esquisito, que tinha estudado para ser jesuíta, todo ele era jesuíta"* [171]

È de realçar que, segundo as palavras de Senna Fernandes (1986:13), durante a sua infância, se cultivava *o falar bem português,* situação que com o tempo foi substituída pelo uso do chinês e do inglês:

[166] Dado mencionado pelo primeiro professor régio em 1775, cf. Teixeira (1982: 2).
[167] cf. Mendes (1979: 33-36) "a *gente de Macau, no conhecimento da língua chinesa fica-se nos rudimentos infantis"*
[168] In *Jornal Tribuna de Macau*, *on-line*, nº3575 (Nova série) de 5 de outubro de 2010. Disponível em http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=357503007
[169] Vide *Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos* por Isabel Castro em 30/9/2007. Disponível em http:// taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html
[170] Vide Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em 30/9/2007. Disponível em http:// taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html,
[171] Vide Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em 30/9/2007. Disponível em http:// taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html,

"Nas grandes famílias de Macau era ponto de orgulho falar-se em português genuíno. O "patois" foi combatido nos lares, nas escolas e nos jornais. De língua viva reduziu-se a língua que se falava com vergonha ou timidez, e só renascia vibrante nos dias alegres e soltos do Carnaval O português, em número diminuto, estagnou e a situação ensombrou-se mais ainda com o advento da televisão, prendendo crianças e adultos ao canal chinês, por ser mais facilmente compreendido."

A história social, económica, política e educativa portuguesa condicionaram, em Macau, o ensino e a divulgação da língua portuguesa, embora a sua promoção fosse, ao longo dos anos, um dos objetivos mais referidos como linha fundamental da ação do governo, materializando-se em prémios atribuídos aos bons alunos de português[172]. Longínquo ficava Portugal donde chegavam poucos livros e poucos materiais pedagógicos.

"Não havia divulgação, nem atualização da literatura, mas todas as famílias de raiz portuguesa tinham os livros em casa, armários cheios de livros. A situação degradou-se a partir dos anos 70, emigração e falta de interesse pela leitura" [173]

A falta dos recursos materiais era algumas vezes superada pelo professor, embora os recursos humanos também na época fossem escassos, era de salientar a influência da igreja em Macau. O ensino do português, bem como toda a educação em Macau estiveram indissociavelmente ligados à própria história da Igreja e das ordens religiosas que se fixaram no Território (Teixeira:1982); sobressaem as estratégias de ensino, os métodos de algumas ordens religiosas, principalmente os dos mestres Jesuítas que incentivavam a tenacidade, o espírito combativo, a disputa pelo destaque, o gosto pela argumentação:

"Ele tinha um livro chamado Leituras Morais, em que se exaltavam as virtudes e se carregava nos defeitos. Pegava no livro e contava uma história, lendo. Tínhamos que reproduzir a história à nossa maneira. A redação que mudou a forma de olhar as palavras era sobre a inveja."[174]

Para quem gosta de escrever e se quer aventurar num livro, Senna Fernandes deixa-nos a sua sugestão:

"Pego num papel e escrevo, o primeiro jato é sempre muito lacunoso, mas é preciso ter aquela base. Depois começo a construir. No entanto, a minha experiência diz-me que não se deve demorar muito a tentar melhorar"[175].

Vou seguir o seu conselho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1)

Amaro, A. Maria (1988), *Filhos da Terra*, Instituto Cultural de Macau, Macau.

Azevedo, R. Ávila de (1984), *A influência da Cultura Portuguesa em Macau*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.

Batalha, Graciete Nogueira (1995), *O Português Falado e Escrito pelos Chineses de Macau*, Instituto Cultural de Macau, Macau.

Batalha, Graciete Nogueira (1985), "Situação e perspetivas do Português e dos crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)", *Atas do Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo*, vol. I, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, pp. 287-303.

Cabral, J de Pina e Nelson Lourenço (1993), *Em Terra de Tufões, dinâmicas da etnicidade macaense*, Instituto Cultural de Macau, Macau.

Castellotti e Moore (2002) Social *Representations of Languages and Teaching*, Council of Europe, Estrasburgo.

[172] A este propósito são instituídos prémios para o melhor aluno de português como refere Azevedo (1984:83*) "a da instituição de um prémio pecuniário pelo coronel Tamagnini Barbosa, Governador de Macau, ao tempo de cinquenta patacas, para o aluno que obtivesse nota mais elevada em português"*.

[173] Entrevista a *Henrique de Senna Fernandes*, Programa *Peregrinações* sobre a Divulgação da Literatura Portuguesa em Macau. Rádio Macau.1997.

[174] Vide Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em 30/9/2007, Disponível em http:// taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html

[175] **Vide Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em 30/9/2007**
Disponível em http:// taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html

Grosso, M. J., (2010), "O olhar sobre as línguas nas escritas de Macau", in Ana Paula Laborinho e Marta Pacheco Pinto (orgs.) *Macau na Escrita, Escritas de Macau,* húmus.
Grosso, M. J. (2009)," Um Olhar Açoriano sobre Macau" *in Atas/Anais 4° Encontro Açoriano da lusofonia*, Lagoa, S. Miguel, Açores**.**
Guedes e Machado (1998), *Duas Instituições Macaenses, Associação promotora da Instrução dos Macaenses, Escola Comercial "Pedro Nolasco",* Edições APIM, Macau.
Mendes, M. da Silva (1979), "O Ensino da Língua Portuguesa em Macau", *Macau Impressões e Recordações***,** Edição da Quinzena de Macau, Lisboa, pp. 33-36.
Senna Fernandes (1997), *Nam Van, Contos de Macau*, 2ª edição, Instituto Cultural de Macau.
Senna Fernandes (1986), "Macau de Ontem", in *Presença Portuguesa no Extremo Oriente*, Instituto Cultural de Macau.
Teixeira, Pe. M. (1982), *A Educação em Macau***,** Direção dos Serviços de Educação e Cultura, Macau.
(2)
Jornal tribuna de Macau, *on-line*, nº3575 (Nova série) de 5 outubro de 2010. disponível em http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=357503007
Hoje Macau de 3 de dezembro de 2010. Disponível em http://hojemacau.com.mo/?p=6082
Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em http://taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html
Entrevista a *Henrique de Senna Fernandes*, Programa *Peregrinações* da Universidade de Macau sobre a Divulgação da Literatura Portuguesa em Macau. Rádio Macau.

29. MANUEL JOSÉ SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL,

TEMA 3.1. - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS "DESVIOS" DA NORMA LINGUÍSTICA LUSA, MANUEL JOSÉ SILVA, (UNIVERSIDADE DO MINHO)

A língua que aprendemos na escola tem uma relação muito especial com cada um de nós e com a nossa comunidade, grande ou pequena, continental ou insular. Esta relação é, porém, mais afetiva que racional. Por isso, reagimos às mudanças que nos são impostas no que à língua diz respeito, esquecendo que esta é movimento, variação e herança que se renova e se adapta. Se o sistema linguístico é por natureza rígido como se de um molde se tratasse, a sua utilização nas diferentes e diversas situações de comunicação torna-o flexível, o que acarreta, por vezes, desvios às normas impostas pelo sistema ou código linguístico. Uma breve reflexão sobre algumas "incorreções", a que muitos puristas chamam erros, constituirá o tema da nossa comunicação.

A língua pode ser estudada e analisada como código linguístico ou como meio ou instrumento de comunicação. Como sistema linguístico, as formas estruturais que o constituem são mais rígidas, pouco atreitas à evolução. É evidente que, ao considerarmos especialmente as formas lexicais deste sistema, verificamos que estas podem desaparecer das práticas sociolinguísticas quando os referentes deixam de existir, passando a fazer parte da herança e do tesouro linguístico de cada comunidade ou nação. Na minha infância, por exemplo, usava-se o termo quartilho (meio litro). Nunca mais o ouvi. Também nunca mais ouvi uma expressão a que os adultos por vezes recorriam: "Qual é a sua graça"? Pergunta encantadora cujo significado desconhecia.

Temos o sentimento ou intuição de que a sintaxe resiste mais à evolução porque é uma espécie de molde que dá forma a múltiplos enunciados portadores de infinitas mensagens. Todos sabemos que o sistema linguístico português do século XVI não é idêntico ao do século XXI. No entanto, somos capazes de compreender os textos dessa época já remota. Damo-nos conta, todavia, de que, numa perspetiva diacrónica, a nossa língua, como todas as outras, evoluiu, mudou, mas não se degradou. São os falantes que a maltratam porque não a conhecem bem ou, então, mal a conhecem. A língua comum dos portugueses não é, pois, uma língua fixa. Porém a sua evolução não é regular. Há nela um equilíbrio instável entre a fixidez e a evolução.[176]

O sistema ou código linguístico evolui lentamente. Não é este, porém, o momento para apresentar, sistematicamente, exemplos de tal evolução. Refiro, no entanto, e a título de reflexão, a tendência, aliás ligeira, para o emprego dos tempos verbais do modo indicativo em vez dos tempos do modo conjuntivo. O que é mais habitual é que os falantes não conheçam bem a morfologia dos tempos deste modo verbal. Na norma brasileira, esta ocorrência é bastante frequente nos meios sociais mais incultos[177] : *espero que ele vem amanhã* / Eu *não*

[176] Vendryes (1968: 269)

[177] Azevedo (1976: 23-25)

quero que você fala com ele / É uma pena que você chegou atrasado. A concordância ou sequência dos tempos verbais nem sempre é respeitada:[178] *É desde dezembro que não o via / Surpreendeu-me que ele já tenha vindo*. No entanto, as construções em que entra o conjuntivo são complexas e não têm a simplicidade das que foram apresentadas. Na verdade, são possíveis várias combinações temporais. Esta não-concordância dos tempos verbais acontece com outras línguas irmãs, como é o caso do francês.

Atualmente, o imperfeito e o mais-que-perfeito do conjuntivo não se usam. Por essa razão, quando em português se diz e escreve de modo espontâneo (pelo menos o falante medianamente culto): *Maria desejava que António viesse tomar um café com ela*, em francês dir-se-á: *Marie souhaitait qu'Antoine vienne prendre un café avec elle*. Como sucede em francês, o futuro simples tende a desaparecer na língua portuguesa e a ser substituído pelo verbo *ir* + infinitivo do verbo principal: *Amanhã vamos dar um passeio*. Por vezes, chama-se a esta expressão verbal futuro imediato que, convenhamos, não é adequado, como se verifica na frase seguinte: *Dentro de dez anos vamos ter um aumento salarial*.[179] Uma outra tendência é a de empregar-se um verbo transitivo sem complemento, quando devíamos utilizar um verbo chamado pronominal reflexo*: O João curou / Maria constipou / A Academia reuniu*.

Nos jornais é muito frequente esta simplificação: "A história acelerou e o líder do PSD ainda não sabe se apanha o comboio ou se fica na estação a acenar o futuro".[180] Por vezes encontramos as graças da fala que não sabemos explicar. Todos compreendem a expressão "água-vai", em *Ele foi-se embora sem dizer água-vai*. Não conhecemos, porém, a razão ou o fundamento do seu significado, o qual reenvia a um tempo passado e a um espaço físico que já não é nosso.[181] Na locução *logo que*, *logo* significa tempo imediatamente sucessivo: *Logo que o pai chegou, entrou a mãe.* Mas, quando afirmo: *Vou logo*, este *logo* quer dizer mais tarde, daqui a um bocado. No passado não era assim. *Logo* significava sempre, já, imediatamente, sem demora. Atualmente dizemos *vou já* e, até, *vou já já*.[182] A língua portuguesa, como todas as línguas, não é homogénea. Contudo, o poder político, a administração, as elites intelectuais e a escola propõem e defendem um modelo: a língua padrão, isto é, propõem normas linguísticas para o uso correto da língua. Cristóvão de Aguiar (2009) na sua obra *Charlas sobre a língua portuguesa*. *Alguns deslizes mais comuns de linguagem,* não utiliza, como acabamos de verificar, o termo *erro,* mas *deslize*. *Deslize* parece reenviar a distração, negligência, *lapsus linguae*. Agostinho de Campos, insigne linguista dos anos quarenta, evoca-o na sua obra *Língua e má língua e nódoas na escrita* (1944). Os pedagogos preferem o vocábulo *desvio*.

O conceito de norma em linguística supõe a existência de um padrão, um modelo de língua: a língua padrão é, no nosso caso, o português correto. Todos nós temos a ideia de que existe esse português correto, falado ou escrito por uma elite intelectual a que desejamos intimamente pertencer. Porém, essa norma "não coincide com a língua, mas é uma forma correta e definível de a utilizar".[183] A norma varia historicamente. Na verdade, pode acontecer que o que era considerado correto há cerca de cem anos seja tido como incorreto no tempo presente. Agostinho de Campos, na obra já citada, escreve sempre *preguntar*, *pregunta*.

A noção de norma e de correto não é, pois, estática ou fixa: "[…] A evolução não é corrupção linguística. A força de uma língua não reside no seu passado, mas na capacidade de se renovar e dar resposta em cada momento às necessidades do falante." (Estrela e *alii*, (2004:17). A evolução e a renovação de uma língua fazem-se ao longo dos tempos, sem sobressaltos, quase de maneira inconsciente. Todavia, como já foi afirmado, a língua é um produto social e propriedade de uma comunidade/nação, símbolo por excelência da sua identidade. Por estas razões, as mudanças repentinas de caráter linguístico, elaboradas por grupos de intelectuais, provocam sempre reações

[178] Mateus e *alii* (2004: 267-272)
[179] Teixeira (1996: 535-536)
[180] Ribeiro (*Correio da Manhã* do 11/02/2011)
[181] Aguiar (2009: 31-33)
[182] Campos (1944: 215)
[183] Estrela e *alii* (1991: 209)

inesperadas, como no caso do novo acordo ortográfico. Estas reações são compreensivas e mostram que os falantes ainda se preocupam com essa herança intemporal. Embora nem todos pensem que a norma é necessária, é óbvio que os professores sabem que 'português' ensinar nas escolas e aos estrangeiros. Por isso, é de aplaudir a publicação de manuais escolares e de programas televisivos e radiofónicos que podem contribuir para que os Portugueses escrevam bem e falem melhor.

Todos distinguem o ato da escrita do ato da fala. E é precisamente no ato da fala que se verificam os maiores deslizes ou desvios da norma, que não perturbam, em geral, o resultado da comunicação. O erro/desvio situa-se ou está na construção/elaboração formal da mensagem. Na frase agramatical que tantas vezes ouvimos do tipo: **Na semana passada houveram muitos acidentes na estrada*, os falantes não hesitam em fazer concordar o complemento com o verbo, pensando que *muitos acidentes* é o sujeito da frase, o que não é verdade, dado que o verbo *haver* é impessoal. É possível que o princípio de analogia funcione neste caso. Na frase sinónima, *Na semana passada aconteceram muitos acidentes na estrada*, o sujeito está colocado depois do verbo, mas os falantes não erram. Ao cometerem um erro 'grosseiro' com o verbo *haver*, estarão, porventura, à procura das regularidades do sistema e, por isso, aproximam a organização sintática e morfológica do primeiro enunciado com o verbo *haver* do segundo enunciado com o verbo *acontecer*.[184]

Quanto aos verbos compostos *intervir* e *entreter*, que têm uma relação válida com os verbos *vir* e *ter*, eles estão lentamente a fugir dos seus paradigmas para entrar nos paradigmas regulares do tema em - i - para *intervir* e do tema em - é - para *entreter*. Assim, ouve-se e escreve-se, com muita frequência, frases como as seguintes: **O primeiro-ministro interviu na Assembleia Nacional/*João entreteu-se, durante três horas na internet*.[185]

Em português, há cerca de cinquenta e cinco particípios duplos (refiro-me aos verbos principais), um regular e o outro irregular, de origem latina. A norma impõe que os particípios regulares sejam acompanhados de *ter* e *haver* e os irregulares sejam precedidos de *ser*, *estar*, *ficar*: *A carta foi-me entregue pelo carteiro /* O *carteiro tem-me entregado regularmente a correspondência*. *Carregue* não existe como particípio passado assim como *encarregue,* tão usado no dia a dia.

Como podemos observar, na prática quotidiana, a tendência é para usar o particípio irregular. Por isso, há bastante tolerância por parte dos linguistas no que diz respeito a esta confusão no emprego dos particípios duplos. A prática da linguagem parece suplantar a norma: "Outras vezes é a forma "regular" que se torna insólita em proveito da "irregular"; assim, a língua contemporânea parece vir restringindo os particípios de *ganhar*, *gastar*, *matar*, *pagar* etc., às formas *ganho*, *gasto*, *morto, pago* etc. […] Note-se que os verbos *abrir, cobrir, dizer, escrever, fazer, pôr, ver* e *vir* apenas conhecem um particípio irregular: *aberto, coberto, dito, escrito, feito, posto, visto* e *vindo*." (Lopes, 1995: 423 e 426).

Por vezes, hesitamos sobre a grafia do advérbio interrogativo de causa *porque.* Na verdade, é frequente a sua ocorrência numa ou em duas palavras. A norma propõe algumas regras que na verdade não são acatadas por todos os gramáticos e linguistas. Nas orações interrogativas diretas, que não dependem de um verbo, emprega-se *porque*, numa só palavra, quando este advérbio está associado a um verbo: *Porque não vais ao cinema*? Escreve-se igualmente numa só palavra nas interrogativas chamadas indiretas, isto é, nas orações dependentes de uma outra oração subordinante cujo verbo significa interrogação: *interrogar*, *perguntar*, *inquirir* ou ideia de interrogação: *saber*, *ignorar*, *dizer*, etc.: *Diz-me porque não vais ao cinema*.

A grafia em duas palavras obedece à regra seguinte: quando o elemento interrogativo está ligado ou associado a um substantivo (razão, motivo, pretexto) escreve-se em duas palavras, sendo o segundo elemento (*que*) um pronome interrogativo adjunto: *Por que*

[184] Henriques (1973: 274-275)

[185] Teixeira (1996: 537)

motivo não vais ao cinema?[186] As regras assim apresentadas parecem não causar hesitações ou dúvidas. No entanto, na frase *Por que esperas?* com o sentido de *Que coisa esperas tu*? ou *Qual é o objetivo da tua espera*? *Por que*, embora associado a um verbo escreve-se em duas palavras. O elemento *que* é um pronome indefinido, sinal de interrogação.[187] Este último exemplo vem afetar a regularidade da norma. Há linguistas que adotam uma regra mais simples. Segundo eles, deve empregar-se este elemento interrogativo em duas palavras: "*Por que é uma expressão invariável, resultante do agrupamento da preposição por e do pronome relativo ou interrogativo que* equivale a expressões como *pelo qual, pela qual, pelos quais, pelas quais*: *Diga-me a razão por que não veio*; *Por que não vens passear*? Emprega-se *por que quando associado, explícita ou implicitamente, a palavras como motivo, razão, causa*: *Não sei por que não veio passear*." (Estrela, 1991:548-549).

Atentemos agora na frase *Eis porque havemos de ser tolerantes*: "Esta frase, graças à palavra *eis*, faz supor igualmente a existência de alguém que deseja saber *por que* razão devemos ser tolerantes […] *Eis* é equivalente a *vou dizer*, *vou explicar, ora aqui está*, *reparem bem* e expressões congéneres. (Henriques, 1977:114). Em títulos de livros e em artigos de jornais, o elemento *porque* escreve-se numa só palavra, segundo a maior parte dos gramáticos: *Porque resistimos*. Esta frase implica *vou dizer porque resistimos*. Trata-se de uma oração interrogativa indireta.[188]

Em síntese, a maior parte dos gramáticos propõe a norma segundo a qual o advérbio interrogativo de causa se escreve numa só palavra quando associado a um verbo. Em duas palavras, quando está associado explicitamente aos substantivos *motivo*, *razão*, *causa*, *pretexto*, etc.

Outros gramáticos simplificam a norma tornando-a homogénea. Assim, este elemento interrogativo escreve-se em todas as ocorrências em duas palavras, uma vez que explícita ou implicitamente está associado aos substantivos acima referidos. Os formadores, sobretudo os que ensinam o português, são de opinião de que a língua pátria se degrada cada vez mais. Culpam os jovens de ressuscitar linguagens que nos fazem recordar os primórdios da escrita. Basta lembrar as mensagens eletrónicas… não é por essa razão que a linguagem se degrada, uma vez que o sistema linguístico se adapta a todas as situações de comunicação.

Devemos relativizar o erro, embora não o aceitemos por razões especialmente pedagógicas. Na verdade, as normas linguísticas não são fixas, variam em diacronia e mesmo em sincronia. A este propósito, cito Teixeira [1996: 530]: […] *O ato da fala é necessariamente um ato errante porque é sempre um ato onde alguém, à procura de meios [as palavras] para se fazer entender, vai por aqui ou por ali, vagueando no grande mar da língua. É esta errância que implica a possibilidade do aparecimento do erro*".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Aguiar, Cristóvão de (2009). Charlas *sobre a Língua Portuguesa. Alguns dos deslizes mais comuns de linguagem*, Coimbra: Almedina.

Azevedo, Milton M. *O subjuntivo em português: um estudo transformacional*, Petrópolis: Vozes.

Bom português (2009), Porto: Editora.

Borregana, António Afonso (2004) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Contra, Lda.

Campos, Agostinho de (1944) *Língua e má-língua. Graças da fala e nódoas na escrita*, Lisboa: Bertrand.

Estrela, Edite e *alii* (1991) '*Dificuldades da língua portuguesa*', in *Falar melhor, escrever melhor*, Lisboa: *Seleções de Reader's Digest*, 548-549.

Estrela, Edite e *alii* (2004). Saber *escrever-Saber falar*, Lisboa: Edição Círculo de Leitores.

Henriques, José Neves (1973) '*Consultas e esclarecimentos*' in *Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa* nº 24, 274-275.

Henriques, José Neves (1977) '*Consultório linguístico*' in *Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa*, out, nov, dez, 112-113-118.

Lopes, João Antunes (1995) *Dicionário de Verbos Conjugados*, Coimbra: Almedina.

Mateus, Maria Helena Mira e *alii* (2004) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.

[186] *Bom Português* (2009: 162)

[187] Henriques (1977: 112-113-118).

[188] **Henriques (1977: 118)**

Ribeiro, Octávio (2011) "*Portugal a recibo verde*" in *Correio da Manhã* do 11/02.
Rodrigues, Adriano Duarte e *alii* (1991). Falar *melhor escrever melhor*, Lisboa: *Edição de Seleções de Reader's Digest*.
Teixeira, José (1996) '*Errare humanum est*' (sincronia, diacronia e erro) in *Diacrítica* nº11, 529-537.
Vendryes, Joseph (1968) *Le langage. Introduction linguistique à l'histoire*, Paris: Albin Michel.

30. MÁRIO MOURA, MESTRE EM MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO, CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE, AÇORES,

TEMA 3.5 HISTÓRIA DE DOIS AÇORIANOS NO MUNDO, MÁRIO MOURA, CAMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE, AÇORES

O esboço biográfico do Dr. José Nunes da Ponte e de Manuel Raposo Marques, dois naturais da Conceição da Ribeira Grande, o primeiro de finais das primeira metade do século XIX, o segundo de finais da segunda metade do século XIX, ambos estudaram em Coimbra, o primeiro, seguiu medicina, o segundo música, o primeiro chegou a primeiro presidente açoriano do Senado em 1917, foi presidente da Câmara Municipal do Porto, Governador Civil e Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, o segundo foi maestro do Orfeão Académico de Coimbra durante mais de quatro décadas.

O primeiro era republicano, e como republicano mais velho da Câmara do Porto foi quem proclamou a República no Porto. Por ter tido uma viagem traumática, segundo corre na família, nunca mais regressou em pessoa aos Açores, mas escolheu uma casa na Foz do Douro, em ambiente que não podia ser mais parecido à da sua Ribeira Grande.

Apesar de ter casado no seio de uma família nobre, da nobreza bem antiga, apesar de estar enterrado junto ao mausoléu dos sogros, onde havia brasão dos Soares de Albergaria, em Midões, fez construir um para si e para a sua família chegada, mulher e filhos cujo brasão é o mérito e não o sangue, diz assim: Mausoléu de José Nunes da Ponte. Impressiona-me o que fez este filho de merceeiro e neto de barbeiro da Conceição da Ribeira Grande. Raposo Marques foi um homem que regressou muitas vezes à sua terra, apesar de ser homem das 4 partidas do mundo, vinha à terra reclamar os aplausos.

DR. JOSÉ NUNES DA PONTE, ESPOSA E FILHOS

Dr. José Nunes da Ponte
(n. 20.10.1848 - CRG)
(f. 05. 09.1924 - FDP)
c. 03.11.1881 – SC Coimbra
D. Maria Emília Monteiro Soares de Albergaria Nunes da Ponte
(n. 06.01.1850 – Castelo Viegas - Coimbra
f. 1.05.1909 (?) – Foz do Douro - Porto)[189]
Maria Ludovina
(N.? F. ?)[190]
Luís Monteiro Nunes da Ponte
(N. 17.02.1884- Resende,
F. 30.12.1971 – Foz do Douro
Maria Florinda Soares de Albergaria Nunes da Ponte de Sousa Guedes
N. 18.06.1885 – Resende
F. 04.06.1979 Foz do Douro
Maria Amélia Soares de Albergaria Nunes da Ponte
N. 02.12.1888 Foz do Douro Porto
F. 02.09.1970 – Foz do Douro
(ano em que Salazar faleceu. Estava viva quando faleceu Salazar: 27.07.1970)

DR. JOSÉ NUNES DA PONTE, (ESBOÇOS E PERFIS EM CONSTRUÇÃO), A LEMBRANÇA DEPOIS DA MORTE

José Nunes da Ponte é filho natural da vila da Ribeira Grande e filho adotivo da cidade do Porto. É mais nem menos, o primeiro

[189] Paes de Melo, Manuel Soares de Albergaria, Soares de Albergaria, edição do autor, 1952, p. 195. Contudo, mandando pesquisar nos Arquivos do Porto, nada foi encontrado naquela data. Parece que estaria viva quando a filha casa, em três de novembro de 1910, aí não se diz que falecera, porém, fosse como fosse, na pior das hipóteses em 1923 já havia falecido. Ou em 1914-15 ou 16, conforme a data da fotografia de Marco de Canaveses. Em que aparece José Nunes e a filha, mas não Maria Emília.

[190] Informação de Miguel Nunes da Ponte, 17 de janeiro de 2010: 'Também meu avô [Luís Nunes da Ponte] teve uma irmã que morreu criança. Era a mais velha e chamava-se Maria Ludovina. Nada mais consegui saber até porque minha tia Teresa nada mais sabia.'

açoriano a chegar a Presidente do Congresso da República Portuguesa.[191] Além deste alto cargo, desempenhou ainda funções de governador civil e de presidente da Câmara do Porto e de ministro da República. Por tudo isto, deveria estar para a Ribeira Grande como Teófilo de Braga está para Ponta Delgada ou Manuel de Arriaga para a Horta, no entanto, tirando a promessa de dar à rua do Vale o seu nome, promessa há oitenta e seis anos esquecida, pouco ou nada se tem feito para honrar a promessa. Ou dignificar a sua memória. A não ser o descerramento, trinta e três anos depois da sua morte, de uma placa na casa errada. Ou a emissão de um selo com a sua efígie em outubro de 2010. Em 1924, no final da I República, que haveria a comemorar? Nada. Aliás, a I República não se livrava da reputação, correta, de balbúrdia.

Depois, já no Estado Novo, em 1957, que haveria de novo a comemorar? Pouco depois viria o sobressalto das presidenciais de 1958. Mais uma vez, que haveria a comemorar? Nada. Se os republicanos moderados, que detestavam os radicais, não viam motivos para celebrar a República, os republicanos radicais, por seu turno, celebrando a República, também não viriam razões para incluir nas celebrações os republicanos moderados. Aliás, muitos ou poucos, não sei, dos republicanos moderados, iriam aplaudir o vinte e oito de maio e até tornarem-se adeptos da Ditadura. Como foi o caso de Luís Nunes da Ponte, filho do Dr. José Nunes da Ponte. Pelo menos inicialmente. Só agora, no generalizado e consensual movimento de celebração do Centenário da República, se poderá reabilitar as figuras gradas da I República: radicais e moderadas? Entre as quais, se inclui o moderado José Nunes da Ponte? A explicação talvez fosse somente esta, não fora o caso de o moderado Manuel de Arriaga ter sido homenageado e o moderado José Nunes da Ponte não.

BREVE SINOPSE DA VIDA DO DR. JOSÉ NUNES DA PONTE

Caso curioso, mas que não adianta uma palha à biografia; aquele que mais tarde viria a ser o Dr. José Nunes da Ponte nasceu e faleceu numa sexta-feira: nasceu numa sexta-feira de outono, no dia vinte de outubro do ano de 1848, e viria a falecer numa sexta-feira do final do verão, no dia cinco de setembro do ano de 1924. Chegou a este mundo na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na Ribeira Grande, e partiu para o além na paróquia de São João da Foz, no Porto. Consegui registar, até ao momento, mais dez irmãos de José, mas desconheço quantos deles sobreviveram até à idade adulta. Devem ter sobrevivido sete dos onze: quatro raparigas e três rapazes. Das raparigas, chegaram à idade adulta: Maria da Glória, Maria da Conceição, Maria Filomena e Maria da Luz. Dos rapazes: José, Damião e Manuel. Existem descendentes diretos a viver no Porto e ramos aparentados a viver na Ribeira Grande - Mesmo saindo da ilha para nunca mais voltar, José Nunes da Ponte manteve contacto com a família da Ribeira Grande e a da Ribeira Grande com a família no Porto.

TRAÇOS E RABISCOS DO PERFIL DE JOSÉ NUNES DA PONTE - POR QUEM O CONHECEU

Por alturas da sua morte, disse dele o monárquico Luís de Magalhães, filho de José Estêvão, célebre tribuno do período da monarquia constitucional,[192] em carta endereçada ao filho que '(...) *era austero sem secura; firme nas suas convicções, sem intolerância;*

[191] O PRP não participou, só os apoiantes de Sidónio Pais fizeram parte da Câmara e só uma das duas esteve aberta.

[192] In: http:// pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_de_Magalh%C3%A3es Luiz de Magalhães filho de José Estêvão, o grande tribuno da Monarquia Constitucional Portuguesa. Desde muito cedo ligado à política, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo como objetivo aceder a uma carreira na magistratura. Foi nomeado por José Dias Ferreira, então presidente do ministério, para o cargo de governador civil do Distrito de Aveiro. A partir daí ingressou na vida política, sendo eleito em 1897 deputado por Vila do Conde e em 1899 pela Póvoa de Varzim. A 19 de maio de 1906 foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo chefiado por João Franco. Após a implantação da República Portuguesa manteve as suas convicções monárquicas e em 1919 apoiou a tentativa de golpe de Estado da *Monarquia do Norte*, sendo então nomeado para a pasta dos negócios estrangeiros do governo revolucionário. Foi poeta e prosador de grande mérito, seguidor da corrente literária do realismo. Fundou várias revistas e muitas tertúlias. Destaca-se, entre as suas obras, o romance *O Brasileiro Soares*, publicado com um prefácio de Eça de Queirós. Viveu na Quinta do Mosteiro de Moreira da Maia, que sua mãe adquirira em 1874. A sua casa foi local de reunião de grandes vultos da intelectualidade portuguesa, incluindo Eça de Queirós, Antero de Quental, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, Jaime de Magalhães Lima, Alberto Sampaio e António Feijó.

dedicado à sua causa, mas sem ódios. Sonhador, sempre um adversário cavalheiresco e nobre.'[193] Nada disso seria surpreendente, continuava Luís de Magalhães, haviam travado conhecimento '(...) *logo no primeiro ano de Coimbra, já lá vão* [iam] *45 anos.'* O tempo, em vez de os afastar um do outro, como sucede em casos semelhantes, aproximou-os. Dizia ele: '(...) *e a nossa amizade pela vida fora, nunca nada a perturbou, nem mesmo a política, apesar de militarmos em campos opostos. (...).'* [194] E, pondo de parte as palavras que a convenção social de então, porventura, impunha a propósito do momento, terminava a carta afirmando que: '(...) *como amigo, e como português, choro a perda de um grande homem de bem (...).'*

O QUE NOS REVELAM AS IMAGENS

Feita uma ligeira incursão pelos meandros da alma vistos por quem nos vê, ao caráter de José Nunes da Ponte, ficaria por saber o que ele pensaria de si próprio acerca disso mesmo, algo que talvez se vislumbre na sua poesia, e, além disso, fica por saber ainda como seria a sua aparência física. Uma primeira imagem conhecida de José Nunes da Ponte, em que ele aparece trajado de batina sobraçando uma pasta de curso (que parece ser de curso), será próxima do ano de 1879, altura em que se formou. [195] Mostra-nos um homem jovem, seguro, orgulhoso, bem-parecido. Quase duas décadas depois, há um desenho a carvão, que fez capa da revista Os Pontos, de 20 de junho de 1897. [196] José Nunes aparece aí com um ar determinado. Diz em título: '*Illustre clinico e Presidente da Commissão Executiva do Partido Republicano do Porto*.' Na lapela do casaco, à esquerda do observador e à direita de José Nunes da Ponte, identifico a palavra *União*, mas não mais (será a menção a uma loja maçónica?), além da palavra *Negreiros*.[197]

Não tenho a certeza. José encontra-se ligeiramente de perfil, virado para a esquerda do observador, tem o nariz um pouco adunco, bigode, como será sempre apresentado, testa alta, de cabelo ondulado a formar um bico na testa. A ter sido feita na altura em que saiu na revista, José Nunes seria um homem a caminho dos quarenta e oito anos de idade. Parece estar em plena forma física e de boa saúde. Além do desenho a carvão, um quadro a óleo: homem loiro de olhos azuis. Segue-se um postal de propaganda eleitoral, com as cores verde e vermelha da bandeira e branca ao meio. [198] Aparenta serenidade, alguém em quem se pode confiar.[199] Continua magro. Mesmo que a fotografia tivesse sido tirada em 1911, José Nunes já andaria na casa dos sessenta.[200] Já é um homem envelhecido. Recentemente chegou-nos às mãos, uma cópia digital de uma outra caricatura a carvão de José Nunes da Ponte. Deve ser do início da implantação da República, pois a legenda refere: '*Allons enfants de la patrie/Le jour de la gloire est arrivé!*' (Vamos filhos da pátria! O dia da glória chegou!).[201] Uma figura em pé, segurando a haste da bandeira bicolor republicana com a mão direita, sendo a esfera armilar a sua própria cabeça. Usa o barrete frígio republicano.[202] Mas há testemunhos indiretos de quem o conheceu. Para o ano de 1915 ou de 1916, '*há uma bela foto do meu bisavô* [testemunho do bisneto, Dr. Luís Nunes da Ponte] *com a família*

[193] Carta de Luís de Magalhães a Luís Nunes da Ponte, [s. d][s.l.], na posse da família.
[194] Idem
[195] Testemunho escrito do Dr. Luís Nunes da Ponte, 28 de janeiro de 2011.
[196] Os Pontos, Porto, 20 de junho de 1897. Uma cópia encontra-se na posse dos descendentes que vivem na área do Porto.
[197] António Lopes, investigador da maçonaria: 'O José Nunes da Ponte tenho-o como membro da Loja União do Porto. Só não possuímos as datas em que frequentou a Loja nem o nome simbólico.' Negreiros, ou outro nome, poderá ser o seu nome simbólico?
[198] Por esta altura, já haviam escolhido a bandeira definitiva? Que significa a divisão em três cores? Nada? Ei-las: no canto superior esquerdo, um triângulo verde, no inferior direito, um triângulo vermelho e no resto um espaço branco de onde sai a figura do Dr. José Nunes da Ponte.
[199] João da Ponte, nasceu: 20 de outubro de 1850; onde: Conceição; Profissão: recebedor; Faleceu: 23/09/1916 na Conceição; Casou: Na Conceição a 5 de fevereiro de 1872; Com Maria da Luz natural da Matriz; Fonte: BPARPD, Casamentos, Conceição, Ribeira Grande, 1872, Registo n.º 4. (informação dada por Eng.º António Pontes); Este postal encontra-se na posse da família da Ribeira Grande. Aliás, encontrava-se, passou para outro ramo da família, pelo menos um exemplar, no ramo dos Carvalho, da irmã Filomena Nunes. Não sei se também na posse da família de João Maria da Ponte, filho do padrinho José Jacinto da Ponte. João Maria, músico, certamente foi amigo de infância de José Nunes da Ponte na Ribeira Grande. Seriam pela mesma idade. José teria mais uns dois anos do que o primo João.
[200] Segundo o Dr. Luís Nunes da Ponte, haverá uma versão ligeiramente diferente desta.
[201] Tradução: Mário Moura
[202] O Dr. Luís Nunes da Ponte, bisneto, enviou-me esta caricatura do bisavô em finais de novembro de 2010.

no verão de 1915 em casa da nora Ana Corte Real Nunes da Ponte, casada com seu filho Luís, na Casa do Souto (Marco de Canaveses) *que foi de minha avó Ana, depois de meu pai e agora é minha e de meus irmãos.'*[203] E '(...) *um quadro a óleo e a cores da mesma época, onde sobressaem os olhos muito azuis. Esse quadro estava na Casa do Souto antes mencionada. Por partilhas o quadro ficou para minha irmã Ana.'*[204]

Existem fotografias, no espólio do Parlamento Nacional, que mostram um José Nunes da Ponte de fraque, elegante, por altura em que foi Presidente do Senado da República em 1918.[205] Ia fazer setenta anos, estava de pé, ao lado das mais altas dignidades da altura, à espera de uma carruagem que transportava o chefe do governo de então. Parece-me. É um José Nunes sereno. Já diminuído fisicamente. Digno. Ainda outra fotografia, que saiu nos jornais locais, da ilha, talvez seja a que serviu para o postal. Através da informação que se pode obter das imagens, sabemos que não seria alto, contudo, era magro, a pintura a cores mostra que tinha cabelos loiros e olhos azuis. Acerca destes aspetos físicos, temos o testemunho do Dr. Luís Nunes, bisneto, que ouvia do seu pai, neto de José Nunes, que o conheceu em vida: '(...) *Louro de olhos azuis. Acho que não era alto. Era magro*.'[206] Na casa dos sessenta, mais razões teremos para o ver sereno na aparência e na natureza? Para ilustrar este seu lado sereno, nada como ouvirmos uma história que circula na família: o episódio da bomba colocada à porta da casa da Foz. Deu-se, talvez, na casa do filho Luís Nunes da Ponte, a duzentos metros da casa da irmã de Luís Nunes, junto à foz do Douro, '(...) *com vista desafogada sobre o mar e rio. Penso que foi nesta casa do filho Luís que foi colocada a bomba, penso que em 1920-21.'* Continua o Dr. Luís Nunes da Ponte: '(...) *meu pai, Carlos, então com sete, oito anos é que nos contou a história: estavam todos à mesa (almoço ou jantar) quando explodiu a bomba e a criada aflita veio informar o "Sr. Doutor". Ele terá perguntado se havia mortos ou feridos. Informado de que não havia, que só destruíra a porta de entrada, meu avô terá dito: vamos então acabar o almoço (ou jantar) e depois vou ver. (...).'* A notícia foi referida a nível nacional: *'(...) No Diário das Sessões (...) posteriores ao episódio, há intervenções de vários deputados condenando esse atentado carbonário e solidarizando-se com o Dr. Nunes da Ponte.'*[207]

Pela sua poesia, ficamos com uma ideia do modo como sentia, porém, não iremos além de dizer que era um homem sensível, um migrante que saiu da sua terra com pouco mais de dezasseis anos para nunca mais regressar inteiro a ela. Apesar de, ponho as mãos no lume à vontade nisso, ter regressado em espírito as vezes que só alguém que passou pelo mesmo que ele saberá reconhecer. E para tal, os documentos escritos pouco ou nada mais adiantam. Apesar de indicarem pistas. Biografar pessoas não é o mesmo que fazer história de acontecimentos. Continuo a referir o testemunho anterior. Veja-se a prova para o que afirmei: '*No tempo do meu avô (brigadeiro) ele mandava vinho do Porto para as ilhas e de lá mandavam ananases. Creio que pelo Natal e creio que o meu bisavô o haveria de ter feito.*' Se José Nunes da Ponte não vinha do continente à ilha, os da ilha iam ao continente. Uma notícia de jornal, leva-nos a pensar que tal tivesse ocorrido. Ou seja, de que haveria, além de cartas trocadas entre, por exemplo, José Nunes e o primo João da Ponte, visitas dos da Ribeira Grande ao continente e ao Porto.

Diz assim a nota:

> '*Passageiros vindos no último paquete para estas ilhas (…) Manuel B. Velho de Melo Cabral, João da Ponte e família (…).'*[208]

Antes de os pais casarem, Damião, cujo nome completo era Damião António Nunes da Mota e Florinda, que tinha a seguir a Florinda o nome Inocência, casaram em pleno outono do ano de 1845. Calhou numa quarta-feira, dia cinco de novembro.[209] No dia em que se casaram na igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, enquanto Florinda ia fazer vinte e três anos dali a doze dias,[210] Damião fizera

[203] Tem registada atrás a data 1915.
[204] Testemunho escrito do Dr. Luís Nunes da Ponte, 28 de janeiro de 2011.
[205] Enviada pelo Dr. Luís Nunes da Ponte.
[206] Entrevista com o Dr. Luís Nunes da Ponte, Lisboa, Parlamento, 20 de março de 2008.
[207] Testemunho do Dr. Luís Nunes da Ponte, 28 de fevereiro de 2011.
[208] Diário dos Açores, 28 de dezembro de 1897, fl. 2
[209] BPARPD, Casamentos, Conceição, Ribeira Grande, Liv. 6, 1832-1860, fl. 134v.
[210] BPARPD, Batismos, Conceição, Ribeira Grande, Liv. 14, 1821-1829, fl. 38 v.

vinte e três a vinte e três de fevereiro.[211] Damião era viúvo. A doze de novembro completaria um ano que perdera a primeira mulher... Damião não tardou a casar de novo.

A PROLE DE DAMIÃO ANTÓNIO NUNES DA MOTA E DE FLORINDA INOCÊNCIA DA PONTE

Primeiro chegou José. Dois anos depois veio a primeira de nome Maria, dois anos depois, Damião, um ano a seguir a Damião, Manuel, dois anos depois, a segunda Maria, depois sem data, uma terceira, já que há menção a uma quarta Maria em 1855, uma quinta, em 1858, uma Maria da Glória, tenho dúvidas de que seja esta, ou melhor, não tenho a certeza absoluta, em 1861, um Augusto e, em 1864, a sétima Maria. Quando a mãe de José teve o último filho, dos que descobri, José Nunes estaria a acabar o Liceu Nacional de Ponta Delgada. Estava prestes a fazer dezasseis anos de idade. Florinda tivera o primeiro filho, José, aos vinte e cinco para vinte e seis anos, e o último, a sétima Maria, aos quarenta e um anos. Havia chegado a idade de descansar o útero? Mesmo que não quisesse.

QUE FAZIA PELA VIDA O PAI?

Com data de dezassete do mês de agosto, três anos após o nascimento do filho José, Damião era identificado numa relação da freguesia da Conceição, destinada ao recenseamento eleitoral, como '*logista e artesão*.'[212] Passados apenas nove dias, é apresentado já não como artesão, fosse lá o que fosse que isso significasse, mas como '*proprietário e logista*.'[213] Desconheço de todo a diferença.

ONDE FOI DAMIÃO BUSCAR O RENDIMENTO PARA ESTAR BEM NA VIDA?

Para tentar responder à pergunta, valho-me do registo de fianças de Vendeiros – Retalhantes da autarquia. [214] Série documental deveras suculenta que nos abre caminhos a uma resposta plausível. Damião é um comerciante respeitado na terra: vende bebidas espirituosas a retalho. Já era em 1852.[215] Por isso fora escolhido, creio que terá sido esta a razão da escolha, como fiança de outros vendeiros. Ele também recorre a um deles para se afiançar. Seria prática então corrente. Em 1852, José Nunes da Ponte seria muito novo para se lembrar das atividades do pai, ainda não fizera quatro anos, mas, em 1860, já com doze, no último ano antes de ir estudar para fora da Ribeira Grande para Ponta Delgada, já então se deveria lembrar perfeitamente bem. Em 1860, Damião tem loja aberta nos Foros. Num termo de fiança, datado de vinte e sete de novembro, mais um que dá, diz-se assim:

> (...) *o Vendeiro Retalhante Damião António Nunes* (...) *declarou na conformidade das Posturas d'este Município* [que] *prestava como sua fiança* (...) [o] *seu estabelecimento de Loja de líquidos situada nos Foros da Freguezia Conceição d'esta mesma Villa (...).'* [216]

CIDADANIA CRISTÃ DE JOSÉ NUNES DA PONTE

Seguindo de perto os passos do católico José Nunes, primeiro do que tudo, há a registar que fora batizado, a nove do mês de novembro de 1848, com apenas vinte dias de vida, e, depois, aos oito anos de idade, em 1857, viria a cumprir o sacramento da confissão. Na vida de um cristão, a confissão era o primeiro passo que vinha logo a seguir ao batismo. Para se nascer cristão, não bastava sair do ventre materno, era preciso ir à pia batismal. Além do mais, ser cristão e católico apostólico, romano, o que José continuou a ser para o resto da vida, significava não só cumprir aqueles sacramentos, mas todos os demais da Santa Madre Igreja. Para José se confessar tinha de saber a doutrina.

[211] BPARPD, Batismos, Conceição, Ribeira Grande, Liv. 14, 1821-1829, fl. 18
[212] AMRG, Livro do Registo do Recenseamento dos Eleitores do Concelho da Villa da Ribeira Grande, RE-3, 1849-1852, Freguesia da Conceição, 25 de outubro 1849, Liv. 59, fls. 37v-38
[213] AMRG, Livro do Registo do Recenseamento dos Eleitores do Concelho da Villa da Ribeira Grande, RE-4, 1851, Freguesia da Conceição, Liv. 60, fls. 18v-19
[214] AMRG, Registo de Fianças de Vendeiros/Retalhantes de Bebidas Espirituosas, Liv. 10, 1836-1857, e outros.
[215] AMRG, Registo de Fianças de Vendeiros/Retalhantes de Bebidas Espirituosas, Liv. 10, 1836-1857, 21 de julho de 1852, fl. 61
[216] AMRG, Registo de Fianças de 1858-1863, A, Liv. 18, 1836-1857, 5 de novembro de 1858, fl. 33

E terá aprendido com alguém. Talvez até com o tio padre. Finalmente, atingiria a terceira etapa, a da comunhão, em 1860, aos doze anos de idade. Vamos primeiro ver quando José se confessou e comungou pela primeira vez nas mais de sete décadas de vida que viveria. A primeira alusão a José nos róis de confessados da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, também é referido como rol de comunhão, documento para provar a confissão e a comunhão, é a do rol da quaresma de 1857.[217] José tinha então oito anos de idade. A família já morava ao tempo na casa da rua do Vale. Os pais haviam cumprido a sua obrigação quaresmal da confissão e da comunhão._No rol de Confessados da quaresma seguinte, portanto, em 1858, ao lado de José, aparece uma irmã Maria. Mas qual delas? Desconheço qual das quatro sobreviventes das sete que Florinda deu a Damião seria aquela Maria. No de 1859, repete Maria e José. Mas quer José quer Maria, o irmão com onze anos e a irmã com nove, apenas se confessam ainda.

A situação mudaria na quaresma de 1860. Com doze anos feitos a caminho dos treze, José comunga pela primeira vez na sua vida. Uma pergunta: por que razão se havendo confessado pela primeira vez aos oito só comungaria aos doze? Porquê? Pergunta pertinente, julgo, tanto mais que se conhecem casos de comunhões antes dos doze anos. Qual a possível explicação? José Nunes da Ponte não seria muito entusiasta na aprendizagem da doutrina? Talvez. Será pela razão de que as meninas são sempre mais aplicadas? Se é que o são. Ou de que as meninas poderiam comungar mais cedo? É bem possível. O irmão Damião, Damião Júnior, confessava-se em 1862. Era quatro anos mais novo do que José. Aos dez, se a informação estivesse certa, o que não é o caso, Damião teria comungado. Na de 1863, um ano depois, só se confessa. O que confirma que a nota de 1862 foi incorretamente transcrita. Em 1864, não há dúvida, Damião comunga. Tem então doze anos de idade. Os mesmos que tinha o irmão José quando comungou pela primeira vez. Situação normal? Uso da família? Não sendo normal nem uso da família, pode pensar-se que seria mais uma prova de que José preferia outras coisas a decorar o catecismo? Mas, se era avesso a decorar o catecismo, na Faculdade de Medicina em Coimbra, teve de decorar ossos, veias e artérias com fartura. Não terá tido então outro remédio. Estaria mais virado para a poesia? Desinteresse?

ONDE TERÁ ESTUDADO JOSÉ NA RIBEIRA GRANDE? O QUE TERÁ AÍ ESTUDADO?

Paralelamente à sua progressão no seio da Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana, com a Confissão, primeiro aos oito anos, e quatro anos depois, aos doze, com a Comunhão, estaria igualmente a progredir no seio civil da comunidade. Assim, teria aprendido, entretanto, não conheço o currículo, a existir currículo, a ler, a escrever e a contar. Mas onde o teria feito antes de ir para Ponta Delgada? Se não o fez mesmo em Ponta Delgada. Sobre este assunto, não temos rigorosamente quaisquer dados diretos, apenas alguns indícios e meras suposições. Havia, pois, na Ribeira Grande, na altura em que José Nunes da Ponte teria idade para iniciar os seus estudos primários, professores e escolas masculinas disponíveis: à volta do ano de 1852, José Nunes teria uns cinco anos de idade, havia uma cadeira de Latim regida por António dos Santos Dias, não se indica o local; em 1856, José Nunes teria nove, dez ou à volta de dez anos, iria abrir, não se sabe se abriu, uma aula de Instrução Primária no dia 6 deste mês, na Rua Direita de Santo André, na casa n. º5, sendo o responsável o padre José Leonel Paiva; ou, em 1858, não sei se é outra ou alguma das duas anteriormente referidas, 'Eschola Publica d'Instrucção Primaria.' Teria ou não frequentado? Não sabemos. Teria o tio padre José que o batizara tido algo a ver com as primeiras letras do sobrinho? Ou algo a ver com algum apoio nos estudos? Estaria por esta altura em Ponta Delgada? Não sei.

ESTUDOS EM PONTA DELGADA

Onde quer que José tenha aprendido, na Ribeira Grande, ou mesmo fora da Ribeira Grande, a ler, a escrever e a contar, em casa com mestre contratado ou com a mãe ou em casa de outras pessoas, em escola oficial ou não, certo é que José no ano letivo de 1861-1862 está matriculado no Liceu Nacional de Ponta Delgada. Andaria nos seus

[217] AMRG, Rol de Confessados, Conceição, Ribeira Grande, 1857, rua do Vale.

doze, treze anos, quando tal aconteceu. O liceu ficava nesta altura no antigo convento dos Gracianos, hoje largo Luís de Camões. Onde terá ficado o jovem José Nunes da Ponte alojado enquanto esteve em Ponta Delgada nos Gracianos do ano letivo de 1861-1862 ao ano letivo de 1864-1865? Não foi nem seria o único da Ribeira Grande a frequentar aquele liceu. Mais um indício de que os jovens da Ribeira Grande já iriam preparados para Ponta Delgada? Muito provável. Estes colegas, pela vida fora, tornar-se-iam valiosos contactos? Alguns terão mantido o contacto com José Nunes mesmo depois de José Nunes ter deixado a ilha para sempre.

Retomemos o fio à meada, vejamos quem eram os colegas da Ribeira Grande de José Nunes da Ponte no Liceu Nacional de Ponta Delgada. Sem sermos exaustivos: Egas Moniz, era da Matriz, filho de António Vitorino Moniz. Futuro ouvidor do eclesiástico da Ribeira Grande, livraria anos mais tarde, o irmão Manuel de uma trapalhada. Investigaria velharias históricas e toponímia local. Morreria precocemente. José de Melo Nunes, que viria a ser Presidente da Câmara da Ribeira Grande. Os três filhos do cirurgião Caetano Augusto Moniz, casado com a sobrinha de Madre Margarida Isabel do Apocalipse, Teodoro, João e Caetano. Até acho que José Nunes poderia ter sido amigo de um dos três ou dos três por via do tio sangrador ou do avô barbeiro, que era afilhado de Madre Margarida, tia-avó deles. Dois irmãos Cabido: Augusto César e José António Ferreira Cabido. Um deles, pelo menos, ligado à beneficência. Estes são os que reconheço, os que poderão ter mantido alguma relação com José Nunes. No ano letivo de 1861-1862.[218] A data para a frequência do primeiro ano letivo na Graça, 1861-1862, parece ser confirmada por um pormenor do termo de batismo de José Nunes. Trata-se da primeira certidão de batismo, e, quando devidamente usadas, em História todas as migalhas são importantes, a certidão em causa data de dezanove de setembro de 1861. Teria ele doze para treze anos. Para que foi pedida? É plausível pensar que teria sido destinada a preencher requisitos burocráticos da sua candidatura ao Liceu Nacional de Ponta Delgada. De facto, ele está a frequentar aquele estabelecimento de ensino no ano letivo de 1861-1862.[219] Temos provas consistentes de que frequentou aquele estabelecimento de ensino em Ponta Delgada até ao ano letivo de 1864-1865.[220]

AO IR PARA COIMBRA, JOSÉ NUNES DA PONTE DEIXA PARA TRÁS A MENINICE

Como filho mais velho dos onze de Damião e de Florinda, vira morrer quatro dos onze filhos dos pais: o irmão Augusto e três das sete Marias. Que possível relevância para a vida de José Nunes, terá tal circunstância? Como as vocações não vêm de uma só fonte, tal como não existe uma só nascente que alimenta o caudal da ribeira da Ribeira Grande, o desejo de salvar vidas, talvez, em parte, lhe tenha surgido como forma de compensar a morte dos irmãos. Além da provável influência do tio sangrador. É possível. Apesar de ter hesitado na vocação? É possível ainda. Porque, pode fazer sentido especular-se, que acabaria por vir a escolher medicina: a vocação que sempre desejara. Ao entrar no barco e ao despedir-se da família, dos amigos e da terra, ainda no verão ou talvez já no outono de 1865, talvez com destino ao porto de Lisboa, José Nunes da Ponte estaria bem longe de adivinhar que nunca mais voltaria a pôr os pés na ilha. Era impossível sabê-lo então. Poderia até, como muitos adolescentes às vezes o fazem nestas circunstâncias, ter feito uma jura de não voltar mais, mas, tal como a maioria dos que fazem tais juras, passada a euforia inicial, acabaria por vir à terra onde jurara jamais vir. Como? Apesar de o corpo de José Nunes da Ponte nunca mais ter vindo à ilha, pela vida fora, durante mais de sessenta anos, o seu espírito terá cá vindo vezes sem conta. Foi assim que veio. Terá sido assim. Segundo bisnetos, entre os quais Dr. Luís Nunes da Ponte, não teria mais voltado porque teria ficado traumatizado com a viagem de barco de ida para o continente. O brigadeiro Luís Nunes e antes José de Oliveira San-Bento, explicam-no por falta de tempo.

[218] Livro de Matrículas dos alunos do Liceu [Nacional de Ponta Delgada] de outubro de 1861: Informação cedida pelo Sr. Pedro Pereira

[219] Livro de Matrículas dos alunos do Liceu [Nacional de Ponta Delgada] de outubro de 1860: Informação cedida pelo Sr. Pedro Pereira

[220] Livro de Matrículas dos alunos do Liceu [Nacional de Ponta Delgada] de outubro de 1860: Informação cedida pelo Sr. Pedro Pereira

ESTUDOS EM COIMBRA: LICEU E UNIVERSIDADE

Fosse o que fosse que José Nunes tivesse estudado em Ponta Delgada durante três anos, em Coimbra, José Nunes, antes de entrar para a Universidade, teve de concluir com êxito outros três anos no Liceu Nacional de Coimbra e fazer o chamado '*Exame de Madureza*.' Quando chega a Coimbra? Terá chegado em finais do verão ou no outono de 1865, dado que o início das aulas era em outubro. Se assim foi, era natural que tivesse chegado a Coimbra a tempo de se instalar antes do início das aulas em outubro. Fazendo o ponto da situação: José Nunes terá feito os estudos primários na Ribeira Grande, aos doze para treze anos, no ano letivo de 1861-1862 no de 1864-1865 frequentou o Liceu Nacional de Ponta Delgada e de 1865-1866 a 1867-1868 estudou no Liceu Nacional de Coimbra. Já com vinte anos ou perto de fazer vinte anos, em 1868, fez com sucesso o chamado exame de Madureza para entrar na Universidade de Coimbra. José do Canto fez exatamente o mesmo percurso. Concluindo antes de 25 de julho de 1868 o Liceu Nacional de Coimbra, a vinte e cinco de julho achava-se

'(...) *habilitado (...) para fazer exame de madureza* (...) *como voluntário para ciências naturais (...).*'[221]

De dezasseis a vinte de julho, andara atarefado a concluir os exames exigidos. Terá perdido, antes, alguns, deixado, ainda, outros para trás. Era tempo de os concluir para dar entrada na Universidade. Obtivera a nota de dez em Matemática. O que seguramente não seria uma nota brilhante.[222] Nota para passar à tangente, como se diz hoje. Desconheço as demais, por não virem mencionadas. Submeteu-se com sucesso a prova escrita sendo admitido na Universidade a vinte e nove de julho. Como seria de esperar, a mãe e a família inteira na rua do Vale iam certamente rezando terços para que S. José, patrono do filho José, pedisse ao filho Jesus Cristo e à esposa, Maria Santíssima, intercessão para que os exames corressem bem em Coimbra. Julho terá sido um mês duplamente escaldante para José. Era algo a que já se habituara. Julho era o mês do ano mais seco das ilhas, mas em nada se comparava ao tempo que fazia em Coimbra. Além do mais, tinha que estudar muito para se sair bem nos exames. A vinte e nove de julho, estava já

'(...) *habilitado (...) para matricular-se* [na Universidade] *no 1.º ano de matemática na classe de voluntário*.'

Coimbra tornara-se o sonho dos filhos da classe média portuguesa a partir da implantação do liberalismo. E José Nunes ia finalmente dar esta alegria a Damião e a Florinda. Era uma maneira segura de subir na vida. No processo miudinho e tortuoso de candidatura, consta que estudou no Liceu Nacional de Coimbra, Latim, Francês, Português, Geometria Plana, Desenho e Matemática Elementar. São referidas ainda outras disciplinas, mas, por não ser do interesse deste trabalho, fiquemos por estas. Continuando a utilizar o mesmo processo, registe-se, no percurso de José Nunes, um mistério. Qual? O seguinte: se fez exame do 1.º ano médico em 1869, conforme certidão que pediu a sete de outubro de 1870, por que razão só termina o curso nove anos depois? Boémia? Talvez. Hesita e muda de curso? Talvez. Um pouco de boémia e de hesitação do curso? Talvez. Desconheço o currículo do curso de medicina da universidade de Coimbra, pelo que as minhas apreciações terão de ser cautelosas a este respeito. Todavia, qual o significado de José Nunes ter frequentado primeiro de 1868-1869 a 1871-1872 (não vejo 1870-1871), Matemática, e de 1871-72 a 1873-1874 Filosofia? [223] O mistério adensa-se ainda um pouco mais: recordemos que em 1869 fizera exame do primeiro ano de medicina, para só se ouvir falar de novo em medicina no ano letivo de 1874-1875. Entretanto, como vimos, fizera Matemática e Filosofia. Que poderemos pensar disso? A Matemática e a Filosofia eram disciplinas requeridas para Medicina? Um curso de dez anos? Exceto no ano em

[221] AHUC, José Nunes da Ponte, Petições de Exame – Habilitação a Ciências Naturais – 1868 – IV – 1.ª D – 15 - 40 – 4 folhas.

[222] Para poupar o leitor, não vou ser exaustivo nem fastidioso na enumeração de exames e de resultados de exames. Mas, ainda assim, pela leitura cuidadosa das datas dos exames de José Nunes da Ponte, enquanto aluno do Liceu Nacional de Coimbra, fica-se com a impressão, eu pelo menos fico com a impressão, de que Coimbra não era o mesmo que Ponta Delgada. Professores mais exigentes? Um José Nunes mais distraído? Longe do controlo paternal. Será que foi mesmo assim? Cumpriu os três anos e cumpriu o exame de madureza. As disciplinas onde são mencionadas as notas, confirmam notas baixas.

[223] Veja-se a documentação da Universidade de Coimbra. Processo de José Nunes da Ponte.

que diz ter feito exame de medicina, 1868- 1869, andou a tirar durante seis anos, Matemática e Filosofia. Nos últimos quatro anos tirou, seguramente, medicina. No mesmo documento, diz-se, para o ano letivo de 1874-1875, que: '(...) *fez Exame das disciplinas do Primeiro Ano de Medicina, que frequentou no presente (...).'* Aos vinte e seis para vinte e sete anos, por fim assentara. Havia andado ocupado a escrever poesia. Há poemas seus datados da década de sessenta. Sozinho lá fora, longe do controlo paternal de Damião, no ambiente efervescente de Coimbra, José Nunes terá hesitado. Datará desta altura, mais do que da altura do Liceu Nacional de Ponta Delgada, as ligações de conhecimento e de amizade que teceu com muitos dos que seriam influentes na luta pela implantação da República e dos que foram influentes na Primeira República. A Filosofia terá contribuído para que se tornasse republicano? O Partido Republicano Português data da década de setenta. Talvez mais o ambiente coimbrão. Fez medicina neste clima. Em 1875-1876, fez os chamados atos do segundo ano de medicina. Em 1876-1877, os terceiros. Fez os terceiros precisamente a vinte e um de junho de 1877. Os pais viriam a falecer pouco depois. Em 1877-1878, já órfão, faz os quartos. Regressemos um pouco atrás: o caminho estava aberto para iniciar a sua caminhada rumo ao Bacharelato com o exame de vinte e um de junho de 1878 em que alcançou, '(...) [um] *Bom* (...)' e obteve '(...) treze valores (...)', finais. Ainda teria pela frente um quinto ano, o de 1878-1879. Assim no-lo confirma a certidão passada em catorze de agosto de 1882. José Nunes da Ponte: *'(...) Bacharel formado em Medicina em 1879 (...).'*. Um percurso que levara catorze anos. Chegara aos dezasseis para dezassete anos a Coimbra e alcançara o canudo aos trinta.

Passam-lhe o diploma do curso, ou um diploma de curso, em dezassete de agosto de 1882. Mas por esta altura, já exerceria medicina em Miranda do Corvo.[224] Não fora, pelo que percebemos, um aluno brilhante: hesitara no curso a seguir, a considerar que Matemática e Filosofia não fariam parte das disciplinas de Medicina, teve nota baixa em Matemática, um dez, e em Medicina, obtendo a nota final de curso de treze. O que não seria uma nota brilhante. Porém, a julgar pelas homenagens de que foi alvo depois de morto, no Porto, em Resende, e mesmo na Ribeira Grande, terá sido um bom profissional e um competente João Semana. Terá demonstrado na vida real ser um bom prático. Aliás, os médicos, à altura, eram mais do que tudo, práticos. Além de ter sido considerado alguém de confiança para defender os interesses da cidade do Porto, no Porto ou em Lisboa.

CONSTITUIR A SUA PRÓPRIA FAMÍLIA

Órfão de pai e de mãe, completaria o curso no ano a seguir à morte dos pais. O que fazer a seguir? Terá decidido casar. Mas, ainda assim, casou dois anos depois de tirar o curso. Quis assegurar-se de um emprego. Casou na igreja de Santa Cruz de Coimbra aos trinta e três anos. Numa quarta-feira. Dia normal da semana. Aos vinte e três do mês de novembro de 1881. A consorte era uma ilustre senhora, D. Maria Emília Monteiro Soares de Albergaria, filha de uma velha família aristocrática da Beira. José Nunes era já um homem bastante maduro, tinha trinta e três anos, quando casou. Na Ribeira Grande, o primo João Maria havia casado aos vinte e um para vinte e dois anos. Com que idade teria começado a namorar Maria Emília? Como foi possível a um plebeu conquistar o coração de uma aristocrata? Era poeta, loiro, de olhos azuis, estudante de medicina ou já médico. Talvez por isso entrara no coração de Maria Emília. Era já republicano nos tempos de Coimbra ou tornara-se republicano só mais tarde no Porto[225] Por exemplo, aquando da Revolução de 1891?[226] Ou nas Comemorações Henriquinas de 1894? Dado o ambiente em Coimbra, a coincidência entre a estadia de José Nunes da Ponte e acontecimentos ligados à causa republicana, é provável que José Nunes já em Coimbra comungasse daqueles ideais. Até mesmo fosse aí iniciado na maçonaria.[227] Na pior das hipóteses, José Nunes, tanto quanto sei,

[224] Arquivo da Universidade de Coimbra, Paroquial, Freguesia de Almedina, Casamentos 1881, assento n.º 9, fl. 5, 5v.

[225] Ribeiro, Lia, António Ribeiro, Coimbra: roteiros republicanos, 2010.

[226] Silva, Armando Malheiro da, Arnaldo Saraiva, Pedro Vilas Boas Tavares, Porto, roteiros republicanos, 2010. A Revolução de 31 de janeiro de 1891 não reuniu a aprovação do PRP. José Nunes, ainda que republicano, ou ainda não republicano, poderia ter ficado voluntariamente de fora. Ou então não chegou a entrar.

[227] António Lopes, não exclui esta possibilidade, diz apenas que não consultou ainda o espólio maçónico de Coimbra. Talvez esta seja a explicação para o facto de não constar

seria, na pior das hipóteses, republicano formalmente em 1897.[228] Sendo republicano pode pensar-se em como teria sido aceite pela família de Maria Emília? Poder-se-ia dar o caso de haver republicanos na família. Também é sabido que os monárquicos, alguns, namoriscavam os republicanos para fazer ciúmes ao rei.[229]

As dúvidas religiosas que aparentou ter tido, na minha interpretação de alguns poemas, são ultrapassadas, e, doravante, manter-se-á católico. Por outro costado, não era só Soares de Albergaria, o avô era José da Silva Carvalho, paladino do primeiro liberalismo, descendente de liberais. O que atraiu José Nunes em Maria Emília e Maria Emília em José Nunes? Estas químicas nunca são verdadeiramente conhecidas, mas os atributos físicos e morais de José Nunes, encaixam bem no perfil do homem romântico que as mulheres tanto apreciavam na altura. Se calhar ainda apreciam. Mas isso não interessa para a História. Muito menos para esta nossa História. José em novembro de 1881 morava na freguesia de Miranda do Corvo. Por seu turno, a noiva morava em Coimbra, na freguesia de São Cristóvão. Nascera em Coimbra, na freguesia de Castelo Viegas. O pai era Luís Monteiro Soares de Albergaria e a mãe Dona Ludovina Amélia da Silva Carvalho. Os cunhados de José Nunes, com quem manteria uma boa relação pela vida fora, e de quem, segundo circula ainda na família, terá herdado bens, em Coimbra e no Alentejo, Guilherme Soares de Albergaria e José Monteiro Soares de Albergaria, bacharéis formados em Direito, foram testemunhas do ato solene.[230] Terá talvez conhecido a futura esposa através dos futuros cunhados. Quem sabe? Ou nas festas académicas? Quem sabe. Não se sabe quando iniciou a carreira de médico, se antes ou já depois de casado, mas seguramente só depois de se formar em 1879. Segundo o que conta a família, não confirmei ainda,[231] inicia a sua carreira como médico em Miranda do Corvo. E parece estar certo: em novembro de 1881 está lá. Miranda do Corvo é uma vila que dista uns quarenta quilómetros de Coimbra, sede do Distrito a que Miranda do Corvo pertence. Foi mesmo médico do partido municipal ou exerceu outras funções? Não sei. Terá aí nascido a sua filha Maria Ludovina? Também não sei.

MORTE DE JOSÉ NUNES DA PONTE

José Nunes da Ponte faleceu às três horas da tarde. Havia feito, onze dias antes, setenta e seis anos de idade.[232] A fazer fé no termo de óbito. Causa atribuída da morte: nefrite.[233] Já estaria incapacitado há algum tempo antes? Talvez até seis anos antes, no momento em que atinge o auge da sua carreira política, no verão de 1918, já revelasse alguns sintomas?[234] Não sei.[235] Havendo nascido numa casa da rua dos Foros ou numa da rua de São Francisco, na Ribeira Grande, falece na casa número cento e trinta e seis da rua do Alto da Vila, na Foz do Douro, cidade do Porto. Dela podia ver-se o rio? Responde o bisneto, Dr. Luís Nunes da Ponte: '*Era a casa dos sogros (família Souza Guedes) de sua filha Florinda Nunes da Ponte Souza Guedes), sobranceira (a uns 300 metros) ao rio e mar, visto que sobranceira à foz do Douro (...).*'

no Porto para José Nunes na loja União nem o nome maçónico nem a data de iniciação. Dar-se-ia o caso de ter sido transferido de Coimbra.

[228] Revisto Os Pontos, 20 de junho de 1897.

[229] Ramos, Rui, O Cidadão Keil, D. Quixote, Lisboa, 2010

[230] Arquivo da Universidade de Coimbra, Paroquial, Freguesia de Almedina, Casamentos 1881, assento n.º 9, fl. 5, 5v.

[231] Desloquei-me debalde a Miranda do Corvo como também debalde pedi à Biblioteca e Arquivo locais para me tentar encontrar prova desta sua ligação a Miranda do Corvo.

[232] Arquivo Central do Porto, Fotocópia não Certificada, Registo N.º 1323, 5 de setembro de 1924.

[233] Nefrite (do grego - *nephrós* - *rim* + *itis* - *inflamação*, pelo latim *nephrite*), também chamada nefroflegmasia (forma em desuso), consiste na inflamação dos rins, responsável por metade dos problemas renais [1].

[234] Testemunho da Dr.ª Isabel Melo, 27 de fevereiro de 2011: 'Os sintomas da nefrite são principalmente falta de forças progressiva até não conseguirem ter forças para andar e (...) esquecimentos cada vez maiores e episódios de confusão mental (...). Dependendo da sua maneira de ser estes sintomas podem acentuar-se (...) e por orgulho próprio não querem que ninguém os veja assim. Como foi um Homem importante na sua época, não permite que ninguém veja como está incapaz, com exceção das pessoas mais intimas pois essas, como gostam dele aceitam-no tal como está e tentam acarinhá-lo que é o que ele mais necessita. Por isso as tuas hipóteses estão corretas do meu ponto de vista e o facto de não ter ido ao casamento do filho comprova, penso eu, a incapacidade que referi.'

[235] Porém, o modo como terá reagido ao episódio da bomba da carbonária, em 1920 ou 1921, de modo frio e racional, poderá levar a pensar que a terem surgido ocorrido tais sintomas de nefrite, terão ocorrido depois desta data e antes de 1923?

Nascera no reinado de D. Maria II, pouco tempo antes do período que ficaria conhecido para a História de Portugal por rotativismo, e fecha os olhos no derradeiro período da I República, na presidência de Manuel Teixeira Gomes. José Nunes vivera com o filho Luís, no Passeio Alegre, Foz do Douro, no número setecentos e dezoito. Vivia com ele quando este casou pela segunda vez a cinco de fevereiro de 1923.

Todavia, em 1924 fora morar com a filha para a rua do Alto da Vila, casa cento e trinta e seis, ainda na freguesia da Foz do Douro. Nos últimos meses ou dias de vida, não sabemos quantos, de José Nunes da Ponte, filha era filha e nora era nora, a filha terá recolhido o pai em sua casa para o tratar? É possível. Seja como for, foi lá que José Nunes veio a falecer. Enterra-se não na cidade do Porto, como seria de esperar, para quem chegou a ser Governador Civil do Porto ou Presidente da Câmara Municipal do Porto, mas em Midões, uma remota aldeia beirã. Por que razão? Por ser terra dos antepassados da esposa. E por lá ter mandado construir um mausoléu. Ainda assim, não vai para o mausoléu dos Soares Albergaria, como seria também de esperar, com brasão, mas num seu, que mandou fazer para si e para a esposa, cuja distinção não é o brasão de nobre, mas a distinção do mérito: o seu próprio nome, José Nunes da Ponte. Quis vincar a superioridade do mérito sobre a aristocracia?

Autor: Mário Moura. Revisão: Júlio Moura e M. Pereira

Nota: Por questões de dimensão e de oportunidade, este artigo pretende apenas abordar alguns dos aspetos mais desenvolvidos em outro trabalho de maior fôlego, deixando para outra oportunidade, aspetos da sua atividade como clínico, poeta e político. Agradeço: Luís Nunes da Ponte e a Miguel Nunes da Ponte.

31. ORLANDO BELO, **DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA, ESCOLA DE ENGENHARIA, UNIVERSIDADE DO MINHO E ANABELA LEAL BARROS DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PORTUGUESES, INSTITUTO DE LÍNGUAS E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DO MINHO WWW.DI.UMINHO.PT/~OMB

TEMA 2.3 EXPLORAÇÃO DE UM SISTEMA DE DADOS TEI DE CORPORA TEXTUAIS EM CRIOULOS ORIENTAIS DE BASE PORTUGUESA,

ANABELA BARROS* & ORLANDO BELO**, *DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PORTUGUESES, INSTITUTO DE LÍNGUAS E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DO MINHO, CAMPUS DE GUALTAR, 4710-057 BRAGA, PORTUGAL, ALDB@ILCH.UMINHO.PT,

A criação e a manutenção de um sistema de dados para arquivo de *corpora* de textos em crioulos orientais de base portuguesa revelam-se hoje de fundamental importância para garantir a conservação das várias manifestações destas línguas, ao longo dos tempos, e, até certo ponto, mesmo a sua sobrevivência e continuidade, assim preservando um património linguístico construído à escala mundial em vários séculos de contribuição portuguesa e da língua portuguesa.

Tal processo exige a colaboração interdisciplinar de linguistas, crioulistas e investigadores que dominem o português e as diversas línguas asiáticas envolvidas para a coleção de impressos antigos relativos a épocas em que essas línguas crioulas tinham maior vitalidade, a pesquisa de arquivo, e no terreno, de manuscritos em crioulo e sobre os crioulos, desde o séc. XVI, e a recolha *in loco* de registos orais. À medida que o espólio documental vai sendo recolhido, ir-se-á desenhando e aperfeiçoando a definição para um esquema de acolhimento em formato digital desses *corpora,* exploráveis nas suas diversas vertentes através de mecanismos de exploração de informação adequados.

O *corpus* dividir-se-á, numa primeira fase, em dois conjuntos distintos e para fins diversos: por um lado, todo o acervo de documentação sobre cada um desses crioulos, manuscrita e impressa (muitas vezes em edições reduzidíssimas de que se perdeu o rasto, algures num pequeno ponto da Ásia), por outro, o repositório de textos em cada um dos crioulos (incluindo transcrições de discurso oral), devidamente datados e preenchendo o mais possível todo o espaço temporal desde a sua génese. Incluirá, designadamente, conjuntos de textos orais quotidianos, transcrições de canções antigas do folclore local, relatos de contos e de histórias, registos de receitas culinárias,

correspondência particular ou oficial, notas de dívidas, as reminiscências linguísticas individualizadas de descendentes de falantes de crioulo ou de português em contacto, já de língua materna estrangeira, etc.

Esta tão grande diversidade de documentos e fontes de informação será tipificada e mapeada para um formato de dados único capaz de acolher adequadamente, sem perda de expressividade ou conteúdo, a informação (e meta informação), potenciando a sua exploração segundo as várias dimensões de análise subjacentes a este tipo de *corpora* – temporal, temática, âmbito, língua, variedade, etc. Na criação deste repositório de documentos utilizaremos um sistema TEI (*Text Encoding Initiative*) P5 (http://www.tei-c.org/Guidelines/P5/) com capacidade de expressão para uma enorme variedade de conceitos e componentes textuais através de XML, disponibilizando um esquema para informação textual muito modular e de fácil adaptação a um contexto aplicacional específico como o caso que dos *corpora* textuais.

Neste artigo apresentaremos o processo de desenho e construção deste sistema de gestão de *corpora* textuais em TEI, revelaremos a forma como os diversos tipos de documentos crioulos orientais de base portuguesa podem ser armazenados no sistema e demonstraremos a sua exploração na procura e descoberta tanto de elementos simples como de padrões linguísticos mais evoluídos. Os textos crioulos de base portuguesa são muito importantes para o conhecimento da contribuição portuguesa e da língua portuguesa ao mundo através dos séculos.

Estes textos são uma fonte quase inesgotável de conhecimento sobre coisas que os Portugueses fizeram e deram a conhecer a outros povos ao longo das suas inúmeras viagens desde remotos tempos. Neste trabalho revelamos a base de um projeto para a criação e manutenção de um repositório de dados especialmente orientado para esse tipo de textos, em particular para os textos crioulos orientais de base portuguesa, complementado a sua descrição com a apresentação de alguns mecanismos de anotação de base TEI e de exploração do conteúdo dos textos e de eventual metainformação associada.

Palavras-Chave: Crioulos Orientais de Base Portuguesa, Acolhimento de Textos Heterogéneos, Bases de Dados Textuais, *Text Encoding Initiative*, XML, XPath.

1. INTRODUÇÃO

A criação e a manutenção de um sistema de dados para arquivo de *corpora* de textos em crioulos orientais de base portuguesa (Batalha 1983; Tomás 1992; 1995) revela-se hoje de fundamental importância para garantir a conservação das várias manifestações destas línguas, ao longo dos tempos, e, até certo ponto, mesmo a sua sobrevivência e continuidade (Hilgert 2009), preservando assim um importante património linguístico construído à escala mundial em vários séculos de contribuição portuguesa e da língua portuguesa. Tal processo exige a colaboração interdisciplinar de linguistas, crioulistas e investigadores que dominem o português e as diversas línguas asiáticas envolvidas para a coleção de impressos antigos relativos a épocas em que essas línguas crioulas tinham maior vitalidade, a pesquisa de arquivo, e no terreno, de manuscritos em crioulo e sobre os crioulos, desde o séc. XVI, e a recolha *in loco* de registos orais. À medida que o espólio documental vai sendo recolhido, ir-se-á desenhando e aperfeiçoando a definição para um esquema de acolhimento em formato digital desses *corpora,* exploráveis nas suas diversas vertentes através de mecanismos de exploração de informação adequados. O *corpus* dividir-se-á, numa primeira fase, em dois conjuntos distintos e para fins diversos: por um lado, todo o acervo de documentação sobre cada um desses crioulos, manuscrita e impressa (muitas vezes em edições reduzidíssimas de que se perdeu o rasto, algures num pequeno ponto da Ásia), por outro, o repositório de textos em cada um dos crioulos (incluindo transcrições de discurso oral), devidamente datados e preenchendo o mais possível todo o espaço temporal desde a sua génese. Incluirá, designadamente, conjuntos de textos orais quotidianos, transcrições de canções antigas do folclore local, relatos de contos e de histórias, registos de receitas culinárias, correspondência particular ou oficial, notas de dívidas, as

reminiscências linguísticas individualizadas de descendentes de falantes de crioulo ou de português em contacto, já de língua materna estrangeira, etc. Esta tão grande diversidade de documentos e fontes de informação será tipificada e mapeada para um formato de dados único capaz de acolher adequadamente, sem perda de expressividade ou conteúdo, a informação (e meta informação), potenciando a sua exploração segundo as várias dimensões de análise subjacentes a este tipo de *corpora* – temporal, temática, âmbito, língua, variedade, etc. Na criação deste repositório de documentos utilizaremos um sistema TEI (*Text Encoding Initiative*) P5 (TEI 2011) (TEI P5 2011) com capacidade de expressão para uma enorme variedade de conceitos e componentes textuais através de XML (XML 2011), disponibilizando um esquema para informação textual muito modular e de fácil adaptação a um contexto aplicacional específico, como o caso dos *corpora* textuais. Neste artigo apresentaremos o processo de desenho e construção deste sistema de gestão de *corpora* textuais em TEI, revelaremos a forma como os diversos tipos de documentos crioulos orientais de base portuguesa podem ser armazenados no sistema e demonstraremos a sua exploração apresentando algumas consultas nas linguagens que de momento podemos utilizar sobre a base de textos.

2. ANOTAÇÃO DE TEXTOS CRIOULOS EM TEI

A anotação de um texto crioulo de base portuguesa segue, em termos gerais, a estrutura de um processo típico de anotação de qualquer outro tipo de documento. Porém, existem algumas particularidades que devem ser tomadas em consideração e que, de facto, exigem alguma particularização na forma de anotação e caraterização deste tipo de texto. Para fazermos a anotação dos nossos textos optámos por adotar o esquema disponibilizado pelo TEI incorporando algumas das caraterísticas textuais que pretendíamos tratar no âmbito deste trabalho, em particular, elementos estruturais, caraterísticas dos conteúdos e caraterísticas linguísticas. O TEI foi criado durante a década de 80 com o objetivo de desenvolver os meios necessários para a criação e manutenção de métodos e diretivas especialmente orientados para a gestão de arquivos textuais sustentáveis e para a troca de textos eletrónicos. Apesar de hoje estas diretivas se poderem aplicar a qualquer tipo de texto, em qualquer linguagem, o TEI foi inicialmente planeado para ser aplicado em projetos de bases de textos no domínio das humanidades.

A sua adoção por instituições, com preocupações diretamente relacionadas com a preservação de documentos ou com a sua efetiva exploração, tem vindo a aumentar de forma muito significativa ao longo dos últimos anos. Os projetos que utilizaram o esquema de anotação TEI constituem já uma lista com um grande número de intervenientes (TEI Projetos 2011). Desde catálogos de textos eletrónicos até acervos completos de bibliotecas, são muitas as áreas nas quais se tem aplicado TEI. Tudo isto é possível porque o TEI tem um leque muito vasto de elementos de vocabulário, capaz de acolher definições de metadados muito detalhadas acerca dos textos e das suas próprias fontes. Desta forma, conseguimos enriquecer o próprio documento com interpretações acerca do seu conteúdo, criando índices que facilitem a procura de conteúdos específicos, ou simplesmente preparar os documentos para intercâmbio num formato quase que universalmente aceite.

Em termos gerais, podemos entender o TEI (TEI por Exemplos 2011) como uma formulação de um conjunto de linhas de orientação, regras e recomendações para suporte à anotação de caraterísticas de textos que se considerem importantes para a sua caraterização e interpretação, constituindo hoje um leque de soluções muito diverso para processos de anotação de textos da mais variada natureza. O resultado do trabalho dos vários investigadores que se dedicaram à definição dessas linhas de orientação originou um esquema de anotação muito completo, exigindo dos seus eventuais utilizadores um grande esforço de aprendizagem. Todavia, é raríssima a situação em que seja necessário utilizar toda a extensão do sistema TEI. Habitualmente, os anotadores de textos apenas utilizam uma parte dessa especificação, associada a este ou àquele tipo de texto – prosa, poesia, drama, crítica literária, etc.

Esta circunstância acabou por originar a preparação de um esquema de anotação mais reduzido, o TEI Lite (Burnard& Sperberg-McQueen 2006), que apesar de ser um esquema de menor dimensão relativamente à atual especificação de todo o sistema TEI, consegue,

ainda assim, satisfazer as necessidades de anotação da maioria dos textos. O sistema TEI Lite apresenta um conjunto de 145 elementos para a anotação de um texto, sendo atualmente uma das versões mais populares do sistema TEI. Na figura 1 podemos ver a estrutura base de um documento XML em TEI Lite gerado pelo editor de XML do oXygen (2011).

Nessa estrutura identificamos facilmente duas grandes divisões do documento: o cabeçalho (*header*) e o corpo (*body*), cuja combinação origina um único elemento TEI. O cabeçalho disponibiliza-nos informação acerca do documento em geral, incluindo descrições bibliográficas, sobre a forma como foi anotado, descrições acerca do próprio documento, ou o historial das suas várias revisões, caso tenham acontecido. Por sua vez, o corpo integra o texto do documento, com inclusão dos elementos de anotação específicos desta parte. É a partir desta estrutura base que começamos a desenvolver o nosso processo de anotação de um dado texto. Todavia, tudo o que acabámos de referir constitui apenas a "ponta do icebergue" da especificação de um documento TEI. A todos os que pretendam iniciar-se na anotação de documentos utilizando o sistema TEI, recomendamos a leitura de (Burnard& Sperberg-McQueen 2006) e a experimentação dos exemplos aí apresentados numa ferramenta de edição de XML.

```
<TEI xmlns="http://www.tei-c.org/ns/1.0">
 <teiHeader>
  <fileDesc>
   <titleStmt>
    <title>Title</title>
   </titleStmt>
   <publicationStmt>
    <p>Publication information</p>
   </publicationStmt>
   <sourceDesc>
    <p>Information about the source</p>
   </sourceDesc>
  </fileDesc>
 </teiHeader>
 <text>
  <body>
   <p>Some text here.</p>
   <figure><graphic url="http://www.tei-c.org/logos/TEI-glow.png"/>
    </figure>
  </body>
 </text>
</TEI>
```

Figura 1 – Estrutura base de um documento TEI

Com base em experiências passadas de técnicos e investigadores da área, assume-se que um texto apresenta vários níveis linguísticos, que estão definidos, digamos, num texto principal. Isto significa que cada um dos textos crioulos do *corpus* será representado por um conjunto de vários blocos correspondendo cada um deles a um nível distinto de caraterização. Esta forma de organização revela um esquema de anotação (*schema*) que regulamenta o modo como o documento XML deverá ser escrito.

Os esquemas indicam-nos, por exemplo, que elementos é que podemos anotar num dado documento, a sua ordem e frequência, e mesmo os atributos e seus domínios. Por sua vez, a utilização de documentos XML, para acolher os nossos textos crioulos bem como a sua anotação TEI, permite-nos respeitar a estrutura da informação textual dos documentos crioulos que tratarmos. A opção pelo sistema TEI neste projeto, em particular pela versão TEI Lite, foi decidida com base nesse requisito e pela capacidade de anotação que o próprio TEI coloca à nossa disposição. Porém, o sistema TEI tem inúmeros elementos para suporte à anotação de um texto (TEI P5 2011).

Por um lado, essa dimensão é bastante preciosa, uma vez que nos permite praticamente anotar qualquer tipo de texto, mas, por outro, pode causar alguma indecisão quanto ao elemento de anotação a escolher – quais os elementos de anotação mais relevantes para este documento; qual o elemento de anotação que melhor resulta para este caso em particular; qual a melhor estrutura de anotação, etc.

Durante o processo de análise dos tipos de documentos tentámos identificar quais os elementos TEI que poderiam ser mais relevantes para o nosso trabalho de anotação e posterior exploração de textos. Neste trabalho apenas abordaremos exemplos de textos que enquadrámos na categoria de poemas do TEI (TEI Poesia, 2011), apresentando pequenos exemplos com anotação textual e não textual no domínio da poesia.

Para cada tipo de texto incorporado nesta fase do trabalho definimos, como base de trabalho para o arranque do nosso projeto, um conjunto de elementos estruturais (etiquetas de anotação) limitado, tentando não complexificar demasiado o processo de anotação através de uma oferta de elementos muito diversificada.

Poderemos sempre, a qualquer momento, introduzir mais elementos sem qualquer problema, enriquecendo, consequentemente, a anotação dos textos em questão. Na tabela 1 apresentamos uma pequena amostra de alguns dos elementos estruturais adotados para documentos no âmbito do projeto.

Elemento TEI	Significado	Descrição
<TEI>	Documento TEI	Identifica um documento TEI.
<teiheader>	Cabeçalho TEI	Identifica e descreve o texto.
<text>	Texto	O texto que se pretende anotar.
<body>	Corpo do texto	Contém o corpo de um texto.
<group>	Grupo	Contém o corpo de um texto composto por uma sequência de outros textos distintos.
<p>	Parágrafo	Definição de um parágrafo em prosa.
	Divisão do texto	Define uma divisão no texto.
<l>	Linha de verso	Contém uma linha de verso.
<lg>	Linha de grupo	Contém um grupo de versos que atuam como uma única unidade formal.
<pb>	Quebra de página	Define a separação entre duas páginas de um texto.
<lb/>	Quebra de linha	Define o início de uma nova linha de texto.
<hi>	Enaltecedor	Enaltece uma palavra ou frase num texto.
<term>	Termo	Contém uma ou mais palavras como referência para um dado termo técnico.
<note>	Nota	Inclui uma observação ou comentário acerca de dado assunto.
(...)	(...)	(...)

Tabela 1 – Exemplos de alguns elementos TEI Lite (Burnard& Sperberg-McQueen 2006)

Na figura 2 apresentamos, a título de exemplo, um texto já anotado no sistema TEI, que revela uma estrutura típica de um poema, neste caso, de uma canção, e que utiliza alguns dos elementos que apresentámos anteriormente na tabela 1. Este exemplo constitui apenas uma amostra aleatória do nosso conjunto de textos, tendo sido selecionado para este artigo como elemento de demonstração da aplicação das operações mais relevantes realizadas no âmbito do projeto em questão. Sabemos que cada anotação depende em muito do seu anotador, o qual, com base na sua perícia e conhecimento sobre o tema, faz diferentes interpretações sobre o texto, criando anotações diferentes, com etiquetas muito diversas. Por conseguinte, o sistema de anotação pode criar um nível de heterogeneidade de anotação tal que os processos de consulta poderão produzir resultados pouco satisfatórios, dada a dispersão da classificação dos vários elementos anotados.

Nesta fase do projeto, e para o tipo de texto com que estamos a trabalhar, ainda não temos um conjunto estável de etiquetas que possamos recomendar aos anotadores como um conjunto mínimo a seguir – um subconjunto do TEI Lite – para a obtenção de um documento anotado com alguma qualidade. O processo de anotação ainda não ganhou estabilidade, uma vez que nos falta analisar alguns tipos de textos e avaliar a sua natureza para anotação. Porém, as experiências que realizámos até ao momento revelaram-nos já um conjunto bastante interessante de elementos a considerar como base de anotação nas fases seguintes do projeto. Acreditamos que nessa altura teremos já os elementos fundamentais para assegurar processos de consulta mais abrangentes, detalhados e efetivos.

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
```

```
<?oxygen RNGSchema="http://www.tei-c.org/release/xml/tei/custom/schema/relaxng/teilite.rng" type="xml"?>
<TEI xmlns="http://www.tei-c.org/ns/1.0">
 <teiHeader>
  <fileDesc>
   <titleStmt>
    <title>Cabelo Torcido</title>
   </titleStmt>
   <publicationStmt>
    <p>Canção em Crioulo de <hi>Diu</hi></p>
   </publicationStmt>
<sourceDesc>
    <p>(Tomás 1992) Tomás, M.I. (1992), "A presença africana nos crioulos
     portugueses do Oriente: o crioulo de Damão", in Ernesto d'Andrade e
     Alain Kihm, Atas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical
     Portuguesa", Lisboa: Edições Colibri, 97-107.</p>
   </sourceDesc>
  </fileDesc>
 </teiHeader>
 <text>
  <body>
   <div type="song">
    <lg type="stanza" n="1">
     <l n="1">Cabelo torcido</l>
     <l n="2">Cafarinho despido</l>
     <l n="3">Toda gente fala</l>
     <l n="4">Tem cafra de Sufala.</l>
    </lg>
    <lg type="refrain" n="2">
     <l n="5">Huê huê huê, balhá com igual huê</l>
     <l n="6">Huê huê huê, cabelos torcidos huê</l>
     <l n="7">Huê huê huê, festa de Natal huê.</l>
    </lg>
(...)
    <lg type="stanza" n="6">
     <l n="20">Todos assim dizem</l>
     <l n="21">Chapado nariz</l>
     <l n="22">Cabeça pequena</l>
     <l n="23">Tem cafarinho de Sena.</l>
    </lg>
   </div>
  </body>
<note>Maria Isabel Tomás publica esta canção de Cafrinho; Este tipo de canção "originalmente
    cantado no dia de S. Bento, o dia em que os senhores brancos concediam aos escravos
    cafres o lugar de honra na igreja (Moniz, 1925)" é ainda cantado pelos Crioulos de
    Damão durante o Natal, em frente ao presépio".</note>
 </text>
</TEI>
```

Figura 2 – Exemplo de um ficheiro XML com anotação TEI

3. ARMAZENAMENTO DOS TEXTOS

A forma como os documentos são anotados revela-nos a sua estrutura base e os vários elementos textuais que achámos conveniente definir. Todas as etiquetas (*tags*) utilizadas durante a fase de anotação são elementos fundamentais para o suporte a um processo de consulta efetivo sobre um texto, em geral, ou sobre um ou mais dos elementos que o constituem, em particular. Na tarefa de criação de uma base de documentos crioulos orientais de base portuguesa, e no seu consequente processo de povoamento, seria conveniente que os anotadores utilizassem o mesmo sistema de anotação. Isso permitir-nos-ia definir uma estrutura homogénea para o armazenamento dos textos. Todavia, sabemos que isso seria muito difícil de conseguir.

Como referimos, os investigadores que fazem a anotação dos textos aplicam critérios muito subjetivos que produzem textos com caraterísticas de anotação muito distintas, apresentando categorizações de elementos muito dispersas. Isso dificulta, obviamente, a forma de realizar uma consulta à base e, numa fase

seguinte, o cruzamento de elementos pertencentes a textos diferentes. Apesar disso, a qualquer momento, texto a texto, podemos saber que elementos foram associados e, assim, definir as consultas pretendidas com base nessa informação. O eventual cruzamento de dados entre documentos obrigará a um esforço adicional na definição de elementos ponte que façam a devida ligação e permitam à consulta conjugar resultados.

Vejamos então como se desenrola o processo para tratar e armazenar os textos em questão (figura 3). Depois de recenseados e coligidos, os textos são convertidos para formato digital, idealmente de forma automática, e colocados em sistemas de ficheiros específicos – um ficheiro conterá apenas um texto. De seguida, estes ficheiros são organizados em pastas e catalogados de acordo com a sua origem, data de angariação e formato (ex. cartas, receitas culinárias, canções, etc.).

Adicionalmente, conterão também uma marca indicando se já foram ou não convertidos para o formato base do sistema. Após esta fase de preparação, os textos angariados estão prontos para serem anotados. Texto após texto, na fase de anotação, fazemos a análise dos seus conteúdos, identificamos e preparamos a meta informação que queremos associar ao texto, definimos o modelo de anotação TEI (o esquema de anotação) a aplicar e estruturamos o nosso trabalho de anotação. Escolhidas as etiquetas a utilizar, o que não significa que não possamos acrescentar ou retirar etiquetas ao esquema definido, fazemos o trabalho de anotação do texto utilizando diretamente, pelo menos nesta fase do projeto, a ferramenta oXygen (Oxygen, 2011), um dos editores de XML mais reputados do mercado, e já preparado para trabalhar com TEI – na figura 4 podemos apreciar o resultado de um processo de anotação de um texto crioulo oriental de base portuguesa.

A seleção de ferramentas para a manipulação de documentos XML depende muito da natureza dos próprios textos. Podemos utilizar editores bastante simples de XML, visualizadores das estruturas dos documentos, validadores de documentos, ou outras ferramentas de publicação no processo de anotação e da sua consequente disponibilização. A opção pelo oXygen tomou em consideração todos estes aspetos relacionados com o trabalho de anotação que pretendíamos aplicar no nosso projeto. Além disso, esta ferramenta consegue cobrir todo o ciclo de vida da anotação de documentos, desde a sua edição até à sua consulta, num único ambiente de trabalho.

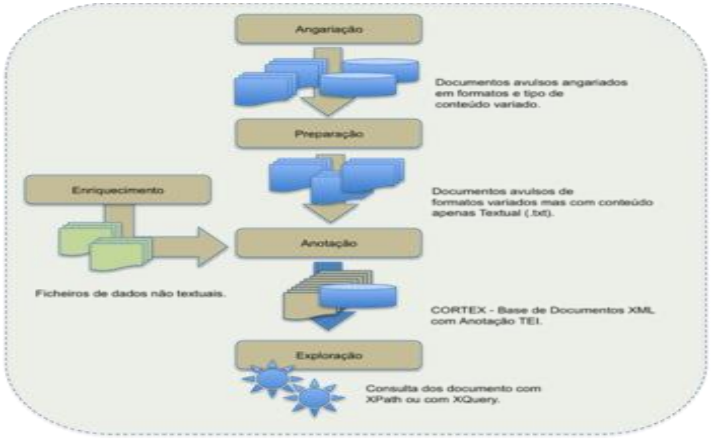


Figura 3 – Principais etapas do processo de inserção e exploração de documentos TEI no sistema

Terminado o labor de anotação é necessário validar o texto anotado para verificar se todos os elementos de anotação TEI escolhidos estão bem definidos e posicionados – esta tarefa de validação é feita automaticamente pela ferramenta, que indica, caso se verifiquem, os erros cometidos pelo anotador. O texto só estará pronto quando obtivermos "luz verde" por parte da ferramenta (figura 4). Todos os textos anotados, validados com sucesso, são armazenados num sistema de ficheiros XML específico, organizado por tipo de documento anotado. O conjunto global destes ficheiros constitui o nosso sistema de dados TEI de *corpora* textuais em crioulos orientais de base portuguesa.

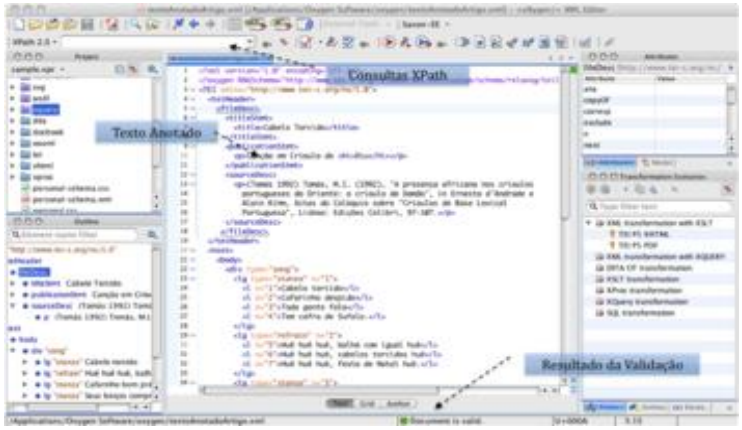


Figura 4 – Ambiente de trabalho do oXygen

4. EXPLORAÇÂO DOS TEXTOS

A constituição de uma base de textos poderá ser justificada por inúmeros motivos, todos eles bastante válidos segundo esta ou aquela perspetiva. Porém, a exploração da informação que contêm ou da sua meta informação é, sem margem para qualquer dúvida, um dos motivos mais fortes que conduzem à sua implementação prática e consequente manutenção e enriquecimento. Assim, podemos ver essa base como um meio de preservação eficaz para o património textual crioulo oriental de base portuguesa (como para qualquer outro tipo de texto, refira-se), assegurando assim a sua "sobrevivência" ao longo dos tempos, bem como um instrumento de trabalho de excelência para a investigação dos próprios textos e de tudo o que deles transparece, mais ou menos explicitamente.

A anotação dos textos, como já tivemos a oportunidade de verificar, permite-nos marcar variadíssimos pontos de interesse, cujo objetivo, além da sua catalogação e caraterização óbvias, será, mais tarde, o de suportar processos de consulta e de análise sobre o conteúdo dos documentos e da meta informação associada. Estes dois elementos base permitir-nos-ão um leque de ações muito diverso. Desde simples consultas sobre as fontes específicas das quais emergiram esses documentos até à visualização da caraterização (ou interpretação) que um dado investigador lhe atribuiu. Tudo poderá ser realizado de uma forma relativamente simples, desde que, para esse efeito, tenhamos utilizado as etiquetas adequadas para esses processos de consulta durante a fase de anotação dos documentos. Daqui facilmente concluímos que a exploração da informação dos textos armazenados vai estar muito dependente da qualidade da anotação realizada e, obviamente, do especialista que fez a anotação. Abstraindo-nos por agora dessa questão, vejamos como passar à exploração da informação contida nos textos anotados – a última fase do nosso projeto.

A forma mais imediata que temos para fazer a exploração de qualquer um dos nossos textos anotados é através da utilização da linguagem XPath (XPath, 2011), uma linguagem de interrogação definida pela World Wide Web *Consortium* (W3C) (W3C, 2011) especialmente orientada para realizar consultas sobre a informação armazenada em documentos XML. A XPath tem vindo a ser incorporada com sucesso em algumas linguagens de programação, com o objetivo específico de permitir a manipulação direta de textos XML através de aplicações.

Vejamos, pois, alguns exemplos de formas de consultar a informação associada aos vários elementos de anotação TEI que foram incorporados anteriormente no documento XML, juntamente com o nosso texto original (figura 2). A partir do ambiente principal do Oxygen temos acesso direto a uma pequena área de interface que nos permite lançar interrogações XPath sobre dado documento. Os exemplos de queries XPath que selecionámos foram os seguintes:

1) */TEI/teiHeader/fileDesc/titleStmt/child::title*
2) */TEI/text/body/div/@type*
3) *//lg[@type="stanza"]*
4) */TEI/text/body/div/lg/l[@n="2"]*

Estas inquirições permitem-nos obter, respetivamente, o título do texto ("Cabelo Torcido") que está integrado no documento XML sob consulta, o tipo de poema que está anotado (uma canção), que tipos de grupos de versos temos definidos (figura 5) e qual é o segundo verso

("Cafarinho despido") do poema da canção contida no documento. Muitas outras questões poderiam ser colocadas sobre o documento utilizando XPath, mas como demonstração estes exemplos são suficientes. Na figura 5 podemos observar a forma como o Oxygen apresenta os resultados relativos à terceira interrogação apresentada. Para uma melhor compreensão da linguagem e interrogação XPath, recomenda-se a consulta de (XPath, 2011).

Info	Description - 5 items	Resource	System ID	Location
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[1] - n="1" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	20:9
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[3] - n="3" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	31:9
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[4] - n="4" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	37:9
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[5] - n="5" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	43:9
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[6] - n="6" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	49:9

Figura 5 – Resultado de uma consulta XPath

Apesar da reconhecida utilidade da linguagem XPath no âmbito deste projeto, bem como da sua aplicação ao tipo de base em questão, impôs-se-nos de um meio de interrogação um pouco mais versátil, que além do suporte a interrogações a documentos XML nos permitisse, também, fazer a etiquetagem (*labeling*) da informação proveniente dos diversos documentos armazenados na nossa base, de outras fontes XML, de sistemas de bases de dados relacionais e, por fim, de repositórios de objetos - estas duas últimas fontes de dados serão alvo de integração no projeto numa segunda fase, a fim de suportarem o armazenamento de imagem, áudio e vídeo, de mapas semânticos, e de possibilitarem o acesso a bases de objetos de arquivos, respetivamente.

Com base nestes requisitos, optaremos numa fase posterior do projeto por adotar, também, a linguagem XQuery (XQuery, 2011). Na realidade, a XQuery acaba por ser uma extensão natural da linguagem XPath (IBM, 2011), que permite fazer consultas sobre documentos XML de uma forma concisa, flexível e de fácil compreensão, operando sobre a estrutura lógica do documento XML – o modelo de dados subjacente ao documento – e não apenas sobre a sua sintaxe de superfície. Apesar da grande versatilidade da linguagem XPath, admitimos que, para o tipo de utilizadores a que este sistema se destina, esta linguagem possa levantar algumas barreiras práticas concretas na exploração da base de textos, uma vez que possui uma sintaxe e uma semântica muito próprias, exigindo a todos aqueles que não dominam linguagens de interrogação de bases de dados, sejam elas documentais ou não, um esforço de aprendizagem inicial bastante significativo. Isto exige, a curto prazo, o desenvolvimento de uma plataforma de interrogação de fácil operação, com uma interface bastante amigável, e que permita apresentar as consultas sobre os textos numa linguagem tão próxima da linguagem natural quanto possível.

5. CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO

O processo de anotação de textos em crioulos orientais de base portuguesa não é diferente do de qualquer outro tipo de texto. As linhas base de orientação para a sua anotação são as mesmas. A diferença reside, somente, na forma como decidimos estruturar a nossa base TEI de *corpora* textuais, definindo, para cada tipo de texto trabalhado, um conjunto inicial de estruturas e de elementos textuais como uma configuração inicial para inserção de um primeiro grupo de textos no nosso sistema. Todavia, como já referimos anteriormente, qualquer processo de anotação é talhado à medida de cada um dos investigadores que efetuam a anotação, o que constitui facto incontornável.

Não obstante, podemos fazer com que, durante um processo de anotação, todos sigam algumas linhas de orientação geral no sentido de conseguirmos desenvolver e manter uma base de textos capaz de satisfazer de forma consistente, de texto para texto, as diversas consultas de que um sistema deste género normalmente é alvo. Essas linhas de orientação acabaram por ser definidas através do conjunto de elementos TEI que fomos escolhendo para anotar cada um dos tipos de texto que íamos recolhendo.

A partir da sua definição podemos elaborar as nossas consultas sobre a nossa base de textos utilizando XPath. Todos os textos da base se acham em XML, o que nos garante a qualquer momento a sua migração para qualquer outro tipo de sistema de tratamento de textos. Apesar de ainda numa fase inicial de desenvolvimento do projeto, o estado atual dos trabalhos assegura-nos a constituição de uma base de textos consistente, na qual podemos desenvolver os mais variados

processos de consulta, com base nos vários elementos estruturais incluídos nos textos através do processo da sua anotação.

A utilização de linguagens como a XPath e a XQuery em processos de navegação sobre os documentos XML da base, selecionando os nodos e os elementos que pretendemos, asseguram-nos a ligação a outras linguagens de programação que, por sua vez, nos permitirão desenvolver novas aplicações, tais como uma interface para consultas suportado por uma linguagem "próxima" da natural, bem como a criação de um mapa semântico para todos os *corpora*.

Estas são algumas das linhas de desenvolvimento futuro mais relevantes para o projeto que pretendemos colocar em prática em breve. Mas, antes disso, precisamos de reforçar o nosso *corpus*, tratar de definir novas estratégias para o enriquecimento dos metadados dos textos já anotados, incorporar novas peças de informação no sistema (imagem, áudio, vídeo, apontadores Web, etc.) e, por fim, desenvolver uma aplicação que combine num único ambiente tudo aquilo que, nesta fase do projeto, ainda fazemos com ferramentas diferentes, em alturas diferentes.

6 REFERÊNCIAS

(Batalha 1983) Batalha, G., (1983), "Situação e perspetivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)", *in* Congresso sobre a situação atual da Língua Portuguesa no Mundo. Atas, vol. 1, Lisboa.

(Burnard & Sperberg-McQueen 2006) Burnard, L., Sperberg-McQueen, C., TEI Lite: Encoding for Interchange: an introduction to the TEI Revised for TEI P5 Release. February 2006. Disponível em http://www.tei-c.org/release/doc/tei-p5-exemplars/html/teilite.doc.html.

(Hilgert, 2009) Hilgert, M., (2009), "A lipoaspiração dos dicionários", Revista Língua Portuguesa, - 10 – 2009, Edição 48. Disponível em http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11857.

(IBM, 2011) How XQuery extends XPath - Things you can do in XQuery but not XPath. Disponível em http://www.ibm.com/developerworks/xml/library/x-xqueryxpath.html.

(Oxygene, 2011) <oXygen/> XML Editor. Disponível em http://www.oxygenxml.com/.

(TEI 2011) TEI: Text Encoding Initiative. Disponível em http://www.tei-c.org/index.xml.

(TEI por Exemplos 2011) TEI by Example. Disponível em http://tbe.kantl.be/TBE/modules/TBED00v00.htm.

(TEI P5, 2011) TEI: P5 Guidelines. Disponível em http://www.tei-c.org/Guidelines/P5/.

(TEI Poesia, 2011) TEI By Example Module 4: Poetry. Disponível em http://tbe.kantl.be/ TBE/modules/TBED04v00.htm.

(TEI Projectos, 2011) Projects Using the TEI. Disponível em http://www.tei-c.org/Activities/Projects/.

(Tomás,1992) *Maria Isabel Tomás*, *Os* crioulos *portugueses do Oriente: Uma bibliografia,* Macau: Instituto Cultural de Macau.

(Tomás, 1995) Tomás, M. Isabel (1995), "Os Crioulos Portugueses do Oriente Revisitados". Revista Internacional de Língua Portuguesa, 14.

(W3C, 2011) The World Wide Web Consortium (W3C). Disponível em http://www.w3.org/.

(XML, 2011) XML Essentials. Disponível em http://www.w3.org/standards/xml/core.html.

(XPath, 2011) XML Path Language (XPath). Disponível em http://www.w3.org/TR/xpath/.

(XQuery, 2011) XQuery 1.0: An XML Query Language (Second Edition). Disponível em http://www.w3.org/TR/xquery/.

32. PERPÉTUA SANTOS SILVA CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA – CIES/ISCT, PORTUGAL

TEMA 2.3. APRENDER PORTUGUÊS NA RAEM: RAZÕES E OUTRAS REPRESENTAÇÕES, PERPÉTUA SANTOS SILVA, ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, CIES-IUL, LISBOA, PORTUGAL

De uma forma genérica, podemos considerar que todos os que se envolvem no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira (é nesta situação que se encontra a esmagadora maioria daqueles que estiveram na base da investigação de cujos resultados se fala nesta comunicação ao Colóquio da Lusofonia) têm expetativas em relação ao campo de possibilidades que essa língua lhes abrirá e que equacionam em função do *valor no mercado* que a mesma lhes pareça assumir. Se aceitarmos, como nos diz De Swaan (2001:27; 33), que cada indivíduo irá optar por aprender a língua que, espera, lhe traga maiores benefícios e que se lhe afigura de maior utilidade, parece-nos claro que a ação desencadeada pelos atores na sua tomada de decisão se encontra nitidamente orientada para um fim e que ao comportamento desenvolvido está associado um determinado sentido. A assunção de

que uma língua, seja esta qual for, serve determinados objetivos e que aqueles que a aprendem têm em vista (ou a expetativa de) satisfazer determinadas necessidades não equivale a reduzir a uma dimensão meramente utilitarista (num sentido económico restrito) os fins que procuram atingir. Serão as diferentes conceções que têm, neste caso, sobre a língua portuguesa, formuladas de acordo com a informação que sobre a mesma detêm e de forma não independente das suas caraterísticas e posicionamentos sociais, logo trajetórias, que *guiam e justificam práticas e comportamentos* dos indivíduos que em relação a esta língua orientam a sua ação. Falamos, como já se percebeu, de *representações* como sistemas de disposições e orientações, *saberes socialmente engendrados e partilhados com funcionalidades práticas diversas na interpretação da realidade* (Almeida, 1990:123). De acordo com as caraterísticas encontradas na população em análise, podemos esperar que as suas *disposições* para aquisição de recursos linguísticos em português se orientem, prioritariamente, em função de expetativas relativas ao alargamento de oportunidades profissionais. No entanto, prioritariamente não significará exclusivamente, podendo este investimento conjugar outras dimensões.

Para além de apresentar alguns dados sociográficos, procuraremos, também, avaliar o posicionamento de um conjunto de estudantes de português na RAEM neste início de século relativamente a outros indicadores que sugerem alguma capacidade analítica no que respeita aos sistemas de disposições que estão na base de lógicas de aproximação desenvolvidas em relação à língua portuguesa. A informação aqui apresentada foi obtida através de aplicação de inquérito por questionário e embora a aplicação deste instrumento de recolha de informação tenha decorrido no ano letivo de 2002/2003, em anos subsequentes e através de outras modalidades de observação, foi possível verificar que os dados aqui apresentados se mantêm socialmente relevantes. O instrumento utilizado, apresentado em versão bilingue português/chinês, foi aplicado em várias instituições – Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Instituto de Formação Turística, Instituto Português do Oriente, Escola Luso-Chinesa Luís Gonzaga Gomes (secção portuguesa, ensino recorrente, noturno) e Escola Portuguesa de Macau (10º, 11º e 12º anos) –, logo em diversos tipos, níveis e graus de ensino da língua portuguesa, permitindo encontrar algumas linhas de distinção entre grupos de aprendentes e diferentes posicionamentos perante a língua e a cultura portuguesas. Foram distribuídos 2475 exemplares, o que, de acordo com a informação fornecida por cada instituição, correspondia ao número total de alunos inscritos que no período de referência (outubro e novembro de 2002) se encontrava a frequentar aulas de ou em língua portuguesa. Viriam a ser recolhidos 1676 questionários, o que representa uma taxa de cobertura de 67.7% do total, dos quais 1639 foram, posteriormente, validados.

1. CARATERIZAÇÃO GERAL

No que respeita à estrutura etária, trata-se de uma população jovem, sendo entre as faixas etárias dos 15 aos 19 anos (49.1%) e dos 20 aos 24 anos (35.2%) que podemos encontrar a maior parte das observações, oscilando as idades entre os 14 e os 51 anos. A concentração nos dois escalões etários identificados decorre da opção tomada quanto à população a inquirir sendo, na sua maioria, estudantes universitários e do ensino secundário. No que respeita aos indivíduos com idade igual ou superior a 25 anos, embora com menor incidência, correspondem aos estudantes trabalhadores e encontram-se, sobretudo, a frequentar cursos específicos de língua portuguesa. Verificou-se que na sua distribuição segundo o género, predominam os indivíduos do sexo feminino que representam 63.4% dos casos. Os valores encontrados ultrapassam largamente a tendência conhecida relativamente à composição segundo o sexo da população residente que, de acordo com a informação divulgada pela Direção de Serviços de Estatística e Censos da RAEM, é composta, aproximadamente, em 52% por indivíduos do sexo feminino e em 48% por indivíduos do sexo masculino, sendo a predominância das mulheres atribuída à forte componente feminina entre a população imigrante que se encontra legalmente a residir no território. Embora um conjunto significativo dos estudantes inquiridos seja de proveniência exterior ao território, este facto, por si só, não explicará a disparidade encontrada entre homens e mulheres, sugerindo o interesse em aprofundar esta dimensão de análise, recorrendo a outras fontes complementares de informação no sentido de se perceber se, mais do que atribuir às mulheres uma particular apetência pela escolha de cursos em que o

português é uma língua central, os valores encontrados não serão, antes, reveladores de um processo de feminização da população estudantil, com particular incidência no ensino superior, à semelhança do que acontece, nomeadamente, em Portugal (Almeida e outros, 2003:13-15). Considerando o indicador nacionalidade, constata-se que 63.6% dos inquiridos têm nacionalidade chinesa e que 33.4% afirma ter nacionalidade portuguesa, já no que respeita à naturalidade a maioria declara ter nascido em Macau (62.3%), seguindo-se os naturais da China continental (26.7%) e, a considerável distância, surgem os naturais de Hong Kong (5.2%), de Portugal (2.8%), de outro país da Ásia (1.2%) e de outro país lusófono (1.2%).

Relativamente ao desenvolvimento de uma atividade profissional, a maioria dos nossos inquiridos não se encontra a trabalhar, tendo 25.3% declarado encontrar-se na situação de trabalhador estudante, podendo, entre estes, considerar-se que existe algum equilíbrio entre os *setores de atividade público e privado* – cerca de 50% dos inquiridos em cada um (setor público 197, setor privado 196 indivíduos). Verificou-se que existe uma distribuição por variadas áreas de atividade sem que nenhuma assuma valores que possamos considerar significativamente elevados, destacando-se, ainda assim, com um maior peso relativo as atividades que se enquadram, genericamente, nas áreas da *educação* (16.5%), do *comércio* (10.3%), das *forças de segurança* (9.5%) e das *finanças* (6.7%). Fazendo uma leitura intrassetores, percebe-se que as áreas da educação e do comércio ganham peso por via dos trabalhadores do setor privado – onde correspondem, respetivamente, a 22.2% e 19.1% dos casos – a que se seguem as áreas da banca (9.8%) e do turismo (7.7%), e que as áreas da segurança e das finanças ganham peso como áreas de atividade desenvolvida no setor público: 19.1% no caso das forças de segurança e 11.3% no caso das finanças. Neste setor, surgem como mais referidas, imediatamente a seguir, as áreas da educação (10.1%) e da justiça (8.3%). Quanto ao tipo de ensino que frequentavam, sendo na sua maioria estudantes universitários (61.6%) podemos encontrar também alunos que se encontram a desenvolver outras modalidades de aprendizagem da língua portuguesa. É o caso dos alunos do ensino secundário em que o português é a língua veicular de ensino (13.2%), dos alunos que frequentam um Curso Anual de Língua Portuguesa - LE [236] (15.3%), e, ainda, o caso dos cursos específicos de língua portuguesa na Função Pública (4.0%). Entre os estudantes universitários, podemos encontrar alguma diversidade de situações – desde os cursos de Tradução, Direito, Administração, Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa, onde, evidentemente o português é essencial, aos cursos das mais diversas áreas sendo a língua portuguesa cadeira de opção, nuns casos, e, noutros, obrigatória.

2. GRAU DE FAMILIARIDADE COM A LÍNGUA PORTUGUESA

Sendo maioritariamente de origem chinesa (80.9%), o chinês como língua materna e de uso corrente foi indicado, respetivamente, por 88.2% e 89.2% dos casos. No que respeita ao português, 8.2% declarou ser de língua materna portuguesa e 1.4% considerou-se bilingue em português e cantonês; como língua de uso corrente, o português é apontado por 6.8% dos inquiridos surgindo, ainda, associado ao cantonês para 1.6% dos respondentes. Fazendo a análise da composição linguística das famílias, percebemos que há deslocamento entre a língua materna do inquirido e a língua materna dos seus ascendentes, e que tal se verifica quer em relação à língua portuguesa quer em relação à língua chinesa (entre o cantonês e outros dialetos chineses), verificando-se diferenças entre o respondente e os pais e entre os pais e os avós. No que respeita ao uso efetivo da língua portuguesa, foi possível perceber que esta língua corresponde, essencialmente, ao espaço de aprendizagem e que, fora deste círculo, a sua utilização parece bastante reduzida. Contudo, entre os inquiridos que declararam exercer uma profissão 83.9% declarou usar o português no desempenho da sua atividade, com particular incidência entre aqueles que se enquadram no setor público.

[236] Entre estes alunos podemos, também, encontrar estudantes universitários. Tendo sido decidido que quando o mesmo indivíduo frequentava duas das instituições em que o questionário foi distribuído deveria responder na primeira em que tal lhe fosse solicitado, os alunos são aqui identificados quanto ao "tipo de ensino" que frequentam de acordo com a instituição em que se encontravam quando responderam ao questionário.

Sabendo à partida que, em Macau, seria possível encontrar dois grandes conjuntos de aprendentes da língua portuguesa que, do ponto de vista da terminologia (consensual) usada pela linguística, teriam distintos graus de familiaridade com a língua portuguesa – os falantes maternos e os de língua estrangeira – foi elaborada uma categorização considerando relações de *proximidade* e de *afastamento* relativamente às questões do português. Uma classificação deste tipo, como de resto qualquer outra, nunca é completamente eficaz e envolve sempre riscos; se permite perceber determinado tipo de tendências existirão, seguramente, muitas outras que nos escapam e que poderão ser igualmente importantes. Não é, portanto, nem pretendemos que seja, uma classificação perfeita que esgote todas as possibilidades de elucidação sobre o objeto em análise. O facto de termos optado por uma classificação considerando *graus de familiaridade* com a língua portuguesa não significa que advogamos do princípio que é sobre os seus falantes maternos, imigrantes e os seus descendentes, que reside o garante da sobrevivência e da expansão da língua e da cultura portuguesas no mundo. Paradoxalmente, foi precisamente por considerarmos que não se deve atribuir às origens, por si só, qualquer determinismo na apetência pela língua que resolvemos agrupar os nossos inquiridos segundo este critério. É evidente que consideramos que cada um de nós se relaciona diferentemente com uma determinada língua se da mesma formos falantes maternos ou estrangeiros, mas não será essa a única nem a principal razão que nos mobiliza, mais ou menos, para a sua aprendizagem.

Gostaríamos, pois, de afirmar a nossa convicção de que o *português* não é *uma coisa* só de portugueses (ou só de lusófonos *strictu sensu*), e que equacionar uma problemática sobre a língua portuguesa no estrangeiro está longe de se poder reduzir à dimensão da *retenção* (ou *não retenção*) da cultura de origem sendo assunto que, para além de lusodescendentes, respeita a segmentos populacionais mais vastos e comporta dimensões que ultrapassam a questão das pertenças étnicas. Assim, com objetivos operatórios, através de uma combinatória de indicadores (naturalidade, ascendência, línguas maternas e corrente, local de residência e tempo de permanência em Macau do inquirido e dos seus ascendentes), foi possível agrupar os inquiridos em 5 categorias de acordo com o grau de familiaridade com a língua: *lusófonos* (incluindo neste grupo os indivíduos de PLM e PL2 e, teoricamente, com modos de relação mais *próximos* com o português) e que corresponde a 14.5% dos inquiridos; *Chineses de Macau* (CDM), *Chineses em Macau* (CEM), *Chineses da China Continental* (CHC) e *outros* (para os quais o português se apresenta claramente como uma LE, e, mais uma vez teoricamente, mais *afastados* da língua portuguesa), apresentando estas categorias, respetivamente, um peso relativo de 25.5%, 41.7%, 16.2% e 2.1% na população inquirida. Veremos, de seguida, se nalguns aspetos a estas categorias ou *grupos tipo* correspondem diferentes posicionamentos em relação ao português.

3. ALGUMAS PRÁTICAS CULTURAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Considerar *práticas culturais em língua portuguesa* equivale a considerar uma dimensão que transcenda a dos conteúdos linguísticos e que se inscreve no domínio das práticas e dos públicos de cultura. Falar sobre práticas culturais em língua portuguesa levar-nos-ia a debater, pelo menos, três questões centrais: a primeira coloca-se desde logo quanto à relação entre língua e cultura, uma vez que o entendimento de uma não exclui, evidentemente, a outra; a segunda levaria a equacionar a relação entre a oferta e a procura ou, dito de outro modo, entre produção e receção ou consumo; a terceira, inevitavelmente, obrigaria a colocar o problema numa perspetiva comparativa, equacionando hábitos, práticas culturais e estilos de vida, uma vez que nos parece francamente insuficiente circunscrever a abordagem às manifestações culturais em língua portuguesa. Isto é, se um indivíduo não é *público* ou *consumidor* de determinado produto cultural poderemos esperar que o seja em língua portuguesa? Claro que nada nos garante, à partida, que tal não se possa verificar, embora se afigure como situação menos esperada. Não podendo desenvolver esse debate, decidimos, no entanto, levantar algumas pistas sobre o assunto – que a mais não correspondem do que a uma tentativa de perceber, muito genericamente, se existem entre os nossos inquiridos *procuras complementares* de componentes culturais ou se, pelo contrário, os resultados permitem percecionar *procuras divergentes*. Vamos usar apenas alguns indicadores que representam conteúdos

acessíveis a todos e de uma forma regular, e ainda que nada obste a que, em relação a determinado tipo de produtos, a procura ou a exposição a certos conteúdos não possa existir sem o domínio da língua vamos considerar apenas um conjunto de inquiridos identificados com um nível de conhecimento na língua que faça prever a capacidade de fruição cultural em todos os aspetos que vamos considerar – estamos a falar de 915 inquiridos.

Cruzando a informação declarada quanto à frequência com que desenvolvem cada uma das atividades propostas (dicotomizada em "*alguma frequência*" e "*raramente ou nunca*") e as categorias em que os inquiridos foram agrupados, podemos constatar que é na categoria *lusófonos* que se concentra a maior parte dos que indicaram desenvolver algumas atividades em língua portuguesa [Ver tabela 1]. Assume maior expressão a receção televisiva (73.4%), as consultas na Internet (66.2%) e de livros de estudo (64.6%). Quando comparados estes resultados com a regularidade com que declararam desenvolver as mesmas práticas sem ser por referência à língua portuguesa, verifica-se que é neste grupo que o afastamento é menor, o que não constitui surpresa pelas caraterísticas do grupo. Talvez não seja demais recordar que, na sua maioria, estes alunos frequentam o ensino secundário em língua veicular portuguesa e que, embora um número significativo domine o cantonês falado, não se pode esperar que tenham um domínio escrito da língua chinesa. É claro que quando consideramos práticas, numa perspetiva geral, temos de tomar em linha de conta o peso de outras línguas, nomeadamente a inglesa, e para tal apontam os resultados apurados no que respeita ao visionamento de filmes e à audição de música gravada, aspetos que, em termos gerais, são referidos, respetivamente, por 70.4% e 91.4% dos inquiridos classificados neste grupo.

A seguir aos *lusófonos*, no que respeita a práticas culturais, é no grupo *outros* e *CHC* que podemos encontrar maiores índices de frequência. No primeiro grupo, surgem mais referidas a receção televisiva (52.4%), a audição de música gravada (40.0%) e a leitura de livros (sem ser de estudo 38.1% e de estudo 33.3%) e jornais (33.3.%). Na categoria *CHC*, apresentando todas as atividades valores superiores em relação às que apresentam as categorias *CDM* e *CEM*, destacam-se a consulta de livros de estudo (46.4%) e a leitura de outros livros (40.7%), a que se segue ver televisão (35.3%) e ir a bibliotecas (31.7%). Mas não é só no que respeita à língua portuguesa que este conjunto de indivíduos se destaca. À exceção de ver televisão (grupo onde este indicador apresenta o valor mais baixo) e ler jornais (ainda assim francamente mais elevado do que os valores apurados para a categoria *lusófonos*) os índices de frequência são mais elevados para todos os outros indicadores, em comparação com os grupos *CDM* e *CEM*. Em termos gerais, são ultrapassados apenas nas frequências apresentadas pelo grupo *lusófonos* no que respeita a audição de música gravada e pelo grupo *outros* no visionamento de filmes. Vale a pena salientar que, considerando a consulta de livros de estudo e a frequência de bibliotecas, os resultados parecem indiciar que a categoria *CHC* tem hábitos de estudo mais evidentes. Há que referir que no que respeita aos *lusófonos* esta é a categoria onde a média de idades é mais baixa, sendo os inquiridos na sua maioria estudantes do ensino secundário, enquanto os restantes grupos são compostos por estudantes universitários e, também, onde se encontra a esmagadora maioria dos que já desenvolvem uma atividade profissional. Estes serão, sem dúvida, aspetos relacionados com estilos de vida que interferem no tipo e na frequência com que desenvolvem determinadas práticas. A acrescentar, ainda, que na categoria *CHC* temos um conjunto de indivíduos que revelam alguns indícios de serem provenientes de meios socioculturais mais favorecidos (em relação à maioria nas categorias *CDM* e *CEM*) como também, no que respeita à língua e à cultura portuguesas, frequentam cursos específicos em português, de nível superior, o que contribuirá para uma maior propensão a desenvolver procuras complementares nesta língua. Relacionando os indicadores que temos vindo a tratar com as áreas de formação[237], conclui-se que existe uma associação (qui-quadrado significativo para todos os cruzamentos; $p \leq 0.01$) entre o tipo de ensino que frequentam

[237] Os cursos foram agregados em 5 categorias: 1ª – Tradução/Interpretação, Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa; 2ª – Direito, Administração Pública e Específicos para a Função Pública; 3ª – PLE do IPOR; 4ª – Ensino Secundário; 5ª – todos os restantes cursos superiores e o pré-universitário.

e o desenvolvimento de atividades de índole cultural [como ilustra a figura 1].

A tendência para associar índices mais elevados de frequência das atividades propostas e os dois grupos anteriormente identificados (*lusófonos e CHC*) parecem, assim, ficar reconfirmadas através de uma leitura segundo os cursos ou tipos de formação em que os inquiridos se encontram, pois sabemos que o primeiro grupo frequenta o ensino secundário e o segundo, maioritariamente, encontra-se em cursos específicos de língua portuguesa, seja nos cursos de tradução e interpretação chinês/português seja na licenciatura de Estudos Portugueses.

	TV	Livros	Revistas	Jornais	Filmes	Rádio	Música	Internet	Liv. est.	Bibliot.
◇Trad.+LP+LC	64,4	60,4	41,6	51,5	24,2	40	37	57,4	66,3	50,5
○Dir.+AP+FP	17	29,9	9,2	13	5,2	12,6	9,2	9,2	30,7	16,2
△PLE	31,4	27,5	13,4	18,3	10	13,4	16	14,3	22,5	11,6
✳Sec.	71,6	53	46,5	46	28,5	34,6	40,8	67,6	64,2	21,7
×Outros	11,7	15,5	4,7	6,3	4,1	4,4	6,1	6,1	11,6	7,9

4. RAZÕES PARA APRENDER PORTUGUÊS

Questionámos os nossos inquiridos quanto às razões para aprender português, e, fazendo uma leitura da informação em função dos grupos de origem criados, podemos dar conta de algumas diferenças. Centremos, em primeiro lugar, a nossa atenção naqueles que poderão considerar-se os *mais afastados* da língua portuguesa. Enquanto para os residentes permanentes e naturais de Macau surge, em primeiro lugar, a referência ao estatuto oficial da língua portuguesa em Macau (CDM – 71.4%; CEM – 78.8%) esta é apenas a quarta razão mais referida em CHC (40.5%), surgindo, neste grupo, com maior expressão a vantagem para obter um emprego (69.3%), o facto de o português ser uma língua falada internacionalmente (58.8%) e a utilidade de dominar uma língua europeia (51.4%). Os segundo e terceiro aspetos mais referidos são, na categoria CEM, razões que se prendem com a progressão na carreira profissional (38.8%) e com a vontade (necessidade?) de obter um diploma de certificação (37.6%).

Na categoria CDM, assume-se a importância da língua portuguesa enquanto língua europeia (35.2%), para progredir profissionalmente (33.3%) e como uma vantagem para obter um emprego (31.8%). Para o conjunto dos inquiridos agrupados sob a designação *outros* surge como opção mais referida a utilidade em saber língua europeias (54.5%), a que se segue o facto da língua portuguesa ser língua oficial em Macau (48.5%), ser falada internacionalmente (39.4%) e, uma vez mais, com questões ligadas à progressão na carreira (27.3%).

No que respeita à categoria *lusófonos*, ter nacionalidade portuguesa surge como aspeto francamente mais referido (80.7%) e a uma distância considerável dos restantes. A seguir, e ainda com alguma distância em relação às outras razões mais apontadas, são referidos os familiares portugueses (57.1%) e, como terceira e quarta opções mais referidas, respetivamente, a vantagem para encontrar um emprego (41.6%) e o estatuto oficial da língua portuguesa em Macau (39.6%).

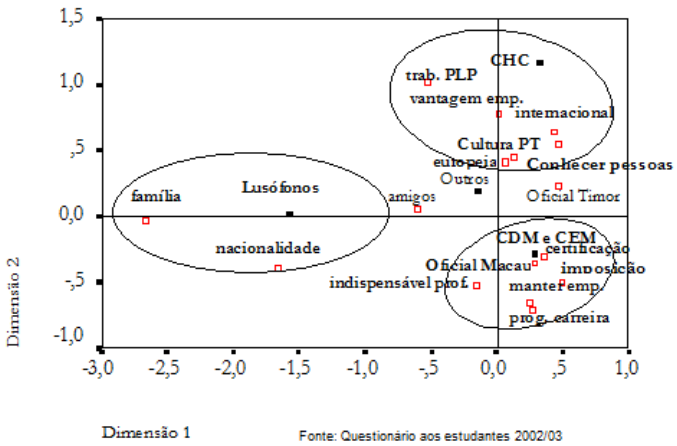
Note-se, ainda, que aprender português para trabalhar num país de expressão portuguesa assume, neste grupo, o mesmo peso relativo que assume em CHC (23%), parece ser entre os que vêm da China Continental que conhecer a cultura portuguesa desperta maior interesse (26.1%) e os amigos portugueses assumem algum significado na categoria *outros* (24.2%), ligeiramente superior ao que assume entre os *lusófonos* (23.6%).

Aparentemente temos aqui três tendências: por um lado, entre os mais *próximos* da língua portuguesa, a valorização de aspetos relacionados com as suas origens e relações familiares (*lusófonos*); por outro lado, entre os mais *afastados*, assumem particular importância

questões utilitárias imediatas – vida profissional – e, em larga medida, relacionadas com o estatuto oficial da língua portuguesa no território (CDM e CEM), e, finalmente, os que parecem ter em conta a posição da língua portuguesa enquanto língua europeia de comunicação internacional (CHC).

Estas tendências podem visualizar-se na *fig. 2 – Razões para aprender português*, que corresponde à projeção num espaço a duas dimensões das variáveis "razões" e "origens", resultados a partir de uma análise de correspondências simples (ANACOR), efetuada com o objetivo de detetar possíveis relações entre estas duas variáveis.

Fig. 2 – Razões para aprender português



Fonte: Questionário aos estudantes 2002/03

5.REPRESENTAÇÕES SOBRE A LÍNGUA E A CULTURA PORTUGUESAS EM MACAU

Uma das questões colocadas pretendia perceber em que posição os inquiridos colocam a língua portuguesa na relação com outras línguas e em diferentes espaços e escalas geográficas de utilização: na RAEM, na República Popular da China, na Ásia, na Europa e numa dimensão ainda mais vasta, no quadro mundial. No que particularmente respeita à língua portuguesa, em Macau, os resultados apurados permitem perceber que os respondentes lhe atribuem, maioritariamente, a quarta posição (43.5%) embora para 21.5% esta língua seja também considerada a terceira mais útil em Macau e, para 14.9%, mesmo a segunda.

Estando entre os inquiridos um conjunto de indivíduos portugueses e lusófonos, que se declararam de famílias monolingues em português, pensar-se-á, não surpreende que seja atribuída uma posição vantajosa a esta língua até porque, não obstante o predomínio da língua chinesa e o recurso à língua inglesa, estes alunos declararam usar, na generalidade das situações, o português.

Fomos, então, verificar a ascendência dos inquiridos que colocam a língua portuguesa em Macau na segunda e na terceira posições e constatámos que, no primeiro caso, 19.2% são de origem mista portuguesa e chinesa e 60.0% são de origem chinesa, no segundo caso, 23.1% são de origem portuguesa e chinesa e 62.4% são de origem chinesa. Os indivíduos de ascendência exclusivamente portuguesa, na sua maioria, colocam o português na quarta posição. Não se poderá considerar, portanto, que sejam os portugueses a ter a perceção mais favorável da sua própria língua.

Quanto à utilidade do português no contexto europeu, sendo o valor mais elevado encontrado a quinta posição (23.7%) as opiniões dividem-se entre a segunda (17.0%), a terceira (12.4%) e a quarta (19.3%) posições; situação equivalente pode encontrar-se no que respeita à atribuição de uma posição à língua portuguesa em termos internacionais – surgem com maior número de ocorrências a terceira (12.1%), a quarta (16.1%) a quinta (15.4%) e a sexta (12.2%) posições. De forma resumida: dos inquiridos que responderam a cada um dos indicadores propostos, 72.2% considera que a língua portuguesa se encontra entre as 7 mais úteis no mundo e 75.5% entre as 5 mais úteis na Europa; 80.7% coloca-a entre as primeiras 4 em Macau.

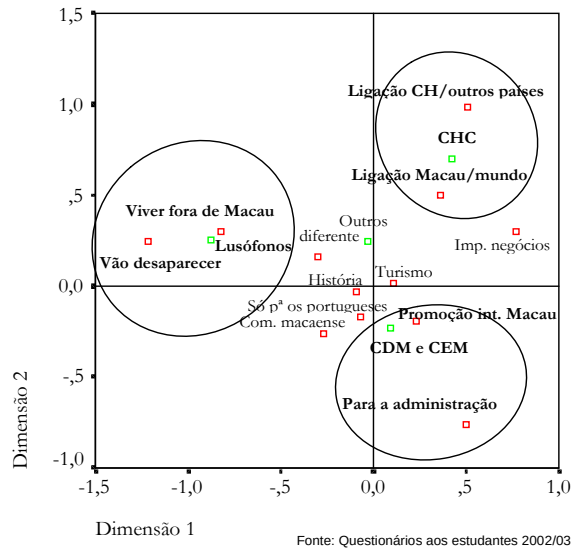
Quisemos, ainda, saber como é que os nossos inquiridos se posicionavam perante um outro conjunto de representações relativamente à língua e à cultura portuguesas em Macau. De um modo geral, a representação mais amplamente assinalada foi a de que

língua e cultura portuguesas farão sempre parte da história de Macau (71.0%), que é, depois, combinada diferentemente com outras opções - entre as quais se destacam, em termos globais, o facto de *tornarem Macau diferente de outras cidades da China* (59.1%), serem percebidas como *uma caraterística da comunidade macaense* (55%) e perspetivadas como *importantes para o desenvolvimento turístico* (41.6%), não se verificando, portanto, nestes casos, associação a qualquer um dos grupos criados. Ainda assim, através de uma análise de correspondências múltiplas, quisemos perceber se existiriam aspetos que diferenciassem as várias categorias [A *fig. 3 – Perceção sobre a língua e a cultura portuguesas em Macau*, à semelhança da figura anterior, projetando num espaço a duas dimensões as variáveis "origens" e "perceções", mostra as tendências obtidas]. Fazendo, então, uma leitura segundo os *grupos tipo*, verificámos que, mais uma vez, é entre o grupo dos *lusófonos* e o dos *CHC* que se podem encontrar pontos de distinção significativos.

Sendo que, para os últimos voltam a ser os aspetos que se prendem com o *exterior* e o simbolismo da ligação de Macau e da China através de Macau a outros espaços a surgir mais valorizados e associados a esta categoria, enquanto que aos primeiros se associa a perceção de que, dentro de pouco tempo, língua e cultura portuguesas irão desaparecer em Macau e que são importantes para quem quer ir viver para fora de Macau. O que não será de estranhar, se tivermos em consideração que, neste grupo, se encontram os estudantes do ensino secundário, maioritariamente da Escola Portuguesa, e que nos seus projetos de vida está incluída a possibilidade de continuarem a desenvolver os seus estudos fora do território, nomeadamente, em Portugal e, ainda, que entre estes jovens se encontram os de naturalidade portuguesa estando, desde sempre, Macau associado a um espaço de *passagem* e não de *permanência*, embora, para muitos, acabe por se transformar numa *passagem prolongada*.

Quanto às categorias *CDM* e *CEM*, não se distinguem significativamente, mas parecem atribuir maior significado a questões que se relacionam com o imediato como é o caso da importância para a Administração, assim como com a promoção internacional de Macau. De salientar que, em qualquer um destes dois grupos a referência ao desaparecimento da língua e da cultura portuguesas em Macau é das opções menos referidas, só ultrapassada, mesmo, pela importância que poderão ter para quem quer ir viver para fora do território – o que, podemos questionar-nos, não se sabe se será por não lhes atribuírem importância para este fim ou porque não tencionam sair de Macau

Fig. 3 – Percepção sobre a língua e a cultura portuguesas em Macau



Fonte: Questionários aos estudantes 2002/03

Em suma, a relação com a língua portuguesa é uma relação acima de tudo do tipo *instrumental*, sendo que os que se encontram permanentemente em Macau (CDM), ou de forma já mais prolongada (CEM), apresentam orientações mais imediatas e centradas nas vantagens locais que, em termos de emprego, podem advir do facto de dominarem a língua portuguesa ou, no caso dos que já desenvolvem uma atividade profissional, na necessidade de o fazerem quer por razões decorrentes da atividade que desenvolvem quer para efeitos de progressão na carreira, não sendo os mais *próximos* (lusófonos) a demonstrar ter representações mais positivas relativamente à *sua*

língua e cultura e sugerindo a informação recolhida que são precisamente os mais *afastados* (CHC) entre os *afastados* que mais valorizam a posição internacional e europeia do português, assim como se mostram mais recetivos a conhecer aspetos da cultura portuguesa.

fig. 4 – Caraterísticas de Macau

Por último, ficam algumas notas relativas aos principais aspetos que os inquiridos consideram ser caraterísticas de Macau, questão que lhes foi colocada, de forma absolutamente livre, com o objetivo de perceber não só o que mais valorizavam, mas se surgiriam aspetos relacionados com a língua e a cultura portuguesas e que frequência e peso assumiriam.

A Figura 4 ilustra claramente as opções tomadas pelos respondentes. Não há dúvida que se os casinos são a referência que mais se destaca o *ex-libris* da cidade não andará muito distante. Mas o que a figura evidencia é a mais significativa imagem de marca da cidade: o encontro do Oriente e do Ocidente; não suscitará certamente muitas dúvidas o peso que a cultura portuguesa, em sentido amplo e nos seus mais variados aspetos e elementos, parece assumir como capital valioso na construção da imagem da cidade. Sistematizada a informação em grandes categorias, é evidente o peso dos aspetos relacionados com o Património nas escolhas dos estudantes que, para além desta temática, mostram unanimidade nas referências apontadas independentemente dos diversos grupos de origem. Verifica-se que o jogo assume uma proporção bastante elevada [ver Tabelas 2 e 3[238]], sendo a expressão "Casinos" mesmo a mais referida (33.4% do total) seguindo-se as "Ruínas de S. Paulo" apontadas por 22.0% dos respondentes. No conjunto, no entanto, as referências ao jogo são largamente ultrapassadas pelos aspetos relativos ao Património que, nos seus mais variados aspetos, é caraterística destacada por 90.8% dos estudantes que responderam a esta questão. Uma leitura mais detalhada da informação obtida permite perceber que, isoladamente, é dado pouco destaque aos aspetos da cultura chinesa, não faltando, contudo no território inúmeras caraterísticas e tradições com as quais, seguramente, uma significativa parte dos nossos inquiridos se identifica. O que não significa que a cultura chinesa não tenha sido referida, mas estas referências surgem acima de tudo associadas a uma *cultura ocidental*, *europeia* ou *portuguesa* nos seus mais diversificados elementos, dos quais se destacam os gastronómicos e patrimoniais. Se nos concentrarmos precisamente nos aspetos patrimoniais, os mais evidentes na cidade, e os que colheram uma maior atenção por parte dos nossos inquiridos, sendo maior a diversidade de referências apontadas, verificamos que à exceção do Templo de A-Má, que na verdade é, à semelhança das Ruínas de S. Paulo, um *ex-libris* da cidade poucos são os elementos do património chinês a ser referidos.

Facto idêntico ocorre na categoria "Gastronomia", sendo certo que o que mais podemos encontrar em Macau são as diferentes cozinhas chinesas, nas respostas dos inquiridos estas são absolutamente residuais merecendo a culinária portuguesa o maior

[238] Responderam a esta questão 1505 inquiridos que, no conjunto, referiram 4343 aspetos que, sujeitos a tratamento resultaram em 19 categorias distintas por sua vez decompostas em subcategorias. Sendo uma questão de resposta múltipla, as percentagens apresentadas foram calculadas com base no número de respondentes não tendo, assim, de corresponder a um total de 100%.

destaque e ultrapassando a macaense, claramente, a chinesa que não se encontra entre os aspetos mais apontados (é referida por apenas 11 inquiridos, surgindo na 44ª posição). Enfatiza-se o cruzamento das culturas portuguesa e chinesa, parecendo que as questões relacionadas com um mundo mais chinês (a referência à cultura chinesa isolada aparece na 40ª posição, tendo sido referida por apenas 15 inquiridos), só por si, não têm significado em matéria de distintividade, o que fará algum sentido se pensarmos que o que se pretende, acima de tudo, é uma demarcação em relação à China, país de que Macau é parte integrante mas com um estatuto *especial* que importa manter e, para isso, torna-se premente a construção de uma imagem que se diferencie atribuindo à cidade propriedades únicas no contexto regional mais amplo em que se insere. Por ordem de frequência e mais referidos, os aspetos que os nossos inquiridos consideram ser caraterística específica de Macau são: os "Casinos", as emblemáticas "Ruínas de S. Paulo", a "Arquitetura antiga" da cidade misturando os estilos português e chinês, a "Diversidade Gastronómica", a vertente do "Turismo e Atividades Turísticas" – entre as quais se destaca o "Grande Prémio de Macau" –, a "Gastronomia portuguesa", o "Jogo" a par da "Torre de Macau", a dimensão reduzida do território, o "Casino Hotel Lisboa" e o facto de Macau apresentar uma "mistura de duas culturas", simbolizando o "Ponto de Encontro das culturas portuguesa e chinesa".

6.BIBLIOGRAFIA

Almeida, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais*", Coleção "Portugal os Próximos 20 Anos", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Almeida, João Ferreira de, Ávila, Patrícia, Casanova, José Luís, Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís, Martins, Susana da Cruz e Mauritti, Rosário (2003), *Diversidade na Universidade. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.

De Swaan, Abram (2001), *Words of the World*: *the global language system*, Cambridge, Polity Press.

Silva, Perpétua Santos (2005), E*studantes de Português numa Macau do Século XXI*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE – IUL.

Tabela 1 – Práticas culturais segundo o grupo de origem

Conteúdo	*Lusófonos*		*CDM*		CEM		*CHC*		Outros	
	PT	Geral	PT	Geral	PT	Geral	PT	Geral	PT	Geral
Ver televisão	AF	**73.4**	87.9	**19.9**	92.2	**17.6**	89.1	**35.3**	77.1	**52.4**	95.2
	R+N	26.6	12.1	80.1	7.8	82.4	10.9	64.7	22.9	47.6	4.8
Ler livros (sem ser de estudo)	AF	**53.4**	53.6	**23.9**	72.5	**22.0**	75.4	**40.7**	88.5	**38.1**	61.9
	R+N	46.6	46.4	76.1	27.5	78.0	24.6	59.3	11.5	61.9	38.1
Ler revistas	AF	47.7	68.0	9.2	69.0	7.0	60.1	23.7	77.7	30.0	70.0
	R+N	52.3	32.0	90.8	97.0	93.0	39.9	76.3	22.3	70.0	30.0
Ler jornais	AF	50.8	52.7	11.2	82.4	**11.0**	82.4	25.9	70.3	**33.3**	90.5
	R+N	49.2	47.3	88.8	17.6	89.0	17.6	74.1	29.7	66.7	9.5
Ver filmes (vídeo, em casa)	AF	30.6	70.4	6.8	40.7	3.8	30.4	14.5	41.3	20.0	47.4
	R+N	69.4	29.6	93.2	59.3	96.2	69.6	85.5	58.7	80.0	52.6
Ouvir rádio	AF	37.7	48.4	6.9	51.5	8.3	45.0	24.6	63.0	25.0	50.0
	R+N	62.3	51.6	93.1	48.5	91.7	55.0	75.4	37.0	75.0	50.0
Ouvir música gravada	AF	42.7	91.4	8.9	85.9	7.6	75.4	22.3	90.0	**40.0**	90.0
	R+N	57.3	8.6	91.1	14.1	92.4	24.6	77.7	10.0	60.0	10.0
Consultar Internet	AF	**66.2**	89.6	**15.0**	86.4	8.8	83.5	30.1	95.7	26.3	90.0
	R+N	33.8	10.4	85.0	13.6	91.2	16.5	69.9	4.3	73.7	10.0
Consultar livros de estudo	AF	**64.6**	66.4	**23.9**	55.2	**15.9**	48.1	**46.4**	82.7	**33.3**	60.0
	R+N	35.4	33.6	76.1	44.8	84.1	51.9	53.6	17.3	66.7	40.0
Ir a bibliotecas	AF	24.0	26.6	**12.6**	54.4	**11.0**	63.3	**31.7**	91.4	15.0	45.0
	R+N	76.0	73.4	87.4	45.6	89.0	36.7	68.3	8.6	85.0	55.0

Fonte: Questionário aos estudantes de português 2002/03

Tabela 2 – Caraterísticas de Macau por categoria, segundo o grupo de origem

	Total		Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
Categorias	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.

Património	90.8	1	93.1	1	108.3	1	92.5	1	59.3	1	66.7	1
Jogo e Casinos	45.7	2	26.3	3	44.5	2	47.0	2	58.5	2	37.5	3
Culturas	34.0	3	46.1	2	32.3	4	34.5	3	22.8	5	45.8	2
Gastronomia	29.1	4	25.4	4	34.1	3	31.8	4	17.5	6	33.3	4
Turismo e Ativ. turísticas	19.1	5	14.5	5	20.8	5	17.0	5	26.4	4	12.5	7
População	15.9	6	25.4	4	11.7	6	14.6	6	16.7	7	20.8	5
Espaço localização	13.4	7	10.5	8	5.5	9	11.9	7	32.5	3	8.3	8
Línguas	10.5	8	12.7	6	10.7	7	9.6	8	11.0	9	4.2	9
Aspetos Gerais	9.4	9	11.8	7	6.8	8	7.5	10	15.4	8	16.7	6
Direito e org. pol.	6.4	10	5.3	10	6.0	9	8.5	9	3.7	11	…	…
História	3.9	11	2.6	13	4.9	10	4.5	11	1.6	13	4.2	9
Diversão e Vida noturna	3.4	12	4.4	11	2.6	11	2.7	12	4.1	10	16.7	6
Condições de Vida	2.0	13	5.7	9	0.3	14	1.3	15	2.8	11	4.2	9
Relacionamento internacional	1.9	14	3.5	12	0.8	13	1.9	13	2.0	12	4.2	9
Religião	1.3	15	1.8	15	0.3	14	1.6	14	2.0	12	…	…
Submundo	1.1	16	0.9	16	1.6	13	1.0	17	0.4	15	…	…
Clima	0.9	17	2.6	13	…	…	…		2.8	11	…	…
Outros	0.8	18	2.2	14	0.5	12	0.2	16	1.6	14	…	…
Desporto	0.3	19	…	…	0.3	13	0.3	18	…	…	…	…

Fonte: Questionário aos estudantes de português 2002/03

Tabela 3 – Características de Macau segundo os principais grupos de origem (15 aspectos mais referidos)

Aspectos indicados	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC		
	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.
Casinos [Jogo e Casinos]	502	33.4	1	53	23.2	1	134	34.9	1	220	35.3	1	90	36.6	1
Ruínas de S. Paulo [Património]	331	22.0	2	45	19.7	2	99	25.8	2	140	22.5	3	45	18.3	5
Arquitectura antiga, misturada portuguesa e chinesa [Património]	301	20.0	3	28	12.3	3	75	19.5	3	152	24.4	2	43	17.5	6
Diversidade gastronómica [Gastronomia]	222	14.8	4	23	10.1	5	75	19.5	3	96	15.4	4	22	8.9	7
Turismo [Turismo]	166	11.0	5	9	3.9	17	41	10.7	6	67	10.8	6	48	19.5	2
Gastronomia portuguesa [Gastronomia]	149	9.9	6	13	5.7	14	42	10.9	5	77	12.4	5	15	6.1	10
Torre de Macau [Património]	129	8.6	7	28	12.3	4	48	12.5	4	47	7.5	10	5	2.0	17
Jogo [Jogo e Casinos]	129	8.6	7	6	2.6	20	23	6.0	12	50	8.0	8	47	19.1	3
Pequena [Espaço e Localização]	121	8.0	8	17	7.5	10	13	3.4	17	44	7.1	11	46	18.7	4
Casino Hotel Lisboa [Património]	110	7.3	9	15	6.6	12	33	8.6	8	54	8.7	7	8	3.3	15
Mistura de duas culturas [Culturas]	110	7.3	9	22	9.6	6	33	8.6	8	36	5.8	12	17	6.9	8
Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa [Culturas]	109	7.2	10	19	8.3	8	28	7.3	9	48	7.7	9	13	5.3	11
Mistura das culturas oriental e ocidental [Culturas]	102	6.8	11	11	4.8	15	24	6.3	11	54	8.7	7	10	4.1	14
Templo de A-Má [Património]	88	5.8	12	16	7.0	11	34	8.9	7	31	5.0	14	6	2.4	16
Grande Prêmio [Turismo]	86	5.7	13	20	8.8	7	27	7.0	10	24	3.9	16	13	5.3	11
Cultura Portuguesa [Culturas]	76	5.0	14	14	6.1	13	21	5.5	13	33	5.3	13	6	2.4	16
Diversidade, diferentes origens [População]	70	4.7	15	18	7.6	9	14	3.7	16	21	3.4	17	16	6.5	9
A existência da língua portuguesa [Espaço e Localização]	64	4.3	16	10	4.4	16	17	4.4	14	26	4.2	15	11	4.5	13
Macaenses [População]	57	3.8	17	22	9.6	6	10	2.6	20	18	2.9	18	6	2.4	16
Gastronomia macaense [Gastronomia]	56	3.7	18	22	9.6	6	9	2.3	21	2	3.2	33	5	2.0	17
Igrejas e Catedrais [Património]	54	3.6	19	5	2.2	21	21	5.5	13	18	2.9	18	10	4.1	14
Largo do Senado/Leal Senado [Património]	52	3.5	20	11	4.8	15	12	3.1	18	24	3.9	16	2	0.8	20
Tranquila e segura [Aspectos Gerais]	49	3.3	21	10	4.4	16	8	2.1	22	18	2.9	18	12	4.9	12
Estilo arquitectónico de edifícios e monumentos [Património]	48	3.2	22	15	6.6	12	14	3.6	16	15	2.4	20	3	1.2	19
Multicultural [Culturas]	44	2.9	24	20	8.8	7	7	1.8	23	11	1.8	24	5	2.0	17
Diversão e espectáculos [Diversão e vida nocturna]	34	2.3	26	5	2.2	21	5	1.3	25	13	2.1	22	8	3.3	15
Calçada portuguesa [Património]	31	2.1	28	1	0.4	25	15	3.9	15	14	2.2	21	1	0.4	21
Multilingismo [Espaço e Localização]	26	1.7	31	1	0.4	25	6	1.6	24	7	1.1	28	12	4.9	12
Ruas estreitas [Espaço e Localização]	20	1.3	35	2	0.9	24	2	0.5	28	6	1.0	29	10	4.1	14
Aterros [Espaço e Localização]	10	0.7	46	1	0.4	25	…	…	…	1	0.2	34	8	3.3	15

Fonte: IQ aos estudantes de português

33. RAUL LEAL GAIÃO, COLABORADOR DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA ONTEMPORÂNEA, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA E COLABORADOR DO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA

TEMA 1.1 ADÉ: ADÉ: REPRESENTAÇÕES DE DÓCI PAPIAÇÁM DI MACAU, RAUL LEAL GAIÃO

SINOPSE

O crioulo, também conhecido por *patuá, papiaçãm, língua maquista, papiá cristãm di Macau, lingu nhonha*, inserido num espaço onde era falado o português pelos portugueses europeus ou reinóis e o chinês/cantonês pela comunidade chinesa, começou provavelmente a sua formação nos finais do século XVI, sendo falado pela comunidade macaense até às primeiras décadas do século. XX. O processo de descrioulização decorre a partir dos últimos anos do século XIX, devido não só à pressão do português em presença (língua dominante, de prestígio e língua da administração), mas também à intensificação da instrução e à forte crítica social, pois era considerada língua das nhonhas, língua das pessoas pouco instruídas. Enquanto decorre este processo, José dos Santos Ferreira, Adé, nascido em Macau a 28 de julho de 1919 e tendo falecido a 24 de março de 1993, vivendo durante toda a vida na sua terra natal, cria uma vasta obra composta de poemas, peças de teatros, novelas e textos diversos em patuá, onde

reflete e representa o crioulo macaense, nomeadamente o seu futuro, e sobre a sua gente

1. INTRODUÇÃO

Os crioulos são resultantes do contacto entre línguas, em circunstâncias próprias e específicas e o seu surgimento, embora nem sempre, aparece ligado ao período dos descobrimentos, ao pôr em contacto gentes, culturas e línguas em comunidades multilingues que não se entendiam mutuamente. Os crioulos distinguem-se de outras línguas pela rapidez da sua formação, em condições históricas excecionais: por necessidade social, falantes de diferentes línguas maternas procuram comunicar entre si, recorrendo a uma língua que não dominam, nem de fácil acesso, mas mais funcional (Pereira: 2007). A necessidade de comunicação entre portugueses e nativos de várias línguas originou a criação de formas simplificadas de linguagem, formas pidgnizadas, de regras elementares e que dentro de cada comunidade se desenvolveram para a formação de línguas crioulas. Os crioulos de base portuguesa nasceram num contexto de relações comerciais e de escravatura em que o português era a língua dominante. Uma vez formados, mantiveram-se, durante séculos, à sombra de línguas de maior prestígio. (Pereira: 2007). No Oriente formaram-se crioulos de base portuguesa, a língua dominante, cruzada com as línguas nativas, nomeadamente em Malaca, Macau, Diu, Damão, Timor, Java, Flores, Ceilão, com aproximações lexicais e sintáticas, e, pelas suas caraterísticas, organizados em três grupos: malaio-português, indo-português e sino-português. No grupo sino-português integra-se o crioulo de Macau, *língua maquista ou patuá*. Sendo as representações sociais construções coletivas geradas pelas crenças de um determinado grupo no contexto de uma cultura e que servem para organizar o conhecimento comum responsável pela dinâmica da vida quotidiana, pretendemos analisar as representações veiculadas nos textos (a maioria em crioulo macaísta) de José dos Santos Ferreira, Adé[239], sobre a língua/crioulo macaísta e a identidade da comunidade macaense, no seu pensar, sentir e viver.

2. *QUI-CUZA SÃ PATOÁ*? /O QUE É O PATUÁ?

Após o estabelecimento dos portugueses em Macau, em 1557, o incremento da atividade comercial possibilitou, ao longo do tempo, uma relação intercultural, forjando uma mestiçagem através das ligações com mulheres indígenas, malaias, hindus, chinesas e japonesas que permitiram a integração de elementos culturais e linguísticos na comunidade macaense, exercendo também influência, embora mais ténue, a movimentação de escravos africanos e mesmo indianos. (Gaião, 2010). À pergunta que ele próprio formula (através de Chacha), "*Vós querê sabe qui-cuza são patoá? Quelê-môdo ta vai nosso patoá?*", José dos Santos Ferreira/Adé responde e esclarece que é a língua dos antepassados, língua cristã, de gente cristã, criada pelas gentes de Macau, transmitida de geração em geração, inserida num espaço onde era falado o português pelos portugueses europeus ou reinóis e o chinês/cantonês pela comunidade chinesa:

> *"Patoá sã nómi qui gente di geraçám nôvo chomá língu antigo di Macau. Otróra, gente antigonostre, nádi chomá patoá. Ilôtro chomá nôs-sua papiaçám língu maquista. Têm ora, chomá língu cristám. Quim nom pôde fazê "r" vêm fora, sã ta falá língu clistám. Gente antigo di Macau sã tudo cristám, j'olá? China-china gentio papiá ilôtro-sua língu; nhu-nhum vêm di Portugal, labitá português caregado, ramendá português di vôsso carta; maquista-maquista nom-sabe torá português, unga co ôtro nádi falá china, sã labitá língu cristám, qui sã língu maquista. Otróra, únde têm mestre capaz vêm di Portugal ensiná português drêto-drêto? Sã gente di Macau têm-qui fazê inventaçám, dále vêm fora onçôm-sua língu,*

[239] José Inocêncio dos Santos Ferreira (1919-1993), conhecido por Adé, é filho de pai português (de Seia) e mãe macaense. Viveu toda a sua vida em Macau, trabalhando como funcionário público e ensinando português a chineses para suprir as suas carências financeiras …Escritor, poeta, jornalista, colaborou em diversos periódicos macaenses*: Renascimento*, *O Clarim*, *Notícias de Macau, Gazeta Macaense…* e criou uma extensa obra composta de poemas, peças de teatro, novelas, programas radiofónicos em patuá e português. Cultor do patuá, escrevia, ensaiava e ele próprio representava as suas peças em patuá, motivando os filhos da terra para o dialeto macaense, onde retrata a gente da sua terra.

sã nunca?" [240] *(Carta di Chacha pa su neto Agapito, In Ferreira, 1996: vol II, 199).*

A afirmação por parte de Adé de que o crioulo macaense é uma língua contrasta com muitas opiniões até aí formuladas. Por exemplo, para Silva Mendes, consubstanciando as representações negativas na época pela aparência com o português, o crioulo é uma simples corruptela do português por ação do chinês em presença, português malfalado e por vezes ininteligível: "O "patois" macaísta não é senão um português estragado pelo contacto com a língua chinesa". (Mendes, 1979: 34)

3. QUELORA LÍNGU MAQUISTA JÁ VÊM FORA NA MACAU? /QUANDO NASCEU O PATUÁ?

Como já foi referido anteriormente, as relações que os portugueses estabeleceram com outros povos contribuíram para a formação do crioulo macaísta, resultante de um contexto de línguas em contacto e encontro de culturas diferentes, desenvolvida no meio de diversidade linguística pela necessidade de comunicação, ficando registados no crioulo elementos da língua dominante e ao mesmo tempo da(s) língua(s) de substrato. Como se tratava de uma língua puramente oral e sem prestígio, não há dados históricos objetivos que tracem a origem e o desenvolvimento do crioulo macaense. António da Silva, em 1915, explica a modificação do português e a criação do dialeto, a *Língua de Macau*, por força de um conjunto de circunstâncias sociais e históricas (embora possam não corresponder exatamente à realidade histórica da criação do patuá, são reveladoras das circunstâncias histórico-culturais de Macau):

- *"As raras e difíceis comunicações com a mãe pátria";*
- *"Contactos com outros elementos linguísticos", preponderantemente "o contacto com as línguas orientais chinesa, malaia e japónica, em razão das frequentes relações comerciais";*
- *"A falta de escritores locais que pudessem manter na sua pureza, as formas literárias consagradas pelos eruditos";*
- "A deficiência de cultura geral". (Silva, 1915: 161).

A maioria dos crioulos conhecidos surgiu entre o início do século XVI e XVIII, sendo os primeiros de base portuguesa. Adé reflete a falta de conhecimento histórico da origem do crioulo macaísta, não deixando de afirmar as opiniões comuns entre a comunidade macaense sobre as condições e o período da sua formação:

> *"Falá verdade, Chacha nom-sabe quelora língu maquista já vêm fora na Macau. Tanto letrado co nhu-nhum capaz tamêm nom sabe. Pôde sã qui já começá na fim-fim di seclo dizassês, juntado co acunga quanto famila nôvo-nôvo vêm fora na Macau. […]. Na meo-meo di seclo dizassete, sã quelora Macau virá ôlo, olá más tanto filofilo. Ilôtro já pinicá quelê tánto pa su língu sai más bem-fêto. Cava, intremente gente di Macau já ficá más tanto, língu maquista já crecê juntado. Nosso língu já pulá di geraçám pá geraçám, dia-em-dia têm más catá-cutí nôvo, co más papiaçám di português na meo. Di áno pa áno fica más dóci, más têm chiste"* [241]. (Ferreira, 1996: vol II, 200)

4. QUI PAPIÁ LÍNGU MAQUISTA? / QUEM FALA O PATUÁ?

Macau foi ao longo do tempo um espaço multilingue, onde eram faladas várias línguas pelos diferentes grupos sociais, ao qual se foram juntando línguas dos diversos grupos que iam chegando. O crioulo

[240] Patuá é o nome que a gente nova dá à língua antiga de Macau. Outrora a gente mais antiga não chamava patuá. Eles chamavam ao nosso falar, *língua macaísta*. Às vezes chamam *língua cristã*. Quem não consegue pronunciar o "r" diz *"clistã"*. A gente antiga de Macau era toda cristã. Os chineses falam outra língua; os que vêm de Portugal falam português carregado semelhante ao português da tua carta; os macaenses não sabem entoar o português, não falam uns com os outros chinês, falam a língua cristã que é a língua macaísta. Outrora onde havia mestres capazes de ensinar português correto? A gente de Macau teve que criar (inventar) a sua própria língua. (versão nossa)

[241] Para falar verdade, a avó não sabe quando é que a língua macaísta chegou a Macau. Tanto letrados como homens entendidos também não sabem. Talvez tenha começado nos fins do século XVI, juntamente com as novas famílias que chegaram a Macau. No meio do século dezassete, quando Macau olhou, viu mais filhos/cresceu. Eles fazem com que a sua língua saia mais correta. Depois, entretanto, a gente de Macau ficou (a viver) e a língua macaísta cresceu junto. A nossa língua passou de geração em geração, cada dia mais variada, com mais falar português pelo meio. De ano para ano torna-se mais doce e tem mais chiste/graça. (versão nossa)

macaísta torna-se a forma de comunicação oral da comunidade macaense[242], originando uma situação diglóssica, pela presença do português, falado entre as elites locais e o chinês na comunidade chinesa:

> *"China-china gentio papiá ilôtro-sua língu; nhu-nhum vêm di Portugal, labitá português caregado, ramendá português di vôsso carta; maquista-maquista nom-sabe torá português, unga co ôtro nádi falá china, sã labitá língu cristám, qui sã língu maquista.*[243] *(*Ferreira, 1996: vol II, 200)

O crioulo era a língua dos macaenses, usada por todos nas diversas situações de comunicação, e utilizada por alguns elementos que não pertencem à comunidade macaense, usando-o para se relacionarem com os macaenses:

> *"Di seclo dizôito tê meo-meo di seclo dizanóve sã tempo más quente di nôsso língu maquista. Nom-têm casa di filo-Macau, nom-têm nhum, nhónha, chacha, quiança qui nádi sabe papiá maquista chapado. Vai bazar comprá sôm, vai greza cunfissá co padre, sã papiá maquista. Têm padre subí púpito pregá sermám, metade na português torto-torto, metade na nôsso língu maquista. Tudo áma co cuzinhéro na casa, atai di cartá marmita, apô cartá águ, cegónha, lavadéra, china vendê merenda, tudo sã papiá maquista, quim más bem-fêto, quim más tôrto-ravirado. Na quarté di sodado, filo-Macau cristám-nôvo sã lôgo papiá unchinho portuguezado. Sium capitam qui casá co nhónha di Macau azinha sabe papiá nosso língu. Quelora ilôtro chegá Macau nôvo-nôvo, sã torá português qui fazê nosso sodado-sodado co puliça chang-keng fica tonto, nom-pôde intende bem-fêto. Tudo ora capitám gritá "sodado, avançá", nosso sodado senta na chám discansá...* [244] (Ferreira, 1996: vol II, 201)

O final do texto evidencia as dificuldades de comunicação, pelo facto de não haver um bilinguismo efetivo. Os mal-entendidos gerados nesta babel de línguas são em diversos passos apontados na obra de Adé: Na novela "Estória di Maria co Alféris Juám", uma macaense, referindo-se ao discurso do padrinho da noiva, comenta: "*papiá portuguezado qui fazê quelê tanto chacha nom-pôde sabe qui-cusa ta uví. Caregá "r" qui fazê tanto nho-nhónha rapiá corpo"* [245] (Ferreira, 1996: vol II, 107). Após o discurso, batem palmas e bebem um copo. Alguém protesta por não perceber e assim recusa-se a aplaudir o que não entende: "Chacha Ambrósia sai voz falá: *"Drêto sã têm gente papiá língu maquista pa nôs pôde intendê! Si nunca, iou nádi batê palma!". Acunga chuchuméca di Atútu Bêço-Grôsso sai su capacidade, vai meo di sala ixplicá papiaçám di Sium Teodorico na maquista chapado, pa gente antigo pôde intendê. Papiá sete catórzi, vumitá um-cento boboriça vêm fora"*[246] (Ferreira, 1996: vol II, 107). A mesma dificuldade é sentida por Chacha perante a carta escrita pelo neto: "*Vôs já inchí carta co assi tanto papiaçám na português torado, qui fazê Chacha ficá*

[242] Macaense: "grupo com identidade étnica […], euro-asiático natural de Macau, de ascendência portuguesa e por vezes com cruzamentos vários" (Cabral, 1993: 20,21).

[243] Os chineses falam outra língua; os que vêm de Portugal falam português carregado semelhante ao português da tua carta; os macaenses não sabem entoar o português, não falam uns com os outros chinês, falam a língua cristã que é a língua maquista. (versão nossa)

[244] Do século dezoito até meados do século dezanove é o tempo mais quente da nossa língua macaísta. Não há casa de filho de Macau, não há homem, mulher, avó, criança que não saiba falar macaísta chapado/correto. Vão ao bazar fazer compras, vão à igreja confessar-se ao padre, falam macaísta. Há padres que sobem ao púlpito pregar sermão, metade em português torto, metade na nossa língua macaísta. Toda a criada e cozinheiro em casa, criado chinês de transportar marmita, mulher que traz água/aguadeira, mulher de recolha de dejetos, lavadeira, chinês que vende merenda/merendeiro, todos falam macaísta, uns melhor, outros pior. No quartel dos soldados falam um pouco à maneira de Portugal. O capitão que casa com mulher de Macau, depressa sabe falar a nossa língua. Os que chegam de novo a Macau falam português, o que faz com que os nossos soldados e os polícias chineses fiquem tontos, pois não conseguem entender o português correto. Sempre que o capitão grita "soldado avança", os nossos soldados sentam-se no chão a descansar. (versão nossa)

[245] "Falou em português e duma forma tão eloquente que nenhuma das "chachas" presentes conseguiu perceber patavina. Os "rr" bem carregados até fizeram arrepiar as senhoras" (versão de Ferreira, 1996: vol II, 164)

[246] "A Chacha Ambrósia disse alto e bom som que não estava certo; alguém devia reproduzir em língua macaísta as palavras proferidas, para que todos pudessem entender. Caso contrário, ela negar-se-ia a aplaudir. O intrometido do Atútu de Beiços-Grossos, armado em sabichão, foi até ao centro da sala e tentou explicar em língua macaísta cerrada o discurso do senhor Teodorico. Queria que a velhada o entendesse. Porém, metendo os pés pelas mãos, não disse senão disparates". (Versão de Ferreira, 1996: vol II, 164)

istonteado, nom-pôde intendê bem-fêto". (Ferreira, 1996: vol II, 203). Dificuldades que podiam ser ultrapassadas, se houvesse um bilinguismo efetivo. António Silva, no princípio do século XX, pretende que coexistam e sejam faladas no mesmo espaço o português e o crioulo, advogando uma situação de bilinguismo que provavelmente contribuiria para que o crioulo não desaparecesse tão cedo:

> "*Queria que todos os portugueses, aqui nascidos, falassem o português genuíno, mas também desejava que todos falassem o dialeto local, pois que ele é muito melodioso e seu vocabulário bastante completo."* (Silva, 1915: 162)

Também Adé defende o bilinguismo na comunidade macaense, ao mesmo tempo que incentiva a aprendizagem do português correto:

> "*Sempre defendemos que os macaenses devem saber português, e bem, habilitando-se a exprimir-se corretamente no idioma pátrio. Mas não se conclui daí que o dialeto da sua terra não deva merecer guarida nos seus lares".* (Ferreira, 1996: vol II, 8)

5. LÍNGU MAQUISTA UNGA PORÇÁM DI LINGUAZE DI ÔTRO RAÇA / PATUÁ – CONTACTO ENTRE LÍNGUAS

Os crioulos são línguas resultantes do contacto entre línguas, como no início referimos, ao pôr em contacto gentes, culturas e línguas em comunidades multilingues que não se entendiam mutuamente. Ao superstrato português juntaram-se, no macaísta, elementos exógenos; a estrutura dominante e muitos elementos lexicais estão relacionados com o malaio: *catupá, chilicote, dodol*, no domínio da culinária; *parão, estrica,* como utensílios domésticos*; cate, tael*, como medidas; termos de vestuário feminino, *bajú,* por exemplo. (Gaião, 2010). Apesar das relações comerciais intensas com os falantes de chinês/cantonês[247], a maior parte dos autores refere a fraca ou nula existência de palavras chinesas no léxico do crioulo macaense, como por exemplo, António Silva: "*O que é certo, porém, é que apesar da construção gramatical do dialeto de Macau ser idêntica á chinesa, não se encontra nele uma única palavra derivada da língua sínica*". (Silva, 1915: 164). A influência chinesa foi primitivamente bastante ténue, mas a atividade comercial e as relações com mulheres chinesas abriram as portas à penetração linguística chinesa, embora com menor peso; outras influências se foram exercendo.

> "*De todas as curiosidades que os macaístas possam offerecer aos observadores europeus, nada é de certo mais interessante do que a linguagem de que entre si se servem; é uma espécie de dialecto em que, de envolta com portuguez de 1500, andam locuções chinezas e phrases inglezadas*" (França, 1897: 200-201).

Adé destaca as línguas em contacto que originaram o crioulo macaísta, o português, o canarim, o malaio e até o espanhol, situação em que os casamentos tiveram um papel crucial:

> *"Língu maquista sã ramendá português cha*
> *mpurado co china, co unga porçám di linguaze di ôtro raça, já sã canarim, já sã malaio co unchinho di ispanhol pingá-pingá. Ispanhol sã pó cósa di Macau perto di tera filipino; canarim co malaio pó cosa di Macau inchido di ilôtro. Português antigo têm qui tánto já casá co nho-nhónha malaio, co nho-nhónha di Goa. Si nunca sã assi, qui-foi tanto maquista-maquista já sai iscuro-iscuro?"* [248] (Ferreira, 1996: vol II, 200).

Adé acentua a construção e a dinâmica da identidade macaense e da sua língua, dando conta das influências mais recentes e como o crioulo começa a imigrar com as comunidades da diáspora, nomeadamente Hong-Kong e Xangai*:*

[247] A influência da língua chinesa no crioulo de Macau também está presente no léxico, embora com fraca penetração durante anos, por razões sociais, e em aspetos morfológicos e sintáticos, devido aos diversos contactos com os falantes de chinês: "*a pidginized form of the Macao creole came to be used for trade with chinese merchants in Canton"* (Holm, 1989: 297).

[248] "A língua macaísta é como o português misturado com chinês, com uma porção de linguagem de outras raças, canarim, malaio, com uns pingos de espanhol. Espanhol é por causa de Macau ficar perto das Filipinas; canarim com malaio por causa de Macau estar cheio deles. Os portugueses antigos casaram com mulheres malaias e mulheres de Goa. Se não tivesse sido assim, como é que tantos macaístas saíram escuros?" (versão nossa)

"Nunca tardá muto, já têm Ongcông. Nhu-nhum capaz fazê inventaçám, começá chuchú palavra inglezado na nôsso língu. Tánto filo-filo di Macau virá vai Ongcông buscá siviço, já casá, começá têm su catravada. Masquí capaz labitá «Oh, yes, oh, no», ilôtro nunca pinchá fora su língu maquista"[249]. (Ferreira, 1996: vol II, 201)

Depois dos cruzamentos originários, o patuá foi absorvendo influências diversas, chinesas mesmo e de um modo acentuado nos diversos traços culturais, como salienta Amaro: " *[…] uma progressiva consciencialização de autonomia cultural a par duma progressiva abertura à cultura da milenária China transparece na realidade macaense, com crescente abandono dos seus velhos padrões luso-indo-malaios*" (Amaro, 1972: 445).

6. FEBRE DI LÍNGU MAQUISTA JÁ ABRANDÁ QUELÊ TÁNTO NA MACAU / DESCRIOULIZAÇÃO

Devido a fatores exógenos, os crioulos evoluem e morrem lenta ou abruptamente; por vezes confinam-se a contextos de comunicação mais restritos ou deixam de ser usados pelos falantes, trocando-o por uma língua de maior prestígio e mais funcional, social e culturalmente; há transformações que contribuem para que o crioulo perca a sua identidade e autonomia lexical e estrutural, reduzindo-se a uma variedade da língua de contacto. Quanto mais se intensifica o contacto com a língua de prestígio e se verifica a perda de funcionalidade do crioulo, mais se acentua o processo de descrioulização. O processo de descrioulização do crioulo macaense decorre a partir dos últimos anos do século XIX, devido não só à pressão do português em presença (língua dominante, de prestígio e língua da administração), mas também à intensificação da instrução e à crítica social, pois era considerado língua das nhonhas, língua das pessoas pouco instruídas.

"O crioulo começou a ser menosprezado nos últimos cem anos em Macau como língua de chachas, língua das nhonhas, língua das pessoas pouco instruídas, à medida que os contactos com Portugal foram sendo mais estreitos e que a escolaridade em português foi aumentando com a criação de escolas primárias e secundárias que nos primeiros séculos eram escassas" (Batalha, 1983: 289).

Isto mesmo confirma Adé, ao intensificar-se a educação e o ensino do português e a própria diáspora macaense, reduzindo-se cada vez mais o uso do crioulo na comunicação diária:

"Na meo-meo di seclo dizanóve começá vêm tanto mestre di Portugal ensiná português drêto. Cavá, quánto escola já abrí, já têm colégio co covento inchido di gente capaz labitá português. Nunca tardá muto, já têm Ongcông. […]. Quelora seclo vinte começá, febre di língu maquista já abrandá quelê tánto na Macau. Têm tánto gente falá português co inglê bem-fêto, pa más azinha achá siviço, ganhá sapeca. Chegá meo-meo di estunga seclo, língu maquista começá definhá, ficá pinchado na unga canto. Quim labitá maquista sã somente pa fazê chiste, j'olá? Unchinho saiám olá língu di nôsso bizavô, tetravô, quatriavô, vagar-vagar ta disparecê, ramendá andorinha disparecido na tempo-frio. Más quánto tempo nós lôgo têm língu maquista pa uví? Más vinte ano? Más trinta? Sômente Dios sabe. Vôsso Chacha nádi têm aqui pa sabe."[250] (Ferreira, 1996: vol II, 201)

Coincidente com o início do processo de descrioulização do crioulo macaense, incrementa-se, por diversas formas, o ensino em Macau.

[249] Não tarda muito chega Hong-Kong. Os que são capazes de criar, começam a introduzir palavras inglesas na nossa língua. Muitos filhos de Macau vão à procura de trabalho, casam e têm filhos. Embora sejam capazes de falar «*Oh, yes, oh, no*», nunca abandonam a língua macaísta"[249]. (versão nossa)

[250] No meio do século dezanove começam a vir mestres de Portugal para ensinar português correto. Depois com muitas escolas abertas, há colégios e conventos cheios de gente capaz de falar português. Não tarda muito chega Hong-Kong … Quando começa o século XX, a febre da língua macaísta abrandou muito em Macau. Tem muita gente a falar português e inglês corretos. Chegamos ao meio deste século (XX), a língua macaísta começa a definhar, é deitada para um canto. Quem fala macaísta é somente para fazer graça. É uma pena ver a língua dos nossos bisavôs, tetravós lentamente a desaparecer, como a andorinha desaparece no tempo frio. Quanto tempo poderemos, ainda, ouvir a língua macaísta? Mais vinte anos? Mais trinta? Só Deus sabe. (versão nossa)

Desde os finais do século XV, a Igreja e as ordens religiosas criaram escolas para ensinar a religião cristã e a língua portuguesa. Os jesuítas têm um papel primordial na instrução, desde a criação da *escola de ler e escrever* até à organização dos estudos superiores do Colégio de S. Paulo (Grosso, 2007: 40), primeira Universidade ocidental do Extremo Oriente (Santos, 1994). A cargo das ordens religiosas, o ensino sofreu um forte revés com a expulsão dos Jesuítas por diploma pombalino de 1759, executado em Macau em 1762 (Santos, 1994). A expulsão dos Jesuítas contribuiu para que a educação no Território ficasse mais pobre. Na segunda metade do século XIX são dados passos importantes para a intensificação do ensino em Macau:

> *"O ensino público, entretanto, criado, ficou sob a alçada do Governo de Macau, embora custeado pelo Leal Senado. Em 30 de setembro de 1869 é criado o Conselho Inspetor de Instrução Pública, que passa a tutelar todo o Ensino, sob a Presidência do Governador"* (Silva, 1998: 10).

A Associação Promotora da Instrução dos Macaense (APIM) criou na segunda metade do século XIX a Escola Comercial Pedro Nolasco da Silva para dar formação profissionalizante aos jovens macaenses que começavam a ser atraídos pelo grande desenvolvimento de Hong Kong.

A 30 de junho de 1893, foi aprovado pelo Governo de Portugal o projeto regulando a instrução em Macau, cujos art.º 3 e 4 ordenavam:

> *"Art. 3 – A instrução secundária será ministrada no Liceu Nacional de Macau, creado por esta lei.*
> *Art. 4 – O Liceu de Macau é equiparado, para todos os efeitos, em categoria aos liceus nacionais do reino*". (Teixeira, 1986: 13)

De igual modo, e por meios diversos, procura-se promover o ensino da língua portuguesa. "*É obrigatório, a partir de 1 de janeiro próximo futuro, em todas as escolas primárias da província, oficiais, municipais, missionárias ou de quaisquer instituições subvencionadas pelo governo o ensino da língua portuguesa"*[251]. A decadência do patuá, também Pereira a relaciona, como começa a ser comum na época, com a intensificação do ensino do Português, ligada ao aumento da escolaridade, tendendo o patuá a desaparecer, devido à criação do Liceu e ao grande número de escolas portuguesas que vão espalhando abundantemente pelos filhos de Macau o conhecimento da língua portuguesa. (Pereira, 1999:160). António Silva, no princípio do século (XX), focaliza a evolução do patuá por ação da presença da língua portuguesa no mesmo espaço: *"vai-se modificando, graças à tendência em aproximar-se do verdadeiro português*". (Silva, 1915: 161) Tem passado por várias evoluções e "*tende cada vês mais a aproximar-se do português, pelo menos em Macau, onde já muita gente o não fala nem mesmo no seio da família*". (Silva, 1915: 162)

> *A descrioulização linguística e mesmo cultural intensifica-se nos meados do século XX; a partir de meados dos anos sessenta, após a Guerra do Pacífico, os conflitos do 1.2.3. e as sucessivas diásporas macaenses, fortalece-se esta nova orientação: a aproximação da comunidade macaense à comunidade chinesa. "Com a estratégia matrimonial e o achinesamento cultural e linguístico dilui-se a identidade cultural e linguística de matriz portuguesa e perspetiva-se uma "sinificação ou hanização dos macaenses"* **(**Marreiros: 1994).

7.QUI LOGO PAPIÁ LÍNGU MAQUISTA? /O FUTURO DO CRIOULO MACAÍSTA

Nos inícios do século (XX) António Silva vaticina: *"Daqui a algum tempo desaparecerá por completo ficando o seu estudo reservado somente aos filólogos que o quiserem arrancar ao pó do esquecimento por amor á arte*". (Silva, 1915: 162) Adé lamenta que o dialeto macaense, infelizmente, esteja quase a desaparecer. "*Se percorrermos a cidade de lés a lés, visitando lares macaenses, veremos quão reduzido é o número de pessoas capazes de sustentar uma conversa em*

[251] Portaria n.º. 331, de 6 de novembro de 1919, *Boletim Oficial de Macau*, nº 45, de 6 de novembro de 1919.

maquista chapado. É muito provável que, dentro de umas dezenas de anos, dele nada mais fique, além de vagas e saudosas recordações e uns volumes que um ou outro escrupuloso colecionador de livros poderá ter guardado religiosamente nas estantes, protegidos contra a ação destruidora da traça". (Ferreira, 1996: vol II, 6). O que restará do crioulo macaense no futuro?

> *"Na coraçám di nôsso nêto-nêto, // Di ilôtro-sa nêto co bisnêto, // Cuza cavá logo ficá? // Saudádi co lembrança dóci // Di ancuza qui sã di más bom, // Di gente qui sã divera quirido! […] Língu di gente antigo di Macau // Lô disparecê tamêm. Qui saiam! // Unga dia, mas quanto ano, // Quiança lô priguntá co pai-mai // Qui-cuza sã, afinal, // Dóci papiaçàm di Macau!*[252]. (Ferreira, 1990: 22-23)

Perante esta situação, Adé pretende contribuir de todas as maneiras, para divulgar e preservar o que ficou desse idioma e manter o legado dos valores que constituem o património cultural macaense, criando e recriando o patuá:

> *"Para nós, o contacto ou o ensejo de brincar com o "patois" foi sempre motivo de enorme satisfação. Versejar ou declamar poesias, escrever diálogos e monólogos, historietas, recitais, letras de canções, ou cantar em "patois"; compor peças de teatro e pô-las em cena, atuando nas comédias com os amigos; produzir programas radiofónicos e participar nas transmissões; dialogar com os nossos conterrâneos, tudo isto fizemos tantas vezes até com lágrimas nos olhos. Gozámos, emocionados, todos os momentos da nossa lida amena com o delicioso poema de Macau de outros tempos."* (Ferreira, 1996: vol II, 5).

8. PAPIÁÇAM SUBI VAI CABEÇA/LÍNGUA COM REGRAS

Os crioulos foram frequentemente entendidos como falares pobres e sem regras; a ideia de que se trata de uma língua é muito recente na tradição crioulística. Embora provenientes de sistemas muito reduzidos, os pidgins, e apresentem de uma maneira geral uma forma aparentemente simplificada na sua componente flexional e no seu sistema morfológico (a falta de artigos, de marcas de género, número, modo e tempo), são línguas com estruturas sintáticas, morfológicas, fonéticas e lexicais identitárias, possuindo formas para codificar o género e o número ou formas gramaticais livres, como, por exemplo, no caso dos tempos verbais. (Gaião, 2010). O interesse pelo patuá e o seu estudo é recente. Opiniões esparsas, apontamentos dispersos e circunstanciais ou pequenos comentários opinativos aparecem principalmente nos fins do século XIX e na primeira metade do século XX[253]. Os estudos, e principalmente a recolha de material do patuá, começa com o macaense João Feliciano Marques Pereira[254] que, na segunda metade do século XIX, publicou e anotou na revista *Ta-Ssi-Yang-Kuo* um conjunto de textos coligidos por pessoas amigas em Macau, acompanhados de um glossário dos principais termos do crioulo macaense. Leopoldo Danilo Barreiros[255] transcreveu na revista *Renascimento* grande parte desses textos e acrescentou outros (Batalha, 1988). Estudos sistemáticos de recolha e análise do falar macaense, principalmente a nível do léxico, foram efetuados na segunda metade do século XX por Graciete Batalha [256]. Mais

[252] *No coração dos nossos netos, dos seus netos e bisnetos, o que vai ficar? Saudades e lembranças doces, daquelas coisas boas, de gente muito querida […] a língua de gente antiga de Macau desaparece também. Que pena! […] Um dia, daqui a uns anos// A criança perguntará aos pais// Que coisa é, afinal// O Doce falar de Macau*? (versão nossa)

[253] Bento da França, *Macau e os seus Habitantes*, Imprensa Nacional; Manuel da Silva Mendes, (1979), *Macau, Impressões e Recordações*, Macau: Quinzena de Macau; Filipe Emílio de Paiva (1997), *Um Marinheiro em Macau -1903, Álbum de Viagem*, Macau: Museu Marítimo de Macau; António José Gonçalves Pereira, (1999), *Imagens do Oriente – Impressões de Viagens*, Macau: Museu Marítimo de Macau. António Silva, (1915), "*O Dialeto de Macau*", In *Oriente*, Macau, abril de 1915, n. 4.

[254] J. F. Marques Pereira (1995), "*Subsídios para o estudo dos dialetos crioulos do Extremo-Oriente*", In *Ta—ssi- yan-kuo, Archivos e Annaes do Extremo-Oriente Português*, coligidos e anotados por J. F. Marques Pereira, 1989-1900, Edição Direção dos Serviços de Educação e Juventude, Fundação Macau, Macau.

[255] Barreiros (1943), "*Dialeto Português de Macau*", In *Renascimento*.

[256] Graciete Batalha, (1983), "Situação e perspetivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)", in *Congresso sobre a situação atual da Língua Portuguesa no Mundo, Atas*, vol 1, Lisboa. Graciete Batalha, (1988), Glossário do Dialeto Macaense, Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas, Macau: Instituto Cultural de Macau.

recentemente os trabalhos linguísticos de Isabel Tomás [257], Alan Baxter [258] e Mário Pinharanda [259]. Para António Silva, o crioulo macaense apresenta uma estrutura linguística semelhante à língua chinesa, devido à ausência de flexão, "...*notando-se sobretudo na construção gramatical, a influencia preponderante das fórmulas literárias sínicas"* (Silva, 1915: 163). *Neste sentido, e embora considere que "não há sintaxe, porque não há concordância […], pois que a sua construção é chinesa*" (Silva, 1915: 163), estabelece um paralelismo entre a estrutura sintática do crioulo macaense e a língua chinesa:

> "*Os verbos sam invariáveis nos modos, tempos, números e pessoas, e a sua construção idêntica á chinesa." (Silva, 1915: 161) "Assim dizemos: eu faço, Iou fazê – em china Ngo chu; estou fazendo, Iou ta fazê – em china Ngo chu kan; eu fiz, Iou já fazê – em china Ngo chu lo; eu farei, Iou logo fazê – em china Ngo chao chu*". (Silva, 1915: 162).

De facto, verifica-se nas duas línguas a ausência de flexão e a anteposição de formas para marcar o tempo verbal. Muitos macaenses se esforçaram por manter regras próprias que lhes permitissem regular a sua linguagem falada e escrita. Dessas regras, não se sabe se ficaram apontamentos ou mesmo se ficou algum compêndio com a síntese de toda a matéria compilada.

> "*Muitas obras e variadíssimas composições antigas se sumiram com o rodar dos anos, não admira que tenham igualmente desaparecido registos acerca das regras gramaticais, que possam ser arquivados.* (Ferreira, 1996: vol II, 225).

Adé analisa a o crioulo macaísta e elabora um epítome de Fonética e Morfologia macaenses, comparando-as às da gramática de língua portuguesa, "*Epítome de Gramática Comparada*", gramática dos substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, preposições, advérbios, conjunções e interjeições e descodifica um alargado vocabulário do patuá. (Ferreira, 1996: vol II, 227-252).

9. ALMA DÔCI DI GENTE DI MACAU/PATUÁ E IDENTIDADE MACAENSE

A identidade cultural é uma forma de identidade coletiva caraterística de grupos sociais que partilham as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo. Fixa-se como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos sentirem-se mais próximos e semelhantes. "*Os macaenses ou filhos da terra são o produto de uma longa sedimentação de contactos e influências mútuas entre a China, a Europa e todo o mundo marítimo do sul da Ásia*". (Cabral, 1993: 12).

A sua identidade é o resultado do contacto e cruzamento de culturas, embora de matriz portuguesa, vivida nas diversas formas de manifestação identitária: a língua, a religião, a vida quotidiana, a culinária, as relações sociais. O dialeto macaense significa mais que ser apenas um simples idioma; muitíssimo mais que o trivial linguajar quotidiano dum povo. Carateriza a própria índole, os sentimentos, a maneira de ser, assim como os encantos, costumes desse povo, ele é bem a imagem da boa gente antiga de Macau, é a chancela da sua identidade, um dos marcos indeléveis do encontro entre civilizações

[257] Maria Isabel Tomás, (1992), *Os Crioulos Portugueses do Oriente*, Instituto Cultural de Macau.

[258] Alan Baxter, (2009) "*O português em Macau: Contacto e assimilação*", in Ana M. Carvalho (org), *Português em Contacto*, Madrid. Senna Fernandes, Miguel & Alan N. Baxter., (2001), *Maquista chapado – vocabulário e expressões do crioulo português de Macau.* Macau: Instituto Internacional de Macau. Nunes, Mário & Alan N. Baxter., (2004), *"Os marcadores Pr- verbais no crioulo de base lexical portuguesa de Macau*". *PAPIA* 14. 13-46.
Pinharanda Nunes, Mário & Alan N. Baxter (2004.) "*Os Marcadores pré-verbais no crioulo de base lexical portuguesa de Macau*". *PAPIA, Revista Brasileira de ESTUDOS CRIOULOS e Similares* 14. 31-46.

[21]Mário Pinharanda Nunes (2004) *"Os Marcadores pré-verbais no crioulo de base lexical portuguesa de Macau", Papia*, *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares,* 14. 13-46.
Mário Pinharanda Nunes, (2008) "Os *demonstrativos em maquista: uma análise morfossintática contrastiva*", *Papia*, Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 18. 7-21
Mário Pinharanda Nunes (2011) *Estudo da Expressão Morfossintática das Categorias de Tempo, Modo e Aspeto em Maquista*, Tese de Doutoramento, Universidade de Macau.

diferentes. (Ferreira, 1996: vol II). A identidade macaense define-se em primeiro lugar pela memória coletiva, "*Dóci lembrança di tempo antigo" e revela a alma, as gentes, a fé cristã, "Fé cristám di gente antigo", "Macau terá di fé". Em "Macau Cristám*", Adé verseja as crenças e rituais católicos como a *Procissám di Sinhôr-Passo, Oraçám di Paixám, Morti di Jessus* (Ferreira, 1996: vol IV, 113), o Natal, no conjunto de poemas dedicados ao Natal, *Iou querê cantá Natal* (Ferreira, 1996: vol IV, 93-107) e ainda, entre muitos, os textos e poemas de Natal "*Acunga qui nôs já sunhá*" (Ferreira, 1996: vol IV, 69-92) e *Natal sã festa grándi* (Ferreira, 1996: vol IV, 37-91).

O envolvimento religioso faz com que chamem ao crioulo língua cristã. Nos versos de Adé, o modo de vida macaense é assim expresso na sua simplicidade: *"Telado qui velo // Co rópa sugá, // Escada qui istrêto, // Janela co fula, // Nhonhónha cantá. // Min-pau qui quente-quente // Padéro gritá. // Sol fórti di riva, // Têng-têng-lou di basso*. (Ferreira, 1996: vol V, 203). As atividades e figuras do quotidiano, muitas delas que o tempo desvaneceu, são movimentadas pelas ruas de Macau: "*atai di carta marmita", "apô carta águ", cegonha"* (mulher do despejo), "*lavadêra", "china que vende merenda*" (merendeiro), "*teng-teng lou"* (o homem do ferro velho/tin-tins).

À boa maneira portuguesa não falta a má-língua, em textos satíricos, que originaram verbos bem expressivos, no falar macaense: *malinguar, chuchumecar, boquizar*. Em textos como "*Má-lígu","Nunca faltá má-língu*" satiriza o malinguar, indo até ao diálogo acusatório de Carlota, *"Vôs bem di má-língu*!" e Vicenta, "*Vôs bem di nuviléra!"* (Você é bastante linguareira).

A variada, saborosa e doce gastronomia macaense está espalhada pelas mesas, principalmente nas festas, e que a partir de um determinado tempo é o pretexto para as reuniões sociais entre macaenses, "*Sã pitiquéro pa vôs cherá// Comê, pegá dedo lambê"*[260] (Ferreira, 1996: vol III,173), gastronomia ela própria resultante dos contactos culturais expressos na diversidade originária da culinária macaense (Gaião, 1999):

> *"Macau herdou dos chineses o hábito das gemas ou ovos salgados; os peixes, mariscos e moluscos secos; feijões, leguminosas e hortaliças salgadas, liofilizadas ou avinagradas, ou conservadas em óleos, aguardentes e especiarias. De Portugal vieram-nos sobretudo os hábitos dos fumados e da vinha-d´alhos. Possivelmente da Malásia e da Índia, da Tailândia e do Ceilão, retivemos os chatini, balichão ou blachan, os muitos sambais e missós. Um pouco por todo o lado fomos buscar os achares (o sambal é um deles) […]. …Há quem associe dois dos mais apreciados "empurra-arroz" de Macau às nossas centenárias e estreitas ligações a Timor: o peixe esmargal ou esmagal e o limão de Timor"* [261] (Jorge, 1993: 53-54).

Adé, nas descrições das reuniões e festas da comunidade macaense, nos anos de Maria, por exemplo, desfila as iguarias macaenses: "*Mesa na sala-jantá, di pónta-a-pónta sã comezaina, bebinga-nabo, apa-bico, chilicote, coquêra, nata, mamún, soransorábi, bôlo-minino, bôlo mármore, enténa-pôdre, bicho-bicho, bagí, ladú, chau-chau lacassá"* (Ferreira, 1996: 89), ou ainda no seu casamento: "*carniça, laia-laia chacháu, chilicote co pám-rechiado, pastelám, cabêlo-nóiva, …*" (Ferreira, 1996: 107), a que se podiam acrescentar muitas outras como *chili-missó, missó-cristão, ondi-ondi, mintchi, diabo.*

> *No patuá espelham-se as relações sociais, o militar reinol que casa com a macaense: "Sium capitam qui casa co nhónha di Macau azinha sabe papiá nosso língu" (Ferreira, 1996: 201) e os costumes chineses que se vão infiltrando, "Clu-clu na Macau (Ferreira, 1996: vol II, 221), "ano-Nôvo-China", pois "a partir de meados dos anos sessenta, como já foi referido anteriormente, há uma aproximação cada vez maior da comunidade macaense à comunidade chinesa.*

[260] "São iguarias para a gente cheirar// Comer e lamber os dedos." (versão de Adé III, 177)

[261] Num inquérito realizado na década de 90 (século XX) para avaliar do uso e conhecimento dos termos do falar macaense os "vocábulos referentes à culinária tradicional macaense ainda são conhecidos medianamente" (Gaião, 1999: 64)

10. DÓCI LÍNGU// DOCE LÍNGUA DE AFETOS

António Silva exalta o caráter "chistoso" (expressão usada pelos falantes de patuá do dialeto macaense), principalmente na boca das mulheres: *"[…] o dialeto local […] é muito melodioso e o seu vocabulário bastante completo. […] verão como é melodioso, quando pronunciado por senhoras que o falem bem."* (Silva, 1915: 162). Dialeto despretensioso, cheio de chiste e ingenuidade, o crioulo macaísta é a "língu dóci", língua de afetos, por oposição ao português carregado, e capaz de significar realidades que o português não possui. António Silva acentua a especificidade do léxico macaense, a capacidade de codificar distinções semânticas, ao mostrar que em português não existem termos que tenham uma correspondência semântica exata a alguns termos do macaísta, salientando os cambiantes semânticas próprias do crioulo:

> *"Existem algumas palavras no dialeto de Macau, cuja correspondente não se encontra em português. Ex: Cachi – morder, mas não um morder que dói, morder ao de leve, Cachi é uma carícia. Titi – magoar-se muito pouco. Chipi – tirar qualquer coisa, servindo-se de colher ou de outro utensílio de forma semelhante etc."*. (Silva, 1915: 162)

É um falar doce, pois é uma língua apenas falada, que tem gente que a fala, entoando-a docemente.

> "*Na Macau têm más ancuza dóci: // Têm gente boca dóci,// Capaz papiá fazê vós contente*". (Ferreira, 1990: 27). Língua doce,

Algumas caraterísticas fonéticas (como a leveza da suspensão pela apócope do r final dos verbos) e morfológicas (como a reduplicação e as onomatopeias), próprias dos crioulos e do macaísta em concreto, revelam a doçura, a sonoridade e o ritmo que o(s) aproxima das formas poéticas, mesmo quando o discurso é prosaico:

- Na formação dos pidgins e dos crioulos há alterações que têm como fim a simplificação de grupos consonantais: fenómenos como a inserção de vogal, tanto no início, no meio e no final das palavras, a queda de consoantes, ou substituições por consoantes mais fracas, consoantes fricativas que mudam para oclusivas, ou consoantes fricativas sonoras que tendem a ensurdecer, o duplo r ou o r inicial tendem a fundir-se num único r (aborrecido/buricido; terra/terá) (Couto, 1996), fenómenos que normalmente suavizam o falar.

- As onomatopeias imitam os sons e reproduzem-nos na sua repetição. Verifica-se uma diversidade de formas consoante a origem e a sua lexicalização frequente*:*

> *"...«têng-têng-lou» ta passá, batê su lata «têng-têng»" (Ferreira, 1996: vol II, 76); "...su gongôm torto-ravirado na chám..." (ibidem: 68); "Na ora di cai, já chu-chú ôlo-deco na istrica di fero" (Ibidem: 78); ".já sai di su bóca ramendá múseca «ngi-ngi, ngó-ngó» ta sai di coraçám di rabecám..." (Ibidem: 102); "...Chico-Boncô acordá tom-tôm mom-tôm..." (Ibidem: 99)*
>
> *- A reduplicação nas línguas crioulas apresenta vários modelos, desde a repetição do fonema ao morfema, do lexema à repetição da frase ou de segmento da frase; para além do seu caráter expressivo, sob o ponto de vista semântico, pode representar a pluralidade, intensidade, aspeto iterativo, distributividade, mudança de categoria gramatical…não se reduz aos nomes, mas a outras categorias gramaticais, verbos, adjetivos, advérbios e numerais. (Gaião, 2007, p. 278-279).*

A reduplicação dos nomes marca o plural:

> *"…olá amui-amui virá cabéça…" (Ferreira, 1996: Vol II, 69) / [raparigas chinesas]; "…fazê rópa pa nhónha-nhónha…" (Ibidem: 69) [senhoras]; "…acunga dôs padre co madre-madre..." (Ibidem: 94) [freiras]; "…quiança-quiança chomá êle Titi Chai." (Ibidem: 69) [crianças].*

A reduplicação dos adjetivos e advérbios marca a intensidade:

"… abri ôlo grándi-grándi" (Ibidem: 68) [muito grandes]; "...boca fini-fino ta gurunhá..." (Ibidem: 95) "muito fina"; "…su pai tonto-tonto…" (Ibidem: 78) [completamente tonto]; "Calçam justo-justo na bariga co nádiga..." (Ibidem: 100) [muito justo/apertado]; "Venâncio intrá na casa murúm qui murum." (Ibidem: 105) [muito triste]; "...azinha-azinha corê vai janela…" (Ibidem: 67) [muito depressa]; "…vagar-vagar já subi…" (Ibidem: 69) [muito devagar/devagarinho]; "Sã êle acunga dia cedo-cedo vêm horta" (Ibidem: 91) "muito cedo"; "Unchinho-unchinho ora sã A P´eng ta sai voz falá ..." (Ibidem: 77) [muito pouco]; "...vai greza SantAntónio, cedo qui cedo" (Ibidem: 83) [muito cedo]; "Cháqui-cháqui gafinhá abolô buscá ancuza comê." (Ibidem: 76) [a pretexto de]

A reduplicação do verbo indica fundamentalmente o aspeto iterativo ou repetição da ação (nos verbos de ação*):*

"…na cama bulí-bulí su corpo…" (Ibidem: 67) [mexendo e remexendo]; "…ôlo batê-batê…" (Ibidem: 67) [abrir e fechar os olhos]; "… tentá êle capí-capí ôlo…" (Ibidem: 71) [abrir e fechar os olhos]; "...zinguá qui zinguá su vassora." (Ibidem: 69) "arrear"; "Venáncio gemê qui gemê..." (Ibidem: 82) "gemeu". (Gaião, 2007: 278-285)

- **Como** *os crioulos em geral não têm flexão, no macaísta o tempo passado exprime-se pelo infinitivo ao qual se antepõe o advérbio já, " já cartá … já começá… já abrandá", enquanto o tempo futuro se constrói colocando o advérbio logo antes do infinitivo, "logo vendê …logo fazê…logo comê", conferindo a repetição da partícula adverbial um certo ritmo sonoro à frase.*

- A abundância dos diminutivos como o balbuciar da linguagem infantil: *unchinho, piquinino, argolinha, Chacha, nhonha, Ri-rí …*

As saborosas iguarias de Macau, entre as quais os bem doces, doces (alguns bem portugueses), são a melhor imagem que Adé encontra para mostrar a doçura do patuá:

"Sucre sã dóci,// Lête comel sã dóci. // Dóci sã jagra co açuca-pedra,// Sã cana qui nôs cachí;// Dóci sã laia-laia frutázi maduro// Qui nôs panhá comê. // Bebinga-lête sã dóci,// Coquéra, bolo-nata, ladú sã dóci;// Dóci sã cabelo-noiva ca barba,// Tocha co robuçado di ovo;// Dóci sã múchi-múchi, bicho-bicho,// Bagí, do-dol, goiavada.

Alua, fárti, coscorám,// Cilicário co gelêa sã dóci. // Dóci sã bolo-minino,// Fula-fula, entêna-pôdre,// Xarópi di figo, gemada// Co dóci di camalénga. // Bolo-bate-pau sã d´ci,// Bolo-umbigo tamêm sã;// Dóci sã "hang-ian-chá",// "Houng-tau-chôk", "chi-ma-u",// Òndi-óndi, chá-cha, "tau-fufá"// Co "hap-tou-vu". (Ferreira, 1990: 21)

Língu maquista sã unga língu burifado di beleza!
A língua macaísta é uma língua inebriada de beleza!

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Ana Maria (1972), *Jogos, Brinquedos e Outras Diversões Populares de Macau*, Macau: Imprensa Nacional.

BATALHA, Graciete (1983), "*Situação e perspetivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia*)", In *Congresso sobre a situação atual da Língua Portuguesa no Mundo, Atas*, vol 1, Lisboa.

BATALHA, Graciete (1988), Poesia Tradicional de Macau, Macau.

Boletim Oficial de Macau, nº 45, de 6 de novembro de 1919.

CABRAL, João de Pina e Nelson Lourenço (1993), Em Terra de Tufões, Dinâmicas da Etnicidade Macaense, Macau: Instituto Cultural de Macau.

COUTO, Hildo Honório do (1996), Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins, Brasília: Editora UnB.

FERREIRA, José dos Santos (1990), *Doci Papiaçam di Macau,* Dialeto Macaense, Macau: Instituto Cultural de Macau.

FERREIRA, José dos Santos (1996), Papiaçám di Macau, vol. II, Macau: Fundação Macau.

FERREIRA, José dos Santos (1996), *Poema di Macau*, Vol IV, Macau: Fundação Macau.

FERREIRA, José dos Santos (1996), *Macau sã assi*, Vol V, Macau: Fundação Macau.

FRANÇA, Bento da (1897), Macau e os seus Habitantes, Imprensa Nacional.

GAIÃO, Raul Leal (1999), *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses*, Coleção Estudos de Macau, Macau: Universidade de Macau.

GAIÃO, Raul Leal (2005) "*Línguas de Macau*". In Fernando Cristóvão (dir. e coord), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: ACLUS, Texto Editores.

GAIÃO, Raul Leal (2007), "*Nhónha-nhónha – A Reduplicação no crioulo macaense*", In I. Mata e Maria J. Grosso (org), *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*, Universidade

de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, FLUL.

GAIÂO, Raul Leal (2010), *Representações do crioulo macaense*, In (eds.) Mª João Marçalo & Mª Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, Mª do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva, *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3.

GROSSO, Maria José dos Reis (2007), *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*, Macau: Universidade de Macau.

JORGE, Cecília (1993), "*Tacho do diabo*". In revista *Macau*, II série, nº 11, março 93.

HOLM, John (1989), *Pidgins and Creoles*, vol. II (Reference Survey), Cambridge: Cambridge Language Surveys.

MARREIROS, Carlos (1994), "*Alianças para o futuro*", In *Revista de Cultura*, nº 20, Macau: Instituto Cultural de Macau.

MENDES, Manuel da Silva (1979), *Macau, Impressões e Recordações*, Macau: Quinzena de Macau.

PEREIRA, António José Gonçalves (1999), *Imagens do Oriente – Impressões de Viagens*, Macau: Museu Marítimo de Macau.

PEREIRA, Dulce (2007), *Crioulos de Base Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos (1994), *Macau – Primeira Universidade Ocidental do Extremo-Oriente*, 2 edição, Macau: Fundação Macau, Universidade de Macau.

SILVA, Albina dos Santos et al. (org) (1998), *Documentos Para a História da Educação em Macau*, vol. 3, Macau: Direção dos Serviços de Educação e Juventude.

SILVA, António (1915), "*O Dialeto de Macau*", In *Oriente*, Macau, abril de 1915, n. 4.

TEIXEIRA, Monsenhor Manuel (1986), *Liceu de Macau*, 3ª ed., Macau: Direção dos Serviços de Educação.

12.ANEXOS

Edições das obras de José dos Santos Ferreira

Escandinávia, Região de Encantos Mil, Edição de Autor, 1960.

Macau Sã Assi, Dialeto Macaense, Edição de Autor, 1968.

Qui-Nova Chencho, Dialeto Macaense, Edição de Autor, 1974.

Papiá Cristám di Macau, Epítome de Gramática Comparada, Edição dos Serviços de Turismo de Macau, 1978.

Bilhar e Caridade, poesia, Edição de Autor, 1982.

Camões, Grandi na Naçam - Dialeto Macaense, Fundação A-Má-Kók, Lisboa, 1982.

Poéma di Macau - Dialeto Macaense, (poesias), Leal Senado de Macau, 1983.

Macau di Tempo Antigo, Dialeto Macaense, Edição de Autor, 1985.

Natal Amor-Paz-Alegria, poesia e prosa, Edição de Autor, Macau, Natal de 1986.

Nhum Vêlo (patois) (1986)

História de Maria e Alferes João, (versão portuguesa da novela "Estória di Maria co Alféris Juám"), Instituto Cultural de Macau, 1987.

Acunga Natal Qui Nôs já Sunhá, Dialeto Macaense, Edição de Autor, 1988.

Macau Jardim Abençoado, Dialeto Macaense, poesia e prosa, I C M, 1988.

Sã Natal, Jesus já Nacê, Edição de Autor, 1989.

Luz di Natal, Dialeto macaense, Edição de Autor, 1990.

Doci Papiaçam di Macau, Dialeto Macaense, I C M, 1990.

História de Maria e Alferes João (versão portuguesa), I C M, 1990.

Natal Cristám, Dialeto macaense, Edição de Autor, 1991.

Poéma na lingu maquista (Poesia em papel-de-arroz), Macau, livros do Oriente, 1992.

Escandinávia região de Encantos Mil, Obras Completas, vol I, Fundação Macau, 1994

Papiaçám di Macau, Obras Completas, vol II, Fundação Macau, 1996.

Macau di Tempo Antigo, Obras Completas, Vol III, Fundação Macau, Macau. 1996.

Poema di Macau, Obras Completas, Vol IV, Fundação Macau, Macau. 1996.

Macau sã assi, Obras Completas, Vol V, Fundação Macau, Macau. 1996.

34. ROLF KEMMLER, DEPTº LETRAS, CEL (CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS), UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES, VILA REAL, PORTUGAL/ALEMANHA

TEMA 3.5 UMA QUERELA LUSÓFONA COM FINAL FELIZ: A ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE 1990 ROLF KEMMLER (CEL/UTAD VILA REAL) *

1 INTRODUÇÃO

Nos mais de vinte anos que decorreram desde então, toda a comunidade lusófona já deve ter tido qualquer forma de notícia do facto de o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* ter sido assinado pelos Ministros da Cultura e detentores de cargos afins dos países lusófonos em Lisboa, no dia 16 de dezembro de 1990. Com a publicação no *Diário da Republica,* em 17 de setembro de 2010, este episódio mais recente na longa história de uma aproximação ortográfica sobretudo luso-brasileira, passou a vigorar noventa e nove anos após a oficialização da primeira reforma ortográfica oficial em 12 de setembro de 1911. O novo regime ortográfico chegou a entrar em vigor de forma retroativa devido ao *Aviso* 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa (*Aviso* 255/2010). Na sequência de vários artigos que publicámos ao longo dos anos (cf., Kemmler 2001, 2009, 2010) já tratámos dos aspetos históricos mais essenciais que dizem respeito ao sistema vigente da ortografia simplificada. Se o lusitanista alemão Werner Thielemann (1997: 49) ainda deixou transpirar bastante ceticismo quanto a uma entrada em

vigor do *Acordo Ortográfico,* logo no título bastante sugestivo do seu artigo 'Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – Fórmula mágica ou querela sem fim?',[262] podemos afirmar, agora, em 2011, que os eventos mais recentes tenham feito com que as reticências então fundamentadas do colega alemão passaram a adquirir um estatuto meramente histórico. Resultado da alteração da entrada em vigor estabelecida pelo *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico* de 2004, que prevê a entrada em vigor no ano a seguir ao terceiro depósito de um dos instrumentos de ratificação do *Acordo Ortográfico* e dos dois protocolos modificativos junto do MNE português, a situação legal estabelecida pelo *Aviso* 255/2010 leva a crer que este documento relativamente simples terá conseguido terminar a vetusta querela ortográfica luso-(afro-)brasileira. Com o presente artigo visamos documentar o *status quo* atual do 'novo' regime ortográfico em Portugal e no Brasil.

2 A ENTRADA EM VIGOR NO BRASIL

Dado que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* já deveria ter entrado em vigor internacionalmente no dia 1 de janeiro de 2007, o governo brasileiro preferiu aguardar com a promulgação do acordo e a subsequente entrada em vigor.[263] Após a ratificação do *Segundo Protocolo Modificativo* pela Assembleia da República Portuguesa em 2008, já não se verificava este obstáculo, pelo que o presidente brasileiro Lula Inácio da Silva estabeleceu, mediante o decreto n.º 6583 de 29 de setembro de 2008, que o novo regime ortográfico deveria entrar em vigor no dia 2 de janeiro de 2009:

DECRETO Nº 6.583 DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 54, de 18 de abril de 1995, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação do referido Acordo junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, na qualidade de depositário do ato, em 24 de junho de 1996;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 1º de janeiro de 2007, inclusive para o Brasil, no plano jurídico externo;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 16 de dezembro de 1990, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O referido Acordo produzirá efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2009.

Parágrafo único. A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.

Art. 3º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim (*Decreto* 6.583/2008: 1)

[262] O título original do artigo em língua alemã é: «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - Zauberformel oder Querele ohne Ende?» [tradução nossa].

[263] O *Acordo Ortográfico* foi aprovado no Senado Federal do Brasil em 18 de abril de 1995, tendo sido publicado pelo *Decreto Legislativo* 54/1995 do presidente José Sarney.

Em remate de todas as medidas legais anteriores que o Brasil tomara antes, a fim de conseguir a entrada em vigor do novo regime ortográfico (cf. Kemmler 2010: 270-271), este decreto presidencial decreta a execução do *Acordo Ortográfico* (que é reproduzido na íntegra em anexo ao decreto) e prevê a entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2009. Com o prazo de transição relativamente curto de quatro anos até 31 de dezembro de 2012, o governo brasileiro estabeleceu uma adesão rápida. Em sequência à publicação do texto linguístico-legal seguem outros três decretos relacionados com a matéria: o decreto 6.584 promulga o primeiro *Protocolo Modificativo*, o decreto 6.585 manda executar o primeiro *Segundo Protocolo Modificativo* e o decreto 6.586 estabelece o seguinte sobre a implementação:

DECRETO N^{O} 6.586, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e em observância ao disposto no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, aprovado pelo Decreto Legislativo no 54, de 18 de abril de 1995, e promulgado pelo Decreto no 6.583, de 29 de setembro de 2008, no Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Praia, em 17 de julho de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo no 120, de 12 de junho de 2002, e promulgado pelo Decreto no 6.584, de 29 de setembro de 2008, e no Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em São Tomé, em 25 de julho de 2004, e internalizado pelo Decreto no 6.585, de 29 de setembro de 2008,

D E C R E T A :

Art. 1º Nos termos do artigo 2º do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, os Ministérios da Educação, da Cultura e das Relações Exteriores, com a solicitação de colaboração da Academia Brasileira de Letras e de entidades afins nacionais e dos Países signatários do Acordo, adotarão as providências necessárias para elaboração de vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa.

Art. 2º Os livros escolares distribuídos pelo Ministério da Educação à rede pública de ensino de todo o País serão autorizados a circular, em 2009, tanto na atual quanto na nova ortografia, e deverão ser editados, a partir de 2010, somente na nova ortografia, excetuadas a circulação das reposições e complementações de programas em curso, conforme especificação definida e disciplinada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 29 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Fernando Haddad

João Luiz Silva Ferreira (*Decreto* 6.586/2008: 9)

De natureza bastante pragmática, o decreto 6.586 prevê a elaboração do 'vocabulário ortográfico comum' em parceria com os organismos competentes do Brasil e dos outros países signatários. Sabe-se, no entanto, que o desejo do estabelecimento de um vocabulário ortográfico único não pode ser satisfeito tão cedo, pelo que veio em boa hora a publicação da quinta edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* pela Academia Brasileira de Letras (ABL 2009) pouco após a entrada em vigor do novo regime ortográfico.[264]

No que respeita aos livros didáticos, o decreto 6.586 permite a circulação de livros nas grafias antiga e moderna para o ano de 2009, estabelecendo que a partir do ano de 2010 os livros novos devem respeitar a ortografia reformada. Na seguinte resolução dirigida aos autores e às editoras de livros didáticos para o ensino escolar, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) já tinha estabelecido o conteúdo do art. 2.º do decreto 6.586 na resolução de 7 de maio de 2008:

[264] **Segundo Brito (2009), o *VOLP* foi lançado no dia 19 de março de 2009.**

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 7 DE MAIO DE 2008[265]

Autoriza a adequação dos livros escolares de ensino fundamental e médio às mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 14, Capítulo V, Seção IV, do Anexo I, do Decreto n.º. 6.319, de 20/12/2007, e os artigos 3º, 5º e 6º do Anexo da Resolução/CD/FNDE n.º. 31, de 30/09/2003, e

CONSIDERANDO a conveniência e a oportunidade da atualização dos livros utilizados por alunos e professores da Educação Básica às novas regras ortográficas, que entram em vigor a partir de 2009, em cumprimento ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, e aprovado pelo Decreto Legislativo n.º. 54, de 18 de abril de 1995, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, Página 5585, de 20/04/1995, e no Diário do Congresso Nacional, Seção 2, Página 5837, de 21/04/1995, resolve "ad referendum":

Art. 1º Autorizar a adequação das obras do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) às mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Art. 2º Os livros podem ser objeto de conversão ou adaptação para distribuição aos alunos e professores da rede pública de educação básica, desde que não ocorra alteração no número de páginas de cada livro, em qualquer hipótese.

§ 1º A conversão consiste na substituição de todas as palavras, frases e expressões grafadas na forma corrente pela nova grafia oficial.

§ 2º A adaptação significa, nas obras do componente curricular de Língua Portuguesa, a conversão de termos descrita no parágrafo anterior, e também a supressão ou inclusão de frases ou textos que enunciam regras gramaticais respectivamente revogadas ou introduzidas pela nova norma.

Art. 3º A distribuição dos livros adequados às novas normas ortográficas pode ocorrer para utilização a partir do período letivo de 2009, considerando as peculiaridades de cada programa e os ciclos de produção, distribuição, reposição e complementação.

§ 1º A decisão de realizar a adequação das obras à nova norma ou de manter sua forma original, tal como inscrita, avaliada e aprovada no PNLD e no PNLEM, é de competência, iniciativa e responsabilidade exclusivas de cada detentor de direito autoral.

§ 2º As obras podem ser fornecidas pelas editoras já devidamente convertidas ou adaptadas para o atendimento:

I - da distribuição relativa ao Programa Nacional Biblioteca da Escola, no período letivo de 2009;

II - da reposição e complementação das séries finais do ensino fundamental - 5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano - nos períodos letivos de 2009 e 2010; e

III - da primeira distribuição e também da reposição e complementação do ensino médio, nos períodos letivos de 2009, 2010 e 2011.

§ 3º Os livros adequados conforme definido no parágrafo anterior deverão estar assim identificados por um selo padronizado, a ser fornecido pelo FNDE para este fim.

§ 4º Fica vedada a adequação de obras da reposição e complementação das séries iniciais do ensino fundamental - 1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano - no período letivo de 2009.

§ 5º Não caberá qualquer interferência ou responsabilização ao Ministério da Educação sobre o processo ou o resultado da adequação das obras didáticas, observado o disposto no artigo 2º desta Resolução, especialmente no que se refere ao número de páginas, para fins de controle de qualidade e cumprimento contratual.

Art. 4º As obras a serem produzidas para os editais do PNLD 2010, PNLD 2011, PNLEM 2012, PNBE 2010 e seguintes já devem estar

[265] A resolução vem acompanhada pela seguinte nota explicativa: «(*) Republicado por ter saído no DOU de 8/5/2008, Seção 1, página 11, com incorreções no original». Trata-se do texto publicado na *Resolução* FNDE (17/2008a: 11).

obrigatoriamente adequadas às novas regras ortográficas, conforme especificação nos respectivos editais ou seus termos aditivos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD (*Resolução* FNDE 17/2008b: 20).

Com a publicação dos quatro diplomas referidos estavam, de facto, removidos quaisquer obstáculos para a entrada em vigor do *Acordo Ortográfico* no Brasil, tendo a resolução do FNDE facultado as medidas necessárias para a sua adoção dentro dos livros escolares de maneira obrigatória a partir de 2010.

No Brasil, o regime ortográfico do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* entrou efetivamente em vigor no dia 1 de janeiro de 2009. Claro que isto não quer dizer que a 'nova' ortografia tenha encontrado aplicação em todos os níveis da sociedade ou mesmo em todo o âmbito público onde a medida pode ter efeito. Verifica-se, sim, que a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo,* que podem ser considerados os dois jornais mais influentes do país, passaram desde aquele dia à adoção da ortografia simplificada. [266] No que respeita, porém, ao governo brasileiro, parece que desde logo a perspetiva não era tão prometedora. Já no dia 1 de janeiro de 2009 a jornalista portuguesa Isabel Peixoto (2009: 35) fez as seguintes constatações com base nos jornais brasileiros no comentário intitulado «Órgãos de poder brasileiros ainda não estão preparados»:

Alguns dos principais órgãos de poder do Brasil não estão preparados para cumprir de imediato a reforma. De acordo com o jornal "Folha de São Paulo", o Governo federal, o Senado e a Câmara dos Deputados vão ignorar o início da vigência do acordo ortográfico, devido à "confusão" gerada pela coexistência de atuais e novas regras. O jornal adianta que só o Supremo Tribunal Federal deverá cumprir já o acordo. Paralelamente, os meios de comunicação social do país têm vindo a anunciar dicas. Um deles é precisamente o "Folha", que garantiu adotar as novas regras a partir de hoje. No último fim de semana do ano, o diário "O Globo" publicou, em edição especial, um caderno sobre a reforma ortográfica, intitulado "Acordo em desacordo", que aponta as falhas e dificuldades para a implantação do acordo.

Apesar destas reticências iniciais, pode-se constatar que as dúvidas na aplicação do *Acordo Ortográfico* não impediram que a ortografia reformada fosse cada vez mais aplicada. Numa espécie de balanço provisório, o jornalista brasileiro Ricardo Westin (2010) chegou a publicar o seguinte artigo intitulado «Governo ainda se perde na nova ortografia» no diário *Folha de São Paulo* de 11 de janeiro de 2010:

Os ministérios "apoiam" ou "apóiam" as atividades? Os quartéis vão abrir licitação para comprar "linguiça" ou "lingüiça"? Subiram as alíquotas de importação de rádios de "micro-ondas" ou "microondas"?

Um ano após o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrar em vigor no Brasil, o "Diário Oficial" da União - o jornal que publica todas as políticas, leis, contratos e editais do governo federal-- ainda se confunde com a grafia das palavras.

Ao folhear edições recentes do "Diário Oficial", a Folha constatou uma bagunça ortográfica. Palavras como as do primeiro parágrafo desta reportagem ora se grafam pela maneira antiga, ora se escrevem segundo a nova regra.

O Acordo Ortográfico está em vigência no país desde o dia 1º de janeiro de 2009. Certos acentos caíram, o trema foi praticamente extinto e o hífen ganhou novas regras.

Assim, diz o Acordo Ortográfico, ministérios "apoiam", quartéis compram "linguiça" e rádios são de "micro-ondas".

A Imprensa Nacional, órgão que publica o "Diário Oficial", diz que não pode fazer alterações porque o conteúdo é de responsabilidade da Presidência, dos ministérios e de outras entidades públicas. "*Quando vemos algo berrante, tentamos alterar. Mas não é nossa incumbência. Temos de manter o texto como nos foi encaminhado"*, explica um funcionário.

[266] Veja-se o título e o subtítulo do artigo publicado pela LUSA (2009) no jornal *Público*: «Jornais brasileiros adoptam a partir de hoje novas regras ortográficas: Os jornais 'Folha de São Paulo' e 'O Estado de São Paulo', dois dos principais diários brasileiros, adoptam a partir de hoje as novas regras da reforma ortográfica da língua portuguesa». Não temos dúvidas que a adoção por estes dois jornais importantes tenha exercido alguma influência sobre a aceitação geral das novas regras ortográficas.

Ao pé da letra, porém, o governo federal não está cometendo erros, porque há um período de adaptação. Até 2012, tanto a grafia nova como a antiga são aceitas.

De qualquer forma, o governo que redige leis com uma certa instabilidade ortográfica é o mesmo que não permite que as editoras enviem para as escolas públicas livros e dicionários com a grafia antiga.

Em 2008, o governo disse que recomendaria que os documentos oficiais fossem todos redigidos na nova maneira a partir do ano seguinte.

"É natural que alguns errinhos ainda passem. Ainda estamos no período de transição", afirma Godofredo de Oliveira Neto, presidente da Comissão de Língua Portuguesa do Ministério da Educação.

Para Oliveira Neto, os erros no "Diário Oficial" não passam de exceção. *"No Brasil, a adoção foi absolutamente avassaladora. Os jornais todos, de norte a sul, adotaram as novas regras. Não há nenhuma aula de gramática em que se ensinem as regras antigas. Foi uma coisa muito tranquila, sem trauma. Acho que nem precisávamos do prazo de adaptação."*

O objetivo do Acordo Ortográfico, firmado em 1990, é tornar praticamente nulas as diferenças de escrita existentes entre os países que têm o português como idioma oficial.

A 'bagunça ortográfica' constatada por Ricardo Westin não consegue surpreender. Na verdade, não deixa de ser natural que durante um período de transição (e provavelmente ainda para além deste período) se verifique a coocorrência das grafias antigas e moderna – sobretudo em publicações que editam textos oriundos das fontes mais diversas como acontece com o D.O.U. na sua função de publicação periódica para textos de natureza oficial. Mesmo que o otimismo de Oliveira Neto nos pareça ligeiramente exagerado quanto à extensão da adoção do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* no Brasil, pode-se, sim, constatar que a adoção no Brasil ocorreu sem incidentes de maior envergadura.[267]

3 A ENTRADA EM VIGOR EM PORTUGAL

O Aviso 255/2010 de 17 de setembro de 2010, cujo papel era a formalização da entrada em vigor do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* não só a nível mundial, mas também em Portugal, passou completamente desapercebido pela imprensa periódica portuguesa.[268] Na reunião do Conselho de Ministros do governo português de 9 de dezembro de 2010, o terceiro dos oito pontos da ordem do dia estabeleceu o seguinte sobre a entrada em vigor:

3. Resolução do Conselho de Ministros que Determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano letivo de 2011/2012 e, a partir de 1 de janeiro de 2012, ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do Diário da República (*Comunicado* 2010).[269]

Do texto algo resumido do Comunicado (2010) resultou a Resolução 8/2011, com a mesma data, que constitui um marco histórico na história do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, pois trata das medidas para pôr em prática a reforma ortográfica:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011

A língua portuguesa é um elemento essencial do património cultural português. A proteção, a valorização e o ensino da língua portuguesa, bem como a sua defesa e promoção da difusão

[267] Numa postura bastante otimista, Silva (2010: 143) relata sobre a entrada em vigor passado um ano após a entrada em vigor do novo regime ortográfico: «Como previsto, o Acordo Ortográfico entrou oficialmente em vigor em 1° de janeiro de 2009, sendo imediatamente adotado pelos principais jornais brasileiros. Segundo os responsáveis, os jornalistas aderiram facilmente às novas regras e a reação dos leitores foi positiva».

[268] Foi no dia 4 de outubro de 2010, em sequência do 14.º Colóquio da Lusofonia em Bragança, que enviámos um breve artigo intitulado «O *Acordo Ortográfico* de 1990 já está em vigor em Portugal» aos principais jornais e semanários portugueses. A notícia não chegou a ser aproveitada por nenhuma das publicações.

[269] Dado que a *Resolução* 8/2011 resulta do texto estabelecido no *Comunicado* (2010), aproveitando inclusive alguns dos parágrafos originais, prescindimos da reprodução integral daquele texto para reproduzir o texto mais recente conforme foi publicado no *Diário da República*.

internacional, são tarefas fundamentais do Estado, consagradas na Constituição. A prossecução destes objetivos é, igualmente, um desígnio do XVIII Governo Constitucional, materializado na adoção de uma política da língua, unificada e eficaz, como eixo fundamental do desenvolvimento cultural, económico e social dos Portugueses.

Ao Governo compete criar instrumentos e adotar medidas que assegurem a unidade da língua portuguesa e a sua universalização, nomeadamente através do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e da promoção da sua aplicação.

A presente resolução do Conselho de Ministros determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano letivo de 2011-2012 e, a partir de 1 de janeiro de 2012, ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do *Diário da República.*

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 1990, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, ambos de 23 de agosto, simplifica e sistematiza vários aspetos da ortografia e elimina algumas exceções ortográficas, garantindo uma maior harmonização ortográfica. O Acordo Ortográfico incide apenas sobre a ortografia, mantendo-se a pronúncia e o uso das palavras inalteráveis. Deve salientar-se que não se trata do primeiro acordo sobre a ortografia do português ou a primeira convenção ortográfica da língua portuguesa.

Esta resolução adopta, ainda, o Vocabulário Ortográfico do Português, produzido em conformidade com o Acordo Ortográfico, e o conversor Lince como ferramenta de conversão ortográfica de texto para a nova grafia, disponíveis e acessíveis de forma gratuita no sítio da Internet www.portaldalinguaportuguesa.org e nos sítios da Internet de todos os departamentos governamentais, ambos desenvolvidos pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) com financiamento público do Fundo da Língua Portuguesa. Ainda, para garantir que a aplicação do Acordo Ortográfico é efetuada de forma informada, tanto pelos portugueses em geral como pelas entidades referidas na resolução, prevê-se a realização de iniciativas de informação e de sensibilização e a divulgação de conteúdos de esclarecimento da aplicação do Acordo Ortográfico no sítio da Internet de cada departamento governamental.

O Acordo Ortográfico visa dois objetivos: reforçar o papel da língua portuguesa como língua de comunicação internacional e garantir uma maior harmonização ortográfica entre os oito países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em primeiro lugar, a aplicação do Acordo Ortográfico e a definição de uma base ortográfica comum aos oito países que partilham este património linguístico permitem reforçar o papel da língua portuguesa como língua de comunicação internacional. Trata-se de algo particularmente relevante na criação de oportunidades e na exploração do seu potencial económico, cujo valor é consensualmente reconhecido.

Este instrumento visa contribuir para a expansão e afirmação da língua através da consolidação do seu papel como meio de comunicação e difusão do conhecimento, como suporte de discurso científico, como expressão literária, cultural e artística e, ainda, para o estreitamento dos laços culturais. Deve referir-se que a cooperação no seio dos países de língua portuguesa tem assumido uma importância crescente, o que levou à criação, pelo Governo, do Fundo da Língua Portuguesa, destinado a promover a língua como fator de desenvolvimento e de combate à pobreza.

Em segundo lugar, a harmonização ortográfica nos países da CPLP é fundamental para que os cerca de 250 milhões de falantes, presentes em comunidades portuguesas no estrangeiro, nos países de língua oficial portuguesa ou, ainda, integrados no crescente número de pessoas que procuram a língua portuguesa por outras razões, possam comunicar utilizando uma grafia comum.

O Acordo do Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 52/2008, ambos de 29 de julho, determinou uma nova forma de entrada em vigor do Acordo Ortográfico com o depósito do terceiro instrumento de ratificação. Assim, e nos termos do Aviso n.º 255/2010, de 13 de setembro, publicado no *Diário da República,* 1.ª série, de 17 de Setembro de 2010, o Acordo Ortográfico já se encontra em vigor na ordem jurídica interna

desde 13 de Maio de 2009. Para salvaguardar uma adaptação e aplicação progressivas dos termos do Acordo Ortográfico, a referida resolução prevê, para determinadas entidades, um prazo transitório de seis anos para a implementação da nova grafia.

Considerando a existência de diversos recursos, em papel ou informáticos, já disponíveis em Portugal, destinados ao apoio à expressão escrita e à produção de texto em língua portuguesa em consonância com as novas regras expressas no Acordo Ortográfico, a utilização da nova grafia está a ser gradualmente introduzida nos hábitos quotidianos dos Portugueses. A adoção do Acordo Ortográfico pelos órgãos de comunicação social tem vindo a contribuir, numa base quotidiana e de forma progressiva e natural, para a familiarização da população com as novas regras ortográficas. A sua aplicação pelas diversas entidades públicas e a sua utilização nos manuais escolares serão determinantes para a generalização da sua utilização e, por consequência, para a sua adoção plena. A este propósito, cumpre esclarecer que, nos termos da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, os manuais escolares são adotados por períodos de seis anos, de acordo com um calendário já estabelecido e que importa manter em virtude do investimento feito pelas famílias e pelo Estado na sua aquisição ou comparticipação, adequando a este calendário a utilização progressiva do Acordo Ortográfico, visando que, até ao final do período transitório de seis anos, todos os manuais apliquem a grafia do Acordo Ortográfico. Ora, uma vez que se encontra a decorrer o período transitório, compete ao Governo garantir que os cidadãos disponham de instrumentos de acesso universal e gratuito para a aplicação do Acordo Ortográfico e definir atempadamente os procedimentos a adotar. Assim:

Nos termos da alínea *g*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Determinar que, a partir de 1 de Janeiro de 2012, o Governo e todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos poderes de direção, superintendência e tutela do Governo aplicam a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, ambos de 23 de Agosto, em todos os atos, decisões, normas, orientações, documentos, edições, publicações, bens culturais ou quaisquer textos e comunicações, sejam internos ou externos, independentemente do suporte, bem como a todos aqueles que venham a ser objeto de revisão, reedição, reimpressão ou qualquer outra forma de modificação.

2 — Determinar que, a partir de 1 de janeiro de 2012, a publicação do *Diário da República* se realiza conforme o Acordo Ortográfico.

3 — Determinar que o Acordo Ortográfico é aplicável ao sistema educativo no ano letivo de 2011-2012, bem como aos respetivos manuais escolares a adotar para esse ano letivo e seguintes, cabendo ao membro do Governo responsável pela área da educação definir um calendário e programa específicos de implementação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 — Manter a vigência dos manuais escolares já adotados até que sejam objeto de reimpressão ou cesse o respetivo período de adoção, previsto no artigo 4.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, e no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de julho.

5 — Determinar que cada departamento governamental deve desenvolver iniciativas de informação e de sensibilização e assegurar a divulgação de conteúdos no respetivo sítio da Internet, para esclarecimento da aplicação do Acordo Ortográfico.

6 — Para os efeitos dos números anteriores, adotar o Vocabulário Ortográfico do Português e o conversor ortográfico Lince, disponíveis no sítio da Internet www.portaldalinguaportuguesa.org e nos respetivos sítios da Internet dos departamentos governamentais.

7 — Determinar a criação de uma rede de pontos focais para acompanhamento da aplicação do Acordo Ortográfico composta por representantes nomeados pelos membros do Governo responsáveis pelas seguintes áreas:

a) Negócios estrangeiros;
b) Finanças;
c) Procedimento legislativo;
d) Educação;
e) Ensino superior;
f) Cultura;
g) Assuntos parlamentares.

Presidência do Conselho de Ministros, 9 de dezembro de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* (*Resolução* 8/2011: 488-489).

Após uma demorada introdução na matéria e nas questões relacionadas, a resolução do governo português estabelece que o *Acordo Ortográfico* deverá entrar em vigor em todas as repartições e entidades relacionados com a função pública. Ao explicitar de forma detalhada que a medida se deve aplicar a «*[...] todos os atos, decisões, normas, orientações, documentos, edições, publicações, bens culturais ou quaisquer textos e comunicações, sejam internos ou externos, independentemente do suporte, bem como a todos aqueles que venham a ser objeto de revisão, reedição, reimpressão ou qualquer outra forma de modificação»* (*Resolução* 8/2011: 489), o governo chega a obrigar os seus agentes a uma adoção da grafia reformada no sentido mais lato possível, não permitindo, para este efeito, qualquer prazo de transição. De forma coerente, fica estabelecido que o próprio *Diário da República* como órgão oficial do governo, venha a realizar a reforma ortográfica na mesma data. Também no sistema educativo, o novo regime ortográfico passa ser obrigatório no próximo ano letivo de 2011/2012, ou seja, a partir de setembro de 2011. Dado que, para além deste prazo, vai continuar a haver manuais do ensino público que se encontram redigidos na norma ortográfica anterior e que não poderão ser substituídos por estarem ainda em vigor, é possível que venha a haver crispações durante o período de transição. Apesar disso, a experiência histórica com reformas anteriores leva a crer que a implementação não possa deixar de ter o êxito desejado pelo governo, uma vez que não tardará que os manuais redigidos na norma ortográfica anterior venham a ser substituídos por livros na grafia reformada.

Não sabemos até que medida a imposição aos departamentos governamentais relativa à organização de ações de formação terá tido efeito até agora. Cremos que uma das primeiras sessões de esclarecimento a nível nacional que derivou da *Resolução* 8/2011 deverá ter tido lugar no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da UTAD, no dia 2 de fevereiro de 2011, quando o Professor Gonçalo Fernandes, o Diretor do Departamento e um dos principais especialistas da casa na matéria, expôs e discutiu as principais alterações ao sistema ortográfico perante um público de cerca de cem pessoas na assistência (cf. Gonçalves / Loureiro 2011; UTAD 2011).[270] Perante a falta de um vocabulário da Academia das Ciências de Lisboa a quem normalmente competia a elaboração de uma obra desta natureza, a resolução atribui o valor de vocabulário oficial ao *Vocabulário Ortográfico do Português* do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) que se encontra no referido site www.portaldalinguaportuguesa.org.[271] Anteriormente à publicação da *Resolução* 8/2011, outro passo decisivo já fora dado em 15 de dezembro de 2010, quando o Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, apresentou ao parlamento o Projeto de Deliberação n.º 8/XI que, depois de votado nesse dia, chegou a ser publicado na forma da Deliberação n.º 3-PL/2010, em 22 de dezembro de 2010. Como se pode verificar adiante, a medida proposta encontra-se em coerência com a referida resolução do Conselho de Ministros:

DELIBERAÇÃO N.º 3-PL/2010

IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Considerando que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República (RAR) n.º 26/91, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, ambos de 23 de agosto de 1991;

Considerando que o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, de 16 de maio de 2008, publicada no Diário da República de 29 de julho de 2008 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 52/2008, de 21 de Julho de 2008, publicado no Diário da República de 29 de Julho de 2008;

Considerando que, de acordo com a referida Resolução da Assembleia da República, as disposições do Acordo Ortográfico devem

[270] Para além desta sessão 'inaugural', as professoras linguistas vila-realenses Felicidade Morais e Marlene Loureiro estão a oferecer cursos de formações abertos não só à comunidade universitária, mas a toda a sociedade civil. Para a mesma dirigiu-se a entrevista concedida pelo Prof. Gonçalo Fernandes à estação radiofónica M80 (Vila Real) no dia 24 de fevereiro de 2011.

[271] Mesmo que tenha derivado do mesmo projeto para a elaboração de um vocabulário ortográfico, a obra de Jansen (2008) não corresponde ao *Vocabulário ortográfico* de que se pode fazer consulta online, uma vez que somente se contemplam as formas sujeitas a alterações pela medida metaortografica (cf. Jansen 2008: 9).

ser aplicadas em Portugal num prazo limite de 6 anos após o depósito do instrumento de ratificação do Segundo Protocolo Modificativo;

Considerando que, em 17 de setembro de 2010, foi publicado, em Diário da República, o Aviso n.º 255/2010, do Ministérios dos Negócios Estrangeiros, dando conta do depósito do instrumento de ratificação por Portugal em 13 de maio de 2009;

Considerando que aquele depósito passou a ser juridicamente relevante com a publicação do respetivo Aviso de ratificação no Diário da República, como decorre das disposições conjugadas do artigo 119 n.º 1 alínea b) da Constituição da República Portuguesa e do artigo 3.º n.º 2 alínea b) da Lei n.º 74/98, de 24 de agosto (*Lei formulário*); 2

Considerando que, nos referidos termos, a Assembleia da República está vinculada a aplicar o Acordo Ortográfico até 13 de maio de 2015, data limite que resulta do artigo 2.º n.º 2 da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008;

Considerando ser necessário assegurar uma redação uniforme dos atos publicados em Diário da República;

A Assembleia da República delibera o seguinte:

1- A partir de 1 de janeiro de 2012 a Assembleia da República passará a aplicar a ortografia constante do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em todos os seus atos legislativos e não legislativos, bem como nas suas publicações oficiais e instrumentos de comunicação com o exterior (*Diário da Assembleia da República* – 1.ª e 2.ª Séries –, Canal Parlamento, edições e portal da Internet).

2- O vocabulário da língua portuguesa a adotar pela Assembleia da República é o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP) disponível no portal de língua portuguesa, (http:// www.portaldalinguaportuguesa.org) desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) e subsidiado pelo Fundo da Língua Portuguesa.

3- Os documentos apresentados na grafia anterior ao Acordo, durante o período da moratória, serão transformados na nova grafia através da utilização de uma aplicação informática multiplataforma, específica para a conversão de texto, o Lince, desenvolvido pelo ILTEC no âmbito do contrato celebrado com o Fundo da Língua Portuguesa, com base no Vocabulário Ortográfico do Português, e disponibilizado gratuitamente.

4- A fim de possibilitar a elaboração de documentos de acordo com a nova grafia, os postos de trabalho da Assembleia da República serão equipados com um corretor ortográfico e um dicionário que reflitam as alterações na língua portuguesa decorrentes do Acordo Ortográfico. Estes instrumentos serão integrados com as ferramentas de produtividade utilizadas na Assembleia da República. 3

5- Será preparado pelos serviços um *tutorial*, a disponibilizar na intranet da Assembleia da República, explicando as alterações linguísticas que irão ocorrer quando for adotado o novo acordo.

6- Tendo presente que a conversão de texto para a nova grafia implica que esse texto, com vocabulário anterior ao Acordo, exista em formato digital, determina-se a circulação unicamente eletrónica das perguntas e requerimentos (com exceção das respostas aos que são dirigidos à Administração Local) a partir de 1 de junho de 2011, visto que a desmaterialização deve ser prévia à aplicação do Acordo Ortográfico.

7- No que respeita à informação constante do portal da Internet da Assembleia da República, a nova grafia do Acordo apenas será adotada obrigatoriamente quanto à informação dinâmica a adicionar a partir de 1 de janeiro de 2012, quer se trate de informação inserida diretamente, quer por remissão das bases de dados internas, tendo em conta o volume de informação e os custos associados.

Palácio de São Bento, 15 de dezembro de 2010.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,

(Jaime Gama) (*Deliberação* 3-PL/2010).

Não deixa de ser relevante o facto de esta proposta de Jaime Gama ter sido aprovada com o voto favorável de todo o parlamento, o que leva a agência LUSA a constatar o seguinte no subtítulo do artigo que noticia o acontecimento: «A partir de **1 de janeiro de 2012**, o **novo Acordo Ortográfico** será aplicado na **Assembleia da República**. Esta decisão foi hoje tomada no **Parlamento**, de **forma unânime**» (LUSA 2010b; negritos no original). No atinente à imprensa portuguesa, deve-se constatar que a adoção continua algo fragmentária. O primeiro jornal português a ter adotado a ortografia do acordo consta ter sido o

jornal desportivo *Record* (pertencente ao grupo Cofina Media).[272] Um ano depois, a agência de notícias LUSA aderiu ao *Acordo Ortográfico* em janeiro de 2010 (LUSA 2010a). Tendo o grupo Impresa em geral adotado a grafia reformada desde 8 de junho de 2010,[273] o semanário *Expresso* declarou a adesão no artigo intitulado «Expresso poupa letras e adota acordo ortográfico: Atualizámos a grafia, Mãe já teve i, açúcar já foi com dois ss e sozinho levava acento. Agora atuamos sem c mas admitimos exceções em alguns cronistas, Tentaremos ser ótimos», tendo passado a adotar a ortografia reformada a partir da edição de 26 de junho de 2010 (*Expresso* 2010). Já o *Correio da Manhã* (que igualmente pertence ao grupo Cofina Media) que anunciou vir publicando uma consulta ortográfica para os editores desde 19 de março de 2009 (cf. Ribeiro 2009) ainda não chegou a adotar a nova grafia. No que respeita aos outros jornais de grande divulgação como o *Público* (grupo Sonae) e *Diário de Notícias* / *Jornal de Notícias* (grupo Controlinveste) bem como o semanário *Sol* e o desportivo *Bola,* deve-se constatar que ainda não procederam à adoção da ortografia reformada.[274] Perante os exemplos no mundo dos *média* portugueses, também a associação do consumidor DECO PROTESTE passou a adotar a grafia reformada em todas as publicações, justificando a medida não somente com a aplicação da reforma noutras publicações e no ensino, mas também com a economia que a simplificação ortográfica traz consigo:

Em 2011, a DECO PROTESTE vai dar mais um exemplo do que melhor sabe fazer: ensinar a poupar. Não só com dicas sobre os produtos mais baratos ou os investimentos mais rentáveis, mas também nas palavras. A partir de janeiro, adotamos o novo acordo ortográfico em todas as publicações e suportes. Revistas, guias, portal e comunicações atualizam a grafia e perdem algumas consoantes mudas, hífenes e acentos. Poupamos nas letras para melhor servirmos o consumidor português. Poderíamos fazê-lo só em 2015, quando o acordo passa a ter força de lei. Mas com o alargamento da nova grafia a vários jornais e revistas, e ao ensino já a partir do próximo ano, queremos ser muito mais do que espetadores da mudança. Uma organização como a DECO PROTESTE promove a linguagem simples e próxima do leitor, mas sobretudo o respeita pela língua portuguesa. É através desta que, todos os meses, comunica com 400 mil associados e passa a mensagem a milhões de consumidores. Se o objetivo é uniformizar um idioma usado por 250 milhões de falantes no mundo, este é o momento certo para passar à ação. Começamos nesta página. Deixámos cair o "C" no Discurso Direto, mas mantivemos o tom acutilante e incisivo que carateriza a rubrica e todos os conteúdos da revista. Mesmo sem cês e pês mudos, elevamos a voz do consumidor (Moreira 2011: 3). Com a sua mensagem aos leitores, o diretor da DECO PROTESTE não se limita a informar sobre o facto da adoção das normas ortográficas do *Acordo Ortográfico*, mas também logra transmitir a imagem de que esta adoção é mais um serviço da associação em benefício dos sócios e leitores das revistas da associação. Parece-nos, para além disso, evidente que pelo menos algumas palavras dentro do texto terão sido escolhidas para visualizar as alterações que o novo regime ortográfico traz consigo (*adotamos, atualizam, espetadores, objetivo, ação, Direto*).

3 A ADOÇÃO NOS OUTROS PAÍSES LUSÓFONOS

No seu artigo intitulado «Uma avaliação do primeiro ano de implantação do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», o linguista brasileiro José Pereira da Silva faz uma síntese da situação atual da adoção. Parece, portanto, que o único país a ter efetivamente adotado a ortografia reformada terá sido Cabo Verde desde o segundo semestre de 2009 (Silva 2010: 137), encontrando-se os restantes

[272] Veja-se a notícia correspondente em *JN* (2009): «Decidimos que a partir de um de janeiro iríamos adotar o novo acordo, para nos habituarmos às novas regras e habituarmos também o leitor", disse à Lusa o diretor-adjunto da publicação». Cf. também as palavras em remate da sua notícia sobre a adoção do novo regime ortográfico pelo grupo Impresa de Machado (2010): «Para além da agência Lusa, que aderiu ao novo acordo ortográfico em finais de janeiro, o diário desportivo Record era o único meio de imprensa com dimensão nacional que já aplicava as novas regras».

[273] Veja-se Machado (2010). O grupo Impresa inclui as publicações *Expresso, Visão, Exame* e a Rádio Renascença.

[274] No fim do seu artigo no *Publico* sobre a adoção por parte do grupo Impresa, Machado (2010) constata de forma algo lacónica: «O PÚBLICO decidiu não adoptar para já».

países aderentes em fases diferentes da ratificação do acordo e dos protocolos modificativos.[275]

4 A MODO DE DIGRESSÃO: AINDA DOM QUIXOTE E OS MOINHOS, OU A OPOSIÇÃO PORTUGUESA CONTRA O *ACORDO ORTOGRÁFICO* EM PORTUGAL

Como é sabido, o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990 nem sequer chegou perto de despertar tanta oposição do que aconteceu com a tentativa do acordo de 1986. Quando, porém, surgiram sinais de uma entrada em vigor do acordo, a resistência foi-se formando de novo. Desta vez, porém, as opiniões contrárias à reforma foram divulgadas sobretudo na Internet mas também nos média portugueses, [276] contando entre os seus principais representantes o linguista lisboeta António Emiliano e o escritor Vasco Graça Moura. Para além disso, ambos chegaram a publicar livros sobre o assunto. Parece, no entanto, que ambos os autores terão aproveitado da grande insegurança na sociedade portuguesa para produzir lucros com a publicação de livros polémicos de grande divulgação. Do ponto de vista científico, obras com títulos como *Foi você que pediu um Acordo Ortográfico?* (Emiliano 2008a), *O fim da ortografia* (Emiliano 2008b), *Apologia do desacordo ortográfico* (Emiliano 2010) como ainda *Acordo Ortográfico: A perspetiva do desastre* (Moura 2008) não nos parecem que podem ser levadas a sério como contributos fidedignos e isentos de pessoas que alegam ter usufruído de uma formação académica séria. A perspetiva do cientista que pelo menos se aplica ao linguista da Universidade Nova de Lisboa (Emiliano) e que em princípio exigiria dele um mínimo de isenção científica, não admite, a nosso ver, a participação (nem muito menos a liderança espiritual) num *mob* de linchamento que é governado pela ignorância popularucha como é tipificado pelo movimento «Não queremos o Acordo Ortográfico!» da rede social *Facebook*. Verifica-se que os opositores do *Acordo Ortográfico*, em vez de validarem as suas convenções com argumentos científicos, o fazem predominantemente com apelos emocionais que acabam por desqualificar tais contribuições como pseudocientíficas e pseudossérias. Devido ao facto de o sistema da ortografia simplificada ter resultado dos trabalhos científicos e histórico-comparatistas (fonéticos, dialetológicos e metaortográficos) de Gonçalves Viana e da comissão de reforma de 1911, uma ocupação séria deveria considerar, no mínimo, a evolução histórica da ortografia luso-brasileira durante o século XX, tomando, de preferência, em consideração as épocas mais remotas.

5 CONCLUSÃO

Se no nosso artigo publicado no âmbito do 14.º Colóquio da Lusofonia pudemos informar que o *Acordo Ortográfico da língua Portuguesa* finalmente entrou em vigor devido ao *Aviso* 255/2010, prometendo assim um final feliz para a contenda ortográfica luso-brasileira que durou quase um século, a panorâmica que se oferece hoje é ainda mais prometedora. Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2009, a aplicação do novo regime ortográfico é uma realidade no Brasil, não constando que a medida tenha sido seriamente contestada. Em Portugal, foi através da *Resolução* 8/2011 de 9 de dezembro de 2010 do Governo de Portugal e da *Deliberação* 3-PL/2010 da Assembleia da República que foi ordenada a entrada em vigor para o dia 1 de janeiro de 2012. Com estas duas medidas, os principais órgãos da República Portuguesa manifestaram a sua vontade de aderir ao regime do *Acordo Ortográfico*. Para além disso, a aprovação unânime dentro da Assembleia da República manifesta que todos os partidos se declararam a favor da aplicação da reforma, não cabendo, por isso, dúvida que o sonho quixotesco dos opositores do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* não conseguiu convencer ninguém – a não ser as camadas populares menos bem informadas que

[275] Neste contexto é de grande interesse a informação do artigo no *Público* de 10 de fevereiro de 2011 com o título «Com periodicidade mensal: Jornal galego *Novas da Galiza* aplica novo acordo ortográfico da língua portuguesa». Mesmo que se trate de um jornal assumidamente reintegracionista esta medida não deixa de ser significativa para o contínuo linguístico galego-português.

[276] Devido à informação fornecida por Lusa (2008), é inegável que tenha havido um manifesto-petição contra o *Acordo Ortográfico* que em 5 de maio de 2008 terá reunido mais de 4000 assinaturas. Na internet correm vários números relacionados com esta iniciativa, os quais parecem difíceis de verificar. Por se tratar de uma tentativa fracassada á qual hoje somente pode ser atribuído mero valor histórico, prescindimos a investigação mais pormenorizada do assunto.

são alvo fácil para slogans publicitários negativos. A querela ortográfica luso-brasileira terminou com as medidas portuguesas destinadas a estabelecer a data de entrada em vigor. Em benefício da própria língua portuguesa, convinha agora que todos aqueles, que se julgam superiores aos demais falantes da língua portuguesa, viessem a aceitar a realidade e que admitissem a todo o mundo lusófono (quer dizer todas as pessoas que usam o português como língua materna ou estrangeira) o direito de participar de uma ortografia simplificada e unificada luso-(afro-)brasileira!

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABL (2009) = Academia Brasileira de Letras ([5]2009): *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

Emiliano, António (2008a): *Foi você que pediu um Acordo Ortográfico?* Nota introdutória de Vasco Graça Moura. Lisboa: Guimarães Editores.

Emiliano, António (2008b): *O fim da ortografia: Comentário razoado dos fundamentos técnicos do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).* Lisboa: Guimarães Editores.

Emiliano, António (2010): *Apologia do desacordo ortográfico: Textos de Intervenção em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico de 1990.* Lisboa: Verbo; Babel.

Fernandes, Gonçalo; Loureiro, Marlene (2011): «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». Apresentação PowerPoint, feita na sessão de esclarecimento no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 2 de fevereiro de 2011.

Jansen, Maarten (Org.) ([1]2008): *ortografia em mudança: Vocabulário, as palavras que mudam com o* Acordo Ortográfico, Lisboa: ILTEC; Editorial Caminho.

Kemmler, Rolf (2001): «Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911». In *Lusorama* 47-48, 128-319.

Kemmler, Rolf (2009): "Para a história da ortografia simplificada". In Maurício Silva (Org.): *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações,* São Paulo: Editora Contexto, 53-94.

Kemmler, Rolf (2010): "O Papel do Segundo Protocolo ao Acordo Ortográfico de 1990 na história da ortografia simplificada". In Chrystello, J[osé] Chrys (ed.) (2010): *Atas/Anais do 14.º Colóquio da Lusofonia, Bragança, Portugal: 27 setembro – 2 outubro 2010,* CD-ROM (ISBN 978-989-95891-5-5), ficheiro CDlusofonia2010\atas finais.pdf, 261-282.

Moreira, Pedro (2011): «DISCURSO DIREcTO: A DECO PROTESTE arranca 2011 com o novo acordo ortográfico em todas as publicações e conteúdos, atualizamos a grafia, mas mantemos a objetividade que nos carateriza, Consumidor em voz alta sem cês e pês mudos». In *Dinheiro & Direitos* 103 (janeiro - fevereiro 2011), 3.

Moura, Vasco Graça (2008): *Acordo Ortográfico: A perspectiva do desastre.* Lisboa: Aletheia Editores.

Thielemann, Werner (1997): «Acordo ortográfico - Zauberformel oder endlose Querele?». In Briesemeister, Dietrich / Schönberger, Axel (Hrsg.) (1997): *Portugal heute: Politik - Wirtschaft - Kultur*, Frankfurt am Main: Vervuert (Bibliotheca Ibero-Americana; Bd. 64), 429-460.

6.1 ARTIGOS EM REVISTAS, JORNAIS E NA INTERNET

Brito, Diana (2009): «Academia Brasileira de Letras lança no Rio o novo vocabulário oficial após reforma ortográfica». In *Folha Online* (19 de março de 2009). In http:// www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u537599.shtml (última consulta: 1 de março de 2011).

Expresso (2010): «Expresso poupa letras e adota acordo ortográfico: Atualizámos a grafia, Mãe já teve i, açúcar já foi com dois ss e sozinho levava acento, Agora atuamos sem c mas admitimos exceções em alguns cronistas, Tentaremos ser ótimos». In *Expresso* (25 de junho de 2010). In http://aeiou.expresso.pt/expresso-poupa-letras-e-adota-acordo-ortografico=f590263 (última consulta: 1 de março de 2011).

JN (2009): «Média: Jornal Record já aplica novo acordo ortográfico». In *Jornal de Notícias* (12 de janeiro de 2009). In http://www.jn.pt/PaginaInicial/Media/Interior.aspx?content_id=1070762&page=-1 (última consulta: 1 de março de 2011).

LUSA (2008): «Documento vai ser entregue ao poder político: Manifesto-petição contra o acordo ortográfico reúne mais de 4000 assinaturas». In *Público* (5 de maio de 2008). In http:// www.publico.pt/Cultura/manifestopeticao-contra-o-acordo-ortografico-reune-mais-de-4000-assinaturas_1327770 (última consulta: 1 de março de 2011).

LUSA (2009): «Jornais brasileiros adotam a partir de hoje novas regras ortográficas: Os jornais "Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo", dois dos principais diários brasileiros, adotam a partir de hoje as novas regras da reforma ortográfica da língua portuguesa». In *Público* (1 de janeiro de 2009). In http:// www.publico.pt/Cultura/jornais-brasileiros-adoptam-a-partir-de-hoje-novas-regras-ortograficas_1354669 (última consulta: 1 de março de 2011).

LUSA (2010a): «Agência Lusa adopta Acordo Ortográfico a partir de 30 de janeiro: A decisão de adotar a partir de amanhã o Acordo Ortográfico foi tomada pela administração da Lusa para reforçar a 'vocação global' da agência nos oito países de língua oficial portuguesa, em Macau e junto das comunidades espalhadas pelo mundo. (Nota da Direção do Expresso no final do texto)». In *Expresso* (29 de janeiro de 2010). In http:// aeiou.expresso.pt/gen.pl?fokey=ex.stories/560811&p=stories&op=view&uop=userlogin (última consulta: 1 de março de 2011).

LUSA (2010b): «Parlamento aplica novo Acordo Ortográfico em 2012: A partir de 1 de janeiro de 2012, o novo Acordo Ortográfico será aplicado na Assembleia da República. Esta decisão foi hoje tomada no Parlamento, de forma unânime». In *Expresso* (15 de dezembro de 2010). In http:// aeiou.expresso.pt/parlamento-aplica-novo-acordo-ortografico-em-2012=f621355 (última consulta: 1 de março de 2011).

Machado, Ana (2010): «*Actual* do *Expresso* passará a *Atual:* Impresa adopta novo acordo ortográfico já esta semana». In *Público* (7 de junho de 2010). In http:// ww2.publico.pt/Media/impresa-adopta-novo-acordo-ortografico-ja-esta-semana_1440951 (última consulta: 1 de março de 2011).

Peixoto, Isabel (2009): «Falta consenso entre linguistas: Acordo ortográfico entra hoje em vigor no Brasil, mas não há entendimento quanto ao vocabulário comum». In *Jornal de Notícias* (1 de janeiro de 2009), 35.

Público (2011): «Com periodicidade mensal: Jornal galego *Novas da Galiza* aplica novo acordo ortográfico da língua portuguesa». In *Público* (10 de fevereiro de 2011). In http:// www.publico.pt/Media/jornal-galego-novas-da-galiza-aplica-novo-acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa_1479552 (última consulta: 1 de março de 2011).

Ribeiro, Octávio (2009): «Editorial: Acordo, sim, com o Leitor». In *Diário da Manhã* (19 de março de 2009). In http:// www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/opiniao/octavio-ribeiro/acordo-sim-com-o-leitor (última consulta: 1 de março de 2011).

Silva, José Pereira da (2010): «Uma avaliação do primeiro ano de implantação do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». In *Soletras* 19 (janeiro - junho de 2010) ISSN 1519-7778, 136-148. In http:// www.filologia.org.br/soletras/19/12.pdf (última consulta: 1 de março de 2011).

UTAD (2011): «UTAD realiza sessão de esclarecimento sobre Acordo Ortográfico aberta à Comunidade». In http://www.utad.pt/salaimprensa/salaimprensa/index.aspx?id=478 (última consulta: 1 de março de 2011).

Westin, Ricardo (2010): «Governo ainda se perde na nova ortografia». In *Folha de São Paulo* (11 de janeiro de 2010). In http:// www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u677420.shtml (última consulta: 1 de março de 2011).

6.2 TEXTOS LEGAIS

1.º Protocolo (2000) = «Decreto do Presidente da República n.º 1/2000». In *Diário da República: 1.ª Série* 23 (28 de janeiro de 2000), 368.

2.º Protocolo (2008) = «Decreto do Presidente da República n.º 52/2008». In *Diário da República: 1.ª Série* 145 (29 de julho de 2008), 4784, 4802-4803.

Aviso 255/2010 = «Aviso n.º 255/2010». In *Diário da República: 1.ª Série* 182 (17 de setembro de 2010), 4116.

Comunicado (2010) = «Comunicado do Conselho de Ministros de 9 de dezembro de 2010». In *Governo de Portugal: Conselho de Ministros*.

In http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Governo/ConselhoMinistros/ComunicadosCM/Pages/20101209.aspx (última consulta: 1 de março de 2011).

Decreto Legislativo 54/1995 = «Decreto Legislativo n.º 54, 1995». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 76 (20 de abril de 1995), 1.

Decreto 6.583/2008 = «Decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008: Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 189 (30 de setembro de 2008), 1-9.

Decreto 6.584/2008 = «Decreto n.º 6.584, de 29 de setembro de 2008: Promulga o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Praia, em 17 de julho de 1998». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 189 (30 de setembro de 2008), 9.

Decreto 6.585/2008 = «Decreto n.º 6.585, de 29 de setembro de 2008: Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em São Tomé, em 25 de julho de 2004». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 189 (30 de setembro de 2008), 9.

Decreto 6.586/2008 = «Decreto n.º 6.586, de 29 de setembro de 2008: Dispõe sobre a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 189 (30 de setembro de 2008), 9.

Deliberação 3-PL/2010 = «Deliberação N.º 3-PL/2010: implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa na Assembleia da República». In *Diário da República: II Série A* 55 (22 de dezembro de 2010), 2-3.

Resolução 8/2011 = «Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011». In *Diário da República: 1.ª Série* 17 (25 de janeiro de 2011), 488-489.

Resolução FNDE 17/2008a = «Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008: Autoriza a adequação dos livros escolares de ensino fundamental e médio às mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 87 (8 de maio de 2008), 11.

Resolução FNDE 17/2008b = «Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008: Autoriza a adequação dos livros escolares de ensino fundamental e médio às mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 90 (13 de maio de 2008), 20.

35. SUSANA MARIA LOUREIRO DA SILVA MATOS ANTUNES EB 2,3 MAIA, S. MIGUEL, E
36. PAULO CUSTÓDIO PIRES ANTUNES, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

TEMA 3.5 NEMÉSIO E O SER AÇORIANO SUSANA ANTUNES ESCOLA BÁSICA 2, 3 DA MAIA E PAULO ANTUNES UNIVERSIDADE DOS AÇORES

«Sou ao mesmo tempo e, acima de tudo, português açoriano europeu, americano brasileiro e, por tudo isto, românico hispânico e ocidental e gostava de ser homem de todo o mundo.», assim se definia Vitorino Nemésio, num dos momentos mais significativos da sua vida, ao receber o Prémio Montaigne, atribuído pelo seu contributo para o património cultural da Europa e a defesa da universalidade da literatura.

Representando a ilha um universo de experiência, o eixo do mundo, Nemésio define o ilhéu como uma rocha, rodeado por mar, aconchegando na concha, a sua casa. Em Vitorino Nemésio a Geografia predomina sobre a História e o conceito de açorianidade surge em

1932: " (…) *A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é debalde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar. Uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma e os atos de todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e procura uma fórmula quase religiosa de convívio com quem não teve a fortuna de nascer, como o logos, na água (...)"*, testemunhando uma idiossincrasia muito própria resultante de *(...) "uma forte variedade da nação portuguesa, criada em meio milénio no isolamento norte-atlântico.»*

Mesmo fora da ilha, Nemésio continua a vê-la e a senti-la. Ele próprio, no seu modo de ser e de agir e através da componente da sua obra literária, constitui o exemplo do homem universal, do açoriano no mundo sempre disposto a participar no encontro de civilizações, de culturas. A singularidade do ser açoriano nomeado na obra de Vitorino Nemésio assume no conto «O Arquipélago dos picapaus» a condensação da experiência da solidão insular de um emigrante, John Derosa, que regressa à sua ilha. Não é o torna-viagem que regressa para se exibir (ou para se esconder do fracasso!), mas sim o ilhéu que vive no limbo entre o passado e a saudade da ilha a que regressa.

> *"Vou falar-lhes dum Reino Maravilhoso. Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade, e o coração, depois, não hesite. Ora, o que pretendo mostrar, meu e de todos os que queiram merecê-lo, não só existe, como é dos mais belos que se possam imaginar."*[277]

O REGRESSO À ILHA: ONDE A TERRA SE DESPE E O TEMPO SE DEITA

Marcado pela particularidade de ser ilhéu e pelo fascínio que sobre ele exerceu a distância, elemento basilar do seu «mito pessoal»,[278] Vitorino Nemésio entendeu a realidade açoriana como sendo uma existência dividida entre a renúncia ao seu ambiente de origem - traduzida pelo desejo de aventura -e a vida rotineira da ilha, isto é, entre o partir e o ficar. É desta constante interação de elementos tão divergentes que se sustenta a entidade do açoriano, onde «*os elementos [que a compõem] não são a terra, a água, o fogo e o ar,* mas as *nuvens*, a *lava*, e o *mormaço*...»[279]. Movido por uma constante inquietação plasmada na sua alma de ilhéu, Nemésio é marcado pelas diferentes *viagens* (míticas e reais, espirituais e terrenas) que empreende e pelo que elas encerram em si, constituindo uma marca indelével da sua ficção. Com elas, tenta recuperar um mundo arquétipo[280], mas perdido. Um mundo só encontrado na sua palavra - um mundo que se resume à sua Ilha mitificada, à sua *Ilha perdida* que se encontra em oceano nenhum. Pelo fascínio que sobre ele exerceu a distância, pela sua condição de *homo uiator*, Vitorino Nemésio, insaciável observador do mundo que transportou sempre consigo, confere, ao longo da sua obra, grande importância à emigração terceirense, quer para o Brasil, quer para a América - os então considerados *novos mundos*. Aqueles que partiam iam construindo, ao longo do seu percurso repleto de aventuras e desventuras, a *Ilha sonhada*, mitificada e perpetuada, à distância, pela Memória. Esta visão de *fora para dentro*, as aventuras vividas e imaginadas são-nos transmitidas pelos torna-viagem: os que regressam ao ponto de partida. Mas nem sempre o regresso dos que partem é um momento de felicidade pela revisitação efetuada. A distância que o tempo opera e o encontro muitas vezes adiado ampliam a dimensão onírica *daquele mundo* que ficou para atrás. E depois, quando se regressa «*Começamos a ser estrangeiros onde nascemos, [porque tudo] se [parece] com a ausente*!»[281] A *chegada* significa o reencontro, a busca

[277] Miguel Torga, «Um Reino Maravilhoso: Trás-os-Montes», in *Boletim Cultural*, VI série, nº10, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, maio de 1988.
[278] cf. José Martins Garcia, *Para uma Literatura Açoriana*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987, p. 89.
[279] António Manuel Bettencourt Machado Pires, *Vitorino Nemésio Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória, Edição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1998, p. 30.
[280] Como afirma Lúcia Cehin, «As estruturas arquetípicas são como que molas propulsoras, fatores dinâmicos que se manifestam por meio de impulsos, podendo agir sobre a mente como forças criadoras.», in *A imagem poética de Vitorino Nemésio*, col. «Antília», Angra do Heroísmo, SREC, 1983, p. 37.
[281] Vitorino Nemésio, «Encontro de Angra», in *Corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983, pp. 139-141.

de um passado que é do próprio, aquilo que mitificou à distância e que por isso mesmo é difícil de encontrar. Como afirma José Martins Garcia, «... *a Ilha que se abandona nunca é a mesma Ilha a que se regressa [...] A imagem da Ilha que o açoriano transporta consigo através do mundo [resulta] dum processo do imaginário a que nenhum regresso poderá conferir a coincidência com o real*.» [282] - sentimento que experimentamos quando regressamos à Ilha ou à Terra-*Mater* - o que se procura já é uma Ilha - Terra-*Mater* perdida na Memória e consumida pela distância no tempo: « [...] *esteja o açoriano onde estiver, e há muito tempo que seja, não repudia a sua origem. Dividido talvez, desarreigado nunca. [...] os luso-americanos [...] sonham [com] formas de vida coletiva, pouco realistas às vezes, para uns Açores distanciados, que já nem bem são os seus*.»[283]

Mas será que a viagem não se deve realizar para não corrermos o risco de sentirmos essa perda irreparável? Ou mesmo assim devemos embarcar? Sintetizando as contradições próprias quer do que embarca porque sofre com a partida, quer do que fica porque sofre por ter ficado encalhado numa vilória qualquer, quer ainda daquele que, uma vez regressado, sofre com a saudade dos mares antes navegados e das terras calcorreadas com sabor a aventura, o açoriano vive na inquietação de quem tem a Ilha como berço e, simultaneamente, como túmulo. Mesmo partindo, o percurso efetuado tende a repor a sua circularidade através da figura do torna-viagem - aquele que, retornado à sua Ilha, vive de memórias e *«... assume a dimensão fantástica com que sonham os habitantes da ilha.*»[284] Relatos vividos, fantásticos e lendários atiçam o desejo dos que ficaram com a vontade de ir mais além e amenizam as saudades dos que regressaram daquelas terras bafejadas por ventos misteriosos de outros mares «...*soprado [s] dos seios do Pacífico*...»[285].

Constituindo uma emanação da insularidade à distância, *O Mistério do Paço do Milhafre*[286] é uma tela gigantesca onde se inscreve o sentir e o pulsar das gentes da Terceira. Nos quinze contos que o compõem, a par de uma esmagadora bagagem cultural, deparamo-nos com toda a autenticidade, com um forte poder imaginativo, um testemunho de experiências pessoais e confidências de amigos, quase sempre numa perspetiva de indagação do homem e do seu comportamento na sociedade. Qualquer que seja a perspetiva, ela reflete sempre a ansiedade do espírito e a sensibilidade nemesianas, em permanente mobilização com todos os domínios do conhecimento e com um humanismo aberto à esperança. Tudo filtrando pelo cendal íntimo, Vitorino Nemésio invoca o universo insular por razões afetivas e reconfortantes, deixando emergir esse sentimento de ilhéu sublimado pela distância. Tratando-se de um universo ficcional radicado na insularidade, ele atinge uma dimensão universal porque transpõe o limite delineado pelo próprio contorno da Ilha e pelo que ele simboliza. Configurando-lhe a visão que tem das coisas do mundo, a Ilha, mesmo ao longe, exerce sobre Vitorino Nemésio uma inquietude enquanto ilhéu, estendendo-se até à inquietude do ser humano, o qual tem sempre uma *Ilha ao longe* que quer recuperar.

Nascido da saudade das terras e das suas gentes, *O Mistério do Paço do Milhafre* reconstitui as aventuras e desventuras dos que partiram para *outros mundos*, por diferentes motivos, e que depois regressaram, tentando recuperar o retorno à infância de ouro, à adolescência, à *Ilha perdida*, à ilha que está na origem de Nemésio enquanto homem atormentado pela contradição partir - ficar - contradição que radica no mais profundo da idiossincrasia açoriana - e enquanto ficcionista. Fazendo coexistir observação, memória e imaginação, Nemésio estabelece uma relação mágica entre o presente e as histórias de outros tempos que ficaram cristalizadas na sua lembrança. Com esta cristalização do empírico levada a cabo pela distância, Nemésio, como um alquimista, permite que a realidade se deixe resvalar para o lado do sonho, da fantasia, do irreal e parta em busca do inatingível. Enquadrado neste último cenário, encontramos

[282] *Vitorino Nemésio - à luz do Verbo*, col. «Perfis», Lisboa, Vega Editora, 1988, p. 183.
[283] Vitorino Nemésio, «Açores: De onde sopram os ventos», in *Açores, Atualidade e Destinos*, Angra do Heroísmo, Atlântida, 1975, p. 38. O sublinhado é da nossa responsabilidade.
[284] José Martins Garcia, *Temas Nemesianos*, Angra do Heroísmo, Edição da SREC, 1981, p. 36.
[285] Vitorino Nemésio, «O Arquipélago dos Picapaus», in *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, Bertrand, 1949, p. 319.
[286] Lisboa, Bertrand, 1949.

John Derosa, o narrador interposto[287] de uma fábula aventureira: «O Arquipélago dos picapaus», o último e o mais pequeno conto d' *O Mistério do Paço do Milhafre*.

John Derosa, descendente de António Machado da Rosa, projeta o leitor nas extensões norte-americanas com uma narrativa fantástica das suas andanças pela *terra prometida*. Presente o tema da viagem e, como consequência, os efeitos que a distância produz, John Derosa, «*...norte-americano bisneto de portugueses...*»[288], de regresso à ilha, vive de recordações. Bafejado pela sorte na *terra da fartura*, John Derosa sente-se dividido entre a aventura americana e o apelo da sua raiz telúrica. Uma vez de volta ao sossego da ilha açoriana «*Procur[a] em vão, no fundo do [seu] saco de aventuras, farrapos de experiência...*» [289] , mas nada se assemelha, afinal, à «*...aragem carregada de sal que [o] visita no torreão da Ponta Negra e faz tremer as folhinhas amargas e verdoengas dos salgueiros*.»[290] Remetido ao sossego da ilha, o narrador d' «O Arquipélago dos picapaus» torna as suas vivências, em terras americanas, lendárias, contaminando os seus sentidos com uma febre que o não larga. Sob o ímpeto do sonho que lhe vai ditando uma certa angústia e um certo mal-estar provocado pela saudade daquele outro mundo e também pela má consciência do passado, John Derosa sente necessidade de encontrar um certo alívio que lhe permita sossegar o íntimo. De Kate a Nanette, passando por Vera, John vê-se confrontado com um passado glorioso e um presente feito de sonhos desfeitos «*Estou casado há meses, na Ilha, [...] com um corpo feminino que se compõe da maré cheia, das nuvens algodoadas, dos bicos dos penedos, [...] É Minha Mulher a Solidão*.» [291] A metamorfose da ilha em corpo feminino (um misto de erotismo e açorianidade) dá a John Derosa o lenitivo necessário para submergir a saudade que sente e a má consciência do herói (?) que foi em terras americanas. Sustentado por um fio de saudade, como acontecera a João Cachalote personagem do conto «*I'm very well, thank you*», o herói (?) d'«O Arquipélago dos picapaus» quando funde a sua Ilha com a Terra, a *Mater* e a Mulher, parece estar a gozar o repouso merecido do aventureiro. O que foi aventura reflete-se agora numa densidade corpórea sem contorno material. A irrealidade e o imaterial conquistam terreno na Memória de John Derosa e a sua Mulher (ir)real chama-se Solidão...

AVENTUREIRO, HERÓI OU ANTI-HERÓI?

John Derosa, tal como o Matesinho do conto «Quatro Prisões Debaixo de Armas», vive peripécias e aventuras em terras longínquas e quando regressa à terra natal não se consegue reintegrar na sua comunidade de origem. Das viagens que efetuou trouxe um saco cheio de recordações - até da sua perfídia e vileza que lhe povoa os sonhos. A confissão no final do conto feita pelo narrador a propósito da «... *fauna torpe e absurda que [lhe] povoa os sonhos e o fundo inconfessável que [se leva] connosco até à cova*.»[292] faz-nos pensar nos fantasmas e nas ilusões que John Derosa transporta consigo. Longe da *terra prometida*, John, em jeito de recordação e acatando o ímpeto do onírico, traz de volta o passado, «...o passado [que] vale duas vezes o presente... Uma, porque vale o que foi, exatamente quando era; outra, porque torna a valer esse valor, quando o puxamos à memória, *agora que não é precisamente aquilo que foi*...»[293] E por não ser exatamente *aquilo que foi* é que John Derosa cede ao onírico que, de certa forma, o conduz a outros horizontes. A distância provocou a mitificação de dois lugares - o *cá* e o *lá* - a divisão do presente onde convergem dois universos distintos o açoriano e o americano e a estranha sensação de *não pertencer a mundo nenhum*. No entanto, o apelo das suas raízes telúricas é forte e o narrador de «O Arquipélago dos picapaus» que se divide entre o *cá* e o *lá* deixa-se seduzir pelo Atlântico que sustenta a sua Esfinge: «*Mas de manhã, quando abro a porta para o caminho, o mar envia-me um pique mais doce e bravio. E desisto de comparações*

[287] Classificação adotada por José Martins Garcia. cf. in *Temas Nemesianos*, p. 36.
[288] Vitorino Nemésio, «Oiro!!», in *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, Bertrand, 1949, pp. 305-306.
[289] Vitorino Nemésio, «O Arquipélago dos Picapaus», in *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, Bertrand, 1949, p. 317.
[290] *Ibidem.*
[291] *Ibidem.*
[292] *Idem*, p. 323.
[293] Vitorino Nemésio, «A Tartaruga», in *O corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983, p. 148. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

[entre o que representa o cá e o lá] simplesmente idiotas.» [294] Acompanhado de sua mulher a Solidão (do latim *Solitudine* - estado de quem está só), John Derosa talvez não tenha sido ou talvez não seja o herói que viveu todas aquelas peripécias em terras americanas ou então a plenitude dessa vivência não lhe preenche o vazio que sente no presente, por isso a necessidade de atribuir à realidade um tom fantástico. Tão fantástico como o Arquipélago dos picapaus!

Situado «...*na latitude do Golfo da Califórnia, entre 25º e 30º da latitude Norte*» [295] , o Arquipélago dos picapaus apresenta uma localização no mapa semelhante ao Arquipélago de Guadalupe, situado no Oceano Pacífico, sendo *habitado* por pica-paus - ave que abunda na América do Norte muito venerada pelos Índios da Pradaria [296] . Honrado como pássaro-profeta e confiante guia dos viajantes nos seus caminhos, o pica-pau simboliza também o regresso à infância, pelo facto de fazer buracos nas árvores. É também expressão do desejo de *«...voltar a entrar na mãe [...], imagem libertadora do pensamento, desejo nascido da introversão.*»[297] John Derosa constrói a sua utopia em direção ao passado, numa tentativa de o repor, de o tornar consciente e sobre ele refletir *(«Como se um homem não nascesse para ter saudades daquilo que foi e onde o foi...»).*[298] Recorrendo à antropomorfização da realidade, John Derosa tenta recuperar um mundo que, por estar distante, lhe dói e um outro mundo do qual se sente órfão: a Ilha *Mater* transformada em sua Mulher, a Solidão! Desta forma, «O Arquipélago dos picapaus» consegue comportar, de um modo condensado, o mito pessoal de Nemésio em todas as suas realizações: o narrador, ao longo da distância que percorreu, foi colecionando aventuras e, de visita à Ilha, condensa a própria Ilha à Terra-Mãe e à Mulher. Transformando a Ilha em Mulher, a distância tornou-a intocável e inatingível; transformou-a em mito, edificando um paço onde, como epígrafe, poderão estar inscritas as palavras que encontramos no *Mau Tempo no Canal*: *«O amor de um mito é puro mito.»*[299]

John Derosa personifica ao lado de/da Solidão o duplo sentido do percurso humano: aquele que aspira à restauração do passado e um outro que ambiciona conquistar o mistério da eternidade - *O Mistério do Paço do Milhafre*. «*Desta angústia de velho ausente das suas pedras,*»[300] Nemésio, homem itinerante e «...*incansável perseguidor de valores éticos*...» [301] , por ter mergulhado na vivência açoriana, recuperou e transportou consigo um mundo ancorado na sua *Ilha Perdida*.

O conceito de *Açorianidade* foi definido por Nemésio em 1932 e, desde então, foi amplamente divulgado em contextos bem diferenciados, desde estudos de âmbito literário a intervenções de ordem política. Naquele ano, por ocasião das Comemorações do V Centenário do Descobrimento dos Açores, afirmou:

> " (...) *Quisera poder enfeixar nesta página emotiva o essencial da minha consciência de ilhéu. Em primeiro lugar o apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar.*
>
> *Uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma e os atos de todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e procura uma fórmula quase religiosa de convívio com quem não teve a fortuna de nascer, como o logos, na água (...)*
>
> *Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo habitat a uns montes de lava que*

[294] Vitorino Nemésio, «O Arquipélago dos Picapaus», in *O Mistério do Paço do Milhafre,* Lisboa, Bertrand, p. 318.
[295] *Idem*, pp. 319-320.
[296] Segundo a abordagem feita por Marie-Hélène Piwnik, o Arquipélago dos Picapaus corresponde às ilhas Havai. cf. «Tentative de Lecture d'une Nouvelle de Vitorino Nemésio: O Arquipélago dos Picapaus», in *Arquivos do Centro Cultural Português XIX*, Separata, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Paris, 1983, p. 806.
[297] Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Teorema, s.d, pp. 525-526.
[298] Vitorino Nemésio, «A Tartaruga», in *O Corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983, p. 146.
[299] Obras Completas de Vitorino Nemésio, vol. VIII, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994, p. 152.
[300] Vitorino Nemésio, «Matéria orgânica a distância astronómica», in *Limite de idade*, col. «Auditorium», Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1972, p. 80.
[301] José Martins Garcia, *Temas Nemesianos*, Angra do Heroísmo, Edição da SREC, 1981, p. 71.

soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é debalde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar."[302]

Em «Le mythe de Monsieur Queimado», o explicador das peculiaridades das origens dos Açores a Vitorino Nemésio, Monsieur Queimado, a propósito do ser açoriano, afirma: «*Nous sommes entièrement soumis à la loi du secret et de l'encerclement.»* [303] e, acrescentaríamos nós, «*soumis aussi à la loi du coeur»,* indo ao encontro das palavras de Nemésio no seu texto intitulado *Açorianidade*. É apoiado neste entrelaçamento entre experiência vivida e reelaboração dessa vivência, memória e fantasia, sonho e desejo que Nemésio mergulha e capta o íntimo açoriano que ele também sente latejar e onde, afinal, cabe um Mundo: «...*açorianidade é o nosso modo de afirmação no mundo, a alma que sentimos, na forma de corpo que levamos*.» [304] Sem antepassados, segundo a explicação de Monsieur Queimado, o homem açoriano carrega a marca da terra e da vida insular sobre si quase provocando uma osmose entre a natureza ilhoa e o homem ilhéu: «*A ilha acabou por ser, afinal, arquétipo e sonho, idade de ouro e mito insular, vontade de regresso e vontade de partir, alma que se carrega toda a vida, à qual chamou açorianidade*.» [305] Conforme afirma Nuno Sampayo, «*Nemésio, contista, é uma exatidão poética*»[306] e um padrão de vida interior radicado na sua ilha matricial «...*onde tudo é ainda genuíno, "germinal" e quase sem tempo.»*[307] e onde a terra se despe...

No interior do *Labirinto da [nossa] Saudade*, com vontade de ir e de ficar, o que tão bem carateriza este sentimento de ilhéu, ou seja, de quem tem o seu destino traçado «... [no] *emparedamento [e nesta] constante referenciação do seu mundo abreviado aos outros pequenos universos rodeados de água salgada:»* [308] A saudade, o desejo de querer ultrapassar barreiras, a *Ilha* que transportamos dentro de nós e a sua simbologia são modos de sentir que também encontram reflexo nas palavras recentes de Concha Rousia[309]:

"A ilha, sem eu saber, veio comigo, ou talvez fui eu que fiquei nela e vou voltando a pouco e pouco, mesmo que o meu corpo chegasse há algo mais de vinte e quatro horas. Em mim há hoje um vazio, que desde miúda eu já aprendi a identificar como a morada da saudade... Atrevo-me a olhar lá dentro dessa morada e sinto a presença do que hoje me falta... Vejo a ilha, vejo as pedras negras abraçadas pelo verde e o azul..."

E porque ilhéus e portanto embarcadiços, seguiremos em busca d' «O Arquipélago dos Picapaus», cumprindo a

«Rota de Ítaca»

Ao José Bretão e à Mafalda,
amigalhíssimos do peito.

Mas se tenho de partir que de novo eu parta
é talvez bem melhor do que ficarem
meus pés no cais chumbados em argola
meus olhos no horizonte ao sonho a velejar.

Que eu parta. E assuma o risco de partir

[302] Vitorino Nemésio, "Açorianidade", in *Insula*, Número Especial Comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, nº 7-8 (julho-agosto), Ponta Delgada, 1932, p. 59.
[303] *apud* Maria Margarida Maia Gouveia, *Vitorino Nemésio Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 1986, p. 411.
[304] Vitorino Nemésio, «Açores: De onde sopram os ventos», in *Açores: atualidade e destinos*, Atlântida, Angra do Heroísmo, 1975, p. 36.
[305] António M. B. Machado Pires, *Vitorino Nemésio Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória, Edição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1998, p. 87.
[306] «Um grande escritor português - Vitorino Nemésio», in *Críticas sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Bertrand, 1974, p. 187.
[307] Eduardo Lourenço, «Vitorino Nemésio ou da livre navegação», in *Críticas sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Bertrand, 1974, p. 148.
[308] Vitorino Nemésio, «As derrotas de Oeste», in *Corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983, p. 113.
[309] *A ilha no interior*, Galiza, 7 abril, 2009.

fender a bruma sobre este coração cerrada
colher num bojador espinhos perfumados
partir e não saber em que angra fundear.

Largar amarras. Ir decifrando
quantos portulanos na vida houver de decifrar.

E se no fim faltar o cais para a chegada
o mar também é terra onde morar.
Marcolino Candeias, Na Distância deste Tempo

A Terra que se despe para nos receber e onde o Tempo se deita porque é feito do sonho que prevalece!

BIBLIOGRAFIA

AA.VV., *Críticas sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Bertrand, 1974.

BETTENCOURT, Urbano, «Dos Açores e da sua Literatura: errância e permanência», in *O gosto das Palavras III: crónicas e leituras*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999.

CEHIN, Lúcia, *A imagem poética em Vitorino Nemésio*, Angra do Heroísmo, Antília, 1983.

MOURÃO-FERREIRA, David, *O essencial sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1897,

NEMÉSIO, Vitorino, «Açores: de onde sopram os ventos», in *Açores: atualidade e destinos*, Angra do Heroísmo, Edições Atlântida, 1975.

_____, *Limite de Idade*, col. «Auditorium», Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1972.

_____, *Mau Tempo no Canal*, vol. VIII, «Obras Completas de Vitorino Nemésio», Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1994.

_____, *O Corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983.

_____, *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, Bertrand, 1949.

GARCIA, José Martins, *Para uma Literatura Açoriana*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

_____, *Temas Nemesianos*, col. «Gaivota /15», Angra do Heroísmo, Edição da SREC, 1981.

_____, *Vitorino Nemésio à luz do verbo*, col. «Perfis», Lisboa, Vega Editora, 1988.

_____, *Vitorino Nemésio - a obra e o Homem*, Lisboa, Arcádia, 1978.

GOUVEIA, Maria Margarida Maia, *A viagem e viagens em Vitorino Nemésio*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985.

_____, «Os mitos de um narrador: a ficção na história, a história na ficção», in *Atas do Colóquio Internacional*, Ponta Delgada, Edições Cosmos e SIEN, 1998.

_____, *Vitorino Nemésio Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 1986.

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Teorema, s.d.

LEMOS, Paula de, «Ínsulas, conchas e signos: Maria Lamas e Vitorino Nemésio», in *Atas do*
Colóquio Internacional, Ponta Delgada, Edições Cosmos e SIEN, 1998.

LOPES, Óscar, *Entre Fialho e Nemésio - Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea II,* col. «Temas Portugueses», Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987, pp. 745-784.

LORENZO, Marga Romero, «A illa, táboas de un naufraxio: Vitorino Nemésio e Manuel António Os escritores novecentistas da literatura galega», in *Atas do Colóquio Internacional*, Ponta Delgada, Edições Cosmos e SIEN, 1998.

PIWNIK, Marie-Hélène, «Tentative de Lecture d'une Nouvelle de Vitorino Nemésio: O Arquipélago dos Picapaus», in *Arquivos do Centro Cultural Português XIX*, Separata, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa - Paris, 1983.

PIRES, António M. B. Machado, *Raul Brandão e Vitorino Nemésio - Ensaios*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

_____, *Vitorino Nemésio Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória, Edição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1988.

RIBEIRO, Cristina Almeida, «Sortilégio e enigmas do Paço do Milhafre», in *Atas do Colóquio Internacional*, Ponta Delgada, Edições Cosmos e SIEN, 1998.

ROUSIA, Concha, *A Ilha no Interior*, Galiza, 7 abril, 2009.

SÁ, Maria das Graças Moreira de, «Vitorino Nemésio: poeta da sua ilha, poeta do seu mar», in *Arquipélago*, vol. X, Ponta Delgada, 1988, pp.181-193.

SILVA, Heraldo Gregório da. *Açorianidade na poesia de Vitorino Nemésio - realidade, poesia e mito,* col. «Temas Portugueses», Lisboa - Ponta Delgada, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

37. TIAGO ANACLETO-MATIAS, PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS, BÉLGICA
TIAGO.FERREIRA@EUROPARL.EUROPA.EU; TAGUSNUNUS@HOTMAIL.COM

TEMA 3.5. O ESTADO ATUAL DA LÍNGUA NA COMUNICAÇÃO À ESCALA EUROPEIA E MUNDIAL. EM QUE POSIÇÃO ESTRATÉGICA SE ENCONTRA E ENQUADRA O PORTUGUÊS? VISÕES E REFLEXÕES, TIAGO ANACLETO-MATIAS, PARLAMENTO EUROPEU

O facto de estar a trabalhar numa organização internacional em que as línguas detêm um estatuto primordial no desempenho do dia a

dia institucional e representam o elo de ligação nas comunicações dos representantes do povo, e onde se atribui a mesma importância a todas os idiomas sejam eles bastante dispersos ou não, leva a questionar se a língua portuguesa é indubitavelmente defendida e, sobretudo, divulgada em larga escala, não só a nível europeu, mas sobretudo à escala mundial.

Tendo presente o provérbio eslovaco "*Aprende línguas e serás alguém*", tentar-se-á comprovar se o Português tem, ao lado das outras línguas, a mesma hipótese de vingar, sendo estudado, divulgado e utilizado em grande amplitude no plano internacional, visto haver na União Europeia, atualmente, vinte e três línguas oficiais.

Durante esta análise, levantar-se-ão não só estas questões, mas também se descortinará quem são os intervenientes na preservação e difusão do português como língua de comunicação, de tradução e interpretação, de ligação entre povos e de uso no comércio internacional.

Atualmente, ainda a aguardar-se que os anos e a inércia passem em Portugal para se efetivar, final e irreversivelmente, a aplicação do Acordo Ortográfico, há a preocupação de se descobrir também se as várias Instituições Europeias estão preocupadas em começar, ou não, a utilizar a nova grafia da língua portuguesa como se fez, aliás, com a língua alemã há alguns anos atrás.

Por último, tentar-se-á decifrar se o português continua a manter a sua posição no quadro mundial das línguas mais usadas no mundo e se os vários países onde se fala o português têm a preocupação de manter viva a sua língua, senão materna, pelo menos de comunicação interpessoal.

1 – A LÍNGUA E A SUA EXPANSÃO ENQUANTO ORGANISMO VIVO

Muitas teorias, umas mais positivas e corretas, e outras sem qualquer fundamento, foram criadas e por muitos aceites em como o atual Acordo Ortográfico seria uma catástrofe para a língua portuguesa. Ora, obviamente numa sociedade que lê pouco e escreve ainda menos, essa teoria foi acatada como, de facto, verdadeira e que, em muitos casos, era o Brasil a impor-nos a sua maneira de grafar as palavras. Chegou-se mesmo a ouvir dizer por muitos que cometem erros crassos ao escrever que jamais se submeteriam à vontade dos brasileiros, como se a língua não fosse uma só, apenas com algumas variantes, tal como acontece ao longo de todo o território português. Não é necessário atravessar o Atlântico para nos depararmos com expressões diferentes de norte a sul de Portugal continental e nas regiões autónomas das ilhas dos Açores e da Madeira.

A verdade é que um povo acaba por adquirir, muitas vezes, e começar a formular opiniões baseadas naquilo que vai ouvindo, e por vezes lendo, nos meios de comunicação social. Mesmo aqueles que não têm conhecimentos suficientes para contestar regras ortográficas, nem tão pouco compreender por que razão se escreve desta ou daquela maneira, e por que razão antigamente se escrevia assim e agora se começará a escrever de outra forma, o certo é que a opinião pública acaba por usar e abusar do facto de muitos portugueses nem saberem escrever a palavra "vocês", sem cedilha, ou de usar o mesoclítico corretamente, como na expressão "saber-se-ia" ou "fá-lo-ia", nem saberem que "contrato", já se escrevia sem "c", ou mesmo "repleto". Depois, obviamente, iniciam uma luta constante contra as necessárias alterações na grafia da língua portuguesa, sem conseguirem compreender que a língua é um organismo vivo, que está em constante mutação e que necessita sempre de se adaptar à evidente evolução do modo de falar.

Os meios de comunicação social, sobretudo a televisão, em vez de se preocuparem em começar a divulgar e a explicar as alterações impostas e a introduzir com o novo Acordo Ortográfico, o qual já foi aprovado em 1990, estiveram mais preocupados no debate e na polémica da supressão das consoantes mudas, de alguns hífenes que se encontravam a mais, assim como de alguns acentos supérfluos, já para não falar na utilização de letras minúsculas iniciais para os meses do ano, por exemplo, tal como os franceses já fazem há imenso tempo. As alterações a introduzir com este Acordo Ortográfico não representam, segundo o professor Malaca Casteleiro, "*mais de 1,6% dos vocábulos da língua portuguesa, o que num universo linguístico tão*

vasto e numa língua tão rica como o português, é algo irrisório". Muitos portugueses não se apercebem da real importância da Lusofonia. Urge, portanto, estabelecer prioridades e esclarecer ao longo deste artigo essa questão, para além de se aprender como respeitar uma língua e saber implantar o uso atualizado da mesma.

Tal como todos nós, seres humanos, a língua portuguesa é um ser vivo, sempre em constante transformação. Portanto, devemos atualizar-nos e deixar que a língua portuguesa evolua. Não nos podemos esquecer que Portugal apenas representa, uns meros 10 milhões na Europa a falar a língua de Camões.

É errado dizer que só os Portugueses irão alterar a sua grafia; os Brasileiros também procederam a variadíssimas alterações, apesar de em Portugal a Comunicação Social ter levado a população a crer que não. Enquanto portugueses, devemos ter orgulho na língua que falamos e tem-se a convicção que o Acordo Ortográfico de 1990 é um passo bastante positivo e benéfico para a divulgação, estudo e promoção da língua portuguesa em todo o mundo. Esta língua une povos, culturas e formas de pensar em cinco continentes.

Tal como o professor Evanildo Cavalcante Bechara afirmou numa entrevista ao Público, "os Portugueses sempre se consideraram os donos da língua; hoje há vários donos" e, subscreve-se esta crítica. De facto, não o somos: a língua é de quem a fala. No entanto, um bloguista do Público, José Queirós, o qual foi escolhido para Provedor do Leitor do jornal 'O Público', de forma infundada, continua, ainda atualmente, a 'bater o pé' para a não introdução do Acordo Ortográfico, alegando que "o Acordo é um ato (não um "ato") que devia envergonhar os que o assinaram, além de não contribuir para uma pretensa unificação da língua, quimera que jamais se fará à custa do sacrifício de um punhado avulso de consoantes."

Ainda acrescenta que "o acordo é uma mistificação e um embuste, já denunciados de várias formas no espaço público, e assume caraterísticas meramente políticas e de um oportunismo inqualificável", o que está perfeitamente errado, visto a dimensão da língua portuguesa exigir urgentemente a aplicação definitiva de um Acordo Ortográfico com tantos anos, à semelhança do Acordo levado a cabo nos anos 90 com a língua alemã nos diversos estados onde se fala oficialmente essa língua, a saber: Alemanha, Áustria, Listenstaine, Luxemburgo e Suíça.

Logo, não se partilha minimamente da opinião sensacionalista daquele jornalista e bloguista d'O Público, e declara-se aqui abertamente que não houve vergonha alguma em ter-se subscrito um abaixo-assinado a favor da implantação do Acordo Ortográfico em Portugal, em prol de uma língua mais forte, mais dinâmica e mais competitiva a nível mundial.

Pensa-se também que deveria ser para todos os lusófonos um orgulho poder ouvir-se a língua portuguesa em qualquer parte do mundo, seja ela com sotaque do norte, centro ou sul de Portugal, das ilhas, de qualquer país de expressão portuguesa na África, ou mesmo com pronúncias brasileira, macaense ou timorense ou, por que não, por falantes da língua portuguesa que não seja a sua materna. Ainda é mais flagrante a impertinência e ignorância daquele jornal, sabendo que tantos outros jornais já aderiram à nova grafia, assim como alguns canais de televisão, e bem como algumas revistas, entre elas a reputada "Visão".

Há programas informáticos que já preveem e incluem todas as alterações impostas pelo novo Acordo Ortográfico e que, se não houver intolerância e a adversidade humana em aceder à mudança – e é sabido pelo senso comum que o ser humano é adverso à mudança, seja ela de que índole for – a aplicação do Acordo Ortográfico é algo que não provocará nenhum sismo – nem cisma – linguísticos e que será uma mais-valia para as gerações vindouras, as quais não terão dificuldade nenhuma em escrever sem consoantes mudas, conforme o professor Malaca Casteleiro já tantas vezes defendeu, não só publicamente, como na própria redação de artigos de imprensa.

A provar esta teoria, está o facto de nalgumas escolas do 1º Ciclo já existirem professores a lecionar segundo a renovada norma ortográfica e outros ainda o fazerem na forma antiga. A verdade é que uma turma que já conheça as novas regras, quando é obrigada, por

alguma razão, a ter aulas com outro professor que ainda ensina à moda antiga, são os próprios alunos que advertem o professor para a nova realidade, dizendo que já não se escreve, por exemplo, os meses com letra maiúscula. Todos sabemos que as crianças aprendem com mais rapidez qualquer regra, seja na sua língua materna, seja numa estrangeira, do que os adultos.

No caso das consoantes mudas, segundo o professor Malaca Casteleiro, "*é-lhes muito mais fácil compreenderem e aprenderem a escrever uma palavra onde aquela específica letra não é pronunciada"* (Casteleiro, 2008). Portanto, contrariamente àquela ideia que o Público quer fazer equivocadamente continuar a fazer passar aos seus leitores, interessa citar a posição que foi postulada pela Porto Editora numa mensagem enviada eletronicamente aos seus clientes, no dia 2 de março de 2011, e a qual representa, indiscutivelmente, parte da política editorial da mesma, nomeadamente para as publicações a partir de setembro de 2011, e da qual se extrai o seguinte excerto: "[n]*a verdade, em virtude da esmagadora maioria da comunicação social usar já a grafia consagrada pelo Acordo Ortográfico, as pessoas começam a estar familiarizadas com esta realidade incontornável*."

Agora, mais do que nunca, tendo em conta uma nova estratégia para a língua portuguesa, urge que todos os lusofalantes pratiquem o atual Acordo Ortográfico na sua escrita, para que o Português consiga seguir o seu caminho sem obstáculos, com uma grafia unificada, para que todos os países onde se fale a língua portuguesa possam intervir à escala global na divulgação, estudo, dinamização e implantação desta mesma língua, a qual continua a unir povos em todos os cinco continentes, aos níveis cultural, histórico e até comercial.

Conforme proferiu Chrystello na sua opinião relativamente à adoção da nova ortografia, na posição oficial da AICL – Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia quanto ao Acordo Ortográfico de 1990:

> *Não faz sentido teimar em manter a obediência ao Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa, celebrado entre Portugal e o Brasil em 1945 (quando ainda não havia televisão a cores, telemóveis ou Internet), acordo esse recauchutado no final do marcelismo com a exterminação dos acentos nos advérbios de modo.*
>
> *O que distingue uma língua viva de uma língua morta é precisamente o facto de estar em permanente evolução. Seria um esforço inútil não reconhecer as mudanças. Por alguma razão, não falamos latim. São os utentes menos cultos que fazem evoluir as línguas, que tendem para a simplificação e para a contaminação da escrita pela oralidade. Num momento em que escolas neozelandesas já aceitam que os alunos usem nos testes a escrita abreviada das SMS, seria tolo Portugal persistir em manter-se alheado do segundo protocolo do novo Acordo Ortográfico.*

No que diz respeito ao trabalho editorial, a "*Porto Editora prevê que as suas novas edições, inclusive na área da Literatura, consagrem o Acordo Ortográfico a partir do próximo mês de setembro* [de 2011], *coincidindo, assim, com a entrada em vigor dos primeiros manuais escolares com a nova ortografia."*

Daquela Editora que tem uma missão em Portugal de quase serviço público devido a constituir uma referência incontornável no mercado de manuais e livros portugueses, e a qual já esteve igualmente presente num dos últimos Colóquios da Lusofonia – relembramos que estes já se encontram na sua XV edição – há ainda a referir a sua posição face à presente ortografia: "[n]*o início deste ano [2011], tornou-se conhecido [pela parte do Governo Português] o calendário oficial de aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: no sistema educativo, já no próximo ano letivo de 2011/2012, e durante os três anos seguintes, e nos serviços e departamentos do Estado, a partir de 1 de janeiro de 2012*."

Para finalizar este ponto, ainda se pretende reafirmar que a língua é um ser em constante mutação por se encontrar em permanente evolução e em contacto com outras línguas que acabam por enriquecer-se mutuamente e que, segundo um tradutor que trabalha há mais de vinte anos nas Instituições Europeias, José António Mesquita: "logo que tiver autorização superior, deverei começar a escrever segundo a nova norma".

2 – AS LÍNGUAS NA EUROPA UNIDA

Neste artigo não se quer abordar o facto da língua portuguesa ser mais ou menos importante do que outras línguas, mas sabemos que a ideia dos portugueses quererem ser donos de uma língua que é de todos, o certo é que, se continuássemos com estas ideias serôdias e ideais fatalistas, a língua portuguesa passaria a ser considerada uma raridade no mundo linguístico à escala global.

É certo que línguas como a estoniana, lituana ou mesmo a letã, estão limitadas aos seus menos de quatro milhões de falantes, mesmo sendo línguas oficiais nos seus países. É claro que não se pode esquecer as línguas de menor incidência em termos de número de falantes nativos, como o bretão, o ladino, o provençal, o silesiano, ou o valáquio, só para mencionar algumas línguas europeias que estão ameaçadas de extinção, mas estas, apesar dos esforços da União Europeia para o reconhecimento de todas as línguas minoritárias, muitas vezes não são reconhecidas, nem respeitadas nos países onde são falados, não tendo tão pouco o direito ao reconhecimento como língua oficial na sua região, nem muito menos a nível nacional.

Felizmente que isso não acontece em todos os países: em Portugal, temos o mirandês oficializado na região de Miranda do Douro, como a segunda língua do país, a qual, referindo Carlos Reis "*um dos raros dialetos do português, é uma língua minoritária falada no nordeste de Portugal, junto à fronteira com Espanha. O idioma integra-se no domínio linguístico asturo-leonês. Constantemente submetido à pressão do português e à crescente influência do espanhol*" (Reis: 2005). No entanto, o idioma mirandês "*foi preservado até hoje pela população agropastoril [e] hoje em dia, é utilizado por seis ou sete mil pessoas. Sendo uma língua de tradição oral, o seu reconhecimento, em 1999, proporcionou-lhe um novo prestígio e espaço próprio nos meios de comunicação e no ensino*." (idem, idem).

Ainda se pode acrescentar que hoje possui literatura e dicionários em língua mirandesa que se teve oportunidade de adquirir para a biblioteca pessoal, em finais de 2010.

Em Itália, o friulano, na região Friul-Veneza Júlia, e o reto-românico oficial, sobretudo no cantão suíço dos Grisões, só para detetar algumas, são línguas consideradas minoritárias, mas reconhecidas ao nível dos seus Estados e ensinadas a nível regional. Já o mesmo não acontece na França, a qual nunca reconheceu as várias línguas minoritárias do seu país até aos dias de hoje.

O Bretão, por exemplo, é uma língua existente em grande escala da Bretanha francesa e pode ser ensinada, três horas por semana em algumas escolas da região, mas não é reconhecida pelo Estado Francês. O mesmo sucede com as línguas basca, catalã, corsa, flamenga, occitânica (ou occitana), provençal, todas elas existentes em França, mas nenhuma com um estatuto oficial.

Ora, com esta postura, a França tenta obrigar os seus habitantes a aprender apenas uma só língua, o francês, em detrimento das outras línguas, mesmo que haja populações a expressarem-se noutras línguas. Tal atitude fará com que várias daquelas línguas minoritárias tenham tendência a desaparecer, pois os jovens não querem, muitas vezes, comunicar com a família numa língua que não é bem aceite e que não os identifica minimamente com a comunidade nacional em que se inserem, acima de tudo se forem imigrantes.

Desta forma, o mesmo está a acontecer com a língua portuguesa em França. Conforme referiu Nardi "[n]*a comunidade franco-portuguesa, muitos pais obrigaram os filhos a ter o idioma como disciplina opcional pela qual eles tinham um interesse relativo. (...) [Q]uando todos os filhos se tornaram adultos, o ensino da língua quase desapareceu das escolas públicas; fica hoje reservado a cursos privados (...), [mas] poucos indivíduos da terceira geração aprendem o idioma*" (Nardi, 2003: 12).

O mesmo infortúnio está a ter repercussões no Ensino Superior em França, em que a manutenção da língua portuguesa está posta em causa como unidade curricular disponível. A Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Portugueses, Brasileiros e da África e da Ásia Lusófonas (ADEPBA), alertou precisamente para aquele facto no

final de 2010, em que "*o projeto de supressão, a partir de 2012, do Português nos concursos da Escola Normal Superior (ENS) e da Escola Politécnica (EP), duas instituições de referência no ensino superior e na investigação científica em França*", será uma realidade se algo não se fizer. Esta posição das autoridades francesas "*atenta contra a credibilidade da língua portuguesa como instrumento de formação*". A ADEPBA também disse que está em marcha uma petição, apoiada não só pelo Embaixador português em França, mas que tem igualmente "*o apoio dos lusitanistas e hispanistas em várias universidades francesas".*

A concretizar-se a "reestruturação" dos currículos na ENS e na EP, segundo professores de diferentes universidades francesas ouvidos pela Lusa, naquelas duas escolas apenas se retêm três línguas europeias – inglês, alemão e espanhol – e *"fazem aparecer com grande força o Chinês ao lado do Árabe"* entre as línguas em que os candidatos às duas escolas podem prestar provas. Na petição pública da ADEPBA, é sublinhado que "*quaisquer que sejam as motivações desta decisão - simples comodidade, economia, pedagogia, notação, etc., elas são dificilmente aceitáveis num estabelecimento onde também se joga o papel e o prestígio da França*".

Tal como finalmente a ADEPBA frisou, e muito bem, "*a supressão da língua portuguesa nos concursos é tanto mais incompreensível na medida em que se trata de uma língua de grande comunicação internacional falada em cinco continentes*"; e é neste contexto, e antes de prosseguir, que o presidente da ADEPBA recordou precisamente que o português "*é também uma grande língua de negócios entre a França e os países lusófonos*" e refere a importância do Brasil, de Angola e de Portugal, "*terceiro país em termos de exportações francesas e um dos principais parceiros comerciais*" (ADEPBA, 2010).

3 – PORTUGUÊS: MUITÍSSIMO MAIS DO QUE APENAS UMA LÍNGUA EUROPEIA

Neste ponto, o que se ambiciona defender é que a Lusofonia é muito mais do que uma simples língua falada por menos de onze milhões na Europa. É sim uma realidade à escala mundial, com maior incidência no continente sul-americano, e até africano do que propriamente no europeu; apenas no asiático não ultrapassa o milhão de falantes. Logo, se a política de língua em solo timorense continuar a tomar os seus contornos não só de língua oficial, mas também de comunicação e se tivermos em conta a presença, ainda nos dias de hoje, noutros países asiáticos, tais como Macau, Malásia, Indonésia e Índia, pode-se aqui afirmar que o português tem um futuro risonho à sua frente, ultrapassando sem demoras, e sem grandes dificuldades, o número diminuto dos habitantes dessa pátria que é a Lusitânia, e onde, graças aos imigrantes aí a trabalhar, o número da população conseguiu sofrer algum crescimento, e os quais acabam por ter de aprender a língua para se poderem integrar melhor e serem mais bem aceites.

Agora, o que é fulcral aqui realçar é a veracidade das circunstâncias adversas num contexto nacional, isto é, a política levada a cabo, sobretudo pelo Governo português que se refugia, quase sempre e por qualquer razão, na atual crise económica, para não investir na cultura e particularmente na língua, qual elemento imprescindível na identidade de qualquer ser humano e qualquer país. Não podemos estar sempre à espera que a divulgação, promoção, defesa e propagação da língua estejam sempre nas mãos dos brasileiros, apesar de se estar convicto que esse é um facto. Se não fosse um país de tais dimensões a lutar pela língua portuguesa e a ter orgulho em falá-la, bem poderíamos estar cientes que um dia o português se resumiria ao retângulo, ou melhor, àquele "jardim à beira-mar plantado", como muitas vezes Portugal é designado, se continuasse igualmente a haver aquele sentimento nacionalista que o português pertence apenas a Portugal.

Conheço casos de professores portugueses que ainda não conseguiram voltar a Timor-Leste para recomeçarem a lecionar, porque Portugal se encontra com problemas económicos, ao passo que os professores brasileiros já lá se encontram, para ensinar a língua durante o segundo semestre do presente ano letivo. Depois reclama-se que a língua está a desaparecer nalguns locais do mundo. Não podemos esperar que, uma nação tão recente, apesar de ter petróleo, e que sofreu tantos anos de repressão ditatorial de um vizinho esmagadoramente maior, tanto a nível populacional, como a nível geográfico, e que esteve ao abandono com a cumplicidade das mais

influentes nações do mundo, que consiga financiar e promover a implantação de uma língua que, apesar de não lhes ser totalmente desconhecida, acabou por sofrer um revés, por estar tão longe dos outros países de língua oficial portuguesa e estar entregue às vontades dos seus ditadores do território vizinho, durante décadas de opressão e do impedimento da utilização da língua dos seus pais e avós. Escusado será dizer que, afortunadamente, Timor-Leste tem a vontade de recuperar o tempo perdido e de adotar o uso da língua portuguesa no seu território, conforme atesta a recente entrevista dada por Xanana Gusmão à Rádio ONU, onde expressamente declarou: "*o idioma ajudou a afirmar a jovem nação do sudeste da Ásia, após a independência da Indonésia em 2002, e deve crescer com as novas gerações (...) as quais já deverão falar português com mais facilidade*", afirmando ainda que sobretudo devido à "*metade da população timorense ter menos de 15 anos".*

Logo após a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, ter sido eleita, e depois da assinatura em julho de 2010 entre a RTP – Rádio Televisão Portuguesa e a EBC – Empresa do Brasil de Comunicação, de forma pouco divulgada na altura, foi anunciada finalmente na RTP, a intenção inequívoca de se criar um canal à escala planetária, ao estilo da CNN, mas desta vez em língua portuguesa. "*Um dos vários pontos em análise será o modelo de negócio e a forma de financiamento, ainda por definir*" (Jornal Económico: 2010), mas já se tem conhecimento que "[a] equipa é aberta às empresas de comunicação social públicas dos outros membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)" (idem, idem), de maneira a apresentar programas de todos os países de expressão portuguesa, já que, segundo Jorge Lacão, Ministro português dos Assuntos Parlamentares, assim se consegue "*valorizar a língua portuguesa, que é falada por 250 milhões de pessoas em todo o mundo*" (ibidem).

Vamos esperar que se passe do papel à ação. Pensa-se que com este canal televisivo em língua portuguesa, cujo acordo foi assinado pelas duas operadoras de serviço público, se "*pretende promover o intercâmbio de programas e outras obras audiovisuais, a realização de coproduções, o apoio à produção de obras cinematográficas e audiovisuais, a formação profissional e o intercâmbio profissional e técnico, bem como o desenvolvimento de serviços conexos conjuntos, com especial destaque para a área da Internet*" (Jornal Económico: 2010).

Pode ser que com este canal lusófono a língua portuguesa chegue, finalmente, a países tão longínquos como a Malásia e a Indonésia, ou mesmo a Índia, nos quais ainda sobrevivem comunidades que sabem falar português ou que se expressam em dialetos nascidos da língua portuguesa, ávidas em ouvirem a voz dos seus antepassados e de aprofundarem os seus conhecimentos, muitos deles já parcialmente esquecidos.

Na obra "Mar das Especiarias: a viagem de um português pela Indonésia", o autor, Joaquim Magalhães de Castro, menciona e descreve todas as influências que conseguimos deixar na Indonésia, e mesmo depois deste país ter decidido ocupar o outrora Timor português, e sem colonialismos bacocos, a verdade é que mesmo sob um ainda existente islamismo fundamentalista, a administração indonésia nunca conseguiu totalmente impor a sua influência e exterminar por completo, não só as influências religiosas cristãs, nomeadamente a católica, mas sobretudo as tantas palavras que ainda se mantêm vivas provenientes do português, muitas delas escritas e proferidas da mesma forma que qualquer outro lusófono faria.

Vocábulos como *Meninu*, *pendan*, *sakristan*, *Sinhor Algemado*, respetivamente Jesus Menino, pendão, sacristão, Cristo crucificado ou ainda *biola*, *joget*, *postoh*, *prokurador*, *secretario* e *tesoreiro*, respetivamente, viola, joguete, (posto) centro da cidade, procurador, secretário e tesoureiro, ainda estão bem vivos no quotidiano destas populações das ilhas de Pequenas Sundas, entre elas as ilha de Adonara e ilha das Flores – curiosamente nome também dado a umas das ilhas do Arquipélago dos Açores. Citando Magalhães de Castro, *"[d]e facto, contra o que possa parecer, face ao vasto mosaico religioso-cultural [deste] arquipélago [indonésio], o certo é que a influência portuguesa na Indonésia é imensa, sobretudo se considerarmos que a nossa presença na região se limitou a cerca de cento e cinquenta anos"*. A mesma situação aconteceu com o domínio pelos holandeses "*que procuraram destruir todos os vestígios da nossa*

influência. Felizmente não lograram a apagar tudo" (Magalhães de Castro, 2010: 60).

Da mesma forma, foi preciso a China ver a importância de anos de História portuguesa em Macau e perceber a posição estratégica deste território de administração especial para a aprendizagem do português. De facto, podemos pensar, e até compreender, que existe um interesse particularmente económico centrado no futuro e na expansão da economia chinesa, mas será que durante tantos e imensos anos de administração portuguesa naquele território houve a mesma preocupação, e até os mesmos apoios financeiros, para a aprendizagem da língua de Camões?

Segundo fontes fidedignas macaenses, hoje em dia o ensino do português é financiado em maior escala em Macau presentemente sob administração chinesa, do que durante tantos anos de administração portuguesa. Tanto a China como o Brasil têm economias prósperas e em franco desenvolvimento e podem dar-se ao luxo de investir na formação de quadros em campos tão específicos como a língua, mas Portugal também não deveria deixar-se levar pelas vontades das grandes potências, nem sempre tentar desculpar-se com o argumento de ser pequenino e dispor de recursos limitados para levar a cabo esta ou aquela empreitada.

Ainda há poucos dias, sob a cumplicidade de muitos eurodeputados, não se votou contra o registo de patentes ser apenas redigido nas três línguas consideradas principais – alemão, francês e inglês – como se não houvesse mais vinte outros idiomas oficiais na União Europeia pertencentes a vinte e sete Estados-Membros. Se continuarmos assim, nem as línguas referidas no capítulo anterior, com inferior número de falantes nativos, têm hipótese de sobreviver dentro das Instituições Europeias.

Antes de se passar ao próximo capítulo e para contrariar esta atitude reducionista das línguas menos faladas na Europa, apesar de serem oficiais no seio das Instituições Europeias, convém citar a posição de um grupo de peritos, liderados pelo escritor libanês Amin Maalouf, a qual pondera que seria compreensível que qualquer "*cidadão europeu selecionaria uma língua pessoal adotiva proveniente de qualquer outro Estado-Membro, sendo também normal que muitos optassem por aprender línguas de outros continentes, idealmente línguas dos grandes países da Ásia, os quais se tornaram grandes parceiros económicos* [do Continente Europeu] " (tradução do inglês, 2008: 18). Muitas daquelas línguas asiáticas encontram-se entre as 10 línguas maternas mais faladas no mundo e são utilizadas em países cujo desenvolvimento económico real é avassalador, como é o caso da China, da Índia e até da Rússia (sendo este um país pancontinental).

De seguida, apresenta-se uma tabela na qual se pode ver a posição que o português ocupa entre as línguas mais faladas no mundo:

LÍNGUAS	***Nº FALANTES NATIVOS***	***PAÍSES OU ESTADOS ONDE É OFICIAL (ordem alfabética)***
1 – Chinês: Mandarim / Cantonês	*1,210,000,000*	*China, Hong-Kong, Macau, Singapura, Taiwan.*
2 – Hindi	*487,000,000*	*Índia.*
3 – Espanhol (Castelhano)	*358,000,000*	*Argentina, Andorra, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela (nos Estados Unidos da América e Belize, não é oficial, mas há uma grande presença de falantes).*
4 – Inglês	*341,000,000*	*Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Índia, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido (entre mais outros 46 estados e muitas vezes como segunda língua oficial).*
5 – Árabe	*320,000,000*	*Arábia Saudita, Argélia, Barém, Comores, Chade, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Eritreia, Iémen, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Qatar, Saara Ocidental, Síria, Somália, Sudão, Tunísia.*
6 – Português	*250,000,000*	*Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal,*

		São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, (Galiza e Macau).
7 – Bengalês	*207,000,000*	*Bangladesh, Índia (Estados de Bengala Ocidental e Tripura).*
8 – Russo	*164,000,000*	*Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia (Gagaúzia e Transnístria), Monte Athos (Estado Monástico Autónomo da Montanha Sagrada – península da Grécia), Quirguistão, Rússia, Turcomenistão e Ucrânia (Crimeia e Sebastopol).*
9 – Japonês	*127,000,000*	*Japão e Palau (Angaúr).*
10 – Alemão	*110,000,000*	*Áustria, Bélgica, Listenstaine, Luxemburgo, República Federal da Alemanha, Suíça.*

Curiosamente e como se pôde verificar pelo quadro supra-apresentado, a língua francesa não é, de todo, uma das línguas nativas mais faladas no mundo, apesar de estar presente em muitos países africanos como a segunda língua oficial.

De facto, a França pratica uma política, tal como referido anteriormente, de não-aceitação das línguas minoritárias faladas no seu país, dando-lhes pouca visibilidade, atitude esta que acaba por desrespeitar as minorias e a subsistência de línguas tão importantes como outras quaisquer e que aquele estudo do grupo de peritos de Amin Maalouf acaba por condenar; além disso,

> "*aconselha também a que as relações bilaterais (…) se façam nas línguas dos países envolvidos – e não em inglês*" (idem, idem).

O que se pretende aqui demonstrar é que outros países onde o português é uma língua minoritária, como por exemplo na Índia, Indonésia, Malásia ou mesmo na Espanha ou no Paraguai, aquela não tem a mínima hipótese de sobreviver, e se os países lusófonos não adotarem uma posição proativa, dentro de poucos anos o português desaparecerá por completo daqueles territórios.

A contrariar esta tendência, no entanto, há um caso excecional de um país africano, a Guiné Equatorial, que decidiu adotar a língua portuguesa como oficial em 2007 – mais à frente abordar-se-á este facto.

4 – AFIRMAÇÃO LUSÓFONA NA ÁSIA: MACAU COMO PLATAFORMA

Sendo o português uma das línguas mais faladas no mundo, para que o português (re)tome a sua posição de destaque na Ásia, é para todos imprescindível que se estabeleça imediatamente uma ligação, não só afetiva, a qual já existe, mas sobretudo institucional da parte do Brasil e de Portugal. Se a língua portuguesa já é uma realidade em Macau, devido ao interesse que a China tece por aquela língua devido à vontade de se expandir comercialmente para os PALOP's, seria também muito importante que a Malásia pudesse contar com uma língua em franca expansão, estando presente em todos os cantos do mundo, não só através de lusofalantes nativos, mas também através das comunidades migrantes, nomeadamente em Malaca.

É verdade que a Lusofonia já se encontra igualmente em solo Timorense, propriamente dita como língua oficial, onde o Português foi tido como uma língua de importância estratégica histórica, a qual une Timor-Leste aos outros países de língua portuguesa, mas seria imprescindível, neste momento, apostar definitiva e cabalmente na implantação da língua portuguesa, que ainda é uma realidade, em terras malaias, mais concretamente em Malaca, podendo vir a fixar professores lusófonos em Malaca para a divulgação, ensino e propagação da língua portuguesa.

Não obstante, apesar de se ter tentado estender o XV Colóquio da Lusofonia a ter lugar em Macau até Goa e Malaca, o certo é que não houve um apoio concreto de instituições portuguesas para levar a AICL àquelas duas regiões onde há presença de lusofalantes como atesta Gonçalo Cadilhe na sua obra "Nos Passos de Magalhães".

Os portugueses não se podem fazer valer simplesmente da epopeia histórica que levaram a cabo durante o Renascimento, nem do facto de o mundo ter, no final do século XV, estado divido entre espanhóis e portugueses ao abrigo do Tratado de Tordesilhas. Nesta mesma linha de pensamento, Carlos Lopes, diretor executivo do

Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR), disse à Lusa que "[*m*]*uitos projetos de promoção da língua portuguesa pecam por serem carregados de simbolismo e não serem pragmáticos*" (Lusa: 2010).

Por conseguinte, nos dias de hoje, os políticos devem tomar atitudes concretas como Xanana Gusmão:

> "*O português parece-me mais como um instrumento de identidade. Somos diferentes pela história e pela cultura e aí é que nós nos apegamos. Somos Timor-Leste por causa da presença portuguesa, que nos deu uma identidade e o direito de sermos um povo*", por isso mesmo a língua portuguesa continuará a ser ensinada e a ser implementada em território timorense.

Mais uma vez foram outros países que resolveram dinamizar a Lusofonia. Na última Exposição Internacional, a qual teve lugar em 2010, em Xangai – China, Macau teve o cuidado de reservar um pavilhão exclusivamente para os países de expressão portuguesa, algo que é de exaltar, tendo em conta que Macau já se tornou independente de Portugal em 1999, mas que não pretende prescindir nem afastar-se das suas ligações socioculturais e históricas.

Macau não é somente uma ponte de união entre a China e os países de língua oficial portuguesa, é também, e pretende sê-lo, "*uma plataforma efetiva"* (traduzida do inglês – Macao magazine, 2010: 6) entre as relações comerciais entre a China e os países onde se fala português.

"*As autoridades Chinesas ainda decidiram que Macau seria o ponto de ligação entre as reuniões ministeriais permanentes do fórum das relações sino-lusófonas além de assegurar o secretariado daquelas reuniões*" (idem, idem).

Estas ligações comerciais têm mais ênfase nos setores de atividade da agricultura, minas, construção e finanças (ibidem: 7).

5 – ONDE ESTÁ PRESENTE A LÍNGUA PORTUGUESA E ONDE PODERÁ VIR A ESTAR?

Uma das formas mais assinaláveis da divulgação da cultura e *modus vivendi* de um povo passa pela tradução literária e é aqui que a formação e aprendizagem de línguas estrangeiras acaba por poder favorecer o português, não só ao nível da interpretação, mas sobretudo ao nível da tradução. A Literatura é um retrato de um povo e não apenas o retrato de um génio que inspirou o autor. Indubitavelmente, os tradutores da literatura portuguesa e, por extensão, da literatura de matriz açoriana são os agentes responsáveis pela difusão da cultura portuguesa em territórios além-fronteiras, os quais são também a ponte de ligação entre as duas culturas – a da cultura da língua de partida e a cultura da língua de chegada.

É através da aprendizagem, neste caso específico, de português como língua estrangeira que se tem conseguido traduzir autores açorianos, por exemplo, e outros tantos lusófonos, em variadíssimas outras línguas. Algo que se conclui positivo pelo facto de a língua portuguesa ser, pelo menos, estudada à dimensão europeia, apesar de, tal como abordado em alíneas anteriores, também na China.

E é aqui que o provérbio eslovaco "aprende línguas e serás alguém" assenta cabalmente. Ao longo destes últimos anos nos Colóquios da Lusofonia, tem-se assistido à tradução em grande escala de Literatura Portuguesa por tradutores que, na sua maioria, são falantes de outras línguas de raiz indoeuropeia, especialmente de línguas do Leste Europeu que, tal como Chrystello afirmou num dos seus artigos de opinião, *"[os tais falantes] têm bastante facilidade em aprender a nossa língua".*

Ora, isto converte-se, de certa forma, numa plataforma para o (re)lançamento do português como uma língua de trabalho em várias organizações de renome.

Sabe-se que já tem presença permanente no quotidiano institucional europeu, mas ainda poderá vir a ser, otimisticamente, uma língua oficial no âmbito da ONU e é também existente no seio de

outras instituições. Todas elas são: o MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, a União Africana, a UNASUL – União de Nações Sul Americanas, a OEA – Organização dos Estados Americanos, a CPLP – Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, a União Latina e, talvez a mais desconhecida, a EUROLAT – Assembleia Parlamentar Euro-Latina-Americana, a qual foi fundada em 2006, para a União Europeia poder dialogar e estabelecer acordos com os países do CARIFORUM, composto por estados da Comunidade das Caraíbas – CARICOM, juntamente com a República Dominicana.

E ainda, conforme diz o próprio nome formal, o português ainda aparece como oficial na Associação dos Comités Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa. Tendo em conta a mais recente instituição, a EUROLAT, pode-se tomar como um ponto positivo o facto de o português fazer parte das línguas oficiais desta Assembleia, apenas a par de outras três línguas; a saber: castelhano, francês e inglês.

Por último, conforme indicado no ponto três deste artigo, a Guiné Equatorial devido à sua proximidade geográfica e comercial com alguns países de expressão portuguesa, demonstrou interesse em entrar na CPLP e como uma das condições *sine qua non* é falar português, adotou-a como língua oficial. Não obstante, por causa dos membros da CPLP também exigirem que a Guiné Equatorial leve a cabo políticas democráticas para ser definitivamente aceite no seio da CPLP, ainda não há notícias da verdadeira implantação do português no território.

De qualquer maneira, a Guiné Equatorial está a aguardar que os países membros a apoiem a formar professores que possam vir a ensinar a língua portuguesa e que permita divulgar o português no seu país, para além de esperar que aqueles países lusófonos acolham estudantes guinéu-equatorianos para aprofundarem definitivamente a nossa língua.

6 – CONCLUSÃO

Em suma, conclui-se que o português tem ainda, de certa forma, um longo caminho a percorrer no que toca à sua representação como língua de afirmação não só no mundo comercial, mas também como veículo cultural. Sabe-se que, aproximadamente, duas em cada três crianças que nascem em Portugal são filhos de "estrangeiros" a trabalhar em Portugal.

Colocou-se estrangeiros entre aspas, porque não se considera que uma pessoa seja estrangeira num país onde trabalhe, faça os seus descontos, se sinta bem, e, sobretudo, contribua tal como qualquer outro habitante nacional, para o desenvolvimento e aumento da capacidade económica, social e cultural do país onde está inserido.

Tendo também como base o referido estudo do Grupo de Peritos apoiado pela Comissão Europeia, pode-se afirmar que um possível cliente ou comprador aceita muito mais facilmente fechar um negócio se o interlocutor falar a sua língua, ou pelo menos conhecer a sua cultura, tentando entoar algumas palavras na língua materna do destinatário, do que aquele que utiliza uma terceira língua, diferente de ambos os intervenientes no negócio, a qual, talvez, possa ser o inglês, por se ter tornado a *lingua franca* do fim do século passado e do início do presente.

Com esta ideia em mente, urge lutar pela presença da nossa língua em várias instituições internacionais e não tão unicamente nas referenciadas acima, como por exemplo nas Nações Unidas. Nos campos político e também comercial, aquela ideia leva-nos a crer que a língua portuguesa poderá tomar um papel preponderante nas relações comerciais e políticas, já que o Brasil é uma potência em franco crescimento e não prescinde da sua língua materna aquando da sua atuação no mundo globalizado dos dias que correm.

Esta atitude louvável, que muitas vezes os próprios portugueses não abraçam, tem dado vida e importância à língua portuguesa e exigido veladamente a imposição a outros países de aprenderem o português de forma a poderem comunicar com um dos seus principais parceiros a nível de exportações e importações, tal como é o caso da China, a qual utiliza sagazmente Macau como a porta de entrada e saída daquelas relações comerciais numa língua que se quer mais dinâmica e de maior influência nos dias de hoje.

Neste caso, o inglês, não conseguiu impor a sua hegemonia nas relações comerciais destes grandes gigantes do comércio internacional dos finais do século XX e, sem sombra de dúvida, do século XXI. Estas duas nações impuseram-se a nível comercial e o Brasil passou, por exemplo, de devedor a credor do Fundo Monetário Internacional.

Depois de serem apresentados todos os pontos anteriores, pode-se rematar que a língua é a alma de um povo e segundo Carlos Reis declarou – algo que é uma grande esperança para a língua portuguesa: "*respeitando os dados constantes da Enciclopédia Ethnologue, o português [é] a sexta língua materna com maior expansão a nível mundial, sendo mesmo um dos raros idiomas que detém o estatuto de língua materna em Estados ou Territórios dos quatro continentes".*

Portanto, pode concluir-se que a importância estratégica da língua portuguesa é tão imensa quanto a ponte obrigatória para o diálogo e relacionamento social, económico e cultural com outros blocos regionais. *"[As] previsões das Nações Unidas apontam para 286 milhões de falantes da língua portuguesa em 2025, e admitem que o número atinja os 336 milhões em 2050*" (Reis, 2005).

Com a certeza que o português começará a ter maior e melhor aceitação a nível internacional e que as línguas são o veículo de comunicação mais importante numa sociedade cada vez mais exigente, cita-se, em tom de conclusão, Martí, um cantor occitano, também referido por Jean-Baptiste Nardi, o qual defende que a sua identidade nunca deve ser posta em causa e que cada língua deve ser estudada, independentemente do número de falantes nativos vivos de uma determinada língua à escala planetária:

"Mas perqué,
M'an pas dit a l'escóla
La lenga de mon païs?"

BIBLIO E WEBGRAFIA:

ADEPBA – Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Portugueses, Brasileiros e da África e da Ásia Lusófonas (2010), http://www.pt-comunidades.com/index.php?option=com_content&view=article&id=570:franca-peticao-alerta-para-supressao-do-portugues-em-duas-instituicoes-de-ensino-uperior&catid=42:comunidade-eu&Itemid=251, consultado em 5 de março de 2011.

Bechara, Evanildo, entrevista ao jornal 'O Público', ed. 10 de junho de 2010.

Cadilhe, Gonçalo (2008), Nos Passos de Magalhães, Lisboa: Oficina do Livro.

Casteleiro, João Malaca, entrevista ao jornal Sol, ed. 11 de janeiro de 2008.

Chrystello, J. Chrys (2009), ChrónicAçores: uma circum-navegação, Ponta Delgada – Açores, VerAçor – Editores.

Jornal Económico, http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-e-brasil-querem-criar-canal-de-televisao-lusofono_95625.html, consultado em 6 de março de 2011.

Infopédia (2010), http://www.infopedia.pt/, consultada em 4 de março de 2011.

Macao Magazine (julho de 2010), *Expo Shanghai'2010*, Macau: Gabinete de Informação do Governo da Região Administrativa de Macau da República Popular da China (RAEM).

Magalhães de Castro, Joaquim (2010), Mar das Especiarias: a viagem de um português pela Indonésia, Lisboa: Editorial Presença.

Maalouf, Amin (2008), líder do Grupo de Intelectuais para o Diálogo Intercultural, levado a cabo por uma Iniciativa da Comissão Europeia: *A Rewarding Challenge - How the Multiplicity of Languages Could Strengthen Europe*, Bruxelas.

Nardi, Jean-Baptiste (2003), As múltiplas faces da memória: territórios e cenários das lembranças, Campinas – São Paulo, www.apreis.org/docs/bresil/Lang.minor.mem_jbnardi_vp.pdf, consultado em 5 março 2011.

Porto Editora (2011), mensagem eletrónica enviada a todos os seus clientes, a 3 março 2011.

Queirós, José, (2010), Provedor do Leitor do Jornal 'O Público', a 4 de março de 2011.

Reis, Carlos (2005), Além-Mar, Povos e Culturas – *Línguas: Diversidade Cultural em Vias de Extinção*, http://www.alem-mar.org/cgi--in/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFZyZyklVawqCqSok, consultado em 4 de março de 2008

Venuti, Lawrence (1995), The Translator's Invisibility – A History of Translation, Londres e Nova Iorque: Routledge.

www.destak.pt/artigo/78490-promocao-peca-por-ser-carregada-de-simbolismo-e-falta-de-pragmatismo, publicado a 25 de outubro de 2010 e consultado em 5 de março de 2011.

www.lusofonias.net/acordo%20ortografico/index.htm, consultado em 5 de março de 2011.

38. VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR AÇORIANO, CONVIDADO ESPECIAL DOS COLÓQUIOS NO BIÉNIO 2010-2011

TEMA 3.5 "ANGRA DO HEROÍSMO – ESCALA UNIVERSAL DA LITERATURA"? VASCO PEREIRA DA COSTA. ANGRA – UNIVERSAL ESCALA DA LITERATURA

Gaspar Frutuoso, primeiro cronista das ilhas atlânticas, registou em *Saudades da Terra* que a ilha Terceira e a sua cidade de Angra eram *a escala universal do mar poente*, posto que à enseada aportavam as especiarias das índias orientais e o ouro e a prata das índias ocidentais.

Emanuel Félix, num opúsculo publicado em 1970, *Angra no último quartel do séc. XVI*, evoca os escritos de João Hugo Van Linschoten, um mercador e explorador neerlandês que, na sequência de um naufrágio, aportou a Angra, elaborando um belo mapa da cidade e anotando um rol de curiosidades sobre a vida daquela *pequena Lisboa*.

Ainda no século XVI, Pompeo Arditi, natural de Urbino, arquiteto contratado por D. Sebastião para elaborar planos de defesa das ilhas, descreve a *città molto bella, e bene acasata*. Assinale-se, no século XVII, o *Espelho Cristalino* de frei Diogo das Chagas e, na transição para setecentos, o Padre António Cordeiro com a sua *História Insulana*, contendo ambas as obras de cariz historiográfico, referências e curiosas pequenas narrativas que aproximam as crónicas da índole ficcional.

Contudo, o registo histórico raramente coincide com os géneros literários, se bem que, alguns casos, os cronistas se deixem seduzir pelo maravilhoso, sobretudo quando a sua condição de eclesiásticos lhes impõe a explanação de milagres e a necessidade de atearem nos mortais fumos de santidade: e, então, fundem-se a realidade e a fantasia.

As crónicas destes primeiros narradores da história açoriana permitem, no entanto, aos poetas e ficcionistas gizar cenários, desenhar personagens, desdobrar panos de fundo, adotar pré-textos, porque os marcos históricos da cidade de Angra constituem um manancial aliciante para os escritores.

Deste modo, o povoamento e as tentativas de descoberta de terras a Ocidente dos Açores; a mercancia de oiro e de especiarias com toda a carga de aventura e de trágico marítimo; o exílio de personalidades como D. Afonso VI, de Gungunhana, do Marechal Gomes da Costa, de opositores ao regime fascista que fizeram das fortalezas angrenses os primeiros tarrafais; a resistência aos Filipes criando figuras míticas como Brianda Pereira e mitificando individualidades como D. António Prior do Crato e D. Violante do Canto; o facto de Angra ter acolhido o exército liberal e de ter sido capital do Reino com a presença de D. Pedro IV; a emigração para o Brasil, Estados Unidos e Canadá; a instalação de ingleses e americanos durante a segunda guerra mundial – toda esta carga factual constitui um manancial que os escritores irão explorar a partir do Romantismo.

Isto faz com que a cidade de Angra, a tal *pequena Lisboa* de que falava Frutuoso seja das cidades com mais referências na literatura portuguesa, não escapando, também, à atenção de alguns escritores estrangeiros.

Por isso, à semelhança do que fez Eugénio de Andrade relativamente a Coimbra, compilando textos numa antologia que intitulou *Memórias da Alegria*, trabalho, neste momento, na organização de uma coletânea sobre Angra, com esta particularidade de não ser Coimbra uma cidade de nascimento de muitos escritores – Sá de Miranda, Camilo Pessanha e outros, poucos, ao passo que Angra confirma aquilo que venho propalando desde há algum tempo: que a produção leiteira só é suplantada pela produção poética.

A contenção de tempo, hoje e aqui, não irá possibilitar uma amostragem exaustiva dessas referências literárias e irá surgir, almejo eu, como um pórtico para o reconhecimento da minha cidade de maravilha – então não sou eu o maior e único escritor vivo da rua Direita? Irei, portanto, ater-me a tantos exemplos, enumerando, no final, os escritores em cujas obras figura a cidade de Angra.

Sem preocupações cronológicas, começaria por Manuel Alegre, que, em Tanto Mar - Livro dos Açores, dedica quatro sonetos a Miguel Corte-Real, filho do primeiro capitão do donatário de Angra, mitificado navegador pré-colombiano pelas Américas. Desses quatro poemas, selecionei o primeiro:

Eu não sabia ainda o que é o mar:
Sei agora este amor como um navio
Meu Regimento do Astrolábio e do Quadrante
Meu Tratado da Esfera e da Arte de Marear.

Passarei como Gil Eanes além da espuma
Morrerei como Magalhães na praia de Mazaguá
Navegarei em busca de Gaspar
O que chegou à América e não voltou.

Eu não sabias ainda o que era o mar.
Sei agora este amor: teu corpo azul
Sobre o lençol dos dias. Partirei

Para o teu continente, ó minha Atlântida.
Dizei a Vasqueanes meu irmão
Que também eu não voltarei.

Dando um salto no tempo, mas, atendo-me aos acontecimentos históricos que anteriormente enumerei, socorro-me de Almeida Garrett, que em Angra recebeu a sua formação inicial tutelada por seu tio, o prelado D. Frei Alexandre da Sagrada Família.

Numa nota à cena em que, no Frei Luís de Sousa, Maria descreve o retrato de D. Sebastião, Garrett esclarece: *De todos os retratos que sei existirem, creio que o mais autêntico é o que está, ou estava, pelo menos até 1828, em Angra, na ilha Terceira, no palácio do governo, que antigamente era o Colégio dos Jesuítas.*

É tradição ter sido para ali mandado por el-rei mesmo em sua vida. Muitas vezes contemplei aquele retrato na sua mocidade e por ele é feita a descrição que pus na boca de Maria.

Adianto que o retrato já lá não está há tempos largos.

Aproveito a presença de Garrett, e, digressionando como ele, para ir até às *Viagens na Minha Terra.* Aqui se alude, na *Carta de Carlos a Joaninha* a uma tal Soledade, freira no convento de São Gonçalo. *Naquele escolho no meio do mar, chamado a ilha Terceira*, o herói da novela é levado à grade de um convento.

Diz a *Carta*: *O meu ar triste, distraído, indiferente, excitou a piedade das monjas. Uma delas, jovem, ardente, apaixonada, quis tomar a empresa de me consolar…Era Soledade que se chamava a freirinha.* Esta mesma freirinha é alvo da conversa dos soldados liberais no Vale de Santarém:

-«O nosso capitão não se descuida; Ainda hoje chegou e já…»
-«O nosso capitão é daqui: não sabes?», retrucou o outro.
-«Silêncio! Eu te direi logo a história toda: é uma prima», murmurou um terceiro.
-«Ah! É prima. Então não há nada que dizer»
-«Prima, a menina dos rouxinóis?! Essa é maluca».
-«Que queres? Gosta delas assim, que, afinal, ele também o é».
-«E a freira de São Gonçalo na Terceira?»
-«Maluca».
- E a lady inglesa, que…»
-«Maluquíssima».

Mas sobre os amores freiráticos, muitas referências existem. O duque de Lauzun, que participou na expedição dos franceses à América, na Guerra da Independência, no regresso à Europa, arriba a Angra.

E, nas suas *Mémoires* assim diz: *Je n'ai jamais vu de moeurs plus bizarres et mêler si plaisement l´amour de Dieu à l'autre.*

Um outro francês, o Conde de Ségur, na volta da América em 1792, também regista nas suas *Memórias* a passagem por Angra. De entre outras curiosidades, assinala o fandango dançado pelo bispo; visitas a um convento e descrição da dinâmica amorosa; visita ao governador e

o estranho vestuário do seu filho. Ainda no âmbito da literatura memorialista, citemos as *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, acompanhante dos Liberais*:*

> *O convento de São Gonçalo era um grande recurso para a oficialidade dos corpos, principiando pelo General. Todos tinham ali um derriço., como lhe chamavam, e nunca vi nada mais ridículo do que uma quinta-feira de endoenças na igreja daquele mosteiro. As lamentações eram aplaudidas com o mesmo entusiasmo das árias e cavatinas no teatro de São Carlos.*

De igual modo, o Visconde da Luz ficou marcado pelo seu derriço durante a estada do exército liberal. Seu filho, Eduardo Montufar Barreiros, publicou em 1904 dois volumes de um *jornal* em dois volumes com o título *Os papéis de meu Pai* e aí se identifica pelas iniciais D.F. a noviça que tanto perturbou o oficial-engenheiro de fortificações.

Deixo em paz as pobres freiras e, não saindo do período do Liberalismo, sinalizo uma obra de um escritor angrense, Faustino da Fonseca que escreveu um romance cujo título é bem elucidativo: Os Bravos do Mindelo. Nele há descrições muito interessantes da angra daquele tempo. Deixo apenas esta:

> *Rompeu no castelo o toque da alvorada, o eco vibrante do clarim dando o sinal do batalhão, e o terno de cornetas atacou as notas baixas, até se casarem num hino ao triunfal raiar da aurora. Passavam chocalhos de machos carregados de trigo para os moinhos do Pisão.*
>
> *Apregoavam leite homens do monte, vindos da Ribeirinha, barba ruiva, pé descalço, vestidos de linho branco alvo de neve, a camisola presa no pescoço por botões de oiro, carapucinha preta com orelhas vermelhas, pequena como a palma da mão, posta à banda num elegante equilíbrio, batendo o bordão com rendilhados na ponteira; rolhas de pasto no bico negro das cabaças defumadas, com pontos e cordel em fendas, por onde o leite gotejava, aos solavancos do pau posto ao ombro esquerdo.*
>
> *Apregoavam rapa, vergando a grandes molhos, pastores, ansiosos por se livrarem da carga, trazida desde noite do mato. Chiavam carros numa orgulhosa competência, irritando em furiosos latidos os cães das quintas.*
>
> *Soaram trindades em Santa Luzia, vibrou na alegria da madrugada esse toque de sino, impregnado ao pôr do sol pela melancolia da tarde; seguiu-se-lhe o repique anunciando a festa; tocaram na Sé à missa das almas*.

Na segunda metade do século XIX, referirei dois autores da geração de setenta: Antero e Eça. De Antero, respigo uma carta endereçada a Oliveira Martins, datada de Angra, a 26 de junho de 1874, onde fora tratar-se com um médico homeopata. Diz assim:

> *Escrevo-lhe da ilha Terceira. Aqui nos Açores há um provérbio que reza "S. Miguel, burgueses ricos; Terceira fidalgotes pobres; Faial, contrabandistas espertos."*
>
> *Com efeito, a Terceira é uma terra essencialmente portuguesa e peninsular: fidalguia, pobreza, touros, insouciance sóbria e filosófica, entusiasmo, bizarria e parlapatice, numa palavra, os defeitos e as qualidades correspondentes ao idealismo peninsular que Você bem conhece e não menos bem descreveu já.*
>
> *É quanto basta para que Você compreenda quanto tenho gostado disto, eu que de dia para dia me vou sentindo mais português, mais descubro em mim a fibra nacional e mais preciso pôr-me em comunhão com a alma coletiva.*

De Eça, socorro-me da *Correspondência de Fradique Mendes*. O romancista aponta a sua descendência açoriana: *Carlos Fradique Mendes pertencia a uma velha e rica família dos Açores; e descendia por varonia do navegador D. Lopo Mendes, filho segundo da Casa da Troba, e donatário de uma das primeiras capitanias criadas por começos do século XVI*.

E é nas palavras do próprio Fradique que ficamos a saber que *…quando fiz onze anos, minha avó, de repente, para me* ***habituar às coisas duras da vida*** *(como ela dizia), arrancou-me ao pachorrento*

ensino do Padre Nunes, e mandou-me a uma escola chamada ***Terceirense***.

Entremos agora pelo século XX e vamos às *Ilhas Desconhecidas* de Raul Brandão:

> *O navio fundeia na Terceira, num vasto semicírculo. Fechado ao norte pelo Monte Brasil e do outro lado pela ilha das Cabras. Está um calor surdo. Demoro-me a olhar a cidade, donde irrompe uma pirâmide amarela, o monumento a D. Pedro IV.*
>
> *Num plano mais afastado, alguns montes escalvados. É Braga, Braga com mais regularidade nas ruas, mais cal nas paredes, e que lhe deu na veneta para ser praia, estendendo até à beira-mar os seus conventos e as suas igrejas pesadas, com um forte em cada extremidade.*
>
> *Na rua andam mulheres de capote negro, apertado na cinta e formando concha sobre a cabeça, e raparigas do povo com o lenço atado só com um nó e deixando ver as madeixas: - são as solteiras; as casadas escondem todo o cabelo e atam duas vezes o lenço no pescoço.*
>
> *Foi aqui que vi as mais lindas figuras de mulheres dos Açores – tipos peninsulares, de cabelos negros e olhos negros retintos*.

São tantas as referências a Angra na obra de Vitorino Nemésio que teria que vos falar praticamente da obra completa. Bastará referir que foi um editor de Angra, Manuel Francisco Andrade, que editou o seu primeiro livrinho de versos e que, quer em prosa, quer em verso, quer em crónica, a cidade de Angra é tema e cenário obsidiantes.

Só este autor daria para um volume da antologia em que trabalho. Mudemos de tema, mudemos de autor. Vamos até ao tema do exílio. Coopto Urbano Bettencourt que, em *Algumas das cidades,* aborda a estada do Régulo dos Vátuas no presídio de São João Batista*:*

> *Há um rumor de passos na sombra destas pedras, inutilmente buscarão os caminhos de regresso a um reino de África. Alguém nos dirá se as cartas de Gungunhana iludem o tempo apenas ou, como a teia de Penélope, prolongam a espera e a esperança, prorrogando o instante da negação?*
>
> *É certo que generais e bispos o fizeram sargento católico e cristão e desse modo dilataram a fé e o império sem sair do quintal, mas quem poderá desvendar os recantos mais secretos de um homem ou interpretar os desígnios que os seus gestos transfiguram e mascaram?*
>
> *No* ***"Tratado de Vária História Dramática Insulana"*** *de autor anónimo do final do século, não são, aliás, raros esses casos de exilados mais ou menos voluntários despejados na ilha central do arquipélago por entre a hospitalidade curiosa e o espanto de uma população menos propensa, todavia, a comover-se com o infortúnio de um soba arrancado à imensidão do espaço africano do que com as mágoas e as dores de um rei corno ou doido que um erro administrativo fizera despachar para a ilha ainda antes da inauguração da Casa Amarela.*

Este rei corno ou doido é D. Afonso VI, personagem central de ***A Solidão da Casa do Regalo***, texto dramático de Álamo Oliveira. Cumpre aqui dizer que, se há um escritor de Angra, ele é Álamo Oliveira, que em todos os géneros literários tem celebrado a cidade em todos os seus encantos e em todas as suas vilezas.

Os limites de tempo impedem-me de referir, aqui, a qualidade dos seus textos, mas leiam, apenas, ***Pátio da Alfândega Meia Noite*** e apreenderão as minhas razões. Irei, de seguida, não saindo do tema do exílio e da prisão, apresentar um excerto de um conto extraído da coletânea ***Contos da Ilha Emersa*** – *O Senhor Governador*, em que o autor, o terceirense José Pereira da Costa, um arquivista, ex-diretor da Torre do Tombo, foca o período subsequente à revolução frustrada de 1931, que eclodiu nos arquipélagos da Madeira e dos Açores:

> *…a repressão desabou sobre a ilha // os suspeitos foram deportados sob prisão para as masmorras da metrópole e de outras colónias // mas agora era ao contrário // no castelo / mantendo-se a tradição de presídio / o depósito de presos / nome oficial / abarrotava de revolucionários degredados // o barco negro / comboiado por duas canhoeiras e sem ninguém esperar / deitara ferro ainda a manhã não despontara // depois em batelões de carga rebocados por um gasolina desembarcavam lá longe num*

pequeno cais filas negras de presos que serpenteavam encosta acima até ao portão chapeado de ferro do castelo por onde se sumiam nuns enormes barracões…) por tudo e por nada os prisioneiros eram severamente castigados e os reincidentes eram algemados e levados // os que voltavam traziam os olhos esgazeados de terror e no rosto intumescido as marcas das torturas // (…) mas o pior era o calejão e a poterna // era como se fossem enterrados vivos // o calejão era um corredor subterrâneo aberto no tufo vulcânico por debaixo das largas muralhas // entrava-se por uma porta que dava para a praça de armas e na parede húmida tinham escavado uns nichos como se fossem para santos / só que lhes puseram umas grades de ferro e neles metiam os desgraçados que nem podiam estar de pé nem sentados // (…) foi assim que um dos cabecilhas do levantamento / o sapateiro / ali morrera / inchado e com o corpo negro de pancadaria // ele só içara junto das muralhas do castelo uma bandeira preta que a brisa da manhã fazia ondular suavemente.

Deste período inquietante nos fala José Saramago em ***O Ano da Morte de Ricardo Reis***, pondo em destaque o valor simbólico do presídio de Angra do Heroísmo, porque, de facto, poucos foram os resistentes antifascistas que por lá não passaram:

Qual é a intenção deles, com certeza não contam sair para o mar acreditando que será bastante para fazer cair o governo

A ideia é irem para Angra do Heroísmo, libertar os presos políticos, tomar posse da ilha, e esperar que haja levantamento aqui (…)

Para quando será isso? (…) E os barcos?

*É o **Afonso de Albuquerque**, mais o **Dão** e o **Bartolomeu Dias**.*

É uma loucura, repete Ricardo Reis. (…)

Enfim talvez tudo venha a correr bem, sabe-se lá se não acabarão por pôr de parte o projeto, e, se teimarem, talvez consigam chegar a Angra. Veremos o que acontece.

Atingido o limite desta intervenção, resta-me lembrar o grande Emanuel Félix e *As raparigas lá de casa* ou o *Five o'clck tear*, em que capta uma atmosfera melancólica da cidade, a impiedosa e sarcástica *Ode Angra minha cidade em tom de elegia* de Marcolino Candeias. Seria injusto, todavia, omitir J. H. Santos Barros, J. H. Borges Martins, José Álvaro Afonso, Joel Neto, Luís Filipe Borges, Rui Duarte Rodrigues – e tantos outros, não esquecendo aquele que por humildade não é referido…,

Mas, na literatura, Angra não cabe na sua geografia nem no seu traçado urbanístico, Património da Humanidade. Por vezes, até, nem aí está: é uma cidade que assoma, sim, nas narrativas, nos poemas, nas artes plásticas, na música. É uma cidade que tem personagens, estórias, atmosferas, sonoridades, matizes, cheiros.

A literatura a arte em geral – possibilita um conhecimento outro, um itinerário outro, uma cidade outra, alcandorada a uma categoria estética que perpassa os séculos e transpõe a circunstância – alheia aos que erguem paredões locais, tolhem os horizontes e amesquinham o futuro. Desdenhando do sublime da arte o futuro de Angra ficaria como eles: mesquinho e pechenchinho.

Coimbra, fevº - mar 2011

39. ZAIDA FERREIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, – UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, GUARDA, PORTUGAL

TEMA 3.6 JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS E LESLIE SILKO – DOIS AUTORES, DUAS VOZES NA DEFESA DA PRESERVAÇÃO DO PLANETA, ZAIDA PINTO FERREIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO E INVESTIGAÇÃO DO INTERIOR

José Rodrigues dos Santos, no romance *Sétimo Selo*, assim como Leslie Silko, no romance *Almanac of the Dead*, expressam uma inquietação comum em relação ao futuro, considerando que a sobrevivência da civilização pode estar ameaçada. Apesar das diferenças a nível cultural, linguístico, une-os a conjugação de esforços na luta pela mesma causa – a preservação do planeta. Quer o romance de Rodrigues dos Santos quer o romance de Leslie Silko alertam o leitor

para os sinais evidentes de exaustão ambiental. A presente comunicação tem como objetivo analisar os dois romances e consequentemente as vozes dos seus autores em consonância com as previsões de cientistas ambientais, de entre os quais se destaca James Lovelock. Este artigo parte da leitura dos romances *O Sétimo Selo* de José Rodrigues dos Santos e *Almanac of the Dead* de Leslie Silko, procurando mostrar como as duas obras expressam uma inquietação comum em relação ao futuro, considerando que, face aos sinais evidentes de exaustão ambiental, a sobrevivência da civilização pode estar ameaçada. Apesar das diferenças a nível cultural, linguístico, une-os a conjugação de esforços na luta pela mesma causa – a preservação do planeta, essa joia suprema da criação para a qual o astronauta Edgar Mitchel chama a atenção na sua alocução, a bordo da cápsula de comando da *Apollo* 14, em 1971, um autêntico hino de louvor ao Universo e ao planeta Terra:

> *[…] olhei pela janela para o espaço, as estrelas e o planeta de onde viera e, subitamente, senti o universo como um ser inteligente, carinhoso e harmonioso. Também compreendi que a Terra é uma joia do cosmos, um lugar para venerar e preservar. Não estamos aqui por acaso, mas sim numa jornada de conhecimento, tão magnífica quanto o universo que nos sustenta. Temos uma profunda responsabilidade em cuidar da Terra […]* (Elgin, 2010:11)

No entanto, o Homem não está a corresponder ao papel de guardião da Terra, que foi depositada nas mãos da Humanidade pelo Criador, como afirmam as grandes tradições espirituais. Bem pelo contrário, perceciona a natureza apenas como um bem que pode ser explorado como lhe aprouver, numa sede insaciável de recursos materiais. Não há amor à Terra, há apenas uso dela. Assim, não admira a exclamação do cientista e filósofo visionário Buckminster Fuller, no início de um voo espacial à Lua: "*Somos a tripulação da nave espacial Terra, mas somos uma tripulação amotinada. Como se pode comandar uma nave com uma tripulação rebelde?"* (Elgin, 2010:11). Esta metáfora é bastante significativa, pois muitos cientistas e escritores já advertiram acerca da necessidade premente em domar este motim contra a natureza, uma vez que o círculo se fechou e não há por onde escapar. Gaia[310], tal como uma mãe severa, mas cuidadosa, adverte os seus "filhos" de que chegou o momento crucial de se fazer uma retirada ordeira e sustentável para um mundo onde tentemos viver em harmonia com a "Terra-Mãe". Duane Elgin, escritor e orador internacionalmente famoso, na sua obra *Simplicidade Voluntária,* chama a atenção para o facto de que, já em 1992, mais de mil e seiscentos cientistas mundialmente reputados, incluindo a maioria dos laureados Nobel em Ciência, subscreveram um "Alerta à Humanidade" sem precedentes. Nesta revelação histórica, asseguraram que *"os seres humanos e o mundo natural estão em rota de colisão [...] podendo alterar de tal modo o mundo vivo que este não poderá sustentar a vida tal como a conhecemos*" (2010: 32). E à guisa de conclusão, afirmaram:

> *Nós, abaixo assinados membros seniores da comunidade científica mundial, aqui alertamos a humanidade do que temos pela frente. É necessária uma grande mudança na nossa liderança da Terra e na vida que ela encerra, se quisermos evitar a miséria humana geral e a mutilação irreversível do nosso lar global neste planeta*[311] (ênfase adicionado). (2010: 32)

Todos os sinais evidentes de exaustão ambiental são reveladores de que ao prejudicar-se negligentemente a teia da vida, esse dano pode chegar a um ponto sem retorno, onde se torna impossível repará-lo e regressar incólume à condição inicial. Por isso, obras como *O Sétimo Selo* de José Rodrigues dos Santos, baseada em informação histórica, técnica e científica verídica acerca de problemas ambientais e *Almanac of the Dead* de Leslie Silko, com uma visão apocalítica do mundo, são essenciais para a criação de um novo paradigma, isto é um paradigma ecológico baseado numa ética ambiental. *O Sétimo Selo* leva o leitor numa impressionante viagem às maiores ameaças ambientais, que se erguem à sobrevivência da Humanidade,

[310] Nome que os Gregos davam à deusa da Terra, a Mãe-Terra, e sugerido por William Golding a James Lovelock para designar o Planeta Terra.

[311] O "Alerta à Humanidade" foi patrocinado pela União dos Cientistas Preocupados, 26 Church St., Cambridge, Massachusetts 02238.

conducentes a um apocalipse. Por sua vez, *Almanac of the Dead* alerta também o público leitor para a iminência de um apocalipse a nível ambiental numa tentativa de ser reavaliada a relação do Homem com o mundo natural. Silko, numa entrevista concedida a Linda Nieman em Women´s *Review of Books*, vol. IX, de julho de 1992, afirma que o cenário apocalítico de *Almanac of the Dead* tem como objetivo provocar na *psique* do leitor uma necessidade de mudança:

> "*It's like the way the Pueblos would use the ogre Kachina to scare the bad kids. It's like, read this and be horrified, and then don't let it be this scenario – let it be the other scenario*"[312].

Se, de facto, *Almanac of the Dead* tiver as repercussões almejadas por Silko, esta obra servirá para acordar uma sociedade adormecida e libertará a Terra moribunda do "coma" para o qual o homem civilizado logrou atirá-la. Esta escritora, de ascendência pluriétnica (índia, mexicana e branca), acredita que a Terra só conseguirá sobreviver graças à sabedoria ancestral dos povos nativos que sabem como viver em harmonia e equilíbrio com as forças naturais que os rodeiam. Caso contrário, a civilização poderá destruir-se a si própria, uma premonição já ouvida na voz profética de Henry David Thoreau em *Walden*. Thoreau afirmava que o progresso tecnológico havia levado o homem a esquecer-se da relação de interdependência entre ele e a natureza circundante. Um século depois da sua morte, poder-se-á aquilatar da pertinência dos seus reptos à humanidade. Os apelos de Thoreau encontram, de facto, eco nas teses de Silko e de Rodrigues dos Santos de acordo com as quais só uma congregação de esforços permitirá salvar a humanidade. Recorde-se que desde a altura em que o filósofo René Descartes proclamou o Homem dono e senhor do Universo, este perdeu os seus elos de ligação com a natureza passando a olhá-la apenas com fins mercantilistas.

Daí que Silko pretenda consciencializar o público leitor da necessidade de se devolver ao homem o sentido de comunhão espiritual com o Universo. A descodificação, a aceitação e assimilação deste princípio fundamental dará ao ser humano a possibilidade de inverter o caos criado por uma sociedade fragmentada e alienada da sua ligação com o mundo natural. Na visão desta escritora, Brancos e Índios terão que unir esforços e, através de estratégias conjuntas, poderão tornar viável o que se vislumbra inatingível, isto é, o restabelecimento da harmonia e do equilíbrio no ecossistema. Uma dessas estratégias é confiar na sabedoria dos nativos e comungar da sua reverência pela natureza:

> *All were welcome. It was only necessary to walk with the people and let go of all the greed and the selfishness in one's heart. One must be able to let go of a great many comforts and all things European; but the reward would be peace and harmony with all living things. All they had to do was return to Mother Earth. No more blasting, digging or burning*[313]. (Silko, 1991: 710)

Rodrigues dos Santos, naturalmente, partilha da opinião de Silko quanto à sabedoria salvífica dos povos nativos, já que no seu romance *O Sétimo Selo* faz referência a Olkhon, uma ilha na Rússia, um dos principais polos xamânicos do mundo, habitada por povos indígenas, e aos poderes dos xamãs, que muito têm para revelar à cultura ocidental. Assim, a personagem Nadezhda, estudante de climatologia, na Universidade de Moscovo, informa Tomás, professor de História, que, naquela ilha mágica, vive um dos mais importantes xamãs, Khamagan. O xamã é, nas sociedades nativas, uma figura muito poderosa e carismática. Mais que qualquer outro ser humano que se ocupe com o sagrado, o xamã é a pessoa que se embrenha pelas mais remotas regiões do mistério cósmico, para ali haurir a visão e a força necessária para a comunidade humana, em seu nível mais elementar. O termo xamã deriva do substantivo Tungus-Mongol ou Tungus-Manchu *saman*,

[312] Tradução nossa: Assemelha-se ao modo como os Pueblos usam o "bicho papão" Kachina para assustar as crianças más. É como se fosse, lê isto e fica horrorizada, e, por isso, não deixes que o cenário seja esse – mas sim, o outro cenário.

[313] Tradução nossa: Todos eram bem-vindos. Era só necessário caminhar com as pessoas e abandonar a ganância e o egoísmo. Tem de se ser capaz de abrir mão de muitos confortos, e de um grande número de coisas europeias, mas a recompensa seria paz e harmonia com todos os seres vivos. Tudo o que tinham de fazer era voltar para a Terra-Mãe. Não mais deflagração, escavação ou queimadas.

construído, por sua vez, a partir da raiz verbal *sa*, que, curiosamente, significa saber. Assim, o termo xamã significa literalmente – aquele que sabe. o papel do xamã, nestas sociedades, é o de presidir a rituais religiosos e comunicar com os espíritos dos animais ou com outros reinos da natureza com o fim de orientar o seu povo; é o medianeiro entre o homem e o sobrenatural, faz diagnósticos de doenças e realiza curas, conforme explica Nadezhda a Tomás:

> "*O xamã utiliza os seus poderes místicos para viajar por outras dimensões e comunicar com os espíritos, de modo a conseguir um equilíbrio entre os dois mundos, o físico e o espiritual*" (2008: 281).

Os ensinamentos de Khamagan assemelham-se à sabedoria da espiritualidade índia, preconizada por algumas personagens em *Almanac of the Dead*, entre as quais um Índio Hopi, que pauta a sua existência por um elevado sentimento de harmonia cósmica, o que lhe permite comungar de uma relação empática com tudo o que o rodeia e receber mensagens de outros reinos da existência:

> "*The message had arrived. The Barefoot was the Messenger. […] Mosca said the sandals were the Hopi's so he must have gone for a walk along the river to feel messages from the earth through his bare feet*"[314] (Silko, 1991: 616-617).

Retomando o romance *Sétimo Selo*, a personagem Filipe, um geólogo português, a trabalhar na área petrolífera, intérprete do xamã russo Khamagan, elucida o seu amigo de infância, Tomás, acerca da mundividência que subjaz ao fenómeno do xamanismo:

> *Os xamanes veneram o ar, a água e a terra e consideram que é importante manter o equilíbrio no mundo. Segundo eles, o planeta não é um sítio morto, mas cada coisa e cada lugar vibra com a presença viva de espíritos. Tudo tem uma alma, incluindo os animais e as plantas. A ética xamane preconiza o respeito pela natureza e a defesa das coisas naturais*. (Santos, 2008: 294)

Poder-se-á dizer que o xamã acede a uma visão da realidade que é abrangente e una em toda a sua diversidade, estabelece uma relação dialogante com uma matriz, fecunda e dinâmica e assume um padrão vital que poderá garantir a sobrevivência física e espiritual de todos e de tudo. Por conseguinte, Khamagan afirma:

> *A Mãe Terra e o Pai Céu criaram-nos e alimentaram-nos durante milhões de anos e merecem o nosso respeito. [...]. Os homens acham que o mundo é inerte e está aqui para ser explorado. Não é e não está. O problema dos homens é que perderam o respeito pela Mãe Terra e isso condena-nos a todos. Precisamos de respeitar o lago e a montanha, a taiga e a estepe, a águia e o peixe, ou então perderemos tudo. Precisamos de tenger medne. Cada um de nós é responsável pelo que faz [...].* (2008: 297)

No mundo xamânico, *tenger medne* significa a responsabilidade pessoal que o sujeito tem para com o universo e, na relação que se estabelece, não há intermediários, nem padres, nem livros sagrados e nem mesmo xamãs. Desta forma, o xamanismo e a mundividência índia unem os seres humanos à Natureza, às forças presentes na Natureza, fazendo deles seres equilibrados, sãos e felizes. Deste modo, a ideia de Homem como Sujeito e da Natureza como Objeto carece de sentido, dando lugar à visão de um Universo constituído por sujeitos dialogantes. A partir daí, o Homem vive no seio da Natureza sem alterar nada, interagindo com ela de uma forma amorosa e plena de respeito. Perante o exposto, verifica-se que Rodrigues dos Santos e Silko, arautos de uma mudança de paradigma, estão imbuídos do mesmo ideal – promover uma ética ecológica na civilização ocidental, consciencializando o leitor para a necessidade de se refrear o impulso

[314] Tradução nossa: A mensagem tinha chegado. Barefoot era o mensageiro. [...] Mosca disse que as sandálias pertenciam ao Hopi, por isso ele devia ter ido passear ao longo do rio para sentir as mensagens provenientes da terra através dos seus pés descalços.

humano para a cupidez material, caso contrário, os alicerces para um futuro humano salutar e belo estarão comprometidos, como observa a personagem romanesca Nadezhda, melancolicamente:

> *De olhos presos na floresta imensa, imaginou o terrível destino a que aquele pulmão permanecia alheio, imaginou o fogo que um dia o iria consumir, como se aquelas árvores esbeltas fossem vítimas inocentes alinhadas para a fogueira, condenadas às chamas eternas do inferno que se acercava, furtivo e impiedoso*. (Santos, 2008: 209).

Almanac of the Dead sublinha ainda que, para além das secas provocadas pelo aquecimento global do Planeta, e das mudanças climáticas ocasionadas pelo choque destrutivo entre as forças científico-tecnológicas e as forças naturais, a maior parte dos aquíferos dos Estados Unidos (e do resto do mundo) estão contaminados com infiltrações de pesticidas e de outros resíduos venenosos, para já não falar da poluição atmosférica. Tais atos imperdoáveis, como o Índio Hopi faz questão de salientar, são crimes contra a integridade da vida humana:

> *The eco-warriors had been accused of terrorism in the cause of saving Mother Earth. So I want to talk a little about terrorism first. Poisoning our water with radioactive wastes, poisoning our air with military weapons' wastes – those are acts of terrorism! Acts of terrorism committed by governments against their citizens all over the world*[315]. (Silko, 1991: 734)

Na mesma obra, também a personagem Clinton, um veterano negro, acusa os descendentes dos Europeus de agirem como verdadeiros saqueadores da Terra-Mãe, isto é, de devastarem os principais recursos naturais, tirando o máximo proveito da terra e deixando para trás aterros químicos tóxicos, cursos de água poluídos, derrames de petróleo nos oceanos e resíduos nucleares que se irão manter letais durante dezenas de milhares de anos: "*The Europeans had managed to dirty up the good land and good water around the world in less than five hundred years. Now the despoilers wanted the last bits of living earth for themselves alone*"[316] (1991: 415).

No mundo empírico, figuras como McKibben, ambientalista e escritor americano, partilham da opinião das personagens ficcionais criadas por Silko e Rodrigues dos Santos, salientando o facto de, pela primeira vez na história da nossa espécie, já não existir um mundo natural imune aos efeitos da mão humana: *"Not in the Adirondacks, nor in the rainforests of the Amazon, not even on the Antarctic ice-cap, can one get away from the effects of human civilization"*[317] (citado em Peter Singer, 2005: 16). Realmente, através de ações irrefletidas, danificou-se a camada de ozono que protege o planeta da radiação solar, aumentou-se o teor de dióxido de carbono existente na atmosfera e, a partir daí, todos os elementos vitais da natureza ficaram comprometidos. Daí que Rodrigues dos Santos, apoiando-se em dados científicos, apresenta em O Sétimo Selo as inquietações de peritos em questões ambientais, conforme se infere do diálogo entre a estudante de climatologia e Tomás:

> *Os modelos climáticos consideram imperativo que estabilizemos a situação [de emissão de dióxido de carbono] nos 450 ppm. O problema é que os 445 ppm já não são possíveis, uma vez que só as nossas emissões vão cumulativamente elevar a concentração de dióxido até esse valor em 2010. Ora, como às atuais emissões temos ainda de acrescentar as futuras, eu diria que a situação já está descontrolada.* (2008: 208-209)

[315] Tradução nossa: Os ecoguerreiros tinham sido acusados de terrorismo ao tentarem salvar a Terra-Mãe. Assim, em primeiro lugar, quero falar um pouco sobre terrorismo. Envenenar a nossa água com resíduos radioativos, envenenar o ar com resíduos de material militar – esses, sim, são atos de terrorismo! Atos de terrorismo cometidos por governos contra cidadãos de todo o mundo

[316] Tradução nossa: Os Europeus conseguiram sujar a terra boa e a água boa em todo o mundo em menos de 500 anos. Agora, os espoliadores queriam os últimos pedaços de terra apenas para ele.

[317] Tradução nossa: Nem nos Addirondack, nem nas florestas tropicais da Amazónia, nem mesmo sobre a calota de gelo da Antártica, se consegue fugir aos efeitos da civilização humana.

Em suma, o homem, na sua cegueira, utilizou e continua a utilizar livremente os oceanos e a atmosfera como grandes vazadouros para os seus resíduos, atos que são considerados, em *Almanac of the Dead,* como uma forma de terrorismo cometida pelo próprio governo. Por sua vez, Rodrigues dos Santos denuncia ainda um outro tipo de terrorismo, desta vez direcionado contra indivíduos que lutam de uma forma altruísta contra os interesses económicos de grandes grupos financeiros:

> *"Achas então que foram os interesses do petróleo que provocaram a morte dos teus amigos cientistas", observou Tomás […]*
>
> *"Acho, não", corrigiu o amigo."Sei."*
>
> *"As pessoas podem ter o aspeto mais civilizado do mundo, e no caso do petróleo há muitas que nem sequer têm esse aspeto, mas quando se trata de defender interesses desta envergadura, meu caro, não há civilizado que resista. Tudo se torna primitivo, violento, básico. A preservação deste tipo de poder envolve os instintos mais primários e as ações mais brutais que se possa imaginar*." (2008: 263-264)

Todas estas asserções, tanto em Sétimo Selo como em Almanac of the Dead, patenteiam que a Terra está em perigo, assim como todos nós, participantes desta grande teia da vida, e o inimigo não é outro senão nós próprios. Por isso, nesta época crucial, Rodrigues dos Santos e Silko exibem, de uma forma catastrófica, a encruzilhada em que a humanidade se encontra, apontando duas grandes saídas, o colapso ou a transformação, a ruína ou a renovação. Presentemente, ainda se sobrepõem, mas vão afastar-se cada vez mais, à medida que se prossegue em direção ao futuro. Recorde-se, por exemplo, a exclamação incrédula de um cientista, logo no início do romance Sétimo Selo, ao verificar que, na Antártida, uma plataforma de gelo de quatro quilómetros de espessura, está a desmoronar-se por causa do degelo: "'*Mas isso não é possível! Larsen B existe desde a última grande glaciação, há doze mil anos. Uma plataforma de gelo tão grande e tão antiga não se desfaz sem mais nem menos*'" (Santos, 2008: 13). Assim, tal como os icebergues principiam a flutuar pela primeira vez em milhares de anos, também, na vida da humanidade, as incertezas quanto ao futuro nunca foram tão abissais, uma vez que as repercussões das transformações que estão a ocorrer são incontroláveis:

> *"Se a temperatura média do planeta subir três graus Celsius… hmpf… a Austrália não passará de deserto e cinzas." […] "Aliás a coisa já começou. Os grandes incêndios de 2003 libertaram em dez minutos mais energia do que a bomba atómica de Hiroxima, e o fumo das árvores a arder foi atirado para o ar com uma força de tal modo explosiva que entrou na estratosfera e começou a circular pelo globo. Consegue imaginar isso?" […] "Além disso, as secas irão alastrar e a agricultura entrará em colapso. Este continente…humpf…está à beira do abismo*." (Santos, 2008: 417)

No entanto, a maioria das pessoas ainda não aceita o facto de a crise ambiental ser realmente grave e a vida continua a decorrer como se perigo algum a ameaçasse, sob a sanção de forças interessadas na promoção do consumo, como denuncia o escritor Elgin em Simplicidade Voluntária, à semelhança de Rodrigues dos Santos e Silko:

> *[...], a comunicação social, especialmente a televisão, é uma força poderosa na criação de condições para o colapso ecológico. Ao promover agressivamente uma consciência consumista para vender publicidade, modera a preocupação pública e desvia as atenções da urgência dos desafios globais. Mascarando a realidade da situação mundial, ignorando os problemas fundamentais e gerando uma sensação falsa de normalidade, a comunicação social atrasa o processo de aprendizagem social.* (2010: 124)

Na perspetiva de Elgin, as organizações ambientais que poderiam fazer a diferença através de uma atuação criativa e inovadora são escassas e com pouco impacto. Por isso, as pessoas são forçadas a confiar em burocracias ultrapassadas e rígidas incapazes de responderem, de uma forma satisfatória, às ameaças ambientais: "Com a maioria das nações a adotar uma ética de sobrevivência e a virar as costas às responsabilidades da biosfera e da família humana, o mundo desliza imparavelmente em direção à calamidade" (2010: 125).

Noutra passagem, Elgin, numa crítica dura à irresponsabilidade da sociedade moderna, chega mesmo a referir que o sentimento diminuto da responsabilidade pela orientação da sobrevivência antecipa a destruição da biosfera e origina uma espiral de guerra e destruição ambiental que se alimenta a si própria. Na sua opinião, dentro de uma geração, a biosfera torna-se tão estropiada e os habitantes do planeta tão divididos pelos conflitos, de tal modo que se instala uma nova era das trevas na Terra. De igual modo, o romance O Sétimo Selo, escrito dois anos antes da obra de Elgin, Simplicidade Voluntária, critica a mesma atuação negligente dos governos e o modo infantil e indiferente do cidadão comum face aos problemas ecológicos que assolam o planeta:

> *"Quando os cientistas do painel da ONU vieram a público e confirmaram que, nas próximas décadas, as tempestades vão ficar mais violentas, o deserto irá alastrar para mais de metade do planeta e o nível do mar vai subir uma dezena de metros ou mais, o que seria normal acontecer? Acho que CNN teria de interromper a emissão com grande espalhafato, milhões de pessoas deveriam ter saído às ruas em terror e exigido mudanças imediatas na política energética, os dirigentes políticos teriam de vir à televisão anunciar medidas de emergência para enfrentar esta catástrofe. Não achas que isso seria uma reação normal?"*
>
> *"És capaz de ter razão."*
>
> *"Mas não foi isso o que aconteceu, pois não? Os cientistas fizeram um anúncio com esta dimensão e… e só faltou ver as pessoas a bocejarem de tédio! Achas isto normal*?" (Santos, 2008: 256-257)

De facto, de uma forma inconsequente, os governos estão a olhar para a Terra como se tratasse de uma mercadoria inextinguível, utilizando a filosofia do *laisser-faire*, sem se preocuparem com o destino das gerações vindouras. Por esse motivo, Rodrigues dos Santos apela várias vezes, ao longo do seu romance, para a necessidade do governo atuar urgentemente para não se correr o perigo de se ultrapassar uma espécie de fronteira sem retorno, para além da qual se terá esgotado a última oportunidade de recuperar o equilíbrio natural da Terra: " […] *Primeiro em Quioto, depois em encontros que fomos tendo ao longo do tempo, nós os quatro fomos conversando sobre o maior desafio que a humanidade hoje enfrenta: será possível impedir o apocalipse?"* (2008: 257). Assim, o escritor discorre através da personagem ficcional Nadezhda sobre a mudança do clima do planeta e a consequente subida das águas do mar que poderá ocasionar o desaparecimento de países inteiros:

> *"Se a temperatura média do planeta subir cinco graus, e vai subir, podes ter a certeza de que haverá regiões que se tornarão inabitáveis, sem dúvida nenhuma. [...]: desde que em 1850 se começaram a fazer registo das temperaturas, onze dos doze anos mais quentes de que há memória ocorreram depois de 1995. As consequências da continuação desta tendência são catastróficas. Para começar, o nível do mar irá subir, o que, [...], se revelará desastroso." [...]*
>
> *"Olha, bastam cinquenta centímetros para engolir toda a Polinésia." [...]*
>
> *"Desde o início do século XX, e por causa do aquecimento global, o nível do mar já subiu dezassete centímetros. Mas o problema é que irá subir mais do que isso*. " (Santos, 2008: 199)

De igual modo, no mundo empírico, James Lovelock, ambientalista inglês, considerado pelo *New Scientist* como uma das figuras mais influentes do movimento ambientalista, alerta, no seu mais recente livro, *The Revenge of Gaia* para o facto de que, dentro em breve, a Humanidade irá confrontar-se com um novo tipo de problema, denominado de "refugiados do clima", e, simultaneamente, com um agravamento da escassez de alimentos, estando assim comprometida a sobrevivência futura do homem. Realmente, tanto Lovelock como especialistas ambientais preveem que o aquecimento do planeta poderá provocar, nos próximos anos, o êxodo de dezenas de milhões de "refugiados do clima" expulsos de suas terras não só pelas secas e pelas doenças daí decorrentes, mas também pela subida dos níveis do mar. E, profeticamente, Lovelock questiona: "*Do we have the food and shelter needed when cities such as London, Calcutta, Miami and*

Rotterdam become uninhabitable?"[318] (2007: 199). E, dentro em breve, catástrofes maiores poderão surgir e, por isso, a advertência de Lovelock para o risco de extinção dos seres humanos: "*We have in a sense stumbled into a war with Gaia, a war that we have no hope of winning*"[319] (2007: 140). *Almanac of the Dead* corrobora o receio de Lovelock e remete o leitor para as profecias índias que vaticinam a destruição da Humanidade, enquanto a Terra-Mãe permanecerá incólume:

> *As the prophecies had warned, the earth's weather was in chaos; the rain clouds had disappeared while terrible winds and freezing had followed burning, dry summers. Old Yoeme had always said the earth would go on; the earth would outlast anything man did to it, including the atomic bomb*.[320] (Silko, 1991: 718)

Desta forma, é pertinente a proclamação de Carl Jung, psicanalista suíço, que, perante os sinais perigosos da era moderna, capazes de prenunciar graves ocorrências, faz notar que:

> "*If there was ever a truly apocalyptic era, it is ours. God has put the means for a universal holocaust into the hands of men*"[321] (Sabini, 2002: 175).

Também, em Sétimo Selo, Nadezhda alerta Tomás sobre as preocupações apocalíticas de Filipe, em relação ao destino da humanidade:

> *"O Filhka tinha uma maneira terrível de descrever o que nos espera ainda neste século." Abanou a cabeça. "Usava uma palavra asssustadora."*
>
> *"O quê?"*
>
> *A russa respirou fundo e voltou a encarar Tomás.*
>
> *"Apocalipse." (Santos*, 2008: 209)

A palavra apocalipse encaminha-nos para uma mensagem em código enviada por James Cummings, um físico inglês, a Filipe, "*When He broke the seventh seal, there was silence in heaven*"[322] (Santos, 2008: 154). Tomás, perito em línguas antigas, encontra na Bíblia, no Livro *O Apocalipse de S. João*, o significado daquele código. E, perante esta citação religiosa, Tomás elucida o agente da Interpol acerca do significado apocalítico do *Livro dos Sete Selos*, de onde fora extraída a frase em código:

> *Os primeiros quatro selos fizeram aparecer quatro cavaleiros destruidores. São os quatro cavaleiros do Apocalipse. Um é um conquistador, os outros são portadores da fome, da guerra e da morte. O quinto selo fez aparecer os mártires e o sexto trouxe um terramoto e outros terríveis cataclismos destinados a punir os castigos da humanidade.*
>
> *[...] "'Quando Ele quebrou o sétimo selo, fez-se silêncio no Céu.'"*
>
> *[...] "E depois? O que aconteceu depois? "*
>
> *[…] "João viu trovões, relâmpagos e terramotos por toda a parte. Na terra e no mar são lançados fogo, saraiva e sangue, tornando inabitável um terço do planeta. Cai uma estrela do céu e o Sol fica obscurecido pela fumarada. Numa extinção em massa, parte da humanidade e da vida desaparecem." " Em resumo, começa o apocalipse."*
>
> *[…] "Já viu o que esta frase desencadeia?"*
>
> *"O fim do mundo, meu caro professor. O fim do mundo." (Santos, 2008: 161-162*)

[318] Tradução de Cecília Antão da Silva: Temos alimentos e abrigos necessários quando cidades como Londres, Calcutá, Miami e Roterdão se tornarem inabitáveis. (2007: 217)

[319] Tradução de Cecília Antão da Silva: Num certo sentido, envolvemo-nos numa guerra com Gaia, uma guerra que não temos qualquer esperança em ganhar. (2007: 158)

[320] Tradução nossa: Como as profecias tinham avisado, o clima da terra estava um caos; as nuvens haviam desaparecido enquanto ventos terríveis e gélidos tinham dado lugar a verões tórridos e secos. A velha Yoeme sempre disse que a terra continuaria e iria superar tudo o que o homem lhe fez, incluindo a bomba atómica).

[321] Tradução nossa: Se alguma vez houver uma época verdadeiramente apocalítica, de facto, é a nossa. Deus colocou os meios para um holocausto universal nas mãos dos homens.

[322] "Quando Ele quebrou o sétimo selo, fez-se silêncio no céu" (Rodrigues dos Santos, 2008:162).

Este presságio apocalítico não é estranho à nossa sociedade, uma vez que está a ser confrontada, cada vez mais frequentemente, com terramotos, tsunamis, furacões. Ainda recentemente, no dia 11 de março, no Japão[323], o homem sentiu-se encurralado na sua pequenez, ao ter de enfrentar um sismo de magnitude 8,9 (o mais forte registado no Japão em cento e quarenta anos), seguido de um tsunami, num verdadeiro cenário dantesco.

De facto, a natureza, de uma forma implacável, sem se fazer anunciar, "presenteia" toda a Humanidade com cenas de uma violência inusitada. Como se pode constatar, todas as asserções feitas por Rodrigues dos Santos e Silko nos seus romances, assim como pelo cientista James Lovelock e, por último, por Carl Jung, acerca de um potencial apocalipse, encerram sérias admoestações à humanidade em relação ao poder e severidade da Terra-Mãe para com os seres humanos ambiciosos que, na sua total cegueira, desafiam as leis da Natureza.

De repente, todos os elementos naturais, violados e feridos de morte, se insurgem contra os maus-tratos que lhes têm sido infligidos. Assim, poder-se-á concluir que os romances O Sétimo Selo e Almanac of the Dead são um grito de alerta à Humanidade: a Terra está à beira de um holocausto ecológico e, se tal hecatombe vier a acontecer, a humanidade não sobreviverá. Por conseguinte, José Rodrigues dos Santos e Leslie Silko, conhecida por Profeta do Apocalipse, sentem a responsabilidade de alertar o homem para a premência de se reconciliar com a Terra-Mãe, enquanto ainda se dispõe de tempo e poder.

Na verdade, longe de tentar dominá-la e subvertê-la, é sensato manter com a Terra-Mãe uma atitude de reverência e sabedoria, encontrando a salvação na rendição: "*We need the people of the world to sense the real and present danger so that they spontaneously mobilize and unstintingly bring about an orderly and sustainable withdrawal to a world where we try to live in harmony with Gaia*"[324] (Lovelock, 2007: 192).

Termino este artigo, fazendo referência às palavras proferidas por Magalhães Pinto, na sua crónica de opinião para o Diário Económico de 13 de janeiro de 2005, a propósito do tsunami em dezembro 2004, no Sudeste Asiático. Estas palavras relembram-nos a nossa pequenez face ao poder inigualável da Natureza:

> *À míngua da educação que havíamos de dar-nos, a natureza encarrega-se de nos educar. As forças que não podemos controlar encarregam-se de nos reduzir à nossa verdadeira dimensão. Encarregam-se de nos mostrar como somos átomos no seio do Universo, no conjunto da humanidade, no anonimato das multidões.*[325]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bíblia (1998) – *Nova Bíblia dos Capuchinhos*. Lisboa – Fátima: Difusora Pública.

Elgin, Duane (2010) – *Simplicidade Voluntária*. Trad. de Sofia Serra. Alfragide: Estrela Polar.

Lovelock, James (2007) – *The Revenge of Gaia*. London: Penguin Books.

--- (207) – *A Vingança de Gaia*. Trad. de Cecília Antão da Silva. Lisboa: Gradiva.

Nieman, Linda (1992) – "Narratives of Survival", *The Women's Review of Books*. vol. IX, julho, p. 10.

Pinto, Magalhães (2005) – "Tsunami no sudeste asiático". *Diário Económico*. 13 de janeiro, p. 9.

Sabini, Meredith, ed. (2002) – *The Nature Writings of C.G. Jung*. Berkley: North Atlantic Books.

Santos, José Rodrigues dos (2008) – *O Sétimo Selo*. Lisboa: Gradiva.

Silko, Leslie (1991) – *Almanac of the Dead*. Nova Iorque: Penguin Books.

Singer, Peter (2005) - Como *havemos de viver? A Ética numa Época de Individualismo*. Trad. de Fátima St. Aubyn. Lisboa: Dinalivro.

Thoreau, Henry David (1992) - *Walden*. New York: Everyman's Library.

[323] http:// ww1.rtp.pt/noticias /? t=Tsunami-atinge-o-Japao.rtp&article (consultado em 11/03/2010).

[324] Tradução de Cecília Antão da Silva: Precisamos que a população mundial sinta o perigo real e atual para se mobilizar espontaneamente e levar a cabo, sem restrições uma retirada ordeira e sustentável para um mundo onde tentemos viver em harmonia com Gaia. (2007: 210)

[325] *Diário Económico,* 13 de janeiro de 2005, p.9.

TEMAS REVISTA 0 2011 ITEM 16

1.HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO
1.1. Autores lusófonos açorianos
1.2. Outros Autores lusófonos
2. LUSOFONIA E SANTA MARIA
2.1. A ilha-mãe: HOMENAGEM AO MICAELENSE MAIS MARIENSE
DANIEL DE SÁ VISTO PELOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA
DANIEL DE SÁ E AS MEMÓRIAS REVISITADAS
2.2. OUTROS AUTORES MARIENSES
3. O Estado da LUSOFONIA:
3.1. Português como Língua de Identidade e Criação;
3.2. Diversidade da Língua Portuguesa no tempo e no espaço;
3.3. Português nos Media e no Ciberespaço;
3.4. Português como Língua de Ciência;
3.5. Ensino do Português
3.6 Português nos Grandes Espaços (linguísticos, económicos, etc.)
4. TRADUÇÃO:
4.1. Tradução de autores portugueses no estrangeiro.
4.2. Tradutores e autores portugueses
4.3. Tradução Monocultural e intercultural
4.4 Tecnologias e Tradutologia

2.ÍNDICE COLABORADORES REVISTA 0 2011 ITEM 16

	Nome	Instituição	Título
40.	Anabela Mimoso	CEI-EF ULHT	Experiências da diáspora - Os casos de Rodrigo Leal de Carvalho e de Eduardo Bettencourt Pinto -
41.	Anabela Sardo	Instº Politº da Guarda,, Unidade de Investigação e Desenvolvimento do Interior	A ilha, "território privilegiado onde as leis são abolidas, onde o tempo se detém", em "Matar a Imagem" de Ana Teresa Pereira
42.	Anabela Sardo	Instº Politº da Guarda, UIDI Unidade de Investigação e Desenvolvimento do Interior	Vasco Pereira da Costa – O mar imenso e íntimo do poeta incendiado pelo *Fogo Oculto* da ilha rasgada sobre o mundo
43.	Elisa Branquinho	Idem	Idem
44.	Zaida Pinto	idem	idem
45.	Chrys Chrystello	AICL Ass. Int'l Colóquios Da Lusofonia	Descobrir Daniel de Sá ou o poeta das casas mortas
46.	Concha Rousia	AGLP Academia Galega Língua Portuguesa	O Contributo Da Galiza Para O Acordo Ortográfico E O Vocabulário Comum
47.	Dina Ferreira	Univ. Estadual do Ceará, Brasil, Paris V Sorbonne, França	Bechara — erudição e humor em sua saga lusófona
48.	Eduardo Bettencourt Pinto	ESCRITOR AÇORIANO	Carlos Faria: um trovador de afetos
49.	Fernanda Santos	Univ. Federal de Sta Catarina, CLEPUL/UFSC	A globalização do ensino da Companhia de Jesus: os *curricula* dos jesuítas e a grande revolução pedagógica na época moderna
50.	Francisco Madruga	Editora Calendário de Letras	AICL: Passado, presente e futuro
51.	Ilyana Chalakova	Universidade de Sófia "St. Kliment Ohridski Bulgária	tradupoético: Poesia Açoriana pelas "Terras" de Vasco Pereira da Costa
52.	Joana Pombo	*Centro* de Interpretação Ambiental *Dalberto Pombo*	Dalberto Pomboi
53.	Luciano Pereira	Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal	A Lagoa das Sete Cidades – Cristalizações de memórias, mitos e lendas
54.	Luís Gaivão	Ex adido cultural de Portugal	Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e os Açores: as Luzes, as Guerras Liberais e o Pensamento
55.	Mário Meleiro	Instº Politº da Guarda,, Unidade de Investigação e Desenvolvimento do Interior, Esc. Superior Educação, Comunicação e Desporto	Ricardo Reis: defensor da língua, desrespeitador da norma ortográfica.
56.	Raul Gaião	Colaborador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e do Dicionário Houaiss	Açorianos em Macau – D. Arquimínio da Costa: da atividade pastoral ao diálogo com a Igreja da China.
57.	Rolf Kemmler	CEL, Univ. UTAD (Vila Real)	João Albino Peixoto (1803-1891): um poeta ribeira-grandense que traduziu Beauzée
58.	Rui Formoso	Instº Politº da Guarda, Escola Superior de Educação Comunicação e Desporto	*Longe da vista, longe… da compreensão: o império da escrita e as dificuldades na consciência do oral.*

59.	Vasco Pereira Da Costa	Escritor Açoriano	Génese de dois poemas sobre SANTA MARIA - Cristóvão Colombo em Santa Maria (Riscos de Marear) e Baía da Cré (O fogo Oculto).
60.	Zélia Borges	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Memória (ainda atividade) do carro de bois
61.	Zilda Zapparoli	Universidade de São Paulo	Voz e texto ortográfico-fonético no sistema corpor – *corpora* do português falado de SÃO PAULO

40. ANABELA MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO

TEMA 1: AUTORES LUSÓFONOS AÇORIANOS - EXPERIÊNCIAS DA DIÁSPORA, - OS CASOS DE RODRIGO LEAL DE CARVALHO E DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO – ANABELA MIMOSO, CEI-EF UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO

Nascido nos Açores, na ilha Terceira, Rodrigo Leal de Carvalho viajou para Oriente em busca do seu porto de abrigo. Encontrou-o em Macau, em 1959. Aqui nasce também a sua vocação como escritor. Regressa aos Açores em 1999, aquando da passagem daquele território sob administração portuguesa para a China, mas o seu coração permanece em Macau. De ascendência açoriana, por via materna, mas nascido em Angola, em 1954, Eduardo Bettencourt Pinto de lá saiu em 1975, pouco antes da independência desta ex-colónia portuguesa. Também ele procurava um porto de abrigo. Rumou para Ocidente. Depois de ter passado pelos Açores, encontrou-o na parte mais ocidental do Canadá, em Vancouver, mas o seu coração permanece em África. Este trabalho pretende refletir sobre a forma como em dois romances destes autores (açorianos?), separados por uma geração, se refletem estas mesmas experiências de emigração, nomeadamente, em relação à mestiçagem.

1. A DIÁSPORA

Se bem que os casos de Rodrigo Leal de Carvalho (RLC) e Eduardo Bettencourt Pinto (EBP) não possam servir para uma generalização apressada de experiências de desenraizamento no período da descolonização ou pós-colonial, as vidas destes autores configuram interessantes experiências de diáspora. Interessantes já que, na realidade, esta é feita dentro do mesmo país, embora entre continentes diferentes. Trata-se, em todo o caso, de uma desterritorialização, se bem que não acompanhada do abandono da língua materna. Mas trata-se também, e não podemos escamotear isso no que diz respeito à relação quase umbilical que os autores estabelecem com esses lugares, de uma vivência privilegiada, já que sendo portugueses, colonos portanto, são aí, o grupo, embora minoritário, dominante em termos sociopolíticos. Rodrigo Leal de Carvalho nasceu em 1932 nos Açores, na Praia da Vitória, ilha Terceira. Foi delegado do procurador da República na ilha do Pico, e também em S. Tomé e Príncipe e depois pediu a transferência para Macau. Foi juiz de direito em Macau e Luanda; ajudante do procurador da República e depois procurador da República em Lourenço Marques; desembargador do tribunal da relação e juiz do tribunal administrativo de Lourenço Marques; diretor do gabinete de assuntos jurídicos do Ministério da Coordenação Interterritorial; procurador da República e depois procurador-geral adjunto em Macau; presidente do Tribunal de Contas de Macau; juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, já na situação de jubilado.

Viveu em Macau entre 1959 e 1999 (com pequenos interregnos). A sua atração por Macau está bem patente na frase que profere, aquando do *in memoriam* de Senna Fernandes: «Macau, a minha pátria de adoção», ou como dirá em *Os Construtores do Império*: «desde a primeira hora, filho adotivo de Macau» (p. 223). A sua devoção a este pequeno território foi reconhecida em 1998, ano em que recebeu a medalha de ouro do Governo de Macau. Em 1999, pouco antes da transferência da soberania, deixou Macau para nunca mais lá voltar. Escreveu oito romances que revelam, todos eles, ambientes e personagens macaenses: *Requiem para Irina Ostrakoff* - 1993; *Os Construtores do Império* – 1994; *A IV Cruzada* – 1996; *Ao Serviço de Sua Majestade* - 1996; *O Senhor Conde e as Suas Três*

Mulheres – 1999; *A Mãe* – 2000; *O Romance de Yolanda* – 2005 e, finalmente, em 2007, *As Rosas Brancas de Surrey*.

Eduardo Bettencourt Pinto nasceu em Angola, no Sul, numa pequena cidade, chamada Gabela, em 1954. O pai era de Montemor-o-Velho, a mãe dos Açores. Deixou, porém, Angola em 1975, na sequência da guerra. Viveu, entretanto, em vários países, entre os quais o Zimbabué, tendo depois vindo para a terra de sua mãe. Desde 1983 que mora em Pitt Meadows, Vancouver, Canadá, onde é funcionário estadual. É também fotógrafo, consultor informático e editor da revista literária *Seixo review* (Internet). Escreve para publicações no Canadá, Estados Unidos, Portugal e Brasil. Publicou vários livros de poesia e ficção, entre os quais: *Menina da Água* (1997), *Tango nos Pátios do Sul* (1999), *Casa das Rugas* (2004). *Travelling with Shadows*, em edição bilingue (Português-Inglês). Organizou e publicou *Nove Rumores do Mar* - Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea (1996). Recebeu em 2008 o Prémio Nacional Bienal do Congresso Luso-Canadiano.

Há, pois, vários pontos comuns na vida destes dois autores: ambos saíram das antigas colónias no fim da presença oficial portuguesa aí (respetivamente, 1975 e 1999), ambos estiveram em África e ambos estão, embora de diferente maneira, ligados aos Açores: um porque nasceu lá, outro por ascendência materna, mas também porque ambos regressaram aos Açores no final da diáspora. Por outro lado, a experiência de exílio de ambos é sentida aquando do regresso ao próprio país, à Metrópole, e não em relação aos territórios onde estavam deslocados. No caso de EBP, que pertence a uma segunda geração, esse sofrimento é muito vivido através do pai, figura basilar na construção da identidade pessoal do autor. Em Angola desde os 16 anos, regressado aos 52, física e psicologicamente depauperado, vem radicar-se nos Açores, onde será ainda professor. Os Açores (Terceira para RLC, S. Miguel para EBP), território também limítrofe, situado no meio do Atlântico, funcionam, nestes dois casos, como o porto de abrigo para quem se recusava a ver o Império a finar-se.

2. AS OBRAS

Se na realidade a nossa identidade, no dizer de Kaufmann, é «a história de si mesmo que cada um se conta» (2005: 131), se as obras destes dois autores trazem as marcas das suas experiências de vida, não será despiciendo procurar, na ficção que ambos produziram, reflexos da construção dessa identidade que cada um gizou em contacto com terras e gentes desvairadas. Selecionámos, entre as obras de RLC, *Os Construtores do Império,* por ser aquela que mais facilmente se poderá comparar com *A Casa das Rugas* de EBP quer, pela época em que a ação decorre, quer pela extensão do texto, quer pela presença do narrador, pelas relações entre as personagens e destas com a terra. Por outro lado, há nela uma parte significativa da ação que se passa em África, não em Angola, mas sim em Moçambique. *A Casa das Rugas,* por sua vez, é a obra pela qual EBP confessa ter «um especial carinho. Pela utopia e pelo amor» (e-mail do autor), e onde se torna evidente, em termos narrativos, a ligação do autor a Angola. Além da ação se localizar em Luanda e Gabela (onde o autor nasceu), as personagens, várias delas, o tempo em que a ação é situada, retratam muitas situações bem suas conhecidas. De facto, nestas duas obras está bem patente a visão particular dessas terras, dos seus habitantes e costumes locais. E do tempo, também, pois a ação, que tem uma duração bastante longa, em ambos os casos, acaba por se sobrepor por volta dos anos cinquenta, quando Pedro Rico chega a Angola (*A Casa das Rugas*) e quando o Dr. Saraiva chega a Moçambique (*Os Construtores do Império*), e nos anos setenta, correspondendo à saída de Pedro Rico de Angola e, provavelmente, ao encontro final entre o Autor e o Dr. Saraiva, em Moçambique. Mas é sobretudo a visão da mulher local, a sua serenidade, a sua sensualidade, a visão sexualizada do Império que, obviamente traz consigo a mestiçagem, que carateriza a obra destes dois autores. A experiência migratório representada nas obras estudadas é, pois, feita no masculino. A mulher desejada/amada, a deusa-mãe, é a mulher local, dotada de uma ternura e/ou de uma sensualidade verdadeiramente centrípetas. Se na obra de RLC, Macau é a mátria de adoção, no caso de Eduardo, em *A Casa das Rugas,* a terra é simultaneamente a mátria, mãe e amante, mas também a pátria, na medida em que Angola é identificada, essencialmente, como a terra do pai.

2.1. OS CONSTRUTORES DO IMPÉRIO

A ação desta obra decorre em meados do século XX, quando, em Lisboa, o Conselho de Ministros decidia adiar a decisão de instalar em Macau uma delegação da PIDE e concomitantemente adotar uma política de aproximação à República Popular da China. Enquanto isso, o Dr. Saraiva Marques partia para Moçambique, onde fora colocado como médico inspetor dos Serviços de Saúde do Ultramar. Depois de passar por várias cidades, acaba por se instalar em Lourenço Marques, onde conhece a sua futura mulher, Maria Júlia, «filha de colonos portugueses de terceira geração, com uma vaga ancestralidade africana apenas sugerida na doçura do temperamento e na languidez dos olhos muito negros, um pouco quebrados» (p. 20), esposa fiel, tolerante e paciente. Mas o facto de se ter casado não o impediu de continuar a apreciar outras belezas feminina, embora durante os cinco primeiros anos com alguma discrição, depois mais descaradamente. Os desmandos do seu coração faziam-no ter vida dupla. De facto, amava a mulher legítima e não a queria perder, mas uma só não chegava para apaziguar o desejo pela sensualidade da mulher africana, negra ou mulata.

Obrigado, para progredir na carreira, a ir para Macau, vê-se, com uma certa pena, na contingência de abandonar a sua dócil e meiga amante. Porém, em Macau, a breve trecho descobre a docilidade, a sensualidade, a beleza serena da mulher oriental. Por isso mesmo, procurou uma presença mais permanente, tendo-se ligado a Mei-Lin. Denunciado à mulher, promete-lhe pôr termo à relação perante a ameaça de esta o abandonar. Mas nem assim se regenerou: era demasiado cruel para ele ficar sem uma segunda companheira. Seguiu-se Mui Mui, imigrante chinesa, ex-dançarina de *nightclub,* depois enfermeira, casada com um macaense *half-cast*, já que este era filho de um «pai português do Seixal e de senhora de Macau, de ascendência mista, com acentuada costela concanim» (p. 86). O casamento, por parte dela, não foi feito por amor, pois Tchitcho[326] não devia nada à simpatia, à delicadeza de sentimentos ou à beleza, mas sim para que Mui Mui conseguisse passaporte português para assim estar ao abrigo das perseguições comunistas. Não obstante, Mui Mui trai o marido com o seu chefe, não propriamente por amor, mas por vaidade e por interesse também, já que ele lhe prometera pagar horas extraordinárias pelo tempo a mais que passavam juntos. Mas a paixão do Dr. Saraiva Marques era genuína e tão intensa que chegava a assustá-la (p. 114). Novamente descoberto por ambos, os cônjuges tiveram de separar-se. Desta vez, Maria Júlia não perdoa o marido e vem para Portugal, donde lhe pede o divórcio. Para não a perder, o marido regressa também, reconquista-a e partem ambos para Lourenço Marques, onde o médico, já velho, se fina, fechando-se assim o ciclo das viagens. Pelo que consta, não perdeu a sua costela de admirador do sexo feminino até à sua morte.

Nos últimos capítulos da obra, o narrador ganha um novo estatuto, pois passa, também ele, a fazer parte das personagens, testemunhando ações e garantindo-nos a sua veracidade que, aliás, ele atesta: «Alguns dos factos relatados nesta história tiveram base real, conhecida diretamente do Autor ou respigada da Imprensa» (p. 242). No entanto, apressa-se a negar a existência real das personagens do livro: «Não existiram quaisquer Dr. Saraiva Marques, Mui Mui, Suzie da Penha-e-Nantes, Comandante de Groot ou outros» (p. 243), apesar de logo matizar esta afirmação, ou seja, «É, porém, possível – admito-o com alguma relutância – que, no processo criador, alguns traços caraterizadores de entidades reais se tenham introduzido, sub-reptícia e fraudulentamente, nos meus heróis. Se for este o caso, prometo intimá-los, parafraseando o grande Eça:

- Queiram fazer o favor de sair das minhas personagens!

Por isso, Leitor de Macau, não perca tempo a procurar, nos seus conhecimentos, correspondências reais aos imaginários comparsas desta história.

Em qualquer caso e para os devidos efeitos, aqui firmo a tradicional fórmula de ilibação de responsabilidade:

Qualquer semelhança foi pura coincidência!

(Ou incapacidade do Autor para disfarçar melhor as suas gentes.)

[326] Nota AICL: Também se usa a grafia. Chicho com a mesma pronúncia da sugerida pelo autor.

- *Mea culpa*...» (ib.).

Ora, como esta confissão, feita apenas no final da obra, é dúbia, fica-nos a convicção de haver, pelo menos, uma grande probabilidade de aquela ser uma construção da realidade muito verosímil, pelo que se torna paradigmática de uma certa forma de colonização. O narrador, antes e depois de entrar na ação, mantém o seu estatuto de comentador irónico, como quem se quer demarcar da responsabilidade pelos atos dos outros. Dando-nos a conhecer a sua experiência de vida, recusa-se a abdicar do seu estatuto de respeitável funcionário superior, conforme manifesta na sua entrada: «o *Autor é nesta hora algo tardia do desenrolar da obra, chamado a figurar, com alguma relutância, nesta história»* (p. 185), relutância esta justificada pelo comportamento pouco digno, sobretudo por parte do Dr. Saraiva. Mas esta presença do Autor é reconfortante para percebermos as vicissitudes da vida dos funcionários públicos colocados no Ultramar nos anos cinquenta, sem darmos azo a generalizações pouco dignificantes para alguns deles, pessoas reais e não comparsas ficcionais. A mulher nativa está omnipresente também e a forte atração que ela exerce nestes construtores do império nunca deixa de ser vincada. De facto, continentais são apenas a esposa do governador e a do autor - narrador, sendo as outras macaenses, isto é, *half-cast,* senhoras muito femininas, sociáveis e alegres, e, naturalmente, chinesas. As moçambicanas, negras ou mulatas, são mulheres atraentes, desejadas, disponíveis e sensuais. Esta inclinação, amor, paixão, desejo pela mulher nativa poderá também ser confirmado nas restantes obras de Rodrigo Leal de Carvalho. As viagens do Autor - narrador e a do médico, mostram-nos uma dimensão da migração (real) para as colónias: a progressão na carreira do funcionalismo público e a ascensão social que se lhe segue.

2.2. A CASA DAS RUGAS

O narrador, o jovem Alexandre Rico, conta-nos a sua lenta busca de identidade, através de um melhor conhecimento da figura paterna. Pedro Rico, o pai do narrador, é um português do Continente que vai para Angola como topógrafo dos Serviços Geográficos e Cadastrais. Acaba por se ambientar aí, sentindo-se perfeitamente africano: «Se antes de ter nascido, Deus me tivesse perguntado em que local preferia chegar ao mundo, dir-Lhe-ia Luanda. Sinto que nesta cidade sou tudo o que posso ser» (p. 58). No caos que Angola viveu em 75, deixa-se enredar, sem saber, na tráfico de diamantes, é obrigado a partir duas semanas antes da independência para o Continente ficando impossibilitado de regressar a Angola, onde deixou a mulher grávida. Mamã Carminha, assim sempre chamada, é uma quitandeira por quem ele se apaixona. É naturalmente a Mãe, negra, poderosa de «corpo roliço, as ancas de dançarina da chuva» (p. 47). Mamã, funciona, pois, como nome próprio. Figura de presença central na obra, paciente, amante fiel, toda a sua vida é tecida de longas e cruéis esperas: primeiro espera o freguês das laranjas durante meses (é Pedro Rico), depois espera o marido que não mais regressará de Portugal, finalmente vive esperando Alexandre, o narrador, filho de ambos, que também partiu para Portugal em busca do pai, e aí ficará a estudar. Filho de branco e de mãe negra, naturalmente que Alexandre é mestiço, *half cast*, o símbolo dessa união entre a Europa e África ou, como diz o narrador, da «cor do amor entre dois mundos diferentes». (p. 37).

A Casa das Rugas conta, pois, a história de vida de um homem que sai de Portugal para longes terras e que se vai juntar com uma mulher local para constituir família. O mesmo destino teve Realtino Josué, o biscateiro português, que adota mesmo esse nome de angolano sabor, companheiro de Dona Kianda há mais de trinta anos, pais de três filhos. Eles são também outro exemplo de uma família mista feliz. Vão mesmo continuar em Angola durante e depois da guerra. Em relação ao Tio Martins, o mecânico português que voltou a Portugal por causa da guerra, exatamente com a mesma idade do pai de Eduardo (52 anos) é também um caso de profundo amor por Angola. Viúvo, acabou por regressar a Luanda, por não se ter adaptado a Portugal. Era inquilino de Mamã Carminha. A presença discreta de uma açoriana e dos seus filhos num hotel de Gabela constitui uma exceção a esta migração masculina. Outra exceção poderá ser D. Isaltina de Albuquerque. Sabemos que ela é viúva, senhoria de D. Carminha, madrinha de casamento dos pais de Alexandre e madrinha deste. Poderemos, pois, supor que deve ter migrado para Angola com o marido. Não podemos entrar em linha de conta com Denise Thompson, a missionária

americana que criara Mamã Carminha, nem com a enfermeira cubana, dado que, neste caso, se trata da presença de estrangeiras. Portanto, Angola - Luanda é vista como um mundo povoado essencialmente de homens brancos, portugueses, embora figurem alguns negros, estes têm uma presença muito limitada e discreta na obra. Em relação às mulheres, são as negras e as mestiças que configuram presenças mais intensas.

Verifica-se também uma visão idealizada da colonização, dado que todos esses homens brancos, além de se integrarem perfeitamente na vida da colónia, amam África, a mulher africana e são capazes de atos altruístas e de proteção aos naturais, sobretudo às crianças. Assim acontece com Pedro Rico que criou Afonso Domingos, alimentando-o e educando-o, (fazendo dele o pastor que o haveria de casar), ou como o Tio Martins que, aos sábados, ensinava dois meninos negros. Até mesmo Belarmino Cardoso, administrador do concelho, que, além de facilitar a instalação de Denise, tomou conta de Carminha quando esta, menina ainda, foi abandonada pela missionária americana, expulsa do território pela PIDE (de notar a presença da PIDE por oposição ao livro de RLC). O que verificamos também é que as relações interraciais são amistosas e feitas de igual para igual, como as que Pedro Rico e José Ricardo estabelecem com Jeremias e a companheira. Apesar disso, «Portugal era a fronteira obscura» (p. 16), quer para Mamã Carminha, quer para o comum dos Angolanos, o que nos levará a concluir que só em termos individuais se faz sentir esta bondade da colonização portuguesa, mas não em termos gerais, quer culturais, quer políticos, quer económicos.

A única nota discordante nesta convivência multirracial pacífica é dada pelo porteiro do hotel Panorama que estranha a presença de um branco com uma mulher negra, em trajo tradicional, pelo braço. Todavia, se juntarmos a este pormenor uma conversa entre Mamã Carminha e Pedro Rico, em que esta diz que conheceu alguns brancos que «só estão cá a pensar na casa que vão construir na aldeia natal» (p. 58), percebemos, pois, que o amor de Pedro Rico, de Tio Martins ou até de José Ricardo à terra não seria a regra geral. Não obstante, e apesar de se mostrar que os brancos fizeram uma debandada geral em 75, este apontamento é matizado pelo facto de se acrescentar que foram «com eles, os cabo-verdianos» (103), ou seja, partiram os não angolanos, independentemente de serem brancos ou não. Como é também esclarecedor o facto de Pedro Rico na sua fuga para o Continente ter sido abordado não por dois negros, mas por um militar mulato e por dois brancos que, sob ameaça, lhe tiraram os diamantes que José Ricardo lhe dera para ele levar do país.

A situação caótica de Angola em 75 fica plasmada na morte de Afonso Domingos, o bom pastor que trazia Deus nos olhos, exemplo de tenacidade e de bondade, e que alguns dias antes da independência foi morto por uma bala anónima transviada (p. 89). Morte sem sentido, ou talvez, com o sentido de que o melhor da terra, como Afonso Domingos, seu natural, é destruído. Ficam apenas oportunistas, como as figuras enigmáticas que intercetaram Pedro no aeroporto, que, doravante, só se importarão com os diamantes de Angola. Não é pois vista como uma questão racial essa luta. Mesmo assim, há os que se recusam a partir por amor à terra. Aos que ficam, como Realtino, esperava-os a loucura e a morte, ou como Tio Martins que, regressado «aos escombros do passado» (p. 17), suaviza, melancolicamente, o cansaço dos seus dias a dedilhar uma «enorme guitarra de doze cordas» (p. 17). Doravante deixaria de haver lugar para eles. Mas esses verdadeiros construtores do Império são-nos apresentados como trabalhadores, amantes da terra e da mulher africana, a mãe, por natureza, companheira fiel, terna, cooperante, cúmplice, doce e compreensiva.

Se Angola é descrita apenas com generalidades, sobretudo em função da abundância de espaço, mas também pelo clima quente e depressivo na estação das chuvas, pelo cacimbo; pelas cores, pelo «ensanguentado esplendor do crepúsculo» (p. 56); pela cozinha tradicional, em que, tanto Mamã Carminha como Dona Kianda são excelentes representantes, mormente através da muamba de galinha e o muzongué; pelo fascínio por África que é marcado por inexplicáveis feitiços, como a morte fulminante do cão de Josué, de facto, isso deve-se ao facto de o espaço do narrador, ser, sem sombra de dúvida, o interior: o da casa, donde ele admira as mangueiras do quintal, e o seu próprio interior. Aliás, estas mangueiras adquirem uma função simbólica, já as suas folhas lhe servem para delinear o retrato do pai.

Este Rosto vegetal, todo ele africano, ganha uma dimensão simbólica profunda, uma vez que foi desenhado sobre a terra vermelha amada com elementos perecíveis e superficiais (as folhas).

Se é verdade que, por um lado, «o sentido da vida se cumpre num trânsito de procura de uma realidade superior», por outro, e mais concretamente para os portugueses, «a viagem é uma forma de celebração simbólica do nosso destino e fado da nossa errância e diáspora desmedidas e gloriosas», como diria Azevedo (2010: 20). Ora, a viagem que o narrador enceta é uma viagem em busca da sua própria identidade, em busca do pai, é, portanto, uma viagem iniciática, uma *Bildungsreise*. Se esta é uma viagem de regresso, às origens (do pai), é também uma viagem ao interior de si através de um melhor conhecimento que progressivamente vai tendo do pai. Ao longo da narrativa, a aproximação é feita através da representação que a memória da mãe dele construíra, servindo-lhe esta de mediadora. O momento crucial, o momento de maior aproximação ao pai é provocado pela observação de uma fotografia que despoleta na mãe o comentário: «- Estás cada vez mais parecido com o teu pai» (p. 63). Este comentário provoca em Alexandre um encontro - identificação com o pai. Aliás, esta ligação é preanunciada pelo autor, numa expressiva epígrafe de Ken Wiwa (escritor premiado queniano, nascido em 1968, cuja obra donde foi extraída esta citação, *In the Shadow of a Saint* foi escrita em honra do pai, Ken Saro-Wiwa, ativista político assassinado): *«Meu pai. Onde é que ele termina ou eu começo? Parece-me que passei a vida inteira atrás da sua sombra... Estará esta história a repetir-se através de mim ou serei eu a personagem do meu próprio imbróglio? É ele o meu pai ou serei ou sou eu o seu filho?»*. Esta ligação é ainda mais forte, porque a visão de Pedro Rico é a de um herói, também ele condenado politicamente. Percebemos isso ao mesmo tempo que Alexandre pela leitura que este faz de alguns papéis que o pai deixara, nomeadamente as suas considerações sobre o colonialismo e o último discurso de Allende que ele conservara. Este encontro com a representação física do pai é reforçado pela avó paterna, já em Portugal, quando esta, folheando um álbum, reconhece: «- És o retrato do teu pai. Parece até que estou a vê-lo quando tinha a tua idade». É nessa altura, quase no final da obra, que o narrador admite: «Em poucos minutos, a névoa de mistério que encobria a ausência do meu pai vai desaparecendo» (127). Finalmente. Era o encontro, ou seja, a identificação com a figura paterna.

No entanto, na obra, a viagem encetada é uma viagem circular. Se o narrador partiu em busca do pai, de facto, regressa, embora de férias, à terra da mãe. Sem o pai, que tinha morrido, mas com a memória dele vivificada. No avião, a seu lado, a sensualidade de uma mulata, de regresso a África também, potencia um segundo círculo a inscrever-se nesse outro. Adulto, o apelo já não é só à terra-mãe: doravante, o narrador está preparado para o encontro com a terra - mulher, vivificando assim, a figura paterna de que ele é o vivo retrato, mas também a continuação. Mamã Carminha, fiel ao compromisso que estabelecera com Pedro viverá também no filho esse mesmo amor. A missão de construção de impérios completa-se, de certa maneira, na mestiçagem, nessa segunda geração. Os apontamentos que Alexandre vai tomando durante a narração funcionam como a reflexão sobre a própria identidade, como uma outra viagem ao fundo de si em busca de si, como a narração de si mesmo de que nos fala Ricoeur (1991).

3. CONCLUSÃO

Ao convocarmos estes dois autores e as suas práticas de migração, veio-nos à memória o poema de Camões:

Sôbolos rios que vão
por Babilónia, me achei,
Onde sentado chorei
as lembranças de Sião
e quanto nela passei.
Camões

De facto, estes percursos de vida se, por um lado, burilam a identidade, enriquecendo-a de saberes, por outro, deixam sempre a mágoa, a saudade do local de origem: a Sião perdida. O que é curioso nos dois autores que ora estudamos, é que, sendo portugueses, essa sensação de exílio não se faz em relação a Portugal, mas em relação ao exótico, a Macau (e, de certo modo, a Moçambique também), ou Angola. E se em relação a EBP, Angola é a origem, o local do

nascimento, já para RLC, Macau é apenas o local escolhido para trabalhar, o que torna esta sensação de exílio mais peculiar. Estas «malhas que o Império tece», se por um lado, alargaram os horizontes geográficos, por outro criaram várias identidades fragmentadas, sucedâneas ou mesmo simultâneas. No caso de EBP, a questão da identidade é mais premente devido à idade, mas também ao facto de que a saída de Angola não implicou um regresso definitivo, mas mais buscas - errâncias que o levaram à fixação num país estrangeiro, de língua e cultura diferentes (Canadá). De certa forma, a independência de Angola e o trauma da guerra, fizeram com que esta deixasse de lhe servir de conforto identitário, como o autor confessa: «Sinto-me como o filho que, na infância, foi abandonado pelos pais». Foram as mudanças políticas, sociais e futurais, entretanto acontecidas, que tornaram o local de origem irreconhecível e inapetecido, tornando assim impossível o regresso: «Quando voltei a Luanda em 1991 encontrei um deserto na minha rua. A minha casa estava habitada por estranhos, sombrios e desconfiados. Não olhei muito para não morrer. Há coisas que devem ficar connosco para sempre: os pequenos diamantes da memória». Ou então: «Saí de Angola a ouvir tiros. Volto para ouvir o meu coração». Não admira, pois, a confissão do autor: «Sempre me senti (até na minha própria terra) como um estrangeiro» (e-mail de 29/04/11). Para tentar colmatar essa perda, tenta ligar-se aos Açores: «Venho também dos Açores, de uma rua onde a casa de minha avó desafia o Tempo. Cresci um pouco entre aquelas paredes, ouvindo o mar» (2006: página pessoal do autor). Na verdade, a sua ida para o Canadá, impediu essa ligação.

Também no caso de RLC o desgosto pela mudança registada em Macau, levou-o à saída sem possibilidade de regresso. Diz o autor: «Macau da minha saudade; receio porém que a mesma já tenha desaparecido, devorada pelo tempo, pela explosão do crescimento turístico e pela diáspora macaísta. Restauraram a nomenclatura da toponímia da cidade cristã e alguns descendentes dos comparsas, reais ou imaginários - das minhas histórias. Talvez que os nomes das ruas, becos e vielas da cidade velha lhe permitam despoletar a imaginação para um passado não muito remoto mas - ai de mim - tão desaparecido» (e-mail do autor, em 19/02/2011). São espaços diferentes: à imensidade do espaço angolano, convidando à vida interior, opõe-se a pequenez do espaço macaense que facilita o convívio, o auxílio mútuo, o *gossip* local, a cumplicidade. Mas ambos são fascinantes, pela paisagem, pelo seu modo de vida, pelas suas gentes. Apesar disso, a mulher é, em ambos os casos, o fator mais poderoso de adaptação ao meio. E não foi só na vida de RLC e de EBP que Macau e Angola deixaram as suas marcas. Foram estas duas regiões que marcaram tematicamente a obra dos dois, que os construíram como autores. Curiosamente, isto não significa que a receção da obra deles tenha conhecido o sucesso nesses territórios. Não obstante a qualidade da obra de RLC, constatámos pessoalmente que em Macau a sua obra é injustamente ignorado pela comunicação social e, logo, pelo público que quase não o conhece. Em relação a EBP esse desconhecimento também é marcante. O difícil problema que se coloca a alguns críticos ou a algum público em relação a estes dois autores (e outros) é o de saber como adjetivá-los. Perguntar ou considerar que RLC ou EBP são escritores açorianos, ou angolano e macaense, não faz sentido. Parafraseando Beltrão Coelho, editor de RLC, que afirmou a propósito da literatura que se faz em Macau: «Não há uma literatura de Macau, mas sim uma literatura sobre Macau» (e-mail de 24/04/2011), diríamos antes que são escritores portugueses que escrevem, preferencialmente, sobre Macau, no caso de RLC e sobre Angola, no caso de EBP. Deve considerar-se com mais proveito que são escritores portugueses, até porque, a saída deles das ex-colónias poderá ser entendida como uma recusa da perda da lusofonia como meio sócio-político-cultural envolvente. Todavia, que os Açores os reconheçam como seus também, é uma prova não de regionalismo bacoco, mas de interesse cultural nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, C.C. (2010). *O Lúdico na História do Oriente Português.* Macau: Instituto Politécnico.

CARVALHO, R.L. (2004). *Os Construtores do Império.* Macau: Livros do Oriente, 2ª ed.

KAUFMANN, J-C. (2005). *A invenção de si*. Lisboa: Instituto Piaget.

PINTO, E.B. (2004). *A Casa das Rugas*. Porto: Campo das Letras.

RICOEUR, P. (1991). *Temps et récit*. Paris: Ed. Du Seuil.

41. ANABELA NAIA SARDO, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA. PORTUGAL,

TEMA 1.2 A ILHA, TERRITÓRIO PRIVILEGIADO ONDE AS LEIS SÃO ABOLIDAS, ONDE O TEMPO SE DETÉM, EM MATAR A IMAGEM DE ANA TERESA PEREIRA, ANABELA SARDO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA/ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E HOTELARIA UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR

Ana Teresa Pereira nasceu, em 1958, no Funchal. Em 1989, publicou o seu primeiro livro, *Matar a Imagem*, com o qual ganhou o *Prémio Caminho Policial*. Em 1990, na coleção *Campo da Palavra* publicou o romance *As Personagens*. Estreou-se na literatura infantil com *A Casa da Areia* e *A Casa dos Penhascos*, dando assim início a uma nova e breve coleção para jovens. Desde então, tem vindo a publicar regularmente contanto já com uma extensa obra que ultrapassa uma trintena[327].

A singularidade da sua temática e a concisão da escrita dão a Ana Teresa Pereira um lugar próprio na literatura portuguesa atual. No livro que analisamos, *Matar a Imagem*, encontramos alguns ecos biográficos da escritora. A heroína chama-se Rita e, tal como Ana Teresa Pereira, abandonou um curso de Filosofia para assumir a tarefa de escrever: *Havia nela um medo feroz da escrita, de cair no poço sem fundo que era ela própria. O medo não era muito intenso nas semanas em que escrevia o livro na mente e as cenas e as personagens se formavam e desfaziam, e nem sabia se tinha um livro ou não*. (Pereira, 1989: 11). Rita vai casar com David, apesar das animosidades que se pressentem: *Sentiu naquele instante que o detestava profundamente. A ele e ao que representava: um caminho certo, traçado, paralelo aos outros.* (Pereira, 1989: 15) - uma rejeição que irá definir todas as heroínas das suas narrativas posteriores.

Para o evoluir desta história, vai ser fundamental o espaço: uma ilha, uma casa antiga, o mar e o nevoeiro sempre presente. O espaço constitui uma das categorias fundamentais da narrativa pelas articulações que estabelece com as restantes, assim como pelas incidências semânticas que o caraterizam. É um domínio específico da história ou diegese e integra os componentes físicos que servem de cenário ao desenrolar da ação e à movimentação das personagens: os cenários geográficos, interiores, decorações, objetos, etc. Por outro lado, é um conceito que pode ser entendido em sentido metafórico, abarcando atmosferas sociais (espaço social) ou psicológicas (espaço psicológico). Pode, assim, assumir uma variedade de aspetos em termos de opção de extensão: da largueza de uma região ou cidade à privacidade de um recatado espaço interior desdobram-se inúmeras possibilidades de representação e descrição espacial. É em função destas opções que certos escritores são associados a determinados cenários. A ilha é o espaço onde quase todas as histórias de Ana Teresa Pereira se desenrolam.

Logo nesta primeira obra, *Matar a Imagem*, o desenvolvimento da história acontece com a viagem da personagem principal para uma ilha paradisíaca que impressiona e deslumbra através de aspetos tão fantásticos como o inesperado da paisagem, a orgia das cores, os caminhos labirínticos, os assombrosos túneis e a água, o caprichoso e constante nevoeiro, os incríveis abismos e o mar a perder de vista. Nas imagens desta ilha paradisíaca, de paisagem quase edénica, parece sobreviver o mito do Paraíso perdido. A ilha paradisíaca é, nas palavras de Mircea Eliade, o território privilegiado onde as leis são abolidas, onde o Tempo se detém (Eliade, s.d: 23).

Este aspeto revelar-se-á fundamental em *Matar a Imagem*, cujas personagens revelam um comportamento 'mítico' na sua atitude face ao espaço e ao tempo. Em *Matar a Imagem* (e em quase todas as obras posteriores), o nome dessa ilha (quase) nunca é mencionado. Contudo, alusões evidentes levam-nos a identificá-la com a Ilha da Madeira, de onde a autora é natural. E é a própria quem afirma, numa entrevista que deu ao *Jornal de Letras*[328], que, apesar de não nomear a Ilha da

[327] No final do artigo encontra-se a bibliografia completa da autora.

[328] *Cf.* Manuel Halpern, "A Imagem no Escuro", *Jornal de Letras*, 12/01/00, p. 12.

Madeira, ela está sempre nos seus livros, nos cenários e na descrição da natureza dos lugares.

Nesta obra inicial de Ana Teresa Pereira, o bosquejo de locais e caraterísticas da Ilha da Madeira é claro. Nas narrativas posteriores, haverá, essencialmente, a repetição de determinadas imagens que se tornam fundamentais e obsessivas. Vejamos alguns dos excertos exemplificativos deste texto, que abarcam, praticamente, as imagens que serão retomadas, constantemente, ao longo da obra posterior:

(...) ao deixar o aeroporto, ela só vira uma estrada escura, e depois um anfiteatro repleto de luzinhas brilhantes. (Pereira: 1989: 51)

Jantaram numa povoação incaraterística e cheia de vendedores de artigos para turistas, depois seguiram por uma estrada à beira-mar. (…) atravessava túneis onde caía água e os fetos nasciam nas rochas nuas. (Pereira: 1989: 53)

(...) plantas circulares como rosas carnudas, formando maciços sobre as rochas. (…). Uma cascata descia das montanhas altíssimas e vinha precipitar-se sobre a estrada. (Pereira: 1989: 54)

(...) à esquerda a praia de calhaus negros, um cais, alguns barcos de pesca. (Pereira: 1989: 55)

Entre os calhaus da praia havia alguma terra onde crescia erva. E nalguns pontos alguém tinha plantado palmeiras, catos e umas bonitas flores amarelas. (Pereira: 1989: 65)

A água descia as montanhas e formava pequenos riachos que atravessavam a povoação, passavam debaixo da estrada, corriam entre as pedras e desaguavam no mar. E ao longo dos riachos havia caminhos por onde se podia seguir a pé (...). (Pereira: 1989: 66)

Seguiu pela estrada íngreme que subia as montanhas, afastando-se da costa. Havia maciços de hortênsias azuis e brancas à beira da estrada. E agapantos. (Pereira: 1989: 76-77)

E lá em cima o frio. O planalto longo, interminável, quase sem vegetação. Uma paisagem totalmente diferente do resto da ilha. (Pereira: 1989: 77)

A vinha nas latadas dos quintais e nos espaços entre as casas, as folhas fortemente coloridas pelo outono... (...). Tudo era uma orgia de cores. Os barcos de pesca, a folhagem, as montanhas onde havia grandes manchas de beladonas... (...) E nos terrenos mais húmidos, começavam a aparecer jarros... (Pereira: 1989: 83)

Havia plantações de bananeiras, canas-de-açúcar, legumes, árvores de frutos. Mas tudo em dimensões reduzidas. Uma paisagem de brinquedo. (Pereira: 1989: 97)

— Aquela vereda — disse Miguel indicando um vago sendeiro entre duas fazendas — desce até uma ribeira. Na margem há acácias e árvores de fruto. (Pereira: 1989: 98)

(...) cagarras e pardelas, que faziam criação nas ilhas desertas (...). (Pereira: 1989: 109)

Depois entraram no nevoeiro.
Havia momentos em que o nevoeiro se dissipava e surgiam vales fundos e rochosos. Era uma paisagem estranha... (...)
Quando chegaram à costa, chovia e o vento soprava com força. (...)
— A ilha está numa fase prematura de erosão — disse David — E é sempre assim no inverno, quando começam as chuvas fortes. Muitas vezes as estradas ficam cortadas. (Pereira: 1989: 141-142)

Apesar destas alusões evidentes, nunca se nomeia a ilha real e raramente se referem topónimos. Porém, em *Num Lugar Solitário* e em *O Rosto de Deus* existem indicações expressas do lugar físico em que a ação decorre. Faz-se referência, por exemplo, ao Paul do Mar, uma localidade situada a noroeste da Ilha da Madeira. O mesmo acontece na série de livros juvenis *A Casa*, inspirados nas aventuras de *Os Cinco*, de Enid Blyton. O arquipélago aparece aqui identificado — Ilha da Madeira e Porto Santo — e continua a ser considerado como um lugar fascinante e encantador.

Em *Matar a Imagem* e *As Rosas Mortas*, por exemplo, há a menção explícita a Lisboa, espaço que as personagens/*a personagem* (Rita - David, de *Matar a Imagem*, e Miguel de *As Rosas Mortas*) abandonam para regressar à ilha. Aquele é um lugar que contrasta nitidamente com o espaço mágico da ilha, como se pode ver nos seguintes excertos de *Matar a Imagem* e em *O Rosto de Deus*, respetivamente: A manhã azul de Lisboa atrás dos edifícios cinzentos e incaraterísticos. (Pereira: 1989: 10); Regressara à ilha dois anos atrás. Estava cansado da agitação de Lisboa, da falta de tempo livre, tempo para estar num café, para passear junto ao mar, vaguear simplesmente. E afinal aquela era a sua terra, sempre planeara voltar, era inevitável. (Pereira, 1999: 79).

Ao longo da obra, a ilha é, essencialmente, a ilha. Todavia, em *As Rosas Mortas*, para além da presença obsessiva de determinadas imagens e da descrição de determinados aspetos da natureza insular, há a referência explícita a alguns topónimos relativos ao arquipélago e a alguns locais, específicos da cidade do Funchal:

> *(...) onde se via a cidade toda, o porto, as Desertas ao longe. (*Pereira, 1998a: *79)*
>
> *(...) Lena (...) tinha o seu círculo de amigos, passava as manhãs no Clube Naval (...). (*Pereira, 1998a: *80)*
>
> *Se não tinha a cor escura da adolescência, dos verãos no Lido (...) (*Pereira, 1998a: *81)*
>
> *E ao cinema?*
> *— Está bem. Encontramo-nos às oito no Apolo. (*Pereira, 1998a: *90)*

A presença destes topónimos e referências talvez seja justificada pelo facto de *As Rosas Mortas* ser um dos livros mais realistas de Ana Teresa Pereira. As alusões diretas surgem, fundamentalmente, quando se fala do lado da realidade social, desaparecem quando as personagens passam para os espaços próximos da natureza ou para o *lado de lá*, o outro lado tão real, em Ana Teresa Pereira, como o primeiro. A natureza (a terra, a água, as árvores, as cores, os pássaros, as flores e o mar) parece ser uma das razões por que a escritora continua a viver na Ilha da Madeira.

A própria afirma que a sua proximidade com a mesma sempre foi muito forte e tem vindo a aumentar, o que se reflete na sua escrita. Deste modo, a sua ligação à natureza, o abandono à natureza, em todos os sentidos da palavra (Rocha, 1997) foi-se tornando cada vez mais visível nos seus livros. Esta forte afinidade é, também, uma caraterística fundamental das personagens/da *personagem* das suas narrativas, como se verifica logo em *Matar a Imagem* e se acentua, de forma obsessiva, a partir de *a Noite Mais Escura da Alma*.

Em *Matar a Imagem*, há a descrição de uma natureza que inebria as personagens e a alusão a tradições, costumes e superstições populares que fascinam Rita/David/Tom, desenvolvendo todo um clima de mistério, sedução e fantástico que jamais será abandonado. Alguns espaços, para além de singulares e excecionais, parecem não ter existência real. São locais e particularidades geográficas que provêm das imagens e dos sonhos que obcecam as personagens:

> *Uma cascata descia das montanhas altíssimas e vinha precipitar-se sobre a estrada.*
> *— Este lugar é impossível — murmurou ela.*
> *Ele sorriu.*
> *— Ainda não viste nada. (Pereira, 1989: 54)*

Rita fechou os olhos e quando os abriu conteve a respiração.

O mar desenhava uma paisagem perfeitamente irreal. (Pereira, 1989: 55)

É um lugar estranho. Tem algo de onírico, de irreal. (Pereira, 1989: 84)

Tom dissera: É um lugar que só existe às vezes. Acontece sairmos do túnel e não haver nada. (Pereira, 1996a: 84)

Talvez tenha olhado para baixo, para o Paul, e sentido toda a irrealidade do lugar (...). (Pereira, 1999: 153)

Outros são espaços puramente literários ou têm tudo a ver com a Arte, especialmente com a Pintura:

— *É como se estivesse entrando nas* Mil e Uma Noites.

— *Este lugar é quase impossível. (Pereira, 1989: 58)*

— *Eu chamo-me Rita e vivo na casa que fica do outro lado do túnel.*

— *Aquela que à noite parece a* Villa R *de Paul Klee? (Pereira, 1989: 84)*

> *Nos dias de chuva e nevoeiro a casa era uma mansão em Londres, numa rua mal iluminada onde caminhavam Sherlock Holmes e o Dr. Watson. Ou uma construção sinistra, empoleirada nos rochedos da Cornualha, de onde se faziam sinais aos afundadores. (Pereira, 1996a: 113)*

Para além da sensação de irrealidade em relação ao espaço, que chega ao leitor através da forma como as personagens sentem os lugares e a natureza, a omissão em relação ao nome da ilha é fundamental, pois confirma o que anteriormente foi dito acerca da forma como o espaço é encarado na obra de Ana Teresa Pereira. Esta supressão nominativa dá ao leitor a liberdade de visualizar os sítios a partir de imagens que se repetem obsessivamente em todas as obras: o nevoeiro, a chuva, as cascatas, os túneis na rocha, as flores e os arbustos, a montanha, os abismos e o mar. Os espaços, que as personagens procuram e valorizam, são lugares naturais que se opõem aos espaços sociais, como a cidade, por exemplo.

Este antagonismo cidade - natureza vai-se sentir, constantemente, em todos os livros e está intimamente relacionado com o temperamento das personagens que amam a solidão e os sítios especiais, reservados e naturais. Em *Matar a Imagem*, por exemplo, a voz crítica do narrador e das próprias personagens faz-se ouvir quando se entrevê a destruição de certos lugares mágicos da ilha por causa da incúria e da ganância dos homens. É o caso concreto da construção imoderada que se foi verificando ao longo dos tempos: *A cidade era belíssima, mas tornava-se arrepiante a construção desenfreada, a destruição sistemática*. (Pereira, 1989: 52)

O mesmo acontece em *As Rosas Mortas*, onde a casa, espaço fundamental, aparece ameaçada pela cidade tentacular, tal como testemunha o seguinte excerto: *Era uma rua próxima do mar onde havia hotéis e algumas casas antigas com jardins, condenadas a desaparecer dentro de pouco tempo (...).* (Pereira,1998a: 97)

No caso de *Um Lugar Solitário*, é toda a cidade que aparece ameaçada, até talvez mesmo a própria ilha: Hotéis. Muitos. Alguns não passavam de monstros de cimento. Que mais dia, menos dia iam devorar as poucas árvores... '*Esta cidade está quase morta*'. E o resto da ilha. (Pereira, 1996a: 69).

Este aspeto é basilar porque o desaparecimento desses espaços acentua a melancolia das personagens, como se pode confirmar através das palavras de David em *Matar a Imagem*: *Este lugar é uma parte de mim e não existirá durante muito tempo. (...) E não gosto de pensar que este lugar vai desaparecer.* (Pereira, 1989: 99).

Mais à frente, Rita olha para trás e vê (...) *prédios em construção, as vigas cinzentas, as tábuas, as terras pantanosas...* (Pereira, 1989: 100). Confrontam-se, constantemente, dois mundos diferentes e, no entanto, tão próximos. Um deles ameaçando, tentacularmente, o

outro: — *É incrível que possa existir um mundo destes a poucos metros de uma rua cheia de automóveis*. (Pereira, 1989: 98)

O desaparecimento desses espaços vai ao ponto de influenciar a vida das personagens, como se pode ver através do seguinte excerto de *Um Lugar Solitário*: *Lembrou-se de que Tom lhe dissera que já não pintava paisagens. Porque tinha a impressão de que era uma corrida contra o tempo. Uma corrida que não podia ganhar. E doía muito ver os locais que pintava, espaços perfeitamente mágicos, desaparecerem uns atrás dos outros*. (Pereira, 1996a: 69).

Os momentos em que parece haver uma vontade da escritora de ligar as suas histórias a uma realidade social que ela conhece, mas da qual voluntariamente se afasta (tal como as suas personagens), vão surgindo, esporadicamente, ao longo da obra com o objetivo de contrapor duas realidades e, finalmente, fazer sobressair uma delas. Apenas duas vezes, as personagens fazem afirmações acutilantes relativas aos responsáveis pela destruição desses lugares maravilhosos, como se vê no fragmento seguinte: E defendia, como Margarite Duras, que se devia matá-los. Os governantes. Os governantes. Os porcos (Pereira, 1996a:70). Esta passagem liga-se com uma outra de *Matar a Imagem* em que se compara o governo da ilha ao retratado na obra de George Orwell: [329] (...) *era de uma ilha onde ela nunca estivera e cujo presidente do governo a fazia invariavelmente pensar no Animal Farm, de Orwell.* (Pereira, 1989:15).

As personagens nunca se ligam socialmente, abandonam a cidade e acabam por ir viver para casas isoladas, longe de tudo e de todos. Por essa razão, em Ana Teresa Pereira, o espaço físico assume um papel que vai muito além da descrição de ambientes. Ele funciona, essencialmente, em estreita conexão com as personagens, evidenciando, muitas vezes, atmosferas densas e perturbadoras.

Ao longo das narrativas, os espaços sofrem afunilamentos progressivos: a ilha, a casa, o quarto, o sótão e a biblioteca (que se liga muitas vezes à cave por meio de um alçapão). Ambientes que se revelam propícios à solidão, à angústia e ao medo, sentimentos que nunca abandonam as personagens pereirianas. Alguns espaços são meramente psicológicos, quando se limitam ao cenário de uma mente: *O mundo tinha algo de fantasmagórico, estava submerso numa espécie de névoa. Mas ele sabia que a névoa não existia lá fora, apenas na sua mente*. (Pereira, 1989: 123) E ainda há, frequentemente, os espaços dos sonhos, aquáticos, apertados, labirínticos: *O barco deslizava lento na água fria do canal (...). O pássaro morto caiu-lhe sobre os joelhos e ela gritou. Estava sozinha na cama*. (Pereira, 1989: 79) Em *Matar a Imagem*, tal como noutras diegeses, a natureza da ilha é uma presença que ultrapassa o físico porque é a descoberta da exterioridade como forma de interioridade.

Há uma perceção aguda do espaço envolvente e uma quase fusão com a natureza que absorve completamente as personagens: *Ele e o cais, ele e o mar, e as gaivotas, eram um só, eram partes de um todo, e a gaivota era ele e ele a gaivota. E ele (...) indistinto daquilo que o rodeava...* (Pereira, 1989: 151). As personagens identificam-se com a natureza que as rodeia, numa tentativa de entrar em sintonia com a mesma e consigo próprias. Como se a natureza fosse um outro eu, como se tudo estivesse ligado, como se fizessem parte de um todo indissociável.

Como já referimos, a ilha é o espaço essencial de *Matar a Imagem* e de quase todas as histórias posteriores. Para além deste, há outros lugares obsessivos, que se repetem sempre, e são, por esse motivo, fundamentais. Um desses espaços é a casa. Rui Magalhães analisa esta simbologia em Ana Teresa Pereira e afirma que a simbólica da casa é absolutamente primordial, permitindo mesmo articular boa parte dos restantes símbolos espaciais. (Magalhães, 1999b: 113)

Os outros símbolos espaciais a que alude Rui Magalhães são a biblioteca, o jardim e a água. A casa é, por um lado, a casa natal e a casa onírica de Bachelard, [330] ou seja, a imagem de uma origem

[329] George Orwell, pseudónimo de Eric Arthur Blair (1900-50), escritor e ensaísta inglês, que escreveu, entre outras obras, *Animal Farm* em 1945.

[330] *Cf.* Gaston Bachelard, *La Terre et la Revêrie du Repos*, cap. IV.

atravessada por todos os mitos da Literatura e pelo distanciamento provocado pela vida normal do sujeito e mesmo pelo seu afastamento geográfico. (Magalhães, 1999b: 113)

Entre outros exemplos que se poderiam indicar, este caráter mítico pode ser observado na casa da baía para onde vão viver Rita/David em *Matar a Imagem*, tal como na de Tom, no Paul, em *Num Lugar Solitário*; na de Marisa, em *As Rosas Mortas,* e na de Tom (da primeira história) ou nas casas duplas que Marisa/Paulo/Patrícia/Tom vão habitar (na segunda história); em *O Rosto de Deus* ou, ainda, em qualquer uma das casas dos quatro contos de *Se Eu Morrer Antes de Acordar*.

A casa é sempre isolada (mesmo quando se encontra no centro da cidade, como em *As Rosas Mortas*), num local de acesso difícil, num terreno acidentado. Pelo seu isolamento, a casa é um espaço peculiar e surge como ponto de comunicação entre mundos. Os espaços da casa (as caves, os sótãos, os quartos fechados) articulam-se numa única dimensão simbólica: permitem aceder ao diferente, ao *outro lado*. Assim, apenas por pouco tempo a casa se revela lugar de abrigo, pois ela é sempre a porta que pode ter outras portas dentro, o lugar da revelação em que se manifesta o pesadelo, o final absoluto de todas as ilusões. (Magalhães, 1999b: 114) A casa revela-se, normalmente, um sítio conhecido para as personagens e, no entanto, carregado de mistério. É o caso, por exemplo, da casa de Tom de *Um Lugar Solitário*:

> *E no interior era como um lugar onde ela tivesse vivido quando era menina, com cantos familiares onde se escondera a ler histórias de aventuras, corredores silenciosos onde brincava às escondidas (e se encontrara a si mesma atrás dos espessos cortinados de veludo).*
> *E no entanto tudo era desconhecido. (*Pereira, 1996a: *113)*

A casa é, também, vivida como uma espécie de lugar natural, que existe dentro da própria personagem: Algumas vezes na vida sentira que estava num lugar que existia dentro de si mesmo. (…) numa casa de campo de uma novela de Henry James, na casa de praia dos livros de Iris Murdoch. (Pereira, 1998b: 17). Em alguns momentos, a casa pode representar a imagem do paraíso e da felicidade. É o que se passa com o que Tom sente no início de *A Noite Mais Escura da Alma*:

> *E algo parecido com a felicidade.*
> *Estava na sua casa. A sua casa. Os seus livros. A sua música — ouviu vagamente a voz de Glenn Gould entoando a melodia. Flores do seu jardim. E uma mulher que não estava ali naquele momento, uma mulher que não tocara e que não pensava tocar, mas que de alguma forma também era sua.*
> *E não fazer nada.*
> *Nunca mais.*
> *Alimentar-se do que o rodeava.*
> *Uma personagem de si próprio. (Pereira, 1998b: 28)*

Mas esta tranquilidade só acontece antes de aparecerem os monstros que habitam a casa. Rui Magalhães explica esta questão da monstruosidade no contexto do conflito das identidades: A monstruosidade consiste na exclusão do outro, exclusão dupla, do outro em relação ao um e do um em relação ao seu duplo que se liga ao outro que o enuncia para que ele o enuncie a si mesmo. (Magalhães, 1999b: 74)

Dentro de casa, e à volta dela, existem espaços que constituem o seu centro vivo e terrível (Magalhães, 1999b: 114). Um desses espaços é a biblioteca, local onde decorrem muitas das cenas decisivas das diegeses. Ela é um ponto de referência fundamental para as personagens para quem os livros são essenciais. É o lugar do mistério e do terrível, como se pode ler em *A Última História: Comecei a passar as tardes na biblioteca. Mas inexplicavelmente sentia-me inseguro lá dentro. As bibliotecas sempre haviam representado a segurança, o centro do mundo. Aquela respirava ameaça*.» (Pereira, 1991: 20). Mas é, também, o sítio dos encontros e da sedução:

> *A porta da biblioteca estava entreaberta.*
> *Lá dentro, um clima mágico que o fez sorrir. (...)*
> *Sobre a secretária estavam uma garrafa de vinho e dois copos. Um prato com pedaços de queijo. Os livros tinham sido afastados para o lado, descuidadamente.*

Marisa estava sentada no tapete junto à lareira, e as chamas despertavam de forma perversa as manchas vermelhas do seu cabelo. (...)

Tinha um vestido curto, de veludo preto, meias pretas que faziam com que o seu corpo brilhasse como nunca. Os ombros nus, os seios semidescobertos. (...)

É esta noite que vamos fazer amor. (Pereira, 1998b: 52).

A biblioteca, ponto de concentração absoluta do mundo no espaço e, também, no tempo, adquire, nos livros de Ana Teresa Pereira, o seu sentido mais fundo, mais terrível da palavra. O centro do universo. Um espaço mágico, infinito... (Pereira, 1998b: 24).

Ligado ao espaço da biblioteca surge aquele que envolve a casa: o jardim. Normalmente grande, muitas vezes mesmo com uma dimensão difícil de definir, é um local misterioso, exuberante e onde, como por magia, tudo se conserva perfeitamente tratado: (...) como se um jardineiro fantasma mantivesse o desenho eternamente. (Pereira, 1998b: 30). Tal como outros espaços, também o jardim se relaciona com a Literatura: *Seguiu uma alameda de rododendros, que o fazia invariavelmente pensar em Manderlay; quase esperava ouvir o mar, descobrir a pequena casa de praia onde Rebecca de Winter recebia os seus amantes*. (Pereira, 1998b: 29). É na biblioteca e no jardim, áreas que se contaminam entre si, que as personagens se confrontam com os duplos que existem dentro delas:

À noite, na biblioteca, por vezes uma janela aberta deixava entrar um cheiro espesso de flores venenosas. (Pereira, 1990: 100).

Levantou-se e, cambaleando ligeiramente, aproximou-se da porta que dava para o jardim. (...)

Lá fora uma claridade suave, quase inesperada, depois da luz artificial do interior.

Respirou o ar fresco, os perfumes da terra, da água, das plantas.

— Quero sair de mim próprio — disse baixinho. (Pereira, 1998b: 29).

O conceito de espaço bem como o de tempo aparecem filtrados pela sombra luminosa da matéria que envolve os livros de Ana Teresa Pereira. Neste sentido, estamos perante textos de reflexão, ensaios filosóficos, fragmentos de uma escrita ilegível e antiga, como afirma Eduardo Prado Coelho (1999), sob a forma de ficção, que nos convidam vertiginosamente a sermos o que não somos, num mundo alternativo onde reina a subjetividade e a ilusão ou, quem sabe, apenas uma outra realidade. E é porque querem viver nessa outra realidade que as personagens/a personagem, sempre relacionadas com o mundo da Arte (também ele um mundo alternativo), se afastam do mundo social, comandado pelos ponteiros do relógio, para viverem num universo paralelo, assumindo diferentes identidades e sofrendo metamorfoses, procurando, de certa forma, algo que concebem e a que aspiram, mas têm dificuldade em abranger. É sobretudo analisando os comportamentos das personagens, face ao Tempo, que se descobre a atitude mítica na obra de Ana Teresa Pereira. De acordo com o que afirma Mircea Eliade (S/d: 23)

Não se deve perder de vista que uma das funções essenciais do mito é justamente essa abertura para o Grande Tempo, o recuperar periódico de um Tempo primordial. Isso traduz-se na tendência para negligenciar o tempo presente, aquilo a que se chama o momento histórico.

Estes textos parecem conjugar os dois estados, aparentemente contraditórios, do sonho e da realidade, numa espécie de realidade absoluta, uma suprarrealidade que as personagens pensam encontrar na Ilha. São textos que procuram ir para além das aparências, numa busca da verdade e do sentido oculto e sagrado do que existe na terra, ao mesmo tempo fascinante e terrível.

O tempo linear é, em Ana Teresa Pereira, substituído pelo tempo total e cíclico, completo e uno. Pretende-se unir o indivíduo ao geral e completar, no momento, o passado que passou e ficou. Por isso, se sente uma espécie de tempo suspenso que se espraia em múltiplas dimensões de uma forma cíclica, impondo-se a repetição à duração do tempo físico. Rui Magalhães chama a atenção para o facto de o tempo,

dimensão fundamental, não ser, nestes textos, uma sucessão. Não reside no facto da repetição dos acontecimentos, na passagem das estações do ano ou nas gerações, mas naquilo a que chama o «paralelismo das séries», ou seja, consiste no facto de

> *(…) aqui ou ali, neste ou naquele espaço [existirem] linhas paralelas e também cruzamentos inevitáveis entre elas (...). O tempo é a passagem, o deslocamento entre séries distintas. (Magalhães, 1999b: 105).*

Pensamos, contudo, que estes dois aspetos aparecem interligados: os acontecimentos repetem-se ou/e podem existir paralelamente. Por isso, as histórias de Ana Teresa Pereira não têm fim. Com a exceção de As Rosas Mortas,[331] todas as narrativas são abertas. Daí ser o labirinto[332] o que melhor carateriza estes textos, pois esse é o círculo dos círculos. O tempo e o espaço são labirínticos e repetitivos. Este aspeto vem agravar a sensação de condenação das personagens, uma espécie de destino ao qual é impossível fugir, como se deduz da leitura de o *Rosto de Deus*:

> *E uma dessas noites, ao entrar em casa, tomei a resolução. E quase ri alto porque sempre o soubera, para quê enganar-me a mim mesma, não estava a decidir nada, tudo estava decidido há muito tempo.*
> *Voltarás no outono. (1999: 64)*

> *Estamos condenados a repetir as mesmas cenas. Sempre. A realidade é isso. (1999: 153)*

Sair do círculo labiríntico afigura-se impossível, porque o tempo é infinito. As personagens prisioneiras do espaço da ilha, são-no também do tempo. Desde sempre e para sempre são as demarcações temporais das histórias, desde o primeiro livro. O que Rui Magalhães afirma relativamente a *O Rosto de Deus* funciona como uma espécie de síntese da questão do espaço e do tempo em Ana Teresa Pereira:

> *para sempre e desde sempre são os limites, dir-se-ia ontológicos em que decorrem ou vão decorrendo os múltiplos percursos de aproximação, de absorção, de reconhecimento e de mistério que constituem a matéria deste livro. É entre um espaço, a um tempo, excessivamente material e excessivamente ideal que se perfila o horizonte de todos os desejos, o fantasma de todas as buscas, as figuras do essencial. Tudo se passa entre a memória (a imagem da memória) e a imagem íntima, inexprimível que constitui a matéria de que é feito o lado interior da pele, os ossos e a alma dos personagens. (Magalhães: 1999a: 306)*

O tempo é circular, não símbolo de perfeição, mas de condenação. As personagens estão condenadas à impossibilidade de entrar no mundo real, as suas histórias obrigadas a repetir-se inevitavelmente, eternamente. O narrador condenado a contar, num irremediável círculo sem fim, essas sempre suas histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
I. LIVROS DE ANA TERESA PEREIRA

(1989*) Matar a Imagem*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
(1990) *As Personagens*. Lisboa. Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.
(1991) *A Última História*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
(1993) *A Cidade Fantasma.* Lisboa: Editorial Caminho, SA Coleção Caminho Policial.
(1996a) *Num Lugar Solitário.* Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
(1996b) *Fairy Tales.* Black Son Editores.
(1997a) *A Noite Mais Escura da Alma.* Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.
(1997b) *A Coisa Que Eu Sou.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(1998a) *As Rosas Mortas.* Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(1998b) *A Noite Mais Escura da Alma.* Lisboa: Círculo de Leitores
(1999) *O Rosto de Deus.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.

[331] Em *As Rosas Mortas* parece haver, pelo menos aparentemente, um final. Contudo, é um final infeliz.

[332] Rui Magalhães considera que se trata de um "labirinto do medo". O seu livro sobre a obra da autora, já citado, tem precisamente como título *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*.

(2000a), *Se Eu Morrer Antes de Acordar.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2000b) *Até Que a Morte Nos Separe.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2000c) *O Vale dos Malditos.* Black Son Editores.
(2001a) *A Dança dos Fantasmas.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2001b) *A Linguagem dos Pássaros.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2002a) *Intimações de Morte.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2002b) *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2003) *Contos.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2004) *Se Nos Encontrarmos de Novo.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2005a) *O Mar de Gelo.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2005b) *O Sentido da Neve.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2006a) *Histórias Policiais.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2006b) *A Neve.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2007) *Quando Atravessares o Rio.* Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2008) *O Fim de Lizzie*. Lisboa, Relógio D' Água Editores.
(2008) *O verão Selvagem dos Teus Olhos*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2009*) As Duas Casas*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2009*) O Fim de Lizzie e Outras Histórias*, Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2010) *Inverness*, Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2010) *A Outra*, Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2011) *A Pantera*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.

LITERATURA JUVENIL

(1991a*) A Casa dos Pássaros*.
(1991b) *A Casa dos Penhascos*.
(1991c) *A Casa das Sombras*.
(1991d*) A Casa da Areia*.
(1992*) A Casa do Nevoeiro*.
Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Labirinto.

II. OBRAS E ARTIGOS SOBRE ANA TERESA PEREIRA

COELHO, Alexandra Lucas (1999a), Eu estive aqui antes. *Público*, 17/07.
COELHO, Eduardo Prado
(1999) Intimidações de Morte. Público, 17/07.
(2002), A Ficção de um Absoluto. *Público*, 5/01.
(2005) O que morrerá comigo quando eu morrer. *Público, Mil Folhas*, 10/09.
(2006) Onde tu estás é sempre o fim do mundo. *Público, Mil Folhas*, 21/01.
COSTA, Sara Figueiredo (2004), Seleção de contos de uma das autoras mais interessantes da narrativa portuguesa. Disponível em www.canaldelivros.com,
(htt://anateresapereira.blogspot.com/2004/08/seleco-de-contos-de-uma-das-autoras.html), consulta em 16/11/2010.
ELIADE, Mircea
(1952), Images et Symboles, Essais sur le symbolisme magico-religieux. Paris: Editions Gallimard.
(s/d), Mitos, Sonhos e Mistérios. Lisboa, Edições 70.
(1963), Myth and Reality. Illinois: Harper & Row, Publishers, Inc.
FONSECA, Rosélia Maria Ornelas Quintal (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Funchal: Universidade Católica Portuguesa.
HALPERN, Manuel, A Imagem no Escuro, Jornal de Letras, 12/01/2000, p. 12.
LUZA, Vera, (2007), Ana Teresa Pereira confessa-se. *Jornal da Madeira, Revista Olhar*, 30/06.
MAÇO, Tomás
(1993a), A noite dá-me um nome. *Jornal da Madeira*, 05/07.
(1993b), Eu Escrevo Contos de Fadas. *Jornal da Madeira*, 22/05.
MAGALHÃES, Rui
(1992), O Jardim das Sombras Inquietas. *Vértice 50*, setembro - outubro.
(1999a), As Faces do Centro, *COLÓQUIO / Letras* nº 153/154, julho - dezembro.
(1999b), *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Braga: Ed. Angelus Novus.
NEVES, Pedro Teixeira (2002), O Universo Mágico de Ana Teresa Pereira. *Agenda Cultural*, fevereiro.
NUNES, Maria Leonor (2008), O outro lado do espelho, *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 13 a 26 de agosto.
PINHEIRO, Duarte Manuel (2010), *Além-sombras: Ana Teresa Pereira.* Tese de Doutoramento, Porto: Universidade Fernando Pessoa.
PIRES, Jorge P. (2002), Os Mundos Paralelos. *LER Livros & Leitores*, n.º 54, primavera.
ROCHA, Luís (1997), Escritora de Demónios e Anjos, *Jornal da Madeira*, 19/01.
SARDO, Anabela,
(2001a), *A temática do amor na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Aveiro: Universidade de Aveiro.
(2001b) Ana Teresa Pereira: histórias de amor e solidão. *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (http://www.ciberkiosk.pt/livros/index.html, junho).
(2001c), A Sedução do diabólico. *CIBERKIOSK*, *Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/atp.html, 3 de agosto).
(2001d), O Rosto de Ana Teresa Pereira. *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 18.
(2002), Quando a ficção vive na e da ficção. *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (http://www.ciberkiosk.pt/ensaios/sardo.html, 19 de maio).
(2005), Ana Teresa Pereira: uma 'geografia interior' de sombras e cores. *Românica, Revista de Literatura*, Cores, n.º 14, Universidade de Lisboa, Edições Colibri.
(2010), A obra de Ana Teresa Pereira: velhas histórias, contos de fadas ou pesadelos? *Atas/Anais 2010 do 13º Colóquio da lusofonia – 5º encontro Açoriano*, Brasil, abril; 2010, ISBN 978-989-95891-4-8, pp. 51 a 64.
(2010), Os anjos e outras temáticas recorrentes na obra de Ana Teresa Pereira. *Atas finais do XIVº Colóquio da lusofonia – Bragança*, setembro - outubro, ISBN 978-989-95891-5-5, pp. 25 a 34.
(2011) Intimidades e ambientes literários e artísticos na obra de Ana Teresa Pereira. *Atas/Anais do XVº Colóquio da lusofonia – Macau: quatro séculos de Lusofonia – Passado, Presente e Futuro*, setembro - outubro, ISBN, 978-989-95891-7-9, pp. 57 a 64.

III. OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland, (s/ data), *Literatura e Realidade*. Publicações D. Quixote.

CAILLOIS, Roger (1965), *Au coeur du fantastique*. Paris: Gallimard.
CHEVALIER, Jean e CHEERBRANT, Alain (1982), *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Ed. Teorema.
COELHO, Alexandra Lucas, (1999a) Eu estive aqui antes. *Público*, 17/07.
(1999b) Normalmente sou vampiresca. *Público*, 17/07.
CUDDAN, J. A., (1991), *Dictionary of Literary Terms and Literary Theory*. London: Penguin Books.
ELIADE, Mircea, (1952), *Images et Symboles, Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris: Editions Gallimard.
(S/d), *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70.
(1963), *Myth and Reality*. Illinois: Harper & Row, Publishers, Inc.
JAMES, Henry (2003), *A Volta no Parafuso*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina (2011), *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina.
TODOROV, Tzevetan (1965), *La Séduction de l'Étrange. Étude sur la Littérature Fantastique*. Paris: PUF.
(1966), «Les catégories du récit littéraire», *Communications*, 8, pp. 125 a 151.
(1970), *Introduction à la Littérature Fantastique*. Éditions du Seuil, Coll. Poétique.
VAX, Louis, (s.d.*), A Arte e a Literatura Fantástica*. Lisboa: Editora Arcádia, S.A.R.L.
XAVIER, Leonor (2008), Histórias submersas. *Máxima*, Ano 20, N.º 232, janeiro, pp. 28 a 30.

42. ELISA BRANQUINHO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA/ESCOLA SECUNDÁRIA DE SEIA, PORTUGAL
43. ANABELA NAIA SARDO, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA. PORTUGAL, +
44. ZAIDA FERREIRA PINTO, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA. PORTUGAL,

.

TEMA 1.1 - VASCO PEREIRA DA COSTA – O MAR IMENSO E ÍNTIMO DO POETA INCENDIADO PELO FOGO OCULTO DA ILHA RASGADA SOBRE O MUNDO. ELISA BRANQUINHO, ESCOLA SECUNDÁRIA DE SEIA & ANABELA SARDO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UDI + ZAIDA FERREIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UDI

A ilha que esboço (onde sempre renasço)
fica na redondez do mundo
infindo
onde me prefiguro e me recorto.
VPC, Lição de Montaigne *in Fogo Oculto*, p. 19.

Tudo que se passa no onde vivemos é em nós que se passa.

O presente artigo, como o título deixa antever, está dividido em duas partes fundamentais. A primeira esboça, de forma abreviada, um possível retrato de Vasco Pereira da Costa, para, numa segunda parte, ancorar a análise do seu livro de poemas *O Fogo Oculto* no qual, indubitavelmente, o homem/poeta/escritor se desvela, como mostram alguns versos dos quais destacamos os seguintes: *Conheci princípios claros, ideologias limpas. / Hoje, com três quartos de caminho andado / aguardo a vinda dos amigos (*Costa, 2011: 15); *Olho o tudo. E ninguém ouse / questionar o mais profundo / do que penso quero e faço* (Costa, 2011: 19); *Não pode a ilha ser o limite* (Costa, 2011: 67).

Homem de cultura, Vasco Pereira da Costa nasceu em Angra do Heroísmo, numa ilha por cima do mundo, como o próprio afirma, no ano de 1948. Licenciado em Filologia Românica, na Universidade de Coimbra, foi, durante vários anos, professor do ensino secundário e esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra.

Do seu vasto e culto currículo, fazem parte, ainda, outras funções como a de diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra assim como a de cônsul honorário de França nesta cidade.

Entre 2001 e 2008, regressou aos Açores para ser diretor da área da Cultura no Governo. Fez parte do grupo de trabalho *Culture sans frontières* da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média dimensão; foi representante de Portugal no programa *FAULT LINES da True and Reconciliation Comission* da República da África do Sul e faz parte do Conselho Diretivo da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD). Em representação da Associação Portuguesa de Escritores, tem integrado diversos júris de prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A. P. E. de Poesia.

A sua vasta experiência pedagógica, cultural e literária tem levado Vasco Pereira da Costa a diversos cantos do globo (EUA, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Itália e Macau), para além de Portugal, onde tem proferido conferências sobre temas literários e pedagógicos. Para além disso, tem exercido as funções de consultor para programas infantis e trabalhado para a rádio e televisão em programas de índole literária e cultural.

A 20 de abril de 2011, Vasco Pereira da Costa foi distinguido com o título *Honoris Causa* em Letras pela Universidade de São José, em Macau, fundada em 1996 pela Universidade Católica Portuguesa e pela diocese local. A extensa obra literária[333] do autor passa pela ficção, poesia e memórias, tendo sido distinguido, em 1984, com o Prémio Literário Miguel Torga. Recorde-se, igualmente, o conto não publicado *O Maestro, o Poeta e o Menino de sua Mãe*, escrito em 1985, que foi distinguido com o Prémio Aquilino Ribeiro. A versatilidade do homem, escritor e poeta transformou-o, igualmente, num notável pintor, criador de Manuel Policarpo, *heterónimo* oriundo da ilha do Pico. Com rápida passagem pela Terceira, desde há muito este pintor vai calcorreando o mundo.

Contudo, quando lhe perguntam onde nasceu, responde, mitificando:

nasci numa ilha
por cima do mundo.
(http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php)

Registem-se algumas exposições que aconteceram, em 2009, primeiro no Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, depois, na Ilha Terceira e, por último, em São Miguel (Portas do Mar), com o sugestivo título de *As Ilhas Conhecidas – Cartografia e Iconografia*.

Segundo o texto de M. Poivreau, que consta do catálogo das exposições, *As paisagens daqui resultantes (…) são abstratas essencialmente, e admitem, mesmo assim, uma grande diversidade de motivos figurativos tratados de maneira realista por vezes, de um modo naïf outras vezes. Eis como surgem mares, linhas de costa, céus, as cartografias – tudo reinventado através da matéria e da cor (…).*

Os quadros de Manuel Policarpo, que insiste na busca de signos sobre os rituais do Espírito Santo, tão enraizados nas suas ilhas dos Açores, [formulam*] imagens que [conduzem] a uma leitura crítica, na tentativa de explorar valores socioculturais*.

Recordemos, igualmente, a exposição de cartografia e etnografia, *Ilhas Conhecidas,* que esteve patente no Pavilhão do Mar, em Ponta Delgada, até fevereiro de 2010, uma revisitação*, um* retrato e um itinerário feito por quem conhece e vive nos Açores.

Segundo o próprio, as telas revelam as ilhas conhecidas por si. Deste modo, esta exposição assume-se como um permanente diálogo entre os universos telúrico, etnográfico e mitográfico das ilhas. Nessa mostra, cada tela de Manuel Policarpo tem carimbo açoriano, retratado através de técnicas mistas, jogando com diversos materiais, emprestando-lhe, como reforça, outras significações. Usa, portanto, o óleo, o acrílico bem como outros componentes materiais, como, por exemplo, as rendas açorianas.

Sintetizando a essência de Manuel Policarpo, podemos usar as palavras de VPC, quando o retrata como circunstância do tempo e dos espaços e que apenas caminha por onde o levam seus próprios passos http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php reclamando a sua condição de intelectual europeu.

Contudo, em nossa opinião, sendo o pintor um homem do mundo, que vagamundeou o planeta, revela na sua obra um apelo fatal pela(s) sua(s) ilha(s) no Atlântico, concentração, no espaço, de tudo aquilo que inspira a sua alma de pintor. Síntese, portanto, do que as suas pupilas registaram, no disco duro da moleirinha, no seu périplo pela Europa, pelas áfricas, as américas e as ásias, de uma infância repleta de experiências que influenciaram a sua criação artística e do espaço de vivência das ilhas açorianas que determinam o seu código genético.

[333] Bibliografia completa do autor no final do texto.

Manuel Policarpo afirma ter olhos de cartógrafo, mãos impulsivas, índole de gravador. Experimenta, experimenta sempre, nunca estabelecendo, *a priori*, a técnica que vai utilizar (http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php).

Como romancista, contista, novelista e poeta, Vasco Pereira da Costa reconhece-se, essencialmente, como um contador de histórias: das coisas que me dão mais gozo, é ouvir uma história, mas também contá-la porque a palavra pode ser fruída (http://lusografias.wordpress.com/2010/07/11/vasco-pereira-da-costa-contador-de-historias).

Para concluir este breve retrato, pintado com a ajuda dos relatos encontrados e através das palavras de Vasco Pereira da Costa, citamos um excerto de um texto seu, sobre o *seu heterónimo* Manuel Policarpo, que nos parece, igualmente, descrever o *ortónimo*:

> *Por isso dele dizem: é um poseur! – alça a sobrancelha esquerda por detrás das lentes do estigmatismo com desdenhoso trejeito perante a mediocridade e, tão só porque peregrinou as sete partidas e já tem cãs sobejas e aprendizagens múltiplas, nem sequer reage aos que o sussurram como diletante, cultivando uma ironia que, por vezes, roça o sarcasmo impiedoso.*
>
> *- 'Tou-me marimbando'! – proclama do pico do Pico da sua altivez senhoril, do cume da sua libertada escravidão, do topo da sabedoria que lhe concedeu o passadio.*
> *(http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php).*

Da vasta obra de Vasco Pereira da Costa, iremos deter-nos no seu último livro *O Fogo Oculto*, composto por trinta e um poemas breves, com o objetivo de partilhar um olhar/olhares sobre os seus versos. A análise irá girar à volta do universo do sujeito poético, das suas imagens mais recorrentes e das palavras com sentidos de forte açorianidade e simbolismo que tocam o mar e o atravessam numa viagem em que as memórias se cruzam com a amplitude do sonho e se rasgam sobre o mundo.

O pulsar íntimo da ilha/ilhas percorre este conjunto de poemas em que o sujeito poético se diz nascido - Numa ilha, por cima do mundo (Costa, 2011: 7), tal como também declara o *heterónimo* Manuel Policarpo, recusando ser prisioneiro do espaço (da terra), dando voz à palavra e libertando-a, fazendo-a respirar, insuflando-lhe vida, fazendo arder o silêncio e, desfeita em água, transforma-a em chuva, escapando, assim, à clausura cinzenta da nuvem ameaçadora que reduz a amplitude e a liberdade: *Tenta que o verso contenha apenas / as palavras do teu aparo (…)./ E que tenham voz sopro e batimento / e se de terra acolham a charrua / e se de fogo incendeiem o silêncio / e se de água não sejam nuvem mas chuva* (Costa, 2011: 9).

Emerge este segundo poema de *O Fogo Oculto*, indução que permite desde logo o próprio título, Arte Poética, como uma revelação da arte poética de Vasco Pereira da Costa.

São as palavras essenciais, as mais úteis / as que te digam inteiro (Costa, 2011: 9) que, cumprindo o seu destino na rota do poeta, rasgam o horizonte como um pássaro e, apesar da barreira geográfica do mar, se alargam no universo, ainda que se alimentem do fogo oculto da terra e regressem ao inteiro silêncio do íntimo do ser (também fogo oculto?) onde se poderão aprender os traços do vazio (Costa, 2011: 37).

As palavras sabem a água, a fogo e a verde, tudo escorrido das montanhas, e o poeta, mago na ilha sem limites, rasga as portas do mar (Costa, 2011: 67), *que é um terraço de prata* (Costa, 2011: 55), *que se abre para o mundo permitindo a viagem / viagens. A ilha por cima do mundo* (Costa, 2011: 7) é o berço que embala o poeta nesta viagem em que a palavra eleita e apurada cumpre a sua função poética sem derrames semânticos de aventurosos e inúteis malabarismos estéticos.

A ilha / ilhas contém em si as emoções, as tonalidades, a luz, a diversidade, o cheiro e o sabor da terra *mater*, o fogo das entranhas, a beleza deslumbrante da natureza intocada, o silêncio, a água na sua pureza e no seu poder fecundo e transformador. As palavras estão lá, no cenário genuíno da ilha, alojadas na sua íntima autenticidade, provavelmente ainda agarradas ao cascalho, como diria Miguel Torga

(*Diário XII*); basta apurá-las para que cumpram a missão de revelar o poeta da ilha na sua totalidade. Basta dar-lhes voz sopro e batimento (Costa, 2011: 9), pedaços de vida carregados de emoções para que possam dizer o poeta inteiro e saibam ser a casa como espaço de aconchego e segurança; barco que permite a travessia, a viagem, o conhecimento; campo fértil que oferece o alimento ou entidade que permite o sonho, a evasão.

Palavras com sabor a terra lavrada, palavras fogo que incendeiam o silêncio, palavras água nascidas no ventre da terra em forma de chuva abençoada. Deste modo, sente-se o pulsar da ilha / ilhas em cada palavra de Vasco Pereira da Costa e pressente-se o fogo incandescente e oculto do poeta que, embora marcado pela forte açorianidade, não se deixa consumir por ele e se alarga para além da ilha numa cosmovisão de viajante, sabendo que *nas veias do mundo correm violas e versos* (Costa, 2011: 23), que *ainda há mares não sabidos* (Costa, 2011: 11) e que *Não pode ser a ilha o limite* (Costa, 2011: 67). Ao longo dos poemas, há revisitação / revisitações das ilhas, enquanto espaços de memórias, e uma intensa concentração de emoções e afetos nesses lugares referidos como se em cada um deles estivesse para sempre gravado, em forma de lava, um pedaço de humanidade (a do poeta, a de cada ilhéu e a de cada um de nós).

Em o Retrato recorda:

Quando era jovem
O Arnaldo da Foto Lilaz tirou-me o retrato
que minha mãe suspendeu na sala.

Um terramoto impudente abalroou a casa
e o retrato ficou guardado entre pedaços
de memória amarela e dispersa.

Alguém que abra a gaveta
saberá como fui antes de conhecer
a provável morte.
(Costa, 2011:17)

Os lugares são reais, mas existem em cada poema numa combinação imagística que nos transporta ao universo interior do poeta, resultante da proeza artística do fingimento poético que revela a sinceridade intelectual das emoções carregadas de simbolismo e nos permite aproximar do seu fogo oculto numa enorme generosidade literária.

Nesta obra de Vasco Pereira da Costa, perpassa o testemunho vulcânico da ilha / ilhas, como exalta o poema Furnas do Enxofre: *Uma harmonia sem cuidado / aqui onde há tufos de seda verde / e nuvens saídas das entranhas da terra: / é a sintaxe do magma ordenando os verbos do planeta* (Costa, 2011: 43); a majestática beleza selvagem aparecendo como um paraíso genuíno, as calhetas, as fajãs, como estonteantes cenários de verdura e lagoas cristalinas, num namoro idílico com o oceano, a perpetuar o paraíso e a revelar-se como terraço sobre o mar*: O sol vai abrir a cancela do mundo (…) / Após a chuva desta noite / há um verde que tanto insulta / que exulta de tão verde*. (Costa, 2011: 53); o murmúrio da água, elemento líquido de grande relevância temática e ambiental, que canta as suas cantigas de frescura, conferindo à ilha a exuberância, a cor, a luz e a fertilidade e que, ao mesmo tempo, simboliza o traço de separação e aproximação do mundo, de um novo mundo.

Em Fajã dos Cubres, o poeta, em breves, doces e belas pinceladas metafóricas, e soprando um leve toque de animismo, cria uma harmonia que enfeitiça os próprios peixes:

Sobe o mar para sorver a cinza do céu.
Um soluço de onda. Um arfar de pedra.
Um sol de silêncio em pingos dispersos.

Mordem os peixes o anzol dos versos
(Costa, 2011: 61)

A dolorosa solidão das ilhas e a toada, sempre presente, de uma saudade que chora na serenidade dos dias são outros importantes *leitmotiv* que atravessam esta obra. Mas a ilha não está enclausurada em si mesma nem o poeta aprisionado na ilha. Em Lição de Montaigne afirma, de forma assertiva:

Que sei? A utilidade de mim
em mim repousa.

Olho o tudo. E ninguém ouse
questionar o mais profundo
do que penso quero e faço.

A ilha que esboço (onde sempre renasço)
fica na redondez do mundo
infindo
onde me prefiguro e me recorto.

E se morrer que seja a morte
que me destino.
(Costa, 2011: 19)

Do mesmo modo, em Cantoria, o poeta revela-se livre como o cantador e os pássaros:

As rimas do cantador estreitam o mar
e expandem a ilha até à tensão da agonia
enquanto os doze bordões de arame do tocador
rasgam espessos horizontes mudos.
(Costa, 2011: 23)

Também em Baía da Cré *rema o tempo a solidão / numa penumbra de espuma* (Costa, 2011: 65).
Mas o poeta é lúcido e sabe que

De nada vale contar as ondas uma a uma.
Ninguém aqui é
porque ninguém aqui pode predicar a vida
(Costa, 2011: 23).

E, então, para sair da penumbra, da agonia insular da solidão e da melancolia, deseja um T4/ em Nova Iorque/na Quinta Avenida, no centro da confusão e do movimento, para, finalmente, poder predicar a vida (Costa, 2011: 65).

No entanto, o poeta também experimenta o prazer da tranquilidade e da paz da ilha quando se fecham as portadas do silêncio (Costa, 2011: 45). Pode a ilha ser uma clepsidra fantástica em que tudo tem raiz na água, deter toda a luz e toda a majestade dos picos altaneiros, albergar cagarros protegidos nas suas mansões naturais, deslumbrar pela variedade exótica das cores, pelos contornos mais belos do seu corpo geográfico resultante das explosões vulcânicas, com albas que revelam após a chuva desta noite (Costa, 2011: 53) um verde que insulta de tão verde (Costa, 2011: 53) e que exulta de tão verde (Costa, 2011: 53).

Pode a ilha ser o berço, a casa, o barco, o porto, a baía, a água e a terra, abrasada pelo fogo oculto, rica do imaginário ligado às aventuras marítimas, mas como tão claramente anuncia o poeta:

Não pode a ilha ser o limite:
há picos que violam as nuvens
há sóis que fecundam as chuvas
há ventos que nenhum deus domina.

E os sonhos que rasgam as portas do mar
são de uma gente altiva
que tira o fogo oculto da terra
para incendiar as entranhas da vida.
(Costa, 2011: 67)

Também os picos têm os seus cais que se rasgam para os oceanos pelo desejo e sonho do homem que quer partir e o poeta, que só o é porque é dono da sua liberdade, diz já ter escrito todos os versos deste mar (Costa, 2011: 47) em que os olhos dos peixes incendeiam as vagas (Costa, 2011: 57).

Vamberto Freitas interroga-se sobre a possibilidade de *O Fogo Oculto* poder encerrar um ciclo de escrita pelo tom da sua linguagem, asseverando ter Vasco Pereira da Costa traçado já um cânone literário pessoal que espelha as andanças que mais o 'definem' (http://vambertofreitas.wordpress.com/2011/06/04/num-outro%E2%80%9Cregresso%E2%80%9D-a-casa/ e em http://www.lusofonias.net/estudos%20e%20cadernos%20a%E7orianos/index.htm).

Pensamos que esta opinião, com a qual concordamos, é sustentada pelos poemas Arte Poética (Costa, 2011: 9) e Fogo Oculto (Costa, 2011: 67). Parece-nos, contudo, que a devolução de múltiplas

imagens e memórias dispersas, de que fala Freitas, assenta, essencialmente, em geografias que nos são pátrias. Atente-se nos versos seguintes que nos parecem iluminadores da presença de geografias que são pátrias ao sujeito poético:

Conheci princípios claros. Ideologias limpas
Hoje, com três quartos de caminho andado,
aguardo a vinda dos amigos. Varri o alpendre.
Junquei de alecrim o chão da casa. /
Aqueci o forno.
Cozi o pão.
(Costa, 2011: 15). ~

Finalmente, o poeta, que se pensa a si próprio e nunca se abandona, revela:

Então alcanço do Pico o pico.
O oceano se abre. Suspenso
Assim do mundo das águas fito
lá em baixo mas perto de mim que me penso
(emigrado para a terra que cria segura e longa
partindo dum cais ao rés das ondas)
De mesquinhas mágoas de ilhéu.
(Costa, 2011: 47)

Assim, a açorianidade, a insularidade, a hospitalidade, o vulcanismo, e outras particulares tão próprios da idiossincrasia do arquipélago atlântico, de onde são originários Vasco Pereira da Costa e Manuel Policarpo, permitem-nos associar o poeta e o pintor que, num exercício de completude, dialogam, entre si utilizando imagens e simbolismos que os correlacionam, expressando o poeta e o pintor inteiros na sua complexa construção de entidades criadoras. Em ambos, sempre o consequente desejo de rasgar as portas do mar (Costa, 2011: 67).

Marcados pelas memórias, o poeta e o pintor (o poeta/pintor), refletem sobre si próprio(s) e, tal como os outros ilhéus, deixam-se incendiar pelo fogo oculto da terra (Costa, 2011: 67), conscientes, na linha de Bernardo Soares, que *Tudo que se passa no onde vivemos é em nós que se passa..*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS DE VASCO PEREIRA DA COSTA

(1978) *Nas Escadas do Império*. Contos, Coimbra: *Centelha*.

(1979) *Amanhece a cidade*. Romance, Coimbra: *Centelha*.

(1980) *Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo*. Memória, Lisboa: Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

(1980) *Ilhíada*. Poemas, Coleção Gaivota, Angra do Heroísmo: SREC.

(1984) *Plantador de Palavras Vendedor de Lérias*. Contos, Coimbra: Edição Câmara Municipal de Coimbra.

(1987) *Memória Breve*. Contos. Nova Série, nº 1, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

(1992) *Riscos de Marear*. Poesia, Ponta Delgada: Eurosigno.

(1994) *Sobre-Ripas Sobre-Rimas*. Poesia, Coimbra: Minerva.

(1997) *Terras.* Poesia, Porto: Campo das Letras – Editores.

(1999) *My Californian Friends.* Poesia, 1ª ed. Palimage, Gávea Brown, Viseu, 2000; 2ª ed. 2001; ed. bilingue, San Jose, CA, USA, 2009.

(2011) *O Fogo Oculto*. Poesia, Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.

OUTROS LIVROS

(1977) TORGA, Miguel, *Diário XII*. Coimbra: Edição de Autor.

(1982) PESSOA, Fernando, *Livro do Desassossego* por Bernardo Soares. Org. e pref. de Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática, volume II.

INTERNET: ARTIGOS E ENTREVISTAS

(2011) http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php, consulta a 11 de junho.

(2010) CHRYSTELLO, Helena e GIRÃO, Rosário (coordenadoras), Cadernos (e Suplementos) Estudos Açorianos, caderno e suplemento 4 Vasco Pereira da Costa, Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia. Disponível em http://www.lusofonias.net/estudos%20e%20cadernos%20a%E7orianos/index.htm, consulta em 24 de agosto de 2011.

(1980) FARIA, Duarte, Recensão crítica a *Nas Escadas do Império* e *Amanhece a Cidade*. Revista *Colóquio / Letras*, n.º 54, março, pp. 74-75.

(2011) FREITAS, Vamberto, *Num Outro Regresso a Casa*. Disponível em http://vambertofreitas.wordpress.com/2011/06/04/num-outro%E2%80%9Cregresso%E2%80%9D-a-casa / e em http://www.lusofonias.net/estudos%20e%20cadernos%20a%E7orianos/index.htm, consulta em 20 de agosto.

(2011) JCS, Vasco Pereira da Costa recebe título Honoris Causa em Letras da Universidade de São José, Lusa. Disponível em http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/12445072.html, consulta em 23 de agosto.

(2011) http://lusografias.wordpress.com/2010/07/11/vasco-pereira-da-costa-contador-de-historias, consulta em 11 de junho.

(2011)http://www.mycalifornianfriends.com/poet_translators.htm, consulta em 25 de agosto.

(2010) RTP, *Ilhas Conhecidas – de Vasco Pereira da Costa* (entrevista). Disponível em http://videos.sapo.pt/QlsskgZEtIZRSYuZ6zbS, consulta em 16 de julho.

45. CHRYS CHRYSTELLO, AICL, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, AUSTRÁLIA

TEMA 2.1 DESCOBRIR DANIEL DE SÁ OU O POETA DAS CASAS MORTAS, CHRYS CHRYSTELLO AICL

FALO HOJE AQUI DE Daniel de Sá, um escritor e um amigo, cuja obra comecei a traduzir antes de o ler, de ser amigo, antes mesmo de saber a cor e o cheiro dos seus lugares de infância e de calcorrear as ruínas onde habitou e das quais se serviu para essa obra que é *O Pastor das Casa Mortas*. Nesse livro e no plano da linguagem, o autor (ed. VerAçor 2007) dá-se ao luxo de exportar, por efeitos de mimética, para uma das regiões mais interiores e montanhosas de Portugal, a Beira Alta, o seu herói em busca de um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados por entre o pastoreio numa verdadeira apologia da solidão física e mental que é o retrato de Manuel Cordovão esse lusitano de um amor só para toda a vida.

Como o autor diz, a começar, trata-se de um livro dedicado *Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal*. Mas não é da Beira que se fala, nem do pastor, nem das casas, é sobretudo das memórias guardadas na infância de casas onde o autor viveu e construiu, lentamente, uma teia de imagens, sentimentos e de princípios que nortearam a sua vida. Só conhecendo as suas ruínas, as pedras que foram casas, os campos que foram pastos e hoje perderam o cheiro, nos podemos vangloriar de entender a sua escrita mariense que sempre o marcou apesar de ter passado a maior parte da sua vida na micaelense Maia.

Assim, como tradutor desloquei-me, de novo à ilha em 2010 para conhecer as pedras, as casas e as ruínas do autor que em 2006 mal conhecia quando o comecei a traduzir e a quem aqui hoje rendemos preito. Calcorreei montes e vales, falei com gentes e saltei sebes e muros para ver de mais perto essa memória que criara a magia do livro O Pastor das Casas Mortas. Bastaram as fotos que eu tirara em Santa maria às ruínas do Daniel" como lhes chamei para provocar uma avalancha de recordações que vinham à tona como se tivessem ocorrido na véspera:

E a este respeito escrevia o autor em 2/9/2010

> *Emocionei-me mesmo, corisco adotivo dum raio. Eu sabia que facilmente descobririas a casa da Ribeira do Engenho bem como, mais facilmente ainda, as ruínas da casa do pastor de ovelhas, de cabras e de vacas. Aquela casinha da Ribeira do Engenho mantém-se tal e qual era há sessenta anos, quando nos mudámos para a de Santana, a tal que nunca tinha sido chamada casa antes de lá morarmos.*
> *Um forte abraço, comovido.*
> *Daniel*

Para, mais tarde nessa data, acrescentar

> *Apesar de tudo, tenho saudades daquelas pedras. Elas não tinham culpa de não terem qualquer nobreza. Nós demos-lhes a possível. De caráter, claro.*
> *Obrigado. Obrigado.*
> *Um forte par de abraços*.

Guardadas na infância, essas imagens, os cheiros e as cores perpassam ao longo de quase uma centena de páginas numa narrativa utilizando terminologia neutra (i.e. não insular) que deve ser lida como uma ode ao açoriano isolado, de si e do mundo, num amor perdido que se encontra apenas quando Caronte ronda.

Bastaram as fotos que eu tirara em Santa Maria às ruínas do Daniel como lhes chamei para provocar uma avalancha de recordações que vinham à tona como se tivessem ocorrido na véspera. Em 9 de outubro *2010,* daniel.de.sa escrevia

> *… A Sr.ª Francelina e a Almerinda! Meu Deus, como me lembro bem delas! Pois é, e além daquilo tudo ainda cabia a*

máquina de costura! O que valia é que as mãos de minha Mãe eram tão pequeninas que quase não ocupavam espaço. Mas olha que eram mãos de fada, lá isso eram. Iam várias senhoras do Aeroporto lá a casa à costura. E havia raparigas que iam aprender. Aquele retangulozinho dava para tantas coisas e tanta gente! Até se dançava pelas festas principais do ano. E pendurava-se o porco ou deixava-se a carne em alguidares pelo chão, vigiada pela Durana (a cadela que se tornou uma lenda, como tu mesma pudeste constatar naquela conversa com um senhor antes da missa). Havia senhoras com o corpo assim mais para o menos bem feito que gostavam muito do trabalho de minha Mãe, que lhes ajustava o tecido ao corpo como se elas fossem manequins. Quando meu Pai morreu, tínhamos uns blocos de cimento que tinham sido feitos nos Anjos e estavam postos a secar no murinho do adro da ermida. A minha irmã ia comigo todos os dias regá-los para não racharem. E ninguém os roubou nunca! Eram para fazer uma casita, que a Câmara tinha autorizado usar os terrenos baldios em frente aos nossos pastos, numa parte larga da canada. Vendemo-los e serviram para pagar a renda desse ano ao menino José António Arruda. A dívida corrente de uma mercearia, nas Pedras de Santo Antão, ficou por pagar. Só a pude pagar cinco anos mais tarde. (Lembra-te de que vim só com o 4º ano.) Pedi a um compadre meu que passasse por lá, a perguntar quanto era a dívida, que eu iria em breve na minha primeira visita de saudade e queria pagá-la. Eram 900$00. O dono da loja, que nunca imaginara poder receber aquele dinheiro, disse ao meu compadre: Ainda há gente séria neste mundo! Graças a Deus, não éramos dos piores... Mas que estou para aqui a dizer? Esta conversa não interessa a ninguém, só a mim e às minhas saudades. Culpa do Chrys, que me trouxe para aqui estas coisas memoráveis. Abraços. Daniel

Em 10 outubro de 2010, o autor voltava à carga emocional que as fotos das ruínas da sua velha casa em Santa Maria lhe inspiravam:

Vou falar só mais um pouco a propósito das fotografias do Chrys. Só lhes falta o cheiro. Foi precisamente do cheiro que mais falta senti, quando no verão de 2009 fui a Santa Maria depois de dezanove anos sem lá ter posto os pés. Os nossos pastos, sobretudo à volta da casa, eram amarelos e azuis da macela e do poejo. No resto a paisagem estava cheia de murta, giesta ou juncos. Arrotearam tudo. Ficou nem pasto nem jardim. Já não cheira. No Aeroporto, dos velhos cheiros, nada. Só um arzinho dele na casa da Ana [Loura]. *A capela de Nossa Senhora do Ar ardeu, e foi substituída por aquela, muito parecida, mas de cimento. Resistiu a torre, que é de pedra, como pudestes ver. Meu Pai trabalhou na sua construção. Chegou a levar às costas uma pedra de duzentos quilos, que está lá, com certeza. Foi no alto daquela torre que meu Pai me mostrou (a única vez que o fez) que ficara muito satisfeito com uma classificação minha. Só confessava a sua satisfação às escondidas, a minha Mãe. Creio que o dizia aos amigos. Ele pedira-me para eu ir fazer qualquer trabalho relacionado com as vacas. Eu tinha de estudar, porque ia haver chamadas orais de Francês, mas disse que não fazia mal, havia de me desenrascar. Meu Pai, que chegou a dizer que então iria ele, estava tão cansado que aceitou que eu fosse. No outro dia fui ter com ele ao cimo da torre, e perguntou-me de imediato: E então? Eu respondi: Tive quinze. Beijou-me, muito contente.*

Aquelas silvas, em primeiro plano nas fotos das ruínas da casa, davam umas amoras diferentes de todas as que conheço. Embora gradas, não eram tão doces como as outras, e tinham uma pelica branca, muito ligeira, a cobri-las em parte. Em buracos das pedras daqueles muros as abelhas selvagens construíam uns favos em barro (dois ou quatro) onde faziam um mel castanho, muito escuro, depositando um ovo em cada favo. Eu ia muitas vezes, mais um amigo da minha idade, à procura desses favos, a que chamávamos casulos. Abríamo-los com um espeto e chupávamos o mel trazido na ponta do próprio espeto. Esta espécie de abelhas é tão rara que o Dr. Virgílio Vieira, biólogo, que estuda esse tipo de bicharada cá nos Açores, nunca tinha ouvido falar delas. As matas do Aeroporto perderam o cheiro também. As árvores cresceram

muito e são muito menos do que antigamente. O hotel também ardeu, não poderia cheirar como antes. O Clube Asas do Atlântico envelheceu tanto que lhe fizeram uns transplantes, pondo cimento onde havia madeira. Pronto, não se fala mais nisso. Eu teria praticamente uma história para cada foto, já disse. Mas poupo-vos.

Abraços. Daniel 10 outubro 2010

Não fiz esta segunda viagem à Ilha-Mãe como amigo do autor, mas como tradutor de um escritor que aprecio. Pode nunca ganhar a fama de um Prémio Nobel, mas escreve para quem gosta de o ler e tem sido nossa missão nos Colóquios divulgá-lo e traduzi-lo. Muito há para fazer ainda neste campo, mas para já convém partilhar convosco esta relação umbilical nunca cortada entre o autor e a ilha, e para isso nada melhor do que um texto do Daniel intitulado:

Santa Maria, uma declaração de amor

Considero-me um privilegiado quando me chamam mariense. Porque, como filho destas ilhas, tenho a sorte de ter pai e mãe. Foi meu pai São Miguel, minha mãe, Santa Maria. E, se pode ter-se dupla nacionalidade, por certo que poderá ter-se dupla insularidade.

Sou mariense, sim, e julgo que de pleno direito. Cagarro e santaneiro. O que foi outro privilégio, ter vivido em Santana. Mais de oito anos, depois de quatro por São Pedro, na casa do Sr. Armando Monteiro, e seis meses na Ribeira do Engenho, numa casinha que era toda ao pé da porta e tinha o telhado à altura do caminho.

De São Miguel saí ainda de cabelos compridos, de que guardo uma vaga memória, mas somente do dia em que mos cortaram, já em São Pedro. Antes disso, e da ilha onde fui gerado e onde nasci, só sei o que me contava minha mãe. Tempo esse em que uma criança de dois anos podia andar pelas ruas e ir até longe, no longe relativo do tamanho do corpo, sem deixar preocupado quem quer que fosse. Palmo e meio de pernas bastava para fugir facilmente das rodas de uma carroça ou de um carro de bois.

Muito cedo comecei a ser aluno da vida, em Santa Maria. Que belas lições recebi! Recordo a sabedoria de um povo a quem vi cavar um poço antes do tempo da sede. Aprendi a sua bondade em coisas tão simples como aquelas grandes pedras, postas ao alto à semelhança de pequenos menires, onde o gado ia roçar-se placidamente. A minha definição como pessoa começou a fazer-se com estes e com outros ensinamentos casuais ou espontâneos, sem pedagogia diplomada.

Pode parecer um contrassenso considerar um privilégio ter vivido em Santana, porque aquela era uma das aldeias mais rurais de Portugal. Nem havia sequer uma canada razoável que lhe fosse caminho. A que existia servia, em parte, como leito de uma ribeira, onde aflorava a rocha irregular posta a descoberto pela erosão. Durante séculos, foi a única via que levava a Vila do Porto. Maior isolamento do que aquele é difícil de imaginar. Ainda assim, em Santana nasceram e viveram pessoas de grande valor humano e social. Prodígios da superação.

De súbito, tudo mudou em 1945. Em Santana propriamente não, porque ela ficou imutável na sua rústica ancestralidade. Mas, mesmo ali ao lado, fora feito um aeroporto para ser um dos melhores e mais concorridos do Mundo. A Vila deixou de ser a principal referência, porque até na religião os de Santana se tornaram como que paroquianos da capela de Nossa Senhora do Ar, que antes fora lugar de culto de protestantes, católicos e judeus. Ia-se e vinha-se usando atalhos desenhados por milhões de passadas, cortados aqui e ali por muros que era preciso saltar. A aldeia isolada ficara a poucos minutos de um mundo novo e impensável. Mas aquela gente recebeu-o quase com a mesma naturalidade com que via nascer o Sol todos os dias, o Sol que gretava o solo árido no verão, depois de secos os lameiros do inverno. Aquela gente, que resistira à angústia da fome, numa penúria humilhante e indigna da condição humana. Como um pouco por toda a ilha, aliás. Mas que manteve uma dignidade bíblica, porque a dignidade é um estado de espírito mais do que uma afirmação social.

A nossa casa nunca fora chamada casa antes de lá morarmos. E, nesse tempo, era um absurdo pensar que quem tivesse menos de dezasseis anos não podia trabalhar. Não o proibia a lei, e a isso obrigava a necessidade de as mães não terem falta do que pôr na mesa à hora de comer. Apesar disso, não lamento nada da minha infância.

Fui pastor de cabras, de ovelhas e de vacas. Cavalguei em pelo e sem esporas nem freio, como os índios. Nunca ninguém me ensinou a ter medo do dia nem da noite. Fui cowboy ou índio na mata de Monserrate e nas do Aeroporto. Mas não estraguei nenhuma árvore, nem os meus companheiros de aventuras. Contei histórias ao meu amigo Elias, e contava-me ele outra por cada uma das minhas. Matávamos o menor número possível de personagens, quer fossem índios ou bandidos. Apenas o essencial para haver vencedores e vencidos.

Entretanto, ia aprendendo em livros ou num quadro preto. Primeiro na escola de Santana. Com a D. Eduarda na 1ª classe, a D. Doroteia, na 2.ª, a D. Úrsula, na 3.ª, a D. Francisca, na 4.ª. Continuam a ser das minhas heroínas preferidas. Fizeram o milagre de me ensinar a ler, de explicar que povo somos e a que terra pertencemos. Depois veio o Externato. Juntei à minha lista de heróis e de heroínas mais uns quantos predestinados para o bem e a sabedoria. Passei a pertencer também à geração do Cavaleiro Andante, sem dúvida a mais prodigiosa publicação juvenil que houve em Portugal. Não tínhamos dinheiro para livros nem revistas, por isso era o José Guilherme Correia que mo emprestava sempre. E alguns livros também, como o José Vieira Souto Martins, um amigo de que nada sei há meio século. Foi assim que pude ler Emílio Salgari, Mark Twain ou Enid Blyton.

E havia o Clube Asas do Atlântico. O Asas! Nunca ninguém me pôs na rua nem mostrou desagrado pela minha presença. Nem imaginavam o bem que me estavam fazendo. Ali ouvíamos os relatos do futebol e do hóquei das nossas alegrias patrióticas. Era onde eu tinha à disposição os principais jornais que se publicavam em Portugal. Um dos mais bem escritos era A Bola, e por isso, ao mesmo tempo que a rivalidade entre o Sporting e o Benfica era um dos principais fatores de unidade dos Portugueses, o desporto, contado naquele jornal que mudou tanto que se pode considerar extinto, era também uma lição de cultura.

Não longe, o campo dos jogos épicos do futebol romântico de dois defesas, três médios e cinco avançados. Com o mítico Badjana a dar os últimos pontapés na bola, jogando pela equipa da Direção do Serviço de Obras, onde meu pai trabalhava. Depois veio outro clube, o de Gonçalo Velho, para o qual minha mãe e minha irmã bordaram os primeiros emblemas.

No entanto, a alegria suprema tinha lugar reservado no Atlântida Cine. O seu porteiro deixava muitas vezes as crianças entrarem sem pagar bilhete. Por isso o Sr. Cardoso faz parte da minha lista de heróis particulares. E o grito ó Cardoso, apaga a luz ainda ecoa nas minhas recordações como o anúncio de todas as claridades. Outro benfeitor de homens a haver.

Na capela de Nossa Senhora do Ar aprendi o lado mais humano da vida. Aquele que pensa acima de tudo no que nos distingue dos irracionais. Se é certo que sem uma fé sobrenatural se pode ser boa pessoa, o cristianismo à maneira do Padre Artur é o testemunho do bem na Terra.

Mas qualquer pedaço de mundo vale pelo que vale a sua gente. A do meu tempo era feita destas e de outras figuras que marcaram o modo de ser de um tempo e de uma geração em que havia na ilha mais forasteiros do que naturais dela. Sorte nossa que a maior parte dos que em Santa Maria buscaram um pouco mais de fortuna ou um pouco menos de infortúnio eram pessoas de deixar saudades. Por isso o reencontro com velhos pioneiros dos tempos modernos da Ilha de Gonçalo Velho é sempre um momento de festa que dificilmente tem semelhança quando as amizades foram feitas por outras bandas.

O próprio aeroporto, começado a construir durante a guerra, acabou por ser um lugar de passagem para a paz. Se, em 1918, Franklin Delano Roosevelt escolheu Ponta Delgada para apoio ao transporte de tropas a caminho da Europa, por aquelas pistas passaram sobretudo soldados de regresso a

casa. O nome de código da operação, Green Project, era ele mesmo uma declaração de esperança numa nova era.

Foi neste ambiente, um dos espaços nacionais onde mais se concentravam pessoas com ensino superior ou com uma cultura acima da média, que começou a germinar a minha vontade de fazer das palavras escritas um uso para além da obrigação de alguma carta familiar. Sem Santa Maria, sobretudo sem o seu Externato, eu teria ficado pela 4.ª classe, tal como todos os rapazes que nasceram na Maia, em São Miguel, no mesmo ano que eu. Por um desses acasos que são difíceis de explicar, cresci logo nos primeiros anos de vida com uma curiosidade sem limites. Um dia, ainda antes de completar seis anos, perguntei a meu pai como é que se faziam versos. Ele era um improvisador de quadras e de histórias como poucos conheci na vida. Chegou a fazer o negócio de uma burra cantando ao desafio. E, nos intervalos do almoço, contava casos a homens da sua idade, mas tão interessados como crianças. Vi muitos filmes pelos seus olhos, ou ouvi-os da sua boca. Ele levou a sério a minha pergunta sobre poesia, e respondeu como se deve sempre responder a uma criança: dizendo a verdade das coisas como se se falasse ao adulto que a criança será um dia. Logo a seguir exercitei o meu novo conhecimento cantando para uma vizinha da minha idade, de que só guardo a memória de uns longos caracóis loiros. Sei que começava assim, esse que foi em rigor o meu primeiro poema: Sou Daniel da ilha de São Miguel.

Era, sim, com a sorte de ser da Ilha-Mãe também. E nela vivia então um poeta que fez parte do meu imaginário, e de quem eu muito quis ser imitador: Lopes de Araújo. Não tive a sorte de ser seu aluno, mas a ânsia de alcançar um estatuto semelhante ao seu foi talvez o maior impulso que me levou a dedicar-me à escrita.

Mas Santa Maria veio a ser para mim cenário de drama também. Numa certa manhã, os responsáveis pela Direção do Serviço de Obras estavam reunidos para despedir pessoal. O critério escolhido foi o de optar pelos trabalhadores com menos filhos. O nome do meu pai foi um dos primeiros a serem falados, porque éramos só minha irmã e eu. Minha irmã não estudara porque as propinas equivaliam a um terço do ordenado de meu pai. Que levou um ano a decidir se eu deveria frequentar ou não o Externato. Acabou por resolver-se pela positiva, e eu revi a gramática da 4.ª classe, feita um ano antes, estudando-a enquanto vigiava as vacas. Valeu-nos que nunca paguei propinas no colégio, como chamávamos ao Externato.

O Miguel Côrte-Real, esse homem da linhagem dos primeiros povoadores e a quem Santa Maria muito deve, não concordou com a ideia, alegando que eu estudava, e que meu pai e minha mãe, costureira, se sacrificavam a trabalhar mais do que podiam para eu ter aquele privilégio. Estava a questão por decidir quando chegou um funcionário com uma notícia dramaticamente irónica. Meu pai acabara de deixar vago definitivamente o seu lugar na vida.

Como diz o autor noutra obra *Embora eu vivesse numa ilha pequenina, a cinco minutos de um passeio calmo até ao aeroporto de quase todas as companhias aéreas que havia no Mundo, isso para o caso pouco importa*! Aliás esta transposição da naturalidade geográfica do personagem deixa-nos permanentemente na dúvida se a Teresa do *Pastor* não será irmã gémea da outra personagem feminina que acompanha os seus passos numa digressão do livro Santa Maria: a Ilha-Mãe. Trata-se de uma visita não só ao *despovoamento das ilhas,* mas ao despovoamento do país real, montanhoso, interior e árduo de Portugal. Aqui não se resgata o imaginário coletivo naquilo que tem de mais genuíno e identificador, antes pelo contrário, se dá a palavra a uma erudição improvável de um apascentador de cabras.

Aqui não há a memória plural, que vem de Gaspar Frutuoso, mas sim uma ficcionalização dum fenómeno que não se mimetiza apenas nesta digressão pela Beira Alta. As *Casas Mortas* são-nos apresentadas como um resultado inevitável e inelutável ao longo da vida do personagem principal, sem que a sátira ou o humor permeiem a couraça de convicções de Manuel Cordovão.

Existe uma interdependência do autor, dos personagens e do leitor que nos levou a ver e rever dezenas de vezes, uma só passagem do livro para lhe dar na sua tradução o tom, o colorido, a sonoridade e

a poesia das prosas. De início pensei que seria ocasião única, mas rapidamente me apercebi de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada. O resultado é uma prosa rica, densa e tensa, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que nos prende da primeira à última página e me levou a interrogar como é que fiquei órfão intelectual desde que acabei de traduzir o livro. As suas personagens e a sua escrita fazem de tal modo parte da minha vida que sinto uma espécie de síndroma de Estocolmo, fiquei cativo e apaixonei-me pelos captores...e agora, como vai ser?

Já o outro livro intitulado *Santa Maria Ilha-Mãe* (editado em 2007) é uma viagem ao passado, permeada de nostalgia quase lírica e pela magia da infância e das suas cores simples, mas bem nítidas. Fala-se de como os Açores conviveram com o isolamento ao longo dos séculos, dos ataques de piratas, uma ameaça constante a inculcar ainda mais vincadamente as crenças de origem religiosa — numa ilha que felizmente não foi muito assolada por terramotos nem explosões piroclásticas.

Essa *mundividência*, leva-nos naquilo que pode ser considerado o mais interessante guia ou roteiro turístico jamais escrito. O próprio título gerou controvérsia, quer na versão portuguesa quer inglesa (*Santa Maria: Ilha-Mãe; Santa Maria, Island Mother*, ou como o próprio autor notaria: *Não se trata de mãe com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos, tanto mais que os liguei com hífen em Português. Como bem entendeu, uma ilha que é mãe também. Não é o caso de Ilha Verde, por exemplo...* Diz-nos Daniel de Sá *O Clube Asas do Atlântico era um dos meus quatro lugares míticos. Os outros três, também sagrado um deles, eram a capela de Nossa Senhora do Ar, o Externato e o Atlântida Cine. Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro* e todos nós - ao lê-lo - sentimos com ele, os cheiros, as cores e as toadas que nos descreve**.**

Estes dois livros pertencem a um mesmo tempo, em que *falar do passado açoriano é, também, falar do seu presente, e referir-se ao presente é remeter inapelavelmente ao passado, o que mostra a unidade e a solidez de propósitos do livro*, como diria Assis Brasil, referindo-se ao notável e quase único traço constante de profundo humanismo que informa os textos. Todas as suas personagens, são de tal forma credíveis que nos sentimos transportados ao local e vivemos partilhando os sentimentos dos interlocutores. Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald, *A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte*. [334]

Este é o autor que primeiro descobri e traduzi. Depois dele viriam Dias de Melo, Caetano Valadão Serpa, Onésimo de Almeida, Mário Moura, Álamo Oliveira, Fernando Aires, Eduíno de Jesus, Urbano Bettencourt, Cristóvão de Aguiar, Victor Rui Dores, Vasco Pereira da Costa e Eduardo Bettencourt Pinto e muitos outros que fui lendo e traduzindo, a todos creio que posso dizer que conto com eles como amigos especiais e companheiros. Cheguei a esta idade sem nunca ter tido um autor amigo embora amigos tivesse que eram autores. Foi com eles - e com muitos outros que aqui não nomeio por desfastio - que cresci a apreciar e a ler autores de matriz açoriana.

.Por Daniel de Sá ter sido o primeiro que traduzi quis vir aqui homenageá-lo na terra que ele me deu a conhecer nesse seu livro. Propus até que designassem uma rua com o seu nome ou como ele sugeriu que a CMVP desse o nome de Santa Maria Ilha-Mãe a uma rua. Por ter sido ele o primeiro foi ele um dos primeiros que levei nessa jornada dos colóquios pelo mundo, para que fosse traduzido em várias

[334] "***Translation, like writing, is both art and craft, with a touch of alchemy. When translator and author actually get to meet, the result can be inspired. Nuance is what translates language into art."*** Ann-Marie is a Toronto-based writer and actor. She has received accolades for her playwriting, acting and writing. Her play Goodnight Desdemona (Good Morning Juliet) won the Governor General's Award for Drama, the Chalmers Award for Outstanding Play and the Canadian Authors' Association Award for Drama. She won a Gemini Award for her role in the film Where the Spirit Lives and was nominated for a Genie for her role in I've Heard the Mermaids Singing. Her first novel, Fall on Your Knees, was published in 1995 to much critical acclaim in Canada and abroad. Her latest book, The Way the Crow Flies, was shortlisted for both the Giller Prize and Governor General's Award

.http://www.banffcentre.ca/programs/93_words/2007/biltc/past_programs.aspx

outras línguas como o Búlgaro, Russo, Romeno, Polaco, Esloveno, Italiano e Francês.

Está aqui presente a sua tradutora búlgara, a Ilyana Chalakova, uma das muitas que associada aos colóquios da lusofonia, rapidamente se apaixonou por essa escrita singular. Por mais que não queiram os seus autores ali vive a todo o instante a palavra mar. Essa a omnipalavra que jamais se desvanece também nos poemas de Vasco Pereira da Costa e de Eduardo Bettencourt Pinto, ambos aqui presentes, e mesmo quando Daniel de Sá escreve sobre montes e vales das Beiras. Aliás Daniel disse que aqui bem perto na Ribeira do Capitão e na Praia dos Lobos as arribas praticamente desaparecem oferecendo a ilha a quem vem do mar.

E esta ilha, nós, que somos corsários das palavras, a tomamos como nossa para todo o sempre para que seja partilhada entre todas as pessoas de bem e de boa vontade desfraldando bem alto esta bandeira da Lusofonia que por todo o mundo erguemos como se fora um Padrão dos Descobrimentos.

Obrigado Daniel e obrigado Ilha-Mãe.

VOLITANDO

Vieram os deuses
plantaram ilhas
onde dantes havia água
uma era Ilha-Mãe,
havia a Mãe-Ilha,
outra Marilha,
a Ilha Menina
a Ilha-Filha
nove irmãs
filhas de Posídon e de Afrodite
nascidas da espuma do mar

nos montes verdes
rugiam dragões
cuspiam fogo
tremiam os chãos
secavam ribeiras
vomitavam magma
choviam trovões
de Tor filho de Ódin
esquecido das gentes e animais

pobres escravos e colonos
amanhadores de rochas e fomes
desbravadores de mínguas
crentes e temerosos
orando promessas seculares
criam no destino e sabiam-se culpados

ainda hoje penam
com liberdades que não pagam dízimos
votam com os pés da emigração
a libertação de todas as cangas
mas voltam sempre
romeiros em promessas várias
açorianos até ao tutano

sem alforrias nem autonomias
perenes escravos destas ilhas
escrevem a história que poucos leem

É graças a esse autor que traduzi e hoje, aqui homenageamos, que os Colóquios se arvoraram em paladinos da literatura de matriz açoriana, encarregues de atravessarem mares nunca dantes navegados e chegarem a leitores insuspeitados em línguas diversas que também aí se faz a Lusofonia em que acreditámos.

Lomba da Maia, 4 maio 2011

ALGUMA BIBLIOGRAFIA

Sá, Daniel. (1988) *Bartolomeu* (teatro), edição da D.R.A.C. Angra do Heroísmo:

Sá, Daniel. (1990) *Um Deus à Beira da Loucura* (novela), edição da D.R.A.C., Angra do Heroísmo.

Sá, Daniel. (1992) *Ilha Grande Fechada* (romance), ed. Salamandra, Lisboa, 1992, 2ª ed. Ponta Delgada Ver Açor 2010

Sá, Daniel. (1995) *Crónica do Despovoamento das Ilhas* (*e Outras Cartas de El-Rei*) (crónicas históricas), ed. Salamandra, Lisboa, 1995:

Sá, Daniel (1997) *E Deus Teve Medo de Ser Homem* (novela), edição Salamandra, Lisboa, 1997:

Sá, Daniel (1999) *As Duas Cruzes do Império – Memórias da Inquisição* (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1999:

Sá, Daniel**,** (2007) *O Pastor das Casas Mortas* **(**novela), edição Ver Açor.

Sá, Daniel, 2007 *Santa Maria a Ilha-Mãe* ed. Ver Açor

Sá, Daniel, 2009 *S. Miguel a ilha esculpida*, ed. Ver Açor

Sá, Daniel, 2009 *Peregrinos do Senhor Santo Cristo dos Milagres* (ensaio histórico), edição Paulus Editora, Lisboa
Sá, Daniel, 2010, *Terceira Terra de Bravos* ed. Ver Açor

46. CONCHA ROUSIA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA

TEMA 3.1 - O CONTRIBUTO DA GALIZA PARA O ACORDO ORTOGRÁFICO E O VOCABULÁRIO COMUM - CONCHA ROUSIA [CONCEPCIÓN RODRÍGUEZ PÉREZ], AGLP – ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Galiza esteve desde sempre vinculada com a Lusofonia; este vínculo não se pode resumir apenas no fato de partilhar língua, mesmo que esse seja o aspeto cultural mais destacável. A língua é ademais o veículo pelo que outras manifestações culturais acontecem, e o fato de na Galiza ter-se escolhido por parte das autoridades correspondentes, Junta da Galiza e Real Academia Galega, uma ortografia que difere da ortografia da escrita na Lusofonia, faz mais difícil ver os nexos e acontecimentos culturais comuns que a Galiza mantém com a Lusofonia. Neste trabalho tratar-se-á de ver como a Galiza está envolvida no AO 1990 numa relação ou vínculo entre a Galiza e a Lusofonia. A língua própria da Galiza é o português galego ou, entre nós, simplesmente galego. Sabemos que essa língua formou-se a ambos lados do rio Minho e da Raia seca, naquilo que naqueles recuados séculos era a Galiza lucense e a Galiza bracarense: ambas são igualmente berço da língua. Testemunho brilhante dessa língua comum são os Cancioneiros medievais que chegaram até nós, ditos galego-portugueses em denominação moderna, pois na época essa língua era a galega, que só depois veio a denominar-se portuguesa ao sul da Raia, consequência duma separação política.

Sabemos também que essa nossa língua teve depois um venturoso florescimento e expansão para o sul e o ultramar, levada pelos nossos irmãos portugueses. Ao norte dessa Raia, ela entrou no declínio que denominamos "os séculos obscuros", substituída pelo castelhano na administração pública, na igreja, e até na criação literária. Mas ela permaneceu viva nos beiços do povo, que a conservou como língua própria, de comunicação e de identidade comunitária, como também em beiços dos poetas populares do Ressurgimento do século XIX. E só modernamente, depois duma terrível guerra mal chamada civil, ela começou a se perder, ou então a se misturar com o castelhano numa mixórdia que costumamos chamar de "castrapo".

É verdade que a língua foi cultivada timidamente nos anos desse pós-guerra, mas só com a chegada da democracia, depois da morte do ditador Franco, ela recuperou algumas posições no ensino, na administração, na igreja, e floresceu também na criação literária. Contudo, foi profunda a pegada do longo período franquista, fazendo por um lado com que uma classe média emergente desertasse da sua língua para adotar a castelhana, e pelo outro que parte dos criadores literários, a miúdo ditos de esquerda, adotassem como genuína uma fala apenas oral, mal recolhida dos beiços do povo, e já muito aculturada pela língua dominadora do Estado Espanhol. Essa, digamos, tendência "populista", quer fosse genuína ou não, foi aproveitada nos anos imediatamente anteriores e posteriores à denominada transição democrática (fins dos anos 70 do século derradeiro) para se tentar impor como normativa uma mistura galego-espanhola, grafada com ortografia castelhana, destinada ao ensino e à nascente administração autonómica, numa mescla que era fácil para os funcionários castelhano-falantes. Esse intento de imposição, feito por Decreto e por funcionários do Estado Espanhol nos começos dos anos 80, foi o catalisador para se despoletar um conflito linguístico, que perdura até hoje, entre os partidários do galego-espanhol, apoiados pelo Estado, e aqueles que reataram os laços, nunca totalmente esquecidos, com a velha tradição linguística galego-portuguesa.

Com efeito, já desde o Ressurgimento se veio manifestando no dito galeguismo o desejo de recuperar aquela tradição autóctone, considerando os seus cultivadores que essa era a língua própria e genuína da Galiza, nela escrevendo as suas obras e impulsionando o conhecimento do português ao sul da Raia. Esse movimento, ainda pouco desenvolvido, foi em todo o caso truncado, como foi dito, pela guerra, mas foi recuperando o impulso no pós-guerra, e finalmente

tornou-se movimento cívico nos anos 80, sobretudo nas camadas mais jovens e conscientizadas da população. É o movimento chamado reintegracionista, hoje felizmente florescente, embora com a aberta oposição dos funcionários do Estado Espanhol, mormente da direita herdeira do franquismo, mas também dalguns velhos intelectuais galegos duma esquerda já ultrapassada: esta derradeira é a tendência dita isolacionista, que diz acreditar num galego totalmente independente do português.

O isolacionismo tem hoje o seu núcleo mais duro nos denominados Instituto da Língua Galega e Real Academia Galega (1), cujos membros são em muitos casos os mesmos, e que em teoria assessoram o governo galego autónomo; por isso é às vezes chamado de oficialismo. Na oposição, o movimento reintegracionista cristalizou naqueles anos em entidades independentes, tais como a Associação de Amizade Galiza-Portugal, a Associaçom Galega da Língua, as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, e outras. Cumpre acrescentar aqui que as diferenças entre o isolacionismo e o reintegracionismo não se reduzem às duma simples ortografia, como amiúde pretendem os que querem tirar importância ao conflito, mas afetam radicalmente a toda a língua, na sua morfologia, léxico, sintaxe e fonética, campos todos nos que a castelhanização massiva faz com que a expressão dos funcionários autonómicos se torne irreconhecível como galega ou portuguesa da Galiza.

PARTICIPAÇÃO GALEGA NO ACORDO ORTOGRÁFICO

Como, então, conseguiu a pequena e submetida Galiza romper esse cerco político que a estrangulava, e voltar ao seio da Lusofonia, que de sempre por ela esperava de braços abertos? Como conseguiu participar nas negociações dum Acordo Ortográfico que, segundo os isolacionistas, não lhe diz respeito? A participação galega nas negociações do atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa tem os seus antecedentes nas iniciativas do professor português Manuel Rodrigues Lapa nos anos 30 do século passado (2), que tiveram eco na Galiza nos membros do Seminário de Estudos Galegos, das Irmandades da Fala históricas e da denominada Geração Nós, mas que ficaram goradas pela rebelião militar que provocou a guerra da Espanha. Nos anos 50 passa o protagonismo ao professor galego Ernesto Guerra da Cal, exilado desde o fim da guerra em Nova Iorque e justamente considerado iniciador do reintegracionismo contemporâneo com a sua alta produção literária e científica; ele já participara “como galego”, por convite português, numa comissão preparatória do Acordo Ortográfico de 1945, no Rio de Janeiro (3).

Ainda nos anos 70, o incansável M. Rodrigues Lapa nos lembrava a velha unidade galego-portuguesa no seu soado artigo “A recuperação literária do galego” (4), que pôs a questão em termos da recuperação da literatura galega para a Lusofonia. (Digamos entre parênteses que o saudoso Rodrigues Lapa não era nenhum “imperialista linguístico”, como foi injustamente acusado por algum intelectual marxista galego, que hoje está na Real Academia Galega. Muito ao contrário, ele tinha a honra chamar-se “galego de Anadia”, por considerar que nos seus confins o velho reino galécio chegava até ao rio Mondego). Enfim, não se conseguindo então o Acordo, e já nos anos 80, foram convocadas para 1986, e por convite do Brasil, sessões de debate e negociação dum novo Acordo Ortográfico da Ortografia Simplificada, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. Nessa perspetiva, membros das Irmandades da Fala modernas (5) realizaram no 1984 gestões com Guerra da Cal, Lindley Cintra, Celso Cunha, Malaca Casteleiro, Jacinto Nunes, a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras, e as embaixadas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, para continuar a presença e participação galegas nessas sessões, que foram iniciadas por Guerra da Cal.

Foi então constituída uma Comissão que viria a ser legalizada em ambos os Estados ibéricos como Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, presidida por Ernesto Guerra da Cal e integrada, entre outros, pelos académicos galegos Jenaro Marinhas, Valentim Paz-Andrade, os professores Isaac Alonso Estraviz, António Gil Hernández e José Martinho Montero Santalha, como também por José Luís Fontenla e eu próprio (6). O secretário da Academia Brasileira de Letras, Antônio Houaiss, convidou então E. Guerra da Cal, como Presidente da Comissão Galega, para participar como observador pela Galiza no Encontro Internacional de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa do Rio de Janeiro. Na impossibilidade, por razões familiares,

de se deslocar ao Rio, Guerra da Cal delegou as suas atribuições numa delegação de observadores da Galiza, que participou nas sessões de trabalho no 1986 (7).

Aquela participação foi reconhecida pelas outras delegações, por iniciativa dos países africanos, no seguinte comunicado: "As delegações de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Brasil ao Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, realizado no Rio de Janeiro, na Academia Brasileira de Letras, de 6 a 12 de maio de 1986, agradecem o assíduo comparecimento às suas sessões dos observadores da Galiza, escritor José Luís Fontenla, professora Adela Figueroa e professor Isaac Alonso Estraviz, em representação do professor Ernesto Guerra da Cal, bem como do observador da União Latina, professora Rogéria Cruz. / Rio de Janeiro, 12 de maio de 1986" (8). O Acordo do Rio não vigorou, como sabemos, mas por fins dos anos 80 foi retomada a iniciativa para uma reunião dum novo Acordo e, no 1990, o Prof. Dr. Manuel Jacinto Nunes, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, enviou uma carta à Comissão Galega do Acordo, comunicando: «solicitamos, pois, a presença de dois representantes galegos, para tomarem parte, como observadores, na mencionada reunião em Lisboa, de 8 a 12 de outubro de 1990» (9).

Esta delegação galega de observadores estava composta por José Luís Fontenla e António Gil Hernández, que participaram nas reuniões de trabalho e colaboraram na redação do texto definitivo do Acordo Ortográfico, nele incluindo os "galeguismos" *brêtema* e *lôstrego* entre 19 exemplos de proparoxítonas com vogal tónica fechada (na *Base XI 2º a)*), tirados do Prontuário Ortográfico das Irmandades da Fala (10). O comunicado que, em nome dos Estados lusófonos, anunciava o Acordo da Ortografia Unificada de 1990, dizia assim: "As delegações de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Portugal com a participação de uma delegação de observadores da Galiza, reunidas em Lisboa […]", e assim foi recolhido também no Diário da República portuguesa, na Resolução da Assembleia que aprovava o Acordo para ratificação: "com a adesão da delegação de observadores da Galiza" (11).

POSIÇÃO GALEGA A RESPEITO DO ACORDO

Não tendo um Estado próprio, a Galiza foi contudo reconhecida como observadora no Acordo Ortográfico, no que implicitamente se reconhece o seu Léxico, por via dos citados "galeguismos". E talvez seja este o lugar para mencionar que nalgumas Bases do Acordo são consagradas, com bom critério histórico-etimológico, algumas distinções gráficas que na Lusofonia em geral não têm de regra distinção fonética, mas sim na nossa variante galega. Só um par de exemplos (mas há mais): a distinção gráfica entre *ch* e *x*, que entre nós é também distinção fonética: /tʃ/ e /ʃ/, por exemplo "cheque" (bancário) e "xeque" (árabe), "bucho" (pança), "buxo" (planta); e distinção entre *e/i* e *o/u* átonos, por exemplo "cardeal" (prelado) e "cardial" (rel. à cárdia), "área" (de superfície) e "ária" (de ópera), "moral" (de moralidade) e "mural" (de muro), "soar" (fazer som) e "suar" (ter suor), "pontoar" (pôr pontões) e "pontuar" (pôr pontos), etc. (12)

(Talvez caiba aqui mencionar parenteticamente que a variante galega da língua portuguesa tem ainda algumas outras, digamos, "peculiaridades" próprias que se mantêm numa forma mais tradicional e histórica, sem deixar de subsistir dentro da virtualidade estrutural do sistema linguístico comum. Tais são, por exemplo, alguns pontos do sistema pronominal, ou verbal, ou fonológico, formas que podem ser percebidas talvez como pertencendo a uma etapa anterior da nossa língua, mas que, na oralidade como na escrita, podem contribuir com um "sabor de língua" antigo ou nortenho à sua beleza expressiva. Não incidem, em senso estrito, na aplicação do Acordo, mas talvez mereçam alguma consideração entre os seus signatários, caso se vierem a tratar ainda no futuro algumas questões técnicas marginais ao seu respeito. Poderíamos considerar esta a "posição galega", ou da AGLP, sobre o Acordo) (13)

O CONTRIBUTO GALEGO HOJE

A Galiza então, por via dos seus cidadãos reintegracionistas, continuou a movimentar-se em prol da reintegração na língua comum, e no ano 2008 foi fundada a Academia Galega da Língua Portuguesa,

uma de cujas comissões, a Comissão de Lexicologia e Lexicografia, já elaborou um Léxico da Galiza, para se integrar no Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, e que já foi incorporado aos vocabulários da Porto Editora, e do corretor informático FLiP 8. (14) Além da mencionada Comissão de Lexicologia e Lexicografia, a Academia Galega da Língua Portuguesa tem uma Comissão de Gramática, uma Comissão de Publicações de Clássicos da Galiza (15), uma Comissão de Relações Internacionais, e uma Comissão de Informática.

Publica um Boletim (16), assina Protocolos de Colaboração e Apoio Recíproco com instituições similares da Lusofonia e outros âmbitos linguísticos, realiza Seminários de Lexicologia, participa em congressos, encontros da Lusofonia, homenagens a vultos lusófonos. Tem ainda em andamento o projeto do Dicionário Galego da Língua Portuguesa, dirigido pelo professor Isaac Alonso Estraviz, que com perto de 130 000 entradas é o mais completo dicionário galego (17). Colaborou também noutras edições na Galiza, entre elas uma moderna edição portuguesa do clássico galego "Sempre em Galiza", o ideário do líder galeguista A. R. Castelão. (18)

FERRAMENTAS INFORMÁTICAS DA AGLP

Entre as ferramentas informáticas, podemos mencionar o seu Portulano de recursos, e o Arquivo Digital (19). Este Arquivo Digital da Academia Galega da Língua Portuguesa visa ser um repositório de materiais digitalizados acerca da língua portuguesa na Galiza e da cultura galega em geral. Conterá materiais de texto, áudio, vídeo e imagem em formatos padronizados comuns (o material estará protegido pelas licenças *Creative Commons*, permitindo-se o seu livre acesso, utilização, distribuição e cópia sem alterações e com atribuição da fonte original). Estará albergado num servidor da Internet dedicado, a cargo da AGLP e organizado com a ferramenta *DSpace* de catalogação e acesso. A parte mais cumprida do Arquivo será o material audiovisual dos numerosos eventos comunicativos públicos de diversos géneros (palestras ou relatórios, mesas redondas, entrevistas, debates, lançamentos editoriais, recitais) à volta da situação da língua da Galiza, na sua relação com o resto da Lusofonia e no seu conflito sociolinguístico atual com o espanhol, ou em torno da cultura, literatura ou política. O Arquivo assegurará em todos os casos o caráter público e isento de restrições de distribuição dos materiais. Com a sua apresentação organizada, pretende-se oferecer ao público, aos pesquisadores e às instituições dados de primeira mão para o conhecimento não só da situação social da língua portuguesa na Galiza mas também dos aspetos formais e estruturais das suas diversas realizações orais e/ou escritas.

O FUTURO

Continuam, naturalmente, os trabalhos diversos da AGLP, bem como da Associação Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa, que apoia a Fundação AGLP. Mencionemos, de imediato, que se tem projetado, para os dias 11-12 de outubro, um Congresso dedicado ao saudoso Ernesto Guerra da Cal, com o fim de salientar o seu papel fulcral na participação galega no Acordo Ortográfico, assim como a vida, a obra e o exemplo cívico deste grande vulto galego, que viveu e morreu no exílio desde o fim da guerra civil, e cujas cinzas repousam hoje em solo português. (20)

Muito mais se poderia dizer, é claro (21), mas seja isto suficiente para apresentar um panorama da problemática linguística galega hoje, bem como da posição da nossa Academia a esse respeito.

Carlos Durão, agosto 2011

(1). Originalmente os seus nomes estavam na língua do Estado espanhol: Instituto de la Lengua Gallega e Real Academia Gallega, como também muitas das suas publicações estavam em espanhol

(2) "Para esta indispensável aproximação é necessário em primeiro lugar reformar a ortografia galega no sentido da nossa ortografia oficial, sempre que isso seja possível, que quase sempre o é" (Diário da Noite, Lisboa, 24 agosto 1932; recolhido em Estudos galego-portugueses, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1979, p. 20); "O acordo filológico entre as duas regiões seria coisa facílima, não precisando sequer da intervenção oficial: bastava um entendimento entre o Centro de Estudos Filológicos e o Seminário de Estudos Galegos" (Seara Nova, nº 425, 1935, pp. 261-262; em "António Sérgio e o problema da língua literária", Estudos galego-portugueses, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1979, p. 121)

(3) "Pensa ele [Guerra da Cal], e muito bem, que devíamos fazer uma reunião entre portugueses, brasileiros e galegos, para lançar as bases de uma reforma ortográfica" (Carta do Rio, de M. Rodrigues Lapa, na altura exilado no Brasil, a F. Fernández del Riego,

da editora galega Galaxia, 15 novembro 1958: em Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a cultura galega, de Manuel Rodrigues Lapa, 2001, Ed. Galaxia); Guerra da Cal participou, também como galego, no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros na Baía em 1959, no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em Coimbra em 1963, e no I Simpósio Lusobrasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea na Universidade de Coimbra em 1967

(4) Revista Colóquio / Letras, Lisboa, nº 13, 1973, pp. 5-14; reproduzido na revista Grial, nº 41, 1973, pp. 278-287 (e em Estudos galego-portugueses, op. cit., pp. 53-65)

(5) José Luís Fontenla e Carlos Durão

(6). Na constituição da Comissão, em 1985, intervieram o Prof. Dr. Fernando Alves Cristóvão (presidente do ICALP), o Prof. galego Dr. Carvalho Calero e o Prof. moçambicano Dr. Luís A. Polanah.

(7) A delegação estava integrada por Isaac Alonso Estraviz, José Luís Fontenla e Adela Figueroa; a delegação de funções por Guerra da Cal foi feita a I. A. Estraviz (pode ver-se a reprodução fac-similar da carta em: I. A. Estraviz, "Estudos filológicos galego-portugueses", Alhena Eds., Madrid, 1987, entre as pp. 80 e 81; vide também https://www.facebook.com/media/set/?set=a.195919860452386.51634.100001031212338&saved); estava previsto irem às sessões V. Paz-Andrade e C. Durão, mas, por razões familiares, eles não se puderam deslocar ao Rio

(8) Assinavam, por Angola, a professora Maria Luísa Dolbeth Costa, por Cabo Verde o embaixador Corsino Fortes, por Moçambique o professor Luís Filipe Pereira, por Portugal o professor Manuel Jacinto Nunes, por São Tomé e Príncipe o professor Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança, e pelo Brasil o académico Austregésilo de Athayde. Pode ver-se a reprodução fac-similar na p. 127 de "O Acordo Ortográfico e a Lusofonia", vol. III de Linguística, Sociolinguística e Literatura Galaico luso-brasileira e Africana de Expressão Portuguesa, Fundação Europeia Viqueira, Instituto de Estudos Luso-galaicos, Temas de O Ensino, nºs 11-13, Ponte Vedra, Braga, 1987 (vide https://www.facebook.com/photo.php?fbid=194229323954773&set=a.194229277288111.50956.100001031212338&type=1&theater, e http://www.lusografia.org/ao/fotos-acordo-86.htm); também em O Ensino (nºs 14-17, 1986, pp. 278-279) figura o documento de "Adesão da Comissão da Galiza" ao Acordo (https://www.facebook.com/photo.php?fbid=204852386225800&set=a.204852356225803.55291.100001031212338&type=1&theater e https://www.facebook.com/photo.php?fbid=204853622892343&set=a.204853599559012.55292.100001031212338&type=1&theater); informação complementar em: http://www.lusografia.org/ao/Doc5.pdf, de "Índice biobibliográfico", p. 174, NÓS, Revista internacional galaicoportuguesa de cultura, nºs 4-6, Ponte Vedra, Braga, 1987 (aquela "iniciativa dos países africanos" era justa correspondência à insistência do Presidente das Irmandades da Fala J. L. Fontenla de que fossem convidados ao Rio todos os países lusófonos, os países africanos incluídos)

(9) J. L. Fontenla, "O Acordo Ortográfico 1990 - Crónica de uma semana de 5 dias", II Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas, NÓS, Revista da Lusofonia, Ponte Vedra, Braga, 1994, nºs 35-40, p. 136 (reprodução fac-similar: https://www.facebook.com/media/set/?set=a.195769210467451.51583.100001031212338)

(10) Prontuário Ortográfico das Irmandades da Fala, nºs 2/3 de Temas de O Ensino, Ponte Vedra, Braga, 1984 (pode consultar-se na Rede uma versão atualizada e muito ampliada em: http://lusografiacarlosdurao.blogspot.com/)

(11) assinavam, por Angola, Filipe Silvino de Pina Zau, pelo Brasil Antônio Houaiss e Nélida Piñon, por Cabo Verde Manuel Veiga, pela Guiné-Bissau António Lopes Júnior, por Moçambique Maria Eugénia Paiva Cruz, por São Tomé e Príncipe João Hermínio da Silva Pontífice, e por Portugal Manuel Jacinto Nunes; in I Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas, Nós, revista da lusofonia, Ponte Vedra, Braga, 1990/91, nºs 19-28, entre p. 470 e 473 (vide https://www.facebook.com/photo.php?fbid=194229340621438&set=a.194229277288111.50956.100001031212338&type=1&theater); e no Diário da República – I Série - A, nº 193, 23-8-1991, p. 4370, publica-se a Resolução da Assembleia da República nº 26/91 (http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/193A00/43704388.pdf), aprovando o Acordo para ratificação, e mais uma vez mencionando: "com a adesão da delegação de observadores da Galiza", Ibid. (na Galiza, o Acordo foi adotado por algumas organizações não governamentais, mas não, é claro, pelas instituições da Comunidade Autónoma, dependentes do Estado espanhol)

(12) BASE III: DA HOMOFONIA DE CERTOS GRAFEMAS CONSONÂNTICOS;

BASE V: DAS VOGAIS ÁTONAS; poder-se-ia dizer nesses casos que o Acordo Ortográfico tem um rendimento fonológico maior para a variante galega do que para outras lusófonas, mas noutros casos é ao contrário (como no caso da distinção oral entre "b" e "v"), ou até ambos na mesma palavra (é o caso de "voo" e "voou" (de voar), "vou" (de ir), "bou" (barco de pesca), e outros); o que é outra maneira de dizer que as variantes que cabem no Acordo precisam umas das outras para lhe dar sentido pleno

(13) seria o caso de, p. ex., a diferenciação entre os pronomes pessoais "te" e "che" com valor de acusativo ou objeto direto, e dativo ou objeto indireto, respetivamente; ou do alofone /ŋ/ em "uma/ũa/uŋa" e derivados; ou dos chamados perfeitos fortes: "fizo" ou "fezo" por "fez", "trouxo" por "trouxe"; ou da preservação dos plurais etimológicos: verão/verãos, aldeão/aldeãos, guardião/guardiães, refrão/refrães; da distinção oral na 3ª pess. pl. entre o pret. perfeito e o mais-que-perfeito: "falou/falaram" (pronunciado "falárom: falároŋ"), "falara/falaram" (pronunciado "falaram: faláraŋ"); a preferência por formas como "dous", "cousa", "imos", etc.

(14) http://www.academiagalega.org/lexico-da-galiza/lexico-da-galiza-edicao-on-line.html; Porto Editora, Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, 2009; FLiP: http://www.flip.pt/language/en-US/FLiP-On-line/Vocabulario.aspx

(15) p. ex. o clássico "Cantares Galegos", de Rosalía de Castro, a denominada poeta nacional galega (vide http://www.academiagalega.org/classicos-da-galiza/volume-1-gcantares-galegosg-de-rosalia-de-castro.html)

(16) que vai pelo nº 4 (também publica os Anexos)

(17) versão pré-acordo na Rede http://www.estraviz.org/

(18) nele escreveu o autor: "O galego é um idioma extenso e útil, porque -com pequenas variantes - fala-se no Brasil, em Portugal e nas colónias portuguesas" (pp. 41-42 de Sempre em Galiza, Eds. Galiza, Centro Galego de Buenos Aires, 4ª ed., 1974; 1ª ed. de 1944); e: "A nossa língua está viva e floresce em Portugal" (Ibid., p. 241) (vide também

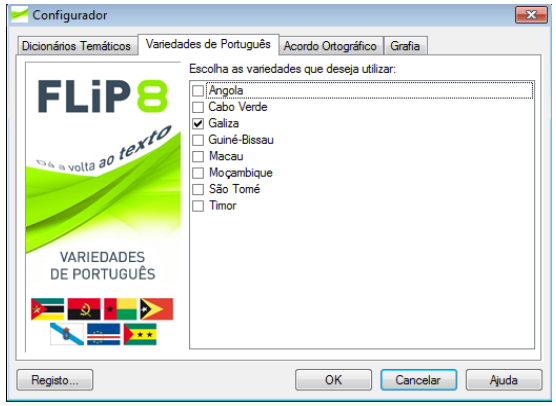
http://www.pglingua.org/agal/atraves-editora/2692-sempre-em-galiza-inaugura-atraves-de-nos)

(19) http://www.netvibes.com/academia-galega-da-lingua-portuguesa#SK_-_Web_social; http://www.academiagalega.org/

(20) a AGLP dedicou-lhe o site: http://guerradacal.academiagalega.org/, como antes fizera com o professor R. Carvalho Calero: http://carvalhocalero.academiagalega.org/

(21) por exemplo os esforços por incluir a Galiza como observador no Instituto Internacional da Língua Portuguesa e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ANEXO GRÁFICO



(Configurador do Flip8, que inclui a opção do português da Galiza)

(a CPLP incluiu a nossa bandeira no meio das outras da Lusofonia na reunião da Cidade da Praia, Cabo Verde, 20 de julho de 2009: http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=2030; é também imagem emblemática das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, utilizada pela primeira vez com ocasião da constituição da Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1985).

47. DINA MARIA MARTINS FERREIRA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, BRASIL

TEMA 1.2 - BECHARA — ERUDIÇÃO E HUMOR EM SUA SAGA LUSÓFONA, DINA MARIA MARTINS FERREIRA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, BRASIL

Em 2000, foi eleito para a cadeira 33.
Brincou: 'Virei imortal, mas não imorrível'
(Bechara, In: Revista *Piauí*, 2011)

1. CONSIDERAÇÕES

Esse texto se dirige muito mais para um gênero de ensaio do que propriamente a um artigo de caráter descritivo-científico, não só pela vontade de retratar a construção de identidade de um amante da linguagem no equilíbrio entre vida e conhecimento, como também por ser parte de minha pesquisa conhecer sujeitos da *intelligentsia* que habitam a Academia, uma academia que extrapola (ou não) os muros universitários e alcança a mídia, a grande difusora dos embates identitários, senão territorialistas, que ocorrem entre áreas do saber e até entre as autoridades do saber. Nessa perspectiva não estaríamos ainda nos jardins de Akademo? Akademo, com a letra k mesmo, o Akademo proprietário dos jardins na Grécia onde Platão fundou sua Academia, que de tão restrita só aos homens do saber tinha em seus portões o seguinte aviso: Quem não souber geometria não pode entrar. Pelo menos é um dizer verdadeiro da ordem do mítico.

Mas ainda acredito nos jardins– floridos– do conhecimento que ainda habitam as Academias, sejam quais forem elas – Academia Brasileira de Letras, Academia de Ciências, Academias universitárias, e assim por diante–, mas reafirmo que viso ao lado florido, aquela parte onde filólogos, gramáticos e linguistas podem apreciar juntos a beleza da linguagem. E não é à toa que Evanildo Bechara, na reportagem da Revista *Piauí* (junho de 2011), diz, com o seu humor elegante, àqueles que querem entrar nos jardins do conhecimento: [...] o aluno dev[e]

ser poliglota em sua própria língua: 'Ninguém vai à praia de fraque ou de chinelo ao Municipal' (Bechara, *apud* Revista *Piauí*, 2011: 49).

E é pela postura do gramático e filólogo Evanildo Bechara, diante da ocasião noticiosa em torno do livro didático *Para uma vida melhor*, que, aqui, como linguista– adoro caminhar por jardim floridos, professor, não sou briguenta–, passeio humildemente ao lado da voz do Professor Bechara na reportagem o *Senhor Norma Culta* na referida revista. Apenas para esclarecimento o livro didático *Para um vida melhor* foi aprovado pelo Ministério da Educação do Governo Federal do Brasil e adotado por meio milhão de estudantes do Ensino Fundamental, cuja tessitura passa pela apologia do erro para alguns e a naturalização do ensino do registro popular em sala de aula para outros, o que motivou tantos debates– o trecho do livro que saiu na mídia: Mas eu posso falar *os livro*? Claro que pode. E também afirmo que minha intenção não é discutir sobre o que se encerra no referido livro, mas me ater a voz do jardineiro da língua, Evanildo Bechara.

2. A VOZ: HUMOR NA ERUDIÇÃO

E diante de tanto barulho, a mídia se dirigiu ao Professor Bechara para entrevistas (Revista *Piauí* de junho de 2011 e Revista *Veja*, de maio de 2011). Concomitante à edição das entrevistas, o estudioso da língua portuguesa, consagrado pela Academia Brasileira de Letras, passa a ser o centro das atenções na CVL, sigla do Centro Virtual da Linguagem, local de discussões e divulgações da classe dos linguistas, discussão que aqui só se presentifica como ponto de oposição de sujeitos representacionais de cada área: gramática e linguística. Por que chamo a atenção para a erudição e humor desse gramático? Se ele me permite ao neologismo eu diria uma erudição 'bechariana', porquanto se permeia do humor *em* vida, um *pathos* refletor da paixão de quem descreve *sobre* a língua portuguesa. Na minha reverência ao equilíbrio de quem sabe *sobre* e não esquece que está *em* vida, a lisura emotiva do conhecimento, uma citação de sua entrevista na revista *Piauí*:

> *[...] a primeira palavra que Evanildo Bechara falou foi **mãe**. 'O registro mais antigo do vocábulo está no indo-europeu, antes disso não temos conhecimento', ele explicou, durante um almoço na Academia Brasileira de Letras. 'A palavra veio do latim **matrem**. No francês temos **mère**; **mother**, no inglês; **mutter**, no alemão. Em quase todas as línguas, a palavra começa com a bilabial **m**, que nos obriga a juntar a abrir os lábios para pronunciá-la. Quando os bebês falam mamãe, talvez o que queiram mesmo é **mamar**.' (*Bechara*, apud* Revista *Piauí,* 2011)[335].*

E foi essa citação que me motivou a esse ensaio. Era o que eu estava ouvindo, antes de ler a edição — leitura em voz alta de meu marido, no café da manhã de uma manhã ensolarada (rara, em São Paulo), do artigo Senhor Norma Culta. Ele interrompe sua leitura exclamando e decidindo: — Nossa! Estou impressionado! Como pode ser tão culto e fazer a gente rir com a erudição. Meu marido continua. Fico só imaginando nossos filhos no mama[ãe][á]. Nós vamos, de qualquer jeito, ao Colóquio de Lusofonia Açores 2011, em Santa Maria, a Ilha-*Mãe*! Que agora é nossa *ilha-mamãe*! Eis o falar *sobre* a língua portuguesa que *em* vida não esquece a emoção. E, para elucidar a vida ligada ao conhecimento, o humor ao conhecimento, o dia a dia ao saber erudito, minha admiração (sinônimo de 'inveja santa') diante de suas colocações, brinco com a escritura de Evanildo Bechara pelo que Derrida (1973) chama de iterabilidade – *iter* e *itera* –, ou seja, repito criando o novo.

Bechara

> *(a) mostra que autores míopes pontuam mais. Ele diz: Isso ocorre porque eles leem mais pausadamente [...] Nosso Machado e nosso Rui Barbosa eram míopes que pontuavam muito;*
>
> *(b) ensina contrapartidas sintático-semânticas declamando: Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser;*

[335] As citações e falas de Evanildo Bechara no referido ensaio na Revista *Piauí*, daqui em diante, não vão receber numeração de páginas, pois o referido ensaio justamente está mais para uma reescritura do já dito, e, como ensaio, não se propõe a multiplicidades de referências teóricas.

(c) conhece os sofrimentos provocados pela gramática: Quer tirar um professor de português do sério? Peça que ele lhe explique o uso do hífen;

(d) começa, constantemente os discursos com a frase: Bem-vindos à nau dos insensatos, só louco para ser professor de português no Brasil hoje;

(e) extasia-se com a leitura, tanto que ficou trancado em uma livraria, em Estocolmo. Ele lia quietinho em um canto e fecharam a loja com ele dentro. Mas, nem só de livros ele vive, sabe se virar e conta: A sorte foi que conseguir abrir uma janela e pedir ajuda a uma senhora que passava;

(f) sabe, mesmo que esteja imbuído do espírito do acordo, na academia depois das palmas vem as palmadas;

(g) reconhece que em árabe não lê, mas sabe xingar muito bem, pois era o que as avós faziam muito bem;

(h) dança ***com*** *Marlit, sua esposa, para explicar o sentido de companhia da preposição com;*

(i) explica a vida pela dinâmica da língua: É como acontece na gramática, um verbo que só pedia objeto direito agora pede objeto indireto. Era transitivo, passou a intransitivo. É você saber receber a vida como ela é e não arquitetar uma vida diferente da realidade'.

3. DOXA, HETERODOXIA, ORTODOXIA

E por que uma CVL, pela voz de alguns linguistas, precisa gritar por um território identitário? Linguistas se contrapõem ao espírito do acordo. Por que não podemos perceber os efeitos de um fazer histórico e a emergência de estereótipos? Como o próprio Bechara verifica:

> *Até o século XIX, as gramáticas eram mais normativas do que descritivas. No século seguinte, com Ferdinand Saussure, a linguística adquiriu proeminência, e a ênfase foi para o estudo interno e a descrição das línguas, feitas com base na oposição de diferenças e semelhanças, de sintagmas e paradigmas, de significados e significantes – foi o primado do método estrutural.*
>
> *Consolidaram-se, assim, estereótipos. Enquanto o linguista era vinculado à ideia de liberdade, o gramático simbolizava a opressão. Todo o falar seria legítimo, não existiria certo ou errado, desde que o falante se faça entender. A correção seria uma violência a jeitos diferentes de falar do aluno.* (p. 52)

Pierre Bourdieu (2007) pode explicar os tatames políticos de ideias e identidades do saber pelos conceitos de *doxa* na ortodoxia e na heterodoxia. Não estaríamos no universo da opinião que se balança pelos ventos do poder hegemônico e da força das diferenças, respectivamente? Explicando os conceitos argumentativos. *Doxa* seria a opinião que é aceita sem comprovação, que é evidente a ponto de o fato de submetê-lo à dúvida constituir um crime social; não enunciável sob a forma de regras verbais, perde para o raciocínio verbal e para o argumento público. A *ortodoxia* seria o substituto imperfeito da *doxa*, a contraparte dialética da heterodoxia; toma explicitamente a forma de um sistema de regras para o comportamento societal, e, como tal, pode ser pronunciada e abertamente confrontada como uma 'outra *doxa'* invasora ou heterodoxa; permanece em uma perpétua relação dialética com sua contraparte, a heterodoxia, e, indiretamente, com a *doxa* em si. E a *heterodoxia* seria o que se origina na sociedade como uma reação à intromissão de elementos externos desconhecidos; emerge dos vários 'discursos concorrentes', discursos esses que, ao mesmo tempo, revelam a verdade da *doxa* e a questionam.

Se tentarmos aplicar esses conceitos na discussão entre gramática e linguística sobre o livro *Para uma vida melhor*, o referido livro vem invadir com sua heterodoxia os espaços da *doxa*, tanto da do gramático quanto da do linguista; a força da invasão de territórios do saber pode cair no perigo da ortodoxia. Mas, de qualquer forma, nesses embates políticos de reivindicação de territórios-identidade do saber, o paradoxo da *doxa* se estabelece, pois a ordem estabelecida pela *doxa* de cada campo-território mostra em sua ortodoxia as condições de existências de convivência intolerável, ao mesmo tempo que denuncia uma heterodoxia aceitável e até naturalizada, não podendo haver um espírito de acordo como propõe o mestre Bechara. Sem dúvida, a delimitação dos territórios está para a *doxa*, que designa

um conjunto de crenças, associadas à ordem das coisas próprias a um universo dado, que se impõe de maneira pré-reflexiva e logo indiscutível como evidentes e inevitáveis. E aí se manifesta o que Bourdieu chama de poder simbólico, um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem. O poder se manifesta por instrumentos de conhecimento – linguística e gramática –, e que vão construindo objetos identitários com formas simbólicas– as áreas do saber. Tais confrontos entre diferentes *doxa* (ou no interior da mesma *doxa*) quando ocorrem resultam em uma luta pela definição da realidade, senão da Verdade com letra maiúscula. Em Bourdieu (2007: 79),

Ortodoxia, opinião direta, ou melhor, direcionada, que objetiva, sem ser nunca completamente bem-sucedida, à restauração do primeiro estado de inocência da doxa, existe somente no relacionamento objetivo que a opõe à heterodoxia... É definida como um sistema de eufemismos, de maneiras aceitáveis de pensar e falar o mundo natural e social, que rejeita comentários heréticos como blasfêmias. Porém, a evidente censura imposta pelo discurso ortodoxo, a maneira oficial de pensar e falar o mundo, esconde outra censura mais radical: a declarada oposição entre a opinião 'correta', direita, e a 'incorreta' ou 'esquerda', que delimita o universo de discurso possível, seja ele legítimo ou ilegítimo, eufemístico ou blasfemo, mascara, por sua vez, a oposição fundamental entre o universo das coisas que podem ser ditas, e consequentemente, pensadas, e o universo daquilo que não é tomado como dado. E no espírito do acordo, Bechara busca o equilíbrio:

> *O problema é como ensinar a gramática. É claro que a Abralin, que é a Associação Brasileira de Linguística, tem que aplaudir a posição de [...] um linguista. Mas a ABL, que tem por princípio estatutário o cultivo da língua, não pode aplaudir o que os linguistas aplaudem. O erro está em um linguista condenar a ABL ou a ABL condenar um linguista. A ABL disse apenas que o livro, naquele momento, inseriu a Linguística onde deveria estar tratando da língua padrão.*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordo com o mestre da língua portuguesa de que o professor nada mais é que um estudante mais velho e concordo com a jornalista do ensaio ao dizer que o professor mantém os ombros largos e o peito aberto de sua infância de nadador quando foi campeão de natação pelo Náutico no Recife e [...] que a disciplina que mais gostava era matemática, pois queria seguir carreira de [...] engenheiro aeronáutico. Acho, professor, que é um engenheiro aeronáutico, apenas se esqueceu desse vocabulário, pois organiza e estrutura voos incomensuráveis no espaço da língua portuguesa, e que continua nadador, de ombros largos e peito abertos, senão não seria a âncora firme para abraçar sua saga lusófona, em mares bravios, mas com certeza navegáveis. Que Camões me perdoe em negar os seus mares nunca dantes navegados!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Senhor Normal Culta. *Revista Piauí,* 57. Ano 5, junho de 2001, pp. 48-52.

Bourdieu, Pierre. (2007[2001]). *O poder simbólico*. 11ª. ed. (Trad. Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Derrida, J. *Gramatologia.* (Trad. Miriam Chainderman e Renato Janine Ribeiro). São Paulo: Perspectiva, 1973.

48. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, VANCOUVER, CANADÁ, ESCRITOR,

TEMA 1.2, CARLOS FARIA: UM TROVADOR DE AFETOS, EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR, CANADÁ

Carlos Faria, natural da Golegã, Ribatejo, chegou aos Açores já com o título de campeão nacional de halterofilismo. A sua pujança física, porém, escondia um coração sensível e uma hombridade cuja grandeza se revelava amiúde em ações solidárias para com o próximo, fruto de uma empatia genuína e abrangente. Foi um homem do seu tempo, atento e preocupado com os paradoxos e os cânones históricos do seu país e do Mundo. Na sua pasta de Delegado de Propaganda Médica cujo périplo incluía algumas ilhas açorianas, não levava apenas prospetos inerentes à sua profissão. Carlos Faria era um homem de palavras iluminadas, de pequenos relâmpagos de tinta que compunha

num caderno a cheirar a remédios e alegria. À falta deste, até um guardanapo de restaurante servia para escrever os seus poemas. Grande parte deles era sobre a ilha que ele considerava a maior, pela sua inigualável magia e beleza: S. Jorge. Neste trabalho trataremos da sua relação com os Açores, num enfoque que abrange artistas plásticos, escritores e poetas, dos quais foi amigo e promotor apaixonado e relevante.

1. O PRIMEIRO CONTACTO

Subi as escadas do Jornal *Correio dos Açores,* em Ponta Delgada, numa tarde letárgica, pesada e húmida. Nunca tinha estado ali. Era evidente o meu desconforto: sentia as pernas entorpecidas, e assaltava-me a amarga sensação de que me aproximava do inevitável crepúsculo das coisas inesperadas. Esse, parece-me, foi sempre o sentimento de dúvida daqueles que se afoitam, inseguros e trémulos, às implacáveis instâncias do imprevisto. Essa penosa caminhada, entre mistério e sombras, tinha a ver com o rasgo lírico de uma alma assustada com o poder da poesia.

O poema que eu levava no bolso, como se fosse uma estrela-do-mar, deixara-me cativo da sua ressonância. Precisava de livrar-me dele, autonomizá-lo como a uma criança a quem se ensina os primeiros passos. Um jovem (como era eu nessa altura), enfrenta sempre uma horda de fantasmas no momento em que se atira, de corpo e alma, ao incógnito. E aquelas palavras que levava comigo eram, naquele momento de incerteza, o meu espelho mais íntimo daqueles dias na ilha. Nessa altura o suplemento literário **Basalto** era coordenado por Laurindo Cabral e Carlos Faria. O primeiro, com longas barbas à Antero de Quental e óculos de lentes grossas, exercia as funções de jornalista; o segundo, poeta, ia regularmente aos Açores como Delegado de Propaganda Médica. Novato na arte da escrita, eu tropeçava no fulgor das palavras, rascunhadas com paixão sob a chuva da claraboia da casa da minha avó Irene.

Estava em Ponta Delgada há pouco tempo, vindo do êxodo angolano e de uma passagem episódica pelo Zimbabué. Foi uma altura da minha vida seguramente amarga: perdera o sentido de África e a mais elementar fé nos homens. Esse era um sentimento de náufrago, um epítome de toda a minha experiência como ser humano. Lia com avidez os grandes mestres da poesia grega e italiana, os versos sanguíneos de Neruda, os rasgos cerebrais e o génio de Pessoa, a Granada soalheira e cantante de Lorca, o mundo. A poesia era a minha harpa de agitações.

Escrevia então com ardor coisas que me atravessavam os pulsos nas longas noites da ilha sob a eterna humidade do seu clima, que deslizava pelo meu corpo com a placidez e a perseverança de um molusco. Era tudo isso o que eu levava para o suplemento literário do jornal: a casa em ruínas do meu coração. Carlos Faria era um homem possante e seguro. O seu aparato físico impressionava e infundia respeito. Essa primeira impressão, porém, nada tinha a ver com a afabilidade do seu caráter e a cativante fluidez do seu carisma. Foi exatamente isso o aconteceu comigo nesse longínquo e primeiro encontro na Redação do jornal *Correio dos Açores*. Ficaria inevitavelmente amigo de ambos, ou seja, de Laurindo Cabral e de Carlos Faria. Anos mais tarde iniciaria com o primeiro, e nesse mesmo jornal, o suplemento literário *Seixo*.

2. CARLOS FARIA E OS AÇORES

A poesia, no caso de Carlos Faria, não era uma forma lúdica de expressão social para impressionar, mas uma exalação da vida, soberana, com a qual disseminava a nobreza dos sentimentos, o amor e a ternura pelas pessoas e pelos lugares. Socorria-se dela em qualquer momento e lugar. Senhor de uma memória prodigiosa, não só recitava os seus versos como os de outros autores. Era um exímio declamador de Federico García Lorca, por exemplo. Ditos com paixão e mestria, os versos de Lorca ganhavam uma fulguração quase onírica. CF era um mágico das palavras, daquelas que eram música e pareciam dançar na sua voz como insubmissas dançarinas de luz. Se na altura em que o conheci eu me encontrava ainda na fase de descoberta dos Açores, e a dar os primeiros passos no mundo literário, Carlos Faria era já um poeta conhecido. De facto já tinha livros publicados. Entre outros: «Distância Azul» (1957), «Marinheiro Bêbado» (1959), «Rosto e Diálogo» (1966), «S. Jorge (Ciclo da Esmeralda)» (1979; 2ª. ed. 1992) e

era já, digamos, uma figura cultural respeitada nos Açores e nos meios intelectuais açorianos do Continente.

A par da Literatura, CF foi muito ativo nas artes plásticas como promotor de exposições de pintura. Juntamente com o pintor Rogério Silva, de quem era amigo, envolveu-se em inúmeras atividades no âmbito da Galeria Açoriana de Arte **Gávea**. Sob os auspícios da mesma vieram inclusivamente a publicar livros de poesia de Ivone Chinita, Rui Duarte Rodrigues, J.H. Santos Barros e Vitorino Nemésio, ensaios do poeta Emanuel Félix, teatro de Norberto Ávila, e em cuja coleção editorial **Gávea - Glacial** faziam parte, além de Carlos Faria e Rogério Silva, João Carlos e Costa Brites. Esteve igualmente envolvido em suplementos culturais como, por exemplo, «Glacial» do Jornal A União de Angra do Heroísmo, e de «Basalto» do Jornal *Correio dos Açores* de Ponta Delgada.

Nas suas múltiplas viagens aos Açores, além da sua participação em atividades de índole literária e nas artes plásticas, foi um cultor de amizades. Do seu vasto número de amigos contavam-se, entre outros, o escultor Canto da Maia, Tomás Borba Vieira, Santos Barros, Urbano Bettencourt, Ivone Chinita, Álamo Oliveira, Onésimo Teotónio Almeida, Dias de Melo, Armando Côrtes-Rodrigues, Natália Correia, Vitorino Nemésio. O que desde logo sobressaiu em CF, desde o início da nossa amizade, foi a sua evidente empatia para com os mais desfavorecidos socialmente, a sua ternura e respeito pelos idosos e as crianças, pelos que trabalhavam a terra duramente, ou aqueles que tiravam das águas do mar o seu ganha-pão. Numa das minhas pesquisas na Internet[336] dei com esta mensagem, retirada de uma carta que CF escreveu a um amigo, Luiz Pacheco, e que retrata esse aspeto da sua personalidade:

> *«Só me considero responsável pelo que disser em poema... Assim responsabilizo-me pelo lirismo, pela liberdade intocável da criação poética, sem rótulos ou obrigações. Não creio em humanismos literários. O chamado neorrealismo sempre me cheirou a fadinho intelectualizado.*
>
> *Quem tiver que gritar a verdade, abra a janela e grite o que tiver para dizer. QUEM amar o próximo, ame mas não faça arte velada. Estou farto de humanistas literários que nem um copo de água dão a outro homem. Tira para fora da literatura Portuguesa a poesia lírico-romântica-saudosista e vê o que te resta... E não me leves o Cesário Verde em nome do realismo como certos ingénuos detratores da arte querem fazer em nome da cegueira demagógica...*»

A poesia, nesta aceção e naquela que transparecia na sua postura social, não era configurada segundo o figurino do literato, intelectualizado até às unhas, mas sem um vínculo humano, sanguíneo.

S. Jorge (Ciclo da Esmeralda), o último livro que CF publicou revela-nos um espírito em divagação lírica e apaixonada por uma ilha: S. Jorge. Aquele espaço físico representa sobretudo a dimensão mitológica de um mundo inicial, cuja simbologia agracia a ideia de um génesis, puro ainda, livre das influências corruptoras de séculos civilizacionais. Com efeito, João, sujeito a que alude em seis composições poéticas, surge como um subentendimento do Adão, homem simples, pescador, pastor e agricultor «que não quer trabalhar mais para não morrer rico![337]» O desprendimento relativamente às coisas materiais não é uma opção social mas o resultado de uma filosofia de vida. Esta, influenciada pelos mecanismos telúricos que inebriam a alma, proporcionam-lhe uma elevada grandeza de espírito, assente na comunhão direta e íntima com os elementos circundantes. A terra, o mar, o céu e as estações são como membros intrínsecos da formação do indivíduo, como uma raiz ou uma divindade que une o ser ao seu mundo, o da ilha. Tempo e espaço não constituem, no dizer do poeta, um obstáculo à sua plenitude porque «na ilha/o tempo é uma longa música/de espera/que os camponeses repartem entre/o tempo da pesca e do milho.[338]» No poema intitulado *A Passagem do Tempo nas Horas* redescobrimos a epistemologia existencial do poeta, transfigurando-se à medida que a sensibilidade vai monopolizando as

[336] www.facebook.com/Carlos Faria
[337] Carlos Faria, *S. Jorge (Ciclo da Esmeralda)*, p. 16.
[338] Carlos Faria, *S. Jorge (Ciclo da Esmeralda)*, p. 26.

metáforas. São elas os ponteiros do relógio que qualificam, numa asserção, diríamos, expansível, as fronteiras semânticas de um Éden intocável e em permanente viagem emocional:

Na ilha o tempo que passa não tem que ver com o tempo: é longo e acontece como espaço geográfico, cor, luz, distância…

A manhã, ou a noite, contam como dias fora do calendário e o homem vive por dentro tudo o que do exterior resolve ou complica a sua existência…

Tudo aqui é uma ilha: gente, natureza, a própria ilha e o mar.

O mar é dentro da ilha já que ele vem até à sua ilha e lhe dá o seu tamanho de ilusórios limites: prova-os as marés altas ou baixas! …

O tempo é uma distância medida pelos olhos, pelos ouvidos, pela memória, pelo ritmo de caminhar. Não há máquinas ainda para medir o tempo!

Quando o João diz: «Agora», quer dizer «Aqui»: é lugar e não tempo.

Passado, Presente, Futuro: A ilha em Viagem, viajar sem viajar!

No poema *Mapa-mundo*, o poeta infere sobre a questão do espaço, resolvendo-o igualmente de uma forma lírica e metafórica:

Aprendo, nas ilhas pequenas, que o mundo é exatamente do seu tamanho: sem filosofia nem cálculos matemáticos.

Golegã ou Nova York?

São Jorge ou Madrid?

Espaço onde caiba um homem, e a sua geografia será história…

A ilha é pequena?

A ilha é pequena, sim? E depois?

O espaço que falta a uma ilha, seria se houvesse mais espaço, o espaço que sobejaria!

A sua visão minimalista do Mundo relativiza tudo. As referências geográficas, climatéricas e humanas são parte de um cosmos poético cuja visão de vida e das coisas posicionam-nas numa outra realidade. O olhar da sensibilidade é a única geografia da ilha, residindo aí toda a sua grandeza. Quero dizer: quanto mais elevada e intensa a ternura, mais extensa se torna a ilha. O mundo natural, cujas tonalidades ganham variadas transfigurações mercê das metamorfoses climatéricas, ou das que resultam dos feitos da luz natural dão ao poeta, qual pintor atento, múltiplas visões de cor. Vejamos alguns exemplos:

«*Ilha de cabelos verdes e corpo alto/por todo o horizonte*»,

«*Rio de pedra: verde a sua água*»,

«*A tarde foi caindo com a beleza cinzenta que o céu açoriano tem, quando as nuvens vão descendo dos picos às fajãs e a luz passa a vir do mar, azulada e húmida…*»,

«*O verde das pastagens — a tal pele de esmeralda!*»,

«*O céu azul claro, claro fino, como lâmina fria de navalha, a descer ao fim do horizonte, para lá do Faial*»,

«*E o verde é aço vegetal/negro e forte!*»,

«*Esmeralda, o ar da manhã…*»,

«*O basalto é azul até onde o mar chega…*»,

«*A bruma é um dia em flor…*»,

«*Uma garça saiu, branca, agora do cinzento e corre sem fronteiras para os nossos olhos.*»

No essencial, **S. Jorge (Ciclo da Esmeralda)**[339] de CF, além de um sentido tributo à ilha de S. Jorge, é um ato de amor. No entanto, o poeta crê-se apenas como um repórter de uma realidade observada, sonegando o sentir. O objeto cantado é o sujeito do seu lirismo, como testifica nos últimos versos do seu poema **S. Jorge, Costa Norte…**:

João acena-me com os braços erguidos, chama-me com os seus gestos de pescador e camponês: gestos que trazem raízes e ondas, a bondade universal da ilha e do mundo!

[339] *S. Jorge (Ciclo da Esmeralda)*, com uma reedição em 1992, seria o último livro publicado por CF.

Não é o que sinto e canto que faz o Poema! O poema é a ilha e a sua gente, o resto do que digo não passa duma manhã de esmeralda com um homem dizendo «bom dia» nos gestos de trabalhar!

A musicalidade deste livro reside essencialmente na sua euforia poética. É uma quase obstinada perseguição pelo absoluto, um «sentir» onírico que resulta numa outra realidade, a das imagens e dos sons genesíacos e imaculados. O autor cria os seus próprios paradigmas, como se todas as experiências e afinidades sociais e telúricas com a ilha de S. Jorge fossem o resultado de um elevado sincretismo poético, de uma apologia iluminada pela mais fascinada beatitude, num dizer exuberante da alma e dos sentidos.

3. CONCLUSÃO

Estive com o poeta pela última vez em 1998, em S. Jorge, no decurso do **Encontro de Escritores Açorianos** e durante o qual CF foi homenageado. Não obstante caminhar com o apoio de uma bengala, e de o seu corpo de atleta apresentar já os vestígios e o lampejo da idade, mantinha, incólumes, o seu espírito jovial e a candura de sempre.

Carlos Faria não era apenas um poeta de palavras. Era um bardo das águas, irreverente, único, solidário e intemporal nos seus afetos, leal, e em cuja humildade restolhava o vórtice do seu caráter como homem e artista. Connosco ficará para sempre a sua visão do mundo e da vida, subjacente a uma poética dos sentidos e da relação idílica entre o homem, o seu espaço e a sua ancestralidade. Carlos Faria cantou a ilha com o esplendor da ternura, escolhendo as palavras mais sensíveis. Foi com elas que navegou pelas estações mais íntimas, beijando com reverência os inolvidáveis e luminosos dias da ilha.

49. FERNANDA SANTOS, CLEPUL – CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL E DOUTORANDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, BRASIL

TEMA: 3.6. PORTUGUÊS NOS GRANDES ESPAÇOS, A GLOBALIZAÇÃO DO ENSINO DA COMPANHIA DE JESUS: OS CURRICULA DOS JESUÍTAS E A GRANDE REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA NA ÉPOCA MODERNA, JOSÉ EDUARDO FRANCO, CLEPUL – CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONA E EUROPEIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA E FERNANDA SANTOS, CLEPUL – UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA – BRASIL

Este artigo pretende mostrar como grande parte das mutações estruturais da educação ocorreram na época moderna, entre os séculos XVI e XVIII, abandonando-se a conceção medieval de ensino, com toda as suas implicações na estrutura curricular e na organização escolar. Todas estas mutações foram associadas aos colégios da dependência de congregações religiosas. A educação global foi, em grande medida, associada a esses estabelecimentos de ensino, e a Companhia de Jesus fez dos colégios uma realidade internacional e globalizante, não deixando de lhes imprimir uma dinâmica nova, aprofundando técnicas pedagógicas e institucionalizando novas modalidades no ensino. Tendo em conta o perfil missionário da Companhia de Jesus, a sua pedagogia conheceu uma expansão a nível mundial, tornando-se global e unificada por um ideário comum, e por uma obra que orientará toda a metodologia de ensino dos Jesuítas: a *Ratio Studiorum*. De fato, a Companhia apresentou-se, no campo pedagógico, como possuidora de uma consciência que nunca até aí se impusera com tanta convicção.

Numa sociedade que oscilava dentro de perturbações críticas das contestações religiosas do século, a Companhia de Jesus jogava suas cartas no ensino, uma arma capaz de provocar transformações sociais. No âmbito deste colóquio, o nosso artigo pretende abordar em maior detalhe o plano de estudos seguido nas escolas da Companhia de Jesus. Este constava de três cursos: Curso de Letras, Curso de Filosofia ou Artes e Curso de Teologia. Nos colégios jesuítas praticava-se uma escolaridade que poderia ir, no mesmo colégio, desde o ensino das primeiras letras até ao de disciplinas de nível universitário. O Curso de Letras era o mais elementar de todos, e estava dividido em três partes que correspondiam às designações de Gramática, Humanidades e Retórica. A finalidade pretendida era a aquisição de uma expressão oral e escrita correta na língua latina. Este artigo pretende ainda

mostrar como a contribuição da Companhia de Jesus no conhecimento da língua portuguesa foi cabal, pois todo o ensino dos Jesuítas assentou no estudo do Latim, a base comum do currículo de estudos. A unidade do ensino era reforçada pelo fato de cada classe ser anual, ter o seu próprio professor, livros escolares comuns, métodos de ensino comuns, como a comunicação oral professor-aluno, bem como os apontamentos na aula serem escritos em latim. A questão pedagógica fundamental era tornar o aluno capaz de se expressar, oralmente e por escrito, na língua latina. A partir do latim se aprendia a língua mãe e também o grego.

> *A compreensão última do processo histórico, sobretudo no domínio educativo, obriga-nos a escavar as superfícies e a olhar para as correntes subterrâneas: apercebemo-nos então que as ruturas são contemporâneas das continuidades, que a visibilidade dos tempos quentes esconde por vezes a discrição das mutações lentas*.
>
> **António Nóvoa**

1. INTRODUÇÃO

A pedagogia da Companhia de Jesus conheceu uma expansão a nível mundial, não só graças ao perfil missionário da Ordem, como graças a um ideário comum nos colégios que implementou, através de uma obra que orientará toda a metodologia de ensino dos Jesuítas: a *Ratio Studiorum*. De fato, a Companhia apresentou-se, no campo pedagógico, como possuidora de uma consciência que nunca até aí se impusera com tanta convicção. Numa sociedade que oscilava dentro de perturbações críticas das contestações religiosas do século, a Companhia de Jesus jogava suas cartas no ensino, uma arma capaz de provocar transformações sociais. No entanto, o forte investimento estratégico feito pelos Jesuítas na criação de redes nacionais ligadas a uma rede internacional de instituições de ensino não se fez sem controvérsia, sem aposição militante, sem chocar uma mentalidade dominante que não entendia e até negava as virtualidades de um ensino generalizado. Boa parte do antijesuitismo europeu da época moderna emerge como reação à preponderância que os Jesuítas estavam a conquistar no plano da formação e, por essa via, no plano controlo do modelo de homem e de sociedade que se queria modelar para o futuro. A expansão de uma rede educativa como aquela que os Jesuítas foram capazes de criar suscitou tentativas concorrenciais de criação de redes paralelas por outras organizações religiosas e não só, mas desenvolveram também uma consciência nova em relação ao valor da educação e do poder que lhe era associado para atrair recursos materiais, apoios políticos e sociais e para exercer influência no plano do controlo das consciências.

Em Portugal, a rede de colégios em expansão articulada com os dois polos de ensino pré-universitário e universitário em Coimbra e em Évora fomentada pelos dos Padres da Companhia, só foi possível pela obtenção de meios avultados, atraindo mecenas do Estado e privados. A capacidade empreendedora revelada suscitou tanto a admiração como o receio de muitos. A oposição a este empreendimento não tardou a chegar tanto da parte das outras ordens religiosa como da parte de figuras gradas da hierarquia eclesiástica, como da parte de estratos sociais com poder junto da coroa. A controvérsia que se acende coloca em confronto duas leituras sobre o valor e papel da educação ao serviço dos reinos e das sociedades humanas em geral, que se pode entender no debate mais vasto em torno da preponderância das Armas por confronto com as Letras.

São duas perspetivas que levantam uma questão/fronteira na modernidade em torno da visão da educação, do seu ideário e utilidade para o progresso ou para o atraso dos povos. A argumentação dos jesuítas em favor do seu projeto de ensino generalizado e gratuito, acessível a todos os estratos sociais, não pode deixar de ser vista como reveladora de uma visão avançada que viria a ser consagrada mais tarde pelas políticas educativas na época contemporânea que visam oferecer a educação a todos. Vale a pena citar aqui um passo de um documento saído da pena dos Jesuítas portugueses intitulado *Informação sobre a causa dos Estudos no Reino de Portugal*. Escrito em 1611 como representação junto da corte de Madrid para defesa do projeto educativo da Companhia de Jesus em plena implantação no reino, é um texto significativo de uma corrente de pensamento

educativo que acreditava na educação como meio de aperfeiçoamento humano tanto no plano individual como social:

> *(...) e particularmente a este tão principal de poder-se aperfeiçoar na alma e potências mais nobres e superiores dela. E esta razão seria bastante e obrigatória para pôr estas escolas, embora não houvesse outra necessidade na república delas, especialmente que há a forçosa e precisa por outra cabeça, que é para que na república possa haver a cópia necessária de Teólogos, Cónegos e Casuístas para o bom governo da Igreja e cura das almas e pregação da doutrina da nossa santa fé e religião cristã; de legistas para a administração da justiça e bom governo político; de médicos e boticários para a conservação da vida e saúde do corpo; de matemáticos para o uso da navegação, arquitetura e máquinas de guerra e outras utilidades necessárias numa república*. (*Información*, p. 3)

Estamos perante um documento que encerra uma espécie de manifesto em favor da educação enquanto utopia que traduz a esperança na construção de uma sociedade nova, melhorada pelo saber à luz dos parâmetros da ética cristã.

2. A COMPANHIA DE JESUS NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

A Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de fevereiro de 1540, aprovada pelo Papa Paulo III, assinalou a criação oficial da Sociedade ou Companhia de Jesus, organizando em ordem canónica tanto o pensamento religioso como a ação espiritual comum. Ao grupo ativo de alunos castelhanos, navarros, saboianos, bascos e portugueses, estudantes em Paris no colégio de Santa Bárbara, organizado em torno de Inácio de Loyola, se deveu a investigação de uma *Ratio* para o estudo e a ação católica. Encorajados pelo desejo de peregrinação a Jerusalém e unidos pela propagação da Fé entre os infiéis, os jesuítas encararam como uma urgência fundamental ensinar exemplarmente todos aqueles que não estavam instruídos na doutrina cristã *(Manso, 2009: 92)*. O século XVI foi especialmente marcado pelo desenvolvimento de diversos domínios do saber, por um interesse progressivo pelas fontes dos textos, um movimento de revitalização do original. Os autores gregos e latinos representaram uma das fontes do conhecimento, bem como os primeiros autores cristãos. Cultivou-se o estudo das línguas antigas, como latim, grego e hebraico, numa época que assistiu ao investimento massivo na educação e na formação teológica e retórica de novas gerações de prosélitos da *militia Christi.* Se a Europa se transformou num espaço dilacerado pelas cisões religiosas das reformas, fragmentada também pelos nacionalismos emergentes, manteve, no plano ético, uma unidade cultural de fundo, assente no Cristianismo e na herança da cultura clássica, que apontou, em última instância, para uma consciência do universal. Nos séculos XV e XVI deu-se um alargamento das fronteiras do universal, com as grandes navegações e a expansão europeia *(Urbano, 2009: 27-28).*

A Igreja católica encontrava-se fragilizada no seu prestígio secular, espoliada de bens pelos príncipes que aceitavam o Protestantismo e que entendia que a Igreja não devia possuir riquezas. Era uma Igreja secular, detentora de verdades sagradas, que era atacada e criticada. Nesta conjuntura reconhecia-se que a Igreja não estava a agir com dinamismo que as circunstâncias lhe exigiam. Não bastava organizar concílios ou eliminar os heréticos por via da Inquisição. Era necessário organizar uma ação mais concreta, permanente e firme, que permitisse convencer os adversários ou todos aqueles que corressem o risco de ser subvertidos no seu pensamento religioso. Era necessário reunir gente nova, aguerrida, que fizesse da palavra divina uma arma de combate assertiva e vigilante. Mais do que uma nova Ordem religiosa, era necessário uma autêntica milícia, um laborioso exército de homens de religião, constantemente alerta. É neste contexto histórico que surge a Companhia de Jesus e o seu comandante supremo foi Inácio de Loyola *(Carvalho, 1986: 282-283).* Neste contexto se afirmou a ação educativa dos Jesuítas, sobejamente importante, tendo em conta sua doutrina, seu projeto educativo e sua pedagogia. As instituições que fundaram, dirigiram e fizeram proliferar estavam comprometidas com um ideário religioso cujo objetivo primacial era ganhar uma nova consciência dentro da Igreja Católica. Conforme já afirmámos noutro estudo, este programa científico-cultural tem implicações pedagógicas indissociáveis e está ao serviço da missão fundamental dos Jesuítas, em particular, e da Igreja Católica, em geral: a missionação *ad gentes*, em particular, e da evangelização,

em geral. *(Franco, 1999: 114)* As discussões acerca da proveniência histórica dos modelos educativos atuais quase sempre se ancoraram entre os séculos XVI e XVIII, onde estão grande parte das mutações estruturais da educação, como o abandono da conceção medieval de ensino, com toda as suas implicações na estrutura curricular e na organização escolar, ou as estratégias de gestão da sala de aula. Todas estas mutações foram associadas aos colégios da dependência de congregações religiosas. A educação global foi, em grande medida, associada a esses estabelecimentos de ensino, e a Companhia de Jesus fez dos colégios uma realidade internacional, não deixando de lhes imprimir uma dinâmica nova, aprofundando técnicas pedagógicas e institucionalizando novas modalidades no ensino *(Ó, 2003: 165-167).*

A Idade Moderna apareceu assim designada pela historiografia por assinalar, na História, uma revolução científico-tecnológica, que em muito se deve à expansão territorial, às novas descobertas científicas, ao povoamento e colonização de outras terras, outrora desconhecidas e entretanto mapeadas pelos navegantes. Desse modo, é impossível escamotear o papel decisivo da Península Ibérica nestas novas conquistas, povoando e colonizando vastos territórios. Os séculos XVI e XVIII foram focos de grandes mutações estruturais no ensino. Os colégios, no século XVI, apareceram associados à fundação de novas universidades, dependendo delas, mas ao mesmo tempo diferenciando-se destas. As universidades de origem medieval, que continuavam sendo as mais importantes em quase todos os lugares, mantiveram, em tese, suas instituições antigas e serviam de modelos para as novas fundações. Na prática, diversas inovações surgiram nas estruturas universitárias, seja pelas novas conceções educativas, seja, precisamente, pelo caráter cada vez mais nacional, e até mesmo regional, de muitas universidades. A tipologia e a terminologia das instituições tornam-se mais complexas, fazendo com que a uniformidade aparente da *universitas* medieval perdesse decididamente o passo para a diversidade das práticas locais *(Charle; Verger, 1995: 41).* Os modelos educativos e as práticas educativas dos Jesuítas contribuíram para produzir o mundo pós-medieval. De fato, a Companhia apresentou-se, no campo pedagógico, como possuidora de uma consciência que nunca até aí se impusera com tanta convicção: a da importância social da educação e do ensino. O ideal jesuítico era sentar todas as crianças nos bancos das suas escolas, orientando o seu ensino para modelá-las dentro do pensamento filosófico que os orientava. Numa sociedade que oscilava dentro de perturbações críticas das contestações religiosas do século, a Companhia de Jesus jogava suas cartas no ensino, uma arma capaz de provocar transformações sociais *(Carvalho, 1986: 329).*

3. A ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA COMPANHIA DE JESUS

Inácio de Loyola expôs, nas Constituições que redigiu, a orientação pedagógica da Companhia de Jesus, indicando as disciplinas que deveriam ser estudadas, os livros que deveriam ser lidos, a condução do estudo, etc. *(Loyola, 1997).* Com base nessa doutrina, e depois de adquirida a prática suficiente do ensino, redigiu-se um texto normativo, para uso geral, pacientemente discutido em todos os pormenores até se considerar definitivo. O texto ficou redigido em 1585, sendo depois submetido à experiência de vários mestres, em anos subsequentes, estando pronto e sendo impresso em 1598, em Nápoles. Por circular de 8 de janeiro de 1599, o texto foi finalmente promulgado para todas as escolas da Companhia. O texto seria utilizado quase sem alterações até 1832, conhecido como *Ratio Studiorum*. Todo o ensino das disciplinas tinha como base a *Ratio*, programa e regulamento pedagógico de toda a Companhia de Jesus, e instrumento de homogeneização do ensino dos Jesuítas. Nas palavras de Francisco Rodrigues: (…) concluímos com toda a segurança que os processos de pedagogia que em nações estranhas e em Portugal formaram tantos homens eminentes, foram essencialmente os mesmos que, nos Colégios de Coimbra, Lisboa e Évora e de outras cidades, guiaram na educação da juventude os religiosos da Companhia (Rodrigues*, 1931: 436).*

O plano de estudos seguido nas escolas da Companhia de Jesus constava de três cursos: Curso de Letras, Curso de Filosofia ou Artes e Curso de Teologia. A estrutura de uma escola desta natureza não tem correspondente nas escolas atuais, visto que normalmente os estudos se dividem por graus de ensino. Nos colégios jesuítas praticava-se uma escolaridade que poderia ir, no mesmo colégio, desde o ensino das primeiras letras até ao de disciplinas de nível universitário. Inácio de

Loyola determinou quais as matérias que deveriam ser ensinadas, em todos os escalões, nas escolas da Companhia, indicando nominalmente o que não deveria ser ensinado e que era a parte do foro contencioso do Direito Canónico, as Leis e a Medicina. Admitiu, porém, que estas mesmas matérias pudessem ser lecionadas nas suas escolas desde que os respetivos professores não fossem jesuítas *(apud Carvalho, 1986: 333).* O Curso de Letras era o mais elementar de todos, e estava dividido em três partes que correspondiam às designações de Gramática, Humanidades e Retórica. A finalidade pretendida era a aquisição de uma expressão oral e escrita correta, mas na língua latina, e não na língua nacional.

Todo o ensino dos Jesuítas assentou no estudo do Latim, a base comum do currículo de estudos. A unidade do ensino era reforçada pelo fato de cada classe ser anual, ter o seu próprio professor, livros escolares comuns, métodos de ensino comuns, como a comunicação oral professor-aluno, bem como os apontamentos na aula serem escritos em latim. A questão pedagógica fundamental era tornar o aluno capaz de se expressar, oralmente e por escrito, na língua latina. A partir do latim se aprendia a língua mãe e também o grego. Os estudos de Gramática estavam ordenados segundo três graus sucessivos, de dificuldade crescente, constituindo três classes denominadas inferior (*Infima classis grammaticae*), média (*Media classis grammaticae*) e superior (*Suprema classis grammaticae*). Cada classe, que era anual, tinha seu professor próprio, com aulas diárias, de tarde, que inicialmente eram de três horas e depois passaram a duas horas e meia. Na classe inferior estudavam-se as declinações e os géneros; na média, as conjugações; na superior, a sintaxe. O autor cuja construção latina se considerava normativa era Cícero. Em cada um dos graus sucessivos do estudo da Gramática se ia aprendendo o Grego: na classe inferior, os princípios da língua; na média, composições acessíveis de Ovídio e de algum autor fácil; e na superior, textos de S. João Crisóstomo e de Esopo *(Carvalho, 1986: 334-335).* Quando os colégios foram fundados, no século XVI, não exista, no Ocidente moderno, um *corpus* de textos que se equiparasse aos da Antiguidade. A educação apareceu, por isso, associada ao estudo das línguas antigas. Os textos da Antiguidade clássica eram considerados como formadores, transmissores de lições morais ou cívicas, destacando comportamentos dignos de serem imitados *(Chervel; Compère, 1999: 152).*

A gramática adotada nas escolas da Companhia de Jesus era a *De Institutione Grammatica Libri Tres*, do jesuíta Manuel Álvares, impressa em Portugal pela primeira vez em 1572. Manuel Álvares, mestre de línguas latina, grega e hebraica, primeiro professor de Gramática no Colégio de Santo Antão de Lisboa, foi uma figura cimeira da pedagogia jesuítica. A sua Gramática ainda era usada no século XIX e teve, desde o século XVI, cerca de três centenas de edições, umas totais e outras parciais, e foi adotada em toda a Europa para o ensino de língua latina *(Carvalho, 1986: 335-336).* Ao Curso de Letras seguia-se o Curso de Filosofia, ou Artes. O primeiro constituía preparação indispensável para o segundo, e era comprovado por um exame de Latinidade. Aqui eram estudadas as matérias de Dialética, a Lógica, a Física e a Metafísica. Na área da Filosofia, a universalidade dos Jesuítas alcançou um sucesso ímpar, constituindo as suas obras modelos orientadores das doutrinas filosóficas que defendiam. As obras produzidas pelos jesuítas portugueses eram utilizadas em muitas Universidades europeias durante os séculos XVI, XVII e XVIII *(Carvalho, 1986: 343).*

Os chamados manuais produzidos pelos professores do Colégio das Arte de Coimbra que ficaram famosos com o nome de *Conimbricenses* criaram em Portugal e na Europa uma espécie de base generalizada para um ensino secundário ou pré-universitário de Filosofia. Por estes manuais estudaram grandes figuras que trouxeram inovação ao pensamento ocidental e que estão na base do grande debate entre Antigos e Modernos que desemboca no Século da Luzes. Descartes, Voltaire, entre outros pensadores que revolucionaram o pensamento moderno beberam no caldo filosófico da escolástica jesuíta e ali obtiveram ferramentas metodológicas e desenvolveram capacidade crítica para depois romperam com os velhos paradigmas. Pinharanda Gomes destaca a novidade e a importância do contributo dos jesuítas portugueses para a promoção de um ensino propedêutico em filosofia que servia de base aos estudos avançados que lhe sucediam: A escola conimbricense, que surgiu na história da filosofia como flor de renovação, nos fins do século XVI – num mundo em

mudança e que se descobre como sujeito de observação – elaborando num sistematizado *corpus philosophicum* todo o saber antigo, ordenado segundo a arquitetura aristotélica, não se tinha por obra definitiva, nem por visão derradeira de toda a Filosofia.

O grupo de livros que se chama *conimbricenses* aparece como um primeiro passo, antecedente de outros passos, quais esses que a doutrina e a disciplina viessem a propor à aventura do conhecimento. (…) Curso septivial, organizando em sistema as disciplinas triviais e quadriviais, a propedêutica lógica e a prática das ciências, os Conimbricenses foram novidade na filosofia europeia do século XVI, reconstituindo o liceu aristotélico, reatribuindo à filosofia o património da enciclopédia de todas as ciências, adunando o método da escolástica árabe, sobretudo a dos comentários de Averroes, aos desígnios da escolástica latina medieval, e assumindo as tendências modernizantes da Renascença. Por isso se diz que eles são um dos *grandes descobrimentos* dos portugueses, em que, posta a claro toda a terra, e mais analisado o céu, se orientava o espírito para o esclarecimento de toda a verdade (*Gomes* (2), pp. 121, 122 e 123).

O Curso de Teologia constituía o mais elevado escalão da preparação alcançada nos colégios da Companhia de Jesus. Nele se estudavam Teologia Escolástica, a Sagrada Escritura, o Hebreu e a Casuística. A Casuística, também chamada de Casos de Consciência ou simplesmente Casos, era a disciplina subtil, onde se discutiam as soluções mais convenientes para situações dilemáticas *(Carvalho, 1986: 352-353).* A *Ratio Studiorum* regulamentou a ocupação do espaço e do tempo: a separação por secções, os frequentes exercícios escritos, os distintos níveis de conteúdo, os prémios, as recompensas, etc. O objetivo era o aluno manter-se ocupado e ativo. A aprendizagem tomou a forma de um contínuo, dividindo os alunos de cada classe em campos opostos, num sistema de competição. Todo este processo competitivo e de emulação foi reforçado com debates e exames públicos, aos quais assistiam as autoridades locais e as famílias dos colegiais.

Compreende-se facilmente que o mérito individual e o êxito escolar encontram aqui terreno fértil, ao contrário do ensino praticado nas Universidades medievais, onde o esforço individual não obtinha recompensas imediatas e os escassos exames eram tão só uma formalidade para os que assistiam aos cursos. Todo um conjunto de saberes foi extraído do trato direto e contínuo com os alunos fechados na escola: saberes relacionados com a manutenção da ordem e da disciplina nas classes, o estabelecimento de níveis de conteúdo, a invenção de novos métodos de ensino e, em suma, conhecimento do que hoje se denomina organização escolar, didática, técnicas de ensino e outras ciências subtis de caráter pedagógico que tiveram o seu início na gestão e governo dos jovens *(Varela; Alvarez-Uría, 1991: 32-34).* A pedagogia jesuítica adotou o método dos colégios parisienses, o *modus parisiensis*. O *modus parisiensis* diferencia-se pelo fato de ensinar gramática sólida, graduar classes e cursos, implementar exercícios nas classes e individualizar o aluno. Inácio de Loyola se inspirou no *modus parisiensis* preferindo-o ao *modus italicus* de ensinar. As caraterísticas deste método de ensino tinham a ver com o que era praticado na Universidade de Paris, onde os colégios estavam agregados à Universidade. A disciplina predominava, o currículo estava rigorosamente determinado e era percorrido por professores e alunos; as exercitações escolares que se seguem às aulas são frequentes; são formadas classes consoante o aproveitamento dos alunos; para cada classe está designado um professor; a matéria é rigorosamente ensinada; os alunos passam à classe seguinte após rigoroso exame; a convivência professor-aluno é familiar, sendo o professor solícito com o aproveitamento do aluno. Com efeito, os Jesuítas mantiveram na sua organização escolar um plano de progressão através da gradual complexidade das matérias *(Gomes (1), 1996: 85).*

O *modus parisiensis* surgiu, efetivamente, da necessidade de os colégios de Paris se articularem com as Universidades a que estão anexados, através de suas práticas e normas pedagógicas. Na primeira metade do século XVI assemelhou-se ao interior dos colégios dos Irmãos da Vida Comum. O ensino baseava-se num programa de leituras, complementado por uma vasto leque de tarefas, das repetições às disputas (*exercitia* ou *exercitationes*), por meio dos quais os estudantes exibiam os seus conhecimentos e o domínio das matérias. Novamente os alunos apareciam agrupados por classes, de acordo com um plano de progressão em níveis sucessivos de complexidade, em função da

idade e dos conhecimentos. Os exames determinavam quem passava para os níveis seguintes. Os Jesuítas imprimiram uma nova dinâmica à pedagogia do *modus parisiensis*, fazendo dele uma realidade internacional, tornando os princípios e as práticas codificadas em Paris mais elásticos, mais complexos, ao mesmo tempo que institucionalizaram modalidades associadas a programas considerados de ensino integral, mantendo em sua organização escolar um plano de progressão através da gradual complexidade das matérias. Ainda aprofundaram técnicas pedagógicas, tornando o professor um decifrador dos conteúdos desenvolvidos *(Ó, 2003: 167).*

Estes colégios jesuítas distinguiam-se ainda daqueles que circundavam a Universidade de Paris pela aposta que era feita nos conteúdos programáticos de direção espiritual. A gestão de ensino passou a ser integrada, incluindo os aspetos intelectual, religioso e moral, marcados pelo rigor próprio dos regulamentos, os tempos de descanso, relaxamento, recreio e diversão. Com efeito, a preocupação principal da educação dos Jesuítas era estimular os alunos à aprendizagem, promovendo a interiorização plena dos conteúdos programáticos através da ação participativa dos educandos *(Ó, 2003: 168-170).* O colégio jesuíta surgiu, nos alvores da Modernidade, como uma instituição global que abrangia toda a vida do estudante. O ensino era concebido para além da aprendizagem dos conteúdos curriculares e defendia-se a educação integral. O que a Companhia de Jesus procurou fazer foi montar e testar um dispositivo capaz de responder positivamente aos requisitos da formação moral dos jovens. Este dispositivo esteve na base do sucesso do projeto educativo dos Inacianos, e conferiu-lhes o monopólio das instituições educativas ao longo de quase três séculos. Aspetos como o nivelamento e a hierarquização de conteúdos, a progressão educativa, a diferenciação por idades, a classe homogeneizada, mas ao mesmo tempo a atenção individualizada a cada aluno remontam à Idade Moderna, quando se dá um movimento de proliferação de colégios, para o qual contribui, em grande medida, a ação religiosa e educativa da Companhia de Jesus.

4. OS *CURRICULA* NA ÉPOCA MODERNA

4.1. AS HUMANIDADES E O ENSINO DA LÍNGUA

A palavra humanidades tem uma história complexa, já que por etimologia do termo combina variações ou contaminações lexicológicas. A primeira remete-nos ao neologismo humanitas, pelo qual Varrão e Cícero traduzem o grego *paideia*. A educação tem, assim, como objetivo formar um novo homem, no sentido pleno do termo. A segunda vem da tradição cristã, que distingue as *litterae humaniores* das *litterae divinae* ou *sacrae*, do mesmo modo como literatura profana se distingue de Escritura. A tradição cristã evidenciou o caráter eminentemente laico das humanidades. O terceiro componente semântico do termo diz respeito aos humanistas. Nascido no berço da Renascença, os humanistas são os sábios e os escritores da Antiguidade grega e romana. O termo conserva a marca indelével da sua origem. Entre os ciclos medievais, seja da gramática seja da filosofia, a Renascença humanista abre um curso específico, embora já viesse da Idade Média a tradição de leitura e apropriação desses textos antigos. Na sua origem, o nome de Humanidades foi dado pelos Jesuítas aos estudos intermediários entre os de gramática e os de retórica. A organização escolar que se fixa no século XVI é a mesma que se fixa para colégios seculares ou jesuíticos, e mais tarde em outras congregações, definindo cinco cursos de Humanidades: três de Gramática, um de Humanidades e um de Retórica. Na história da educação no Ocidente encontramos duas tradições opostas: na primeira a criança aprende de cor os poemas homéricos e prepara-se para o estudo da retórica, para a eloquência e para falar na tribuna; na segunda tradição, dedica-se aos poetas da cidade, denuncia os artifícios da sofística, que ensina a provar algo e a provar o seu contrário. Coloca-se aqui em primeiro plano o ensino e a prática da Filosofia. Este debate, presente na Grécia antiga, conheceu diversas discussões ao longo da História. Não foi apenas a noção de filosofia que se ampliou para novas conceções do mundo (ligadas ao Cristianismo, como a Escolástica, ou relacionadas a caraterísticas do mundo moderno, como o pensamento científico), mas também o património literário que se enriqueceu, adotando como suporte duas línguas clássicas, e posteriormente três. Em épocas diferentes e até numa mesma época, dois tipos de educação foram oferecidos às classes dirigentes ou mais abastadas: uma fundada na natureza, a observação às coisas e ao Universo, permitindo ao homem situar-se no mundo, multiplicar as suas marcas, inscrever a sua ação. A outra vertente

apoiada em textos e no estudo da língua, necessária à comunicação, à persuasão, suporte necessário e indispensável do pensamento. A língua é um fator integrador do indivíduo numa nação, numa cultura, numa elite. É também um elemento de partilha com os seus ancestrais e com os seus contemporâneos. O indivíduo que a tradição humanista procura formar é aquele que teve contacto com autores, com a prática dos textos, com a civilização fundadora, pelo exercício da tradução, da imitação e da composição, adquirindo o gosto, a capacidade crítica, a capacidade de julgamento pessoal, e a arte de se exprimir oralmente e por escrito, segundo as normas recebidas. Este ideal que se pretende atingir, no horizonte das humanidades, certamente conhece, alternadamente, um sujeito cristão, do colégio jesuíta, o cidadão das Luzes, o republicano dos liceus modernos. A educação das Humanidades preconizou uma educação global, na sua parte estética, retórica, mas também moral e cívica, produzindo o já referido modelo de homem ideal da sua época. Se quiséssemos percorrer a história do ensino das Humanidades, estas remontam ao ensino das artes liberais. O modelo por elas proposto remonta ao século IV a.C., e foi fixado por Isócrates, em Atenas, herdado pelos romanos. A literatura latina, os autores romanos e os exercícios de composição em latim constituem o seu eixo. O grego, que conheceu uma extensão variável segundo as épocas, foi considerado um ensino de luxo, mas os textos gregos, quando explicados, foram também centrais neste ensino *(Chervel; Compère, 1999: 149-150).*

4.2. O ENSINO DAS CIÊNCIAS

Na Europa desenvolviam-se os estudos matemáticos. Descartes, alunos dos Jesuítas, criou a Geometria Analítica e realizaram-se outros importantes progressos *(Leite, 1993: 46).* Já o estudo das Matemáticas no Brasil teve princípios muito humildes, fazendo, inicialmente, parte da escola de ler, escrever e contar, portanto com as primeiras operações, à altura dos discípulos deste género elementar de ensino. Em 1584 dizia-se escola de ler, escrever e algarismo e, em 1605, lição de Aritmética, nos três principais colégios (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco). O estudo da Física era também parte integrante do curso de Artes. No Renascimento, a Matemática tendia a separar-se da Física enquanto disciplina, e nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1559, junto ao curso de Artes e distinto dele, nomeou-se a cadeira de Matemática. A Física, ensinada então nas Universidades, era a de Aristóteles, e por ela se pautavam algumas interpretações da Sagrada Escritura. Formou-se a mentalidade positiva de que as Letras Sacras nunca podiam estar em contradição com os fatos físicos certos e averiguados, e que a mudar alguma coisa, teria de ser a interpretação. As experiências físicas do mundo moderno desmoronaram as teorias do mundo físico de Aristóteles e de Ptolomeu. As novas ideias circulavam e entravam oficialmente nas escolas da Companhia. O Colégio das Artes de Coimbra fazia imprimir em 1754 o Compêndio dos Elementos de Matemática necessários para o estudo das Ciências Naturais e das Belas-Letras. Na área das Matemáticas, o Compêndio de Inácio Monteiro, que abrangia elementos de Aritmética, Geometria, Secções cónicas e Trigonometria; dentro da Física noções de Estática, Mecânica, Hidrostática, Aerometria, Hidráulica, Ótica e Eletricidade *(Leite, 1949: 166).* Nos colégios do Brasil circulavam obras como as de Newton e Boscovich *(Leite, 1949: 27).*

Não se pode deixar de referir, no âmbito das ciências, a Aula da Esfera, que entre finais do século XVI e meados do século XVIII, foi a mais importante instituição de ensino e de prática científica em Portugal. Funcionando enquanto centro de formação de especialistas científicos de que o país precisava, foi também o centro de organização de alguns dos mais importantes empreendimentos científicos da época, por ali passando nomes eminentes da ciência europeia do século XVII. Criada de 1590 a 1759 no Colégio de Santo Antão, em resposta a um pedido direto do Cardeal D. Henrique, a Aula da Esfera funcionou como a porta de entrada de uma série de inovações e conhecimentos científicos, tornando-se numa instituição de ensino internacional. Inúmeros jesuítas-cientistas, provenientes de colégios europeus, por ali passaram, num processo de circulação e de transmissão científica: pessoas, livros, ideias, conceitos circulavam em trânsito, da Europa para a Ásia e vice-versa.

O nome da Aula faz alusão direta ao ensino da Cosmografia e introdução à Astronomia, temas que usavam como texto o *Tratado da Esfera*, de João de Sacrobosco, uma obra redigida no século XIII, parafraseada e comentada. Segundo Henrique Leitão, os temas que se

trataram nessa Aula foram vastos, introduzindo estudos cosmográfico-astronómicos, ensinando Geometria, baseada no estudo dos primeiros livros dos *Elementos*, de Euclides; Aritmética e os rudimentos de Álgebra, Trigonometria plana e esférica, Náutica, Geografia, Hidrografia e Cartografia. Ensinou-se ainda Ótica, Perspetiva e Cenografia, Gnomónica, construção de instrumentos científicos e de máquinas simples, Estática e Hidrostática, técnicas de Arquitetura e Engenharia militar, abordaram ainda assuntos como a Astrologia, ainda que não enquanto disciplina científica *(Leitão, 2008: 20).*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Jesuítas procuraram incutir uma cultura escolar católica nos seus alunos, através da catequização e do ensino. Dominique Julia descreve a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos […] *(Julia, 2009: 9).* João Adolfo Hansen referiu uma cultura escolar jesuítica associada à política católica portuguesa, organizada pela *Ratio*. Como ficou descrito, cabia aos colégios divulgarem essas normas, com vista a um modelo cultural, de padrões distintivos, dentro de um ideal de excelência humana *(cf. Hansen, 2001).* O fenómeno de disseminação de colégios foi pontuado por André Petitat como um primeiro momento decisivo da escolarização. Em sua análise, ele observou que os colégios das congregações católicas, das igrejas protestantes e aqueles que eram vinculados às universidades tinham dispositivos escolares semelhantes *(Petitat, 1994: 76).* Do mesmo modo, Dominique Julia assinalou a formação cristã das crianças como uma das finalidades essenciais das Reformas protestante e católica, e o catecismo, nascido da concorrência entre as confissões religiosas, como um fenômeno associado à escolarização *(Julia, 2002: 52)*.

A introdução das séries e das classes escolares deu-se também nos colégios protestantes e católicos do século XVI, disseminando-se e aperfeiçoando-se ao longo dos séculos seguintes *(Petitat, 1994: 77)*. A escola atual muito deveu à matriz pedagógica dos colégios dos Irmãos da Vida Comum, criados nos Países Baixos ainda durante o século XIV, ativos no norte da Alemanha e na Polónia até finais do século XV, que contavam já com um agrupamento de alunos feito por classes, divididas por programas distintos, com o seu professor e com uma sala ou local de aulas. Aqui também se praticava o chamado ensino simultâneo, no qual os alunos das primeiras classes eram ensinados pelos alunos de classes mais elevadas. Do mesmo modo, eram promovidos exames para passagem à classe superior, eram estabelecidos horários, e estimulava-se o aluno ao estudo por meio de atribuição de prémios.

Emulação e prémio eram elementos de pacificação e incentivo, e funcionavam como dispositivos normalizadores-disciplinadores *(Ó, 2003: 167).* Cada um dos aspetos do ensino dos Jesuítas visavam moldar o jovem estudante: o exame de consciência através da oração, missas diárias, as doutrinas aprendidas pela memória, a vigilância constante do professor, até mesmo na seleção das leituras do aluno, em suma, e como aponta o instrumento unificador da pedagogia da Companhia de Jesus, a *Ratio Studiorum*, apartar os colegiais do caminho dos vícios, mostrando-lhes o caminho da virtude, e nesse sentido, os professores deveriam ser exemplos a seguir *(Varela, 1983: 132-133).* As ordens religiosas dedicadas à educação da juventude preocuparam-se, desde muito cedo, em proporcionar aos religiosos que se ocuparam de tal função educativa uma formação especial. No caso concreto dos Jesuítas, a obra de Jouvency, *De ratione discendi et docendi* informou qual deveria ser a imagem do professor e do discípulo *(Jouvency, 1900: 85-86)*. O papel exemplar e interventivo do professor foi assunto sobre o qual o autor insistiu, no século XVII, mostrando que este não só deveria ser modelo de conduta moral e religiosa, para o aluno, mas de igual modo deveria burilar os autores estudados nas aulas, incluindo os pagãos e os profanos, de modo a que estes fossem panegíricos de Cristo *(Varela, 1983: 134).*

É preciso assinalar que a constituição da infância e a formação de profissionais dedicados à sua educação são duas faces de uma mesma moeda. Os colégios foram os lugares escolhidos para se ensinar formas concretas de transmissão de conhecimentos e de moldagem de comportamentos que, mediante ajustes, transformações e modificações ao longo de pelo menos dois séculos, permitiram a

aquisição de todo um acúmulo de saberes codificados acerca de como pode ser mais eficaz a ação educativa. Só assim se compreendeu a aparição da pedagogia e dos seus especialistas.

Os colégios passaram a ser espaços fechados, nos quais se praticou o regime de internato, evoluindo de locais de residência e de estudo para espaços físicos de clausura, inteiramente separados do resto do mundo por muros altos. *(Ó, 2003: 166)* Varela concebeu o colégio de um modo muito semelhante, considerando-o um espaço fechado e um lugar específico de instrução e educação, que procurou transformar e moldar as vontades, assim como preservar os enclausurados dos males provenientes do século, inscrevendo-os num espaço moral e neutralizador do exterior, onde se poderia exercer continuamente a vigilância *(Varela, 1983: 157).*

Este sistema disciplinar foi o primeiro plano da atuação dos colégios jesuítas, tendo em conta que estes foram uma alavanca da revolução do ensino moderno *(Ó, 2003: 166).* O segundo plano trabalhou com o conceito-chave de classe que o colégio concebeu. Desse modo, o colégio procurou abarcar um maior número de alunos, e todo o projeto moderno assentou nessa ideia de inclusão de um maior afluxo de alunos. Os alunos passaram a ser uma massa homogênea para ser ensinada, o que designaríamos como classe ou turma, todavia com especificidades, como a faixa etária ou o nível de conhecimentos individual. O agrupamento dos alunos em classes sucessivas obrigou a graduar programas, a encadeá-los pelo nível de complexidade, a seccionar o tempo escolar e a subdividir o espaço. Esta é uma imagem familiar que nos acompanhou até aos dias de hoje, uma vez que aulas são, predominantemente, constituídas por uma sala, uma classe e um professor. Esta combinação não mais será abandonada, privilegiando-se a homogeneização, em contraponto à dispersão, ao mesmo tempo que se individualizava cada aluno. António Nóvoa viu nestes aspetos as referências estruturantes do ensino e do trabalho pedagógico até aos dias de hoje, uma espécie de modelo que se impôs, ao longo do tempo, como via única *(Nóvoa, 1995: 27).*

Assinalável foi também a questão da individualização do aluno, mudança educativa que se deu entre o século XVI e finais do século XVII, a partir dos conceitos da *Ratio* e das obras de Jouvency, que se debruçaram no conhecimento das faculdades e condições dos colegiais, referindo a eficácia de uma ação educativa que se adaptasse às características de cada um. A *Ratio* procurou responder à necessidade de os Jesuítas conseguirem construir bons católicos, fiéis à Igreja de Roma. No caso de Jouvency, a ênfase foi dado ao trato contínuo com o aluno, às suas qualidades pessoais. Esse cuidado, aparentemente desinteressado, moldava as almas e as direcionava para a fé cristã *(Varela, 1983: 156-157).* Os colégios modernos se diferenciaram das Faculdades de Artes medievais pelo fato de sequestrarem os alunos, isolarem o aluno do seu contexto social e familiar. No período medieval não havia divisão de idades no mundo social, nem nas escolas catedrais e universidades, estudantes de diferentes idades conviviam e aprendiam lado a lado *(Cf. Ariès,1981).*

Tratou-se da produção histórica de um sujeito, neste caso o aluno, e da produção das estruturas que intervinham sobre as atitudes, disposições e comportamentos dele. Assim, a cultura pedagógica afirmou-se, marcando as competências morais do educando, vinculando-lhe um plano de estudos. Em termos educativos, o ensino nos colégios jesuítas defendeu a produção de um indivíduo capaz de dar o seu contributo particular para a integração moral e cristã da sociedade, através do domínio de várias experiências escolares. Os Jesuítas lançaram mão de uma multiplicidade de jogos estratégicos, procurando formar um sujeito não apenas através dos bancos da escola e dos compêndios utilizados na classe, mas inculcando diversos comportamentos morais. Mas para além desta prevalecente função moral, as instituições de ensino modernas, nomeadamente o ideário subjacente ao plano pedagógico dos Jesuíticas, tiveram a virtualidade de motivar os formandos para a conquista da excelência à luz de um ideário individual de perfetibilidade que deveria ter expressão no plano da comunidade mais alargada. Ser o melhor cristão possível, ser o melhor professor, o melhor cientista, ser melhor missionário, procurar a excelência em tudo que o se realiza não deixar de articular-se com a ideia de fundo cristão que vai modelar, a partir do século XVIII, o ideal mitificado do progresso humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. LIVRO:

Ariès, Phillipe. (1981) *História social da família e da criança*. 2.ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara.

Carvalho, Rómulo de. (1986) *História do Ensino em Portugal*: *Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar -Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Charle, Christophe; Verger, Jacques. (1995) *História das Universidades*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP.

Durkheim, Émile. (1995) *A Evolução Pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Franco, José Eduardo. (1999) *Brotar Educação: História da Brotéria e da Evolução do Seu Pensamento Pedagógico (1902-1996)*. Lisboa: Roma Editora.

Gomes (1), Manuel Pereira. S.J. (1996) *Sto. Inácio e a Fundação de Colégios*. Gracos.

Gomes (2), Pinharanda. (1992). Os *conimbricenses*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Informação en la causa de los Estudios no Reino de Portugal, Madrid, Luiz Sánchez, 1611.

Jouvency, J. (1900) *De la manière d'apprendre et d'enseigner* (*De ratione discendi et docendi*). Paris: Hachette.

Leitão, Henrique (2008) *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Leite, Serafim. (1993) *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil*. *1549-1760*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa.

Leite, Serafim. (1949) *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. VI e VII. Lisboa, Rio de Janeiro, São Paulo: Edições Loyola.

Loyola, Inácio de. (1997) *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*. Parte IV. São Paulo: Edições Loyola.

Ó, Jorge Ramos do. (2003) *O Governo de Si Mesmo*: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX). Lisboa: EDUCA.

Petitat, André. (1994) *Produção da escola. Produção da sociedade*: análise socio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas.

Rodrigues, Francisco, S.J. (1931) *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*. Porto: Apostolado da Imprensa.

2. ARTIGOS EM REVISTAS

Chervel, André, Compère, Marie-Madeleine. (1999) «As Humanidades no Ensino. In: *Educação e Pesquisa*. vol. 25, n.º 2. São Paulo: Universidade de São Paulo, pp. 149-170.

Julia, Dominique. (2001) A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.º 1, pp. 9-43.

Manso, Maria de Deus. (2009) A Missão dos Jesuítas Eborenses no Ultramar. In: *Revue* – Revista da Universidade de Évora, Ano VI, n.º 10-11, pp. 92-100.

3. ARTIGO/CAPÍTULO DE LIVRO:

Julia, Dominique. (2002) Disciplinas Escolares: Objetivos, Ensino e Apropriação, in: Alice Casimiro Lopes, Elizabeth Macedo (Orgs.). *Disciplinas e Integração curricular*: *História e Políticas*. Rio de Janeiro: DP&A editora.

Nóvoa, António. (1995) Uma educação que se diz 'nova', in: António Candeias, António Nóvoa, Manuel Henrique Figueira. *Sobre a educação nova*: *Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos*. Lisboa: Educa.

Urbano, Carlota. (2009) O Padre António Vieira e a Companhia de Jesus, in: José Eduardo Franco (coord.). *Entre a Selva e a Corte: Novos Olhares sobre Vieira*. Lisboa, Florianópolis: Esfera do Caos, pp. 27-41.

Varela, Julia; Alvarez-Uría, Fernando. (1991) La maquinaria escolar, in: Julia Varela e Fernando Alvarez-Uría, Arqueologia de la Escuela, Madrid: Ediciones Endymion, pp. 13-55.

50. FRANCISCO MADRUGA, EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS

HTTP://WWW.CALENDARIO.PT

FRANCISCO FERNANDES MADRUGA

TEMA: 3.1. PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA AICL

É sempre ingrato o papel de quem participa nos Colóquios da Lusofonia não na condição de Investigador, mas mais na de observador, interessado na temática, porque não reconhecer que esta participação enriquece igualmente os contatos, as parcerias e as sinergias próprias de um setor que vive desta estreita teia de interesses de quem investiga e de quem edita para dar a conhecer ao público os trabalhos científicos ou de outros géneros. Do romance, á poesia, ao ensaio e outras temáticas.

Desde que iniciamos a nossa participação nos Colóquios aquando da apresentação de "Cães Letrados" de Cristóvão de Aguiar na CM Lagoa temos acompanhado os diversos Colóquios na qualidade de convidados. Foi assim em Santa Catarina, em Bragança, Macau e agora em Santa Maria. Desta colaboração resultaram algumas edições que

de outra forma eventualmente não caberiam no catálogo da Calendário de Letras.

Aqui editamos sucessivamente os "Contos Tradicionais do Teófilo Braga", "Aquela Palavra Mar" e "Búzios" de Anabela Mimoso, "O Fogo Oculto" de Vasco Pereira da Costa e "ChrónicAçores" de Chrys Chrystello. Não pretendemos nem queremos ser a editora oficial da AICL. Estaremos sempre disponíveis para analisar projetos que contribuam para o enriquecimento do nosso catálogo sem compromissos e sem obrigações de parte a parte.

Nos tempos difíceis que vamos atravessando tudo tem que ser devidamente ponderado. A concentração do mercado editorial e de distribuição coloca novos desafios às pequenas editoras. Os compromissos com os nossos parceiros (colaboradores, fornecedores e autores) têm que ser uma constante. Pagar direitos e serviços é o mínimo que se pode exigir. Quando se ultrapassa esta barreira a credibilidade do projeto estará em causa. Não vamos por aí!

Menos disponibilidade orçamental por parte de entidades públicas e privadas vão condicionar a edição de projetos cuja venda comercial se afigure mais difícil. Neste contexto temos que realçar e agradecer o apoio que o Governo Regional dos Açores tem dado a projetos da Calendário de Letras tais como a edição de "O Fogo Oculto" de Vasco Pereira da Costa e a edição que nestes Colóquios em Santa Maria damos à estampa a "Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos" com organização de Helena Chrystello e Rosário Girão.

De referir igualmente a continuação da parceria para a organização da Festa do Livro do Faial que anualmente decorre na cidade da Horta durante as Festas do Mar.

Tem este preâmbulo o intuito de enquadrar a nossa participação nestes Colóquios de modo a conseguir uma maior clareza de ideias e propósitos. No plano pessoal e no âmbito da legalização da AICL entendeu o presidente dos Colóquios convidar-me para sócio fundador e para fazer parte dos órgãos sociais. Neste contexto gostaria de colocar algumas questões que tenho vindo a equacionar e que quero partilhar com todos os presentes.

PASSADO – Viveram estes Colóquios do trabalho, empenho e dedicação do Chrys Chrystello e dos apoios que foi conseguindo angariar.

PRESENTE – A legalização da AICL não veio no fundamental alterar as caraterísticas do PASSADO. Apenas, o que não é menos importante, veio legalizar os apoios recebidos e tornar a vida da Associação mais clara.

FUTURO – Diz-me a experiência pessoal da participação em diversos projetos que este tipo de Associações tem que ter obrigatoriamente uma grande dose de militância, mas que tem que tender para uma organização mínima e para gerar receitas próprias que consolidem e desenvolvam o projeto. Chrys Chrystello não é eterno, mas se ele não existisse nas condições que conhecemos, não haveria Colóquios.

É fundamental repensar os Colóquios numa perspetiva da sua sustentabilidade. Angariar novos sócios individuais e coletivos.

Ancorar a AICL a alguma entidade que esteja disponível para anualmente receber a Organização dos Colóquios. Garantir a realização nos Institutos Politécnicos ou Universidades aderentes de encontros temáticos descentralizados, que permitam a divulgação dos Colóquios anuais.

Tentar junto do setor privado apoios em troca de divulgação das respetivas marcas.

Que me desculpem o nosso Presidente, os Patronos e os Participantes, mas a manterem-se as atuais circunstâncias a participação vai diminuir, não pela falta de interesse, mas pelos custos da mesma.

Passaremos inevitavelmente para um Grupo de discussão na internet que não sendo mau é pouco significativo. Acho que deveríamos perder algum tempo a discutir estas questões para ganharmos aquilo que é mais importante "a continuação com visibilidade da AICL e dos Colóquios da Lusofonia".

51. ILIYANA CHALAKOVA, UNIVERSIDADE DE SÓFIA ST. KLIMENT OHRIDSKI, BULGÁRIA

TEMA: 1.1. /4.1 TRADUPOÉTICAS: POESIA AÇORIANA PELAS TERRAS DE VASCO PEREIRA DA COSTA, ILIYANA CHALAKOVA, UNIVERSIDADE DE SÓFIA ST. KLIMENT OHRIDSKI

A comunicação tem por objetivo apresentar um projeto de tradução literária, especificamente debruçado sobre a expressão poética açoriana de Vasco Pereira da Costa. O projeto ideado e elaborado para o **Jornal Literário** de Sófia selecionou nove poesias da coletânea "Terras" do autor, dentre elas **Prima Terra**, **Ofélia** e **O Sétimo Dia**. As nove poesias, tal qual as nove ilhas açorianas, se transpuseram para a língua búlgara pela mão da tradutora que tal qual verdadeiro viajante transpôs e se transpôs pelo imaginário mais próximo e mais distante. O espírito fervente não se contentou com a simples criação da versão e foi além: pensou e repensou as transferências culturais, juntou ingredientes comuns, trocou impressões numa tensão de tocar o universal, errou pela terra-mãe e disseminou-se em vivências, até resultar numa introdução para-tradutória que não pôde faltar à *suprema empresa*. O texto que se lança aqui representa o fruto de uma breve reflexão sobre um processo tradupoético que não se separa da inspiração pessoal e da dádiva humana.

1. DA GÉNESE DUMA TERRA DO IMAGINÁRIO. INTRODUÇÃO

A maneira como surgiu este projeto pode ser definida como uma terra do encontro e caraterizada de instantânea. O primeiro foi um encontro real no espaço físico e a segunda – uma caraterística do que se dissolveu como café instantâneo pelo corpo em absorção rápida – combateu o sono da espera e estimulou a imaginação recetiva. O encontro macaense abraçou-se à impaciência moscovita da passagem, intermediado pelo objeto da oferta que neste caso usou o método do refrescamento para se entranhar. O pensamento de quem leu, sendo desprovido da habitual resistência da rapidez e totalmente entregue à mais subtil influência da lentidão, não se recusou e rendeu-se às grandezas de fantasiar o que poderia resultar daquela leitura. À medida que ia lendo, sorria, comprazia-se, escolhia, sublinhava, metia entre as linhas letras estranhas às feições românicas do texto. Até que cedeu ao cansaço. O despertar moveu as intenções para a elaboração frenética do plano de tradução poética.

A escolha subjetiva da tradutora impacientou-se a contornar uma terra própria dentro das "Terras" que percorreu anteriormente. Os contornos deixaram no meio do novo campo nove poesias – **Ofélia**, **Ios**, **Paros**, **Thera**, **O Sétimo Dia**, **Uma Escultura Innuit**, **Cosmogonia Cogui I**, com o abrir da **Prima Terra** e o fechar da **Terra Derradeira** a repetir a original conceção da coletânea. Como tanto o fluir da reflexão como o trabalho da tradução precisavam de se movimentar entre os pedaços que constituíam o novo terreno acrescentou-se o aparelho em voo – **Em Louvor do Boeing 737**. Após o processo de delineamento do novo espaço, constituído pelos textos, passou-se à transposição dos mesmos para o búlgaro que, além da transição de costume, implicou também uma construção poética adicional. A combinação dos dois afinal levou ao desdobrar de uma elaboração poética de segundo grau: o grau da partida, impressionador, constante influenciador, sólido; o grau da ordem adicional – dado, jubiloso, principiante na grande tarefa que fantasiou e cujo terreno tão poucas vezes frequentou; neste decorrer dos acontecimentos não se tratou porém de um grau de partida e outro de chegada, formando os dois um eixo de entrelaçamento entre o texto de partida e o de chegada, tratou-se antes da criação de um círculo mais complexo entre uma expressão poética original e uma re-expressão poética imaginada, envoltos no pano de fundo de uma suposição de arquétipo poético correspondente à expressão de origem e capaz ser funcional em mais re-expressões imaginadas do que a presente: perceba-se aqui a introdução que acima chamámos de para-tradutória.

Tais planos de *delimitar, recriar e preparar o terreno* imaginado conheceram a presença material numa das edições setembristas do **Jornal Literário** de Sófia. Os confins orientais a que se estenderam estes versos açorianos abrigaram-nos numa página-postal que levou o devido selo e carimbo. Se chegou a tempo, de quem foram as mãos

pelas quais passou, qual foi a receção que lhe foi dada, o futuro saberá responder. O que é certo por agora é que se falou na *terra* mas

2. QUAL TERRA?

Os artigos sobre o vocábulo "terra" nos dicionários da língua portuguesa são razoavelmente compridos e perpassam sentidos a começar com "planeta", passar por "solo" e chegar a "localidade" e "pátria"; o problema da definição sobrecarrega-se ainda mais se formos juntar "o continente" da "terra firme" ou "a vida eterna" da "terra da verdade". O que sem dúvida envolve numa relação estreita os mais variados nuances dos sentidos é a presença da noção da fronteira: existe uma linha a delimitar o planeta do resto do Sistema Solar, o solo das outras camadas, a localidade da vastidão erma a rodeá-la, o continente dos oceanos, a infinidade da eternidade da vida finita. A fronteira põe uma linha divisória entre contextos de traços semelhantes mas possuidores de pormenores cuja importância estabelece a impossibilidade do relacionamento baseado no princípio da igualdade. O ímpeto pela diferenciação revela ter valor divisório e opera a segmentação da terra universal em terras segregadas.

No caso concreto das leituras búlgaras e da versão nesta língua eslava das **Terras** de Vasco Pereira da Costa apresentava-se uma complexidade extrema de perceção da noção da terra e da sua segmentação: haveria uma terra de origem e se sim, possível ou não a sua nomeação? onde é que cabia o conjunto das terras lançadas na coletânea – abrigava-se no seio duma mãe superior ou insistia na sua maioridade de idade, demonstrando existência autónoma, apesar de gravitar à volta das feições do parentesco? de que maneira se operava a viagem de uma terra para outra, ou seja como se passavam as fronteiras entre as terras – encadeavam-se viagens uma após outra sempre a sair do mesmo ponto de partida ou seguia-se um caminho progressivo? tinha a viagem um fim ou representava um girar vertiginoso por uma circunferência que tendia sempre a relembrar a sua relação com o centro por meio do raio? como é que se reduplicava a viagem na tradução, qual a imagem que o segundo grau da *terra poética* demonstrava e atingia a versão a mesma recetividade por parte de quem não tinha a *relação do raio* com o centro?

2.1. DE ONDE VEM? COMO É A SUA TERRA?

São duas perguntas que qualquer aluno num curso inicial de língua estrangeira é instigado a exercitar ou duas curiosidades que qualquer viajante a uma terra estrangeira é quase obrigado a satisfazer em relação à que pertence de origem. A questão da pertença quanto à pergunta donde vinha[340] a produção literária de Vasco Pereira da Costa e como era esse terreno de criatividade constituía a principal dificuldade logo no princípio da tal introdução para-tradutória de que se falou um bocado acima.

O nome das Ilhas dos Açores, só por si, apresentava a mais exótica sonoridade para o ouvido búlgaro – a noção que fazia surgir na mente falava de alguma terra fragmentada no meio dum oceano, mais próximo do Continente Europeu: tudo isto se a ignorância, ou melhor, o distanciamento (em todos os sentidos: físico, político e cultural) não confundisse aquela "beleza inquestionável" (apesar de ignorada!) com outros *bocados* visíveis acima de outras superfície de outros mares; e na melhor das hipóteses a imagem açoriana coincidia com uma noção de pertença ao complexo conjunto da instituição política, social e cultural portuguesa. Neste sentido vinha a primeira dúvida: qual era a terra de que vinha o presente projeto de tradução poética? – tratava-se de uma originalidade açoriana ou portuguesa? em que se iria falar: em literatura açoriana ou em literatura portuguesa, ou em literatura açoriana no seio da literatura portuguesa? No fundo da hesitação que se avolumava a única certeza de que se dispunha era a convicção de que o simples conceito da nacionalidade e ainda menos o da regionalidade não resolvia de maneira alguma o problema.

Passou-se à reflexão sobre o que foi feito até à data presente: a verdade é que nunca se falou nas páginas do **Jornal Literário** de Sófia em literatura portuguesa, dentre os artigos de interpretação literária,

[340] Preferiu-se aqui o verbo simples em vez dos derivados "provir" ou "advir" pela hesitação entre o significado do influenciado do passado ou influenciador do futuro!

as traduções de autores e respetivas introduções de obras e vidas deles; falou-se em nomes, não simplesmente portugueses mas lusófonos [341] – apresentaram-se vozes lusófonas, entre as quais poderíamos enumerar aqui Herberto Hélder, Lídia Jorge, José Eduardo Agualusa, Luísa Costa Gomes, Inês Pedrosa, Paulina Chiziane, Jacinto Lucas Pires, Paula Tavares, José Luís Peixoto, Rui Zink; quase nunca se identificaram nacionalidades, pelo contrário, criaram-se expetativas de texturas literárias que simplesmente partilhavam o arquétipo da terra-língua – usavam o mesmo fio de tecer mas teciam de forma diferente, nisso contava-se com a sensibilidade de quem lia distinguir, estabelecer dentro de si mesmo, as diferenças.

Nunca se pensou que mais cedo ou mais tarde viria o momento em que tinham de se dar os primeiros toques no quadro que seria a imagem, incerta claro, mas identificável na hora de rebuscar as leituras antigas, abstrair-se do texto concreto e edificar um comentário geral. Melhor, nunca se pensou que o princípio nacional ou regional na literatura fizesse sentido numa iniciativa de promoção de tão modesto tamanho e caráter voluntário. A iniciativa sempre partiu do princípio que Julia Kristeva (2004) defendeu em relação à suposta coletividade feminina, ou seja, o génio não tem sexo nem género e assim sendo, não teria também nacionalidade. O próprio percurso franco-búlgaro dela confirmava a existência de um génio extranacional que não se deixava prender pelas origens nem pelos novos destinos e se desdobrava para um influenciar global.

Semelhantes pensamentos porém, apesar de serem enraizados na profundidade de quem mais abertamente os partilhava, distanciavam ainda mais a mente da tarefa do enquadramento do projeto: tinha de se falar em literatura, tinha de se falar em literatura portuguesa e tinha de se falar em literatura açoriana. A decisão tinha sido tomada: desta vez aflorar-se-ia o nacional e o regional, e esboçar-se-ia um quadro geral. Na balança tinha pesado a força do exótico que a simples palavra "açorianidade" exerceria na imaginação do leitor búlgaro por causa da mais completa convicção na "força sedutora" dos processos de titularização, assim como a define nas suas conceções Kleo Protohristova (2003).

No seu prefácio à **Nove Rumores do Mar, Antologia de poesia açoriana contemporânea** Vamberto Freitas escreve:

> "*Se a literatura é também o reflexo principal da territorialidade e história de um povo, a literatura açoriana, como componente integrante da literatura portuguesa, é indiscutivelmente marcada por coordenadas temáticas muito próprias, a sua estética, do mesmo modo, tem sido moldada por essa peculiar geografia de fronteira marítima entre a Europa e as Américas, por uma condição simultaneamente desse isolamento e do sentimento de pertença ao restante país e aos mundos de miragens no outro lado do mar*." (Freitas 2000: 15)

Nas imaginações do leitor por fora da área da pertença a perspetiva da geografia linguística realmente dispõe a literatura açoriana no campo da literatura portuguesa mas não se poderia negar que a geografia da mais simples localização física isola e limita (felizmente não em termos criativos) a produção literária das noves ilhas atlânticas. O isolamento, que nutre a diferenciação criativa, nunca perde a oportunidade de lançar à mesa a questão sobre a literatura açoriana e o seu lugar extracanônico dentro da literatura portuguesa.

As forças centrífugas e centrípetas da criatividade açoriana em relação ao Portugal continental são admiráveis e encontram-se em perfeita sintonia com as novas caraterísticas de um "país cada vez menos (e ainda bem) homogéneo" (Freitas 2000: 13). A força centrípeta tem na mira o último, isto é, a polifonia das comunidades de criadores que culturalmente têm posturas anti-essencialistas. A força centrífuga, por sua vez, esforça-se por perder o laço com a complexa imagem, ainda em vigor, da produção literária nacional,

[341] A própria explicação do conceito da lusofonia, para o público geral na Bulgária e claro está, para aquele não especialista em ciências humanas, representava outro desafio – tinha de se recorrer, quase sempre, ao paralelismo com a francofonia, introduzindo a especificidade, no primeiro caso, da língua portuguesa e a sua expansão geográfica.

muitas vezes carregada de subtis conceções colonialistas no seio da cultura que compreende, mas teima em continuar a negar a textura polivocal do seu volume.

Por isto tudo, percebe-se o porquê da definição de "epopeia" que Freitas dá a todas as iniciativas quanto à literatura açoriana. Certa epopeia foi também a publicação das poesias de Vasco Pereira da Costa na Bulgária.

A "terra", fragmentada e fluida pelo meio do Atlântico, desta vez tinha escolhido o sentido oposto às tradicionalmente esperadas Américas e vinha ao canto mais oriental do continente europeu apresentar uma das suas vozes. E essa sim, precisava de introdução perante as expetativas do leitor distante.

2.2. ILHÉU

Além da relatividade do tempo e das fronteiras geográficas a oscilar, a temática açoriana é dita existencialista e centrada sobre a vida na ilha. De acordo com Eduardo Bettencourt Pinto, organizador da antologia acima referida, na ilha pode-se nascer de duas maneiras: "do corpo duma mulher ou pelo fulgor da sensibilidade" (Pinto 2000: 159). Para Vasco Pereira da Costa são válidas as duas: a primeira um pouco antes da metade do século passado e a segunda – desde sempre. A sua formação filológica como se o instigasse pelo caminho da criação literária. A este ponto no jornal vinha uma breve referência às conquistas, mais próximas e mais distantes, da sua expressividade, tanto criativa como pedagógica e afinal iluminadora. O presente texto prescinde de tal informação visto que os seus leitores saberão tudo e mais relativamente à questão.

Mesmo assim, mereceu ter sido feita esta menção da origem de ilhéu que deixou a marca dos fenómenos naturais a amontoar-se em paisagens cuja força metafórica recriava o universo interior do poeta; os lugares das imagens naturais a transformar-se em personagens verdadeiras. Mas quais lugares e cujas personagens? O que se confirma é a ideia da ilha na imaginação açoriana como invariável ponto de partida e de chegada. Freitas faz a recensão da última coletânea, **Fogo Oculto**, de Pereira da Costa do passado junho com a única palavra "regresso" – o mover-se de fora para (dentro?) a ilha (Freitas 2011: 15). O "regresso", porém, advém da viagem na busca de outros mundos (sem fundos) e pessoas, errância por entre as "miragens no outro lado do mar". Foi precisamente uma viagem à qual se convidou o leitor búlgaro.

3. PERCORRER E IMAGINAR

Chegar e partir – a falta de fixação na vivência da emoção em Pereira da Costa serve-se das alas do ímpeto *mecânico* da "aeronave" que se encontra em perfeita harmonia com a natureza da liberdade do voar por e do voar para. Em **Terra de Lídia**, como nos relembra Bettencourt Pinto, Maria Orrico *percebe* que "ninguém chega aos Açores mais do que uma vez. O primeiro passo nas ilhas é definitivo e irrevogável, marca-nos para o resto da vida o corpo em viagem." (Pinto 2000: 9)

A terra, mãe verdadeira ou madrasta cuidadosa para os autores *do* arquipélago, é a sensação primária de perpétuo influir e diluir, falta de estática, personalidade multifacetada, presença que engana ter limites enquanto disfarça a real extensão infinita. A marca da extensão, nomeada viagem, é a fibra na qual se enfiam as trinta e quatro poesias da coletânea **Terras** – expressão da pluricontinentalidade, mas com mundividência e simbolismo assinalavelmente atlânticos. O existencialismo açoriano, em que se falou antes, apoia-se nas sete terras e duas terras-mães escolhidas para a tradução, nas palavras "ilha", "mar", "terra". A lição a tirar do destino e das andanças do ilhéu esconder-se-á na tentativa de passar a compreender a limitação quantitativa do "menos" como vontade qualitativa de se avolumar e desdobrar em "mais".

A extensão que se opera durante o dito desdobramento invariavelmente toca o Outro. A vontade de se captar a presença do Outro que povoa *as terras no outro lado* em Vasco Pereira da Costa apoia-se em profundas referências culturais que facilitam a passagem

pelos lados búlgaros, que fazem possível o encontro do leitor forasteiro com a sensibilidade açoriana. O interiormente vivido pelo ilhéu ao enfrentar o Outro é servido com sabor a peregrinação a um Outro de segunda ordem.

A este paladar não lhe falta o comum do repensar a Criação – uma reflexão pacata, compreensiva da imperfeição e sabedora das múltiplas combinações que derivam do ato criativo e que fazem a vivência quotidiana multifacetada e *grande*. Semelhantes pontos comuns aliciam o leitor de fora a percorrer mundividências alheias, sentir por meio da palavra emoções distantes, refletir o global e esquecer pelo menos por instantes as inclinações para o heterogéneo.

O ato a percorrer a que se vê convidado o leitor búlgaro implicará sem falta o instrumento da imaginação e a este ponto o que fará sentido nos tempos a seguir da publicação será a análise da receção literária em vez da tradicional análise da produção literária. Por agora, porém, nos dias que precedem a saída do número cujas páginas acariciarão o cheiro açoriano duma Terra já arquetípica, ficará a dúvida perante a impossível distinção de mar e terra, perante a sua união num só, numa mãe no horizonte que antes de tudo se sente, inclusive por quem a imagina a um segundo grau – o da receção búlgara.

Agitação perante a iminência da viagem veemente.
Num Boeing por nove terras.
Leitura dócil…
Imaginação em alerta emotiva
Sobre a Terra.

Nota final:

Lamenta-se aqui a impossibilidade de apresentar a cópia digital da edição do **Jornal Literário** a incluir a tradução da seleção das **Terras** de Vasco Pereira da Costa, que foi a intenção inicial desta publicação. Pede-se desculpa pela (se calhar exagerada) carga emotiva das modestas linhas acima que saíram pelos dedos de quem no e em princípio intentou somente traduzir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Bettencourt Pinto, Eduardo (org.) (2000) *Nove Rumores do Mar. Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea*, Lisboa: Instituto Camões.
2. Freitas, Vamberto (2000), "Prefácio" a Bettencourt Pinto, Eduardo (org.), *Nove Rumores do Mar. Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea*, Lisboa: Instituto Camões.
3. --- (2011), "Num Outro 'Regresso' a Casa" in *Açoriano Oriental*, 20 de maio de 2011, 15.
4. Kristeva, Julia (2004) "Is There a Feminine Genius?" in *Critical Inquiry* 30 (Spring).
5. Протохристова, Клео (2003) *Западно-европейска литература. Съпоставителни наблюдения, тезиси, идеи*, Пловдив: Летера.

52. JOANA POMBO SOUSA TAVARES NETA DE DALBERTO POMBO, TRABALHA NO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DALBERTO POMBO

,

TEMA 2.1 - DALBERTO POMBOI, JOANA POMBO. NETA DE DALBERTO POMBO, TRABALHA NO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DALBERTO POMBO

Dalberto Teixeira Pombo, natural de Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo, nasceu a 9 de novembro de 1928.

Foi viver para a ilha de Santa Maria no ano de 1952 por razões profissionais, onde permaneceu o resto da sua vida. Açoriano de coração, desde cedo se interessou pela geobiodiversidade local, pouco conhecida na época, investigando-a *in loco*, nos diversos passeios e recolhas entomológicas direcionadas sempre para temática da Educação Ambiental - S*em qualquer esforço eles compreendem porquê e como devemos proteger o meio que nos rodeia, pois andam DENTRO dela, verificando pessoalmente os inconvenientes que pretendemos hoje combater.* (Dalberto Pombo, 1985).

Desde pequenas colheitas de insetos a etiquetagem internacional de Tartarugas Boba, Dalberto Pombo contribuiu para o enriquecimento do Biologia e Ecologia Local e Internacional, que lhe conferiram a designação do restritivo específico *pomboi* em cinco espécies - uma pulga-do-mar, dois escaravelhos e dois ácaros - que, através das suas colheitas foram dadas a conhecer à Ciência Internacional. Dalberto Pombo, Naturalista Mariense através da sua paixão pela natureza, paixão que rapidamente se contagiava, contribui

a longo prazo para o conhecimento que possuímos atualmente da Biogeodiversidade da ilha, porque *trabalho de menino é pouco mas quem o perde é louco (Dalberto Pombo, 1985)*.

Figura 1: Fotografia de Dalberto Pombo.

Figura 2: Dalberto Pombo, em 1964 na Aeronáutica Civil.

1. VIDA E OBRA

Dalberto Teixeira Pombo nasceu a 9 de novembro de 1928 em Almofala, Figueira de Castelo (Guarda). Filho de António Maria Nascimento Pombo e Dulce Costa Teixeira, estudou no Liceu Nacional de Portalegre, no qual terminou o Curso Geral dos Liceus, em 1945, com sonho de seguir Medicina. Sonho este que abdicou, de forma a acompanhar sua mãe, por questões de saúde durante o destacamento militar em Macau do seu pai, Tenente Militar de profissão.

Em Santa Maria casou com Noémia Pombo com quem partilhou 52 anos da sua vida, teve três filhos, sete netos e um bisneto. A sua vida profissional inicia-se assim em 1950, na Repartição de Finanças de São João da Madeira, até ingressar na Direção Geral da Aeronáutica Civil, em 1952 como escriturário de tráfego, com colocação na ilha de Santa Maria, sendo posteriormente Despachante de Mensagens (Figura 2) e, já na ANA-EP Aeroportos de Portugal, foi Tesoureiro, onde se reformou em 1988.

Dalberto Pombo desde cedo se apercebeu que Santa Maria era um mundo por descobrir! Autodidata nas Ciências Biológicas, tornou-se um Naturalista com conhecimentos aprofundados na área da Entomologia, Paleontologia e Botânica, sendo a sua maior dedicação, o ensino dos mais jovens no âmbito da Biologia e Educação Ambiental. Neste âmbito criou, no final da década de sessenta, o Centro de Jovens Naturalistas (CJN), através do qual Dalberto Pombo incumbia nos jovens locais o gosto pela natureza, através de passeios pedestres, observação de aves e recolha/preparação de insetos para futuras coleções (Figura 3).

Figura 3: Preparação de coleções entomológicas e observação de aves migratórias.

Figura 4: Cartazes de divulgação do Centro de Jovens Naturalistas, elaborados por Dalberto Pombo.

De forma a explorarem novas biodiversidades, o CJN realizou viagens à Serra do Gerês e às Dunas de São Jacinto, assim como ao Grupo Central do Arquipélago dos Açores (figura 4) de forma a colaborar com um investigador alemão na determinação de uma nova subespécie da espécie da Borboleta endémica *Hipparchia azorina* no referido grupo. As atividades realizadas pelo CJN, assim como os dias comemorativos ambientais eram acompanhados por folhetos,

cartazes desenhados pelo próprio Dalberto Pombo de forma a cativar os jovens a participar (Figura 5).

Figura 5: Postal do Dia Mundial da Árvore, elaborado por Dalberto Pombo e divulgação de lições de Xadrez.

Como resultado de alguns destes trabalhos, em outubro de 1970 o Centro de Jovens Naturalistas edita o volume nº 1, de quatros "*Boletins dos Jovens Naturalistas*". Os boletins ilustravam atividades realizadas pelo CJN, ensinamentos na temática da biologia (e.g. preparação de Lepidópteros e Coleópteros e como organizar uma coleção de geologia), assim como algumas curiosidades de ciências biológicas (Figura 6).

Figura 6: Capa do 1º Boletim dos Jovens Naturalistas e esquema do processo de preparação de Lepidópteros.

Paralelamente, fundou o Agrupamento 294 do Aeroporto, do Corpo Nacional de Escutas do qual foi posteriormente Chefe de Agrupamento durante cerca de 20 ano, acompanhando-o em todas as suas atividades, e *sempre à escuta* para as suas curiosidades, encontrava-se sempre disponível para os esclarecer e ensinar, recorrendo sempre à brincadeira. A curiosidade sempre constante de Dalberto Pombo tornou-se um estilo de vida. A vontade de aprender e de descobrir o mundo que o rodeava, levava-o a estar sempre preparado para as ocasiões, fazendo-se sempre acompanhar de caixas de fósforos e pequenos tubos para recolha, caso encontrasse algo "Magnífico".

Após alguns anos a residir em Santa Maria, Dalberto Pombo questionou-se sobre a presença de Tartarugas Marinhas, nomeadamente da espécie *Caretta caretta*, uma vez que estas não nidificavam na ilha, e apresentavam um padrão constante na sua ocorrência (tamanho e época). De forma a satisfazer a sua curiosidade, Dalberto Pombo elaborou placas de metal numeradas com a seguinte inscrição "*Please send to Dalberto Pombo …*". Com colaboração dos pescadores locais, iniciou-se a etiquetagem das Tartarugas Marinhas, com alguma recompensa monetária de forma a garantir o sucesso do retorno das tartarugas ao mar. Mais tarde (durante a década de 70), e contactado pelo Dr. Archie Carr, investigador do Departamento de Biologia da Universidade da Florida, Dalberto Pombo colabora no estudo da referida Universidade que tinha como principal objetivo determinar a localização das Tartarugas Marinhas durante o "Ano Perdido" (Gráfico 1).

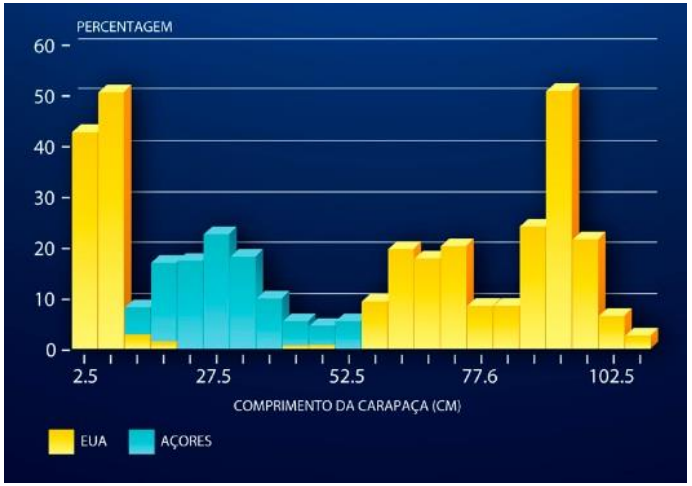


Gráfico 1: Gráfico dos registos da Universidade da Flórida e dos Açores, as ocorrências de *Caretta caretta* do estudo "Ano Perdido".

Eram já conhecidos os primeiros dias de vida do ciclo de vida, após saída do ninho em praias das costas americanas, e o seu retorno após cerca de dez anos, com meio metro de medição de carapaça. Com os primeiros conceitos de Corrente do Golfo, os Açores eram um provável local para localizar a presença das tartarugas seguidas por Dr. Archie Carr. Após alguns anos de etiquetagem (figura 7) por parte de Dalberto Pombo e do CJN, e seguidamente pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, as primeiras tartarugas foram detetadas ao longo das costas americanas, atestando assim a teoria e curiosidade de ambos. A constatação de que, em Santa Maria verificavam-se lacunas em diversas áreas de estudo, permitiu colaborar com diversos investigadores internacionais, nacionais e regionais que detinham o "Mr. Pombo" como referência na ilha.

Figura 7: Etiquetagem por parte do Jovens do Centro de Jovens Naturalistas

Estas contribuições resultaram em diversas atualizações da fauna dos Açores, nomeadamente de artrópodes, como é o caso do artigo de Ed. Luna de Carvalho, (1984) *Coleópteros colhidos nos Açores pelo Major Bivar de Sousa, entre julho de 1978 e agosto de 1979 (incluindo alguns apanhados por Dalberto Teixeira Pombo na ilha de Santa Maria) * (Insecta, Coleoptera)*, que determina novas espécies para a ilha de Santa Maria, nunca dantes registadas.

Mais tarde, Pérez-Iñigo (1992), Investigador do Museu Nacional de Ciências Naturais de Madrid, publica um artigo que se baseia exclusivamente em estudo efetuados a partir de colheitas enviadas por Dalberto Pombo. Como resultado são determinados 716 exemplares, sendo sete espécies e 3 subespécies novas para a Ciência, incluindo a espécie *Humerobates pomboi (Figura* 8 c) denominado em homenagem ao seu coletor.

São cinco as espécies com terminologia *pomboi* - uma pulga-do-mar (*Ampithoe pomboi* Matheus & Afonso, 1974), dois ácaros (*Humerobates pomboi* Pérez-Iñigo 1987; *Damaeus pomboi* Pérez-Iñigo, 1992) e dois escaravelhos (*Tarphius pomboi* Borges, 1991; *Athous pomboi* Platia & Borges 2002), resultado de agradecimentos e homenagens a Dalberto Pombo pela sua paixão e curiosidade da biodiversidade de Santa Maria.

b)

a)

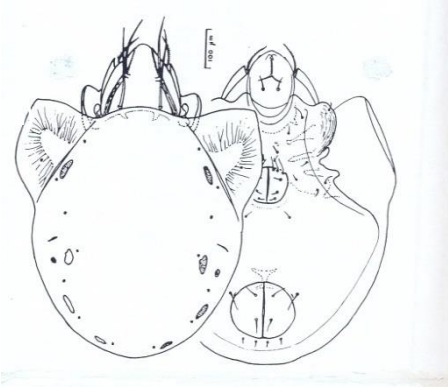
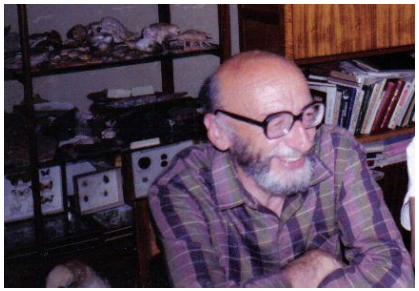


Figura 8: Espécies pomboi a) Athous pomboi, b) Tarphius pomboi, c) ilustração do Humerobates pomboi



c)

Na sua constante procura do conhecimento Dalberto Pombo identificou-se com a filosofia da Ordem da Rosa Cruz, da qual foi

membro, tendo esta influenciado o seu modo de vida. Segundo esta teoria os homens podem desenvolver as suas potencialidades para se tornarem melhores, mais sadios e felizes. O rosacrucianismo tem por objetivo levar o Homem ao autoconhecimento e à manifestação da sua real natureza espiritual a fim de contribuir para a evolução de toda a Humanidade. A crença nesta filosofia levou-o à realização de dois programas de rádio na Estação Emissora do Clube asas do Atlântico: *O Oculto*, sobre fenómenos paranormais e *Pirâmide* sobre questões religiosas, nomeadamente na Crença de Deus. O conhecimento que possuía da geobiodiversidade de Santa Maria era revelado com a paixão com que transmitia aos mais novos e graúdos, realçando o seu lema que "*trabalho de menino é pouco, mas quem o perde é louco!*", enfatizando assim a ideia que o mínimo *bichinho* coletado pode revelar grandes descobertas.

Em agosto de 2007 o seu espólio foi cedido à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar com intuitivo de fazer parte da exposição do Centro de Interpretação local, que seria denominado mais tarde por *Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo*. Em maio de 2008, pela dedicação à defesa do Património Natural, contributo para a sensibilização, conservação da Natureza e o seu trabalho voluntário em prol da formação dos jovens, Dalberto Pombo foi distinguido, em título póstumo, pela Assembleia Regional Legislativa Regional dos Açores com a Insígnia Autonómica de Mérito, na Categoria de Mérito Cívico. Dalberto Pombo faleceu a 11 de dezembro de 2007, deixando um legado de influências, de inspiração, de transmissão de conhecimentos que serão sempre reconhecidos. E como dizia Dalberto Pombo "*e terminamos satisfeitos pelo facto de estas nossas "PEGADAS" não se verem…*"

BIBLIOGRAFIA

- Pérez-Iñigo, Carlos (1992), "*Oribatid mites (Acari, Oribatei) from the Azores Island II*"in *Açoreana* 7 (3): 345-370.
- Luna de Carvalho, Ed. (1984) "*Coleópteros colhidos nos Açores pelo Major Bivar de Sousa, entre julho de 1978 e agosto de 1979 (Incluindo alguns apanhados por Dalberto Teixeira Pombo na ilha de Santa Maria) * (Insecta, Coleoptera)* " in *Boletim da Sociedade Portuguesa de Entomologia* nº 49 vol. II.

53. LUCIANO *JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA* PEREIRA, DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, SETÚBAL, PORTUGAL, LUCIANO.PEREIRA@ESE.IPS.PT,

TEMA: 3.1. A LAGOA DAS SETE CIDADES – CRISTALIZAÇÕES DE MEMÓRIAS, MITOS E LENDAS. LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E DA LINGUAGEM

A Lagoa das Sete Cidades situa-se no interior de um cone de estrato vulcânico. Formada, segundo alguns, por dois lagos contíguos, a verdade é que o contraste entre a cor azul e a cor verde das águas de cada um deles oferece um dos mais esplendorosos espetáculos naturais. Tamanha beleza tem, ao longo dos séculos, incendiado a imaginação dos homens que foram projetando, nas suas águas, velhos mitos diluvianos de continentes e cidades perdidas; velhas profecias apocalíticas e algumas memórias mais ou menos traumáticas. Nas suas margens aprenderam a sublimar os medos e a curar a dor, deram-lhes formas literárias e criaram lendas de encantar.

Alguns viram nela vestígios do grande continente que teria constituído a Atlântida descrita por Platão; outros confundiram-na com a Ilha dos Bem-Aventurados ou com a ilha de São Brandão; outros, ainda, lembraram-se dos castigos divinos, do dilúvio, das cidades pecaminosas, de Sodoma e Gomorra e das catástrofes que engoliram cidades ricas e opulentas como forma de castigo divino pela luxúria, pela injustiça e pela falta de compaixão, como se julgava ter acontecido com várias cidades e aldeias dos países baixos, onde se desenvolveu, desde a Idade Média, todo um ciclo de lendas em torno das cidades desaparecidas, engolidas pelo mar ou afundadas em lagos e lagoas, no fundo dos quais, ainda hoje, muitos conseguem ouvir o chamamento dos sinos nas noites de Natal.

1. AS VERSÕES DA LENDA

Várias são as versões da lenda que conhecemos sob o nome genérico da lenda das sete cidades. Centrámo-nos no núcleo das

versões que nos pareceram mais antigas, as que melhor articulavam os seus mitos clássicos com as angústias do pensamento medieval, afastámos assim as versões ou caraterísticas que exibiam uma estilística poética excessivamente pronunciada, tal como se tornou de bom gosto com o romantismo no século XIX. As versões, hoje mais difundidas, na ilha, terão sido criadas após a sua colonização e apresentam fórmulas poéticas excessivamente rebuscadas. Apresento aqui um extrato de uma delas que me foi transmitida diretamente numa das minhas viagens a São Miguel, no âmbito de um dos Colóquios da Lusofonia.

Conta a história os amores contrariados entre um pastor e uma jovem princesa. Parece-me apresentar menos interesse do ponto vista do imaginário, pela frequência e recorrência do tema dos amores contrariados que levam à morte dos dois intervenientes, e pela ausência dos núcleos míticos relacionados, por um lado com os espaços utópicos e por outro com os castigos, de tipo diluvianos, que constituirão o verdadeiro núcleo desta comunicação: "Um abismo os separava / Que um rei cruel o cavou / Lá no fundo havia fogo / E a princesa então chorou. // Chorou princesa e pastor / E as lágrimas corriam / Que dois lagos se formaram / Sete cidades se viam. // Sete cidades no fundo / Dos lagos que se beijaram / Um é verde, outro é azul / Cor dos olhos que choraram." As versões divulgadas por Gentil Marques (1977), por Fernanda Frazão (s.d.) e por José Viale Moutinho (2005) foram, certamente, as que granjearam maior divulgação junto do conjunto da população portuguesa. O núcleo mítico permanece rigorosamente o mesmo, embora divirjam em pormenores narrativos, apresentando o primeiro autor, aqui citado, a versão mais literária e mais elaborada e o último uma versão mais adequada aos mais jovens, isto é mais resumida e mais simplificada.

Já José Leite de Vasconcelos, em Contos Populares e Lendas (1969, II, 862-863), referia Arruda Furtado, *Nas Ilhas Encantadas* relembrado um artigo de um jornal dos Açores de 1926, em que o Dr. Humberto de Bettencourt apresentava uma alocução aos alunos da Escola Normal Primária intitulada: "A lagoa das sete Cidades – Razão deste nome na história e na lenda micaelense.": "Quando a gente portuguesa, em princípios do século XV, se lançou arrojadamente na empresa de desvendar os mistérios do Mar Tenebroso, fê-lo ainda muito imbuída das ficções e lendas maravilhosas, que desde a mais remota antiguidade andaram sempre ligadas à existência desse Mar e das terras desconhecidas que na sua imensidão se ocultavam. Uma dessas ficções, e das que mais vivamente impressionavam as imaginações do tempo, era a que se referia à existência, em longínquas paragens oceânicas, duma ilha, chamada dos Sete-Bispos ou das Sete-Cidades, por nela se presumir a localização doutros tantos centros urbanos, de avantajada grandeza e suntuosidade, em que se congregavam importantes núcleos de população cristã da Península Ibérica, emigrada da mesma na época das invasões dos Árabes…" A lenda permite situar com alguma precisão os acontecimentos do ponto de vista temporal e histórico, tendo-se dado a realização da viagem no ano de 1040. "Os bispos seriam neste caso moçárabes, acompanhados por muçulmanos da tribu Al-Kabya, tendo partido da cidade de Lisboa. Noutra versão, os bispos terão partido do Porto." (Paulo Pereira, 2006, IX, 31).

Outra, que nos parece mais antiga, afirma-se como uma lenda histórica recheada de elementos míticos, faz referência a um rei poderosíssimo, senhor de uma ilha continente, fora das colunas de Hércules, em pleno Atlântico, onde reina a justiça, a paz e a sabedoria. Muitos julgaram reconhecer nesse continente a famosa e esplendorosa civilização da Atlântida descrita por Platão. Infelizmente, segundo a versão de Gentil Marques, a infertilidade da sua esposa tornara-o triste e taciturno, cada vez mais irado, insensato, irrefletido, cruel, injusto, rancoroso, impaciente, impulsivo e exacerbado, espalhando o ódio e a guerra. Após uma violenta disputa com a rainha, apareceu-lhe uma luz em forma de mulher que lhe anunciou que Deus se havia compadecido do sofrimento da rainha e que em breve seriam pais de uma filha, linda como o sol, todavia, para penitência dos seus pecados, o rei ficava proibido de a ver durante os seus primeiros trinta anos. A princesa teria que ser guardada dentro de um palácio guardado por sete cidades, cercadas por intransponíveis muralhas de bronze. A desobediência a esta proibição seria punida com a sua morte e a aniquilação do seu reino por um imenso cataclismo. O rei tudo vez tal como a luz lhe ordenara, voltou a ser um bom rei, mas com o tempo voltou a cair numa profunda depressão causada pela saudade da

imagem e a ausência do carinho da filha. A saudade tornou-o impaciente e, sofredor, voltou às fúrias até enlouquecer e partiu a caminho do castelo guardado pelas sete cidades: "Quando chegou junto das muralhas altas e fortes, desembainhou a espada e descarregou sobre elas um terrível, um espantoso golpe, em que pôs toda a sua impaciência de alma e todo o sofrimento do seu coração. Nesse mesmo momento, houve um ruído imenso, a terra estremeceu e das suas entranhas saíram enormes línguas de fogo… O mar, numa fúria indomável, cresceu sobre a terra e envolveu-a completamente… As nuvens e as ondas misturaram-se, confundiram-se, num cenário de tragédia." (Gentil Marques, 351) Do cataclismo sobraram apenas nove bocados de terra que constituíram o arquipélago dos Açores. O palácio onde vivia a linda princesa transformou-se na lagoa das sete cidades; de um lado, azul, pela cor do seu vestido; do outro, verde, pela cor dos seus sapatos.

Fernanda Frazão prefere sublinhar a dimensão medieval da versão eventualmente moçárabe aqui referida, recorda a antiga Antília, porto sonhado por navegadores e aventureiros das descobertas marítimas. Conta-nos que o filho do próprio Cristóvão Colombo testemunhara o fascínio que tal ilha exercia no imaginário do pai que lhe motivou desejos de partida e de busca. Algumas cartas de marear anteriores aos descobrimentos, enquanto projeto organizado, traziam, de facto, figurada, a oeste da costa portuguesa, uma enorme ilha com o nome de ilha das Sete Cidades. Conta-nos que uma lenda do tempo da invasão de Tárique, no ano de 711, relata-nos que um grupo de sete bispos fugiu da península com todos os cristãos que o desejaram, embarcando na voz do Douro em busca de segurança e paz, aportando numa ilha paradisíaca onde cada bispo terá fundado uma cidade com governo próprio. Tal fora a sabedoria dos seus governantes que se estruturara uma sociedade ideal, possibilitando a todos um desenvolvimento espiritual e filosófico que só as utopias podiam oferecer. Conta que alguns navegantes lá terão chegado fortuitamente e terão trazido ao infante D. Henrique um punhado de areia da praia donde um ourives de Lisboa extraiu bastante ouro. Os homens em questão terão desaparecido do reino quando os mandaram lá regressar. A ilha fabulosa nunca mais fora achada. Relata a lenda que, certo dia, um enorme cataclismo desmoronara os maravilhosos palácios e as muralhas das sete cidades, enquanto ondas alterosas se encarregaram de apagar aquele paraíso da face da terra. No seu lugar ficaram nove pequenos pedaços de terra, perdidos na imensidão do mar: "Tudo quanto restou foi a memória do paraíso fabuloso e duas belíssimas lagoas, uma verde, outra azul: a Lagoa das Sete Cidades." (Frazão, 123)

2. A ATLÂNTIDA, A ILHA DOS BEM-AVENTURADOS, A ANTÍLIA E SÃO BRANDÃO

A Atlântida foi vencida pela sua própria avidez e sede de conquista. A sua ambição fê-la afastar-se da retidão e da justiça. Perderá a guerra contra a sabedoria de Atenas e será destruída pela ira divina. É essa mesma avidez e sede de riquezas que levará os portugueses a esquecerem os valores que determinaram a fundação e a consolidação da sua nacionalidade, levando-os a um empreendimento que custará a vida a milhares de seres humanos: *"Pois nesse tempo podia atravessar-se esse mar. Nele existia uma ilha, diante dessa passagem a que chamais, segundo dizeis, as colunas de Hércules. Esta ilha era maior que a Líbia e a Ásia reunidas*." (Traduzido por Fernando Martinho a partir de Platão, Oeuvres completes, t. X Timée, Les Belles Lettres, Paris, 1956 in Droz,162; Platon, II, 440)

> *"Durante numerosas gerações, e enquanto dominou nelas a natureza do deus, os reis escutaram as leis e permaneceram ligados ao princípio divino, com o qual tinham parentesco. Os seus pensamentos eram verdadeiros e grandes em tudo; usavam de bondade e também de discernimento em presença dos acontecimentos que sucediam e uns em relação aos outros. Assim, desdenhosos de todas as coisas para além da virtude, faziam pouco caso dos seus bens: transportavam como um fardo a massa do seu ouro e das suas outras riquezas, não se deixavam embriagar pelo excesso da sua fortuna, não perdiam o domínio sobre si mesmos e caminhavam retamente. Com uma clarividência aguda e lúcida, viam bem que todas estas vantagens aumentavam pelo afeto recíproco unido à virtude, e que, pelo contrário, o zelo excessivo para com estes bens e a estima que por eles se tem fazem com que eles próprios se percam, e que também a virtude*

pereça com eles. Por efeito, deste pensamento e graças à presença persistente do princípio divino neles, todos os bens que acabamos de enumerar não cessavam de crescer em seu proveito. Mas, quando o elemento divino começou a diminuir neles, por efeito do cruzamento repetido com numerosos elementos mortais, quando dominou o caráter humano, então, incapazes daí em diante de suportar a sua prosperidade presente, caíram na indecência. Pareceram disformes aos olhos dos homens clarividentes, porque tinham deixado perder os mais belos dos bens mais preciosos. Pelo contrário, aos olhos de quem não sabe discernir que género de vida contribui verdadeiramente para a felicidade, foi então que pareceram perfeitamente belos e bem-aventurados, cheios como estavam de avidez injusta e de poder. E o deus dos deuses, Zeus, que reina pelas leis, e que certamente tinha o poder de conhecer todos estes factos, compreendeu que disposições miseráveis tomavam esta raça, com um caráter primitivo tão excelente. Quis aplicar-lhes um castigo, a fim de os fazer refletor e de os reconduzir a uma maior moderação. Para este efeito, reuniu todos os deuses, na sua mais nobre morada: esta situa-se no centro do Universo e vê do alto tudo o que participava do Devir…"(Traduzido por Fernando Martinho,a partir de Platão, Oeuvres completes, t. X Critias, Les Belles Lettres, Paris, 1956 in Droz, 164-165; Platon,II, 546-547).

A Atlântida passou a ser uma metáfora de um espaço de perfeição, um paraíso terreal, uma promessa de eterna sabedoria e felicidade tanto para cristãos como para muçulmanos, tão real que passou a ser procurada por homens santos, aventureiros e representada nas mais antigas cartografias medievais:

"*Foi de Lisboa que partiram os Aventureiros quando da sua expedição que tinha como objetivo saber o que o oceano encerra e quais são os seus limites, como dissemos. Existe em Lisboa, junto dos banhos termais, uma rua com o nome de Rua dos Aventureiros. Eis como as coisas se passaram. Reuniram-se oito homens, todos primos-irmãos. E depois de terem construído um navio de transporte, embarcaram nele água e víveres em quantidade suficiente para uma navegação de vários meses. Fizeram-se ao mar ao primeiro sopro do vento leste. Depois de terem navegado uns onze dias, chegaram a um mar cujas ondas espessas exalavam um odor fétido e ocultavam numerosos recifes que dificilmente eram visíveis. Receando perecer, mudaram a direção das velas e correram para o sul durante doze dias e atingiram a ilha dos Carneiros, assim chamada porque numerosos rebanhos de carneiros pastavam sem pastor e sem ninguém para os ajudar." (Coelho, António Borges: 54, 55).*

O trecho incendiou tanto a imaginação da época que continua a fazer parte do imaginário poético contemporâneo*:*

"- Há alguns anos, foi desta cidade, a mais ocidental de todo o al-Andalus e do mundo conhecido, que partiu um grupo de oito aventureiros, todos eles primos-irmãos, cujo objetivo era descobrir o oceano e os seus limites. Reuniram-se no mesmo local onde nos encontramos neste preciso momento e combinaram a sua façanha. Construíram, então, um navio de carga e lançaram-se ao mar. Não conseguiram, porém, passar além de umas ilhas que encontraram no mar alto e, segundo contaram no regresso, foram atacados por bandos de aves de rapina da família dos falcões, chamadas açores." (Santos, Alberto: 173, 174.)

Não há dúvida que o texto árabe ou eventualmente moçárabe referido por António Borges Coelho faz alusão a uma das versões da Navegação de S. Brandão:

"Singravam com vento em andamento ligeiro, pois Deus era o seu guia. Por mar correm grande parte do ano, e aí vão avistando muitas maravilhas e suportando grandes canseiras. Pareceu-lhes avistarem terra tão longe quando a podiam divisar. Sem demora, para ali se dirigem, velas desfraldadas e mãos nos remos. Ao chegarem lá, amarram o navio na praia e entram em terra. Nessa terra avistam ovelhas sem número, todas de velos brancos e de tamanho que ultrapassa o dos veados." (ed. Crítica: Nascimento, Aires A., 1998, 151).

Narciso Armando aproveitou, de forma encantadora, todo este imaginário lendário e poético na sua monografia romântica *Terra Açoriana:*

> "*É esta a lenda remota da Atlântida, que a Idade Média não esqueceu. Os antigos historiadores orientais tinham falado desse grandioso continente desaparecido. As tradições e lendas medievais guardaram a recordação confusa de terras perdidas no Oceano imenso, povoadas e civilizadas, imersas em bruma, mistério e encanto. Quando, pela Europa além, renasceram a arte, a filosofia e o esplendor dos velhos tempos clássicos e as trevas medievais principiaram a dissipar-se, uma nova aurora pairou sobre o Mundo. Mas as antigas lendas maravilhosas continuaram a povoar a imaginação dos povos.*
>
> *Afugentados da Terra os fantasmas do passado, era no Mar que eles ainda encontraram refúgio, entre nevoeiro misteriosos e longínquos, na amplidão das águas, que se perdiam no infinito vago e tenebroso. Para a fantasia tétrica e fatalista duns, o Mar era semeado de ilhas de morte, povoadas de monstros horrendos. Para a imaginação poética e crente doutros, o Mar, em vez de Inferno, era Paraíso, semeado de ilhas de maravilhosa riqueza e encanto, povoadas de gente feliz e bem-aventurada. A Ilha de S. Francisco, a Ilha de S. Brandão eram terras abençoadas, onde a vida corria santa e sem pecado. A Ilha das Sete Cidades, a Antília, era vasto império oceânico, onde um príncipe cristão imperava sobre povos crentes e piedosos.*
>
> *Assim, como lá para o Oriente, no interior da Ásia, imperava, num reinado feliz e secular, o famoso Prestes João, separado da Cristandade pelo mar imenso da Moirama; assim, lá para o Ocidente, no meio do Atlântico, reinava, na Antília fabulosa, o famoso Tartarax, também cristão e crente, separado da Cristandade pelo deserto imenso das águas*." (Narciso, Armando, 1932, s.p.).

3. AS SETE CIDADES E AS CIDADES SUBMERSAS E SEPULTADAS

Não nos alongaremos sobre a densa simbólica universal atribuída ao número sete. Representa a totalidade do tempo e do espaço, uma totalidade de um dinamismo total. Sete são os dias da semana, os planetas conhecidos pelas civilizações clássicas, os graus da perfeição, as esferas ou graus celestes. Recorrente na Bíblia, representa a totalidade humana, simultaneamente masculino e feminino no Talmude; familiar ao Islão, e em particular ao ismaelismo, sete são as voltas que o fiel deve dar à Caaba durante a sua peregrinação à Meca. Chevalier e Gheerbrant (1994, 605) referem que a famosa obra de Nizami, *As Sete Princesas,* junta a simbologia das cores à da astrologia:

> "*cada um dos sete palácios tem a cor de um dos sete planetas; em cada um deles encontra-se uma princesa de um dos sete climas.*"

O tema das sete colinas sagradas está subjacente ao estabelecimento de grandes cidades imperiais: Roma, Constantinopla, Lisboa… A cidade que assenta em sete colinas, a cidade formada por sete núcleos ou sete colinas, institui-se como um centro poderosíssimo onde espaço e tempo ganham uma dinâmica sagrada fundindo o homem, a sociedade e o cosmos numa dimensão intemporal e atópica (Paulo Pereira, XIV, 2006, 129-130).

O motivo do encanto que rodeia certas das cidades sepultadas por castigos é bastante recorrente na tradição portuguesa e europeia em geral. Na Beira Baixa, na Serra da Estrela, diz-se ter havido uma cidade perto da Lagoa Escura, onde viveu um pastor que muito viajava guiado por uma estrela que terá dado o nome à Serra (J. Leite de Vasconcellos, II, 1969, 869).

Na península da Troia em frente a Setúbal diz-se que existia uma cidade que se arrasou toda com a areia que caiu do céu por castigo e que ainda hoje existe muitos tesouros por debaixo daquela areia, o que do ponto de vista arqueológico não deixa de ser relativamente verdade: "Grande peixe é a baleia, / Que lá no mar se criou! / Três dias choveu areia, / Quando Troia s'arrasou!" (J. Leite de Vasconcellos, II, 1969, 871).

Em Mallorca (Capdepera) também se refere a existência de uma cidade encantada que é conhecida com o nome de Paradela e que os velhos pescadores de Artá asseguram ser a mítica e lendária Troia (Sabrafín, 2001, 57).

J. Leite de Vasconcellos cita Franz Schemarsel, Die Sage von der Untergangene Stadt, p. 58 (Berlim 1913) para referir que em certas ocasiões veem-se as suas antigas habitantes a lavarem-se, a pentearem-se e a fiarem, tal como as nossas Moiras. A tradição francesa associa frequentemente *Mélusine* a tesouros encantados e a cidades submersas. Refere que em lendas bretãs, normandas e flamengas, em certos dias, em particular na noite de Natal, haja que já tenha ouvido, vindo dos fundos dos lagos o dobrar dos sinos a chamar para a missa do galo.

O homem medieval não concebe o castigo divino apenas no inferno, teme a ira de Deus como uma das suas manifestações neste mundo, tal como acredita nos milagres enquanto recompensas concretas dos que os merecem pelo seu esforço e virtude. Os castigos não recaiam apenas sobre os indivíduos, mas sobretudo sobre as sociedades e as cidades pecaminosas tal como acontecera com Sodoma e Gomorra (Génesis 19: 24-28).

O coletivo teme a ira divina quando se afasta da palavra de Deus. O egoísmo coletivo, o orgulho, o esbanjamento de alimentos, a exibição de incalculáveis fortunas perante a miséria, as privações, as doenças e os maus-tratos são sentimentos que atormentam o inconsciente coletivo, tal como todo o tipo de perversões e de má governação em que o exercício do poder é discricionário e autocrático baseado no medo, na tortura e na humilhação. Os Países Baixos, pela sua situação geográfica, e pelas riquezas geradas pela sua intensa atividade comercial destacam-se na construção desse tipo de imaginário.

É evidente que reais e constantes inundações de terras literalmente arrancadas e conquistadas ao mar estão na base da formação de numerosas lendas que irradiaram por toda Europa e acompanharam uma população que se via obrigada a emigrar pelos cataclismos naturais e pelas constantes rixas e guerras causadas pela cobiça e pela ganância. Em alguns casos Deus envia um mensageiro para por à prova o amor ao próximo, mas é sempre junto dos pobres que encontra acolhimento, encontramos o mesmo tema na mitologia grega e que Ovídio (1966, 221-224) retomou nas suas *Metamorfoses* (Filemon e Baucis):

> "*Jadis, il y eu de cela bien des siècles, Léau était une ville riche et fière, remplie de bâtiments splendides et de châteaux, si bien que les princes pensèrent même en faire leur capitale. Les grosses tours grises se dressaient fièrement vers le ciel, symbole des riches orgueilleux qu'elles abritaient. C'était en vain que le pauvre mendiant frappait à la porte des châteaux, elles restaient closes ou si elles s'ouvraient c'était pour laisser sortir un chien qui chassait les pauvres gens. (…) Leur prière fut entendue : par une froide nuit de Noël, Dieu envoya l'ange Gabriel, habillé en mendiant vers l'orgueilleuse ville des riches. Priant et mendiant, l'ange alla de porte en porte, mais partout se heurta à des refus cruels et à des injures. La coupe était pleine. Léau devait cesser d'exister. Une bise cinglante souffla sur les fortifications, chassant la neige dans l'air obscurci, une terrible tempête approchait. Sur l'ordre de Dieu, le sol s'affaissa, des vagues sauvages déferlèrent en hurlant sur les murailles puissantes, l'eau monta toujours plus haut, tout fut renversé et dans un grand cri de désespoir, la ville s'enfonça dans l'abîme, engloutissant les riches pendant qu'ils festoyaient.* "(Marquet e Roeck, 1980, 282-283)

Em todos os tempos, as grandes calamidades ajudaram alimentar a imaginação popular que interpretava esses fenómenos da natureza como castigos divinos. Gregório de Tours relata que no ano 580, no quinto ano do reino de Childeberto, grandes dilúvios castigaram várias regiões da Gália franca sob o domínio dos Merovíngios (Grégoire de Tours, 1980, 17-19 e 41-43).

4. CONCLUSÃO: ENTRE A LENDA E A HISTÓRIA

De todo o que ficou dito, penso poder afirmar que o imaginário da Lenda das Sete Cidades reforça o que, desde Gaspar Fructuoso, sabemos quanto à originalidade da genética e da cultura açoriana e em particular micaelense. Em primeiro lugar reforça o contributo mediterrânico, sem menosprezar os contributos do Norte da Europa com particular destaque para o núcleo flamengo.

Relativamente a São Miguel, parece-me que a provável colónia de africanos ou mouriscos não pode de nenhuma forma ser desvalorizada

e terá sido tão importante para a sua primeira identidade cultural quanto a colónia de reinóis, com maior domínio dos algarvios e alentejanos. "*O grande número de mouriscos, criados do Infante D. Henrique, sugere o caráter quase compulsivo da colonização micaelense logo numa fase inicial, explicável quer pela debilidade das correntes migratórias, quer pela especificidade do clima da ilha (…) Qual o estatuto jurídico desta primeira leva de mouriscos? Da leitura das fontes fica-nos a impressão de que se trataria de homens semi-livres (servos), mas posteriormente os "mouros" serão recrutados como escravos*." (Santos, 1989, I, 132).

Numa segunda fase teremos que ter em conta um número significativo de degredados e perseguidos pela justiça, verificando-se até alguns casos de bigamia.

Mais tarde encontraremos gente oriunda de todo o reino desde Entre Douro e Minho até ao Algarve, sem menosprezar os das Beiras e da Estremadura. O Povoamento das ilhas fez com sofrimento, talvez até alguma desumanidade: "*Nós sabemos, pela história, como se fez, de forma tão desumana, o povoamento da ilha de S. Tomé, começado em 1486 com portugueses, na maioria degredados por comutação de pena de morte, e escravos que se iam buscar à costa da atual Nigéria para ficarem a seu serviço nos trabalhos agrícolas. Em 1493, foram juntar-se-lhes 2000 crianças judias de ambos os sexos, com menos de oito anos de idade, arrancadas a seus pais, expulsos de Castela no ano anterior*" (Campos, Viriato, s.d., 97). A lenda é constituída de medos, pesadelos, sonhos e superstição, mas também de religiosidade, uma religiosidade intimamente ligada às forças da natureza e, em particular, ao vulcanismo: "*De todas as ilhas, aquelas onde o povo é mais religioso, de uma religiosidade feita de temor, sincera, sem fanatismo, mas nebulosa e apavorada, é São Miguel. Esta feição do espírito religioso do micaelense, que aliás também existe, posto que em menor grau, nas outras ilhas e se traduz, como nota Arruda Furtado, na designação de castigo, aplicada não só às grandes catástrofes, como a pequenas desgraças triviais*…" (Ribeiro, 1983, 525). A Lagoa das Sete Cidades constitui uma das mais perfeitas cristalizações do temor popular em relação à ira divina. Segundo Bachelard (1983, 339) a ira constitui a mais direta das transações entre os homens e o universo e vice-versa: *"L'eau violente est un des premiers schèmes de la colère universelle".*

5. BIBLIOGRAFIA

BACHELARD, Gaston (1983) – *L'eau et les rêves. Essai sur l'imagination de la matière*. France: Librairie José Corti.

Brunel, P. (1988) – *Dictionnaire des Mythes Littéraires*. France : Éditions du Rocher.

CAMPOS, Viriato (s.d.) – *Sobre o descobrimento e povoamento dos Açores*. Lisboa: Europress.

CHEVALIER J.; GHEERBRANT A. (1982) – *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema.

COELHO, António Borges (2008) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Caminho.

DIAS, Tenente Francisco José (1981) – *Cantigas do Povo dos Açores*. Instituto Açoreano de Cultura. Açores: Angra do Heroísmo.

DROZ, Geneviève (1992) – *Os Mitos Platónicos*. Lisboa: Publicações Europa-América.

FRAZÃO, Fernando (s. d.) – *Lendas Portuguesas*. Lisboa: Amigos do livro.

GOEMAERE, Pierre (1974) – *Si le monde avait été plus grand*… Brussels: Editions Labor.

MARQUES, Gentil (1997) – *Lendas de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

MARQUET, Léon; ROECK, Alfons (1980) – *Legendes de Belgique*. Uitgeverij N. V. «De Vlijt» Antwerpen.

MOUTINHO, José Viale (2005) – *Portugal Lendário*. O livro de ouro das nossas lendas e tradições. Lisboa: Seleções do Reader's Digest.

NARCISO, Armando (1932) – *Terra Açoreana*. Lisboa: Edições Paulo Guedes.

NASCIMENTO, Aires. A. (1998) – *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*. (Ed. Crítica) Lisboa: Colibri.

OVIDE (1966) – *Les métamorphoses*. Paris: Garnier-Flammarion.

PEREIRA, Paulo (2004) – *Enigmas lugares mágicos de Portugal. Paraísos Perdidos e Terras Prometidas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

PEREIRA, Paulo (2006) – *Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal*. Vol. 9. Lisboa.

PEREIRA, Paulo (2006) – *Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal*. Vol. 14. Lisboa.

PLATON (1950) – Oe*uvres completes*. II. Traducion nouvelle et notes par Léon Robin. France: Gallimard.

SABRAFÍN, Gabriel (2001) – *Cuentos Fabulosos y otros relatos fantásticos de las Islas Baleares*. Barcelona: La Foradada.

RIBEIRO, Luís da Silva (1983) – *Obras II História. Centenário Ribeiriano*. Instituto histórico da Ilha Terceira. Açores: Angra do Heroísmo.

SANTOS, João Marinho dos (1989) – *Os Açores nos séc. XV e XVI*. vol. II. Fontes para a história dos Açores. Direção Regional dos Assuntos Culturais. Secretaria Regional da Educação e Cultura.

SANTOS, S., Alberto (2009) – *A escrava de Córdova*. Porto: Porto Editora.

TOURS, Grégoire de (1980) – *Calamitéss et Miracles*. Paris: Éditions Stock.

VASCONCELOS, J. Leite de (1969) - *Contos Populares e Lendas*. vol. II. Coimbra: Por ordem da Universidade.

54. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, MESTRE EM LUSOFONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS LISBOA, PORTUGAL

,

TEMA: 3.6. PORTUGUÊS NOS GRANDES ESPAÇOS (HISTÓRIA) - LUÍS DA SILVA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE E OS AÇORES: AS LUZES, AS GUERRAS LIBERAIS E O PENSAMENTO. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO. MESTRE EM LUSOFONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. EX-ADIDO CULTURAL EM LUANDA, LUXEMBURGO E BRUXELAS.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.

É, ainda, de certa forma incompreensível, o mistério que parece rodear o silenciamento da história relativamente a Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, quando são sobejamente tratadas e conhecidas as biografias e os estudos que contemplam os intérpretes principais da luta pela instauração diplomática, militar e política do liberalismo, em Portugal.

O marquês de Fronteira (D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto), escreveu as suas memórias militares e políticas pelo próprio punho, o conde de Lavradio (D. Francisco de Almeida Portugal) deixou, igualmente, as suas memórias diplomáticas e políticas, o marquês de Sá da Bandeira (Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo) encontrou ilustres historiadores para as suas intervenções militares e políticas, o Duque de Palmela (Pedro de Sousa Holstein) tem, igualmente, abundante historiografia a ele relativa, o mesmo sucedendo relativamente ao Duque da Terceira (António José de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha), e ao duque de Saldanha (João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun) e a tantos outros políticos, militares, diplomatas, que a história registou como figuras importantes no período da instauração do liberalismo até à regeneração.

Pinheiro (1992, p. 8) escreve:

> *Na edição de 1913 do catálogo do Museu Militar, se procurarmos as campanhas da liberdade e lermos a descrição do teto de Columbano, veremos que no grupo da esquerda figuram D. Pedro, o duque de Saldanha, o duque da Terceira, Sá da Bandeira, o conde das Antas, José Jorge Loureiro e o marquês de Fronteira. Ao centro estão Mouzinho da Silveira, Silva Carvalho, Palmela e Garrett. Num dos dois grupos, ou simultaneamente nos dois, Luís Mousinho devia estar. Mais condecorado, e tendo participado mais tempo na guerra civil do que o marquês de Fronteira, Luís Mousinho foi também mais tempo ministro do que Mouzinho da Silveira e secretário de Estado único da Regência da Terceira. Deveria em qualquer caso ter lugar à frente de Garrett, que não foi senão secretário de alguns dos ministros e não se distinguiu durante a guerra civil.*

Certo é que se torna difícil encontrar as razões que justifiquem o esquecimento a que este vulto da maior importância da história do liberalismo parece encontrar-se votado, pois, na maior parte da bibliografia sobre o liberalismo e o período das guerras liberais só aqui e ali é mencionada a ação notável de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque nos diversos campos em que se produziu e, de algum modo, sempre na sombra dos restantes companheiros que, com ele, partilharam, no mesmo campo ou, algumas vezes, no do adversário, os complicados e difíceis acontecimentos da época.

2. APONTAMENTO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO E GENEALÓGICO.

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque foi o 5º filho de João Pedro Mouzinho de Albuquerque (1736-1815), fidalgo cavaleiro da Casa Real, corregedor da Corte, desembargador do Paço e comendador da Ordem de Cristo e de sua mulher, Luiza Gutierrez da Silva e Ataíde (1763-1819), de Leiria. Nasceu em 1792, na freguesia de São Vicente, em Lisboa. Os avós paternos eram Pedro Mamede Mouzinho de Albuquerque e Isabel Margarida de Almeida do Amaral e do lado materno Luís da Silva de Ataíde, 6º morgado da Casa do Terreiro em Leiria e Isabel Gutierrez de Tordoya Maraver y Silva. Casou com Ana Mascarenhas de Ataíde filha de José Diogo Mascarenhas Neto, superintendente geral dos Correios, aderente das ideias pró-liberais e acusado, em 1808, de traidor, o que o fez emigrar para Paris, onde viveu muitos anos e veio a fundar e a ser diretor dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras,*

(revista publicada de 1818 a 1822) e de Maria Luiza Maraver Silva Ataíde.

Voltando à casa onde nasceu Luís Mouzinho, sabemos que era frequentada por homens de letras e era vizinha do mosteiro de São Vicente de Fora e que seu padrinho, o marquês de Ponte de Lima foi o fundador da Real Biblioteca Pública (1796). Como 5º filho, tinha-lhe sido destinada uma carreira eclesiástica na Ordem de São João de Jerusalém ou na de Malta, mas aos 16 anos (1808) recusou essa via para seguir as ideias do seu Tio (futuro sogro) José Diogo Mascarenhas Neto que, entretanto, recebera ordem de prisão pelo seu pró-francesismo. É que as tropas de Napoleão, comandadas por Junot, provocaram a retirada da corte para o Brasil (29 de novembro 1807) que, segundo Pinheiro (1992, p. 31-32) deixou:

> *ordens para os governadores do Reino receberem bem o exército francês e evitarem desnecessários derramamentos de sangue. Uma deputação dos governadores, encarregada de cumprimentar Junot, foi seguida de outros oficiais e de notáveis. O cardeal-patriarca de Lisboa, os bispos do Porto e do Algarve saudaram, nas suas pastorais, o grande exército que viera em socorro dos Portugueses.*
>
> *O Conselho de Regência integrou nas suas sessões o delegado francês Herman, mas sem direito a voto. A ficção só terminou, por ordem de Napoleão, a 1 de fevereiro de 1808. Em maio o Governo do Regente declarou guerra à França e o manifesto, por essa altura publicado, marcou uma viragem evidente na política externa portuguesa.*

Em Leiria, onde Luís Mouzinho agora vivia, as filhas de José Diogo Mascarenhas Neto passeavam a cavalo com oficiais franceses e a atitude dos liberais pró-afrancesados considerava mais primordial a instauração das novas ideias do que a própria fidelidade ao Rei. Este facto, aliado à vaga nacional de rebelião contra as invasões francesas, levou à perseguição e prisão de muitos liberais, à denúncia de serem maçons e à *Setembrada*.

Na realidade, os conflitos de Junot com os liberais portugueses e a Maçonaria começaram quando, relata Lopes (2008, p. 15) *a bandeira portuguesa foi substituída pela bandeira francesa (…)* também porque, *rejeitado pela Maçonaria portuguesa como seu representante, Junot começou também a expressar ambições pelo trono português, promovendo, inclusive um partido que solicitou a Napoleão a aplicação em Portugal de uma constituição de tipo francês.*

Após a tomada de Almeida pelos franceses, na terceira invasão, comandada por Massena, e na sua sequência, na noite de 10 para 11 de setembro de 1810 houve grande repressão sobre a Maçonaria, acusada de simpatizante dos franceses, e, então, foram presos 48 indivíduos, depois embarcados na fragata *Amazonas,* que zarpou do Tejo a 18 e chegou a Angra, Terceira, a 25, local do seu desterro. Lopes (2008, p. 15) é perentório:

> *(…) Este facto fez esquecer a Maç:. Em Portugal por algum tempo; mas apesar d'elle a Maç:. Se propagou depois; a melhor parte da Officialidade Portuguesa e os varões mais distinctos do pais lhe pertenceram (…)*[342]

Os ingleses, entretanto, com o apoio da fragata *Lavínia*, transportaram vários destes deportados para Portsmouth, onde chegaram a 19 de outubro, como exilados. Nestas aventuras, entre outros importantes liberais ia José Diogo Mascarenhas Neto, enquanto um seu filho, João, incluído na expedição de Massena, foi feito prisioneiro e executado (11 de março de 1811). Este facto teve consequências na vida de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, pois provocou o reforço dos laços familiares, decorrendo daí o casamento (em 1816) com sua prima Ana de Mascarenhas de Ataíde, enquanto o seu irmão primogénito, Pedro Mouzinho de Albuquerque, casava com a outra irmã, Henriqueta Júlia de Mascarenhas de Ataíde, ambas elas, por sua vez, irmãs do sentenciado. Ainda solteiro, Luís Mouzinho

[342] *Reorganização da Maçonaria Portuguesa*, in *O Malhete,* nº 41. Lisboa, 1882, p. 483.

mantinha um vivo interesse pelo conhecimento das ciências, que praticava: colecionava minerais, insetos, produtos químicos, conhecia os autores clássicos e manifestava inclinação para a poesia.

Em 1809 integrava a Brigada Real de Marinha, passo necessário para poder integrar a companhia dos Guardas-Marinhas, no Rio de Janeiro onde se encontrava a Corte, uma ambição que ficou por cumprir, frequenta a Real Academia de Marinha, em 1812 completa o curso de Matemáticas, habilita-se a oficial engenheiro e, dado considerar à altura alguma fragilidade do seu corpo (conhecem-se três períodos de doença) e a frugalidade do seu estilo de vida, solicita trabalhar no Observatório Real de Lisboa, lugar onde, contudo, o montante que ganhava não era suficiente para poder vir a casar.

Parte, então, para o Fundão onde trabalha, com a ajuda de um parente, como agricultor e, aos 24 anos, casa com sua prima Ana Mascarenhas de Ataíde, como já foi mencionado. Escreve (de 1816 a 1819) os elogios duma vida bucólica no poema didático *Geórgicas Portuguesas,* que viria a ser publicado, nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras,* onde Cândido Xavier redige uma recensão muito elogiosa e parte para Paris nesse ano, ao encontro do tio e sogro e dos liberais refugiados, juntamente com a mulher e os dois filhos já nascidos: Fernando Luís e Isabel Gabriela Mouzinho de Albuquerque.

Pinheiro (1992, p. 36) descreve: *Em Paris, Mascarenhas Netto tornara-se diretor dos "Anais das Ciências, das Artes e das Letras".* À revista, onde o tio publicara um «*Catecismo do Agricultor*», *se deve a edição das* «*Geórgicas Portuguesas*». *Cândido Xavier recenseou o livro de forma extremamente elogiativa e Mascarenhas Netto terá visto no sobrinho um potencial colaborador. Exilados desde o período das invasões, os redatores da revista teriam então em Paris amplos contactos quer no mundo da cultura e da ciência quer mesmo no da política. O abbé Grégoire contava-se entre os amigos de Mascarenhas Netto e o próprio Lafayette se relacionava com os portugueses.* Em Paris Luís Mouzinho completa a sua formação literária e científica, frequenta os laboratórios de química do *Jardin des Plantes* e assiste aos cursos de *Vauquelin*, ilustre farmacêutico e químico francês, colabora ativamente nos *Annaes* e na sua forte ação de difusão e desenvolvimento cultural e científico. Em 1822 faz uma viagem à Suíça e regressa, então, a Portugal, em 1823.

Oferece ao parlamento as suas *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública. Dedicadas à nação portuguesa e offerecidas a seus representantes*, um primeiro esboço de reforma educativa para habilitar o Reino. Escrevia nela: "*É a ignorância que torna o Homem perverso; a educação e a instrução são as bases do edifício social*". Foi bem-recebido por Palmela, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que o nomeou provedor da Casa da Moeda, onde também lecionou uma cadeira de química. Redigiu, nesse âmbito um compêndio de Física e Química, foi sócio correspondente da Academia das Ciências, desde 27 de abril de 1823, a quem, segundo Pinheiro (1992, p. 38) *ofereceu 12 quadros das reações químicas que já tinham merecido no Instituto de Paris um relatório positivo de Gay Lussac.*

Em novembro de 1824, torna-se sócio efetivo da Academia, na classe de Ciências Naturais, e já em 1825, desloca-se aos Açores, donde resulta a publicação das *Observações sobre a Ilha de S. Miguel Recolhidas pela Comissão enviada à mesma Ilha em agosto de 1825 e regressada em outubro do mesmo ano,* o primeiro trabalho de caráter científico publicado em português sobre a hidrogeologia açoriana. Desde 1823 fez parte da Comissão de Pesos e Medidas e é encarregado de coligir informações científicas sobre o Reino (1826). Gozava, finalmente, de prestígio e de estabilidade económica. Vê, então, recusada a publicação, por dois censores da Academia, de uma memória sobre a *Importância das Ciências e das Artes para o Progresso das Nações e* pede a devolução da mesma memória, reafirmando tudo o que nela escreveu.

Conhecido como poeta e homem de ciência, perfilhando as ideias do iluminismo e imbuído de um romantismo natural, a partir de 1824 vemo-lo, logo a seguir à Vilafrancada (27 de maio de 1823 e à Abrilada (30 de abril de 1824), alinhar com Palmela de quem era amigo. Tinha, então, a patente de tenente do Real Corpo de Engenheiros. D. João VI morre (10 de março de 1826) e D. Pedro, no Brasil, a 29 de abril, concede a Carta Constitucional ao Reino de Portugal, abdica da coroa portuguesa em favor de sua filha D. Maria da Glória em 2 de maio, a

mesma Carta Constitucional é jurada nas Cortes a 31 de julho e daí em diante, Luís Mouzinho torna-se um seu acérrimo defensor. Em 11 de dezembro de 1826 está nomeado engenheiro no quartel-general do governador das armas da Beira Alta, o general Azeredo. Em 22 de fevereiro de 1828 D. Miguel desembarca em Lisboa e o país recebe-o em apoteose. Em 29 nomeia um ministério absolutista, dissolve as Cortes a 13 de março, e é aclamado em 25 de abril, como rei absoluto, pelo povo, no Terreiro do Paço.

Levanta-se uma perseguição implacável contra os liberais e muitos exilam-se no estrangeiro. Lopes (2008, p. 41) relata: *Em alguns locais do país as Lojas maçónicas enquadram a revolta contra o poder miguelista, mas sem sucesso imediato, o que levou muitos maçons ao exílio, primeiro em Inglaterra, França, Estados Unidos ou Brasil, mas posteriormente convergindo para os Açores, tornados baluarte dos defensores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.* Luís Mouzinho consegue obter uma licença para partir para o estrangeiro a 14 de maio. Deixa a família e a filha recém-nascida (Maria Luíza) e chega a Londres (28 de maio), a 27 de julho parte para Falmouth, local donde sai a 10 de agosto para o Brasil, via Madeira (onde desembarcariam vários oficiais e dinheiro) e Cabo Verde, para, refere Pinheiro, (1992, p. 59): *entregar cartas e convencer o Imperador a suster a causa da filha e da Carta Constitucional.* Esta viagem não corre muito bem e Luís Mouzinho, provavelmente devido a intrigas entre emigrados de diferentes posicionamentos liberais-maçónicos junto da corte de D. Pedro; parece desanimado. Palmela, em Londres toma conhecimento e escreve ao Ministro das Relações Exteriores e da Marinha do Brasil, Aracati (marquês de Aracati, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, marido da Marquesa de Alorna) que Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque é um conselheiro que deve ser ouvido. O Imperador, no entanto, acolhe-o com frieza, enquanto Luís Mouzinho lhe entrega uma memória sobre as medidas para o restabelecimento da Carta Constitucional, a que o Imperador não dá resposta. Em 7 de janeiro de 1829 está de regresso a Londres, onde a situação dos liberais era desesperada, entre os exilados de Plymouth. O Duque de Wellington (Arthur Wellesley), então Primeiro-ministro inglês e conservador, queria acabar com o campo de exilados liberais portugueses, ao mesmo tempo que se opunha ao desembarque dos mesmos na Terceira. Saldanha fora impedido de desembarcar nessa ilha açoriana pela armada inglesa. No entanto, 600 homens conseguem chegar à Terceira, em 6 de março, transportados nos navios *Blanche, Hope e Edward.*

Luís Mouzinho (era Secretário do conde de Vila Flor, com quem estabeleceu uma amizade e fidelidade até ao fim da vida) parte de Brest em 5 de junho com Vila Flor e chegam a Vila da Praia a 22 de junho de 1829 e ainda nesse mesmo dia a Angra. Refere Pinheiro (1992, p. 61) *Para se subtraírem ao bloqueio tinham sido obrigados a passar do brigue para uma pequena escuna. A ilha estava bloqueada pela armada de D. Miguel e vigiada pelos Ingleses, mas a chegada de Vila Flor dava novo alento aos seus defensores, que logo a 11 de agosto de 1829 foram atacados pela esquadra miguelista.* Dele escreveu o conde de Vila Flor e marquês de Fronteira um elogio da simplicidade, citado por Pinheiro (1992, p. 39): *«Luís Mousinho abandonara o lugar de provedor da Casa da Moeda pela defesa da Liberdade e havia poucas semanas que integrava o exército com a patente de tenente do Real Corpo de Engenheiros». Apesar de o posto não condizer com a idade, o prestígio permitia-lhe «ser ouvido de igual para igual pelos generais», o que se devia à facilidade e elegância com que se exprimia, o que lhe era possível devido ao seu talento e vasta instrução".*[343]

3. OS AÇORES.

3.1. A 1ª VIAGEM. OBSERVAÇÕES SOBRE A ILHA DE S. MIGUEL.

Nas *Observações sobre a ilha de S. Miguel*, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque escreve uma saborosa narrativa do descobrimento das Ilhas (1826, p. 3):

> *O Infante D. Henrique, tão conhecido pelo poderoso impulso que dêo á Navegação, e Commercio dos Portuguezes, mandou no anno de 1431, da Villa de Sagres no Algarve, o*

[343] In *Revista de História das Ideias, vol. VII.* Instituto de História e Teoria das Ideias. Araújo, Ana Cristina, "Revoltas e Ideologias em Conflito Durante as Invasões Francesas", em Revoltas e Revoluções, p. 68. Instituto de História e Teoria das Ideias. Coimbra. (http://rhi.fl.uc.pt/pesquisa)

Cavalleiro da Ordem de Christo Frei Gonçalo Velho Cabral, correr os mares para o Oeste, em descoberta de terras, de que em nome de ElRey de Portugal, e da Ordem de Christo, de que era Grão-mestre, tomasse noticias, e posse.

Tendo o referido Navegante encontrado os baixos, que denominou, e ainda hoje chamâmos as "Formigas", situados entre as Ilhas de Santa Maria, e S. Miguel, não dêo fé nem de huma, nem de outra das Ilhas, e voltou a Portugal a dar parte ao Infante d'aquella observação.

Esta notícia não fez desistir o Infante d'aquella Indagação; antes parece que, animado com a certeza da existência d'aquelles baixa, e penedos, logo no anno seguinte tornou a mandar o mesmo Navegante Frei Gonçalo com ordem de explorar os mares vizinhos aos baixos das "Formigas". Partido Cabral segunda vez de Sagres navegou para o Oeste com próspera rota, e no dia 15 de agosto de 1432 descobrio, e aportou a huma Ilha deserta, a que dêo o nome de Santa Maria, e que foi a primeira descoberta no grupo dos Açores... (…) Gostôso o Infante com as noticias, que o Navegador Cabral lhe dêo no regresso (…) lhe fez mercê de Capitão Donatário de Santa Maria, e o authorisou para recolher Colonos, até na sua própria casa, que com ele partissem a povoar a Ilha.

Embora a versão possa ser contestada por estudos históricos mais recentes, não deixa de ser uma descrição pitoresca e romântica, ao estilo do autor. Curiosa, também, a versão dos primeiros passos na descoberta da segunda ilha, sendo curta a distância, "*12 légoas*", que separa uma ilha da outra, o que se terá passado, para que, só em 8 de maio de 1444, tal facto se vir a dar?

Refere o autor que, tendo S. Miguel serros elevados poderia ser vista de longe, mas para a explicação duma demora de 13 anos, encontra justificações nos factos de que os colonos da Santa Maria teriam povoado primeiro a costa oposta a S. Miguel e o facto desta última ser, à época, coberta de espessos arvoredos e com terrenos pantanosos que produziam muitas névoas condensadas sobre ela fazendo considerar que seria uma acumulação de vapores na borda do horizonte e não uma ilha.

Conta, depois, que, (o.c. p. 4) *seguindo o Padre Fructuoso, que hum escravo negro, tendo fugido a seu Senhor Colono em Santa Maria, e caçando em hum dia claro nos altos d'aquella Ilha, observou ao longe a de S. Miguel; e, julgando com esta notícia obter o perdão de seu dono, voltou a ele, dêo-lhe parte da sua observação, que sendo verificada pelos habitantes de Santa Maria foi por eles transmitida ao Infante.* Foi, então, somente à segunda tentativa que Gonçalo Velho Cabral tomou a segunda ilha que, por ter sido no dia 8 de maio, como se disse, ficou com o nome de S. Miguel. E continua Luís Mouzinho (o.c. p. 4): *e deixados alli hum certo número de Africanos da Casa do Infante, que para esse fim conduzia a seu bordo, se partio gostoso para Portugal (…) [e tendo] observado que nas duas pontas tinha a referida Ilha picos agudos, e muito elevados.*

Luís Mouzinho descreve, igualmente, uma outra viagem de Gonçalo Cabral a S. Miguel, subsequente à primeira, para efeitos de concretização da colonização, e refere que nessa viagem, os africanos que lá haviam deixado, se encontravam aterrorizados com uma variedade e intensidade de fenómenos vulcânicos que nunca tinham presenciado, tais como estampidos de explosões, tremores de terra muito violentos, bancos de pedra-pomes na água, ramos e troncos de árvores a boiar e que os movimentos tectónicos haviam modificado o interior da ilha, e que só não teriam fugido, por não terem meios de navegar. Após mais algumas narrativas bastante bem-humoradas sobre estes primeiros tempos da colonização, Luís Mouzinho descreve, numa primeira aproximação, a geologia, a flora (muito arvoredo, cedros, e faias) e fauna (não havia répteis nem quadrúpedes, somente ratos, pombos bravos, milhânos, melros e canários) da ilha, com rigor científico, tendo percorrido praticamente todos os locais do litoral e do interior. E, desse modo, desde a primeira povoação em Vila Franca do Campo onde o trigo se deu bem e outras culturas foram introduzidas, vai descrevendo o que observa, relativamente à sociedade que, entretanto, se foi sedimentando até à data das observações.

E salienta, por diversas vezes, algumas críticas ao que constata na sociedade: (o.c., p. 7-8)

Esta distribuição junta com a instituição dos Vinculos, e Capellas, que os proprietários nobres e poderosos, quasi sem excepção, deixarão por sua morte, contribuio desde o começo da desenvolução da povoação em S. Miguel, para concentrar a propriedade rural nas mãos de poucos, para fundar hum pequeno número de casas opulentas no meio de huma povoação indigente, e miserável.

Os primeiros Colonos foram de necessidade ativos, e industriosos; obrigados pela necessidade, e pelo desejo de fazer fortuna; o luxo por huma parte, e pela outra a indolência, e a incúria lhes fôrão completamente desconhecidos. Não acontecêo porem assim aos successores dos Vincullos por eles estabelecidos: nascidos e criados na opulência, a necessidade cessou de estimula-los ao trabalho; e o luxo e a indolência tomarão o lugar da atividade. Esta a razão, pela qual se vê a Ilha de S. Miguel fazer nos primeiros 100 annos, depois da Colonisação, agigantados progressos, e passar pouco depois a hum estado estacionário, e talvez até decadente.

Segue-se uma completa descrição geológica de S. Miguel, bem como à sua divisão administrativa civil, com quadros dos funcionários e militares, rendas públicas, e, no respeitante à agricultura, traça um retrato do mau estado em que se encontrava: atrasada tecnicamente, socialmente distorcida, desflorestada, mal irrigada, embora reconheça a boa qualidade dos solos. Depois, trata da navegação e comércio e da falta de estruturas portuárias, bem como da reduzidíssima variedade de produtos para exportação. E faz considerações sobre a distribuição da propriedade e suas consequências.

Poder-se-ia, então, afirmar que os princípios iluministas e liberais preenchem o seu pensamento e, se transpusermos as suas muito frequentes observações e reflexões sociais, económicas e políticas, para os dias de hoje, logo acharemos o quão atuais elas são: (o.c., p. 32) *Accumulando os principais povoadores todos os seus haveres nas mãos solitárias dos administradores dos Vinculos, que instituirão, estes nascerão já opulentos com o trabalho alheio: fartos, não só do necessário, mas do supérfluo, nada os estimulou á aplicação; poderão impunemente tornar-se indolentes, orgulhosos, e ignorantes, porque tinhão gôsos sem trabalho, esplendor sem mérito, e consideração sem luzes, nem merecimento. Estas as razões, pelas quais degenerarão da atividade, e da industria dos Fundadores*

Luís Mouzinho considera, igualmente, que as obras despesistas [uma pecha nacional, já na época e tal como hoje], são de evitar: (o.c., p. 35): *Todas as vezes que nestas obras [tratava-se de abrigos para a navegação, pequenos portos] como deveria fazer-se, se atendesse tão somente à segurança, e comodidade, sem dar ao luxo, ou elegância das construcções, a Fazenda Real teria de fazer para elas módicos sacrifícios, e os Póvos da Ilha receberião prósperos resultados.* Propõe, ainda, planos para a construção de estradas, a partir da abertura de uma estrada geral de Este a Oeste, ao longo da cadeia central da Ilha, da qual partiriam pequenos ramos para as principais povoações, tendo em vista o aumento da produção agrícola e escoamento de produtos.

Da pág. 37 à pág. 43, elabora o capítulo *Observações sobre o Valle das Furnas e aguas, que nele brotão,* onde, cientificamente, descreve os solos, as montanhas, os picos, as crateras, as lagoas, as "Solfatáras" que (o.c., p. 39) *estão sempre ensopados pelo vapôr aquoso, que se condensa, e se precipita ao sair da bôcca, e cobertos de efflorescencias de enxofre, e de sulfato de alumina; esta emissão de vapores he acompanhada de hum som rouco, e majestoso, que resôa a huma grande zabumba, tocando a distancia.* Acaba as *Observações* com os quadros da composição química das três águas do Vale das Furnas. Resumida esta sua primeira abordagem, de caráter científico, aos Açores, continuemos, agora, pela linha traçada de outras ligações açorianas do liberal Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque.

3.2. OS PRINCIPAIS EVENTOS LIBERAIS NOS AÇORES.

D. João VI e a Corte haviam regressado a Portugal em 3 de julho de 1821, Dom Pedro proclama a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 que só a 15 de novembro de 1825 vem a ser reconhecida por D. João VI. Dão-se, entretanto, os episódios da *Vilafrancada* (1823) e *Abrilada* (1824), já referidos, com o patrocínio da Rainha Carlota Joaquina, da Igreja e dos absolutistas, comandados por D. Miguel. A situação política é completamente instável e, na

reviravolta que D. João VI protagonizou, quando recebe a bordo do navio inglês *Windsor Castle* o infante D. Miguel, demite-o de «Generalíssimo» e o envia para Viena de Áustria, os liberais encontram alguns momentos de trégua, coisa pouca, pois a morte surpreende D. João VI em 1826. O sucessor é D. Pedro, Imperador do Brasil, o qual abdica da Coroa Portuguesa em favor de sua filha D. Maria da Glória, que por ora, tem 7 anos de idade (viria a ser D. Maria II). Elabora uma Carta Constitucional (1826), de modo semelhante ao que tinha feito no Brasil, e, com a finalidade de tecer pontes entre os partidários do absolutismo (D. Miguel) e os liberais, nomeia o irmão D. Miguel para "Generalíssimo" das Forças Armadas Portuguesas, como seu pai já havia feito. Exilado em Viena de Áustria, D. Miguel regressa a Portugal, via Londres, a 23 de fevereiro de 1828 e promove um golpe de estado, dissolve as Cortes, suspende a Carta Constitucional e é aclamado Rei Absoluto. A divulgação desta proclamação chega à Ilha Terceira em 17 de maio de 1828, e o Capitão-general dos Açores, Manuel Vieira Albuquerque Touvar e a Câmara aclamam o novo monarca.

Entretanto, José Quintino Dias, comandante do Batalhão de Caçadores 5, apoiado por liberais, em 12 de julho de 1828, promove um golpe e toma a Fortaleza de São João Baptista da Ilha Terceira, reúne a Câmara e declara fidelidade a Maria II de Portugal, restaura a Carta Constitucional, nomeia um governo interino e expulsa os miguelistas, inclusive o Capitão-general Touvar, que se refugia em S. Miguel. D. Miguel, ignorando, ainda, estes eventos, nomeia, entretanto, em Lisboa, para Capitão-general dos Açores, o vice-almirante Henrique da Fonseca de Sousa Prego, o qual, ao chegar a Angra (15 de julho de 1828) foi impedido de desembarcar e viu as suas bagagens serem-lhe retiradas e vendidas em hasta pública, tendo-se retirado para Ponta Delgada e daí para Lisboa, onde D. Miguel o reconfirma no posto e lhe confia uma armada para tomar à força a Terceira e, de caminho, a Madeira, também em poder dos liberais. Em Angra, Cipriano da Costa Pessoa consegue unir os liberais, um tanto desanimados, e força a Câmara a manter a fidelidade à causa liberal, convoca voluntários para a defesa, expulsa os apoiantes do absolutismo, enquanto se reforçam as fortificações da ilha e D. Pedro envia apoios, por meio de Palmela (em Londres), que nomeia Diocleciano Leão de Brito Cabreira para General das Armas dos Açores. Este chega a Angra em 5 de setembro de 1828 e forma-se, então, uma Junta Provisória do Governo dos Açores que, a 28 de outubro se proclama Governo Legítimo de Portugal e declara Angra como capital do Reino de Portugal. São nomeados ministros de estado e passa-se a chamar Regência de Angra, logo de seguida mudada para o nome de Junta Governativa Provisória.

A situação é deveras instável, a Regência executa julgamentos excessivos (condenações à morte) contra alguns dos absolutistas e D. Pedro permuta, então o Governador Militar e General de Armas dos Açores: sai Cabreira e entra Saldanha que, não conseguindo desembarcar na Terceira (….), impedido pelo bloqueio naval inglês (a Inglaterra apoiava, nesta altura, D. Miguel), tem de o realizar em França. Esta notícia provoca indignação internacional e leva a Inglaterra a levantar o bloqueio naval à Terceira. Pelo lado absolutista, Sousa Prego toma, com facilidade, a Madeira aos liberais e dirige-se para Ponta Delgada (1 de novembro de 1828), com o objetivo de conquistar a Terceira. Falhadas tentativas negociais, patrulha durante um mês as águas da ilha e regressa a S. Miguel (12 de dezembro de 1828), indeciso no ponto de desembarque.

A partir de Ponta Delgada, Sousa Prego efetua, com a sua armada, um bloqueio severo, mas inconsequente, à Terceira, local onde os liberais aproveitaram a demora das indecisões absolutistas para reforçarem a presença na ilha de muitos emigrados vindos da Inglaterra e da França e mantendo comunicação com o Brasil, enquanto Palmela continuava a enviar homens e equipamento militar para reforçar a sua defesa. O mesmo Palmela, por reconhecer alguma falta de entendimento entre as chefias político-militares em Angra, extingue a Junta Provisória e nomeia o General António José Severim de Noronha (Conde de Vila Flor e futuro Duque da Terceira) como Governador e Capitão-general dos Açores. Este chega, então, à ilha acompanhado de um numeroso grupo de emigrados (a 29 de junho de 1829), nos quais se inclui Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, dando início ao segundo contacto deste com os Açores. Assim, a Capitania-geral dos Açores passa a ter, a partir de junho de 1829, dois titulares, um por cada partido: Sousa Prego em Ponta Delgada e Vila Flor em Angra.

D. Miguel decide, em julho de 1829, ordenar o ataque à Terceira, e assim envia a sua armada (sob o comando de José Joaquim da Rosa Coelho) e trava a Batalha da Praia (11 de agosto de 1829), com a derrota miguelista, facto que levantou, decisivamente, o moral dos liberais e lhes deu credibilidade internacional. O topónimo Praia foi alterado, na sequência dos factos, para Praia da Vitória. Palmela consegue, então, desembarcar na Terceira (15 de março de 1830) e é nomeado por D. Pedro para Presidente da Regência, enquanto Vila Flor é nomeado Marechal de Campo e Comandante Militar da Terceira. Mouzinho de Albuquerque é escolhido para Secretário de Estado de todas as repartições da Regência de Angra (equivale a Primeiro Ministro), e, mais tarde, em 2 de julho de 1831, pede a exoneração do cargo para se dedicar mais à ação militar, como ajudante de campo de Vila Flor. São nomeados, igualmente, embaixadores da Regência em Londres e Paris.

Em 7 de abril de 1831, Vila Flor e os liberais, partem de Angra decididos a conquistar as restantes ilhas: a Ilha do Pico é ocupada sem resistência, seguindo-se a de S. Jorge, onde se dá o recontro da Ladeira do Gato (10 de maio de 1831), com vitória liberal, seguindo-se o Faial, o que foi conseguido à 2ª tentativa, e, logo de seguida, a Graciosa. As ilhas de Flores e Corvo reconheceram sem oposição o governo liberal. Os miguelistas detinham, unicamente, S. Miguel e Santa Maria. São Miguel caiu para os liberais em 3 de agosto de 1831, depois de uma tentativa de resistência no chamado combate de Ladeira da Velha. Santa Maria rende-se, logo de seguida. Com o arquipélago em seu poder, Palmela viajou para Londres a fim de convidar D. Pedro a ir para os Açores e daí, planear o assalto a Portugal. Começou, então, o recrutamento para o exército liberal.

D. Pedro chega a Ponta Delgada em 22 de fevereiro de 1832, vindo de França (Belle Isle) com 7000 soldados. Aí aportara em junho de 1831 e fora muito bem recebido, proveniente do Brasil, donde partira em abril do mesmo ano) e, em 2 de março (1832) viaja de Ponta Delgada para Angra. Aqui, nomeou novo governo, constituído por Palmela, Mouzinho da Silveira e José Freire, enquanto para a marinha nomeou o general Sartorius como Comandante-em-Chefe das Forças do Mar e Vila Flor para as de Terra, visitou a cidade da Horta, e, na ilha de são Jorge, os voluntários constituíram o "batalhão Sagrado" que seguiu, pouco tempo depois, com D. Pedro para o Continente. Em 26 de abril D. Pedro segue para S. Miguel onde se fez a concentração das forças. E a 27 de junho de 1832, partiu para Portugal a esquadra composta pelas fragatas *Rainha de Portugal e D. Maria II,* a corveta *Amélia,* os brigues *Regência, Conde de Vila Flor e Liberal,* as escunas *Faial, Graciosa, Terceira, Coquette, Esperança, Eugénia, e Prudência* e mais outro navio, 50 transportes com o Batalhão de Oficiais, o Corpo de Guias, os Regimentos de Infantaria 3, 6, 10 e 18, os Batalhões de Caçadores 2, 3, 5 e 12, o 1º Batalhão de Artilharia, o Batalhão Académico, o Batalhão de Voluntários da Rainha, o Batalhão de Marinha e o Batalhão de Atiradores Portugueses. Eram 7500 homens de armas, os *7500 bravos do Mindelo* que iam decididos a lutar pela causa do liberalismo. Entre eles, seguia Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque.

3.3. O SOLDADO LIBERAL.

Sabemos que Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque desembarcou em Angra, com Vila Flor, em 22 de junho de 1829, como ficou mencionado. Logo em 11 de agosto toma parte na defesa da Ilha Terceira, na Batalha da Praia. As forças eram desniveladas. A armada miguelista, comandada por Rosa Coelho, tinha 22 velas: uma nau, três fragatas, duas corvetas, quatro brigues e quatro charruas. Bordejam a costa e os defensores liberais tentam adivinhar onde será o desembarque, guarnecem os pontos mais acessíveis (certamente com o recurso aos conhecimentos do engenheiro militar Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque), e estes percebem que iria ser desencadeado na vila da Praia. Concentram-se no forte de S. Sebastião. Relata Henriques (s/d, p. 43):

> *Vêm embarcados na esquadra do almirante Sousa Prego, e são para cima de sete mil. Nós não temos mais do que dois mil e quinhentos homens, a maior parte deles guerrilhagem local. Mas temos o Conde de Vila Flor, e eles não… A nossa defesa está baseada nos fortes de Santa Catarina, São José, Santa Cruz do Porto, São João, Luz, Chagas e São Francisco, e muito embora alguns deles não tenham artilharia, sempre dão bons cobertos e*

abrigos à infantaria e não vão ser fáceis de tomar… a vitória do conde de Vila Flor na Vila da Praia, daí em diante conhecida como Praia da Vitória, constituiu um golpe tremendo na Causa Miguelista. As tropas liberais, magnificamente entrincheiradas e conduzidas por jovens da têmpera de Moura Coutinho, Manuel Meneses, Almeida Pimentel e Queirós Sarmento, repeliram todos os assaltos das forças de desembarque, causaram-lhes enormes perdas em mortos e feridos e prisioneiros, e obrigaram a esquadra miguelista a retirar.

E ainda sobre este feito que terá virado, definitivamente o rumo da história portuguesa, eis o relato de um dos generais: ao romper do dia 11, escreve Pinheiro (1992, p. 61)

«*Seja-me permitido fixar a atenção de V.Ex.ª sobre o espetáculo que se me apresentou, quando cheguei ao campo de batalha» - escreveu Terceira a Palmela -, «espetáculo o mais belo que pode encontrar-se na guerra e que talvez se não apresente em um só sobre mil combates. Os canhões da esquadra batiam por toda a parte a praia e colinas adjacentes, e os nossos fortins, com um limitadíssimo número de canhões, servidos por artilheiros da costa, respondiam a centenares de bocas de fogo que os atacavam, e no alto da escarpa a pequena linha de voluntários desenvolvia simultaneamente o máximo valor e a mais sublime generosidade.»*[344]

Entretanto, Luís Mouzinho, tendo sido nomeado Secretário de Estado de todas as repartições da Regência de Angra, assinou, com Palmela, o conde de vila Flor e José António Guerreiro a célebre *Proclamação da Regência de Angra aos Portugueses* datada de 20 de março de 1830, no teor da qual se pode, com facilidade, descortinar o estilo patriótico e romântico da sua pena. Participa ativamente na criação da Escola Militar provisória de Angra, criada em 10 de abril de 1830, de que é Primeiro Diretor e autor do Regulamento. Era uma escola aberta, e destinava-se a aumentar os conhecimentos dos militares desocupados quando não havia combates.

Enes (2008, p. 619)) escreve que

(…) a regência liberal em Angra de 1828 a 1832, nos decretos de abril de 1830 e de abril e junho de 1832, preconizou uma reforma preambular para os Açores[345] *enquanto não se fizesse a reforma geral no reino. É de relevar o empenho demonstrado por Mouzinho de Albuquerque e pelo então marquês de Palmela nos relatórios justificativos. Em 1830 é criada a Escola Militar Provisória, para o desenvolvimento das ciências matemáticas e suas aplicações à arte da guerra*.

Silva Carvalho, que não nutria simpatia por Luís Mousinho, achava despropositada esta instituição, antes fossem ensinadas disciplinas estritamente militares. Daqui se pode observar, uma vez mais, o espírito original, iluminado e comprometido de Mouzinho, entretanto participante de uma Regência, em situação um tanto precária, cujos membros, ao mínimo desaire, teriam o destino da forca, perante o adversário. Palmela defendeu Mouzinho. Pinheiro conta (1992, p. 63): *Escreveu que não havia Português que o excedesse em «talento e atividade nem em conhecimentos gerais e ainda menos em desinteresse»*[346] *Não podendo atacar Palmela, Silva Carvalho centrava os seus ataques num dos seus mais próximos colaboradores.*

É nessas funções que, em nome da Regência, se desloca a Londres (de 14 de janeiro de 1831 a 16 de maio) para tentar obter o empréstimo que permitiria a sobrevivência liberal nos Açores, dada a situação desastrosa na Terceira: faltavam bens agrícolas, não havia dinheiro para pagamentos dos militares, mantinha-se o bloqueio naval, a situação internacional era favorável a D. Miguel devido aos governos conservadores em França e Inglaterra. As negociações não obtêm o resultado esperado, já que a situação internacional era desfavorável à

[344] Pinheiro (1997, p 190), Nota (1) Sá da Bandeira, *Diário da Guerra Civil,* vol. 2, p. 52

[345] *Collecção de Decretos da Regência do reino em 1829 e 1830 e Collecção de Decretos de Execução Permanente da Regência do Reino de 1830-1832.*

[346] Pinheiro (1997, p. 190) Nota (4) *Correspondência de Palmela com Luís António de Abreu e Lima, 25 de maio de 1830.*

precária situação dos liberais nos Açores e apoiava, claramente, D. Miguel. Só com a revolução de julho de 1831 em Paris, onde fora deposto Carlos X (absolutista) substituído por Luís Filipe (liberal), ao mesmo tempo que em Inglaterra, no fim do ano, com a queda do governo Tory (conservador) as condições se alteraram, a aceitação da causa liberal de D. Pedro começa a ter apoiantes internacionais e o empréstimo se vem a realizar.

Ao regressar (16 de maio de 1831), Luís Mouzinho vem adoentado, mas quer participar nos movimentos militares como oficial de estado-maior e ajudante de campo do conde de Vila Flor. Estará já recuperado a 24, e a 27 está presente na conquista do Faial (o referido recontro da Ladeira do Gato), enquanto em Angra se desenvolvem alguma instabilidade e intrigas entre os liberais (haviam várias obediências maçónicas e também carbonárias) e tinham aparecido, entre os liberais, dois partidos: Cartista (dentro do pensamento de Palmela) e Setembrista (mais de acordo com Saldanha), sendo frequentes os boatos e insinuações, e onde se falava, até, de subversão do governo. A 1 de junho a *Water Wich* apanha, no Pico, Luís Mouzinho que, com o major José Joaquim Pacheco (encarregado das tropas de desembarque) e a ajuda de Guilherme Avelar, profundo conhecedor da Ilha, elaboraram um plano para a conquista de S. Miguel.

Em 2 e 27 de julho, efetua os reconhecimentos a esta ilha, para determinação dos locais do desembarque, assunto complexo, devido aos fortins de defesa construídos ao longo da costa e ao facto da ronda permanente de uma corveta miguelista. Atentemos na descrição dos factos em Pinheiro (1997, p. 66): «*A navegação, porém foi conduzida com tal acerto, e felicidade» - escreveu a Regência a Abreu e Lima - «e as medidas, que se haviam previamente tomado para se reconhecer as costas da ilha, e saber ao certo o lugar em que se achava ancorada a corveta, foram tão bem concertadas que no dia primeiro do corrente, ao amanhecer, se acharam todas as nossas embarcações próximas à costa de NE de São Miguel, e efetuaram o desembarque num ponto distante, pouco mais ou menos oito léguas da cidade de Ponta Delgada, o qual por ser de mui difícil acesso, e protegido por montanhas escarpadas, se não achava protegido por tropas mas sim por paisanos armados».*[347] *O avanço para Ponta Delgada foi rápido, apesar das duas colunas inimigas que derrotaram. O exército estabeleceu, nesse dia, o campo nas alturas que dominam o lugar da Maia, em frente a uma ravina.*

E deu-se, então, a Batalha da Ladeira da Velha (1 de agosto de 1831) com a derrota completa dos miguelistas, uma batalha sangrenta. As forças militares abandonaram Ponta Delgada (3 de agosto), o Capitão-general Prego fugiu para uma barca inglesa e os liberais entraram na cidade. Luís Mousinho trouxe, como secretário militar do general Vila Flor, a notícia à Regência, na Praia. Vinha, entretanto, desde que chegara à ilha Terceira trabalhando na realização de um mapa da ilha (chamou, sempre, à Terceira «um rochedo inclinado e escorregadio», numa aceção de subtil ironia, dadas as contínuas intrigas que ali fervilhavam), e pretende dar-lhe a continuação possível, o que o leva a uma viagem pela ilha, acompanhado dos instrumentos necessários às costas de duas bestas. Mas a situação altera-se com os preparativos para a viagem de D. Pedro do Brasil para os Açores, via Paris, com o intuito da expedição a Portugal e não há memória da conclusão da obra.

Palmela está de acordo com Luís Mouzinho: era necessário que, antes de rumar ao continente, a armada liberal deveria conquistar a Madeira. D. Pedro não está convencido. Luís Mouzinho fora nomeado a 11 de março Governador da Madeira e a 18 já se encontravam nas águas da Madeira a fragata D. Maria II, o brigue Vila Flor e duas embarcações ligeiras. Luís Mouzinho intima à rendição, mas as autoridades afetas a D. Miguel não aceitam e os liberais na ilha não são muitos. Então conquistam Porto Santo. O governo muda de ideias e manda regressar a fragata aos Açores e Luís Mouzinho permanece em Porto Santo, com reduzidíssimas forças (40 homens), em situação de ser, a todo o instante, trucidado, até que um barco os vem buscar de regresso a Angra, tanto mais que a esquadra miguelista já tinha partido de Lisboa e vinha a caminho. Mas este facto teria bastante importância: aos olhos estrangeiros, "o bloqueio da Madeira" serviria

[347] *Arquivos dos Açores, vol. VI,* p. 98. *Carta da Regência para L.A.A.,* p. 390.

para desbloquear o empréstimo aos liberais. Entretanto, em Angra, D. Pedro nomeara Mouzinho da Silveira para construir o novo edifício legal liberal, demolindo o do antigo regime, dando maior racionalidade às reformas que já haviam sido encetadas no vintismo.

Curiosamente, estes dois homens, um legislador e o outro mais guerreiro e militar, escreve Pinheiro (1992, p. 69)

> *provinham da mesma família de Castelo de Vide mas opunham-se por diferenças de cultura e temperamento. Incomparavelmente mais culto e brilhante, Luís da Silva pouco terá contribuído para a obra legislativa revolucionária. Mais profundamente liberal, não acreditava nas reformas súbitas e planeadas em gabinete, preferindo-lhe as reformas graduais, baseadas em aturada investigação estatística e discutidas pelo parlamento. O destino era agora Portugal e Luís Mouzinho teria ainda muito que batalhar até vir tomar conta do Governo da Madeira, em 1834.*

4. O PENSAMENTO E A PERSONALIDADE.

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque recebeu uma educação emanada da filosofia das luzes e a essa ideologia de liberdade, fraternidade e igualdade emprestou toda a sua vida de luta militar, científica e política, acrescentando-lhe uma tonalidade de certo romantismo. Publicou poemas, memórias, relatórios, manuais e cartas, mas por certo haverá por encontrar mais material suscetível de ser interessante para uma compreensão biográfica mais aprofundada, quer em arquivos públicos como particulares. O interesse revelado e perseguido por observações e questões científicas, de acordo com os padrões da época, foi a alavanca que lhe proporcionou um espírito permanente de observação da sociedade nos aspetos sociais e económicos e o fez intervir em diversos domínios científicos, como os da geologia, química, matemática, agricultura, educação, ou no domínio militar, em estratégia, manutenção, ciência naval, e no domínio político em que ocupou, por numerosas vezes, as maiores responsabilidades, como Ministro, Governador ou deputado. Em todos esses desempenhos, destemido, publicitou as suas frontais opiniões, demarcando mais intensamente a veia romântica nas obras literárias de que, também, foi autor.

Em 1823, publica em Paris e oferece ao Parlamento as suas *Idéas sobre o estabelecimento da instrucção publica, dedicadas á nação portuguesa, e offerecidas a seus representantes*, como mencionado. Em 1824, já como provedor da Casa da Moeda, redige um compêndio *Curso elementar de Physica e de Chimica,* seguindo-se-lhe (1826) as também já mencionadas *Observações sobre a Ilha de S. Miguel,* umas outras *Observações para servirem à história geológica das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas,* vários *Relatórios* como Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, *Relatórios* vários sobre as obras públicas e inspeções, um *Guia do engenheiro na construcção das pontes de pedra (1840),* e, numa primeira iniciativa nacional de recuperação do património arquitetónico, *Memória inédita acerca do edifício monumental da Batalha (1854).*

No campo literário, publicou o poema *O Dia*, (1813), as *Georgicas portuguesas,* (já referido), dedicadas a sua mulher D. Ana Mascarenhas de Ataíde (Paris, 1820), obra que encontrou sucesso e a quem Garrett elogia no seu *Bosquejo da História da Literatura Portuguesa de 1825,* o conto *Ruy, o escudeiro* (Lisboa, 1844), a mais romântica das suas obras, e o poemeto *A Gloria das conquistas* (publicado no Jornal de Coimbra). No que se refere à personalidade, aquando, no parlamento foi apodado de «sentimental», Luís Mousinho não o renega e responde da seguinte maneira em (*D.C.D*. 1836. Vol. VI, pp. 116-120):

> *homens haverá talvez que, apesar de possuídos duma impressão profunda, possam tirar-lhe a tinta que lhe é própria, possam fazer cair sobre o painel uma geada fria, uma névoa pesada, e que lhe amorteça a intensidade das suas cores; mas nós, filhos do sol do meio-dia, quem poderá privar-nos do calor que a natureza imprimiu na nossa organização?*

Escreve o filho José Diogo Mouzinho de Albuquerque (pai de Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, herói de Chaimite) que o acompanhou no último combate (Arquivo privado):

Os que o não conheciam o reputavam soberbo, com ideias senão absurdas pelo menos exageradas e inexplicáveis, duro e pouco amável; pelo contrário, aqueles que com ele tiveram relações mais íntimas, ainda que mesmo por pouco tempo, reconheciam e admiravam a sua franqueza, a simplicidade e retidão das suas ideias, a lealdade do seu caráter, e sempre ficaram seus amigos, cativados pela afabilidade do seu bom coração.

Em 1843, declara no parlamento que nunca foi rico e que os funcionários honestos jamais enriqueceriam, o que está perfeitamente de acordo com a atitude tomada em Angra de recusar receber o ordenado de ministro, pois apenas queria receber o seu soldo de militar, com o posto de tenente.

Para ele, a virtude privada e a moral pública são indissociáveis do progresso da pátria, e só alcançadas através da educação (de que foi um entusiástico promotor) e «da promoção pelo trabalho, que conduziriam [os homens] a uma sociedade em que reinaria o mérito e a virtude».[348] Ao apresentar, na Câmara dos Deputados, em 1842, uma lei contra as sociedades secretas, (de que fazia parte, como a quase totalidade dos liberais[349,]) expressou a opinião de que o cristianismo era uma religião eminentemente liberal e fazia a defesa da amnistia dos vencidos, pois para ele o regime liberal tinha que se diferenciar do absolutista, garantir eleições livres, evitando perseguições e vinganças, enquanto no que diz respeito à política fiscal do Estado, afirmava que o cidadão só deve pagar em impostos o estritamente necessário para o bem comum, sendo tudo o mais considerado um abuso e um roubo.

Cremos que, através do fio do seu pensamento e personalidade, Luís Mouzinho se encontraria já um tanto cansado dos jogos políticos, fomentados em redor do seu conceito de liberalismo puro e sem concessões. Finalmente, parece-nos importante anotar o quanto é atual o pensamento de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, no que respeita à colonização e à interculturalidade, à lusofonia. São estes conceitos contemporâneos, inexistentes há quase duzentos anos, mas que revelam a inteligência e a visão prospetiva deste grande intelectual e militar.

Referindo-se a D. João I e seus filhos sepultados no mosteiro da Batalha, escreve, conhecedor da história, (Albuquerque 1854, pp. VIII. IX):

As cinzas veneraveis que alli repousam, se são nossas mais particularmente, em geral pertencem tambem ao genero humano, porque foi d'ellas que partiu o impulso, que se por ventura desvairado em alguma das suas epochas, espalhou em regiões remotas o terror e a desolação, terminou por ligar a humanidade inteira por vinculos de mutuas relações e reciprocos interesses de que as idades anteriores não haviam concebido nem sequer a ideia.

E acrescenta, agora referindo-se à construção do chamado «império português», (cuja fraqueza administrativa reconhecia) mas donde resultou a lusofonia[350]

O pequeno Reino de Portugal, estendendo os seus estabelecimentos ao longo das costas Ocidental e Oriental da África e pelas da Ásia e Ilhas adjacentes até ao Japão, nunca pôde lançar nesta imensa linha senão pontos mui distantes separados por enormes intervalos, sem intensidade em parte alguma.

Portugal, em sua opinião, nunca soube administrar-se a si próprio nem às suas colónias, que assim, rapidamente foram parar às mãos de outras potências.

Lúcido, reflete[351]:

[348] D.C.D., 1843 vol. 1, p. 62.

[349] Nas atas da carbonária terceirense, L. da S. Mouzinho de Albuquerque é escolhido, em substituição de J. B. da Silva Leitão de Almeida Garrett para deputado pelos Açores. In *Fundo dos Condes da Praia,* maço 1 doc. 6. Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque era membro da Loja 11 de 1829 e da barraca 22 de junho.

[350] Memória enviada à Rainha em resposta ao convite para governador da Índia. In Pinheiro (1992, p. 192), nota 2 de «Um olhar sobre as colónias».

[351] D.C.D., 1843, Vol. III, pp. 219/224.

A perda completa da sua marinha de guerra, e mercante seguida à retirada do senhor D. João VI para o Brasil, o enfraquecimento do Reino pela guerra da independência e suas consequências, pela separação das possessões americanas [Brasil] e pelas nossas desastrosas e prolongadas dissensões civis, finalmente a destruição súbita e não preparada de todo o antigo regímen colonial, substituído por outro e por outros improvisados a capricho, e sem relação alguma com a índole, necessidade, nem estado de civilização daquelas possessões reduziu-as ao estado de maior confusão e abatimento.

E critica, duramente, a política colonial, no mesmo texto:

Quando nós legislamos em relação às colónias queremos porventura que elas sejam mudas; queremos calar a voz das suas necessidades, e calcar as prevenções e paixões que lhe são próprias, e sem as quais elas não poderiam pugnar pela sua justa independência e igualdade.

Mais à frente, revela a sua visão de justiça, liberdade e igualdade, pondo a mão na ferida:

A Europa – disse ainda – tem exercido por muito tempo um Poder por assim dizer tirânico sobre as outras regiões do Globo, que tem submetido ao seu domínio. Os habitantes, os naturais daquelas regiões, olham o Europeu como essencialmente ativo e disposto a considerá-los e tratá-los como inferiores; portanto quando tais homens se pretendem tornar irmãos, como a Carta [Constitucional de 1826] os tornou, é preciso não estabelecer princípios que despertem este ciúme fazendo entre os ultramarinos e nós distinções, por onde se possa entender que existe a menor desigualdade.

Propõe, então, como princípio de solução para os problemas ultramarinos, a nomeação da figura dum Comissário Régio com a missão de diagnosticar a situação de cada uma das colónias, e que não se esquecesse de, em África, investigar *com a maior atenção e escrúpulo quais os meios mais próprios e eficazes de acabar efetivamente e de facto com o iníquo, desumano e* abolido tráfico da escravatura, [em 1836 por Sá da Bandeira], *de coibir e punir as infrações das Leis a tal respeito; e de substituir este extinto comércio por algum outro recurso lícito e praticável que pudesse fornecer meios de existência e novos mananciais de prosperidade àquelas possessões.*[352]

5. O PERCURSO FINAL

Os objetivos deste trabalho são primordialmente voltados para a relação mantida por Luís Mouzinho com os Açores. Esta relação passou pelo envolvimento fortíssimo da sua pessoa, nos mais diversos campos de interesse e trabalho: os estudos geológicos, económicos e sociais numa primeira estada e a inteligência militar, a estratégia, a educação e a formação, a sua capacidade negociadora e o seu comprometimento em todas as frentes de combate, nas estadas seguintes, entrecortadas com missões da maior relevância.

Conhecia muito bem as ilhas açorianas, e esta experiência constituiu a base de sabedoria do seu percurso posterior como militar, político e homem dos mais altos valores liberais. Por esse motivo, não podemos desenvolver outros mil episódios biográficos interessantes, após a sua definitiva saída dos Açores. Faremos, no entanto, um brevíssimo resumo:

> A 7 de julho de 1832, faz o reconhecimento do ponto de desembarque (era um especialista) juntamente com o almirante Sartorius e Balthasar d'Almeida Pimentel, entre as praias de Arnosa e Pampelido, o qual é efetuado a 8. A entrada no Porto dá-se a 9 de julho, seguida de expedições e combates. O Porto estava cercado e Luís Mouzinho é um dos «bravos do Mindelo» e participa neles, mesmo sendo Ministro da Marinha, enquanto Palmela vai a Londres pedir reforços.

[352] Vide nota 9

Intrigas e incompreensões levam à exoneração de Vila Flor 8 (de Comandante das forças) e de Luís Mouzinho (de Ministro da Marinha), continuando, no entanto, como Ministro do Reino.

Segue, mais uma vez, com Palmela, integrando uma equipa de negociadores para obtenção de um empréstimo em Inglaterra e, mais uma vez, devido às intrigas entre liberais em Portugal e a dificuldade na obtenção do empréstimo, provocam as demissões dos negociadores.

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque participa, depois, no desembarque no Algarve (20 de junho de 1833) e na expedição até Lisboa (24 de julho), onde os liberais são aclamados pela população e a Rainha D. Maria II é, igualmente, aclamada, tal como a Carta Constitucional e D. Pedro como Regente.

Participa, igualmente, nas campanhas do Norte e Estremadura até Évora Monte (3 a 26 de maio de 1834.)

Em 3 de agosto de 1834 chega à Madeira como Prefeito (acumulação de Governador civil e militar), donde regressa a Lisboa em novembro de 1835 por ter sido nomeado para uma comissão longínqua: governador da Índia. Em 1840 é de novo repetido este convite, que recusa.

Nos anos de 1835 a 1846 é empossado, por 3 vezes, como Ministro do Reino, como Ministro da Marinha, como Ministro da Justiça, por diversas vezes é nomeado Inspetor-geral das Obras Públicas, igualmente por diversas vezes é distinto parlamentar, e, dada a excessiva turbulência dos golpes políticos sucessivos, por mais duas vezes se exila em Paris e outro tempo se exila em Leiria, na Quinta da Várzea, entregando-se a cuidados domésticos, onde, igualmente o vêm buscar para governador do Distrito, lugar que não ocupou, por ter ido novamente, para Ministro do Reino.

D. Maria II demite o governo (golpe palaciano da Emboscada, a 6 de outubro de 1846). Este facto provoca a ira dos anticabralistas e Luís Mouzinho passa a apoiar a fação moderada do setembrismo e, desencadeada a guerra civil, colocou-se ao lado de Sá da Bandeira e Lavradio, na Patuleia e posicionava-se, agora, contra Saldanha e a Rainha. As eleições foram adiadas e Saldanha solicita intervenção externa. Era, então coronel e acompanhou o general Valdez, conde de Bonfim, em Torres Vedras. Graduado em brigadeiro do Real Corpo de Engenheiros, ficou no comando do castelo da vila. E, a 23 de dezembro de 1846, uma bala provinda do exército de Palmela, atinge-o de morte, vindo a falecer 4 dias depois, a 27 de dezembro. Tinha 54 anos. O duque de Palmela, defendendo a posição da Rainha, seu aliado de sempre, era agora, o inimigo e o vencedor.

Cremos radicar aqui o relativo esquecimento que referimos no início. Imbuído pelos nobres ideais de liberdade constitucional que sempre defendeu, Luís Mouzinho não aceitou um golpe antidemocrático e ditatorial, visceralmente apoiante de um governo que unicamente poderia sair das eleições.

Só a regeneração recuperaria as ideias da Carta (em 1851), porque tanto se bateu. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque foi moço fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, ministro de Estado honorário, cavaleiro de Honra e Devoção da Ordem de São João de Jerusalém, grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, grã-cruz militar de Avis e comendador da Ordem da Torre e Espada. Era sócio de diferentes associações científicas nacionais e estrangeiras, incluindo a Academia Real das Ciências de Lisboa e o prestigioso Institut de France.

BIBLIOGRAFIA:

. Albuquerque, L.M. (1826). *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma Ilha, em agosto de 1825.* Lisboa: Impressão Régia.

. Albuquerque, L.M. (1854). *Memoria Inedita ácerca do Edificio Monumental da Batalha.* Leiria: Typographia Leiriense.

. Dias, Maduro (1985). *A cidade de Angra na Ilha Terceira que está em 39 graos.* Angra do Heroísmo: Edição comemorativa dos 450 anos da Cidade de Angra.

. Enes, Maria Fernanda (2008). *As novas formas de aprendizagem laica e religiosa.* In «História dos Açores. Do descobrimento ao século XX (Vol. I)». Angra do Heroísmo: Instituto A*çoriano de Cultura.*

. Henriques, A. F. (coronel) (1978?). *Os Oficiais do Exército de Dom Pedro.* Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

. Lopes, António (2008). *A Maçonaria Portuguesa e os Açores (1792-1935).* Lisboa: Ensaius-Gabinete de Comunicação e Investigação Histórica.

. Monjardino, A. et alii (2008). *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX (vol. I).* Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

. Pinheiro, Magda (1992). *Mouzinho de Albuquerque, um Intelectual na Revolução.* Lisboa: Quetzal. Ed. Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey.

. Riley, Carlos G (2004). *Das luzes pombalinas às encruzilhadas liberais nos Açores: o caminho de S. Miguel.* Porto: Faculdade de Letras. In "Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos", p. 917-924.

WEBGRAFIA:

Consultas (Wikipédia / Infopédia) dos temas: *Ilha de Santa Maria; Belenzada; Revolta dos Marechais; Dom Pedro nos Açores; Setembrismo; Patuleia; Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque; Marquês de Aracati; Decretos e proclamações da Regência de Angra; Duque de Terceira; José da Silva Carvalho; História dos Açores; Conde de Lavradio;*

55. MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO, (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA)

TEMA: 3.2. RICARDO REIS: DESRESPEITADOR DA NORMA ORTOGRÁFICA. DEFENSOR DA LÍNGUA, POR MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, [353] ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DA GUARDA,

1. INTRODUÇÃO

Com a entrada em vigor do Acordo Ortográfico pôs-se fim àquela que é também já apelidada de 'Guerra dos cem anos'. De facto, e apesar do acordo ser de 1990, é apenas em 2011 que oficialmente é aplicado no sistema de ensino, após várias tentativas de unificação, resultante de um ato de soberania praticado por Portugal em 1911. Se vai ser aplicado por todos? Aguardemos. Mas não acontecerá nada que não tenha acontecido já. Aquando da primeira reforma ortográfica em Portugal, o tal ato classificado como se soberania, que Pessoa classificou de "*imoral e impolítico*" (1997:51), foram também várias as vozes que ecoaram e fizeram arrastar no tempo esse eco. Há e sempre houve divergências sobre o modo de escrever (como as há, e ainda mais, sobre o modo de pronunciar).

Tomemos, como exemplo, precisamente Fernando Pessoa, um dos mais reconhecidos autores portugueses, para muitos o mais reconhecido, para vermos como passadas duas décadas desse ato, tais ecos de divergência ainda se ouviam, e nem por isso deixou de ser um dos que mais enobrece a lusofonia.

O interesse do multifacetado Pessoa sobre a Língua Portuguesa, e sobre a Ortografia "da nossa clara língua majestosa" (1998:16)[354], é de há muito conhecido. Que era conhecedor das bases em que assentava a reforma de 1911 demonstram-no as várias observações críticas que sobre ela teceu. São alguns desses pensamentos antirreforma que aqui pretendo recordar, mas sobretudo mostrar que tal posição em nada truncou a sua capacidade criadora, neste caso em particular a lexical.

Penso não existirem dúvidas sobre as vantagens de uma normalização da ortografia. Contudo, a partir do momento em que se alteram mecanismos/conceitos já instalados, como grafia, som e significado, a relutância é como que instintiva. Qualquer alteração gráfica a introduzir na língua nunca é feita de forma radical e automática, mas progressiva. Isto significa que ambas as formas gráficas convivem durante algum tempo, para alguns durante muito tempo.

Aqui reside um princípio elementar para Pessoa:

> "*o indivíduo tem o direito de adotar a [escrita] que quiser – a que lhe parecer melhor e mais conveniente. Quer isto dizer que (…) cada um tem direito a escrever na ortografia que quiser; que, tecnicamente, pode haver tantas ortografias quantos há escritores. Terá isto o inconveniente de, se um escritor optar por uma ortografia antipática ao público, o público o não ler? Seja: o*

[353] Este trabalhado foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto com a Ref.ª PEst-OE/EGE/UI4056/2011.

[354] Não podemos deixar de destacar o facto de, mesmo em prosa, Pessoa ser extremamente cuidadoso com a escrita. Repare-se que estamos na presença de um decassílabo perfeito, tão próximo do que figura já n' *Os Lusíadas*, mais precisamente em VII.29.2: *Ouvindo clara a língua de Castela*.

inconveniente é para ele, não para o público. Praticou um ato: sofreu-lhe ele mesmo, só ele, as consequências, como é lógico e justo em todos os critérios intelectuais e morais" (1997:23).

Para ele, a preferência pela grafia etimológica, em detrimento da nova grafia, é manifestada em várias frases: "*adoto uma ortografia etimológica extrema" (1966:430), ou "é certo que, por diversas razões, uso da ortografia antiga*", ou ainda em carta a João Gaspar Simões, datada de 19 de dezembro de 1930, passados, portanto, 19 anos da entrada em vigor da reforma de 1911, podemos ler as seguintes palavras:

"*Fiz o possível por transcrever o poema que vai junto em ortografia moderna, visto que é a que vocês usam na Presença, e fica sempre mal o desacordo ortográfico adentro de uma publicação qualquer.*

*(…) V. fica, desde já autorizado em absoluto a reortografar como melhor lhe parecer ou convier o que eu enviar para aí" (*1999c:224-225)[355].

Pessoa mostra objetividade ao afirmar que "*o único efeito presumidamente prejudicial que estas divergências ortográficas podem ter é o de estabelecer confusão no público".* Mas isto nem é muito grave, pois culturalmente deve haver confusão, deve o indivíduo ser obrigado a pensar por meio da divergência. O que seria grave, prejudicial, e até imoral, era "*se o Estado admitisse essa divergência em seus documentos e publicações, e, derivadamente, a consentisse nas escolas*" (1997:24).

De facto, o Estado adota a ortografia, boa ou má, que entender e impõe-na. Foi o que aconteceu a 13 de maio de 2009, com depósito do respetivo instrumento de ratificação por parte de Portugal, como se pode ler no Aviso n.º 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros[356]. Resulta daqui um período de seis anos de dupla grafia, e de alguma confusão na Língua Portuguesa, mas que o tempo se encarregará de resolver. Serão, pois, infrutíferas para com o seu patrão as discordâncias daqueles que fazem partem de todo o sistema de ensino. Entenda-se, contudo, que aceitação das leis não implica concordância tácita com elas. Todos nós podemos escrever com uma ortografia à margem das regras. Pratiquemos tal ato, e soframos-lhe as consequências, como é justo.

Aliás, no fundo, esta é uma questão momentânea, pois, como também refere Pessoa, "*pouco importa a ortografia em que escrevo; se o que escrevo durar, vivo, até ao século vinte e dois, esse século se encarregará de me reeditar na sua ortografia, qualquer que fosse a que eu escrevesse"* (1997:28).

Os editores do seu próprio século, e alguns do nosso, porque ainda não entenderam que a "*a grafia também é gente"* (Pessoa, 1998:17), encarregaram-se de antecipar o que vaticinou.

A este propósito, vale a pena lembrar as palavras de Silva Bélkior:

"*A ortografia seguida por um autor nem sempre tem importância filológica e pode, muitas vezes, ser modernizada sem inconvenientes.*

Por isso, não poucos filólogos reortografam os textos das edições críticas que publicam.

Existem, porém, casos em que a ortografia original tem uma função específica e necessita ser conservada.

Tal é, segundo nos parece, a situação em que se encontram as odes de Ricardo Reis" (1983:62-63)[357].

Sobre os editores das odes de Reis, pronunciaram-se já alguns críticos, nomeadamente J. do Prado Coelho[358] e Silva Bélkior[359]. Das suas conclusões destaca-se o facto de ao ser alterada a grafia das odes de Reis, se ter desrespeitado o *usus scribendi* do autor, desvirtuando-

[355] Cf. também Bélkior (1983:55).
[356] Cf. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 182 - 17 de setembro de 2010, pp. 4116.
[357] Fica por explicar a reortografia da sua edição crítica das odes de Ricardo Reis, edição da IN-CM, em 1988.
[358] J. do Prado Coelho, "Notas à edição Ática das «Odes» de Ricardo Reis", *Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa* 3 (1952) 275-277.
[359] Bélkior (1983:79-95).

se o traço latinizante que as carateriza e, por vezes, a integridade métrica. Salienta Silva Bélkior que os editores da *Ática* ao reortografarem este verso decassílabo *Stás só. Ninguem o sabe. Cala e finge* sem a aférese do «e», transformaram-no em hendecassílabo, quebrando o paralelismo métrico desta composição (1983:64). É verdade que a reortografia evita ao leitor um problema, de entre tantos outros que vai encontrar.

O estilo que Pessoa criou para Ricardo Reis, pode exemplificar o que atrás ficou dito: o exímio latinista rebuscou tanto as suas odes, que o resultado é tão só ser o heterónimo mais difícil e, por consequência, o menos lido. As suas preocupações estilísticas são de há muito conhecidas.

A importância que dava ao estilo era tal que o levou a afirmar que "*ninguém deveria deixar atrás de si vinte livros diferentes, salvo se for capaz de escrever como vinte homens diferentes"* (1950-51:258). Ele soube transpersonalizar-se, pelos menos, em quatro homens, a quem incutiu, sobretudo a Ricardo Reis, um estilo muito *sui generis*.

São vários os fatores que contribuem para este estilo tão vincado, designadamente os inúmeros latinismos, lexicais e sintáticos, que afloram nos seus versos, alguns helenismos, a preferência por uma grafia etimológica como ficou demonstrado, os vários arcaísmos a que recorreu como, *empece*, *per* e *concílios*[360], *des*[361], *refusemos*[362]; *leixai*[363]; *cousa*[364], *capelas*[365], *semelhas*[366], *verão*, com o significado de primavera[367], ou o "cunho semântico original"[368] que procurou dar às palavras.

Sobre as vantagens da uniformização ortográfica na lusofonia penso não restarem dúvidas nem sequer haver muitos entraves. Contudo, como também refere Pessoa, "*se havia que reformar, a reforma não haveria de ser senão em tornar o sistema mais lógico, mais coerente consigo mesmo*" (1997:91).

Pensemos em alguns exemplos da reforma ortográfica que agora entra em vigor. Como é que se determina se um utente da língua já perdeu um não, "em certa medida", a noção de composição de uma determinada palavra? Exemplificando, como é que se explica, sem ser por critérios rigorosos, que *girassol, madressilva, pontapé, mandachuva, paraquedas, paraquedista* sejam mais compostos do que *bota-fora, cabra-cega, corta-mato ou ferro-velho*? Como é que para um trabalhador da *Optimus*[369], *cor-de-rosa* é uma locução mais consagrada pelo uso do que *cor de laranja*?

Por exemplo, confrontando a Base II, 2º e 3º (sobre o *h* inicial) com a Base XVI, 1º, b), obs. (*Nas formações com o prefixo* co-*, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por* o), o que significa *'em geral'*? Como se escreve, *co-herdeiro* ou *coerdeiro*?

Os Vocabulários Ortográficos publicados parecem não ter ultrapassado o oceano que os separa. Por exemplo, o VOLP da Associação Brasileira de Letras regista *coerdeiro*, o VOP, disponível no Portal da Língua Portuguesa[370] (o oficial em Portugal segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº 8/2011, de 25 de janeiro), regista *co-herdeiro* e o VOLP, publicado pela Porto Editora, segundo orientação científica do Prof. Malaca Casteleiro, admite as duas variantes.

[360] Pessoa (1994a:72). Daqui em diante esta edição será citada pela sigla *PRR*, seguida do nº da ode e dos versos. Assim *PRR*, 15.6-7. Estes arcaísmos são também referidos por Bélkior, (1983: 66-67). Jacinto do Prado Coelho refere apenas *per* (1998: 131).
[361] *PRR*, 206.21.
[362] *PRR*, 4.2, referido por Coelho (1998:131). *Vide etiam PRR* 125.5. M. H. Rocha Pereira considera este termo um barbarismo (1972:91).
[363] *PRR*, 126.11. De referir é o facto de no verso inicial aparecer *deixae*, depois substituído por *leixae*. Cf. o aparato genético desta ode na página 337.
[364] *PRR*, 47.13 ou 80.2, 5 e 7, entre outros.
[365] *PRR*, 126.6. Referido por Pereira (1972:90).
[366] *PRR*, 99.5. Referido por Pereira (1972:90).
[367] *PRR*, 14.2. Com este mesmo significado é utilizado por Gil Vicente no *Auto dos Quatro Tempos* (*Verão*, Estio, Outono e Inverno).
[368] Coelho (1998:132).
[369] Empresa do ramo das telecomunicações cuja cor base é a cor de laranja.
[370] Cf. www.portaldalinguaportuguesa.org.

Qual será a reação de uma professora quando um aluno, daqueles atentos e capazes de raciocinar, lhe grafar *re-escrever* ou *pre-encher*, com hífen, aplicando a regra da utilização do hífen com vogais iguais (Base XVI, 1º. b)), como *contra-almirante, anti-ibérico* ou *micro-ondas*? Certamente que não será com uma resposta inequívoca, indicando qualquer número ou observação de uma base do texto legal do Acordo Ortográfico.

Ser-lhe-á, certamente, mais fácil explicar o desaparecimento das consoantes mudas, ou não articuladas, mesmo nos casos em que isso interfira com partes da palavra consideradas invariáveis, os radicais, como no caso de *egípcios* e *Egito*, com a queda do 'p'. Penso que ninguém, atualmente, questiona a ausência do mesmo 'p' na palavra 'sete', face a 'septuagenário' ou 'septuagésimo'. Certamente foi mais difícil em 1911 deixar de escrever *chrystallino* e passar a escrever *cristalino*, aceitando três alterações na mesma palavra <ch> com valor de /k/, <y> grafado <i> e a simplificação da geminada <ll> para <l>. Porém, estas, e eventualmente outras mais, serão apenas pequenas pedras no caminho. Aproveitemo-las todas para construir o castelo da lusofonia. Sigamos o exemplo de Pessoa que através da palavra e da pena, único meio e arma que escolheu para agir, manifestou todo o seu desacordo face a uma opção para a língua que escolheu como pátria, mas não se coibiu de e a enriquecer, sobretudo com latinismos e alguns helenismos, claramente decalcados das línguas clássicas. Num estudo que não pretendeu ser exaustivo, procurei fazer o levantamento do léxico mais clássico do mais clássico dos heterónimos. Apresenta-se, de seguida, após uma breve contextualização, um conjunto de vocábulos eruditos que enobrecem a língua e os lusófonos, com indicação, em forma de lamento, de alguns continuarem sem registo nos principais dicionários.

2. HELENISMOS LEXICAIS

Relativamente aos helenismos lexicais, merecem ser abordados os dois[371] que figuram na ode 14 (*PRR*, 14), *De novo traz as apparentes novas* e um outro na ode 223W (*PRR*, 223W). A utilização destes helenismos visa reforçar o cariz clássico das odes deste heterónimo, ou não fosse ele "um semi-helenista por educação própria"[372], para quem *"deve haver, no mais pequeno poema de um poeta, qualquer coisa por onde se note que existiu Homero"*[373].

O facto dos helenismos *heptápila* e *Ogígia*[374] não surgirem referenciados nos Dicionários, leva-me a pensar que poderão ser criações de Reis, decalcados diretamente do grego. O termo *heptápila*[375] é formado de ✍♏□♦♋❖ 🚪 ❻•♏♦♏❼ 📰 □◆❖●♒ 🚪 'porta, entrada' e *Ogígia*[376] de ♈⌖♑◆♑♓❖♋ = Ogígia, ilha de Calipso onde esteve detido Ulisses ao voltar de Troia. Estes helenismos, assim como os últimos quatro versos, repetem-se na ode inacabada 206.21-24, com uma ligeira diferença no primeiro verso. No fragmento 223m, novamente há referência às portas da cidade de Tebas, mas aqui sem recurso ao helenismo:

[371] Referidos por Pereira (1988:277).

[372] Carta a A. Casais Monteiro, cf. Pessoa (1999c:345). Sobre o conhecimento que Pessoa teria da língua grega *vide* Américo Costa Ramalho, "O globo mundo em sua mão" *Colóquio* 17 (Fevereiro 1962) 60-62 e também "A propósito de Fernando Pessoa" *separata de Humanitas* XIII (1961) 1-4. Recorde-se ainda que Pessoa englobava nos seus projetos a tradução da *Ilíada* e *Odisseia*, provavelmente, a partir de traduções, sobretudo inglesas. Cf. Pessoa (1966:88).

[373] Pessoa (1966:390).

[374] Apenas J. P. Machado no seu *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, (12 volumes) regista o adjetivo *ogígio*, provavelmente a partir desta ode de Reis

[375] Referido por Pereira (1972:90). Com registo, por exemplo, em Homero (*Il*. IV.406; *Od*. XI.263), Ésquilo (*Sete contra Tebas*, 165) e Sófocles (*Antígona*, 119).

[376] Com registo em vários cantos da *Odisseia* (I.85; VII.244, 254), não sendo identificada como nome no canto V. A propósito de VI.1.72, Wilamowitz observa que ocorre sempre com ■🖝♦□✂🗁 o que leva a tomá-la por um adjetivo ('antigo' ou 'do oceano'). No entanto, para Chantraine não há etimologia satisfatória (Cf. HAINSWORTH, J. B., *A commentary on Momer´s Odyssey*, vol. I, Oxford, 1988). De referir é ainda que em Ésquilo ocorre ♦♋🖴✂ ♦♈⌖♑◆♑♓❖♋✂ ✈♒❖♌♋✂ (*Persas*, 37) e ♦♋🖴✂ ♦♈⌖♑◆♑♓❖♋✂ ♈✌❑♋❖■♋✂ (*Persas*, 975) e o *Etymologicum Magnum* diz □ã■ ♦□🖴 ♋♈❒♍♋ï□◆ ♦♈⌖♑◆❖♑♓□■ ♐♋♦♓🖻 Este helenismo foi referido por Coelho (1998: 131).

Também na ode 223w, Reis emprega um outro helenismo, *heracleu*[377] do grego ♋♈❒♋❖&♏♓♓☐✂♋ relacionado com Héracles. Uma vez que este helenismo, inserido na expressão *heracleu labor*, encontra correspondência em Latim, com a respetiva adaptação do nome do herói, *Herculeus labor*, parece haver por parte de Reis, neste caso, alguma preferência pela forma grega. Esta predileção pelo helenismo ganha maior relevo pelo facto da expressão latina ter ocorrência em Horácio (I.3.36), de que Pessoa era conhecedor qualificado.

3. LATINISMOS LEXICAIS

Sobre o levantamento dos latinismos lexicais das *Odes* de Ricardo Reis algumas considerações se impõem. Primeira: muitos desses latinismos extravasaram já a linguagem literária e passaram a ter aceitação na língua corrente. Não serão, por razões evidentes, objeto de análise[378]; segunda: diz respeito ao facto de nem todos os latinismos que encontrei nas odes terem emanado da pena de Ricardo Reis. Muitos deles têm já tradição literária desde os nossos quinhentistas, sobretudo em Camões, e alguns outros nos poetas do século XVIII. Neste caso, procurarei fundamentar tal tradição literária, sem que, no entanto, se tenha esgotado a respetiva exemplificação. Os autores que elegi, para comprovar a sua utilização anterior a Reis, não esgotam as possibilidades de trabalho. Estou, pois, consciente de que outros, por exemplo, Antero de Quental[379], Gonçalves Crespo ou Eugénio de Castro, também os poderão ter utilizado; terceira: é que alguns latinismos parecem ser criação de Ricardo Reis. E digo 'parecem' porque tanto quanto pude averiguar, ocorrem pela primeira vez na língua registados nas suas odes. A estes classificá-los-ei, como Herculano de Carvalho[380], na esteira de Corrêa da Silva[381] e de Epifânio da Silva Dias[382], de "latinismos insólitos". O que realmente se verifica em Ricardo Reis é uma adaptação à língua portuguesa, chegando mesmo ao puro decalque do termo latino. Relativamente à sua organização, optei por uma divisão em classes de palavras, nomeadamente substantivos, adjetivos e verbos, consciente de agrupar latinismos de forma e de sentido. Quando os dicionários[383] apresentam abonações anteriores dos termos em análise, elas serão indicadas, como possibilidade, ainda que em alguns casos remota, de Pessoa ter conhecimento desse termo através de tal obra.

3.1. SUBSTANTIVOS:

- ***Ergástulo*** (lat. *ergastulum*, 'prisão')[384], *PRR*, 178.5

Sem ocorrência no *Dicionário da Academia*.

- ***Hemadryades [Hamadryades]*** **(**lat**.** *hamadryas*, 'ninfas da floresta'), *PRR*, 56.17

A origem deste termo é, sem dúvida, *hamadryas*, utilizado pelos latinos sobretudo no plural *hamadryades*. Como o aparato genético não traz qualquer indicação, pus a hipótese de erro mecânico. Graças à informação do Professor Ivo Castro, coordenador da Equipa Pessoa[385], que atenciosamente a confirmou no manuscrito, tais hipóteses ficaram excluídas: "*trata-se de um dactiloscrito (51-100r), que ostenta claramente o he-; se era de esperar uma forma em ha-, então teremos de admitir que Pessoa cometeu um lapso, cruzando esta palavra com outras derivadas da raiz hema-. Também ponderei a hipótese de se*

[377] Com registo, por exemplo, em Sófocles (*Traquínias*, 51) e Eurípides (*Heraclidas*, 458).
[378] Refiro-me a vocábulos como *cônscio, néscio, ledo, níveo, lívido, alado, plácido, lúcido, pálido, húmido*.
[379] Sobre Antero de Quental *vide* o artigo de M. H. Rocha Pereira "O legado Clássico em Antero de Quental", *Colóquio / Letras* 123-124 (1992) 13-25.
[380] Carvalho (1984:90).
[381] Silva (1931:164 ou 224). Corrêa da Silva utiliza ainda outras expressões, como *latinismos lexicais de primeira mão*, p. 163, e *latinismos lexicais raros*, p. 164, n. 1.
[382] Dias (1970:155).
[383] São quatro os dicionários em que fundamento esta investigação:
Diccionario da Língua Portugueza recopilado por António de Moraes Silva ([2]1813). Lisboa: typographia Lacerdina, designado daqui em diante por *Morais*.
Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa ([3]1999). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, designado daqui em diante por *Aurélio*.
Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa (2001). Lisboa: Verbo, designado daqui em diante por *Dicionário da Academia*.
Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2002-2003). Lisboa: Círculo de Leitores, designado daqui em diante por *Houaiss*.
[384] Referido por Coelho (1998:131).
[385] Com a designação de Grupo de Trabalho para o Estudo do Espólio e Edição da Obra Completa de Fernando Pessoa.

tratar de um erro de digitação: de facto, este testemunho tem algumas letras trocadas e depois corrigidas, mas isso ocorre em palavras correntes que se escrevem com meia atenção. Dada a sua raridade, esta palavra teria sido escrita com atenção redobrada, o que afasta a explicação por erro mecânico". Acresce referir que, posteriormente a esta informação, encontrei num dos textos em prosa de Ricardo Reis[386], a forma correta *hamadryades*, o que demonstra o conhecimento da forma latina, deixando transparecer alguma distração na escrita do termo. De destacar é ainda o facto de estas ninfas figurarem já num soneto de Camões, mas onde apenas lhe chama Dríades[387]. Nesse mesmo soneto são ainda referidas as Náiades, ninfas que também aparecem em Reis (190.6). O *Dicionário da Academia* apenas regista o termo simples nas formas *Dríade* e *Dríada*, apesar de o composto aparecer já no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa. Em *Morais* aparece a forma composta *hamadríada* e *Aurélio* e *Houaiss* registam as duas formas *hamadríada* e *hamadríade*.

- ***Pecureiro*** (lat. *pecorarius* 'guardador de gado, pastor'), *PRR*, 73.9

Ao manter o radical latino[388], não aplicando o processo da sonorização, Reis transforma um latinismo lexical, já utilizado pelos Árcades, como Garção[389], Quita[390] ou Filinto[391], num latinismo insólito. Com esta grafia, só ocorre em *Morais*, a remeter para *pegureiro* e com a indicação que aparece na écloga 15 de Bernardes.

- ***Proco*** (lat. *procus*, 'pretendente ao casamento')[392], *PRR*, 50.25

O verso é omisso, caraterístico, aliás, do estilo de Reis. Aqui, os pretendentes desejam não o casamento, mas o melhor que a vida tem. Não encontrei este latinismo referenciado em nenhum dos quatro Dicionários em análise. No entanto, e à semelhança de outros termos, está enunciado no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa. Aparece, contudo, averbado no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, editado pela Bertrand. A utilização por parte de Reis será, provavelmente, um decalque do termo latino *procus*, que Horácio emprega nas suas *Odes*[393] e *Sátiras*[394].

- ***Styge*** (lat. *Styx* 'Estige, rio dos infernos'), *PRR*, 14.12

Reis aborda nesta ode as propriedades mágicas da água deste rio, que serviam para selar os juramentos dos deuses[395]. A quebra de tal juramento acarretava inúmeras provações, entre elas o afastamento, durante nove anos, do convívio com os deuses imortais. De referir ainda que foi nestas águas mágicas que Tétis mergulhou Aquiles, tornando invulnerável todo o seu corpo, à exceção do calcanhar. Em *Morais* é registado com uma abonação do poema heroico *Ulisseia ou Lisboa Edificada*, de Gabriel Pereira de Castro. Ocorre, por exemplo, em Camões[396], Filinto[397] e Bocage[398].

3.2. ADJETIVOS:

- ***Atro*** (lat. *ater*, 'negro')[399], *PRR*, 3.13

Apenas o *Dicionário da Academia* não regista este termo. Para Reis a praia adquire inúmeras qualificações. Talvez as mais dignas de

[386] Texto Preambular 04 – *A Alberto Caeiro*, *PRR*, p. 53, linha 26.
[387] Camões (1994:153), [soneto 73, *Náiades, vós, que os rios habitais*]. As ninfas são as mesmas. A diferença para *Hamadryades* está em que estas ninfas tinham uma duração igual à da árvore. Morriam quando a árvore era cortada.
[388] Sem dúvida que este radical vinca mais o estilo de Reis, até porque Pessoa utiliza a forma *pegureiro*, por exemplo, no fragmento 286 do *Livro do Desassossego*, cf. Pessoa (1997c:11).
[389] Garção ([2]1982). Daqui em diante esta edição será citada pela sigla *OCCG*, com a indicação do nº do volume e, para uma localização mais exata, do poema e do(s) verso(s). Assim *OCCG I*, ode I.14.
[390] Quita (1999). Daqui em diante esta edição será citada pela sigla *OCRQ*, com a indicação do nº do volume e, para uma localização mais exata, do poema e do(s) verso(s). Assim *OCRQ I*, écloga III.54,72; idílio XVII 73.
[391] *OCFL IV*, 64.9.
[392] Referido por Pereira (1972:90).
[393] *Carm.* III.10.11.
[394] *Serm*. II.5.7,78.
[395] Cf. Hesíodo, *Teogonia* 389-403.
[396] *Lus*. IV.80.6.
[397] *OCFL IV*, 51.19. Filinto utiliza também *Stix*, *OCFL I*, 92.33. Cf. nota do próprio autor.
[398] Bocage (1969-1979). Daqui em diante esta edição será citada pela sigla *OOB*, com a indicação do nº do volume. Uma vez que os seus poemas não se encontram numerados será indicado o *incipit* do poema, seguido do(s) verso(s). Assim *OOB I*, soneto *Trastes cediços, móveis de outra idade*, v. 7.
[399] Referido por Coelho (1998:131) e Pereira (1972:90).

registo sejam as da ode 3, onde utiliza qualificações opostas, como *atra* e *alva*[400]. A praia é ainda *plana* (56.27 e repetido na 73.7) e *eterna* (98.9). Horácio carateriza o rio Cocito e o golfo do Adriático de *ater*[401]. Bocage, à semelhança do Venusino, diz "nuvens de atro fumo"[402].

- ***Avito*** (lat. *avitus*, 'antigo, que vem dos avós')[403], *PRR*, 74.57

Apenas o *Dicionário da Academia* não regista este termo.

Apesar de ser um latinismo algo insólito, ocorre também em Filinto[404]. Penso que, erradamente, está grafado como proparoxítono neste verso da Carta a Brito: *e nós de ávitos bens herdeiros lídimos*[405]. Recordo que tem algumas ocorrências em Horácio[406], donde pode ser haurido.

- ***Estígio*** (lat. *stygius*, 'relativo ao Estige, funesto')[407], *PRR*, 65.20[408]

Apenas o *Dicionário da Academia* não regista este termo. Os nossos autores recorreram a este termo para se referirem ao Inferno, ou ao que a ele está associado. Ocorre em Camões[409], Filinto[410] e Bocage[411], este para abordar a Morte, uma das temáticas base da sua poesia.

- ***Gestal***, *PRR*, 17a.6

A ausência de registo desta palavra nos dicionários portugueses, bem como dum termo latino que a pudesse justificar, levantou-me algumas dúvidas sobre a sua grafia. Mais uma vez, foi pertinente a confirmação do Professor Ivo Castro: "*gestal taça*: é inequivocamente o que diz o ms. 51-37r". Partindo da filosofia de vida defendida por Reis, que aconselha a viver o momento, sem pensar no futuro, esta taça que deve ser bebida, gostada[412], afigura-se, pois, como normal, simples, de uso diário. Nem vale a pena pensar que amanhã se poderá gozar outra diferente, porque não somos futuros. A transformação em adjetivo do substantivo neutro *gesta -orum*, hipótese mais remota, para classificar a taça como especial, como a taça recebida pelos 'feitos notáveis', não se coaduna com a linha orientadora de Reis.

- ***Ínfero*** (lat. *inferus*, 'inferior')[413], *PRR*, 8.10[414]

Este latinismo não é referenciado pelo *Dicionário da Academia* como entrada isolada, mas sim em 4 compostos: ínfero-anterior, ínfero-exterior, ínfero-interior e ínfero-posterior. *Morais*, *Aurélio* e *Houaiss* registam-no como adjetivo, o primeiro com abonação de Gaspar Barreiros. Ocorre também em Filinto[415].

- ***Ínscio*** (lat. *inscius*, 'ignorante'), *PRR*, 137.4[416]

O *Dicionário da Academia* e *Morais* apenas registam *insciência* (v. 6) e *insciente*. No entanto, encontrei *ínscio* enunciado em duas listas do vocabulário ortográfico da língua portuguesa, no *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*, elaborada por A. R. Gonçalves Viana[417], que o regista apenas como adjetivo e no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborada pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1940, aparece já como adjetivo e substantivo. Apenas aparece em Reis como adjetivo, ao contrário do

[400] Reis utiliza ainda o termo *alva* para caraterizar Lídia (cf. *PRR*, 54.1: *Não porque os deuses findaram, alva Lídia, choro...*) e para qualificar a *spuma*, sempre com aférese do 'e' (83.3).Na ode *Vossa formosa juventude leda*, Reis, com o recurso à hipálage, carateriza ainda a *spuma* de branca:

Quanta egual mocidade a eterna praia
De Chronos, pae injusto da justiça,
Ondas, quebrou, deixando á só memória
Um branco som de spuma.

(98.9-12) Também para Correia Garção a espuma é *alva* e *branca*. Cf. *OCCG I*, ode I.78 e XIII 17, respetivamente.

[401] *Carm.* II.14.17 e III.27.18, respetivamente. *Ater* carateriza ainda a morte (I.28.13) e as nuvens (II.16.2 e III.29.43).

[402] OOB I, soneto *Incense da Fortuna os vãos altares*, v. 4.

[403] Referido por Pereira (1972:90).

[404] *OCFL IV*, 19.2; 46.19.

[405] *OCFL I*, 53.6.

[406] *Carm.* I.12.43; I.37.6; III.3.59.

[407] Referido por Coelho (1998:131).

[408] *Vide etiam PRR*, 20.22 e 68.26.

[409] *Lus*. IV.40.1. Epifânio remete para Virgílio, *Eneida*, VI.323 (*Stygiamque paludem*); VIII.11.3.

[410] *OCFL IV*, 51.24.

[411] OOB I, soneto. Entre *as tartáreas forjas, sempre acesas*, v. 2 e *Em deserta masmorra, ao Sol, odisa*, v. 3.

[412] Sobre a possibilidade de *gostar* com o significado de 'provar' ser um latinismo semântico, cf. Silva (1931:218). Com este significado aparece também em *OCRQ I*, idílio II 21.

[413] Referido por Coelho (1998:131).

[414] *Vide etiam* PRR, 12a.10.

[415] *OCFL IV*, 20.21.

[416] *Vide etiam* PRR, 137.4.

[417] Sigo a 2ª edição, de 1913.

seu sinónimo *néscio*, que ocorre umas vezes como substantivo (126.9), outras como adjetivo (51.11).

- ***Invito*** (lat. *invitus* 'forçado')[418], *PRR*, 141.8[419]

Este vocábulo não é registado pelo *Dicionário da Academia*. É referenciado por *Morais*, com abonação de Padre António Vieira, por *Aurélio* e *Houaiss*. Só um conhecimento profundo de Latim permite a substituição de uma oração relativa[420] por um adjetivo com o mesmo significado, porém muito mais sintético. O adjetivo é utilizado por Horácio, quando, na *Arte Poética*, lembra que quem já conhece os escritos socráticos não tem dificuldade em encontrar *verba non invita*[421].

- ***Múrmuro*** (lat. *murmur*, 'que produz ruído')[422], *PRR*, 162.3[423]

Não é referenciado pelo *Dicionário da Academia*, apesar de aparecer no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*[424]. É referenciado por *Morais*, com abonação do poema *Elegiada* de Luís Pereira, *Aurélio* e *Houaiss*.

- ***Vólucre*** (lat. *volŭcer*, 'efémero')[425], *PRR*, 2.2

Este latinismo apenas ocorre em *Houaiss*. Provavelmente, é mais um dos decalques que Reis efetua do vocábulo latino, com ocorrência em Horácio[426].

- ***Volúteis*** (lat. *volutilis*, 'que pode volver'), *PRR*, 37.6

Para este adjetivo com que Reis carateriza as rosas, só encontrei o respetivo termo latino no *Lexicon Totius Latinitatis*, de FORCELLINI, com a indicação de que deveria ser retirada da língua e, de facto, não consta nos melhores dicionários de Latim de atualidade. Transcrevo a sua justificação: "*adject. (volvo) qui volutari potest. Vox a lexico expungenda; occurrit enim tantum in* Not. Tir. *p. 124 volutat, volitilis, volubilis*". Também aqui a informação do Professor Ivo Castro foi pertinente: "*rosas volúteis*: tratando-se de um dactiloscrito (51-12r), a leitura é muito clara e não oferece dúvidas". Uma vez que este latinismo não é referenciado por nenhum dos Dicionários e tem na sua raiz o verbo *volvo*, e atendendo ainda a que, para Reis, também as rosas são vólucres e breves, o seu significado continuará relacionado com a efemeridade, ou seja, as rosas 'que volvem, que mudam', no fundo, 'que murcham'.

3.3. VERBOS:

- ***Adumbra*** (lat. *adumbrare*, 'sombrear, delinear-se'), *PRR*, 24.3

Este verbo não é referenciado pelo *Dicionário da Academia*, mas aparece no seu *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*[427]. Consta em *Aurélio*, *Houaiss* e *Morais*, mas neste último com o significado de 'imitar'.

Pessoa emprega-o também com o sentido de 'vislumbrar' em *Erostratus*, a propósito dos precursores. Camões utiliza outro composto de *umbrar*, com o prefixo *ob*[428].

- ***Aurora*** (lat. *aurorare*, 'brilhar'), *PRR*, 205.8[429]

Verbo também não referenciado pelo *Dicionário da Academia*, apesar de registado no seu *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*[430].

- ***Futura*** (lat. *futura*, part. futuro de *esse*, 'que há de ser, existir'), *PRR*, 17.5[431]

Sobre a utilização do particípio futuro latino em Português, as opiniões divergem. Talvez o caso mais conhecido e sobre o qual mais se tenha escrito seja o dos seguintes versos camonianos: *A Deus pedi que removesse os duros / casos que Adamastor contou futuros* (V.60.7-8). Num estudo de Francisco Rebelo Gonçalves[432], engloba este estudioso as várias investigações que se fizeram ao longo dos tempos

[418] Referido por Pereira (1972:90).
[419] *Vide etiam* PRR, 8.6.
[420] Cf. aparato genético do verso 8: *que me é imposto.*
[421] *Ars Poetica*, 311. *Vide etiam Carm.* I.18.12 e III.11.22.
[422] Para este vocábulo o Latim não tem um adjetivo. Apresenta apenas o substantivo *murmur* e o verbo *murmurare*.
[423] *Vide etiam* PRR, 194.3.
[424] Viana (1913:405).
[425] Referido por Coelho (1998:131) e Pereira (1972:90).
[426] *Carm.* I.34.8, II.17.34, III.28.6, IV.13.16.
[427] Viana (1913:53).
[428] *Lus*. VI.37.5.
[429] Cf. ainda nesta ode o verso 17.
[430] Viana (1913:97).
[431] *Vide etiam* PRR, 17a.5.
[432] Gonçalves (2002:339-345).

acerca deste passo. Lembro só a de Epifânio Dias, a favor da transposição de um termo de uma oração para outra[433], face à de Corrêa da Silva, que vê aqui o reaparecimento do particípio futuro ativo latino[434]. Em Reis existe a vantagem de ter concomitantemente na mesma ode estas duas opiniões. O processo de transposição é, pois, evidente nos versos 1 e 2. *Futuro* é o adjetivo que qualifica *espaço*, entenda-se 'tempo', e que está deslocado para a oração relativa. Porém, a interpretação de um particípio futuro latino no verso 5 não poderá ser descartada. Reis aconselha Lídia a viver o dia de hoje, porque não sabe o que pode acontecer amanhã, pode mesmo não existir, não ser *futura*. Não vale a pena, então, fazer planos, uma vez que não duramos eternamente.

- ***Hausta*** (lat. *hausta*, part. perfeito de *haurior*, 'esgotada, consumida'), *PRR*, 105.13

É mais um dos particípios passados que Reis vai esgaravatar ao Latim. Os Dicionários consultados só registam a entrada deste vocábulo como substantivo.

- ***Indos*** (lat. *eundum*, gerundivo de *eo*, 'que deve ir')[435], *PRR*, 24.6

Eis aqui um dos imbróglios com que Reis nos presenteia. Jacinto do Prado Coelho apenas refere que um dos procedimentos típicos a que Pessoa e os heterónimos recorrem para exprimir o que há de vir é "*adaptando o particípio futuro latino (…) recorrendo ao gerundivo (…) ou utilizando a perífrase com a, que + infinito*"[436]. Pela forma que apresenta, *indos* é um gerundivo. Ora, o verbo *eo*, porque é intransitivo, só aparece com as formas passivas na terceira pessoa do singular. Logo, o gerundivo será *eundum est*. Assim, a melhor justificação que encontrei para esta forma é Ricardo Reis, "latinista por educação alheia"[437], ter transformado *eo* num verbo regular para formar o seu gerundivo, ou seja, ao tema do presente, '*i-*', juntou-lhe a caraterística de gerundivo '*-ndus*', à semelhança dos gerundivos da 1ª e 2ª conjugações, '*lauda* + *ndus*' ou '*dele* + *ndus*'. A interpretação da ode assim se afigura: os quatro versos iniciais, referentes ao sujeito composto, *"o rastro, o écho, a sombra e o branco"* não melhoram, nem alteram a alma às almas, nem o ido aos indos, ou seja, aquilo que se foi, que aconteceu, àqueles que se irão, que se devem ir. O passado é inalterável.

- ***Inosculanda*** (lat. *in + osculanda*, gerundivo de *osculare*, 'que não deve ser beijada'), *PRR*, 224b

É um verso único de um fragmento cancelado onde, com recurso ao prefixo e ao gerundivo, Reis consegue transmitir, de forma concisa, a ausência de beijos, caraterizadora do amor tranquilo. Este amor encontra expoente máximo na ode *Vem sentar-te commigo, Lydia, á beira do rio*[438].

- ***Labento*** (lat. *labens*, part. presente de *labor*, 'que desliza'), *PRR*, 113.5

Este termo não é referenciado por nenhum dos Dicionários. Parece, pois, ser mais uma das criações de Reis. De destacar é a formação deste particípio presente. Em todas as edições consultadas aparece *labento*, exceto na de Silva Bélkior (1988:234), exímio conhecedor da língua latina, que regista *labente*. Sem dúvida que esta seria a forma correta, resultante da adaptação do particípio presente latino. Mais uma vez as informações do Professor Ivo Castro acerca deste vocábulo são esclarecedoras: "*labento curso*: também aqui se confirma a leitura da ed. crítica, pois não há dúvida que Pessoa escreveu deliberadamente *-o* no 52-18r. Mas o que a ed. não diz no aparato é que ele começou por escrever *labente* (é ms.), só depois retocando a vogal final para *-o*. Trata-se portanto de uma intervenção deliberada". Acresce referir ainda que este é um termo bastante utilizado pelos autores latinos, sobretudo por Virgílio, onde mais vezes

[433] Dias (1916-1918), onde faz o comentário a *Lus*. V.60.8: "*futuros está transposto da oração demonstrativa para a relativa*; cf. I.26.7-8".

[434] Silva (1931:141). Para Corrêa da Silva "em vez duma transposição, temos o *reaparecimento artificial do particípio futuro ativo* da conjugação latina". Salienta, porém, que a interpretação é arrojada e lembra: "*a respeito da morte total do particípio futuro latino em português, que Júlio Moreira, querendo, numa exposição, inventar* ***formas que fossem ininteligíveis para quem não conhecesse a conjugação*** *latina, se lembrou de notaturo e enforcaturo.*"

[435] Referido por Coelho (1998:144) e Pereira (1972:90).

[436] Coelho (1998:144).

[437] Pessoa (1999c:345). Se na sua caraterização Pessoa diz que é médico, também num manuscrito de Alberto Caeiro se lê: "*O Sr. Dr. Ricardo Reis é professor de Latim (humanidades) num importante colégio americano*" (Pessoa, 1966:333).

[438] *Amemo-nos tranquilamente, pensando que podíamos,*
Se quiséssemos, trocar beijos e abraços e carícias,
(*PRR*, 40.17-18)

se encontra com este mesmo significado da passagem do tempo, da vida[439].

- ***Marcenda*** (lat. *marcenda*, gerundivo de *marceo*, 'que deve murchar, secar')[440], *PRR*, 18.10

Nenhum dos Dicionários regista este vocábulo. Parece ser outra das criações de Reis. Jacinto do Prado Coelho refere a tendência para a criação vocabular, comum à poesia ortónima e heterónima, através de neologismos de forma e de sentido. Inclui nos primeiros este gerundivo[441]. Mais uma vez a ideia do que vai acontecer, o murchar da rosa, é expresso por um gerundivo.

- ***Morituro*** (lat. *moriturus*, part. futuro de *morior*, 'que há de morrer')[442], *PRR*, 111.12

Este particípio não é referenciado pelo *Dicionário da Academia*, que, porém, regista o seu antónimo 'nascituro'. Em Horácio encontram-se algumas ocorrências [443]. Pelo conhecimento que constantemente demonstra da língua e cultura latinas, não será forçado supor que Reis conhecesse os hábitos e gostos dos Romanos, assim como as suas mudanças, bem expressas em Juvenal[444]. Na verdade, eles adoravam assistir a espetáculos verdadeiramente sangrentos, aos quais não faltava o imperador, a quem os gladiadores dirigiam a lúgubre saudação: *"Have imperator, morituri te salutant!"*[445]. De salientar é o facto de Pessoa, a propósito destes circenses, referir em vez do latinismo *morituros* escrever 'os que iam morrer'[446].

- ***Mutada*** (lat. *mutata*, part. perfeito de *mutare*, 'mudada'), *PRR*, 112.7

Estamos na presença de mais um particípio perfeito latino sem a sonorização do [t] em [d]. Reis apenas aplica este processo à desinência de particípio e não à raiz do verbo, o que daria o normal particípio passado do verbo *mudar*. O verbo *mutar* apenas é referenciado em *Houaiss*. Existe, porém, o composto *permutar*, sem sonorização. Recorde-se que este particípio aparece na ode de Horácio a Pirra (I.5.6), bem conhecida de Pessoa[447].

- ***Recumbente*** (lat. *recumbens*, part. presente de *recumbere*, 'que se reclina')[448], *PRR*, 35.15

Recumbente não é averbado pelo *Dicionário da Academia*. O termo é usado sobretudo no modo bucólico, para descrever o

[439] *Geórgicas*, I.6; IV.366; *Eneida*, I.283; II.14.

[440] Referido por Coelho (1998:141).

[441] Coelho (1998:140-141). Sobre este termo alguns esclarecimentos se impõem. É sabida a adaptação que José Saramago faz da vida do heterónimo pessoano Ricardo Reis, no seu romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, que veio a público em 1984. As interpretações que desse romance se fazem, nomeadamente dos nomes das personagens, merecem alguns reparos. Vem este comentário a propósito de uma coleção de livros – *Coleção Mil Folhas* –, editada pelo jornal *Público*, onde se inclui o do referido Prémio Nobel, com alguns comentários. Refere o *Público* de 22 de maio de 2002, artigo assinado por M.T.S., e preparando a edição da semana seguinte, que "(...). Em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, a escrita de Saramago possui uma forte marca de intertextualidade, sendo que os nomes de Marcenda e Lídia derivam ambos das 'Odes de Ricardo Reis' de Pessoa, (...)". Esta tem sido uma interpretação errónea do gerundivo *marcenda*, talvez pelo facto de estar em início de verso e, por isso, grafado com maiúscula. Em entrevista ao referido jornal, dada na semana da publicação do seu romance, a 29 de maio, o próprio Saramago, passados 18 anos da 1ª edição do seu livro e provavelmente avisado por alguns latinistas, retificou a confusão, em resposta à pergunta do jornalista: "(...) E quanto às personagens? Por exemplo as duas mulheres, Lídia e Marcenda, sendo figuras literárias [das 'Odes' de Ricardo Reis], onde foi buscar o corpo e os tiques que lhe deu? Marcenda não é uma 'personagem literária' de Reis, não é sequer um nome feminino com presença nos vocabulários onomásticos. A palavra aparece na ode 'Saudoso já deste Verão que vejo' designando uma rosa emurchecida. (...)".Já agora, só mais uma achega para a clarificação do termo. Este verso possui uma variante, cf. *PRR*, p. 240, "⟨Fananda⟩ [↓ Fananda], guardo-a; fane-se comigo", que vem refutar a interpretação de nome próprio e onde se nota o favoritismo de Pessoa pelo latinismo, em detrimento do galicismo.

[442] Referido por Coelho (1998:144) e Pereira (1972:90).

[443] Cf. *Carm.* I.28.6 e II.3.4.

[444] Juvenal, *Sátiras*, X.78-81.

[445] Suetónio, *Vita Divi Claudi*, 21.

[446] Pessoa (1966:236).

[447] Cf. *Carm.* I. 5.14-15. Esta é uma ode bem conhecida de Pessoa que, à semelhança de Milton, a verteu para inglês. A propósito desta tradução, lembramos que para Costa Ramalho (cf. "Horácio, Falcão de Resende, Milton e Pessoa", *Humanitas* XXIX-XL (1987-1988) 267-274) Pessoa está claramente a competir com Milton. M. H. Rocha Pereira (*Novos Ensaios*, pp. 265-266) está, no entanto, convencida de que esta tradução teria sido mais um dos exercícios de Latim que o seu Headmaster Nicholas, exigentíssimo professor de Latim, lhe teria proposto, enquanto aluno da *Durban High School*. De referir ainda é o facto de Pessoa, na cadeira de Latim, ter obtido a classificação de «Excellent». Sobre o aproveitamento de Pessoa no liceu de Durban *vide* Eugénio Severino, *Fernando Pessoa na África do Sul*, pp. 43-54. Sobre mais pormenores acerca desta tradução (cf. *Fernando Pessoa: Coração de Ninguém* (Lisboa, 1985) p. 83), *vide* M. H. Rocha Pereira, *Novos Ensaios*, pp. 265-266. De salientar ainda é que Pessoa leu Milton antes d' *Os Lusíadas*, cf. Pessoa (1999c:258).

[448] Referido por Coelho (1998:143) e Pereira (1972:90).

momento de descanso debaixo da fresca sombra. Virgílio utiliza o verbo *recubo*[449]. No segundo verso da écloga VI de Quita, Dorindo dirige-se ao amigo Alcino, que se encontra à sombra duma faia, mas utiliza o verbo *recostar*[450], também utilizado por Virgílio[451], em vez de *recumbir*. O recurso ao particípio presente é uma constante de Reis[452]. Neste caso, a partir do particípio presente latino *recumbens*, *-entis*, Reis forma o particípio da língua portuguesa pela regra normal[453].

- ***Senescer*** (lat. *senescere*, 'envelhecer'), *PRR*, 223s.1 Este verbo não é referenciado por nenhum dos *Dicionários* que registam apenas *senescência* e *senescente*. É mais um decalque de Reis a partir do verbo latino[454].

Depois deste levantamento lexical, algumas conclusões me parecem pertinentes. Primeira: muitos destes vocábulos não estão ainda registados nos Dicionários de Língua Portuguesa, sobretudo no *Dicionário da Academia*. As formas *heptápila, heracleu, gestal, hausta, indos, labento, marcenda, mutada, senescer, vólucre* e *volúteis* não as encontrei registadas em nenhum dos quatro dicionários de referência [455]. Segunda: de todos estes latinismos, alguns não pertencem ao léxico horaciano, como *amplexo*, *bardo*, *clangor*, *ergástulo*, *hamadryades*, *óbolo*, *pegureiro*, *pulchritude*, *estige*, *álacre*, *equânime*, *estígio*, *gemebundo*, *hiemal*, *imarcescível*, *imoto*, *infausto*, *ínfero*, *ínvio*, *núbil*, *aurorar*, *fenecer*, *umbrar*. No entanto, de entre este grupo, alguns são registados pelo seu contemporâneo Virgílio, como *amplexo* (*En*. I.687) *clangor* (*En*. II.313; VII.526; XI.192) *hamadryades* (*Buc*. X.62) *álacre* (*En*. I.380; VI.685) *imoto* (*En*. III.570) *infausto* (*En*. V.635; VII.717; XI.345,589) *ínvio* (*En*. I.537) *núbil* (*En*. VII.53), *umbrar* (*En*. III.508; VI.772) o que, de certa forma, nos pode remeter para o projeto pessoano de tradução da *Eneida*[456].

Terceira: para dois vocábulos utilizados por Reis, *labento* e *volúteis*, não encontrei uma explicação satisfatória; o adjetivo *múrmuro* não tem correspondente em Latim, que apenas regista o substantivo *murmur* e o verbo *murmurare*, o que é revelador da capacidade criadora de Fernando Pessoa. O caso de *gestal*, entre todos, apresentou-se-me o mais complexo: nem em Português nem em Latim o encontrei averbado. Fica, pois, evidenciado o purismo do heterónimo Ricardo Reis, qual o do seu modelo Vieira, nomeadamente no que respeita ao léxico. No entanto, é o seu próprio criador que o considera exagerado, embora com a consciência de que escrevia melhor do que ele. Mas não era por tal facto que Pessoa descurava a língua pátria. Os inúmeros pensamentos que registou sobre ela, tantas vezes em papéis soltos, são a prova de que através da palavra se pode elevar bem alto o nome de Portugal. E desassossegavam-no aqueles que a menosprezavam.

Sem dúvida que o grande mentor de toda esta latinização é Horácio. Dele soube haurir além da temática, toda a liberdade de colocação das palavras no verso, tão caraterística do Latim, que já havia encontrado cultores anteriores a Reis. Porém, toda a influência do vate latino não lhe truncou a sua originalidade. Como refere M. H. Rocha Pereira, "*o verdadeiro poeta não é capaz de imitar os outros*"[457]. Soube transpor com mestria para a língua que escolheu como pátria o léxico, a sintaxe, toda a elegância e complexidade da latina, sempre na procura da perfeição. Cada poema, cada verso e, por vezes, cada palavra revestem-se de uma dificuldade tal – falo com conhecimento de causa – que se apresentam como um verdadeiro desafio ao leitor. A disciplina que incute à vida transporta-a para as suas odes, inconcebivelmente para Álvaro de Campos, e o resultado só poderia ser, nas palavras de Jacinto do Prado Coelho, um "*estilo abstracto e difícil, elíptico, da inteligência para a inteligência*"[458]. Este é, pois, o estilo de "«*um Horácio grego que escreve em português*»"[459].

[449] Cf. *Bucólicas*, I.1.
[450] *OCRQ I*, écloga VI 2.
[451] Cf. *Geórgicas*, I.401.
[452] Cf. Coelho (1998:143).
[453] O acusativo do singular sofre a apócope do 'm': *recumbente(m)* > recumbente.
[454] Cf. Horácio, *Epist*. I.7.85.
[455] Cf. *supra* nota 31.
[456] Pessoa (1966:88).
[457] Pereira (1972:107).
[458] Coelho (1998:131).
[459] Pessoa (1999c:55).

GRAECA
GRAECA

Alfabeto

a
b
g
d
e
z
h
q
i
k
l
m

n
x
o
p
r
s ,
"(shift 2)
t
u
f
c
y
w

Acentuação:

v
;
j ; altgr

Pontuação:

:
= _

2

= altgr

7890

4. BIBLIOGRAFIA

BÉLKIOR, Silva (1983). *Fernando Pessoa – Ricardo Reis: Os originais, as edições, o cânone das odes*. Lisboa: INCM.

BOCAGE (1969-1979). *Opera Omnia*, 6 vols., direção de Hernâni Cidade. Lisboa: Bertrand.

CAMÕES ([2]1916-1918). *Os Lusíadas*, 2 vols, comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias. Porto: Companhia Portugueza Editora.

_____ (1994). *Rimas*, texto estabelecido, revisto e prefaciado por Álvaro J. da Costa Pimpão e apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Coimbra: Almedina.

COELHO, Jacinto do Prado ([11]1998). *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa*. Lisboa: Verbo.

DÉCIO, João, "O Heterónimo Ricardo Reis". In *Didática* 5-6 (1969) 189-193.

ELÍSIO, Filinto (1998-2001). *Obras Completas*, 11 vols., edição de Fernando Moreira. Braga: APPACDM Distrital de Braga.

GARÇÃO, Correia ([2]1982). *Obras Completas*, 2 vols., edição de António José Saraiva. Lisboa: Sá da Costa.

GONÇALVES, Francisco Rebelo (1995-2002). *Obra Completa*, 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HORATIUS ([3]1995) *Opera*. Ed. D. R. Shackleton Bailey. Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana. Stutgardiae in aedibus B.G. Teubneri.

JABOUILLE, Victor, "Poesia, tradição e mitologia. Aspetos do classicismo de Ricardo Reis". In *Euphrosyne* XVII (1939) 327-340.

LAUSBERG, Heinrich ([4]1993). *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Gulbenkian.

LEMOS, Fernando (1993). *Fernando Pessoa e a Nova Métrica*. Lisboa: Editorial Inquérito.

_____ "Contributo para a leitura de *Odes* de Ricardo Reis: da *Aura Mediocritas* à autoafirmação". In *Euphrosyne* XIV (1986) 165-173.

MENDES, João, "Fernando Pessoa e seus Heterónimos". In *Brotéria* 47 (1948) 328-348.

PAVÃO, J. Almeida, "O Classicismo de Ricardo Reis". In *Euphrosyne* V (1972) 529-545.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1972). *Temas Clássicos na Poesia Portuguesa*. Lisboa: Verbo.

_____ (1988). *Novos Ensaios sobre Temas Clássicos na Poesia Portuguesa*. Lisboa: INCM.

PESSOA, Fernando (1946a). *Odes de Ricardo Reis*, edição de Luís Montalvor e João Gaspar Simões. Lisboa: Ática.

_____ ([2]1950-51). *Páginas de Doutrina Estética*, seleção, prefácio e notas de Jorge de Sena. Lisboa: Editorial Inquérito.

_____ (1966). *Páginas Íntimas e de Autointerpretação*, textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática.

_____ (1988). *Texto Crítico das Odes de Fernando Pessoa – Ricardo Reis*, edição de Silva Bélkior. Lisboa: INCM.

_____ (1994a). *Poemas de Ricardo Reis*, edição de Luiz Fagundes Duarte. Lisboa: INCM.

_____ (²1994b). *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*, textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática.

_____ (1997a). *A Língua Portuguesa*, edição de Luísa Medeiros. Lisboa: Assírio e Alvim.

_____ (²1997b). *Livro do Desassossego*, 2 vols., prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática.

_____ (1998). *Livro do Desassossego*, edição de Richard Zenith. Lisboa: Assírio e Alvim.

_____ (1999a). *Obra Poética de Fernando Pessoa*, edição de Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Aguilar.

_____ (1999b). *Correspondência 1905-1922*, edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio e Alvim.

_____ (1999c). *Correspondência 1923-1935*, edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio e Alvim.

_____ (2000). *Poesia*, edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio e Alvim.

_____ (2003). *Prosa*, edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio e Alvim.

QUITA, Domingos dos Reis (1999). *Obras Completas*, 2 vols., edição de Ana Cristina Fontes. Porto: Campo das Letras.

REBELO, Luís de Sousa (1982). *A Tradição Clássica na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, Carlos Eugénio Corrêa da (1931). *Ensaio sobre os Latinismos dos Lusíadas*. Coimbra: INCM.

VERGILI (1969). *Opera*. Ed. R. A. B. Mynors. Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis. Oxonii e Typographeo Clarendoniano.

VIANA, A. R. Gonçalves (²1913). *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*. Paris e Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

56. RAUL LEAL GAIÃO

TEMA: 3.6. AÇORIANOS EM MACAU – D. ARQUIMÍNIO DA COSTA: DA ATIVIDADE PASTORAL AO DIÁLOGO COM A IGREJA DA CHINA, RAUL LEAL GAIÃO

Após o povoamento das ilhas açorianas, desde muito cedo que as condições naturais e sociais levaram os naturais a sulcar mares para contactarem e se estabelecerem nas mais diversas e longínquas partes do mundo, legando-nos preciosas informações escritas, como, no referente à China e Macau, José Inácio de Andrade, de Santa Maria (Açores), nas *Cartas escritas da índia e da China nos anos de 1815 a 1855*. No século XX a plêiade de eclesiásticos oriundos dos Açores, desde D. João Paulino a D. Arquimínio da Costa, teve uma ação marcante nos diversos campos da atividade religiosa e social, pelo que podemos afirmar que a Igreja Católica em Macau tem uma forte marca da presença açoriana. D. Arquimínio da Costa, para além do seu múnus pastoral na Diocese de Macau, dada a conjuntura da Igreja na China após a revolução cultural, fomentou um diálogo empenhado com a Igreja da China, tema que será o objeto principal deste texto.

1.INTRODUÇÃO – A DIÁSPORA AÇORIANA EM MACAU

A diáspora açoriana, fenómeno secular e que define a própria identidade do povo insular, constitui um dos aspetos estruturais da sua história. A par das condicionantes socioeconómicas e politico-institucionais das ilhas, também as catástrofes naturais que assolam frequentemente o arquipélago foram fatores impulsionadores do fenómeno migratório: calamidades diversas como crises sísmicas ou vulcânicas, violentas intempéries ou doenças destruidoras de colheitas ou culturas afetaram fortemente a maior parte da população, fazendo abater sobre o povo ilhéu um sentimento de insegurança relativamente ao quotidiano.

No século XIX, a organização política imposta pelo absolutismo e a estagnada e anquilosada estrutura social contribuem para o atraso das ilhas, fortalecendo os anseios de uma vida diferente e mais promissora, pelo que muitos demandaram a fortuna fora da terra natal. (Silva, 2001). Embora não seja fator decisivo, à elevada taxa de emigração açoriana não será alheio o espírito sonhador e aventureiro que caraterizava a gente das ilhas, pelo contacto permanente com o mar. Fatores decisivos foram certamente o atraso e as dificuldades da economia insular, a precariedade do emprego, a desigual repartição da terra e, em especial, a escassez de recursos que impeliram muitos açorianos à emigração, rumando para o outro lado do Atlântico. Nos finais do século XIX, a corrente migratória encaminhava-se para o Brasil, na viragem do século XIX para o século XX passou a ser para os Estados

Unidos, havendo também alguns contingentes que partiram para o arquipélago do Hawai, emigração reanimada nos anos 50 e 60 do século XX para os EUA, passando a incluir o Canadá. (Silva, 2001)

Macau, nos fins do século XVI tornou-se o maior empório comercial do Extremo-Oriente, mantendo relações comerciais com a Europa, Índia, Manila, China, Japão, situação que merece ser apelidada pelo cronista oficial Diogo do Couto como "*a melhor e mais prospera colónia que os Portuguezes tem em todo o oriente"* (Teixeira, 1976, p. 6). Não é, pois, de estranhar que um povo como o açoriano, tendencialmente a sair dos seus limites, tenha procurado estas longas paragens ao longo do tempo, uns de passagem e por dever de ofício (essencialmente marinheiros), outros fixando-se no território por razões profissionais, e alguns (poucos) de simples visita pelo Oriente. Todos deixaram a marca da sua presença em Macau, nomeadamente através de documentos escritos, relevantes para a história do Extremo Oriente. Cruzando os mares, José Inácio de Andrade[460], natural de Santa Maria, oficial da Armada, empreendeu várias viagens à Índia e à China.

Em *Memória sobre a destruição dos piratas da China e o desembarque dos ingleses na cidade de Macau e a sua retirada* (1835), aborda a luta dos portugueses, com os imperiais chineses, contra a pirataria e a tentativa de ocupação da concessão pelos ingleses, sob o pretexto da guerra napoleónica, em que os portugueses e chineses se opuseram, em conjunto, ao ataque britânico; relevantes são as *Cartas escritas da Índia e da China nos anos de 1815 a 1855* (publicadas em 1843), reveladoras de grande erudição, respeito e admiração por outras civilizações.

Jaime de Sousa,[461] imediato do cruzador Adamastor, na sua obra *Agonia de um herói – a derradeira viagem do cruzador Adamastor*, deixa-nos um relato vivo e uma descrição da vida dessa época em Macau. Também Pedro da Silveira[462] visitou várias vezes Macau e outras terras do Extremo Oriente. Miguel de Arriaga[463] chegou a Macau em 1802, para ocupar o lugar de Ouvidor, afirmando-se como grande paladino da autonomia do Senado e dos comerciantes de Macau; tornou-se uma personagem omnipotente em Macau, "*um dos paradigmas da diáspora açoriana, à procura das oportunidades que a terra natal não lhe deu*". (Sousa, 2010, p. 114) Rodrigo Leal de Carvalho[464], colocado em Macau como magistrado, viverá a maior da sua vida ativa no Território, cerca de quatro décadas, se bem que de forma não continuada, e onde escreveu e publicou a maior parte da sua obra literária. (Sena, 2010, p. 276-277)

Macau foi juntamente com Manila o baluarte do catolicismo no Extremo Oriente. A diocese de Macau, criada em 1576, foi o foco de onde irradiou o Cristianismo para todo o Império Celeste e reinos circundantes até ao Reino do Sol Nascente e às mais remotas paragens do Extremo Oriente, estendendo-se desde a Indochina até ao Japão. Os grandes missionários da evangelização do Oriente, os jesuítas, em 1594, criaram o Colégio de S. Paulo, o quartel-general de toda a expansão missionária no Oriente: nele residiam os Visitadores e Provinciais da China e do Japão, estudavam os futuros evangelizadores e funcionava a escola das línguas chinesa, japonesa e anamita, saindo dali os grandes missionários e vindo para ali a refugiar-se os que conseguiam escapar ao martírio (Teixeira, 1976).

Em 1728, os Jesuítas fundam o Seminário de S. José para formar missionários para a China. Dedicando-se sobretudo à formação de pessoal missionário, os colégios de S. Paulo e S. José foram a base logística das atividades missionárias exercidas no exterior (era a plataforma giratória da evangelização, na linguagem moderna).

No início, a diocese de Macau era extensíssima. Em 1552, o jesuíta Alonso Sanchez afirma que o território era tão vasto que nele poderia constituir-se 600 dioceses (Teixeira, 1976). A bula da criação da diocese de Macau colocava à sua jurisdição, "*o dito lugar de Macau, toda a*

[460] Santa Maria, Açores, 1780-1863.
[461] Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, 1875- 1946.
[462] Flores, Açores, 1922-
[463] Horta, Açores, 1776-1824.
[464] Praia da Vitória, Terceira, Açores, 1932-

província da China e as ditas ilhas do Japão e de Macau, com as outras ilhas e terras adjacentes" (Teixeira, 1976, p. 39). Em virtude de um novo acordo entre o Governo Português e a Santa Sé, foi a diocese de Macau em 1874, circunscrita à cidade de Macau, às ilhas contíguas (Hainan, Heung-San, e San-Vui) e à parte portuguesa da ilha de Timor.

Em 1886 passaram da jurisdição do Arcebispo de Goa para o bispo de Macau os isentos de Singapura e Malaca. Em 1941 Timor separou-se da diocese de Macau, sendo nomeado administrador Apostólico da Diocese de Díli o P. Jaime Garcia Goulart (açoriano), promovido em 1945 a Bispo da mesma diocese (Teixeira, 1976). De 1576 até hoje já se separaram de Macau 300 dioceses. Com a expulsão dos missionários da China e a proibição de toda a atividade religiosa pelas autoridades comunistas que tomaram o poder em 1949, a diocese encontra-se reduzida ao território de Macau. (Teixeira, 1976)

Sendo o povo açoriano de fortes sentimentos cristãos e tendo contribuído para a formação de elevado número de padres nas suas dioceses, a evangelização no Oriente, desde muito cedo, teve a forte participação de açorianos como, entre outros, o P. Francisco Cabral[465], no século XVI, o Beato João Baptista Machado[466], mártir no Japão, o P. Francisco da Rosa[467], na primeira metade do século XVIII e D. Manuel Bernardo de Sousa Neves[468], bispo de Macau (1873-1883).

Foi ao longo do século XX que representantes da Igreja exerceram a sua atividade eclesiástica em Macau, no momento em que a diocese já estava limitada praticamente ao território, numa diáspora em cadeia, em que uns incentivavam e conduziam os outros.

Deles destacaremos[469]:

D. João Paulino de Azevedo e Castro[470] foi bispo de Macau entre 1902 e 1918, levando com ele o seminarista José da Costa Nunes. Foi o fundador do Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau (1903), órgão fundamental para a história da Igreja em Macau. "A sua relação à educação, ao ensino das línguas, à divulgação da Língua e Cultura Portuguesa, o planeamento linguístico associado à atividade missionária na Ásia " (Grosso, 2009, p.) fizeram parte da sua notável ação.

D. José da Costa Nunes[471] vai para Macau pela mão de D. João Paulino (1903), como seu secretário particular, e sucedendo-lhe no bispado (1920-1940).

D. Paulo José Tavares[472] foi bispo de Macau entre 1961 e 1973.

D. Jaime Garcia Goulart[473] exerceu a sua atividade religiosa em Macau de onde partiu para ser o primeiro bispo de Timor.

O Cónego Raul Camacho[474] acompanhou D. José da Costa Nunes, novo bispo de Macau e de quem foi secretário particular.

O Cónego Dr. Fernando Herberto Leal Maciel[475] é enviado por D. José da Costa Nunes para Roma a fim de estudar Teologia Dogmática. Foi diretor de "O Clarim"

O Deão José Maria Fernandes[476] foi para Macau como secretário de D. José da Costa Nunes em 1940.

O P. Mateus Conceição Rocha das Neves[477] tirou o Curso Superior de Música no Conservatório de Lisboa e foi o fundador da Schola Cantorum de S. Lourenço em Macau, organista da Sé, diretor e editor do Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau (1932-34).

Mons. Serafim Brum do Amaral[478], foi missionário do padroado, a partir de 1935.

[465] S. Miguel, Açores, 1528-?
[466] Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1580-1617.
[467] Pico, Açores, 1698-
[468] S. Jorge, Açores, 1873-1883.
[469] Para uma visão mais completa da ação dos açorianos em Macau vide Mons. Lourenço (1981), *Os Açorianos em Macau*, Angra do Heroísmo.
[470] Lajes, Pico, 1852-1918.
[471] Candelária, Pico, Açores, 1880-1976.
[472] Rabo de Peixe, S. Miguel, Açores, 1920-1973.
[473] Candelária, Pico, Açores, 1908-1997.
[474] Bandeiras, Pico, Açores, 1885-1962.
[475] Horta, Faial, Açores, 1916-1961.
[476] Flores, Açores, 1887-1949.
[477] Praia da Vitória, Terceira, Açores, 1907-
[478] Feteira, Faial, Açores, 1912-

Pela mão de D. José da Costa Nunes, chegou também a Macau o seu sobrinho, P. Áureo da Costa Nunes e Castro[479], formado em composição pelo Conservatório Nacional de Lisboa. Para além de Diretor interino do Clarim, fundou a Academia de Música S. Pio X e o Grupo Coral Polifónico, foi o diretor da Schola Cantorum da Sé, notabilizando-se como compositor, tendo escrito um grande número de obras para coro, de câmara e peças para piano e órgão. A sua vastíssima criação musical integra influências orientais de que se destaca, como obra mais elaborada, Cenas de Macau ou Suite China, "pintando musicalmente algumas cenas de Macau com tintas a respirar a atmosfera chinesa" (Jardim, 2010, p. 289).

D. Arquimínio da Costa[480] esteve à frente da diocese de Macau entre 1973 e 1988, primeiro como Vigário Capitular e depois como bispo. Acompanhado do futuro padre José Barcelo Mendes e de Mons. Lourenço (também açorianos) chegou a Macau com a idade de doze anos para estudar no Seminário. Depois de ordenado sacerdote em Macau, é nomeado Reitor do Seminário de S. José, seguindo mais tarde (1957) para Roma para cursar Direito Canónico na Universidade Gregoriana. Em 1973 é nomeado Vigário Capitular da diocese de Macau e em 1976 bispo de Macau.

Por fim uma referência ao P. Tomás Bettencourt Cardoso que permaneceu em Macau nos anos noventa à frente da paróquia da Taipa e que teve o mérito de deixar compilados e publicados os textos dos bispos açorianos em Macau.

2.A IGREJA DA CHINA – REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E REVOLUÇÃO CULTURAL

Com a tomada do poder, em 1949, Mao Tse Tung declara ser a religião uma ferramenta antipatriótica nas mãos dos imperialistas para subjugar o povo chinês, o que lhe fornece a justificação para expulsar os missionários estrangeiros e encarcerar grande número de cristãos chineses que afirmavam a sua fidelidade ao Papa. O PCC iniciou uma campanha de prisão e expulsão dos missionários estrangeiros, seguida da rutura com Roma.

De acordo com a campanha das três autonomias (de direção, de propagação da doutrina e da autogestão financeira) (1950), as obras assistenciais e educativas são nacionalizadas (hospitais, colégios, universidades), os padres e leigos encarcerados e torturados, lançando calúnias contra a Legião de Maria e orfanatos (as freiras acusadas de maltratar a assassinar as crianças), prisões que, entre 1953 e 1954, aumentam. Simultaneamente, são fundadas as Associações Patrióticas destinadas a controlar os crentes das várias religiões.

Em 1955 são encarcerados numerosos bispos e fiéis acusados de não se juntarem ao movimento patriótico e são expulsos da China padres e religiosos estrangeiros. Após a campanha das "cem flores" (1956-57) e com o início da campanha "antidireitistas" o Governo consegue a anuência da hierarquia chinesa para a fundação da Associação Patriótica Católica Chinesa (1957), resultando numa cisão no interior da Igreja Chinesa, seguindo-se sagrações de bispos sem o consentimento de Roma, apesar do papa Pio XII condenar a Associação Patriótica dos Católicos e declarar ilícitas as sagrações dos bispos. (Carmo, 1997).

É a rutura definitiva com o Vaticano, havendo só mais tarde uma tentativa de reaproximação com João XXIII e Paulo VI. Esta atitude de cisão ou separação acentua-se no auge da Revolução Cultural (1966-1976): todos os crentes são declarados inimigos do regime, presos, humilhados, condenados a trabalhos forçados.

Durante a Revolução Cultural o "bando dos quatro" lança o slogan "abolir a religião, a religião pertence aos museus". São incendiados e saqueados templos, igrejas, mesquitas, mosteiros; os crentes são presos ou enviados para campos de trabalho para serem reeducados nos princípios revolucionários. Apenas pequenas comunidades se mantêm em segredo (Igreja do Silêncio / Subterrânea ou Clandestina). (Carmo, 1997). Com todas estas revoluções, constituiu-se uma igreja na China controlada pelo Estado e fora da autoridade papal.

[479] Candelária, Pico, Açores, 1917-1993.

[480] S. Mateus, Pico, Açores, 1924-

Convém ainda referir que, no contexto de Macau, e para alargar todo este espírito revolucionário na China, aconteceram os distúrbios do 1 2 3 (dezembro de 1966), provocados pelos comunistas que estenderam a Macau a revolução cultural e na sequência dos quais foi encerrado o Seminário Maior, obrigando o P. Arquimínio a ir para Hong Kong, onde esteve 5 anos. (Cardoso, 1999, p. 20).

> "*Macau esteve na iminência de ser invadida pelos guardas vermelhos, após a concentração de estudantes e professores junto do palácio do governador, com manifestações por toda a cidade, acompanhadas de desacatos e tumultos de violência crescente, provocados pelos setores comunistas mais extremistas e radicais., com edifícios públicos saqueados, estátuas derrubadas. O governador decretou a lei marcial e o recolher obrigatório. As associações chinesas apresentaram sucessivas reivindicações*" (Castanheira, 1995, p. 21). É neste contexto que D. Arquimínio, como padre e como bispo, exerce a sua atividade pastoral em Macau.

3.D. ARQUIMÍNIO DA COSTA – A ATIVIDADE PASTORAL E O DIÁLOGO COM A IGREJA DA CHINA

Um dos grandes objetivos de D. Arquimínio, na sua atividade pastoral, foi encetar e promover o diálogo com a Igreja da China, reforçando e enquadrando, porém, a doutrina da Igreja Católica, ao mesmo tempo que contextualiza a Igreja na realidade de Macau e procura reconhecer os erros do Ocidente na China. O bispo, para contrastar com a posição da China, afirma a doutrina da Igreja: a Igreja é una, santa, católica e apostólica; o papa, bispo de Roma é a fonte e o fundamento perpétuo e visível da unidade tanto dos bispos como de toda a comunidade dos fiéis; o Colégio ou Corpo dos bispos não possui nenhuma autoridade a não ser em união com o Romano Pontífice, como sua cabeça.

Ao contrário, para a Igreja Católica "oficial" da China comunista a autoridade suprema reside no Congresso dos Representantes Católicos Chineses, convocado de 5 em 5 anos. A sua composição é decidida, em conjunto, pelos Conselhos Permanentes da Conferência Episcopal e da Associação Patriótica (esta formada por leigos e clérigos que amam a Pátria e a Igreja). O seu objetivo é, sob a liderança do Partido Comunista Chinês e do Governo do Povo, ajudar a Igreja na implementação dos princípios de independência, autogoverno e autoadministração (Cardoso, 1999, p. 372).

Para ajudar a compreender algumas intervenções menos felizes e duramente criticadas pela China, D. Arquimínio afirma que "*o Papa só é infalível em assuntos de fé e moral; e mesmo neste campo, só quando se pronuncia definitivamente sobre um ponto de doutrina, exigindo a sua aceitação por parte dos fiéis*". (Cardoso, 1999, p. 319)

Ao procurar entender um certo afastamento entre os cristãos chineses e os demais (nomeadamente portugueses), reconhece que mesmo dentro das fronteiras da sua diocese, a língua impede uma maior aproximação e cooperação entre as pessoas, aliada à diferente mentalidade e à psicologia própria de povos e raças diferentes. Perspetivando o futuro da Igreja Católica em Macau (e Hong Kong), o bispo acentua: "*uma vez que é interesse da China manter a estabilidade social naquele(s) território(s) em função dos objetivos políticos em vista (autonomia administrativa, económica, legislativa segundo a fórmula, "um país, dois sistemas"), para facilitar a integração de Taiwan na mãe-pátria, é de crer que Pequim não caia na tentação de cercear a liberdade religiosa impondo-lhe a política que vigora no resto do país, onde a Igreja é controlada pela chamada Associação Patriótica e esta pelo Governo*". (Cardoso, 1999, p. 297)

Do mesmo modo, reconhece que o nacionalismo chinês foi exacerbado pelas injustiças cometidas por algumas potências ocidentais, como a guerra do ópio, a ocupação da ilha de Hong Kong pelos ingleses no século XIX, humilhando a China com guerras injustas e tratados iníquos. É neste enquadramento de princípios e ideias que o bispo de Macau define alguns dos objetivos da sua intervenção pastoral:

1. Conhecer a realidade da Igreja na China;
2. Estabelecer um intercâmbio ou troca de ideias e experiências;
3. Assegurar as liberdades da Igreja em Macau, após o período de transição. Neste sentido entende que as relações com a Igreja

Patriótica Chinesa se devem "*basear no princípio de não-subordinação mútua, sem ingerência nos assuntos internos de cada uma (das Igrejas) e de respeito mútuo*". (Carmo, 1997, 724)

É dentro desta orientação que promove contactos entre elementos da comunidade local e elementos de algumas comunidades congéneres do interior, nomeadamente a visita de grupos de cristãos de Macau à ilha de Sanchoão, o local onde faleceu S. Francisco Xavier, com contactos amigáveis com os irmãos daquela zona. Outros grupos visitam outros locais, incluindo leprosarias, podendo estabelecer um diálogo fraterno com diversos grupos de cristãos. Da parte da Igreja do interior, também vêm a Macau alguns elementos representativos, entre os quais merece especial menção o bispo auxiliar de Xangai. (Carmo, 1997).

Para o bispo de Macau é importante assegurar que as escolas, hospitais e instituições de beneficência pertencentes a organizações religiosas (em Macau) possam continuar a funcionar com o estatuto presente e que os missionários oriundos de fora possam continuar a exercer as suas atividades em Macau. De 25 de outubro a 3 de novembro de 1985, D. Arquimínio visita a República Popular da China, permanecendo em Pequim, Nanquim, Xangai e Cantão, acompanhado de cinco sacerdotes, duas religiosas e dois leigos, para maior conhecimento e um contacto com a realidade da Igreja na China e abordar a situação relativamente ao futuro da Igreja em Macau, aquando da transferência para a RPC.

Visita para dialogar, mas principalmente para ouvir. Em Pequim contacta com o Bispo de Pequim, o pároco da catedral e membros da Associação Patriótica da Igreja na China. No encontro de caráter informativo, o bispo e os membros da Associação Patriótica fazem uma exposição sobre a situação da Igreja em Pequim, focando o caráter específico da Igreja na China, independente do exterior, sendo ajudada pelo Governo e por isso procura colaborar com ele, sobretudo nas quatro modernizações. (Cardoso, 1999)

Relativamente a Macau, por parte de D. Arquimínio, foi exposta a situação, as atividades desenvolvidas no campo da evangelização e no campo social, na educação, a assistência social, a comunhão com as outras dioceses, acentuando o intercâmbio existente a nível de pessoas e bens, com missionários estrangeiros a trabalhar em Macau e missionários de Macau a trabalhar no exterior. Por outro lado, o bispo de Macau, perante os bispos chineses e a Associação Patriótica vincou que a Igreja de Macau é uma igreja local que está a ser construída e há a tendência de dar aos chineses, que são a maioria, a direção desta igreja, tanto a nível de paróquias como de comunidades religiosas. (Cardoso, 1999)

No encontro de caráter político com o Diretor do Gabinete dos Assuntos Religiosos foi referida a política do Governo quanto à liberdade religiosa: é garantida a liberdade pela constituição e todos são livres de praticarem a própria fé. Lembrou o mesmo Diretor que no passado a Igreja tinha tido um caráter de Igreja colonial e dominadora e que por isso a China de hoje, ao querer defender a sua independência, quis estender essa independência ao campo religioso. Daqui concluindo que a Igreja na China é uma Igreja independente, que se governa e sustenta a si mesma, que se propaga por si mesma, sem qualquer interferência ou qualquer outro tipo de dependência que venha do exterior. Mas, apesar desta diferença de entendimento, pretendem o diálogo e a mútua compreensão e amizade entre a Igreja da China e as outras igrejas, nomeadamente a de Macau. Relativamente a Macau, a Igreja da China e aquele Gabinete não interferirão na Igreja de Macau, e esta também não pode interferir na Igreja da China, assim foi garantido (Cardoso, 1999).

Contudo, o Diretor do Gabinete, mesmo reconhecendo a evolução existente na Igreja Católica, não admite que o Vaticano possa ter relações diplomáticas com Taiwan e não com Pequim e ao mesmo tempo se intrometa nos assuntos internos da Igreja chinesa. (Cardoso, 1999)

Relativamente a Macau, e com grande satisfação para o bispo do Território, foi referido por parte dos representantes da RPC que a comunhão com o Papa da Igreja em Macau continuaria, pois a política do Governo em matéria religiosa é para a China, não ficando abrangidas as regiões especiais (Cardoso, 1999). D. Arquimínio,

mostrando a mudança na própria Igreja Católica, evidencia a importância dos leigos e a consequente transferência para eles das tarefas atualmente desempenhadas por sacerdotes e irmãs religiosas, nomeadamente a educação, a ação social e funções administrativas e organizativas., segundo o ideal proposto pelo Vaticano II (Carmo, 1997).

Ao fazer o balanço de todos estes contactos, o bispo manifesta a sua grande satisfação, por ter sido uma experiência que permitiu um maior conhecimento das novas realidades da Igreja na China e também a tranquilização dos receios sentidos em relação ao futuro da Igreja em Macau.

4.EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

D. Arquimínio assistiu ainda a um certo desanuviamento, embora a Igreja da China continue a manter a sua autonomia em relação a Roma. Com a "primavera de 1978 as religiões são de novo toleradas e os cristãos podem frequentar as Igrejas entretanto restituídas, mas sempre vigiados e controlados pela Associação Patriótica. Em 1980 é dado um passo na emancipação da Igreja face ao governo, com a criação da *Comissão Administrativa dos Assuntos Religiosos da Igreja Católica*. Contudo, a Igreja do Silêncio / Clandestina por nunca se ter sujeitado à direção da Associação Patriótica, não deixa de ser alvo de uma perseguição sistemática. Após os acontecimentos de Tiananmen, os bispos da Igreja do Silêncio criam a Conferência Episcopal Chinesa, independente da Conferência dos Bispos da Igreja Pública. (Carmo, 1997).

A partir de 1978 as religiões são de novo toleradas, os cristãos podem voltar às igrejas e estas são restituídas. Os bispos e os padres encetam comunicações com o exterior, sempre vigiados pelos dirigentes da Associação `Patriótica. Após os acontecimentos de Tiananmen, os bispos da Igreja do Silêncio criam a Conferência Episcopal Chinesa, independente da Conferência dos Bispos da Igreja Pública. (Carmo, 1997).

Também a nível da Igreja Pública as relações parecem ter melhorado. No 5 Congresso da Igreja Pública (15 a 20 de setembro de 1992) foram estabelecidas conclusões que apontam para uma atitude mais maleável:

- A adoção do vernáculo na liturgia, em substituição do latim;
- A declaração de unidade ao papa e às outras Conferências Episcopais da Igreja Universal;
- O desejo expresso de reconciliação com as comunidades católicas não aprovadas oficialmente (Igreja subterrânea ou clandestina) (Carmo, 1997).

Relativamente a Macau, a liberdade da Igreja no Território ficou garantida nos documentos oficiais, tanto na

> *Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e Do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau* como na *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*: "*A Região Administrativa de Macau assegurará, em conformidade com a lei, todos os direitos e liberdades dos habitantes e outros indivíduos em Macau, estipulados pelas leis previamente vigentes em Macau, designadamente as liberdades pessoais, a liberdade de expressão [...], de praticar a sua religião e de crença, de ensino e investigação académica*" (Declaração Conjunta, 1987, p. 14). As organizações religiosas e os crentes na Região Administrativa Especial de Macau "*desenvolverão como antes as suas atividades nos limites das suas finalidades e nos termos da lei e poderão manter relações com as organizações religiosas e os crentes de fora de Macau*". (Declaração Conjunta, 1987, p. 15)

Também as escolas, hospitais e instituições de beneficência pertencentes a organizações religiosas poderão continuar a funcionar como anteriormente. As relações entre as organizações religiosas na Região Administrativa Especial de Macau e nas outras regiões da República da China deverão basear-se no princípio de não-subordinação mútua, de não-ingerência nos assuntos internos de cada uma e de respeito recíproco". (Declaração Conjunta, 1987, p. 15) .

Ficou do mesmo modo garantida a liberdade de crenças religiosas, sem interferência por parte do Governo da RAEM nos assuntos

internos das organizações religiosas: "*As organizações religiosas podem fundar, nos termos da lei, seminários e outros estabelecimentos de ensino, hospitais e instituições de assistência social. As escolas mantidas por organizações religiosas podem continuar a ministrar educação religiosa […]. Os seus direitos e interesses patrimoniais anteriores são protegidos nos termos da lei*" art.º 128 (Lei Básica, 1993, p. 54). Ficaram assim assegurados os direitos da Igreja em Macau que D. Arquimínio incansavelmente procurou defender.

5.BIBLIOGRAFIA

Cardoso, Tomás Bettencourt (coord.) (1999) *Textos de D. Arquimínio Rodrigues da Costa*. Macau: Fundação Macau.

Carmo, António (1997) *A Igreja Católica na China e em Macau no Contexto do Sudeste Asiático - Que Futuro?* Macau: FM, ICM, IPOR.

Castanheira, José Pedro (1995) *Os 58 Dias que Abalaram Macau*. Lisboa: D. Quixote.

Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e Do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau (1987). Macau: Imprensa Oficial de Macau.

Dias, Alfredo Gomes (2010), "*Andrade, José Inácio de*". In Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. Vol I, Macau: Universidade de Macau, p. 94.

Fernandes, Moisés Silva (2008) *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas 1945-2005*. Instituto Diplomático e Centro Científico e Cultural de Macau.

Grosso, Maria José dos Reis (2009) "*Um olhar açoriano sobre Macau*". In *4 Encontro Açoriano da Lusofonia*, Atas/Anais, Lagoa, Açores.

Jardim, Oswaldo da Veiga (2010) "Castro, Padre Áureo da Costa Nunes e". In Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. Vol I, Macau: Universidade de Macau, p. 172.

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (1993). Macau: Editado pelo Conselho Consultivo da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.

Lourenço, Mons. J. M. (1981) *Açorianos em Macau*. Angra do Heroísmo.

Santos, Carlos Pinto e Neves, Orlando (1998) *De Longe à China*. vol. 2 Macau: ICM.

Santos, Carlos Pinto e Neves, Orlando (2000) *De Longe à China*. vol. 5 Macau: ICM.

Santos, Henrique R. (2010), "da Costa, D. Arquimínio" in Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. Vol I, Macau: Universidade de Macau, p. 172.

Sena, Maria Tereza (2010) "Carvalho, Rodrigo Leal de" in Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. Vol I, Macau: Universidade de Macau, p. 276-277.

Silva, Susana Serpa (2011) *Em Busca de Novos Horizontes*. Disponível em http://repositorio.uac.pt 26/08/2011

Sousa, Acácio Fernando de (2010), "Arriaga, Ouvidor Miguel de" in Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. vol. I, Macau: Universidade de Macau, p. 112-114.

Teixeira, P. Manuel (1976) *Macau e a sua Diocese – Bispos, Missionários, Igreja e Escolas.* vol. XII, Macau.

Teixeira, P. Manuel (1967) *Macau e a sua Diocese – Padres da Diocese de Macau.* vol. VII, Macau: Tipografia da Missão do Padroado.

57. ROLF KEMMLER, DEPTº LETRAS, CEL (CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS), UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES, VILA REAL, PORTUGAL/ALEMANHA

TEMA: 1.1. JOÃO ALBINO PEIXOTO (1803-1891): UM POETA RIBEIRA-GRANDENSE QUE TRADUZIU BEAUZÉE. BREVE ESTUDO BIOGRÁFICO-LINGUÍSTICO, ROLF KEMMLER (CEL / UTAD VILA REAL) *

1 INTRODUÇÃO

Quando, há cerca de nove anos, encontrámos o opúsculo manuscrito com a indicação de «Beausee Grammatica», pouco sabíamos da importância gramaticográfica da *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage* (1767), do autor francês, quer a nível da tradição francesa, quer a nível da sua importância para a escola portuguesa. Ora, tendo os principais aspetos da introdução da *Grammaire générale* na gramaticografia portuguesa sido estudados por Schäfer-Prieß (2001), podemos constatar que a influência explícita e implícita de Beauzée nos gramáticos portugueses das primeiras décadas do século XIX é maciça.

Com efeito, se bem que ao longo do estudo magistral de Schäfer-Prieß (2000) bem como na obra mais recente de Santos (2010: 1046) sejam identificadas possíveis influências de Beauzée sobre os gramáticos portugueses até Soares Barbosa (sendo no entanto de notar que as definições do autor francês não tenham sido retomadas com a coerência desejável), a intensificação da preocupação contínua com a *Grammaire générale* nos anos vinte e trinta do século XIX parece-nos justificar a presunção que Beauzée podia ter efeitos sobre

a produção gramatical posterior que até agora somente chegou a ser pouco estudada.

Considerando, porém, que ambas as investigadoras tinham que restringir o corpus gramatical devido a considerações de pertinência, devemos constatar que um número considerável de textos meta-gramaticais teve de ser excluído deste estudo por as obras não se enquadrarem dentro da definição necessariamente estreita da 'gramática propriamente dita' no sentido de Kemmler (2007: 378) e Schäfer-Prieß (2000: 1).

As mesmas considerações de pertinência no corpus levaram Barbara Schäfer-Prieß a desconsiderar quaisquer gramáticas manuscritas, escolha imprescindível para quem queira apresentar uma panorâmica da gramaticografia portuguesa *impressa*. É inegável que as fontes manuscritas tendem a ser menos bem conhecidas, o que se deve, por um lado, à dificuldade geral de acesso a este tipo de material forçosamente raro e único, por outro lado, às dificuldades de leitura que estes textos oferecem aos estudiosos não preparados. No âmbito dos nossos trabalhos investigativos e editoriais relacionados com os monumentos manuscritos da tradição gramatical latino-portuguesa pretendemos, por isso, apresentar uma tradução inédita de alguns aspetos interessantes do primeiro volume da *Grammaire générale*. Esta tradução parcial foi realizada na primeira metade do século XIX pelo pintor e poeta João Albino Peixoto (1803-1891), natural da ilha de São Miguel (Açores), cujas vida e origens socioculturais tentaremos esboçar a seguir.[481]

2 JOÃO ALBINO PEIXOTO (1803-1891), TRADUTOR DE BEAUZÉE

Após a apresentação das informações biográficas nas principais fontes contemporâneas e modernas, iremos apresentar os resultados das nossas investigações nos arquivos na Ponta Delgada e na Ribeira Grande.

2.1 REFLEXOS DE JOÃO ALBINO PEIXOTO NA LITERATURA SECUNDÁRIA

Constituindo a principal fonte de informações biobibliográficas sobre autores de tempos pretéritos, o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva fornece somente umas informações rudimentares sobre o autor:

> *JOÃO ALBINO PEIXOTO, natural da ilha de S. Miguel, onde se emprega no exercicio da arte da Pintura, cultivando as letras no tempo que lhe fica livre de suas obrigações. - E.*
>
> *243) Lamentações da lyra sobre os tumulos, na immatura morte do ill.mo sr. Agostinho de Medeiros Albuquerque. Ponta-delgada, Typ. de Ricardo Garcia 1847. 8.º gr. de 28 pág.*
>
> *244). Memoria sobre a trasladação da imagem do Senhor dos Passos, do hospital para o collegio. Ibid, 1847. 8.º gr. de 11 pág.*
>
> *245) Hymno offerecido á Sociedade Philarmonica da villa da Ribeira grande. Ibid, 1850. 8.º gr. de 54 pág.*
>
> *246) A Saudade: monumento ás cinzas do senhor Caetano José Velho de Medeiros Cabral. Poemeto. Ib., Typ. da Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas. 1852. 8.º gr. de 16 pág.*
>
> *247) Canto funebre em memoria da saudosa rainha de Portugal, a senhora D. Maria II. Ibid, 1853. 8.º gr. de 24 pág.*
>
> *248) Meditações religiosas sobre a morte de S. R. M. a senhora D. Maria II. Ibid, 1854. 8.º de... pág.*[482]
>
> *249) Tributo de gratidão ás cinzas do reverendo P. M. João José do Amaral. Ibid, 1853. 8.º gr. de 18 pág.*
>
> *250) Passagem de um poema heroico em dez cantos. Ribeira-grande, 1856, 8.º de 21 pág. (Silva 1859, vol. III: 283).*

Já no século vinte, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* limita-se a repetir as informações fornecidas por Inocêncio, incluindo a bibliografia do autor na sequência original.

[481] As traduções de alguns trechos mais importantes no opúsculo manuscrito de João Albino Peixoto já foram analisadas no âmbito da nossa comunicação apresentada no *XXVIe Congrès Internationale de Linguistique et Philologie Romanes* (CILFR) de 2010, pelo que o presente artigo se concentra em aspetos que não puderam ser abordados no correspondente artigo (cf. Kemmler no prelo).

[482] Em Silva (1883, X: 145), o bibliógrafo acrescenta a seguinte informação sobre esta obra: «As *Meditações,* etc. (n.º 248), constam de XLIII-122 pág.».

PEIXOTO (João Albino). Pintor e escritor do séc. XIX, natural da ilha de S. Miguel. Exercia a arte da Pintura, e nas horas que o seu trabalho lhe deixava livres, dedicava-se ao cultivo das Letras (*GEPB* s.d., 20: 873).

Ao passo que as fontes continentais somente fornecem um número muito limitado de informações sobre o nosso autor, verifica-se outra coisa com a literatura regional de especialidade. Assim, a *Enciclopédia Açoriana,* sem mencionar as fontes, informa o seguinte:

Peixoto, João Albino

[N. Ribeira Grande, 5.8.1803 – m. ibidem, 12.7.1891] Poeta e pintor/dourador. Na oficina do tio, José Caetano da Mota, aprendeu o ofício de ourives, aos doze anos de idade.

Em 1819, deixou o mester para se dedicar ao estudo de latim, retórica e filosofia.

Dez anos depois, iniciou o estudo de desenho e pintura com Vicente Malio, natural de Roma, que fixou residência durante algum tempo na Ribeira Grande.

Após a saída do mestre, foi-lhe passada uma declaração, publicada na imprensa, referindo as suas aptidões.

Posteriormente, aprendeu a técnica de dourar e restaurar painéis antigos com dois técnicos parisienses, estabelecidos em Ponta Delgada. A partir de 1846, comprou-lhes a oficina e todos os utensílios.

Deixou obra espalhada por várias igrejas da ilha: capelas da igreja de Rabo de Peixe; a capela do Santíssimo da igreja do Rosário da Lagoa; a do Santíssimo da igreja da Conceição, da Ribeira Grande; a do Senhor dos Passos do Colégio, de Ponta Delgada; a de Nossa Senhora da Ajuda, na Bretanha, a de Nossa Senhora dos Prazeres, no Pico da Pedra e a de Nossa Senhora das Dores, em Porto Formoso.

Já idoso, em 1865, trabalhou no posto fiscal do porto de Santa Iria da Ribeira Grande.

A sua poesia, para além dos opúsculos publicados, está dispersa por alguns jornais, nomeadamente, o Açoreano, Revista dos Açores, Açoriano Oriental, Estrella Oriental e O Norte. Está incluído no grupo dos poetas em que «desabrocharam as últimas flores do neoclassicismo» (Lisboa, 1990: 44) (Enes s.d.).[483]

Tendo aprendido o ofício de ourives desde 1815 e 1819, o jovem ourives terá abandonado a profissão naquela altura para se dedicar aos estudos, passando, desde 1829 a estudar a arte da pintura com o italiano Vicente Mallio (1794-1865) até quando este passou a viver no Brasil em 1837.

Com oficina própria como dourador desde 1846, Peixoto passou, desde 1865, a exercer o cargo de chefe do posto fiscal do porto de Santa Iria da Ribeira Grande na costa do norte de São Miguel.

Complementando estas informações, Urbano de Mendonça Dias (2005: 194) informa o seguinte:

JOÃO ALBINO PEIXOTO – nasceu na Vila da Ribeira Grande a 8 de agosto de 1803, filho de Inácio José Peixoto e de Eugénia Tomázia Joaquina, fazendo toda a sua educação literária naquela Vila com a aprendizagem de Português, Latim, Filosofia e Aritmética.

No entanto, e entremeando com estes seus estudos, foi aprendiz de ourives, fundia a prata e ajudava o Mestre, o seu tio, José Caetano da Mota, mas não andava contente com o ofício e um dia despediu-se. Abandonou o Mestre, fez-se pintor, fez-se dourador, andou por estas Igrejas retocando e dourando altares.

Versejou sempre. Tem as suas produções muito espalhadas. O jornal O Norte, de que foi redactor principal o Cónego Cristiano de Jesus Borges, nos últimos anos da sua publicação, trás muitos dos sonetos do poeta do Norte, enviados à redacção pelo Reverendo Egas Moniz que possuía os seus manuscritos e que o chamava o Cisme da Ribeira, porque João Albino passava várias horas numa

483 O autor está-se a referir ao segundo volume do *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* que no nosso exemplar data de 1992 (cf. IPLB 1992)

meditação profunda, numa gruta da ribeira, lugar aprazível e pitoresco.

Faleceu velho, a 12 de julho de 1891 (Dias 2005: 194).

Nota-se que este esboço biográfico é algo mais íntimo do que os restantes, pelo que não quisemos deixar de reproduzi-lo, apesar dos ocasionais erros e incoerências face às outras fontes biográfica.

2.2 DOCUMENTOS DOS ARQUIVOS EM SÃO MIGUEL

No que respeita as circunstâncias de vida de personagens que viveram em séculos passados, as datas-chave são fornecidas sobretudo pelas entradas nos livros de registo paroquial. Melhor do que qualquer outra fonte, estes registos podem fornecer-nos informações biográficas tão fidedignas como exatas.

Além disso, conserva-se nos arquivos locais outra documentação de natureza eclesiástica e secular, tais como os 'roteiros quaresmais' ou 'róis das confissões' das paróquias ou os 'recenseamentos eleitorais' a partir do século XIX.[484] Assim acontece também no caso de João Albino Peixoto, de quem conseguimos encontrar alguns elementos documentários que fornecem detalhes biográficos complementares.

2.2.1 OS ASSENTOS PAROQUIAIS REFERENTES A JOÃO ALBINO PEIXOTO

Do nosso autor conservam-se os assentos de batismo, de casamento de óbito, todos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira Grande.

2.2.1.1 ASSENTO DE BATISMO

O assento de batismo, lavrado no dia 20 de agosto de 1803, reza o seguinte:

João[485] *Filho Legitimo de Jgnacio Manoel Peixoto natural da Parochial do Apostolo Saõ Pedro da Ribeira*[486] *Seca desta Villa da Ribeẏra Grande; e de sua mulher Eugenia Thomazia Joaquina natural desta Parochial de Nossa Senhora da Conceẏção desta mesma Vila; nasçeo aos Sinco dias do mes de Agosto de mil outo Sentos e tres annos; e foi baptizado nesta mesma Jgreẏa da Senhora da Conceẏção Parochial de Seus Pais por mim Francisco de Assis Tauares Gomes Cura della aos uinte dias do dito mez e anno, foi Padrinho Jgnacio Manoel Monis Tauares freguês da Sobredita Parochial de Saõ Pedro per procuração que me aprezenta Manoel Dias Azedo fregues da Matrix da Senhora da Estrella desta mesma Villa ambos cazados, e por testemunhas Manoel de Jezus e Joze da Ponte Bulhaõ tambem Cazados e freguezes desta Jgreẏa e para a todo tempo Constar fis este termo e o asignei dia mes e era ut supra* (1803, agosto 20).

Este primeiro documento informa que o menino João[487] nasceu no dia 5 de agosto de 1803 como filho legítimo de Inácio Manuel Peixoto (1771-1833) e da sua mulher Eugénia Tomásia Joaquina (1760-1733), tendo sido batizado aos quinze dias depois do nascimento.

É digno de nota que Inácio Manuel Moniz Tavares (1747-1817), que se fizera representar por procuração apesar de residir na freguesia vizinha de São Pedro da Ribeira Seca, não somente era o padrinho, mas ao mesmo tempo era o seu avô paterno, cujo título de morgado leva a crer que possa ter feito parte das famílias mais abastadas daquele lugar.

2.2.1.2 O ASSENTO DE CASAMENTO

Falecidos os pais há cerca de onze anos, João Albino Peixoto contraiu matrimónio em 1844 com uma órfã de ascendentes ribeira-grandenses:

Joaõ Albino Peixoto

[484] Agradecemos ao amigo Dr Mário Moura, Diretor da Casa da Cultura da Ribeira Grande por nos ter facultado o acesso a alguns daqueles elementos.

[485] Averbamento na margem esquerda: «1.ª Certidam em 6 de agosto de 1861 O Cura Ferr*eira*».

[486] Averbamento na margem direita: «Faleceu em 12 de julho de 1891».

[487] Note-se que somente o primeiro elemento onomástico foi anotado no registo paroquial, podendo a pessoa batizada usar posteriormente outros e adicionais elementos onomásticos que não constam do assento, os quais nem tinham necessariamente de fazer parte dos elementos onomásticos dos pais.

Com
Dona Maria Ricarda Botelho

Em os sete dias do mez de Março de mil oito Centos quarenta e quatro de manhaã nesta Jgreja da Senhora da Conceiçaõ. Parochiàl da Villa da Ribeira Grande, precedida nella, nas mais Jgrejas, e Ermidas de costume as Denunciaçoẽs Canonicas na forma do Sagrado Concilio Tridentino Sem descobrir impedimento algum, como me constou de um Mandado do Doutor Provizor Antonio Joze Ferreira de Souza, Vigario Geral deste Bispado perante mim Fulgencio Cuniliati da Ponte Cura actual desta sobreditta Parochiàl, e das testemunhas abaixo assignadas e d'outras Pessoas, que se achavaõ prezentes se cazaraõ por palavras de presente em face da Jgreja Joaõ Albino Peixoto, filho de Jgnacio Joze Peixoto, e d'Eugenia Thomazia Joaquina já defuntos, baptizado nesta Parochiàl Com Dona Maria Ricarda Botelho filha de Francisco Ricardo Botelho, e Dona Anna Magdalena do Canto, taõbem defuntos, baptizada na Matriz da Senhora dos Anjos da Villa d'Agoa de Páo e ambos dezobrigados das ultimas tres quaresmas nesta sobredita Parochiàl da Senhora da Conceiçaõ. Naõ receberaõ as Bençoẽs por ser tempo prohibido. De que para constar fiz este termo no mesmo dia sette de Março de Era Supra.
O Cura Fulgencio Cuniliati da Ponte
O[488] R*ever*endo José Franc*isco* da Ponte
Joze Amalio Tavares (1844, março [7]).

Foi com quarenta anos de idade que o então pintor João Albino Peixoto casou aos 7 de março de 1844 com Dona Maria Ricarda Botelho (1818-1893),[489] sendo de resto de destacar que os pais de ambas as partes já tinham falecido antes do matrimónio dos filhos.

2.2.1.3. O ASSENTO DE ÓBITO

Após uma longa vida de trabalho e de dedicação às mais variadas áreas, o óbito do nosso autor é testemunhado da forma seguinte:

Aos[490] doze dias do mez de Julho do anno de mil oito centos e noventa e um, ás seis horas da tarde, em uma casa da rua de San Francisco, d'esta freguesia de Nossa Senhora da Conceiçaõ, concelho da villa da Ribeira-grande, diocese d'Angra, falleceu, tendo recebido o sacramento da Extrema-Uncçaõ, um individuo do sexo masculino por nome Joaõ Albino Peixoto, casado com dona Maria Ricarda Botelho, chefe do posto fiscal reformado, de edade de oitenta e sete annos, natural e sua mãe d'esta freguesia, morador na dicta rua, filho legitimo de Ignacio Manuel Peixoto, proprietario, natural da freguezia de San Pedro, no logar da Ribeira-Secca, d'esta villa, concelho e diocese, e de Eugencia Thomasia Joaquina, ocupada no governo domestico; o qual não fes testamento, deixou filhos e foi sepultado no cemiterio publico. E para constar lavrei em duplicado este assento que assigno. Era ut supra. O cura Egas Moniz (1891, julho 12).

Consta, portanto, que João Albino Peixoto faleceu na Rua de São Francisco da sua freguesia de origem no dia 12 de julho de 1891 pelas 18:00 horas. O assento confirma a ocupação de Peixoto no porto de Santa Iria, fazendo questão de constatar que era o chefe reformado desse posto fiscal do pequeno porto que fica nos arredores da freguesia da Ribeirinha (Ribeira Grande).

Além disso, o assento informa sobre as ocupações dos seus pais ao mencionar que o pai era proprietário e a mãe doméstica, o que parece confirmar a pertença da família ao equivalente da classe média ribeira-grandense da época. O óbito chegou a ser noticiado nos dois semanários contemporâneos da Ilha de São Miguel. Assim, a primeira

[488] Averbamento na margem esquerda: «Receberaõ os Bençoẽs em 23 de maio an*no* 1844/o Cura Pontes». O Cura Fulgêncio Cuniliati da Ponte faleceu no dia 25 de setembro de 1853 na idade de sessenta e sete anos (1853, setembro 25).

[489] Contrária à informação dos registos paroquiais, Geneall.net refere que o nome completo seria 'Maria Ricarda do Canto Botelho', incluindo, portanto, o apelido 'do Canto', como elemento onomástico proveniente da mãe da noiva.

[490] Averbamento na margem esquerda: «N.º 45 João Albino Peixoto».

notícia sobre o óbito dele foi publicada no semanário ribeira-grandense *A Estrella Oriental* em 17 de julho de 1891:

> *Desceram á sepultura na tarde de segunda-feira, 13 do corrente, os restos mortaes do sr. João Albino Peixoto, mimoso poeta Ribeira-grandense e erudito escriptor, que por largos annos redigiu esta folha.*
>
> *A' enlutada familia de tão illustrado, como sabio poeta, a quem, com razão, appelidaram de – Cysne Ribeira-grandense – os nossos pezames pelo seu passamento* (*Estrella* 1891: 108).

Para além da informação sobre a data do funeral, o artigo do redator do semanário ribeira-grandense testemunha que João Albino Peixoto não só teve uma passagem efémera por esta publicação, mas que inclusive veio a desempenhar o papel do redator do jornal local durante vários anos.

Bastante mais sucinta e menos calorosa é a informação fornecida na secção dos «Óbitos» do semanário *O Açoriano Oriental* da Ponta Delgada de 25 de julho de 1891:

> *Na Ribeira Grande, o sr. João Albino Peixoto, de 87 annos, poeta de bastante merecimento* (*Açoriano* 1891: [III]).

2.2.2. OS ASSENTOS PAROQUIAIS REFERENTES AOS PAIS E ÀS IRMÃS DE JOÃO ALBINO PEIXOTO

Uma vez que se observam divergências entre os nomes referidos nalguns assentos, optámos por reproduzir aqui também todos os assentos dos pais bem como os assentos de nascimento das duas irmãs do nosso autor.

2.2.2.1 OS ASSENTOS PAROQUIAIS REFERENTES A INÁCIO MANUEL PEIXOTO / INÁCIO JOSÉ PEIXOTO

Batizado apenas com o nome próprio 'Inácio' na igreja paroquial da freguesia de São Pedro da Ribeira Grande, o filho do morgado Inácio Manuel Moniz Tavares (1747-1817) e da sua mulher Rosa Inácia de Medeiros nasceu no dia cinco de novembro de 1771:

> *Ignacio filho do Morgado Jgnaçio Manoel Monis natural desta Parochial do Apostollo Saõ Pedro desta villa da Rib[ey]ra Grande, e de sua mulher Roza Jgnacia de Medeiros natural da Matris de Nossa Senhora da Estrella da mesma Villa, nasceo em os sinco dias do mes de Novembro de mil sete sentos setenta e hum, foi batismo Sub Conditione por ser batismo em Caza, Licentia Parochi, pelo R[everen]do padre frei Antonio dos Anjos, prezidente no Convento de Nossa S[enho]ra de Agua de Lupe desta mesma villa em os dezasete dias do dito mes e Era, foi Padrinho o Morgado Joze Duarte Jacome da Camara Sargento Mor nesta villa, para Constar fis este termo que asignei com testemunhas perzentes, o R[everen]do padre thezoureiro desta Igr[ej]a Joze de Souza Nunes, e o p[adr]e Antonio Borges Morejra dia mes e era ut supra.*
> *Vig[ari]o Joze da Sylva*
> *Manoel Rego Furtado*
> *Joze de Souza Nunes* (1771, novembro 17)

Tendo obviamente adotado como segundo nome o de 'José', foi em 6 de agosto de 1792 que casou com Eugénia Tomásia Joaquina, que tinha quase dez anos mais de idade do que o marido:

> *jgnacio joze Peixoto*
> *com*
> *Eugenia Thomazia joaquina*
>
> *Em os seis dias do mes de Agosto de mil e sete Centos Noventa e dois anos sendo de Manham desta Paroquial de Nosa Senhora da Conceiçam desta uila da Ribeira Grande precedidas as denunciacoens canonicas na Froma do Sagrado Concilio Tridentino nesta dita parochial e Nas mais jgrejas e ermidas as ditas sufragancas desta dita uila sem se descobrir empedimento algum como me constou de hum Mandado do Reverendo ouuidor do destrito o lecenciado Pedro jgnacio de Souza vigario desta Parochial em prezenca de mim Manoel Cabral Estrella Cura dela e das testemunhas abaicho Nomiadas Antonio joze da Silva Novaes*

e Francisco Xavier Golhim e de outras muntas mais pecoas de mim conhecidas e todos freguezes desta jgreja se cazaram solenemente em Face ecleziæ por palauras de prezente jgnacio joze Peixoto filho de jgnacio Manoel Monis Tavares e de Roza jgnacia de Medeiros Batismo ele contrahente e desobrigado esta quaresma passada de mil sete centos Nouenta e dois anos Na Parochial do Apostolo Sam Pedro da Ribeira Seca desta villa com Eugenia Thomazia joaquina filha do Alferes Brenado de Souza Silva e de Maria Thereza de Santo Andre ja defuntos Batizada e desobrigada ella contrahemta a sobredita quaresma Nesta Parochial de Nosa Senhora da conçeiçam desta dita villa donde he actualmente Fregueza e logo receberam os Bençoẽs na froma do Ritual Romano, e para constar fis este acento com testemunhas abaicho asignadas dia, mes e era ut supra.

O Cura Manoel Cabral Estrella
Ant[oni]o Joze da Silva de Novaes
Francisco X[avie]r Golhim (1792, agosto 6)

Não deixa de parecer algo confuso que a forma onomástica que encontramos no assento de óbito de 11 de agosto de 1833 mencione que o falecido se tenha chamado Inácio Manuel Peixoto (e não Inácio José Peixoto como consta do assento de casamento):

Jgnácio Manoél Peixoto
Cazado
Com Eugenia Roza
Em os onze dias do mez d'Agosto de mil oito centos, trinta, e trez annos, faleceo d'vida prezente, tendo recebido os Diuinos Sacramentos, e {ses}cecenta, e dous annos d'jdade {pouco mais, ou menos}, Jgnacio Manoel Peixoto, cazado com Eugenia Róza, seu corpo involto em habito de Saial, foi sepultado nesta Igreja da Senhora da Conceiçaõ, sua Freguesia, para onde foi conduzido, acompanhado do Reuerendo Colegio da matriz desta Villa da Ribeira Grande, dos Religiósos franciscanos, e deste seu Colegio, Celebrando todos hũ Interro por su'alma, presente o Corpo, e sua mulher encomendou alguas Missas de que fiz este termo.

*O R[evere]ndo C[oadju]tor José Fran[cisc]o da Ponte (*1833, agosto 11)

Consta, portanto, que o pai de João Albino Peixoto é identificado como 'Ignacio', 'Ignacio Joze Peixoto' ou 'Jgnacio Manoel Peixoto' nos três assentos de registos paroquiais que fazem referência a ele próprio.[491] Torna-se óbvio que era conhecido debaixo das duas formas onomásticas 'Inácio José Peixoto' e 'Inácio Manuel Peixoto', aparentemente sem que isso causasse transtorno aos párocos que lavravam os assentos. Nota-se, enfim, que o apelido 'Peixoto' não fazia parte da tradição familiar do agregado composto por Inácio Manuel Moniz Tavares e Rosa Inácia de Medeiros, tendo, porém, sido adotado por Inácio Manuel Peixoto e a sua irmã Maria Perpétua da Luz Peixoto, possivelmente em homenagem à avó materna Rosa Maria Francisca Moniz Peixoto (1711-1759).

2.2.2.2. OS ASSENTOS PAROQUIAIS REFERENTES A EUGÉNIA TOMÁSIA JOAQUINA (1760-1833)

Por ser natural e residente na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, todos os assentos da mãe de João Albino Peixoto são daquela freguesia. Batizada apenas com o nome próprio 'Eugenia', foi filha do alferes Bernardo de Sousa e Silva e da sua mulher Maria Teresa de Santo André e nasceu no dia 8 de junho de 1760:

Eugenia, filha do Alferez Bernardo de Souza e Sylva, e da sua mulher Maria Thereza de Santo Andre, naturais, e freguezes desta Paroquial Jgreja da Senhora da Conceyçam desta Villa de Ribeyra Grande, nasceo em os oyto dias do mez de Junho, de mil e sete centtos, e secenta, e foy baptizada nesta ditta Jgreja Paroquial de seus Pays; por mim Francisco da Sylva Nunes Cura della, em os dezasette dias do ditto, mez, e era: foy Padrinho o Reuerendo Padre Antonio Taueyra e Neyua, natural desta ditta Paroquial, e

[491] Parece lícito presumir que a adoção do nome 'Manuel' possa ser uma homenagem ao próprio pai Inácio Manuel Moniz Tavares.

freguez da Matriz da Senhora da Estrella desta ditta Villa: foram testamunhas, que comigo asignaram os Padres Bartholameu Francisco de Mello, e Antonio de Souza Tauares, e para constar fiz este assento. Dia, mez e era ut supra.

O Cura Fran[cis]co da Sylu[eir]a Nunes
B[a]r[tholo]meu Fran[cis]co de Mello
Ant[oni]o de Souza Tavares (1760, junho 17)

No assento de óbito de 8 de dezembro de 1833 o pároco menciona que a falecida teria sido viúva de Inácio José Peixoto, ficando, assim, mais fiel ao assento de casamento:

Eugenia Thomásia Joaq[uin]a V[iuv]a
d'Jgn[áci]o J[oz]e Peix[ot]o
Em os oito dias do mez de Dezembro de mil oito centos trinta, e trez annos, faleceo d'vida prezente, tendo recebido os Diuinos Sacramentos, e Cetenta, e dous annos d'jdade, Eugenia Thomazia Joaquina, Viuua d'Jgnácio Joze Peixoto, foi seu corpo involto em mortalha honesta, e sepultado nesta Jgreja da Senhora da Conceiçaõ, d'villa da Ribeira Grande, sua Freguesia, depois d'encomendado pelo reuerendo Parocho, fes testamento em que dispos as sufragios da su'alma, a saber, d'alguas Missas, de que fis este termo.

O R[evere]ndo C[oadju]tor José Fran[cisc]o da Ponte (1833, dezembro 8)

2.2.2.3. O ASSENTO DE NASCIMENTO DE JOSEFA LAURA TIBIANA (1793-?)

A irmã mais velha de João Albino Peixoto, com nome de Josefa, nasceu no dia 13 de outubro de 1793. Nota-se à primeira vista que o pai é identificado como 'Jgnacio Joze Peychoto', ou seja, na versão onomástica conforme o assento de nascimento dos pais:

Jozefa filha legitima de Jgnacio Joze Peychoto natural da Parochial de Sam Pedro da Ribeyra Seca desta villa da Ribeyra grande e de sua mulher[492] *Eugenia Thomazia Joaquina natural desta Parochial de Nossa Senhora da Conceyçam desta dita Villa, nasceo em os treze dias do mes de Outubro de mil Sete Centos nouenta e tres annos, e foy bautizada em os vinte e hum dias do dito mes e anno nesta dita Parochial da Senhora da Conceyçam freguezia de Seus Pays, por mim Joam Jgnacio Tauares Cura della; foy Padrinho o Reuerendo Beneficiado George Caettano de Souza fregues desta mesma Parochial, foram testemunhas o Padre Bartholomeu Francisco de Mello, e Joze da Ponte Bulhoens e para constar fis este acento dia mes e anno supra.*

O Cura Joam Jgnacio Tauares
Bartholomeu Fran[cis]co de Mello
He de Joze da Ponte + Bulhoins (1793, outubro 21)

Depois de um escândalo de gravidez extramatrimonial da filha mais velha de Inácio Peixoto,[493] ela casou no dia 2 de outubro de 1815 com Manuel Bento de Oliveira debaixo dos nomes Josefa Laura Tibiana (1815, outubro 2). Será que a ausência do apelido familiar 'Peixoto' pode estar de alguma forma relacionada com o escândalo? Para já ignoramos a resposta a esta questão, bem como outros detalhes sobre a vida e morte de Josefa Laura Tibiana.

2.2.2.4. O ASSENTO DE BATISMO REFERENTES A JACINTA CÂNDIDA PEIXOTO (1799-?)

Também a outra irmã do nosso autor, nascida em 22 de setembro de 1799, foi batizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição,

[492] Nota à margem direita: «1 Cert*id*am/em 22 de Julho de 1815/O R*evere*ndo P*aro*cho».

[493] Nas suas notas sobre a entrada bibliográfica, Silva (s.d.) afirma o seguinte sobre o caso: «No livro de Querelas da Ribeira Grande, aberto a 29.9.1810 vem o auto de desfloramento que requereu Inácia Manuel (sic) Peixoto como administrador de sua filha Josefa Laura contra Francisco Manuel Tavares, filho do Alferes José Leonardo Tavares, da Ribeira Grande, a 30.6.1815, perante o juiz ordinário, sendo presente Josefa Laura, com assistência de seu pai Inácio Manuel Peixoto; estes queixaram-se de que Francisco Manuel Tavares, filho do dito Alferes, desflorou a dita Josefa Laura, que se acha próxima a dar à Luz. Houve exame de parteiras que confirmaram a queixa». Ainda não conseguimos verificar os acontecimentos históricos.

tendo recebido o nome próprio 'Jacinta', sendo o pai referido como 'Jgnacio Joze Peixoto':

> *Jacinta filha de Jgnacio Joze Peixoto natural da Parochial de Sam Pedro desta Villa da Ribeira Grande e de sua mulher Eugenia Thomazia Joaquina natural desta Parochial da Senhora da Conceiçaõ desta ditta Villa nasceo em vinte e douz dias do mez de Setembro de mil sete centos noventa e nove annos, e foy baptizada nesta mesma Parochial de seus Pays por mim Joze Tavares de Souza Benificiado Coadjutor della em o primeiro dia do mez de Outubro do ditto anno foy padrinho o Reverendo Benificiado Jorge Caetano de Souza freguez desta mesma Parochial e testemunhas Joze da Ponte Bulhaõ, e Manoel de Jezus, fregùezes desta mesma Parochial de que fiz este termo no dito dia mez e anno supra*
> *O B[e]n[eficia]do Cur[a] Joze Tavares de Souza*
> *Manoel +. de Jezus*
> *Joze da + Ponte Bulhaõ* (1799, outubro 1)

Morto o pai no mês anterior de agosto, D. Jacinta Cândida Peixoto casou em 4 de novembro de 1833 com Joaquim António Pereira Jr. (1833, novembro 4). Segundo Silva (s. d.), D. Jacinta Cândida teria falecido em 1872. No entanto, uma pesquisa na Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Ponta Delgada não pôde confirmar este dado.

2.2.3. OS ROTEIROS QUADRAGESIMAIS DO ARQUIVO MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

No âmbito de uma breve visita ao Arquivo Municipal da Ribeira Grande conseguimos consultar uma das fontes biográficas menos prestigiadas em estudos de natureza na história: trata-se dos 'roteiros quadragesimais' ou 'róis de confissões' da freguesia da Nossa Senhora da Conceição daquele concelho. Podendo a composição do conteúdo divergir ocasionalmente, estas listagens continham os nomes e as idades de todos os fregueses adultos que tinham que confessar e comungar em preparação das festividades da Páscoa. Vejamos exemplarmente algumas das entradas consultadas:

399	Jgnacio Manoel Peixoto	conf[*essad*]o e com[*un*]g[*ad*]o	49
	Eugenia Roza m[*ulh*]er	conf[*essad*]a e com[*un*]g[*ad*]a	65
	Jacinta P[*eixot*]a	conf[*essad*]a e com[*un*]g[*ad*]a	25
	Joaõ Albino P[*eixot*]o	conf[*essad*]o e com[*un*]g[*ad*]o	23

Esta entrada de *Rol* (1825: fol. 30 r) situa a família chefiada por Inácio Manuel Peixoto na Rua dos Foros que começa do lado direito da Igreja da Nossa Senhora da Conceição, cruzando-se com a Rua de São Francisco e a Rua da Conceição. Observa-se que as idades indicadas pelo pároco nem sempre estavam certas, uma vez que o pai da família já tinha 53 anos completos, a mãe chamada 'Eugenia Roza' 64 anos e João Albino tinha 21 anos. Somente no caso da irmã Jacinta, a idade indicada está certa. No ano de 1832, porém, encontramos a mesma entrada com outro nome do chefe da família (*Rol* 1832: fol. 28 v) e com um caos semelhante no que respeita à indicação das idades:

404	Jgnacio Joze Peixoto	conf[*essad*]o e com[*un*]g[*ad*]o	56
	Eugenia Roza m[*ulh*]er	conf[*essad*]a e com[*un*]g[*ad*]a	72
	Jacinta P[*eixot*]a	conf[*essad*]a e com[*un*]g[*ad*]a	31
	Joaõ Albino P[*eixot*]o		29

Se bem que não se saiba ao certo porquê João Albino Peixoto não terá confessado e comungado em 1832, parece que poderá ter estado ausente da sua freguesia de origem, o que explicaria esta ausência. Ainda no último ano de vida dos pais, que ambos morreram na segunda metade do ano de 1833, o agregado familiar constava das mesmas quatro pessoas (cf. *Rol* 1833: fol. 27 v):

399	Jgnacio J[*oz*]e Peix[*ot*]o		57
	Eugenia Roza m[*ulh*]er		73
	Jacinta P[*eixot*]a	#	32
	Joaõ Alb[*in*]o P[*eixot*]o		30

Após esta entrada que documenta que todos os elementos da família tenham confessado e comungado naquele ano, não se encontra mais nenhuma entrada relativa à família de Inácio Manuel Peixoto na

Rua dos Foros. Os irmãos parecem ter seguido passos diferentes, tendo a irmã Jacinta casado naquele ano.

Uma vez que João Albino Peixoto desde então teve várias residências quer na Ribeira Grande quer na Ponta Delgada, traçar o percurso integral dele será uma tarefa para outro trabalho futuro. Em vez de proceder a esta pesquisa, resolvemos limitar-nos a reproduzir parte da entrada no rol de confessados relativo aos residentes na casa da família da Rua de São Francisco, em 1891 (cf. *Roteiro* 1891: fol. 52 v):

NOMES, SOBRENOMES APPELIDOS	Relação para com o chefe de familia	Profissão	Edades	
			M	F
Joaõ Albino Peixoto	Chefe	Apozentado	87	
D. Maria Ricarda Botelho <viuva>	Cazam[*en*]to			73
Eugenio Silio Peixoto	Filho	Aferidor	43	
D. Anna de Jesus Maria	Filha			39
D Estephania Ludoxia Peixoto	Filha			33
<M[*ari*]a da Paixão> {Cecilia da Conceição Pacheco}	Famula	Creada		<18> 18
<auzentou-se> {Luiz Pacheco}	Famulo	Creado	8	

No ano da sua morte, o agregado familiar compunha-se, portanto, de seis pessoas, nomeadamente do próprio João Albino Peixoto e da sua mulher D. Maria Ricarda Botelho (que viria a falecer quase dois anos mais tarde, em 25 de julho de 1893), os filhos solteiros Eugénio Sílio Peixoto, Ana de Jesus Maria, Estefânia Ludóxia Peixoto, bem como da criada Maria da Paixão, confirmando assim a presumida pertença de Peixoto à classe média da sua época.

2.3. JOÃO ALBINO PEIXOTO, TRADUTOR

Conforme se pode verificar na listagem bibliográfica do subcapítulo 2.1, nenhuma das obras impressas deixadas por João Albino Peixoto permite presumir que o autor estivesse interessado em questões linguísticas ou mesmo gramaticais. Ao ser certo, porém, que o jovem ourives se tenha dedicado à sua educação desde 1819 até 1829, tudo leva a crer que não pudesse deixar de adquirir profundos conhecimentos nas humanidades, como era habitual no ensino anterior ao estabelecimento do ensino liceal em Portugal. Dado que a aprendizagem de línguas estrangeiras modernas não fazia parte do currículo da época, fica, porém, sem resposta a pergunta relacionada com a origem dos conhecimentos que o nosso tradutor tinha na língua francesa.[494]

No que respeita ao manuscrito, os aspetos paleográficos levam a crer que a letra seja de uma pessoa que tenha aprendido a escrever em inícios do século XIX: observa-se uma certa mistura de alguns traços distintivos de finais do século XVIII, sendo o aspeto paleográfico geral marcadamente oitocentista, isto é, de inícios do século XIX.

Além disso, o próprio texto manuscrito permite concluir que o autor, para além de saber português (que obviamente era a língua materna) e francês, também terá tido pelo menos algumas noções das línguas latina e talvez até grega, sem as quais dificilmente poderia ter reproduzido os exemplos naquelas línguas com a exatidão necessária para condizer ao original. Quanto às duas primeiras línguas, encontram-se frequentes citações ao longo dos opúsculos literários publicados pelo nosso autor.

A autoria da obra é assumida em duas referências dentro da segunda parte não numerada. A primeira referência é feita quando, numa espécie de subtítulo, o tradutor atribui a autoria da tradução a si próprio: «Extractos da = Grammaire génerale &c. Par M. Beauzée &c...traduzidos por Joaõ Albino Peixoto» (Peixoto s.d.: fl. 1 r). Uma afirmação semelhante encontra-se no fim do opúsculo quando o autor afirma: «Traduzio para seu uso João Albino Peixoto» (Peixoto s.d.: fl.

[494] Parecendo improvável que tenha beneficiado dum ensino formal de língua francesa, Peixoto poderá ter adquirido conhecimentos da língua francesa quer em contacto com um falante nativo do francês quer através da consulta de um manual de ensino desta língua.

34 r). Quer a possível inserção da elaboração da tradução no âmbito da formação do autor nos anos vinte do século XIX, quer os aspetos paleográficos, quer ainda a autoatribuição da tradução pelo próprio João Albino Peixoto levam-nos a considerar que o manuscrito tenha sido escrito pelo próprio ourives, pintor, dourador e autor micaelense cujas atividades linguísticas até agora foram ignoradas.[495]

Esta conclusão vem confirmada através das anotações manuscritas atribuíveis ao próprio autor nos opúsculos Peixoto (1859) e Peixoto (1860), bem como na documentação do posto fiscal de Santa Iria que conseguimos consultar na Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Ponta Delgada.

3. O MANUSCRITO: ESTRUTURA E CONTEÚDO

A tradução intitulada *Beausee Grammatica* consta de vários cadernos no formato 10,2 x 14,5 cm, encadernados em brochura junto com algumas folhas soltas. A capa num papel verde-escuro marmorizado contemporâneo contém o título em duas linhas «Beausee / Grammatica» que nos serviu para a referência bibliográfica. A primeira parte de 14 páginas paginadas, intitulada «Da Gramatica [texto que falta] M. Beauzée»,[496] consta de um caderno de oito páginas (págs. 1-8) e de três folhas soltas com seis páginas (págs. 9-14).

A segunda parte não paginada e intitulada «Extractos da = Grammaire génerale &c. Par M. Beauzée &c...traduzidos por Joaõ Albino Peixoto (Peixoto s.d.: fl. 1 r)» consta de quatro cadernos de 16 páginas (fólios 1 r – 8 v, 9 r – 16 v, 17 r – 24 v, 25 r – 32 v), aos quais foram adicionadas duas folhas soltas (fólios 32 r – 34 r), apresentando um total de 34 fólios. O manuscrito não é datado e não traz nenhuma indicação relativa à sua procedência, pertencendo atualmente à nossa coleção particular por ter sido adquirido na secção de manuscritos de um alfarrabista em Lisboa cerca de 2002, não se sabendo nada sobre o percurso do manuscrito anteriormente à aquisição. Uma vez que se trata declaradamente de uma tradução feita pelo próprio tradutor para fins de uso pessoal, pouco admira que o texto manuscrito nem sempre seja tão regular como seria de esperar, passando, sobretudo na segunda parte não paginada, a apresentar ocasionalmente a caraterística de um rascunho.

3.1 BEAUZÉE TRADUZIDO OU A ESTRUTURA DE UMA TRADUÇÃO PARCIAL

A tradução limita-se ao primeiro tomo de Beauzée (1767) que trata sobretudo de aspetos prosódico-ortográficos e morfológicos. Como se pode verificar no quadro seguinte, o tradutor concentrou os seus esforços sobretudo no primeiro livro dedicado aos *Éléments de la Parole*:

	Beauzée (1767)	*Peixoto (s. d.)*
LIVRE I. Des éléments de la Parole.		
PREFACE.	*v-xlij*	*1 r - 2 v*
Introduction.	*1-3*	*2 v*
CHAPITRE. I. Des Voix simples & des lettres Voyelles.	*3-24*	*1-3* *2 v - 4 r*
CHAPITRE II. De l'Hiatus, & des effets qu'il a occasionnés.	*24-43*	*4-8* *4 r - 4 v*
CHAPITRE III. Des articulations & des lettres consonnes.	*43-90*	*8-14* *4 v - 12 r*
CHAPITRE IV. Des Syllabes.	*91-115*	*12 r -15 v*
CHAPITRE V. De la Quantité des syllabes.	*115-133*	*15 v - 17 v*
CHAPITRE VI. De l'Accent des syllabes.	*134-154*	*17 v - 18 r*
CHAPITRE VII. De la Prosodie des mots.	*154-166*	*18 r - 19 r*

[495] Por ser um texto manuscrito em posse particular não estranha que Cardoso (1994) não apresente nenhuma referência ao manuscrito ou ao tradutor.

[496] A primeira folha apresenta uma falta redonda de papel no tamanho de 3,2 x 2,1 cm. Dado que este pedaço de papel foi rasgado posteriormente à elaboração do manuscrito, não se pode saber o que teria sido escrito no trecho faltante.

CHAPITRE VIII. Des Lettres, de l'Alphabet & de l'Orthographe en général.	*166-199*	*19 r - 21 v*
CHAPITRE IX. De l'assemblage des Lettres, & des manières de lire.	*199-231*	*21 v - 23 v*
LIVRE II. Des élements de l'Oraison.		
Introduction.	*232-234*	*24 r - 24 v*
CHAPITRE. I. Des Noms.	*235-258*	*24 v - 26 r*
CHAPITRE II. Des Pronoms.	*258-287*	*26 r - 27 v*
CHAPITRE III. Des Adjectifs.	*287-391*	*27 v - 31 v*
CHAPITRE IV. Des Verbes.	*392-513*	*31 v - 33 r*
CHAPITRE V. Des mots supplétifs, qui sont les Prépositions & les Adverbes.	*514-563*	*33 v - 33 v*
CHAPITRE VI. Des Conjonctions.	*563-603*	*33 v – 34 r*
CHAPITRE VII. Des Interjections.	*604-619*	

A nossa tabela comparativa permite a confirmação que de entre as 14 páginas e 34 fólios, a maioria do manuscrito é dedicada aos conteúdos do primeiro livro do gramático francês. As considerações sobre as partes da oração, que constituem a principal parte do primeiro tomo de Beauzée (1767), somente são tratadas no espaço reduzido de dez fólios. Vejamos então umas questões relacionadas com as duas partes do manuscrito para depois fazermos uma breve apresentação de alguns trechos relacionados com as partes da oração.

As caraterísticas gráficas (ortografia, pontuação) do texto manuscrito serão mantidas. Com a exceção de '&c' para 'etc*etera*', serão desdobradas quaisquer abreviaturas, sendo o respetivo texto inserido em letras itálicas dentro de parênteses retos. Qualquer intervenção nossa no texto manuscrito será devidamente marcada por parênteses retos [ ]. Texto rasurado encontra-se em chaves { }, sendo identificado como tal quando seja ilegível. Qualquer texto adicionado no texto entrelinhas é sinalizado mediante o uso do chevron < >. Quaisquer negritos dentro de citações serão nossos.

3.2 O RELACIONAMENTO ENTRE AS DUAS PARTES DO MANUSCRITO

Uma consulta da tabela estabelecida em 3.1 facilita a verificação de uma coincidência entre as duas partes do manuscrito, nomeadamente no que respeita aos trechos traduzidos dos três primeiros capítulos do primeiro livro *Des éléments de la Parole*. A nossa análise resultante permite constatar que cerca de dois terços do conteúdo das páginas 1 até 14 da primeira parte se encontram igualmente na segunda parte do manuscrito. Se bem que ambas as partes apresentem trechos que não se encontram na outra parte, julgamos que uma comparação exemplar dos trechos iniciais que se dedicam ao primeiro capítulo das vogais talvez nos possa fornecer alguma informação sobre a génese da tradução.

Peixoto (s.d: 1-2 – negritos nossos)	*Peixoto (s.d: 2 v - 3 r)*
Distingue-se na Palavra duas sortes de elementos, a voz simplez, e articulaçaõ. *A voz simplez he hum som, que rezulta da simplez emissaõ do ar cujas differenças esseciaes dependem da forma da passagem que a boca dá a este ar durante a emissaõ.* *A Escritura, que pinta a Palavra, parece que lhe reprezenta os elementos na ordem de sua producçao pelo meio das letras lhe servem de signaes, donde pois se comprehende duas sortes de lretras; [falta: *<vogaes, e c>] onsoantes.* *A Vogaes [falta: *<saõ letras>] dedicadas pelo uzo nacional á reprezentaçaõ das vozes simpleces. »As Vogaes, diz M. du Marsais, saõ assim chamadas da palavra vox, porque ellas se fazem entender por si*	*Destingue-se na palavra duas sortes de elementos, a voz simplez, e a articulaçaõ.*[497] *A voz simples é um som que rezulta da simples emissaõ do ar, cujas differenças essenciaes depende da forma de passagem que a boca dá a este ár, durante a imissaõ.* *A Escritura, que pinta a palavra, parece que representado seus elementos na ordem de sua produçaõ pelo meyo de letras que fazem seus sinaes, deve pois comprehender igualmente duas sortes de letras; vogaes, e consoantes.* *As vogaes saõ letras dedicadas pelo o uzo national para representaçaõ de vozes simples.» As vogaes diz M. du Marsais saõ assim chamadas da palavra voz porque elles se fazem entender por si mesmas, elles por si*

[497] Na segunda parte do manuscrito, a disposição dos parágrafos não se encontra mantida. Julgamos óbvio que terá sido com o desígnio de indicar que se tratava de uma cesura, economizando papel no mesmo processo, que o tradutor introduziu nestes casos uns espaços livres entre a última palavra do parágrafo anterior e a primeira palavra do parágrafo seguinte. Apesar de termos a consciência de que estes espaços em tempos modernos corresponderiam a uma tabulação, iremos introduzir uma quebra de parágrafo nestes casos em que o tradutor tão obviamente queria fazer uma destas cesuras.

mesmas; Cada hum dellas por si só forma hum som, huma voz: »isto he que ellas reprezentaõ sons, que naõ tem necessidade, mais que da simplez abertura da boca, e de huma forma determinada na passagem, para se fazerem sensiveis, e fazerem entender.	*formaõ um som, uma voz: quer dizer que ellas representaõ sons que naõ tem necessidade que da simples abertura da boca, e de uma forma determinada na passagem, para se fazerem sensiveis, e entenderem-se.*

Verifica-se toda uma série de alterações entre estes trechos. Assim, as grafias da segunda parte como <*destingue, é, um, ár, meyo, produçaõ, sinaes, national, representaçaõ, simples, vogaes*> têm por correspondentes na primeira parte as formas <*distingue, he, hum, ar, meio, producçao, signaes, nacional, reprezentaçaõ, simplez / simpleces, Vogaes*>. Ao passo, porém, que uma grafia como <meyo> é marcadamente setecentista, parecendo antiquada num texto redigido em inícios do século XIX, as demais grafias não podem ser periodizadas com a mesma facilidade. No entanto, as gralhas óbvias <esseciaes> e <lretras>, como ainda a correção do erro de concordância <depende> no trecho 'cujas differenças esseciaes dependem' levam a crer que Peixoto se tenha servido de outro exemplar do texto quando redigiu a primeira parte. Também as diferenças na colocação de sinais de pontuação e as alterações sintáticas levam a supor uma re-elaboração da redação anterior. Vejamos, então, o texto original francês em confronto com os dois textos da tradução:

On distingue dans la Parole deux sortes d'éléments, la voix simple & l'articulation.

La Voix simple est un son qui résulte de la simple émission de l'air, & dont les différences essentielles dépendent de la forme du passage que la bouche prête à cet air pendant l'émission.

L'Écriture, qui peint la Parole, parce qu'elle en représente les éléments dans l'ordre de leur production par le moyen des lettres qui en sont les signes, doit donc comprendre pareillement deux sortes de lettres; ce sont les voyelles & les consonnes.

Les Voyelles sont des lettres consacrées par l'usage national à la représentation des voix simples »Les Voyelles, dit M. du Marsais, sont ainsi appelées du mot voix, parce qu'elles, se font entendre par elles-mêmes; elles forment toutes seules un son, une voix« c'est-à-dire qu'elles représentent des sons qui n'ont besoin que de la simple ouverture de la bouche & d'une forme déterminée dans ce passage, pour devenir sensibles & se faire entendre (Beauzée 1767, I: 3-4).

Numa breve análise das traduções, observamos oito casos que nos merecem ser dignos de reparo:

Beauzée (1767)	Peixoto (s. d.: primeira parte)	Peixoto (s. d.: segunda parte)
(1) 'parce qu'elle en représente les éléments'	'parece que lhe reprezenta os elementos'	'parece que representado seus elementos'
(2) 'qui en sont les signes'	'lhe servem de signaes'	'que fazem seus sinaes'
(3) 'doit donc comprendre pareillement'	'donde pois se comprehende'	'deve pois comprehender igualmente'
(4) 'ce sont les voyelles & les consonnes'	—	—
(5) 'à la représentation'	'á reprezentaçaõ'	'para representaçaõ'
(6) 'n'ont besoin que de la simple ouverture de la bouche'	'naõ tem necessidade, mais que da simplez abertura da boca'	'naõ tem necessidade que da simples abertura da boca'
(7) 'dans ce passage,'	'na passagem'	'na passagem'
(8) 'faire entendre'	'entenderem-se'	'fazerem entender'

Observa-se que Peixoto passou a emendar a lição da segunda parte nos exemplos (2), (5) e (8), sendo desconsiderado o breve trecho (4) em ambos os textos. No sentido mais literal, parece que a lição original de (3) estava mais certa, o que explica de certa forma a falta de sentido que a frase parecia fazer. No que respeita, porém, aos exemplos (1), (6) e (7), somos da opinião que o tradutor não acertou face à lição do autor francês.

A começar pelo falso cognato[498] de *parece que* por *parce que*, julgamos que uma tradução literal mais acertada teria sido *'porque reprezenta nella os elementos'. Para (6), torna-se óbvio que o tradutor não terá percebido o nexo 'ne […] que' com o significado de *somente, apenas*, de maneira que propomos uma solução como *'precisa apenas da simples abertura da boca'. No caso do exemplo (7), enfim, julgamos que não é de condenar a solução 'na passagem' em vez de 'nesta passagem', mesmo que falte a precisão do texto francês. Como resultado provisório, esta análise dos trechos apresentados parece permitir a suposição que o texto da segunda parte do manuscrito tenha servido para passar a tradução a limpo do ponto de vista linguístico. Se este for o caso, devemos constatar (e note-se que esta afirmação é unicamente válida para os primeiros três capítulos) que o tradutor omitiu bastantes trechos contidos na segunda parte, ao passo que terá adicionado bastantes trechos entre a segunda e a primeira parte. Temos, porém, a consciência que esta proposta somente pode ser preliminar, devendo a questão ser aprofundada noutro âmbito.

3.3 A ORAÇÃO E O NOME NA TRADUÇÃO DE JOÃO ALBINO PEIXOTO

Por razões de espaço, limitaremos a nossa apresentação à tradução do conceito da oração e ao nome, bem com todas as suas subcategorias conforme as considerações de Beauzée.

3.3.1 A ORAÇÃO

Após algumas considerações sobre as palavras em como sons físicos, desprovidos de significado, nas quais as considerações algo mais demoradas de Beauzée (1767, I: 232) são reproduzidas com bastantes reduções por Peixoto (s.d.: fl. 24 r), o tradutor procede a uma tradução do conceito da oração:

Beauzée (1767, I: 233)	*Peixoto (s.d: fls. 24 r – 24 v)*
L'Oraison, dans le langage des grammairiens, c'est l'exercice actuel de la faculté de la parole appliqué à la manifestation des pensées. Le mot Oraison est tiré immédiatement du latin oratio; formé d'oratum, supin d'orare; & orare à une première origine dans le génitif oris du nom os (bouche), qui est le nom de l'instrument organique du matériel de la parole: orare, faire de l'organe de la bouche l'usage naturel pour exprimer sa pensée; oratio (Oraison) l'usage actuel de l'organe de la parole pour l'énonciation des pensées.	*A Oraçao, na linguagem dos gramaticos, é o exercicio actual da faculdade da palavra aplicada á manifestaçaõ dos pensamentos. A palavra oração é tirada immediatamente do latim oratio, formada de oratum, supino de orare; e orare tem uma primeira origem no genitivo oris do nome os (boca), que é o nome do do instrumento organico do material da palavra: orare fazendo orgão da boca o uzo natural, para exprimir seu pensamento; oratio (oraçaõ) o uzo actual do orgaõ da palavra para a enunciaçaõ dos pensamentos.*

De forma evidente, estamos perante uma tradução bastante literal da definição racionalista do conceito de oração, relacionando a língua com os pensamentos como o faz Beauzée.[499] Na definição do nome, torna-se, porém, óbvio que o tradutor nem sempre considera relevantes os mesmos trechos como nós o entenderíamos hoje no estudo deste grande monumento metalinguístico que é a obra de Beauzée:

3.3.2 O NOME E AS SUAS SUBDIVISÕES

Beauzée (1767, I: 235)	*Peixoto (s.d: fl. 24 v)*
Dès que l'on veut communiquer ses pensées, on se trouve dans l'obligation de faire connoître les êtres qui en sont les objets: on le fait par le moyen des Noms imposés à chaque chose; le Nom les rend reconnoissables, en rappelant à l'esprit l'idée de leur nature: NOMEN dictum quasi NOTAMEN, quod nobis vocabulo suo Notas efficiat; nisi enim NOMEN scieris, cognitio rerum perit.	*Nomen dictum quasi Notamen, quod nobis vocabulo suo Notas efficiat; nisi enim nomen scieris, cognitio rerum perit. (Ididor [sic!] hispal.)*

[498] Para mais sobre este conceito, talvez mais vulgarmente conhecido como 'falso amigo', veja-se Sabino (2006).

[499] Para mais informações sobre o termo de 'racionalismo' dentro da gramaticografia francesa e portuguesa, veja-se Schäfer-Prieß (2000: 111-114). Note-se, no entanto, que a ligação estabelecida entre língua e os pensamentos não é unicamente um traço da *Grammaire génerale*, encontrando-se considerações afins já na antiguidade clássica com Aristóteles (cf. Figge 1994: 652).

(e) [500] *On peut donc dire que les Noms sont des mots qui expriment déterminément les êtres, en les désignant par l'idée de leur nature.*	

Onde Beauzée mantém a sua aproximação racionalista na definição do papel do nome, aproveitando-se da citação de S. Isidoro de Sevilha meramente para explicar o papel do nome com base na etimologia proposta pelo linguista medieval, o tradutor limita-se à reprodução da citação proposta por Beauzée. Como se vê na edição crítica moderna, o gramático alterou a pontuação do texto original, faltando a palavra *res* que foi estabelecida no texto definitivo:

> *Nomen dictum quasi notamen, quod nobis vocabulo suo res notas efficiat. Nisi enim nomen scieris, cognitio rerum perit (Isidorus 1985, I: cap. VII).*

Uma comparação da publicação integral das *Etimologias* isidorienses na edição algo anterior de Godefroy (uma coletânea de textos gramaticais latinos bastante divulgada em França desde finais do século XVI) parece confirmar que as alterações sejam a responsabilidade do gramático, uma vez que também considera um corte frásico entre *efficiat* e *nisi*:

¶ *Nomen* dictum quasi notamen, quòd nobis vocabulo suo notas efficiat. Nisi enim nomen scieris, cognitio rerum perit (Godefroy 1602: col. 823).

Na divisão do nome em 'substantivo' e 'adjetivo' que remonta às categorias aristotélicas de 'substância' vs 'qualidade dependente' (cf. Kemmler 2007: 395) e que, na tradição da *Grammaire générale* teve como precursores mais imediatos o espanhol Francisco Sánchez de las Brozas (cf. Lecointre 1992), bem como em França o abade Girard (cf. Schäfer-Prieß 2000: 139, Auroux 1992: 176) aproveita a distinção propriamente dita, sem aliás fazer uso das demonstrações que se seguem:

Beauzée (1767, I: 264)	*Peixoto (s.d: fl. 26 r)*
On regarde communément les noms comme un genre qui comprend deux espèces, les substantifs & les adjectifs; & l'on observe que de certains noms substantifs il se forme des adjectifs, comme de roi, royal; de terre, terrestre; &c. Or dans le systême des grammairiens qui raisonnent de la sorte le substantif primitif & l'adjectif qui en est dérivé sont également des noms: donc, disent-ils, meus, tuus, suus, &c. formés des génitifs mei, tui, sui, nostri, &c. des Pronoms ego, tu, sui, nos &c. sont aussi des Pronoms.	*Olhaõ-se commummente os nomes como um genero que comprehende duas especies, os substantivos, e os adjectivos; e observa-se que de certos nomes substantivos se formaõ adjectivos, como de rei real, de terra, terrestre &c.*

Ao passo que o gramático francês deixa claro que pretende esclarecer a diferença que distingue os pronomes pessoais dos adjetivos, a mera reprodução extracontextual destes dois trechos faz com que não se perceba o sentido da tradução.

Beauzée (1767, I: 290-291)	*Peixoto (s.d: fls. 27 v – 28 r)*
Les Adjectifs sont donc des mots qui expriment des êtres indéterminés, en les désignant par une idée précise, mais accidentelle à la nature commune déterminément énoncée par les noms appellatifs auxquels on les joint. *Les noms propres expriment des natures individuelles, que l'analyse n'a pas décomposées, & auxquelles par conséquent la synthèse n'a rien à ajoûter: la méthode synthétique n'est chargée que de combiner les idées élémentaires & générales; & voilà pourquoi les Adjectifs ne s'ajoûtent qu'aux noms appellatifs. Mais ces Adjectifs, n'exprimant les êtres que d'une manière indéterminée, n'ont un*	*Os Adjectivos saõ palavras pois que exprimem os seres (etres) indetreminados [sic!] designando os por uma determinada (précise), mas accidental {rasura ilegível} á natureza commum determinadamente enunciada por <os> nomes appellativos aos quaes se lhes ajuntaõ. Os nomes proprios exprimem naturezas individuaes, que a analyse naõ tem desconcertado (decomposées), e as quaes por consequente a synthese naõ tem cousa alguma a ajuntar: o methodo sintetico naõ esta encarregado senaõ de combinar as ideas elementares e geraes; e eis-a que por que os adjectivos naõ se ajuntaõ senaõ aos nomes appellativos. Mas estes adjectivos, naõ exprimindo os entes senaõ de uma maneira indeterminada, naõ tem*

[500] Nota à margem direita: «(e) Isidro. hispal. *Origin*».

sens décidé qu'autant qu'ils (ont effectivement appliqués à quelque nom appellatif, qu'ils supposent essenciellement. Or il n'y a que deux choses qui puissent être modifiées dans la signification des noms appellatifs, savoir la compréhension & l'étendue: de là deux espèces générales d'Adjectifs, que j'appellerai Adjectifs physiques & Articles.	*um sentido decidido senaõ tanto que elles saõ effectivam[en]te applicados a qualquer nome appellativo, que elles suppoem essencialmente. Ora naõ ha mais que duas, couzas que possaõ ser modificadas na significaçaõ dos nomes appellativos, saber a combrehensaõ [sic!] & a extensaõ: daqui duas especies <geraes> de adjectivos, que chamarei Adjectivos phisicos, e Articulos.*

Baseado no relacionamento que estas partes têm com os nomes próprios, o trecho trata da divisão dos adjetivos em 'Adjectivos phisicos' (ou adjetivos propriamente ditos) face aos 'Articulos' (ou artigos). A tradução permite-nos verificar os problemas com os quais o autor estava a lidar no estabelecimento da tradução. Para além de ocasionais gralhas ocasionais como *indetreminados* ou *combrehensaõ* o texto conta com omissões (pois falta o termo de **idea* claramente patente em Beauzée (1767, I: 291) «[...] en les désignant par une idée précise [...]») ou mesmo com acréscimos no espaço entrelinhas ('<os>'). Para além disso, ficam testemunhadas as incertezas explícitas e implícitas do tradutor.

Assim, observa-se que ele costuma fazer acompanhar a tradução pelo termo francês em parênteses quando obviamente não tem certeza sobre a melhor escolha terminológica. Assim, o termo francês *êtres* é traduzido corretamente por *seres*, mas observa-se mais adiante que o tradutor usa igualmente o termo *entes*.

Da mesma forma, Peixoto parece querer justificar a sua escolha em 'determinada (précise)' e 'desconcertado (decomposées)'. Além disso, ainda se observa o falso cognato *qualquer* por *quelque*, quando seria de esperar uma solução como **algum*. Sendo o artigo incluído, como já se afirmou, na classe do adjetivo, também os esforços definitórios de Beauzée somente foram retomados de forma muito sumária:

Beauzée (1767, I: 308-309)	*Peixoto (s.d: fl. 30 v)*
*1º. Les individus sont comme les membres du corps entier dont la nature est exprimée par le nom appellatif: or le mot grec **arqron** & le mot latin articulus, tous deux employés ici par les grammairiens, signifient également ces jointures, qui non seulement attachent les membres les uns aux autres, mais qui servent encore à les distinguer les uns des autres. Sous ce dernier aspect, le même mot peut servir avec succès à caractériser tous les Adjectifs qui, [309] sans toucher à la compréhension, ne servent qu'à la distinction plus ou moins précise des individus auxquels on applique le nom appellatif.*	*A palavra grega **arqron** (art<r>on), e a palavra latina articulus, empregados aqui pelos grammaticos, significaõ igualmente estas juncturas, que naõ somente ataõ os membros da oraçaõ uns aos outros, <mas> que servem ainda a destinguilos uns dos outros. . . . . .*
*2º. L'un des Adjectifs compris dans cette classe est déjà en possession de ce nom dans les grammaires particulières de toutes les langues où il est usité. On connoît dans notre grammaire l'Article le, la, les; dans celle des italiens, il, lo, la; dans celle des espagnols, el, lo, la; dans celle des allemands der, die, das; en anglais the; en grec **Ð**; ¹; **to**; &c.*	*Articulos Francezes le, la, les: Italianos il, lo, la. Espanhoes el, lo, la. Alemaẽs: der, dir, das; Englezes the en [sic!] grego **Ð**; ¹; **to**; &c*

4. CONCLUSÃO

O presente artigo visou trazer à memória um autor esquecido e um manuscrito oitocentista inédito. Conseguimos recordar as principais informações sobre João Albino Peixoto, um açoriano ribeira-grandense que chegou a adquirir uma sólida formação escolar para depois se dedicar a uma vida como pintor e dourador – vida esta que alternava com a atividade cultural de escritor e poeta. Expusemos alguns dos aspetos mais importantes do manuscrito nas duas partes em que se conserva. Se bem que somente seja uma tradução parcial, julgamos que se trata de um documento linguístico único que merece destaque por ocupar-se de um dos monumentos metalinguísticos do século XVIII com o maior impacto na tradição gramatical europeia nesse século como no século seguinte.

Tendo apresentado e analisado as traduções de alguns trechos escolhidos da tradução de Peixoto, sempre em confronto com os respetivos trechos do original francês, podemos afirmar, como resultado, que o tradutor procurou elaborar uma tradição preferentemente literal, ficando, porém, manifestas as ocasionais dificuldades de compreensão e de representação do texto francês que condicionavam o trabalho do jovem João Albino Peixoto e que talvez tenham levado ao facto de este esboço de uma tradução parcial para fins particulares ser mais breve do que o autor talvez tivesse intencionado…

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1760, junho 17 – Ribeira Grande, *Assento de batismo de Eugénia, filha do Alferes Bernardo de Sousa e Silva e de Maria Teresa de Santo André, nascida aos 8 de junho de 1760*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de batismos, livro n.º 7 (1757-1770), fl. 61 r.

1771, novembro 17 – Ribeira Seca, *Assento de batismo de Inácio, filho de Inácio Manuel Moniz* [*Tavares*] *e de Rosa Inácia de Medeiros, nascido aos 5 de novembro de 1771*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de São Pedro da Ribeira Seca, Registos de batismos, livro n.º 10 (1765-1778), fl. 111 r.

1792, agosto 6 – Ribeira Grande, *Assento de casamento de Inácio José Peixoto e Eugenia Tomásia Joaquina*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de casamentos, livro n.º 4 (1771-1801), fl. 136 r.

1793, outubro 21 – Ribeira Grande, *Assento de batismo de Josefa, filha de Inácio José Peixoto e de Eugénia Tomásia Joaquina, nascida aos 13 de outubro de 1793*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de batismos, livro n.º 10 (1791-1796), fl. 69 r.

1799, outubro 1 – Ribeira Grande, *Assento de batismo de Jacinta, filha de Inácio José Peixoto e de Eugénia Tomásia Joaquina, nascida aos 22 de setembro de 1799*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de batismos, livro n.º 11 (1796-1805), fl. 84 v.

1803, agosto 20 – Ribeira Grande, *Assento de batismo de João, filho de Inácio Manuel Peixoto, também conhecido como Inácio José Peixoto, e de Eugénia Tomásia Joaquina, nascido aos 5 de agosto de 1803*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de batismos, livro n.º 11 (1796-1805), fl. 155 v.

1815, outubro 2 – Ribeira Grande, *Assento de casamento de Manuel Bento de Oliveira e Josefa Laura Tibiana*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de casamentos, livro n.º 5 (1801-1831), fólio. 94 v.

1818, março 30 – Água de Pau, *Assento de batismo de Maria, filho de Francisco Ricardo Botelho e de Ana Madalena do Canto Corte Real, nascida aos 13 de março de 1818*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho da Lagoa, Freguesia de Água de Pau, Registos de batismos, livro n.º 13 (1817-1821), fl. 19 v.

1833, agosto 11 – Ribeira Grande, *Assento de óbito de Inácio Manuel Peixoto, também conhecido como Inácio José Peixoto,* Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos, livro n.º 5 (1821-1851), fl. 66 v.

1833, novembro 4 – Ribeira Grande, *Assento de casamento de Joaquim António Pereira e D. Jacinta Cândida Peixoto*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de casamentos, livro n.º 6 (1832-1860), fólio. 21 v.

1833, dezembro 8 – Ribeira Grande, *Assento de óbito de Eugénia Tomásia Joaquina,* Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos, livro n.º 5 (1821-1851), fl. 70 r.

1844, março 7 – Ribeira Grande, *Assento de casamento de João Albino Peixoto e D. Maria Ricarda Botelho*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de casamentos, livro n.º 6 (1832-1860), fólio. 116 r.

1853, setembro 25 – Ribeira Grande, *Assento de óbito do Reverendo Fulgêncio Cuniliati da Ponte,* Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos, livro n.º 6 (1851-1860), fl. 13 v.

1891, julho 12 – Ribeira Grande, *Assento de óbito de João Albino Peixoto,* Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos de 1891, n.º 45, a fólios 12 v – 13 r.

1893, julho 25 – Ribeira Grande, *Assento de óbito de João Albino Peixoto,* Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos de 1893, n.º 55, a fólios 16 v.

Açoriano (1891) = «Obitos» in *O Açoriano Oriental* n.º 2935 (sábado, 25 de julho de 1891), pág. [III].

Auroux, Sylvain (1992) «La catégorie de l'adjectif et les déterminants: l'apport de Beauzée» in *Histoire Épistemologie Langage* 14, I (l'Adjectif: Perspectives Historique et Typologique), págs. 159-179.

Beauzée, Nicolas (11767) *GRAMMAIRE / GÉNÉRALE, / ou / EXPOSITION RAISONNÉE / DES ÉLÉMENTS NÉCESSAIRES / DU LANGAGE, / Pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues. / Par M. Beauzée de la Société royale des sciences / et arts de Metz, des Sociétés littéraires d'Arras / et d'Auxerre, professeur de Grammaire à l'Ecole / royale militaire / TOME PREMIER //* A PARIS, / De l'imprimerie de J. Barbou, rue & vis-à-vis / la grille des Mathurins. / M DCC LXVII. [TOME SECOND com as mesmas referências bibliográficas]

Cardoso, Simão (1994) *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa - Autores Portugueses*, Porto: Faculdade de Letras do Porto (Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas; Anexo 7).

Dias, Urbano de Mendonça (22005) *Literatos dos Açores*, Vila Franca do Campo: Editorial Ilha Nova.

Enes, Carlos (s.d.) «Peixoto, João Albino» in *Enciclopédia Açoriana*, em: http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=9367 (última consulta: 23 de agosto de 2011).

Estrella (1891) = « [Óbito de João Albino Peixoto]» in *A Estrella Oriental,* n.º 28 (sexta-feira, 17 de julho de 1891), pág. 108.

GEPB (s.d.) = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* 40 volumes, Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica, (s.d.).

Figge, Udo (1994) «Sprache dient zum Ausdruck der Gedanken: Zur Geschichte einer Formulierung» in Baum, Richard (ed.) (1994) *Lingua et traditio: Geschichte der Sprachwissenschaft und der neueren Philologien: Festschrift für Hans Helmut Christmann*, Tübingen: Gunter Narr Verlag, págs. 651-665.

Geneall.net (s.d.) = www.geneall.net/P/ (última consulta: 23 de agosto de 2011).

Godefroy, Denis (1602) *avctores / LATINAE LINGVAE / IN VNVM REDACTI / corpvs*: / Quorum Auctorum Veterum & Neote- / ricorum Elenchum sequens / pagina docebit. / *Adjectis Notis Dionysii go- / thofredi i. c. / VNA CVM INDICE* / generali in omnes / Auctores. // *S. GERVASII.* / Apud Iacobum Chouët. / M. DCII.

IPLB (1992) = Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (org.) (1992) *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses,* Volume 2, Mem Martins: Publicações Europa-América.

Isidorus Hispaliensis (31985) *Isidori Hispalensis Episcopi Etymologiarum sive originum libri XX,* 2 vols., Recognovit brevique adnotatione critica instruxit W. M. Lindsay. I-II, Oxonii: e Typographeo Clarendoniano.

Kemmler, Rolf (2007) *A Academia Orthográfica Portugueza na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811),* Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu Lusorama; 1. Reihe, 12. Band).

Kemmler, Rolf (no prelo) «Para a Receção da Gramática Geral em Portugal: a tradução portuguesa da *Grammaire Génerale* de Nicolas Beauzée» in Calvo, Cesáreo / Casanova, Emili / Lepinette, Brigitte / Valero, Lluis R. (eds.) (no prelo) *Actes du XXVIe Congrès Internationale de Linguistique et Philologie Romanes*.

Lecointre, Claire (1992) «*Omne nomen adjectivum habet suum substantivum*: l'adjectif et la constitution de l'énoncé dans la grammaire sanctienne» in *Histoire Épistemologie Langage* 14, I (l'adjectif: Perspectives Historique et Typologique), págs. 123-140.

Peixoto, João Albino (s.d.) *Beausee Grammatica*, Manuscrito em posse particular.

Peixoto, João Albino (11859) *Homenagens a todos os monarchas portuguezes e a outros insignes personagens de um e outro sexo tanto antigos como modernos da casa real: o triumpho da verdadeira religião, producções poeticas escolhidas d'entre outras varias obras ineditas que desde a juventude compos João Albino Peixoto*, Ponta Delgada: Typ. dos Botelhos. (BPARPD, cota JC Var. Açor. Imp. 1/7 RES)

Peixoto, João Albino (21860) *Homenagens a todos os monarchas portuguezes e a outros insignes personagens de um e outro sexo tanto antigos como modernos da casa real: o triumpho da verdadeira religião, collecção que das suas poesias ineditas extrahira João Albino Peixoto*, Ponta Delgada: Typ. dos Botelhos. (BPARPD, cota JC Var. Açor. Imp. 1/8 RES)

Rol (1825) = *Rol de confissões da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Vila da Ribeira Grande,* livro manuscrito, Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Róis de confissões quaresmais, 1825.

Rol (1832) = *Rol de confissões da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Vila da Ribeira Grande,* livro manuscrito, Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Róis de confissões quaresmais, 1832.

Rol (1833) = *Rol de confissões da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Vila da Ribeira Grande,* livro manuscrito, Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Róis de confissões quaresmais, 1833.

Roteiro (1891) = *Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Vila da Ribeira Grande: Roteiro quadragesimal,* livro manuscrito, Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Róis de confissões quaresmais, 1891.

Sabino, Marilei Amadeu (2006) «Falsos cognatos, falsos amigos ou cognatos enganosos? Desfazendo a confusão teórica através da prática, em: *Alfa* 50, 2, págs. 251-263, em: http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1422/1123 (última consulta: 23 de agosto de 2011).

Santos, Maria Helena Pessoa (2010) As *Ideias linguísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

Schäfer-Prieß, Barbara (2000) *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).

Schäfer-Prieß, Barbara (2001) «A introdução da *Grammaire générale* francesa em Portugal» in Thielemann, Werner (Hrsg.) (2001) *Século XVIII: Século das Luzes, Século de Pombal*, Frankfurt am Main: TFM (Biblioteca Luso-Brasileira; 21), S. 129-142.

Schäfer-Prieß, Barbara (no prelo) *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*, Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e actualizada pela autora.

Silva, Inocêncio Francisco da (11858-1972) *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil;* [a partir do vol. IX: *continuado e ampliado por Brito Aranha*], 23 vols., Lisboa: Na Imprensa Nacional. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.

Silva, José Tavares da (s. d.) «Josefa Laura Tibiana» in http://gw5.geneanet.org/index.php3?b=tavaressilva&lang=fr;pz=joao+luis+tavares;nz=silva;ocz=0;p=josefa+laura;n=tibiana *(última* consulta: 23 de agosto de 2011).

Peixoto, João Albino (s.d.): *Beauzee: Grammatica*. Manuscrito em posse particular.

Schäfer-Prieß, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).

58. RUI MANUEL FORMOSO NOBRE DOS SANTOS

TEMA: 3.5. LONGE DA VISTA, LONGE DA… COMPREENSÃO: O IMPÉRIO DA ESCRITA E AS DIFICULDADES NA CONSCIÊNCIA DO ORAL. RUI MANUEL FORMOSO NOBRE SANTOS (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DA GUARDA)

É incontornável que, em situações ditas normais, a oralidade se constitui na forma, por excelência, da intercomunicação humana: primeiro aprendemos a falar, só depois a escrever e, infelizmente, esta competência ainda não é acessível a todos. Mas o ser humano, por *otium*, como garantia do *negotium*, ou como instrumento atestador indelével do "eu" no devir, inverterá esta posição e passará a nortear a sua civilização pelo fundamento da História, a palavra escrita – a consciência humana na sua perpetuidade passa pela clara consciência daquilo que os romanos exprimiam ao afirmar que *uerba uolant, scripta manent*. Hoje, mais do que nunca, a sociedade na sua formalidade não sobrevive sem a fixação da palavra dita e normalizada socioculturalmente. Este princípio é "escrupulosamente" aplicado no domínio do ensino-aprendizagem, sobretudo de uma língua - realizado numa perspetiva eminentemente normativo-prescritiva e focalizada na palavra escrita, suporte da língua padrão.

Se nos concentrarmos na lecionação, ainda que mínima, de conteúdos explícitos (gramaticais), esta verdade torna-se ainda mais premente: parece só contar o visível da escrita. Tudo o resto, porque não palpável, continua recorrendo a uma linguagem platónica, "armazenado" no mundo inteligível ao qual não podemos aceder, já que nuvens densas encobrem a luz e impedem a sua projeção no fundo da caverna em que nos encontramos encerrados, impossibilitando, assim, a reminiscência, o acesso ao conhecimento.

Tendo por base a nossa experiência docente, no âmbito da língua portuguesa, em especial, com alunos de cursos de formação de professores, procuraremos refletir sobre dificuldades resultantes da (in)capacidade em "manusear" unidades do oral, porque pertencentes aos domínios ("não visíveis" na escrita) fonético-fonológicos, sobretudo de natureza suprassegmental ou prosódica: a relação som-grafia, a acentuação prosódica/gráfica, a entoação…, serão trilhos que procuraremos pisar.

Como membros integrantes de sociedades modernas e letradas manifestamos as maiores dificuldades em conceber a nossa vida sem a escrita, ferramenta indispensável do quotidiano. Esta conceção grafocêntrica da cultura, que assenta na superioridade qualitativa das culturas escritas, quando comparadas com as orais, ofusca em muito o nosso modo de reconhecer a importância da oralidade. Na realidade, a oralidade constitui a forma, por excelência, da intercomunicação humana.

A prioridade do oral sobre o escrito é incontornável, tanto na história da humanidade como na da vida do indivíduo: evolutivamente, a oralidade é comum a cada humano e tão antiga como ele (se o *homo sapiens sapiens* pode ter a sua origem há 50 mil anos, o aparecimento da escrita poderá ter 3 a 4 mil); já individualmente, a criança adquire uma língua através da oralidade e não pela escrita; em muitas sociedades atuais a forma de comunicação continua a ser exclusivamente oral, e mesmo em sociedades ditas avançadas continuam, infelizmente, a existir indivíduos não alfabetizados, por fim, nas mais diversas situações de uso de língua, os enunciados orais têm uma frequência mais elevada que os escritos (Freitas, Alves e Costa, 2007, 24; Escandell Vidal et alii, 2011, 90-94; Castro, Gomes, 2000, 15-30).

A esta primazia do oral, que marca os primórdios da comunicação e as situações de intercomunicabilidade linguística manifestamente informal, apelida Derrida (1967) de *logocentrismo* ou *fonocentrismo*. A atestá-lo, entre muitos outros elementos, podemos lembrar que os homens da Antiguidade, *grosso modo*, não possuíam livros, viviam com as palavras. A cultura antiga é mais oral do que escrita. Aqueles livros que são por todos aceites como alicerces e matrizes culturais das diferentes civilizações humanas emanam da oralidade: os poemas Homéricos, *Ilíada* e *Odisseia*, por exemplo, foram difundidos oralmente pelos aedos e rapsodos que vagueavam por diferentes cidades, palácios e cortes.

Situação análoga parece aplicar-se àqueles livros que em si contêm o essencial daquilo que os crentes das diferentes religiões precisam de saber, acreditar e fazer: Os *Vedas*, a *Tora,* o *Alcorão* e a *Bíblia*, para, respetivamente, hindus, judeus, árabes e cristãos. Julga-se, por exemplo, que os *Veda*, à semelhança de todos os textos sagrados, não são obra de humanos, resultam da *struti* (sânscrito), isto é, da *audição*. Em todos impera a palavra proferida, que houve necessidade, posteriormente de fixar. (Droit, 2011: 45).

Passando ao âmbito da reflexão teórica sobre o confronto oralidade-escrita, é com facilidade que encontraremos quem defenda e utilize a oralidade como meio privilegiado de saber. Fiquemo-nos, a título ilustrativo, pela reflexão dos primeiros filósofos da antiguidade. Incontornável foi o magistério de Sócrates desenvolvido exclusivamente através do oral, ou o do seu discípulo Platão que, pelo menos em alguns momentos, afina pelo mesmo diapasão, recusando a escrita, ou atribuindo-lhe apenas papel secundário. É o que se pode atestar pelo mito de Teuth e Thamus-Âmon, de origem egípcia, presente no diálogo *Fedro* (274c-275a). Teuth, inventor da grafia, apresenta a Thamus ou Âmon a escrita (*gramma*) como remédio (*Pharmakon)* da memória e da sabedoria (*Fedro,* 274 e). Nos seus antípodas está, porém, o deus supremo Thamus. Ele considera que tal descoberta, por inatividade da memória, só poderá conduzir ao esquecimento, já que "confiados na escrita, é do exterior, por meio de sinais estranhos, e não de dentro, graças a esforço próprio, que obterão as recordações" (*idem*).

Assim, a escrita (*gramma*) é identificável com a não-verdade, a cópia, o simulacro, a imitação; surge como signo de um signo, como significante de um significante. É certo que ambos são repetição, mas, enquanto o *logos* (a palavra oral) é uma representação autêntica e verdadeira (do significado), o *gramma* (escrita) é uma repetição do *logos*, do significante, como tal uma repetição em segundo grau, uma repetição de repetição. O termo *logos*, em grego antigo, além desta aceção de palavra sonora, pronunciada em voz alta, era sinónimo de "razão", "saber", elemento, aliás, presente no português através do pseudosufixo –*logia*, associado a carácter científico (Droit, 2011: 50-51).

Paulatinamente o homem acaba por inverter esta situação. Do logo ou fonocentrismo passará ao polo oposto, ao grafocentrismo. A civilização e a sociedade depressa funcionarão alicerçadas no que serviu de fundamento à História, a palavra escrita. A consciência da sua supremacia começa a fazer-se sentir desde cedo. É o que se pode verificar por exemplo do dito proverbial romano, *uerba volant, scripta manent*, precursor do nosso "palavras leva-as o vento", que acaba por ser incorporado em diferentes autores.

Horácio, por exemplo, recolhe-o e reprodu-lo na sua *Epístola aos Pisões*, verso 390, *delere licebit/quod non edideris; nescit vox missa reverti*[501], e na *Epístola* I, 18, 71: *et semel emissum uolat irrevocabile uerbum*[502]. *A contrario*, o mesmo pode ser sentido na desilusão dos nossos maiores, que, por exemplo, em situações de trocas comerciais, lamentam que a palavra dada (oral), a palavra de honra, seja agora de nulo valor, pois só em contrato escrito se pode fazer fé. Os textos escritos garantem, assim, a perpetuidade da fala para lá do momento da sua produção, gozam de prestígio social e constituem selo de credibilidade.

É neste sentido que a escrita aparece como instrumento atestador indelével do "eu" no devir. Que dizer do reconhecimento e da fama dos grandes nomes da cultura literária mundial, Homero, Virgílio, Horácio, Dante, Petrarca, Shakespeare, Camões, Cervantes, e tantos outros, se não tivesse sido legado à posteridade a sua obra através da palavra escrita? A aparição da escrita assinala uma rutura em relação às formas de conceber a palavra já que permitiu simbolizar sobre um suporte material, de forma perdurável, tanto as ideias como as palavras ou os sons. O seu estatuto é de tal forma importante que se encara a invenção da escrita (Ong, 1987) como o passo evolutivo

[501] "Será lícito destruir o que não tenhas publicado, a palavra solta não sabe voltar atrás."

[502] "E a palavra, uma vez pronunciada, voa sem retorno".

responsável pelo desenvolvimento socioeconómico e político de muitas civilizações, fazendo, por outro lado, parecer "inferiores" tanto as suas etapas anteriores como as sociedades que, no mundo atual, ainda a desconhecem. (Escandell Vidal, 2010: 83; Emiliano, 2009: 73).

O que acabámos de referir mostra que a oralidade e a escrita, apesar de serem dois veículos autónomos de atualização e realização de um real ou potencial sistema linguístico, assentam as suas relações em duas perspetivas quantitativa e qualitativamente desproporcionais: à prioridade da oralidade, tanto a nível da história da humanidade como da vida do indivíduo, opõe-se a superioridade qualitativa da escrita, como caracterizadora das sociedades civilizadas, mais evoluídas, e de indivíduos cultos.

Se esta ideia é genericamente verdadeira, mais específica se revela do domínio da reflexão e do ensino sobre o processo comunicativo e sobre o instrumento linguístico que o fundamenta e permite. Na verdade, a aprendizagem de uma língua, e a consciência explícita dos seus mecanismos e processos de funcionamento, desde que nos conhecemos, é realizada numa perspetiva eminentemente normativo-prescritiva e focalizada na palavra escrita. A própria reflexão teórica, por exemplo, sobre o idioma pátrio, desde praticamente o século XVI se centrou na fixação da sua ortografia, e atualmente documentos oficiais (TLEBS e acordo ortográfico) continuam a regulá-la, quer implícita quer explicitamente. É que a língua escrita mantém a sua supremacia de cânon em relação à língua oral porque representa padrões sociais e culturais que se servem da escola como um dos instrumentos de manutenção, transmissão e reprodução.

Se é verdade que os primeiros gramáticos da língua portuguesa, sobretudo Fernão de Oliveira (*Gramatica da Lingoagem Portuguesa)*, publicada em 1536, começaram por dar alguma importância à oralidade, ainda que em função da escrita – veja-se a descrição que este apresenta das vogais e consoantes do português – os anos que se lhe seguiram são marcados pela reflexão sobre a correção gráfica. A prová-lo estão as inúmeras ortografias que se publicaram do século XVI em diante. A título de exemplo, destacam-se as de Pêro Magalhães de Gândavo, *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da lingua portuguesa* (1574), Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da lingoa portuguesa* (1576), e Madureira Feijó, *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua Portugueza* (1734). Mas, só mais recentemente, com o advento e afirmação da linguística (*v.g.* Saussure*)*, é que se tem procurado sublinhar e valorizar a importância da palavra dita em comparação com a escrita.

No entanto, esta valorização parece ainda não ter grandes repercussões a nível do ensino-aprendizagem. A nossa experiência teima em dizer-nos que a prática quotidiana de ensino, em especial nos níveis básico e secundário, se alicerça quase exclusivamente na palavra grafada e que é sobre ela que normativamente continuamos a exercer o nosso *múnus* pedagógico-didático, com algumas consequências nefastas para a consciência linguística explícita da língua em que comunicamos.

Os últimos anos de docência de Língua Portuguesa permitiram-nos verificar, com alguma preocupação, o crescente desinteresse e impreparação dos alunos em especial no respeitante a conteúdos e competências que envolvem o conhecimento explícito da língua portuguesa. A isto não serão, com certeza, alheias algumas orientações pedagógicas seguidas pela tutela que, em vez de reforçarem a formação sedimentando-a numa "reflexão séria sobre a língua cujo domínio lhes permitiria pensar e estruturar corretamente as suas ideias" (Vieira, 2010: 37), tenham acabado por seguir pelo caminho da "facilidade, da ausência de reflexão e de criatividade", incutindo, desta forma, nos alunos "a crença no êxito imediato e sem esforço" (Vieira, 2010: 11). Este princípio parece aplicar-se de uma forma generalizada a todas as áreas de saber, mas torna-se de alguma forma premente no âmbito dos conhecimentos gramaticais explícitos, na reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da nossa língua.

O labor da cogitação, e sobre a própria língua, encontra-se moribundo. E este facto é tanto mais crítico quando afeta alunos que virão a ser potenciais professores da língua, a quem não se pode perdoar ausência de conhecimentos científicos, pelo menos desta área. É o que explicita claramente Danièle Sollenave, quando afirma: "se

saber não é suficiente para ensinar, não saber impede absolutamente de ensinar" (*apud* Vieira, 2010:189).

As linhas que se seguem são resultado de constatações, impressões e reflexões colhidas do contacto, durante os últimos anos, com alunos que frequentam a unidade curricular de Língua Portuguesa: Fonética e Fonologia do Português, nos cursos de formação de professores. E o que pretendemos assinalar são as dificuldades reveladas em "manusear" unidades do oral, tanto de natureza segmental como suprassegmental, a nosso ver, motivadas pelo facto de tais entidades nem sempre encontrarem correspondentes gráficos, base a partir da qual se tem sempre partido.

Procuraremos, pois, centrar-nos em conteúdos linguísticos explícitos a que se furtam tanto professores quanto alunos, ainda que estejam claramente plasmados nas competências e programas definidos ministerialmente: a relação som-grafia, a natureza dos grupos vocálicos; a acentuação prosódica e/ou gráfica, a entoação, os tipos de frase e a pontuação… serão trilhos que procuraremos pisar. O processo de alfabetização, de aprendizagem da forma escrita de uma língua, realiza-se a partir de conhecimentos linguísticos que o indivíduo tem. A criança comunica recorrendo à forma de expressão utilizada na comunidade em que se encontra inserida quotidianamente, e é através dessa expressão que vai adquirindo e sedimentando a sua gramática implícita.

Ora, enquanto o sistema linguístico se encontra em desenvolvimento, o único recurso a que tem acesso é ao oral. O processo educativo recorrerá a esta evocação auditiva para levar a criança à sua representação gráfica, através de um procedimento complexo assente numa substituição do oral pelo escrito. Complexo porque, se o oral é marcado pela diversidade (geográfica, sociocultural e individual), a forma escrita da língua tem o selo da cristalização, do conservadorismo, da unidade. É nesse sentido que aponta claramente António Emiliano (2009:70) quando refere que "uma ortografia é um sistema de escrita normalizado e codificado explicitamente.

No caso do português a ortografia é legiferada, ou seja, é questão de Estado… Independentemente da natureza específica da entidade codificadora, uma ortografia é necessariamente um sistema rígido de escrita imposto, perante o qual os escreventes não têm possibilidade de escolha: o conceito de ortografia assenta nos conceitos de norma, correção e erro, e exclui liminarmente a possibilidade de usos gráficos particulares ou regionais. No âmbito de uma ortografia, um desvio, ou seja, uma forma heterográfica, é sempre um erro."

Como o ensino e aprendizagem de uma língua se baseiam na sua vertente escrita, eles serão, também por isso, restringidos a uma determinada variedade de língua, escolhida, não por critérios linguísticos, - pois todas as variedades, desde que cumpram a sua função comunicativa, têm o mesmo merecimento -, mas por razões políticas e socioculturais. Desta forma, qualquer texto escrito tenderá a eliminar as variedades linguísticas dialetais e a aproximar-se do registo *standard* da língua, onde se julga que o escrito representa uma maior adequação quanto ao fim e aos destinatários alvo.

Não causa qualquer espanto, pois, que a norma escrita influencie a população escolarizada: em situação de comunicações formais, os falantes tentam imitar a norma escrita e procuram evitar o emprego dos seus usos orais dialetais, relegando-os para as situações mais familiares e coloquiais.

O processo de aquisição da escrita, como afirmámos, é árduo e assenta essencialmente na redução da liberdade e multiplicidade do oral à uniformidade e fixação da escrita. Mas a natureza das unidades dos dois planos é na sua essência diferente. Se nos focarmos nas unidades da escrita, facilmente comprovamos que qualquer falante alfabetizado está capacitado para isolar vocábulos escritos, pertencentes ou não à sua língua, pois estes surgem precedidos e seguidos por espaços em branco; e esta entidade vocabular pode ainda ser desmontada em unidades inferiores localizáveis em cada uma das letras.

As entidades da escrita são pois discretas e visualmente segmentadas e individualizadas. No entanto, depois de alfabetizado,

ser capaz de aplicar este tipo de análise, - que parece ter-se automatizado em relação à grafia -, ao domínio da oralidade implica um longo e nem sempre fácil percurso. Tal deve-se à natureza dos elementos que a constituem. Neste domínio não há "espaços em branco", não há fronteiras ou separação entre sons; a fala é um *continuum* articulatório-acústico, pois aquilo que ouvimos é "uma cadeia composta por elos onde o fim de um se confunde com o início do seguinte" (Castro e Gomes, 2000: 28). Mesmo quando estas unidades são limitadas por pausas, (motivadas por exigências fisiológicas, razões de processamento cognitivo, necessidades comunicativas…), a sua natureza é completamente distinta das da escrita e a sua análise linguística terá obrigatoriamente de ser distinta (Mateus e Villalva, 2006: 5).

A aprendizagem da escrita do português, à semelhança de outras línguas de natureza grafofonémica, realiza-se pelo reconhecimento das relações entre as unidades fónicas e as unidades gráficas que as representam. No entanto, e apesar da maioria dos falantes assim o julgar, será demasiado limitador e empobrecedor confinar a escrita a uma representação fiel da oralidade, a uma mera transcrição da fala. A ligação, identificação é limitadora já que "as imagens ortográficas das palavras (representações grafémicas) são, na realidade, representações mentais 'gravadas a fogo'… na mente dos falantes alfabetizados a partir dos estádios iniciais da aquisição da literacia e, dada a natureza grafofonémica de uma ortografia de base alfabética, é fácil ter-se a ilusão de que a escrita representa os 'sons da fala'" (Emiliano, 2009:65).

Ora, se o acesso à grafia tem, como vimos, o ponto de partida na oralidade e o caminho é palmilhado no sentido da escrita, o processo de ensino-aprendizagem parece formatar-nos no sentido inverso: quando queremos refletir sobre a realidade linguística, eminentemente oral, não realizamos o percurso na mesma direção, isto é, procuramos, ou temos necessidade de perceber as entidades sonoras quase exclusivamente a partir das gráficas. Tal só pode trazer consequências gravosas para o conhecimento explícito relativo a elementos de natureza fonético-fonológica quer de índole segmental (fonemas e sua atualização nos fones ou alofones) quer suprassegmental (acentuação e entoação).

É desta impressão que procuraremos falar nas linhas que se seguem. Comecemos pelos elementos ditos segmentais.

A análise linguística de natureza sonora tem como ponto de partida a identificação dos elementos mínimos com função distintiva na língua, os fonemas[503] e sua representação através dos fones.

O procedimento adotado pelos alunos para esse fim consiste na aplicação, sem mais, do princípio alfabético da correspondência perfeita e reversível entre um sinal gráfico (grafema/letra) e um sinal sonoro (Barroso, 1999: 180). No entanto, a sua produtividade só se mostra eficiente em muito poucas situações, como:

<f> = [f][504]: **f**aca; <p> = [p]: **p**ote; <t> = [t]: **t**udo; <v> = [v]: **v**iola;

Sempre que na ortografia portuguesa emergem grafias multirrepresentacionais e/ou grafemas que partilham a mesma carga representacional, a produtividade vai diminuindo drasticamente, pois o aluno tenderá a deixar-se levar pelo escrito. Freitas, Alves e Costa (2007:25) apresentam, como exemplo paradigmático do equívoco a que pode levar a reflexão sobre a natureza oral da língua a partir da sua dimensão escrita e da falibilidade do princípio acima definido, o número das vogais em português.

[503] O *Dicionário de termos linguísticos* escreve: "um fonema é uma unidade abstrata fonologicamente distintiva, permitindo estabelecer um contraste de significado no interior de um par mínimo" (Xavier e Mateus, 1990, I: 168)

[504] Sempre que haja necessidade de representar sons, fá-lo-emos, recorrendo a símbolos do Alfabeto Fonético Internacional (API), através de transcrição fonética larga e simples. Além disso, nos exemplos, os sons objeto de análise ou comentário surgirão destacados.Para efeitos de representação, as uma unidades gráficas surgirão entre < >, as fonológicas, ou seja, os fonemas entre barras / /, e as sonoras entre parêntesis retos [ ].

Na verdade, não é fácil encontrar algum aluno que, quando questionado sobre o tema, nos aponte um número superior a cinco vogais. Estas são, no fundo, as cinco alfabeticamente grafadas (<a>, <e>, <i>, <o> e <u>) que aprendeu e sempre utilizou para representar os sons vocálicos que, no entanto, na oralidade consegue, quer passiva, quer ativamente, produzir e distinguir. Não surpreende, pois, que, por exemplo, perante as diferentes realizações sonoras do grafema <e>:

[ɛ]: p**é**; [e]: pelo; [ẽ]: fr**en**te [ɨ]: pont**e**; [i]: **e**terno

[□]: l**e**nha; [□□]: igr**e**ja; [□□□□□□]: b**em**

não as consiga individualizar e responda que correspondem unicamente ao som [ɛ], pois este é a designação daquele grafema. Na verdade, identificar 14 sons (9 orais e 5 nasais) vocálicos que constituem o sistema sonoro vocálico português, surge aos olhos dos alunos como um completo exagero. O mesmo efeito é conseguido ao solicitar-se a enumeração/identificação de sons em vocábulos proferidos oralmente.

É verdade que em palavras como:
Médico [´mɛdiku] *casa* [´kaz□]

os alunos não revelam, à partida, pelas razões aduzidas anteriormente, problemas na identificação de duas sequências sonoras, constituídas, respetivamente, por seis e quatro sons. Dissemos à partida, porque a situação nem sempre foi tão linear. Na verdade, face à aparente simplicidade desta tarefa, ainda existe um número não despiciendo de alunos que, para a solucionarem, necessitaram de recorrer ao registo escrito dos vocábulos, afinal o número de sons apontados é o mesmo dos grafemas! Em segundo lugar, outros alunos, para os mesmos vocábulos, apontam apenas três e dois sons, respetivamente. Neste caso é nítida a confusão entre unidade segmental sonora e a unidade rítmica silábica.

Parece assistir-se a um retorno à fase embrionária da aprendizagem da grafia assente num princípio silábico. Vem a este propósito lembrar, com Freitas, Alves e Costa (2007:12-13), que "o desenvolvimento da consciência silábica precede o da consciência de outras unidades fonológicas inferiores (constituintes silábicos e sons da fala). Um falante do Português consegue dividir as palavras em sílabas, mesmo antes de conhecer este conceito. Paralelamente, as primeiras tentativas de escrita silábica que as crianças manifestam remetem para a natureza intuitiva da unidade sílaba – o número de grafemas desenhados pela criança coincide com o número de sílabas da palavra representada". Este foi o procedimento adotado pelos alunos… é o regresso à fase pré-alfabetização, o que os coloca mais próximos da oralidade.

A aparente transparência gráfica vai-se progressivamente turvando à medida que a correspondência entre grafia e som não é única nem previsível. Esta realidade torna-se manifesta no reconhecimento e consciencialização do valor sonoro dos dígrafos. Em vocábulos como:

Carro [´kaRu] *assar* [□´**s**ar]
***Ch**ave* [´□avi] *pa**lh**a* [´paλ□][505] *Le**nh**a* [´l□ñ□]
***Cam**po* [´k□□□pu] ***Can**to* [´k□□□tu]

os alunos, para a segmentação dos sons, tendem a adotar o mesmo procedimento, isto é, começam por registar graficamente as palavras, para depois identificarem, erradamente, o número de entidades sonoras com o de letras grafadas, esquecendo que às letras acima destacadas apenas corresponde um som.

Idêntico raciocínio acontece em:
***H**otel* [´□tɛl] ***H**úmido* [´umidu]

[505] Por dificuldades relacionadas com as fontes/tipos de letra, utilizaremos, dadas as suas semelhanças, o símbolo [λ] para representar o som consonântico lateral palatal.

aqui induzidos pela escrita etimológica que grafa uma unidade a que no português não corresponde qualquer realização sonora.

Ao máximo de opacidade da grafia corresponderá, além do incremento no número de erros ortográficos, um agravamento da miopia relativa à consciência do oral. Ao exemplo apontado *supra*, o do grafema <e>, podemos acrescentar o do <x>, a que correspondem múltiplos sons,

<x> = [□]: o**x**alá [z]: e**x**ame [s]: au**x**ílio [ks]: tá**x**i;

e, como reverso da medalha, as múltiplas atualizações gráficas para o som:

[s] = <s>: **s**ala <ss>: pe**ss**oa <c>: pre**c**iso <ç>: pe**ç**a <x>: au**x**ílo[506]

A situação tende progressivamente a agravar-se quando surgem ditongos nasais grafados:

<-em/-en> = [□□□□□□]: tamb**ém**, cant**em**, b**en**s
<-am> = [□□w□]: amar**am**

Neste caso, a quantidade de sons não oferece dúvidas aos alunos: identificam tantos quantos os grafemas (dois sons). O problema põe-se em relação à qualidade, o mesmo é dizer, quanto à natureza articulatória do segundo elemento (<m/n>), vocálica (semivocálica), que, no entanto, os discentes teimam em considerar como consonântica. Este lapso, como se torna óbvio, não é experimentado ao identificar os mesmos ditongos quando grafados

<-ãe>: ***mãe***, capit**ãe**s
<-ão>: ***mão***.

Mas o cúmulo da surpresa, ou mesmo incredulidade, é atingido quando os alunos são convidados a analisar foneticamente as palavras (e suas derivadas):

Têm [´t□□□□□□□□□□□□□]
Vêm [´v□□□□□□□□□□□□□]

A resposta, na lógica da grafia, não se faz esperar e é unânime a identificação de três sons (o primeiro e o último de natureza consonântica; o central, vocálico). Nenhum identifica os cinco sons, ou os dois ditongos que a escrita teima em esconder. Outro problema que estas palavras levantam, já de índole suprassegmental (cf. infra), respeita à sua classificação quanto à posição do acento. A única resposta dada pelos alunos é a de que estamos perante palavras oxítonas, pois apenas são constituídas por uma sílaba. Na verdade, e numa perspetiva oral, como confirma a transcrição fonética, encontramo-nos perante um dissílabo, com o cume de intensidade na primeira sílaba. O exemplo apontado mostra-nos que a consciência revelada de sílaba não é rítmica, mas meramente gráfica. É, para os alunos, a suprema traição da oralidade à grafia, jamais da grafia à oralidade!

Outra reflexão enviesada, motivada pelo escrito, sobre o oral, prende-se com a natureza dos encontros vocálicos, como:
Pais [´paj□] *País* [p□´i□]

Todos os alunos distinguem os valores semânticos das palavras; mas quando levados a refletir sobre os sons que as constituem e a forma como se agrupam, indicam, por vezes não sem alguma hesitação, respetivamente, a presença de uma e duas sílabas. O escolho está em fundamentar a distinção, isto é, em precisar a natureza dos encontros vocálicos (ditongo e hiato) presentes e a natureza dos elementos que os constituem. Tal impossibilidade deve-se ao facto de o aluno ter interiorizado, porque assim lhe foi ensinado, mais uma vez à luz do

[506] Poder-se-ia ainda acrescentar: <cc>: accionar; <cç>: acção; <pc>: excepcional; e <pç>: excepção. No entanto, com a entrada em vigor do Acordo Ortográfico de 1990, estes grupos, porque não-proferidos, serão simplificados grafando-se apenas o elemento que representa o som sibilante.

alfabeto gráfico, que as unidades segmentais necessárias à comunicação (escrita) são as vogais e as consoantes.

Contudo, compreender a diferença entre ditongo [507] (*pais*) e hiato[508] (*país*) não se revelará tarefa fácil a partir da escrita, torna-se indispensável uma clara consciência fonológica respeitante às classes de sons usados e de reconhecimento de que, para além dos elementos vocálicos e consonânticos correspondentes ao alfabeto, existe uma terceira classe, híbrida, a dos sons semivocálicos [509]. A grande contrariedade está na inexistência de representação gráfica que os individualize. Os sons semivocálicos podem ser atualizados, quer por grafemas vocálicos,

A**o,** Pa**u**, pa**i,** mã**e**

quer por vocálicos e consonânticos,
Te**m**, andava**m;**

em situações contextualmente justificadas, um único grafema representa todo o ditongo oral:
s**e**xto, **ê**xodo, igr**e**ja**;**

e pode mesmo acontecer que um conjunto gráfico <êm> representa dois ditongos, como já vimos com *têm* ou *vêm*.

Um bom domínio da grafia não é sinónimo de uma idêntica compreensão explícita da oralidade. Algumas vezes pelo contrário, de tão amarrados nos encontrarmos ao mundo da palavra escrita dificilmente entendemos claramente a essência e naturalidade do oral: parece só existir o mundo da grafia, tudo o que nela não existe não poderá ter lugar na oralidade. Esta é seguramente uma visão redutora. Há que olhar o oral a partir do oral, e não sucumbirmos à tendência de o fazermos a partir da nossa opinião positiva acerca do escrito.

Ao lado da fonologia segmental, em que o valor linguístico se encontra identificado e isolado num local preciso do enunciado, existem outras propriedades do som cujo valor linguístico afetam unidades superiores ao segmento, ou que pelo menos com elas não coincidem. Ao contrário dos anteriores, o valor linguístico destes traços não dependem da sua presença ou ausência na cadeia falada, mas antes dos contrastes que criam no interior dessa sequência, daí que os valores se revelem e façam perceber por valores relativos e não absolutos. Estes valores são fruto da variação relativa de características acústicas dos sons da fala: altura tonal, intensidade, quantidade. E, para a língua portuguesa, os elementos prosódicos linguisticamente mais importantes são, pela sua produtividade linguística, a acentuação a nível fonológico e morfológico, a entoação a nível sintático, semântico e pragmático, no segundo (Mateus et aliae, 1989:344). Estes traços, no entanto, e ao contrário dos segmentais, são de difícil representação gráfica. O que por si pode constituir razão para a sua secundarização ou abandono em contexto de aula. Comecemos pela acentuação[510] e pelos conhecimentos explícitos que sobre ela revelam os discentes. Aquele que se pode considerar como primeiro indício da dependência da palavra escrita pode ser dado pela indecisão frequentemente demonstrada pelos alunos na localização da sílaba tónica em vocábulos que não apresentem sinal gráfico de acentuação, como:

Padeiro colibri andar correr fugir.

Outras vezes, perante, por exemplo, os seguintes grupos de palavras oralmente proferidas:

[507] Encontro de uma vogal e uma semivogal, ou vice-versa, ou encontro de duas vogais na mesma sílaba.
[508] Simplesmente encontro de duas vogais, ou encontro de duas vogais em sílabas diferentes.
[509] A designação semivogal ou semiconsoante mostra a natureza híbrida destes sons: como os vocálicos, são produzidos sem obstrução ao sopro fónico; já no seu comportamento silábico assemelham-se aos sons consonânticos, pois não podem constituir núcleo de sílaba.
[510] O acento é o mecanismo, a propriedade prosódica ou suprassegmental através da qual se põe em relevo/proeminência uma sílaba (tónica) em relação a outras sílabas, fazendo-as destacar delas por um maior grau de percetibilidade (intensidade, quantidade ou altura tonal).

Cân**tara* *Can**ta**ra* *Canta**rá
***Dú**vida* *Du**vi**da*

Depois de as transcreverem - mais uma vez a escrita a impor-se – concluem que apenas três são acentuadas, as que têm acento gráfico agudo ou circunflexo. É clara a noção de acentuação gráfica e nula a fonológica.

Significativamente, só com algum esforço, traduzido no movimento de deslocação da imagem visual para a imagem acústica, e confrontando entre si as palavras, na linha horizontal, é que se tornou possível constatar que os vocábulos são constituídos pelos mesmos segmentos fonológicos e gráficos dispostos em igual linearidade, e que é a deslocação da intensidade sonora de uma sílaba para outra(s) a responsável pelas alterações linguísticas de cariz morfossemântico: nomes (*cântara* e *dúvida*) em oposição a formas verbais (*cantara, cantará* e *duvida*), e morfológicos, pela diferença de valores de tempo e aspeto (*Cantara* e *Cantará*). Este é o mecanismo da acentuação, que destaca ou dá maior proeminência a uma sílaba quando comparada com as outras. Existem erros ortográficos de acentuação que são cometidos por hipercorreção. Um deles consiste na aposição de um diacrítico onde é desnecessário, como em

*al**í** *****javal**í** *****per**ú** *n**ú***

A sua presença parece deixar transparecer que os alunos, ainda que no subconsciente, tem a noção de que o ritmo da língua portuguesa é paroxítono (não marcando graficamente estes vocábulos), que os "obriga" a marcar graficamente os outros, geralmente os oxítonos.

O processo inverso, justificado pelo mesmo princípio, consiste em retirar o acento gráfico onde ele é necessário:

or**gão* ***Sa**tão* ***órfã

defendendo, neste caso, a sua posição com a impossibilidade de existência de vocábulos com dois acentos gráficos. Tal justificação mostra, por um lado, a perceção de que cada vocábulo tem apenas um segmento de maior proeminência; e, por outro, que as funções que cabem aos diferentes acentos gráficos não estão solidificadas. O desconhecimento desse papel permite a formulação de um princípio geral, segundo o qual existe uma identidade entre o acento gráfico e a sílaba tónica.

É este princípio que os autoriza, por exemplo, em:

Àquele Aquele
Orf**ão**zinho Casinha

classificar, no primeiro caso, esquecendo (se é que alguma vez existiu) a distinção entre vocábulos fonologicamente acentuados e clíticos, a primeira palavra como proparoxítona e a segunda paroxítona; classificação extensível ao segundo par. Ou, ainda, a considerar o resultado da crase entre a preposição "a" e o determinante feminino "a" ***à*** como um termo oxítono, obliterando, desta forma, a única função que cabe ao acento gráfico grave.

A nível da acentuação notamos que as interferências do escrito na leitura da oralidade, ainda que existentes, são inferiores às existentes no domínio dos elementos segmentais. Por outro lado, os últimos exemplos deixam transparecer que a oralidade acaba por fazer-se sentir na escrita, ainda que não pelas melhores razões. Um grande responsável pela riqueza expressiva de uma língua encontra-se na sua própria melodia, ou nas curvas que a voz descreve enquanto se produz um enunciado.

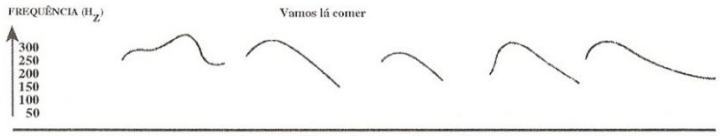
Este constitui o segundo elemento fonológico suprassegmental, o "traço prosódico que resulta da organização rítmica dos sons -, ou seja, da evolução no tempo da frequência fundamental a nível da frase e do enunciado – e/ou da inter-relação entre as unidades acentuais ao nível do discurso (Barroso, 1999: 116), definível, segundo Mateus et aliae (1989, 344), pela variação através de parâmetros acústicos da frequência fundamental, da intensidade, da energia e da duração de cada segmento ao longo da unidade frásica.

À entoação cabem três funções básicas na linguagem: segmentar, ressaltar e dar continuidade prosódica ao discurso (Escandell Vidal et alii, 2010: 128-129). Segundo Quilis (2002: 82) a entoação permite:

linguisticamente, a distinção de enunciados, a integração de palavras em unidades maiores e a delimitação de enunciados; socialmente, transmitir informação sobre o próprio indivíduo (idade, sexo, temperamento, origem geográfica…) e indicar características sobre o grupo a que se pertence (origem geográfica, nível sociocultural…); já, individualmente, surge como principal veículo da dimensão afetiva da linguagem, é através dela que se expressa a ênfase, a tristeza, o medo, o ódio, o orgulho, a cortesia… O que sabem os alunos sobre este domínio? O que lhes foi, e como, ensinado? Quantos de nós, professores de Português, dominamos minimamente todos os conceitos físico-acústicos que nos permitam realmente explicar aquelas funções? Muito pouco(s), será a resposta.

Se algum conhecimento deste assunto vai existindo deve-se, a nosso ver e em grande parte, à abordagem rítmica da literatura. Para lá disso, o seu estudo parece resumir-se objetivamente à primeira das funções referidas, sobretudo associada ao valor sintático-semântico que transmite, nomeadamente na identificação dos tipos de frase. É certo que a explicitação teórica da entoação, das variações dos diferentes parâmetros acústicos não é tarefa fácil, sobretudo por não existirem graficamente elementos que traduzam todas essas potencialidades. Digamos que não existe nada de visualmente palpável a que possamos lançar mão. Por isso, mesmo os especialistas desta área tendem a recorrer a representações gráficas de tipo, por exemplo, diagramático, na tentativa de explicitar as diferentes variações entonacionais.

É o que acontece, por exemplo, na figura 1, onde Mateus et aliae (1989: 347) procuram especificar acusticamente as curvas de entoação segundo as diferentes situações ilocutórias.



	PERGUNTA	EXCLAMAÇÃO	ASSERÇÃO	ORDEM	PERSUASSÃO
Intervalo de Frequência	250Hz-350Hz (100Hz)	150Hz-320Hz (170Hz)	170Hz-280Hz (110Hz)	170Hz-310Hz (140Hz)	200Hz-330Hz (130Hz)
Duração	50 m/s	37 m/s	20 m/s	38 m/s	54 m/s
	Curva ascendente e descendente--ascendente; grande duração; pequena amplitude	Curva ascendente e descentente; duração média; grande amplitude	Curva descendente; pequena duração; pequena amplitude	Curva ascendente e descentente; duração média; grande amplitude (menor do que a da exclamação)	Curva descendente; grande duração (maior do que a de qualquer das outras frases); amplitude média

Figura 1 - Curvas de entoação especificadas acusticamente (Mateus et aliae: 1989, 347)

Aos conceitos físicos explicativos na figura 1, poucos docentes, e naturalmente alunos, chegarão, com as consequências negativas que para a explicitação de toda a riqueza rítmica e melódica da língua falada daí possam advir. Resta-nos a explicitação e a identificação dos sentidos que adquire o enunciado, não tanto centrados nas variações ou inflexões discursivas, mas a partir do resultado semântico-pragmático, da intenção comunicativa produzida pelas mesmas (realizar perguntas, exprimir estados de espírito, declarar, dar uma ordem, procurar convencer); ou, à falta de melhor, a partir do sinal gráfico que deficientemente apomos no final do enunciado e tem a ambição de os representar.

Eis a razão pela qual os alunos afirmam que normalmente um enunciado interrogativo, exclamativo, declarativo ou até suspensivo é identificado na parte final do enunciado pela presença do diacrítico que assume o nome do que é transmitido pela entoação: ponto de interrogação (?), de exclamação (!), final (.), e/ou suspensivo (…).

As outras informações, de natureza eminentemente pragmático atitudinal (a ordem, a ironia, a cortesia, a delicadeza…) se a combinação de sinais gráfico os não permitirem traduzir minimamente (por exemplo, *vamos lá comer**?!…*** a indicar dúvida e espanto) acabam por não atribuídos para a tutela do sentido.

Os primeiros passos na sociedade são realizados com base na palavra dita e ouvida e é procurando encontrar correspondentes gráficos para esta realidade acústica que nos adentramos no mundo da alfabetização, da escrita. No entanto, à medida que nos vamos tornando independentes e ortograficamente competentes, e porque a ortografia é prescritiva e, por isso, conservadora e unificadora, os nossos conhecimentos e consciência, ainda que implícitos, sobre o funcionamento da oralidade vão-se desvanecendo, a ponto de esta ser vista pelo prisma da sua representação gráfica - o que é consequência (escrita como representação da oralidade) passa a desempenhar o papel de causa, a reflexão metalinguística sobre o oral, passa, então, a realizar-se sobre o suporte escrito.

No entanto, este comportamento vai fazendo com que a oralidade seja tratada como um filho ilegítimo no ensino. Ao mesmo tempo, docentes e discentes, porque lhe não reconhecem interesse e utilidade, vão-se afastando da sua convivência e conceitos, sobretudo, de natureza fonético-fonológica são vistos, não poucas vezes como de origem alienígena.

O percurso tem de se inverter... Se queremos entender cabalmente o fenómeno linguístico e as suas possibilidades, temos de nos centrar primeiramente na dimensão oral e compreender a sua especificidade e diversidade; depois estaremos em condições de transitar para o domínio da escrita.

Percorrer o caminho no sentido contrário pode conduzir, como vimos, a resultados nada promissores e com ténues hipóteses de melhoramento. E o ensino ativo e explícito de uma língua não se pode ficar pela memorização e reprodução acrítica de receituários ou termos vazios de conteúdo que em nada contribuirão para a nossa realização plena como indivíduos e como cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, São Luís e Inês GOMES (2000), *Dificuldades de Aprendizagem da Língua Materna*. Lisboa: Universidade Aberta.

DERRIDA, J. (1971), *De la gramatología*. Madrid: Siglo XXI.

DROIT, Roger-Pol (2011), *Voltar a ler os Clássicos*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores

EMILIANO, António (2009), *Fonética do Português. Descrição e transcrição*. Lisboa: Guimarães.

ESCANDELL VIDAL, M., Victoria MARRERO AGUIAR et al. (2010), *El lenguaje Humano*. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces.

ESCANDELL VIDAL, M., Victoria MARRERO AGUIAR et al. (2011), *Invitación a la Lingüística*. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces.

FERRAZ, Maria José (2007), *Ensino da Língua Materna*. Lisboa: Caminho.

FREITAS, Maria João, Dina ALVES e Teresa COSTA (2007), *O conhecimento da língua. Desenvolver a consciência fonológica*. Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

MATEUS, Maria Helena Mira et aliae (1989), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.

MATEUS, Maria Helena Mira e Alina VILLALVA (2006), *Linguística*. Lisboa: Caminho.

ONG, W. J. (1987), *Oralidad y escritura. Tecnologías de la palabra*. México: Fondo de Cultura Económica.

PLATÃO (1997), *Fedro* (tradução de José Ribeiro Ferreira). Lisboa: Edições 70.

QUILIS, Antonio (2000), *Principios de fonologia y fonética españolas*. Madrid: Arco/Libros.

VIEIRA, Maria do Carmo (2010), *O Ensino do Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

XAVIER, Maria Francisca e Maria Helena MATEUS (org.) (1990). *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa, Edições Cosmos.

59. VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR AÇORIANO

TEMA: 1.1. GÉNESE DE DOIS POEMAS SOBRE SANTA MARIA – CRISTÓVÃO COLOMBO EM SANTA MARIA (RISCOS DE MAREAR) E BAÍA DA CRÉ (O FOGO OCULTO). ASCO PEREIRA DA COSTA

Quando eu era puto, Santa Maria era apenas radiofónica e muitas vezes roufenha. Com efeito, o Clube Asas do Atlântico competia com o Rádio Clube de Angra nas zarzuelas, nos fados da Maria Pereira oferecidos pelas tintas Robbialac, no piano de Liberace, nas canções de

Alberto Ribeiro, Luis Alberto del Paraná, Xavier Cugat, Maria de Lurdes Resende, Amália Rodrigues. Havia senhores ouvintes como vocativo, prazer em apresentar, etiqueta, boas maneiras, respeito, contenção.

Os noticiários em diferido da Emissora Nacional asseguravam que os sinos da Velha Goa e as bombardas de Diu serão sempre Portugueses; e que Angola é nossa. José Augusto com voz sacana e aflautada falava de Parichhhhh e Milton Moniz a partir de Washington, zurzia os que não respeitavam a civilização ocidental e cristã como Salazar prescrevia. Toda a gente ficava ciente de que a verdade era só uma e Rádio Moscovo não falava a verdade.

De Santa Maria se sabia que tinha um aeroporto muuuuuuuuuuuuuuuuuito graaaaaaaaaaaaande, quase do tamanho do das Lajes e que os emigrantes iam lá apanhar aviões para a América e para o Canadá.

Só pisei Santa Maria em 1967, no meu batismo de voo, a bordo de uma bisarma da Canadian Pacific, a caminho das minhas primeiras férias em Angra, após a minha caloirice em Coimbra.

Porém, quem chegava não tinha a certeza de conseguir ligação nem ao aerovacas nem às Lajes: havia um homem baixinho, de bigodinho, gordinho, constantemente a puxar o cinto das calças para o umbiguinho, que usava o seu poder discricionário para lotar aviões da SATA que faziam a ligação às outras duas ilhas – São Miguel e Terceira.

Claro que foram preferidos para os voos desse dia senhores coriscos, uns doutores rabos tortos e uns poucos filhos de famílias consagradas. O filho do Manuel da Lusa só embarcaria no dia seguinte. Foi parar a um conjunto de edifícios prefabricados, do tempo da permanência dos americanos na ilha. Então, já não alojava militares: era ***o*** hotel, no mês de julho, calor e humidade dos trópicos, desconforto de caserna, ambiente de quartel, preços de 5 estrelas. Ao outro dia, trepei a um De Havilland DH-104 Dove com capacidade para oito passageiros, pesados como a bagagem por questões de ordem técnica sob o olhar vigilante do meia-leca corisco que mais parecia um sargento do exército a comandar soldadesca.

Assomava de novo, salazarmente, a ilha primeira nestes pequenos gestos do refrão vicentino: *se quiseres conhecer o vilão / mete-lhe o chicote na mão*. Na fila direita, a meu lado, nervosa e arfante, sentava-se uma matrona americana que, antes dos motores ligados, disse ter dúvidas de que chegasse a abraçar o filho na base das Lajes. Pouco depois, aterrávamos num cerrado que dava pelo pomposo nome de Aeroporto da Nordela, comummente designado por aerovacas. E, de facto, os passageiros foram saudados pelos mugidos de meia dúzia de reses dos Países Baixos, a preto e branco. Finalmente a terceira. E as férias.

Muitos anos depois, voltei a Santa Maria e, pela vez primeira, senti o que era um território exíguo no meio do Atlântico vasto no cimo do Pico Alto. De lá, em rotação, os olhos alcançavam todo o espaço de terra firme: foi-me revelado um destino de mar e um impulso de fuga para a nossa gente, porque ali o estrangulamento impõe-se ao olhar e a respiração arfa aflita. Aquele pedaço estrangulado pelo mar parece, no seu miolo, um Alentejo tropical, com as suas casas brancas e dispersas, apontando ao céu chaminés caprichosas. Tudo num verde imprevisto, como se o cantochão alentejano passasse a ser comandado por um percussionista de jazz num solo de inspiração salgada. O encanto da paisagem reside, também, nas costas abruptas, descendo em manta retalhada até aos areais: mirando a costa da Praia Formosa, já lembra uma fatia dos socalcos durienses que escolheram o mar para acidular seus vinhos.

Vila do Porto, principal povoado da ilha e primeiro dos Açores, é uma longa rua direita ao mar e a sua peculiaridade fez com que obtivesse a classificação de espaço arquitetónico a preservar. Porém, os marienses não entenderam que o património construído requer a vida, o sopro, a batida dos viventes. As gentes da vila deslocaram-se para a periferia e a zona velha foi-se despovoando, degradando, arruinando.

Nos últimos anos, fez-se um esforço para contrariar esta disforia urbana, este ambiente bisonho, esta atmosfera letárgica – porque, paradoxalmente, os incentivos governamentais – generosos – não foram capazes de atrair os proprietários para a defesa e valorização do que herdaram. Santa Maria deu aos Açores e à cultura portuguesa uma plêiade intelectual nas mais diversas áreas do conhecimento e das expressões: Joana Gago da Câmara, médica psiquiatra, é reconhecida pelos colegas como uma das mais brilhantes alunas do seu curso, Madalena Férin será, depois de Natália Correia, a mais ousada e criativa voz feminina na poesia de naturais dos Açores; José Nuno da Câmara Pereira é, sem dúvida, depois de António Dacosta, o mais inovador e consequente artista plástico do arquipélago; Manuel Monteiro Velho Arruda é um precursor dos estudos da história insular…E deixo a poesia do Padre Serafim, que é da Ouvidoria do Daniel de Sá…

Mas Santa Maria tem, também, as encantatórias cantigas populares coligidas por Artur Santos nos anos cinquenta – O Rema, Sol Baixo, A Moda do Balão. E tem a magia do cantochão dos seus foliões, surgidos do fundo dos tempos do povoamento. Tudo isto é muito de genuinidade e de afirmação identitária. O comendador do Almourol, povoador primeiro, de quando em vez é chamado em contexto oratório e oficial, para oficializar a ilha primeira – mas Santa Maria, no dia a dia, vê passar aviões e regista satélites longínquos. Colombo. que casualmente terá rasgado os cascos das embarcações no regresso À Europa, é avistado uma vez por outra na Baía dos Anjos, sobretudo naufragando em discursatas oficiais e patrioteiras. Contudo, isto de que vos falo, poderá ser prosaico. É, decerto, prosa de soixante-huitard vencidista. Contudo serve de pressuposto para a consecução poética de que prometi falar-vos.

Quando, em 1978, publiquei a Ilhíada, pretendi, homericamente (oh presunção!) estabelecer uma rota dos Açores através de personagens históricas, reais e míticas. Do que tenho lido e ouvido sobre esse primeiro livro de poesia, cada vez me convenço mais de que o melhor dele é o título.

Tanto assim foi, que resolvi prosseguir com Riscos de Marear (1992). E recorri à fortuita escala de Colombo em Santa Maria para esboçar uma noção de arquipélago que se foi descobrindo, povoando e encontrando o seu possível todo feito de nove partes – como Colombo, chegando à América, não descobriu a Índia, mas ajudou a esculpir a defeituosa esfera do planeta: o real é a certeza, mas o sonho pode também redundar em realidade.

CRISTÓVÃO COLOMBO EM SANTA MARIA

A ilha ao lado é o mundo
a mais próxima certeza
de que para além da última
rocha do cabo
ao fundo
o mar conduz ao outro lado
da ilha ao lado

E de lá o mundo
outra ilha ou outro mar ainda
longe mas certo
e tão perto
da terra infinda

Muitos anos depois, ao tentar descobrir a toponímia de Santa Maria, deparou-se-me esse nome sugestivo de Baía da Cré isolada no insulamento da ilha: era a cal de que precisava para pintar entre os azuis do mar, os verdes dos campos, os castanhos tristes das terras.

Brinquei: foi na Baía da Cré que o Colombo perdeu as âncoras e o Judas perdeu as botas. Porém, certo dia, numa outra ilha, pequenina, bela e pouco povoada, um amável cicerone levou-me a conhecê-la. Parou numa estreita enseada que entrava pela terra dentro, estrangulada entre duas ravinas onde a custo se intersetavam uns socalcos minguados com dois casinhotos acomodados entre canas e incensos rasteiros.

A maresia abria-me as narinas e confundia os aromas do funcho e da nêveda. Então, observando o meu comprazimento naquele instante, o atencioso guia exclamou:

- Do que eu gostaria, mesmo, era um dia ter uma casinha daquelas para fugir do stress da vila!

Foi então que nasceu o poema Baía da Cré que asseguro não tem correspondência à baía mariense – mas, que querem, as palavras seduzem, e para mim cré é um atraente vocábulo:

BAÍA DA CRÉ

Na baía da Cré
rema o tempo a solidão
numa penumbra de espuma.

De nada vale contar as ondas uma a uma.
Ninguém aqui é
porque ninguém aqui pode predicar a vida.

E, então,
só quero um T4
em Nova Iorque
na Quinta Avenida.

Coimbra, 26 de agosto de 2011
ou à EU 2011-08-26

VASCO PEREIRA DA COSTA

60. ZÉLIA BORGES UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, S. PAULO, BRASIL

TEMA: 3.5 MEMÓRIA (AINDA ATIVIDADE) DO CARRO DE BOIS, MARIA ZÉLIA BORGES, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (JUBILADA)

A memória é tão importante que Marques (2003: 06), na obra *Viver para contar*, registra em epígrafe: *A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la*.

Há pouco mais de cinquenta anos, ouvia-se em nossas cidades interioranas, o carro de bois cantando pela estrada o canto típico do trabalho difícil e moroso (Lobato: 2001, s/n). E não era tão somente pela estrada, mas também pelas ruas. Recentemente, permaneci em minha cidade natal, cravada na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, durante todo o mês de maio e metade de julho, e lá não mais ouvi, nem por uma vez, esse canto que embalou minha infância. A ausência de tal veículo nas cidades foi se acentuando na segunda metade do século XX e hoje é total.

No estado da Paraíba, no nordeste do Brasil, em 2007, na zona rural, vi esse veículo levando cargas e pessoas. Houve até um caso que me chamou especialmente a atenção: uma junta de bois, puxando uma carroceria de camionete, carregada de cargas diversas. Também nos Açores, na Ilha de São Miguel, para onde tenho ido anualmente, desde 2007, vi alguns carros de bois em atividade no campo, mas não nas cidades. Por isto, no fim desta exposição, tabelo vocábulos brasileiros confrontando-os com vocábulos açorianos, coletados por Barcelos (2008). Temos, pois, no transporte por carros de bois, uma atividade que vai, cada vez mais, abrigando-se apenas na memória, para os cidadãos de vida urbana.

1. LÉXICO E VOCABULÁRIO NA COMPREENSÃO DO MUNDO E DA LEITURA.

Venho trabalhando em questões de léxico e de vocabulário como fatores críticos na compreensão do mundo e da leitura. O acervo vocabular do leitor indica seu grau de informação prévia sobre o conteúdo de uma atividade ou de um texto, cujo entendimento depende da familiaridade do leitor relativamente ao assunto abordado. Um novo conceito assimila-se quando comparado a outros conhecidos: novos objetos, novas ideias entram para nosso patrimônio cultural ao serem classificados por comparação a outros que formam nosso

acervo, dependendo de suas semelhanças e diferenças. Assim, a aprendizagem do vocabulário é trabalho para toda uma vida.

Pittelman e Heimlich (1991, p. 38), no estudo e ensino de vocabulário, revisitam esquemas de Lindsay e Norman (1977), de Rumelhart (1980) e também de outros autores. Por fim, dizem:

> *Tudo que uma pessoa experimenta ou aprende é armazenado no cérebro em estruturas de conhecimento ou categorias chamadas schemata*[511]*. Estas schemata, que servem como molduras para conceitos associados, são incompletas e estão sendo constantemente revistas e desenvolvidas. Logo que uma informação nova seja recebida a schemata é reestruturada e reajustada. Por exemplo, quando uma pessoa lê a respeito, vê imagens de, ou visita a praia, cada experiência se acrescenta ao esquema para o conceito de praia. A compreensão, consequentemente, não por muito tempo é vista como significado simplesmente derivado da página impressa. Ao contrário, a compreensão é vista como um processo ativo no qual a informação anterior é usada para criar um novo conhecimento*.

No presente estudo, para não se alongarem considerações teóricas, abordei diretamente uma estratégia bem-sucedida na construção de vocabulário: a do mapeamento semântico.

Parti de um modelo sugerido por Pittelman e Heimlich (1991), do qual destacam-se os passos:

1. Escolher uma palavra ou tópico do texto (o texto aqui: Conversa de bois, conto de Guimarães Rosa (1999). Escrever a palavra-chave no quadro.
2. Solicitar aos alunos que sugiram as informações que pretendem estudar sobre o tópico apresentado. (Partes do carro, por exemplo, as juntas de bois que o compõem, homens que nele trabalham, linguagem dos bois).
3. Encorajar os alunos a apresentarem palavras relacionadas com o tópico apresentado. (Podem retirá-las do texto proposto, uma vez que carro de boi não é transporte observado em nossas cidades, hoje em dia).
4. Quando uma palavra for sugerida, escrevê-la no mapa da classe sob o título conveniente. (Vide Figura 1)
5. Conduzir a discussão da classe, usando o mapa como guia. Esta discussão do mapa é parte crucial do trabalho.

Procurei, na literatura brasileira, um autor de alto conceito como Guimarães Rosa e o testemunho de um boiadeiro, José Mira, também de Minas Gerais. Este último hoje reside no estado de São Paulo, onde é conhecido como violeiro que conserva a memória da vida caipira.

Aplicado o mapeamento semântico sobre o conto Conversa de Bois, constante da obra *Sagarana,* de Guimarães Rosa (1999)[512], e sobre texto de Bernardes (1999) sobre José Mira, obtivemos o que segue:

Figura 1 aqui)

[511] *Schemata* é plural de *schema*. Este último termo, por sua vez, significa: macroestrutura, estrutura do discurso e estrutura retórica, segundo explicação do *Longman dictionary of language & applied linguístics*.

[510] As citações do conto rosiano terão apenas a indicação do número da página do livro *Sagarana*

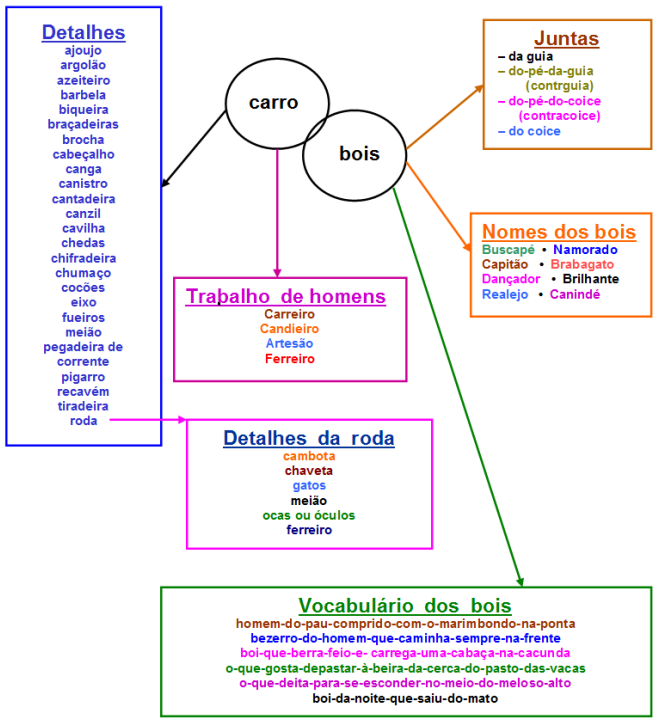


Figura 1: CARRO DE BOIS - mapa semântico

2.CONVERSANDO SOBRE BOIS A PARTIR DA CONVERSA DE BOIS ROSIANA

É dito popular: da vaca (ou do boi) só não se aproveita o berro. Será muita pretensão querer aproveitar o berro e até uma possível linguagem de bois? Guimarães Rosa fez isto no seu conto Conversa de bois incluído em *Sagarana* (1999): aproveitou onomatopeias de berros, de mugidos – Oung! Moung! (p. 310); – Moung?! – Hmoung-hum... (p. 312) – e imaginou uma possível conversa com uma norma também imaginada para os animais ! o-boi-grande-que-berra-feio-e-carrega-uma-cabaça-na-cacunda (p. 309); o-bezerro-do-homem (p. 332).

De minha parte, fruí a beleza do conto, que aproveita o canto de bois em seu vocabulário. Para isto, procuramos definições de palavras encontradas no texto rosiano, definições de dicionário e também definições encontradas em artigos, disponíveis na Internet, de Serrano Neves e de Ana Bettero Monteiro Lobato.

Para contraponto, melhor dizendo confirmação, procureis nos dizeres de um carreiro as definições, coletadas por Lídia Bernardes (1999), na obra *Nas trilhas de Zé Mira*, onde a autora procura registrar fielmente o português caipira do carreiro.

Antes de registrar as definições, convém dizer quem é Zé Mira[513], José Alves de Mira, que se apresenta com a seguinte fala:

> *Fui tropero dos 8 aos 28 anos. Quando cumecei cum tropa lá im Cristina, na cidade adôndi eu nasci, a tropa era do meu avô. Tinha seis burro. Eu pegava imprestado mais cinco do meu tio Quinzóti i interava 11. Antão trabaiava na coeita di fejão, di mio, di arrôiz i di café* (BERNARDES, 1999: 2)

De sua atividade como carreiro, ele fala num verso da canção *O Menino e o Carro de Boi*, de sua lavra:

Quando cumecei carriá
Eu era minino ainda
Cumecei na Cachoeirinha
Cum distino a Cristina
Chegava na istação
Ispereva o trem passá
Dipois falava co'os boi
Só pra vê o carro cantá (BERNARDES, 1999, p, 133).

[513] Somente Zé Mira, uma vez que Guimarães Rosa é sobejamente conhecido.

3.DEFINIÇÕES, E EMPREGO NOS TEXTOS, DOS ELEMENTOS DO CARRO DE BOIS

3.1. Ajoujo –? correia, cordão ou corrente com que se prendem ou jungem animais dois a dois (cães, bois etc.) (DH)[514]. Lê-se em Rosa: Divergem as cabeças, e a junta se bifurca, o quanto permite o ajoujo, que essa é a única maneira de se darem as costas (p. 312).

3.2. Argolão – nome dado à argola de ferro presa ao recavém para colocar as amarras. É chamada amarra a corrente colocada no argolão e presa na outra extremidade da canga de guia. Amarra é usada em ladeiras muito fortes, quando o carreiro desliga as juntas de guia, contraguia, meio e torno do carro de boi e leva-as para a traseira do carro, fazendo as mesmas juntas descerem as ladeiras, funcionando como freio do carro (BML).

3.3. Azeiteiro – o vocábulo dicionarizado (DH), na acepção que ora nos interessa, nomeia recipiente para azeite; azeiteira, galheta, almotolia. Em se tratando do acessório para carro de bois, o recipiente é feito de chifre, como explica Serrano Neves (2002). Rosa o denomina chifre de unto, como se pode ler no conto: Clamando, xingando, Agenor Soronho vem para a traseira, onde está pendurado o chifre de unto. Estende-o ao menino, e dá uma espiada lá para dentro (p. 314).

3.4. Barbela – na rubrica anatomia zoológica, é prega de pele pendente sob o pescoço de alguns ruminantes, como os bois e os alces; barbilhão, papada.

3.5. Biqueira – Peça de ferro presa na ponta do cabeçalho para engatar as cangas da junta de torno (BML).

3.6. Braçadeiras – na definição de SN: cintas de ferro, que prendem as pontas das chedas ao cabeçalho.

3.7. Brocha !correia de couro cru, que passa sob o pescoço do boi, cingindo-o, e que se prende pelas extremidades aos canzis; barbela (DH). Em Rosa aparece a ocorrência: Todavia, ninguém boi tem culpa de tanta má-sorte, e lá vai ele tirando, afrontado pela soalheira, com o frontispício baixado, meio guilhotinado pela canga-de-cabeçada, gangorrando no cós da brocha de couro retorcido, que lhe corta em duas a barbela [...] (p. 308).

3.8. Cabeçalho – também chamado **cabeçário**. Caibro que contorna toda a mesa do carro, avançando na ponta da frente, além do assoalho (SN). Na definição de BML, é a maior peça de madeira da mesa de um carro de boi, que sai da biqueira e vai até ao recavém. No conto rosiano se lê: Partiu a cheda, o cabeçalho, no encontro (p. 329).

3.9. Cambota – cada meia-lua que forma a roda do carro (SN). O DH apresenta outros nomes para ela: pina; camba.

3.10. Canga – definida, no DH, como jugo, é peça de madeira usada para prender junta de bois a carro ou arado. Zé Mira explica que as cangas das juntas devem ser diferentes entre si:

As canga são deferente uma da outra. A canga di guia é mais reta, tem poco decrive. A canga da junta di coice é bem vortiada purque na hora qui o boi vai sigurá o carro ele ergui a cabeça, ela fica cum jogo pra num inforcá ele. Na canga tem quatro furo qui vai os canzi qui faiz esse jogo pra num dexá apertá o pescoço do boi. (Bernardes 1999: 136)

3.11. Canistro – esteira que se apoia nos fueiros para conter carga miúda (SN).

3.12. Cantadeira – peça de ferro do carro de bois, sobre a qual roda o eixo; (em Portugal) cantadoura, cantadoira, garrida. Ocorrência em Rosa: Foi o carreiro mesmo quem apertou a chaveta da cantadeira, hoje cedo [....] (p. 313).

3.13. Canzil – também chamado de cangalho, definido no DH: cada um dos paus que prendem a canga ao pescoço dos bois. Em nota de rodapé, lê-se, no livro sobre Zé Mira (Bernardes, 1999: 136), explicação advinda de Paula (1988: 311): bastão de madeira, disposto na canga, [em número de dois], que limita o espaço onde o animal fica com o pescoço preso. O texto rosiano apresenta a ocorrência: Mas Realejo, pendulando devagar fronte e chifres, entre os canzis de madeira esculpida, que lhe comprimem o pescoço como um colarinho duro, resmunga (p. 311).

[514] Indicações dos dicionários e dos livros usados para as definições serão feitas com siglas registradas nas Referências finais, imediatamente após a obra. Exemplos de ocorrência de cada palavra serão tirados de Guimarães Rosa e Zé Mira.

3.14. Cavilha –? haste ou pino cilíndrico, de madeira ou metal, usada para tapar orifícios ou juntar peças ou ligar elétrica ou eletronicamente algo, anichando-se em aberturas que funcionam como suas contrapartes fêmeas; pino [Seu formato varia, podendo ser em curvo, reto e com ponta em uma das extremidades etc.] (DH). O mesmo dicionário registra **chavelha** e explica: nos carros de boi, cunha que se introduz no cabeçalho para prendê-lo à canga.

SN especifica: **cavilhas na cabeça do eixo** – cunhas de madeira que se introduzem entre a cabeça e o meião, para firmá-lo e para que não escape ao rodar.

No conto de Rosa ocorre chavelha: Quando as rodas entram no córrego, Agenor Soronho não se molha, porque já está trepado, entre o pigarro e a chavelha, no cabeçalho, que avança como um talhamar (p. 324).

3.15. Chaveta – peça de ferro que, na extremidade do eixo, serve para fixar a roda (DH). Ocorrência: Vide **cantadeira**.

3.16. Chedas – são as laterais do carro de boi que compõem a mesa (SN). O DH explica cheda como sendo cada uma das pranchas que limitam lateralmente um carro de tração animal e onde se encaixam os fueiros; chazeiro. Zé Mira explica: Tem qui tê a cheda, a cabia di madera, o cabeçalho, os fuero – feito de madera fórti e resistênti pra podê carregá o carro (BERNARDES, 1999: 134). Rosa registra também chazeiro: O chazeiro do outro lado não teve nada [....] (p. 329).

Furos de chedas – São quatro furos feitos nas chedas do carro de boi, para se colocar os cocões (BML).

3.17. Chifradeira – correia de couro presa aos chifres argolados dos bois.

3.18. Chumaço – Peça de madeira colocada entre as chedas e o eixo e presa por dois dentes feitos na mesma peça que se encaixam nos cocões (BML).Ocorrência em Rosa: Vai botar azeite no chumaço, que senão agorinha mesmo pega fogo no eixo, pega fogo em tudo [.] (p. 314).

3.19. Cocões – duas peças de madeira que ficam viradas para baixo a fim de segurarem o eixo; os cocões são presos nas chedas (BML). Há ocorrência de **cocão** no conto de Rosa: E o carro pulou forte, e craquejou, estrambelhado, com um guincho do cocão (p. 336).

Furos dos cocões – são furos feitos nos cocões para colocar os pinos que os prendem nas chedas (BML).

3.20. Eixo – peça do carro de bois onde se encaixam as rodas e que atravessa o carro sob o leito (B&M), é barra de madeira oitavada, que serve para segurar as rodas dos carros.

3.21. Fueiros – caibros roliços de madeira, colocados nos furos das chedas, com a finalidade de amparar a carga (SN). **Furos de fueiros** – São furos redondos feitos nas chedas para se colocar os fueiros (BML).

3.22. Gatos – chapas retangulares de ferro, que protegem as rodas, impedindo que as mesmas abram (SN).

3.23. Meião – peça inteiriça do meio da roda do carro de bois onde se fixa a cabeça do eixo.

3.24. Ocas ou óculos – duas aberturas redondas na roda do carro (SN). No texto rosiano, a ocorrência contém uma explicação bizarra: [....] não podia (a irara) nem jeito admitir que os grandes buracos das rodas fossem os *óculos* de tirar barro, de dar passagem à lama nos atoladiços: eram isso sim, ótimas janelas, por onde uma irara espreitar (p. 306).

3.25. Pegadeira de Corrente – alça de ferro na ponta do cabeçalho (SN).

3.26. Pigarro – haste de madeira, fixada na ponta do cabeçalho, servindo para apoio do carro no solo (SN). **Furo do pigarro –** É um furo feito dois palmos para trás do furo da chaveia, onde se coloca uma peça na parte inferior do cabeçário chamada pigarro; esta peça é para não deixar a canga de coice correr para trás (BML). Está no conto de Rosa: Dormir é com Seu Soronho, escanchado beato, logo atrás do pigarro (p. 336).

3.27. Recavém – Peça de madeira inteiriça ligada às chedas, ficando na parte traseira do carro de boi (BML).

3.28. Rosário ou Agulhamentos – é o círculo de cravos de ferro, fixados na roda (SN).

3.29. Tiradeira – correia ou corrente que, nas carretas puxadas por duas parelhas de bois, prende a canga dos da frente à dos do coice (DH) (sic). Aparece no conto rosiano: E eu vi que tinha rebentado o rabo da tiradeira do contracoice (p. 330).

4. HOMENS QUE CONDUZEM E FABRICAM O CARRO:

4.1. Carreiro – homem que conduz o carro de bois. Para incitar os bois usa o **ferrão** – uma ponta aguda de ferro; aguilhão (DH) – fixado

na extremidade de uma longa vara. Deve conhecer os bois e o sucesso de seu trabalho é determinado pelo seu bom relacionamento com os animais. Geralmente aprende o ofício com o pai. Zé Mira assim fala do carreiro:

O carrero levanta a vara pros boi e chama pelo nómi. Eles estaca, pára i os outro boi num cunségui puxá o carro. Um istacano os outro também istaca e fica de cabeça arta. Na curva, o carrero leva o ferrão no boi do contracoice ou leva a vara pra fazê a curva. A vara qui eu usava era de madera cum treis metro.

Pra tocá um boi num pódi tê medo. O boi tem qui conhecê o dono sinão fica difici. (Bernardes, 1999, p. 135).

No conto, Rosa fala da habilidade de um bom carreiro:

[....] pra carrear fazendo zoeira, e dando ferroadas, e gritando, todo-o-mundo é fácil... Mas não tem muita gente capaz de *falar o gado* direito, nem *determinar* o coice na descida, nem *espertar* a guia e *zelar* a contraguia na subida, nem *fazer um colo* bem feito, nem *repartir o movimento* com lição (grifos de Rosa) (p. 329)

4.2. Candieiro – o ajudante do carreiro, também munido de uma vara. Geralmente é um menino, porque a atividade passa de pai para filho. Rosa o chama de menino-guia. Lê-se, em seu conto: E o bezerro-de-homem-que-caminha-sempre-na-frente-dos-bois? (p. 332)

Antes destes dois, o carro precisa do esforço de dois outros homens:

4.3. Artesão – aquele que constrói o carro peça por peça, em madeira, cuidando bem da precisão dos encaixes diversos.

4.4. Ferreiro – aquele que coloca um aro de ferro em volta da roda.

5. JUNTAS DE BOIS DE CARRO:

5.1. Junta da guia – os dois bois que ficam mais à frente. Zé Mira fala deles:

Pra sê um boi di guia tem qui sê isperto, tencioso. De preferência inté meio bravo. Purque daí ele obedeci tudo qui ocê qué fazê com ele. Quando o boi é opinioso ele é inteligente. Pra iscoiê um boi di guia a genti oiava no pasto aquele que tava catano, oiano pur baxo ansim. Esse ia dá bão de guia (Bernardes 1999:135).

No conto rosiano, são apresentados, na junta da guia:

Vinha triste, mas batia ligeiro (o Tiãozinho) as alpercatinhas, porque, a dois palmos da sua cabeça, avançavam os belfos babosos dos bois da guia – Buscapé, bi-amarelo, entre as mãos a grossa barbela plissada, e Namorado, caracu sapiranga, castanho vinagre tocado a vermelho – que, a cada momento, achavam modo de querer chifrer e pisar (p. 305).

5.2. Junta do pé-da-guia, também chamada do contraguia – vem imediatamente após a junta da guia. Zé Mira explica: Quando atola o carro, o boi di guia i do contraguia tem que dá tudo pra arrancá o carro. Porque a junta di coice não pode fazê força purque é ela qui sustenta o carro. (Bernardes 1999: 135).

Formam tal junta, no conto, os bois Capitão e Brabagato: Segue-seguindo, a ativa junta do pé-da-guia: Capitão, salmilhado, mais em branco que em amarelo, dando a direita a Brabagato, mirim-malhado de branco e de preto: meio chitado, meio chumbado, assim cardim. Ambos maiores do que os da junta da guia (p. 305).

5.3. Junta do pé-do-coice, também chamada do contracoice – assim apresentada no conto rosiano: Passo após, a junta mestra, do pé-do-coice: Dançador, todo branco, zebuno cambraia, fazendo o cavalheiro; e, servindo-lhe de dama, Brilhante, de pelagem braúna, retinto, liso, concolor. Ainda maiores do que os seus dianteiros da contraguia (sic) (p. 305).

5.4. Junta do coice – assim explicada por Zé Mira: O boi di coice tinha di sê aquele boi pesado, di chifri meio virado pra trais. É o boi qui sigura todo o peso do carro (Bernardes 1999, p. 135).

Aparecem, nesta junta, no conto rosiano: E, atrás – ladeando o cabeçalho – conformes, enormes, tão tamanhões o quanto bois podem ser, os sisudos sócios da junta do coice: Realejo, laranjo-botineiro, com polainas lã de brancas, e Canindé, bochechudo, de chifres semilunares, e, na cor, jaguanês (p. 305/6).

Mais adiante (p. 325), de novo uma referência à junta do coice: [....] os bufalões destamanhos da junta do coice aguentam o peso do carro, fazendo freio e firmando no chão os cascos, fendidos como enormes grãos de café.

6. VOCABULÁRIO CRIADO PARA OS BOIS:

Para a fala dos bois, Rosa cria longas palavras compostas, que aparecem no conto grifadas em itálico. Seguem transcritas as ocorrências:

6.1. Para Carreiro: – É, tem também o *homem-do-pau-comprido-com-o-marimbondo-na-ponta...*– ajunta Dançador , que vem lerdo, mole-mole, negando o corpo. – O homem me chifrou agora mesmo com o pau. [....] – Mas eu já vi o *homem-do-pau-comprido* correr de uma vaca. De uma vaca... Eu vi (p. 308).

6.2. Para Candieiro: – E o *bezerro-de-homem-que-caminha-sempre-na-frente-dos-bois*? – O *bezerro-de-homem-que-caminha-adiante* vai caminhando devagar... Ele está babando água dos olhos... (pp. 332/3)

6.3. Para Boi zebu: – Eu já vi o *boi-grande* pegar um homem, uma vez... [....] Foi o *boi-grande-que-berra-feio-e-carrega-uma-cabaça-na-cacunda*... – Ele é bonito, esse um... – profere Dançador, que por sinal dá retrato de zebuíno-nelorino [....] (p. 309).

6. 4. Para outros bois: – Estamos todos pensando que nem o homem?... Você, *o-que-gosta-de-pastar-à-beira-da-cerca-do-pasto-das-vacas*?![515]... – Sou o boi Brabagato. – E o *boi-da-noite-que-saiu-do-mato*[516]*?* Boi Brilhante, boi Brilhante?!... (pp. 312/3)

7. ONOMATOPEIAS

7.1. Bufo de bois:

– *Oung! Moung!* – bufa Caninbdé [....] (p. 310)

[....] o companheiro de trela sungou a cabeça de repente. – *Moung?! Hmoung-hum!...*(p. 312)

Bhu! Muff!. De repente, Boi Brilhante projetou a cabeça, que sai do enquadramento – canga, canzis e brocha – como o pescoço de um jabuti que se desencaixa para beber chuva. (p. 317/8).

–*Uf! Pfú...*– sopra Brilhante.

– *Muh! Muung!...* – tuge Brabagato.

–*Oon! Oung!...* – bufa Buscapé. (p. 332)

7.2. A cantoria do carro de bois: Seriam bem dez horas, e, de repente, começou a chegar – *nhein... nheinhein... renheinhein...* – do caminho da esquerda, a cantiga de um carro de bois (p. 304).

E no final do conto de novo aparece o canto: [....] até o carro está contente – *renhein... nhein...* – e abre a goela do chumaço, numa toada triunfal (p. 338).

8. CONCEITOS EMITIDOS PELOS BOIS E PELO NARRADOR:

São dignos de nota alguns conceitos dos bois que aparecem no conto e também alguns do narrador. Vejamos inicialmente os dos bois:

8.1. O medo: O medo é uma pressa que vem de todos os lados, uma pressa sem caminho... (p. 311).

8.2. O choro: Ele [o menino candieiro] está babando água dos olhos... (pp. 333)

8.3. O homem comparado ao boi:

! O homem é um bicho esmochado, que não devia haver. Nem convém espiar muito para o homem. É o único vulto que faz ficar zonzo, de se olhar muito. É comprido demais, para cima, e não cabe todo de uma vez, dentro dos olhos da gente (p. 308)

– Eu acho que nós, bois, – Dançador diz, com baba – assim como os cachorros, as pedras, as árvores, somos pessoas soltas, com beiradas, começo e fim. O homem não: o homem pode se juntar com as coisas, se encostar nelas, crescer, mudar de forma e de jeito... O homem tem partes mágicas... São as mãos... Eu sei... (p. 326).

À semelhança dos bois, o narrador aparece com nomes e conceitos bastante peculiares:

8.4. O céu, o firmamento: olho gigante, azul espreitante, que esmiúça (p. 320).

8.5. O carro de bois e o menino candieiro:

[...] posto do dorso a mão da serrania, um brinquedo feito, pequeno, pequeno: engenhoca minúscula de carro, recortado; e um palito de vara segura no corpo de um boneco homem-polegar, em pé,

[515] Observe-se a adequação do nome: em outro trecho da mesma p., Brabagato aparece com apostos explicativos: " [.] Brabagato, mal castrado, tem muito brio e é fogoso: [.] ". Em outro ponto (p. 311), explica outro aposto: "Brabagato, chamurro pintado".

[516] Em outro momento (p. 305), Brilhante é apresentado: " [.] De pelagem braúna, retinto, liso, concolor [.] ". Na p. 317 se lê: "Boi urubu é boi brilhante [.] "

soldado-de-chumbo com lança, plantado, de um lado; e os boizinhos-de-carro de presépio, de caixa de festa. (p. 320).

9. COMPARAÇÃO DE VOCABULÁRIO RELATIVO A CARRO DE BOIS NOS AÇORES E NO BRASIL:

Parece conveniente que se tabulem, a fim de possível comparação, palavras constantes das variantes açoriana e brasileira da língua portuguesa. A Tabela 1 aparece abaixo, nas páginas seguintes. As explicações das palavras não têm indicação da autoria porque foram assim registradas: as açorianas, a partir de Barcelos, 2008, *Dicionário de falares dos Açores;* as brasileiras, a partir de Houaiss, 2001, *Dicionário Antônio Houaiss de língua portuguesa*. Mas a indicação se faz quando usamos outra fonte de consulta, como é o caso de *oca, óculos* (V. Tabela 1). Os caracteres sobrescritos[517] após uma definição indicam nomes das ilhas onde se usa a palavra. Não havendo tal indicação, trata-se de palavra de uso generalizado em todas as ilhas (notação do autor do dicionário). Deixamos de tabular palavras que nomeiam cores dos bois, porque alongariam demasiadamente o texto.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

(As obras que aparecem indicadas em siglas, no texto, aparecem aqui seguidas de tais siglas, entre parênteses)

BARCELOS, J. M. Soares de (2008) *Dicionário de falares dos Açores.* Vocabulário regional de todas as ilhas. Coimbra: Almedina. (JBMS)

BERNARDO, M. Clara Rolão / MONTENEGRO, Helena Mateus (2003) *O falar micaelense* (Fonética e Léxico). Viseu: João Fernandes Editor. (B&M)

BERNARDES, Lídia (1999). *Nas trilhas de Zé Mira.* São Paulo: Escrituras.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles – *Dicionário Antônio Houaiss de língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. (DH)

LINDSAY, P. & NORMAN. D. (1977). *Human Information processing.* Nova Iorque: Academic Press.

LOBATO, Ana Bettero Monteiro (2001). O carro de boi em Muqui. In: *Revista Jangada Brasil*, Ano III, nº 32 disponível em http://www.jangadabrasil.com.br , em 20/01/06. (BML)

LONGMAN GROUP UK (1992). *Longman Dictionary* of Language - teaching and aplied linguistics. 2ª ed. Org. por Jack C.Richards, John Platt, Heidi Platt. Essex/Cingapura: Longman Singapore Publishers,

MARQUES, Gabriel Garcia (2003, 06) *Viver para contar*. Rio de Janeiro: Record.

NEVES, Serrano (2002) *O carro de bois em Goiás.* Acervo da página pessoal de Serrano Neves disponível em http://www.serrano.neves.nom.br , em 20/01/06. (SN)

PITTELMAN, Susan D. e HEIMLICH, Joan E. (1991). Teaching Vocabulary. In Bernard L. Hayes (ed.)! *Effective Strategies for Teaching Reading.* Needham Heights, MA: Simon & Schuster.

PAULA, Zuleika (1988). *O carro de bois em Bertioga.* Caderno de Folclore nº 2, Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Divisão de Produção da Prefeitura de São José dos Campos - SP.

ROSA, João Guimarães (1999). *Sagarana*. 31 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

RUMELHART D. E. (1980). Schemata: The building blocks of cognition. In R. J. Spiro, B. C. Bruce, & W.F. Brewer (Eds.) , *Theorical issues in reading comprehension* (pp. 38-58). Hillsdale, NJ: Erbaum.

11.Tabela 1 nomes dos detalhes do carro de bois nos Açores e no Brasil

AÇORES	BRASIL
Alcavãi – Leito do carro de bois[T]. Falando desta palavra, Boléo escreve: Curiosa também a palavra **acavem**, que ouvi em Rio Vermelho para designar a tábua ao fundo do chedeiro do carro de bois. (A transcrição é de *A língua Portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil.*	**Mesa do carro de boi** **Chedeiro** (DH registra *recavém* e *recabém*; o último como regionalismo de Trás-os-Montes)
Aperto – corda que se usava para amarrar a lenha no carro de bois.	
Arrodear – manipular o carro de bois pelo timão para o virar.	
Ataca – correia de couro que liga os chifres quando estão na canga[c]	**Chifradeira** – correia que prende pelos chifres os bois de uma junta.
Barbilha – tira de couro que liga os canzis por baixo do pescoço dos bois na canga[SM]; o m. q. *barbilho*.	**Brocha; barbela – 11.** Derivação: por extensão de sentido: correia de couro cru que passa sob o pescoço do boi, cingindo-o, e se prende pelas extremidades aos canzis da canga; barbela.
Barriga da canga – bordo inferior arredondado do camalhão da canga	

[517] Caracteres sobrescritos: C = Corvo; F = Faial; Fl = Flores; Sj = São Jorge; SM = São Miguel; StM = Santa Maria; T = Terceira.

de bois [F,SM,T]; o m. q. *peito-da-canga, bojo da canga*.	
Breique – (do am. *Brake*) ferro que aperta o eixo do carro de bois, sendo, no fundo, um travão[Fl]. Travão. Var. *Breque*.	**Travão** – no DH, o m.q. ***freio*** ('artefato us. para conduzir animais' e eng.mec)
Brocha – correia ou corda que, na canga, prende os dois canzilhos por baixo da barbela do boi[T].	Para o DH: **9 Derivação**: por extensão de sentido: pedaço de corda com que, nos carros de bois, se amarram os fueiros, quando a carga é pesada. **10 Diacronismo**: antigo: peça com que se cingiam as diferentes partes da armadura ao corpo do guerreiro; broche. **11** Derivação: por extensão de sentido: correia de couro cru que passa sob o pescoço do boi, cingindo-o, e se prende pelas extremidades aos canzis da canga; barbela. **12** Derivação: por extensão de sentido: chaveta ou cunha que se coloca na ponta dos eixos dos carros, para segurar as rodas. **13** Regionalismo: Centro-Oeste do Brasil: barbela ('pele') do boi
Brochadouro – barbela dos bois. Dobra na parte inferior do pescoço dos bois. Designação também us. no Minho e Trás-os-Montes.	**Barbela** – **1** Rubrica: anatomia zoológica. Prega de pele pendente sob o pescoço de alguns ruminantes, como os bois e os alces; barbilhão, papada.
Broco – Diz-se do gado com os cornos ou sem cornos; esmochado	**Broco** – No DH: **4 Regionalismo**: Norte do Brasil, Nordeste do Brasil: que apresenta um chifre (ou ambos) pequeno e rugoso (diz-se de gado vacum) (DH) **Esmochado – 1** tornado mocho, privado (o animal) de seus cornos ou armas de defesa; descornado.
Bronco – nome do touro que tem os chifres desiguais (do lat. *Bruncu-,* pelo cast. *Bronco*, grosseiro.	
Bule – (do am. *Bull*) Macho; toiro.	
Cabeçalho – pau comprido que, no carro de bois, vai à canga. (B&M)	**Cabeçalho** – também chamado **cabeçário**. Cairbo que contorna toda a mesa do carro, avançando na ponta da frente, além do assoalho (SN)..
Cãiba – cada um os segmentos laterais da roda do carro de bois [SM]. Var. *caiba*	**Cheda – 1.** cada uma das pranchas que limitam lateralmente um carro de tração animal e onde se encaixam os fueiros; chazeiro.

Cãiga – corruptela de canga.	**Canga** – **2** (a1596) jugo, peça de madeira us. para prender junta de bois a carro ou arado.
Camalhão – parte central da canga que fica entre os dois bois[T]; o m.q. *mesa* (do cast. *Caballon*)	**Mesa** – como se pode ver pela definição, não corresponde exatamente a **mesa**, que, segundo DH, nomeia a parte plana de carros e carroças onde é colocada a carga.
Cancela – (de *cancelo*) guarnição de vime à volta do carro de bois; o mesmo que *sebe*[Fl].	
Canga de cangar – canga usada no carro de bois.	
Canga de silga – canga que ajuda outra a puxar o carro de bois quando a carga é grande ou quando o caminho é mau (*silga,* o m.q. *sirga*)[F,Fl].	
Carapinha – bovino com uma melena no cimo da testa[T].	
Carro de guincho – carro de bois[SM]. Tem este nome pelo chiar, guinchar, do atrito do *eixo* nas *cantadeiras*. A razão do chiar do carro de bois, segundo alguns, seria dar um aviso, nas curvas dos caminhos, aos que viessem em sentido contrário. O m.q. *carro chião*.	
Chiadeira – uma das peças do carro de bois[T]; o m.q.. *cantadeira*.	**Cantadeira** – peça de ferro do carro de bois, sobre a qual roda o eixo; (em Portugal) cantadoura, cantadoira, garrida.
Coicão – uma das peças do carro de bois contra a qual gira o eixo [Fl, T]. O plural é coicães[T].	**Cocão** – cada um dos quatro paus verticais, fixos nas chedas dos carros de bois, e entre os quais gira o eixo.
Currume – parte do eixo do carro de bois (do rad. de *correr* + *-ume*, com assiml.)[T].	
Eixo – peça do carro de bois onde se encaixam as rodas e que atravessa o carro sob o leito (B&M).	
Fugueira – *fueiro* mais curto e curvo	
Fugueiro – **m. q.** *fueiro* [Fl, Sj, T].	**Fueiros** – caibros roliços de madeira, colocados nos furos das chedas, com a finalidade de amparar a carga (SN).

Galhadura – os dois chifres dum animal.	**Galhadura** – m.q. ***galhada*** ('cornos dos ruminantes') (DH).
Gato – cada uma das pequenas travessas que eram cravadas no meão do carro de bois.	**Gatos** – duas peças de ferro situadas na roda do carro de boi, ficando presas juntas ao furo feito no meião onde é colocado o eixo do carro. Essas peças servem para não deixar rachar o meião, quando é colocado o eixo. (BML)
Lumieira – cada uma das aberturas na roda do carro de bois[T]. **Olhal** – buraco em forma elipsoidal da roda do carro de bois, também chamado de *ouvido* [SJ].	**Óculos das rodas** — São furos feitos nas cambotas. Dependendo do construtor do carro, estes furos são de formas circulares ou ovais. (BML)
Mei-água – espécie de telheiro baixo onde se guardava o carro de bois[FI]. O nome vem-lhe da forma do telhado em meia-água.	
Mesa – A parte central da canga de bois[StM]. Nalgumas ilhas é chamada *camalhão*.	**Mesa** – parte plana de carros e carroças onde é colocada a carga; tabuleiro. BML, porém, fala em ***mesa do carro de bois***.
Meter os bois no carro – prender os bois ao carro usando a canga[F].	**Cangar** – colocar canga em; jungir
Mossa – cada uma das duas ranhuras na parte lateral externa dos *canziz* da canga de bois[StM,SM,T,FI], também chamada de *mossa do tamoeiro*.	**Mossa** – **2.1** talho ou cavidade nos dentes do pau da canga (tb. us. no pl.) (DH).
Nariz – gancho metálico no cabeçalho do carro de bois destinado à *silga*[T]. (*Silga*, não def. no dicionário).	
Oácha – anilha que protege o *coução* do aperto do parafuso de orelhas, no carro de bois (do am.*washer*)[C].	
Palheiro – casa de pedra solta, antigamente coberta de palha de trigo que serve em geral como arrecadação das alfaias agrícolas e da comida para os animais. Muitas vezes incluía um espaço próprio para abrigar o carro de bois.	**Palhal, palhar** – **1**. casa coberta de palha. (DH)
Peito da canga – nome que no Faial se dava ao bordo inferior e arredondado do *camalhão* da canga de bois, noutras ilhas chamado *barriga* ou *bojo da canga*.	

Pontalete – extremidade bifurcada dos *fugueiros*, no carro de bois, sobre o qual assenta o *travessão* (ext. de *pontalete*)[FI].	
Rabear – dirigir o carro de bois para trás para o virar[C].	
Rabicho – nome do bovino com pelos compridos na cauda [T].	**Rabicho** – que não tem pelo na extremidade do rabo (diz-se de touro).
Releixo – parte do eixo do carro de bois, cilíndrica, que está na chumaceira (do esp. *releje*) [SJ].	
Sebe – tapume feito de vime com que é cercado o tabuleiro dos carros de bois para amparar a carga. No Faial também se chama *cancela*.	**Canistro** – esteira que se apoia nos fueiros para conter carga miúda. (SN).
Silga – corda destinada a ajudar a puxar um carro pesado. Usava-se este termo em relação ao carro de bois – quando ia carregado, era ajudado .por outra junta de bois com uma canga, a *canga de silga*, e uma corda ou uma corrente, a *silga* ou *silgadeira*, ligada ao *nariz* do carro, puxando à frente daquele. Nota: *Silga* é alt. de *sirga*, derivada do esp. ant. *sirga*, seda.	**Silga** – **o** DH registra a palavra, mas para outro contexto: **2.1** corda que serve para puxar embarcações junto da margem de rios, freq. utilizando-se a força de cavalos
Soalho – leito do carro de bois.	
Sólea – pau curvo que se liga num dos extremos à grade e ao trilho e no outro à canga dos bois [T].	
Tapadoira – tampa de vime com que se tapa a parte de trás da sebe do carro de bois, também chamada *cancela de trás* [F]. Em São Jorge chamam-lhe *sevete* – dim. de *seve*. **Cancela de trás.**	**Tapume** – cerca ou vala guarnecida de sebe que defende uma área. A palavra é usada de modo geral. Não se refere apenas a carro de bois.
Travadeira – corda que passa pela frente da *cancela*, no carro de bois, para segurar ou travar.	
Travadura – corda que serve para ligar os fueiros do carro de bois quando este vai carregado [C,T].	
Travessão – vara sobre a qual assentava a carga, no carro de bois, quando era tirada a *cancela* [FI].	

Tabela 1 nomes dos detalhes do carro de bois nos Açores e no Brasil

61. ZILDA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

TEMA 3.3: O ESTADO DA LUSOFONIA, SUBTEMA: PORTUGUÊS NOS MEDIA E NO CIBERESPAÇO, VOZ E TEXTO ORTOGRÁFICO-FONÉTICO NO SISTEMA CORPOR – CORPORA DO PORTUGUÊS FALADO DE SÃO PAULO, ZILDA MARIA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, CNPQ, FAPESP, BRASIL

INTRODUÇÃO

Alicerçada em uma interação real entre os estudos da linguagem humana e as tendências atuais de acesso à informação e à comunicação, a investigação que levou à geração do *Sistema CorPor* é por excelência interdisciplinar, situada na interface linguagem / tecnologias. A utilização do computador como ferramenta auxiliar no decorrer de toda a pesquisa explica-se pela dimensão do *corpus*, para que haja uma interação mais fácil, rápida e segura com os materiais de estudo, e para que os dados possam ser tratados dentro de uma perspectiva quantiqualitativa.

O trabalho justifica-se pela demanda por Bases de Informações, *Corpora* e Léxicos Eletrônicos de Transcrições de Fala em Língua Portuguesa do Brasil, dada a sua restrita disponibilidade no momento em que a tendência internacional de pesquisa caminha no sentido de priorizar o emprego de uma abordagem baseada em *corpus*, pelas suas vantagens de possibilitar investigações com grandes volumes e variedades de textos representativos da língua em uso, com rapidez, exatidão, confiabilidade nos resultados e facilidade de armazenamento, recuperação e tratamento de informações.

Mais particularmente ainda, justifica-se pela carência de Bases de Informações, C*orpora* e Léxicos Eletrônicos que apresentem transcrições ortográficas e fonéticas com acesso simultâneo à voz dos informantes, bem como dados quantiqualitativos sobre o uso da língua portuguesa do Brasil. Os *corpora*, como também os léxicos, são gerados a partir de *Bases de Informações* Ortográfico-Fonéticas do Português Falado de São Paulo (São Paulo, Campinas, Itu) em arquitetura de banco de dados relacional – *Sistema CorPor*.

Um dos produtos tecnológicos de relevo, recentemente incorporado ao Sistema e ponto central deste trabalho, é o componente áudio – voz humana – com textos – *Corpora* de Língua Oral com *Corpora* de Fala Transcrita Ortográfica e Foneticamente do Português Falado de São Paulo. Além dos *corpora*, o *Sistema CorPor* inclui: a) Léxico de Frequência Ortográfico-Fonético do Português Falado de São Paulo; b) Léxico Ortográfico-Fonético de Junturas Intervocabulares do Português Falado de São Paulo; c) Léxico de Frequência Ortográfico-Fonético de Junturas Intervocabulares do Português Falado de São Paulo.

O *Léxico de Junturas Intervocabulares*, construído a partir do exame de diferentes manifestações de encontros fônicos que se dão no contexto intervocabular, representa estudo inédito. Dessa forma, no âmbito dos estudos fonológicos da língua contemplada pela pesquisa, a investigação não se limita à descrição dos segmentos fônicos – alofones – segundo o estruturalismo europeu, mas se estende, a partir dos pressupostos teóricos da Fonologia Gerativa, ao estudo da fonologia sintática – ou fonologia combinatória lexical -, resvalando, assim, o terreno da Morfofonologia – descrição dos processos fonológicos e/ou fonéticos que os segmentos fônicos sofrem quando se combinam na constituição de unidades maiores, as sequências vocabulares.

O Sistema ainda contém o menu *Ajuda*, com artigos, apresentações em eslaides e textos explicativos dos procedimentos metodológicos adotados na constituição do *corpus* de língua oral, na constituição do *corpus* de fala transcrito para tratamento computacional e na geração do Sistema CorPor. Pautado em trabalhos que vimos realizando há cerca de quarenta anos para a descrição e análise de aspectos fonológicos, lexicais, textuais e discursivos do português falado de São Paulo, através de pesquisas baseadas em Bancos de Dados e em C*orpora* Eletrônicos, o *Sistema CorPor*: a) contempla investigação de natureza interdisciplinar, que envolve o recurso a contribuições de métodos e técnicas diversos e atuais, extrapolando, assim, as abordagens tradicionais; b) responde à preocupação atual dos estudos linguísticos, no que diz respeito à composição de acervos textuais eletrônicos para o exame da língua em situações reais de uso; c) disponibiliza para outras pesquisas Sistemas de Banco de Dados, C*orpora* e Léxicos Eletrônicos da Língua Oral

Paulista com informações sonoras, ortográficas e fonéticas; d) utiliza tecnologias informatizadas e de comunicação na pesquisa e no conhecimento da língua portuguesa do Brasil, com contribuições para a implementação de sistemas com vistas à obtenção, representação e uso desse conhecimento através do computador.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O trabalho insere-se na área da *Linguística Informática* – parte da utilização de recursos da Informática na Linguística para a composição de Bases de Informações, *Corpora* e Léxicos do Português em Sistema de Banco de Dados, que, por sua vez, servirão de subsídios às áreas que se servem de *recursos da* Linguística na Informática, a exemplo do *Processamento Automático da Língua Portuguesa*. Concebendo a *Linguística Informática* como abrangendo as diferentes áreas em que as tecnologias informatizadas estão relacionadas aos estudos da linguagem – *Linguística de Corpus, Linguística Computacional e Processamento de Língua Natural* –, a pesquisa enquadra-se mais particularmente nos propósitos da *Linguística de Corpus* em uma de suas preocupações, que constitui a condição *sine qua non* para a sua existência – construção de *corpora* eletrônicos a partir de textos e discursos reais.

O trabalho fundamenta-se, também, nos quadros teóricos:

a) da *Linguística Descritiva*, em sua preocupação com o que é dito ou escrito, por quem, onde e quando;

b) da *Linguística Aplicada*, em sua concepção atual – que vai além de sua aplicação ao ensino/aprendizagem de línguas –, enquanto área multidisciplinar, dedicada às situações de uso da língua e, pois, ao desenvolvimento de pesquisas a partir da análise de *corpora*;

c) da *Linguística Conversacional*, no cuidado em respeitar, na transcrição dos dados, as características específicas do discurso oral, evitando-se, na medida do possível, as normas tradicionais da linguagem escrita;

d) da *Fonética* e da *Fonologia*, nos critérios que nortearam a transcrição e o exame do comportamento fonológico dos encontros fônicos que se dão na juntura lexical, ou seja, nos limites de duas ou mais fronteiras de palavras;

e) da *Sociolinguística*, nas variáveis extralinguísticas que foram controladas na seleção dos informantes que forneceram material linguístico para a constituição dos *corpora*, com consequente oferecimento dos perfis dos dialetos e situações de uso contemplados através da técnica baseada em *corpus*;

f) da *Lexicologia,* nos critérios que orientaram a questionada definição e delimitação da palavra para a segmentação do enunciado nos seus constituintes léxicos, bem como a constituição de léxicos;

g) *da Linguística Textual e da Análise do Discurso Oral*, na descrição lexical quantiqualitativa, que oferece subsídios para estudos do texto e do discurso.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE LÍNGUA ORAL

O *corpus* de língua oral foi constituído a partir da gravação de diálogos – em situação de entrevistas e de conversações – entre o entrevistador e 216 informantes de três regiões do Estado de São Paulo - a Capital e duas regiões do interior, Campinas e Itu -, selecionados por critérios sociolinguísticos – região de origem, sexo, escolaridade, faixa etária, nível socioeconômico -, num total de 54 horas de gravação, de 432 diálogos e de cerca de 180 mil ocorrências de itens lexicais.

2.2 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE FALA TRANSCRITO PARA TRATAMENTO COMPUTACIONAL

Para a geração das *Bases de Informações Ortográfico*-Fonéticas, procurou-se responder às exigências apresentadas na literatura atual sobre o assunto, que expressa a tendência internacional de pesquisas linguísticas baseadas em *corpus:*

a) os dados são autênticos – provenientes de variedades sociolinguísticas do português falado de São Paulo, coletados em situações reais de uso, em condições de produção formal e informal de diálogos entre o informante e o documentador, colhidos, portanto, de atos reais da fala;

b) o *corpus* foi constituído com a finalidade de servir para estudos da língua oral do português paulista em diversas áreas e para diferentes finalidades;

c) o *corpus* tem o propósito de ser um objeto de estudo linguístico;

d) o conteúdo do *corpus* foi criteriosamente escolhido, em função de diretrizes linguísticas e extralinguísticas que nortearam a sua coleta;

e) a codificação e a estruturação dos dados estão a serviço do armazenamento, processamento e recuperação dos dados por computador;

f) o *corpus* é uma amostra representativa da variante paulista do português do Brasil;

g) o *corpus* tem a dimensão pequeno-médio, com cerca de 180 mil itens lexicais, dimensão média de *corpora* em uso em pesquisas na área da *Linguística de Corpus*.

Trata-se de *corpus* eletrônico anotado, que traz informações que permitem identificar as variáveis linguísticas (a palavra, a sua posição no enunciado, bem como a do enunciado no discurso, a sua transcrição ortográfica e fonética, a juntura ou o tipo de encontro fônico que mantém com a palavra antecedente e com a subsequente) e extralinguísticas (região de origem, sexo, nível de escolaridade, faixa etária, nível socioeconômico, condições de produção do diálogo), controladas na recolha do *corpus* de língua oral e na sua transcodificação.

Para a transcrição ortográfica, adotou-se o sistema de sinais escritos do alfabeto latino utilizado pela língua portuguesa, com convenções para a distinção de palavras homógrafas. Através de códigos, representaram-se as pausas, entonações e outras informações contextuais características do código falado.

A transcrição fonética é alofonêmica, por especificar alofones da língua. Utilizam-se os caracteres do *Alfabeto Fonético Internacional* e anotam-se, por códigos, a pausa efetivamente realizada na fala e o comportamento de encontros fônicos na juntura intervocabular.

3 SISTEMA CORPOR – SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS RELACIONAL

Estudando fatos da língua em uso e utilizando o computador no armazenamento, na recuperação e no tratamento e análise de dados autênticos de língua oral, o *Sistema CorPor* reúne Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas, Corpora e Léxicos do Português Falado de São Paulo em arquitetura de banco de dados relacional.

3.1 ARMAZENAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As *Bases de Informações* estão armazenadas no *Sistema CorPor*, Sistema de Banco de Dados Relacional, e são manipuladas por meio de Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) – um conjunto de programas computadorizados - *software* ou ferramenta -, desenvolvidos numa determinada linguagem, que possibilitam o gerenciamento das funções de edição, consulta, controle e remoção de registros, campos ou tabelas de um Banco de Dados. Esse procedimento oferece a possibilidade de se estabelecerem relacionamentos entre os dados do Banco para a extração e análise de novas informações. As Bases constituem, assim, uma coleção de dados ortográficos e fonéticos do português falado de São Paulo, organizados, relacionados e armazenados em função de anotações linguísticas e extralinguísticas, com as diferentes relações existentes entre os dados armazenados.

O armazenamento das Bases em formato específico de Banco de Dados Relacional tem o propósito de oferecer a estudiosos do português facilidade, rapidez e confiabilidade na pesquisa (consulta), na recuperação (acesso) e no tratamento (exploração) automáticos de extensos e variados dados autênticos do português paulista para o desenvolvimento de estudos de aspectos diversos da língua – fonéticos, fonológicos, lexicais, morfológicos, sintáticos, textuais e discursivos – e para o desenvolvimento de sistemas de processamento da fala. Não somente as Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas, como também *Corpora* e Léxicos gerados a partir delas, integram o Sistema CorPor, cada um deles compondo um módulo - ou componente - com seus registros e campos.

3.2 RECUPERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A maneira como as informações estão codificadas e estruturadas confere às Bases funcionalidade, com possibilidades de recuperação automática de diferentes *corpora* e léxicos por variáveis linguísticas e extralinguísticas. É possível extrair desde o *corpus* integral e conjunto, constituído pelo total das informações das 432 interações dialógicas realizadas com os 216 informantes, até diferentes *subcorpora* quantas

são as variáveis linguísticas e extralinguísticas anotadas e suas diferentes possibilidades combinatórias, para posterior tratamento por programas de análise linguística. Assim, a língua portuguesa, observada numa perspectiva sincrônica, é passível de ser avaliada na sua diversidade: diferenças entre comunidades regionais, diferenças entre sexos, diferenças entre níveis de escolaridade, diferenças entre gerações, diferenças entre meios sociais, diferenças ligadas às condições de produção do diálogo.

O componente *Corpora Eletrônicos do Português Falado Paulista − Bases de Dados Textuais* − passou a disponibilizar, recentemente, recursos multimídia, com a opção de recuperação simultânea de áudio e texto, do que resultam *corpora* de língua oral que incorporam o componente acústico – as gravações das vozes dos informantes – mais a transcrição ortográfica e fonética da fala. Dessa forma, é possível a recuperação das informações linguísticas, através do computador, de maneira multissensorial, integrada e interativa: a) multissensorial, pelo emprego coordenado de áudio (voz humana) e textos (transcrição ortográfica e fonética da fala); b) integrada, pela utilização simultânea dos meios de comunicação − voz e texto − sob a coordenação do computador; c) interativa, pela maneira com que se faz a recuperação das informações, isto é, ativamente, através de buscas, interligações, construção de informações novas. Seguem, a título de exemplificação, transcrição ortográfica e fonética de recortes discursivos extraídos das Bases. Trata-se de extratos de informante de São Paulo, do sexo feminino, com curso superior completo, 25 a 29 anos, classe alta alta, registro informal de interação dialógica.[518]

Já viajei um bocadinho.
['ja via'j&y)2 boka'd5^u ||]

Eu fui pela Associação dos Professores de Francês, sabe?
['&w 'fuy p&l_asosya's@% dus p>of&'so>iz di f>@'s&y_'sabi ||]

Olha, o curso em si não... não sei se é o curso em si se vale a pena, entende?,
['0?a u 'ku>s%_1 'si || 'n2 || 'n2 's&y sy_'e_w 'ku>s%_1 'si si 'valy_a 'p7n_1't3)/i ||]

mas eu acho que, para criar uma maior maturidade, principalmente, no pessoal
[mayz_'&w 'wa$u ki || p>a k>i'a_'wma may'y0> matu>i'dadi p1sipa!'m3)ci nu p&'swa!]

que eu fui, eu achei uma... eu achei uma... um pessoal tão imaturo, um pessoal
[ky_'&w 'fuy 'y&w wa'$&y 'y6ma || 2 p&'swa! 't@% ima'tu>u || 2 p&'swa!]

que chorava, porque estava vinte graus abaixo de zero, estava doendo o dedo, umas
[ki $o'>ava puki 'tava 'v1ci 'g>awz_a'bay$u /i 'ze>o || 'tava do'3)d_u 'd&d_'6mas]

coisas assim; então, eu notei que o brasileiro, mesmo depois de uma faculdade,
['koyzaz_a's1)1't@% '&w no't&y ky_u b>azi'l&>u 'm&zmu /i'poyz /y_'6ma faku!'da/i ||]

ele é imaturo; não se fala no pessoal... eu pensei: bom, só eu de Mackenzie...
['&ly_'e_yma'tu>u || 'n2 si 'fala nu p&'swa! '&w p3)'s&y 'b4 's0 '&w /i ma'k3)zi]

— dizem que o pessoal de Mackenzie é filhinho de mamãe, de papai, né?; não é nada disso —
['diz1 ky_u p&'swa! /i ma'k3)zy_'e || fi'l5^u /i m9'm@) /i pa'pay 'ne || 'n2 'e 'nada '/isu ||]

[518] Na transcrição fonética, representa-se por || a pausa efetivamente realizada na fala e por _ os casos de juntura lexical em que a fronteira vocabular é desrespeitada foneticamente, deixando de haver coincidência entre limite silábico e limite vocabular.

- pessoal formado por USP, etc., não sabia viver sozinho, entende?
[pi'swa! fo>'madu pu>_'uspy_&ti'set&>a || 'n2 sa'biya vi'v& s0'z5^%_1't3)di ||]

Chegamos na França, aquele problema assim: a guerra ainda está ali presente, sabe?;
[$&'g9mu na 'f>@s_a'k&li p>o'bl7m_a's1 || a 'gex_a'1da 't_a'li p>&'z3)ti 'sabi ||]

então, você entra no metrô, reservam, ahn, lugar para mutilados de guerra, coisas assim;
[1't@% 's& '3)t>a n6 m&'t>o x&'ze>v2 @ || lu'gax p>a muti'laduz /i 'gexa 'koyzaz_a's1 ||]

um pessoal super conscientizado, super amadurecido — pelo menos, o pessoal que eu conheci —.
[2 p&su'a! 'sup&> k4si3)ti'zadu || 'sup&>_amadu>&'sidu p&lu 'm7n_u p&'swa! ky_'&w ko^&'si ||]

Então, para mim, como questão de amadurecimento, de viajar sozinha e conhecer países
[1't@% p>a 'm1) || 'k8mu k&s't@% dy_amatu>&si'm3tu /i viya'ja s0'z5^_i ko^&'s& pa'izis]

diferente, sozinha, foi excelente; agora, como curso mesmo, não dá para muito, né?;
[/if&'>3)ti s0'z5^a 'foy y&s&'l3)ci || a'g0>a 'k8mu 'kuxsu 'm&zmu 'n2 'da p>a 'm2)tu 'ne ||]

o pessoal que eu conheci lá no curso também foi bom.
[u p&'swa! ky_'&w ko^&'si 'la nu 'kuxsu t9'm3) 'foy 'b4% ||]

4 – TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

A possibilidade de extração, a partir das Bases, de diferentes *Corpora* por variáveis linguísticas e extralinguísticas torna viável a sua exploração por programas de análise linguística para estudos de aspectos diversos do português. Há programas disponíveis que são indexadores e servem para a busca textual - permitem a indexação das palavras de um texto, ou seja, a identificação de sua localização no texto, a recuperação por listagens em forma de concordâncias (o conjunto de ocorrências de cada palavra, em ordem alfabética, com seu contexto imediato e sua localização).

Possibilitam, também, a busca de colocados (de combinações de palavras - listas de palavras que ocorrem à esquerda e à direita da palavra de busca selecionada, em ordem de frequência) e de padrões de colocados (frases comuns - palavras que coocorrem com outras com certa frequência), bem como a pesquisa de grupos de palavras (com o uso de coringas e expressões lógicas, é possível a busca de palavras que guardam alguma relação).

Os programas ainda permitem um tratamento quantitativo dos dados e alguns, quantiqualitativo. Pesquisas linguísticas baseadas em *corpora* eletrônicos vêm tendo interesse crescente em diversas áreas dos estudos da linguagem. Daí o fortalecimento dos estudos na área da *Linguística de Corpus* e a intensificação dos trabalhos que envolvem pesquisa em grandes *corpora*, bem como do número de pesquisadores interessados nas investigações de dados linguísticos autênticos. Nesse sentido, disponibilizamos alguns estudos descritivos do português no *Sistema CorPor*, esperando oferecer uma contribuição para os estudos na área, em especial no que diz respeito à construção de léxicos e aos exames dos padrões da linguagem – e, pois, ao processamento de línguas naturais, área lacunar no Brasil.

5.CONCLUSÃO

Destacam-se os seguintes pontos:

a) a investigação refere-se a aspecto pouco explorado nos estudos da língua portuguesa – construção de Sistemas de Banco de Dados Relacional com Bases de Informações, C*orpora* e Léxicos Eletrônicos do Português que contemplem transcrições ortográficas e fonéticas – se são raros, no Brasil, os *corpora* eletrônicos de transcrições de fala, mais ainda o são, se não inexistentes, os *corpora* com transcrições fonéticas e com recursos multimídia;

b) a metodologia utilizada para a constituição do *corpus* de língua oral e do *corpus* de fala transcrito para tratamento computacional e, pois, para a geração das *Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas do Português Falado de São Paulo*, é interessante por possibilitar a extração de diferentes *Corpora* e Léxicos por variáveis linguísticas e extralinguísticas, bem como a sua exploração por programas de análise linguística para estudos do português.

Com base nessas considerações, os resultados da investigação podem oferecer contribuições e benefícios:

a) para responder à demanda, no Brasil, de *corpora* eletrônicos e de léxicos com transcrições de fala e com informações estatísticas de usos do português do Brasil, como fonte para diversos estudos;

b) para a ampliação do intercâmbio científico e tecnológico e para o enriquecimento da interação entre as ciências exatas e as humanidades em geral, e, em especial, entre as ciências exatas e a ciência da linguagem;

c) no âmbito da Linguística, pela disseminação do uso de pesquisas baseadas em *corpora* e de tecnologias informatizadas nos estudos da língua em uso, sobretudo nas áreas da Lexicologia, pelas possibilidades de aplicações imediatas na produção de dicionários e de glossários, e da Fonologia, pelo conhecimento dos padrões reais de uso do português falado;

d) no ensino de línguas, pelas possibilidades de estudos da padronização linguística;

e) a estudiosos do português, pelo oferecimento de Bases de Informações como fontes de usos reais, vivos e atestados, para uma descrição do emprego efetivo dos recursos da língua por variáveis linguísticas e extralinguísticas, com a possibilidade, ainda, de estudos comparativos entre esses usos e normas de emprego da gramática normativa; f) para a Fonoaudiologia, pelo estabelecimento de parâmetros da população sadia com vistas à confecção de instrumental para avaliações em áreas correlatas, com especial contribuição para a área de neuropsicolinguística; g) na interface entre a Linguística e a Informática, pelo oferecimento de conhecimentos linguísticos para a construção de sistemas de transcrição fonética automática e de sistemas computacionais de representação do conhecimento linguístico e, portanto, para o processamento da língua portuguesa, principalmente para o desenvolvimento, treinamento e avaliação de sistemas de processamento da fala do português variante brasileira – reconhecimento e síntese -, uma das áreas de maior complexidade do Processamento de Línguas Naturais.

Para acesso público, as Bases de Informações, *Corpora* e Léxicos delas derivados e resultados de seus estudos estão publicados em meios eletrônicos, que carecem de textos transcritos – há textos escritos e não transcrições de fala -–, bem como de recursos multimídia, através do *site* <www.corpor.fflch.usp.br>, para que o seu *download* possa ser feito para a máquina do pesquisador através de transferência de dados em redes de computadores. O Sistema está disponível para a comunidade acadêmica, para, de um lado, com ela compartilhar parte dos muitos anos de utilização de tecnologias informatizadas nos estudos linguísticos; de outro, para que os usuários possam reportar dificuldades e problemas encontrados, e apresentar sugestões para a sua melhoria.

Para tornar o *Sistema CorPor* acessível aos *interessados* de maneira mais fácil, rápida, segura e amigável, tem-se a intenção de disponibilizá-lo em plataforma Web, seguindo as tendências atuais de produção, armazenamento e distribuição de conteúdos, o que significa converter o sistema atual *em outro sistema com ferramentas web, de forma a viabilizar a sua utilização e pesquisa on-line, em tempo real.*

Para concluir, retoma-se a referência feita ao trabalho de movimento duplo entre Linguagem e Tecnologias, ressaltando, de um lado, que as vantagens da utilização das Novas Tecnologias Digitais nas pesquisas linguísticas são indiscutíveis; de outro, vislumbrando resultados positivos de uma convergência do *Sistema CorPor* com a área da Inteligência Computacional para a geração de uma Base de Conhecimentos da língua oral paulista, indispensável na arquitetura de um sistema de processamento de língua natural.

O êxito do processamento de línguas naturais depende tanto do avanço tecnológico como de novos conhecimentos linguísticos. A tarefa que nos cabe, como linguistas e falantes da língua portuguesa como língua materna, consiste em oferecer contribuições para a aquisição de novos conhecimentos do português. Nesse sentido, o

Sistema CorPor, que armazena as *Bases* em formato específico de Banco de Dados Relacional, oferece a estudiosos materiais para observações de aspectos diversos da língua.

AGRADECIMENTOS

A Manoel Vidal Castro Melo, pela assessoria em análise e programação para o desenvolvimento do Sistema em *Mainframe*, e a Edenis Gois Cavalcanti, para a criação do Sistema em PC.

BIBLIOGRAFIA

INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (1999). *Handbook of the International Phonetic Association*. Cambridge: Cambridge University Press.

MCENERY, Tony; WILSON, Andrew (1996). *Corpus Linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

SCHANE, Sanford A. (1975). Fonologia gerativa. Rio de Janeiro: Zahar.

SCOTT, Mike (2004). *WordSmith Tools*. 4. vers. Oxford: Oxford University Press.

STUBBS, Michael (1996). *Text and Corpus Analysis - Computer-Assisted Studies of Language and Culture*. Oxford: Blackwell.

SZYPERSKI, C. (1998). *Component Software: Beyond Object-Oriented Programming*. Boston: Addison-Wesley.

ZAPPAROLI CASTRO MELO, Zilda Maria (1980). *Análise do comportamento fonológico da juntura intervocabular no português do Brasil (variante paulista). Uma pesquisa linguística com tratamento computacional*. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo.

ZAPPAROLI, Zilda Maria; CAMLONG, André (2002). *Do Léxico ao Discurso pela Informática*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 256 p. + CD-ROM.